



SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**



02 a 06 de SETEMBRO de 2019
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ANAIIS

V.3 N.1 (2019)
ISSN: 25944533

VI. 

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS**

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**

REALIZAÇÃO



APOIO



SUMÁRIO

EIXO 1 - Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais

Jesus abençoe: o papel dos pastores como secretários municipais de assistência social	09
Políticas sociais de atenção a saúde da mulher no 1araíba: reflexões sobre gênero e direitos reprodutivos	21
Kalabari, 1araíba e a releitura dos quilombos contemporâneos	31
O histórico do movimento feminista e suas especificidades na emergência dos novos movimentos sociais	44
A escolha por cor/raça no processo de adoção de crianças negras	53
Breves notas acerca da superexploração da força de trabalho no brasil	66
Memória e Qualidade de Vida: uma ação interdisciplinar com vistas ao envelhecimento ativo e saudável	79
Relações de Exploração e Opressão Geracional: as Juventudes na Sociedade do Capital	88
Acolhimento de usuários de drogas em unidades básicas de saúde	99
Partido social-democrata do reino da Polônia e Lituânia: pontuações acerca das reivindicações de gênero	107
A construção e desconstrução da política nacional de álcool e outras drogas	117
Racismo estrutural e sua funcionalidade ao modo de produção capitalista	129
O Desmonte da Saúde Pública e o Sistema de Coparticipação: Uma tendência do Sistema Único de Saúde (SUS) pós golpe de 2016	141
Etnicidade e identidade: os desafios de um estado intercultural e demanda de uma institucionalidade indígenas no peru	154
Movimento LGBT e a luta pelo direito a saúde: construção da PNSILGBT	165
Apoio matricial e institucional entre redes e políticas públicas: desafios ao SUS e ao SUAS	176
Contribuições à saúde mental e à saúde do trabalhador do/no 3ar e do/no suas	191
Notas sobre regimes políticos: reflexões a luz da “tradição marxista”	201
A resistência das mulheres no município de rio das ostras	212
Saúde mental e medicalização da vida: uma reflexão sobre as teorias do capital de Mészáros	225
Militarização do espaço urbano carioca: a interface sócio-histórica de uma questão em debate	241
A formação da consciência de classe: subjetividade e objetividade no pensamento marxiano	254
Questão agrária e “questão social” no Brasil: significado e impactos do agronegócio	267

Diversidade sexual e de gênero no campo da saúde mental: uma aproximação a partir da experiência de estágio	279
O Uso da Categoria Expropriação na contemporaneidade: direitos, políticas sociais e subjetividades	291
Uma abordagem sobre o suicídio e as atribuições dos dispositivos de saúde mental	301
A construção da usina de belo monte e os impactos sociais na vida de crianças e adolescentes da cidade de Altamira	315
Reificação e contemporaneidade: Uma reflexão introdutória	326
O novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao benefício de prestação continuada	339
Feminismo, lutas identitárias e interseccionalidade: apontamentos sobre a greve internacional de mulheres de 2017	352
Saúde mental, álcool e outras drogas: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social	365
Gênero, identidade e relações sociais: um diálogo necessário	377
Saúde, violência e sexualidade: em cena a LGBTIFOBIA	385
De Marx à Coutinho: notas a respeito da cidadania, democracia e estado	398
A saúde da mulher brasileira na atualidade: aportes para a psicologia e o serviço social	411
A importância histórica dos movimentos sociais	424
Crime ambiental, participação popular e direitos humanos: análise da reparação de direitos no Rio Doce	433
A desigualdade de gênero na alta complexidade do Sistema Único de Saúde	446
Entrega voluntária em adoção: Análise sócio-histórica e política na conjuntura da VIJ de Santo Amaro	458
O trabalho e suas expressões na quadra contemporânea	471
Abordagem das categorias espaço e território nas oficinas de educação ambiental ...	483
A questão social na atualidade e os sujeitos da sua gênese: os trabalhadores	496
A dinâmica capitalista e o tráfico de drogas: uma introdução ao debate	507
As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais, percepções críticas	519
A violação de direitos das crianças/adolescentes: expressões manifestas nas varas de famílias e sucessões	532
Refúgio e direitos no Brasil: fundamentos e paradoxos	541
(Des)ilusão do emprego e drenagem do capital: a contrarreforma trabalhista do governo temer (2016-2018)	554
Neoliberalismo, Autoritarismo e “Extermínio do Futuro” no Brasil	566
Políticas sociais para população em situação de rua: debatendo o direito a ter direitos?	579
Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria	593

Favela—lugar de exclusão e interação: o papel das mulheres faveladas em seus espaços	602
Ofensiva do capital e o “fim” das classes sociais – resgate da categoria classe em Marx	611
Organização e práticas do cuidado: desigualdades de gênero no âmbito privado	624
Gênero e trabalho: Uma análise sobre a saúde das trabalhadoras de Centrais de Teleatendimento no Município do Rio de Janeiro	633
Fim do lulismo? Implicações para as políticas sociais	645
Sofrimento Mental Como Expressão da Opressão da Classe Trabalho	658
Colonização, violência e maximização de lucro: particularidades da roupagem tecida na formação sócio histórica brasileira	669
Relações sociais e ‘questão social’	679
Lutas e resistência da comunidade boa esperança no confronto com o programa lagoas do norte	690

EIXO 2 - Serviço Social Internacional e os movimentos sociais

Educação popular, movimentos sociais e Serviço Social em tempos de barbárie	700
Fundamentos e mediações da supervisão de estágio em Serviço Social: Estudo da particularidade Ibero-americana	713
Serviço Social no Brasil- da Reconceitualização ao Atual Projeto-Ético-Político Profissional	726
Monitoria e formação acadêmico-profissional: reflexões sobre a monitoria da disciplina de Ética e Serviço Social	738
Esquerda Católica, Serviço Social e Movimentos Sociais no Brasil: 1950 e 1960	747
Tendências da formação profissional no EAD e desafios aos fundamentos do serviço social	759
Uma Análise Crítica da Configuração do Programa de Atenção Domiciliar à Saúde do Município do Rio de Janeiro	772
Educação permanente, residência multiprofissional em saúde e serviço social	784
Trabajo social argentino y proceso de reconceptualización	793
O serviço social radical estadunidense: uma análise das bibliografias estudadas	807
Reestruturação produtiva e alterações nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais: tendências atuais e novos desafios	818
Década de 1960: ditadura militar, movimento de reconceitualização e marxismo no Serviço Social	830
Serviço social e o movimento de reconceitualização no Paraguai	841

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

Os sistemas de informação e a reprodução da racionalidade burguesa no exercício profissional de assistentes sociais	854
O processo de adoecimento de assistentes sociais na era da acumulação flexível	866
Reestruturação produtiva e alterações nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais: tendências atuais e novos desafios	878
O cotidiano da juventude negra no Brasil a partir dos dilemas do Serviço Social no Brasil contemporâneo	891
Pós-modernidade, ofensiva neoliberal e o serviço social brasileiro: uma breve análise histórica	901
Direito à moradia, política de habitação e serviço social em tempos de ofensiva do capital	914
O serviço social na habitação ontem e hoje: a experiência de atuação no Programa Minha Casa minha vida em São Gonçalo	927
O fortalecimento da organização político-sindical dos assistentes sociais no 4araíba e a intervenção no “congresso da virada”	940
Demandas, requisições, competências e atribuições privativas do/a assistente social: da gênese à renovação do Serviço Social brasileiro	952
A formação profissional em serviço social frente à educação superior na contemporaneidade	963
Respeito ao axé: Reflexões sobre Intolerância Religiosa e Serviço Social	974
Ninguém sabe, ninguém viu: sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Duque de Caxias	987
Arte e serviço social no trabalho sócioeducativo o relato de uma experiência de extensão	996
O método marxista e as dimensões do Serviço Social no campo da formação profissional	1008
As particularidades do Serviço social na educação: a educação para o mercado e a assistência estudantil	1020
Serviço social na educação superior	1028
Teoria e Prática: Reflexões a partir da experiência no estágio	1041
Ofensiva do capital e novas determinações para o trabalho do assistente social: precarização, intensificação e proletarização	1050
Intervenção comunitária – paradigma na intervenção do serviço social português a partir dos anos sessenta?	1063
A importância da ABESS na ruptura com o conservadorismo na formação profissional em Serviço Social: influência do Celats	1076
A política de educação e a produção do serviço social na educação	1086
O projeto ético-político do serviço social e à escalada da extrema-direita	1099
Legislação profissional do serviço social e trabalho multiprofissional em 7araíba do sul e três rios	1110

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF



APOIO



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

Os fundamentos do Serviço Social Latino-Americano e a formação profissional frente a crise do capital	1120
Teoria social crítica e o serviço social: notas sobre os seus fundamentos	1131
Como nos tornamos professores/as? Reflexões sobre a construção da condição docentes de assistentes sociais	1143
As políticas estratégicas de estado para pesquisa desenvolvimento: um enfoque na educação superior e o Serviço Social no Brasil e Portugal	1156
Pós-graduação em serviço social no rio grande do sul e tendências de pesquisa (1975-1985)	1167
A influência do Higienismo na formação dos assistentes sociais gaúchos (1945-1954)	1180
Formação profissional e mercado de trabalho: situação ocupacional de egressos em Serviço Social da UFAM-Parintins	1193
Os desafios da formação em serviço social em tempos de barbárie	1204
Serviço Social e Democracia	1216
Serviço social e fundamentos teóricos, metodológicos e históricos: o recuo da produção acadêmica na contemporaneidade	1228

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF



APOIO



CAPES
CAPES-PAEP/Proex



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

VI. 

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS**

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**

**EIXO TEMÁTICO
Ofensiva do capital e as formas de
exploração/opressão e as lutas sociais**

JESUS ABENÇOE: o papel dos pastores como secretários municipais de assistência social

Aline Pereira Ribeiro Silva¹

RESUMO

O presente artigo é fruto da inserção da autora em campos de estágio e trabalho na Política de Assistência Social ao longo dos anos de 2017 e 2019, no qual os secretários municipais de assistência social eram pastores e executavam a política com um viés delicado. Objetivou-se realizar um relato da experiência vivenciada dentro desse espaço institucional público, resgatando o início da profissão de serviço social na década de 1930, marcado fortemente pela presença da Igreja Católica, e do Neotomismo, realizando uma aproximação dessa década de 30 com a postura dos secretários/pastores.

Palavras chave: Igreja, Serviço Social, pastores, filantropia.

ABSTRACT

This article is the result of the author's insertion in traineeship and work fields in the Social Assistance Policy throughout the years 2017 and 2019, in which the municipal secretaries of Social Assistance were pastors and executed the policy with a delicate bias. The purpose of this study was to describe the experiences of this public institutional space, rescuing the beginning of the social service profession in the 1930s, strongly influenced by the presence of the Catholic Church and the Neotomism, making an approximation of this decade of 30 with the posture of secretaries/pastors.

Keyword: Church, Social Service, pastors, philanthropy.

¹ Assistente Social. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate as Drogas- Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG. E-mail: alinepereira_98@hotmail.com. Eixo: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social Brasileiro: formação e trabalho profissional.

I-INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da inserção da autora em campo de estágio como discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG- e como profissional na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate as Drogas do município de Santos Dumont/MG.

O que caracteriza o alicerce do trabalho é o perfil dos secretários da Política de Assistência Social de ambos os municípios. Vale aqui caracterizá-los como pastores de igrejas Evangélicas, o que já é delicado e curioso para o enfrentamento da retirada de direitos em tempos de neoliberalismo. No curto espaço de tempo de trabalho e de estágio, cerca de um ano e onze meses, passaram como secretários três pastores, sempre envolvendo e caracterizando a Política de Assistência Social conforme seus entendimentos e deliberações. Importa ressaltar que nenhum dos três secretários eram formados em Serviço Social ou qualquer outra profissão que se dialogasse com esta política ou com qualquer outra política pública.

Assim, o relato ora apresentado tem o intuito de analisar de forma comparativa as situações vividas na convivência com esses pastores/secretários com o início da profissão de Serviço Social no Brasil, que era cercado por questões morais e religiosas, sempre atendendo aos requisitos de determinado setor, religião e/ou campo político. Vale destacar que serão realizados diversos relatos de experiência que não condiz com a realidade da estruturação normativa da Política de Assistência Social, bem como será apresentado os embates sofridos pela questão do direito e da própria profissão de Serviço Social.

Preliminarmente, serão explicitadas as situações vivenciadas dentro dessas secretarias, sempre abarcando o contexto de fala dos secretários, para assim realizar uma correlação com o Neotomismo². Para Yazbek

[...] é por demais conhecido a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e

²Retomada do Tomismo no final do século XIX, por Jacques Maritain e Cardeal Mercier, que no estabelecimento da profissão era um preceito seguido pelo Serviço Social baseada na doutrina social da Igreja Católica, que caracterizava a prática profissional como assistencialista, mas, sobretudo, moralista.

comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. (YAZBEK, 2009, p. 03)

Posta essa conjuntura, é na formação do Serviço Social Brasileiro e na articulação com a Igreja Católica que será formulada os primeiros posicionamentos político-sociais de cunho humanista conservador. Sempre realizando o resgate do pensamento moralizador da Igreja para o enfrentamento da Questão Social.

Destaca-se que a Questão Social teve a sua “aparição” ao ter fim à escravidão no Brasil, mas que gerou uma massa de trabalhadores livres. Livres para a venda da sua força de trabalho, assim, dentro dessa produção e reprodução social houve um crescimento desigual e exacerbado da riqueza socialmente produzida. Para o funcionamento adequado de todo esse mecanismo surge ações de particulares, em especial da Igreja Católica, para moralizar e enquadrar essa população socialmente “desajustada”. Em resposta a esse processo surge as Leis Sociais entre as décadas de 1920 e 1930. “Essas políticas demarcaram os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social- a caridade e a repressão- limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa.” como exposto por Yamamoto e Carvalho(2014, p. 136).

II- DESENVOLVIMENTO

Uma breve contextualização do CEAS e a sua relação com o Serviço Social

Antes de resgatar a realidade vivida é importante esclarecer alguns fundamentos que foram a base de sustentação da profissão, bem como da sua atuação na década de 1930. Resgata-se, portanto, o Neotomismo no qual

A principal preocupação deste postulado filosófico baseado no pensamento de São Tomás de Aquino eram: noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade; sua capacidade de desenvolver suas potencialidades; a natural sociabilidade do homem ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum. (LIMA e COSTA, 2016, p.04)

Assim, pode-se observar que a intenção desse pensamento em trabalhar os “problemas sociais” está dentro da perspectiva individual, em que cada pessoa é fruto do seu próprio trabalho, da sua própria ação. Caracteriza o homem enquanto um ser naturalmente socializado, e a sociedade como espaço de ajuda e filantropia. Essa matriz teórica estava estruturada nos ideários franco-belga.

Para tanto, em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), sendo este o Centro que realiza todas as atividades de filantropia, de moralidade, no qual o pensamento neotomista é o horizonte para a sua atuação. Iamamoto e Carvalho (2014) descrevem-no como a manifestação que deve “tornar mais efetiva e dar mais rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado” (p.178).

Compete destacar que também em 1932 foi criada a Liga Eleitoral Católica –LEC, que tinha como demanda principal o apoio aos candidatos que defendessem os interesses da Igreja na Assembleia Constituinte. Como resposta desse processo, a própria Constituição de 1934 foi marcada pela força da Igreja Católica, constata-se, desse modo, a presente força dessa instituição religiosa nas questões públicas. Essas duas ações da Igreja- CEAS e LEC- são caracterizadas como o modo que a Igreja Católica procurou para reconstruir uma aliança com o Estado, que havia se perdido com o Advento da República, como exposto por Zachariadhes (2010, p. 38).

Mais tarde, em 1936, o CEAS abarcou a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo- sendo também a primeira do Brasil- é importante destacar que essa Escola de Serviço Social não foi uma demanda exclusivamente da Igreja Católica, que desejava passar para os executores das ações uma formação técnica especializada. Mas foi também articulação em conjunto com o Estado que já vivenciava uma demanda real de ações voltadas para os trabalhadores. Assim, o Estado se apropria da formação doutrinária do apostolado social para a realização ou atendimento das demandas da Questão Social já posta.

O CEAS se desenvolveu, assim como a profissão, com forte impacto das encíclicas *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1891) e da *Quadragesimo Anno* de autoria do Papa Pio XI (1931), assim a posição assumida pela Igreja era antiliberal e antissocialista. A encíclica *Rerum Novarum* foi a resposta da Igreja ao desenvolvimento do liberalismo pós-revolução industrial, como também ao Manifesto do Partido Comunista (1848). Para o Papa Leão XIII era necessário o retorno ao Tomismo (Neotomismo), aos ensinamentos bíblicos e a filosofia cristã.

[...] Deus não concedeu (a terra) aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. Tal não é o sentido dessa verdade. Ela significa, unicamente, que Deus não assinou uma parte a nenhum homem em particular, mas quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos. (PAPA LEÃO XIII, 1891)

Já a encíclica *Quadragesimo Annono* se distinguiu da *Rerum Novarum*, ela reforçou o retorno ao tomismo, reafirmando a Doutrina Social da Igreja. A solidariedade cristã está profundamente presente na encíclica, haja vista a sua necessidade de criticar o capitalismo vigente, mas não apresentar solução viável para as presentes crises do sistema. Conforme a encíclica “a única via de restauração salutar, que é a reforma dos costumes”. (PAPA PIO XI, 1931)

O retorno (ou continuidade) da lógica de filantropia

A primeira observação sobre o tipo de secretariado escolhido pelos prefeitos municipais é a de que essa escolha deveria se basear em conhecimentos técnicos sobre a pasta a ser gerida. Como assinalado na introdução, é interessante que seja um profissional com graduação em alguma área do conhecimento que dialogue com o tema, leia-se, política pública que irá gerenciar. Em secretarias que tratam da Política de Assistência Social o ideal seria um profissional do Serviço Social ou Psicologia, processo que diante da experiência vivenciada não ocorreu, sendo, assim, efetivada uma política sem caráter técnico, profissional. Essa “desprofissionalização” no cargo de secretário acarreta divergências em todo o serviço, no qual a dificuldade em compreender a política gera distorções no modo de efetivá-la.

Os municípios atuam como executores públicos das ações socioassistenciais, sendo responsáveis por executar os projetos de enfrentamento da pobreza, inclusive por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, os programas e os serviços de assistência social. (BRASIL, p. 25, 2015)

Portanto, o primeiro embate com dois dos secretários da Política de Assistência Social foi exatamente o não conhecimento de leis e normativas que regulam toda a Política de Assistência Social. Assim, como o município é o executor direto da política pública em questão, o não conhecimento básico sobre o que é Assistência Social, como ela é constitucionalmente apresentada, já apresentou diretamente discussões a cerca de modo efetivá-la. No qual para dois desses secretários/pastores o Centro de Referência de Assistência Social vem realizando um serviço que “só dá”, “só dá cesta básica”, “só dá festinha”, “só dá lanche”. A frase mais habitual desses secretários alega que todo o serviço do CRAS e/ou do CREAS não tem uma estrutura pré-estabelecida, não tem um modelo de ação como previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº

109/2009).A expressão que ambos utilizavam para caracterizar esses serviços: “*é um serviço muito parado, a gente não vê eles fazendo nada*”.

Referindo-se ao CRAS, uma unidade pública estatal, que tem como objetivo

prevenir ocorrências de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p.9).

Por ser uma unidade pública estatal, deve se destinar a efetivação de direitos, no caso,por se tratar de uma Política de Assistência Social, direitos socioassistencias.Porém, ao nos atermos ao contexto econômico, nos debatemos com o neoliberalismo vigente, movimento que destoa o caráter de direito e de dever público para a efetivação de todas as políticas públicas. Deste modo, o conceito dos secretários de que o CRAS“*é um serviço muito parado, a gente não vê eles fazendo nada*”, tem embate na caracterização de toda a política como direito do cidadão, descaracterizando todo o serviço socioeducativoque ocorre nos Centros de Referência.

O direito, de acordo com Castro (2016), deveria ser autônomo e isento dos divergentes interesses das classes. Porém, como esse tem sua gênese na construção da sociedade de classes, “*é inseparável da dominação classista e política*” (SARTORI, 2013, p.302) e permeado de interesses antagônicos tendendo a favorecer a burguesia. (NACARAT e SILVA, 2017, p. 17)

Como bem exposto, ao caracterizar o CRAS, bem como o CREAS, como políticas que presenteiam determinada população, distancia-se do direito ali inserido, para tanto, está mais uma vez fortalecendo a dominação de classes, se opondo ao caráter de direito e se isentando dos deveres que cabe ao posto que lhe foi entregue de secretário municipal de assistência social.

Ainda no contexto do dever municipal de execução da Política de Assistência Social há que se compreender que os benefícios eventuais,

Art. 1º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.§ 1º Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (BRASIL, 2007)

Porém, segundo os secretários, a manutenção de cesta básica, auxílio aluguel, auxílio natalidade e funeral são ações que deixam a população muito dependendo do serviço público, assim é uma população que tem interesses somente no ganhar. Desta forma, todas essas ações que são enquadradas como Benefícios Eventuais podem ser atendidas e respondidas pela solidariedade da família, da vizinhança, da Igreja. Houve

momentos em que o próprio secretário ligou para seus companheiros de religião- na frente do usuário- solicitando determinada “ajuda”, “contribuição”.

Segundo Silva (2010), “[...] o componente de solidariedade que assegurava a proteção social foi, no início da formação da sociedade brasileira, fortemente marcado pela ação restrita, de cunho religioso e filantrópico, e pela ausência do poder público na ação direta.” (2010, p.21). Esse retorno de cunho religioso e filantrópico responde a toda a narrativa expressa anteriormente. É a vontade dos gestores em não gastar dinheiro público com condutas que a Igreja pode solucionar, que os bons costumes, que a vontade em fazer o bem pode ser atendida por ações pontuais de toda uma Igreja.

Assim, resgatando o início da profissão, esse processo de transferência de política pública para uma unidade religiosa que é caracterizada pela filantropia, a benemerece do homem, tem o olhar sobre o homem culpando-o por suas fraquezas e demandas sociais. Dentro desse contexto, observa-se o retorno da doutrinação das igrejas, no qual atualmente as igrejas evangélicas realizam com maior efetividade as ações de ajuda e caridade, o que se caracteriza com essas atitudes é o agregar dessa população atendida como fiéis dessas igrejas evangélicas. Portanto, ao ajudar determinada família, as Igrejas Evangélicas ganham a família como seus fiéis. O retrato desse movimento é o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil, no qual houve cerca de 13% de aumento de igrejas protestante no Brasil entre os anos de 1991 e 2010, dados do site Nexo Jornal (acesso em 16 de junho de 2019).

Esse mecanismo pode ser relacionado com o crescimento, também a partir da década de 1990, das organizações da sociedade civil, o chamado “terceiro setor³”. “Dentro do “terceiro setor” as organizações da sociedade civil teriam a função primordial de promover o bem a toda população, atribuição além do Estado e do mercado.” Conforme Nacarati e Silva (2017, p. 30). Há que pontuar que ambos os crescimentos estão diretamente relacionados, considerando que grande parte das Igrejas oferece esse trabalho social do “terceiro setor”.

Como exemplo do crescimento exacerbado nas organizações da sociedade civil, bem como o alto índice de financiamento das empresas privadas a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais- ABONG- foi criada em 1991 e agrega todas as organizações que lutam contra as desigualdades, discriminações e a favor da democracia. Destaca-se ainda que, segundo Montaño (2008), o Banco Mundial, as grandes empresas e os países capitalistas incentivaram e financiaram o “terceiro setor” no Brasil na década de 1990. (NACARATI e SILVA, 2017, p. 36)

³Segundo Montaño (2008) os autores neoliberais conceituam o “terceiro setor” como as organizações da sociedade civil que atuam em um setor determinado, atendendo as necessidades imediatas dos indivíduos. Sendo que o primeiro setor seria o Estado e o segundo setor mercado.

Para além dessas situações vivenciadas, temos ainda a questão da execução da Conferência Municipal de Assistência Social que, segundo o Conselho Nacional de Assistência Social deve acontecer a cada dois anos, em um espaço em que toda a população tenha acesso, devendo ser espaço de deliberação para ampliação e consolidação dos direitos sociais, bem como da democracia. Devem se reunir na Conferência os usuários da política, o Estado e os movimentos organizados que executam a Política de Assistência Social.

Em ano de Conferência, ao ser discutido no conselho municipal sobre o local da Conferência, foi oferecido pelo pastor/secretário a Igreja Quadrangular do município. Importa ressaltar que o secretário é pastor nessa Igreja.

Porém, o cuidado em não realizar a Conferência nesses espaços que já tem uma característica própria, já pertence a determinados setores, pode não favorecer toda a dinâmica da Conferência, que deve ser destinada para todos os usuários da política de assistência, bem como aberta a todo e qualquer público. Assim, realizar uma Conferência em uma igreja pode distanciar determinados grupos sociais, além de favorecer o ideário de filantropia e caridade por parte de seus diretores. Esses espaços ainda são carregados da motivação por reforma social e moral de toda a população, haja vista que os critérios de acesso a cestas básicas oferecidas por essa igreja em especial é através da concepção do favor e de que “cliente” seja frequente nos cultos religiosos realizados pela mesma e que esteja fazendo por merecer.

Para que as deliberações das Conferências se realizem, os conselhos municipais devem garantir que as prioridades discutidas coletivamente se efetivem, a partir do acompanhamento sistemático das ações públicas, pautadas na vigilância social sobre as desigualdades sociais constatadas nos territórios considerados vulneráveis. Os Conselhos tem o papel de controlar as ações das políticas públicas destinadas à redução dessas desigualdades, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos constitucionais, por meio da gestão pública dos serviços, programas, projetos e benéficos socioassistenciais. (ALMEIDA e ALVEZ;2013, p.147)

Com a possibilidade de realização da Conferência Municipal de Assistência Social em uma Igreja, as leis expressas dentro dessa Igreja devem ser respeitadas, o que pode ir de encontro com os debates e modos de realização da Conferência. O exemplo mais claro desse mecanismo é a fala do secretário afirmando que a Conferência ao ser realizada na Igreja deve respeitar a entrada das bandeiras oficiais no início de cada ritual, além da obrigação dessas bandeiras serem levadas pelos fieis dessa religião. Pontua-se aqui que toda a Igreja deverá ser comunicada oficialmente pelo pastor sobre a realização da

Conferência, além de organizar os voluntários da mesma para a contribuição destes na Conferência.

Outra característica que analisada em reunião do conselho municipal é a proibição de qualquer discussão político-partidária dentro dos muros da Igreja. Importa aqui ressaltar que na Conferência de 2017 houve grande embaraço entre o secretário/pastor e seu modo de se dirigir a questões políticas municipais que estavam sendo motivo de divergências em toda a cidade. Nesse sentido, a interferência em realizar a Conferência de assistência social dentro de um espaço religioso pode ter que atender a requisitos por eles estabelecidos que não dialogue com a questão do direito socioassistencial.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história de toda a Política de Assistência Social a presença da igreja, e nela as suas formas e expressões para acesso a determinado benefício, não se restringia somente aos seus seguidores, mas, também, a quem da igreja viesse a demandar qualquer serviço. Os primeiros profissionais e principalmente o CEAS idealizavam a construção de um projeto de trabalho através da reeducação de valores, posturas, e obediências às leis cristãs. O homem, enquanto pessoa humana era portador de um valor soberano, assim as questões históricas, políticas não deveriam interferir nos seus problemas sociais.

As leis da Igreja que eram vistas como imutáveis reaparece na fala e na ação desses secretários, posto que esses não conseguem desmembrar a Questão Social da questão religiosa. A Religião aparece como algo superior, enquanto um modo de vida eterno e generoso. Os secretários não compreendem o direito presente na execução da Política de Assistência Social, não aceitam que a presença da Igreja deva ser regrada dentro da política.

Diante de todo esse contexto, cabe a nós indagar por que o retorno da religião dentro de uma política que vem se consolidando desde a Carta Constitucional de 1988 está retornando e está se tornando tão presente. Como os políticos se apropriam da Política de Assistência Social para conseguir voto e assim colocam dentro dessa pasta um profissional que carrega consigo toda uma legião de fiéis.

Há dois posicionamentos a considerar, o primeiro é que com o dinamismo das Igrejas, sejam elas protestantes ou não, minimiza a atuação do Estado, o Estado diminui sua atuação e o que afeta diretamente na questão do direito. Pois, a partir do momento em que é alocada uma política pública para o setor privado realizar o direito é afetado. Aquela atuação do setor privado passa a ser considerada filantropia, boa vontade, caridade.

O segundo posicionamento diz respeito ao retorno da Igreja na efetivação da Política de Assistência Social. Esse retorno não está associado mais ao Terceiro Setor, mas a alocação de pastores como gestores da pasta. Assim, os padres, pastores, irmãs que geriram o CEAS, a formação profissional do Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940, que geriram a execução de ações que atendessem de determinada forma a Questão Social está agora representada de uma forma mais branda. Não temos mais o Centro de Estudos e Ação Social, mas estamos lidando com a institucionalização (com a legalidade) da moralidade, do neomotomismo, da Questão Social enquanto questão de polícia. Desta forma, o assistencialismo, como era realizado, se apresenta atualmente na execução da Política de Assistência Social no papel dos secretários, na fala dos secretários, no seu modo de agir. É um moralismo embutido de direito, é fazer do demandante da Política de Assistência Social um cliente, um objeto da ação da igreja, seja ela uma organização da sociedade civil ou a Igreja presente na legalidade do Estado.

IV- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jolinda de Moraes. ALMEIDA, Denise Maria Fank de. **Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR. O Social em Questão - Ano XVII - nº 30 – 2013.**

BARBOSA, Amanda Cardoso. **Reflexões sobre a política de assistência social brasileira: assistencialismo, política social e cidadania.** CRESS/MG. Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. **Decreto nº6307, de 14 de dezembro de 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Olhares sobre o direito à assistência social.** Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações CRAS,** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse?. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. n. 124, p.665-677. Out/nov, 2015.

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: uma influência neotomista**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica/PUC- São Paulo, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Naiara Gaspar de Holanda. COSTA, Hudson Andrey Corerada. **Serviço social e a teor serviço social e a teoria da complexidade: uma relação possível?**. CRESS/MG. Belo Horizonte, 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil**. no.74 São Paulo: Novos estud.-CEBRAP, Mar. 2006.

ORO, Ari Pedro. **Organização Eclesial e Eficácia Política. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus**. v.3, n. 1. Porto Alegre: Civitas, 2003.

PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Roma, 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.

PAPA PIO XI. **Quadragesimo Anno**. Roma, 1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html.

SILVA, Aline Pereira Ribeiro. NACARAT, Ana Cláudia Leiroz. **A relação “público/privado” na Política de Assistência Social do município de Juiz de Fora: uma análise da Associação Municipal de Apoio Comunitário- AMAC**. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, dezembro, 2017.

SILVA, Anália Barbosa da. SILVA, Diego Tabosa da. JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O serviço social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”**. CRESS/MG. Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Geovana. **Instituições Católicas e Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS no Rio de Janeiro: articulações e hegemonia no controle social**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica/PUC- Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, MaisaMiralvada. **A concepção da política de assistência social e sua efetivação em municípios goianos: o novo jargão e o conservadorismo renitente**. Tese de doutorado: Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Revista Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. 2nd, ver.andenl. Salvador: EDUFBA, 2010.

Sites:

<https://www.nexojournal.com.br/>. Acesso em 14 de junho de 2019.

POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIREITOS REPRODUTIVOS.

Alyne Alves Saldanha ¹

Resumo

O trabalho intenciona realizar um estudo sobre como se organiza os direitos reprodutivos no Brasil, e sua relação com o tema gênero. Parte sua análise a partir do surgimento de políticas sociais, o sistema de saúde no Brasil e os avanços obtidos com a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher. Conclui debatendo sobre cenário presenciado e os desafios postos às políticas públicas.

Palavras-chave: direitos reprodutivos, gênero, políticas sociais, saúde da mulher.

Abstratic

The work intends to carry out a study on how the reproductive rights in Brazil are organized, and their relation with the theme gender. Part of her analysis comes from the emergence of social policies, the health system in Brazil and the advances obtained with the National Policy on Women's Health Care. Concludes debating on the scenario witnessed and the challenges posed by public politics.

Keywords: reproductive rights, genre, social politics, women's health.

¹ Assistente Social formada pela UFRJ especialista em saúde da mulher pela residência do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). Mestranda pelo programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Orientada por Nilza Rogéria de Andrade Nunes. Email: alyne-rj@hotmail.com. Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

Introdução

As políticas sociais nem sempre existiram na sociedade capitalista. Não há como indicar precisão a respeito das primeiras iniciativas compreendidas como políticas sociais. Elas se gestaram na ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, a partir das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua generalização pode ser situada na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista.

Behring e Boschetti (2008) acentuam que as primeiras manifestações de responsabilidade social datadas do período pré-capitalista tinham como intenção a manutenção da ordem social e punição da vagabundagem (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Listam as iniciativas consideradas protoformas das políticas sociais, quais sejam as legislações inglesas anteriores a Revolução Industrial. Ainda de acordo com as autoras:

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.64).

Pastorini (1997) ressalta a necessidade de pensar as políticas sociais como “concessões-conquistas”. (PASTORINI, 1997.). Segundo a autora, entende-se que não podem ser pensadas apenas como concessões, pois as relações conflituosas entre os diferentes atores sociais que a compõem devem ser apreendidas, logo não podem ser relacionadas diretamente ao serviço prestado pelo Estado, desconhecendo os conflitos e as lutas prévias que propiciaram ao Estado conceder tais políticas sociais. Para a autora, há necessidade de apreendê-las além de seu caráter redistributivo, entendê-las a partir de suas as funções econômicas e políticas, as quais se colocam como mecanismos de legitimação da ordem e barateamento da força de trabalho.

No Brasil, quando discorremos sobre a saúde pública, preconizado como um direito adquirido por todo cidadão e dever do Estado, data-se a partir da constituição de 1988. Ressalta-se que anterior a atual constituição, quando debruçamos a compreendê-la, observamos a atuação e intervenção do Estado, porém em períodos específicos e voltados à lógica do capital o que não difere da contemporaneidade.

O Sistema Único de Saúde pode ser definido como o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. (BRASIL, 1990).

A implementação do Sistema Único de Saúde foi uma das maiores vitórias, ressaltando o papel da sociedade civil nesse processo, presentes na Constituição de 1988 que através da Seguridade Social, institui um novo conceito de saúde que se desvincula a qualquer tipo de condicionalidade, como estava posto anteriormente. Ou seja, o advento do SUS, regulamentado pelas Leis 8.080/90 e 8.142/90 no qual compõem a Lei Orgânica da Saúde (LOS), trouxe uma série de mudanças de como pensar e promover as ações de saúde, no seu direcionamento democrático e na sua forma de gestão descentralizada.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a concepção de saúde como direito é fruto da luta e mobilização da sociedade civil que não aceitava mais o modo como a saúde pública vinha sendo tratada ao longo dos anos. O SUS é um dos sistemas de saúde mais amplos do mundo, em que visa garantir o acesso universal à saúde sem nenhuma forma de discriminação. Este integra princípios e diretrizes que são válidos para todo o território nacional, parte de uma concepção ampla do direito à saúde e do papel do Estado na garantia desse direito. (Noronha, Lima e Machado, 2008).

2. Saúde da mulher, elementos para sua compreensão.

Antes de direcionarmos a análise as políticas públicas voltadas às mulheres, abordaremos o conceito gênero e como o entendemos. O gênero é uma categoria de análise que permite compreender as representações sociais do que é masculino e feminino, sendo essas construídas historicamente que envolvem relações de poder em que o masculino se sobrepõe ao feminino. Ou, ainda, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferenciação sexual.

Para melhor compreensão do conceito citado, é preciso recorrer aos teóricos que se dedicaram a estudar o gênero. Para Saffioti (1999) os primórdios do conceito de gênero encontram-se na célebre frase de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse sentido, Saffioti escreve que “(...) é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (SAFFIOTI, 1999).

Dialogando com Saffioti encontra-se Machado (1998), utilizando a tese de Beauvoir onde insinua que hoje o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz arbitrariamente em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres “*não existe a mulher e não existe o homem enquanto categorias universais*” (MACHADO, 1998). Assim, o gênero não se resume em uma categoria de

análise, é também uma categoria histórica de construção social dos papéis de gênero envolto em relações de poder. Tal categoria é contrária à noção estritamente biológica do que é ser mulher ou homem.

Quando debruçamos sobre as políticas e programas nacionais e internacionais, e no tratamento as mulheres como pessoas com direitos sexuais e reprodutivos, partimos da compreensão, em concordância com Corrêa (1996) de que para que a garantia das organizações de mulheres estejam representadas e sejam ouvidas nos processos em que as políticas populacionais e de saúde são formuladas, é necessário mecanismos efetivos de prestação de contas, nos quais as mulheres participem. Busca-se abandonar objetivos demográficos a serviço do crescimento econômico, cortes de investimentos sociais ou rivalidades nacionalistas ou étnicas e substituí-los por objetivos que visem à saúde e a autonomia das mulheres. Concorda-se com a autora quando ressalta que políticas demográficas que encorajam o uso de incentivos materiais, geralmente têm o efeito de coagir as mulheres, especialmente àquelas que são pobres, a aceitarem métodos de controle da fecundidade que elas tenderiam a rejeitar, violando desta forma sua autonomia quanto à tomada de decisões.

Historicamente, o termo “direitos reprodutivos” é de origem recente, porém suas raízes com relação às ideias de integridade corporal¹ e autodeterminação sexual são mais antigas. Segundo Corrêa (1996) a ideia de que as mulheres devem ser particularmente capazes de “decidir se, quando e como querem ter seus filhos” teve origem nos movimentos feministas de controle de natalidade que se desenvolveram entre os socialistas ingleses, principalmente, por volta dos anos 1830. As mulheres envolvidas nesse movimento nos países ocidentais relacionavam o problema de “controle de natalidade” a sua necessidade de “possuir e controlar” seus corpos, obter conhecimentos sobre sexualidade e satisfação sexual, assim como, a emancipação social e política. Na Europa e América do século XIX, enfatizava o direito a recusa do sexo e da gravidez indesejada.

Tanto a versão negativa quanto a versão afirmativa das primeiras formulações relativas aos direitos reprodutivos estavam baseadas nos princípios da igualdade, autonomia pessoal e integridade corporal. Ambas partiam de uma mesma premissa: para que as mulheres atingissem uma posição igual a dos homens na sociedade, deveriam ser respeitadas como agentes morais ativos, com projetos e objetivos próprios; elas mesmas deveriam determinar os usos – sexuais reprodutivos ou outros – de seus corpos (e mentes). (Corrêa, 1996. P. 4)

O conceito de direitos sexuais encontra-se expandindo para agrupar as necessidades sociais que impedem uma real escolha sexual e reprodutiva para a maioria das mulheres do mundo, dentre essas as que são pobres. Corrêa (1996) usa o termo

¹ O termo integridade corporal inclui “o direito da mulher de não ser alienada de sua capacidade sexual e reprodutiva” quanto o direito à integridade de sua pessoa física.

“escolhas sob constrangimento” para explicar que muitas mulheres acabam por fazer escolhas “conscientes” que resultam de circunstâncias de gênero, pobreza e racismo.

Para que as decisões reprodutivas sejam realmente “livres”, e não compelidas pelas circunstâncias ou por desespero, é necessário que existam certas condições que constituam a base dos direitos sexuais e reprodutivos, o que as feministas denominam “autonomia feminina”. Elas incluem fatores materiais e de infraestrutura, tais como transporte, creches, subsídios financeiros, bem como serviços de saúde acessíveis, humanizados e bem equipados. A simples ausência de transporte adequado pode significar um aumento da mortalidade materna e dificuldades em usar contraceptivos (McCarthy e Maine, 1992). Mas essas condições também incluem fatores culturais e políticos, tais como acesso à educação, renda, autoestima, e canais de tomada de decisão. Em locais onde as mulheres não têm educação, treinamento profissional ou outro papel que não o de criar filhos, a gravidez continua sendo sua melhor alternativa (Morsy, 1994; Pearce, 1994; Ravindram, 1993). (Corrêa, 1996. P. 11)

No Brasil, as teses feministas sobre as condições de saúde reprodutiva constituíram um exercício inicial de influência dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Em uma conjuntura onde se reestruturava o conjunto do sistema de saúde, o Programa Nacional de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) introduzia a dimensão de gênero na saúde.

É importante ressaltar que o PAISM nasce antes da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e antes da promulgação da Carta Magna. É, portanto, pioneiro no uso do termo integralidade da saúde na política pública, cujo significado é construído e proposto pelos movimentos sociais feministas. (Souto, 2008, P. 164)

As feministas sustentavam o princípio que as decisões da esfera reprodutiva deveriam se orientar pelo livre-arbítrio dos indivíduos, em especial das mulheres. Levantavam a premissa de luta pela ampliação da cidadania das mulheres e a responsabilidade do Estado pela sua saúde. Para elas, a assistência à anticoncepção deveria compor uma política integral de saúde reprodutiva. Segundo Correa (1992) tal perspectiva feminista traduzia uma agenda política radical em um instrumento eficaz de inclusão e de redução de desigualdades sociais. A legitimação do PAISM e os esforços para sua implementação podem ser lidos como um ensaio de uma política social necessária.

Em 1983, o Ministério da Saúde lança o Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM). Representa à primeira iniciativa de Ministério de Saúde de inclusão do planejamento familiar nas ações de atenção a saúde da mulher. O programa rompe com a lógica do exagero intervencionista sobre o corpo da mulher e a considera com sujeitos de transformação da realidade com direitos e deveres. Destaca também o caráter de autonomia que é condizente com os ideais feministas.

Posteriormente temos a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher – PNASM (2004) que traz a concepção de entender a mulher além da sua função reprodutiva e da maternidade.

Este documento incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. Agrega, também, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/aids e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades. (BRASIL, 2004, p. 5)

O que podemos observar a partir de tais políticas, é que ao falarmos de um avanço na concepção de saúde da mulher, consideram outros momentos da vida e outras necessidades de saúde que não estão ligadas a gestação e parto. Antes a mulher só era vista pelas políticas, no período gravídico-puerperal e com a nova concepção ela é vista em outras fases da vida e nas outras necessidades de saúde, como câncer de colo de útero e mama e etc.

Ao reconhecermos que a mulher não deve ser vista apenas em seu período gravídico-puerperal, não estamos dizendo que esse período também não deva ser considerado. Pelo contrário, a atenção à gestação/parto deve estar no rol de preocupações para serviços que atendam a essa questão. A qualidade dessa atenção é inclusive um dos marcadores internacionais de desenvolvimento, sendo a mortalidade materna infantil um indicador desse nível de qualidade de atenção.

A PNASM está, portanto, em consonância com a concepção ampliada de saúde, que consiste em compreender o diagnóstico como determinado por diversos fatores: sociais, econômicos, culturais e históricos.

3. Sistema capitalista contemporâneo e políticas de saúde no Brasil, os desafios a serem enfrentados.

Para discorrer sobre políticas sociais é necessário inseri-las no cenário econômico-político presenciado, ou seja, um cenário de ausência do Estado em gerir as políticas sociais, transformando-as em ações pontuais e compensatórias, é visível os impactos no Sistema Único de Saúde, que sofre com toda essa precarização, repercutindo diretamente no direito a saúde e nas demandas da população que necessita de acompanhamento de saúde.

O mundo capitalista atravessa um período de profundas modificações nos seus padrões de produção e acumulação. A estratégia de cunho neoliberal baseia-se em uma tentativa de estabelecer um consenso diante da sociedade civil de que a reforma seria o melhor caminho para o país progredir tanto no âmbito econômico quanto no social, no qual seriam amenizadas as disparidades sociais. Entretanto, os fatos presentes na realidade

refutam esses fundamentos, visto que um grande contingente de trabalhadores padece com a diminuição dos postos formais de trabalho, utilizando o aumento da tecnologia no processo produtivo, como um dos argumentos para a dispensa de trabalhadores. Concomitantemente, ascende o número de trabalhadores ingressos no mercado de trabalho informal, que tem crescido progressivamente. Ademais, o grupo de trabalhadores que, ainda sim, estão inseridos no mercado de trabalho também sofrem com a precarização, terceirização nos espaços ocupacionais levando a flexibilização de diversos direitos sociais.

Sendo assim, a contrarreforma segue na contramão do papel assumido pelo Estado diante da atual Constituição Federal Brasileira, pois caminha no sentido da privatização de instituições estatais, desresponsabilizando Estado diante das necessidades sociais, transferindo seu papel para outros setores da sociedade civil, geralmente instituições de natureza privada sem fins lucrativos. Com isso, além de uma ampla redução dos direitos sociais, alteram-se também o caráter das políticas sociais, pois, nesse contexto, elas deixam de pautar-se em uma perspectiva de universalidade em favor de um cunho focalizado e minimalista, em que nada altera a condição de pobreza, que continua sendo reproduzida.

Assim, as políticas sociais, como saúde, assistência social, educação, entre outras, que devido às lutas e mobilizações da classe trabalhadora se tornaram direitos garantidos constitucionalmente, deixam de receber investimentos em favor da privatização. Nesse seguimento, a condução das políticas sociais deixa de ter primazia, no que se refere a sua execução, para o Estado (primeiro setor), que transfere sua responsabilidade ao chamado terceiro setor que, segundo lamamoto (2009), pode ser considerado como um “setor não governamental”, “não lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social, que daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por “organizações da sociedade civil de interesse público”. (lamamoto, 2009)

Conclusão

Existem desafios a serem enfrentados quando pensamos sobre saúde da mulher no Brasil, o primeiro é compreender que os direitos reprodutivos são pensados desigualmente na sociedade, ou seja, há necessidade dos Estados, organizações nacionais e internacionais tornarem-nas prioridades, pois a capacidade do indivíduo exercer seus direitos sexuais e reprodutivos depende de uma série de condições que ainda não são acessíveis para a maioria das pessoas e são difíceis de serem alcançadas sem o apoio público. Ou seja, as escolhas não podem ser “sob constrangimento”.

O segundo é a necessidade de formulação e implementação de políticas voltadas às mulheres não restritas ao campo sexual e reprodutivo. Houve conquistas que precisam ser

compartilhadas, porém ainda há necessidade de expandir esse debate. A PNASM é um importante instrumento na atenção a saúde da mulher, é preciso debater sobre ela e levar o debate as usuárias dos sistemas de saúde. Souto (2008) destaca que para analisar uma política pública, é necessário o contexto de sua formulação, implementação e avaliação, e que se considere todo processo político e atores envolvidos. Para a autora, e concorda-se, após mais de uma década de sua promulgação, a política encontra-se em processo de implementação e será um caminho de conquistas e retrocessos.

O contexto econômico e político é outro desafio que encontramos. Os cenários modificam ao longo dos anos, porém a essência é a mesma: acumulação de lucros. Demonstra quando discorremos sobre políticas de saúde no Brasil, pois se constata que os interesses neoliberais prevaleceram, fazendo com que se reduzam os gastos com as políticas sociais. Esses fatos foram incorporados na lógica governamental dificultando, assim, que as possibilidades democráticas na saúde se realizem totalmente. Sobre os rebatimentos dessa sobreposição do projeto privatista ao projeto de reforma sanitária, os mesmo se materializam na saúde através de uma precariedade de recursos somada a uma relativa omissão do Estado frente as suas responsabilidades assumidas anteriormente. Além do mais, a crescente tentativa de privatização adiciona-se a uma ideia de culpabilização do setor público.

É importante destacar que deve primeiro sucatear para depois privatizar. Dessa maneira, as condições de extremo sucateamento do setor saúde, como por exemplo, ausência de profissionais, longas esperas e todos os outros problemas corriqueiros da saúde pública acabam servindo como “falsas maneiras”, para os adeptos ao neoliberalismo, comprobatórias da ineficácia do público que é colocado em xeque diante da sociedade civil.

Desse modo, provavelmente todas as dificuldades para que o SUS se materialize como proposto na Constituição Federal de 1988 não é, na verdade, provenientes unicamente do próprio SUS, mas sim pelo fato de o Estado nunca ter incorporado o verdadeiro sentido da Seguridade Social como um conjunto de políticas sociais articuladas e, muito menos, o projeto de Reforma Sanitária por inteiro. Ou seja, a conquista de um sistema de saúde único e universal foi uma vitória adquirida em um contexto de redemocratização e fortalecimento dos movimentos sociais no qual, apesar da crise, as expectativas progressistas para o país eram amplas até se chocarem com os retrocessos de uma reforma que pretende travar todas essas conquistas.

Conclui-se com a célebre frase de Boschetti (2017):

[...] considero que a relação e o vínculo entre os princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político profissional e as ações necessárias para sua consolidação cotidiana requerem a desmistificação dos direitos e da cidadania burguesa e a real compreensão das suas dimensões e significado na sociabilidade capitalista; a firme

disposição política, teórica e ideológica para assumir e participar das lutas da classe trabalhadora e para se colocar contra todas as formas de supressão de direitos e contra todas as formas de exploração econômica e opressão de gênero, geração, etnia, orientação sexual; a identificação das condições objetivas e subjetivas determinantes das relações sociais em cada contexto histórico e a capacidade de explorar suas contradições com vistas a defender, intransigentemente, os direitos da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5º ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008

BOSCHETTI, Ivanetti. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 128, 2017 p. 54-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0054.pdf>

BRASIL, **Lei 8.080/1990**: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: Maio 2019.

_____, **Lei 8.142/1990**: Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm. Acesso em: Maio 2019.

_____.MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Cadernos de atenção básica nº 26. 2013. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf . Acesso em: Maio 2019

_____.MINISTÉRIO DA SAÚDE.**Política Nacional de Atenção integral à Saúde da Mulher: Princípios e diretrizes**. Brasília: Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. 2004.

_____, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS- Princípios de Conquistas**. Brasília, 2000. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. Acesso em: Maio 2019.

BRAVO, Maria Inês. **Políticas de Saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete. [et al], (orgs). Serviço Social e Saúde – Formação e Trabalho Profissional, São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 88 a 110.

CORRÊA, Sonia. PETCHESKY, Rosalind. **Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista**. In Physis – Revista de Saúde Coletiva, vol6, nº ½, 1996.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade.1-14 p. Disponível em: http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acesso Maio de 2019.

IAMAMOTO, MV. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – (CFESS/ABEPSS), 2009

MACHADO, L. Z. **Gênero, um novo paradigma?** Cadernos Pagu 1998: pp.107-125.

NORONHA, José Carvalho; LIMA, Luciana Dias e MACHADO, Cristiani Vieira. **O Sistema Único de Saúde-SUS.** In: GIOVANELLA, Lúgia [et al]. (orgs), Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 435 a 472.

PAIM, Janilson Silva. **Bases conceituais da reforma sanitária brasileira.** In: FLEURY, Sonia (org). Saúde e Democracia- A luta do CEBES, São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 11 a 24.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista.”** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Já se mete e colher em briga de marido e mulher.** São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva n. 13(4) , 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>. Acesso Maio 2019.

SOUTO, Katia .M.B. **A política de Atenção a Saúde da Mulher: Uma análise de integridade e gênero.** Brasília. SER Social, v. 10, n. 22, p. 161-182, jan./jun 2008.

KALABARI, CALABAR E A RELEITURA DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS

Ana Cláudia de Jesus Barreto¹

RESUMO

A população negra nas cidades brasileiras vem enfrentando apesar o fim do período da escravidão o racismo que se expressa de diversas maneiras e nesta discussão, a expressão é a luta pelo direito de morar. Este trabalho defende que os quilombos contemporâneos estão representados nos espaços de luta pela terra, configurados nas favelas e assentamentos precários, locais de alta concentração de negros.

Palavra-chaves: Negro, Quilombo, Moradia, Questão Urbana, Direito, Racismo.

ABSTRACT

The black population in Brazilian cities has faced despite the end of the period of slavery racism that is expressed in different ways and in this discussion, the expression is the struggle for the right to live. This work argues that the contemporary quilombos are represented in the spaces of struggle for the land, configured in favelas and precarious settlements, places of high concentration of blacks.

Keywords: Black, Quilombo, Dwelling, Urban Issues, Law, Racism.

¹ Assistente Social. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutora em Serviço Social. E-mail: acbarreto@oi.com.br Eixo: Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais

INTRODUÇÃO

O Calabar é um bairro localizado numa região de alta renda na cidade de Salvador, composto por uma população majoritariamente negra e desde a década de 70 tornou-se alvo de especulação imobiliária. Em vista da ameaça de expulsão os moradores através da iniciativa dos jovens da comunidade começaram a se mobilizar para defender o seu direito à cidade e à moradia. Travaram um longo percurso enfrentando o poder público e o mercado imobiliário até conquistarem as melhorias urbanas, a permanência e o direito a terra.

A população negra e pobre nas cidades brasileiras vem enfrentando apesar do fim do período de escravização o racismo que se expressa de diversas maneiras e nesta discussão, a expressão é a luta pelo direito de morar. Sendo assim este trabalho que é resultado da tese de doutorado, estabelece um paralelo ou uma representação entre os quilombos à época do período escravocrata e os locais de moradia da população negra, configurados nas favelas e assentamentos precários e a trajetória de luta estabelecida contra a especulação imobiliária que não mede esforços para que seus interesses capitalistas sobreponham à vida humana. Se antes era a luta pela liberdade e contra o regime de escravidão, hoje a luta é pelo direito à cidade e a terra.

Para sustentar essa defesa o bairro Calabar foi objeto de pesquisa deste trabalho, por alguns motivos, dentre eles a sua localização geográfica. Está no meio da elite metropolitana, entre os bairros de alta renda como Barra, Ondina e Jardim Apipema. Devido a essa localização é considerado como um bairro pobre que é cercado de riqueza por todos os lados e o outro motivo é a trajetória de luta dos seus moradores que resistiram contra o capital imobiliário, o racismo e o poder público pela sua permanência no lugar e pelo direito à moradia.

O Calabar neste trabalho é entendido como a representação de um quilombo porque é indesejado pela elite branca do seu entorno. Os moradores por serem negros e pobres são estigmatizados como classe perigosa e, diante ao risco de remoção, foram resistentes até alcançarem a permanência no lugar e as melhorias habitacionais. Segundo dados do IBGE (2010), a população do Calabar estava estimada em 6.484 habitantes. Distribuídos entre 9,81% brancos, 43,43% pretos, 1,17% amarelos, 45,06% pardos e 0,52% indígenas.

A história do/a negro/a no Brasil é uma história de resistência contra todas as formas de opressão, de violência dos seus corpos, da sua cultura, dos seus valores, desejos, emoções e da liberdade. A trajetória do Calabar reafirma essa resistência contra a sociedade racista, hierarquizada, segregacionista que exclui os indesejáveis que estão nas cidades e que tem “cor” e endereço geográfico.

Entretanto, os moradores do Calabar foram contra a ordem urbanística planejada para atender os interesses das classes hegemônicas. Desafiaram os interesses do mercado imobiliário e o poder público, através da organização da associação de moradores e enfrentamento com os gestores públicos nas reuniões, pressionando-os pelas melhorias urbanas na comunidade através das passeatas, implantação de grupos de estudos, de teatro e, por fim, com a construção da Escola Aberta, posto de saúde e uma Creche comunitária tendo a participação ativa das mulheres, as quais, inclusive, foram as idealizadoras desses equipamentos públicos.

1 DO QUILOMBO DOS KALABARI À FORMAÇÃO DE BAIRRO PROLETÁRIO: A LUTA PELA MELHORIA DO HABITAR

A história do bairro Calabar é emblemática como tantas outras histórias da população negra e pobre situada nas cidades brasileiras. Dentre várias lutas travadas encontra-se a da moradia e permanência no lugar que se encontra, pois, por mais precário que seja o lugar em decorrência da ausência ou da precariedade dos serviços públicos e da escassez de infraestrutura, é a saída encontrada para satisfazer a necessidade humana de habitar, de abrigar e de se proteger.

Existem duas versões que explicam o aparecimento do bairro. A primeira está relacionada à época da escravidão. Esse fato veio à tona quando houve um levantamento histórico realizado por técnicos da prefeitura. Na ocasião, o historiador Cid Teixeira informou que os escravizados trazidos da região africana do norte da Nigéria, de uma área denominada Kalabari, ao fugirem dos senhores dos engenhos, formaram um quilombo na faixa de terra onde hoje está situado o bairro e que se chamava “Quilombo dos Kalabari”. Segundo Conceição (1984), essa descoberta fortaleceu o bairro, já que antes à época da escravidão era um símbolo de resistência dos ancestrais africanos e hoje representa um símbolo “de resistência ao neoescravidão do século vinte, quando um punhado restrito de pessoas tudo possui e as multidões sequer tem o direito de possuir um pedaço de terra.” (CONCEIÇÃO, 1984, p.22).

Esses dados estão disponíveis na página eletrônica da Fundação Gregório de Mattos², que confirma essas informações:

Segundo o historiador Cid Teixeira, alguns escravos trazidos de uma região da África, chamada de Kalabari (atual Nigéria), se refugiaram e construíram um Quilombo (Quilombo dos Kalabari) onde, hoje, está o bairro do Calabar. (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2018).

² Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9>. Acesso em: 05 de jan de 2019.

Apesar dessa afirmação, não existe nenhuma manifestação de intenção dos moradores para conquistar o reconhecimento do território enquanto remanescente de quilombola. A luta pela propriedade da terra sempre foi a centralidade da mobilização comunitária em decorrência das constantes ameaças de remoção e a confirmação dessa informação resolveria a questão do direito à propriedade. Contudo, fica um hiato, porque os moradores reconhecem essa origem, conforme consta no livro de Fernando Conceição (1984), mas não se movimentaram para abrir um processo de certificação.

A segunda versão é de que o local era uma antiga fazenda, chamada Fazenda São Gonçalo e que no final da década de 1940, segundo os moradores mais antigos, começou a ocupação. E há entre esses moradores quem dispute para garantir quem foi o primeiro morador do bairro. Outros apontam que a formação do bairro iniciou a partir da década de 50 e somente no final da década de 60 ocorreu um adensamento populacional com a chegada dos moradores de outras ocupações que foram expulsos dos seus locais de moradias para dar lugar às construções de hotéis e de conjuntos habitacionais destinados à classe média e às construções de alto padrão, pois como afirma Kowarick (1979, p. 82), “as transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade.”

[...] diversas invasões próximas ao Calabar cederam lugar às ambições políticas administrativas do prefeito, que no lugar dos barracos passou o trator para abrir estradas ou construir imponentes hotéis cinco estrelas, como fizeram com a invasão “Bico de Ferro”, na Ondina. [...] Uma outra comunidade de gente proletária que circunvizinhava o Calabar – o bairro do Mirante – também nessa época cedeu às investidas de algumas imobiliárias. [...] O Calabar foi sendo cercado por edifícios e belos casarões. Cada dia era mais espremido pelas construções das grandes imobiliárias. Enfim, já se podia prever o destino desse bairro. (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22-23).

Somado a esse grupo, há ainda os migrantes que saíram das áreas rurais, rumo à capital em busca de emprego. Contudo, nem sempre a expectativa de emprego corresponde à realidade, ou seja, a oferta de empregos urbanos não corresponde ao ritmo dos migrantes, resultando desse processo bairros de extrema pobreza, por exemplo as denominadas favelas. (CAMPOS FILHO, 1992).

Foto 1 - Condições habitacionais do bairro Calabar na década de 70



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 29).

2. A MOBILIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

A luta dos moradores junto ao poder público para reconhecer as necessidades básicas do bairro como água, luz, esgotamento sanitário e também da legalização da posse da terra teve início quando um grupo de jovens entre 14 e 21 anos, motivados por uma gincana e após o seu término, criaram em 12 de setembro de 1977, o Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC).

A partir de então, esses jovens começaram a discutir os problemas do bairro em reuniões apropriadas, envolvendo os moradores interessados na melhoria do bairro que era considerado uma comunidade de doentes devido às condições insalubres, moradias extremamente precárias, esgoto a céu aberto, onde era comum as crianças caírem e ingerirem lama e água contaminada. Segundo Conceição (1984), as mães achavam que seus filhos estavam gordinhos ao verem suas barrigas inchadas e grandes, mas na verdade o Calabar não passava de uma “comunidade doente, sem assistência nenhuma dos poderes públicos”. (id, 1984, p.24).

[...] Com a combinação entre processo de urbanização da pobreza e a inserção precária desses moradores na cidade, os bens e serviços públicos que melhoram a condição da urbanidade dos bairros tornam-se uma das mais importantes demandas populares, levando a mobilização locais relacionadas a moradia, transporte, saúde, saneamento etc. (ROLNIK, 2015, p.181).

A formação do JUC foi fundamental para a mobilização da comunidade que se sentia apática e desesperançosa frente ao descaso do poder público. Porém, no dia 08/06/79, dois meses após receber a comissão de moradores em seu gabinete, o prefeito à época, Mário Kertész, visitou a comunidade que dizia desconhecer e um dos membros do JUC, o jovem Fernando Conceição, leu o documento preparado para aquela ocasião e um dos trechos dizia:

[...] E por que o governo não cuida da rua que a ele pertence? Ou melhor, por que não cuida do seu povo, pois aqui já não falamos da rua, mas de gente pobre e humilde – contudo trabalhadora – na qual não se pode depositar toda a culpa desse mal social, que é a falta de habitação no nosso país. (CONCEIÇÃO, 1984, p. 43).

Desde o surgimento da comunidade, nenhuma autoridade pública havia visitado o local. Depois do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, foi à vez do prefeito Mário Kertész, que se comprometeu em realizar obras de melhorias, delegando assim um assessor para mediar à relação entre a comunidade e a prefeitura. As primeiras medidas foram: a retirada de 50 toneladas de lixo acumulado por muitos anos, iluminação, conserto e implantação de pontes de madeira. Essas medidas foram consideradas de curto prazo.

O primeiro ato público ocorreu na véspera da visita a Salvador do Presidente do Brasil, o então João Figueiredo, causando assim uma tensão muito grande entre o prefeito, seu assessor e a comunidade. Com cartazes nas mãos com frases de “Abaixo a tapeação”, “Cinco mil pessoas, três mil crianças na Calabar não tem esgoto, nem água”, sessenta moradores caminharam até a sede da Secretaria de Segurança Pública para pressionar o poder público. Para Rolnik (2015), no Estado que é considerado como o “Estado que não chega” ou o “Estado ausente” existe uma expressão da presença do Estado nos territórios de pobreza, através dos processos de formação, consolidação e remoção desses territórios.

No caso do Calabar, o poder público municipal estava consolidando uma ocupação ilegal. Na análise da autora existe uma relação complexa entre o sistema político-eleitoral e as pressões dos moradores dos bairros precários. Mário Kertész era um prefeito biônico³ à época, resultado da ditadura militar ainda vigente. Penso hipoteticamente que, apesar dele não depender do voto popular e sim de indicação política, a sua decisão em promover as ações de curto e longo prazo no Calabar pode ter sido uma estratégia para evitar um desgaste na composição política da cidade que era liderada pelo governador do Estado que à época era Antônio Carlos Magalhães (ACM). Dessa forma, “o território popular [...] permanentemente é investido pelo mundo da política, que ali espera receber o prêmio por parte daqueles que, por seu intermédio, foram seletivamente beneficiados com recursos públicos.” (ROLNIK, 2015, p.182).

Foto 2 - Passeata dos moradores do Calabar no dia 11 de maio de 1981



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 48).

Na fala de Conceição (1984) fica muito clara essa relação e jogo de interesses ou a trama urbana quando relata que:

Das centenas de bairros populares de Salvador, apenas um ou dois tem sua situação fundiária regularizada. Um caso particular é o bairro do Beiru, relativamente novo, que desapropriado no início do segundo governo de Antônio Carlos Magalhães. Quem desapropriou e patrocinou a titulação da posse dos moradores

³ Todo titular que assumia o poder sem passar pelo sufrágio universal. A escolha partia de critérios das autoridades do Distrito Federal.

daquela localidade foi o próprio governador, que tinha grandes interesses eleitoreiros na área. (CONCEIÇÃO, 1984, p.150).

Na década de 80 foi fundada a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, a qual organizou uma passeata com o objetivo de cobrar as reivindicações que não foram cumpridas pelo prefeito até aquele momento, tendo como ponto de partida o próprio Calabar indo em direção a sede da prefeitura, percorrendo total de 20km. Os moradores exigiram a presença do prefeito que se recusou a recebê-los e estrategicamente tentou fazer com que os moradores conversassem com seus assessores, proposta que foi recusada. No final, mesmo não sendo recebidos pelo prefeito, os moradores se sentiram vitoriosos pelo efeito que causaram e, ao mesmo tempo, refletiram que jamais haviam participado de uma mobilização como aquela e desabafaram sobre a opressão que são vítimas. (CONCEIÇÃO, 1984).

À medida que os moradores do Calabar se organizavam para enfrentar o poder público, entendendo que tinham o direito a moradia adequada com acesso às condições básicas de existência, considero sinal de amadurecimento de consciência de classe, enquanto classe trabalhadora e grupo racial a partir das experiências comunitárias. Demonstrando assim que estavam dispostos a lutar por uma cidade justa, por um governo que distribuisse de forma justa os recursos públicos e assim o enfrentou. Esse enfrentamento com o poder público nunca foi amistoso, com exceção do primeiro encontro na comunidade e, posteriormente, puderam sentir o peso do autoritarismo do prefeito Mário Kertész. À medida que crescia a ousadia e resistência dos moradores do Calabar, o chefe do executivo tornava-se mais agressivo e intransigente, conforme diálogo ocorrido numa das reuniões com um dos representantes da JUC, Fernando Conceição:

MK- Sou autoridade. Exijo respeito...

FC - Aí eu lhe disse:

FC - Mas senhor prefeito, o senhor está gritando com a gente.

MK - É assim mesmo. Se não gostou, dê seu jeito.

FC- Perguntei se acaso a gente o tratasse daquela mesma forma, com aquele mesmo tom de voz, o que aconteceria?

MK -Eu mando lhe prender! – ameaçou.

FC- E eu disse franca mais ironicamente que sentia até medo. (CONCEIÇÃO, 1985, p. 79).

3. DAS PEDRAS TAMBÉM NASCEM FLORES

Em meio à aspereza de morar num lugar onde de tudo faltava para uma vida digna, além de serem considerados como ralé da sociedade, invisíveis ao olhar do poder público. O povo negro do Calabar por mais de 30 anos resistiu ao descaso e a hostilidade do seu não reconhecimento enquanto sujeito de direito até começar a se tornar uma pedra no meio

do caminho dos gestores públicos a frente da prefeitura de Salvador e bem como da vizinhança do entorno. Logo outro processo de resistência e luta se estabeleceu, pois motivados pelos jovens que acreditavam que poderiam mudar aquela realidade dura e hostil partiram para o enfrentamento contra os interesses hegemônicos, do capital imobiliário e do poder público.

A estratégia de resistência da comunidade do Calabar, em meio à longa trajetória de espoliação urbana entendida por Kowarick (1979) como sendo o somatório de extorsões que se opera por meio da ausência ou pela precariedade de serviços de consumo coletivo que são necessários para o mínimo da sobrevivência humana, foi de certa forma motivada pela origem histórica do local ter sido um quilombo à época da escravidão. Sendo assim, essa memória precisava ser mantida a fim de que resistissem “as ameaças de destruição da identidade sócio-comunitária”. (CONCEIÇÃO, 1984:22). Apesar de não ser reconhecido como um quilombo urbano, os moradores do Calabar se identificam com a história passada e criaram uma identidade de luta e resistência que remete aos seus antepassados que outrora lutaram contra o domínio dos seus corpos e pela liberdade e hoje a luta se faz pela terra, pela moradia e pelas condições mínimas de sobrevivência.

Uma comunidade que, reconhecida como “bem organizada” pelos gestores públicos no sentido da persistência pelas melhorias urbanas no bairro, demonstrou através da ação coletiva, da solidariedade comunitária e da resiliência contra a opressão, o descaso e a violência institucionalizada através dos aparelhos de coerção do Estado, que somente através do coletivo é possível à construção de outra sociabilidade que vá além da lógica predatória e consumista que remove parcelas significativas de um lugar para o outro nas cidades para atender aos interesses inumanos do capital.

A participação das mulheres nesse espaço de luta foi bastante significativa. As mulheres criaram um “Grupo de Mulheres” dentro da Associação. Era um espaço onde podiam falar dos seus problemas, fortalecer a autoestima e lutar por seus direitos. Nesse movimento de trocas buscavam soluções coletivas e, a partir das necessidades percebidas, foram à luta pela construção da Escola Aberta, a Creche Comunitária e o Posto de Saúde. O grupo iniciou com 28 mulheres e no final da construção da creche tinha apenas 8 mulheres. Muitas desistiram porque não acreditavam que iriam conseguir concretizar as construções. Um pouco dessa luta transparece na fala da moradora Idalice.

Naquele tempo o Calabar não tinha nada, não tinha política, os donos do Calabar era a gente [...] a gente lutou, lutou. A gente ia para o Palácio da Aclamação, nego jogava bomba, a gente corria e depois voltava de novo [...] Pra fazer a Escola Aberta todo mundo ajudou. Arrumou um bloco para armar a escola. Juntamos com as voluntárias para fazer a creche do Calabar. Os meninos aqui era tudo perebentos

[...] aqui era uma morreção de crianças [...] quando abriu o posto os meninos tudo bonitinhos [...] morria muita criança de febre tifo, febre amarela. (D.Idalice).

A comunidade também possui uma biblioteca comunitária com um acervo de 6.220 livros e a frequência de 120 leitores /mês. Os projetos atuais desenvolvidos são: Formação de leitores no Calabar (Arte todo dia), Ponto de Cultura Calabar (SECULT/MINC), Direito à Leitura – Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador (Fundação Itaú). A biblioteca também administra o Projeto de Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, intitulado “Desenvolvimento de Redes”.

“Estamos aqui para gerir, mas o espaço é da comunidade”, afirma Rodrigo, que é um dos jovens que está presente desde a origem da biblioteca e é um dos gestores da biblioteca. Quanto à importância das atividades da biblioteca na construção de identidade racial e comunitária, Rodrigo afirmou que contribui para essa formação e trouxe um relato pessoal demonstrando que acompanhar a luta dos jovens do JUC e participar também de algumas mobilizações o ajudou na formação da sua identidade comunitária.

Eu lembro que eu participei com 13 ou 14 anos das manifestações que teve aqui no Calabar pra conseguir a área de lazer que a gente tinha lá na Ondina, que virou um prédio. A gente participou de uma grande manifestação a polícia veio e deu porrada em todo mundo. Eu criei identidade muito forte no Calabar porque não sei, acho que meus vizinhos que participavam ativamente do movimento do JUC. Então, eu vi muita coisa do Calabar. Já tinha uma admiração enorme quando comecei a estudar muita coisa do Calabar desde adolescente, fui participando de um monte de projetos aqui. (Rodrigo, gestor da Biblioteca do Calabar).

Foto 3 - Posto de Saúde, Escola e Creche



Fonte: Foto da autora. Em 14 de jan de 2019

Foto 4 - Biblioteca Aberta do Calabar



Fonte: Foto da autora. Em 14 de jan de 2019

4. QUILOMBO E FAVELA: A (RE) AFIRMAÇÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO PRETO

Para Campos (2007), o quilombo é o espaço transmutado nos cortiços e nas favelas, considerando que no século XX a favela representa para a sociedade republicana o mesmo

que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Ambos historicamente vêm guardando as classes perigosas. O quilombo era uma ameaça para o Império e as favelas passam a ser indesejadas no período republicano. Por esse motivo, Carril (2006) entende que na modernidade ocorre o reaparecimento de mecanismos antigos de exploração da força de trabalho e de realidades reprimidas que possuem conteúdos étnico-raciais. Reaparecer não significa que deixou de existir e sim que sempre foi uma “condição presente do refazer a acumulação primitiva no capitalismo brasileiro”. (id; ibid; p. 209).

A vivência das desigualdades sociais se dá no cotidiano e nos espaços onde são reproduzidas as relações sociais. É privilégio nessa discussão o espaço de moradia – a periferia, a favela, os assentamentos precários, etc., como espaços que abrigam uma parcela majoritária da população negra e que defendo como sendo uma representação do quilombo. Anteriormente era o quilombo e hoje são os espaços precários de moradia que abrigam a população pobre e negra. Essa relação está embebida de significados e expressa também na contemporaneidade o lugar que o poder hegemônico relega, confina e segrega esse grupo racial.

O quilombo e a periferia estão associados à evidência pela presença da favela. Imaginário quilombola é restaurado com a luta do negro brasileiro pela inclusão e é assim que aparece na linguagem do rap. O quilombo era o território dos libertos no sistema escravista, em que eles podiam ser recriados como cidadãos, em oposição ao cativo, como participantes das relações sociais por meio de outra identidade territorial. A favela como sinônimo de exclusão social, localizada na periferia, traduz uma territorialidade dos que foram desterritorializados, pois estamos falando de uma terra de migrantes. (CARRIL, 2006, p.178).

Resistir é um projeto de vida da população negra e pobre que luta pela sua existência, - resistir para existir, numa sociedade construída com base na hierarquização a partir do critério da cor que define quem deve ou não ter acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente ou quem deve ou não viver. Segundo Berth Joice⁴ (2019), os espaços das cidades são o reflexo das hierarquias raciais que são dadas pelo sistema sociopolítico e o racismo desenhou cidades excludentes e segregacionistas, reforçando, desta forma, a supremacia branca como forma de poder predatório.

Carril (2006) ao fazer uma abordagem da manifestação do *rap* como uma forma de linguagem que informa a realidade a partir de um território na cidade segregada. A autora entende que as letras são um enfrentamento do segregado com a exclusão que lhe é imposta. É uma forma de comunicação e de pensar o mundo a partir da vivência da busca do significado da história do negro no Brasil, “querem nos destruir, mas, não, mas não vão

⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/?utm_medium=ppc&utm_source=onesignal&utm_campaign=push&utm_content=onesignal>. Acesso em 25 de abr de 2019.

conseguir, se aumentam a dosagem nós iremos resistir, evoluir, não se iludir com o inimigo que transforma cidadão em bandido” [...]”⁵.

Conforme Paixão (2003), a exclusão social vivida por negros/as desmente por completo o mito que as peculiaridades do nosso meio seja indiferente à cor ou à etnia, levando-o a questionar as orientações das políticas públicas e das pesquisas sociais que insistem em ignorar os problemas vivenciados pelos negros no Brasil.

A negação ao direito é a regra, a exceção é a concessão, - em razão da pressão realizada pelos movimentos sociais e da resistência da população negra no interior das formas espaciais, seja nas favelas e periferia, pelo poder hegemônico como uma estratégia de manutenção do projeto político de sociedade que deixa descoberto as injustiças sociais. Por isso, o projeto de quilombo sempre reaparecerá enquanto o mito da democracia racial encobrir a realidade das desigualdades raciais no Brasil.

Sendo assim, o quilombo de ontem é representado na periferia, nas favelas, nos assentamentos subnormais de hoje, os quais considero como quilombos contemporâneos porque guardam uma semelhança chamada resistência que é o fio condutor para a discussão aqui levantada.

Os seus becos, vielas, as moradias modestas guardam histórias de vida das mais diversas e uma trajetória de exclusão permanente do processo civilizatório. A foto seguinte ilustra as conquistas alcançadas pela comunidade do Calabar (Escola, Creche e Posto de Saúde) ao longo da trajetória de resistência contra a opressão branca. Não foram conquistas cedidas pelo Poder Público, mas resultado da soma do esforço coletivo através de valores democráticos, solidários e culturais que culminaram com a materialização de cada equipamento social que hoje atende as necessidades dos moradores pelo menos nas áreas básicas, como educação e saúde⁶.

Isso é quilombismo, segundo a definição de Abdias Nascimento. Uma comunidade que resiste ao longo do tempo contra a exploração de classe e contra a sua remoção de uma área valorizada pelo capital, demonstrando que ser negro e pobre na sociedade brasileira requer um esforço coletivo para existir dentro da ordem branca que, neste caso, significa a imposição da trajetória de exclusão pela inclusão precária no circuito do consumo dos bens e serviços ofertados.

⁵Trecho da música Anticamente Quilombo, hoje periferia. Banda Z'África Brasil. Disponível em:< <https://www.letras.mus.br/zafrica-brasil-musicas/186764/>>. Acesso em 03 de jan de 2019.

⁶ Os moradores fizeram queixas com relação à falta de médico para atender a comunidade. No período da entrevista, em janeiro de 2019, apenas havia uma médica para atender os pacientes. A administração do Posto de Saúde é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador.

CONCLUSÃO

Ao pesquisar sobre o bairro Calabar, foi possível compreender o processo de resistência comunitária que culminou com a conquista da permanência na terra e melhorias urbanas. Ao mesmo tempo é possível fazer uma correlação dessa resistência com aquela dos escravizados nos quilombos, pelo seu significado histórico contra a ordem escravista. Por essa razão, levanto a defesa a partir de uma representação de que toda comunidade que resiste ao processo de expulsão, desapropriação, remanejamento deve ser considerada um quilombo contemporâneo.

O quilombo contemporâneo, considerado para os fins dessa pesquisa, é, portanto, caracterizado pela forte presença de negro/as que se identificam com a história dos seus antepassados, possuem uma identidade negra e resistem contra a lógica branca imposta para retirá-los do seu território. Outro elemento que precisa ser acrescentado a essa discussão é a longa trajetória de espoliação e direito a terra.

Ao analisar as violações dos direitos humanos, como o não acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, água e luz, que a comunidade do Calabar foi privada antes da luta por estes serviços, pergunto se a escravidão acabou ou foi reinventada, reconfigurada? Por que as estruturas sociais e institucionais insistem na sustentação das raízes da sociedade escravocrata em pleno do século XXI? As respostas dessas perguntas se encontram na concretude da vida das comunidades quilombolas, das favelas e dos assentamentos precários porque os sujeitos que vivem nelas guardam na pele a história da transformação de pessoas em objetos, em coisas e até mesmo em negros.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: Seu controle ou o Caos.** O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela.** A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2013.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala boca Calabar: a luta política dos favelados.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

NASCIMENTO, ABDIAS. **O Quilombismo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro, Dp&A, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

O HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS ESPECIFICIDADES NA EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ana Cristina Peixoto Guimarães¹

Iasmim Lopes Ribeiro²

RESUMO

O artigo a ser introduzido aborda o movimento feminista e seus desdobramentos ao longo da história. O artigo é dividido em duas partes, a primeira se baseia em uma análise da trajetória do feminismo, um recorte da sua gênese no Brasil e suas especificidades da década de 1960 com a emergência dos novos movimentos sociais. Posteriormente serão abordadas as tensões e disputas dentro do movimento feminista e seus rebatimentos contemporâneos. A presente produção tem como finalidade compreender e explicitar os processos que norteiam o movimento feminista e sua relação com os novos movimentos sociais.

Palavras chave: **movimento feminista, história, década de 1960, novos movimentos sociais.**

ABSTRACT

The article to be introduced addresses the feminist movement and its unfolding throughout history. The paper is divided into two parts, the first one based on an analysis of the trajectory of feminism, a cut of its genesis in Brazil and its specificities of the 60s with the emergence of new social movements. Subsequently, the tensions and disputes within the feminist movement and its contemporary struggles will be addressed. The present production aims to understand and to make explicit the processes that guide the feminist movement and its relationship with the new social movements.

Keywords: **feminist movement, history, 1960 decade, new social movements.**

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: anguimas@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: iasmimlopes43@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A situação da mulher na sociedade capitalista é marcada pela continuidade e apropriação das relações patriarcais primordiais acrescidas e usadas para uma exploração da força de trabalho feminina na busca permanente por lucros (CISNE, 2014).

Ao tomar consciência de sua posição na sociedade e os ataques sofridos nas esferas privadas e públicas de suas vidas, as mulheres passam a se organizar como forma de defesa e busca por direitos - os mais comuns - de liberdade e igualdade, mas também na luta pela emancipação humana, colocada em destaque pela vertente classista, em que se entende que a lutafeminista deve ser aliada à luta da classe trabalhadora.

[...] em diferentes conjunturas o feminismo, passou a ocupar a cena pública com suas bandeiras de luta, ações e estratégias que, no geral, se constituem como questionamento às bases da exploração-dominação que demarcam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim, o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. (CISNE, GURGEL. 2008.)

Contextualizando a história do movimento feminista é importante ressaltar como ele se configura diante dos chamados novos movimentos sociais que, resumidamente, significam uma via de luta para além dos movimentos de classe tradicionais, como sindicatos e partidos (MONTAÑO, DURIGUETTO. 2011), trataremos melhor a seguir.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011) pode-se analisar que nesse momento o feminismo é cercado por três tendências teóricas e ideológicas distintas: 1) a socialista, 2) a que visa a cidadania dentro da ordem e 3) a pós-moderna. A partir das disputas por projetos de sociedade imbricadas nessas vertentes pode-se encontrar um feminismo que venha a assumir papéis de individualização, fragmentação e até mesmo apaziguamento das lutas.

Nesse sentido, cabe endossar o estudo a partir de uma ótica crítica dos novos movimentos sociais, defendendo, diante do histórico da constituição da luta feminista, um movimento feminista classista que leve em conta a centralidade do debate de classe e compreenda a estrutura e rebatimento do capitalismo-racismo-patriarcado na vida das mulheres.

2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA

De acordo com Gurgel (2010) a primeira apresentação da mulher como sujeito político ocorre em território europeu, em um contexto de luta, reivindicação da população e revolução, durante o processo da Revolução Francesa. As mulheres estavam intrinsecamente inseridas nessa busca por liberdade e igualdade, lutando pelo poder popular e pela participação feminina na vida pública.

Outra grande movimentação que tem grande e importante participação feminina é a Revolução Russa, que mobilizou mulheres e homens contra o governo Czarista, as más condições de trabalho em que se encontravam, a fome que se assentava sobre o país e contra a participação da Rússia na 1ª Guerra Mundial. As mulheres trabalhadoras exerceram papel fundamental nesse processo revolucionário.

O movimento feminista tem maior reconhecimento na Inglaterra, no final do século XIX, com o movimento das mulheres pela luta do voto, onde estas ficaram conhecidas como sufragistas (*suffragettes*).

O feminismo vem se reafirmando como um dos movimentos sociais que se situam no campo emancipatório desde sua primeira expressão, na França, em 1789, quando as mulheres organizadas lançaram em praça pública seus reclames e desafiaram a história e a si próprias ao questionarem a ordem estabelecida reivindicando a igualdade e ao afirmarem a liberdade. (CISNE, GURGEL. 2008)

O movimento feminista desse período era formado majoritariamente por mulheres brancas, de classe média, que tinham ensino e se inseriram de certa forma na vida acadêmica. Entretanto estas não eram as únicas a constituir o movimento, mulheres da classe trabalhadora também estavam presentes nas mobilizações, mesmo que em menor quantidade, (MARCELINO, 2016). Com o passar dos anos as demandas do movimento se modificam, e tendem a se "adequar" à conjuntura histórica e social da época.

Existem análises que partem do pressuposto que o movimento feminista se apresenta em ondas, em que a primeira se constitui em torno do final do século XIX com a luta principalmente pelo sufrágio universal. Porém, as pautas reivindicatórias do movimento feminista se modificam de acordo com a conjuntura.

As décadas de 1960 e 1970 são um período marcado por mobilizações que propagam uma nova dinâmica de vida, rompendo com valores morais já dispostos na sociedade, (PINTO, 2010), que trataremos de forma especial a seguir. O movimento feminista nesse período está em sua segunda onda, e suas reivindicações são marcadas por um viés de direito ao corpo e à sexualidade. A década de 1980, uma época marcada no cenário mundial pela corrida armamentista entre EUA e a antiga URSS e tida para os latino-

americanos como uma década economicamente perdida, também compõe essa segunda onda do movimento feminista.

Os anos 1990 até 2000 formam a chamada terceira onda do feminismo. Esta é conhecida como uma continuação de todas as lutas travadas pelo feminismo e como uma resposta às demandas não solucionadas na segunda onda do feminismo.

No Brasil, o feminismo teve seu surgimento e sua primeira onda por volta de 1910, quando a bióloga Bertha Lutz, retornou ao país e deu início à luta pelo sufrágio feminino. Ela foi a principal líder das sufragistas brasileiras e foi fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de acordo com Pinto (2010).

Como apresentado por Pinto (2010) este feminismo inicial perde força em meados de 1930 e só retoma com importância por volta de 1960 a 1980, em que se inicia a segunda onda do movimento no Brasil. Entretanto, é importante situar que o país vivia um contexto diferenciado do restante do mundo. O início da década de 1960 foi marcado por uma forte efervescência popular, porém, em 1964 acontece no país o golpe militar. Com isso enquanto os países centrais viviam um contexto de expansão das lutas identitárias, no Brasil o que se presenciava era uma grande repressão às lutas sociais.

Assim, ocorrem nos anos 70 significativas manifestações feministas, destacando que em 1975 ocorre a I Conferência Internacional da Mulher, no México, em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declara que os próximos dez anos seriam a década da mulher. Em vista disso ocorre no Brasil uma semana de debates com o tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, patrocinada pela ONU. Neste mesmo ano acontece o Movimento Feminino pela Anistia, que tem como líder Terezinha Zerbini.

A década de 1980 é marcada pela redemocratização e vinculado a esse processo ocorre uma expansão das lutas no movimento feminista, há uma maior mobilização em torno da luta pelos direitos das mulheres.

Como já citado, os anos de 1990 à 2000 configuram a terceira onda do feminismo. Diante desse processo, a última década do século XX teve como demandas aprovações de medidas de proteção para as mulheres.

O movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. (PINTO, 2010)

Cabe ressaltar, que os anos 90 é um período de expansão mundial do neoliberalismo, que acarreta no movimento feminista extensas mudanças em sua identidade organizativa, em que para que ocorra uma hegemonia neoliberal é necessária a fragmentação e o controle do poder reivindicativo dos movimentos sociais (GURGEL, 2010).

Foram de grande importância para o movimento feminista, as Conferências Nacionais para a Política da Mulher, mobilizaram mais de 3000 mulheres e possibilitou a produção e análise acerca da situação da mulher no país (PINTO, 2010).

A partir destas colocações acerca dos processos históricos do movimento feminista, de acordo com o objetivo do presente trabalho, cabe especificar a dinâmica social da década de 1960 em que se inserem os novos movimentos sociais.

2.1 Destaque para a década de 1960: a relação entre os Novos Movimentos Sociais e o feminismo

A conjuntura da década de 60 deve ser posta quando se deseja entender o momento e porque os novos movimentos sociais emergem. Processos mundiais como a derrocada do projeto socialista da União Soviética, a instauração das ditaduras militares na América Latina, a entrada dos Estados Unidos com sua soberania na Guerra do Vietnã, a ascensão de uma cultura alternativa marcada pelo movimento hippie que vai contra o moralismo e imposições norte americanas capitalistas e o maio de 68 que marca a resistência e ofensiva dos trabalhadores, representam um cenário diverso e que denota elementos importantes que se inserem os novos movimentos sociais. Essa relação de particularidades pode ser demonstrada com o comparativo dos processos que ocorriam no Brasil em relação aos que ocorriam na Europa e Estados Unidos.

Portanto, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha.(PINTO, 2010)

Os novos movimentos sociais, de acordo com Montanõ e Duriguetto (2011) são “tratados ora como alternativo ora como complementar do movimento sindical [...]”, para autores marxistas, aparecem como desdobramentos da questão social, já para os acionistas aparecem como identidades particulares (MONTANÕ, DURIGUETTO. 2011).

Acerca do debate teórico que sustenta os novos movimentos sociais existem três correntes: a acionista, o pensamento pós-moderno e a teoria marxista (MONTANÕ, DURIGUETTO. 2011).

Aqui cabe tratar do pensamento pós-moderno que se dilui dentro dos movimentos sociais e que oculta as contradições e explorações de classe ao focar e estruturar os movimentos dentro de “fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça”, como cita Castro (2000). Essa tendência visualiza as lutas sem vinculação à questão de classe e nega o marxismo por acreditar, equivocadamente, que ele não dá conta de responder às pautas dos movimentos identitários, descartando assim a centralidade da contradição entre capital e trabalho.

Ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para a classe proletária e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. (CASTRO. 2000)

É pertinente compreender que os projetos de reivindicação não avançam se atados a pautas identitárias, mas se reafirmam dentro de um circuito fechado sem demonstrar possibilidades concretas de saída das condições de subordinação.

A referência no feminismo de corte liberal e social-democrata é a uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-e-raça. Mas, em tendências do feminismo socialista que se pautam por leituras acríicas do marxismo, também se aporta a uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça ou em outras identidades marcadas por sistemas político-econômico-culturais de opressão. As relações sociais entre os sexos vetor do conceito de gênero, se bem que socialmente demarcadas, portanto condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes e pelo lugar das mulheres na classe, não definiriam sujeitos sexuais, nem os sujeitos sexual/socialmente se autodefinem, apenas no plano da organização da economia. (CASTRO, 2000)

O feminismo imbricado nos novos movimentos sociais tem sua gênese muito antes da década de 1960 como já descrito, mas teve um avanço nas lutas nesse período sejam elas norteadas pelo pós-modernismo ou pelo marxismo, e que nesse momento, dentro da emergência dos novos movimentos sociais, o pensamento pós-moderno tem uma maior expressividade. De acordo Cisne (2018): “nessa perspectiva, apesar do cenário regressivo hegemonicamente, o feminismo, no seio de suas contradições e limites, possui segmentos de resistência e combatividade”.

3 TENSÕES E DISPUTAS DENTRO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Há uma disputa pela direção política cultural ideológica, ou seja, uma disputa de projetos societários. Essa disputa entre projetos que são de cunho mais conservador ou mais revolucionários se reflete em todos os âmbitos da sociedade, incluindo nos movimentos sociais, em que o movimento feminista se encontra.

Como já citado, a partir dos anos 1990 há uma maior “inserção” do neoliberalismo no país, ou seja, ocorre uma alteração na lógica do sistema político e ideológico. Com isso dentro do movimento feminista surge uma adesão à perspectiva pós-moderna, perspectiva está que está fortemente vinculada ao neoliberalismo, é uma proposta que não visa a emancipação da sociedade atual, o rompimento da ordem e sim uma estagnação das lutas sociais e dos projetos de uma nova sociedade.

Apoiada nessas novas “perspectivas” do movimento feminista, o feminismo se divide, fazendo com que surjam diferentes vertentes influenciadas por esses projetos de sociedade distintos. Acaba que nessa mudança, a classe dominante consegue se apropriar do movimento e utilizá-lo em seu benefício sem que ocorra nenhuma alteração na ordem, continuando a propagação da desigualdade de gênero.

Como Cisne e Gurgel (2008) já apontam, com o neoliberalismo o que se presencia é uma visão hegemônica de redução do papel social do Estado, com o processo de desregulamentação das relações de trabalho e a flexibilização dos direitos sociais, o que acaba acarretando dentro do movimento feminista uma maior luta por garantia de direitos para as mulheres e pela estabilidade de tais direitos.

Não obstante, para somar as tensões e dificuldades dentro do movimento temos a atual conjuntura do país, que vem se formando desde os anos 2000, baseada em um projeto social neoliberal. Conjuntura esta que para servir sempre mais e melhor ao capital fere os direitos sociais, atingindo principalmente as mulheres, dado que os primeiros direitos atacados são os das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esclarecimento das questões históricas ligadas ao feminismo é de extrema importância para o ativismo e avanço da luta através da formação de militantes. Textos sobre a relação do movimento feminista no advento dos novos movimentos sociais devem ser introduzidos dentro dos coletivos feministas, ressalva para os classistas, para que se consiga fazer uma crítica acerca da modificação e da introdução do pós-modernismo no movimento feminista, apesar de ser ainda uma relação pouco estudada e produzida.

A decorrência mais imediata dessa substituição de representatividade foi sobre a autonomia política das mulheres, com a mudança de cenário da luta social das ruas

e pressão popular para a arena do monitoramento de políticas da perspectiva de empoderamento das mulheres no marco do capitalismo, da negociação nos gabinetes de governos e parlamentos. Isso ocorreu em detrimento da radicalidade e liberdade da crítica, que são próprias aos movimentos sociais em sua ação de pressão e enfrentamento com o sistema dominante, via demanda ao Estado. (GURGEL, 2014)

Nesses tempos contemporâneos de ofensiva do neoliberalismo são explícitos os ataques e retrocessos aos direitos das mulheres. No Brasil, o governo ultraconservador de Bolsonaro, constituído majoritariamente por homens brancos, ataca diariamente o direito das mulheres e legitimam o discurso de opressão e violência. As mulheres são as mais afetadas a partir das diversas reformas aplicadas também por esse governo, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista já que possuem duplas e triplas jornadas de trabalho, ganham menos que os homens e são responsáveis por toda a vida de sua família.

Vale salientar, que em alguns países, mulheres ainda não possuem direito ao voto ou o conquistaram a menos de uma década, o que deixa claro que o movimento feminista deve intensificar sua internacionalização e estabelecer canais de comunicação com as mulheres operárias de todo mundo.

Nesse panorama, a estratégia global do feminismo de enfrentamento ao patriarcado e aos sistemas que lhe dão sustentação deve reconhecer a heterogeneidade em sua formação, decorrente das diferentes experiências de opressão das mulheres, enquanto corpo individualizado e sujeito social. Essa perspectiva confere ao feminismo um duplo processo de construção como sujeito coletivo: o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade diversa identitária. (GURGEL, 2014)

Por fim, a participação pública das mulheres deve ser pautada na emancipação humana. Sendo assim é importante, também, que mulheres ocupem os cargos públicos no sentido de articular as reivindicações do movimento para que saiam da zona de espectadoras, mas que a representatividade e o empoderamento por si só não alteram as estruturas desse sistema e sim trazem mais meios do modo de produção capitalista garantir seus lucros com a exploração de mulheres. A saída é mais que nunca coletiva, necessita de um trabalho de base efetivo e um despertar de consciência crítica dos sujeitos, assim, a organização dos movimentos sociais ancorada em uma teoria social crítica e no método de Marx de análise da sociedade histórico dialético se fazem necessários.

Apesar das diferenças, o feminismo se unifica em torno de bandeiras históricas e ainda não alcançadas em muitos países como o Brasil, a exemplo do direito ao aborto legal e seguro. A luta por autonomia sobre o corpo e sobre a vida, bem como a luta contra todas as formas de violência contra a mulher (físicas, psicológicas, sexuais e sociais) também seguem sendo bandeiras comuns ao feminismo e um

desafio cotidiano enfrentamento à subalternidade feminina. (MONTAÑO, DURIGUETTO. 2011)

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais.**In: Crítica Marxista, São Paulo, n. 11, p. 98-108, 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo. Cortez. 2ª edição. 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres.** In: SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos.** In: Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARCELINO, H. Giovanna. **As Sufragistas: reflexões sobre o passado e o presente de luta das mulheres.** 2016. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2016/01/especial-juntas-as-sufragistas-e-a-primeira-onda-do-feminismo/>>.

PINTO, Céli. **Feminismo, história e poder.** In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS¹

Ana Lucia Oliveira Ramos²

Resumo

Pretende-se compreender como o racismo se expressa no processo de adoção de crianças negras à partir da análise das informações sobre a escolha por cor/raça realizada pelos pretendentes a pais em relação aos filhos pretendidos e refletir sobre como o Serviço Social apreende essa questão.

Palavras-chave: Adoção de Crianças Negras, Racismo, Serviço Social Sociojurídico.

Abstract

It is intended to understand how racism is expressed in the process of adoption of black children based on the analysis of the information about the color / race choice made by the parents to their intended children and to reflect on how the Social Service seizes this issue.

Keywords: Adoption of Black Children, Racism, Socio-Legal Social Service.

¹ Eixo Temático: Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais.

² Assistente Social no Tribunal de Justiça de São Paulo e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP (e-mail: nana_pucsp@yahoo.com.br).

1. INTRODUÇÃO

Em 20 de novembro comemora-se o “Dia da Consciência Negra”. Feriado em muitos municípios, a data, escolhida em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo brasileiro e símbolo da resistência negra, nos remete à necessidade de ampliação das discussões acerca da inserção e conquista de espaços da população afro-brasileira na sociedade contemporânea – à luz do processo histórico de exclusão e invisibilidade social. É preciso compreender os prejuízos sociais que essa população sofre desde a ocupação do território brasileiro e construir propostas efetivas de combate ao racismo e de promoção de igualdade racial.

Segundo o Atlas da Violência de 2017, “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras” (pg.30), índice que nos chama a atenção para o risco a que o indivíduo está exposto pela condição de sua cor/raça inserida em um contexto social. O mesmo documento aponta que a população negra corresponde à maioria (78%) dos 10% de indivíduos com mais chance de sofrerem homicídios.

Contudo, a vulnerabilidade dos negros não se refere exclusivamente às taxas de homicídio no país. Apesar de maioria neste índice, a população negra brasileira não está devidamente representada nos espaços de acesso à educação e cultura, bem como nos espaços de poder.

Mesmo sendo mais da metade da população brasileira (54%), segundo dados do IBGE publicados em 2017, pretos e pardos ainda são minorias nas universidades. O Guia do Estudante (2016) traz a informação de que, em 2005, um ano após a implantação das Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior, os negros com idade entre 18 e 24 anos constituíam apenas 5,5% dos estudantes universitários. Após dez anos, em 2015, esse número subiu para 12,8%. Isto significa que apesar do tímido avanço, os pretos e pardos ainda são menos da metade da população branca universitária, ainda que componham a maioria da população do país.

À partir desses dados, esse estudo visa apreender como o racismo estrutural se expressa em outros espaços, nesse caso específico, no processo de adoção de crianças negras.

A motivação para a realização desse estudo está relacionada, principalmente, a duas questões: a) ao desejo pessoal pelo aprofundamento de tais temáticas, de modo especial das questões de desigualdade racial que também aparecem, com suas especificidades, no cotidiano de crianças e adolescentes expostos a diversas situações de risco ou acolhidas institucionalmente, em especial durante o processo de encaminhamento às famílias substitutas (adoção); b) ao observar no trabalho cotidiano junto aos pretendentes à adoção, a ausência de disponibilidade para as crianças negras e a sua dificuldade de reflexão frente à sua escolha por determinada cor.

Em consulta recentemente realizada no Cadastro Nacional de Adoção³ (CNA) localizou-se 4.973 crianças e adolescentes disponíveis para adoção, 111 a mais do que havia em abril de 2018, quando havia 4.862 crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil. Atualmente 3.477 (69,9 %) são consideradas negras, contra cerca de 3.362 (69,1%) em 2018⁴.

Em contrapartida, são 42.570 pretendentes habilitados, sendo que em abril de 2018 esse total era de 40.748. Todavia, cerca de 21.340 (50,1%) habilitados declaram não ter preferência quanto à cor da criança, sendo que em 2018 esse número era de 19.098 (46%). Ou seja, percebe-se um aumento significativo entre os pretendentes que não manifestam preferência quanto à cor do filho pretendido, o que nos propomos a discutir mais adiante.

Quanto aos que manifestam espontaneamente o desejo por uma criança negra, atualmente localiza-se 1.479 (3%) pretendentes, contra 1.521 (3%), em 2018. Portanto, nesse sentido não se expressam mudanças significativas, sendo que 6.423 (15%) dos habilitados manifestam o interesse apenas por crianças brancas e 6.488 (15%) manifestam o interesse por crianças de qualquer raça, menos a negra (pretos e pardos). Somando-se essas duas categorias, podemos considerar que aproximadamente 30% dos pretendentes se recusam a receber a indicação de crianças negras (pretos e pardos).

Ao compararmos os dados obtidos em consulta no site do Conselho Nacional de Justiça de 2018 com os dados obtidos até junho de 2019, observamos que houve um sensível aumento na quantidade de crianças disponíveis para adoção em 2,3% enquanto a quantidade de pretendentes aumentou em aproximadamente 4,5%. Assim, se evidencia que cotidianamente o número de pessoas interessadas em adotar uma criança no Brasil cresce quase duas vezes mais do que a quantidade de crianças que é disponibilizada para adoção. Apesar disso, a “conta continua não fechando” e muitas crianças permanecem em serviços de acolhimento privadas do convívio familiar.

Importante destacar que, ao falarmos de adoção, nos referimos ao

(...) ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente da biologia ou da genética, o vínculo de filiação. Ou, como define Diniz, (...) inserção num ambiente familiar, de forma definitiva e com aquisição de vínculo jurídico próprio de filiação, segundo as normas legais em vigor (...) (AYRES, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 39 caracteriza a adoção como “medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa”.

Perante a lei, o processo adotivo torna-se alternativa às crianças impossibilitadas de retornarem ao convívio com a família de origem, e não política para o atendimento das demandas dos pretendentes à adoção. Nesse sentido, Ost (2009) afirma que “a função da

³ Consulta ao sistema realizada em junho de 2019 e em abril de 2018 no site do Conselho Nacional de Justiça.

⁴ O Cadastro Nacional de Adoção utiliza as categorias “negra” e “parda” para se referir às crianças e adolescentes afrodescendentes.

adoção, atualmente não é a de dar uma criança a uma família, mas uma família para uma criança, assegurando-lhe saúde, educação, afeto, enfim, uma vida digna”.

Diante dos números incompatíveis entre crianças negras disponíveis para a adoção e pretendentes, observamos grande dificuldade em garantir a essas crianças o convívio familiar e comunitário, conforme disposto na legislação, embora a oferta de pretendentes para adoção seja muito maior do que a quantidade de crianças disponíveis. Evidente que o quesito “idade” influencia negativamente essa equação, o que não pretendemos aprofundar nesse ensaio. Todavia, evidencia-se que a questão étnico-racial é o outro fator que atravessa a questão da adoção no Brasil.

No intuito de identificar as causas da discriminação no processo de adoção no Brasil e, conseqüentemente, promover a qualificação do processo adotivo, considerando as particularidades do “ser negro na infância” e, principalmente, na busca por contribuir no debate acerca da adoção de crianças negras, propõe-se que o Serviço Social se debruce sobre essa área de atuação profissional para melhor compreender os impactos do racismo estrutural na dinâmica que envolve o processo de adoção de crianças negras, se distanciando do pensamento social influenciado pela ideologia colonialista (MOURA, 1988).

2. ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

Elza Soares, em 2002, gravou a música “A Carne”, composta por Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelletti. A famosa letra, na voz incomparável de Elza, nos anuncia que “a carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico (...)”. Mas em algumas situações e em determinados locais, a carne negra é preterida, mesmo que “de graça”. Percebe-se isso nos processos de adoção no país.

Há um grupo de juristas que nega a questão da raça como impedimento ou mesmo dificultador para a adoção de crianças negras, como aponta o relatório “Encontros e Desencontros da Adoção no Brasil”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça

Verifica-se que a cor ou raça de uma criança, em âmbito nacional, não é um fator que obsta ou dificulta a adoção, uma vez que a proporção de todas as raças no universo de crianças aptas à adoção é menor que o percentual de pretendentes inscritos no CNA dispostos a adotar um indivíduo dessas raças (CNJ, 2013).

Sugere-se que o judiciário se debruce sobre a questão, e a análise de forma séria e cuidadosa, à partir da realidade das crianças negras em situação de acolhimento institucional disponíveis à adoção. É necessário considerar, o histórico dessa parcela da população no processo de formação social do nosso país e as conseqüências para a

inserção social dos negros brasileiros nos diversos espaços, dentre eles, no espaço das famílias adotantes.

O processo de maturação para decidir sobre a adoção envolve não apenas um delicado investimento afetivo, mas principalmente, valores e conceitos construídos durante nossas vivências. Entendemos que, quando um pretendente decide pela adoção, essa decisão é permeada por uma pré-concepção sobre a criança desejada. *Como a criança será? Qual a sua história? Como ela vai se comportar?* São algumas questões em que se pensa. Desse modo, os pretendentes determinam as características desejadas e aceitas, bem como as indesejadas em relação à criança idealizada. As escolhas da idade, do sexo, da cor, são algumas delas, mas certamente, nenhum outro critério é tão polêmico quanto o da cor, como demonstraremos adiante.

Sobre a questão da cor, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) categoriza a população brasileira em: branca, preta, amarela, parda e indígena. Já a população de modo geral, popularmente se autodenomina utilizando como parâmetro o conhecimento não científico, não padronizado. Ao questionarmos a população de forma aberta sobre sua cor corremos o risco de ouvir outras definições para além das apresentadas pelo IBGE, como por exemplo: moreno, mulato, pardo claro, pardo escuro, cor de chocolate, etc⁵.

A cor da pele, porém não é determinante por si só. Mas sim o valor social que essa cor tem. Ou seja, associada à cor da pele, está uma herança histórica, social e cultural que não podem ser ignoradas, pois compõem a identidade social do indivíduo e, conseqüentemente, influenciam seu comportamento social.

De acordo com esse pensamento, cor de pele não é apenas cor de pele. Uma vez que:

os diferentes levantamentos populacionais do Instituto, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, e os Censos Demográficos, vêm contribuindo significativamente para o dimensionamento da questão étnico-racial na população brasileira. Ademais, a publicação Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população, com 12 volumes anuais já divulgados, coloca a distinção por cor ou raça da população como uma variável-chave para a análise das estatísticas da população (IBGE, 2011).

Percebemos, portanto que, as agências de pesquisa nacionais já compreenderam que a cor da pele é um importante variável na análise sobre a vida da população brasileira, pois influencia na inserção social do indivíduo nas diversas esferas da vida: trabalho, educação, cultura, esporte, lazer, entre outros. Mas as características da população, em relação à cor da pele, já foi preocupação por diferentes razões.

Entre os séculos XIX e XX expressou-se no Brasil grande preocupação com o futuro da nação. Nesse sentido, alguns intelectuais compreenderam que a miscigenação ocorrida no território se caracterizava como importante entrave ao progresso do país. Deriva-se daí o

⁵ Essa situação se evidenciou no censo de 1980, em que foi computada a existência de mais de 130 cores diferentes usadas pelos entrevistados “não-brancos” para definir a cor de sua pele. Isso demonstra como o brasileiro foge da sua verdade étnica, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais possível próximo do modelo de cor tido como superior (MOURA, 1984).

projeto de “embranquecimento” da população brasileira⁶. Santos (2002) chama a atenção para o chamado *contínuo de cor* – era o fato de que branco e negro representavam apenas os extremos de uma linha ininterrupta onde, às diferentes nuances de cor, se adscreviam significados diversos, segundo o critério de que quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação.

Diante do exposto, podemos considerar que no processo de adoção, a escolha pela cor da pele da criança pretendida é fundamentada por muitos elementos. Elementos esses, que vão para além da identificação. Podemos afirmar que um deles é o fenômeno que a psicologia social chama de viés inconsciente (Galileu, 2015).

O viés inconsciente é um conjunto de estereótipos sociais, sutis e acidentais que todas as pessoas mantêm sobre diferentes grupos de pessoas. É o olhar automático para responder a situações e contextos para os quais você é treinado culturalmente, como uma programação do cérebro. (...) em situações do dia a dia, nos baseamos em julgamentos intuitivos que são processados rapidamente pelo cérebro, sem nos darmos conta. São como atalhos que a mente usa porque é mais fácil. (...) Toma decisões com base em associações com memórias antigas, noticiário, novelas, aulas, conversas com familiares e amigos. Nelas, há milhares de estereótipos. (Galileu, 2015)

Nossas escolhas são fundamentadas por uma série de conceitos aprendidos socialmente ao longo de nossa vida, considerando aquilo que aprendemos como certo e errado, bonito e feio, sucesso e fracasso, aceito e não aceito, adequado e não adequado, etc. Dessa forma, a escolha por determinada cor de pele em detrimento de outras está carregada de simbolismo histórico, social e cultural.

O critério da cor evidencia para o sistema jurídico uma questão que deve ser analisada e discutida amplamente, pois é nesse momento que as “sutilezas” do racismo brasileiro⁷ se manifestam e se “escancaram” com seus reflexos sobre essas crianças, em uma fase da vida em que o convívio familiar, afeto e cuidados se fazem fundamentais para a formação do “ser” e a construção de identidade e projetos de vida futuros.

Mas não é apenas a psicologia que se preocupa em compreender o que leva a associação do negro com aquilo que é negativo. Nascimento (1987, p. 42) já se recusava a discutir as classificações fenotípicas defendendo que, independente do tom da pele, os sujeitos seriam, em algum momento da vida associados à sua origem.

⁶ A miscigenação observada na formação da população brasileira era compreendida como característica débil e propensa à degeneração. O conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluiu que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade (SCHWARCZ, 1994). Assim, as teorias raciais deterministas e higienistas foram amplamente adotadas pela classe científica nacional, na busca pela superação da miscigenação e pela garantia da superioridade do sangue branco.

⁷ Para a realização da presente pesquisa, consideraremos o conceito de Racismo Institucional que não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida (ALMEIDA, 2018).

(...) desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; estas definições designam os brasileiros ora por sua *marca* (aparência) ora por sua *origem* (raça e/ou etnia). Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo* pode negar o fato concreto de que no Brasil a *marca* é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas é que se trata de um homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descende de escravos africanos. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas...

3. PRETENDENTES À ADOÇÃO E A ESCOLHA PELA COR DA CRIANÇA PRETENDIDA

Os dados trazidos na primeira parte deste ensaio demonstram a dificuldade da população em afirmar o desejo por crianças negras (pretas e pardas). A maior parte dos habilitados, declaradamente manifesta interesse por crianças brancas, enquanto uma boa parte não declara sua preferência (indiferente), corroborando para um sistema discriminatório de escolhas.

Paulo Freire (2011, p. 42) afirma sobre a neutralidade: “Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a minha injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”. Por essa frase, percebemos o efeito da “neutralidade” em relação à escolha pela cor da criança pretendida.

Considerando o Brasil, com uma organização social historicamente racista e excludente, ao não se posicionar em relação à cor da criança pretendida, os habilitados contribuem com a perpetuação da camuflagem do racismo estrutural e institucional existente em nossa sociedade. Pois, como demonstrado na reportagem da revista Galileu (2015) “(...) o racismo que imaginamos não é simplesmente o que vemos. Ele se reproduz também no invisível e no cotidiano, no que se faz e não se percebe” e assim, se perpetuam práticas de genocídio do negro brasileiro. Um genocídio não apenas dos corpos físicos e matáveis, mas do ser em sua integralidade, enquanto sujeito, uma morte simbólica que anula a cultura e as características da população negra brasileira. Como defende Nascimento (1984, p. 96) “o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalistas do genocídio mais cruel dos nossos tempos. Uma técnica genocida de fazer inveja...”.

Ao discutir a questão com assistentes sociais da área jurídica, eles apontam algumas observações do cotidiano profissional, como exemplo, observam que mesmo ao inferir o desejo por uma criança, sem discriminação quanto à cor/raça, por vezes, ao se deparar com o tom de pele da criança apresentada, alguns pretendentes podem se decepcionar ou

mesmo não saber lidar com as questões raciais advindas com o filho desejado pelo distanciamento cultural e vivencial ou pela ausência de um processo reflexivo durante a preparação para adoção.

Há ainda outras denominações de cores verbalizadas pelos pretendentes. Há aqueles que verbalizaram o desejo pela adoção de uma criança parda clara. Mas o que seria uma criança considerada parda clara? Essa não seria uma forma de embranquecer os afrodescendentes com tonalidade de pele não tão escura. Afinal, estamos em um país em que existem muitos mestiços. Porém, chama a atenção que os mestiços, de modo geral, são embranquecidos⁸. Enquanto o ator Jorge Caruso defendeu a vocação do país para a diversidade, de forma idealizada, no Programa Altas Horas, exibido na Rede Globo de Televisão em 19 de setembro de 2015, o rapper Emicida refletiu sobre essa afirmação e demonstra o perverso sistema de discriminação que exclui o negro de forma banalizada pela sociedade:

(...) o Brasil tem uma dívida com a diversidade, mais do que uma vocação, porque ele não exerce essa vocação. Ele aplaude essa miscigenação quando ela clareia, quando ela escurece, ele condena, a miscigenação. Esse é o grande problema, principalmente do negro do exterior, quando ele vem pro Brasil isso fica mais gritante. Porque essa idéia de democracia racial que foi construída de que no Brasil habita... é o paraíso das três raças, isso não é uma verdade quando você tem a pele escura. E a gente tem essa cultura no Brasil, da opressão gritar e o oprimido ficar calado se sentindo errado. Então (...) a pessoa foi discriminada e colocada pra fora de um banco porque a pele dela é preta, e aí vão dizer: aahhh, mas não foi assim, mas é que você tava de boné, é porque você tava de tênis, é porque você tava com moletom, é porque você tava com uma mochila... E não. Você sabe que o táxi não pára pra você e a viatura para. Esse é o problema urgente do Brasil (Emicida, Programa Altas Horas, 2015).

Deve-se considerar que essas pessoas verbalizaram o desejo por uma criança com cor de pele clara. Ou melhor, elas declaram, na verdade, que aceitam uma criança descendente de negros, desde que essa criança tenha a pele clara e ausência de características ditas “negroides”. Nogueira (2007) se refere a esse tipo de situação como preconceito de marca, onde serve de critério o fenótipo ou aparência racial e quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, tomando por pretexto para as suas manifestações os traços físicos.

Esses dados iniciais nos apontam a necessidade de discutir a questão da cor no processo de adoção, ao contrário do que defendem alguns juristas, como apontado no início deste texto.

⁸ Destacamos aqui a necessidade de ampliação do estudo acerca do conceito de colorismo. Esse conceito foi inicialmente introduzido no debate acerca das diferentes expressões do preconceito, discriminação e marginalização social sofridos pela população negra, em função de sua aparência e características físicas.

Mesmo diante de números tão expressivos há quem afirme que “racismo na adoção é mito nacional”. Fabiana Gadelha, do grupo de apoio à adoção Aconchego (DF) defende⁹ que “como a maioria das pessoas que procura adoção é branca, (...) é natural que busquem alguém parecido para não ter que ficar explicando”. O relato de Fabiana é contraditório em si mesmo, pois demonstra o incômodo que uma adoção inter-racial pode causar, na medida em que será alvo de estranhamento. Eis a banalização do racismo existente em nossa sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do racismo estrutural e institucional tem sido amplamente discutida, apesar das iniciativas inibidoras nos meios sociais, que enfrentam a temática problematizada como vitimização ou “mimimi” (termo muito utilizado nas redes sociais). Enquanto mais da metade da população sofre com a discriminação racial e se configura como minoria social, a outra parte, beneficiada com privilégios históricos, se recusa a reconhecer a legitimidade das bandeiras de luta da população negra brasileira.

Ao analisar os dados acerca do perfil de crianças e pretendentes disponíveis para adoção percebemos que a maior parte dos pretendentes manifestam o interesse por uma criança branca, na contramão desse fenômeno vemos a declaração pela preferência por crianças negras inversamente proporcional. Apesar de encontrarmos um número expressivo de pessoas que declaram indiferença em relação à cor de pele da criança, percebemos que se trata de uma forma de corroborar para a manutenção do processo discriminatório existente, uma vez em que não há um posicionamento efetivo diante dessa questão. A revista Galileu (2015) aponta em sua matéria principal a questão do racismo velado em uma sociedade hierarquizada com base em privilégios. Uma sociedade que ainda insiste em defender o mito da democracia racial.

Por outro lado, podemos caracterizar esse fenômeno como expressão do racismo estrutural que se expressa no processo de genocídio do negro brasileiro, como aponta Nascimento (1978, p. 93)

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais do governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

⁹ Depoimento colhido pela Revista de audiências públicas do Senado Federal “Em Discussão”, Ano 4, n. 15, Maio/2013.

Avaliando os números em relação à escolha da cor da criança pretendida observamos a dificuldade dos pretendentes em optarem por crianças negras como primeira opção. Assim, podemos considerar que a questão da cor ainda se configura como um importante obstáculo no processo de adoção de crianças negras.

Diante dessa observação, torna-se elementar compreender como os assistentes sociais que atuam no judiciário enfrentam e discutem a questão racial nos processos de habilitação de pretendentes, uma vez que o perfil pretendido gera importante impacto no período em que as crianças permanecem nos serviços de acolhimento aguardando por uma família adotiva.

Não seria importante ampliar a discussão com os pretendentes acerca da escolha pela cor de pele da criança pretendida como importante ação no combate às expressões do racismo no processo de adoção? Dessa forma, a escolha pela cor de pele da criança não deve ser tratada de forma simplista ou banalizada, pois produz impacto, principalmente, no período médio de acolhimento de crianças negras que aguardam por uma família adotiva. Assim, torna-se imperioso que os profissionais se instrumentalizem e se debruçam sobre essa questão, promovendo ações mais efetivas para estimular os pretendentes a discutirem sobre o perfil da criança pretendida abertamente, considerando a diversidade existente em nosso território e compreendendo as particularidades das crianças negras institucionalizadas.

Em 2018 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou a “Carta de Porto Alegre”¹⁰. O documento publiciza o posicionamento da categoria profissional frente ao racismo estrutural que atinge a formação da sociedade brasileira e o compromisso profissional frente à defesa dos direitos da população negra e no combate ao racismo. Em continuidade às ações da categoria nesse sentido, o CFESS, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social estabeleceu em 2019 a campanha de gestão intitulada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” com o intuito de debater o racismo no exercício profissional dos assistentes sociais, ampliar a percepção sobre as expressões do racismo no cotidiano dos profissionais e da população atendida, bem como promover ações de combate ao racismo (CFESS, 2019).

A campanha em voga, mostra-nos, principalmente, que as expressões do racismo não atravessam somente a vida dos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, mas também perpassam o cotidiano dos profissionais de Serviço Social. Um levantamento realizado no interior da campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” identificou que “34% dos assistentes sociais já passaram por situações que remetam a preconceito/discriminação racial no exercício profissional, sendo que 10% disseram já terem sido preteridas/os a cargos ou indicações para representações

¹⁰ Documento aprovado pelos assistentes sociais participantes do 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 6 e 9 de setembro de 2018, em Porto Alegre (RS). Seu conteúdo representa o posicionamento crítico e político do Serviço Social sobre a conjuntura brasileira. O encontro reuniu representantes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

externas em razão de sua raça/cor¹¹. Sendo que, dentre esses profissionais 10,56% atuam no sociojurídico.

Portanto, é urgente que os assistentes sociais ampliem as recentes discussões da profissão acerca das relações étnico-raciais estabelecidas na realidade brasileira. Apenas com a ampliação do conhecimento e do debate será possível identificar o racismo estrutural que incide nas relações sociais e propor ações efetivas no combate ao racismo e na defesa intransigente dos direitos humanos.

Ao longo da história, o movimento negro se articulou em defesa por igualdade de oportunidades, pelo direito do negro em ser respeitado em sua diferença, pelo respeito e valorização da cultura afro-brasileira. O Serviço Social precisa integrar essa luta, retornar às práticas articuladas junto aos movimentos sociais e da classe trabalhadora, pois o caminho para promoção de justiça social e superação das desigualdades raciais e sociais que submetem os negros brasileiros a condições de vulnerabilidade e exclusão social ainda é longo e ultrapassa a questão da luta de classes, pois também é uma questão de cor.

¹¹ FREIRE, Simone. Pesquisa revela que racismo é recorrente no Serviço Social. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/realidade/pesquisa-revela-que-racismo-e-recorrente-no-servico-social>>. Acessado em 20/06/2019. Dados preliminares da pesquisa realizada pelo CRESS-SP com 426 profissionais.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Coleção Feminismos Plurais. Editora Letramento: 2018.

AYRES, Lygia Santa Maria. Adoção: De menor à criança, de criança a filho. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CNJ. Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do cadastro nacional de adoção do conselho nacional de justiça. Brasília, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IBGE. Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. Rio de Janeiro, 2011.

IPEA. Atlas da violência no Brasil. IPEA e FBSP, 2017.

MOURA, Clóvis. A herança do cativo. In retrato do Brasil nº 10 PP 109-113. São Paulo, Editora Três/Política Editora, 1984.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acessado em 12 de outubro de 2018.

OST, Stelamaris. Adoção no contexto social brasileiro. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 61, fev 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5881>. Acessado em 26/01/2018.

Percentual de negros nas universidades dobra em dez anos. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/percentual-de-negros-nas-universidades-dobra-em-10-anos/>>. Acessado em 25/01/2018.

Programa Altas Horas. TV Globo. São Paulo, 2015.

Racismo na adoção é mito nacional. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/racismo-na-adoao-e-mito-nacional.aspx>>. Acessado em 09/03/2016.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. In: Estudos avançados, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>. Acessado em 12 de outubro de 2018.

VOCÊ É RACISTA. Revista Galileu. São Paulo, nº 290, p. 38-49, set. 2015.

BREVES NOTAS ACERCA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Anderson Martins Silva¹

RESUMO: Este artigo objetiva caracterizar a categoria superexploração da força de trabalho, tal como desenvolvida por Ruy Mauro Marini nos anos 1970, assim como, a partir da análise dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), avaliar se houve a manutenção dos expedientes da superexploração do trabalho no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, configurando-a, assim, como um dos fundamentos da acumulação capitalista no período.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação capitalista; superexploração da força de trabalho; dependência; marxismo; Brasil

ABSTRACT:This article aims to characterize the super-exploitation of the labor force category, as developed by Ruy Mauro Marini in the 1970s, as well as, based on the data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), by the National Accounts System) and by the Latin American Institute of Socioeconomic Studies (ILAESE), to evaluate whether the records of the super-exploitation of labor force in Brazil in the first decades of the 21st century have been maintained, thus making it one of the foundations of capitalist accumulation in the period.

KEYWORDS:capitalist accumulation; super-exploitation of labor force; dependency; marxism; Brazil

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília) e mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da Prof^a dr^a Ednéia Alves de Oliveira. E-mail: anderson.martins.silva@hotmail.com. Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em um primeiro momento, procuramos levar a cabo uma caracterização da categoria superexploração da força de trabalho, tal como desenvolvida por Ruy Mauro Marini, por meio da análise das obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), *Dialéctica de la dependencia* (1991) e do diálogo com as reflexões de Osório (2013), Carcanholo (2013) e Luce (2012) acerca da problemática da dependência. No segundo momento, com o auxílio da literatura especializada, a partir da análise dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), procuramos apresentar indícios de que a superexploração do trabalho – particularmente a apropriação de parte do fundo de consumo dos trabalhadores pelo capital – conformou-se como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras décadas do século XXI. Adentremos a discussão.

2- A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência (TMD) foi desenvolvida a partir dos anos 1960, notadamente por Theotônio dos Santos (1983), Vania Bambirra (2012) e Rui Mauro Marini (1991; 2013) com o objetivo de apreender a particularidade do desenvolvimento histórico do capitalismo dependente na América Latina (AL). Tratava-se, por um lado, de um acerto de contas com as análises marxistas mecanicistas, que procuravam enquadrar o desenvolvimento particular das economias dependentes nas “formulas” extraídas da análise do desenvolvimento do capitalismo inglês levada a cabo por Marx e, por outro, de submeter a crítica a teoria do desenvolvimento produzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) ao longo dos anos 1950-1960. No bojo de tais formulações, Marini desenvolveu a categoria da *superexploração da força de trabalho como fundamento do capitalismo dependente*.

Como indica Carcanholo (2013, p. 71), não é casual o resgate a partir da segunda metade dos anos 1990 e, mais intensamente a partir dos anos 2000 da TMD (PRADO; CASTELO, 2013), uma vez que, no período o “aguçamento da condição dependente das economias periféricas, em função da implementação intensa e massiva da estratégia neoliberal de desenvolvimento tem se verificado”. Por conseguinte, o “resgate crítico dessa

tradição é fundamental para o entendimento da inserção subordinada que as economias dependentes”, particularmente as latino-americanas “apresentam na atual fase do capitalismo contemporâneo”. A seguir, procuramos resgatar as principais características da categoria superexploração da força de trabalho, tal como desenvolvidas por Marini. Assim como Carcanholo, partimos do entendimento de que apesar de em alguns momentos, Marini utilizar o termo superexploração do trabalho, o autor se referia de fato a superexploração da força de trabalho como fica evidente ao longo da leitura de sua obra.

De acordo com Marini (2013, p. 48) em *Subdesenvolvimento e Revolução*, a AL se insere no sistema capitalista mundial em formação a partir da expansão mercantilista da Europa no século XVI. A decadência posterior dos pioneiros – Portugal e Espanha – deu lugar a dominação Inglesa e a imposição de sua hegemonia sobre a região. Nos três primeiros quartos do século XIX, ao passo que o capitalismo industrial se consolidava na Europa – particularmente na Inglaterra – as economias latino-americanas foram convocadas a ter uma “participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia”. Nesse marco, ocorreu a “ruptura do monopólio colonial ibérico” e o desenvolvimento do processo de independência política na América Latina “cujo o ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes em nossos dias”. Segundo Marini, deste momento em diante, passou a ocorrer a integração dinâmicos novos países latino-americanos ao mercado mundial (MARINI, 2013, p. 48).

Com o advento dos Estados Unidos da América (EUA) e da Alemanha como potências imperialistas a partir do último quarto do século XIX, o capitalismo internacional passou por novas mudanças, no caso da AL, especialmente a partir da política adotada pelos EUA para o continente americano que, batia de frente com os interesses britânicos. Na esfera comercial, a influência norte-americana foi notável, na medida em que, passou a manifestar-se nos países da região, particularmente no Brasil, uma tendência ao direcionamento das exportações para os EUA.

No ensaio *Dialética da dependência*, Marini (1991, p. 10-11, tradução nossa) aponta que, a criação da grande indústria moderna teria enfrentado fortes obstáculos, caso não tivesse “contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional”. Sem acesso aos bens-salário fornecidos pelos países dependentes, a industrialização da Europa dependeria apenas de sua produção agrícola interna, bloqueando, deste modo, a “elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível”. Assim, a expansão da classe operária industrial, das indústrias e dos serviços verificadas ao longo do século XIX nos países industriais “não poderia ter

acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. A ampliação da oferta de meios de subsistência pelas economias dependentes teve como efeito a redução do “valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade” se traduzisse em “taxas de mais-valia cada vez mais elevadas”. Essa foi a base que permitiu a especialização dos países industriais na produção de manufaturados (MARINI, 1991, p. 14, tradução nossa).

Para além do fornecimento de bens salários aos países industriais, a América Latina (AL) também contribuiu para a conformação de um “mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial”. Conforme o economista, a exportação de matérias-primas se revelaria como a tendência mais duradoura nos países da AL (MARINI, 1991, p. 11, tradução nossa).

Porém, a contribuição da AL não se limitou ao aumento da quantidade de bens salário e matérias-primas fornecidas aos países industriais, sua participação no mercado mundial contribuiu mais de fundo para que o “*eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa*”, implicando que a acumulação capitalista passasse a “depende mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”. No entanto, o processo sinalizado, ocorreu “fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador” na AL, dando a dependência latino-americana um caráter contraditório (MARINI, 1991, p. 11, tradução nossa).

Segundo Marini (1991, p. 21-22, tradução e grifos nossos), na troca entre as economias dependentes e as industriais, dada a maior produtividade do trabalho nas últimas, essas se apropriavam de parte da mais-valia produzida nas primeiras, configurando-se uma *troca desigual*. As nações prejudicadas não procuraram corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, optando por compensar a “perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador”. Assim, no marco da troca desigual, a “apropriação do valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação”.

Com o objetivo de compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual com os países industriais, as economias dependentes reagiram a partir do plano da produção interna, implementando a superexploração da força de trabalho por meio do *aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho* e, por fim, *convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital*.

Segundo Marini (1991, p. 24, tradução e grifos nossos), os três mecanismos destacados “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva”. Em tais circunstâncias, a produção nas economias dependentes se fundamenta no uso *intensivo e extensivo da força de trabalho*, permitindo a diminuição da composição orgânica do capital, que combinada a “intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro”. Deste modo, temos que,

[...] nos três mecanismos considerados, a *característica essencial*, está dada pelo fato de que *são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, e no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar a força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1991, p. 24-25, tradução e grifos nossos).

Como destaca Osório (2013, p. 49, grifos do autor), a “superexploração é uma *forma particular de exploração* e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o *valor da força de trabalho é violado*”. De acordo com o autor (OSÓRIO, 2013, p. 69), a categoria da superexploração da força de trabalho, tal como desenvolvida no bojo da TMD “constitui o eixo de uma proposta teórica central para tornar inteligíveis os processos e relações que operam no capitalismo dependente em sua imbricação com o sistema mundial capitalista”. Ainda, conforme Carcanholo (2013, p. 76), a “(super)exploração da força de trabalho, antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve”, configurando-se como uma “determinação da lógica objetiva do capitalismo”. Cabe ressaltarmos que tal forma de exploração da força de trabalho foi considerada por Marx (2017, p. 274, grifos nossos) no livro III de O Capital – ainda que apenas empiricamente e não como uma categoria– uma das “*causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro*”.

Da perspectiva da TMD, a superexploração da força de trabalho constituiu-se como fundamento da economia dependente. Segundo Marini (2013, p. 37, grifos nossos), a industrialização em condição de dependência, particularmente a partir de 1930, estava voltada fundamentalmente para a *substituição de importações necessárias ao consumo das camadas médias e altas da sociedade*, de modo que, para propagar a dinâmica “desta estreita faixa do mercado” o poder de compra era “subtraído dos grupos de menor renda, isto é, das massas trabalhadoras” por meio de sua submissão à *superexploração*, ou seja,

pela implementação de “*remunerações inferiores ao valor real de sua força de trabalho*” (MARINI, 2013, p. 37, grifos nossos).

Para além da superexploração, também se constituiu como característica do desenvolvimento das economias dependentes, o aumento da *taxa de exploração* e de *mais-valia* por meio do recurso ao aumento da *produtividade do trabalho*. Segundo nosso economista, o movimento sugerido tinha como base à,

[...] importação de tecnologia e capitais estrangeiros, que, por sua vez, estão referidos a padrões de consumo acessíveis apenas aos grupos de alta renda, de modo que se mantém a tendência à compressão do consumo popular e se acentua o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas (MARINI, 2013, p. 37-38).

Conforme o autor, a importação de tecnologias modernas de produção por países onde predominava a superexploração, contribuía para agravar a situação dos trabalhadores, na medida em que, expandia acentuadamente o desemprego e subemprego, dando origem um amplo *exército industrial de reserva, sem o qual, não seria possível manter a superexploração da força de trabalho*.

Como procuramos evidenciar, para Marini, a superexploração da força de trabalho consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor em decorrência do *aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e da conversão do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital*, de modo que, são negadas aos trabalhadores as condições de reprodução normal de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Tal foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia – troca desigual - para os países industriais e garantir seus lucros. Assim, da perspectiva de Marini (2013, p. 52), a “*superexploração do trabalho constitui [...] o princípio fundamental da economia subdesenvolvida*” com todas as mazelas sociais – “baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” – que marcam o capitalismo dependente.

3- RELAÇÕES ENTRE O FUNDO DE CONSUMO DO TRABALHADOR E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Nesse momento do artigo, procuramos chamar a atenção para os indícios de que a apropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capital permanece como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, a partir do recurso a literatura especializada, abordaremos os dados acerca da distribuição de renda disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE)

Segundo o ILAESE (ROMERO et al, 2014), entre 1970 e 2011 a produção de riqueza e a população brasileira aumentaram mais de duas vezes. Do ponto de vista populacional passamos de 93,1 milhões na década de 1970 para 192,4 milhões em 2011. Do ponto de vista da produção de riqueza, nosso Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) era na década de 1970 de 5.238 dólares por habitante, ao passo que em 2011 passamos a produzir 12.688 dólares por habitante.

A observação dos dados disponibilizados pelo DIEESE (2017) acerca da variação do salário mínimo real entre 1983 e 2016 – valores corrigidos em R\$ de 2016 –, permite distinguirmos duas trajetórias distintas. No período entre 1983 (R\$ 870,88) e 1995 (R\$ 383,73) há continuidade do arrocho salarial iniciado pela ditadura, visto que, a trajetória é de queda acentuada do poder de compra dos salários, enquanto, a partir de 1996 (R\$ 389,65) inicia-se a reversão dessa trajetória que se intensifica ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), culminando em 2016 (R\$ 880,00) na aproximação do valor real do mínimo vigente no início dos anos 1980.

Considerados somente os rendimentos dos assalariados – Índice de Gini –, entre 1970 e 1990 a trajetória foi de aumento da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, enquanto, de 1990 a 2011 verificou-se uma trajetória de diminuição da desigualdade entre os mesmos. Considerando que quanto mais próximo de zero menos desigual é a distribuição dos rendimentos do trabalho, em 1970 o Índice de Gini brasileiro era de 0,582, ao passo que, em 1980 chegou a 0,589 elevando-se em 1990 para 0,614. A partir de 1990 o índice volta a baixar variando para 0,595 em 2000 e 0,543 em 2010 e 2011 (ROMERO et al, 2014).

Apesar da melhoria do salário real e da melhoria da distribuição de renda sinalizadas, respectivamente, pelos dados do DIEESE e pela variação do índice de gini, não devemos nos enganar. O recurso a comparação dos salários nos governos do PT com os salários na década de 1980 com intuito de demonstrar os ganhos reais dos trabalhadores ao longo dos governos do PT, contribui para o ocultamento da situação real dos trabalhadores no que diz respeito ao salário mínimo, visto que, a comparação do valor do mínimo em 2016 com o seu valor no ano de sua implantação 1940 revela que ao fim da política de valorização do salário mínimo implementada pelo PT, o salário mínimo correspondia apenas a 50% de seu valor em 1940 (CARTA CAPITAL, 2017).

A comparação da variação do salário mínimo nominal com a variação do *salário mínimo necessário* – definido na Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936, Decreto Lei nº 399 –

não deixa dúvidas ao evidenciar que tanto durante os governos da década de 1990 quanto a partir de 2003 sob os governos do PT – 95% dos empregos gerados sob Lula corresponderam a remunerações de até 1,5 salários mínimos (POCHMANN, 2012) – os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros se mantiveram abaixo do valor de sua força de trabalho. Tomando como base o mês de janeiro, em 1995 – início do governo FHC – o salário mínimo nominal era de R\$ 70,00 ao passo que o salário mínimo necessário era de R\$ 723,82 (mais de sete vezes o valor do primeiro); em 1999 – segundo mandato FHC – eram respectivamente R\$ 130,00 e R\$ 880,93; ao fim do primeiro mandato de Lula em janeiro de 2007 eram R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61 (mais de quatro vezes o valor do primeiro); no início do primeiro mandato de Dilma em 2011 o mínimo nominal era R\$ 540,00 e o mínimo necessário era R\$ 2.194, 76; na iminência do golpe em 2016 verificamos respectivamente, R\$ 880,00 (mínimo nominal) e R\$ 3.795,24 (mínimo necessário); em 2017 observamos um salário mínimo nominal de R\$ 937,00 e o mínimo necessário de R\$ 3.811,29; em 2018 correspondia respectivamente a R\$ 954 e R\$ 3.752,65 e por fim; em 2019 verificamos um salário mínimo nominal de R\$ 998,00 e um mínimo necessário de R\$ 3.928,73 (DIEESE, 2019). Os dados apontados revelam que, apesar da política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT, a superexploração do trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI, de modo que, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta grandes dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais.

Além dos indicadores de distribuição pessoal da renda (DPR) fornecidos pelas PNADs e Censos do IBGE que captam a “distribuição dos rendimentos que as pessoas, famílias ou domicílios recebem”, e do Índice de Gini comumente utilizados pelos especialistas ao discutir a evolução da desigualdade social no Brasil, consideramos necessário para uma caracterização mais precisa da situação vigente no país a observação do indicador de distribuição funcional da renda (DFR). O DFR consiste em uma “ótica de análise distributiva que visa analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional (RN) entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho)”, ou em outras palavras, nos permite observar a distribuição da renda entre os capitalistas, os trabalhadores e os proprietários de terra, considerando a parcela da renda correspondentes a salários, lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017, p. 16). Assim:

A DFR é considerada uma Distribuição Primária da Renda, pois se refere à renda antes das transferências e dedução de impostos, ou seja, antes de qualquer redistribuição dos rendimentos. Assim, esse é um dos motivos que justificam a importância de uma análise conjunta da DFR e DPR para uma compreensão mais acurada do quadro distributivo, visto que os dois tipos de distribuição são mensurados em momentos diferentes do processo de apropriação da renda (PEREIRA, 2017, p. 17).

Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2017), Pereira (2017) nos informa que, somados o conjunto dos rendimentos dos trabalhadores e dos autônomos, a participação dos Rendimentos do Trabalho na Renda Nacional caiu de 52% para 46% entre 1990 e 1994, se elevou 10% entre 1994 e 1995 (56%) – período de implementação do Plano Real – e voltou a cair sistematicamente até o ano de 2004 quando correspondia a cerca de 50% da Renda Nacional. Entre 2004 e 2014, verificamos uma nova trajetória, ocorrendo a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda do país, que passou de 50% em 2004 para 52% em 2014, pouco acima do nível verificado em 2003 (51%) após dois mandatos de FHC. A consideração dos rendimentos dos autônomos como parte do rendimento do trabalho pode levar a superestimação ou subestimação destes últimos, vejamos como variou a parcela dos salários na Renda Nacional sem considerar os rendimentos dos autônomos. Nas condições demarcadas, a parcela dos salários variou de 45% em 1990 para 40% em 1994, subindo para 42% em 1995 e, partir de então estabeleceu-se uma trajetória de queda até 2004 quando voltou a corresponder a aproximadamente 40% da Renda Nacional, tal como em 1994. De 2004 a 2014 verificamos uma trajetória ascendente com variação dos rendimentos do trabalho de aproximadamente 40% em 2004 para 43% da Renda Nacional em 2014, acima dos 39% observados em 2003 ao fim dos governos FHC.

Ao compararmos a relação entre os salários reais (SR) e a produtividade do trabalho na década de 1990 e nos anos 2000, percebemos dois movimentos distintos. Entre 1990 e 2000, exceto no ano de 1999, ocorreu um forte aumento da produtividade do trabalho, ao passo que entre 2000 e 2006 a produtividade se estabiliza, voltando a crescer no período 2006-2013. Enquanto isso, após uma forte queda do SR entre 1990 e 1991, o valor do SR foi retomado em 1993, verificando-se entre 1993 e 2003 uma estabilidade dos salários com tendência decrescente, a partir de então verificou-se um forte aumento dos salários reais até 2013 (PEREIRA, 2017). Assim, observamos que, de um lado, entre 1993 e 2003, dada a estabilidade com tendência decrescente do SR, o aumento da produtividade do trabalho no período contribuiu sobremaneira para a diminuição da parcela dos salários na RN e, por outro, a forte tendência de alta do SR entre 2003 e 2013 constituiu-se como uma das grandes responsáveis pela elevação da parcela dos rendimentos do trabalho na RN no período. Como sinaliza Luce (2012), a pequena melhoria da participação dos trabalhadores

na RN que destacamos, não foi capaz de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho.

Ainda no âmbito da renda, com relação as políticas de transferência de renda, acreditamos ser fundamental para a compreensão da postura do Estado frente as classes em luta no período, a consideração tanto das transferências feitas a classe trabalhadora, quanto daquelas feitas ao capital e suas diferentes frações, via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, investimentos estatais e isenções fiscais. O governo FHC pagou ao capital financeiro entre 1994 e 2002 R\$ 6,1 trilhões, enquanto nos dois mandatos de Lula foram pagos R\$ 5,7 trilhões e sob Dilma até 2012 haviam sido pagos R\$ 1,46 trilhão. Apesar do volume dos pagamentos referidos o valor da dívida só aumentou, era de R\$ 0,3 trilhão em 1994, R\$ 1,2 trilhão em 2002, R\$ 2,7 trilhões em 2010 e R\$ 3,7 trilhões em 2012. Assim no período de 1995 a 2010 a participação dos ativos dos bancos no PIB brasileiro cresceu substancialmente, intensificando-se sobremaneira ao longo dos dois mandatos de Lula. Verificamos que em 1995 o PIB foi de R\$ 2,341 trilhões e a participação dos ativos bancários de R\$ 0,598 trilhão (26% do PIB) em 2000, respectivamente, R\$ 2,689 trilhões e R\$ 1,252 trilhão (47% do PIB), em 2003 R\$ 2.720 trilhões e R\$ 1.331 trilhão (49% do PIB), e por fim em 2010 o PIB de R\$ 3,674 trilhões foi ultrapassado pelos ativos nas mãos dos bancos que atingiram o valor de R\$ 4,385 trilhões de reais (119% do PIB) (ROMERO et al, 2014).

Observamos que o programa Bolsa Família – carro chefe da política social na era PT – transferiu aos trabalhadores em 2011 e 2012, respectivamente, R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões, ao passo que, nos mesmos anos, o governo transferiu ao capital financeiro via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, respectivamente, R\$ 708 bilhões e R\$ 753 bilhões, ou seja, aproximadamente 42 vezes o valor transferido aos trabalhadores por meio do Bolsa Família (ROMERO et al, 2014).

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que, parte significativa da inserção da classe trabalhadora no consumo a partir dos anos 2000 se baseou na expansão do crédito verificada ao longo dos governos PT, ou seja, na subordinação ainda maior dos trabalhadores ao capital financeiro pela via do endividamento e na formação de bolhas especulativas, dada a incerteza acerca da solvência da dívida contraída pelos trabalhadores (ROMERO et al, 2014). Segundo a Associação Brasileira de Bancos – ABBC (2018), em dezembro de 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, 24% das famílias brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, ao fim do segundo, 39% haviam se endividado; dando continuidade a trajetória de endividamento crescente das famílias ao longo dos governos PT, em dezembro de 2015 meses antes do golpe, 45% das famílias encontravam-

se endividadas. O quadro fica mais completo, quando observamos que, parte significativa do endividamento das famílias – aproximadamente 25% em 2015 – ocorreu na compra da casa própria, que ao nosso ver, foi estimulada em grande medida pela execução do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados apresentados evidenciam a manutenção da dominância financeira sobre a economia brasileira – característica do neoliberalismo – ao longo dos governos do PT (GONÇALVES, 2012; 2013).

Assim do ponto de vista da renda, como destacado por Luce (2012), a privação hodierna de amplas camadas da classe trabalhadora brasileira do acesso à alimentação normal, habitação, vestuário, higiene e transportes sugere que, apesar dos esforços levados a cabo pelo PT por meio das políticas de valorização do salário mínimo e da transferência de renda via Bolsa Família, a superexploração da força de trabalho por meio da apropriação pelo capital de parte do fundo de consumo dos trabalhadores permanece como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nesse início de século XXI.

4- CONCLUSÃO

Como destacamos na no ponto 2, para Marini, a superexploração da força de trabalho consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor em decorrência do *aumento da intensidade do trabalho*, do *prolongamento da jornada de trabalho* e da *conversão do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital*, de modo que, são negadas aos trabalhadores as condições de reprodução normal de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Essa foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia aos países industriais e garantir seus lucros. Assim, da perspectiva de Marini, a superexploração da força de trabalho constitui o fundamento sob o qual se desenvolveram as economias dependentes.

Apesar da melhoria do salário real e da melhoria da distribuição de renda sinalizadas, respectivamente, pelos dados do DIEESE e pela variação do índice de gini, não devemos nos enganar. O recurso a comparação dos salários nos governos do PT com os salários na década de 1980 com intuito de demonstrar os ganhos reais dos trabalhadores ao longo dos governos do PT, contribui para o ocultamento da situação real dos trabalhadores no que diz respeito ao salário mínimo, visto que, a comparação do valor do mínimo em 2016 com o seu valor no ano de sua implantação 1940 revela que ao fim da política de

valorização do salário mínimo implementada pelo PT, o salário mínimo correspondia apenas a 50% de seu valor em 1940 (CARTA CAPITAL, 2017).

Por fim, os dados apontados revelam que, a política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT e as transferências de renda via Bolsa Família, não foram capazes de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho no Brasil, existindo indícios de que a superexploração do trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI, de modo que, em 2019 a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta grandes dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais.

5- BIBLIOGRAFIA

- ABBC. *Endividamento das famílias*. 2018, disponível em <<http://www.abbc.org.br/images/content/Endividamento%20das%20Fam%C3%ADias%20-%20Mar%C3%A7o%202018.pdf>>. Acesso em 24/11/2018.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho. In ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.
- DIEESE. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html, acesso em 24/06/2019.
- _____. Política de valorização do salário mínimo: depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC). *Nota técnica* n.166, jan, 2017.
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Belo Horizonte: Vega, 1983.
- IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*. 2017.
- GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. 2013. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf. Acesso em: 30/06/2018.
- _____. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*. São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.
- LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, p.119-141, junho. 2012.
- MARINI, R. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4°. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1991.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OSÓRIO, J. Fundamentos da superexploração. In ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.

PEREIRA, D. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Natal, 2017, 106 pp. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO, F; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil Contemporâneo. *Pensata*, São Paulo, v. 3, n° 1, dezembro. 2013.

ROMERO et al, D. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT*. São Paulo: ILAESE, 2014.

VELOSO, F; VILLELA, A et al. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro v. 62, n. 2 / p. 221–246, Abr-Jun, 2008.

TRUFFI, Renan. A conta chegou... para os pobres. In Carta Capital 12/01/2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/934/a-conta-chegou-para-os-pobres> . Acesso em 20/09/2018.

MEMÓRIA E QUALIDADE DE VIDA

Uma ação interdisciplinar com vistas ao envelhecimento ativo e saudável

Anna Cláudia Rodrigues Alves¹
Giovanna Mattos de Almeida Oliveira²
Lúria Rezende de Oliveira³
Thaynara da Cruz campos⁴

Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

Resumo: Este trabalho apresenta projeto de extensão que tem por objetivo estimular e aprimorar o desempenho da memória, a partir da valorização das lembranças e experiência dos participantes. Em atividade desde 2014, destina-se a idosos(as) a partir dos 60 anos de idade, sendo desenvolvido por uma equipe de assistentes sociais e bolsistas de Psicologia e Serviço Social da UFJF. Com uma abordagem reflexiva, dialógica e interdisciplinar, considera-se que o projeto vem contribuindo para o fortalecimento da identidade, autonomia, e melhoria da qualidade de vida dos idosos, com base nos resultados analisados.

Palavras-chave: memória; lembrança; envelhecimento.

Abstract: This work presents the extension project that aims to stimulate and improve memory performance, based on the appreciation of the memories and experience of the participants. In activity since 2014, it is aimed at the elderly from the 60 years old, being developed by a team of social workers and scholarship holders of Psychology and Social Service of UFJF. With a reflexive, dialogic and interdisciplinary approach, it is considered that the project has contributed to the strengthening of the identity, autonomy, and improvement of the quality of life of the elderly, based on the analyzed results.

Key words: memory; remembrance; aging.

¹Assistente Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Mestre em Saúde Coletiva pela UFJF (alves.acr@gmail.com).

² Discente de Serviço Social da UFJF (giovannaoli72@gmail.com).

³ Discente de Serviço Social da UFJF (luria.rezende@hotmail.com).

⁴ Discente de Psicologia da UFJF (thaynaracampos28@gmail.com).

1. INTRODUÇÃO

O Brasil vive um processo de envelhecimento populacional e a cada década há um aumento significativo do percentual de idosos. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223% - aproximadamente 694 milhões no número de pessoas mais velhas (ARAÚJO *et al*, 2012). Seguindo esta tendência, o Brasil não deve ser considerado mais um país de jovens, pois de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera-se uma população envelhecida quando a proporção de pessoas com 60 anos ou mais atinge 7%, com tendência a crescer (ASSIS; PORTO; SOARES, 2003).

Apesar do envelhecimento populacional crescente, o contexto atual tem se caracterizado pela valorização da inovação em nome da modernidade e desenvolvimento em nível global, secundarizando tradições, experiências e sabedorias ancestrais. As rápidas mudanças nos padrões de produção e consumo vêm imprimindo, a indivíduos e populações, um processo de inovação permanente em que a experiência acumulada é menos apreciada que o projeto individual de vida, de realização profissional, econômica e social (MAGALHÃES, 1987).

A perda da continuidade, fato marcante da sociedade industrial e de serviços, impacta no detrimento da função social da memória e da experiência, exercidas pelos sujeitos que envelhecem, enquanto instrumentos e conteúdos fundamentais de diálogo entre as gerações (BOSI, 1994).

Para o autor, a memória constitui-se num elemento determinante à construção da identidade individual e coletiva, na medida em que possibilita a releitura do passado como forma de construir e dar significado ao tempo presente, porém, a sociedade atual oferece poucas oportunidades para que a lembrança seja ativada e exercitada.

Partindo destas considerações, o projeto de extensão “Memória e Qualidade de Vida” foi criado, em 2014, visando proporcionar aos idosos um espaço de compartilhamento de saberes, lembranças e experiência, com potencial para a construção coletiva de conhecimentos. Sob coordenação do Serviço Social do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento – programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da UFJF em atividade há 38 anos – o projeto pauta-se numa concepção de velhice e envelhecimento que reconhece sua heterogeneidade, isto é, as diferentes trajetórias de participação dos sujeitos idosos que, por sua vez, relacionam-se às de classe, gênero e geração às quais pertencem (CUNHA, 2009). Nesta perspectiva,

desenvolve suas ações de modo a oportunizar a efetiva troca entre os participantes de práticas relativas à rememoração, com a incorporação de estratégias que fortaleçam sua autonomia e identidade, através de uma abordagem reflexiva, que dialoga com as diferentes trajetórias supracitadas. Com isso, a experiência adquire um novo significado, tornando-se instrumento de compreensão e construção do tempo presente, ao contrário da ideia de inutilidade a ela associada pela sociedade contemporânea.

Segundo Delgado (1998), a história de vida dos sujeitos está contida na memória que, por sua vez, constitui-se num processo cognitivo complexo que possibilita o armazenamento de informações e abarca um conjunto de habilidades. Não é um acúmulo aleatório de dados, mas um processo de seleção das pessoas, momentos e sentimentos, de acordo com os significados que esses elementos vão adquirindo no interior da vida das pessoas e em suas relações com a família, a escola, a profissão, enfim, com seus grupos de convívio e de referência. Mais que a evocação de informações, envolve aquisição, gravação e conservação, possuindo a capacidade de modificar o comportamento em função de experiências anteriores (LENT, 2001).

Para Bosi (1987), a memória é uma conservação do passado: esta sobrevive, quer chamada pelo presente sob a forma de lembranças, quer em si mesma, em estado inconsciente. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Refletindo todo um universo de representações e significados, a memória, atualizada pela categoria lembrança, constitui, ela própria, uma representação que os sujeitos fazem de sua própria vida (FERREIRA, 1998).

Tomando a memória como recurso de intervenção com idosos(as), é possível, portanto, provocar o surgimento de diferentes lembranças e experiências ocorridas nas diferentes fases da vida, objetivando a promoção do resgate da sua história. Esta intervenção pode se dar por meio de técnicas de relaxamento e atenção em nível grupal, em um formato de oficina (YASSUADA, 2002), como no caso do presente projeto. Com base em esclarecimentos sobre a memória, seu funcionamento e peculiaridades, os participantes são estimulados a refletir sobre as possíveis aplicações deste conhecimento na vida cotidiana e a expor seus saberes e vivências sobre o assunto (ALMEIDA *et al*, 2007). Este trabalho mnemônico, quando focado em histórias de vida possibilita, portanto, conhecer o processo de construção identitários dos sujeitos (CORREA; JUSTO, 2010), e enfatiza um determinado tipo de memória definido por Hazin, Falcão e Lemos (2012) como memória de longo prazo/declarativa/autobiográfica, com potencial de mudanças ou de estabilidade no decorrer da vida. Este potencial motiva o presente projeto a dar seguimento às suas ações

com vistas ao aprimoramento do desempenho da memória dos(as) idosos(as) assistidos(as) pelo referido programa de extensão, a partir de uma abordagem problematizadora e interdisciplinar capaz de favorecer um processo de envelhecimento mais autônomo, ativo e saudável.

2. DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, o projeto envolve a preparação e atualização da equipe para as atividades, a partir do estudo e discussões teóricas feitas sobre as temáticas “envelhecimento” e “memória”, implicando seu aprofundamento teórico e científico acerca da realidade a ser trabalhada.

A execução da oficina se dá por meio de dez encontros semanais de, aproximadamente, duas horas, e acontece na sede do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento da UFJF. A partir da realização de vivências, de práticas mobilizadoras do grupo, e de exercícios de estimulação da atenção, acompanhados de conteúdo informativo, são trabalhados junto aos(as) participantes os principais aspectos da memória, numa perspectiva reflexiva e interdisciplinar.

O público alvo compreende idosos(as) em idade igual ou acima de 60 anos, sendo oferecidas, até o momento, sete turmas, com média de 18 vagas por turma, e atendimento de 96 pessoas.

As inscrições dos interessados são feitas presencialmente, por meio do preenchimento de uma ficha de identificação, com posterior levantamento de seu perfil cognitivo, através da aplicação, por parte da equipe, do Mini-Exame do Estado Mental (MEEM), enquanto instrumento de rastreio cognitivo validado cientificamente, e do instrumento de avaliação prévia, voltado à identificação de expectativas, queixas e auto percepção da memória.

Os encontros, por sua vez, são assim organizados: 1. “O que é Memória?”, com a introdução do conceito de memória junto aos participantes; 2. “Memória e seus aspectos”, quando são apresentados os tipos de memória; 3. “Relembrando momentos”, que estimula as lembranças do grupo, a partir da memória visual; 4. “Cantando e encantando”, com ênfase na memória auditiva; 5. “Aguçando os sentidos”, em que são trabalhadas as memórias

olfativa, tátil e gustativa; 6. “Atenção e descontração”, quando aborda-se os processos de atenção e concentração; 7. “Memória e trajetória política”, voltado ao resgate da história de participação social do grupo, com discussão das políticas sociais voltadas ao público idoso; 8. “Desafiando a memória de curto prazo”, que estimula este tipo de memória de forma lúdica e interativa; “Encontro a lá carte”, com temática a ser escolhida pelos participantes para aprofundamento; 10. “Recordar é viver!”, encontro final para avaliação das atividades da oficina e confraternização do grupo.

Ressalta-se que ao final de cada encontro são disponibilizados exercícios de estimulação da memória, a serem realizados pelos participantes ao longo da semana, como continuidade das práticas e estratégias da oficina, além de formulários individuais de avaliação das atividades desenvolvidas, semanalmente.

Além das avaliações por encontro, os instrumentos de avaliação aplicados antes e ao término da oficina junto aos participantes, isto é, quando estes concluíram sua passagem pelo projeto, são utilizados para dimensionar os resultados e impacto da oficina no desempenho de sua memória. Tais instrumentos compreendem os indicadores referentes à capacidade de atenção e concentração destes sujeitos; seu nível de utilização da memória, quanti e qualitativamente; bem como suas queixas de memória, antes e depois da oficina; a utilização de alguma estratégia de memorização aplicada na oficina; e o atendimento de suas expectativas, com espaço para relato de possíveis críticas, elogios e sugestões a serem feitas para o aprimoramento do projeto.

Com base nos dados coletados e analisados referentes à totalidade das turmas atendidas pelo projeto, foi possível verificar que 99% dos participantes apresentaram no MMS pontuação acima do valor mínimo estimado para não ser cogitado possível diagnóstico de demência, com base em seu grau de escolaridade; 82% relataram melhora da memória, e a maior utilização da mesma (72,3%) desde que começaram a oficina; 98,8% afirmaram utilizar alguma estratégia de memorização trabalhada na oficina; e 95% tiveram suas expectativas atendidas, em grande parte, pela mudança de percepção e redimensionamento mais positivo de suas queixas (25% deixaram de apresentar queixas, ao término da atividade):

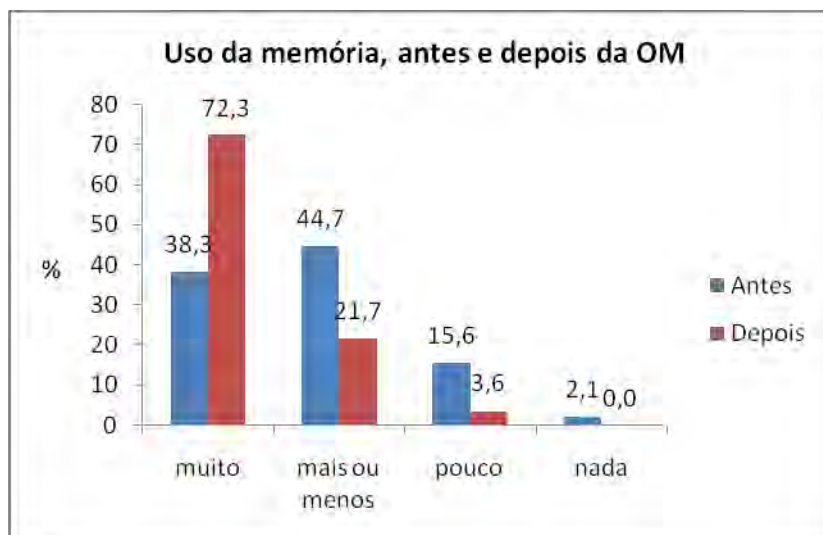


Gráfico 1. Uso da memória, antes de depois da oficina.



Gráfico 2. Auto avaliação da memória desde que começou a oficina.

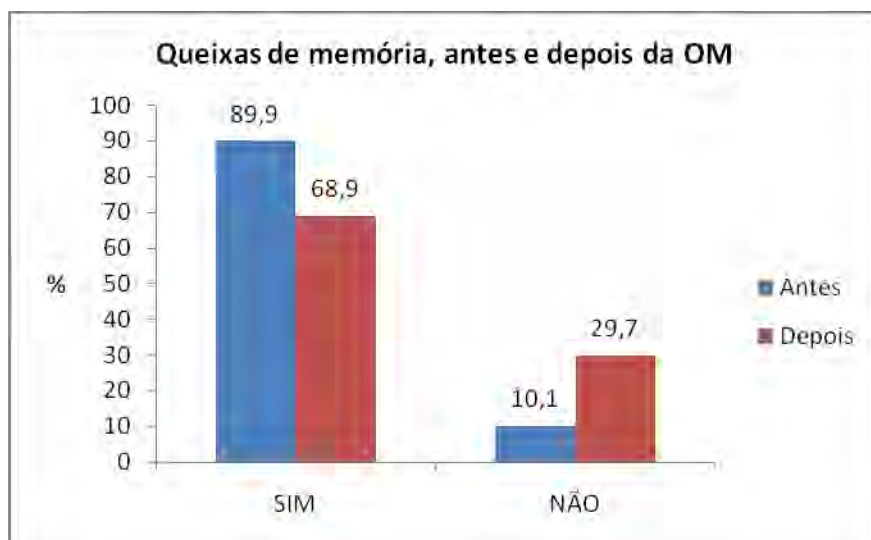


Gráfico3. Queixas de memória antes e depois da oficina.

Os dados obtidos e a análise dos resultados permitem, portanto, um maior conhecimento do perfil cognitivo do público alvo, e o conseqüente aprimoramento das ações e respostas coletivas às suas necessidades de saúde. A sistematização destes dados, por fim, subsidia também a elaboração de instrumentos de pesquisa, visando potenciais produções e publicações científicas, favorecendo o intercâmbio profissional e institucional, bem como a ampliação de iniciativas nesta linha.

3. CONCLUSÃO

Discutir o papel da memória no processo de envelhecimento significa abordar o locus privilegiado de construção da identidade do ser velho e suas estratégias de afirmação nos espaços sociais (FERREIRA, 1998). Com esta perspectiva, o projeto segue suas ações enquanto estratégia de rememoração e reflexão dos idosos participantes, despertando-os para a importância da memória como forma de trocar experiências e compreender questões que envolvem o curso da vida, construindo um quadro analítico sobre este.

Desta forma, busca contribuir para a reconstrução dos traços coletivos da memória destes sujeitos, identificando os suportes materiais e simbólicos em torno dos quais se desenvolvem suas lembranças. Contribuições estas, também expressas na aquisição de “novos conhecimentos”, “reflexões sobre a memória”; maior “convívio social”, “amizades”; além da “melhora na saúde” e na “qualidade de vida”, segundo relatos feitos pelos próprios participantes na avaliação qualitativa das edições anteriores da oficina. Somam-se a isso, os resultados positivos apresentados, quantitativamente, confirmando a contribuição do projeto para a potencialização da cognição dos participantes, e promoção do envelhecimento ativo e saudável.

O impacto social constatado vai ao encontro dos propósitos do Polo, a saber: o aprendizado, a integração grupal e o convívio em sociedade de seus participantes; elementos determinantes para uma vivência mais consciente e autônoma do processo de envelhecimento, foco das ações do projeto. A efetivação e ampliação destas ações, portanto, reforça o compromisso social da Universidade com a promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, do ponto de vista da cidadania e qualidade de vida dos idosos, e com a análise dos determinantes,

consequências e oportunidades do processo de envelhecimento, subsidiando planejamentos e definições de políticas mais condizentes com a realidade desta população, em nível local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.H.M. BEGER, M. L. M., WATANABE, H. A. W. “Oficina de memória para idosos: estratégia para promoção da saúde.” Interface -Comunic., Saúde, Educ., Saúde, Educ. v.11, n.22, p.271-80, mai/ago 2007.

ARAÚJO, P.O., SILVEIRA, E.C., RIBEIRO, A.M.V.B. & SILVA, J.D. “Promoção da saúde do idoso: a importância do treino da memória”. Revista KairósGerontologia, 15(8), pp.169-183, dez/2012. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SPASSIS, E.F.C., PORTO, C.C. & SOARES, A.T. “Envelhecimento Populacional Brasileiro e o Aprendizado de Geriatria e Gerontologia”. Revista da UFG,5(2), 2003. Recuperado em 8 setembro, 2012, de: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/idoso/envelhecimento.htm

BOSI, Ecléa. “Memória e Sociedade”. Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. p.73-91.

CORREA, M.R.; JUSTO, J.S. “Oficinas de Psicologia: memória e experiência narrativa com idosos”. Est. Inter.Psicol., Londrina,v.1, n.2, p.249-256,2010.

CUNHA, E.S. Velhices: Múltiplas faces de um processo socialmente construído. Juiz de Fora: 2009. 244p. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – UFJF

DELGADO, J. A. “Experiência e significado: um estudo das memórias de velhos trabalhadores.” Rio de Janeiro: 1996. 164 p. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – UFRJ.

FERREIRA, M. L. M. “Memória e Velhice: do lugar da lembrança”. In: LINS de BARROS, M.M. (org). Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológico sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.207- 222.

HAZIN, I., LEMOS, C. A., DA ROCHA FALCÃO, J. “Evidências científicas e modelos conceituais da memória autobiográfica: subsídios para a reabilitação neuropsicológica”. In J. Abrisqueta-Gomez (Org.), Reabilitação Neuropsicológica: metodologia científica e modelos conceituais na prática clínica. Porto Alegre: Artmed, pp. 154-167, 2012.

LENT R. “Cem bilhões de neurônios: os conceitos fundamentais da neurociência.” Editora Atheneu. São Paulo, 2001.

MAGALHÃES, D. N. “Invenção social da velhice”. Rio de Janeiro: /s.ed./, 1987. 98p.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS
Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

YASSUDA, M. S. "Memória e Envelhecimento Saudável." In: Freitas E.V. et al. (Org.) Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: GuanabaraKougan, p. 914-920, 2002.

RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO GERACIONAL: AS JUVENTUDES NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Bruna Carolina Silva dos Reis¹
Patricia Leme de Oliveira Borba²

Eixo: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital

Resumo: A partir da perspectiva da juventude enquanto categoria plural, pretende-se discutir as relações de exploração e opressão geracional desse grupo na sociedade capitalista pautadas na análise do trabalho, educação e violência. Assim, ressalta-se a importância do Serviço Social no que tange às temáticas das juventudes e da questão social de forma imbricadas diante da ofensiva do capital e das formas de exploração/opressão.

Palavras-chave: Juventudes. Trabalho. Educação. Violência. Serviço Social.

Abstract: From the perspective of youth as a plural category, we intend to discuss the relations of exploitation and oppression generational of this group in capitalist society based on the analysis of work, education and violence. Thus, the importance of Social Work in relation to the themes of youth and the social question is emphasized in the face of the offensive of capital and the forms of exploitation/oppression.

Keywords: Youth. Work. Education. Violence. Social Work.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: brunareis@gmail.com

² Professora do curso de Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Professora Orientadora. E-mail: paborbato@gmail.com

I. JUVENTUDES: UMA PERSPECTIVA PLURAL

A categoria juventude construiu-se a partir de diversas definições debruçadas sob critérios históricos e culturais. Entender o jovem como sujeito social, ou seja, como um ser singular dotado de uma história e da capacidade de interpretar o mundo e dar-lhe sentido, dando também sentido à posição que ocupa nele, suas relações com outros sujeitos e sua própria história e singularidade (DAYRELL, 2003) tem-se feito necessário e presente em diversas pesquisas e campos de atuação.

No Brasil, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), foram definidas legalmente as categorias Infância e Adolescência, assim, entende-se como criança aquele ou aquela com 12 anos incompletos, e adolescente aquele que tem entre 12 e 18 anos incompletos. No entanto, faz-se necessário destacar que o “ser jovem” varia conforme o tempo e o espaço, conforme a cultura e as características de cada sociedade. Margulis e Urresti (1998) afirmam que a juventude é um signo, uma construção social, entretanto sem deixar de articular-se com a condições sociais e histórico-culturais que jamais serão homogêneas entre eles.

Assim, faz-se necessário compreender que não se oferece de forma igual para todos os integrantes da categoria jovem as condições históricas, culturais e sociais e, com isso, não trataremos de uma juventude homogênea, ainda que partamos da perspectiva de que a juventude, de forma genérica no âmbito da sociabilidade capitalista, “surja” enquanto um tempo acrescido de preparação para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe (ABRAMO & BRANCO 2005); mas atravessada por diversos fatores que produzam a compreensão de que “os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso, econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc.” (FRIGOTTO, 2004, 181).

Dessa forma, compreenderemos a juventude em uma condição de Juventudes, assumindo uma perspectiva plural entendendo e dialogando a partir das inúmeras diferenças existentes no interior dos grupos juvenis. Assim como abordado por Borba (2012), compreenderemos principalmente essa condição como um momento de reavaliação de valores e conceitos, na perspectiva de busca pela autonomia e de identificação com grupos, a partir de um processo dialético de identificação/desidentificação procurando encontrar seu lugar no mundo; mas ainda sempre atravessados por categorias como gênero, classe social, etnia e faixa etária.

Com isso, apreende-se que as características biológicas não devem determinar de forma a totalizar a condição juvenil em apenas um corpo. É necessário realizar as diversas

apreensões que incluem o fator geracional da mesma forma que a circunstância cultural inscrita e pertencente àquela sociabilidade, socializada, assim, em diferentes códigos, capaz de apreender novos modos de ser (MARGULLIS E URRESTI, 1998), bem como citado por Groppo (2004) ao observar que “a realidade da juventude não é tão somente da ordem da ‘natureza’, mas principalmente da ordem do social e, portanto, uma criação histórica, não um invariante universal” (GROPPO, 2004, p. 11).

Partindo, então, do pressuposto da juventude como uma categoria plural e, portanto, contextualizada a partir de juventudes, Guimarães (2009) irá afirmar que “o próprio discurso hegemônico que pensa a juventude como uma entidade universal já traz consigo uma forma de manipulação explícita dessa temática que oculta toda a diversidade e complexidade” (GUIMARÃES, 2009, p. 53), partilhando da reflexão de que, nomeado por ele, o “fenômeno da(s) juventude(s)” é revestido por uma dimensão histórica e sociocultural e de formas temporais e sociais de representar e vivenciar o que aqui denominamos como juventude.

Partindo, pois, deste pressuposto para compreender as juventudes enquanto

conjunto social com características diversas, constituído de diferentes culturas e os mais variados grupos sociais que, em sua gênese, são ligados, entre outros fatores, às diferenças de classe, às situações econômicas distintas e às diversas configurações de poder que emergem nas várias dimensões das relações sociais (GUIMARÃES, 2009, p. 55)

cabe elencar duas questões essenciais para pensar as juventudes inseridas nessa sociedade: o jovem como “problema social” e a forma de inseri-lo e compreendê-lo nas políticas públicas, em uma perspectiva da questão social adensada no debate contemporâneo.

II. TRABALHO, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA: A QUESTÃO SOCIAL INSERIDA NA VIDA DOS JOVENS

Os dados do Mapa da Violência de 2014, que tratou “Os Jovens do Brasil”, feito com base nos dados do Ministério da Saúde e que comparou dados de 1980, 2002 e 2012 acerca da mortalidade juvenil, trouxeram apontamentos alarmantes: neste período, 28,8% das mortes de jovens foram causadas por homicídio, já para os não-jovens os homicídios representam 2% dos óbitos. Em 2012, 38,7% das mortes de jovens ocorreu por homicídio, enquanto 2,4% das mortes de não jovens ocorreu pelo mesmo motivo. Os homicídios foram, portanto, a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil. Segundo os dados, mais da metade dos 56.337 mortos por homicídio, em 2012, no Brasil, eram jovens

e, em uma perspectiva de gênero e etnia, 77,0% eram negros (pretos e pardos) e 93,30% eram do sexo masculino (Waiselfisz, 2014).

Por conseguinte, para compreender esse cenário de violência em que encontramos as juventudes imersas, faz-se necessário, primeiramente, contextualizá-las social, econômica e culturalmente na sociedade de produção e reprodução capitalista, nas bases de um projeto neoliberal em relação a economia e conservador do ponto de vista dos direitos civis e políticos.

A concentração e centralização dos capitais, concorrências e crédito, juntamente da incorporação da ciência no processo de produção, produziram progresso da acumulação e aumento da produtividade na sociedade do capital. Segundo Iamamoto (2008), quanto maior o processo de acumulação, mais a classe trabalhadora produz, de maneira que os detentores dos meios de produção extraem maior contingente de mais-valia, ampliando as jornadas de trabalho e intensificando esse processo de produção do trabalhador, no entanto em uma progressão maior do que se pode consumir. Dessa maneira, há aumento do número de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, o que acirra a concorrência entre trabalhadores que se tornam supérfluos para o capitalismo. De acordo com Marx (1985) “a lei da acumulação se expressa, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital” (MARX, 1985, 209).

Assim, apreende-se que a acumulação do capital se torna relativa a acumulação da miséria e, daí, partimos para a gênese da “questão social”: a contradição entre o caráter coletivo da produção e a apropriação privada da própria atividade humana. Iamamoto e Carvalho (2011) a definem como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (Iamamoto & Carvalho, 2011, 7)

No Brasil, com a expansão monopolista a partir do contexto da Ditadura Civil e Militar, no ano de 1964, há uma internacionalização da economia que gerou uma modernização conservadora. Nesse contexto, a partir dos processos de concentração, centralização e acumulação dos capitais, há um agravamento do desemprego estrutural, terceirização e flexibilização da força de trabalho, precarizando as condições de vida. Para Iamamoto (2008) é a partir dessa expansão que o Estado, capturado pela lógica monopolista, realiza intervenções ainda mais diretas na vida econômica, realizando uma fusão entre as funções econômicas e políticas do Estado que se expressa enquanto “comitê executivo da burguesia monopolista” (IAMAMOTO, 2008, 48).

Dessa forma, o Estado passa a administrar as expressões da questão social em “problemas sociais”, afirmando o caráter público da categoria, a partir da administração feita de suas refrações, e reforçando uma aparência de natureza privada, através do isolamento dos problemas dos indivíduos. O Estado passa a “administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO, 2008, 171).

É nesse cenário, pois, de radicalização da desigualdade e empobrecimento generalizado, contraposto com as formas colocadas pelo Estado de administrar a questão social a partir de “problemas sociais” que há uma expansão do aparato penal, na ótica de uma contenção e repressão das “desordens da classe trabalhadora”, que muitas vezes estão vinculadas à juventude desta classe (Silveira, 2016). Esse contexto é autor de um encarceramento em massa e do que Wacquant (2003) irá definir como “criminalização da pobreza”.

Abramo (1997) discute tal questão a partir de diferentes pontos, sendo eles: 1. os noticiários que veiculam os jovens enquanto “problema social” relacionando-os à violência, ao crime, à exploração sexual e ao uso de substâncias psicoativas; 2. as produções acadêmicas que apresentam materiais em maior contingente sobre a relação dos sistemas e instituições presentes na vida da juventude (Escola, Família, sistemas jurídicos e penais), tornando recente a produção com foco nas experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação na perspectiva dos próprios jovens, e 3. as políticas públicas para as juventudes que seguem a mesma abordagem dos noticiários e das produções acadêmicas. Para a autora, nesse último ponto, a abordagem adotada para denominar esses fenômenos na juventude é sempre o de “desvantagem social” ou de “risco”, tomando, assim, o jovem como problema sobre o qual é necessário intervir, buscando uma salvação ou reintegração à ordem social:

É quase como se, apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a jovens e adolescentes, eles continuem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que “a adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar. (ABRAMO, 1997, 27)

Os efeitos da sociedade de produção e reprodução capitalista, acabam por produzir um discurso, segundo Groppo (2004), de uma juventude “desregrada”, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente e formadora de bandos criminosos sem que ficasse claro para o discurso social, e até para as ciências, qual era a relação entre o avanço do capitalismo em seu sistema de acumulação, produção e distribuição e os problemas sociais associados às juventudes daí decorrentes. Dessa maneira, as juventudes só passam a ser objeto de

intervenção e ação do Estado a partir do momento que possuem suas condições de vida agravadas com a exacerbação da questão social.

Assim, esses jovens se colocam, de maneira caricatural, apenas como objeto de intervenção, contenção ou salvação. Para Valadão (2013), na perspectiva de que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica - redefinindo o campo político e das relações sociais globalmente - há um aprofundamento da pobreza dos jovens brasileiros que “chamam a atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de ‘problemas sociais’” (VALADÃO, 2013, 6).

Por conseguinte, a partir de um debate na contemporaneidade, pode-se observar que a questão social se expressa de forma mais contundente e incisiva na sociabilidade dos jovens na perspectiva do trabalho, da educação e da violência (Silveira, 2016). A questão do trabalho se desvenda a partir dos dados da OIT (2007) que mostram que o desemprego atinge 16% dos jovens, sendo que 21% dos jovens não trabalham e nem estudam e 18% trabalham na informalidade aliada à precariedade:

O que mais diferencia os jovens dos adultos é o tipo de emprego a que eles têm acesso. Dois de cada três jovens trabalham em atividades informais, onde freqüentemente (sic) a remuneração é menor que o salário mínimo e sem cobertura da previdência social. Em termos de renda, um jovem ganha, em média, 56% do que um adulto recebe (OIT, 2007, 15)

Silveira (2016) irá utilizar a expressão “marginalizado economicamente” (MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA, 1991, 44) para sistematizar a realidade vivida pelo jovem no Brasil diante dos dados, elucidando o que Guimarães (2009) também dialoga ao afirmar que os privilégios vivenciados por jovens em determinadas classes sociais é que estabelecem a experimentação, ou não, da juventude em sua plenitude.

Já em relação à educação, Dayrell (2007) afirma que “ao lado de sua condição como jovens, alia-se a pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades que assumem a vivência juvenil” (DAYRELL, 2007, 1108) o que permite compreender que o pauperismo e agravamento das desigualdades incide na vida desses jovens de maneira que o simples acesso a escola não permite um pleno acesso a educação de qualidade, distanciando-os de uma educação emancipadora, mas também garantindo uma exclusão social da perspectiva de assegurar a concorrência entre os trabalhadores, tornando-os supérfluos ao capitalismo. Silveira (2016) aponta que:

são três fatores que se associam para penalizar a juventude da classe trabalhadora: primeiro, a escola pública, uma escola de acordo com a classe social, que deve oferecer um ensino mais rápido e profissionalizante no sentido estrito de treinamento (concepção de educação para o mercado), a qual possui iniciativas focalizadas em setores populares, pontuais, de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via a capacitação profissional; segundo, o desmonte da escola básica, que deixa de ser direito e passa a ser filantropia; e, por fim, a adoção da ideologia

mercadológica, a pedagogia das competências e da empregabilidade, sob a qual os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade são classificados como “inimpregáveis”, desconsiderando os aspectos macrosociais de exclusão de classe (com a apropriação privada do produto social pelo capital) e as transformações do mundo do trabalho (como o desemprego estrutural, a flexibilização e precarização do trabalho), que responsabiliza esses jovens por sua situação de vítima dentro de uma situação que é estrutural. (SILVEIRA, 2016, 9)

No que tange a violência, a autora também irá apontar os dados trazidos por Waiselfisz (2014) que identificam a juventude como a faixa etária que mais morre por homicídio no Brasil para classificar, a partir de Minayo (1994), que os altos índices de desigualdades sociais, omissão do Estado e sua ineficiência de investimento em políticas públicas e a organização do crime em torno do narcotráfico contribuem enquanto causas para esses dados alarmantes. Silveira (2016) ainda irá afirmar, no horizonte da questão social enquanto produção, acumulação e distribuição da riqueza social, expressada por meio das consequências desse processo, que a violência se materializa como um dos complexos dessa totalidade, atrelada ao modo de produção capitalista, permeada por contradições e determinações e reprodutora das relações sociais sustentadas pelo capitalismo.

Dessa forma, compreendendo a categoria juventudes em sua pluralidade e totalidade, suas relações com gênero, raça-etnia, sexualidade, classe social e a maneira como se vivencia a adolescência a partir dessas marcas - e que carregam as expressões da questão social - através de uma leitura da realidade em seus aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais inscritos em uma sociabilidade capitalista, cabe compreender de que forma essas relações se dão.

Margullis e Urresti (1998) irão afirmar que a condição de juventude se oferece de maneira diferente para cada gênero porque a forma como cada corpo é processado pela sociedade e pela cultura incide na sua forma de experienciar a juventude, o que nos leva a compreender as diferentes formas de ‘ser’ juventude em nossa sociedade. A partir desse debate, Cisne (2018) em uma perspectiva marxista irá nomear nossa sociedade como “patriarcal-racista-capitalista” através dos “antagonismos inscritos em uma materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia” (CISNE, 2018, p. 213).

Essa compreensão permite, em uma abordagem materialista histórica e dialética (KOSIK, 2002) analisar as relações sociais a partir de uma criticidade na perspectiva de uma totalidade, compreendendo os fenômenos em sua essência, para além do imediato. Assim, Cisne (2018) ao compreender a sociedade para além de sua produção e reprodução capitalista, mas inscrita em um modelo patriarcal e racista, apreende a necessidade de entender as particularidades da classe para, desta forma, compreendê-la em sua totalidade.

A respeito disso, Saffioti (2004) irá apontar que essas relações de raça-etnia, gênero e classe não aparecem como intersecções, mas relacionadas como um nó:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade — novelo patriarcado-racismo-capitalismo — historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004, p. 125)

Com isso, compreende-se, no contexto de radicalização da desigualdade e acirramento da questão social e suas expressões, as fendas encontradas pelo capitalismo para atuar nessas dimensões enoveladas. Há, portanto, um aumento da capacidade de exploração a partir dessas dimensões, que também incidem de forma expressiva nas juventudes, compreendidas nesse contexto patriarcal-racista-capitalista.

Essa abordagem materialista-histórica-dialética, que apreende o singular, particular e universal como componentes da totalidade e, portanto, de necessária apreensão para compreender seus enovelados, possibilita uma leitura das juventudes em todas suas singularidades e particularidades, mas também em seu caráter universal para, desta forma, realizar uma leitura da totalidade; tendo como princípio que raça-etnia, gênero, sexualidade, e ainda a classe, são elementos estruturantes da sociedade, não em uma perspectiva de somatória, mas sim dos próprios enovelados, pois cada jovem expressa suas marcas de forma singular.

III. JUVENTUDE É UM GRITO QUE NÃO PODE SER CALADO

*Da vida quero tudo
com todos os becos sem saída
sussa sem roleta russa
que espreita uma geração.
Com todas as trincheiras,
todas as fardas e todas as armas.
O sonho só acontece quando você acorda
basta olhar ao redor,
o que não muda deve ser mudado.
Juventude é um grito que não pode ser calado.
(O Grito das ruas - Sergio Vaz, 2013)*

A partir das perspectivas, no que tange às temáticas das juventudes e da questão social de forma imbricadas, se faz necessário ressaltar a importância do Serviço Social em seu caráter de enfrentamento, capaz de realizar leitura concreta da realidade em sua

totalidade, seus limites e potencialidades, compostos da singularidade, em uma perspectiva materialista-histórico-dialética. O antagonismo é gênese da questão social, o que impõe os limites da profissão, compreendendo que a questão social só deixará de existir quando o antagonismo de classes sociais também estiver superado.

Iamamoto (2008) irá apontar que

é na tensão entre re-produção da desigualdade e produção de rebeldia e resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. (IAMAMOTO, 2008, 160)

Nessa relação, no que tange às temáticas das juventudes e da questão social de forma imbricada, se faz necessário ressaltar a importância do Serviço Social em seu caráter de enfrentamento, capaz de realizar leitura concreta da realidade em sua totalidade, seus limites e potencialidades, compostos de singularidades. Dessa forma, ressalta-se que a atuação do assistente social incide diretamente na vida das juventudes de forma a revelar e atingir a reprodução da força de trabalho e, assim, das relações sociais, como também, no que diz respeito ao enfrentamento proposto pela profissão através da reprodução da rebeldia e resistência, apresentando meios de construção de uma contra-hegemonia que contribua para o defronte das expressões da questão social na realidade vivenciada pelas diversas formas de experienciar as juventudes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (org). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

BORBA, P. L. O. Juventude marcada: relações entre o ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP. 2012. 250f. **Tese de Doutorado em Educação**. Universidade federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo : Cortez, 1990.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo , n. 132, p. 211-230, ago. 2018.

DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

_____, J. T. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** [online], v.28, n.100, p.1105-1128. 2007.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. ABRA (org). **Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeme**, n.25, p.9-22, Dez. 2004. Disponível < <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf> > Acesso em: 2 out. 2018

GUIMARÃES, A. S. O Fenômeno da(s) juventude(s) a partir de um prisma sociológico: desafios teóricos e epistemológicos. **Pró-discente: Caderno de Prod. Acad.-cient. Progr. Pós-grad. Educação**, Vitória, v. 15, n. 2, p.52-60, ago/dez 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud és más que una palabra. In: MARGULIS, M. **La juventud és más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

MARX, K. **O Capital Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINAYO, M. C. S. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 1994. p. 07-18.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA (MNMMR).; INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE).; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV/USP). **Vidas em Risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991. 112p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escritório Regional para América Latina e o Caribe. **Trabalho decente e juventude**. América Latina. Executivo. Brasília, OIT, 2007.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, M. S. Questão Social e Seus Reflexos Sobre a Juventude: Trabalho, Educação e Violência. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Cress-MG, 2016. p. 1 - 16.

VALADÃO, C. C. Juventude e Questão Social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luis. **Anais**. 2013. p. 1 - 9.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: os Jovens do Brasil**. Brasília, DF: Njobs Comunicação, 2014. 183 p.

ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Autores: Clara Barbosa de Oliveira Santos¹, Cosme Rezende Laurindo², Daniele Knopp Ribeiro³ e Marina Ribeiro dos Santos⁴

Eixo Temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital

RESUMO

O acolhimento às pessoas que usam drogas deve ser realizado a partir de ações descentralizadas e territorializadas, visando a ampliação do acesso e o fortalecimento da reabilitação psicossocial. A Unidade Básica de Saúde (UBS), enquanto integrante da rede de cuidados e porta de entrada preferencial da rede assistencial, deve promover ações aos usuários de drogas, suas famílias e comunidade, visando superar o modelo biomédico, a partir da clínica ampliada e da reestruturação da prática profissional.

Palavras-chave: Drogas; Acolhimento; Atenção Básica.

ABSTRACT

The reception of drug users should be based on decentralized and territorialized actions aimed at increasing access to and strengthening psychosocial rehabilitation. The Basic Health Unit, as a member of the network of assistance and the preferential gateway of the healthcare network, should participate in the action of its members, their campaigns and the community, aiming to overcome the biomedical model, from the clinical practice and the restructuring of professional practice.

Keywords: Drugs; Reception; Primary Care.

1 Assistente Social Residente do Programa Multiprofissional em Saúde Mental do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: clarab.santos7@gmail.com

2 Enfermeiro Residente no Programa Multiprofissional em Saúde Mental do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: cosmelauro@outlook.com

3 Enfermeira, licenciada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: danielle.knopp@gmail.com

4 Enfermeira Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e-mail: marina2santos.enf@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

A história das drogas está diretamente relacionada à história da humanidade. Não é possível pensar uma sociedade sem a presença das drogas e, por séculos, foi feito um uso indiscriminado das mesmas, para fins religiosos, culturais, medicinais e recreativos.

Neste artigo, não vamos entrar nos pormenores deste processo, mas será considerado o uso particular das drogas dentro do contexto de afirmação da sociedade burguesa (dita “moderna”) – momento em que o uso das drogas passou a ser marcado pelo proibicionismo –, que marca uma diferença em relação aos tipos de uso tradicional e sua relação com os serviços de saúde que acolhem a população diretamente afetada pelo uso das drogas.

O uso das drogas passa a ser encarado como um problema por certas sociedades num determinado momento histórico. Para Saad (2001) nesse contexto aparecem as noções de dependência de drogas ou de perda de controle da substância, vista como causadora de prejuízos de várias áreas da vida do indivíduo e, para lidar com isso, surgem vários tipos de tratamentos para controlar este “mal”, de diferentes filosofias e com explicações causais também particulares. (TORCATO, 2016)

As drogas passam a ser associadas como um “problema” no momento em que a medicina é consolidada como ciência (TORCATO, 2016), e são divididas nas categorias “lícitas” e ilícitas”. A partir disso, aqueles indivíduos que fazem uso das drogas tidas como “ilícitas” são tratados de maneira policiaisca e violenta, e este processo abre o precedente para a realização de verdadeiras (e lucrativas) “guerras às drogas”

Tomando o Brasil especificamente, após a Lei 11.343/2006, a Lei das Drogas, foi o marco formal do incremento do encarceramento brasileiro, aumentando consideravelmente a população carcerária. Este quantitativo é ressaltado em vários estudos nacionalmente. Borges (2018), por exemplo, em sua obra “O que é encarceramento em massa?” coloca que “Em 1990, a população carcerária tinha pouco mais de 90 mil pessoas. Entre 1990 e 2005, o crescimento da população prisional foi de, aproximadamente, 270 mil em 15 anos. De 2006 até 2016, o aumento foi de 300 mil pessoas”.

Machado e Miranda destacam outros elementos em seu trabalho, ressaltando o atraso do Sistema Único de Saúde (SUS) tratar o consumo de drogas como um caso de saúde pública:

Quando estabeleceu a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas em 2003, o Ministério da Saúde reconheceu o que houve um atraso histórico do Sistema do Único de Saúde (SUS) na assunção da responsabilidade pelo enfrentamento de problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas. Esse atraso remete a dois aspectos que caracterizam a história das intervenções dos governantes brasileiros na área de álcool e outras drogas: as abordagens, intervenções e políticas foram original e predominantemente desenvolvidas no campo da Justiça e da segurança pública; e as dificuldades para o enfrentamento dos problemas associados a consumo de álcool e outras drogas, na agenda da saúde pública. (MACHADO, 2007, p. 801)

Um dos grandes efeitos da guerra às drogas é o genocídio de jovens, negros e pobres (SMALL, 2016). No ano de 2017, o número de pessoas mortas pela polícia no mesmo estado foi de 1.035 pessoas, o maior índice desde 2009 (Cerqueira, 2017).

Se buscarmos uma análise a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe na produção da subordinação social, perceberemos a vulnerabilidade da mulher encarcerada no Brasil: jovem (metade tem até 29 anos), solteira (57%), negra (67%), com escolaridade extremamente baixa (50% não concluiu o ensino fundamental). (Fernandes, 2015)

Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009, p.183) argumentam que umas das falhas nas políticas de segurança pública é que elas continuam “[...] marcadas pela lógica militarizada e de combate ao crime, mais do que prevenção contra a criminalidade e proteção a todos os cidadãos”. Dessa forma, para que as políticas de segurança passem a ter o resultado esperado de redução das estatísticas criminais, é necessário primeiro a mudança de paradigma da lógica repressiva para a lógica preventiva.

2. DESENVOLVIMENTO

A construção e consolidação de um arcabouço legislativo dedicado a uma abordagem distinta à temática de drogas – com destaque à Portaria 336/2002, que cria os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para tratamento de transtornos mentais graves e uso prejudicial de drogas – não destruiu automaticamente a ideologia proibicionista. Muito ao contrário, disputa território político com essa cotidianamente. Levando em conta estes elementos, é indispensável considerá-los quando pensamos e realizamos o acolhimento dos usuários de drogas nos serviços de saúde.

Entende-se que a proposta do acolhimento em saúde

[...] articulada com outras propostas de mudança no processo de trabalho e gestão dos serviços (co-gestão, ambiência, clínica ampliada, programa de formação em saúde do trabalhador, direitos dos usuários e ações coletivas) é um dos recursos importantes para a humanização dos serviços de saúde. É preciso não restringir o conceito de acolhimento ao problema da recepção da “demanda espontânea”, tratando-o como próprio a um regime de afetabilidade (aberto a alterações), como algo que qualifica uma relação e é, portanto, passível de ser apreendido e trabalhado em todo e qualquer encontro e não apenas numa condição particular de encontro, que é aquele que se dá na recepção. O acolhimento na porta de entrada só ganha sentido se o entendemos como uma passagem para o acolhimento nos processos de produção de saúde. (BRASIL, 2011, p. 150)

Mais acima, foi ressaltado pelos autores a incongruência entre legislações destinadas a um tratamento humanizado para as drogas (conhecido como Política de Redução de Danos) e a continuidade do processo de violência para com estes usuários. Isso não é diferente quando tomamos a política de saúde e a relação que os profissionais desta área possuem com a temática de drogas.

O acolhimento dos usuários de drogas, a partir de ações descentralizadas e territorializadas, visando a ampliação do acesso e o fortalecimento da reabilitação psicossocial, tem sua “porta de entrada” nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Enquanto integrante da rede de cuidados e porta de entrada preferencial da rede assistencial, a Atenção Primária em Saúde deve promover ações aos usuários de drogas, suas famílias e comunidade, visando superar o modelo biomédico e hospitalocêntrico, a partir da clínica ampliada e da reestruturação da prática profissional.

É válido ressaltar que a Atenção Primária deve prestar os cuidados aos usuários de drogas quando os mesmos não necessitam de acompanhamento dos dispositivos da atenção psicossocial (CAPS/AD) e que, mesmos quando esses se encontram em acompanhamentos diários nos Centros de Atenção Psicossocial, faz-se necessário a continuidade do acompanhamento por parte da UBS, uma vez que esses usuários permanecem em seu território e possuem vínculos com os profissionais desta instituição.

3. CONCLUSÃO

Objetivou-se identificar de que forma o acolhimento de usuários de drogas é realizado em UBS. Foi realizada uma revisão integrativa. A busca foi realizada através da Biblioteca Virtual da Saúde, em todas as bases de dados indexadas. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos científicos completos disponíveis na íntegra; gratuitamente; em

português; publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos os artigos que não discorressem sobre como é realizado o acolhimento em UBS no território nacional. Utilizou-se os seguintes descritores, com suporte do operador booleano “AND” e do operador de truncamento “\$”: (Acolhimento) AND (Drog\$) AND (Atenção Primária à Saúde). Abaixo fluxograma criado pelos autores dos títulos selecionados para o seguinte artigo.

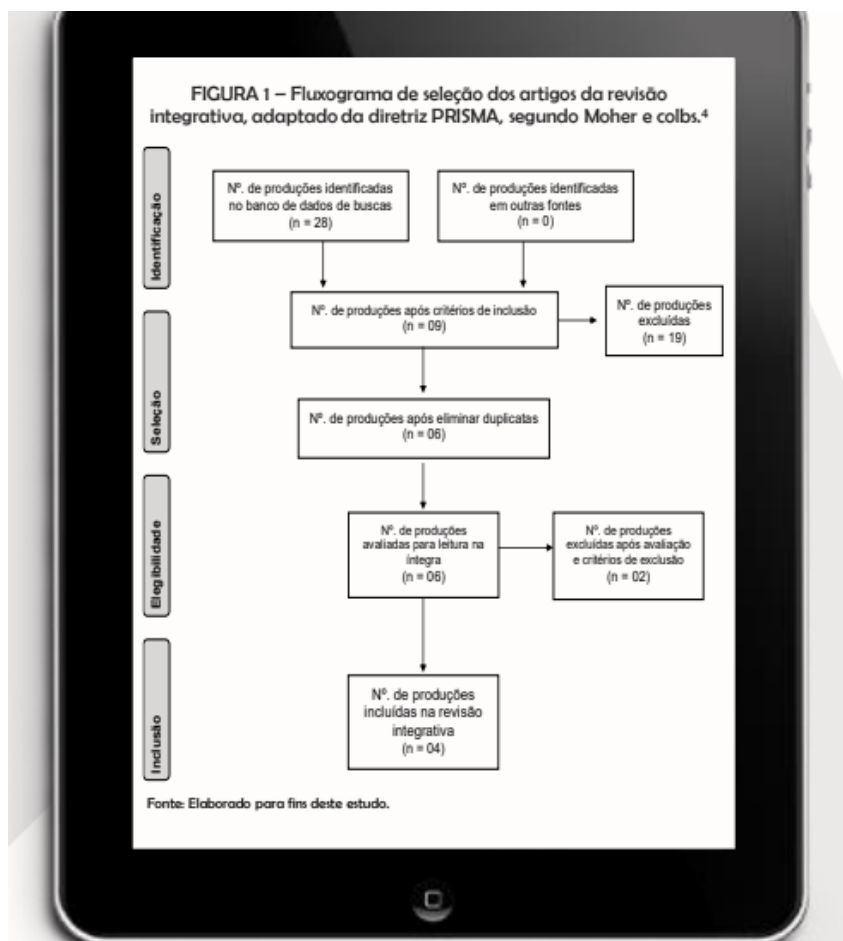


Figura 1: Seleção dos artigos utilizados para o seguinte trabalho, elaborado para fins de estudo.

Verificou-se o enfoque do acesso dos usuários de drogas, sobretudo, na lógica do acolhimento. Enquanto serviço de base comunitária, a UBS apresenta possibilidade de trabalho contextualizado, principalmente quando há presença de Estratégia de Saúde de Família (ESF) dos agentes comunitários de saúde (PACS), devido à proximidade geográfica, favorecendo o vínculo e manutenção do tratamento, bem como podendo também fortalecer as redes sociais saudáveis através do trabalho com as famílias.

Contudo, nota-se que há barreiras de acesso, bem como dificuldade da efetivação de uma assistência humanizada, com presença de preconceito por parte de alguns profissionais, o que fragiliza o vínculo. Isto, associado à prática assistencial baseada no modelo biomédico, ainda hegemônico, pode favorecer a prática de referenciamento a serviços especializados, por vezes sem corresponsabilização. De acordo com Dias Neto:

prevenir o crime, afrontar o problema do medo, diminuir os custos sociais do crime e da reação social ao crime, garantir as condições materiais, e não meramente simbólicas, de segurança, não são tarefas que possam ser exercidas por uma única instituição, *mas que requerem a corresponsabilidade do conjunto das instituições democráticas de um território* (2005, p.118, grifos nossos)

As ações realizadas nas UBS são relevantes para a recuperação e proteção da saúde de usuários de drogas, contudo, a insuficiente qualificação para o trabalho em rede limita a atuação, bem como indica a necessidade de se repensar as práticas em saúde voltadas a esta população, de modo a (re)organizar a maneira como os serviços se estruturam e dialogam.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018;

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH):** HumanizaSUS - Documento-Base. 3. ed. Brasília, 2006;

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de Fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002b. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2019;

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2019;

CERQUEIRA, D. **Atlas da violência.** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2017.

COREN-MG. **Diagnóstico administrativo/situacional de enfermagem/saúde:** subsídios para elaboração. Belo Horizonte-MG: COREN-MG; 2010;

DIAS NETO, T..**Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 159 p. 118;

FERNANDES, W. População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil. **Agência Conselho Nacional de Justiça**. 2015. Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/2q8j>;

MACHADO, Ana Regina; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. **Fragments of the history of healthcare for users of alcohol and other drugs in Brazil: from Justice to Public Health.**

História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.801-821, July-Sept. 2007

SANTOS, A.L. RIGOTTO, R.M. **Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde.** Trab. Educ. Saúde. 2010/2011; 8(3):387-406;

SILVA, C.S.S.L. KOOPMANS, F.F. DARHER, D.V. O Diagnóstico Situacional como ferramenta para o planejamento de ações na Atenção Primária a Saúde. **Revista Pró-UniverSUS**. 2016 Jan./Jun.; 07 (2):30-33;

SILVA, J.C. ALMEIDA, M.C. **Saúde da família: a prática de cuidados da enfermeira na atenção primária à saúde.** Revista Pró-UniverSUS. 2014; 5(3):10;

SMALL, D. **Palestra proferida na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira/BA, 2016;

TORCATO, C. E. M. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República.** São Paulo, 2016. 371 p.

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA DO REINO DA POLÔNIA E LITUÂNIA: pontuações acerca das reivindicações de gênero

Cristal Silva Halfeld¹

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo central um resgate material da elaboração das temáticas de gênero presentes no programa político do Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia, situando-o assim enquanto fundamental no debate das questões e organizações das mulheres trabalhadoras em 1906 e na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Feminismo. Proletário. Gênero.

Abstract: The main objective of this present work is a material rescue of the elaboration on the themes of gender present in the political program of the Social Democratic Party of the Kingdom of Poland and Lithuania, placing it as fundamental at the debate of questions and organizations of working women in 1906 and in contemporary times.

Key-Words: Feminism. Proletariat. Gender.

1 Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. cristalhalfeld@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante séculos o pensamento crítico vinculado à vertente marxista materialista histórico-dialética vem sendo atacado pelo aparelho hegemônico burguês, principalmente entre os fluxos e refluxos conjunturais advindos da crise do socialismo real, a ofensiva neoliberal e a ascensão dos então rotulados “novos movimentos sociais” (DURIGUETTO, MONTAÑO 2011) que emergem no cenário mundial, principalmente, após o maio francês de 1968, marcando um novo cenário nas lutas populares enquanto constituinte da luta de classes.

A luta por igualdade de gênero não pode ser analisada unicamente em sua face liberal, mercantilizada, individualizada, ignorando as estruturas de classe que trazem implicações objetivas nas formas de lutas e pautas a serem definidas. Não há nenhuma inovação ou excepcionalidade, a luta pelo direito das mulheres é pautada desde a Revolução Francesa (OPPEN, 2014), sendo organizada, posteriormente, também pelos partidos políticos vinculados à luta proletária, em especial a social-democracia.

O presente estudo possui enquanto objetivo central analisar a grandeza de elaborações teóricas realizadas por mulheres e homens vinculadas/os à luta proletária acerca da temática que tangencia a opressão e exploração da mulher na sociedade capitalista, partindo assim em defesa de uma análise comprometida com as lutas das mulheres proletárias. Destaca-se aqui o programa político do Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia.

Utilizar-se-á, para a proposta supracitada, um trabalho constituído metodologicamente através de revisões bibliográficas e documentais, que reflete enquanto conhecimento científico um determinado momento histórico, social e político de sua produção (SAFFIOTI, 2015)

Considerar-se-á enquanto fundamental a demarcação de um ponto de vista a partir de uma determinada classe composta por sujeitos políticos capazes de realizarem a sua própria história em consonância com suas aspirações no movimento da totalidade das lutas sociais. Portanto, analisa-se enquanto risória a possibilidade de uma produção científica neutra, asséptica e desvinculada de ideologias, afinal, as ciências não se desvinculam do conflito entre as classes fundamentais no modo de produção capitalista, e enquanto seus

fundamentos econômicos persistirem, não pode haver outra cultura científica hegemônica senão a burguesa. (LUXEMBURGO, 2015)

Entretanto, a realidade cercada de contradições coloca o proletariado representado parcialmente no campo das ciências sociais, justamente por esta compreender, através de Marx, as estruturas de perpetuação da dominação burguesa na sociedade. Constituindo-se assim, enquanto uma ferramenta de conhecimento comprometida com a emancipação humana e com o fim da exploração da maior parcela da população: os que só possuem sua força de trabalho, através de uma análise metodológica materialista histórico-dialética capacitada a analisar a realidade tal como ela é, ou seja, a da dominação de classes.

2. UM DEBATE ACERCA DO CARÁTER DA PROPRIEDADE PRIVADA

A luta pelos direitos das mulheres não é algo contemporâneo dos chamados “novos movimentos sociais”, mas algo quase tão antigo quanto a emergência da questão social no cenário de consolidação do modo de produção capitalista. Entretanto, a luta das mulheres proletárias se diferencia qualitativamente da posição assumida no cenário tendente ao pós-modernismo e ao neoliberalismo nas últimas décadas, principalmente entre 1980 e 1990, que continua num fluxo contínuo e crescente, influenciando os atuais movimentos sociais que pautam a emancipação feminina através de diversas análises.

O tradicional meio de organização da classe trabalhadora, o partido político, e em especial, o Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia, em 1906 já colocava na ordem do dia o debate acerca da inserção da mulher na sociedade de classes em seu programa político e reivindicativo.

Analisar-se-á, desta forma, o programa político do Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia que pautava o atrelamento da opressão à mulher no modo de produção capitalista e seu embricamento com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção, colocando no horizonte a inexorável necessidade da construção de uma nova ordem societária para a superação da opressão à mulher (LUXEMBURGO, 2015).

Na sociedade de hoje, apoiada na propriedade privada e na dominação dos capitalistas, a mulher é privada de quaisquer direitos políticos e considerada uma criatura de segunda classe, subordinada ao homem. A libertação da mulher desta humilhação, a devolução a ela de direitos iguais e de dignidade humana só é possível com o sistema socialista, o qual irá remover a dominação da propriedade privada, e com ela toda a desigualdade na sociedade humana. (LUXEMBURGO, 2015, p. 242)

O paralelo realizado entre a opressão da mulher na sociedade de classes, fundamentalmente estabelecida nos moldes da propriedade privada, apresentada no programa político não se dá mera e puramente através de conversas numa cúpula partidária. Construída anteriormente por Engels, essa análise traça dialeticamente a relação entre propriedade privada, Estado e o distanciamento da mulher do núcleo central da produção social (TOLEDO, 2014).

Aqui, a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se a pouco mais ou menos à habitação, às vestes, preparação dos alimentos: o barco, as armas, os objetos caseiros mais simples. (ENGELS, 1984, p.57)

Analisa-se então, as relações estabelecidas dialeticamente com o advento da origem da propriedade privada e as alterações nas relações sociais, com destaque para a esfera da reprodução da vida material. Pontua-se aqui, enquanto reflexão, as relações embrionárias da apropriação individual dos meios de reprodução e os conflitos de poder e interesses no seio das sociedades pré-capitalistas que assim constituídas ocasionam a alteração contra o direito de filiação materna.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam por um lado, ao homem, uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. (ENGELS, 1984, p. 59)

Muito anteriormente ao estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção, a mulher é rebaixada a um ser secundário nas sociedades constituídas nos marcos da apropriação individual dos meios de reprodução. Altera-se então as formas de relações sociais, ou seja, agora estabelecida através da apropriação das formas de reprodução. Tornar-se-á, o homem, a figura central na esfera das relações sociais enquanto a mulher é convertida, inferiorizada, humilhada enquanto mero instrumento de reprodução sexual (ENGELS, 2014).

Ou seja, no modo de produção capitalista, a opressão de gênero contra a mulher, reapropriada e não abolida, cerceia sua individualidade, rebaixando-a politicamente e juridicamente ao homem com o aval do Estado burguês que instrumentaliza o patriarcado como forma de explorar e oprimir a mulher. Retira-se aqui qualquer autonomia dentro dos marcos da família monogâmica, no ambiente privado das relações sociais, subjugando-a novamente ao homem e ao poder burguês.

3. MULHERES PROLETÁRIAS

Entre as reivindicações do programa da Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia já haviam debates acerca da maternidade e as relações de trabalho. A Social-Democracia reivindicava:

Proibição do trabalho das mulheres duas semanas antes do parto e quatro semanas após o parto, sem perda de salário e compromisso de apoio médico. Proibição completa da atuação de mulheres em trabalhos mais perigosos, como em fábricas de cigarros, fósforos, etc. (LUXEMBURGO, 2015, p.255)

Como falar de direito à uma suposta licença maternidade em 1906? O modo de produção capitalista, já constituído e nuclearmente apoiado no predomínio da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho de homens e mulheres pela classe dominante, empurrou as mulheres para o limbo das relações de assalariamento

e dominação. “No que se refere à mulher proletária, foi a necessidade do capitalismo de explorar e procurar incessantemente uma força de trabalho mais barata que criou a questão da mulher” (ZETKIN, 2014, p. 153)

A mulher proletária carrega o fardo da exploração de sua força de trabalho e da opressão patriarcal enraizada na sociedade, em uma época analisada onde a jornada de trabalho de oito horas diárias ainda não era uma realidade, mas uma reivindicação e luta constante. Nenhum direito era-lhe assegurado enquanto mãe e figura do lar. Sua prole também era enxergada como mera mercadoria barata pronta para ser explorada, o que a burguesia instituiu como lar monogâmico² ideal para a sustentação desse modo de produção cruel e bárbaro, se desmanchava no ar meio as contradições.

A sociedade burguesa brada mentirosamente que a mulher é a sacerdotisa do lar, que a vocação da mulher é ser esposa e mãe. Enquanto isso, a exploração capitalista baixa tanto o rendimento dos homens, que força milhões de mulheres do proletariado a deixar o lar, para passar dias inteiros, de manhã à noite, a serviço do capital. (LUXEMBURGO, 2015, p. 255)

A inserção da mulher no trabalho fabril produtivo alcançava na Alemanha, a título de curiosidade e exemplo, um quarto da população feminina³ (ZETKIN, 2014, p. Um grupo de mulheres trabalhadoras que já não viviam apenas de tarefas domésticas ou sendo sustentada no seio da família nuclear e monogâmica, mas que juntamente com os homens trabalhadores, estavam sendo explorados pelo capital sem nenhuma delimitação dessa exploração.

A reivindicação por licença maternidade que permitisse a mulher proletária ao menos cuidar dos seus filhos por algumas semanas antes de voltar à rotina laboriosa e degradante da subordinação ao desumano capital, se relaciona intrinsecamente enquanto uma política de garantia da sobrevivência dos filhos do proletariado. Acerca das questões inerentes ao trabalho insalubre e degradante, o programa político pontua assertivamente:

-
- 2 Considerar-se-á a partir dos desenvolvimentos fornecidos por Engels, o lar monogâmico e a família nuclear como meio fundamental do estabelecimento de um molde familiar que perfeitamente cumpre com os papéis determinantes para a organização do modo de produção capitalista na esfera privada. Essas formas de relações são inexoravelmente entrelaçadas com a moral burguesa.
 - 3 Durante 1882, 5,5 milhões entre 23 milhões de mulheres e jovens na Alemanha estavam empregadas

Do ventre da cansada e enfraquecida vítima do capital, as crianças do povo já vêm ao mundo fracas e, geralmente, inaptas para a vida. Em alguns ramos do trabalho, como nas fábricas de cigarros, as crianças sugam, juntamente com o leite da mãe—trabalhadora, um veneno mortal. E é por isso que os bebês da classe trabalhadora têm uma alta taxa de mortalidade, que varre sem piedade milhares de proletários logo que chegam à vida (...) (LUXEMBURGO, 2015, p. 256)

Além de bradar falsamente a predominância do lar nuclear monogâmico enquanto forma da sagrada família dentro da ordem burguesa, mata-se e explora-se deliberadamente, sem qualquer escrúpulo, os filhos do proletariado⁴. A partir disso, com uma reivindicação muito a frente do tempo analisado, reivindica-se que os gastos para manter a proletária durante o parto deva ser responsabilidade do Estado e dos empregadores, “a saúde de milhares de mães e crianças é mais importante para a humanidade que os interesses monetários de alguns capitalistas, que cobiçam o trabalho mais barato da mulher (LUXEMBURGO, 2015, p. 256)

4. DIREITOS CIVIS

Arrastam-se, na constituição dos Estados nacionais burgueses, inúmeras contradições superestruturais no referente ao direito da mulher. Uma burguesia que pretendia-se revolucionária ao romper com a ordem social anterior, deveria organizar novas formas de relações sociais. Entretanto continuou a perpetuar as mesmas formas anteriores de dominação social da mulher.

Os trabalhos de Nicolás Condorcet *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania* (1790) e *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã* de Olympe de Gouges (1791), demonstram uma clara contradição: as revoluções burguesas realizadas sob princípios universais de liberdade e igualdade excluíram metade da população, as mulheres.

Destaca-se as reivindicações sobre os direitos civis, entre diversos fatores já mencionados acerca do caráter do programa do Partido Social-Democrata do Reino da

4 As reivindicações acerca da proteção à criança e garantia de direitos básicos, como ensino e saúde, demonstram que nenhuma legislação garantia a mínima dignidade para a criança, já cedo empurrada e confinada ao trabalho pesado antes dos 14 anos, sem qualquer regulação sobre horas trabalhadas.

Polônia e Lituânia, uma vez que o aparato superestrutural ergue-se em meio a inexoráveis contradições inerentes ao estabelecimento dos Estados burgueses modernos. Entre as reivindicações:

1) A abolição de quaisquer leis públicas, criminais ou civis, emitidas para a desvantagem das mulheres ou que limitem de qualquer modo a sua liberdade pessoal ou de propriedade, e o seu poder de decidir sobre os filhos em igualdade de direitos com o pai das crianças;

2) Garante às mulheres todos os direitos e liberdades políticas em igualdade com os homens, principalmente quanto ao direito de voto para o parlamento, câmara e conselhos das cidades e campos. (LUXEMBURGO, 2015, p. 243)

As últimas reivindicações apresentadas só confirmam o caráter patriarcal do Estado, que limita a mulher nas suas relações pessoais e de propriedade, reduzindo até mesmo o poder sobre sua prole em detrimento do homem. A negação da mulher enquanto sujeito político, não é realizada por acidente, mas intencionalmente, para que quando inserida no trabalho laborioso e fabril, fosse alienada de qualquer capacidade organizativa e de consciência política, blindando assim qualquer tipo de participação feminina na arena da política social-democrata, tornando alienável a junção entre opressão e exploração, premissa básica de um Estado patriarcal.

A questão da igualdade de direitos para as mulheres avança, assim, com o desenvolvimento da grande indústria, com o desenvolvimento do capitalismo, com o desenvolvimento da questão operária. A classe trabalhadora é a única que não tem nenhum motivo para a humilhação política das mulheres. A social-democracia é o único partido que exige sinceramente a libertação das mulheres de sua situação atual, e que luta pela sua libertação. (LUXEMBURGO, 2015, p. 243)

O programa político já explicita a necessidade de união entre proletários e proletárias, armando-os com a consciência política necessária para organizar as mulheres trabalhadoras em suas fileiras. Nenhum homem, nenhum operário, nenhum proletário, pode ser livre oprimindo suas companheiras de classe, que mesmo tardiamente, se unem na inserção do trabalho assalariado. Proletários e proletárias, ambos sob o jugo dos capitalistas e burgueses, precisam de união para a transformação radical da realidade material. Somente ao lado do proletariado as lutas das mulheres proletárias por questões latentes poderiam colher frutos, pois unidos enquanto explorados de um modo de produção, capitalista, possuem um objetivo comum: o fim da exploração de mulheres e homens do povo por uma única classe.

5. CONCLUSÃO

“(...) Mas, desgraçada da operária que crê na força invencível de uma individualidade isolada. A pesada carga do capitalismo a esmagará, friamente, sem piedade. (KOLLONTAI, 2011, p.19)

A construção do programa político do Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia representa um marco na abordagem das questões de gênero latentes no modo de produção capitalista, representando uma das primeiras formas de organização coletiva partidária, voltada ao proletariado, a abordar a questão da mulher na sociedade de classes. Questão essa, que junto com a exploração de classe, impele aos novos sujeitos políticos contradições ainda maiores, onde desenvolver-se-á uma consciência de classe que explicita de forma cada vez maior os antagonismos de classe.

Inserir-se nesse novo cenário de abolição das relações sociais e de produção que trancafiaram, humilharam e que subalternizaram as mulheres durante séculos sob a tutela dos homens, esses mesmos homens que articularam um golpe contra o direito de filiação materna e que instituíram relações patriarcais, reapropriadas agora pelo Estado burguês capitalista, 50% da população mundial.

Cercada de contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a inserção da mulher enquanto trabalhadora assalariada, antes figura frágil e inapta a qualquer forma de independência econômica, agora é submetida à dependência econômica do capital.

Cumprir-se aqui, o Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia um papel grandioso para a organização dos sujeitos políticos capazes de organizarem uma mudança da realidade, sujeitos políticos revolucionários que avançam qualitativamente ao tentar compreender e abordar de forma materialista histórica-dialética as formas e relações de exploração e opressão. Não sendo uma pauta meramente mistificada e abordada apenas por feministas contemporâneas, o setor revolucionário da social-democracia deixa um grande legado para a organização das mulheres proletárias de todo o mundo.

Finalizo o trabalho com a frase de Kollontai (2011): “A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas”. Dito isso, caso encerrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. O que queremos? In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. v.1, 3.ed. São Paulo: UNESP, 2018

_____. Paralisia e progresso no marxismo. In: **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. v.1, 3.ed. São Paulo: UNESP, 2018

OPPEN, Florence. O feminismo como ideologia reformista. **Marxismo Vivo**, v. 6, São Paulo, 2015 p.99-115

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

TOLEDO, Cecília (Org). **A Mulher e a luta pelo socialismo**. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2014

ZETKIN, Clara. Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso. In: TOLEDO, Cecília (Org). **A Mulher e a luta pelo socialismo**. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2014

A CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Dayana Barbosa Furtado¹

Warllon de Souza Barcellos²

RESUMO

Tal trabalho propõe apresentar o desenvolvimento da Política Nacional de Álcool e outras Drogas e seu respectivo desmonte desde o golpe parlamentar do Estado em 2016. A pesquisa desenvolve – se primeiramente sobre a perspectiva proibicionista, a sua permanência na sociedade atrelado a estigmas preconceituosos que se reafirmam nos dias atuais. Buscando esclarecer os avanços ocorridos no segmento após adoção no âmbito da saúde pública em especial a introdução da abordagem de redução de danos. Sobretudo, discutir e refletir as drogas do ângulo social da realidade brasileira e suas particularidades no trato aos usuários de álcool e outras drogas.

Palavras – chave: álcool e outras drogas; proibicionismo; contrarreformas.

ABSTRACT

This work proposes to present the development of the national policy of alcohol and other drugs and its respective dismount since the parliamentary coup of the state in 2016. The research develops first on the prohibitionist perspective, its permanence in society linked to prejudiced stigmata that reaffirm itself in the present day. Seeking to clarify the advances in the segment after adoption in the field of public health in particular the introduction of the approach of harm reduction. Above all, discussing and reflecting the drugs of the social angle of Brazilian reality and their particularities in dealing with users of alcohol and other drugs.

Keywords: Alcohol and other drugs; Prohibition; Neoliberal.

1. INTRODUÇÃO

A manifestação do conservadorismo que hegemonicamente se apresenta dentro da sociedade é consolidada com o atual governo eleito (2019), que não mede esforços para desconstruir políticas públicas historicamente conquistadas através das lutas sociais.

O descaso aos direitos que compõem a seguridade social vem desde a efetivação do neoliberalismo no país (2000), se tornando explícito com o golpe parlamentar de 2016 e as

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). dayanabf1997@gmail.com

²Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professor/coordenador do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). warllon.barcellos@uemg.br

contrarreformas do Estado que desde então buscam minimizar suas participações na garantia dos mínimos direitos, constitucionalmente garantidos.

Essa desconstrução não ocorreria diferentemente às políticas de tratamento e acolhimento de usuários de álcool e outras drogas. Ao contrário, os ataques ocorridos recentemente as legislações e as pesquisas científicas expressam a repulsa do governo sobre os usuários, demonstrando seu desrespeito as instituições que não consideram a abstinência como único objetivo a ser alcançado. Não somente um descaso a estes indivíduos, mas aos profissionais que atuam no âmbito da saúde mental e que buscam fazer valer os ideais propostos na Reforma Sanitária e Psiquiátrica.

A presente pesquisa, buscará apresentar como seu deus o desenvolvimento da Política Nacional de Álcool e outras Drogas, sua efetivação junto a perspectiva proibicionista adotada desde o início das primeiras intervenções e como esta, principalmente as legislações que presam pela liberdade e plena cidadania dos usuários vem sendo desconstruída nos últimos anos. Para uma análise coerente, foi necessário a apreensão de documentos e legislações sobre drogas no país, utilizando – se de pesquisa bibliográfica relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

2. A CONSTRUÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O precário atendimento aos usuários de álcool e outras drogas é de caráter e significado histórico. No Brasil, o início das intervenções se deu na esfera da segurança pública no começo do século XX, atrelado a repressão, agressão e opressão desses indivíduos “desajustados”. Nessa época o consumo de drogas ainda era incipiente e certamente não constituía uma ameaça à saúde pública. Já o consumo de bebidas alcoólicas era frequente, por ter sido mais tolerado pelos governantes e pela sociedade (MUSUMESCI,1994) O conjunto de leis e normas que proibia e criminalizava o uso e o comércio de drogas ilícitas no país (aparato jurídico – institucional) que penalizava os usuários, ocasionava a exclusão destes indivíduos do seu meio social.

Nesse contexto anterior as iniciativas de políticas públicas, a dependência era estritamente trabalhada como sinônimo de marginalidade. As medidas eram influenciadas por convenções internacionais, com destaque às iniciativas estadunidenses. O Brasil consta entre os países signatários das convenções internacionais para repressão ao tráfico e ao uso de drogas ilícitas, o que repercutiu na formulação de uma política de drogas nacional alinhada ao discurso proibicionista (ALVES, 2009). As primeiras iniciativas, que perpassam

até os dias atuais reafirmam uma necessidade de sanar esses indivíduos que perturbavam as condutas sociais necessárias ao bom funcionamento da organização burguesa.

As alterações ocorridas na sociedade brasileira a partir da década de 1930, têm como indicadores mais visíveis o processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado, o surgimento das políticas sociais além de outras respostas às reivindicações dos trabalhadores (BRAVO, 2007, p. 03)

O caráter proibicionista adotado por vários países, inclusive o Brasil, se caracterizava por uma ideia errônea de combate ao consumo, comércio e produção de drogas consideradas ilícitas, tendo por consequência um aumento do tráfico, proporcionando aos usuários contato com drogas de formulação desconhecidas, também pode – se destacar a sobrecarga ao sistema de justiça acarretado por esse “combate às drogas”. É por isso que, em razão da absoluta ineficácia da criminalização das drogas, a Comissão Latino – Americana sobre Drogas e Democracia reconheceu que essa é uma “guerra perdida” (TORRES, 2015).

Na década de 1930, foi promulgada a Lei de Fiscalização de Entorpecentes (Decreto – Lei nº891/1938) que expressava claramente o posicionamento proibicionista do Estado brasileiro em relação às drogas. O conteúdo deste decreto – lei, posteriormente incorporado ao artigo 281 do Código Penal de 1940, criminalizava o porte de drogas ilícitas independentemente da quantidade apreendida e da intenção de consumo próprio ou tráfico, sem distinção da penalização prevista para uma ou outra circunstância (Alves, 2009, p. 05).

Cabia ao Estado, nesse contexto de “guerra às drogas”, o dever de “higienizar” a sociedade, sobretudo àquela parcela que se encontrava em condição de pobreza, representando a classe mais propensa as dependências químicas e alcoólicas. O objetivo do Estado, de manutenção do capital, ia além do público, buscava – se um controle da vida privada dos sujeitos (em destaque a massa proletária. As questões sociais em geral e as de saúde em particular, já colocadas na década de 20, precisavam ser enfrentadas de forma mais sofisticada (BRAVO,2007).

A ONU representa no campo internacional no pós Segunda Guerra Mundial uma grande influência nos debates em torno das políticas públicas voltadas para usuários de drogas, reafirmando o caráter proibicionista destas. As legislações brasileiras no que tange o consumo e tráfico de drogas no país iam de concordância as ideias propostas pelas duas Convenções – Irmãs da ONU, ocorridas em 1961 e 1971.

Após a década de 1960, as drogas ilícitas, como, por exemplo, a maconha, que antes atingia a população mais vulnerável e marginalizada da sociedade, migra para as classes médias da população o que acarretou na implementação da lei 6.368 de 1976, que amplia, em certa medida, a abordagem sobre o tratamento e a recuperação de usuários de

drogas. A assistência à saúde passa a ser considerada não apenas para os “viciados infratores”, mas para os “dependentes de substâncias entorpecentes” (ALVES, 2009). Essa lei irá influenciar posteriormente a legislação de saúde para usuários de drogas, tanto no âmbito estatal quanto nas instituições de caráter religioso.

É importante observar que tais portas assistenciais foram abertas aos consumidores de drogas ilícitas; os primeiros centros de tratamento, a princípio não atenderam alcoolistas. Esse fato reafirma a tendência observada no Brasil de estabelecer ações governamentais tendo em vista os compromissos assumidos no plano internacional para controlar e reprimir o uso de drogas ilícitas, e não orientadas apenas pelas necessidades de atenção surgidas com o consumo de substâncias psicoativas (Machado & Miranda, 2007, p. 806).

Levando em consideração o sistema de saúde vigente, que se baseava nas contribuições previdenciárias, e a conjuntura política da época, em meio aos governos ditatoriais, se compreende como os hospitais psiquiátricos se destacam como o meio mais aceito no trato aos usuários de álcool e outras drogas. Vale a pena assinalar que, no vácuo de propostas concretas, e na ausência do estabelecimento de uma clara política de saúde voltada para este segmento, surgiram no Brasil diversas “alternativas de atenção” de caráter total, fechado e tendo como único objetivo a ser alcançado a abstinência (BRASIL, 2003).

O início da década de 1970, marca o momento em que os dependentes passam a ter visibilidade no campo da medicina, esta irá prover através de diferentes dispositivos assistenciais: a princípio, hospitais psiquiátricos e, posteriormente, centro especializados de tratamento, públicos ou filantrópicos. Esses dispositivos tinham como objetivos salvar, recuperar, tratar e punir (MACHADO & MIRANDA, 2007). Essa tendência responde, em parte, à própria complexidade que o uso de psicoativos adquiriu a partir da década de 1970, em decorrência do incremento na produção, na circulação e no consumo de psicoativos em vários países do mundo (BRITES, 2017), consequência das mudanças que os países capitalistas atravessavam em meio à crise estrutural do capital e as novas adoções no modo de produção, que alteraram novamente os domínios do capital. Vale assinalar, que as drogas, consideradas um problema social, são também mercadorias.

A lei 6.368/76, contribuiu para a criação de espaços institucionais relevantes no campo da assistência à saúde e da Justiça, como a criação dos centros de tratamento, do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e do Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) (Machado e Miranda, 2007). A respectiva legislação também estabelecia internação hospitalar aos dependentes caso necessário. A despeito da vigência da lei, os primeiros serviços extra – hospitalares especializados na assistência aos usuários de drogas ilícitas começaram a ser criados no Brasil somente na segunda metade da década de 1980 (Alves,2009).

Com a efervescência dos movimentos sociais e as lutas políticas que se seguiam na época, exigindo mudanças do Estado autocrático burguês, a década de 1980, marca o início de vários centros de pesquisa e tratamento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas, entre eles, destaca – se o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes que compunha um conjunto de órgãos que exerciam diversas atividades. Entre o objetivo desse sistema, constava o de formular a Política Nacional de Entorpecentes através do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), seu órgão central (ALVES,2009), regulamentado pelo decreto 85.110/80, que estabelecia:

Art. 4º. Compete ao Conselho Federal de Entorpecentes propor a política nacional de entorpecentes, elaborar planos, exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica, bem como exercitar outras funções em consonância com os objetivos definidos no art. 2º (BRASIL, Ministério da Justiça, 1992, p .19).

O fim da ditadura militar, a promulgação da Constituição Federal de 1988, fez – se expandir diversos segmentos de pesquisa, no campo das drogas, representa os primeiros passos para novas linhas de pensamento baseadas na prevenção e tratamento. Em 1988 e 1996, respectivamente, foram produzidos dois documentos que ampliavam o campo de atuação do CONFEN. Apesar de fazer referência a saúde mental, não houve nenhuma articulação com os setores nem com as políticas importantes de saúde que surgiam naquele momento, como o Sistema Único de Saúde, a reestruturação da atenção em saúde mental e os programas de redução de danos. Seguiu – se a linha das mesmas intervenções propostas no início do século XX, numa perspectiva de responsabilização individual.

Somente, em 1994, com a epidemia da AIDS, e aqui destacamos em especial os usuários de drogas injetáveis, que o campo da saúde propõe as primeiras intervenções baseadas na redução de danos. O CONFEN, mesmo sofrendo de grande pressão, principalmente da sociedade civil, que considerava o ato um incentivo ao uso de drogas, manifestado em argumentos, do tipo: “como prover seringas UDI se faltam ao país tantas outras ações de saúde para a população em geral” (ANDRADE, 2011), apoia a ação do Ministério da Saúde.

Segundo Campos (2015), em 1998, realiza – se uma Sessão Especial na Assembleia Geral da ONU (UNGASS) com o objetivo específico de discutir o problema mundial das drogas. Acena – se para o início de um processo de modificação do discurso que enfatizava a “Guerra às Drogas” para um discurso que prioriza a política de redução de danos e cooperação internacional.

A partir dos anos 2000, observa – se grandes mudanças no que diz respeito a legislação brasileira sobre drogas, mesmo mantendo seu discurso proibicionista o debate

dentro da saúde se torna cada vez mais necessário e relevante. Uma importante mudança refere – se á distinção feita entre as atividades antidrogas e aquelas de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, conferindo maior destaque a estas últimas (ALVES, 2009). Prevaleceu, no Ministério da Saúde, a posição daqueles que defendiam a inclusão da atenção aos usuários de álcool e outras drogas (MACHADO & MIRANDA, 2007).

Vale assinalar, que apesar dos avanços ocorridos no processo de redemocratização nos anos 1980, que contribuíram também para as Reformas Sanitária e Psiquiátrica, e apesar da sociedade ter sentido o peso do agravamento da Aids nos anos de 1990, o aspecto progressista que é adotado no início da década de 2000, se perde com a intensificação do neoliberalismo no país e as contrarreformas do Estado, principalmente no debate sobre as drogas.

As mudanças operadas no capitalismo mundial pela reestruturação produtiva, pela precarização e flexibilização das relações no mundo do trabalho, pelo crescimento da desigualdade, pela contrarreforma do Estado e pelo aumento da violência, jogam um peso devastador sobre as conquistas democráticas no campo dos direitos culturalmente reconhecidos, como saúde e educação, por exemplo, e no âmbito da política de drogas os efeitos são ainda mais perversos (Brites, 2015, p. 124).

Mesmo assim, em 2002, entra em vigor a Lei nº 10.409, marco da primeira legislação brasileira associada ao Ministério da Saúde. Em 2003, com a formulação da Política de Atenção Integral para Usuários de Álcool e outras Drogas³, proposta pelo Ministério da Saúde, coloca – se em vigor a criação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. E pela portaria 366/2002 do Ministério da Saúde fica estabelecido a criação da NAPS.

Em 2006, é implementada a nova legislação sobre drogas no país, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad), revogando a Lei nº 10.409/2002, condicionando um posicionamento mais moderado em relação às drogas dentro da legislação brasileira, distinguindo a condição de usuários e dependentes de drogas, abordando as atividades de prevenção ao uso indevido, atenção à saúde e reinserção social. Por consequência foram renomeadas algumas instâncias advindas das drogas. O Conselho Nacional Antidrogas se transformou em Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e a Secretaria Nacional Antidrogas em Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

³ Somente em 2003, no governo do presidente Lula, que o Ministério da Saúde, publica o documento: “A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas”, assumindo o papel de tratar, prevenir, reabilitar e reinserir na sociedade os usuários de álcool e outras drogas.

A materialização das lutas sociais se dá pelas vitórias que foram sistematicamente elencadas pelo trabalho até o dado momento. As legislações (Lei 6.368 de 1976, a 10.409 de 2002 e a 11.343 de 2006) que representam mudanças favoráveis aos usuários de álcool e outras drogas nas concepções públicas, penal e médica, se configuram pela busca da descriminalização dos usuários a partir da compreensão de que a problemática “droga” é fruto de condições sociais, culturais, econômicas, políticas e biológicas presentes na realidade brasileira.

3. A DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Se tratando da frágil política no Brasil, temos consciência que nos debruçamos em instáveis territórios econômicos, políticos, culturais, democráticos, onde ora, avançamos na instauração de intervenções sociais, e ao mesmo tempo retrocedemos 40 anos de luta. As políticas públicas estão associadas a construções históricas e modos de operar de cada realidade, de cada Estado (BAPTISTA & MATTOS, 2011).

É correto afirmar, que o horizonte aberto pelo golpe parlamentar de 2016 e pelas inúmeras contrarreformas que seguem derruindo as limitadas conquistas democráticas constitucionalmente reconhecidas é tenebroso (BRITES, 2017). Fato que se afirma com os retrocessos que estamos vivenciando nas políticas públicas atuais, principalmente aos ataques destinados ao campo da saúde mental.

Dessa forma, temos constantes mudanças no que tange as legislações e ações referentes ao tratamento de usuários de álcool e outras drogas. Em 2017, o governo de Michel Temer lançou a Portaria nº 3.588/2017 - MS e a Resolução nº 32/2017, ao contrário do descrito, não havia uma intenção de fortalecimento da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), que até o momento operava pela Portaria 3.088/2011, o que se propunha verdade era desconstrução do proposto pela Lei 10.216/2001.

Reforça – se a lógica manicomial com funcionamento de leitos em hospitais psiquiátricos e o aumento de números de leitos em hospitais gerais, de forma que não permite o cuidado de qualidade e em liberdade, posto as internações como única alternativa de resposta à crise, retrocedendo aos típicos loucos ociosos dos manicômios (DUARTE, 2018, p.236).

Não somente se viu ataques legislativos em 2017, mas episódios de intervenções que remeteram às práticas ineficientes do século XX. A atuação em 21 de maio, do então prefeito João Doria na Cracolândia em São Paulo - SP, denominada “Redenção” pelo próprio, submeteu os indivíduos ali presentes a atos desumanos, contrariando o proposto pelo documento do Ministério da Saúde – Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras

drogas, uma vez que este afirma a redução de danos, a liberdade e a reinserção social como métodos e objetivos a serem alcançados.

Andrade (2011), apresentou a criminalização dos usuários advinda não apenas dos governos (que se utiliza dos órgãos de segurança pública), mas impregnado na sociedade, com destaque àqueles que fazem uso de drogas consideradas “drogas da morte” (crack e opi). Segundo o autor, a adjetivação “droga da morte” parece estar a favor da redução do impacto do assassinato do usuário, já que por si mesmo ele estaria buscando a própria morte (ANDRADE,2011). Como consequência, a sociedade acaba por apoiar iniciativas como a de “Redenção” em São Paulo – SP, demonstrando total negligência com a vida dos socialmente excluídos.

Dando continuidade no “golpe, dentro do golpe” (DUARTE,2018), o governo de Michel Temer, não satisfeito, modifica o CONAD (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas), através da Resolução 01/2018, em 01 de março de 2018, enfatizando a abstinência edesvalorizando as iniciativas de redução de danos, acarretando o favorecendo ao tratamento em comunidades terapêuticas. Não se pode desconsiderar o histórico destas instituições, haja vista, frequentemente são denunciadas por abusos, condições insalubres, negligência e trabalho forçado.

A valorização de tratamentos que sustentam abordagens pautadas na abstinência é contínuo em meio ao governo de Jair Bolsonaro. Desde o início de 2019, o atual presidente tem feito questão de atacar constantemente as políticas de saúde mental no país. “Sem perder tempo, ”em 04 de fevereiro, é publicado a Nota Técnica nº11/2019 – CGMAD/DAPES/SAS/MS, ao contrário do dito pelos gestores, ela evidentemente não pauta as suas ações em um trabalho “aberto e livre” com os usuários. É possível observar que o desejo pelo fim da RAPS está presente no texto da Nota, ainda que se diga o contrário, pois as ações no campo prático ali apontadas sustentam o modelo manicomial (CORREIA, MARTINS, REQUIÃO,2019).

Ora, se a premissa de “rede substitutiva” não faz mais parte da presente Política Nacional de Saúde Mental, seria mais honesto intelectualmente dar um conceito distinto a esse “outro modelo” e defini – lo adequadamente às “novas” diretrizes e não usar a ideia da Rede de Atenção Psicossocial construída por esforços científicos, sociais e políticos desde a década de 1970, com a mobilização do Movimento da Luta Antimanicomial (CORREIA, MARTINS, REQUIÃO,2019, p.07).

Fato, que a intenção do atual governo, é de exclusão dos indivíduos de seus respectivos direitos. Seu claro comprometimento com o conservadorismo não gerou espanto entre os profissionais comprometidos com as bases da Reforma Psiquiátrica, quando lançou mais um de seus ataques aos usuários de álcool e outras drogas, ao sancionar a Lei 13.840 de 05 de junho de 2019.

Existem duas principais considerações que se pode retirar da nova lei de drogas no país. Primeiro, fica claro a intenção de legitimar atos como o de João Doria, em São Paulo (2018), tendo em vista, que o próprio texto traz a internação involuntária do usuário, sendo feita a partir de profissionais na área da saúde. Segundo, fica claro a intenção de “apagar as instituições psicossociais”, quando se tratando de tratamento, segundo a lei, deve ser priorizado o ambulatorial, e o favorecimento das comunidades terapêuticas “acolhedoras”, trabalhando apenas a abstinência. Ou seja, a tentativa de retomada do modelo asilar pelo governo federal é feita de forma explícita e escancarada.

O que temos a destacar é a incapacidade do governo federal de manter o dito pelo próprio. A Nota técnica nº 11/2019, trazia: “As abordagens e condutas devem ser baseadas em evidências científicas, atualizadas constantemente”. Ironicamente, o atual ministro da cidadania, Osmar Terra, viu a necessidade de questionar a qualidade da pesquisa científica sobre o uso drogas no país⁴, realizada pela FioCruz. Pois, nesta, são apresentados dados que desmentem a afirmativa do governo de que vivemos diante de uma “epidemia de drogas”. O governo necessitava de que a pesquisa contemplasse dados que justificassem as iniciativas propostas na nova legislação de drogas no país, como as internações involuntárias, abstinências compulsórias e seu investimento em instituições baseadas na abstinência. O que de fato não ocorreu.

Dessa forma, o que podemos destacar, que as lutas a partir de agora, principalmente contra a hegemonia do conservadorismo

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi colocado pelo trabalho, podemos destacar, que as lutas travadas desde o início do século XX, que se configuram na busca pela plena cidadania de todos, teve seu ápice com a garantia dos direitos na Constituição Federal de 1988. Anterior a este momento, os indivíduos, em especial os usuários de álcool e outras drogas, tiveram seus tratamentos baseados pelas perspectivas jurídico – moral, médico – psiquiátrico.

Infelizmente, as reivindicações postas pelas Reformas Sanitária e Psiquiátrica, são rapidamente abafadas pelo neoliberalismo e o Estado que acolhe com eficácia essa ideologia. Por consequência, até o dado momento, não lhe têm parecido difícil disseminar discursos que enfatizam a eficácia de tratamentos baseados em antigos segmentos, seguindo, evidentemente uma lógica que atenda às necessidades do capital.

⁴Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – III levantamento nacional sobre o uso de drogas no Brasil, publicada pela The Intercept_Brasil. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/05/31/estudo-drogas-integra/>>.

A necessidade de exclusão dos usuários de álcool e outras drogas, é salientada também pela sociedade civil, considerando mais eficaz a expulsão do indivíduo do seu meio de convívio do que a reinserção social, ou talvez, mas conveniente para “os cidadãos de bem” junto a autocracia burguesa. `

Independente das justificativas que os governos vêm adotando, para salientar suas intervenções baseadas na repressão e opressão de indivíduos que evidentemente são vítimas de pré-julgamentos, desde de 2016, o desprezo aos usuários e a busca pela constante desconstrução de seus direitos vem ocorrendo de forma escancarada.

Soma-se a isto as novas legislações, surgidas desde o golpe de 2016, colocadas não somente aos usuários, mas também aos profissionais que atuam área da saúde mental, dificultando a articulação de ambos. E se perpetuando com o atual governo e seu posicionamento conservador.

Parece evidente, que as lutas sociais que tiveram como resultado programas de saúde como o SUS e documentos como o do Ministério da Saúde para o Atenção Integral aos usuários de Álcool e outras drogas, se faz tão necessária atualmente tanto quanto no século XX, tendo em vista o sucateamento e os retrocessos que estamos vivenciando no momento. Cabe aos profissionais junto a massa comprometida com as lutas, se levantar novamente diante da atual situação antes que todos os direitos conquistados sejam desconstruídos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. S. **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas.** Caderno de Saúde Pública. Vol. 25 n^o.11, Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, T. M. **Reflexões sobre políticas sobre drogas no Brasil.** Ciência e Saúde coletiva. Vol. 16 N^o 12. Rio de Janeiro 2011.

BAPTISTA, T. W. F. MATTOS, R. A. (Org). **Caminhos para análise das políticas de saúde.** Rio de Janeiro: CCAPS, 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. Conselho Federal de Entorpecentes. **Legislação sobre entorpecentes no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, 1992.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretária de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas.** Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N^o 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017.** Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002.** Brasília, DF, 2002.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas – SISNAD; prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 2006.

_____. Lei nº 13.840, de 05 de junho de 2019, **Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm>.

_____. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>.

_____. Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002. **Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá providências.** Diário Oficial da União, 2002.

_____. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. **Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 1976.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação – Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. **Nota Técnica nº 11/2019.** Disponível em <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>.

BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil. (Org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo, 2007.

BRITES, C. M. A inconstitucionalidade da criminalização das drogas. Drogas no Brasil: entre a Saúde e a Justiça, proximidades e opiniões (p.120-141). Fundação Perseu Abramo, 2015.

BRITES, C. M. Psicoativos (drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2017.

CAMPOS, M. S. **As percepções dos brasileiros sobre drogas, justiça e saúde. Drogas no Brasil: entre a Saúde e a Justiça, proximidades e opiniões (p.64-84).** Fundação Perseu Abramo, 2015.

CORREIA, L. C. MARTINS, L.; REQUIÃO, M. **À beira do abismo e ao encontro do absurdo: considerações sociojurídicas sobre a Nota Técnica nº. 11/2019 do Ministério da Saúde.** Revista Jurídica (FURB), v. 23, nº50, jan. /abr. 2019.

Decreto nº 85.110 de 02 de setembro de 1980. Institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes. Diário Oficial da União, 1980.

Decreto nº 891, de 25 de novembro de 1938. Aprova a lei de fiscalização de entorpecentes. Casa civil, subchefia para assuntos jurídicos, 1938.

DUARTE, J. O. **Política de saúde mental e drogas: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v.18, n.2 (p.227-243), 2018.

III levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. The Intercept_Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/05/31/estudo-drogas-integra/>>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

MACHADO, A. R. & MIRANDA, P. C. **Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública.** *Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos*, vol. 14 nº.3, Rio de Janeiro, 2007.

MUSUMESCI, B. **O consumo de álcool no país.** In: Zaluar, Alba. (Org.) **Drogas e cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, J.H. **A inconstitucionalidade da criminalização das drogas. Drogas no Brasil: entre a Saúde e a Justiça, proximidades e opiniões (p.32-45).** Fundação Perseu Abramo, 2015.

RACISMO ESTRUTURAL E SUA FUNCIONALIDADE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

Débora Cristina Lopes Santos*¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar o racismo estrutural e como ele é apropriado pelo modo de produção capitalista para subalternizar e superexplorar determinados grupos da sociedade, no caso, a população negra. Apresentamos como a raça opera como critério na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. E como o debate, a apropriação sobre o racismo se faz necessária para compreensão das especificidades da classe trabalhadora.

Palavras chave: racismo estrutural, desigualdades, funcionalidade do capital.

ABSTRACT: The present article aims to present the racism and how it is appropriate by the capitalist mode of production to subalternize and overexploit certain groups of society, in this case, the black population. We present how race operates as a criterion in class structure and social stratification system. And like the debate, the appropriation of racism is necessary to understand the specificities of the working class.

Key words: structural racism, inequalities, capital functionality.

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Assistente Social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: deboracristinalopessantos@gmail.com.
Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais- Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO:

Para Clovis Moura (2014) a luta dos negros desde a escravidão constitui-se uma manifestação da luta de classes, de tal sorte que a lógica do racismo é inseparável da lógica da constituição de classes no Brasil. Podemos dizer que os problemas que raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores do seu conjunto. (ALMEIDA, 2018, p. 146, apud MOURA, 2014, p. 219).

Almeida (2018) aponta que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, P.16), e destaca que o racismo é sempre estrutural, visto que é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. O autor ainda define o termo raça:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contigência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018, p.19).

Almeida (2018) nos apresenta o *racismo científico*² que obteve enorme repercussão nos meios acadêmicos e políticos do séc XIX. O autor defende que “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente³ considerados monorrários”.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Dessa forma, entendemos que o racismo se materializa na forma da discriminação racial, no entanto, é sistemática, ou seja, não se trata de um ato discriminatório, ou de um conjunto de atos discriminatórios, mas é um processo em que determinados grupos são subalternizados enquanto outros gozam de privilégios que se reproduzem nos âmbitos da política, da cultura, da economia e nas práticas cotidianas.

²Esse tipo de racismo, colocava a ideia de que a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos violentos, imorais e indicavam pouca inteligência.

³Destaco o termo sociologicamente, visto que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta que a população brasileira é composta em mais da metade pela população negra (junção de negros e pardos).

1.1 RACISMO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL:

Almeida (2018) apresenta três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Para ele o racismo individualista não crê que existem sociedades racistas, mas sim indivíduos racistas, que agem de forma isolada ou em grupos. Trata-se de algo ligado ao comportamento, por isso, educação, concientização e mudanças culturais são as principais formas de enfrentamento utilizadas. Nesta perspectiva existe uma obsessão pela legalidade, é fato que o racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o pratiquem sejam devidamente punidos, no entanto, o autor aponta que olhar o racismo sobre a ótica individualista limita a análise e deixa de considerar que desgraças foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de muitos líderes políticos.

O autor aponta que na concepção institucional o racismo significou um importante avanço teórico nos estudos sociais, sob essa perspectiva o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições que impõem, ainda que inderetamente, desvantagens e privilégios a partir da raça dos sujeitos. O autor apresenta que “a principal tese de quem afirma a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições”. (ALMEIDA, 2018, p. 30). Afirma ainda que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial, o *racismo é dominação*. O poder é exercido pelos grupos que estabelecem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade, portanto, a burguesia. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Rex (1987) afirma que o conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais (Rex, 1987, p. 185).

Hasenbalg (2005) reflete sobre o racismo enquanto construção ideológica e conjunto de práticas mais ou menos articuladas, que foi preservado pelo capitalismo e que é utilizado por este, sendo em certos casos reforçado para servir de benefício aos setores dominantes desta sociedade. Por isso, mesmo que o racismo apresente um conteúdo irracional, passa a ter uma racionalidade funcional que serve de privilégio à raça dominante.

O fato é que a raça opera como critério na estrutura de classes e no sistema de

estratificação social.

a raça como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que as relações de produção capitalista – ou quaisquer outras relações de produção no caso – são dominantes. Outrossim, o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição (HASENBALG, 2005, p.120).

Almeida (2018) coloca que as práticas de poder, a cultura de um determinado grupo tornem-se horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Dessa forma, o domínio de homens brancos em instituições públicas, por exemplo no legislativo, no judiciário, nos consultórios médicos, nas diretorias de instituições públicas e privadas depende em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultam a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio formado por homens brancos.

O fato é que o racismo como processo histórico e político cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. E a experiência nos mostra que a reponsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de produzir e reproduzir a desigualdade racial. “Pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre condutas racistas, pelo contrário, entender que o racismo é estrutural e não um ato isolado de um indivíduo ou grupo nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

1.2 – POPULAÇÃO NEGRA E A LUTA DE CLASSES:

Para Florestan Fernandes (2017) a população negra precisa ter suas particularidades atendidas na luta de classes.

Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e da luta de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fato revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos- classe e raça. (FERNANDES, 2017, p. 84).

Ianni (2004) e Menezes (2010) defendem que muitos se preocupam apenas com o conjunto dos trabalhadores, sem especificarem as particularidades da exploração diferenciada que os negros sofrem dentro da ordem vigente.

Almeida (2018) explica que o racismo não é um mero reflexo de estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois segundo o autor, a modernização é racista. “as particularidades históricas brasileiras permitem construir um processo de modernização capitalista mantendo estruturas arcaicas, que não são anomalia, mas sim integrantes dessa lógica de desenvolvimento histórico específica” (ALMEIDA, 2018, p. 151, apud OLIVEIRA, 2017, p. 23).

Neste aspecto, Florestan (1972) Aponta que a combinação entre o arcaico e o moderno no Brasil é necessária, o que faz com que o setor moderno comande os dinamismos do crescimento econômico, no entanto, o impede de transformar ou eliminar os setores arcaicos.

Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado (FERNANDES, 1972, p. 53).

O Almeida (2018) aponta que o racismo não é estritamente um elemento de herança da escravidão, ele reconhece que existe no nosso país, impactos terríveis da escravidão na formação econômica e social, mas afirma também que as formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna e não somente resquícios do passado.

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade quanto do capitalismo, de tal modo que não há falar de um sem o outro. (ALMEIDA, 2018, p. 144).

Almeida (2018) coloca que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, e existe uma adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. “O racismo de acordo com essa posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão” (ALMEIDA, 2018, p. 144). “Em suma: para se renovar o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia” (ALMEIDA, 2018, p. 144).

Hasenbalg (2005) reflete sobre as relações ideológicas dentro do sistema capitalista, onde coloca que não há apenas uma dominação da força de trabalho física, mas também

uma dominação em todas as esferas da vida, que perpetua a manutenção do modo de produção vigente. Uma das formas dessa dominação ideológica se dá pelo incentivo da competição entre os próprios trabalhadores, quer seja de indivíduos ou grupos, de modo que são incentivados a competirem entre si para alcançarem posições de diferenciação social. Nas palavras do autor:

Assim, a mobilidade social-definida quer como a mudança inter ou intrageracional de posição de classe, quer como a mudança de posição relativa nas dimensões de estratificação, que podem ou não coincidir- ocorre através da competição individual ou grupal pelas vantagens distributivas das diferentes posições na estrutura de classes. De qualquer maneira, o deslocamento individual ao longo de dimensões distributivas não implica necessariamente uma mudança de posição de classe. (HASENBALG, 2005, p. 115).

Desta forma, o autor deixa claro que a mobilidade social não significa necessariamente uma mudança na posição de classe. Vale dizer que o determina o pertencimento do sujeito a determinada classe é o lugar que o sujeito ocupa na esfera produtiva, além da consciência do sujeito.(MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 82.)

Almeida (2018) apresenta que uma das características do racismo é a dominação de determinado grupo racial sobre o outro. E estabelece que a supremacia branca, ou seja a dominação que atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos à pessoas brancas, é uma forma de hegemonia. Que não apenas é exercida com o uso da força, mas pelo estabelecimento de consensos ideológicos “a dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social” (ALMEIDA, 2018, p. 59).

Hasenbalg (2005) corrobora desse pensamento de dominação e privilégios dos brancos ao defender que não somente o capital extrai a mais-valia econômica do trabalhador, mas que o privilégio racial do branco em relação ao negro faz com que o grupo dominante branco extraia uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do negro. “A presença de privilégio indica que através de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos os brancos puderam progredir às custas e por causa da presença de negros”. (HASENBALG, 2005, p. 117). O autor continua a análise indicando que o privilégio racial do branco distingue a opressão racial da exploração de classe e estabelece racionalidade na prática do racismo.

Dessa forma, existe uma divisão sexual e racial do trabalho que serve aos privilégios da raça branca e aos interesses econômicos dos setores dominantes. Como os brancos, sejam eles capitalistas ou não, dispõem do privilégio racial, no entanto, de formas diferentes, onde nascer branco num país como o Brasil significa estar passos à frente no mercado competitivo burguês. De acordo com Hasenbalg (2005) “nascer branco numa

sociedade multirracial constitui uma espécie de posse” (HASENBALG, 2005, p.122) e nascer negro tem representado um ônus duradouro. “A noção de privilégio pode ser relacionada ao conceito de posse (*tenure*) de Stinchcomb, definido como um direito socialmente defensável a um fluxo de recompensas que não depende do desempenho competitivo” (HASENBALG, 2005, p.122).

Almeida (2018) aponta como o racismo se manifesta no campo da economia de forma objetiva e subjetiva. Ele apresenta que a tributação feita no Brasil é uma forma objetiva de se empobrecer a população geral e principalmente a população negra. Visto que no Brasil a tributação é feita sobre salários e sobre o consumo e não sobre propriedades, patrimônio e renda, o que prejudica as camadas mais pobres e assalariadas do país. Dessa forma, qualquer política econômica, fiscal e orçamentária que seja fidedigna, precisa incorporar o debate da desigualdade racial. O racismo também se manifesta no campo da economia de forma subjetiva:

O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição “biológica” de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias. (ALMEIDA, 2018, p. 135).

Hasenbalg (2005) destaca que o racismo pode forçar os indivíduos a discriminar com base em critérios racionais, ou seja, para manter o privilégio. Entendemos que o racismo é muito mais que um instrumento utilizado pelas classes dominantes para dividir a classe trabalhadora, mas serve diretamente aos interesses do grupo econômico e racialmente dominante, serve à burguesia branca.

Em suma, a raça, como traço fenótipo historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. [...] o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epitenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicado como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente. (HASENBALG, 2005, p. 124).

Menezes (2010) contribui também para a linha de análise de Hasenbalg (2005), quando coloca que a discriminação racial no Brasil decorre por origens de classe, mas não somente. A autora defende que além da origem de classe ser um elemento crucial, a questão da raça também é. Nas suas palavras, “assim, as desigualdades sociais e raciais no Brasil acabam por se confundir, não podendo ser discutidas separadamente não sem perdas significativas para o projeto de emancipação humana em geral”. (MENEZES, 2010, p. 39).

O capitalismo se utiliza do racismo para explorar mais determinados grupos na sociedade, o racismo passa a ser funcional por servir aos interesses do grupo dominante. Hasenbalg (2005), assim como Almeida (2018) aponta que brancos tem privilégios/vantagens na sociedade de classes com relação à população negra “o privilégio racial do branco distingue a opressão racial da exploração de classe e cria os nexos racionais para as práticas racistas” (HASENBALG, p. 117, 2005).

O ser negro e o ser branco são construções sociais. O negro é produto do racismo. Assim como os privilégios fazem de alguém branco, são as desvantagens sociais, históricas e culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém negro, afirma (ALMEIDA, 2018). “A cor da pele ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas” (ALMEIDA, 2018, p. 60).

Para Ianni (2004) a construção das raças também é social, “as raças se constituem, mudam, dissolvem ou recriam historicamente” (IANNI, 2004, p. 127). Assim, as raças se compõem a partir das relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros nas várias esferas da vida, na medida em que os traços biológicos das raças vão sendo moldados de acordo com as relações sociais estabelecidas.

Uma outra questão problematizada por Almeida (2018) atravessa a vida de negros e negras, que são a todo tempo culpabilizados pelo não sucesso, a questão da meritocracia faz com que a pobreza, o desemprego, a baixa escolaridade seja entendida como falta de mérito dos indivíduos. E aponta que no Brasil a negação do racismo e a ideologia da democracia racial são sustentados pelo discurso da meritocracia.

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro o discurso da meritocracia é altamente racista, vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos com a desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, p. 63).

Hasenbalg (2005) apresenta que dentro do modo de produção capitalista há uma defesa de um princípio baseado no mérito individual, onde se coloca que há uma igualdade de oportunidades entre os indivíduos e que a estrutura de classes e a posição que ocupamos decorrem da forma como absorvemos essas oportunidades, aparentemente colocadas para todos os sujeitos. Em outras palavras, é negado que a posição que ocupamos dentro da estrutura de classes advém da exploração da força de trabalho de uma minoria, que detêm os meios de produção sobre a maioria da população. O autor acrescenta ainda que os aparelhos como família, religião e o sistema escolar contribuem em tal processo. Segundo Hasenbalg (2005, p. 113):

Sob o rótulo legitimador de igualdade de oportunidades, imputada principalmente ao funcionamento do sistema educacional, os processos acima mencionados reproduzem a divisão social do trabalho de uma maneira que disfarça o grau em que as posições de classe são transmitidas de geração em geração.

Almeida (2018) aponta que o racismo é produzido, pois é alimentado pela estrutura do Estado, para ele o racismo é um elemento constitutivo dos Estados modernos. É sabido que o papel do Estado no capitalismo é essencial, pois visa a manutenção da ordem burguesa. O autor afirma que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual.

As classes quando materialmente consideradas também são compostas de mulheres, pessoas negras, indígenas, gays, imigrantes, pessoas com deficiência, que não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. [...] Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, dirigir o olhar para a situação real das minorias. (ALMEIDA, 2018, p. 75, apud ALMEIDA 2015, p.747-767)

Almeida (2018) aponta como a divisão racial do trabalho ainda pode ser amplamente constatada nas sociedades contemporâneas, pois em grande parte dos países por mais que leis antirracistas sejam desenvolvidas pelo Estado, é claro que grupos minoritários continuam recebendo salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres e precarizados. “Da mesma forma, o racismo foi e continua sendo elemento constitutivo da nacionalidade brasileira” (ALMEIDA, 2018, p. 81).

Quando Marx e Engels (2008) apresentam o proletariado - os sujeitos que conformam a classe que vive do trabalho, compreendendo as diversas formas de inserção no mercado de trabalho apresentado por Ricardo Antunes (2000) - como força de trabalho, cujo seu preço varia de acordo com sexo ou idade, vemos a necessidade de frisar também que a mercadoria força de trabalho tem o seu preço também determinado pela cor da pele. Menezes (2010) apresenta como mulheres negras são remuneradas em menos da metade com relação a homens brancos. A burguesia ganha lucros líquidos com a presença do racismo na sociedade e toda a classe trabalhadora perde na mesma proporção.

Os dados mostram que o desemprego não atinge de modo equivalente os segmentos populacionais, especialmente quando observados os atributos pessoais. Percebe-se que, apesar do desemprego os diversos segmentos da força de trabalho, as mulheres, particularmente as negras, estão mais expostas a esse fenômeno, o que mostra dupla discriminação existente no mercado de trabalho. Tomando rendimento médio por hora de trabalho, indicador que elimina as diferenças advindas do tamanho das jornadas, observa-se que, enquanto o homem não-negro auferir R\$ 11,92 por hora trabalhada, a mulher negra auferir R\$ 5,09, ou seja, a mulher negra auferir menos da metade (MENEZES, 2010, p. 11).

O Almeida (2018) reforça que o racismo pode ser uma forte tecnologia de controle social, porque naturaliza o pagamento de baixos salários para grupos minoritários, além de coagir trabalhadores brancos que não reclamarão por seus salários, pois sabem que existe um grupo enorme de trabalhadores negros que geralmente recebem menos.

Almeida (2018) aponta como mecanismos de destruição da população negra são aperfeiçoados no contexto neoliberal, ele aponta o encarceramento do sistema prisional, a expulsão escolar, a pobreza endêmica, visto que atinge brutalmente e majoritariamente a populações de regiões geográficas específicas, favelas, guetos, bairros periféricos, a negligência com a saúde das mulheres negras, que para ele formam um engrenagem social de dor e morte para essa população.

2. CONCLUSÃO:

Desta forma, a questão racial é um tema permanente no pensamento brasileiro. Esteve presente na Colônia, continuou no Império e permaneceu se desenvolvendo na República. Por mais que desde 1891, as constituições federais estabelecem que todos maiores de idade, alfabetizados e nascidos no país são cidadãos brasileiros, independentemente de raça, crença, e de outras diversidades, o que acontece na realidade da história brasileira é diferente, “as diversidades raciais tanto se recriam continuamente como sempre escondem desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais”. (IANNI, 2004, p.132).

Almeida (2018) coloca que no fim das contas, a identidade desconectada das questões estruturais, a raça sem classe, as pautas por liberdade desconexas das reivindicações por transformações econômicas e políticas tornam-se presas fáceis do modo de produção capitalista. Pois facilmente a questão racial vai deslizar-se para o moralismo.

A população negra compreende mais da metade da população brasileira de acordo com dados do IBGE, por isso, se torna difícil conceber um projeto nacional de desenvolvimento sem que o racismo seja enfrentado. Almeida (2018) apresenta que a ausência desse debate talvez seja a prova de que o racismo pode bloquear a capacidade de compreensão de aspectos decisivos da realidade. Ou seja a compreensão do racismo na sociabilidade brasileira nos leva a desvendar aspectos da realidade social do nosso país e por isso, o debate é tão subjulgado, menospresado, ocultado.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, SILVIO. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte- MG: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica n. 5).

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Perceu Abramo, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, Franciane. *Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: In: LIBERTAS, 2013.

SINGH, Pal. (2004) *Black is a Country*. Cambridge, MA: Harvard University Press. REX, John. *Raça e Etnia*. Lisboa: Editorial Estampa, LDA, 1987.

O DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL E O SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO: UM ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PÓS-GOLPE DE 2016

Autor: Eduardo Lazarino de Castro ¹

Eixo temático: Ofensiva do capital e lutas sociais.

Resumo Este artigo tem como objetivo analisar a atual configuração da política de saúde no Brasil e o impacto médio de ajuste fiscal implementadas pelo governo ilegítimo do Temer, entre eles a Emenda Constitucional 95 que congela investimentos em políticas sociais por 20 anos. Busca-se demonstrar que atualmente a saúde é alvo de disputa de quatro projetos distintos, dentre esses, destaca-se o Projeto da Reforma Sanitária, construído a partir de meados dos anos 1970, com base nas lutas populares e sindicais pelo direito à saúde e nos posicionamentos críticos às limitações do modelo médico assistencial previdenciário, vigente no Brasil até o advento do SUS, por parte das universidades e entidades que congregavam o pensamento sanitário brasileiro, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES). O Projeto Privatista, que adquire robustez no período da ditadura civil militar iniciada em 1964, tem sua lógica orientada pelas regras de mercado e fundamentada na exploração da doença como sua principal fonte de lucros, o projeto de Reforma Sanitária Flexibilizada, que adquire contornos próprios em meio às contradições inerentes à implementação do SUS no contexto da reconfiguração do Estado brasileiro e progressivo desmonte e subfinanciamento das políticas públicas, atendendo às exigências da política macroeconômica adotada no país pautada pelo Consenso de Washington (1989). E de acordo com a professora Maria Inês Souza Bravo existe um quarto projeto na saúde que é o SUS submetido ao mercado, haja vista que não existe interesse em acabar com o SUS, mas sim modificá-lo de modo a atender as exigências impostas pelo grande capital, nesse projeto a copagamento se apresenta como uma tendência a ser instituída no âmbito do SUS.

Palavras-chave serviço social; copagamento; contrarreforma do Estado.

Abstract This article aims to analyze the current configuration of health policy in Brazil and the average impact of fiscal adjustment implemented by the illegitimate government of Temer, among them Constitutional Amendment 95 that freezes investments in social policies for 20 years. It is tried to demonstrate that at present the health is the object of dispute of four distinct projects, among these, stands out the Project of the Sanitary Reform, constructed from the middle of years 1970, based on the popular struggles and unions for the right to health and (ABRASCO) and the Brazilian Center for Health Studies (CEBES) and the Brazilian Health Care Association (ABRASCO) and the Brazilian Center for Health Studies (CEBES). The Privatista Project, which acquires robustness in the period of the military civil dictatorship begun in 1964, has its logic guided by the rules of the market and based on the exploitation of the disease as its main source of profits, the Flexible Sanitary Reform project, which acquires its own contours in the contradictions inherent in the implementation of SUS in the context of the reconfiguration of the Brazilian State and progressive dismantling and underfinancing of public policies, taking into account the requirements of the macroeconomic policy adopted in the country established by the Washington Consensus (1989). And according to Professor Maria Inês Souza Bravo there is a fourth health project that is SUS submitted to the market, given that there is no interest in ending the SUS, but rather modifies it in order to meet the

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade de Carangola-MG, Mestrando em Serviço Social Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), email: eduardolazarinodecastro@gmail.com.

demands of large capital , in this project, copayment presents itself as a tendency to be instituted within the SUS.

Keywords social service; co-pay; counter-reform of the State.

INTRODUÇÃO

Segundo Escorel (1989, p.182-194) a saúde é um componente fundamental da democracia e da cidadania, tanto por ser determinada por um conjunto de direitos, como por ser elemento potencialmente revolucionário e de consenso. Assim a saúde constitui um espaço privilegiado da luta de classes, um espaço de um direito que pode unir um conjunto de forças para empreender lutas para a sua conquista (BRAVO, 2011).

Em algumas conjunturas, essas conquistas foram mais amplas, devido ao nível de organização e articulação da classe trabalhadora com as outras frações e sua capacidade de apresentar proposições mais fundadas com argumentação mais substantiva no que se refere à saúde como é o caso da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que expressa um conjunto de mudanças das práticas e valores na saúde, que em seu sentido mais abrangente é resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (BRAVO, 2011), ou seja, um sistema de saúde que atenda as necessidades da população brasileira cujos princípios e diretrizes são: universalidade, equidade, integralidade, democratização através da participação social e descentralização.

Porém, observa-se a partir de 1990 a entrada do neoliberalismo no Brasil que tem como características a reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado intensificação do conservadorismo, esse processo representou uma ofensiva avassaladora ao projeto societário defendido pela Reforma Sanitária e trouxe profundas implicações para o Estado e para as políticas sociais, sobretudo a saúde colocada cada vez mais a serviço do capital como resposta a crise na busca pela retomada das taxas de lucro (CISLAGHI, 2015).

O Sistema Único de Saúde (SUS) responsável exclusivo pelas ações de saúde de cerca de 70% da população, apesar de seus problemas, segue sendo um obstáculo as necessidade permanente e ampliada de expansão do capital nos serviços de saúde. O sucesso do capital nesse setor depende da abertura de mercados. Para isso é necessário destruir e sucatear cada vez mais o SUS e é o que o Brasil vem vivenciando desde a entrada o neoliberalismo no país, mas de uma forma muito mais voraz a partir do golpe jurídico, parlamentar e midiático em curso desde 2016 e com ele as medida de ajuste fiscal implementadas pelo governo ilegítimo Temer.

Com o advento do governo Temer, é flagrante a aceleração e a intensificação de políticas que contribuem para o desmonte do Estado brasileiro, configurando uma nova fase

de contrarreformas estruturais que atinge diretamente as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, entre elas a saúde, como é possível observar nos documentos Agenda Brasil (CALHEIROS, 2006), Uma Ponte para o Futuro (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015) e Travessia Social (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2016) que serão abordados no decorrer do trabalho.

Dessa forma, o peso da crise da acumulação é transferido para os trabalhadores que veem os seus direitos ameaçados através das propostas de contrarreformas implementadas, dentre elas: reforma trabalhista, reforma da previdência, que embora ainda não tenha sido aprovada é uma das principais medidas defendidas pelo governo, terceirização irrestrita, novo regime fiscal que congela investimentos públicos nas políticas sociais por vinte anos, entre outros (BRAVO, PELAEZ, PINHEIRO, 2018).

De acordo com o documento Agenda Brasil (Calheiros, 2006), apresentado em 2015 através do presidente do senado, a política de saúde sofreria as seguintes alterações: impedir o pagamento pelo SUS de tratamentos experimentais, sob o argumento de evitar a judicialização da saúde; maior desvinculação das receitas da união; introdução do copagamento no SUS, ou seja, começar a cobrar por consultas, exames e outros procedimentos dentro do sistema público de saúde de acordo com a renda do cidadão. Esta última proposta foi deixada de lado devido a grande mobilização dos movimentos sociais, sobretudo da luta unificada entre a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), entre outras entidades.

Considerando que existe uma determinação do Banco Mundial para a introdução de sistemas de coparticipação no âmbito dos serviços públicos em diversos países pelo mundo e que grande parte desses países utiliza a coparticipação, que as medidas instituídas pelo governo Temer recolocam o Brasil na área de influência prioritária dos EUA no sentido de retomada de sua dominância imperialista em nosso subcontinente e que já houve a tentativa de introdução da coparticipação nos serviços públicos de saúde no Brasil, como mencionado anteriormente. O presente trabalho se justifica pela necessidade de monitorar as possíveis mudanças que possa vir atingir a política de saúde brasileira, reforçando que a coparticipação se apresenta sim com uma tendência a ser instituída no âmbito do SUS, haja vista que a saúde tem sido um espaço de grande interesse do capital em sua busca constante por lucros e em seu movimento de impor a lógica privada nos espaços públicos, o que torna o caráter público e universal tão caro ao Movimento de Reforma Sanitária e aos lutadores da saúde ameaçado.

O estudo orienta-se pelo método do materialismo histórico e dialético de Marx (marxismo) visto ser o método que possibilita uma melhor compreensão da totalidade da vida social, considerando suas contradições, conflitos, e transformações produzidas ao longo do processo sócio-histórico, portanto, é um método que busca conhecer para transformar a realidade, caracterizando-se assim como uma pesquisa qualitativa.

Considerando que o nosso objeto é a política de saúde, parte da sociedade atual, a relação entre o objeto e o pesquisador não tem como ser externa como se dá em ciências da natureza. Isso impede qualquer intenção de neutralidade da pesquisa, mas não exclui a objetividade do conhecimento (CISLAGHI, 2015). Dessa forma, é necessário mobilizar máximo de conhecimentos, criticá-los e revisa-los (NETTO, 2011). É nesse sentido, que o presente trabalho se posiciona em defesa dos interesses da classe trabalhadora fortalecendo-os no processo de luta de classes por meio do aprofundamento do conhecimento da realidade sobre a qual se intervém politicamente, fundamentando sua ação prática.

O alvo prioritário do novo regime fiscal: a saúde pública

Apesar de alguns avanços alcançados a partir da Carta Constitucional, existe uma distância enorme entre a proposta defendida pelo movimento de reforma sanitária do atual sistema público de saúde, ou seja, o SUS real está muito distante do SUS constitucional uma vez que a “inclusão social” implementada pelo PT baseou-se na verdade no que poderia se chamar de uma cidadania pelo consumo.

Durante o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma ocorreram o aumento do emprego formal não qualificado (precário, com alta rotatividade e baixos salários é importante destacar), valorização do salário mínimo, políticas sociais compensatórias, ampliação do ensino superior (público e privado), abertura de concursos públicos em todos os níveis e crédito consignado, que produziram mudanças significativas na pirâmide social brasileira mesmo que não tenha diminuído a obscena desigualdade social (DEMIER, 2017).

Milhões de trabalhadores pobres sem acesso a educação e a saúde entraram no mercado do consumo, podendo adquirir produtos parcelados ou a prazo. Por outro lado, essa ampliação do emprego formal, não qualificado, a custo da alta exploração da força de trabalho, resultou em rebaixamento geral dos salários, atingindo seguimentos médios superiores, seja porque suas funções qualificados/semiqualificados estagnaram ou mesmo decaíram, seja porque, em início de carreira passaram a ter mais concorrentes como por exemplo (cotistas, “filhos de empregados”) pelos postos de trabalho não qualificado em especial no setor de serviços (DEMIER, 2017).

Essa mudança na conjuntura do país possibilitou que as camadas mais populares ocupassem espaços que anteriormente eram restritos as elites e com isso o cheiro de povo acirrou o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiro e nada melhor que a típica figura de Lula, ou de uma mulher por ele feita presidente, para fazer verter para si todo esse sentimento (DEMIER, 2017). Com a crise, a volta da inflação e o aumento do custo de vida, o chamado “terror da proletarização” voltou a ter lugar entre os setores médios. Um mal-estar social crescente se intensificou devido às dívidas e contas a pagar e fez com que parcelas significativas dos setores médios passassem a dirigir sua insatisfação contra os de baixo, culpabilizando os sindicatos e partidos de esquerda pelo declínio social, nesse sentido, o PT devido ao seu passado classista ofereceu os ingredientes necessários para essa ideologia reacionária (DEMIER, 2017).

Derrotados nas eleições de 2014, os setores médios conservadores revoltaram-se de vez e alimentando uma repulsa aos pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo por índios, saíram às ruas e modificaram o cenário político do Brasil. O direitismo político e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionarismo cultural tomam conta do país e tem como resultado nos termos de Antunes (2018) o golpe parlamentar e jurídico e midiático, uma vez que setores do judiciário vêm implementando uma legislação de exceção para poder dar respaldo jurídico ao golpe (ANTUNES, 2018). Esse por sua vez, é ancorado e impulsionado pela mídia privada, poderosíssima que sem nenhum escrúpulo apoiou um parlamento que é o mais desprezado da história da república do Brasil.

Diante desse quadro, as classes dominantes optaram por reintroduzir um governo “puro” para garantir que todas as ações necessárias voltadas à retomada da expansão burguesa fossem realizadas, configurando assim uma nova fase de contrarreformas estruturais que atingem diretamente os direitos dos trabalhadores como se pode verificar nos três documentos formulados pelo PMDB: Agenda Brasil, Uma Ponte Para o Futuro e Travessia Social, conforme mencionado na justificativa deste trabalho.

O governo ilegítimo Temer trata-se de uma estratégia de restauração de um projeto político ultraneoliberal, assumidamente a favor do capital, que tem como objetivo resolver os impasses de acumulação e favorecer os interesses da classe dominante do país bem como aprofundar sua dependência junto ao capital internacional (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

Com relação à saúde, o documento “Agenda Brasil” (Calheiros, 2006) apresenta as seguintes propostas: impedir o pagamento pelo SUS de tratamentos experimentais, sob o

argumento de evitar a judicialização da saúde, maior desvinculação das receitas da união e introdução do copagamento no SUS, ou seja, começar a cobrar por consultas, exames e outros procedimentos no âmbito do sistema público de saúde, de acordo com a renda do cidadão. Esta última proposta foi deixada de lado pelo governo devido a repercussão negativa entre os diversos movimentos sociais que lutam em defesa do SUS embora possa retornar a qualquer momento (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

Já o documento “Uma Ponte Para o Futuro” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015) coloca como principais questões: a necessidade de maior ajuste fiscal para ampliar o crescimento econômico; acabar com as vinculações constitucionais, como no caso da saúde e educação; fim de todas as indexações sejam para salários, benefícios previdenciários, etc.; nova reforma da previdência com aumento da idade mínima para a aposentadoria; viabilizar maior participação do setor privado na construção de infraestrutura, maior cooperação do Estado com o setor privado na abertura dos mercados externos; implementar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada; estabelecer uma agenda de transparência e avaliação de políticas públicas que possibilite a identificação dos beneficiários e analise os impactos dos programas; uma consideração importante é que o documento afirma que o Brasil gasta muito com políticas públicas embora tenha resultados piores que outros países (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

Por fim, é apresentado o documento “Travessia Social” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2016) expressão da política social do programa; Uma Ponte para o Futuro, que entre outras medidas propõe: conter a inflação e realizar o ajuste fiscal, que necessitará de cortes nas políticas sociais a que possibilitaria a retomada do crescimento e a entrada das pessoas no mercado de trabalho, privatizações irrestrita; políticas sociais públicas focalizadas nos 40% mais pobres da população. Destaca como papel do Estado qualificar mão de obra para o capital. No que tange a educação, destaca-se a ênfase na formação técnica. Com relação a saúde e ao SUS coloca como questões importantes: ênfase no gerencialismo, considerando a má gestão como o principal problema do SUS: a necessidade de focalização na parcela que não pode pagar planos privados de saúde; e o estímulo ao aumento da cobertura dos planos privados (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

Ainda sobre a saúde, temos propostas de retrocessos na Política de Saúde Mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); além da proposição dos chamados planos de saúde acessíveis, com esse intuito foi editada a Portaria nº1482, de 4 de agosto de 2016 (BRASIL, 2016b) que institui um grupo de trabalho para discutir o projeto de plano de saúde acessível. O resultado das discussões realizadas por esse grupo

encontra-se sistematizados no ofício nº60 da Secretaria de Atenção a Saúde, encaminhado Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 18 de janeiro de 2017 (BRASIL, 2017) para avaliação e manifestação com relação a sua viabilidade técnica. O principal argumento em defesa desse projeto foi que cerca de 1,5 milhões de pessoas deixaram de fazer uso de planos privados de saúde em 2016 em função da recessão econômica e da elevada taxa de desemprego.

Dessa forma, o documento apresenta as seguintes propostas para o plano de saúde acessível:

- Plano Simplificado: Cobertura para atenção primária, incluindo consultas nas especialidades estabelecidas no Conselho Federal de Medicina (CFM) e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias de baixa e média complexidade. Essa proposta não disponibiliza exames laboratoriais de alta complexidade, para internação, terapias e exames de alta complexidade, atendimento de urgência e emergência e hospital dia.

- Plano Ambulatorial + Hospitalar: Cobertura de toda atenção primária, atenção especializada de média e alta complexidade. O paciente obrigatoriamente seria submetido a uma prévia avaliação realizada pelo médico da família escolhido pelo beneficiário, se necessário, caberá ao médico encaminhar o paciente para a rede especializada. Havendo indicação para atendimento hospitalar, o beneficiário poderá ser encaminhado para uma segunda avaliação média que reafirme a necessidade de realização do procedimento. É importante destacar que a cobertura do plano está adaptada à disponibilidade de infraestrutura do município e a capacidade operacional da rede particular. Bem como a criação dupla autorização pela operadora, o que é vedado pela legislação, tornando difícil o acesso após a autorização.

- Plano em Regime Misto de Pagamento: Oferece serviço por intermédio de contrapartida mensal para cobertura de serviços hospitalares, terapias de alta complexidade e medicina preventiva, assim como, se necessário atendimento ambulatorial. Fica sob a responsabilidade do beneficiário o pagamento do procedimento, de acordo com os valores estabelecidos em contrato. Os modelos pré e pós-pagamentos serão acordados, assegurando o rol de procedimentos da ANS. Nessa modalidade as operadoras seriam livres para cobrar o fator moderador (coparticipação) de 50%.

Diante das propostas defendidas pelo governo diversas entidades manifestaram posicionamentos contrários. O Conselho Nacional de Medicina, em 10 de março de 2017 apresentou uma moção de repúdio a proposta, enfatizando que a mesma subverte o papel do Estado e representa grave retrocesso, apresentando diversos limites de cobertura, o que fere o princípio da integralidade da assistência, destaca ainda a diminuição da competência

regulatória da ANS. A Associação de Servidores e Demais Trabalhadores da ANS (ASSETANS) em assembleia realizada no dia 05 de setembro de 2017 aprova um posicionamento contrário aos Planos de Saúde Acessíveis, enfatizando que suas características limitam as coberturas previstas pela Lei nº 9.656 (BRASIL, 1998) e sua regulamentação, contrariando o princípio da integralidade da atenção em cada seguimento existente hoje; considera que fatores acima de 30% são considerados restritores severos ao acesso, aos mesmos está previsto em 50%. Ressalta também que os serviços oferecidos serão parcelados, de baixa qualidade jogando para o sistema público procedimentos de alto custo (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

De acordo com Braz (2017) todas as propostas contrarreformistas apresentadas pelo governo ilegítimo Temer a partir de 2016 tem como objetivo:

- Recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos EUA no sentido de reestabelecer a dominação imperialista em nosso subcontinente;
- Reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média dos trabalhadores com base em novas formas de combinação de mais-valia relativa (incorporação de tecnologia nos processos produtivos com o objetivo de reduzir o trabalho necessário e baratear a produção social da força de trabalho e mais-valia absoluta, sobretudo, via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador);
- implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra as conquistas sociais no campo das minorias como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país; e
- Readequar os políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar as condições para o ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores.

Dessa forma, segundo a professora Maria Inês Souza Bravo existe um quarto projeto em disputa na saúde, no Brasil, que é o SUS submetido ao mercado, haja vista que não existe interesse em acabar com o SUS, mas sim modifica-lo de modo a atender as exigências do grande capital, nesse projeto a copagamento se apresenta como uma tendência a ser instituída no âmbito do SUS, fato que se pode observar através da aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatização não clássica da saúde, sendo uma das principais medidas adotadas pelo governo a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC241), transformada em Emenda Constitucional 95 em 15/12/2016 que congela os investimentos em saúde, educação, segurança pública assistência social por 20 anos. Essa medida é mais uma estratégia de

apropriação do fundo público pelo capital com o argumento de que houve um aumento exagerado dos gastos primários com políticas sociais.

No entanto, esse argumento não se sustenta com relação à política de saúde, por exemplo, o gasto público federal se manteve estável entre 2002 (1,66% do PIB) e 2015 (1,69% do PIB), já a participação da saúde nas despesas primárias foi reduzida passando de 10,5% em 2002 para 8,6% em 2015 (VIEIRA; BENEVIDES, 2016). Segundo o IPEA (2016) no Brasil, o gasto público per capita com saúde é um dos mais baixos entre os países que possuem sistema universal de saúde.

Ainda segundo Vieira e Benevides (2016) com a Emenda Constitucional 95 (EC95), em 20 anos mais de R\$ 400 bilhões deixaram de ser obrigatoriamente aplicados em saúde em um cenário de crescimento da economia de 2% ao ano.

É importante lembrar que inúmeros fatores estão sempre demandando por mais serviços da saúde e conseqüentemente elevando as despesas na área, como, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias e medicamentos e a própria realidade demográfica do país que aponta para o envelhecimento da população, o que exigirá mais atendimento, mais leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), mais serviços de oncologia, entre outros. Dar conta das despesas na área da saúde, incluindo as pesquisas de novas tecnologias e insumos, quando a receita estiver vinculada apenas ao que foi gasto no ano anterior mais o processo inflacionário será um grande desafio.

Segundo o presidente do CONASEMS, a EC 95 tende a trazer conseqüências como a redução de leitos, a redução de serviços, o fechamento de unidades de saúde e o acesso não universal da Saúde a toda população brasileira. Afinal, não só foi estabelecido um “teto” para as despesas primárias até 2036 com o objetivo de formar superávits primários para pagamento de juros e amortização da dívida pública (que correspondem às despesas financeiras não submetidas ao mesmo “teto”), mas também foi criada uma regra de cálculo de “congelamento” desse “teto” por 20 anos (ou seja a manutenção do valor das despesas pagas em 2016 atualizadas anualmente pela respectiva variação do IPCA/IBGE (índice oficial da inflação) e, para a saúde, a manutenção do valor de 15% da Receita Corrente Líquida de 2017 como um “ piso/teto” atualizado anualmente pela variação do IPCA/IBGE.

Com isso, o processo de subfinanciamento do SUS foi transformado em processo de desfinanciamento, onde se constata que os recursos federais para o SUS caíram e mantem projeção de queda até 2036. Na prática, a conseqüência final desse processo descrito anteriormente é a deterioração das condições de saúde da população, pois o desfinanciamento federal do SUS prejudica também o financiamento das ações

desenvolvidas pela rede de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – cerca de 2/3 das despesas do Ministério da Saúde são transferências fundo-a-fundo.

Assim, o financiamento do SUS nos Estados e Municípios tende a ser fortemente atingido, pois cerca de 2/3 das despesas do Ministério da Saúde são transferidas fundo a fundo para ações de atenção básica, média e alta complexidade, assistência farmacêutica, vigilância epidemiológica e sanitária, entre outras, a cargos dos entes federados.

A justificativa do governo para a imposição desse regime fiscal reside na retórica do déficit público, gerado supostamente pelo governo anterior, que teria gastado demais, gerando a necessidade de um ajuste fiscal, cuja opção foi tomada por meio do corte e limite dos gastos públicos como uma das medidas, ao lado das privatizações, para se atingir o chamado superávit primário.

Nesse sentido, a atual EC 95/2016 é uma medida de ajuste fiscal que atende à lógica imposta pelo capital imperialista aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que pode ser sintetizada no tripé “superávit primário, meta inflacionária e câmbio flutuante”, cujo resultado é o aprofundamento da desigualdade social e da recessão econômica e geração de lucros exclusivos e exorbitantes para muito poucos.

No Brasil, alcançar superávits primários elevados virou sinônimo de austeridade fiscal desde os anos da década de 90, nos governos Collor e FHC. Superávit primário nada mais é do que o dinheiro que o governo consegue economizar, ou seja, é aquilo que ele gasta a menos do que arrecada, destinando o saldo remanescente para pagar os juros ou amortizações da dívida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Marida Iamamoto em seu livro: “Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche” nos alerta para o novo perfil assumido pela “questão social” na cena contemporânea em cujas raízes encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo, das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados”. Afirma-se existir uma estreita dependência entre as responsabilidades dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa (IAMAMOTO, 2007).

Nesse sentido, a questão social é mais do que expressões de pobreza, miséria e “exclusão” condensa a banalização do humano, a descartabilidade e indiferença perante o outro e a coisificação das relações sociais. Na era do capital fetiche a subordinação da sociabilidade humana as coisas, ao capital dinheiro e ao capital mercadoria revela na contemporaneidade um desenvolvimento econômico que se traduz na barbárie social (IAMAMOTO, 2007) fato que se pode observar no âmbito da saúde pública no Brasil devido ao processo de privatização e contrarreforma do Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir da entrada do neoliberalismo no país em 1990, a política de saúde sofre uma crise grave, generalizada e permanente que se expressa na apropriação do fundo público pelo capital em busca de sua valorização e como resultado a mercantilização da vida. Isso pode ser percebido pela forte presença do capital portador de juros no orçamento público federal e no orçamento da seguridade social (MENDES, 2015) nos incentivos financeiros públicos concedidos à saúde privada através da permissão da abertura do capital estrangeiro para exploração das ações e serviços de saúde no país e de mecanismos de renúncia fiscal, e ainda, na adoção de mecanismos de ajuste fiscal com larga redução dos recursos para a área da saúde como é o caso da EC 95/2016 que limita os gastos com políticas sociais por 20 anos, menos com o pagamento de juros sobre a dívida pública.

Em síntese, a reforma fiscal proposta pelo governo não é um plano de estabilização da economia, mas trata-se de um projeto de redução drástica do tamanho do Estado e de implantação de um regime de ajuste fiscal permanente o que causará profundos impactos sociais, pois sua lógica pressupõe um crescimento de zero do gasto público federal enquanto a população e a renda crescem, o que resulta na diminuição do gasto público *per capita* e em relação ao PIB e com isso transferir a responsabilidade para os usuários uma vez que a redução de gastos públicos impõe maior participação direta das famílias no custeio de sua atenção.

O Estado, através de um discurso ideológico, algo que podemos chamar de “[...] uma cultura política da crise [...]” (MOTA, 2015), já forjada desde os anos de 1990, busca criar um consenso entre a classe trabalhadora que as propostas de ajustes e retiradas de direitos são necessárias, nesse contexto, socializar os custos da crise. Na verdade, contudo, não é o que acontece, visto que o peso da crise da acumulação é transferido apenas para os trabalhadores.

Ao contrário do que o governo diz, o grande responsável pelo desequilíbrio das contas públicas não foi, e não são as políticas sociais, mas sim a dívida pública, nunca auditada e que, em 2015, consumiu 42,43% do orçamento da união para pagamentos e

amortização da dívida, ao passo que somente 4,4% foi utilizado para a saúde (FATORELI; ÁVILA; COLARES, 2016, apud BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018).

Em suma, a saúde tem sido um espaço de grande interesse de grupos econômicos em sua busca por lucros e em seu movimento para impor a lógica privada nos espaços públicos. Nesse processo, o caráter público e universal da saúde tão caro ao Movimento Sanitário e aos militantes da saúde, está ameaçado. No entanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) apesar de fortes ataques segue como um limite para essa concretização.

É verdade que o Estado através dos aparelhos privados de hegemonia busca construir o consenso acerca da necessidade das medidas implementadas pelo governo. Por exemplo, as emissoras de TV vêm dizendo que a reforma da previdência vai cortar privilégios. Na realidade, essa medida diz respeito a uma tentativa de se introduzir a previdência privada no país, o que representará grandes perdas para o conjunto da seguridade social.

Nesse sentido, mais do que nunca torna-se necessário o resgate dos princípios norteadores da reforma sanitária como por exemplo as formulações de Berlinguer (1987) intelectual da reforma sanitária italiana que inspirou a reforma sanitária brasileira. É imprescindível o seu debate sobre a politização da saúde com o objetivo de aprofundar a consciência sanitária. De acordo com o autor, a consciência sanitária consiste na ampliação do conhecimento da população sobre saúde e seus determinantes sociais, mas principalmente, na ampliação da mobilização e da ação coletiva voltada para mudanças desses determinantes estruturais, ou seja, da estrutura social e das relações sociais que produzem as desigualdades e condições de vida e trabalho adversas e que estão na contramão da concepção de saúde ampliada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZI, M. F. S. de; ANDREAZZI, M. A. R. de; BAPTISTA, L. de S; PIMENTA, E. S. P. **Copagamentos no Sistema Público Brasileiro: anomalia ou tendência?** Revista: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.105, p. 89-109. Janeiro/março. 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. **As Contrarreformas na Política de Saúde no Governo Temer.** Revista: Argumentum., Vitória, V.10, n.1, p. 9-23, jan/abr. 2018.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** 4ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CISLAGHI, J. F. **Elementos para a Crítica da Economia Política da Saúde no Brasil:** parcerias público-privada e valorização do capital. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DEMIER, F. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2017.

ESCOREL, S. **Saúde: Uma questão nacional.** In: TEIXEIRA, S. F. (org.). Reforma Sanitária em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez/Abrasco, 1989.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 21^a ed. São Paulo: Editora Cortez/ CELATS; 2009.

A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro/ organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Maria de Fátima Siliansky Andreazzi, Juliana de Souza Bravo de Menezes, Joseane Barbosa de Lima, Rodriane de Oliveira Souza. – 1 Ed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. 120p.

RIZOTTO, M. L. F. **O Banco Mundial e as Políticas de Saúde no Brasil nos Anos 90:** Um projeto de desmonte do SUS. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VIANNA, S. M.; PIOLA, S. F.; OCKÉREIS, C. O. **Gratuidade no SUS:** controvérsia em torno do co-pagamento. Texto para discussão, N°587. Brasília, Setembro de 1998.

ETNICIDADE E IDENTIDADE: OS DESAFIOS DE UM ESTADO INTERCULTURAL E DEMANDA DE UMA INSTITUCIONALIDADE INDÍGENAS NO PERU

Eliana Lizet Jacobo Mendoza¹

RESUMO: O artigo focaliza sua análise na construção histórica das identidades sociais e políticas dos povos indígenas peruanos e de qual hoje reivindicam seus direitos. Esta análise propõe refletir sobre as condições em que se desenvolveram ao longo do tempo as relações entre os povos indígenas frente ao Estado peruano, o qual foi atravessado pelo colonialismo no seu desenvolvimento histórico. Assim, a partir dessa reflexão será problematizado o discurso que o Estado tem sobre a multiculturalidade e etnicidade, e que aplica dentro de sua estrutura e suas políticas públicas a partir de uma abordagem intercultural. Estas questões intentam ser desenvolvidas neste artigo, usando uma metodologia de estudo de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Etnicidade e Identidade. Povos Indígenas. Estado Intercultural.

ABSTRACT: The article focuses its analysis on the historical construction of the social and political identities of the Peruvian indigenous peoples and of which today they claim their rights. This analysis proposes to reflect on the conditions in which the relations between the indigenous peoples with the Peruvian State developed over time, which was crossed by colonialism in its historical development. Thus, from this reflection will be problematized the discourse that the State has on multiculturalism and ethnicity, and that it applies within its structure and its public policies from an intercultural approach. These questions are intended to be developed in this article, using a bibliographical and documentary research study methodology.

Keywords: Ethnicity and Identity. Indigenous peoples. Intercultural State.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduada em História da Universidade Maior de São Marcos (UNMSM) do Peru, especialista em Estudos Latino-americanos pôr a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal de Piauí (UFPI), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Dione Carvalho de Moraes. Eixo temático do artigo submetido: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais. E-mail: elianalizetjm@gmail.com

Por quase duas décadas no Peru, após a queda da ditadura de Alberto Fujimori (1990-2000), a política de Estados sucessivos governos desde então até hoje passou por caminhos diferentes e experimentou várias fórmulas para incorporar na estrutura estatal o sujeito social que historicamente desde a colonização espanhola foi colocado nas margens sociais, e que mesmo com a chegada dos processos da independência não conseguiram adquirir uma cidadania efetiva, a qual só aconteceu até muitas décadas depois. Os povos indígenas andinos e amazônicos são atualmente um sujeito social que possui uma tremenda capacidade política, o que se tornou evidente na última década, em situações que conseguiram imobilizar regiões inteiras do país pela luta em defesa de seus direitos.

Essa força política não é gratuita, pois para chegar a esse ponto eles tiveram que passar vários séculos de resistência. No caso dos povos andinos, primeiro frente a sujeição de um regime que se apropriou livremente de sua força de trabalho; depois, diante de uma república que os reconhecia como cidadãos, ainda quando contribuíram decisivamente para alcançar a independência; logo com uma república fraca liderada por uma aristocracia sem capacidade de governar diante os proprietários regionais que ameaçavam a existência de suas comunidades. Em suma, todos esses processos históricos alimentaram suas lutas e geraram levantamentos, que no início do século XX deu como resultado as primeiras negociações com o Estado sobre o reconhecimento legal de suas terras, que estavam sendo ameaçadas por uma absorção indiscriminada do sistema da fazenda (REMY, 2013).

Este ponto de virada histórica é importante porque dentro do processo de modernização do Estado, alguns direitos indígenas são reconhecidos no marco da Constituição de 1920 (Art. 41 e 58) (ABANTO, 2011), que dá lugar a novas demandas que ampliam a agenda política dos povos indígenas andinos (REMY, 2013). Este será o cenário antes da formação dos primeiros movimentos camponeses com componente de identidade étnica entre as décadas de 50 e 60 até chegar à reforma agrária feita durante o governo de Juan Velasco Alvarado (1968 -1975), quem teve como um tema central do seu governo a posse da terra por esses povos. Vale ressaltar que foi também durante esse governo que os povos amazônicos se tornaram visíveis e reconhecidos pela lei pela primeira vez em sua história.

O processo histórico dos povos amazônicos, por outro lado, tem componentes diferenciados em sua interação com os demais grupos sociais com os quais tiveram contato ao longo de sua história. Isto deve-se em parte às condições geográficas de seus territórios, mas acima de tudo devido à sua resistência à submissão, daí a sua força reivindicativa. Assim, para o sistema colonial, era quase impossível incluí-los dentro de sua estrutura; primeiro, pelo difícil acesso à Amazônia; segundo, porque eles não encontraram recursos nesses territórios que fornecem fontes de riqueza, como minerais na região andina; terceiro, porque quando eles tentaram estabelecer um modelo administrativo com representantes da ordem colonial, surgiram conflitos onde a população acabou matando as autoridades espanholas. Por essa razão, dentro da composição social vice-real, eles foram identificados não como "índios", senão como "selvagens". No entanto, eles tiveram uma relação harmoniosa com a missão religiosa jesuíta, de quem receberam uma forte influência cultural.

Por sua resistência a ser organizado abaixo o modelo colonial, os povos da Amazônia conseguiram manter seus nomes e línguas originárias, como Ashaninka, awajún, Jeberos, shiwilu,

shawi, Wampis, Shipibo-Konibo, etc. (é assim que os conhecemos hoje), assim como seus costumes culturais tradicionais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014a).

Com a formação do Estado-nação no século XIX, a relação com esses povos era distante e tensa na medida em que não havia submissão diante de um Estado do que não se sentiam parte (Remy, 2013, p.13). No entanto, é quase em meados do século XX, quando ocorre um tipo de colonização que os sujeitou a um sistema escravista por causa da exploração da borracha. Este período, mais conhecido como "o boom da borracha", provocou uma queda demográfica alarmante. O que levou muitos grupos se deslocarem para territórios mais profundos da Amazônia para não serem encontrados (REMY, 2013).

Após essa reconfiguração territorial, uma série de conflitos acontecerá por causa das ocupações territoriais dos colonos (era pós-borracha), que gerou uma aproximação com o Estado na busca de soluções por meio de sua mediação. Assim, a Lei de Comunidades Nativas e Desenvolvimento Agrícola das Regiões de Selva e Ceja de Selva (Lei Nº 20653), promulgada pelo governo de Velasco Alvarado, abriu o primeiro registro de comunidades "nativas". Este fato constitui o ponto de inflexão histórico para os povos amazônicos. A partir de então, tanto os povos andinos quanto os amazônicos compartilham o mesmo caminho para o reconhecimento de seus direitos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014a).

Assim, a partir deste breve resumo histórico, pode-se notar como os processos históricos pelos quais atravessaram ambos os povos e de onde se colocaram em relação às diferentes formas de organização política, afetaram a construção de suas identidades. As mesmas que constantemente contrariavam com as dos grupos hegemônicos que por sua vez procuraram afirmar sua identidade através da exclusão do outro. Então, nós concordamos com Gerd Bauman quando ele diz que as identidades coletivas são de caráter histórico e cultural, mas também quando diz que a exacerbação das diferenças étnicas acaba gerando a formação de preconceitos e fronteiras étnicas, que, eventualmente, acabam muitas vezes, em conflitos violentos (1999, apud GUEVARA; VERONA, 2018, p.2).

Portanto, referindo-se a questões relacionadas com a etnicidade e identidade quando se trata de políticas públicas que envolvem povos indígenas diretamente, é inevitável, uma vez que precisamente o seu reconhecimento como cidadãos (as) e / ou sujeitos de direito tem historicamente dependia ambos os componentes. Por isso, sendo um grupo social diferenciado por seu componente étnico, em conjunturas desfavoráveis os poucos direitos que consegue obter são extremamente limitados; enquanto, em conjunturas supostamente mais favoráveis à expansão de seus direitos, sua etnia e própria existência questionada.

A este respeito, como um primeiro ponto, discutimos como em determinados contextos históricos a categoria da questão indígena adquire um certo sentido, portanto, nos apoiaremos da antropologia, bem como de contribuições de campo sociológico. Como segundo ponto, vai ser exposto o processo de construção de um estado Intercultural a partir da interação entre o estado com os povos indígenas na última década, e os desafios que surgiram desse processo. Finalmente, apresentamos as principais questões dos povos indígenas decorrentes de tal interação, incluindo a demanda de uma institucionalidade indígena com capacidade de resposta sólida dentro

da estrutura do Estado, no marco das normas jurídicas internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

2. EM NOME DA ETNIA: O SUJEITO INDÍGENA EXISTE?

No Peru, a afirmação da nossa diversidade étnico-cultural é bastante recente, uma vez que nem sempre teve uma conotação afirmativa. Como vimos no início deste artigo, a experiência colonial marcou o tipo de relação assimétrica que foi historicamente constituída em relação aos povos originários (andinos e amazônicos) dos demais grupos sociais. Conforme indicado pelo próprio Ministério da Cultura:

A diversidade cultural nem sempre foi valorizada. Muitas vezes foi visto como um obstáculo à integração e ao desenvolvimento nacional como um problema estrutural para a gestão pública ou um obstáculo à construção de uma identidade nacional homogênea. Sua baixa valorização tem sustentado a criação e persistência de relações hierárquicas e discriminatórias entre os cidadãos (2014b, p.13) (tradução nossa).

A primeira pergunta que proposta no subtítulo desta seção sobre a existência de sujeito indígena, e por implicação sua coletividade, surge do artigo Guevara e Verona(2018), intitulado: Se não há sujeito, não há direito: anegação da historicidade do sujeito indígena e da consulta prévia; onde realizam uma análise da história jurídica e antropologia do direito administrativo, com base em dois casos específicos de aplicação da Lei de processos de consulta prévia para povos indígenas ou originário, Lei Nº 297785 (2011, apud 2018, p. 3).

Neste artigo, Guevara e Verona (2018), discutem como, a partir do modelo socioeconômico predominante, a categoria "povos indígenas" tem sido objeto de disputa, a fim de ignorar os direitos que correspondem para o benefício dos interesses das grandes empresas extrativistas, por trás das quais existe uma burocracia mineradora e extrativista em geral, que implanta uma série de ferramentas no âmbito governamental e acadêmico, pondo em questão a etnicidade deste assunto com base em argumentos essencialistas.

A disputa simbólica que se desenvolveu nessa área foi muito bem canalizada através do tempo pelos grupos hegemônicos dominantes, a fim de legitimar sua dominação de acordo com seus interesses de classe (BOURDIEU, 2009, p.12). Ali, onde o efeito ideológico da subordinação dos indígenas, imposto pelo colonialismo externo interiorizou e perpetuou, de um sentido negativo associando ao atraso e a pré-modernidade(STAVENHAGEN 1990, apud GUEVARA, 2009, p. 81). Isso tem sido demonstrado nos últimos anos, por exemplo, quando a condição da pré-modernidade se torna uma condição exaltada para o exercício de seus direitos como povos indígenas, chegando até mesmo evocar uma pureza étnica inexistente.

Nos estudos antropológicos, existem duas escolas inspiradas pela dimensão étnico-cultural de trabalho atual estrutural-funcionalista(CAMPO,1994; apud GUEVARA,2009, p.91):

A primeira é a escola de "sobrevivência cultural" que destaca as características primordiais ou essenciais dos grupos estudados. [...] Linguagem, organização política, ritual, religião ou formas de adaptação ao ambiente servem como marcadores que fixam e tipificam a identidade do grupo e se tornam elementos essenciais e definidores dos "indígenas". Nesta

perspectiva, o grau de "indianidade" é medido pela proximidade ou distância aos parâmetros identificados, e a supremacia ou assimilação do grupo é prevista em termos da viabilidade de continuar a prática de padrões culturais considerados essenciais (GUEVARA, 2009, p.91) (grifos do autor)(tradução nossa).

Enquanto a segunda escola, é a "resistência" (grifo do autor):

Aqui postula-se que a identidade indígena é produto do desenvolvimento histórico e os vários encontros culturais, sociais e políticas vividas pelos povos indígenas ao longo da história (pré-colonial, colonial, republicano). [...] Nesse contexto, a identidade indígena é fluida, relacional e flexível, pois se condensa de acordo com as constantes definições e reinvenções que as pessoas fazem para resistir e se adaptar aos choques externos. Esta escola enfatiza a pressão e influência de forças externas pode ser tal que as sociedades indígenas contemporâneas não necessariamente se assemelham a seus antecessores porque incorporaram várias formas sócio-culturais que foram completamente transformados [...]. Portanto, a identidade dos povos indígenas não é definida pela presença de essências imutáveis ou laços históricos de um passado primordial, mas pela resistência dinâmica, adaptação ou recreação que se desenvolvem a partir de uma posição de subordinação étnica ea exclusão social. (GUEVARA, 2009, p.91)(tradução nossa).

A primeira escola se encaixa perfeitamente no exemplo citado anteriormente, e cuja abordagem é geralmente hoje é usado por um sector do Estado peruano que, apelando aos argumentos essencialistas reforça a projeção de seus próprios preconceitos, onde os povos indígenas são representações exóticas e distantes com duas variantes, quer como bons selvagem ou canibalismo selvagem (DUVE, 2017, p.14-15; KUPER, 2003, p.390-391, 395, 400; apud GUEVARA e VERONA, 2018).

Dado que os povos indígenas do Peru, passaram por diferentes processos históricos que envolveram uma série de intercâmbios culturais ao longo do tempo entre populações originárias e populações estrangeiras (espanhola, africana, etc.), seria impossível pensar que a suas tradições culturais permaneceram intactas, porque isso apenas nos levaria a colocá-las sob a sombra do anacronismo essencialista. Seguindo essa linha, podemos dizer que a abordagem da resistência é mais relevante para a análise que propomos neste trabalho.

Na história do Peru houve alguns eventos transcendentais que influenciaram diretamente a configuração das identidades indígenas, entre os quais identificamos: a) colonização e Visita Geral do vice-rei Toledo, b) a eliminação do termo "indígena" no governo de Velasco Alvarado com a implementação da Reforma Agrária, c) a ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Estado peruano durante a ditadura dos anos 90.

Retomando o nível histórico, devemos lembrar que os termos "índio" e "comunidades indígenas" são uma invenção da Colônia (REMY, 2013, p.7; WALDEMAR, 2007, p.43-81). Antes da chegada dos espanhóis, os povos indígenas andinos se identificaram como pessoas de um determinado grupo étnico (Vilcashuamán, Rucanas, Huancavilcas, etc.), agrupadas dentro de formações sociais mais amplas (mediante alianças de parentesco ou mediante a guerra) que podemos qualificar como grandes macro-etnias (Chankas ou Incas).

Sendo que durante a colonização os Incas estavam em sua expansão territorial máxima, e desenvolveram uma estrutura política, econômica e social de caráter estatal. Os espanhóis não

duvidaram em usar aquela estrutura para estabelecer sua dominação sobre a população originária, e para isso criaram um corpo normativo que lhes permitiu segurar os meios de produção que sustentariam a Coroa espanhola. Assim, nas leis reais, denominaram a posse coletiva de terras pelos nativos, como "comunidades" (WALDEMAR, 2007, p.4).

Entre 1571 e 1572, indica Jean-Jacques Decoster, o vice-rei Toledo fez no âmbito da sua visita Geral para a Índia, uma campanha de criação de reduções de índios, que não era nada mais do que uma nova forma de organização que reorganizou os *Ayllus* (a antiga unidade de organização social unida por parentesco) em assentamentos nucleados de acordo com o modelo europeu (2007, p.33). Isso a razão da enorme baixa demográfica da população nativa, que se estima ter atingido 80% da população na região andina até a chegada de Toledo (COOK, 1975; *apud* DECOSTER 2007, p.34), o que levou a uma dispersão populacional, pelo que foi necessário reorganizá-la para que sua produção continuasse sendo proveitosa.

O impacto sobre a população indígena nativa foi especialmente na esfera social e no simbólico, enquanto quebrou a relação de cada *Ayllu*, porque esta reorganização não levou em conta a maneira pela qual tradicionalmente estavam agrupadas e simplesmente agrupou sob outros critérios, modificando assim sua relação interna e, portanto, o espírito de pertencer a um determinado grupo étnico. No entanto, em as reduções (área definida de terra) esses sobreviventes dos *Ayllus* mantiveram seus costumes, tradições, e até mesmo suas autoridades e tecnologia, mas não em todos os casos, os nomes originais, e os poucos que ainda mantêm são aqueles que mais resistência de identidade cultural foi mostrada (REMY, 2013, p.8, 12). Enquanto na Amazônia, a incursão espanhola não afetou significativamente.

O segundo evento histórico transcendental vem com o governo de Juan Velasco Alvarado. Velasco mudou o sentido de identidade nestas populações, já que ele desejava quebrar com tudo o que representava a velha ordem, isto é, o antigo sistema colonial, então decide substituir o termo "índio" (ainda usado em regulamentação estadual) por "camponês" (CHIRAPAQ, 2017, p.37), em todos os documentos produzidos pelo Estado. A maioria das interpretações, atribui a decisão à carga pejorativa, discriminatória e excludente que tinham esses termos, e que eram contraproducentes para a construção de uma igualdade social que era o objetivo do governo como parte de sua política inclusiva (REMY, 2013, p.12). Então as comunidades indígenas são renomeadas comunidades camponesas.

Esse, é um dos principais problemas tanto para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas andinos como para a construção de suas identidades. Primeiro, porque há uma consciência como termo discriminatório e, portanto, seu uso será extremamente ofensivo e racista, algo que até aquele momento não acontecia de maneira explícita. Segundo, porque o nome que anteriormente se referia a uma categoria étnica se torna uma categoria econômico-produtiva (CHIRAPAQ, 2017, p.26). E não por isso as comunidades perderam seus costumes ancestrais ou tradicionais, pois o componente étnico permaneceu.

Muitos estudos em relação a esses processos se concentraram na transformação da propriedade da terra pelos povos indígenas. Associá-lo diretamente à construção e definição de suas identidades. Embora seja verdade, a propriedade da terra tem sido um dos principais meios de

produção a partir do qual o sistema colonial foi sustentado, e a república com o subsequente desenvolvimento do sistema capitalista; mas não podemos reduzir a construção identitária só a esse aspecto, pois ele está imerso em um universo de relações sociais com outros grupos a partir dos quais constrói seus próprios referentes.

O terceiro fato está ligado ao Convênio 169 da OIT e ratificado pelo Estado peruano em 1994. A importância deste facto reside, por um lado, em o reconhecimento do nível de um quadro jurídico internacional para os direitos dos povos indígenas, e em segundo lugar, que a sua implementação a nível nacional adquire o status de uma legislação nacional, por isso exige ao Estado seu cumprimento e execução, mas não apenas criar leis e desenvolver mecanismos governamentais para promover o respeito a esses direitos, se não, também coloca o questão da participação da população indígena envolvida, ou seja, que exige do Estado o diálogo por meio de espaços formais permanentes (OIT, 2013, p.5).

Agora, qual é a relação do primeiro com a etnia e a identidade? A resposta está diretamente ligada precisamente ao estipulado no Artigo 1 da Convenção 169:

1. O presente convênio aplica-se: [...] b. para os povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de ser descendentes de populações que habitavam o país ou em uma região geográfica à qual o país pertence na época da conquista ou colonização ou do estabelecimento das fronteiras atuais do estado e que qualquer que seja sua situação jurídica, mantenha todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deve ser considerada um critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições deste Convênio. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014c, p.83)(tradução nossa)

Assim, a Convenção traz de volta à discussão o uso do termo "indígena", que até então tinha um significado racista, para se tornar uma categoria que atribui direitos específicos. É então que todo um processo é gerado para ressignificar o termo e dar a ele um sentido mais reivindicativo, ligado às formas de resistência tanto dos povos andinos como dos amazônicos. Embora não foi um processo fácil, porque atualmente grande parte da população não indígena associa-os à pobreza, conflitos sociais e instabilidade (CHIRAPAQ, 2017, p.37). E mesmo dentro da mesma população indígena havia resistência ao uso do termo, como comunidade Tupicocha que preferiu reivindicar sua identidade local (GUEVARA, 2009, p.91).

Ao mesmo tempo, há posições que questionam a categoria derivada "povos indígenas" do Convênio 169, como seria de se referindo a um caráter essencialista e genealógico, que, como vimos é impensável supor que esse caráter permaneceu inalterado. Por um outro lado, esse mesmo essencialismo tem sido utilizado como recurso por setores empresariais, para questionar a identidade dos povos indígenas.

Embora tenha sido atribuída a genealogia de peso significativa, a primeira coisa que deve existir é o sujeito indígena, aquele que se identifica e percebe como tal. Isso é fundamental, para fortalecer suas próprias demandas, para a elaboração de políticas públicas e a abertura de espaços de participação e representação no cenário nacional.

3. UM ESTADO INTERCULTURAL E A DEMANDA POR INSTITUCIONALIDADE INDÍGENA

Desde a fundação do Estado Moderno, os povos indígenas, antes de serem incluídos como cidadãos dentro de um Estado que os tornava seus com direitos legítimos, os consideravam os filhos adotivos que tinham que proteger. Sob essa ideia a nação peruana se assenta nos termos propostos por Benedict Anderson como "uma comunidade politicamente imaginada como inerentemente limitada e soberana" (1993, p.23), ou seja, onde os indivíduos que vivem imaginar a existência de todos o que compõe essa nação ligada a um determinado território soberano, e que compartilham elementos culturais comuns.

Esse nacionalismo homogeneizador que foi reproduzido pelas classes hegemônicas como o artefato cultural produto dos grandes sistemas culturais que o precederam (ANDERSON, 1993, p.21,30), é o mesmo que se opor a ideia de construir um estado mais aberto e plural que reconhece suas diferenças em relação da outra parte da população, que se resiste a fazer parte dum projeto nacional do que jamais foi parte, só como um sujeito tutelado, mas que hoje exige uma livre autodeterminação na reprodução de sua vida e cultura.

Entre os principais problemas que o Estado peruano enfrenta atualmente, é construir uma cidadania diferenciada que valorize sua diversidade e respeite sua diferença. Para fazer isso, se precisa deixar para trás o "sonho de um projeto nacional" e transformar a questão da multiplicidade étnica e cultural no eixo de uma nova forma de organização do Estado de um estado-nação a um estado multinacional ou um estado pluriétnico (GUEVARA, 2009, p.84).

No início do ano 2000, em um contexto pós-ditatorial, com o governo de transição de Valentín Paniagua, abre-se uma oportunidade para as organizações indígenas, que conseguem colocar suas demandas na agenda pública desse governo. Em seu breve mandato presidencial, abriu os primeiros espaços oficiais de diálogo com a representação indígena, cujos resultados foram muito valiosos, pois identificou pela primeira vez na história desses povos suas principais necessidades, mas também suas propostas, que se refletiram em um Plano de Ação (ALZA; ZAMBRANO, 2015, p.93, 95-96).

Nos seguintes governos, como lembram Alza e Zambrano (2015), as relações entre os povos indígenas e o Estado tiveram avanços e retrocessos. Às vezes, a questão indígena acabou sendo instrumentalizada em favor de um determinado governo, como aconteceu com Alejandro Toledo, ou mudando para uma situação completamente conflituosa como no governo de Alan García. Dessa forma, a consolidação de uma institucionalidade indígena teve o mesmo caminho no aparelho estatal. Passando de comissões de alto nível, órgãos técnicos especializados, instituições de nível ministerial, os quais foram transformadas, reorganizadas e reduzidas, até em 2010 a criação do Ministério da Cultura, e o Vice-Ministério da Interculturalidade, que acaba absorvendo até então o último órgão público especializado com representação indígena, o INDEPA (ABANTO, 2011).

Não é de nosso interesse aqui dar conta desses organismos, já que nosso foco é perguntar-nos como a partir dessas relações entre os povos indígenas e o Estado define suas diretrizes para sua ação, e implementação de políticas públicas, por isso é importante para se referir ao contexto histórico de onde o Estado Intercultural nasceu, que é como hoje o Estado peruano se define, mas também como os povos indígenas mediante seus organizações posicionam diferentes estratégias nesse cenário.

Como primeira questão, afirmaremos que o Estado está posicionado de uma abordagem intercultural à gestão do multiculturalismo no país. Que, a diferença da pluriculturalidade "que destaca o particular de uma região sem se referir às relações estabelecidas com outros grupos", e que, a diferença do multiculturalismo, que enfatiza a relação entre os vários grupos, mas não contribui necessariamente para a sua interrelações; a interculturalidade no entanto "procura o respeito pela diferença e gera uma relação recíproca entre grupos culturais com base na apreciação de uma diferença" (GIZ, 2013; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014, p 21-22 apud.), por isso seria o abordagem mais oportuno diz o Estado.

Como segunda questão, é a criação do Ministério da Cultura, e cuja reitoria foi concedida "a liderança na formação de decisões sobre cultura e interculturalidade". Nesse sentido, o Vice-Ministro da Interculturalidade é "garante dos direitos e o desenvolvimento integral de grupos culturalmente diversos" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014, pág. 14).

Como uma terceira questão, o Ministério da Cultura para satisfazer a demanda das organizações indígenas, criou em 2014 um espaço de diálogo permanente com representantes de organizações indígenas nacionais, o chamado Grupo de Trabalho de Políticas Indígenas -GTPI.

Por sua vez, as organizações indígenas, diante dessas questões levantadas a partir de uma perspectiva crítica, e embora reconheça certo progresso de uma certa vontade política, não alcança uma de suas principais demandas que é a concretização de institucionalidade indígena dentro do aparato estatal. Nesse sentido, eles também colocam suas próprias questões.

Primeiro, sobre o multiculturalismo, consideram que a interculturalidade não é mais uma ferramenta de análise, pois adquiriu um caráter personificado, ou seja, ele age como uma dobradiça entre a população e o Estado. E argumentam também que o problema da interculturalidade é construído e pensado na medida do Estado e não da população, por isso propõem um Estado pluricultural. No segundo lugar, questionam a reitoria exercida pelo Ministério da Cultura, pois não é específica em povos indígenas, e não só cria um vazio jurídico, mas também contribui para outros setores do Estado que defendem certos interesses, reduzindo e limitando a capacidade de ação dos povos indígenas. Em terceiro lugar, o GTPI leva quatro anos de operação, nos dois primeiros foi capaz de construir um progresso significativo em relação ao diálogo com representantes estatais diversos, e construir propostas a partir desse diálogo. Este fato é reconhecido pelas organizações indígenas. No entanto, há também uma forte crítica pois o espaço caiu em um diálogo viciado sem progresso na realização de propostas, e, portanto, foi perdendo o peso político.

Assim, podemos resumir a partir das afirmações feitas de Alza e Zambrano, podemos dizer, que o principal desafio apresentado ao Estado é garantir a partir da gestão pública não só o respeito e promoção dos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, mas em toda a estrutura estadual, a visão que os povos indígenas têm sobre seu modo de viver e entender seu próprio desenvolvimento (2015, p.89).

4. CONCLUSÃO

Nesse sentido, dizemos como conclusão, identificamos a partir dos contextos históricos-chaves, quais são as condições mínimas necessárias para alcançar a institucionalidade indígena em

termos da estrutura do Estado em correspondência à autodeterminação dos povos indígenas. Estas condições mínimas são: a) abandonar ideias nacionalistas em todo o aparelho do Estado, b) estabelecer uma reflexão conjunta e aberta para encontrar uma perspectiva adequada que não só sirva como dobradiça, senão que facilite a incorporação da visão dos povos indígenas na gestão pública, c) não são as organizações indígenas que devem se adaptar às instituições do Estado, mas, na construção de um novo tipo de governança, é a que deve desenvolver e institucionalizar novas formas de espaços representativos dos povos indígenas e dar-lhe o peso político que elas requerem.

Finalmente, a força reivindicadora dos povos indígenas e sua resistência, é uma força com peso histórico. Esta é a principal força transformadora de qualquer movimento, e dentro dela a auto identificação como sujeitos indígenas se torna um elemento determinante.

REFERÊNCIAS

ABANTO, A.A. institucionalidade indígena no Peru. **Revista Argumentos**, Lima: Instituto de Estudos Peruanos, v. 5, n. 3, 4 ed., set. 2011. Disponível em: <https://revistaargumentos.iep.org.pe/articulos/la-institucionalidad-indigena-en-el-peru/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. México D.F.: 1993, Fundo de Cultura Económica S.A. de C.V.

ALZA, C.; ZAMBRANO, G. Análise dos fatores que afetaram a reforma das instituições indígenas no Peru (2000-2011). **Revista Andina de Estudos Políticos**, Lima: Instituto de Estudos Políticos Andinos, v. 5, n.1, pp.86 -112, 2015. Disponível em: www.iepa.org.pe/raep/index.php/ojs/article/download/61/49 Acesso em: 25 mar. 2019.

CHIRAPAQ. **É útil ser indígena?** Identidade, Censos e Políticas Públicas. Lima: s.n., 2017.

DECOSTER, J.J. Posse da terra em Apurímac durante a colônia: políticas de controle do espaço e acesso a recursos. In: Hostnig, R. (comp.), **Composição da terra e processo de titulação em Apurímac. Peru Séculos XVI-XX. Volume I Abancay, Antabamba, Aymaraes, Chincheros**. Cusco: EDITATÚ, p. 32–41.

ESPINOZA, W. Terras de comunidades e de runas particulares na era vice-real e nos anos aurorais da República. In: Hostnig, R. (comp.), **In: Hostnig, R. (comp.), Composição da terra e processo de titulação em Apurímac. Peru Séculos XVI-XX. Volume I Abancay, Antabamba, Aymaraes, Chincheros**. Cusco: EDITATÚ, 2007, p. 42–81.

GUEVARA A. Bases para o estudo da diversidade legal. In: _____. **Diversidade e complexidade jurídica: Abordagens à antropologia e história do direito**. Lima: Fundo Editorial Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2009, cap. 3, 79- 107.

_____; VERONA A. Sem sujeito, não há direito: a navegação da historicidade do sujeito indígena e a Consulta Prévia no Peru. **FHI - forum historiae iuris**, [S.l.], Dez, 2018. Disponível em: <https://forhistiur.de/2018-12-guevara-gil-verona-badajoz/#5>. Acesso em: 17 abr. 2019.

OIT. **Manual para os constituintes tripartidos da OIT**: Entendendo a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais, 1989 (núm. 69). Lima: OIT, 2013.

PERÚ. Ministério de Cultura. **Direitos dos povos indígenas no Peru**: o papel garantidor do Estado na proteção e promoção dos direitos humanos. Lima: Estação A Cultura, 2014a.

_____. **Interculturalidade e políticas públicas**. Lima: Estação A Cultura, 2014b.

_____. **Direitos à Consulta Prévia**. 2. Ed. Lima: Comunica2, 2014c.

REMY, M. **História das comunidades indígenas e camponesas do Peru**. Documento de Trabalho, 202. Serie Sociologiae Política, 48. Lima: IEP, 2013. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/221342788/Remy-Historia-de-Las-Comunidades-Indigenas-y-Campesinas-Del-Peru>. Acesso: 20 abr. 2019.

MOVIMENTO LGBT E A LUTA PELO DIREITO A SAÚDE: Construção da PNSILGBT.

Esther Guedes da Silva Oliveira,
Robson Luiz Marques da Silva

RESUMO

O objetivo desta comunicação é refletir sobre alguns aspectos sobre o processo de luta do movimento LGBT ressaltando os processos sociais de organização e construção de políticas de atenção à LGBT. A partir de pesquisa bibliográfica tendo como referência os marcos jurídico-legais de cidadania desses sujeitos e privilegiando o debate sobre a política nacional de saúde de LGBT.

Palavras-chaves: Movimento LGBT; Cidadania; Saúde.

ABSTRAT

The objective of this communication is to reflect on some aspects about the process of struggle of the LGBT movement emphasizing the social processes of organization and construction of policies of attention to the LGBT. Based on bibliographical research with reference to the legal-legal frameworks of citizenship of these subjects and privileging the debate on the national LGBT health policy.

Key words: LGBT movement; Citizenship; Cheers

I – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo problematizar a partir do referencial teórico, portanto, tomando como tema, os movimentos sociais Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e demais setores da sociedade civil organizada, a fim refletir sobre os processos sociais do movimento LGBT que reverberaram em políticas de atenção para de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A metodologia utilizada será feita por meio de revisão da literatura e os marcos legais instituídos. Os objetivos que se pretende atingir é apresentar a relevância da organização e mobilização do sujeitos LGBT e os

165

arranjos institucionais criados neste processo que propiciou a criação da Política Nacional de Saúde de LGBT.

No primeiro momento abordaremos como a saúde foi o primeiro passo para mobilização mais expressiva do movimento e no segundo momento abordaremos os desdobramentos que conduziram os debates para o âmbito dos direitos humanos. E por último, daremos enfoque sobre os marcos legais conquistados.

II- A EPIDEMIA DO HIV/AIDS E LUTA PELO DIREITO À SAÚDE

O Movimento LGBT emerge no Brasil no final da década de 1970, herdeiro do movimento feminista, denominado inicialmente de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), trazia consigo a luta pela direito à expressar e exercer sua sexualidade. Considerando que a conjuntura social era extremamente repressora, conservadora num contexto do regime militar civil. O MHB nasce com uma característica peculiar, que é a luta pelo reconhecimento de sua identidade e direitos à cidadania.

Com o surgimento da epidemia da AIDS, no final da década de 1980, que acometeu grande número de pessoas homossexuais, a luta se tornou imprescindível, para se assegurar o direito de viver, tendo em vista o grande número de vidas ceifadas pela epidemia do HIV/AIDS. Foi nesse contexto que o movimento homossexual apresenta-se enquanto movimento organizado para reivindicar políticas públicas no âmbito da prevenção do HIV-AIDS. Em 1986 em resposta da pressão de diversos segmentos, o Estado cria o Programa Nacional de DST e AIDS.

A construção dessa política não foi dada, foi uma conquista, fruto de diversos atores sociais que reconheceram a necessidade da intervenção política para exigir políticas públicas para sanar a epidemia que assolava a população, desse modo, houve grande mobilização de diversos segmentos da sociedade civil organizada, que construíram coletivamente propostas para criação dessa política pública.

O país vivenciava uma efervescência política com processo da Constituinte, com a transição do período do regime ditatorial para a redemocratização, construindo a nova Carta Constitucional com participação dos trabalhadores de diversos segmentos representados por sindicatos, movimentos feministas, movimento negro, movimento homossexual, bem como, movimentos de trabalhadores em luta pela Reforma Sanitária que mobilizou diversos setores da sociedade que culminou com a construção do Sistema único de Saúde (SUS).

Cabe ressaltar, que foi a Constituição Federal de 1988 que cria o SUS e o mesmo foi regulamentado a partir da Lei Orgânica de Saúde, de 8.080 de 1990, que estabelece os Princípios de SUS e Diretrizes.

Embora, os trabalhadores tiveram que abrir concessões referentes às suas reivindicações pela proposta de Reforma Sanitária diante da pressão do projeto privatista. Bravo sinaliza ainda que as concessões foi a adequação do projeto de Reforma Sanitária com o Projeto de Reforma Privatista que culminou no terceiro projeto denominado da Reforma Sanitária Flexibilizada. De acordo com Bravo (2018). Este projeto atende às exigências da política macroeconômica adotada no país pautada pelo Consenso de Washington (1989).

As disputas existentes entre esses projetos inscrevem-se no processo de desenvolvimento do próprio sistema capitalista em sua fase neoliberal, com redução do papel do Estado na sociedade, diminuição de direitos para a classe trabalhadora, políticas públicas compensatórias focalizadas para grupos mais vulneráveis e participação cada vez maior do mercado em todos os aspectos da vida social. (BRAVO,2018, p.10).

Neste sentido, a Carta Magna de 1988 é concebida como o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Por meio dela, o Brasil passa a ser signatário dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos.

2.1 DIREITOS SEXUAIS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Na década de 1990, há uma expansão do projeto neoliberal no Brasil, e com isso distanciou o Estado das políticas sociais, ou seja, neste momento ocorre uma terceirização dos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado e são transferidos para o terceiro setor, por meio de organização não governamentais (ONG).

O Estado firmou parcerias com a Organização Mundial de Saúde por meio do Programa Global de AIDS (UNAIDS) e com o Banco Mundial, para o Programa de Controle da AIDS e DST. De acordo com Fachinni (2005), este novo modelo de organização, propiciou a constituição de novos segmentos e identidades sociais, pois para concorrer aos editais necessitava identificar os grupos considerados vulneráveis para especificar qual população seria atendida, isto é, considerada como grupo de risco. Naquela ocasião os grupos vulneráveis eram as pessoas homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas. De acordo com Barata (2009) ,

Reconhecer as desigualdades sociais em saúde, buscar compreender os processos que as produzem e identificar os diferentes aspectos que estabelecem a mediação entre os processos macrosociais e o perfil epidemiológico dos diferentes grupos sociais é uma condição indispensável para que seja possível buscar formas de enfrentamento, sejam elas no âmbito das políticas públicas, sejam elas no âmbito da vida cotidiana. (BARATA, 2009;p.109)

Diante disso, neste processo de conformação onde os próprios sujeitos entram em cena como protagonistas de sua história, e começam a atuar com seus pares num processo de sensibilização de forma educativa sobre prevenção do HIV/AIDS, sem juízo de valor moral, sem discriminar. Os militantes começaram a trazer discussões relativas ao sexo, homossexualidades com outra perspectiva, sem ser de forma estigmatizada relacionada aos riscos às doenças transmissíveis somente, mas problematizando a importância do autocuidado, da prevenção, ao conhecimento do corpo, relacionando à prazeres, de uma forma positiva, colocando o debate na esfera da sexualidade humana, no âmbito dos direitos sexuais, isto é, na concepção dos direitos humanos. Segundo Carrara (2010),

Direitos Sexuais são considerados os processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas LGBT. São prerrogativas legais relativas à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e práticas sexuais. Direitos de reconhecimento legal de relações afetivas sexuais, adoção conjunta de crianças, livre expressão de sua orientação sexual e/ou gênero em espaços públicos, redesignação do sexo e mudança do nome no documento de identificação civil, acesso à política de saúde específicas, proteção do Estado frente à violência por preconceito. Os direitos sexuais situam-se nessa complexa interface do público e do privado, que por um lado, refuta julgamentos morais em função do modo de obter prazer, que por outro, exige a liberdade para que os afetos e relacionamentos possam ser vivenciados e assumidos sem discriminação. Exige a garantia da proteção do Estado à vida privada e as escolhas pessoais, que coibam as discriminações, violências e demais desigualdades nas relações pessoais e sociais. (CARRARA, 2010, p.135).

É importante salientar a conjuntura política na qual iniciam-se os debates sobre diversidade sexual, direitos sexuais na perspectiva dos Direitos Humanos visando a promoção da cidadania LGBT foi iniciada por meio do decreto n.1.904 de 13 de maio de 1996 que instituiu o Plano Nacional de Direitos Humanos I, (PNDH I), que foi capitaneado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este Plano foi resultado da articulação entre sociedade civil e governo federal.

Vale ressaltar, que essa ação vai ao encontro dos acordos estabelecidos na Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada no ano de 1993, na qual o Brasil se compromete em atender as exigências acordadas na conferência. Além de reforçar os valores da Constituição

Federal de 1988, mas delimitando ações mais específicas e grupos em situação de vulnerabilidade. Com a revisão do PNDH II, em 2002, trava-se a disputa para contemplar no referido documento, propondo ações efetivas para o segmento LGBT, este documento dá um salto qualitativo, pois trata sobre a garantia de tratamento não discriminatório relacionando gênero, raça e orientação sexual, além de propor ações direcionadas para pesquisas de caráter intersetorial, a fim de habilitar profissionais na sensibilização para atuar com segmentos LGBT, bem como, estimular a criação de políticas específicas para estes grupos.

A terceira versão do plano foi criada por meio do decreto de n.7.037, de 21 de dezembro de 2009. O PNDH III, foi revisado, trazendo demandas construídas na 11 Conferencia Nacional de Direitos Humanos, detalhando os objetivos estratégicos e suas formas de atuação, contemplando cinco ações programáticas mais objetivas e sistematizadas em prol da garantia do respeito a livre orientação sexual e identidade de gênero. Também expressa de forma mais explícitas o termo orientação sexual e identidade de gênero, que são categorias que expressam a pluralidade das diversas formas de expressão relativas à diversidade sexual.

Aguião (2014), afirma que,

Olhar para os PNDHs e os seus processos de elaboração mostra-se relevante por revelar o apelo à conjunção Estado e sociedade civil como o caminho para a consolidação democrática, a ser trilhado sobre o solo de direitos humanos ou a assunção de uma gramática de direitos humanos como o vocabulário que é progressivamente privilegiado para reivindicar direitos ou denunciar a sua violação. Esses documentos ainda revelam o esforço do Estado brasileiro em inserir-se em um sistema internacional, como uma nação que alia democracia, participação e desenvolvimento. (AGUIÃO,2014,p.62)

Em 2007 com o decreto do presidente eleito Lula que convoca a comunidade GLBT para a primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília, que tinha como tema: Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e tinha como objetivo principal propor as diretrizes para a implementação de políticas e o plano nacional de cidadania e Direitos Humanos de GLBT. Participaram 1118 pessoas, sendo 569 delegados, 441 observadores, 108 convidados, e durou uma noite e três dias de trabalhos intensos. E essa conferência teve a presença do Ilustre Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

Com a consolidação orgânica do movimento foi construindo para si outras identidades que extrapolam a orientação sexual e dando sentido politicamente às suas demandas, alterando suas sociabilidades, construindo potências transformadoras.

Na saúde, ocorrem um conjunto de ações paulatinamente que tecem novas políticas, como exemplo, entidades como o Conselho Federal de Medicina, se posiciona por meio da Resolução nº 1.652/2002. Cria-se em 2004, pelo Ministério da Saúde o Comitê Técnico de Saúde da População GLTB; cria-se o Programa Brasil sem Homofobia, e este foi um divisor de águas, pois a partir dele pensou-se as políticas de maneira intersectorial. Em 2005 o Ministério da Saúde cria a portaria de nº 426, de 22 de março de 2005, que instituiu no âmbito do SUS. Em 2006, na 13ª Conferência Nacional de Saúde foi incorporado o termo orientação sexual e identidade de gênero relacionando a determinação social da saúde.

Ainda em 2006, cria-se a política nacional de atenção integral em reprodução humana assistida e aprova-se a carta dos direitos dos usuários da saúde que orienta sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS no Pacto de saúde, garantindo o uso do nome social por travestis e transexuais e em seguida, a utilização do nome social para travestis e transexuais no cartão do SUS.

Em 2008, o Ministério da Saúde institui por meio das portarias GM/MS Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, o processo transexualizador no âmbito do SUS, assegura as pessoas transexuais a realização da cirurgia de redesignação sexual em hospitais universitários; como também a prevenção de câncer ginecológicos (cérvico uterino e de mamas) entre lésbicas e mulheres bissexuais e também novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis, e transexuais, e ampliar o acesso e tratamento dessas doenças, o acesso ao procedimento de hormonioterapia às pessoas travestis e transexuais, o acesso ao processo transexualizador, prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST,s), inclui a prevenção do HPV e hepatites e o HIV/AIDS.

Em 2009 foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no Conselho de Saúde pelo CNS. No que tange a PNSI LGBT criada em 2010, inicialmente foi pensado nas iniquidades em saúde a grupos vulneráveis.

A esse respeito, FACCHINI (2009), afirma que,

No Brasil, a relação entre sexualidade e direitos tem sido conjugada principalmente a partir da atuação de dois movimentos sociais: o Movimento Feminista e LGBT. As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são homossexuais tem por ocasião o combate a epidemia do HIV/AIDS no início dos anos 1990 (FACCHINI,2005). O primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas ao LGBT. A partir de 2003, a articulação entre LGBT e Direitos Humanos ganha novo impulso: 1) com a

Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD), como instância de participação e controle social; e 2) com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate a homofobia, que deu origem ao Programa Brasil sem Homofobia- Programa de Combate a Violência e a Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual em seu formato interministerial. (DANILIAUKAS, 2009 apud FACCHINI,2009:136).

A PNSI LGBT tem como princípio o incentivo, fomentar a produção de conhecimentos, por meio de pesquisas científicas a fim de identificar, refletir, a complexidade e a estrutura hierárquica desses processos que envolvem esses sujeitos que são plurais a fim de propor a superação das desigualdades sociais em saúde por meio de políticas públicas eficazes, a fim de reduzir promover a equidade em saúde. Todos esses conjuntos de normativas, decretos e diretrizes integraram a PNSI LGBT.

2.3 O MARCO HISTÓRICO: CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

As propostas do Programa Brasil sem Homofobia (PBSH) tiveram o esforço de tratar de ações e propostas específicas e passaram a tratar de “diretrizes” mais abrangentes. É claramente perceptível o esforço de investir em formulações mais exequíveis e adequadas aos formatos administrativos estabelecidos - ou a adequação a determinados modos de “fazer-se Estado”. (AGUIAO, 2014, p.80).

Para CARRARA (2010)

Iniciado por governos anteriores no âmbito da luta contra a Aids , a promoção governamental de políticas públicas voltadas à população LGBT se estende agora por diferentes ministérios e tem sido fundamental para a própria organização do movimento. Já sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal promoveu a elaboração de um programa de ação específico – “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” –, lançado em maio de 2004. O programa foi elaborado por uma comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes. Em seus dez itens, prevê um conjunto bastante amplo de ações, com destaque para a política para mulheres lésbicas e a articulação do combate ao racismo e à homofobia. Entre as ações, destacam-se: (i) as que visam capacitar o Estado, especialmente instituições escolares, policiais, judiciais, de saúde e de fiscalização do trabalho, a atuar de modo não discriminatório, seja através da mudança de suas práticas, seja através da criação de novos dispositivos, como Disque Denúncia e centros de 18 referência nas secretarias estaduais de segurança pública ; (ii) o incentivo à participação de lideranças do movimento nos diferentes conselhos e mecanismos de controle social do governo federal; (iii) a produção de

conhecimento sobre violência e discriminação homofóbica e sobre as condições de saúde de gays, lésbicas, travestis e transexuais; e, finalmente, (iv) o apoio a iniciativas brasileiras no plano internacional no sentido do reconhecimento e proteção dos direitos LGBT e à criação de uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Reprodutivos. (CARRARA,2010,p.140)

Essas diretrizes privilegiaram as reivindicações para enfrentamento do sexismo; machismo; racismo; promoção da igualdade racial; políticas de saúde; política de juventude e de geracionais; desenvolvimento social e combate à miséria; pacto federativo e articulação orçamentária e por fim Direitos Humanos e participação social.

Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Diante disto, o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco a população LGBT, a consolidação da orientação sexual e identidade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta. A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades (PBSH: 11).

No que tange à saúde, o documento apresentou as seguintes ações:

Considera a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais e culturais da saúde e destaca a importância de se levar em conta as desfavoráveis condições de saúde de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) agravadas pelo preconceito e discriminação existentes ainda na sociedade. [...] É uma política transversal, com gestão e execução compartilhadas entre as três esferas de governo, que deverá atuar articulada às demais políticas do Ministério da Saúde. Diretriz 1 - Garantia de acesso universal, integral e equânime, com qualidade à saúde integral para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no âmbito do SUS público estatal e de qualidade, considerando o recorte étnico/ racial, geracional e de gênero para as ações de promoção, prevenção, tratamento com ênfase para as ações no campo da resposta às DST/ HIV/AIDS e Hepatites Virais, HPV, processo transexualizador, saúde lésbica e cuidado dos agravos decorrentes da discriminação e preconceito. (PBSH 2010).

Podemos destacar que as propostas reivindicavam uma ação mais cuidadosa, no sentido de qualificar a ampliação do acesso da população LGBT aos serviços de atendimento do SUS; ampliar a rede de atendimento do SUS para dar melhor atenção a população LGBT; realizar pesquisas relativo a coleta de dados e análise acerca da saúde; criar estratégias para diminuir a mortalidade de travestis; cuidado da saúde de adolescentes e idosos LGBT; oferecer atenção integral às DSTs no âmbito do SUS; eliminar os

preconceitos nos serviços de saúde; garantia do uso do nome social aos usuários do SUS. (BRASIL, 2013). E, sobretudo, foi instituído, no artigo oitavo a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS), indicado para realizar a articulação e implementação da PNSI LGBT.

III - CONSIDERAÇÕES

A organização política deu um giro da clandestinidade das ruas para o protagonismo em diversas frentes, no movimento social, nos partidos políticos, no âmbito da academia com produção científicas em diversas áreas, na política de Estado a fim de afirmar-se enquanto sujeito de direitos perante o Estado e a sociedade

Foi por meio da atuação política dos militantes que foi possível pressionar o Estado e obter política pública de atenção para LGBT. Nesse sentido, o Estado passa por grandes pressões de todas as esferas nacionais, internacionais, estaduais e regionais. Cabe ressaltar que as conquistas alcançadas ainda são insuficientes, pois as disputas políticas e ideológicas são contínuas e não asseguram a efetividade dos marcos legal já construído, e ainda coloca-se e xequê tudo que já se alcançou. . Contudo, ainda estão em disputa para a efetivação de forma concreta e lutando para não retroceder no que já foi conquistado.

A sociedade civil organiza engendra o seu sistema de proteção aos segmentos LGBT que vivenciam condições de vulnerabilidades em seus mais variados aspectos e propõe-se intervenções mais contundentes por parte do Estado. Nesse sentido, o Brasil alcança ainda maior legitimidade na luta respaldada pela Constituição Federal de 1988 que foi influenciada pelas relações internacionais. Criam-se alianças e troca de saberes sobre novos arranjos a fim de alcançar por meio de políticas públicas o direito à cidadania.

Há uma constante queda de braços entre progressistas e reacionários. O Estado não é uníssono e homogêneo, os governos mudam e, portanto são passíveis de mudanças. Por outro lado, muitos sujeitos entram no campo da disputa política com uma perspectiva libertária, no que concerne a sexualidades, identidades de diferentes sujeitos sociais. Tecendo assim, novas formas de fazer política, dando voz, sendo voz, representando as minorias não hegemônicas na sociedade. E nesse jogo de poder, encontram novas vozes que ecoam e fortalece a luta, os sujeitos e as políticas mais democráticas.

Esta nova reordenação do movimento, fortaleceu suas agendas políticas e colocaram na pauta suas necessidades, que ganharam mais adeptos e força política para debaterem na esfera pública e nos poderes Legislativo e Judiciário, com intuito de

conquistar mudanças em âmbito nacional. Outra mudança significativa foi a aproximação do movimento e dos partidos políticos de esquerda numa relação mais amistosa e profícua, constituindo-se mais um canal de lutas, incluindo setoriais dentro do partido as quais dão início aos debates das pautas LGBT. Barata (2009) sinaliza a importância da

Confluência desses saberes de distintas fontes, aliada ao imperativo ético de buscar a construção de uma sociedade mais justa, na qual os indivíduos não sejam inferiorizados em função de qualquer diferença que apresentem em relação à norma, pode resultar em maior comprometimento dos profissionais da saúde coletiva com a formulação e implementação de políticas de saúde mais equânimes. (BARATA;2009,p.110).

Acreditamos que as políticas de atenção a população LGBT instituídas não reduziram as desigualdades sociais e nem o genocídio da comunidade LGBT, ademais, ainda se faz necessário lutar para que se cumpra as normativas, legislações, decretos existentes, além disso, é preciso reafirmar a luta no âmbito dos Direitos Humanos, valorização da vida, que todas as pessoas devem ser livres e ter o direito de exercer livremente sua sexualidade sem ser discriminado por isso.

IV - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Ministério da Saúde. (2004)

_____. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos humanos. Brasília: Ministério da Saúde. 244 BRASIL [MS]. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI (2008). Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2009) Aguião, Silvia, 1982- Ag93f Agu Fazer-se no "Estado" : uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. / Silvia Aguião Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. Argumentum.** Vitória, v.10, n.1, 2018. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/argumentum/article/viewFile/19139/13218>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

BARATA, R. B.: **Como e Por que a Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde**. Rio de Janeiro. Editora Fio Cruz 2009.

CARRARA, S.: **Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo**, Revista Bagoas, n.5, Natal, UFRN, 2010.

FACHINNI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond – Seção Garamond Universitária, 2005.

**APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E
POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios ao SUS e ao SUAS**

Fabiana Nunes Merhy-Silva¹

Eduardo Mourão Vasconcelos²

Gastão Wagner de Sousa Campos³

RESUMO

O objetivo deste artigo-intervenção é apontar-alguns-dos-desafios-que-o-exercício-do-Apoio-Matricial-e- Institucional-entre-redes-e-políticas-públicas-impõem-ao-Sistema-Único-de-Saúde/SUS-e-ao-Sistema-Único-de-Assistência-Social/ SUAS. A produção-dos-nexos AnáliseInstitucional-SaúdeMental-SaúdeColetiva-Serviço Social é ponto comum entre os autores-

¹ Psicóloga sanitária; Professora; Pesquisadora-interventora e Analista Institucional. Mestre em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ). Doutora em Serviço Social Aplicado (Escola de Serviço Social/ESS-UFRJ). Pós-doutoranda no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas/FCM da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (Aguardando bolsa FAPESP Processo nº 2019/07018-9). Membro do *Projeto Transversões – “Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais”* (ESS-UFRJ). Membro do *Coletivo de Estudos e Apoio Paideia* do Departamento de Saúde Coletiva (FCM/UNICAMP). Líder e coordenadora da *“Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhador(a)s-Usuários e Trabalhador(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAST-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS”* (Merhy-Silva, 2012). Email: merhy_silva2005@yahoo.com.br
Eixo temático ao qual este trabalho se vincula: *“Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e Lutas Sociais Contemporâneas”*.

² Psicólogo; Cientista Político e Analista Institucional. Mestre em Ciência Política (UFMG, 1985). Doutor em Políticas Sociais pela *London School of Economics/LSE* (1992). Pós-doutor pela *Anglia Ruskin University* (ANGLIA, Cambridge, 2001) e pelo Instituto de Psicologia/IP da USP (2008). Professor associado aposentado da ESS-UFRJ. Professor orientador de doutorado. Coordenador do *Projeto Transversões – “Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais”* (ESS-UFRJ). Reconhecido como uma das lideranças do Movimento dos Usuários de Serviços de Saúde Mental (Movimento da Reforma Psiquiátrica e Antimanicomial). Membro da Comissão Interinstitucional de Saúde Mental/CISM do Conselho Nacional de Saúde/CNS. Membro da Comissão de Saúde do Conselho Federal de Psicologia/CFP. Bolsista de Produtividade em pesquisa 1B do Conselho Nacional de Pesquisa/CNPQ. Email: emvasconcelos55@gmail.com

³ Médico sanitário (UNB, 1975). Mestre em Medicina Preventiva (USP, 1986). Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP, 1991). Livre-docente (UNICAMP, 2000). Professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas/FCM da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Professor supervisor de pós-doutorado. Uma das lideranças do Movimento Sanitário e do Apoio Matricial e Institucional. Ex-secretário de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas (Gestão 1989-1983 e 2002-2003). Ex-diretor e administrador da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (2003-2005). Responsável pela institucionalização da *Política Nacional de Humanização/PNH-HumanizaSUS* (Ministério da Saúde, 2004). Ex-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO (Gestão 2015-2018). Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPQ, nível 2).
Email: gastaowagner@mpc.com.br

atores aqui reunidos. A transversalidade, a intersectorialidade e a transdisciplinaridade são alguns dos desafios-da-atuação-entre-redes-e-políticas-públicas-e-sociais. É-a-partir-da-institucionalização-da-*Política-Nacional-de-Humanização/PNH-Humaniza-SUS-no-Ministério-da-Saúde* que o Apoio-Matricial-e-Institucional se formaliza por dentro de uma política-pública. A questão do financiamento do Apoio-Matricial-e-Institucional-entre-redes-e-políticas-públicas-é-um-dos-grandes-desafios-ao-SUS-e-ao-SUAS. A articulação entre a *Política-Nacional-de-Assistência-Social/PNAS*, com a *Política Nacional-de-Educação-Permanente-em-Saúde*, a *Política-Nacional-de-Educação-Permanente-do-SUAS* e outras políticas-públicas-e-sociais afins, é um desafio gigante, mas um caminho que tem sido trilhado e conta com as contribuições e apoio da "*Rede-de-Suporte--Mútuo-aos-Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s-da-Rede-Nacional-de-Atenção-Integral-à-Saúde-do-Trabalhador/RENAST-SUS, da-Rede-de-Atenção-Psicossocial/RAPS e do Sistema-Único-de-Assistência-Social/SUAS*" (Merhy-Silva, 2012).

Palavras-chave: Políticas Públicas e Sociais; SUS; SUAS; Apoio Matricial e Institucional; Educação Permanente.

MATRIX AND INSTITUTIONAL SUPPORT BETWEEN NETWORKS AND

PUBLIC POLICIES: challenges to SUS and SUAS

ABSTRACT

The objective of this intervention article is to point out some of the challenges that the exercise of Matrix and Institutional Support between networks and public policies impose on the Unified Health System/SUS and the Single Social Assistance System/SUAS. The production of the Institutional Analysis-Mental Health- Collective Health-Social Service links is a common point among the authors-actors gathered here. Transversity, intersectorality and transdisciplinary age are some

of the challenges of the acting between networks and public and social policies. It is from the institutionalization of the *National Humanization Policy/PNH-HumanizaSUS* in the Ministry of Health that the Matrix and Institutional Support is formalized within a public policy. The issue of financing the Matrix and Institutional Support between networks and public policies is one of the great challenges to SUS and SUAS. The articulation between the National Policy on Social Assistance/PNAS, the National Policy on Permanent Education in Health, the National Policy on Continuing Education of SUAS and other related public and social policies is a giant challenge, but one that has been the contributions and support of the “Mutual Support Network for Workers of the National Network of Integral Attention to Worker’s Health/RENAST-SUS, the Network of Psychosocial Care/RAPS-SUS and the Single Social Assistance System/SUAS” (Merhy-Silva, 2012).

Keywords: Public and Social Polices; SUS; SUAS; Matrix and Institutional Support; Permanent Education.

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apontar alguns dos desafios que o exercício do Apoio Matricial e Institucional entre redes e políticas públicas impõem ao Sistema Único de Saúde/SUS e ao Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

A produção dos nexos Análise Institucional, Saúde Mental, Saúde Coletiva e Serviço Social é ponto comum entre os autores-atores aqui reunidos.

“Uma breve nota sobre o “estado da arte” sobre Apoio Matricial⁴ nos permite assinalar que mesmo que a produção de conhecimento já tenha avançado no que tange a

⁴ “Enquanto ferramenta indispensável para a humanização da atenção e da gestão em saúde (Brasil, 2004), o *Apoio Matricial é ao mesmo tempo*: a) uma *tecnologia de gestão e articulação* [intersetorial e intrasetorial] *em rede* de políticas públicas e sociais, de direitos (humanos, à saúde, à assistência, ao trabalho...), de sistemas etc (Oliveira, 2008b; Merhy-Silva, 2012a:p.125); b) um arranjo organizacional para o trabalho em saúde (Campos, 1999) que prioriza o vínculo terapêutico entre equipe(s) e usuários; c) “uma *metodologia para a gestão do trabalho em saúde, objetivando ampliar as possibilidades de realizar-se clínica ampliada[,] integração dialógica entre distintas especialidades e profissões (...)* [e] *construção de autonomia dos usuários*. Sua utilização como instrumento concreto e cotidiano pressupõe certo grau de reforma ou de transformação do modo como se organizam e funcionam serviços e sistemas de saúde” (Campos & Domitti, 2007:p.400); d) uma “nova lógica de produção do processo de trabalho onde um profissional atuando em determinado setor oferece apoio em sua especialidade para outros profissionais, equipes e setores. *Inverte-se, assim, o esquema tradicional e fragmentado de saberes e fazeres já que ao mesmo tempo o profissional cria pertencimento à sua equipe, setor, mas também funciona como apoio, referência para outras equipes*” (Ministério da Saúde, 2004:p.41-42.Grifos nossos); e) “A função apoio (...) como diretriz e dispositivo para ampliar a capacidade de (...) análise de coletivos, que assim poderiam qualificar sua própria intervenção, sua capacidade de produzir mais e melhor saúde com os outros” (MS, s/d : p.15-16. Oliveira, 2012); f) um dispositivo de intervenção ligado à Análise Institucional (Merhy-Silva, 2012). O apoio matricial busca “oferecer tanto retaguarda assistencial quanto suporte técnico-pedagógico às equipes de referência. Apoio Matricial depende da construção compartilhada de diretrizes clínicas e sanitárias entre os componentes de uma equipe de referência e os especialistas que oferecem apoio matricial” (Campos e Domitti, 2007:p.400). “Dentre os objetivos do apoio matricial, [destacamos]: a exclusão da lógica do encaminhamento; o favorecimento do *exercício interdisciplinar* e o *cuidado integral em saúde*; o aumento da capacidade resolutiva de problemas de

práticas de matriciamento no (ou através do SUS), em geral, estas são referentes ao Apoio Matricial à Estratégia de Saúde da Família/ESF, ao Núcleo de Saúde da Família/NASF (Dimenstein et al., 2009; Campos, 2016; Ferreira-Neto, 2016); Apoio Matricial na Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde-APS (Onocko Campos e Gama, 2008/2010; Figueiredo e Onocko Campos, 2008; Figueiredo e Onocko Campos, 2009; Cunha e Campos, 2011; Castro e Campos, 2016); Apoio Matricial na Saúde Mental (Bezerra e Dimenstein, 2008; Chiaverini et al., 2011; Wetzal et al., 2014); Apoio Matricial como ferramenta de articulação entre a Saúde Mental e a APS (Machado e Camatta, 2013). Encontramos poucas publicações sobre Apoio Matricial à Saúde do Trabalhador (Santos e Lacaz, 2012; Merhy-Silva, 2013). Outras boas aplicabilidades do Apoio Matricial são na rede de saúde (Nunes Oliveira, 2008/2010; Campos, 2012; Castro; Oliveira e Campos, 2016) e Apoio Matricial em programas de residência (Oliveira; Campos et al., 2017).

Um dos desafios neste âmbito são intervenções que contemplam o Apoio Matricial entre a Saúde Mental e a Saúde do Trabalhador. Entre estas raridades, é que se encontra nossa produção (Merhy-Silva, 2012/2014c e 2014d). A relevância destas obras é ter exemplificado de forma inédita a aplicabilidade da clínica ampliada e do Apoio Matricial à RENAST-SUS. Ao sistematizar várias práticas afins às Psicologi(a)s e à Saúde Coletiva, demonstramos boas aplicabilidades destas ao SUS, ao Sistema Único de Assistência Social/SUAS e na integração ensino-serviços” (Merhy-Silva & Campos, 2019: p.15-16).

II. Desenvolvimento do trabalho

Para ilustrar parte do desenvolvimento do trabalho da pesquisa-intervenção (Merhy-Silva & Campos, 2019), subdividiremos este item em dois subtópicos: II.1. Metodologia: métodos & técnicas e II.2. Resultados & Contribuições.

II.1. Metodologia: métodos & técnicas

“Baseada na Análise Institucional [Socioanálise, Cartografia (Lourau, 1970 e 2004; Altoé et al, 2004;Guattari & Rolnik, 1996;Merhy, 2002; Kastrup et al.,2010; Abrahão, 2013) e Apoio Matricial e Institucional (Campos, 1998; 1999; 2001; 2003; 2006; Campos e Domitti, 2007; Ministério da Saúde, 2004; Campos, 2012; Merhy-Silva, 2012; Campos et al., 2014; Oliveira e Campos, 2015; Castro e Campos, 2016; Campos et al., 2017a; Campos et al.,

saúde pela equipe local e a *racionalização do acesso e do uso de recursos especializados*” (Penido et al, 2010:p.470. Grifos nossos). As supervisões socioanalíticas (um dos tipos de Análise Institucional/Socioanálise) também tem sido um dispositivo potente na construção do *apoio matricial* em saúde (Campos, 1998; 1999; 2001; 2003; 2006; Campos e Domitti, 2007; Ministério da Saúde, 2004; Campos, 2012; Merhy-Silva, 2012; Campos et al., 2014; Oliveira e Campos, 2015; Castro e Campos, 2016; Campos et al., 2017a; Campos et al., 2017b; Campos et al., 2017c)” (Merhy-Silva & Campos, 2019: p.15-16).

2017b; Campos et al., 2017c)], esta *pesquisa-intervenção*⁵ – “*Apoio Matricial e Apoio Institucional*”: *Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador-Sistema Único de Saúde/RENAS-T-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS-SUS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS*”⁷ (Merhy-Silva & Campos, 2019) –, utilizará Grupos Focais⁸ (Morgan, 1997; Trad, 2009; Dias, s/d; Kind, 2004; Merhy-Silva, 2012) para a construção do Apoio Matricial e de uma Clínica Ampliada no âmbito da Saúde Coletiva.

⁵ Entendemos que *pesquisa-intervenção* (Passos & Benevides-Barros, 2010; Ministério da Saúde, 2010) é: a) “ (...) um dispositivo de intervenção no qual se afirma o ato político que toda investigação constitui” (Rodrigues & Souza, 1987: p. 31. Grifos nossos); b) e um “dispositivo de (trans)formação” (Rocha & Aguiar, 2003: p.71. Grifo nosso) “ (...) da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social (...)” (Santos, 1987, Stengers, 1990 *apud* Rocha & Aguiar, 2003: p.67. Grifos nossos); c) Enquanto “um dispositivo de transformação [está] vinculado tanto à formação acadêmica dos psicólogos, quanto às práticas nas instituições, possibilitando novas análises construídas entre a macro e a micropolítica” (Rocha & Aguiar, 2003: p.64). d) Pesquisa-intervenção é Análise Institucional Interventiva (ou Análise Institucional Socioanalítica/Socioanálise). Ou seja, pesquisa-intervenção é um modo de intervenção da Análise Institucional (tanto da Socioanálise como da Cartografia)” (Merhy-Silva, 2012:p,103-104). A sistematização de abordagens-ferramentas *inter* e *transdisciplinares/os* e arranjos metodológicos transdisciplinares que propomos estendem a produção do cuidado pós-nexo saúde doença mental e trabalho à equipes de CERESTs-RENAS-T-SUS, da RAPS-SUS e de Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NASF (Portaria 154/2008 do Ministério da Saúde), na perspectiva da Estratégia de Saúde da Família/ESF, como um dispositivo voltado para a *atenção básica* de portadores de transtorno mental mais grave e de suporte para seus familiares no próprio local de moradia das comunidades (Vasconcelos, 2008). Abrahão (2013) aborda tais arranjos prático-conceituais para a gestão em saúde a partir da Análise Institucional destacando a relação entre gestão e subjetividade nas equipes de saúde.

⁶ O apoiador institucional-matricial procura construir com os outros atores-interlocutores projetos de intervenção “tanto na gestão do trabalho em equipe quanto na clínica, na saúde pública/saúde coletiva] ou nos processos pedagógicos, [onde] a relação entre sujeitos com saberes, valores e papéis distintos pode ocorrer de maneira dialógica” (Campos & Domitti, 2007:p.402). Para quem trabalha com Análise Institucional, é compreensível que a modalidade de Apoio Matricial articula-se com o Apoio Institucional, no entanto, cabe discernir: “Apoio Institucional é uma função gerencial que reformula o modo tradicional de se fazer coordenação, planejamento, supervisão e avaliação em saúde. Um de seus principais objetivos é fomentar e acompanhar processos de mudança nas organizações, misturando e articulando conceitos e tecnologias advindas da análise institucional e da gestão. Ofertar suporte ao movimento de mudança deflagrado por coletivos, buscando fortalecê-los no próprio exercício da produção de novos sujeitos em processos de mudança é tarefa primordial do apoio. Temos entendido que a função de apoio é chave para a instauração de processos de mudança em grupos e organizações, porque o objeto de trabalho do apoiador é, sobretudo o processo de trabalho de coletivos que se organizam para produzir, em nosso caso, saúde. A diretriz do apoio institucional é a democracia institucional e a autonomia dos sujeitos. Assim sendo, o apoiador deve estar sempre inserido em movimentos coletivos, ajudando na análise da instituição, buscando novos modos de operar e produzir das organizações.É, portanto, em uma região limítrofe entre Clínica e Política, entre o cuidado e a gestão – lá onde estes domínios se interferem mutuamente – que a função de apoio institucional trabalha no sentido da transversalidade das práticas e dos saberes no interior das organizações. O apoiador institucional tem a função de: 1) estimular a criação de espaços coletivos, por meio de arranjos ou dispositivos que propiciem a interação entre os sujeitos; 2) reconhecer as relações de poder, afeto e a circulação de conhecimentos propiciando a viabilização dos projetos pactuados pelos atores institucionais sociais; 3) mediar junto ao grupo a construção de objetivos comuns e a pactuação de compromissos e contratos; 4) trazer para o trabalho de coordenação, planejamento e supervisão os processos de qualificação das ações institucionais; 5) propiciar que os grupos possam exercer a crítica e, em última instância, que os profissionais de saúde sejam capazes de atuar com base em novos referenciais, contribuindo para melhorar a qualidade da gestão no SUS. A função apoio se apresenta, nesta medida, como diretriz e dispositivo para ampliar a capacidade de reflexão, entendimento e análise de coletivos, que assim poderiam qualificar sua própria intervenção, sua capacidade de produzir mais e melhor saúde com os outros” (Ministério da Saúde, s/d: p.15-16. Grifos nossos; Oliveira, 2012)” (Merhy-Silva, 2012: p.125).

⁷ A referida rede é composta pelos seguintes dispositivos: 1) Grupos Focais (Trad, 2007; Kind, 2004; Merhy-Silva, 2012); 2) Grupos Operativos (Rivière, 2000); 3) Grupos de Ajuda e Suporte Mútuos (Vasconcelos, 2008, 2013 e 2014); 4) Intervenções e Supervisões Socioanalíticas (Lourau, 1970 e 2004); 5) Instruções ao Sósia; Autoconfrontações simples e cruzadas/Clínica da Atividade (Clot, 2001 e 2010); 6) Histórias de Vida e Histórias de Trabalho; 7) Dinâmicas de Grupo (Lewin, s/d); 8) Psicodrama Pedagógico (Moreno, s/d; Romaña, 2010); 9) Sociodramas (Hess & Savoye, 2006; Menegazzo et al., 1995); 10) Histórias em Quadrinhos (Merhy-Silva, 2012). É importante salientar que esses dispositivos foram amplamente testados e desenvolvidos ao longo de mais de uma década envolvendo trabalhadore(a)s e usuários ligados ao SUS e ao SUAS (Merhy-Silva, 2012/2014; 2013).

⁸ Das definições encontradas, podemos dizer que Grupo Focal é: a) uma técnica de coleta de dados, que pode ocupar a função de técnica principal, ou de estratégia complementar de tipo qualitativa (Trad, 2009:p.777); b) uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais (Morgan, 1997).

Utiliza(re)mos uma *triangulação de métodos* (Minayo, 2005) a fim de permitir que a avaliação (Bosi e Mercado, 2004; Bosi e Uchimura, 2006) do processo de implementação⁹ da rede¹⁰ na UNICAMP e das intervenções prestadas seja possibilitada no início, meio e fim dos processos de trabalho. Ou seja, estaremos concomitantemente avaliando o Apoio Matricial entre redes [a já citada, a RENAST-SUS, a RAPS-SUS, a rede de Atenção Básica (nos NASFs) e a rede SUAS].

Os Grupos Focais/GF foram/serão realizados como técnica de articulação metodológica. Serão desenvolvidos Grupos Focais dos tipos informativos, investigativos e avaliativos ao longo de toda a pesquisa-intervenção. Os GF serão realizados em Campinas-SP e Juiz de Fora-MG. O público-alvo destes é composto por trabalhadore(a)s e usuários do SUS (RENAST; RAPS; NASF) e do SUAS. Os GF serão gravados em áudio e transcritos para análise e avaliação” (Merhy-Silva & Campos, 2019:p.16-17).

II.2. Resultados & Contribuições

A transversalidade (Guattari,1977/2004; Guattari e Rolnik, 1996; Lourau, 2004; Ministério da Saúde, 2004; Merhy-Silva, 2008;2012; 2013; 2018a,b e c), a intersectorialidade¹¹ (Menicucci, 2002; Vasconcelos & Morgado, 2006/2011; Sposati, 2006; Merhy-Silva, 2008d; Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010; Medeiros, 2010; Nascimento, 2010; Pereira & Teixeira, 2013; Monnerat, 2014; **Pastor & Brevilheri, 2016; Rojas Couto, 2016; Carmo & Guizardi, 2017; Merhy-Silva, 2018)** e a

⁹ “O estudo sobre a *implementação* de um programa, realizado *in loco*, visa a (1) análise da extensão com que ele alcança a população-alvo; (2) frequência e a intensidade de aplicação da proposta e a participação dos sujeitos envolvidos; (3) questões organizacionais e administrativas; (4) viabilidade e variabilidade das metas propostas; (5) formação da equipe de intervenção nos diferentes níveis. Quando realizada em diferentes etapas do processo, a análise da *implementação* permite também aferir mudanças ocorridas nos ambientes e com os atores sociais envolvidos, tendo em vista as estratégias em curso. E deve apontar pontos cruciais (Minayo, 2005:p.177 Grifos no original) para a correção de rumos, visando ao sucesso do programa *pari passu* a seu andamento. McGrawe colaboradores (2000) observam que as medidas para avaliação da implementação de programas variam consideravelmente por falta de consistência e clareza na definição dos objetivos das ações que vão ser analisadas” (Minayo, 2005:p.178 Grifo no original). “(...) Na análise da *implementação* é possível dar ênfase ao que merece mais investimento, dedicação e empenho por ser essencial e o que pode ser dispensado ou pelo menos minimizado no caso de exigir grande dispêndio de energia e pouco acrescentar aos objetivos e metas propostos. (...)” (Minayo, 2005:p.178 Grifo no original). A avaliação da implantação e da implementação é uma das etapas da *pesquisa avaliativa por triangulação de métodos* e que se situa entre o diagnóstico situacional e a avaliação de resultados e seus desdobramentos (Minayo, 2005:p.177.Grifo no original)” (Merhy-Silva & Campos, 2019:p.16-17).

¹⁰ Aqui nos referimos à implementação da “*Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da RENAST-SUS, da RAPS-SUS e do SUAS*” no Departamento de Saúde Coletiva da UNICAMP.

¹¹ “Intersectorialidade é uma “visão mais ampla das *diferentes possibilidades de interesses comuns e de ação integrada e compartilhada no interior de diferentes instâncias de política pública*. No plano macro, a *intersectorialidade implica* em uma concepção mais global e engajada de programas de desenvolvimento econômico e social que articulem as diversas agências governamentais e da sociedade civil em um planejamento global e estratégico coerente, *promovendo ações integradas e colaborativas em rede*, com referência no território, e tendo as instâncias de controle social como espaços privilegiados de sua implementação e avaliação” (Vasconcelos & Morgado, 2006/2011:p.28. Grifos de Merhy-Silva, 2012). “No que tange à Política [Nacional] de Assistência Social, observa-se, *desde os primeiros artigos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, aprovada em 1993) que a intersectorialidade é sinalizada como um novo um caminho para a gestão das políticas públicas*. Especialmente no artigo 2º, que trata dos seus objetivos, a LOAS *indica que a assistência social deve realizar-se de forma integrada às políticas setoriais*, tendo em vista o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, a provisão [dos] mínimos sociais e a *universalização de direitos*” (Pastor & Brevilheri, 2016: p.158. Grifos nossos).

transdisciplinaridade (Passos & Benevides Barros, 2000; Vasconcelos & Morgado, 2011 apud Merhy-Silva, 2012) são alguns dos desafios da atuação entre redes e políticas públicas e sociais.

É a partir da institucionalização da *Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão/PNH-HumanizaSUS* no Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2004) que o Apoio Matricial e Institucional se formaliza por dentro de uma política pública. A questão do financiamento do Apoio Matricial e Institucional entre redes e políticas públicas é um dos grandes desafios ao SUS e ao SUAS.

A articulação entre a *Política Nacional de Assistência Social/PNAS* (MDS, 2004), com a *Política Nacional de Educação Permanente*¹² em Saúde (Ministério da Saúde, 2007), a *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*¹³ (MDS, 2013), e outras políticas públicas e sociais afins (Merhy-Silva, 2012 e 2018), é um desafio gigante, mas um caminho que tem sido trilhado e conta com as contribuições e apoio da “*Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAS-T-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS*”¹⁴ (Merhy-Silva, 2012).

III. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocarmos as ações da “*Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da /RENAS-T-SUS, da RAPS-SUS e do SUAS*” (Merhy-Silva, 2012; 2018

¹² “A Educação Permanente é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho” (MS, 2007:p.13. Grifos de Merhy-Silva, 2012).

¹³ Yasbek (2014 in MDS, 2014:p.130-142) chama a atenção para o papel da Academia e aponta desafios que a Educação Permanente do/no SUAS impõem para o Serviço Social: “a Política Nacional de Educação Permanente configura-se como resposta às demandas por qualificação na oferta de serviços socioassistenciais, na gestão e no controle social do SUAS. Representa, como explicita em seu texto, “os anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema” (PNEP/SUAS, 2013: 10)” (Yasbek, 2014 :p.135).

¹⁴ A referida Rede esteve lotada no Projeto *Transversões (Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais)* da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ESS-UFRJ, o qual foi coordenado pelo Dr. PhD Eduardo Mourão Vasconcelos (Vasconcelos, 2003; 2013 e 2014) até sua aposentadoria. A partir de 2013, quando aproximadamente se deu a “extinção” do Projeto *Transversões* (UFRJ), a rede supracitada ficou sem respaldo institucional e para que possa continuar a construção, validação e desenvolvimento dos diversos dispositivos e abordagens psicossociais que compõem tal rede (Merhy-Silva, 2012), a partir de 2019 passou a contar com Apoio Institucional do Departamento de Saúde Coletiva da FCM-UNICAMP. Assim, através da institucionalização desta rede através do Grupo de Pesquisa “Coletivo de Estudos e Apoio Paideia” (Coletivo Paideia-UNICAMP), poderá continuar prestando Apoio Matricial a trabalhadore(a)s e usuários do SUS e do SUAS.

a, b e c; Merhy-Silva & Campos, 2019), à disposição dos interessados, esbarramos em um impasse que tem sido tomado por nós enquanto um analisador¹⁵ da transversalidade, da intersetorialidade e da integralidade¹⁶ entre políticas públicas-sociais: a construção coletiva de financiamento para que o Apoio Matricial e Institucional dos serviços e aos sistemas e serviços (SUS, SUAS, *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE*) possa manter-se funcionando durante e após o pós-doutoramento de Merhy-Silva. Deixamos aqui o convite para articulações multicêntricas.

Dentre os desafios urgentes a serem enfrentados coletivamente e intersetorialmente na construção cotidiana da Educação Permanente no chão dos serviços do SUS (Ceccim & Feuerwerker, 2004; Ministério da Saúde, 2007; Gigante & Campos, 2016) e do SUAS (MDS, 2006; MDS, 2013; MDS et al., 2014) está a questão da Saúde do Trabalhador, especificamente frente à produção desenfreada de sofrimento mental relacionado ao trabalho e de doenças mentais relacionadas ao trabalho. Além da co-gestão da *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS* (MDS, 2013) na produção de conhecimentos através do trabalho, esta precisa estar acompanhada tanto pela co-gestão do trabalho no SUAS como pela produção de cuidados à Saúde Mental do(a)s trabalhadore(a)s do SUAS (Merhy-Silva, 2012;2018; Merhy-Silva & Campos, 2019). O Apoio Matricial e Institucional bem como a Clínica Ampliada¹⁷ (Campos, 2006; Campos e Amaral, 2007; Campos; Guerrero et al., 2008/2010; Campos, 2012; Campos et al., 2014; Merhy-Silva, 2012 e 2018; Merhy-Silva & Campos, 2019) entre o SUS e o SUAS é pois um desafio para todos nós na

¹⁵ Nos trabalhos socioanalíticos são privilegiados fatos, falas e acontecimentos que possam produzir rupturas nos modos *naturalizados* de lidar com o cotidiano – ou seja, os *analísadores* – “acontecimentos; ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo *catalisadores; produtos de uma situação que agem sobre ela*” (Lourau, 1977 e 2004b, p.69; Lapassade, 1973 e 1979; Rodrigues & Souza, 1991; Rodrigues, 1992;1999;2004; Barros & Brasil, 1992; Barembliitt, 1998). Os analisadores permitem a análise pois revelam “a especificidade da instituição na qual se encontra” (Hess & Authier, 1994, p.79) e o “trabalho dos *analísadores* é que precede e funda o trabalho de análise” (Lapassade, 1973, p.39). Enquanto dispositivo artificial/“natural” ou construído, o analisador – aquilo que produz análise –, por ser a via de mediação, facilita a apropriação e popularização da análise (Ardoino & Lourau, 2003, p.24). Para uma maior contextualização acerca dos debates e discussões quanto aos analisadores, ver Lourau (1977, 2004), Barembliitt (1998), Rodrigues (1991, 1992, 2004), Martin (2004), L’abbate (2004), Pereira (2005), Merhy-Silva (2008, 2012 e 2018).

¹⁶ A nosso ver, a integralidade da atenção à saúde do/no SUS – seja esta definida como um princípio que “*diz respeito tanto à atenção integral em todos os níveis do sistema, como também à integralidade de saberes, práticas, vivências e espaços de cuidado*” (MS, 2007. Grifos de Merhy-Silva, 2012) ou [integralidade] vista como **princípio integrador de políticas e programas, visando a interdisciplinaridade e a intersetorialidade** (Pinheiro & Mattos, 2001, 2003 e 2005; Vasconcelos & Morgado, 2005. Grifos de Merhy-Silva, 2016), precisa ser tomada enquanto um “*analisador*” (Lourau, 1970 e 1977; Lapassade, 1973; Hess & Authier, 1994; L’abbate, 2004; Merhy-Silva, 2008) dos modelos de atenção à saúde/modelos assistenciais, da organização do trabalho e dos processos de trabalho no cotidiano dos serviços (merhy-Silva & Campos, 2019:p.17).

¹⁷ “Para a clínica ampliada e compartilhada não basta a inclusão das diferentes abordagens (abordagem transdisciplinar) e a inclusão dos diferentes atores envolvidos no processo de produção de saúde; a inclusão em e na clínica ampliada requer incluir também o processo de produção de subjetividade, produção de (grupos-)sujeitos, produção de autonomia e de vínculos, produção do cuidado, produção de co-responsabilidade, produção de conhecimento compartilhado. De acordo com a Cartilha da *Política Nacional de Humanização/PNH* sobre Clínica Ampliada e Compartilhada (Ministério da Saúde/MS, 2009) , a proposta da Clínica Ampliada engloba os seguintes eixos fundamentais: 1. Compreensão ampliada do processo saúde-doença (MS, 2009: p.14-15); 2. Construção compartilhada dos diagnósticos e terapêuticas (MS, 2009: p.15); 3. Ampliação do “objeto de trabalho” (MS, 2009: p.16-17); 4. A transformação dos “meios” ou instrumentos de trabalho (MS, 2009: p.17); 5. Suporte para os profissionais de saúde (Ministério da Saúde, 2009: p.18)” (Merhy-Silva, 2012/2014c:p.116-117).

produção de conhecimento e atenção-(co)gestão e controle social de modelos assistenciais, da organização do trabalho e dos processos de trabalho no cotidiano dos serviços (Merhy-Silva & Campos, 2019).

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTOÉ, Sônia (Org). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALTOÉ, Sônia; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Orgs.). *SaúdeLoucura 8: Análise Institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; Sousa, Luzia Costa de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Análise Institucional. In: *Revista Transversões*, n.1, v.1. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social da UFRJ, 1999.
- __. A Análise Institucional no Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 291-328.
- BONETI, L. *Políticas Públicas por dentro*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.
- BOSI, Maria Lúcia Magalhães; UCHIMURA, Kátia Yumi. Avaliação qualitativa de programas de saúde: contribuições para propostas metodológicas centradas na integralidade e na humanização. In: BOSI, M. L. M. & MERCADO, F. J. (Orgs.). *Avaliação Qualitativa de Programas de Saúde: enfoques emergentes*. Petrópolis: Vozes, 2006: p.87-117.
- BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742/1993*.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Clinica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2ª ed. Série B - Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS*. Brasília, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. *SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS/NOB-RH-SUAS*. Brasília, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família*. Cadernos de Atenção Básica – DAB/SAS/MS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva. Caderno de referência para o processo de formação de profissionais do Apoio Institucional Integrado do Ministério da Saúde: QUALISUS-REDE. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS*. Resolução CNAS nº 33, 12.12.2012. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CAMPOS, G.W.S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Clínica e Saúde Coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: Minayo C. *et al.*, (orgs). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2006a. p.53-92.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública. In: *Serviço Social & Sociedade*, n.87, Cortez, 2006b.p.132-146.
- CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, Ana Carla. Apoio Matricial e Equipe de Referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev, 2007.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Apoio Matricial e práticas ampliadas e compartilhadas em redes de atenção. *Psicologia em Revista* (Online), v. 18, p. 148-168, 2012.
- CAMPOS, G. W. S.; CUNHA, G. T.; FIGUEIREDO, M. D.. *Práxis e Formação Paideia: Apoio e Cogestão em Saúde*. 1a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.
- CAMPOS, G. W. S.. Saúde Mental e Atenção Primária: Apoio Matricial e Núcleos de Apoio à Saúde da Família. In: Mônica Nunes; Fátima Luna Pinheiro Landim. (Orgs.). *Saúde Mental na Atenção Básica, Política e Cotidiano*. 1a ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v. 01, p. 29-46.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Projeto Terapêutico e estratégias de promoção em situações de Apoio Matricial. In: CAMPOS G. W S.; Castro, Cristiane Pereira de; FERNANDES, Juliana Azevedo; ANÉAS, Tatiana de Vasconcellos (Orgs.). *Investigação sobre Cogestão, Apoio Institucional e Apoio Matricial no SUS*. 1a ed. São Paulo: Hucitec, v. 01, p. 103-111, 2017a.
- CAMPOS, G. W. S.. Introdução: Apoio Paideia e as Políticas Públicas. In: CAMPOS G. W S.; FIGUEIREDO, Mariana Dorsa; OLIVIERA, Mônica Martins de. (Orgs.). *O apoio Paideia & suas Rodas*. 1a ed. São Paulo: Hucitec, 2017b, v. 01, p. 11-20.
- CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social: uma revisão do estado da arte. In: *Physis Revista de Saúde Coletiva*, n.27, v.4, p.1265-1286, 2017.
- CASTRO, Cristiane Pereira de; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Apoio Matricial como articulador das relações interprofissionais entre serviços especializados e Atenção Primária à Saúde. *Physis. Revista de Saúde Coletiva* (UERJ. Impresso), v. 26, p. 455-481, 2016.
- CASTRO, Cristiane Pereira de; OLIVEIRA, Mônica Martins de; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Apoio Matricial no SUS Campinas: análise da consolidação de uma prática interprofissional na rede de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* (Online), v. 21, p. 1625-1636, 2016.
- COHN, Amélia. O Estudo das Políticas de Saúde: Implicações e Fatos. In:CAMPOS et al.(Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo:Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p.231-258.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações gerais do Conselho Nacional de Assistência Social para a adequação da lei de criação dos conselhos às normativas vigentes e a o exercício do Controle Social no SUAS. Brasília, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010*. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010.

- COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004/2006.
- COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: 2010. p.41-55. (Coleção Psicologia Social).
- COUTO, Berenice Rojas. Direitos Socioassistenciais. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Orgs.). *Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p. 89-91.
- CUNHA, E.P.; CUNHA, E.S. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. et al. (orgs.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG/Proex, 2002.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Conselhos e Conferências: o desafio de aprimorar o controle social no SUAS. In: CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CNAS. *Cadernos de textos da VIII Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília: CNAS, 2011b. p.51-59.
- CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A construção da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: 2010. p.13-40. (Coleção Psicologia Social).
- CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Articulações entre a Psicologia Social e as políticas públicas na Assistência Social. In: *O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012/2014. p.15-34.
- DELGADO, Ana Luiza de Menezes; et al. (orgs). *Gestão de políticas públicas de direitos humanos — coletânea*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública/Enap, 2016.
- FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Orgs.). *Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016
- FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH/ SUAS: Anotada e Comentada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.
- FERREIRA NETO, João Leite. Impasses entre a formação e a atuação. In: FERREIRA NETO, J. L. *Psicologia, Políticas Públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2011. p.97-129.
- FERREIRA NETO, João Leite. Psicologia e políticas públicas: novas questões para a formação. In: FERREIRA NETO, J. L. *Psicologia, Políticas Públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta. Belo Horizonte:FAPEMIG, 2011a. p. 23-49.
- GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Política de Formação e Educação Permanente em Saúde no Brasil: Bases Legais e Referências Teóricas. *Trabalho, Educação e Saúde* (Online), v. 14, p. 747-763, 2016.
- GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura V. C.; NORONHA, José, C.; CARVALHO, Antonio Ivo. *Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2008.
- GONÇALVES, Maria da Graça M.. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In: *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p.30-41.
- LOBATO, L.V. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.14, n.3, p.721-730,2009.
- LOURAU, René. *A Análise Institucional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.
- _____. Objeto e Método da Análise Institucional. In: *El análisis institucional*. Madri: Campo Aberto, 1977. In: ALTOÉ, Sônia. (org.). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004, p.66-86.

MATTOS, Ruben Araújo de. Integralidade e a Formulação de Políticas Específicas de Saúde. In: MATTOS, R. A. (Org.). *Construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, IMS/ABRASCO, 2003.p. 45-59.

MEDEIROS, Juliana. Os desafios da intersectorialidade no âmbito do SUAS. 27 de novembro de 2017. Acesso em 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: www.blog.gesuas.com.br/intersectorialidade-suas/

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. *Pensar BH/Política Social*. Belo Horizonte, p. 10-13, maio/jul. 2002.

MERHY, Emerson. Elias. Em busca do tempo perdido: A micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO CAMPOS et al. *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 71-112.

_____. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. O Uso de Ferramentas Analisadoras para Apoio ao Planejamento dos Serviços de Saúde: O Caso do Serviço Social do Hospital das Clínicas da UNICAMP (Campinas, SP). In: MERHY, E. E.; JÚNIOR, H. M. M.; RIMOLI, J.; FRANCO, T. B.; BUENO, W. S. (Orgs.). *O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 135- 160.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. Sobre a produção de oferta/demanda em Análise Institucional no processo de implantação do Centro de Referência em Assistência Social-Sistema Único de Assistência Social/CRAS-SUAS. In: *1ª Jornada de Integração e Pesquisas Acadêmicas/JIPA do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008a.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Considerações Socioanalíticas no/do processo de expansão da Rede Nacional de Atenção integral à Saúde do Trabalhador/RENAST. In: *Anais do II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2008b.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Articulando Análise Institucional e Saúde do Trabalhador ao processo de implantação do(s) Centro(s) de Referência em Assistência Social-Sistema Único de Assistência Social/CRAS-SUAS. In: *Anais do II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2008c.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. Desafios da intersectorialidade entre o(s) Centro(s) de Referência em Saúde do Trabalhador/CEREST(s), o(s) Centro(s) de Referência em Assistência Social/CRAS(s) e o(s) Centro(s) de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP(s). In: *I Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação em Serviço Social e I Seminário Latino-Americano de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2008d.

_____. Articulações entre a assistência à Saúde (Mental) do(a)s Trabalhador(es/as) e o processo de implementação da PASS-SIASS: construindo a integralidade das ações em Saúde do trabalhador no cotidiano dos serviços. In: CAVALCANTI, Cecília Paiva N. et al. (Orgs). *Curso de Capacitação em Promoção e Vigilância em Saúde do Trabalhador para implementação da Política de Atenção à Saúde do Servidor/PASS do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS*. Rio de Janeiro: UFRJ, UNIRIO e Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, 2011, v.1, p. 232-272. ISBN 978-85-62274-02-2

_____. Políticas públicas intersectoriais entre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do trabalhador (RENAST/SUS), a rede SUAS e as formações profissionais: enfrentando desafios com trabalhadores-usuários do SUS-SUAS, alunos e profissionais da UFJF. In: *Anais (Eletrônico) do IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva: Compromisso da Ciência, Tecnologia e Inovação com o direito à Saúde*. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva* - ISSN 1413-8123 (número suplementar da revista), Recife, 2009.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (RENAST-SUS)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese

(Doutorado em Serviço Social. Projeto *Transversões* ("Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais") - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012a. In: MERHY-SILVA, F. N. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde /RENAS-T-SUS (2001-2011)*. Volume I. São João Del Rei: Editora UFSJ, 2014a. ISBN 978-85-8141-054-8. Volume II, 2014b. ISBN 978-85-8141-053-1.

_____. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde/RENAS-T-SUS (2001-2011)*. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 2013, v.21,n.3, p.346-347.

_____. *Apostila Aplicabilidade(s) da Análise Institucional no cotidiano dos Serviços: dos fluxogramas descritores à identificação de ruídos e analisadores dos/nos processos grupalistas-institucionalistas, dos/nos processos de trabalho e da organização do trabalho*. São João Del Rei, DEPSIC-UFSJ, 2014c (Segunda versão).

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. *(Co)Gestão em Saúde no SUS*. São João del Rei: Editora UFSJ, 2018a. ISBN 9788581410982. (No prelo).

_____. *Abordagens Psicossociais Aplicadas ao SUS e ao SUAS*. Volume I. São João del Rei: Editora UFSJ, 2018b. ISBN 9788581410968. (No prelo).

_____. *Direitos Humanos, Políticas Públicas e Empoderamento*. São João del Rei: Editora UFSJ, 2018c. ISBN 9788581410975. (No prelo).

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. *Apoio Matricial e Apoio Institucional: Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador-Sistema Único de Saúde/RENAS-T-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS-SUS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS*. (Projeto-intervenção de Pós-doutorado desenvolvido através do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP). Campinas: UNICAMP, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO; ASSIS & Souza (orgs). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.71-103.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. Brasília: 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Saúde Mental*. Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria GM/MS no 1.996, de 20 de agosto de 2007. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no Sistema Único de Saúde/ParticipaSUS*. Brasília: 2008/2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização: Formação e intervenção*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS; v. 1).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Gestão do trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. Brasília: MDS, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho/PNSST*. Brasília, Decreto 7.602, de 07 de novembro de 2011.

- MONNERAT, G. L. et al. (Org.) *A intersetorialidade na agenda das Políticas Sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.
- NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre políticas públicas. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.
- OLIVA, Jimena Cristina Gomes Aranda; KAUCHAKJE, Samira. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. In: *Rev. Katál*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 22-31 jan./jun. 2009.
- OLIVEIRA, Gustavo Nunes de. Apoio Matricial como tecnologia de gestão e articulação em rede. In: GUERRERO, A. P.; CAMPOS, G.W.S. (Orgs.). *Manual de Práticas de Atenção Básica à Saúde Ampliada e Compartilhada*. 1a ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Hucitec, 2008b, vol.1, p.273-282.
- [OLIVEIRA, Mônica Martins de](#); CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Matrix support and institutional support: analyzing their construction. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 20, p. 229-238, 2015.
- ONOCKO CAMPOS, Rosana Teresa. Pesquisa qualitativa em políticas, planejamento e gestão em saúde coletiva. In: BARROS et al (orgs). *Pesquisa qualitativa em saúde – múltiplos olhares*. UNICAMP, 2005a. p.261-271.
- ONOCKO CAMPOS R. T. & FURTADO, J.P. Desafios da avaliação de programas e serviços em saúde. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da; PASSOS, Eduardo (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.
- PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. [Verbete] Intersectorialidade. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.p. 157-160.
- PEREIRA, K. Y. de L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, n. 1, v. 12 , p. 114-127, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- PRISCO, T. Assistência social: A política pública (inter)sectorial. *Revista Gestão & Políticas Públicas*. São Paulo, v. 2, n. 1, p.134-149, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97854>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- PINHEIRO, R.; FERLA, A. A.; MATTOS, R. A. (Org.). *Gestão em redes: tecendo os fios da integralidade em saúde*. Rio de Janeiro: EdUCS: IMS/UERJ: CEPESQ, 2006.
- PINHEIRO, R.; SILVA JUNIOR, A.G.; MATTOS, R. A. (Orgs.). *Atenção básica e integralidade: contribuições para estudos de práticas avaliativas em saúde*. Rio de Janeiro: CEPESQ: IMS/UERJ: ABRASCO, 2008.
- PINHEIRO, R.; SILVA, F. H.; LOPES, T. C.; JUNIOR, A.G.S. *Práticas de Apoio e a Integralidade no SUS: por uma estratégia de rede multicêntrica de pesquisa*. Rio de Janeiro: CEPESQ / IMS / UERJ / ABRASCO, 2014a.
- [PINHEIRO, Roseni](#); GERARDT, T. E.; [ASENSI, F. D.](#) (Orgs.). *Vulnerabilidades e resistências na integralidade do cuidado: pluralidades multicêntricas de ações, pensamentos e a (re)forma do Conhecimento*. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEPESQ Editora, 2017.
- RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. In: *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, n. 46, v.5, p.1271-294, set./out. 2012.
- REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A formação em Psicologia: desafios para a inserção profissional nas políticas públicas de saúde. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Porto Alegre: [s. ed.], 2013.p. 257-280.
- RODRIGUES, M.A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

- SAADALLAH, Márcia Mansur. A Psicologia frente às políticas públicas. In: MAYORGA, Cláudia; PRADO, Marco Aurélio (Orgs.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p.159-172.
- SPOSATI, A; LOBO, E. Controle Social e Políticas de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 8, v. 4, pp.366-378, 1992.
- SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.
- SCHUTZ Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. *Sociedade em Debate*, Pelotas, n. 1, v. 16, p. 59-75, jan-jun. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/337/295>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- SILVA JUNIOR, A. G.; PONTES, A. L. M.; HENRIQUES, R. L. M. O cuidado como categoria analítica no ensino baseado na integralidade In: PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R. A. (Orgs). *Ensinar Saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2006. p. 93-110.
- SOUZA, Celina. Estado do Campo da Pesquisa Políticas Públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.18, v.51, pp.15-20, 2003b.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*, Porto Alegre, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- TRAD, Leny A. B. Grupos Focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. n. 19, v.3, p.777-796, 2009.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Implementando o empowerment na prática: níveis de ação e exemplos em trabalho social e saúde mental. In: VASCONCELOS, E.M. *O Poder que Brota da Dor e da Opressão: Empowerment, Sua História, Teorias e Estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003, p.258-302.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. As transformações da Clínica Psicológica convencional e o uso/apropriação de dispositivos grupais e institucionais. In: VASCONCELOS, E.M. *Abordagens Psicossociais I: História, teoria e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 2008 a, p. 59-70.
- VASCONCELOS, Ed. M. (Org.). *Abordagens Psicossociais II: Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental na ótica da cultura e das lutas populares*. São Paulo: Hucitec, 2008 b.
- ____ et al.. *Abordagens Psicossociais III*. São Paulo: Hucitec, 2008c.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org). *Desafios políticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- ____. Karl Marx e a subjetividade humana, vol II: uma história das ideias psicológicas na Europa até 1850. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- ____. Karl Marx e a subjetividade humana, vol III: Balanço de contribuições e questões teóricas para debate. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.) et al. Cartilha [de] Ajuda e Suporte Mútuos em Saúde Mental: para os participantes de Grupos. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, 2013.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Manual de direitos e deveres dos usuários e familiares em Saúde Mental e drogas*. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde-Fundo Nacional de Saúde, 2014.
- YAMAMOTO, Osvaldo H. Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A.M. (Org.). *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.p.37-54.

CONTRIBUIÇÕES À SAÚDE MENTAL E À SAÚDE DO TRABALHADOR DO/NO SUS E DO/NO SUAS

Fabiana Nunes Merhy-Silva¹

Eduardo Mourão Vasconcelos²

RESUMO

Partimos de um doutoramento (2001-2011) realizado através do Projeto-*Transversões/ESS-UFRJ* para marcar algumas contribuições à Saúde do Trabalhador do/no SUS e Sistema-Único-de-Assistência-Social/SUAS. Ao demonstrar a prática de diversas abordagens-psicossociais, abordagens grupalistas-institucionalistas, abordagens-de-empoderamento, clínica-ampliada e clínica-da-atividade fomentando o Apoio-Matricial-e-Institucional à *Rede-Nacional-de-Atenção-Integral-à-Saúde-do-Trabalhador/RENAST-SUS*, à *Rede-de-Atenção-Psicossocial/RAPS-SUS* e ao SUAS, esta pesquisa-intervenção é um exemplo ampliado de integração ensino-serviços na transversalidade entre políticas públicas-sociais e

¹ Psicóloga sanitária; Professora; Pesquisadora-interventora e Analista Institucional. Mestre em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ). Doutora em Serviço Social Aplicado (Escola de Serviço Social/ESS-UFRJ). Pós-doutoranda no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas/FCM da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (Aguardando bolsa FAPESP Processo nº 2019/07018-9). Membro do *Projeto Transversões – “Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais”* (ESS-UFRJ). Membro do *Coletivo de Estudos e Apoio Paideia* do Departamento de Saúde Coletiva (FCM/UNICAMP). Líder e coordenadora da *“Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhador(a)s-Usuários e Trabalhador(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAST-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS”* (Merhy-Silva, 2012). Email: merhy_silva2005@yahoo.com.br
Eixo temático ao qual este trabalho se vincula: *“Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional”*.

² Psicólogo; Cientista Político e Analista Institucional. Mestre em Ciência Política (UFMG, 1985). Doutor em Políticas Sociais pela *London School of Economics/LSE* (1992). Pós-doutor pela Anglia Ruskin University (ANGLIA, Cambridge, 2001) e pelo Instituto de Psicologia/IP da USP (2008). Professor associado aposentado da ESS-UFRJ. Professor orientador de doutorado. Coordenador do *Projeto Transversões – “Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais”* (ESS-UFRJ). Reconhecido como uma das lideranças do Movimento dos Usuários de Serviços de Saúde Mental (Movimento da Reforma Psiquiátrica e Antimanicomial). Membro da Comissão Interinstitucional de Saúde Mental/CISM do Conselho Nacional de Saúde/CNS. Membro da Comissão de Saúde do Conselho Federal de Psicologia/CFP. Bolsista de Produtividade em pesquisa 1B do Conselho Nacional de Pesquisa/CNPQ. Email: emvasconcelos55@gmail.com

ilustra a intersectorialidade e intrasetorialidade prescrita por tais políticas. Além disso, desenvolve um cuidado-integral da/na atenção-gestão de serviços e sistemas tendo como prioridade trabalhadore(a)s, trabalhadore(a)s-gestores e usuários do SUS e do SUAS, no exercício do controle social.

Palavras-chave: Políticas públicas-sociais;
Apoio Matricial-Institucional; SUS; SUAS;
Intersetorialidade.

CONTRIBUTIONS TO MENTAL HEALTH ANDE THE HEALTH OF WORKERS OF THE SUS AND SUAS

ABSTRACT

We start from a doctorate (2001-2011) through the *Transversions-Project/ESS-UFRJ* to mark some contributions to the Health-of-the-Worker of/in the Unified-Health-System/SUS and Unified-Social-Assistance-System/SUAS. Demonstrating the practice of various psychosocial-approaches, institutionalist-groupists approaches, empowerment-approaches, amplified-clinic and clinic-of-activity promoting the Matrix-and-Institutional-Support to *National-Network-for-Worker's-Health-Integrate-Care/RENAST-SUS*, to the Psychosocial-Attention-Network/RAPS-SUS and to SUAS, this Intervention-Research is an extended example of integration-teaching-service in transversality among public-policies and illustrate the intersectoriality and intrasectoriality prescribed by such polices. Besides, it develops an integrated-care of/in the attention-management of services and systems holding as priority workers, managers and users of SUS and SUAS in the exercise of social-control in Mental-Health and Worker's-Health.

Keywords: Public and Social Polices; Matrix-Institutional Support; SUS; SUAS; Intersectoriality.

I. INTRODUÇÃO

Partimos de um doutoramento (2001-2011) realizado através do Projeto-*Transversões/ESS-UFRJ* para marcar algumas contribuições à Saúde do Trabalhador do/no Sistema Único de Saúde/SUS e do/no Sistema Único de Assistência Social/SUAS (Merhy-Silva, 2012/2014 a e b).

Em nosso doutorado, o objetivo geral foi “investigar desafios e possibilidades da **produção do cuidado pós-nexo causal entre processo(s) de trabalho e processo(s) saúde-doença mental**, buscando construir Apoio Matricial para a construção de uma clínica ampliada, com usuários-trabalhadore(a)s e trabalhadore(a)s de Centro(s) de Referência em Saúde do Trabalhador/CEREST(s), em experiências locais no Brasil, no período de 2001 a 2011.

Dentre os objetivos específicos, destacamos:

a) Apresentar os principais elementos do processo de construção da *Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador-Sistema Único de Saúde/RENAS-T-SUS*³.

b) Sistematizar possíveis abordagens psicossociais e interventivas para a construção de apoio matricial e de uma clínica ampliada, pós-nexo causal entre processo(s) de trabalho e processo(s) saúde-doença mental.

c) Apresentar e analisar algumas experiências locais de apoio matricial e de uma clínica ampliada, pós-nexo causal entre processo(s) de trabalho e processo(s) saúde-doença mental, com aluno(a)s-trabalhadore(a)s, usuários e trabalhadore(a)s de Centro(s) de Referência em Saúde do Trabalhador, no período de 2001 a 2011.

d) Oferecer subsídios para a formação profissional, para a educação permanente e a educação popular em saúde, produzindo integração ensino-serviço(s).

e) Contribuir para movimentos e atores sociais que atuam no âmbito da Saúde do Trabalhador e da Saúde Mental.

f) Apoiar processos de implementação de políticas públicas e sociais através de dispositivos psicossociais e estratégias de empoderamento de usuários-trabalhadore(a)s e trabalhadore(a)s do SUS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS” (Merhy-Silva, 2012).

II. Desenvolvimento do trabalho

Para ilustrar parte do desenvolvimento do trabalho da pesquisa-intervenção (2001-2011/Merhy-Silva, 2012 e 2014a e b), subdividiremos este item em dois subtópicos: II.1. Metodologia: métodos & técnicas e II.2. Resultados & Contribuições.

II.1. Metodologia: métodos & técnicas

³ A RENAST-SUS tem dois braços técnicos: os CEREST(s) e as Vigilâncias em Saúde.

Nossa caixa de ferramentas teóricas e operativas constituiu-se a partir do exercício da interdisciplinaridade⁴ (Vasconcelos, 2002) e da transdisciplinaridade⁵ na busca da “complementaridade metodológica” (Bosi *et al.*, 2010:p.323) no desenho de nossa *Avaliação Formativa*⁶ sustentada na *Pesquisa-intervenção*⁷ (Merhy-Silva, 2012:p.89).

Os sujeitos de nossa *avaliação formativa sustentada em uma pesquisa-intervenção* foram:

(1) trabalhadore(a)s dos serviços do SUS e do SUAS e trabalhadore(a)s-usuários destes serviços – trabalhadore(a)s-usuários-gestores dos serviços de assistência à Saúde do Trabalhador/Saúde Mental/Assistência Social;

(2) aluno(a)s-trabalhadore(a)s-estagiário(a)s⁸;

(3) representantes do Controle Social do SUS e do SUAS e

(4) trabalhadore(a)s-educadores-gestores de serviços de saúde, assistência, e educação (Merhy-Silva, 2012:p.100).

A complexidade do objeto e dos sujeitos da Saúde do Trabalhador, da Saúde Mental e da Assistência Social exige-nos a transformação de *grupos sujeitados* em *grupos sujeitos* (Guattari, 1977/2004; Guattari e Rolnik, 1996) no cotidiano dos serviços (Merhy-Silva, 2012:p.101).

⁴ Interdisciplinaridade também é entendida como “(...) o movimento de criação de uma zona de interseção entre [as disciplinas], para a qual um objeto específico seria designado (...)” (Passos e Barros, 2000:p.74). A interdisciplinaridade pode ser um espaço potencial “entre disciplinas, onde instrumentos, métodos e esquemas conceituais podem vir a ser integrados (Siebeneichler, 1989b apud Artmann, 2001:p.186). Interdisciplinaridade é “a interação entre diversas fronteiras de saber” (Vasconcelos, 2007/2002 1ªed: p.111). Uma noção mais ampla de interdisciplinaridade vai além da interação entre diferentes disciplinas; engloba campos de conhecimento e de prática bem como diferentes paradigmas ou modelos de conhecimento (Vasconcelos & Morgado, 2011: p.26).

⁵ A transdisciplinaridade é uma ampliação de campos teóricos, aplicados ou disciplinares. A transdisciplinaridade é uma atitude crítica à naturalidade da manutenção de fronteiras disciplinares, dos objetos e dos sujeitos desses saberes-poderes. Transdisciplinaridade, “(...) já que os limites entre as disciplinas é perturbado quando se coloca em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido. A noção de *transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos*, graças ao efeito de *desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos*” (Passos e Benevides Barros, 2000:p.76.Grifos nossos). Os campos trans “(...) representam a consolidação e estabilização no médio e longo prazo de práticas inter, reconhecidas como característica imprescindível da identidade e da estratégia de construção de um campo de saber, gerando cada vez maior autonomia teórica e operativa própria, às vezes até mesmo gerando novas identidades profissionais (...)” (Vasconcelos & Morgado, 2011: p.27). Exemplos de campos trans/práticas transdisciplinares: “(...) Em vários países ocidentais, os campos da ecologia e das políticas sociais podem ser considerados campos trans. No Brasil, temos outros exemplos de campos trans já consolidados, como a saúde coletiva (ligada ao movimento sanitário), a saúde mental (associada aos movimentos de reforma psiquiátrica e de luta antimanicomial), e de certo modo também a profissão de serviço social (que desde a década de 1970 vem consolidando um projeto ético-político de engajamento social, e que muito tem contribuído para a consolidação do novo projeto do Sistema Único de Assistência Social)” (Vasconcelos & Morgado, 2011: p.27).

⁶ *Avaliação Formativa* de acordo com: Gadamer, 1996; Ayres, 2004; Bosi e Uchimura, 2007; Merhy-Silva, 2012 e 2014. A aplicação do termo avaliação ao campo das políticas e programas de saúde pode assumir variados desenhos (Bosi & Mercado, 2004; Bosi & Mercado, 2006; Minayo, 2006), os quais devem incluir o caráter polissêmico da avaliação (Bosi & Uchimura, 2007:p.151; Vasconcelos *et al.*, 2008; Onocko-Campos *et al.*, 2012) (Merhy-Silva, 2012:p.93).

⁷ *Pesquisa-intervenção* de acordo com: Lourau, 2004; Aguiar & Rocha, 2007; Passos; Kastrup; Escóssia *et al.*, 2010; Passos & Benevides-Barros, 2010; Ministério da Saúde *et al.*, 2010; Merhy-Silva, 2012.

⁸ Aluno(a)s-trabalhadore(a)s-estagiário(a)s de universidades federais, principalmente dos cursos de Psicologia, Administração, Serviço Social, Saúde Coletiva, Enfermagem, Medicina, Educação Física.

Baseada na Análise Institucional [Socioanálise, Apoio Matricial e Institucional, Cartografia (Lourau, 1970 e 2004; Altoé et al, 2004;Guattari & Rolnik, 1996;Merhy, 2002; Kastrup et al.,2010; Abrahão, 2013)], na clínica da atividade (Clot, 2001 e 2010), na clínica ampliada (Campos, 2006) e em abordagens psicossociais e de empoderamento [Grupo de Ajuda e Suporte Mútuos (Vasconcelos, 2008)], esta *pesquisa-intervenção*⁹ (Passos & Benevides-Barros, 2010) utilizou, para a construção do Apoio Matricial¹⁰ e de uma Clínica Ampliada no âmbito da Saúde Coletiva, os seguintes dispositivos:

- a) Grupos Focais (Trad, 2007;Kind, 2004; Merhy-Silva, 2012);
- b) Grupos Operativos (Rivière, 2000);
- c) Grupos de Ajuda e Suporte Mútuos (Vasconcelos, 2008 e 2014);
- d) Intervenções e Supervisões Socioanalíticas¹¹ (Lourau, 1970 e 2004);

⁹ A sistematização de abordagens-ferramentas *inter* e *transdisciplinares/os* e arranjos metodológicos transdisciplinares que propomos estendem a produção do cuidado pós-nexo saúde doença mental e trabalho à equipes de CERESTs, de CAPS-RAPS e de Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NAFS (Portaria 154/2008 do Ministério da Saúde), na perspectiva da Estratégia de Saúde da Família/ESF, como um dispositivo voltado para a *atenção básica* de portadores de transtorno mental mais grave e de suporte para seus familiares no próprio local de moradia das comunidades (Vasconcelos, 2008). Abrahão (2013) aborda tais arranjos prático-conceituais para a gestão em saúde a partir da Análise Institucional destacando a relação entre gestão e subjetividade nas equipes de saúde.

¹⁰ Apoio matricial é ao mesmo tempo: 1) O Apoio Matricial em saúde é um arranjo organizacional para o trabalho em saúde (Campos, 1999) que prioriza o vínculo terapêutico entre equipe(s) e usuários.; 2) “*Apoio matricial e equipe de referência são, ao mesmo tempo, arranjos organizacionais e uma metodologia para a gestão do trabalho em saúde, objetivando ampliar as possibilidades de realizar-se clínica ampliada e integração dialógica entre distintas especialidades e profissões.* A composição da equipe de referência e a criação de especialidades em apoio matricial buscam criar possibilidades para operar-se com uma *ampliação do trabalho clínico e do sanitário, já que se considera que nenhum especialista, de modo isolado, poderá assegurar uma abordagem integral.* Essa metodologia pretende assegurar maior eficácia e eficiência ao trabalho em saúde, mas também *investir na construção de autonomia dos usuários.* Sua utilização como instrumento concreto e cotidiano pressupõe certo grau de reforma ou de transformação do modo como se organizam e funcionam serviços e sistemas de saúde. Isso indica a existência de dificuldades e obstáculos para a reorganização do trabalho em saúde a partir dessas diretrizes” (Campos e Domitti, 2007:p.400. Grifos nossos). 3) uma “nova lógica de produção do processo de trabalho onde um profissional atuando em determinado setor oferece apoio em sua especialidade para outros profissionais, equipes e setores. Inverte-se, assim, o esquema tradicional e fragmentado de saberes e fazeres já que ao mesmo tempo o profissional cria pertencimento à sua equipe, setor, mas também funciona como apoio, referência para outras equipes (MS, 2004:p.41-42); 4) um dispositivo de intervenção ligado à Análise Institucional (Merhy-Silva, 2012).

¹¹ Além das já enfatizadas supervisões administrativas (visando monitoramento de ações/resultados) e *supervisão técnica/profissional* (“visando o aprimoramento teórico, técnico e operativo, e o estudo de casos de usuários e de situações coletivas”) já em andamento, tais dispositivos devem ser capazes também de viabilizar a *supervisão estratégica* (“que problematiza a inserção da equipe e dos serviços no âmbito mais amplo dos caminhos estratégicos da política setorial específica e da rede de outras políticas e programas de outras áreas”); a *supervisão institucional* (“que busca elaborar os conflitos, as relações de poder e os atravessamentos que perpassam as equipes e os serviços”); e o que os autores chamaram de “*supervisão de suporte pessoal*” (no sentido de buscar elaborar o sofrimento psíquico do trabalho entre os membros das equipes). De acordo com os apontamentos levantados por estes autores, vale lembrar que a *supervisão socioanalítica* (Martin, 2000; Martin, 2004) é composta pelo *campo de análise* e *campo de intervenção* e que para ilustrar esta ideia de enquadramento da *supervisão socioanalítica*, Martin (2000) recorre ao que acontece com as bonecas russas que se vão encaixando umas dentro das outras para referir-se aos enquadres (socioanalítico, das instituições que estão sendo analisadas, da supervisão, etc.). Merhy-Silva (2006a) marca que as dimensões da(s) intervenção(ões) envolve a *dimensão socioanalítica* da “super-visão(?)” [que é atravessada por diferentes implicações ao apontar a supervisão como instituição (Coimbra;Benevides-Barros & Lobo, 1991)]; a *dimensão da gestão* (que abarca o espaço de gestão como intervenção) e a *dimensão pedagógica* (que combina autoanálise com auto-co-gestão). Frente à complexidade do trabalho em saúde, as *supervisões socioanalíticas* (= Análise Institucional Interventiva e Análise Institucional Socio-histórica) tem sido um excelente *dispositivo* para a capacitação, educação permanente e educação continuada das/nas equipes dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador/CERESTs , dos/nos Centros de Referência (Especial) em Assistência Social/CR(E)ASs (Vasconcelos & Morgado, 2005:p.43) e na produção de articulações entre os serviços – SUS e SUAS/Sistema Único de Assistência Social –, e entre trabalhador(a)s e trabalhador(a)s-usuários destes serviços (Merhy-Silva, 2008a;2008b;2012). As supervisões socioanalíticas

- e) Instruções ao Sósia; Autoconfrontações simples e cruzadas (Clínica da Atividade);
- f) Histórias de Vida e Histórias de Trabalho;
- g) Dinâmicas de Grupo (Lewin, s/d);
- h) Psicodrama Pedagógico (Moreno, s/d; Romaña, 2010);
- i) Sociodrama;
- j) Histórias em Quadrinhos (Merhy-Silva, 2012).

É importante salientar que esses dispositivos foram amplamente testados e desenvolvidos ao longo de mais de uma década envolvendo trabalhadore(a)s e usuários ligados ao SUS e ao SUAS (Merhy-Silva, 2012; 2013 e 2014).

II.2. Resultados & Contribuições

Dentre as contribuições mais relevantes da tese-intervenção no processo de institucionalização e expansão da RENAST-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS-SUS e do processo de institucionalização dos CR(E)AS-SUAS, destacamos:

1) Ao demonstrar diversas contribuições de abordagens psicossociais, da Clínica Ampliada e do Apoio Matricial (Análise Institucional) no processo de expansão da RENAST-SUS e no processo de institucionalização do SUAS, este trabalho coloca a produção do nexos e do pós-nexo causal, processos de trabalho e processos saúde-doença mental como centro da atenção integral à Saúde do Trabalhador e à Saúde Mental.

2) Ofereceu subsídios para a formação profissional, para a educação permanente e a educação popular em saúde, produzindo integração ensino-serviço(s).

3) Contribuiu para movimentos e atores sociais que atuam no âmbito da Saúde do Trabalhador, da Saúde Mental e do Serviço Social.

4) Serviu para apoiar processos de implementação de políticas públicas e sociais através de dispositivos psicossociais e estratégias de empoderamento de aluno(a)s-trabalhadore(a)s de Universidades Federais, usuá-rios-trabalhadore(a)s e trabalhadore(a)s (inclusive gestores) do SUS e do SUAS.

5) Ao demonstrar a prática de diversas abordagens psicossociais, abordagens grupais-institucionalistas, abordagens de empoderamento, clínica ampliada e clínica da atividade fomentando o Apoio Matricial e Institucional à RENAST-SUS, à RAPS-SUS e ao SUAS, esta pesquisa-intervenção é um exemplo ampliado de integração ensino-serviços na transversalidade entre políticas públicas-sociais e ilustra a intersectorialidade e

também tem sido um dispositivo potente na construção do *apoio matricial* em saúde (Campos, 1998; 1999;2001; 2003;Campos e Domitti, 2007; MS, 2004).

intrasetorialidade prescrita por tais políticas. Além disso, desenvolve um cuidado integral da/na atenção-gestão de serviços e sistemas tendo como prioridade trabalhadore(a)s, trabalhadore(a)s-gestores e usuários do SUS e do SUAS, no exercício do controle social em Saúde Mental e Saúde do Trabalhador.

6) Para encarar este desafio da/na integração ensino-serviço(s) –, produção da atenção integral a trabalhadore(a)s de Centro(s) de Referência em Saúde do Trabalhador/CERESTs-RENAS-T-SUS, articulando inter e intrasetorialmente uma política de promoção em saúde mental e prevenção aos transtornos mentais, em sua interface com a *Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho*, com a *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão/PNH-HumanizaSUS*, com a *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde* e com a Política Nacional de Assistência Social/PNAS–, temos desenvolvido uma *Rede de Suporte Mútuo aos trabalhadore(a)s-usuários e trabalhadore(a)s da RENAST-SUS e do SUAS na luta pela Saúde Mental do(s/as) Trabalhador(es/as) pré e pós-nexo causal*¹².

III. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partir de uma Análise Institucional Sócio-Histórica do processo de implantação dos CR(E)AS, propusemos a prática da Socioanálise entre Trabalhadores da Assistência-Equipes de Pesquisa e Usuários dos Serviços constituintes dos CR(E)AS/SUAS. Nosso desafio foi abordar a tensão entre as lógicas instituídas (epistemometodoLÓGICAS?) e as práticas de desinstitucionalização-instituintes através de intervenções concretas no âmbito das relações de trabalho. As práticas desenvolvidas apoiaram-se em diretrizes socioanalíticas: análise coletiva das ofertas-demandas-encomendas-implicações, auto(co)gestão-construção/intensificação de analisadores. Realizar a *Análise da Oferta e da Demanda* através desta *pesquisa-intervenção* traz contribuições da Análise Institucional ao processo de formação da Psicologia, da Saúde Coletiva, do Serviço Social, bem como ao processo de expansão da Rede de Assistência Social (SUAS)/ à Saúde do Trabalhador (RENAS-T-SUS)/à Saúde Mental (RAPS-SUS).

¹² A “*Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAS-T-SUS, da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS*” (Merhy-Silva, 2012/2014a e b; 2018) ficou “abarcada” no Projeto *Transversões* na ESS-UFRJ até 2013. Com a extinção de tal projeto, a partir de 2018, a referida rede passou a fazer parte do *Coletivo de Estudos e Apoio Paideia* no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

Apontar a possibilidade de construção de “pontes” entre o processo de implantação da RENAST/SUS e do(s) CR(E)AS/SUAS, abriu caminho para a *desalienação* do trabalho dos profissionais envolvidos nestes serviços, em busca de melhores condições de trabalho, uma vez que já é fato o alto grau de incidência de *Burnout*¹³ em trabalhadores/as em Saúde/Saúde Mental/Educação/Assistência Social.

Propiciar a inclusão do cuidado aos cuidadores (na prática dos serviços) é pois condição *sine qua non* para a conquista da melhor resolutividade dos serviços de assistência. Aliás, a garantia mínima dos direitos desses trabalhadores está relacionado ao financiamento da política do SUAS.

Articular Análise Institucional- Saúde Coletiva-Serviço Social (AI-SCO-SS) passa pela promoção do empoderamento em estabelecimentos-organizações, o que faculta explicitar questões que remetem à transversalidade entre a Assistência Social/à Saúde Mental do Trabalhador e aos entrecruzamentos de saberes-poderes que aí encontramos.

A partir das dificuldades/desafios/possibilidades levantadas através do processo de institucionalização da RENAST-SUS, pudemos trabalhar as afinidades com a implantação/monitoramento/avaliação/supervisão socioanalítica dos CRAS e CREAS/SUAS conjuntamente. Desafio este, – o da intersectorialidade –, previsto/prescrito tanto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) quanto pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

É possível aliar Educação em Saúde, Assistência, *Supervisão Socioanalítica e Validação Ampliada* de pesquisas-estudos-investigações-avaliações já realizadas até o momento, referentes ao processo de expansão da RENAST/SUS e do CR(E)AS/SUAS.

Em suma, a formação em Saúde [inclusive a do(a) Psicólogo(a)], em Serviço Social (e em demais Ciências Sociais Aplicadas) requer articulações inter e transdisciplinares na integração ensino-serviço(s), em direção a intervenções práticas de clínica ampliada-compartilhada e Apoio Matricial e Institucional na transversalidade entre políticas (sociais-)públicas e o diagnóstico e prognóstico em saúde mental; aí incluídas questões fundamentais para a produção do cuidado em busca da integralidade de ações coletivas na interface Saúde Mental-Saúde Coletiva-Serviço Social: ações de prevenção, proteção, promoção, assistência, vigilâncias à saúde, controle social, educação em saúde, reabilitação.

Assim, não basta que a formação em Psicologia apresente as principais abordagens psicológicas para os transtornos mentais. É de suma importância que pesquisas referentes à produção de saúde mental sejam apropriadas pelo(a)s aluno(a)s-trabalhadore(a)s,

¹³ Benevides-Pereira et al., 2002.

pelo(a)s trabalhadore(a)s-usuários dos serviços de assistência à saúde/saúde mental/assistência social, assim como pelos movimentos sociais, já que a (des)integração ensino-serviço(s) traz implicações nas políticas públicas e sociais e no acesso da população ao cuidado humanizado/desumanizado na “rede de saúde mental”.

Por tudo isso, o trabalho de Merhy-Silva é um exemplo prático do desenvolvimento de um cuidado integral da/na atenção-gestão de serviços e sistemas tendo como prioridade trabalhadore(a)s, trabalhadore(a)s-gestores e usuários do SUS e do SUAS, no exercício do controle social.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTOÉ, Sônia (Org). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BENEVIDES BARROS, Regina Duarte; MOURA, Arthur Hyppólito de; VASCONCELOS, Cipriano Maia de; PASCHE, Dario Frederico; ONOCKO-CAMPOS, Rosana & L'ABBATE, Solange. Análise do Trabalho Institucional nas Equipes dos Distritos Sanitários e no Hospital Mário Gatti de Campinas. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org.). *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003, p.167-185.
- BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Análise Institucional. In: *Revista Transversões*, n.1, v.1. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social da UFRJ, 1999.
- __. A Análise Institucional no Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 291-328.
- CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, Ana Carla. Apoio Matricial e Equipe de Referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev, 2007.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Apoio Matricial e práticas ampliadas e compartilhadas em redes de atenção. *Psicologia em Revista* (Online), v. 18, p. 148-168, 2012.
- CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C.M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Gestão, Atenção e Controle Social. In: *Physis-Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, n.14, v.1, p.41-65, 2004.
- L'ABBATE, Solange. Uma Reflexão sobre o Analisador Dinheiro num Trabalho de Longa Duração. In: ALTOÉ, Sônia; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Orgs.). *SaúdeLoucura 8: Análise Institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.79-100.
- MERHY, Emerson Elias. *O Conhecer Militante do Sujeito Implicado: O Desafio em Reconhecê-lo como Saber Válido*. Campinas, 2004 (mimeo).
- MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. O Uso de Ferramentas Analisadoras para Apoio ao Planejamento dos Serviços de Saúde: O Caso do Serviço Social do Hospital das Clínicas da UNICAMP (Campinas, SP). In: MERHY, E. E.; JÚNIOR, H. M. M.; RIMOLI, J.; FRANCO, T. B.; BUENO, W. S. (Orgs.). *O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 135- 160.
- MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. Sobre a produção de oferta/demanda em Análise Institucional no processo de implantação do Centro de Referência em Assistência Social-Sistema Único de Assistência Social/CRAS-SUAS. In: *1ª Jornada de Integração e Pesquisas Acadêmicas/JIPA do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008a.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. Desafios da intersectorialidade entre o(s) Centro(s) de Referência em Saúde do Trabalhador/CEREST(s), o(s) Centro(s) de Referência em Assistência Social/CRAS(s) e o(s) Centro(s) de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP(s). In: *I Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação em Serviço Social e I Seminário Latino-Americano de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2008b.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Considerações Socioanalíticas no/do processo de expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAST. In: *Anais do II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2008c.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Articulando Análise Institucional e Saúde do Trabalhador ao processo de implantação do(s) Centro(s) de Referência em Assistência Social-Sistema Único de Assistência Social/CRAS-SUAS. In: *Anais do II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2008d.

MERHY-SILVA, Fabiana Nunes. Políticas públicas intersectoriais entre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do trabalhador (RENAST/SUS), a rede SUAS e as formações profissionais: enfrentando desafios com trabalhadores-usuários do SUS-SUAS, alunos e profissionais da UFJF. In: *Anais (Eletrônico) do IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva: Compromisso da Ciência, Tecnologia e Inovação com o direito à Saúde*. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva - ISSN 1413-8123* (número suplementar da revista), Recife, 2009.

____. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (RENAST-SUS)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social. Projeto Transversões ("Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais")) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012a. In: MERHY-SILVA, F. N. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde /RENAST-SUS (2001-2011)*. Volume I. São João Del Rei: Editora UFSJ, 2014a. ISBN 978-85-8141-054-8. Volume II, 2014b. ISBN 978-85-8141-053-1.

____. *Contribuições para a construção de uma Clínica Ampliada e do Apoio Matricial na expansão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde/RENAST-SUS (2001-2011)*. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 2013, v.21,n.3, p.346-347.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Mundos Paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. In: JACÓ-VILELA, A.M. *et al. Clio-Psiquê – Histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999.

____. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Implementando o empowerment na prática: níveis de ação e exemplos em trabalho social e saúde mental. In: VASCONCELOS, E.M. *O Poder que Brota da Dor e da Opressão: Empowerment, Sua História, Teorias e Estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003, p.258-302.

____. As transformações da Clínica Psicológica convencional e o uso/apropriação de dispositivos grupais e institucionais. In: VASCONCELOS, E.M. *Abordagens Psicossociais I: História, teoria e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 2008 a, p. 59-70.

VASCONCELOS, Ed. M. (Org.). *Abordagens Psicossociais II: Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental na ótica da cultura e das lutas populares*. São Paulo: Hucitec, 2008 b.

____ *et al.* *Abordagens Psicossociais III*. São Paulo: Hucitec, 2008c.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Desafios políticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOTAS SOBRE REGIMES POLÍTICOS: reflexões a luz da “tradição marxista”

Gabriele Ponciano da Silva¹

RESUMO: Apresentaremos alguns elementos constitutivos do debate sobre regimes políticos a partir da elaboração de autores vinculados a “tradição marxista”. Tais elementos estão imbricados a análise sobre a questão do Estado nesta mesma tradição, isto é, que o Estado burguês é expressão concreta das relações de produção/reprodução da sociedade capitalista, de modo que, os vários regimes políticos que emergem no bojo da sociedade burguesa tem relação direta com o grau e a intensidade das lutas sociais que atravessam essa sociedade. Assim, explicitaremos as análises específicas sobre a caracterização dos regimes políticos que se expressam no curso do desenvolvimento do MPC.

PALAVRAS-CHAVE: Regimes políticos; Luta de classes; Modo de produção capitalista.

ABSTRACT: We will present some constitutive elements of the debate on political regimes from the elaboration of authors linked to the "Marxist tradition". These elements are interwoven with the analysis of the question of the state in this same tradition, that is, that the bourgeois state is a concrete expression of the production / reproduction relations of capitalist society, so that the various political regimes that emerge in the bosom of bourgeois society has a direct relation with the degree and intensity of the social struggles that cross that society. Thus, we will explain the specific analyzes on the characterization of the political regimes that are expressed in the course of the development of the MPC.

KEY WORDS: Political regimes; Class struggle; Capitalist mode of production.

¹ Assistente Social, Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia Duriguetto, e mail: gabriele.ponciano@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais, ênfase: Ofensiva do capital e lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns elementos que constituem o debate sobre regimes políticos presente em elaborações de autores vinculados a “tradição marxista”. Tais elementos estão imbricados a análise sobre a questão do Estado evidenciados na elaboração marxista bem como na “tradição marxista”, isto é, que o Estado burguês é expressão concreta das relações de produção/reprodução da sociedade capitalista, de modo que, os vários regimes políticos que emergem no bojo da sociedade burguesa tem relação direta com o grau e a intensidade das lutas sociais que atravessam essa sociedade. Assim, explicitaremos as análises específicas sobre a caracterização dos regimes políticos que se expressam no curso do desenvolvimento do MPC.

Como ressaltamos, a discussão dos regimes políticos perpassa a estruturação do Estado moderno, sobretudo, as mudanças designadas a este ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa direção, Paulo Netto (1990, p.71-2) demonstra como as relações de produção incidem na estrutura política;

[...]1º) há relações pluricausais e determinantes entre a estrutura econômica e o ordenamento político de uma sociedade historicamente situada; 2º) estas relações não se põem abstratamente, como se a estrutura econômica, em si mesma, constituísse um dado ontologicamente excludente, mas operam numa totalidade sócio-histórica cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas; e, 3º) no interior desta totalidade sócio-histórica, a rede multívoca e contraditória de mediações concretas que articula os processos sociais abre um leque de possibilidades para a emergência e a compatibilização de ordenamentos políticos com a estrutura econômica. Em suma, o que a pesquisa contemporânea, direcionada pela teoria social e controlada no tratamento de vasto material empírico pode assegurar é que, numa dada sociedade, uma determinada estrutura econômica pode imbricar-se congruentemente com ordenamentos políticos alternativos, cuja pluralidade, contudo, não é ilimitada.

As relações de produção incidem diretamente na esfera política, no entanto, para além das determinações econômicas, as determinações histórico-sociais também são cruciais para o direcionamento do ordenamento político, o que confere uma pluralidade e diversidade aos regimes políticos ao longo dos processos históricos das diferentes formações econômico-sociais. Considerando esses elementos, Paulo Netto (1990, p. 72) problematiza:

[...] Segundo me consta, não é objeto de polemização séria o fato de evolver destas sociedades comportar a sincronia entre estruturas econômicas essencialmente idênticas e ordenamentos políticos bem diversos [...] ninguém contesta que o sistema capitalista tem produzido e articulado distintos regimes políticos, compatibilizando, é verdade que diferencialmente, seus mecanismos estritamente econômicos com formas políticas muito variadas.

A partir do exposto elencamos algumas indagações reflexivas: Quais são os regimes políticos que se desenvolveram no processo de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista? O que estes precisam assegurar? Quais são os aspectos que os distinguem? Quais os momentos que evidenciam mudanças significativas nesses regimes? Como os elementos econômicos incidem na organização desses regimes políticos? Tais questões nos permitiram apresentar o nosso processo de apreensão e aproximação à discussão sobre regimes políticos no bojo da “tradição marxista”.

2. REGIMES POLÍTICOS: REFLEXÕES A LUZ DA “TRADIÇÃO MARXISTA”

Os distintos regimes políticos que se apresentam tanto a partir da democracia parlamentar burguesa como em formas de ditaduras militares, bonapartismo² e fascismo são formas concretas de tentativas de legitimação e preservação do Estado burguês. Quanto às diversidades desses regimes políticos Demier (2012, p.37) elucida:

[...] entendemos que nos regimes democrático-burgueses, podem ter lugar, entre tantas outras modalidades, governos liberais, conservadores (ambos mais ou menos reacionários), social-democratas e de *frente popular* (todos mais ou menos reformistas), assim como governos de aspirações aberta ou veladamente bonapartistas (os quais intentam, normalmente por intermédio de um golpe de Estado, promover uma mudança de regime). Já sob os regimes bonapartistas, observam-se governos que, pelas próprias características da conjuntura política em que se encontram (“crise de hegemonia”) e da formatação político-institucional na qual se inserem (especialmente, a hipertrofia do Poder Executivo, a fraqueza ou inexistência do Legislativo, e o forte peso político das FFAA e da burocracia), tendem a segui-lo e a buscar reforçá-lo, sendo, portanto, governos *arbitrais*, nitidamente bonapartistas.

Nos países de capitalismo tardio, tendo em vista o agudizamento das relações antagônicas entre as classes sociais, evidencia-se o erguimento de distintos regimes políticos. Tais regimes, ora são marcados pela abrangência do aspecto coercitivo/repressivo, ora nota-se a criação de um equilíbrio entre o consenso e coerção. Essas modificações não ocorrem de forma mecânica, mas expressam o grau e a intensidade da luta entre as classes fundamentais³, e, sobretudo o que esse processo

² [...] Indicamos em nossa síntese conceitual do bonapartismo que tal fenômeno deve ser apreendido fundamentalmente como um regime político que o Estado burguês pode vir a adotar em determinadas conjunturas da luta de classes [...] portanto, o bonapartismo seria uma espécie específica de arranjo político-institucional, uma formatação particular das engrenagens do Estado burguês surgida quando os meios de dominação política de tipo oligárquico ou democrático burguês mostram-se insuficientes e perigosos para a manutenção da ordem capitalista (DEMIER, 2012, p. 35).

³ [...] é precisamente o confronto político entre os sujeitos sociais que acaba por conferir ao Estado esta ou aquela modalidade de regime, este ou aquele tipo de governo. Portanto, a relação de forças entre as classes sociais – o que envolve suas diferentes capacidades mobilizatória e organizativa, o nível de disposição para a luta de cada uma delas, a viabilidade prática de seus projetos, estratégicas e táticas em determinado contexto nacional/internacional, assim como a qualidade de suas direções políticas (DEMIER, 2012, p. 42).

implica diretamente para as relações de produção e de reprodução do capital. Portanto, esses aspectos estão intrinsecamente relacionados à dinâmica econômico-social.

As modificações, mesmo as mais profundas, ocorrentes nas estruturas econômicas capitalistas, bem como o aparecimento de novas relações entre elas e os ordenamentos políticos, reforçam empiricamente esta linha de argumentação. Por exemplo: o que muitos denominam capitalismo monopolista de Estado (CME) é algo e diferente do capitalismo concorrencial de um século e pouco atrás, sem deixar, apesar disto, de enquadrar-se no modelo teórico do modo de produção capitalista; em face dele, o ordenamento político que era coroado pelo parlamento de corte liberal aparece como pouco viável; no entanto, mesmo esta nova estruturação econômica tanto engendra ordenamentos políticos tendencialmente autocráticos (culminando, por vezes, na instauração de formas políticas inteiramente fascistas) quanto pode integrar ordenamentos outros que não sacrifiquem necessária e substancialmente aquele elenco de direitos e garantias que foram formalizados no pensamento e na prática política da cultura ocidental desde a culminação da revolução burguesa – e que abrem a etapa da institucionalização da moderna democracia política, cujo traço distintivo é a fundamentação jurídica de liberdade. [...] No caso do chamado capitalismo monopolista de Estado, esta pesquisa põs em relevo que o fenômeno estatal (o problema do Estado em toda a sua extensão) adquire uma ponderação inédita, impensável mesmo na consideração das formações econômico-sociais capitalistas menos complexas, já que, hoje, é no âmbito do Estado que se jogam decisivas questões referentes à sorte das tendências alternativas de ordenamento político contidas nas determinações postas pela estrutura econômica (PAULO NETTO, 1990, p.72-3).

A institucionalização da moderna democracia política fundamenta a consolidação jurídica da liberdade – dentro dos limites do capital – a qual evidencia a criação de um equilíbrio entre consenso e coerção no exercício do poder do Estado caracterizado, por exemplo, pela socialização política, a qual é reflexo direto do avanço da organização da classe trabalhadora por meio de partidos políticos e sindicatos bem como na conquista gradual do sufrágio universal.

Essas modificações designadas ao Estado liberal clássico⁴ só puderam ser concebidas a partir do avanço da organização da luta das classes trabalhadoras que tencionaram a estrutura de sustentação desse Estado e exigiram mudanças, as quais podem ser verificadas nas conquistas democráticas que elencamos no parágrafo anterior. De modo que, [...] a democracia moderna só pode ser compreendida a partir das ideias e lutas da tradição democrático-socialista Losurdo (1992, p. 3 apud Duriguetto 2011, p. 290). Duriguetto (2011, p. 290) ainda ratifica:

A segunda metade do século XIX e o século XX se caracterizam pela contínua expansão de direitos políticos e sociais. As classes trabalhadoras e subalternas sempre estiveram na vanguarda da luta pela conquista e ampliação desses direitos. Foram as lutas dos trabalhadores pela extensão do sufrágio universal, pela fixação legal da jornada de trabalho, pela criação de sindicatos e pela formação de partidos políticos de massa (uma invenção das classes trabalhadoras, pois partidos eram, no início do liberalismo, simples “correntes de opinião” de grupos parlamentares)

⁴ O pensamento liberal, na sua origem teórica e política, esteve voltado para colocar limites ao Estado absolutista e para expandir e consolidar o poder econômico da burguesia. O liberalismo clássico tem, assim, seu conteúdo limitado ao Estado de direito (a partir da determinação de direitos considerados *individuais* e *naturais*). O liberalismo sempre defendeu um regime político que garantisse a limitação do poder político pela liberdade e pelos direitos individuais (considerados como *naturais*). Dentre esses, o direito de *propriedade* sempre foi o central (DURIGUETTO, 2011, p. 290).

que criaram as formas políticas democráticas que hoje coexistem (numa tensão entre integração e contradição) com as formas institucionais liberais oriundas das revoluções burguesas.

É a incorporação, pelo Estado, das pautas defendidas pelas classes trabalhadoras que corresponde ao avanço da função integracionista deste e que constitui a democracia moderna nos moldes do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Todavia, tais mudanças no ordenamento político não são estáticas.

Ao longo da sua evolução, matizada a partir das exigências oriundas do seu dinamismo intrínseco, as estruturas econômicas capitalistas, no plano concreto das particularidades histórico-sociais, sempre puderam articular-se com ordenamentos políticos alternativos. A decisão em favor de um ou outro ordenamento jamais foi uma simples função das variáveis econômicas: resultou sempre da mediação política (do complexo de mediações políticas) engendrada pela concorrência de múltiplas contradições, conflitos e lutas de classes e grupos sociais, e seus agentes políticos, que se posicionavam diferentemente em face daquelas variáveis. Na medida em que os ordenamentos políticos possíveis não colocavam em risco próximo e visível o cerne mesmo do sistema, este integrava e se articulava com aquele que se impunha como expressão da correlação de forças sociais em presença, gestando logo instâncias de reconversão estatais que, acopladas a mecanismos de ação social coativos, repressivos e legitimadores, coesionadores, contínuos, reiterados e formalizados (institucionais), garantiam a reprodução das relações viabilizadoras da dinâmica da estrutura econômica (PAULO NETTO, 1990, p.73-4).

Frente ao exposto, é evidente que a existência da democracia só foi possível através da resistência e luta dos trabalhadores, diante do Estado burguês, o que resultou na conquista dos direitos sociais, civis e políticos. Contudo, Demier (2017, p. 32-3) pondera que, a democracia enquanto um regime assumido pelo Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho.

A elaboração de Lênin demonstra enfaticamente os limites intrínsecos da democracia parlamentar burguesa, a qual serve exclusivamente para o exercício da dominação da classe detentora dos meios de produção, cuja expressão é evidenciada a partir do “uso do parlamento – ostensivamente, a instituição de representação democrática – como um meio de mistificar as massas e legitimar a ordem social controlada pela burguesia; o controle burguês do parlamento” Wright (1974, *apud* CARNOY1988).

O parlamento apresenta-se de forma mistificadora como o órgão básico do poder na sociedade, parecendo dirigir o Estado através dos representantes eleitos, quando de fato todas as decisões importantes são tomadas nos bastidores, pelos “departamentos, chancelarias e Estados-Maiores. Ao parlamento é dado tratar do objetivo específico de enganar as pessoas comuns” (Lenin 1965, 55). Além disso, o parlamento não é, na prática, nem mesmo um corpo representativo. “Se olharmos mais atentamente para o mecanismo da democracia capitalista, notaremos por toda a parte, nos ‘insignificantes’ – supostamente insignificantes – detalhes do sufrágio (qualificações residenciais, exclusão das mulheres, etc.) na técnica das instituições representativas, nos obstáculos reais aos direitos de reunião... na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc., - notaremos restrição à democracia” (Lenin, 1965, 104). Essas restrições, acrescidas à exploração capitalista dos modernos escravos assalariados (que os torna tão esmagados que eles não podem ser molestados pela democracia ou pela política)

excluem a maioria da população da participação na vida pública e na política (CARNOY, 1988, p. 82-83).

Ao ratificar os limites da democracia parlamentar burguesa, Lênin não deposita expectativas no ordenamento político vinculado ao modo de produção capitalista. Tal análise o conduz a conceber uma estratégia revolucionária que considera a necessidade de construção de uma democracia operária, a fim de suprimir os limites impostos pela democracia burguesa, ou seja, “uma democracia ampliada, além da mistificação do parlamentarismo burguês, até a participação do povo, em todas as instituições sociais” Carnoy (1988, p. 84). Compreendemos que, análise de Lênin apreende um momento específico e com particularidades próprias de um determinado período do desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como do exercício de poder do Estado burguês.

Em contrapartida, a conceituação de Gramsci quanto aos regimes políticos difere da elaboração leninista, dada a complexificação dos ordenamentos políticos. Pois, a conjuntura política, social e econômica que Gramsci apreende está marcada tanto por um processo de socialização política advinda de uma articulação entre consenso e coerção expressa pelo exercício do poder do Estado de seu tempo, quanto pela a experiência de presenciar o fracasso “de um movimento revolucionário das massas trabalhadoras e o início de um fascismo reacionário apoiado por grande parte da classe trabalhadora” Carnoy (1988, p. 89-90).

Destarte, Gramsci considera que os regimes políticos expressam a contradição entre as classes sociais e mesmo contendo uma hegemonia de classe, não significa que esta não possa ser contrariada por processos contra hegemônicos. Essa tendência da análise gramsciana compõe sua estratégia revolucionária, a qual foi designada por ele como “guerra de posição”.

A argumentação gramsciana considera que as condições para uma revolução operária efetiva e que apreenda a complexificação do Estado burguês, podem ser criadas no seio da estrutura dos regimes políticos evidenciados nesse Estado, ou seja, essa estrutura pode ser utilizada para o fortalecimento dos setores subalternizados em um momento anterior ao avanço de uma ruptura total com a hegemonia burguesa.

A partir desses elementos, compreendemos que a tradição marxista, ainda que com distinções, apreende os limites impostos aos regimes políticos de natureza burguesa, ou seja, consideram que os regimes que se desenvolveram na sociedade burguesa comportam as contradições inerentes à esta ordem e têm como principal objetivo preservar as relações de produção correspondentes à sociedade do capital. Portanto, a tradição marxista vislumbra a superação concreta dos regimes políticos desenvolvidos no bojo da sociedade burguesa.

Em caminho oposto à abordagem identificada na tradição marxista, nota-se elaborações que conceituaram o desenvolvimento da democracia a partir de prismas diferentes, que reforçam um regime democrático que legitima os princípios burgueses. De acordo com Duriguetto (2011, p. 292) destacam-se, nessas abordagens, a perspectiva *elitista, pluralista, a democracia participativa e democracia como a ampliação da esfera pública*. A autora ainda enfatiza que, essas elaborações definem, respectivamente, a democracia como um mecanismo estritamente procedimental, ou seja, esta limita-se à disputa entre diferentes elites renováveis periodicamente por meio das eleições; a democracia se faz pela existência de vários grupos que defendem seus interesses particulares e que adquirem influência sobre o sistema político por meio da articulação de suas demandas que são incorporadas junto aos mecanismos institucionais de representação, ou seja, incidindo na tomada de decisões políticas; a perspectiva da democracia participativa, ao opor às abordagens elitistas e pluralistas, considera que a democracia se faz por meio da participação mais efetiva dos sujeitos sociais nas diferentes instâncias políticas de discussão de assuntos públicos, isto é, a dinâmica democrática estaria centrada na influência que os sujeitos coletivos pudessem exercer sobre o aparato estatal; e por fim, a perspectiva que compreende a democracia como a ampliação da esfera pública, a partir da elaboração de Habermas, que tem como preocupação central criar uma perspectiva para a ampliação de arenas sociais participativas e solidárias face à diminuição dos espaços sociais para a prática democrática.

Em síntese, essas elaborações não põem em questão os limites impostos ao desenvolvimento da democracia na sociedade burguesa, pois não consideram as incidências estabelecidas pelas relações de produção na sociedade do capital. Nessa direção, Duriguetto (2011, p. 295-6. Grifos da autora) faz a seguinte análise:

Esses diferentes modelos de democracia, guardadas suas diferenças processuais, despojam a democracia de qualquer dimensão econômica, ou seja, desconsideram que não há democracia substantiva onde existe desigualdade material. A democracia no capitalismo só é compatível com ordenamentos políticos democráticos formais e restritos, compatíveis com a manutenção da propriedade privada e da desigualdade social.

Frente ao exposto, podemos considerar que a democracia possível nos moldes do modo de produção capitalista só pode ser concebida a partir de uma legalidade formal e restrita, a qual prevê sempre como prioridade a manutenção da propriedade privada e, consequentemente, da desigualdade social.

[...] A análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra inofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um *limite absoluto*: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção – a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método [...] as estruturas

econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite restritos, e manter esta restritividade é, para elas, questão vital. Não é uma casualidade, pois, que historicamente a prática política das classes e grupos sociais para o quais a liquidação das estruturas capitalistas constitui o limiar em que se perfila a possibilidade concreta e objetiva de um exercício pleno e real da participação social e política tenha sempre apontado para a ultrapassagem da limitação política da democracia moderna pela via mesmo da luta pela universalização do ordenamento democrático (PAULO NETTO 1990, p.76-77).

Considerando que a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método, tal estrutura apenas comporta formas concretas de regimes que não desempenham um risco para o processo de produção e reprodução do capital, ou seja, que possuam um limite de restritividade⁵. Todavia, esse limite reflete as relações antagônicas entre as classes sociais, o qual pode ser evidenciado em momentos distintos que demonstram a incidência de maior ou menor grau de restritividade da democracia-método.

[...] o espaço social que os ordenamentos políticos democráticos articulados a estruturas econômicas capitalistas viabiliza é preenchido e ocupado por complicados movimentos através dos quais os agentes políticos das classes e grupos sociais empenhados na manutenção do sistema manipulam os mecanismos sociais de forma a sempre poder garantir a passagem destes ordenamentos a outros, como maior ou menor grau de restritividade, desde que compatíveis com as exigências elementares da estrutura econômica. Isto significa que quando a democracia política se torna obstáculo para a manutenção (ou reconversão) do sistema, os seus beneficiários articulam respostas restauradoras e/ou reacionárias (que podem chegar ao limite historicamente conhecido da restritividade sob o capitalismo monopolista: o fascismo). O mesmo espaço é ocupado também pela movimentação das classes e grupos sociais empenhados na liquidação do sistema, que apostam na universalização dos institutos democráticos porque é a sua consolidação generalizada que, além de outras implicações fundamentais, conduz os agentes políticos das classes e grupos sociais dominantes ao impasse: a universalização e a consolidação dos institutos democráticos tornam cada vez mais onerosas, em termos de médio e longo prazos, as respostas restauradoras e/ou reacionárias – e isto porque a validação societária destas respostas, em contextos de democracia política consolidada, torna-se progressivamente problemática. Em síntese, a universalização e a consolidação dos institutos democráticos permitem às classes e grupos sociais anticapitalistas reduzir substancialmente a legitimidade e a viabilidade das respostas tendentes a acentuar os graus de restritividade (PAULO NETTO, 1990, p.77-8).

Tal como supracitado, a democracia-método é essencialmente limitada, no entanto, as contradições inerentes à sociedade burguesa possuem significativo efeito sob esta, o que pode repercutir tanto em avanços concretos para os interesses dos setores subalternizados quanto em manobras para a manutenção e fortalecimento das relações de produção do modo de produção capitalista. Contudo, embora a democracia-método se apresente como um espaço de disputa entre as classes antagônicas, a possibilidade de supressão desses elementos restritivos pressupõe a superação dessa democracia-método, constituindo uma democracia-condição social, pois esta

[...] não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento *societário* em que *todos*, a par da livre

⁵ Assim, a democracia é aceita e promovida pelos grupos hegemônicos desde que permita a manutenção dos interesses do capital, legitimando as estruturas dominantes (DURIGUETTO, 2011, p. 291).

expressão de opiniões e opções políticas e sociais; tem iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. Esta distinção, por mais singela que possa parecer à primeira, é de capital importância, e por vários motivos. Em primeiro lugar, evidencia a complexidade das conexões entre estrutura econômica e ordenamento político, na medida em que a natureza essencial do ordenamento democrático não é nem um *a priori* nem um *a posteriori*, mas resulta das mediações das lutas sócio-políticas – e tanto que a democracia-método pode não ser dada simultaneamente à democracia-condição social. Em segundo lugar, explicita nitidamente as razões que levam o pensamento socialista revolucionário, desde a sua gênese, a criticar duramente o ordenamento democrático articulado com as estruturas capitalistas: precisamente o fato de ele ser *insuficientemente* democrático, restringindo-se à democracia-método. Em terceiro lugar, patenteia que é a conquista da democracia-condição social que organiza um ordenamento sócio-político que inaugura etapa de desenvolvimento da sociedade humana onde a promessa de felicidade contida na projeção socialista revolucionária pode realizar-se – já que a democracia-condição social leva a cabo a destruição do caráter alienado do poder político, criando as condições para a superação do Estado e o desaparecimento da separação governantes-governados (PAULO NETTO, 1990, p.85).

A configuração da democracia-condição social reside na possibilidade de conquista de uma hegemonia da classe trabalhadora, ou seja, a formação efetiva de uma contra hegemonia, ainda nos moldes de uma democracia-método, mas que ao conquistar hegemonia incide diretamente em seu aspecto restritivo e cria as condições para o avanço e efetivação de uma revolução socialista.

O pensamento socialista revolucionário situa a democracia-condição social como um *objetivo-meio*, para cuja colimação a democracia-método é um instrumento privilegiado e insubstituível. Para este pensamento, que põe como objetivo-fim do processo revolucionário a *criação de novas relações sociais*, a democracia, qualquer que seja a sua natureza, *não é degradável ao estatuto de expediente tático e permutável no bojo do processo revolucionário*, inserindo a totalidade deste processo as exigências democráticas para transformá-las, através de uma mudança qualitativa, em realidades democráticas de condição social, o pensamento socialista revolucionário atribui-lhe (à democracia) um *valor instrumental estratégico* (PAULO NETTO, 1990, p.85-6)

Assim, a democracia, independente de sua natureza ou tendência, se apresenta como uma forma concreta de criação das condições que podem conduzir à superação das relações contraditórias inerentes a sociedade capitalista. Todavia, o desenvolvimento da democracia-método apresenta aspectos particulares quando consideramos, por exemplo, a sociedades de capitalismo dependente.

A originalidade da instauração do ordenamento capitalista em nossos países em face do padrão “clássico” europeu-concorrencial responde – em cada um deles diferencialmente, segundo as suas especificidades nacionais – pela peculiaridade do desenvolvimento dos capitalismo latino-americanos (sem reformas democráticas – por exemplo, integrando o latifúndio) e pela funcionalidade singular dos Estados que nossas burguesias puderam (e quiseram) erguer: Estados que devem assegurar a heteronomia econômica (a subordinação ao imperialismo) pela exclusão das massas (a anti-democracia nas suas formas mais variadas, das puras e simples autocracias e regimes de participação restrita) (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

Nos países de capitalismo dependente, evidencia-se a dificuldade de desenvolvimento pleno da democracia-método expresso por entraves históricos visando à retenção máxima de uma socialização política. Ou seja, esses países possuem elementos

particulares, pois estão marcados pelo fator autocrático, pelo conservadorismo, bem como e pela irrestrita neutralização constante diante de processos revolucionários.

Em síntese, entre nós, os projetos burgueses estiveram sempre divorciados do pacto democrático. A institucionalidade democrática sob dominação burguesa não passou nunca de expediente tático nos conflitos para a instauração e/ou a consolidação do ordenamento capitalista (v.g., as conjunturas de enfrentamento entre empresário urbanos e latifundiários) ou para encontrar formas de associação menos onerosas com o imperialismo (v.g., os movimentos nacionalistas hegemônicos por setores burgueses) (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

A apreensão da particularidade do desenvolvimento da democracia nos países de capitalismo dependente é imprescindível para a garantia de uma análise fidedigna aos processos que estão imbricados nessas sociedades, sobretudo para avançar em estratégias eficazes que possam incidir na estrutura contraditória do modo de produção capitalista.

Se se leva sem conta [...] o processo histórico de formação das nossas sociedades, arrancando dos vínculos coloniais e dos padrões escravocratas e de exploração e opressão de grupos étnicos não-brancos, mas sem superá-los efetivamente, compreende-se melhor a impermeabilidade dos projetos burgueses aos valores e práticas democráticos (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

A impermeabilidade dos projetos burgueses nos países de capitalismo dependente reside no fato das classes detentoras perpetuarem as relações estabelecidas no período colonial/escravista, ou seja, não é verificável no curso da história dessas sociedades uma ruptura concreta com esses padrões. Diferente dos países de capitalismo tardio em que o desenvolvimento da democracia possibilitou avanços significativos para a organização dos setores subalternizados, “a democracia política, entre nós, ergue-se não a partir de componentes dos projetos burgueses, mas contra eles” Paulo Netto (1990, p.120). Assim, “o padrão de desenvolvimento do capitalismo na América Latina não propiciou a consolidação de uma tradição cultural democrática” (Idem).

3.CONCLUSÃO

Considerados esses elementos sobre os regimes políticos desenvolvidos na sociedade burguesa, bem como as suas tendências e particularidades, nos é verificável que esses regimes se desenvolveram no curso da história com especificidades vinculadas à ordem econômica, política, social e cultural. Notamos, sobretudo, que é o grau e a intensidade da luta entre as classes fundamentais, no bojo das relações de produção e reprodução do capital, que é capaz de determinar o direcionamento ou redirecionamento desses regimes políticos que podem se expressar por meio de uma democracia parlamentar, ou por ditaduras militares, bonapartismo, fascismo, ou mesmo a combinação entre tais formas.

Em suma, independente da forma que se expressam, tais regimes políticos objetivam assegurar a preservação da propriedade privada. Assim, a democracia possível nos moldes do modo de produção capitalista só pode ser concebida a partir de uma legalidade formal e restrita. De modo que, no atual contexto de avanço do neoliberalismo articulado a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, Demier (2017) nos chama a atenção para a tendência de ampliação máxima da restritividade de democracia burguesa, vinculado a um processo de blindagem desta forma de dominação, o qual configura uma constante impermeabilidade do Estado às pautas dos segmentos subalternizados pelo processo de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1988.
- DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DEMIER, F. A. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- DURIGUETTO, M.L. Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista. **In: Emancipação, Revista PPGCSA/UEPG**. Ponta Grossa-PR, v. 11 n 2, p. 289-300, mai-ago, 2011.
- PAULO NETTO, J.P. **Democracia e transição socialista. Escritos de teoria política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

**A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/
RJ:**

auto-organização e luta por direitos

Marília de Oliveira de Sousa¹

Paula Martins Sirelli²

Gabrielle Gomes Ferreira³

Eixo: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

Resumo: O artigo aborda a resistência das mulheres no município de Rio das Ostras contra as formas de violência e opressão, resgatando a história de três experiências de auto-organização: Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras, Grupo das Minas, Setorial de Mulheres do PSOL - importantes referências na luta das mulheres na cidade. Uma breve passagem no contexto sócio-histórico das relações sociais de sexo permite explicar os altos índices de estupro no município. Na direção contrária a cultura patriarcal e machista, trazemos a resistência dos movimentos feministas e iniciativas de mulheres que vem lutando pela conquista de direitos e igualdade.

Palavras-chave: Violência de Contra a Mulher. Feminismo. Movimento de mulheres

Abstract: The article discusses the resistance of women in the municipality of Rio das Ostras against violence and oppression. A brief passage in the socio-historical context of the social relations of sex allows to explain the high rates of rape in the municipality. In the opposite direction of the patriarchal and sexist culture, we bring the resistance of the feminist movements and initiatives of women that have been fighting for the conquest of rights and equality for women, as the example of the Movement Coming of Rapes in Rio das Ostras, the Sector of Women of the PSOL, important references in the struggle of women in the city.

Keywords: Violence Against Women. Feminism. Women's movement

A violência sofrida por mulheres é um tema bastante debatido em diversos espaços, e não por acaso. No ano de 2015, foi traçado um mapa da violência contra as mulheres, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com a ONU-mulher, OMS e com a Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal e revelou que o Brasil é o 5º país do mundo com maior número de violência contra a mulher, onde a cada meia hora uma mulher é vítima de feminicídio. O estado do Espírito Santo contabiliza o maior número de violência contra a mulher dentre os estados brasileiros, o Rio de Janeiro está em 4º lugar neste ranking com taxa de 6,8/100 mil habitantes. Discutir o tema da violência contra a mulher é necessário para que possamos vislumbrar estratégias de resistência e enfrentamento deste tipo de violência que está intrinsecamente ligado à lógica mercadológica do sistema capitalista.

O número alarmante de mulheres vítimas de violência se configura como uma

¹ Assistente Social formada pela UFF Rio das Ostras. E-mail: o.sousamarilia@gmail.com.

² Assistente social, professora do curso de serviço social da UFF Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social pela UERJ. E-mail: paulasirelli@yahoo.com.br.

³ Assistente social na Prefeitura de São Pedro da Aldeia, professora do curso de serviço social da UFF Rio das Ostras. Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: asgabrielleferreira@gmail.com.

expressão da “questão social”⁴, consequência das relações sociais desiguais estabelecidas no modo de produção vigente, que traz consequências reais para a vida da classe trabalhadora devido a contradição da relação capital x trabalho, que produz as mais diversas mazelas próprias das relações desiguais presentes neste modo de produção. A instauração de uma sociedade patriarcal⁵ foi (e continua sendo) muito útil para a manutenção deste modo de produção e tem como grave consequência a objetificação da mulher, ou seja, a ideia de que as mulheres são, de diversos modos, submetidas às vontades do patriarcado, feitas para satisfazer seus prazeres e “cuidar” de seus filhos, dificultando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, etc. e contribuindo para o aumento dos diversos tipos de violência cometidos contra elas.

O estereótipo de que a mulher é o sexo frágil, que precisa ser “cuidada” e “protegida” corroboram com a sensação de poder dos homens e, conseqüentemente, favorece o surgimento das relações abusivas e violentas. Outra consequência das relações sociais de sexo, estabelecida nesta ordem societária, é a coisificação⁶ da mulher, fruto da sociedade capitalista que acaba por tornar-nos todos produtos a serem comercializados. As relações sociais de sexo, segundo Cisne (2015) representam “relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe”, a autora afirma que a utilização e compreensão de “relações sociais de sexo” ao invés de “relações de gênero” nos permite ampliar o conceito em torno da desigualdade e opressão entre os sexos, raça e classe. Visto que a categoria gênero, muitas vezes, “é destituída da noção de hierarquia presente na relação entre os sexos e das outras desigualdades estruturantes”.

Estas relações, a construção do que é tido como feminino e masculino, naturalizam as desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres, com um claro objetivo econômico e político, de perpetuar a exploração de classe e as opressões de sexo. Entender a violência contra as mulheres como resultado destas relações é fundamental, buscando elementos que nos ajudem a entender a realidade onde estas violências se

⁴Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

⁵Saffioti (2004) e Cisne (2015) trabalham o conceito de patriarcado, como resultado da propriedade privada. As autoras ainda evidenciam, como o capitalismo se apropriou deste sistema de dominação para subjugar as mulheres como forma de perpetuar a exploração de classe. Segundo Saffioti (2004) o patriarcado consiste em um sistema de dominação masculina que sujeita as mulheres em objetos sexuais, por meio do “contrato original”, que determina a liberdade do homem e a sujeição da mulher nesta sociedade - a autora afirma que “não se trata de uma relação privada, mas civil que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição.” (p.57)

⁶ Conferir Sousa e Sirelli (2008).

perpetuam, fazendo uma relação com a escassez de políticas que visam assegurar maior proteção para as mulheres, bem como as formas de resistência dos movimentos de mulheres, que vem lutando arduamente para a conquista de direitos - mas que ainda encontram muita dificuldade e reconhecimento mesmo entre as mulheres.

No caso das mulheres, a constituição patriarcal e a divisão sexual e racial do trabalho impõe uma exploração mais acentuada, visto que, à mulher na sociedade contemporânea cabe tanto o trabalho no campo da produção material - a inserção no mercado de trabalho, como o trabalho reprodutivo - o trabalho doméstico, o cuidado com a casa, filhos, marido, idosos etc. As mulheres recebem menos que homens no desempenho das mesmas funções, estão nos empregos mais precarizados e ainda são responsáveis pelo cuidado e manutenção da força de trabalho masculina – estando elas responsáveis pelo cuidado e educação, tanto no âmbito privado, como no exercício de profissões tipicamente exercida por mulheres como a enfermagem, a pedagogia, entre outras. (CISNE, 2015). De acordo com a autora:

O modo de produção doméstico” é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem baixos salários e são desvalorizadas”. (CISNE, 2015, p. 72)

Diante do exposto, percebemos que as mulheres são úteis para a manutenção do modo de produção capitalista e a sua “desvalorização” em relação ao homem contribui para que haja força de trabalho barata, ao mesmo tempo em que a subserviência da mulher ao homem contribui para a reprodução da força de trabalho devido ao cuidado administrado pela mulher que garante mão de obra saudável, alimentada e vestida.

Neste artigo, nos propomos a analisar a violência vivenciada e sofrida pelas mulheres nesta sociedade que atinge (de diferentes formas⁷) a todas as mulheres, fruto de uma cultura que tende a caracterizá-las como “inferiores”, onde mesmo com todas as conquistas legais e materiais obtidas por meio de lutas ainda estão longe de uma “igualdade” ou dos privilégios básicos que gozam os homens. Nos subitens que seguiremos a discussão para a realidade de Rio das Ostras/ RJ, observando como reflete no cotidiano esta expressão da questão social.

Abordaremos ainda os movimentos de mulheres como forma de resistência à realidade de desigualdade e violência a que as mulheres estão submetidas, lutando pelos direitos e por igualdade dentro desta sociedade, agregando pautas comuns a todas com demandas específicas de cada grupo.

⁷ A violência contra as mulheres atinge a todas as mulheres, mas é mais sentida pelas mulheres negras e pobres. Apesar de ser uma discussão importantíssima, não pudemos aprofundá-la aqui pelos limites do artigo.

A pesquisa foi baseada no método materialista histórico dialético de Marx, que “propõem abordagem dialética [...] pois junta a proposta de analisar o contexto histórico, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (Minayo, 2012. p. 24). Segundo Saffioti (2004) e Cisne (2013), o tema desde trabalho tudo tem a ver com a base material, ou seja, a forma com que a nossa sociedade está dividida e o modo de produção vigente, visto que as ideias por si só não produzem a desigualdade - a base material sim. Apresentamos dados coletados por órgãos que expressam os números dos diversos tipos de violência cometidos contra as mulheres no município de Rio das Ostras. Voltamos então o foco para as respostas a estes diferentes tipos de violência pelos movimentos coletivamente organizados pelas mulheres na cidade. Realizamos um questionário temático, com roteiro estruturado, instrumento utilizado com objetivo de conhecer e analisar a importância das iniciativas e movimentos organizados por mulheres na luta por direitos. Deste modo, o critério de escolha das entrevistadas foi: representantes de iniciativas/movimentos ativos no município. Os movimentos escolhidos foram: O Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras (MCE), o Coletivo das Minas e o Setorial de Mulheres do Psol. O questionário foi enviado por e-mail, respondido e enviado de volta pelas entrevistadas. Trabalhamos, assim, com a transcrição literal das falas para analisar os dados. As entrevistadas permitiram a identificação de seus nomes neste trabalho, uma vez que as mesmas são conhecidas referências políticas ligadas ao Movimento.

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER E RESITÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

Para entendermos a demanda dos altos números de violência contra as mulheres ocorridas em Rio das Ostras é preciso resgatar um pouco do contexto histórico político-econômico do município, e suas particularidades. Situada na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro, Rio das Ostras vem passando por intensas transformações, que vem desde a sua emancipação do município de Casimiro de Abreu no ano de 1992 até o seu rápido crescimento populacional: fenômeno que atingiu os municípios ao redor do Eixo Campos-Macaé devido ao crescimento da oferta de emprego a partir da instalação da indústria petrolífera na região (SIRELLI, 2012).

As mudanças ocorridas com a implementação da indústria petrolífera se refletem diretamente no número de pessoas migrando para o município em busca de oportunidade de emprego e melhoria de vida. Rio das Ostras teve quase que triplicado o seu número de habitantes em um período de 10 anos, o que acarreta uma maior procura por serviços públicos de saúde, educação, assistência social, transporte, etc. Dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, apontam que o município é composto por 105.676 habitantes. Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de 69.257 pessoas. Rio das Ostras apresenta um aumento em 190,17% de sua

população se comparado ao último censo (2000), crescimento muito superior à média do Estado do Rio de Janeiro (11,1%) e a do Brasil (12,3%)⁸.

A realidade atual é que com o crescimento exponencial, a crise que atinge a classe trabalhadora e uma administração pública que segue a lógica neoliberal, o que percebemos é um desmonte dos serviços públicos oferecidos, desemprego, vínculos empregatícios precários, aumento da pobreza, da criminalidade e do tráfico de drogas, entre outras expressões da questão social.

A violência contra a mulher é uma dessas manifestações da questão social que chama a atenção no município, principalmente a violência sexual, que tem números alarmantes de notificações. De acordo com o Dossiê Mulher 2016, no estado do Rio de Janeiro mais de 4mil mulheres foram vítimas de violência sexual no ano de 2015. No período de 2013-2014 e o município de Rio das Ostras se encontra na segunda área do estado (junto com os municípios de Macaé, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus) com maiores taxas de mulheres vítimas de estupros (8,5 vítimas a cada 10.000 mulheres residentes). (Dossiê Mulher, ISP-RJ, 2015, p.30-31)

Segundo o ISP-RJ, em Rio das Ostras, os casos de estupro denunciados aumentaram aceleradamente nos últimos anos. Em 2015, no entanto, observa-se uma queda no número de estupros denunciados (com 53 casos), sendo que esta queda é característica de todos os municípios da Região dos Lagos ainda assim, Rio das Ostras supera os números de uma cidade populosa como Macaé (que teve 46 casos em 2015)⁹.

Mesmo diante de todos esses casos de violência sexual, a cidade ainda não conta com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), com Juizados especializados no atendimento às mulheres e carece bastante de organismos de política pública para as mulheres. O que temos hoje em funcionamento é um Núcleo de Atendimento à Mulher¹⁰ (NUAM) e o Centro de Referência Especializado em assistência Social (CREAS) que realiza atendimentos especializados às mulheres vítimas de violência doméstica. Somente em abril de 2019 foi reinaugurada o CEAM (Centro especializado de atendimento a mulher), importante equipamento que ficou fechado por aproximadamente 3 anos.

Como uma tentativa de superação da dominação imposta pelo sistema patriarcal, as mulheres vem se organizando na luta por igualdade, liberdade e contra as opressões e violências a que estão submetidas. À luz

⁸Dados Populacionais de Rio das Ostras de 1996 – 2016. Disponível em: <http://www.riodasostbras.rj.gov.br/dados-do-municipio.html>

⁹Dados levantados pelo MCE- R.O.

¹⁰ Cabe aqui ressaltar, que a instauração da NUAM junto ao 128º DP é fruto de ações do Movimento Chega de Estupro e da organização de mulheres do município.

de Cisne (2015) entendemos que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, porém nem todo movimento de mulheres necessariamente é feminista, visto que, até mesmo pelo estigma que sofre o termo feminismo (e, conseqüentemente, quem milita no movimento que se propõe a ir contra o patriarcado) muitas mulheres não se identificam enquanto feministas, mesmo formando grupos ou movimentos com propostas que envolvem pautas em comum com o movimento feminista. Aqui trataremos sobre o movimento feminista englobando movimentos e iniciativas de mulheres que, mesmo não se identificando como feministas, levantam bandeiras de lutas que visam garantia de direitos de igualdade, conquista da liberdade sobre o corpo, orientação sexual, entre outras pautas contra a dominação e opressão da mulher nesta sociedade.

Como forma de resistência a esta forma de organização societária, que naturaliza a exploração e dominação de classe, de raça e de gênero, o movimento feminista vem se organizando e atuando na luta pelos direitos das mulheres. Pois é importante ressaltar que não basta a superação do capitalismo para que se reestabeleça uma relação igualitária de poder entre os sexos. Precisamos ter em mente que esta luta não está descolada da luta por igualdade de classe e igualdade racial, pois, se há opressão para as mulheres, mulheres pobres sofrem mais e mulheres pobres e negras ainda mais (54,2% dos casos).

De acordo com a autora, quando a mulher se percebe enquanto sujeito de direitos, ela rompe com a naturalização da subserviência que lhe é atribuída. A mulher passa a ter voz, a não se calar. Essas modificações possibilitam a ocupação dos espaços público-políticos e provocam transformações também nos espaços privados. Não é fácil ir de encontro ao que está naturalizado nesta sociedade. Fazemos parte de uma realidade que aliena, contudo, a tomada de consciência é essencial para chegar a dimensão coletiva da consciência militante, possibilitada pelos movimentos de mulheres (CISNE, 2015) e só por meio desta consciência coletiva e da auto-organização que podemos vislumbrar alguma mudança nas relações sociais estabelecidas.

Neste sentido, para entendermos os movimentos de resistência ao sistema capitalista-patriarcal (e tudo o que ele representa) presentes no município de Rio das Ostras, realizamos, no ano de 2017, um questionário temático, cujo critério de escolha das entrevistadas foi: representantes de iniciativas/movimentos ativos no município. Pretendemos com esta análise compreender a importância da auto-organização das mulheres; analisar as resistências e subordinações frente ao sistema patriarcal-capitalista e identificar as principais conquistas e desafios dos movimentos. São eles:

Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras: foi criado em 2013 como um movimento social engajado junto a outros movimentos e órgãos municipais no enfrentamento à violência contra a mulher. Realizam um

trabalho não só de luta contra a violência no município, mas que também traz visibilidade para a temática do estupro e da violência contra a mulher, e por meio de suas ações conseguem propor um diálogo sobre estas questões que permeiam o cotidiano da cidade, trazendo reflexão e incentivo a denúncia de qualquer tipo de violência, mas principalmente à violência sexual que tem um traço forte nesta região.

Setorial de Mulheres do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) – Rio das Ostras/RJ: surgiu em Rio das Ostras, mais ou menos em 2010, após a fundação o partido na cidade e da filiação de companheiras que iniciaram a militância na região.

Coletivo das Minas: surgiu em 2014, por meio da rede social Facebook, devido a um acontecimento de assédio entre dois estudantes (exposto em um grupo amplo na referida rede social). O caso foi denunciado e a vítima culpabilizada. Este fato despertou a necessidade de comunicação entre as mulheres sobre o acontecimento, de forma a facilitar o acolhimento e denúncias para casos semelhantes. O grupo cresceu rapidamente e as redes sociais ficaram insuficientes e inseguras devido aos crescentes relatos de agressão, assédio e violência por parte das alunas integrantes, que envolviam pessoas comuns ao convívio de muitas. Surge a partir daí a necessidade de uma organização coletiva das alunas da UFF Rio das Ostras para além do mundo virtual, pela demanda das mesmas em promoverem espaços seguros de expressão livre de si, de convívio com outras mulheres e também de espaço de resistência e discussão política sobre as diversas questões que se colocam na rotina universitária: questões de gênero e sexualidade, violências contra a mulher, organização estudantil, acolhimento de calouras, entre outras.

Para elucidar, os Movimentos ou Coletivos Sociais caracterizam-se como um grupo de indivíduos envolvidos em um esforço organizado para promover ou resistir a mudanças na sociedade ou grupos do qual fazem parte. São altamente dinâmicos e de duração temporária, duram tempo necessário para atingir o objetivo. No caso dos movimentos feministas, "nos primeiros anos os grupos eram potencialmente homogêneos, compostos por mulheres brancas e de classe média, hoje, os coletivos são compostos por diferentes setores da sociedade, reflexo de uma luta árdua pelo empoderamento¹¹ da mulher" (MENDES, 2015, p.8)

São movimentos muito diversos, que tiveram razões diferentes para seu início, mas que tem em comum a necessidade de questionamento e resistência, individual e coletiva, das diversas formas de opressão que sofrem as mulheres. Por meio das entrevistas foi possível observar que a

¹¹O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de auto-estima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc). (Léon, 2001 Apud Cortez, M. B; Souza, L. 2008, p.172)

organização dos movimentos se dá a partir da necessidade de respostas às violências cometidas contra as mulheres.

No caso do MCE, as representantes Lívia Leopoldino Vaz e Jéssica Venanço da Silva, atuantes desde o ano de 2014, revelam que “O Movimento Chega de Estupros surge em 2013 porque nos deparamos com uma realidade riostrense absurda de violência contra a mulher, principalmente estupro”. Ainda segundo as entrevistadas, o MCE surge com o objetivo de “combater as formas de violência contra a mulher, não apenas pela punição de atos de violências e a tomada de medidas cabíveis, mas também pela desconstrução do machismo e da cultura do estupro.

O Movimento Chega de Estupros – Rio das Ostras, ao longo desses 5 anos obteve conquistas importantes na luta contra o estupro em Rio das Ostras, dentre elas: desenvolveu o “Dossiê rompendo o silêncio e a impunidade”, que denunciou os números da violência sexual contra as mulheres em rio das ostras, exigindo providencias do poder público;articulou uma audiência pública organizada pela comissão de defesa dos direitos da mulher da ALERJ;a partir de análise da realidade e articulação política na audiência pública, impulsionou a criação núcleo de atendimento à mulher (NUAM) que funciona dentro da delegacia da cidade;participação em debates em escolas e outros espaços de discussão;articulação com a rede de profissionais do município para organizar o fluxograma de atendimento às mulheres em situação de violência; construção coletiva junto com os profissionais da cidade e de outros movimento sociais da III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Rio das Ostras; formação teórica e política dos integrantes do movimento iniciada este ano;manteve ações de rua, panfletagens, cartas de reivindicações, e etc.

Lara Taborda, participante do Coletivo das Minas desde o seu surgimento em 2014, afirma que o Coletivo surgiu com o objetivo de “ser um coletivo/grupo de apoio onde as participantes se sintam seguras e acolhidas para falar das questões que as afetam no ambiente universitário e da cidade onde vivemos”. Cabe frisar que o Coletivo das Minas começou como Grupo das Mina. A mudança de nomenclatura expressou um amadurecimento para uma dimensão mais coletiva.

No ano da criação do Coletivo, muitas meninas relataram situações de abusos e violências sofridas tanto nos espaços públicos do município (praias, vias públicas, praças) como nos espaços privados (residência); com desconhecidos e também com pessoas com quem mantinham relacionamento – que podemos facilmente relacionar com toda a objetificação sobre o corpo da mulher trabalhados no capítulo II. Deste modo, a união destas mulheres trouxe força não só individual, devido ao acolhimento que todas tiveram, mas também coletiva, que contribuiu para a realização de ações como reuniões, grupos de estudo, confraternizações, brechós,

calourada, visando o fortalecimento das mulheres desde a chegada na Universidade.

A representante do Setorial de Mulheres do PSOL, Winnie dos Santos Freitas, que compõe o movimento desde março de 2011, relatou no questionário que “como militantes do Partido, lutamos para que as mulheres trabalhadoras tenham seus direitos respeitados e ampliados, bem como, lutamos pela visibilidade e discussão das pautas feministas”.

Ainda segundo Winnie, nos últimos 7 anos, o setorial esteve presente nos principais movimentos da cidade, organizando e participando de atividades em que denunciaram as violências e a falta de estrutura que as mulheres de Rio das Ostras enfrentam, além de atividades de formação e discussão política.

Constatamos, com isso, que se há hoje em Rio das Ostras uma NUAM, foi porque houve a luta por parte da auto organização das mulheres representadas neste caso pelo MCE – Rio das Ostras, que tem como principal bandeira de luta, segundo Livia e Jéssica:

cobrar do Poder Público Municipal que ele dê respostas sobre a questão da violência contra a mulher, dando foco no estupro. Dessa forma, cobramos políticas públicas amplas, que perpassem e fortaleça a vida das mulheres de forma econômica e subjetivamente também.

Com base nos depoimentos das mulheres entrevistadas dos três movimentos, todas compreendem a importância do feminismo. Winnie ressalta, principalmente, o feminismo classista, entendendo que essa luta deve se encontrar direcionada para uma emancipação plena, livre de qualquer tipo de opressão e exploração. Para ela, através do feminismo classista

Conseguimos o suporte de análise da sociedade, dos papéis sociais destinado a cada gênero, como essa incisão atinge as mulheres, e principalmente nos orienta para realizar ações que transformem a realidade, a partir de um recorte de gênero e de classe

O Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras, não tem uma definição a qual vertente do feminismo se filia. Esta identidade ainda está em construção, pois participam do movimento mulheres de diferentes filiações teóricas (embora muitas representes do movimento se identifiquem com o feminismo materialista). Muitas pessoas que freqüentam as atividades do Movimento não se identificam com nenhuma linha teórica, muitas vezes até desconhecendo a existência de diferentes concepções nos Movimentos feministas. Simplesmente são pessoas que residem na cidade e se indignam com a banalização da violência no município.

No Coletivo das Minas, por sua vez, apesar de ser oferecido estudos sobre o movimento feminista classista, possui uma diversidade de linhas

teóricas em sua composição, a ideia é que diferentes vertentes atuem no grupo.

Entendemos que é importante unir as bandeiras de luta, mesmo com perspectivas diferentes de feminismo, para não cair no discurso fragmentador, próprios de nossos tempos, que só tendem a enfraquecer a luta dos movimentos sociais. Hoje são muitas as vertentes feministas que se pautam na identidade de seus integrantes, esquecendo-se um pouco que a verdadeira luta não é representada pela figura de uma mulher, seja ela lésbica ou trans, por exemplo. A verdadeira luta é pela superação de todo tipo de opressão imposta pelo sistema capitalista e pelo patriarcado.

Observamos que nenhum dos movimentos investigados possui uma estrutura organizativa, o que não vem a ser um problema, visto que, muitas vezes, a burocratização pode dificultar a tomada de decisões e, conseqüentemente, realização de ações. Mas todos enxergam a importância da construção de espaços de planejamento e formação

CONSIDERAÇÕES

Entendo como um grande desafio posto para os movimentos de mulheres, as crenças estereotipadas sobre ser mulher, sobre a sexualidade reprimida ou superexplorada, o conservadorismo presente no discurso religioso e as ideias sobre feminismo que são veiculadas na mídia, ainda afastam as mulheres da luta contra sua própria opressão. Visto que, “nenhum ser pode ser liberto enquanto estiver alienado de si. Antes de qualquer outro passo, para avançar na construção da luta feminista, a mulher precisa superar seus sentimentos de inferioridade e auto depreciação” (Waters, 1979 Apud Cisne, 2015). Esta superação, entretanto, não se dará automaticamente nem em uma mulher isoladamente, mas coletivamente.

Outro desafio percebido nesta entrevista, é que os movimentos locais se articulam entre si, mas carecem de maior articulação com movimentos feministas regionais ou nacionais, na intenção de fortalecimento de pautas comuns a todas as mulheres, como a luta por igualdade de direitos, a legalização do aborto, representatividade política, entre outros.

A autonomia financeira dos movimentos também foi um ponto observado por nós - mesmo o Setorial de Mulheres do Psol que possui um vínculo partidário e segue o programa do partido no que tange à organização, não possuem nenhum tipo de financiamento. Cada militante se encarrega das campanhas financeiras ou compra de materiais para a realização das atividades propostas pelo grupo ou são organizadas atividades, venda de materiais e rifas para arrecadação de dinheiro. Os movimentos contam ainda com parceira com sindicatos regionais (como a Aduff e o Sepe)¹² esta falta de recursos pode ser um limite para a realização de ações, mas ao mesmo tempo garante a autonomia dos movimentos.

¹² O Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras firmou uma parceria com o Programa de Extensão “Assessoria interdisciplinar a Movimentos Sociais”, o que garantiu o custeio de alguns panfletos de orientação sobre violência e a impressão do Dossiê.

Podemos perceber uma maior procura por esses movimentos/iniciativas/grupos de mulheres e é preciso um preparo para receber estas mulheres, que estão iniciando este processo de tomada de consciência – é importante que saibam que não estão sozinhas e que há uma alternativa a todas as situações que estão sujeitas a enfrentar por ser mulher. E neste sentido, a auto organização de mulheres se torna tão imprescindível.

Penso que a criação de espaços de discussão, formação e culturais como: cine clube, sarau, entre outras formas de intervenção políticas, cultural, artística que possam mostrar o outro lado do que as mulheres estão acostumadas a ver como “normal”, seria uma ótima estratégia na intenção de desconstrução e desnaturalização da imagem de “santa” ou “pecadora” projetada sobre as mulheres, visto que, a construção dos movimentos feministas “passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político” (Souza-Lobo, 2011, p. 223 Apud Cisne, 2015)

Podemos perceber que o Coletivo das Minas tem uma abordagem mais voltada para essas dimensões culturais e subjetivas da mulher, de mudanças internas, individuais. É um grupo voltado para as mulheres se pensarem, questionarem os padrões impostos, muito mais na perspectiva do “empoderamento”.

Já o Movimento Chega de Estupros nasceu com uma perspectiva mais coletiva, de sair de dentro dos muros da Universidade, dialogar com a população e com o poder público, de cobrar a construção de políticas públicas, de pensar na construção material de ações de enfrentamento das violências.

O Setorial de Mulheres do Psol, por se tratar de um movimento vinculado a um partido político, está voltado para uma dimensão política de cobrança e pressão do poder público, de formação política de suas integrantes, se fazendo presente nos debates e lutas “pela legalização do aborto, contra os ataques aos direitos dos trabalhadores como por exemplo a Reforma da Previdência que impacta diretamente a vida da mulher trabalhadora”.

Entendemos que não há uma abordagem melhor ou pior, mas diferentes e que se complementam – pois é imprescindível, para ir para a luta coletiva, a mulher se repensar e repensar seu papel na sociedade. Mas mudar subjetivamente sem alterações nas relações sociais, nas políticas públicas, na legislação, etc., que nos cerca é insuficiente. O Movimento Chega de Estupros sem dúvida desperta em seus participantes estes questionamentos, levam a reflexões subjetivas e também individuais, mas não é o foco principal.

Por esse motivo se faz tão importante a interlocução dos diferentes tipos de movimentos/coletivos/iniciativas de mulheres, a soma de forças na luta só trará benefícios para as mulheres. São movimentos como o MCE – Rio das Ostras, o Coletivo das Minas e o

Setorial de Mulheres do Psol, organizados, preparados que podem alcançar aquelas mulheres que não fazem ideia das violências sofridas, das opressões que estão sujeitas, os abusos, que sofrem violência sem conseguir gritar, além de pressionar o poder público para a criação de políticas eficazes na proteção e às mulheres e, principalmente, atuando sempre na luta por um novo projeto societário – único meio possível para a total liberdade das mulheres.

Constatamos que em uma conjuntura política em que o conservadorismo avança em passos largos, os 3 Movimentos encontram-se desarticulados, apresentando dificuldades na sua organização. Entendemos, entretanto, que a luta de classes se faz também em momentos que aparenta estar enfraquecida. Mas a rearticulação destas mulheres em torno de pautas comuns é urgente.

Enquanto assistentes sociais, precisamos estar preparados, conhecer esta realidade, e fortalecer os movimentos de organizados de mulheres; trabalhar no enfrentamento desta expressão da questão social e na luta pela superação do sistema capitalista, racista e patriarcal e pela construção de uma sociedade justa e igualitária para todos como prevê um dos princípios fundamentais¹³ expresso no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais.

BIBLIOGRAFIA

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo, Ed Cortez, 2014.

MOVIMENTO CHEGA DE ESTUPROS EM RIO DAS OSTRAS. **Dossiê rompendo o silêncio e a impunidade!** Mapeamento da realidade sobre violência sexual e demandas para o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência sexual em Rio das Ostras. Proex, Rio das Ostras, maio de 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

MENDES, Raiana; Vaz, Bruna; Carvalho, Amasa. **O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELO EMPODERAMENTO DA MULHER**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba Nº 03 - Ano 2015 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/viewFile/25106/14464> Acesso: 14/07/2017

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹³ VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]

SIRELLI, Paula. **O Trabalho dos assistentes sociais em Rio das Ostras e Macaé: notas reflexivas**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS. Juiz de Fora: 2012.

SOUZA, M. O e SIRELLI, P. M. **Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher**. Serviço Social e Sociedade. Nº 132. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SAÚDE MENTAL E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: uma reflexão sobre as teorias do capital
de Mészáros

Isadora de Souza Alves¹

Resumo: O presente artigo tem busca discutir o conteúdo que foi ministrado durante o mestrado resgatando o objeto de pesquisa da autora. Tem como proposta apresentar as discussões de medicalização da vida e saúde mental como forma de exclusão no sistema capital e o mundo do trabalho através do autor István Mészáros. Apresenta sobre o serviço de atenção básica em saúde mental CAPS.

Palavras-chave: saúde mental; medicalização; CAPS

Abstract: This article aims to discuss and relate the content that was taught during the second semester of the master's program of the Graduate Program in Social Work, discussing the themes with the object of the author's research. It has as a proposal to dialogue with the main author István Mészáros the discussions of medicalization of life, pharmaceutical industry, mental disorder as a form of exclusion in the capital system and the world of work. It presents about the basic mental health service CAPS, which currently functions as a substitute and more humanized service of psychosocial treatment.

Keywords: mental health; medicalization; CAPS

¹ Assistente social, Universidade Estadual Paulista, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, e-mail: isa92alves@gmail.com; As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

I. INTRODUÇÃO

A discussão em saúde mental amplia muitos debates sobre a loucura, sua causa e consequência, formas de tratamento e as possibilidades de cura, entre outros. Porém, a saúde mental talvez deva ser entendida como um campo maior e que necessita de atenção para discussões mais profundas.

Dessa forma, não é pretensão da autora trazer debates mais densos e que possam limitar a temática, contudo considera-se necessário entender que os indivíduos em sofrimento psíquico ainda são pessoas, que mesmo participantes de suas histórias e conquistas precisam se fortalecer enquanto sujeitos de direitos, contando com o apoio da família e da sociedade como um todo, dando continuidade à luta por tratamentos psiquiátricos mais humanizados. Uma sociedade que acredite e respeite sua “loucura” e não o interprete somente como doente, e sim como um sujeito capaz de estar e viver na sociedade.

A pesquisa em saúde mental está direcionada às pessoas que são vistas como incapazes, devido as próprias interpretações culturais, de ter voz e lutar por seus direitos. As lutas pelas formas humanizadas de tratamento psiquiátricos são feitas e discutidas por aqueles que não são diagnosticados com transtornos mentais e que possuem “sanidade” o suficiente para tratar de tal assunto.

Entende-se que esses sujeitos foram retirados do meio social e perderam seus direitos ao longo da história, sendo resgatados pouco a pouco através de políticas e movimentos sociais. Portanto, sendo o Serviço Social uma profissão que desenvolve o pensamento crítico da realidade, a luta antimanicomial e os debates em saúde mental não poderiam deixar de existir.

Assim sendo, algumas questões serão debatidas brevemente, sendo interligadas com as teorias de István Mészáros (2002), principal autor discutido durante o segundo semestre de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, como: a medicalização da vida, o transtorno mental como forma de exclusão social, a indústria farmacêutica e como o mundo do trabalho define a vida social.

II. DESENVOLVIMENTO

Atualmente, os diagnósticos de transtornos mentais ampliam as discussões do que representa ou não a normalidade. Investe-se no tratamento de doenças que possuem diagnósticos inconclusivos ou equivocados, pelos quais são utilizados números relevantes de psicofármacos² como tratamento. Em algum momento, todas as pessoas apresentarão sintomas ou diagnósticos de transtornos mentais, pois são condicionadas a acreditar na cura proporcionada pelos psicofármacos. Interpreta-se que o poder de ditar as doenças e o uso excessivo dos medicamentos tenham surgido através de duas grandes “potências”: a indústria farmacêutica em conjunto com o sistema capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945, a atenção para as descobertas medicinais da época cresceu. Desde então, a indústria farmacêutica se consagrou com a criação dos hormônios e antibióticos, vacinas e dos medicamentos que além da cura,

² Os psicofármacos são os medicamentos utilizados pela psiquiatria que possuem condições de modificar processos mentais, gerando alterações nas ações, na percepção e na consciência. **Conceito de psicofármacos.** Disponível em: <http://conceito.de/psicofarmaco>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

vinham com a promessa de prevenção. O que até então era tratado com psicanálises e terapias foi transformando-se em psicofármacos. A sociedade que interpretava os problemas psíquicos como incuráveis, enxergam nos psicofármacos um milagre: um tratamento prático e curador.

Com a criação do Estado de Bem-Estar Social que tinha como objetivo uma intervenção mais democrática do Estado, conseqüentemente, de um sistema público de saúde mais igualitário e sem distinções, proporcionou para as práticas medicinais a atenção necessária para que esse poder tivesse sua ascensão, tendo assim, uma evidência ainda maior.

Assim, no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107)

O Estado funciona como um mediador dessas relações de produção e o capital. Quando as relações de produções são alienadas, o seu consumo também será. A medicalização da vida pode ser atribuída a essas relações do capital, pelas quais criam-se diagnósticos para que algo, enfim, possa ser curado através do que é produzido pelo sistema. Segundo Mézáros (2000), ao discutir sobre o sistema orgânico entende-se que esse tipo de sistema atinge sua totalidade, ocupando todos os componentes da sociedade até que tenha conquistado sua plenitude.

Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. (MÉSZÁROS, 2000, p. 8)

E dessa forma, o capital procura meios de atingir seus objetivos e passa a reproduzir a forma de “trabalho vivo”, transformando em trabalhos em condições desumanizadoras. O interesse do capital não é somente atender as demandas humanas e suas necessidades, mas também, ao mercado. O capital só faz sentido quando ele tem capacidade para extrair

mais trabalho. O homem passa a ser dominado e controlado pela própria riqueza que ele produz, vivendo as correntes opressoras do sistema do capital, pois não pode ser dono de si mesmo, já que está “preso” ao que é produzido pelo sistema.

Para que a medicina e a indústria farmacêutica tivessem sua promoção, tornou-se necessário a criação de uma política de novos doentes, que consumam seus diagnósticos inconclusivos e suas drogas psiquiátricas. Um dependente do outro. O poder psiquiátrico de ditar as regras e normas contribui para grande parte do crescimento da indústria farmacêutica.

Ora, essa exaltação se produz numa época em que o poder médico encontra suas garantias e suas justificações nos privilégios do conhecimento: o médico é competente, o médico conhece as doenças e os doentes, detém de um saber o autoriza a intervir e a decidir. O poder que o asilo dá ao psiquiatra deverá, portanto se justificar (e se mascarar ao mesmo tempo como superpoder primordial) produzindo fenômenos integráveis à ciência médica. (FOUCAULT, 2006, p. 446)

Esse poder psiquiátrico vai além de tratar as doenças e doentes, o caráter terapêutico fica em segundo plano, pois as relações hierárquicas encontradas nos hospitais psiquiátricos funcionam como um regime, uma regularidade, uma forma de isolar a “loucura”, influenciando aqueles sujeitos a acreditarem nos seus delírios e nos diagnósticos que recebem.

O conhecimento sobre as doenças e os doentes tornam o médico, ou psiquiatra, um conhecedor dos mais complexos sintomas e diagnósticos que dão a ele o direito ou poder de ditar todas as doenças que um indivíduo apresenta. Percebe-se o quão interligado está a medicina e a indústria farmacêutica, uma promovendo o sustento da outra. Uma indústria que fornece ao mesmo tempo a doença e a cura.

A medicalização da vida nos faz repensar se estamos ficando mais saudáveis, já que estamos ingerindo mais saúde (cura), ou estamos mais dependentes e reféns de toda um sistema capitalista. Segundo Freitas e Amarante (2015, p. 34), “tendo em vista que para sermos sujeitos nos sujeitamos ao poder médico-farmacológico, conseqüentemente menos sujeitos somos em relação ao nosso pensamento, ao nosso modo de agir e ao que sentimos. ”

A medicina torna-se, com o tempo, a instituição de controle social maior do que as religiões e leis.

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. (MÉSZÁROS, 1987, p. 32)

O apoio do Estado ao estimular o uso de medicamentos, entendendo que os remédios são alternativas mais lucrativas e baratas, e que contribuem para o crescimento da medicina. Segundo Barbosa (2006, p. 91-92), “a busca da medicalização através da indústria farmacêutica e do tratamento baseado em remédios como saída para o atendimento em massa”.

Portanto, o diagnóstico ou a procura de sinais que representem um transtorno mental, está cada vez mais naturalizadas nos últimos anos. Em entrevista Caponi (2014) fala sobre os comportamentos das crianças que apresentam atitudes de birras e irritabilidade, alegando que essas ações são representadas como transtornos mentais e que a identificação desses transtornos é baseada em uma contagem de sintomas, sem correlação ao que antecede ou justifica tais modos.

Trabalhar com a definição de um padrão de “normalidade”, pelo qual é constantemente modificado, culturalmente e historicamente, nos obriga a discutir também, os diferentes sinais que são transmitidos pelos indivíduos e que nos alertam alguma “anormalidade”. As vestimentas, cortes de cabelos, tonalidade de voz, atitudes e até mesmo o estado emocional revelam muito sobre os indivíduos.

Uma vez rotulado como mentalmente doente, o indivíduo fica sujeito a uma série de sinais culturais que determinam como ele deve desempenhar seu papel; isto é, ‘a pessoa mentalmente doente aprende a ser doente de uma maneira que possa ser compreendida por essa sociedade em particular’. Uma vez rotulado, o indivíduo passa a depender da sociedade em geral para que possa ser ‘desrotulado’ e dispensado do papel de doente, sendo que, em alguns casos, ele talvez não consiga libertar-se desse papel. (HELMAN, 2003, p. 229)

Pode-se entender os estigmas como pré-julgamentos “espontâneos” das relações sociais diárias. Quando apresentados a pessoas ainda desconhecidas exigimos comportamentos “normativos” que correspondam às nossas concepções e expectativas. Em

seu livro *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Goffman (1963) define três tipos de estigmas. São eles:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1963, p. 7)

Nesse sentido, para que se sinta participante de uma sociedade com padrões de “normalidade”, os sujeitos com diagnósticos de transtornos mentais e os anteriormente institucionalizados em manicômios ou hospitais psiquiátricos são condicionais a conviver com as exigências sociais impositivas, habituando-se com os conceitos da própria sociedade e cultura em que se encontra.

Quando o indivíduo institucionalizado novamente ocupa espaço na sociedade alguns caminhos lhe são apresentados, a normatização do sujeito é um deles. Os serviços substitutivos e as discussões nas áreas da saúde e afins, criam e até mesmo ampliam espaços que ofereçam tratamento para sujeitos em sofrimentos psíquicos (ou mentais), afim de que sejam tratadas as pessoas e não as doenças.

Um dos fatores que são precisos nesse processo é o trabalho. O trabalho é constitutivo do ser social e é através dele que produzimos as mediações da reprodução e sobrevivência do ser social. Quando retiramos dos indivíduos as possibilidades de criar e manter relações de trabalho, compreende-se que estamos retirando sua capacidade de viver em sociedade.

Analisa-se que tais indivíduos são incapazes de estar e coexistir, excluimos parte de sua identidade que foi construída inserida em um sistema capitalista e que vê o trabalho como constitutivo do ser social, sendo este sempre determinado por algum tipo de relação.

As primeiras estratégias no campo da saúde mental possuíam características “terapêuticas” baseadas na hospitalização. Um sistema hospitalar muito semelhante as prisões, exércitos e até mesmo dos conventos; essas três principais instituições são

denominadas por Goffman (2008) de: instituições totais, por possuírem um conjunto de regras, vigilância, estrutura e funcionamento baseados praticamente na ideologia da repressão.

As instituições totais, segundo Goffman (2008), leiam-se também manicômios, funcionavam como “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2008, p. 22). Entende-se que a sociedade atual é definida por tarefas cotidianas que definem o indivíduo, como trabalhar, se alimentar, dormir, e estas são feitas geralmente em grupos, em diferentes lugares e com um conjunto de pessoas, que dependem de outras pessoas, criando um ciclo de participantes diários da nossa própria vida. Estes processos acabam por ser naturalizados no convívio, sendo feitos sem um planejamento ou um plano racional para tal.

Assim, ao utilizar-se a teoria de Goffman (2008) sobre instituições totais, percebe-se que a primeira característica central de tais instituições se encontra no fato de que todas essas tarefas “naturais” à vida do indivíduo serão agora realizadas em apenas um lugar, com praticamente o mesmo círculo de pessoas e sob uma única autoridade. E todas essas pessoas são tratadas da mesma forma, devem agir de forma igual e são, em sua maioria, obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto com os demais. Em outro aspecto, as atividades da instituição são rigorosamente determinadas por horários, já que uma atividade atrasada pode ir “atropelando” o funcionamento das outras. Todo o conjunto de características e regras são planejadas de acordo com os objetivos da instituição. A questão fundamental a ser entendida diz respeito às necessidades humanas serem controladas por organizações burocráticas, o que posteriormente gera consequências para o indivíduo.

Estas instituições foram extintas a partir da iniciativa da luta antimanicomial, e hoje ganham uma nova denominação, mais sutil e interpretada como cura. Os manicômios deixaram de ter uma estrutura física, um funcionamento cheio de regras e normas, integrando outro campo da saúde mental: os psicofármacos. Os medicamentos utilizados para o tratamento e diagnósticos de pessoas com transtornos mentais criam o que consideramos como o: manicômio químico (informação verbal).

O manicômio químico é o uso excessivo de psicofármacos para o tratamento de transtornos mentais. Em uma situação hipotética, quando o indivíduo apresenta sintomas e/ou características de transtornos mentais como: bipolaridade, esquizofrenia e depressão, o tratamento que é oferecido, e em alguns dos casos o único tratamento, é através de um número relevante de medicamentos que tem como objetivo bloquear todas as ações

consideradas “negativas” das doenças ou sintomas. A questão é que como todo medicamento, os efeitos colaterais são muitas das vezes indesejados. Facilmente encontra-se pessoas com transtornos mentais que são orientadas para tratamento com psicofármacos e que apresentam dificuldade para comunicar-se, para andar e até mesmo impotência sexual. Todas essas decorrências de psicofármacos geram, espontaneamente, reações nos indivíduos. Essas respostas aos efeitos colaterais geralmente são tratadas com novos medicamentos, na busca de normatizar o cotidiano. Assim sendo, além do bloqueio de ações psíquicas e entendidas como doenças mentais, este também tem o bloqueio de ações da própria natureza humana.

Compreende-se que o excesso de medicalização pode contribuir para uma outra forma de aprisionamento, pelo qual bloqueia-se os sintomas que podem ser interpretados como a expressão do inconsciente. Não existe remédios para todas as expressões e sentimentos dos indivíduos. Cria-se a ideia de que tudo pode ser curado instantaneamente e através de remédios. Os desdobramentos e as influências dos manicômios enquanto instituições totais ganham um novo parâmetro. Nesse sentido, questiona-se o uso excessivo de medicalização. Teria a medicalização da vida criado um novo tipo de manicômio? Esses sujeitos bloqueados mentalmente de viver em sociedade?

Portanto, esta pesquisa tem a intenção de influenciar a exclusão dos psicofármacos, nem aplicar críticas quanto ao uso necessário desse tipo de tratamento, sobretudo, busca com este estudo ampliar o debate sobre o excesso e uso dos medicamentos e como se dão os processos para a utilização dos mesmos.

A medicação psiquiátrica é essencial para tratar os verdadeiros problemas psiquiátricos, mas não são eficazes para os problemas cotidianos enfrentados pelas pessoas e pela sociedade. Um diagnóstico psiquiátrico preciso pode melhorar muito a vida de uma pessoa. Mas um impreciso provoca estigma e leva a tratamentos desnecessários. (FRANCES, 2016)

Segundo Freitas e Amarante (2015), a medicina passa a integrar-se do cotidiano dos indivíduos. Inicia-se uma influência de regras, o que deve ou não ser feito para uma vida melhor, como dormir, comer, trabalhar, etc. A partir do momento que se torna possível investigar, questionar e diferenciar o normal do patológico, nada pode escapar dos olhares medicinais. Os autores analisam a ideia de prevenção ganha mais força e proporciona para a medicina poderes e controles ainda mais amplos. Nada mais parece constituir uma falta

de vontade, preguiça ou timidez e sim, um diagnóstico de saúde ou doença. Cada comportamento ou ação compõe, para a medicina, uma explicação patológica. Perpassa por uma questão: ter saúde é conseguir lidar com todas as demandas cotidianas? A medicina propõe e exerce essa saúde a partir do momento que ela consegue retirar do cotidiano toda a angústia ou fraqueza dos indivíduos, diminuindo até mesmo, a crença em tratamentos culturais ou individuais da sociedade.

Dessa forma, a construção de uma saúde universal, ampla e integral veio com muitas lutas e reivindicações. Os conceitos do que é ter saúde, o que é saúde começaram a ser discutidos no período da ditadura militar, especificamente no Brasil. As questões do que é normal e patológico viriam posteriormente.

No início da década de 1970 o movimento da Reforma Sanitária propôs mudanças não só ao Sistema, como em todas as áreas e setores da saúde, defendendo a universalização das políticas sociais e a garantia de direitos sociais para toda população. Assim sendo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi oficializada com a Constituição Federal de 1988, tendo a “saúde como direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988).

O movimento de Reforma Psiquiátrica também fez parte do processo histórico de lutas no Brasil. Assim como a Reforma Sanitária, o movimento que seria conhecido como luta antimanicomial, posteriormente, ganhou força e visibilidade para os sujeitos em sofrimento mental e as formas de tratamento psiquiátricos.

Começa-se, no ano de 1978, o movimento que veio questionar essas práticas, criando o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) (AMARANTE, 1995), marcando o início da luta antimanicomial, em conjunto com profissionais e trabalhadores que integraram a Reforma Sanitarista, incluindo também pessoas com longo período de internações psiquiátricas, protagonizando e dando iniciativa à crítica aos modelos utilizados na assistência às pessoas com transtornos mentais. Nesse contexto histórico, surgem novas demandas sociais juntamente com os movimentos, o que intensificou as denúncias ao tratamento asilar que era oferecido nos hospitais psiquiátricos.

Desse modo, com objetivo de modificar essa ideologia hospitalar e considerada pouco humana, a fim de diminuir os tratamentos repressivos é proposto a redução e formulação de serviços, com o intuito de humanizar o hospital, tornando-o mais terapêutico; assim como, a criação de serviços externos de saúde mental que possam substituir os manicômios.

O movimento ganhou força e estabilidade ao longo dos anos com as conferências de saúde e com o apoio do Deputado Paulo Delgado. A Lei Federal 10.216 de 6 de abril de 2001 (BRASIL, 2001), que recebeu o nome de Lei Paulo Delgado, garante atendimento, oferecendo serviços básicos para proteção e garantia de direitos para pessoas com transtornos mentais. Esses serviços são destinados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), para atender as demandas psíquicas e sociais. (AMARANTE,1995).

O CAPS passou a funcionar como um serviço substitutivo dos manicômios e hospitais psiquiátricos, pelo qual deve oferecer um tratamento mais digno e humano, sem fazer uso do aprisionamento. O primeiro Centro de Atenção Psicossocial é criado em 1987, na cidade de São Paulo, ampliando em âmbito nacional a discussão e construção de novas redes de atendimento em saúde mental que possam substituir os tratamentos asilares em hospitais psiquiátricos.

Dessa forma, os serviços substitutivos no âmbito da saúde mental são divididos em três, sendo que cada Centro de Atenção Psicossocial é qualificado para atendimentos de variadas complexidades, são eles: CAPS I, CAPS II e CAPS III. Todos visam diminuir as práticas psiquiátricas ultrapassadas e que são proibidas legalmente, articulando com toda a rede de assistência que é oferecida, no intuito de amenizar o número de internações psiquiátricas.

Além dos serviços substitutivos CAPS, a rede de atenção básica em saúde mental contam também com as Núcleo de Atenção Psicossocial - NAPS, Centro de Atenção Diária - CAD, oficinas terapêuticas, Hospitais-Dia ("Serviço de Internação Parcial", como os leitos hospitalares, na intenção de cessar as crises psicóticas e evitar uma internação psiquiátrica; dentro outros.

O movimento da luta antimanicomial enfrenta novos desafios que começam a ser discutidos recentemente. Ao se pensar em movimento, logo pensa-se em oscilações e continuidade, além da palavra representar bem o movimento da luta antimanicomial, pelo qual desde o seu nascimento vem lutando por um tratamento mais humanizado e digno para pessoas com transtornos mentais.

III. CONCLUSÃO

O CAPS tornou-se, para as pessoas com transtornos a segunda casa, o local de apoio e acolhimento. E são nesses espaços que encontramos, supostamente naturalizados,

a medicalização da vida desses sujeitos. Enquanto a extinção dos manicômios parece solucionar grande parcela das problemáticas em saúde mental, a luta depara-se com uma questão pertinente e que é interpretada também como uma solução. O uso de psicofármacos em pessoas com transtornos mentais substitui uma forma de tratamento considerada muito “desumana” e serve de auxílio na inserção do indivíduo no contexto social atual.

Dessa forma, as bandeiras da Reforma Psiquiátrica não se concretizam. A partir da extinção dos manicômios e formas cruéis de tratamento, os indivíduos institucionalizados e/ou diagnosticados com transtorno mental teriam mais liberdade, autonomia e uma qualidade de vida social e psíquica melhor. Mas, o que deparamos é com uma questão relevante para a luta antimanicomial, se assim considerarmos que a medicalização da vida está inserida dentro dos próprios aparelhos substitutivos. Estariam os profissionais e usuários do CAPS dependentes de psicofármacos, criando um ambiente manicomial para quem dele necessita?

Quais os entraves para que o paradigma da reforma se concretize? Além das dificuldades inerentes à mudança de paradigma é importante travar a discussão do capital e das indústrias farmacêuticas que são financiadas pelo mesmo. Tais corporações introduzem e mantém uma sociedade, muitas vezes, desnecessariamente medicalizada. É pertinente que se vive relações mediadas pelo vigente sistema capitalista e reféns das engrenagens construídas visando produzir e distribuir tais drogas.

O Serviço Social com uma formação crítica e dialética que teve seu princípio na caridade discute as concessões e conquistas da sociedade desde o seu início. A profissão existe devido ao sistema capitalista que visa a lucratividade nas mãos de poucos, gerando problemáticas que a profissão interpreta como: questões sociais. Sendo uma profissão participativa e de luta, esta não deixaria de ganhar destaque também na Saúde Mental.

A atuação profissional do(a) assistente social não se resume apenas na garantia de direitos em saúde mental, sobretudo, no olhar crítico e analítico dos problemas pelos quais os usuários, familiares e profissionais estão envolvidos, promovendo dentro do seu espaço profissional uma atuação que irá trabalhar com as demandas e questões sociais nos serviços substitutivos.

Desse modo, sendo o profissional assistente social um componente importante para o funcionamento e qualidade dos serviços substitutivos, este também trabalha em rede, com demais profissionais que compõem estes espaços, sendo eles: psiquiatras, psicólogos,

terapeutas ocupacionais, dentre outros. O Serviço Social dificilmente trabalha sozinho nas áreas que atua, pois, todas as profissões em conjunto contribuem para o serviço prestado. Assim, sendo o assistente social participante da equipe do CAPS, um dos objetivos desta pesquisa busca compreender como este profissional contribui para uma visão social ampla, crítica e consciente dos problemas que permeiam os sujeitos em sofrimento psíquico.

Neste sentido, entende-se que as análises das questões citadas estão interligadas, e como algumas são consequências e conquistas históricas e políticas que afetam pessoas em sofrimento mental. A medicalização da vida parece estar inserida em todos os espaços, em todas as opiniões e principalmente, inserida subliminarmente nos serviços substitutivos de saúde mental.

IV. REFERÊNCIAS

ALVES, Isadora de Souza. **Eu tenho muito medo de voltar**: relatos da institucionalização total de pessoas com transtornos mentais. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade de Uberlândia, Uberlândia 2016.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

_____. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BISNETO, José Augusto. **Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Coordenação de Estudos Legislativos – CEDI**. Brasília, DF: 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, DF :2005b.

BRASIL. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Ministério da Saúde. Brasília, DF: 2005. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 14 abril 2016.

CAPONI, Sandra. Neuronarrativas - A hipocrisia institucionalizada da medicalização da saúde mental. Disponível em:

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5512&secao=444. Acesso em: 12 de set. 2016

_____. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Conceito de psicofármacos. Disponível em: <http://conceito.de/psicofarmaco>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília, 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2013.

COSTA-ROSA, A.; LUZIO. C. A.; YASUI, S. Atenção psicossocial: rumo a um novo paradigma em saúde mental coletiva. In: AMARANTE, P. (org.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial.** Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 13-41.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

_____. **O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria.** Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1996.

_____. **O nascimento da clínica.** 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

FRANCES, Allen. **Gastamos muito dinheiro para tratar pessoas normais, diz psiquiatra.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2016/09/1811982-gastamos-muito-dinheiro-para-tratar-pessoas-normais-diz-psiquiatra.shtml>. Acesso em: 12 de set. 2016

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, 1963

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Maria Tereza Perez, “Desafios da Saúde Mental na Contemporaneidade” (palestra), UEMG, Ituiutaba, Minas Gerais, 17 maio, 2016.

MESZÁROS. **A crise estrutural do capital**. In: Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4. 2000.

_____. **A necessidade de controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987

_____. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROBAÍNA, C. M. V. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 102, abr./jun. 2010

VASCONCELOS, Eduardo Mourão et al (org.). **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão, et al (org.). **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO CARIOCA: a interface sócio-histórica de uma
questão em debate

Jéssica das G. Machado Candido¹

Resumo: A fim de compreender a natureza dos dilemas que se apresentam no espaço urbano carioca no crescente cenário de militarização da vida social, o presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a conformação das relações sócio espaciais no capitalismo, para, de tal modo, estabelecer uma leitura crítica do processo de militarização da questão urbana enquanto direção política, histórica e social, de adequação da cidade a uma urbanidade bélica, destacadamente orientada à gerência e criminalização dos territórios de favela e espaços populares da cidade.

Palavras- Chave: militarização – criminalização dos territórios – Rio de Janeiro – questão urbana.

Abstract: In order to understand the nature of the dilemmas that today are present in the urban area of Rio, in the growing scenario of militarization, this article proposes a brief reflection on the conformation of socio-spatial relations in capitalism, so as to To establish a critical and unremarkable reading of the faces of militarization, as a political, historical and social direction, of adequacy of the city to a military urbanity, especially oriented towards the management and criminalization of favela territories and spaces Popular city.

Keywords: militarization – criminalization of the territories – Rio de Janeiro – urban.

¹Assistente Social, graduada pela Universidade Federal Fluminense, residente do Programa Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto Philippe Pinel, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. E-mail: jessica_candido@id.uff.br. Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro configura um complexo cenário formado por reedições sistemáticas de um passado não tão distante. Trata-se de uma formação urbana, que para satisfazer as vicissitudes do capital, reajusta historicamente desigualdade e segregação, mesclando passado e presente na geografia da cidade. Partindo dessa premissa, este artigo objetiva problematizar o processo de militarização em curso no cenário urbano carioca e sua indissociável relação com a criminalização de territórios bem específicos, retratando um processo histórico e social orientado para adequação da cidade à forma social do capital. Se o passado evoca episódios diversos dos quais os dilemas urbanos e o próprio trato da questão social e suas expressões eram “casos de polícia”, compreende-se que essa realidade está presente na contemporaneidade, mas, sendo executada pela ação direta das forças militares. Desse modo, considera-se a pertinência de pensar as medidas de segurança pública na sua interface com as políticas de intervenção urbana, ou seja, enquanto medidas de gerência dos territórios historicamente criminalizados, medidas estas que configuram um projeto de cidade militarizada.

Nesse sentido, no intuito de estabelecer uma aproximação crítica e reflexiva acerca da natureza dos dilemas e conflitos que hoje se apresentam no contexto do urbanismo militarizado que se instituiu no Rio de Janeiro, o primeiro momento deste trabalho suscita uma breve reflexão na direção de apreender o sentido atribuído à cidade a partir da produção do urbano e das relações sócio espaciais estruturadas pelo ordenamento capitalista. O segundo momento busca estabelecer uma leitura crítica sobre o projeto de militarização da questão urbana. Para tal objetivo, resgatamos alguns elementos históricos da formação do espaço urbano carioca entre o período de redemocratização do país aos dias atuais, desvelando, de tal modo, as faces da militarização, destacadamente orientada para gerência e criminalização dos territórios de favela e espaços populares, instituída por meio das intervenções militarizadas dos agentes da segurança pública, viesada no discurso de guerra às drogas em prol do combate ao crime e à violência urbana.

2. A PRODUÇÃO DO URBANO NO CAPITALISMO

Se o capitalismo muda radicalmente o sentido das cidades, esse processo ocorre pois, a apropriação do espaço geográfico corresponderá diretamente à necessidade de acumulação e crescente expansão do capital. Logo, ao se apropriar de um espaço determinado é preciso fragmentá-lo, organizando usos geográficos diferenciados que

atendam não somente à produção, mas sobretudo à reprodução do capital. Dessa maneira o capitalismo lança uma estratégia para garantia da sua sobrevivência, maturação e universalidade: a constante transformação do espaço para reajuste de suas necessidades.

Em síntese, para o capital, o domínio espacial significa também o controle sobre as relações sociais, pois, como afirmou Harvey (2005, p.142), “por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes”. Esta estratégia desvela tanto a complexidade do seu processo produtivo quanto reforça a imprescindibilidade de nos apoderarmos criticamente da dinâmica dessas relações, que, por vezes, geram distorções nas leituras sobre cidade e urbano. Segundo Harvey, essas distorções refletem sobre a fato do capitalismo se constituir de maneira:

[...] tão universal, que a concepção do urbano e da “cidade” também se torna instável, não por causa de alguma definição conceitual deficiente, mas exatamente porque o próprio conceito tem que refletir as relações mutáveis entre forma e processo, entre atividade e coisa, entre sujeitos e objetos. (HARVEY, 2005, p. 170)

A condição de instabilidade conferida à cidade-capitalista retrata um propósito definido em torna-la a expressão mais bem acabada de um conjunto de práticas espaciais que tem no seu conteúdo um caráter de classe específico – demonstrando o empenho sistêmico do capital em configurar uma estrutura urbana em que as classes sociais estejam segregadas espacialmente, em função das atribuições que lhes são impostas pela ordem competitiva – e, ao mesmo tempo, signo do valor atribuído nesta sociabilidade. Isto é, a cidade pode ser transformada em mercadoria, e, conseqüentemente, sendo mercadorizada, torna-se objeto efêmero e mutável, depósito dos interesses e necessidades de acumulação. Sendo assim, em consonância com a natureza da sociedade de classes que tem na sua matriz a desigualdade, como marca estruturante, o desigual desenvolvimento geográfico, como um todo, imprime fundamento e sentido no processo de urbanização brasileiro.

Farage (2014, p. 247) sinalizará que, “a cidade passa a expressar de forma enfática as desigualdades das relações sociais, cuja consequência na vida dos sujeitos é a degradação de sua humanidade”. Considerando o ordenamento capitalista, em sua essência e totalidade, enquanto uma força destrutiva, cuja existência demanda uma extensiva reprodução e dinamismo das contradições que lhe são próprias, Harvey (2013, p. 602) denota esse ordenamento como uma força social que se movimenta constantemente, e por isso está disposto a “derrubar todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”.

A necessidade de estabelecer mecanismos capazes de eliminar todas as barreiras para seu pleno desenvolvimento é constante e indiscriminada de valores que não sejam os de preservação da sua própria natureza. Uma natureza que para valorizar-se requer vitalmente à desvalorização e negação da dignidade humana.

No entanto, vale destacar que, além dos seguidos ajustes espaciais e das sistêmicas formas de diferenciação geográfica constituídas no espaço urbano, o capital recorre essencialmente à instituição de um aparato ideológico bem consolidado para garantir sua vitalidade produtiva e reprodutiva. O aparato ideológico é imprescindível por cumprir um papel fundamental na mistificação das relações sociais, visto que, invertendo a realidade, os processos sociais são tidos como fenômenos naturais, descaracterizados do protagonismo histórico dos sujeitos coletivos e do real sentido das transformações sociais.

Seguindo o pensamento marxiano, o aparato ideológico serve como a “consciência deformada da realidade”. Representa, nada mais e nada menos, as ideias da classe dominante que, através do domínio material, imprime o domínio político, social e espiritual na sociedade (MARX e ENGELS, 2009), operando, desse modo, na descaracterização dos reais processos que impulsionam os ajustes espaciais e conseqüentemente a organização geográfica do capitalismo:

As diferenciações geográficas então com frequência parecem ser o que elas realmente não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista. Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à “natureza” ou à “história”. A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação. (HARVEY, 2013, p. 603)

Se ao desigual desenvolvimento e expansão urbana atribui-se a aparência de processo “natural”, essa característica não está isenta de intencionalidade, ao contrário, serve justamente para deformar a essência de um projeto de cidade destinado à segregação social, tendo no espaço geográfico o lugar dos sistêmicos ajustes das contradições capitalistas. Além do mais, a consciência deformada (que só serve aos interesses do capital e das suas classes dirigentes) ao descaracterizar o sentido das criações urbanas acarreta a “objetivação de qualidades instáveis”, obstruindo a percepção do real movimento de produção do espaço urbano assim como dos conflitos que o atravessam.

Todo esse processo engendra no espaço urbano uma série de questões, em geral entendidos como dilemas urbanos. Os dilemas são agravados gradativamente e engrossam o “caldo” da chamada “questão social”; reiterando Yamamoto (2007 apud Farage, 2014, p. 247) é “no cenário do desenvolvimento urbano que a questão social vem paulatinamente se acirrando no capitalismo”. Sumariamente, os dilemas urbanos apresentam um quadro genérico de questões, em especial, referentes ao acesso à moradia e habitação adequada,

saneamento, trabalho, transportes, equipamentos e políticas públicas etc, que mais expressivos serão de acordo com a proporcionalidade do crescimento das cidades.

Souza (2005), ao se indagar sobre “quais são os dilemas urbanos” às grandes cidades na periferia capitalista, assegura que essa “conta” não seria facilmente fechada. São inúmeras as expressões que perpassam a realidade urbana. Mas, ainda que haja um quadro comum [de dilemas] entre as grandes cidades brasileiras, é importante compreender a diferenciação entre *questões gerais* e *produto específico do processo de urbanização*. Tomando como exemplo os fenômenos da violência e pobreza que assolam a atualidade, é um fato que não esses fenômenos são produto específico da evolução urbana. Pelo contrário, violência e pobreza são questões que assolam formações sociais e modos de produção anteriores ao capitalismo (cuja explicação não cabe nesse momento) mas, ao longo do processo de urbanização, assumem peculiaridades condicionadas ao modo de vida que a urbanidade capitalista determina. Por isso, é no universo urbano que estes fenômenos, enquanto expressões da desigualdade capitalista (e da questão social) se adensam drasticamente, determinando as distintas formas que os sujeitos experimentarão a vida na cidade.

Para Kowarick (1979), o cenário de urbanização aglutina dois processos intimamente relacionados: se de um lado há prosperidade e crescimento econômico, certamente de outro haverá crescimento da pauperização da classe trabalhadora e de suas frações, seguido por uma série de “problemas sociais”.

As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital. (KOWARICK, 1979, p. 29)

Desse modo, não podemos perder de vista que os dilemas urbanos representam um conjunto de questões de ordem estrutural – interligadas – e, portanto, se sustentam e se abastecem mutuamente à “caótica” funcionalidade da cidade capitalista. Como ilustrou Santos (1993):

As cidades são grandes porque há especulação e vice e versa; há especulação porque há vazios e vice e versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e de um espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil de escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também se leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro ciclo vicioso. (SANTOS, 1993, p. 96)

Esta teia de relações, conectadas viciosamente, balizará as diferenciações geográficas de modo a alocar a pobreza da cidade e de seus habitantes em territórios

determinados, ampliando a desigualdade e os agravos à qualidade de vida dos sujeitos que vivenciam o espaço urbano. (KOWARICK, 1979)

Dos impactos do neoliberalismo diante deste cenário, encontramos como mais um agravante à questão urbana o profundo caráter conservador impregnando nas relações sociais por meio da “naturalização” das mazelas geridas pela desigualdade capitalista. A racionalidade neoliberal atinge níveis de degradação humana tão grotescos que é capaz de reverter a consequente desigualdade produzida e a repressão e arbítrio do Estado contra as classes expropriadas, como fator inevitável, ou mera (in) capacidade individual de sobreviver ou não à tragédia cotidiana. O que vemos na cena contemporânea é um esforço incomensurável do capital à mercantilização da vida em todas as suas dimensões. Está aí a raiz da tragédia. Mercadificada, a racionalidade posta na modernidade capitalista acarreta graves consequências no trato da questão social e de suas expressões. Ora intensificada no cotidiano da vida urbana, está refletida na criminalização da questão social e reedição do “mito das classes perigosas” – que não é página virada na história da cidade carioca. A atualidade revela a evocação do “passado, quando era concebida como ‘caso de polícia’, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

Assim, a reposta do Estado será mediada perante estratégias de acumulação, aliadas também ao provimento de segurança das elites, e em contraposição – com o reforço do seu braço coercitivo – destina às classes populares políticas ostensivas e repressoras, e/ou ações focalizadas e de gestão da pobreza; reafirmando na cena urbana carioca, como traço peculiar, uma desigualdade historicamente construída e contributiva à conformação dos territórios segregados e militarizados na cidade.

3. FACES DA MILITARIZAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Estabelecer a relação ontem-hoje torna-se primordial para uma análise do projeto instaurado de militarização dos territórios na cidade do Rio de Janeiro. Se buscássemos identificar o germe desse processo, poderíamos “retornar algumas casas”, precisamente em 1980, quando de acordo com Menegat (2013) o Rio de Janeiro deixou de ser a “caixa de ressonância nacional”, para ser o “laboratório de gestão da barbárie”.

O Rio, que fora palco de muitas mobilizações sociais e políticas e cenário de poder, passou na década de 1980 a sentir os impactos da perda do status de capital da república. Consequentemente, passou a sentir não só a perda do status, mas também das importantes massas de capital que aqui circulavam, considerando o deslocamento de muitas indústrias e

serviços para outras regiões do país. Essa perda das massas de capital foi responsável por antecipar no Rio de Janeiro um quadro que o restante do país só experimentaria na década seguinte: “as favelas em expansão, desemprego em níveis insuportáveis, e exploração da violência” (MENEGAT, 2013, p. 14). Sobre a exploração da violência, o autor faz um importante destaque. A atuação violenta do Estado não guarda mais só o objetivo de “impedir as formas razoáveis de distribuição da riqueza”. Ela agora traz também o objetivo de não deixar que a modernidade se dissolva, ou seja, a atuação repressora do Estado num contexto neoliberal, dentro da cidade mercadorizada, é o de também garantir que o excedente de capital nunca deixe de se realizar.

Concomitante ao projeto mercadológico de cidade, a década de 1980 guarda outro elemento. Mesmo após o final do regime militar em 1985, em meio ao florescimento dos movimentos sociais durante a redemocratização do país, paira no cenário nacional um comovido apelo para intervenção das forças militares no combate “ao perigo” que assolava a cidade. As forças militares, circunscritas como a guardiã da ordem, passaram a ser episodicamente convocadas para combater a crescente violência urbana, especialmente relacionada ao tráfico nas favelas.

Botelho (2013), nos dá uma mostra de alguns fatos históricos ocorridos a partir do fim da década de 1980 que podem ser considerados protoformas das atuais experiências de ocupação militares nas favelas cariocas. Podem ser enumerados de maneira consecutiva: 1) O acionamento do exército para a contenção da greve dos trabalhadores da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional (1988); 2) O patrulhamento do exército nas áreas privilegiadas da cidade durante a ECO-92; e 3) A Operação Rio, que colocou o exército como única possibilidade de combate à criminalidade.

A partir de 1994, “a chamada guerra no rio está oficialmente deflagrada”. O Exército é o “último recurso” para “reestabelecer a ordem”; lia-se nos jornais depois das pressões para que o governo estadual aceitasse uma intervenção não declarada. Pouco a pouco as tropas ocuparam vários locais da cidade e deram início à “pacificação” de zonas conflagradas. O objetivo declarado, era asfixiar economicamente os pontos de venda de drogas por meio dos bloqueios de suas vias de acesso. Seguiu-se a invasão de “favelas estratégicas”, todas situadas em bairros considerados “nobres”, nos quais a sensação de segurança artificialmente produzida foi usada como mercadoria política. A Operação Rio foi apenas um experimento, mas todo repertório midiático atual já poderia ser encontrado na cobertura da época, quase como parte integrante da operação, pois se tratava de criar a atmosfera adequada e as justificativas mais imediatas para o cerco e a ocupação dos morros, no que foi chamado “o Dia D para a ação”, a chance de o carioca reassumir o Rio.” (BOTELHO, 2013, 118)

O repertório midiático despeja na cena pública o retrato de um Estado ineficiente no combate à criminalidade. Coimbra (2001) destaca matérias como: “favelados da cidade de Deus voltam a enfrentar a polícia (OESP – 30/01/94)”; “Brizola impediu ação de federais no Morro (JB 10/03/94)”; “tráfico faz guerra em Copacabana” (OESP – 26/04/94); essas matérias colocavam na ordem do dia a situação caótica de uma cidade que não era mais

controlada por seus governantes e suas polícias; o mercado foi então a instância que apelou diretamente à intervenção militar. Após a ECO-92, a VI Plenária do Empresariado do Rio de Janeiro, reunindo diretores de diversas entidades empresariais como a Federação das Indústrias (FIRJAN) e Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), se juntaram para estabelecer medidas de combate a insegurança urbana, em prol dos possíveis impactos nas pactuações e investimentos na cidade. Reivindicaram à união, governo estadual e municipal, medidas para uma imediata intervenção; a matéria do momento, publicada no jornal O Globo, era: “os empresários querem exércitos nos Morros”; a atmosfera da guerra estava declarada a ponto do cotidiano do Rio de Janeiro ser comparado ao Vietnã e os “Morros” enquanto a fortaleza do crime; e para redenção do caos, estavam as forças militares postas à agir “nas áreas perigosas”. (COIMBRA, 2001)

Nesse sentido, poderíamos nos arriscar em dizer que a Operação Rio guardava uma relação residual com as práticas da Ditadura Militar, considerando o fim recente desta última, e o grande número de denúncias de torturas efetuadas por parte dos militares onde a operação ocorreu. Do mesmo modo, também poderíamos nos arriscar em dizer que ela deixou um lastro pioneiro no que se refere a prática de incursões de forças militares nas favelas da cidade, que ao invés de reduzirem a violência, a protagonizam.

Para além de outros aspectos da militarização, um dos problemas da formação histórica das polícias militares é a herança de uma filosofia operacional fortemente ligada às forças Armadas. A formação das polícias militares é semelhante à formação para a guerra, com uma doutrina que confunde defesa externa e defesa interna. É adotado modelo bélico de combate ao crime, sendo o criminoso percebido como inimigo a ser eliminado, os policiais vistos como combatentes e a favela como território a ser ocupado. O policiamento é, então, realizado com a adoção de estruturas e conceitos militares. (VALENTE, 2014, p. 212)

O caráter militarizado das incursões policiais e do conceito de segurança pública para a cidade, ganhou maior destaque na política aplicada pelo Governo Sérgio Cabral em 2008, que “transformou a metáfora da guerra em política pública por meio da implantação das UPPs” (SILVA, 2016, p. 290). A medida em que a instalação da Unidades de Polícia Pacificadora apresentava como objetivo principal invadir e ocupar territórios controlados pelo crime, sob o julgo da retomada do Estado, para instituição das polícias de proximidade (na essência essa tática de governo revela que aos territórios historicamente criminalizados pelo próprio Estado), a resposta aos dilemas urbanos viria pela permanente ocupação de um policiamento preparado para guerra com a impudica aparência de promoção da paz.

A política instaurada nos últimos dez anos figura uma espécie de continuísmo, mais refinado na sua dinâmica, de inserção repressiva nos territórios de favela com uma declarada proposta de militarização do cotidiano. É a face da velha política aclamada nos anos finais da ditadura, nas estratégias que conduziram a Operação Rio, refletindo as

parcerias entre Estado e as instâncias que dão o tom da política executada na cidade; é interessante notar que, o caminho traçado pela política da Segurança Pública corresponde a interesses diversos que não podem caminhar só pela via da repressão. Esta é, inclusive, uma característica do Estado que reverbera nas distintas formas de governança que não estará dissociada da política de intervenção urbana militarizada. Significa pensar que o Estado não pode ser entendido como uma força monolítica, pois ele requer distintas estratégias de absorção das classes sociais para fincar seu projeto de hegemonia.

Para maior eficácia e legitimidade, ele tem que se apresentar como Estado Nacional Popular, como Estado de todos, acima das classes. Tende a compor as diferenças existentes no interior do campo dos dominantes e, mesmo, as desigualdades estruturais em relação aos dominados. Ele, de algum modo, tem que levar em conta o conjunto das reivindicações destes. Ainda que para negá-las ou enquadrá-las a sua ordem. (DIAS, 1999, p. 49)

O caminho da militarização das favelas no Rio de Janeiro passou tanto pela experiência ostensiva, quanto pelo rótulo impassível da UPPs de promoção da paz nos territórios deflagrados pela guerra ao tráfico, e garantia aos sujeitos destes territórios o acesso a cidadania. Brito (2013) resgata uma propaganda televisiva de 2009 veiculada logo após as primeiras experiências de UPPs, em comemoração aos duzentos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que ilustra bem a estratégia de consenso à política de “pacificação”.

[...] um camburão da Polícia Militar, acelerado e estrepitoso, sobre a ruela de uma favela carioca e para; um sisudo policial sai e, com uma “quebra brechtiana” (!), abre a caçamba, de onde surgem médicos, professores, assistentes sociais etc. Neste momento começa a tocar uma idílica trilha sonora e um narrador diz: “Segurança a porta de entrada da cidadania”. Por um revestimento adequado, a “segurança”, isto é, o aparato repressivo do Estado, não dá apenas sustentação à “cidadania”, mas é antes responsável por seu “acionamento” (BRITO, 2013, p. 81).

Quando o camburão se torna a porta de entrada para o acesso aos direitos básicos à dignidade humana, e a figura do policial é posta como possível agente da transformação social, estamos falando de uma situação que inexiste em qualquer outro território brasileiro, que não sejam nas favelas cariocas. Ou seja, é o Estado legitimando uma política de gerência das favelas severamente posicionada na criminalização destes territórios e dos sujeitos que ali vivem – dos que são mais afetados com a desigualdade produzida na cidade nas suas diversas dimensões.

A contradição da gestão militarizada dos territórios residiu na proposta de intervenção social aplicada pelos agentes da segurança pública: mesclando a política de segurança e política de intervenção urbana. É uma interface que encobre as ações do Estado para o fortalecimento das parcerias com o mercado e abertura dos territórios militarizados para iniciativa privada. Por essa razão que o projeto das UPPs, fundado em 2008, no governo Sérgio Cabral, se fortaleceu, até certa medida, entre as esferas estadual e

municipal, articulando governos do PMDB – Sérgio Cabral e Eduardo Paes – para municipalização do Projeto UPP Social a partir de 2011.

Egler (2013) destaca a postura do ex-prefeito do PMDB sobre a favela: “para ele, a pobreza é produto da desordem e, por isso, a ordem urbana é celebrada pelo ocultamento dos pobres”, e acresce que o objetivo da reforma é adequar o espaço da cidade aos modelos hegemônicos de urbanismo, condicionando-o as formas mais severas de especulação; pacificar e urbanizar favelas próximas das áreas mais valorizadas da cidade, compunha o projeto de especulação destes territórios e garantia da circulação do capital.

O Estado operou numa espécie de cooptação dos territórios à abertura do mercado, ressignificando-os para o consumo com o rótulo de intervenção “social”. Esse dado da realidade nos diz sobre como a política de segurança em perspectiva militarizada cumpriu um papel fundamental à mercantilização da cidade, pois como afirmou Valente (2014), um dos objetivos de implementar a lógica de guerra à política de intervenção urbana, é converter essa lógica em um instrumento de transformação do cidadão “imperfeito” em um “perfeito” consumidor.

A eficácia da política de segurança na sua interface com a intervenção urbana só seria realizável se articulada integralmente com serviços e equipamentos que garantissem a realmelhoria da condição de vida das pessoas e que tenha como horizonte romper com o modelo de desenvolvimento geográfico desigual e seus determinantes estruturais, que afetam diretamente os territórios de favela. Mas ao contrário, o que vemos na atualidade é um processo de criminalização, expulsão e genocídio das camadas mais empobrecidas da cidade. E este não é um movimento contemporâneo. É sistêmico e permanente na formação urbana carioca. Essa política denota que o que está em jogo é prover as condições adequadas para benefício do grande capital, isto é, “estamos diante de uma política que em nome da ordem material se nega ao direito à vida social” (EGLER, 2013, p. 43).

Os efeitos da “paz armada” é a consolidação de um grande massacre, tão perverso que é praticado lentamente. É um “massacre a conta gotas”²; resgatando a fala de um líder comunitário, publicizada no livro de Alves e Evanson (2013):

Para nós, está bem claro que existe uma política de segurança pública de extermínio, mas não dá pra acusar que é de extermínio mesmo porque não matam logo muita gente. Matam cinco pessoas num lugar, quinze no outro, vinte no outro e tal. É difícil dizer “esses caras são exterminadores, genocidas”. E tem essa questão de justificar de diferentes formas: dizendo que são ações isoladas, e não uma política. No caso do Complexo do Alemão, dizem que lá é lugar de gente má e

² Essa expressão foi utilizada por Eugenio Raúl Zaffaroni, referenciada na pesquisa feita por Valente (2014). A obra de Zaffaroni utilizada na pesquisa foi “La palabra de los muertos: conferencias de criminología cautelar”. Buenos Aires: Ediar, 2011.

terrorista. Dizem também “que barriga de mulher de favela é fábrica de bandido”³
(ALVEZ; EVANSON, 2013, p. 169 apud VALENTE, 2014, p. 221-222)

Os efeitos do cruzamento entre a política urbana e a política de segurança pública é a fatídica consolidação da militarização da vida social, à legitimar na cidade “políticas que fortaleçam o ambiente econômico homogêneo e eliminam direitos, espaços de convivência e alternativas de sobrevivência são a regra, e as formas escalonadas de acesso aos bens de consumo criam hierarquias e separações” (BARREIRA, 2013, p. 159). As estratégias apresentadas pelo Estado para “solucionar” os dilemas que se apresentam no cotidiano da vida urbana, recaem sobre a emergência de novos dilemas, pois o horizonte de intervenção, embora se apresente como necessário, só acarreta na intensificação da própria questão social e suas expressões na cidade. Um dos principais dilemas que o processo de militarização traz circunda no discurso dominante, fortalecendo construções equivocadas sobre a favela como o lugar do crime e da violência, como se fosse uma qualidade natural, e que justifica inclusive a diferença da atuação policial nos distintos espaços da cidade. Em outras palavras, se reduz toda complexidade do crime e da violência urbana “à sua dimensão mais visível” (Barreira, 2013). Com base em uma forte construção social, espetacularizada, a favela é tida como o território da violência e lócus do crime. E o domínio e controle desse território é posto como necessidade permanente, sendo toda uma problemática ocultada e até mesmo descartada da realidade social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas três décadas os conflitos e dilemas urbanos adquirem contornos mais severos, para satisfação do projeto em curso de mercadorização da cidade. A década de 1990 foi um marco para pensarmos a política de militarização em curso, sendo importante considerar o modo como o mercado vem pressionando o Estado para executar intervenções cada vez mais ostensivas nas favelas e nos espaços populares, De 1992 pra cá, intervalo de 26 anos, as Forças Armadas foram acionadas a atuarem no Estado do Rio de Janeiro, um total de 37 vezes, considerando a segurança de grandes eventos, a contenção de greves, ou a instauração de terror nas favelas, à exemplo da incursão do exército por 583 dias no Complexo de Favelas do Alemão ou a ocupação de quinze meses do Complexo de Favelas da Maré, sobre essa última, ressaltasse ainda o custo de aproximadamente 600

³<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm> (acesso 07/12/2017) O massacre é legitimado em falas como a do ex-governador Sérgio Cabral, para ele a favela é fábrica de bandido e portanto o aborto legalizado e disponível para as mulheres faveladas seriam uma estratégia de redução da violência.

milhões de reais, dinheiro que a prefeitura do Rio de Janeiro não gastou em uma década com programas sociais. No caminho de mais duas décadas de experiência de gestão da barbárie, desaguamos na primeira experiência no país, de uma intervenção federal militarizada no Estado do Rio de Janeiro, onde o belicismo segue pesando sobre as casas da população pobre, sustentado por um discurso “da não violência na cidade” e da “guerra as drogas” que paira na superficialidade engrossada o coro de que para se instaurar a ordem, é preciso sacrifício.

O Rio de Janeiro atual configura um dramático cenário onde a barbárie cotidiana classifica a vida urbana em um infundável ciclo de violência: a cidade em que a polícia que mais mata é ao mesmo tempo é a que mais morre; a cidade que tem números cada vez mais crescentes de juventudes interrompidas, e de dores que nunca serão sanadas; a cidade que perpetua o racismo, institucionalizado e estrutural; a cidade que ameaça o direito à vida cotidianamente. Por essa razão, o fim da cidade militarizada é uma urgência. Mas esse caminho só será possível pelo reconhecimento do direito à cidade enquanto um direito humano, portanto coletivo, para assim reconhecer os territórios que formam a cidade como espaços integrantes e não apartados; o reconhecimento do direito à vida plena na cidade requer fundamentalmente a transformação das relações sociais; requer o movimento de refazer a nós mesmos e as nossas cidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: Até o último homem. (Orgs.) Brito, Felipe; Oliveira, Pedro Rocha de; São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: Até o último homem. (Orgs.) Brito, Felipe; Oliveira, Pedro Rocha de; São Paulo: Boitempo, 2013.

BOTELHO, Maurilio L. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: Até o último homem. (Orgs.) Brito, Felipe; Oliveira, Pedro Rocha de; São Paulo: Boitempo, 2013.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio: mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: oficina do autor: Intertexto, 2001.

DIAS, Edmundo. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. 2. ed. Textos didáticos. n°29. IFCH: UNICAMP, 1999.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Pacificação e expropriação no jogo olímpico. In: Políticas Públicas: interações e urbanidades. (orgs) Oliveira, Floriano José Godinho [et al]. 1.ed.Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.

FARAGE, J. Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: Movimento Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. (Orgs.) Abramides, Maria Beatriz; Duriguetto, Maria Lucia. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, V. Marilda. A questão social no capitalismo. In: Revista temporalis. n. 3. ano 2. Jan/julho. Brasília: ABEPSS, 2001.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, David. Os limites do capital. 1.ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

_____. A produção capitalista do espaço. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEGAT, Marildo. A crítica do valor bate à sua porta. In: Até o último homem. (Orgs.) Brito, Felipe; Oliveira, Pedro Rocha de; São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Luiz Antonio M. da. Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. 1.ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SOUZA, Marcelo, L. ABC do desenvolvimento urbano. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VALENTE, Julia L. UPPS: observação sobre a gestão militarizada dos territórios desiguais. Revista Direito e Práxis, vol. 5, n.9, 2014, pp. 2017-225, 2014.

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE: subjetividade e objetividade no
pensamento marxiano

Jéssica Ribeiro Duboc¹

RESUMO:

As reflexões desenvolvidas nesse trabalho objetivam apresentar alguns elementos acerca do processo de formação da consciência em Marx e o seu papel “ativo” que só pode ser compreendido – sem recair no subjetivismo ou no idealismo – a partir da categoria da *práxis*. O nosso objetivo foi apreender a relação entre a produção da vida material e a consciência a ela correspondente.

PALAVRAS-CHAVE: Marx; Consciência de classe; Práxis.

ABSTRACT:

The reflections developed in this paper aim to present some elements about the process of formation of consciousness in Marx and his "active" role that can only be understood - without falling into subjectivism or idealism - from the category of praxis. Our objective was to apprehend the relation between the production of material life and the corresponding consciousness.

KEYWORDS: Marx; Class consciousness; Praxis.

¹ Bacharela e Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eixo temático: Ofensiva do capital e lutas sociais.

I INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue constitui parte de uma dissertação desenvolvida no mestrado em Serviço Social que se concentrou na investigação da relação que se constitui entre as categorias da alienação, do fetichismo e da consciência na perspectiva marxiana. Por hora, apresentaremos as reflexões presentes na análise das elaborações marxianas sobre a consciência e o seu papel “ativo” que só pode ser compreendido – sem recair no subjetivismo ou no idealismo – a partir da categoria da *práxis*. O nosso objetivo foi apreender a relação entre a produção da vida material e a consciência a ela correspondente, como também a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência crítica/de classe/ comunista nas obras marxianas.

A princípio, essa tarefa mostrou-se inalcançável, na medida em que “Marx não chegou a elaborar uma teoria sobre a consciência de classe” (FREDERICO, 1979, p. 22), o próprio termo “consciência de classe” não aparece nas obras analisadas. Mas, como procuramos demonstrar, partimos do pressuposto de que nas obras marxianas encontramos *indicações* importantes para se pensar na possibilidade de formação de uma consciência que supere a aparência das relações sociais.

Para encontrarmos essas “indicações”, recorreremos aos principais escritos de Marx em conjunto com Engels, principalmente os que estão contidos no desenvolvimento da concepção materialista da história na medida em que o ponto de partida desta é o princípio de que a existência social condiciona a consciência. Entre as obras analisadas destacamos *A sagrada família*, *Teses sobre Feuerbach*, *A ideologia alemã*, *a Miséria da filosofia* e o *Manifesto comunista*.

II A QUESTÃO DA CONSCIÊNCIA NA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

As principais contribuições marxianas sobre a questão da consciência está presente nas formulações – em conjunto com Engels – acerca da concepção materialista da história. Ao passo que nossos autores desenvolvem a crítica ao idealismo alemão, desenvolvem também a concepção da história como produto dos homens em suas relações sociais. Tal concepção consiste “em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata” e em compreender as formas de intercâmbio engendradas por um determinado modo de produção, isto é, apreender a sociedade civil, em seus diferentes

momentos, como o fundamento de toda a história. A partir dessa compreensão, explica-se as diferentes criações teóricas e também, as formas de consciência.

A produção das representações dos indivíduos, nesta perspectiva, está imediatamente “entrelaçada” com a produção material e com a conexão recíproca entre os homens. Nas palavras dos nossos autores: “A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX;ENGELS, 2007, p. 94). Nesta direção, no seminal Prefácio de 1859 – Marx (2008, p. 47, grifos nossos) esclarece o que seria o “fio condutor” dos seus estudos:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. *Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.*

Entretanto, em uma sociabilidade em que reina a produção de mercadorias, a consciência do “homem comum e corrente” apreende a atividade desempenhada pelos indivíduos no processo de produção da sua vida a partir da sua relação direta e imediata com as coisas. Iasi (2011, p.20) define a consciência imediata como a primeira forma em que se manifesta a consciência dos indivíduos.

Imerso na cotidianidade², esse homem capta somente o aspecto superficial das relações sociais que o engendram (VÁSQUEZ, 2007, p. 32). Marx, na *Contribuição à crítica da economia política*, neste mesmo sentido, afirma:

Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. Na mercadoria, essa confusão é ainda muito simples. Mais ou menos vagamente, todo o mundo suspeita que as relações entre as mercadorias, como valores de troca, são antes uma relação entre as pessoas em sua atividade produtora recíproca. Nas relações de produção mais elevadas, essa aparência de simplicidade desaparece. Todas as ilusões do sistema monetário provem de que não se vê que o dinheiro representa uma relação de produção social e que a realiza sob a forma de um objeto natural de propriedades determinadas (MARX, 2008, p. 60-61).

Em outras palavras: “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la (LUKÁCS, 2012, p. 294)”. A compreensão presente neste primeiro momento corresponde à *aparência* das relações sociais de produção, na qual se apresentam como relação entre coisas.

² “A cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde” (KOSIC, 1969, p. 72).

Mas, não devemos nos enganar, ainda que a consciência imediata corresponda à aparência das relações sociais, ela é uma parte da realidade, é a sua forma fenomênica, isto é, tal como se manifesta imediatamente. A realidade é a unidade entre o fenômeno (aparência) e essência (KOSIC, 1969, p. 12).

Por isso, Marx observa que se as representações dos indivíduos “põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu *modo limitado de atividade material* e das suas *relações sociais limitadas que daí derivam*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94. Grifos nossos). Marx (2011b, p. 60, grifos nossos), em seus artigos sobre O 18 Brumário, enfatizou esse elemento:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação.

As representações dos indivíduos são “uma expressão consciente – *real ou ilusória* – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, *de sua organização social e política*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94. Grifos nossos). Logo, a inversão que se expressa na consciência dos indivíduos corresponde à uma *vida real invertida*³, uma vez que a sociedade fundada a partir do modo de produção mercantil “põe todas as relações naturais e racionais de cabeça para baixo” (ENGELS apud MÉSZÁROS, 2016, pág.77)⁴.

É neste sentido que para Marx “[...] se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como uma câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico”. Portanto, “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” e, por isso, “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a

³ Em 1843, na sua crítica a filosofia do direito de Hegel, Marx já esboça essa compreensão, ao afirmar que: “Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (MARX, 2010b, p. 145).

⁴ Nos Grundrisse (2011a, 930) também está presente essa concepção na análise de Marx da alienação: “A tônica não recai sobre o ser-objetivado, mas sobre o ser-estranhado, ser-alienado, ser-venalizado – o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, i.e., ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos. Na medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece de fato como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital –, *tal distorção ou inversão é efetiva e não simplesmente imaginada, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas*”.

elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam” (MARX;ENGELS, 2007, p. 94, grifos nossos)

No processo de reprodução do capital, a ideologia possui um papel central de justificar e reafirmar as relações de dominação, isto é, reproduz no âmbito da consciência a inversão real ocorrida na materialidade, na vida objetiva do trabalhador, configurando a consciência social de uma determinada época (IASI, 2014).

Uma consciência social em uma sociedade dividida em classes antagônicas não pode ser a mera expressão das relações que conformam uma sociedade, mas a esta função se agrega outras dimensões essenciais: ocultamento/velamento, inversão, naturalização, justificativa e a apresentação do particular como se fosse universal. Sem estas dimensões o conceito marxiano de ideologia se esvazia. *Uma consciência social que opera desta forma com a função de manter e reproduzir uma dominação de classe é, para Marx e Engels, uma ideologia* (IASI, 2014, p. 113, grifos nossos).

A ideologia expressa os interesses de uma determinada classe, a classe dominante e é, por isso, um instrumento de reprodução e dominação do capital e tem como fundamento a alienação e o fetichismo que encobre o caráter social dos produtos das “mãos humanas”. Marx, enfatiza esse elemento afirmando que,

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifos nossos).

Como seria possível se pensar em uma transformação da sociedade, se a consciência dos indivíduos se expressa, a princípio, como o reflexo das relações sociais de dominação, que subvertem a relação entre o sujeito e objeto? Em outras palavras, como se pensar em uma consciência de classe, se a consciência expressa, a princípio, a aparência das relações alienadas/reificadas?

Para responder a essa pergunta é necessário superar aquilo que compreendemos como a apreensão mecanicista e economicista da teoria marxiana. Tal aceção, pode nos levar à impossibilidade de formação de uma consciência de classe. Considerar o princípio⁵ marxiano da anterioridade e determinação do ser em relação ao pensar como uma apreensão mecanicista, é desconsiderar um dos principais pressupostos materialistas e que é introduzido como essência da concepção de Marx da história – *a luta de classes* (IASI,

⁵ “A leitura mecânica do princípio contido no prefácio pode levar à paralisia da ação humana diante das determinações objetivas” (IASI, 2011, p. 93)

2011).⁶ Portanto, Marx nos oferece muito além de um subjetivismo vazio ou até mesmo de um objetivismo estéril, o que encontramos na sua concepção é a possibilidade “de uma unidade dialética entre aspectos subjetivos e objetivos que compõem o fazer histórico” (IASI, 2011, p. 93).

É com isso em vista, que Konder (2009, p. 51, grifos nossos) afirma de forma correta que Marx e Engels, como pensadores dialéticos “jamais conceberam as relações entre o ser e o pensar como relações de causa e efeito puramente unívoca, e sim como interações (a anterioridade do ser em relação ao pensar devendo ser encarada como um momento, *como um dado histórico concreto*, e não como uma lei metafísica)”. De acordo com Mészáros (1993, p. 57, grifos nossos) aqui está posta uma questão crucial:

[...] Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o “determinado” e seus “determinantes”, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes *determinados*”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua ideia de “interações complexas” nos mais variados campos da atividade humana.

III A CONSCIÊNCIA DE CLASSE COMO POSSIBILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Como sinalizamos, Marx não chegou a elaborar uma teoria da consciência de classe. Entretanto, consideramos que em suas obras está presente a possibilidade de formação de uma consciência que supere a aparência reificada das relações sociais. Mas, deve-se ressaltar: a possibilidade de formação de uma consciência de classe no enfrentamento da alienação e suas formas contemporâneas, por si só, não supera as condições materiais que condicionam as relações sociais. Compreendemos que a consciência de classe é uma mediação política para uma transformação radical da sociedade. A consciência é um *produto* e ao mesmo tempo um *meio político* para a superação da propriedade privada e da alienação (IASI, 2011). Acreditamos que a categoria chave para compreendermos essa relação é a concepção marxiana de práxis revolucionária – enquanto a unidade entre o sujeito e o objeto, entre a teoria e a prática. Por meio da práxis revolucionária está posta a possibilidade dos indivíduos transformarem as circunstâncias e a si mesmos.

⁶ Marx demonstra esse elemento ao inferir que: “Quanto mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais existem elementos que provocam e favorecem as coalizões e, tão logo se tornem um *fato econômico*, assumindo mais consistência a cada dia [...]” (MARX, 2017, p. 144, grifos nossos). Portanto, o fator político – as greves e coalizões – de acordo com Mészáros (1993, p.60) adquire “um significado em termos de um conjunto abrangente de determinações recíprocas, em virtude de sua contribuição efetiva para uma profunda modificação estrutural da totalidade dos processos sociais”, logo, “os fatores políticos não podem ser separados dos fatores sócio-econômicos”.

Na tese III sobre Feuerbach, Marx nos oferece alguns elementos para se pensar essa questão:

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária* (MARX, 2007, p. 534).

Nessa definição de prática revolucionária como “práxis que transforma a sociedade”, Marx ressalta que os homens se transformam concomitantemente com a transformação da sociedade por meio da prática revolucionária. Logo, a sua consciência também se modifica com a modificação das relações materiais. Isto é, “o homem, definitivamente, quem muda as circunstâncias e muda a si mesmo” (VÁSQUEZ, 2007, p. 149). Assim, se a consciência é produto social, a sua “transformação” só é possível com a “transformação material das relações sociais de produção”⁷. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998, p. 56-57) reafirma essa compreensão:

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua a consciência? Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanham a dissolução das antigas condições de existência.

Quando Marx afirma “que no seio da velha sociedade se formaram elementos de uma sociedade nova” isso significa que no interior dessa sociedade, desenvolve-se uma classe que “tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41) que ao reconhecer o processo de exploração no qual está inserida, carrega consigo a *possibilidade* de superação da sua própria condição de classe.

Em *A Sagrada Família*, obra de Marx e Engels, os autores ressaltam:

Em seu movimento econômico-político, a propriedade privada se impulsiona a si mesma, em todo caso, à sua própria dissolução; contudo, apenas através de um desenvolvimento independente dela, inconsciente, contrário a sua vontade, condicionado pela própria natureza da coisa: apenas enquanto engendra o proletariado *enquanto* proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, *enquanto engendra a desumanização consciente – e portanto suprassunsa* – de sua própria desumanização (MARX, 2011c, p. 48, grifos do autor).

⁷ A simples substituição de uma consciência pela outra acaba por recair novamente no idealismo, pois não conhece a atividade real, sensível, e por seguinte, não compreendem que a consciência e, assim, as formações ideais devem serem explicadas a partir dos homens no processo de produção material de suas vidas (MARX; ENGELS, 2007).

Ou seja, “no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas força de destruição” que em consequência, emerge “uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens”. Essa classe “configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a *consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista*, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, *graças à percepção da situação dessa classe*” (MARX;ENGELS, 2007, p. 42).

Assim, uma consciência comunista, seria a consciência da necessidade de uma revolução radical, que se daria a partir da classe que suporta diariamente os malefícios do modo de produção que desumaniza ao invés de humanizar. Reconhecer o processo de exploração no qual está inserido, para o nosso autor, é uma consciência formidável⁸ e fundamental para a libertação das relações sociais estreitas em que os indivíduos são submetidos.

Marx observa que para o êxito da “ação consciente” do proletariado é necessário que o terreno objetivo das forças produtivas esteja suficientemente desenvolvido. Isso significa que para que a classe explorada possa se libertar é necessário “que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado” e “*de todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária*” logo, a existência da classe revolucionária, a “*organização dos elementos revolucionários como classe*”, já supõe a existência de todas as forças produtivas que podem se desenvolver no interior da antiga sociedade, uma vez que “quanto mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais existem elementos que provocam e favorecem as coalizões” e é na forma de coalizão “que sempre ocorrem as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem” (MARX, 2017, p. 144-146, grifos nossos).

Na *Miséria da Filosofia*, Marx (2017) apresenta que os processos de formação da classe trabalhadora já são postos – *como possibilidade* – no próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Contudo, demonstra também que esse movimento não é linear e progressivo, ele percorre as fases do processo do proletariado no enfrentamento ao capital e pode ou não se desenvolver.

⁸ “Reconhecer os produtos como seus próprios produtos e julgar a separação das condições de sua efetivação como algo impróprio e imposto à força – isto é uma *consciência formidável*, produto ela própria do modo de produção fundado no capital, e o dobre de finados desse modo de produção, da mesma maneira que, com a consciência do escravo de que ele não pode ser a propriedade de um terceiro, com a sua consciência como pessoa, a escravidão só pode continuar vegetando em uma existência artificial e deixou de poder continuar como base da produção” (MARX, 2011a, p. 380).

Marx (2017, p. 146) utiliza como exemplo, a grande indústria. Nela, os trabalhadores são concentrados em um mesmo espaço, a concorrência – imposta pelo modo determinado de produção no qual são submetidos, como vendedores da sua capacidade física – cinde os seus interesses. Porém, “a manutenção do salário, o interesse comum que elas têm contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência – coalizão”.

Em um *primeiro momento*, a manutenção dos salários é o motivo da coalizão, o interesse comum entre os trabalhadores. Posteriormente, com a repressão dos capitalistas, que também se unem frente às coalizões no objetivo de barrá-las, as coalizões que antes surgiam de forma isoladas, se associam como reação à repressão do capital. Agora, “a manutenção da associação torna-se mais importante para eles que a manutenção dos salários”. Nessa forma de luta *reúnem-se e desenvolvem-se os elementos necessários* para uma batalha futura, isto é – “*uma luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total*”. Portanto,

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, *essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma*. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2017, p. 146).

Ou seja, é na sua luta histórica - entendida aqui por meio da concepção marxiana de “prática revolucionária” – “contra a burguesia, que o proletariado se torna consciente e organizado, que de massa unida por uma situação comum ele se torna *classe para si*” (LOWY, 2012, p. 180).

As indicações marxianas acerca da formação da classe trabalhadora também estão expostas no *Manifesto Comunista*. Aqui Marx e Engels afirma, que “o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento” e a sua luta contra a burguesia começa pela sua própria existência enquanto proletário. Conforme nossos autores, de início, apenas operários isolados se empenham na luta, posteriormente, outros operários da mesma fábrica, de um mesmo ramo, de uma mesma localidade, dirigem seus ataques contra o burguês que os exploram. Neste momento, “o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência”. E por vezes, é levado à luta da própria burguesia, que para atingir os seus fins políticos, é obrigada “a pôr em movimento todo o proletariado” (MARX;ENGELS, 1998, p. 47).

Com o desenvolvimento da indústria, “o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior *consciência* dela”. As crises – enquanto resultado da concorrência dos capitalistas – constituem um elemento material importante nesse desenvolvimento. Com elas, os salários se tornam cada vez mais instáveis, o aprimoramento da maquinaria “torna a condição de

vida do operário cada vez mais precária” e “os choques individuais entre o operário singular e burguês singular tomam cada vez mais o *caráter de confronto entre as duas classes*”. A partir dessas condições, os operários começam a organizarem-se, a formarem coalisões contra os burgueses na defesa dos seus salários. Nessa luta, “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero”. Entretanto, *o verdadeiro resultado dessa luta não é o seu êxito, mas sim a crescente união dos trabalhadores* que, com os meios de comunicação desenvolvidos, adquirem um caráter mais amplo, que ultrapassam os limites locais. A organização do proletariado em classe, isto é, em partidos políticos, constitui o cume desse processo de formação. O partido dos comunistas “nas diferentes fases de desenvolvimento por que se passa a luta entre proletários e burgueses, representa em toda parte os interesses do movimento em seu conjunto”. As lutas pelos interesses e objetivos imediatos – como a luta por salários – constitui momento essencial nesse processo, entretanto, os comunistas devem defender ao mesmo tempo o futuro do movimento, isto é, ter como horizonte histórico a superação da propriedade privada e a derrubada “de toda a ordem social vigente” (MARX;ENGELS, 1998, p. 47;69).

Certamente, a exposição acima acerca das fases de desenvolvimento do proletariado – e por seguinte, da sua consciência –, deve ser considerada resguardando as devidas limitações históricas⁹. A consciência de classe – ou *consciência comunista*, na perspectiva marxiana, deve ser analisada com base nas determinações concretas e específicas da luta de classes em cada época social.

O objetivo do nosso trabalho é demarcar que Marx, ainda que não tenha desenvolvido um estudo profundo sobre a questão da “consciência de classe”, em toda a sua obra está presente a necessidade da formação da classe trabalhadora para um projeto político revolucionário que tem por objetivo libertar os homens das relações sociais alienadas. E também, que tal processo não é linear¹⁰, na medida em que percorre diferentes fases de desenvolvimento – desde a organização entorno dos interesses imediatos até a organização em partidos políticos, que tem por objetivo a constituição do proletariado em “*classe para si*”, ou seja, uma classe que se coloca para além de si mesma, que vislumbra a superação de todas as classes. Neste ponto, torna-se necessário destacar que Marx não identifica qualquer conflito entre a luta dos trabalhadores no âmbito econômico e a formação

⁹ “A aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes [...]” (MARX;ENGELS, 1998, p. 71).

¹⁰ Para uma análise marxista sobre o processo de formação da consciência de classe, ver IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011, As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012; LUKÁCS, Gyorgy, História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003; GRAMSCI, Antônio. Cadernos de cárcere. Vol. I;– Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999. LENIN, V. I. U. Que Fazer? Problemas Candentes do nosso Movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

de uma consciência revolucionária que se comprometa com o fim do regime capitalista. Segundo Braz (2011), para Marx o mais importante é a *unificação entre a luta econômica e política*.

O *Manifesto Comunista*, documento que “mostra a importância decisiva que Marx atribuía ao processo de auto-organização do proletariado” (LOWY, 2012, p. 183), nos coloca uma questão que deve ser considerada no processo de formação da consciência da classe trabalhadora do ponto de vista marxiano, sem a qual a superação da propriedade privada e da divisão do trabalho não passam de uma “*possibilidade*”, a saber: *a questão da organização*.

Nas poucas páginas que compõem o *Manifesto*, nossos autores nos oferecem uma primeira “sistematização teórico-política do tipo de organização política da classe trabalhadora”: o *partido*. (BRAZ, 2011, p. 29). As elaborações de Marx e Engels acerca do papel do partido, o coloca enquanto o principal instrumento de ação política do proletariado, ou seja, o principal instrumento capaz de promover a passagem da “*classe em si*” à “*classe para si*”. Para tanto, ele deve se empenhar em “*despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e proletariado*” (MARX;ENGELS, 1998, p. 47;69, grifos nossos).

Na mensagem do Comitê Central à Liga do Partido dos Comunistas, Marx e Engels enfatizam que a pré-condição para os trabalhadores alcançarem a vitória é obterem “*clareza sobre os interesses de sua classe, assumindo o mais depressa possível um posicionamento partidário autônomo*” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 75). Portanto, concordamos com Mézáros (1993, p. 87) que a “consciência de classe, de acordo com Marx, é inseparável do reconhecimento do interesse de classe” e que as organizações políticas dos trabalhadores são centrais para o desenvolvimento desta consciência.

IV CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, consideramos que a formação da consciência de classe é uma *pré-condição necessária* para a superação da alienação, isto é, da propriedade privada, da divisão do trabalho e da produção mercantil. A consciência de classe é um produto e ao mesmo tempo um meio político para a transformação da sociedade. Nesse movimento de superação da aparência reificada das relações sociais, as organizações da classe trabalhadora são imprescindíveis, sem as quais a superação da propriedade privada e da divisão do trabalho não passam de uma *possibilidade*. Portanto, cabe-nos apreender as mediações políticas tratadas para a formação de processos que objetivem os elementos

críticos e classistas da formação de consciência. Consideramos que a exposição das reflexões marxianas deve ser considerada resguardando as devidas limitações históricas. O prosseguimento da pesquisa nos exige a apreensão das determinações que configuram a consciência de classe e suas mediações político-organizativas na atualidade.

O objetivo do nosso trabalho, neste momento, foi demarcar que Marx, ainda que não tenha desenvolvido um estudo sistemático sobre a questão da *consciência de classe*, a sua concepção de práxis revolucionária é inseparável da “consciência dos interesses fundamentais e comuns do proletariado como classe” (VÁSQUEZ, 2007, p. 311). Entretanto, é fundamental demarcar que esse processo, ainda que perpassa o campo das mediações políticas e organizativas – como pressupostos – a superação da alienação só é possível por meio de um movimento prático, isto é, por uma revolução que transforme radicalmente as relações sociais em que estão postas as condições para a alienação. Isso significa que não se trata de trocar uma “consciência” por outra e, assim, libertar os homens dos grilhões que os aprisionam, tal como concebiam os ideólogos alemães e muito menos de “de antecipar nas formas ideais um novo mundo ainda a ser criado”. Para Marx e Engels, trata-se de “compreender nas contradições do mundo presente seu devir, o que é muito diferente” (IASI, 2014, p. 124). Para nós, a categoria chave para compreender esse processo de transformação das relações e dos próprios homens (com as suas respectivas consciências) é a *práxis revolucionária*, pois só assim o homem, em sua atividade consciente, transforma o mundo objetivo ao passo que transforma a si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IASI, Mauro Luis. “Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais” In: Marcos Del Roio. (Org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília SP: Cultura Acadêmica, 2014, v. 1, p. 95-124.
- _____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LOWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo :Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed., São Paulo: Boitempo, 2010b
- _____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **A sagrada família**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1958: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. Mensagem do Comitê Central à Liga [dos Comunistas]. In: **Lutas de Classes na Alemanha**. 1.ed., São Paulo: Boitempo, 2010a

MÉZÁROS, Itsván. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016

_____. **Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Ensaio, 1993.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 1 ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

QUESTÃO AGRÁRIA E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: significado e impactos do
agronegócio

José Amilton de Almeida¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo examinar os impactos do agronegócio sobre a questão agrária e a “questão social” no Brasil, bem como analisa os desafios da reforma agrária no contexto contemporâneo. A pesquisa se deu com base em análise bibliográfica e os seus resultados nos levam a identificar a questão agrária no Brasil como um importante fundamento da “questão social” cujos desdobramentos econômicos e sócio-históricos recolocam o velho dilema entre reforma ou revolução.

Palavras-chave: agronegócio, questão agrária, “questão social”, reforma agrária, revolução.

AGRARIAN QUESTION AND "SOCIAL QUESTION" IN BRAZIL: meaning and impacts of
agribusiness

Abstract

This article aims to examine the impacts of agribusiness on the agrarian question and the "social question" in Brazil, as well as analyze the challenges of agrarian reform in the contemporary context. The research was based on a bibliographical analysis and its results lead us to identify the agrarian question in Brazil as an important foundation of the "social question" whose economic and socio-historical unfoldings replace the old dilemma between reform or revolution

Keywords: agribusiness, agrarian question, “social question”, agrarian reform, revolution.

¹Assistente social, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vinculado ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: j.amilton.servsocial@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma pequena parte de uma dissertação de mestrado na qual investigou-se *A unidade estrutural entre questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro*, aprovada pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora em fevereiro de 2019.

Com base no referencial teórica da tradição marxista, temos como objetivo fazer uma reflexão do significado do agronegócio no Brasil, dos seus impactos sobre a questão agrária e a “questão social”, tendo em vista o exame da unidade contraditória existente entre ambos, selada, por sua vez, pelo modo de produção capitalista e as contradições internas que o configuram.

Naquele trabalho, assim como buscaremos elucidar aqui, sustentamos a *hipótese de que a questão agrária no Brasil vem a constituir-se como um fundamento da questão social*, de modo a particularizá-la e determiná-la, sendo, ao mesmo tempo e mediante os mesmos imperativos, por ela determinada e particularizada, cujos resultados mais importantes passamos a apresentar agora.

2. SIGNIFICADO DO AGRONEGÓCIO

Ao estudar o significado do agronegócio no Brasil, identificamos que há uma imbricação estrutural, com origens em nosso passado colonial e escravista, entre a monocultura, a concentração fundiária e a exportação de *commodities* em nosso país. Estas características podem ser identificadas como elementos de permanência e conservação, ou como momentos de “continuidade e renovação”, como assinalado por Bezerra (2014, p. 145). Sendo o agronegócio o modelo hegemônico com que o capital monopolista lida atualmente com a terra, com a força de trabalho e os seus derivados, justifica-se a nossa opção de, partindo dele, buscarmos as evidências que nos propiciem melhor compreender a natureza estrutural da questão agrária com a “questão social” na atualidade. Nesse sentido, para abranger o real alcance e o significado do agronegócio, é necessário recorrer a alguns elementos específicos como: que conteúdo concreto ele abrange? Como e quando ele surge? Que mudanças no padrão de acumulação do capital o produziram? Quais seus impactos para a questão agrária e social brasileira atualmente?

De acordo com Santos (2016, p. 47-48), num de seus estudos intitulado *A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio*, ela diz:

O 'moderno' agronegócio faz parte da continuidade da lógica conservadora da economia agrícola capitalista remontando desde o período colonial (*plantation*) e que manteve a estrutura agrária brasileira numa espécie de 'modernização conservadora' ainda no período de ditadura militar, com a introdução dos padrões tecnológicos da revolução verde [...] As origens do agronegócio tem como pressuposto a proposta-base da 'revolução verde', criada no período pós II Guerra Mundial, com o financiamento da fundação Rockefeller com um discurso cínico de acabar com a fome no mundo e teve como principal fundamento destruir os restos de guerra utilizando todo o lixo tóxico destinando-o à agricultura.

Tais fatos se sucedem numa arena polêmica, centrada em torno de um assunto bastante antigo, a superação do atraso, e inclui-se no interior de um movimento modernizador, ainda que dependente, que vem desde a década de 1950, com “os cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek. No período, conforme explica a autora, há a criação do Sistema de Extensão Rural, cujo papel era levar até aos produtores o pacote tecnológico completo do programa da revolução verde. “O sistema causou de fato a ‘revolução’, destruindo formas sustentáveis de agricultura praticadas por comunidades tradicionais e passou a impor uma lógica destrutiva do modo de vida no campo e na cidade” (SANTOS, 2016, p. 49).

De acordo com Stédile (2011, p. 24), a estratégia se tratou de

estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se ao interesse do capital estrangeiro, vinculado a um processo acelerado de industrialização na cidade, também baseado no investimento de empresas multinacionais (STÉDILE, 2011, p. 24, *grifos nossos*).

Com apoio na literatura e nos dados que vimos explorando, nota-se que os movimentos sociais que ressurgem – como que das cinzas – em fins da década de 70 início da década de 80, são a expressão atual dos nossos problemas históricos, os quais não foram, nunca, removidos, e, ao contrário, penetram cada vez mais em nossa estrutura social periférica e dependente (FERNANDES, 1975, MARINI, 2005, SAMPAIO JR, 2014) ao agravar o grau de concentração e acumulação capitalista. Mas se o agronegócio é igualmente a expressão moderna do tradicional modelo agroexportador brasileiro, em que ele se diferencia daquele?

Para ajudar a responder esta questão, Guilherme Delgado parte da seguinte premissa:

[...] para se entender o que se passa no Brasil em termos de expansão das atividades do setor primário a partir dos anos 2000, recorro a teoria do capital financeiro na agricultura. Esta é a matriz teórica explicativa do processo real de acumulação de capital neste setor, empiricamente denominado de 'agronegócio' [...] (DELGADO, 2013, p. 62).

Em suma, os elementos que o conotam, de acordo com Bezerra (2014), apresentam as seguintes características:

O primeiro elemento a ser observado neste processo é que grandes corporações financeiras internacionais, sobretudo os bancos, passam a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura, gerando, portanto, uma concentração dessas empresas no que se refere à terra e à riqueza produzida. Ocorre também um processo de centralização desse capital na agricultura, onde, muitas vezes, uma mesma empresa passou a controlar toda a cadeia produtiva e o comércio de um conjunto de produtos da economia, indo desde a produção de sementes e agrotóxicos até setores da indústria farmacêutica. Essas empresas, concentradas e centralizadas, passam a controlar os mais diferentes campos de desenvolvimento da agricultura, tais como o comércio e a produção de insumos. Máquinas, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas etc. (BEZERRA, 2014, p.140).

Para Guilherme Delgado (2013), há aí, do ponto de vista do capital financeiro na agricultura, uma estratégia muito bem articulada entre a aplicação de capitais e a apropriação da renda terra. Neste caso, se tivéssemos que fazer um brevíssimo resumo do que seria o agronegócio, começaríamos por reconhecer que ele é nada mais que o apoderamento capitalista da agricultura, por meio dos complexos agroindustriais, na fase em que adquiriu hegemonia o capital financeiro, associados às transformações tecnológicas e científicas e à reestruturação que conduziu ao neoliberalismo – principado entre fins da década de 60 e início da década de 70 nos países de centrais – expresso incisivamente na economia política brasileira a partir da década de 1990. Neste momento, o Estado e o fundo público – num movimento que vinha se constituindo desde e antes, mas que, agora, chega à maturidade – revelam a sua natureza estrutural para garantir os padrões de acumulação do capital levado a cabo pelos monopólios, pela financeirização, as privatizações e a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais. Esta é a fase a que David Harvey (1993) chamou de “acumulação flexível” ao passo que Mandel (1982) chamou de “capitalismo tardio”.

Ao analisar os dados de 2010 produzidos pelo Banco Mundial, Sauer (2013, p. 170) revela que o agronegócio “se concentra na expansão de apenas oito *commodities*: milho, dendê (óleo), arroz, canola, soja, girassol, cana-de-açúcar e floresta plantada”. Muitas dessas culturas vinculam-se ao crescimento e à valorização dos setores dos agrocombustíveis. De acordo com ele, “em 2008, a estimativa da área total cultivada com matérias-primas para os agrocombustíveis era de 36 milhões de ha – área duas vezes maior que em 2004 [...]” (SAUER, 2013, p. 171). O papel do Brasil se revela bastante expressivo neste setor, participando, principalmente, com exportação da soja e da cana-de-açúcar.

Na mesma direção, Guilherme Delgado salienta também que o chamado agronegócio brasileiro

encontrará um mercado internacional muito receptivo na década de 2000 por meio de meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovino e de aves) a celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2009-2010. (DELGADO, 2013, p. 65-66).

Tal processo realiza-se por meio do apoderamento das empresas multinacionais sobre a agricultura, a pecuária, a mineração, a produção em suas diversas esferas, os mercados, inclusive, financeiros, no controle de insumos e sementes através de patentes, assim como passam a dominar a tecnologia, o conhecimento e a sua difusão, enfim, a controlar toda a cadeia.

Como se vê, a saída primário-exportadora é mais que uma saída conjuntural para as crises cíclicas do processo de acumulação capitalista. Ela se configura na realidade brasileira como um dado estrutural, relegado desde os portugueses e a colonização, transcendendo até a ascensão da nossa atípica revolução burguesa (FERNANDES, 1975), conservando e modernizando-se, assim como modernizando e adaptando antigas estruturas de dominação de classe às exigências da acumulação do capital em suas diversas fases e transformações internas. Assim, vem à tona a nossa herança colonial e escravista (PRADO JR., 1970, 2014a, 2014b): o autoritarismo, o conservantismo, o patrimonialismo, dentre outros traços que, comprovando a sabedoria dos clássicos, tornam a revelar-se diariamente diante de nós, até mesmo quando – para muitos, mas não por todos – eles pareciam adormecidos, a exemplo do “Impeachment” de 2016 e as eleições de 2018 que elegeram uma figura torpe para governar o país e reestabeleceram uma coalizão ultraconservadora entre as classes dominantes, ligadas, especialmente, à burguesia agrária e a bancada ruralista.

3. OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A “QUESTÃO SOCIAL”.

A conjuntura econômica e política que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1990, sob a égide do chamado neoliberalismo, e que, para o campo brasileiro, significou a consolidação do agronegócio é ainda responsável pela contínua expulsão da população rural para as cidades, expressando um movimento tão intenso que faz parecer que, enquanto no campo houver gente, ela migrará para os centros urbanos. Ao fazer com que os trabalhadores e a população se concentrem nas cidades, o mesmo mecanismo faz com que, aparentemente, se concentrem ali também, e de maneira mais visível, as típicas expressões da “questão social”, as quais se tornaram o foco da intervenção e da institucionalização do Serviço Social como profissão no seu longo percurso histórico da caridade ao direito.

Hoje, o agronegócio rende os mais altos índices de produtividade já vistos na história da agricultura brasileira e mundial, e os latifúndios são exaltados como o mais perfeito exemplo de desenvolvimento e prosperidade, somando argumentos de que, com isso, supostamente não haveria mais uma população rural para a qual destinar-se-ia um programa de reforma agrária efetivo e abrangente. Entretanto, não podem ignorar o fato de que o Brasil possui uma das maiores desigualdades sociais do mundo, computa um dos maiores índices de concentração de terra e renda do planeta, além de ser o lar de um dos maiores movimentos sociais *campesinos*, o MST. Um problema para o qual o agronegócio não aponta qualquer solução, assim como não poderia o apontar a matriz que lhe deu origem: o sistema primário-exportador, que vem de longa data em nossa história colonial e escravocrata, associado à heteronomia das elites, nacional e internacionais, sejam agrárias ou industriais (FERNANDES, 1975, IANNI, 2004, PRADO JR., 1970, 2014), tal como a financeira identificada no item anterior.

Para se ter ideia do nível de desigualdade e concentração de riqueza e terra no Brasil, apenas como título de exemplo, um estudo publicado no periódico *El País*(2018) revela que, atualmente, as seis pessoas mais ricas daqui concentram uma riqueza equivalente a que é dividida entre aproximadamente metade da população. São eles os senhores Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim).

Segundo a Oxfam, menos de 1% da população concentra quase metade das terras brasileiras enquanto que os 10% de pequenos proprietários existentes, com propriedade inferior a 10 hectares cada um, não ocupam sequer 3% do território. Esta mesma pesquisa revela também que existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. Juntas, elas devem aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária (OXFAM, 2018).

Atualmente, fruto da modernização conservadora, tal como do êxodo, da especulação, da financeirização e do aumento da composição orgânica do capital na agricultura brasileira, a população que vive no meio rural, segundo dados do IBGE (2010), não passa de 15%. Daí advém parte da justificativa da criação de políticas públicas minimalistas e focalizadas destinadas às chamadas “minorias” (título que merece uma rigorosa revisão crítica):negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores, agricultores familiares, pequenos agricultores, sem terras e afins, que passam a disputar entre si as

poucas e poucas políticas sociais, incapazes de abranger a todos. Contudo, estes 15%, que em termos relativos podem parecer insignificantes, em termos absolutos eles representam quase 30 milhões de seres humanos, mais que o dobro da população total de um país como Portugal, por exemplo.

Desse modo, inferimos que o agronegócio de hoje, assim como a *plantation* de ontem, ambos atravessados pelo modelo agroexportador, devem dizer muito sobre nossa natureza burguesa e nos ajudar a entender as relações sociais vigentes, seja no campo ou na cidade.

4. REFORMA AGRÁRIA: “REFORMA OU REVOLUÇÃO?”²

Diante de um cenário como este, considerando a reforma agrária como uma política de mediação entre a questão agrária e social brasileira, qual a possibilidade da realização de uma reforma agrária com vista na ampla distribuição de terras para o conjunto dos trabalhadores?

Esta é a questão a que têm enfrentado os muitos movimentos sociais contemporâneos, especialmente os de luta por terra, moradia e trabalho no campo, mas também pelos mesmos anseios na cidade, os quais vêm assumindo posições importantes na contracorrente do movimento concentrador e centralizador do capital na agricultura em sua fase financeira. Estes movimentos, tais como o MST, o MAB, o MPA, dentre outros – vinculado a uma articulação camponesa mundial conhecida como Via Campesina e à Coordenação Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC) –, a despeito da impossibilidade de uma reforma agrária burguesa clássica, vêm propondo, como plataforma unificada, a *reforma agrária popular*, cuja estratégia fundamental seria orientada por uma perspectiva anticapitalista.

Os movimentos sociais que surgiram no início da década de 1980, cuja maior expressão é o MST, enfrentaram um cenário adverso para sua pauta. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Júnior:

Mesmo enquadrada nos marcos extraordinariamente restritivos impostos pela burguesia brasileira, a luta pela terra chocou de frente com a política fundiária do Estado democrático brasileiro. Para conter os sem-terra e defender o latifúndio, as classes dominantes não hesitaram em partir para a guerra suja. Com a evidente cumplicidade das autoridades de plantão, lançaram mão de todos os expedientes á disposição: criminalização das lutas sociais, massacres, assassinatos, estigmatização, retaliação econômica, espionagem, manipulação de informação, censura aos meios de comunicação (SAMPAIO JR., 2013 p.223).

² “Reforma ou revolução?” é o título da clássica obra de Rosa Luxemburgo, publicada em 1900, na qual a autora apresenta uma crítica radical a social-democracia alemã, desmistificando as teses de um dos principais representantes, Eduardo Bernstein.

Na segunda metade da década de 1990, sob o governo FHC e a política de ajuste fiscal, integrado a estratégia financeira do Banco Mundial,

o Estado brasileiro finalmente definiu uma estratégia e um formato para sua política 'positiva' de enfrentamento da crise social no campo. Seguindo as diretrizes do Banco Mundial, o acesso do homem pobre à terra foi concebido como um problema individual, que deveria ser enfrentado caso a caso, em função da urgência dos necessitados e da gravidades social da região em conflito. *A política de assentamento foi arquitetada e executada como política assistencialista.* O ritmo e a intensidade da 'reforma agrária' ficariam limitados à disponibilidade de recursos orçamentários. Assim como a abolição da escravidão foi realizada pelos brancos, a reforma agrária seria reduzida de cima para baixo pelo latifúndio e para o latifúndio. (SAMPAIO JR., 2014, p. 224, *grifos nossos*).

Contudo, pondera ele

O abandono definitivo da reforma agrária, mantido no governo Dilma, revela de maneira inequívoca que os obstáculos interpostos pelos governos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique à democratização do campo não podem ser atribuídos a conjunturas políticas circunstanciais. O bloqueio à reforma agrária confirma as interpretações que enfatizavam a total falta de disposição do Estado para enfrentar o latifúndio. [...] A decisão de não fazer a reforma agrária corresponde a uma razão de Estado, fechando o espaço para uma solução socialmente construtiva para a questão agrária, a burguesia reitera a importância estratégica do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo brasileiro (SAMPAIO JR., 2013, P. 225-226).

A falha da esquerda brasileira, segundo Sampaio Jr. (2013, p. 231), foi ter acreditado que haveria espaço para mudanças graduais no marco do capitalismo dependente, na qual incluía-se a reforma agrária. Vista num plano mais amplo, conclui o autor:

Posta em perspectiva histórica, a derrota das forças que apostavam na mudança social deve ser interpretada como parte do mesmo processo de impossibilidade histórica que, desde o golpe militar de 1964, interrompeu violentamente todas as iniciativas de reforma que pudessem colocar em questão a continuidade das articulações internas e externas que sustentam o capitalismo dependente. Processos análogos ocorreram em todo o continente latino-americano, desnudando que existem condicionantes estruturais mais gerais que aprisionam o continente no círculo de ferro da dependência e do subdesenvolvimento. (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p. 231)

Como isto é próprio da burguesia brasileira, ainda que alguns setores possam destoar dos interesses hegemônicos da alta cúpula da classe dominante do país, é o movimento de resistência que possui a verdadeira condição de alterar este quadro. Um elemento unificador na diversidade é a estratégia da *reforma agrária popular* proposta como uma arena comum dos interesses dos muitos movimentos sociais existentes no país cujo programa é sintetizado pelo MST. Vale lembrar que estes movimentos sociais são organizações cuja coragem se revela na necessidade de se colocarem ainda hoje em franca disputa contra os setores mais desenvolvidos da acumulação capitalista, enfrentando instituições monopolistas e financeiras com atuação na agricultura, na pecuária, na

mineração, na exploração hídrica, energética, na especulação imobiliária etc., bem como tendo que enfrentar o próprio Estado que atua em favor daquelas.

De acordo com Bezerra, o movimento que conduz estratégia da reforma agrária popular pauta-se historicamente nos seguintes pontos:

- Acesso à terra, o qual abrange também bandeiras como a distribuição de terras e o limite do tamanho da propriedade de bens da natureza;
- Garantia e defesa do uso, da posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, bem como o respeito a sua cultura, profundamente afetada pelo agronegócio e pela internacionalização das terras;
- Políticas Públicas de apoio à produção camponesa, potencializando a organização dos trabalhadores em novas formas de gestão do trabalho no campo (cooperativas), os preços, a pesquisa agropecuária, dentre outros elementos;
- Promoção e desenvolvimento de Políticas Públicas para a população do meio rural de uma forma geral, em áreas como educação, saúde, seguridade social, habitação etc.;
- Soberania alimentar e nacional, pautando que a produção de alimentos deve ser controlada pelas forças sociais nas realidades nacionais;
- Preservação do meio ambiente local, regional e nacional, com a utilização das técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, o respeito ao meio ambiente e a biodiversidade, o combate ao uso de agrotóxicos, o ‘desmantelamento zero’, a desmercantilização da água etc.
- Implementação de um projeto energético orientado pelos interesses dos trabalhadores;
- Construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política a ser orientada pelos processos de lutas dos trabalhadores. (BEZERRA, 2014, p.144).

Para a autora, esta pauta sintetiza, de certo modo, a “complexificação dos processos que constituem a luta pela terra”, os quais “complexificam, também, os espaços políticos e organizativos que, nesta realidade, passam a conter as dimensões da crítica e da resistência a este processo de avanço do capital” (BEZERRA, 2014, p. 144-145).

Com base nessas premissas, o *Programa Agrário do MST*, ratificado no seu VI Congresso Nacional, em 2013, reconhece que, atualmente, “não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. [...]” (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, p.31). Para este movimento social, a Reforma Agrária Popular – que é uma contraposição à reforma agrária clássica – não se realiza sem mudanças estruturais na ordem do capital e sem o envolvimento de todas as classes oprimidas e exploradas. Se a reforma agrária popular, nesse sentido, situa-se também dentro do marco do capital, o que a diferencia da reforma agrária clássica é o reconhecimento da inviabilidade desta segunda e, daí, a necessidade de fazer frente, montar resistência e estabelecer instâncias de negação ao desenvolvimento capitalista da fase atual.

Desse modo, diante da impossibilidade da reforma agrária clássica, é considerável que as determinações da estrutura fundiária capitalista no Brasil e o perfil da luta de classes

no seu interior se inscrevam mais no âmbito da necessidade de uma *revolução* do que uma *reforma* simplesmente. Pois como já indicado:

o sentido das transformações estruturais que condicionam a luta de classes no Brasil – a relação inextricável entre capitalismo dependente, latifúndio, miséria e barbárie – gera a necessidade histórica de combinar reforma agrária, revolução brasileira e revolução socialista (SAMPAIO JR., 2013, p. 192).

Na análise desse autor, percebemos a questão agrária como um pilar do desenvolvimento capitalista no Brasil, de modo a mediar a unidade urbano-rural e imprimir qualidades específicas à nossa questão social ao identificar o devido lugar da disputa por terra no país, posta, por sua vez, no centro dos conflitos sociais e da gana insaciável do imperialismo e do capital monopolista pelo lucro. Desse ponto analítico, a reforma agrária se torna um problema urbano do mesmo modo que o problema urbano se torna-se um problema agrário. Em realidade, ou seja, teoricamente, ambos tornam-se um só, recompondo a unidade e a dialética que os rege. Daí,

a metástase de contradições geradas pelo acirramento das contradições no campo gerou uma complexa questão urbana, cujo ponto nevrálgico consiste, em última instância, no bloqueio sistemático do acesso do homem pobre ao solo urbano. A solução da questão agrária como base do processo de integração nacional passou a confundir-se, desse modo, com mudanças de grande alcance nas estruturas econômicas, sociais e políticas das cidades. *Reforma agrária e reforma urbana tornaram-se duas faces de um mesmo processo de transformação social que envolve todas as dimensões da sociedade – a revolução brasileira.* (SAMPAIO JR., 2013, p. 209-210, grifos nossos).

É nessa perspectiva que se revela, a nosso ver, a natureza fundante da questão agrária no Brasil de modo a determinar um perfil particular à nossa “questão social”, a qual não se resolve sem tocar na estrutura fundiária burguesa. E isso nos dá segurança em reafirmar a hipótese de que a questão agrária no Brasil vem a se configurar como um importante fundamento da “questão social”.

5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento das forças produtivas opera de modo contraditório. No que diz respeito ao agronegócio, ele manifesta a face contemporânea do apoderamento capitalista da terra e da agricultura, com impactos profundos sobre o mercado de trabalho e as condições de vida do trabalhador, conduzindo à questão agrária e social a um estágio mais problemático e elevado. Dos anos 1960 para cá, como uma das expressões desse processo, há uma inversão demográfica entre população rural e urbana no Brasil, cuja tendência aponta para a sucessiva diminuição da quantidade relativa daqueles que vivem nomeio rural.

À medida que aumenta o grau e acelera o processo de concentração da terra, sob os domínios do capitalismo monopolista e financeiro, comprime-se cada vez mais o espaço onde estas populações possam trabalhar, viver e se locomover. E, na medida em que o campo se esvazia de gente, superlotam as cidades, crescem as posses ilegais urbanas, as ocupações irregulares, os conflitos sociais, a violência, a criminalização e a marginalização dos estratos mais pauperizados da população, atingindo, principalmente, a população negra que se encontra na periferia. Estes problemas vêm acompanhados, ainda, de toda a falta de planejamento urbano, das dificuldades com o saneamento, moradia, locomoção, infraestrutura, desemprego e miséria, que são típicos da civilização moderna.

Tal dinâmica vem confirmar que, em realidade, do ponto de vista da economia política, não há qualquer linha divisória entre cidade e campo. O estudo de Sant' Ana (2012), por exemplo, dá algumas evidências disso quando a autora demonstra como o agronegócio – que se vale da agricultura e da grande extensão latifundiária – necessita buscar na periferia das cidades parte de sua mão-de-obra, haja vista que este mesmo sistema não permite que aquelas pessoas, na sua grande maioria, vivam no campo.

O proletariado agrícola está muito além da definição clássica de camponês e não reside apenas no campo, assim como o operário não está apenas na cidade. Em realidade, não há qualquer cisão, do mesmo modo como não deve haver dualismos entre questão agrária e “questão social”, dado o seu condicionamento recíproco enquanto durar o capital. Assim como já destacamos antes, questão agrária e “questão social” são variantes de um mesmo fenômeno e, por sua vez, se determinam mutuamente, se entranhando de maneira molecular e genética na sociedade burguesa.

Com isso, quanto mais grave se demonstrar a questão agrária, tanto mais grave será a “questão social”. E, ainda que, do ponto de vista socioeconômico e político, as soluções para a “questão social” devam passar por um imenso conjunto de outras medidas (com na indústria, na economia, na política, na educação, na cultura etc.), acreditamos que, dentre elas, a radical mudança no modo de apropriar, produzir, utilizar e distribuir coletivamente a terra e seus recursos naturais esteja entre as principais.

Nessa perspectiva, são exemplos concretos os movimentos sociais que, corajosamente, lutam atualmente por reforma agrária, por reforma urbana, contra a especulação imobiliária, em defesa do meio ambiente, contra as barragens, as “grilagens” de terras, a introdução dos transgênicos, as privatizações, enfim, todas aquelas organizações que se põem na defesa de melhores condições de vida e dignidade e que, como obstáculo antigo sempre em renovação, encontram a sua frente um cenário

econômico e político hegemônico por uma classe dominante extremamente hostil às reivindicações democráticas.

6. REFERÊNCIAS

- BEZERRA, C. S. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES M. B. et al, (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014, v. 1, p. 136-152.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População nos Censos Demográficos, Segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a Situação do Domicílio, 1960- 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- CONCENTRAÇÃO de riqueza: *Super-ricos estão ficando com quase toda riqueza, às custas de bilhões de pessoas*. Oxfam. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em: 24 nov. 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra Corrente: Ensaio sobre Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELGADO, G. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, J.P. (org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FERNANDES. F.F. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do Capitalismo*. 4 ed. – São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STÉDILE J. P, TRANSPADINI, R. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.
- _____. *A Revolução Brasileira/A questão Agrária no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 21 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- PROGRAMA Agrário do MST. VI CONGRESSO NACIONAL DO MST. Brasília, 2013.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, J.P (Org.). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, S.F. A questão agrária no Brasil. In: NOVAES, H, et al (Org). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stédile, J.P. (org.). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SEIS brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. *El País On-line*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- STÉDILE, J. P (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *Questão agrária no Brasil. Revista Espaço e Debate*. 11 ed. São Paulo: Atual Editora, 2011.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL:
uma aproximação a partir da experiência de estágio

Larissa de Castro Marção Ferreira ¹

Millainy de Oliveira Coelho ²

Marco José de Oliveira Duarte ³

RESUMO: Ao longo do tempo, os assuntos que envolviam sexualidade e gêneros são tratados por análises conservadoras. Com isso, diversas instituições assumiram o papel de enquadrá-las como sodomitas, pederastas criminosos e diagnósticos patológicos. Atualmente as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não podem ser determinados pelos conceitos antigos relacionados à estes temas. Essa parte da população é predisposta a um maior sofrimento mental, pois são constantemente subjugadas as mais diversas formas de violência. A partir da experiência de estágio acadêmico, será apresentado neste artigo uma reflexão acerca da saúde mental da comunidade LGBT.

Palavras-chaves: diversidade sexual; gênero; saúde mental.

ABSTRACT: Throughout the time issues involving sexuality and gender are treated by conservative analyses. So, several institutions defined that persons as a sodomite, criminal pederasts, and with pathological diagnoses. Nowadays lesbians, gays, bisexual, transvestites and transsexuals (LGBT) cannot be determined by the older concepts about this theme. This people community is highly susceptible to mental health problems because they are constantly subjugated to the most diverse types of violence. From academic stage experience, we will present a paper that proposes a reflection about the mental health that LGBT community.

Keywords: *sexual diversity; genre; mental health.*

Bacharel em Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: llarissamarcao@hotmail.com. Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

Assistente Social. Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: millainyoc4@gmail.com. Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

Assistente Social. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: majodu@gmail.com Eixo temático - Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais

1. Introdução

A LGBTfobia vem causando cada vez mais vítimas no Brasil com o passar dos anos. Esta, por sua vez, assume as mais variadas formas, que vão desde o âmbito mais privado da vida dos sujeitos, como a família, ao mais público, como instituições e afins. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017) em seu relatório anual que contabiliza a violência sofrida por esses grupos, somente no ano em questão, 445 casos foram notificados, sendo destes 58 suicídios. O relatório do referido grupo mostra que a cada 19 horas, uma lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual (LGBT) é assassinado ou se suicida no país.

A realidade por trás destas informações se intensifica em um cenário que pouco tem de atual, uma vez que as perseguições contra essas populações datam dos mais remotos tempos. Tratadas como pecadoras, criminosas, loucas e abjetas, estas sempre foram vítimas dos mais diversos tipos de brutalidades, agressões e perseguições através dos séculos por sociedades e culturas que propagavam a hétero-cisnormatividade como verdades absolutas e incontestáveis. No Brasil, assim como referido acima, essa realidade não se deu de maneira distinta.

A exposição constante das LGBT a esses cenários tão hostis fez surgir em grande parte do mundo, principalmente, a partir da década de 1960, movimentos de contestação das ordens vigentes. Nacionalmente, estes ganharam corpo durante a Ditadura civil-militar e nos movimentos pela redemocratização, mas, especialmente, no final destes, no início de 1980, quando a epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/AIDS) veio à tona, expondo ainda mais ao preconceito essa população, principalmente, os gays em nossa sociedade.

No entanto, esses e tantos outros movimentos funcionaram como um mote para aqueles que lutavam pela livre orientação sexual e de gênero. Avanços para os referidos grupos foram percebidos e ainda que estes tenham sido incluídos de modo superficial no processo Constituinte de 1987-88, na saúde, importantes conquistas foram alcançadas, acompanhando, mesmo que tardiamente, algumas associações médicas internacionais.

Na década seguinte, em 1990, a homossexualidade foi retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID) na sua 10ª edição (CID-10), pela Organização Mundial de Saúde, impulsionada pela *American Psychiatric Association* (APA), que em 1973 retirou a homossexualidade do rol de perturbações mentais (DUARTE, 2014a), como também, no Brasil, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que em 1985 recomendou o não uso do “homossexualismo” enquanto patologia. Ou seja, as lésbicas e os gays deixaram de ser considerados doentes mentais, que necessitavam de uma intervenção médico-psiquiátrica e o seu modelo de tratamento manicomial, conquistando o direito ao acesso e tratamento por esses mesmos serviços, mas não mais com essa patologia mental, entendida como desordem ou distúrbio (FERREIRA, COELHO, 2018, p.14).

Se a despatologização de LGB ocorreu em 1990, só agora, em 2019, levando em consideração a despatologização das identidades transexuais se fez possível com a nova edição do CID-11. Assim, os e as transexuais passaram a ser desconsiderados da lógica patologizante, abandonando o lugar de “doentes mentais” perante a sociedade, mas sem perder necessariamente o espaço delegado pela saúde mental, já que o sofrimento, especialmente o mental, não “abandonou” esta população.

Nesse sentido, a comunicação é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelas autoras, e, portanto, pretende apresentar a investigação realizada a partir da inserção nos campos de estágio que as mesmas realizaram ao longo do curso de graduação em Serviço Social da UFJF, sendo estes dois CAPS da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Tomando como questão o acolhimento e a garantia de acesso das LGBT nesses espaços.

2. Da moral religiosa à patologização das sexualidades dissidentes: as marcas históricas do preconceito e da discriminação a população LGBT

As diversidades sexuais e de gênero ao longo dos séculos foram tratadas pelas mais variadas instituições de poder como desviantes e sob as mesmas desenvolveu-se um olhar extremamente negativo e punitivista. De acordo com Foucault (1988) a sexualidade é um dos dispositivos sobre o qual se exercem as formas de poder e controle da sociedade, dentro destes, a heterossexualidade bem como a cisnormatividade foram enquadrados nos padrões sociais criados como mecanismos de controle social, criando sob ambos uma verdade absoluta que deveria ser seguida a fim de se manter a ordem.

Como relatam Pretes e Vianna (2008), no Brasil uma das primeiras formas de controle sobre esses determinantes veio através dos avanços dos ideais do cristianismo no país, assim que este se viu sob domínio dos portugueses. A Igreja desempenhou importante função no que diz respeito a estigmatização dessas sexualidades, principalmente, e orientações de gêneros, subjugando-as como sodomia, em uma referência a cidade de Sodoma, condenada pela ira divina por conta da imoralidade de seus habitantes.

Segundo a tradição cristã, sodomitas seriam os praticantes de atos sexuais contra a natureza humana. Todo e qualquer ato sexual que não tivesse como fim a procriação era tido por sodomia, sendo um pecado frente a Deus. Estados católicos e não-católicos tipificaram a sodomia, transformando assim o que era considerado pecado também em crime. A sodomia, até meados do século XIX, era um pecado frente a Deus e um crime contra o Estado, configurando um pecado-crime. (TREVISAN, 2000 *apud* PRETES; VIANNA, 2008, p. 307 *apud* FERREIRA; COELHO, 2018, p.18).

Desse modo, todo e qualquer tipo de relação sexual não conjugal e que não tivesse como fim a reprodução, era condenada por esses ideais como pecado, incluindo claramente

as práticas não heterossexuais. Com isso, a Igreja enquanto instituição criava sua verdade sobre as práticas sexuais, usando-as como forma de exercício de poder e controle, condenando aqueles que se posicionasse de maneira contrária.

Embora a Igreja tenha desempenhado importante papel na estigmatização dessas práticas sexuais, não foi a única. A criminologia ganhou cenário no que diz respeito a criminalização das práticas sexuais tidas como desviantes, condenando os homossexuais como pederastas, os subjugando a forte repressão policial.

[...] No Brasil, mesmo havendo descriminalização, os sodomitas continuaram a ser punidos pelo sistema penal. A polícia tornou-se responsável por zelar pela moral e os bons costumes da sociedade brasileira. Com o advento das teorias positivistas, vemos a ciência avançar por caminhos onde outrora quem andava era a moral cristã, fomentando a produção de saber sobre o sexo humano. A ciência passa a dissecar o sexo do homem, da mulher, da criança, do adulto, do normal e do anormal. Acontece aí a emersão do que Foucault chama de *scientia sexualis*, desenvolvida pela burguesia a partir do século XIX para a produção sobre a verdade do sexo (PRETES; VIANNA, 2008, p. 317-318 *apud* FERREIRA; COELHO, 2018, p. 20).

Já a partir da metade do século XIX a medicina, em especial a psiquiatria, começa a enquadrar essas práticas dentro do rol de doenças mentais, aqueles que antes eram vistos como pecadores e criminosos, passaram a ser tratados como pessoas dependentes de cura. Nesse momento, de acordo com Pereira (1994), diversos nomes importantes da medicina brasileira surgiram para dar conta do “homossexualismo”, Leonídio Ribeiro foi um dos mais conhecidos, responsável pelo Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, foi o nome por trás do estudo de 195 detentos, buscando uma tipificação biológica ideal para distinguir homossexuais e heterossexuais.

Dessa forma, entre o século XIX e o XX, as sexualidades dissidentes foram subjugadas ao poder da medicina psiquiátrica e com isso, restava aos mesmos as internações em manicômios onde eram vítimas das mais diversas formas de torturas, além de sofrerem com terapias invasivas como as eletroconvulsoterapias e lobotomias, “Em suma, a ciência passa então a colocar a homossexualidade sob uma posição marginalizada, impraticável, que representava um perigo a sociedade e ao Estado” (PRETES; VIANNA, 2008 *apud* FERREIRA; COELHO, 2018, p. 26)

Com isso, a medicina psiquiátrica desenvolveu importante papel na criação de uma nova verdade sobre as sexualidades dissidentes, e então estas populações começaram a ser “perseguidas” e tratadas como doentes. No entanto, não sem que houvesse movimentos de contestação.

No mundo afora, principalmente nos Estados Unidos, na década de 1960, ocorreu o que Belmonte (2009) trata como contracultura, movimentos sociais de contestação das ordens e dos poderes vigentes. Esses movimentos que impulsionaram as lutas pela livre orientação sexual e que tiveram como exemplo a “Revolta de *Stonewall In*” décadas mais tarde, famoso bar do gueto gay norte americano, também se fizeram de exemplos para o movimento gay

brasileiro, que desde a década de 1960 assumiu importante papel nas lutas pelo combate à Ditadura civil-militar de 1964, com a criação de diversos grupos, como Somos e o Triângulo Rosa, que foram duramente perseguidos.

Esses movimentos foram se desenvolvendo, aprimorando suas lutas, incluindo pautas mais específicas das populações homo e transexuais, e se desenrolaram até os anos 1980 com fortes movimentações, agora específicas na área que aqui tratamos, a saúde, com as reivindicações relativas a epidemia da AIDS que assolou o país, fazendo com que o preconceito e o estigma sobre esses grupos se tornasse ainda maior.

3. Quando os sujeitos LGBT entram na cena pública: direito, sexualidade e saúde mental

No início da década de 1980 a sociedade brasileira vivenciava a epidemia da AIDS nesse momento a população LGBT tornou-se o principal foco de atenção, uma vez que foram rotulados como sendo os principais transmissores da doença, que culminou para estigmatização que perdura até os dias atuais. Diante desse cenário que resultou no acirramento dos preconceitos, a população LGBT passa a se organizar em grupos no intuito de combater a epidemia então vigente e a buscar políticas públicas voltadas para atender suas demandas e reivindicações.

Não obstante, a década de 1980 foi marcada por grande mobilização social contra a Ditadura Civil-Militar e por uma nova Constituição Federal, a qual a população LGBT participou ativamente dessas lutas, entretanto apesar do êxito da luta, devemos destacar que as pautas da população LGBT não tiveram expressividade na constituição. Entretanto Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990 traz em seus princípios a universalidade, equidade e a integralidade, que passa a enxergar os sujeitos de forma integral, livre de toda forma de preconceito além de preconizar o acesso e permanência de todos os usuários nos serviços de saúde, sendo isento de qualquer forma de preconceito e discriminação.

No que tange a saúde da população LGBT é perceptível na análise realizada por Ferreira e Coelho (2018) que desde a Primeira Conferência de Saúde em 1941 até a sexta em 1977, não foi apontado nenhuma referência a população LGBT no que tange o direito à saúde, as autoras ainda ressaltam que três dessas conferências foram realizadas no período ditatorial. O que acontece contraditoriamente, uma vez que durante todo este período a população LGBT era tratada como portadores de “doenças mentais”. A partir da oitava CNS é perceptível o desenvolvimento paulatino das demandas e reivindicações LGBT.

Um marco na história da população LGBT ocorreu 2004 com a criação do programa “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BSH), que visava atender as reivindicações da

população LGBT, em todos os âmbitos, nele a saúde dessa população também se tornou pauta de destaque deste programa. Em 2009, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) apresentou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009) criado com o objetivo de promover políticas públicas que atendam às necessidades desses sujeitos. Podemos destacar alguns avanços nas políticas voltadas para a população LGBT em paralelo com os avanços já destacados nas CNS realizadas no mesmo período.

Compreender o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à população LGBT é também compreender que estes devem estar atrelados às condições de saúde dignas e que visem a permanência desses sujeitos nesses espaços, uma vez que a atenção à saúde específica dessa população foi colocada tardiamente, algo que se fez de maneira contraditória já que os mesmos sempre estiveram expostos aos mais diversos tipos de sofrimentos.

Apesar de todo esse esforço apresentado anteriormente para garantia de direito a população LGBT estes ainda esbarram em seu cotidiano com diversas situações de preconceito que pode ser uma das principais causas que levam estes ao sofrimento mental. A sociedade na qual estamos inseridos, produz e reproduz diversas formas de dominação e exploração, como as de classe, gênero e etnia o que endossa o cotidiano de repressão desses sujeitos, os colocando em posições mais vulneráveis.

Os profissionais de saúde em seu cotidiano não estão isentos de reproduzirem seus juízos de valores, o que por vezes dificulta o acesso e permanência da população LGBT nos espaços de saúde. Vale ressaltar que a saúde dessa população esteve por tempos restrita a questão da AIDS, o que gerou uma estigmatização quando estes acessam os serviços de saúde.

Na saúde mental brasileira, a Lei 10.216/01, umas das mais importantes no âmbito da Reforma Psiquiátrica deixa explícita o direito da população que possui algum tipo de sofrimento mental e seus direitos enquanto usuários, apontando que

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Vale ressaltar que antes da Reforma Psiquiátrica a população que acessava os serviços de saúde mental, ainda no formato manicomial, encontrava condições degradantes e desumanas de tratamento. Como relata Arbex (2013) em seu livro “Holocausto Brasileiro” que retrata a realidade do Hospital Colônia na cidade de Barbacena, Minas Gerais, discorrendo sobre as internações de alguns usuários no manicômio, pelo simples fato de serem LGBT, o que deixa claro o modo como tratavam a sexualidade desses indivíduos,

especificamente, como patológica.

Atualmente, os serviços substitutivos ao antigo modelo hospitalocêntrico, como os CAPS, são configurados em uma rede integrada de serviços, a RAPS, todos formados por equipes multiprofissionais, que visam o tratamento com um olhar mais integral sobre os sujeitos, indo para além da percepção única dá e sobre a doença. Entretanto, vale ressaltar que essa lógica de tratamento vem sendo ameaçada na atual conjuntura, permeada pelos mais diversos retrocessos, marcado pela mais nova política de saúde mental com a criação da Portaria 3.588 de 2017.

As equipes básicas que constituem os Centros de Atenção Psicossocial, no município em que foi realizada a pesquisa especificamente, são compostas por médicos, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros, estes que possuem em seus Códigos de Ética e Resoluções, preceitos importantes como a não discriminação pela orientação sexual e de gênero e a despatologização dos mesmos. Assim e

De igual sentido, observa-se a dissolução da concepção de patologia, desvio, distúrbio ou perversão para orientação sexual, como se tivesse algo a consertar ou a punir, quando das Deliberações dos conselhos profissionais de medicina (1985), psicologia (1999), e serviço social (2006) no Brasil (DUARTE, 2011, p. 93 *apud* FERREIRA; COELHO, 2018, p. 45).

Entretanto, apesar de toda essa luta pela despatologização das sexualidades não heteronormativas, não deixemos de considerar que a população LGBT ainda está, e cada vez se torna mais, suscetíveis aos mais diversos tipos de violência, responsáveis por gerar os sofrimentos psíquicos. Dessa forma, esses serviços que compõem a rede pública de saúde mental, os CAPS, são alternativas de tratamentos mais humanizados e dignos para essa população.

Apesar de todo esse desenvolvimento da política de saúde mental voltada às pessoas com sofrimento psíquico e o direito ao acesso e o trato com a população LGBT, estes ainda encontram graves barreiras de acesso nesses serviços, apesar de todo esse aparato legal, ainda falta capacitação dos profissionais no trato e no entendimento das demandas dessa população.

4. Diversidade sexual e de gênero no campo da saúde mental: invisibilidade, silenciamento e patologização

A nossa pesquisa partiu da aproximação da realidade dos CAPS, através do estágio supervisionado, realizado no período de outubro de 2017 a novembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e para a coleta e análise dos casos foram utilizados como instrumentos de pesquisa, métodos como a observação de campo e a

análise documental dos portfólios reflexivos que foram desenvolvidos durante o referido período. Ressalta se aqui, que este se fez durante um período de 12 horas semanais, o que deve ser levado em consideração para os resultados do estudo. Cabe salientar que o acesso a alguns registros das instituições, que subsidiaram a pesquisa não se fizeram possíveis, por questões burocráticas.

O número de usuários que estão na dinâmica de cuidado não intensivo é expressivo dentro dos CAPS, o que compreendemos como mais um empecilho para nossa pesquisa. Outra questão a ser considerada, é que nenhum dos formulários da instituição constava quesitos como, orientação sexual, identidade de gênero e nome social, o que é defendido por lei.

Para a pesquisa, notou se a extrema necessidade de obter tais informações dentro dos serviços, uma vez que seriam os instrumentos necessários para o conhecimento quantitativo do nosso público alvo. Contudo, já que essas informações tão pouco existem nos formulários institucionais, assim como também pouco são colocadas em pauta pelas equipes, foi perceptível a existência de um silenciamento e uma invisibilização dessa população nos espaços estudados, além de não terem a identificação adequada em seus registros institucionais a limitação do atendimento no formato ambulatorial contribui para reafirmar esse silenciamento e essa invisibilidade.

Apesar da pesquisa ter um caráter qualitativo, vale refletir sobre a quantidade de usuários que estão nos CAPS pesquisados, são aproximadamente 4.000 usuários ao todo nas duas instituições, que sem informações mais claras como a especificação nos cabeçalhos de registros não se fez possível a identificação por completo de quais e quantos usuários LGBT estavam dentro daqueles serviços.

Nesse universo imenso de usuários, apenas oito casos foram observados pelas discentes, cinco casos eram de um CAPS específico e três de outro. Durante a realização da mesma, optou-se eticamente por preservar a identidade dos serviços, dos usuários, bem como dos profissionais por trás das situações presenciadas.

No primeiro CAPS, descrito como CAPS A, dos cinco casos observados, (sendo quatro homens gays e uma mulher bissexual/lésbica) apenas sobre dois a pesquisa pôde se debruçar melhor, uma vez que de três deles muito pouco foi observado já que eram casos sobre os quais, apesar do conhecimento sobre a sexualidade dos usuários, pouco sobre a mesma era colocado em questão no que dizia respeito ao tratamento destes na instituição. Por isso, analisamos apenas dois casos, dos usuários que na pesquisa classificamos como usuários “A” e “B”.

O usuário A

O usuário “A”, que foi expulso de casa por ser homossexual ainda quando adolescente, ao ser acolhido no CAPS A já na maioridade, deparou-se, nos primeiros

atendimentos no serviço, com uma conduta profissional que a todo momento o colocava enquanto culpado pela situação em que se encontrava, e, além disso, quando delega ao mesmo a importância e necessidade de se recorrer a uma religião como resposta. (FERREIRA; COELHO, 2018, p.55-56)

Já no segundo caso,

A usuária “B”, por sua vez, relata que por ser homossexual foi internada pela sua família em um hospital psiquiátrico e neste, ficou por mais de 40 anos. Esta, considerada “comprometida” por conta dos longos anos de internação, quando relata se interessar por pessoas do mesmo gênero, ora sofre com a invisibilidade e o silenciamento por parte da equipe, ora sofre com a imposição da heteronormatividade por parte de alguns profissionais, que a todo tempo “reeducam” seu comportamento e sua fala para os padrões heterossexuais de forma compulsória (FERREIRA; COELHO, 2018, p.56)

Na segunda instituição, CAPS B, dos três casos dois trouxeram à tona a história de duas mulheres transexuais e um de uma mulher lésbica. “As análises dos mesmos partiram da exploração de base documental da estagiária, feita ao longo do período de estágio” (FERREIRA; COELHO, 2018, p. 57)

A história da usuária “C” se assemelha as anteriores, como mulher lésbica não encontrou suporte familiar em relação a sua orientação sexual e sofreu com o desrespeito e o preconceito da família. No entanto, diferente dos casos relatados, entrou no serviço por conta do uso prejudicial de álcool que lhe gerava certa “agressividade” e causava conflitos na família. De acordo com relatos da mesma, passou 6 anos no CAPS sendo acompanhada por uma mesma profissional, que não lhe dava abertura para falar sobre suas angústias e seus sentimentos e que a todo momento culpabilizava “C” por suas “recaídas”. A usuária, em relato com outra profissional, declarou que acreditava que não era “ouvida”, justamente por conta de sua sexualidade. (FERREIRA; COELHO, 2018, p. 57-58)

O segundo caso observado neste CAPS, traz a questão da usuária “D”,

No caso da usuária “D”, mulher trans, ela relata problemas com a auto aceitação por não se enxergar no corpo masculino, diz ainda que não consegue se olhar no espelho e reclama: “meu rosto é quadrado, masculino, sou peludo e muito forte” (*sic*), e conta que por este motivo recorreu a auto aplicação de hormônios femininos que não geraram resultados. De acordo com a mesma, essa situação foi responsável por gerar diversos conflitos familiares (FERREIRA; COELHO, 2018, p. 59).

E por último,

[...] o caso da usuária “E”, também mulher trans, que apresentou o desrespeito da instituição pelo uso do nome social. No que foi observado, todas as documentações referentes a mesma estavam registradas com seu nome de registro civil. E além disso, foi relatado que a usuária por vezes, abertamente dentro do serviço, não foi tratada pelo seu nome social, o que lhe causou desconfortos, visto que a mesma já havia assumido as características físicas femininas. (FERREIRA; COELHO, 2018, p. 60-61)

Com isso, a partir da análise reflexiva que realizamos sobre os cinco casos observados em campo, reiterando que estas se fizeram ao longo de pouco mais de um ano, no período de estágio curricular, cumprido em 12 horas semanais das então discentes. Notamos em grande parte que a população LGBT nos serviços públicos de saúde mental ainda se deparam com estigmas e preconceitos por parte dos profissionais, o que vai de encontro com o que preconizam os Códigos de Ética e as Resoluções dessas profissões – deixando claro no presente artigo, que essas infelizes situações não se estendem a toda a equipe das instituições pesquisadas –.

Além disso, também sofrem com o forte silenciamento e invisibilização de suas sexualidades, colocadas várias vezes como parte não importante do processo de sofrimento mental e pior ainda, ignoradas enquanto pontos cruciais do processo de tratamento, no que diz respeito, principalmente, a lidar somente com a doença como ponto central do tratamento, deixando passar questões consideradas secundárias, como a sexualidade e a realidade desses sujeitos que se desenvolve diferente dos demais usuários em relação a família, a sociedade de maneira geral, ao espaço ocupado por essas pessoas na mesma e também aos próprios profissionais com que estes se deparam nos dispositivos públicos de saúde mental.

CONCLUSÃO

A população LGBT ao longo da história passou por diversas formas desumanas de tratamento, algumas instituições foram responsáveis pela estigmatização dessa população. A Igreja foi uma dessas instituições responsável por tratar esta população como pecadores e abobáveis por Deus, propagando entre seus seguidores essa estigmatização que perdura até os dias atuais. A justiça também contribuiu para esse processo, considerando os LGBT como pederastas os quais eram condenados e por fim, a ordem médica auxiliou também neste processo classificando a população LGBT como patológicos os quais eram destinados e confinados aos grandes manicômios.

A sexualidade na sociedade burguesa é vista e aceita apenas pelo viés heteronormativo, apesar de todo processo de luta da população LGBT, o conservadorismo ainda se apropria de estigmas propagados para estabelecer o processo de dominação e exclusão que são alicerces típicos dessa sociedade.

A luta da população LGBT no Brasil teve seu marco no início da década de 1980 junto com a epidemia da AIDS, a qual foi denominada como “peste gay” que reforçou o estigma e as diversas formas de violências, esse processo foi fundamental para surgimento de alguns grupos organizados no combate a AIDS e outras pautas pertinentes aos direitos das

população LGBT. Vale ressaltar que nesse período tem-se um importante envolvimento da população LGBT com o processo de redemocratização e concomitante a Constituição de 1988, apesar de suas pautas e reivindicações não terem sido atendidas.

Na saúde, o reconhecimento dos direitos das pessoas LGBT foram reconhecidos tardiamente, prova disso são os relatórios finais das Conferências Nacionais de Saúde que passaram 36 anos sem falar sobre direitos voltados a essa população. Após o a ditadura Civil-militar foi possível observar importantes avanços no direito ao acesso a saúde, em especial a Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.080/1990 a qual definiu princípios do SUS e coloca a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Na saúde mental como é possível observar ao longo da história, a população LGBT foi considerada portadores de transtorno mental para tentarem justificar sua sexualidade e acabaram por receber tratamentos desumanos em busca da cura. Apenas em 2001 com a Lei 10.216 a qual dispõe sobre o direito e proteção dos portadores de sofrimento mental foi acrescida a não discriminação por orientação sexual, o que representa um marco devido o histórico de sofrimento que essa população possui na trajetória da saúde mental. É com a reforma psiquiátrica que surge um novo fazer profissional e um novo modelo de cuidada, o qual tem como fundamento o respeito e a liberdade como pilares os quais se opõem a lógica hospitalocêntrica.

Com essa lógica de serviço mais humanizado e fundamentado na liberdade e na socialização dos sujeitos que partimos para a problematização do espaço que estivemos como estagiarias. Em um curto espaço de tempo e através do portfólio reflexivo identificamos o silenciamento e a invisibilidade da população LGBT nesses espaços.

Como a história e os dados aqui apresentados nos ilustra o quanto vulnerável a população LGBT encontra no seu cotidiano, alvos das mais diversas formas de violências, estão mais suscetíveis a terem um maior sofrimento psíquico. Um dos principais espaços de cuidado a essa população deveriam ser os Centros de Atenção Psicossocial entretanto durante nossa estadia nesse espaço, tivemos dificuldade de identificar essa população ou ter acesso aos mesmos, seja por, não terem identificação corretas nos prontuários ou por frequentarem a instituição apenas para consultas específicas, como com o psiquiátrica, o que viola aquilo que seria o objetivo do CAPS, que foge da lógica centrada na figura do médico/psiquiatra.

Os poucos casos que tivemos acesso, é nítido a falta de preparo e de orientação dos profissionais para com as demandas e a realidade da população LGBT, esses fatores podem ser cruciais para a permanência e acesso dos mesmos aos serviços, além do grande potencial de gerar um sofrimento ainda maior nesses sujeitos.

A partir do cenário apresentado e dos casos expostos, é de extrema necessidade que

as equipes de saúde, em especial a qual nos atentamos neste trabalho a de saúde mental a busca por capacitações permanentes e discussões dentro dos espaços, uma vez que os trabalhadores não estão isentos de reproduzirem a lógica dominante dessa sociedade.

Assim como assistentes sociais temos comprometimento ético-político na busca de uma sociabilidade sem dominações e a luta por erradicar toda forma de preconceito e discriminação. Com isso é necessário ressaltarmos que na atual conjuntura, a saúde mental assim como todos os direitos da classe trabalhadora e direitos específicos da população LGBT encontram-se ameaçados pela onda conservadora retrógrada do atual governo.

Referências Bibliográficas

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BELMONTE, P. **História da homossexualidade**: ciência e contra-ciência no rio de janeiro (1970-2000). Rio de Janeiro. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Lei Federal Nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Brasília, 2001.

FERREIRA, L. de C. M.; COELHO, M. de O. **Diversidade Sexual e de Gênero no campo da Saúde Mental**: Uma aproximação a partir da experiência de estágio. 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes Violentas de LGBT no Brasil**: Relatório 2017. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em 02/07/2018.

PEREIRA, C. A. M. **O Direito de Curar**: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30. In: PEREIRA, C. A. M.; HERSCHMANN, M. M. (Org.). A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PRETES, É. A.; VIANNA, T. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil**: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, W.; SABINO, C.; ABREU, J. F. (Org.). Iniciação Científica: destaques 2007, vol. I. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas Gerais, 2008.

O USO DA CATEGORIA EXPROPRIAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

direitos, políticas sociais, e subjetividade

Letícia Barros Palma da Rosa¹

EIXO TEMÁTICO:

Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: as expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital

RESUMO

Esse artigo parte da compreensão de que o pensamento de Marx dá bases para a análise da sociedade burguesa e suas relações sociais. Por sua dialética e historicidade, permite pensar fenômenos contemporâneos que, embora não sejam totalmente novos, revestem-se com diferentes características na contemporaneidade. Defendendo ser plausível a elaboração de novas formulações a partir da leitura de Marx e buscando compreender processos contemporâneos advindos das transformações societárias, apresenta uma discussão sobre “expropriação” na contemporaneidade. Reconhecendo polêmicas existentes no interior do próprio pensamento marxista, apresenta a concepção de autoras que defendem que a mesma não representa um fenômeno estancado historicamente.

Palavras-chave: Expropriação, trabalho, direitos, subjetividade.

ABSTRACT

This article is based on the notion that Marx's thought provides the basis for the analysis of bourgeois society and its social relations. Because of its dialectic and historicity, it allows us to think about contemporary phenomena that, although is not entirely new, has different characteristics in contemporary times. It argues that it is plausible to elaborate new formulations from the reading of Marx and it intends to understand contemporary processes arising from societal transformations, it presents a discussion about "expropriation" in contemporary times. Recognizes existing polemics within Marxist thought itself and presents the conception of authors who maintain that it does not represent a historically stagnant phenomenon.

Keywords: Expropriation, work, rights, subjectivity.

¹ Assistente Social. Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UFRJ. E-mail: leticiabr@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Marx procurou desvendar o funcionamento do capital a fim de superar uma leitura superficial da sociedade burguesa, buscando ir além das aparências e naturalizações ratificadas pela Economia Política clássica. Nesse sentido, o alemão direcionou seus esforços ao conhecimento das relações sociais considerando a historicidade, a concretude, a totalidade e as contradições da mesma. O filósofo, no entanto, não buscava apenas compreender como se davam essas relações. A partir de sua compreensão, defendia a superação dessa ordem.

Em seus estudos Marx pôde constatar que o modo capitalista de produção ancorase na extração da mais-valia, em uma busca constante por acumulação e produção de mais-valor. Daí a necessidade de exploração de uma classe sobre a outra.

A partir da leitura da sociedade capitalista ancorada no pensamento marxista, é possível interpretar a realidade dos dias atuais mesmo que esses tragam particularidades ainda não conhecidas na época de Marx, já que a dialética e a historicidade são pilares do seu método de estudo e permitem o avanço das observações sobre o capitalismo com recortes contemporâneos.

Nesse sentido, é possível recorrer ao seu pensamento a fim de reconhecer fenômenos que, embora não sejam novos, revestem-se com diferentes características na fase atual do modo capitalista de produção. É plausível também que sejam elaboradas novas formulações a partir da leitura de Marx, buscando compreender processos contemporâneos advindos das transformações societárias e da busca por ampliação da acumulação por parte do capital.

Esse artigo irá abordar uma das categorias explicitadas por Marx que, nos dias atuais, vem ganhando – não sem que haja polêmicas a respeito – novas roupagens e interpretações: a categoria expropriação. Para tanto, serão apresentadas leituras de autoras que vem se dedicando a pensar sobre ela, procurando compreender as formas pelas quais a expropriação se faz presente na contemporaneidade.

2. EXPROPRIAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

N'O *Capital*, encontra-se a utilização do termo expropriação para designar a separação do trabalhador de seus meios de subsistência, remontando aos processos originários da acumulação primitiva. No interior mesmo do campo marxista, há uma

divergência de interpretação no que tange às expropriações. Parte dos estudiosos entende que se referem apenas ao apartamento entre produtor e meios de produção, enquanto outros compreendem que é possível fazer uma leitura mais ampla dos escritos de Marx, considerando que a expropriação diz respeito à retirada das condições necessárias para a existência do sujeito.

A partir dessa compreensão, Fontes (2018) defende que a expropriação não é um fenômeno estancado historicamente, mas que acompanha a expansão e o desenvolvimento do capitalismo, fazendo com que a classe trabalhadora, alijada dos meios necessários para sua subsistência, se encontre ainda com a mesma necessidade de vender sua força de trabalho para poder viver². É dessa leitura que se compartilha nesse trabalho, considerando a compreensão da expropriação em seu aspecto mais ampliado e implicado historicamente.

Autoras como Fontes (2010, 2018), Boschetti (2018), Mota (2018) e Tavares (2018) concordam, portanto, ancoradas no pensamento de tradição marxista, que novas formas de expropriações contemporâneas vêm sendo desenvolvidas pelo capital, com o suporte do Estado, a fim de alimentar a valorização do valor no âmbito da acumulação.

Nesse sentido, Boschetti (2018, p. 153) afirma que “alguns processos contemporâneos agem nessa interseção entre trabalho e direitos sociais, de forma a instituir ‘novos’ e ‘modernos’ processos de disponibilização da força de trabalho para a acumulação do capital”.

Esse movimento se dá por meio da restrição do acesso dos trabalhadores aos serviços sociais básicos (como saúde, educação e previdência) e, concomitantemente, mercantiliza-se esses mesmos serviços. Sem acesso ao serviço público garantido, os trabalhadores se vêem obrigados a pagar novamente por eles.

A afirmação de que o pagamento é efetuado uma segunda vez se apoia no fato de que os serviços públicos básicos são financiados pela classe trabalhadora – via impostos, assim como os serviços sociais. Como afirmam Iamamoto e Carvalho, os serviços sociais

nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e a apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais. Reafirmando: tais serviços, públicos ou privados, nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado, mas não apropriado, sob uma nova roupagem: a de serviços ou benefícios sociais (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008, P. 92, grifos dos autores).

² A autora ressalta, no entanto, que não é somente o mecanismo da expropriação que gera trabalhadores disponíveis para o capital, que possui uma dinâmica própria que alimenta essa produção (FONTES, 2018, p. 24, 30). Afirma também que a expropriação ocorre simultaneamente a outros fenômenos.

Mota defende que as “*expropriações contemporâneas*” se referem à ampliação da exploração dos trabalhadores, seja direta ou indiretamente, não se restringindo à apropriação de seus meios de trabalho e de vida. A pesquisadora explica que a expropriação direta se daria “pela precarização do trabalho com aumento de produtividade, empobrecimento e desgaste físico dos trabalhadores” (MOTA, 2018, p. 171, grifos da autora). Já o mecanismo indireto se daria pela desconstrução dos parques direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, transformando em mercadorias serviços que já foram pagos pelos trabalhadores e que, dessa forma, os fazem ainda mais carentes econômica e socialmente. Assim, Mota conclui que acaba ocorrendo uma

(...) *remercantilização da já mercantilizada* força de trabalho. Vejamos: a apropriação do fundo público pelo capital já supõe a apropriação da renda do trabalhador, dentre outros meios, pela tributação regressiva; a essas se somam o aumento da produtividade sem equivalente aumento salarial, determinando a ampliação do déficit do consumo dos bens-salários, e o avassalador endividamento dos trabalhadores para aquisição desses bens necessários às suas condições materiais, sociais e culturais da vida (MOTA, 2018, p. 172, grifos da autora).

Logo, observa-se que a desconstrução das políticas públicas faz recair a responsabilidade de sua total reprodução aos próprios trabalhadores, que já possuem parques meios para sua subsistência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Estado retira aquilo que é direito do trabalhador, que por ele foi produzido e a ele deveria retornar. Esse movimento caracteriza, portanto, um novo meio de expropriação, compreendendo que a mesma se refere à “supressão das condições de existência dos trabalhadores” (MARX, 2001), de condições básicas necessárias para a reprodução da classe trabalhadora.

Boschetti (2018) aponta ainda outra estratégia do capital em que o Estado direcionaria seus esforços para o âmbito da assistência social, com o intuito de garantir os mínimos para a subsistência e que, por meio da monetarização da política assistencial (via programas de renda mínima) faz com que a mesma ainda se insira no circuito do valor.

O que a professora conclui, a partir desse mecanismo de funcionamento, é que a assistência acaba por contribuir com a acumulação do capital. Em detrimento às políticas que garantiriam direitos previdenciários e relativos ao trabalho, a consequência desse processo é o aumento da exploração da população pauperizada.

Boschetti argumenta que o Estado Social está presente nos diferentes países de forma particularizada – social e historicamente – e que o mesmo poderia impor limites à ampliação do capital. No entanto, o que se observa ocorrendo no Brasil na contemporaneidade é que ele se apresenta de modo mais reduzido enquanto participante da reprodução da força de trabalho e mais ampliado na reprodução do capital e do aumento

da acumulação, caminhando no sentido de uma servidão do trabalho ao capital sem nenhuma proteção e sustentando uma subsunção mais violenta ao capital. A pesquisadora explica que

Estado Social (...) designa o processo de regulação social ampliada efetivada pelo Estado no capitalismo tardio (Mandel 1982). Ou seja, designa o Estado Social que se institucionaliza após a crise de 1929 e se expande após a década de 1940 nos países do capitalismo central, bem como nos países de capitalismo periférico e dependente (Florestan, 2009), sob condições particulares e específicas determinadas pelo desenvolvimento desigual e combinado (Ianni, 1992; Behring e Boschetti, 2006). Qualificar o conjunto das políticas sociais e os direitos por elas materializadas como "Estado Social" intenciona decifrar sua constituição e funções sob condições histórico-sociais específicas. Dito de outra forma, significa reconhecer que a relação entre Estado, direito e política social é uma relação social, conforme se refere Pachukanis (2017[1929], p.92) ao discutir o direito como "uma relação social que, em maior ou menor medida, pinta com suas cores ou transmite sua forma para outra relação social". Nesses termos, é possível afirmar que o reconhecimento jurídico dos direitos sociais no capitalismo e sua materialização e expansão pelo Estado Social regulam formas específicas de reprodução da força de trabalho (...). Os tipos, formas e alcance dos direitos realizados pelo Estado Social, portanto, estruturam determinadas relações e formas de reprodução social (BOSCHETTI, 2018, p. 133, 134).

A autora resgata o pensamento do jurista marxista Pachukanis (1989) de que o direito forja uma igualdade que, na verdade, sustenta a desigualdade presente na sociedade burguesa. No entanto, Boschetti (2018) argumenta que o reconhecimento do caráter classista presente tanto no Estado Social quanto no direito enquanto forma jurídica,

(...) não indica uma posição determinista, ou a negação da luta de classes como possibilidade de constituir esferas de resistência e de imposição de limites, ainda que restritos, à acumulação do capital. Entendemos que o Estado Social erigido no capitalismo tardio, ao ampliar suas funções na sociedade capitalista, no contexto da democracia burguesa, o faz não exclusivamente como instrumento da burguesia. A ampliação de direitos sociais nos marcos do Estado Social é resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas, nos termos sinalizados por Marx ao se referir à luta pela regulação da jornada de trabalho na Inglaterra: "a criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora" (Marx, 2013 [1867], p. 370). Também não deixa dúvidas de que o reconhecimento legal dos direitos no capitalismo só é possível pela luta e pressão da sociedade (...) (BOSCHETTI, 2018, p. 137, 138)

Quando se faz a crítica sobre o papel exercido pelo Estado no que tange às suas funções sociais, não se pode negar que elas existem e que foram até ampliadas em determinados momentos históricos. Seu auge, alcançado nos períodos em que estiveram vigentes as variáveis do *Welfare State* – e, particularmente no Brasil, onde não houve um modelo Estado de Bem Estar Social, o ápice das conquistas sociais se deu na década de 1980 – não garantiu, no entanto, que as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista fossem dirimidas. Pelo contrário, destaca-se a função do Estado Social de,

justamente, garantir a possibilidade do contínuo crescimento da acumulação, visando coesão e consenso a fim de que não haja entraves para o crescimento do capital.

Boschetti (2018) defende que na contemporaneidade o capital vem se utilizando da supressão dos direitos sociais como forma de expropriação social, “que restringe a participação do Estado Social na socialização dos custos da força de trabalho e contribui para a ampliação da acumulação” (BOSCHETTI, 2018, p. 132), sendo essa uma estratégia de expansão capitalista.

A defesa da restrição de direitos ditada pelo pensamento neoliberal, portanto, busca aliviar as funções estatais para com os trabalhadores a fim de redirecionar seu acúmulo de capital – e do fundo público – para interesses do capital. A autora explica que “o compromisso com o pagamento de juros e amortizações leva os governos a aumentar impostos sobre a classe trabalhadora, mas também a reduzir investimentos em direitos e serviços públicos, provocando uma expropriação forçada da classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2018, p. 155). Defende-se aqui, portanto, que para além de uma questão econômica, a forma como o Estado vem atuando baseia-se em escolhas políticas.

Fontes corrobora esse argumento afirmando que há uma determinação social – e não meramente econômica – no processo de expropriação exercido sobre os trabalhadores. É válido destacar, porém, que a autora aponta determinantes distintos no que tange à expropriação vinculada à acumulação primitiva – “expropriação primária” – daquela que tem sido vista na contemporaneidade – que ela vai denominar de “expropriação secundária” (FONTES, 2010, p. 44). No caso desse artigo, a abordagem que está sendo feita diz respeito à segunda caracterização, que corresponde a processos que se dão desde a esfera econômica até a social a fim de criar novas formas de valorização do valor (por meio da extração da mais-valia e do não acesso dos trabalhadores aos serviços públicos), não se prendendo ao conceito “estrito” de restrição da posse dos meios de produção. A estudiosa cita como exemplo os ataques à previdência e as diversas formas de precarização do trabalho, além da mercantilização da saúde.

Mota (2018) defende que, a fim de superar sua atual crise, o capital busca por novas formas de valorização do valor que vão incidir diretamente não só sobre o mundo do trabalho, mas sobre a vida do trabalhador. Essa incidência se dá, portanto, não apenas sob a via econômica, mas “encerra uma processualidade orgânica entre os mecanismos econômicos e os de domínio político-ideológico levados a efeito pelas classes dominantes através de seus aparelhos privados de hegemonia e da ação dos seus intelectuais e do Estado capitalista” (MOTA, 2018, p. 167). O que a autora explica – e que pode ser aferido na contemporaneidade – é que, para além da intensificação da exploração da força de

trabalho, seja via extração de mais-valia absoluta ou relativa, o que vem ocorrendo é o aumento da precarização do trabalho e da vida do trabalhador.

Mota (2018) aponta que a retirada de direitos sociais, de direitos do trabalho e da proteção social como um todo configura essa segunda forma de precarização. Esse movimento é o retrato do que vem ocorrendo no cenário brasileiro, com suas reformas – ou, melhor dizendo, “contrarreformas” (BEHRING, 2003) – sendo propostas, e em alguns casos já aprovadas, em vários setores.

Considerando os limites desse artigo, não será possível desenvolver uma análise a respeito das contrarreformas que vêm sendo pautadas e aprovadas nos últimos anos, mas indicaremos aqui duas: a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

A primeira delas (Lei 13.467/2017) entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Modifica as relações de trabalho, incidindo sobre os vínculos trabalhistas, os direitos do trabalho e até mesmo sobre as entidades de organização da classe trabalhadora. Dá ao capital maior poder na determinação das condições de contratação, remuneração e formas de uso da força de trabalho, além de aumentar a insegurança do trabalhador e sua instabilidade (emocional e financeira). Boschetti afirma que

As mudanças recentes nas legislações trabalhistas em diversos países, apesar das lutas e resistências da classe trabalhadora, também constituem avassaladores processos de expropriação. A supressão dos direitos regulamentados pelo Estado destrói as “barreiras sociais a contrato voluntário com o capital”, como sinalizou Marx (2013[1867], p. 373-4), e obriga a classe trabalhadora a “vender a si mesma e a suas famílias” sem nenhuma mediação protetiva pública. Sem dispêndio público em sua reprodução, a força de trabalho obriga-se a vender sua força de trabalho a qualquer custo, sujeitando-se às mais brutais formas de exploração e, portanto, gerando mais excedente, mais acumulação (BOSCHETTI, 2018, p. 160).

Já a Reforma da Previdência, que no momento em que esse artigo é redigido está sendo analisada e discutida no Congresso, se encontra em meio a um grande *lobby* e esforço do governo pela sua aprovação. Na mesma direção da Reforma Trabalhista, a proposta vem no sentido de restringir direitos da classe trabalhadora, dificultando o acesso aos direitos previdenciários e onerando a classe trabalhadora. Para Boschetti,

A redução dos sistemas públicos (em geral, estruturados em sistemas de seguridade social) e a expansão dos sistemas privado de saúde e previdência social a partir dos anos 1990, em praticamente todos os países capitalistas, concretizam formas de expropriação social, por meio da “alienação dos domínios do Estado” (BOSCHETTI, 2018, p. 158).

Nesse sentido, a hipótese sobre a qual se constrói a reflexão teórica apresentada nesse artigo é a de que a expropriação contemporânea efetuada pelo capital tem também

se ancorado nas “contrarreformas” em curso – que retiram direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de anos de luta – na busca por novas formas de valorização do valor³. Segundo Boschetti (2018),

Trata-se de qualificar a bárbara subtração de direitos sociais por meio de sucessivas e avassaladoras contrarreformas nas políticas sociais e qualificação do Estado no tempo presente (Behring, 2012; 2018), que obriga a classe trabalhadora a oferecer sua força de trabalho no mercado a qualquer custo e a se submeter às mais perversas e precarizadas relações de trabalho, que exacerbam a extração da mais-valia relativa e absoluta (BOSCHETTI, 2018, p. 158).

Em meio a esse debate, uma das estratégias também apontadas por Mota (2018) como expropriação diz respeito à retirada do acesso a direitos essenciais para a classe trabalhadora, reiterando a defesa feita pelas demais autoras citadas. Se não se pode baixar o salário direto dos trabalhadores, usa-se de mecanismos indiretos que possam atenuar os ônus dos empregadores e do Estado.

(...) a questão das expropriações se ressignificam e se atualizam, vinculando-se organicamente com os mecanismos de exploração direta e indireta da força de trabalho e com a expansão da supercapitalização via contrarreformas do Estado. Como não se separam as esferas da economia e da política, esse processo se faz afetando a sociabilidade das classes trabalhadoras (cultura e ideologias), posto que a burguesia tenta subordiná-la aos seus interesses, determinando novos e precários modos de ser e de viver das classes subalternas, consonantes com o seu projeto de sociedade (MOTA, 2018, p. 174, 175).

O processo de supressão de direitos, porém, não se dá em qualquer contexto ou situação sócio-histórica, nem é possível sem um mínimo de coesão e consenso. Aí entra a dominação ideológica que, como instrumento da própria expropriação, contribuirá para a criação das condições necessárias à sua aprovação.

Na atual conjuntura os trabalhadores recebem fortes investidas tanto do Estado como do capital a fim de que sejam convencidos de que possuem autonomia, como afirma Tavares (2018, p. 294). O que se encontra por trás dessa suposta autonomia, no entanto, é justamente o oposto: a ampliação do controle do capital se dá para além da esfera da produção e abarca cada vez mais a vida do trabalhador.

Tavares (2018) afirma que nossa subjetividade é burguesa e liberal e que essa construção sustenta a noção de posse que se dá desde nossa inserção/chegada à sociedade.

A autora afirma que esse cenário vem sendo alimentado por discursos que fortalecem o individualismo, o que enfraquece as relações interpessoais diante de práticas de incentivo à concorrência. Concomitantemente, a precarização e o desemprego

³ Para além das reformas, há também o desrespeito e descumprimento das garantias sociais ainda asseguradas legalmente.

enfraquecem os laços de classe e de organização coletiva. O ideário neoliberal reforça o princípio do individualismo fazendo recair sobre cada um a responsabilidade por seus “fracassos” e suas “derrotas”, não permitindo que seja visível que grande parte dos problemas e dificuldades enfrentados por cada um é fruto de escolhas políticas e de crises econômicas e sociais e não de uma “crise individual” (TAVARES, 2018, p. 294) que seria resultado da falta de empenho, esforço, mérito e dedicação dos indivíduos isolados.

Tavares (2018) afirma que

(...) em face da nova divisão internacional do trabalho, do desemprego criado pelo desenvolvimento tecnológico e dos ajustes demandados pela flexibilidade nos processos produtivos e na gestão do trabalho, tornaram-se mais comuns as atividades defensivas que as manifestações de rebeldia dos trabalhadores, o que não significava uma absoluta concordância (TAVARES, 2018, p. 297).

Cada modelo produtivo carrega consigo uma forma de regulação que lhe dá sustentação. Se durante o período em que predominavam fordismo/taylorismo era o keynesianismo que os sustentava, no período vigente em que a acumulação flexível dá o tom às formas de operacionalização do capital, é o neoliberalismo que se apresenta como fundamental à sustentação na ordem. Na esteira desse processo, formas de alcance da subjetividade do trabalhador ancoram essa estratégia. Dardot e Laval (2016, p. 17 *apud* Tavares, 2018, p. 295) defendem que se instaura uma nova racionalidade de estruturação e organização que atinge a todos e que transcende a política econômica. Os autores argumentam que, sendo um sistema de internalização de normas, torna-se muito difícil se desvencilhar de uma racionalidade.

Quando trata do empreendedorismo, Tavares afirma que, para o capital,

(...) é necessário produzir nos trabalhadores uma subjetividade ainda mais alienada; é preciso operar uma espécie de hipnose que não lhe proporcione dúvida alguma quanto à responsabilidade que cada um tem consigo mesmo e apenas consigo, o que, por sua vez, libera o Estado de responsabilidades sociais que, formalmente, consubstanciam sua função. O que estamos tratando aqui agora como expropriação deve ser incorporado com uma lógica produzida pelo próprio sujeito. Sua vida são suas escolhas (TAVARES, 2018, p. 299).

Se a autora aqui se refere ao incentivo ao empreendedorismo, que na verdade falseia uma melhoria na condição de vida do trabalhador, o mesmo pode ser considerado para analisar outras esferas de inserção dos trabalhadores.

A transferência da responsabilidade para o trabalhador assalariado, que deve assumir os riscos da produção, vai desde a desresponsabilização do Estado, como bem destacado pela professora, até o reconhecimento dos valores da empresa como seus. Expropria-se aqui a subjetividade, a criatividade e a autonomia do trabalhador.

Diríamos, para concluir, que nesta fase do desenvolvimento capitalista os métodos extraeconômicos vêm à tona. Mas esses não apelam à violência como ocorreu no período da acumulação primitiva. Agora, perscrutam-se as emoções dos sujeitos que se quer atingir. Sorteia-se, escolhe-se alguém a quem são aplicadas as mais diversas técnicas, para que se obtenha uma determinada reação e, desse modo, milhões de outros sujeitos sejam atingidos. Para isso, usam-se rostos bonitos, cenários perfeitos, iluminação adequada palavras doces, abraços, lágrimas, enfim, um conjunto de fatores emocionais que resulta na maneira certa para imprimir a subjetividade que o capital precisa produzir (TAVARES, 2018, p. 307).

Aqui, concorda-se com a tese da autora e se vai além. Defende-se que, para além dos perfis escolhidos para divulgar e promover a aceitação das ideias e normas favoráveis ao capital, são também escolhidos a dedo os perfis daqueles que vão exercer as funções em cada setor do modo de produção.

Se o trabalhador que se torna empreendedor precisa ficar atento aos investimentos, rendimentos, juros, dívidas e afins, já que seu sustento depende de sua própria administração, o assalariado inserido em empresas que delegam a suposta autonomia e dependem da iniciativa do trabalhador – recompensado-o com comissões, por exemplo – acaba ficando também refém de uma ampla produção. Faz-se necessário o tempo todo superar suas metas, superar seus pares e se doar cada vez mais para a empresa – em detrimento de si mesmo. Em ambos os casos, portanto, seja o trabalhador um “empreendedor” ou um assalariado, exige-se o máximo de seu rendimento, buscando o ápice de produtividade.

No caso do pequeno empreendedor, por se encontrar na condição de pessoa jurídica, o mesmo termina por não ter direitos trabalhistas, ficando sem proteção social. Já no caso do trabalhador que ainda é funcionário de uma empresa e se compromete a trabalhar mais para receber comissões, benefícios e incentivos, só terá sua contribuição previdenciária relativa ao salário em si, já que a mesma não é tributada sobre adicionais.

Tavares afirma que:

Das nossas observações evidenciam-se alguns fatores que contribuem para a expropriação da subjetividade. Entre outros: o aporte legal de sustentação garantido pelo Estado; o quase total desaparecimento da discussão e das práticas que deviam nutrir efervescência das classes subalternas; a brutal concorrência entre indivíduos; a polarização entre os poucos que são bem-sucedidos e os muitos que são obrigados a desistir; enfim, a destruição do coletivo e a celebração do individualismo (...) (TAVARES, 2018, p. 300).

Seja, portanto, via expropriação dos direitos dos trabalhadores ou da subjetividade dos mesmos, tem-se que o capital vem desenvolvendo novas estratégias a fim de alcançar a ampliação da acumulação, ainda que seja necessário destituir cada vez mais a classe trabalhadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora mesmo entre as autoras aqui citadas possa haver divergências no que tange à compreensão da categoria expropriação, é possível concluir que há um consenso entre as mesmas no que diz respeito à atualidade da categoria, que segue se reinventando ao longo das transformações societárias.

Se Marx objetivava conhecer o mundo a fim de modificá-lo, nos resta continuar procurando compreender as relações que se conformam – com novas ou antigas roupagens – na sociedade burguesa para que, por fim, possamos combater o avanço do capital em detrimento da classe trabalhadora.

Esse artigo, portanto, se apresenta como uma reflexão inicial, que traz consigo apontamentos sobre estudos e desenvolvimentos teóricos que, apesar de ainda gerarem polêmicas, suscitam o debate, trazendo análises e inquietações que nos levam a pensar os movimentos da realidade e as repostas que a eles devemos dar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOTA, A. E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro, Renovar, 1989.
- TAVARES, M. A. Empreendedorismo e expropriação da subjetividade. In: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

UMA ABORDAGEM SOBRE O SUICÍDIO E AS ATRIBUIÇÕES DOS DISPOSITIVOS DE SAÚDE MENTAL

Alzira Maria de Oliveira Ramos de Sousa¹

Lígia de Souza Oliveira²

Thais Gomes de Campos³

Warllon de Souza Barcellos⁴

RESUMO

O presente artigo tem como intuito desvelar o papel do CAPS frente a situações de suicídio, desta forma foram explicitados os processos históricos da Reforma Sanitária bem como a desinstitucionalização através da promulgação da Lei 10.216 de 2001 extinguindo os manicômios com o fim dos leitos psiquiátricos, dando ênfase ao Centro De Atenção Psicossocial – CAPS, bem como a inserção do Serviço Social no campo da saúde mental sendo uma unidade de cuidado, de trocas sociais, tornando-se dispositivo responsável pelo atendimento em casos de suicídio e por fim, apontaremos algumas reflexões sobre o suicídio. Para a criação desse trabalho foram desenvolvidas pesquisas de cunho bibliográfico com enfoque qualitativo, elaborada a partir de material já publicado, como livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas e artigos.

PALAVRAS-CHAVE: CAPS; Reforma Psiquiátrica; Saúde Mental; Suicídio.

ABSTRACT

This article has as aim to unveil the role of CAPS facing situations of suicide in this way were explained the historical processes of health reform as well as deinstitutionalisation via the enactment of law of 2001 10,216 extinguishing the asylums for the purpose of psychiatric beds, giving emphasis to the Day-care Centre-CAPS, as well as the insertion of Social Service in the field of mental health being a care unit of social exchange, becoming responsible for the device service in cases of suicide and finally, point out some thoughts about suicide. For the creation of this work were developed research of qualitative approach bibliographic, crafted from already published material, such as books, periodicals, theses, dissertations, books and articles.

KEYWORDS: Caps; Psychiatric Reform; Mental Health; Suicide.

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). alziraoliver1@gmail.com

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). ligia.de.souza.oliveira@gmail.com.

³Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). thaisedanilo2017@gmail.com.

⁴ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professor/coordenador do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). warllon.barcellos@uemg.br

1. INTRODUÇÃO:

Antes de pronunciarmos sobre o histórico da saúde mental é necessário evidenciarmos que a saúde mental e a saúde física são duas vertentes extremamente fundamentais (OMS, 2001) e indissociáveis da saúde humana (ADEB, 2019) e, por isso, “sem saúde mental não há saúde” (ALMEIDA et al., 2010, p. 91).

Partindo da mesma premissa, observaremos que o dicionário Michaelis define saúde mental sendo “o estado de equilíbrio mental de um indivíduo, adaptado ao seu meio social e bem tolerante as condições e desafios da existência social e individual.” (MELHORAMENTOS, 2019).

O conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) é mais completo uma vez que, considera saúde mental um estado de bem-estar onde o indivíduo reconhece suas habilidades, podendo lidar com os estresses e pode trabalhar de forma frutífera e produtiva.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946), “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”, a qual todos devem ter acesso.

O bem-estar é, portanto, um estado que permite o indivíduo realizar suas próprias habilidades, lidar com as tensões normais da vida, trabalhar de forma produtiva e fazer contribuições à sua comunidade (Nações Unidas Brasil, 2016).

De acordo com o Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que culminou na seleção da Saúde, inserida na Constituição Federal de 1988, saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, que tem por finalidade garantir condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário a serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde.

Sendo assim, com base nesse conceito de saúde e sua relação com o direito, podemos considerá-la como uma conquista, sobretudo, de igualdade social que tem seu conceito ampliado, sendo saúde resultado de condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, Entre outros.

Não obstante, os indivíduos com problemas mentais possuem os mesmos direitos que qualquer outro cidadão e não podem ser excluídos do restante da sociedade apenas por serem portadores de problemas mentais.

Mas para chegar a esta forma de atendimento foi necessária uma luta social, à qual culminou com a reforma psiquiátrica e a promulgação da Lei 10.216 de 2001, mudando de forma radical o modelo de tratamento: no lugar do isolamento, o convívio com a família e a comunidade (COELHO, 2010)

A Lei 10.216 conhecida por lei Paulo Delgado, traz a importância de um tratamento especificamente destinado ao paciente de modo humanizado, ressaltando os direitos da pessoa que possui algum tipo de transtorno, e deu ênfase a importância de tratar essas pessoas em outro ambiente que não o seja o hospitalar, é através dessa lei que começa-se a falar em oferecer um novo tratamento aos pacientes. Delgado apontou a existência do problema, mas até aquele momento não havia estabelecido de qual modo seria manejado e de que forma seria o tratamento.

Ressalta-se também, que a atenção em saúde mental é oferecida no Sistema único de Saúde (SUS), através de ações e organizações municipalizadas, já que os cuidados em saúde mental tornaram-se parte das discussões de implantação do Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011, que Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, prevendo, a partir da Política Nacional de Saúde Mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), os Serviços Residenciais Terapêuticos, os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento e os leitos de atenção integral em Hospitais Gerais.

O trabalho está organizado em três momentos. No primeiro, situasse a construção da saúde mental, bem como a construção sociohistórica da Reforma psiquiátrica brasileira, seus avanços e alguns retrocessos marcado pela consolidação do Neoliberalismo no país. No segundo momento, debate-se a questão proposta de desinstitucionalização dos manicômios e o fim dos leitos psiquiátricos, dando ênfase ao Centro De Atenção Psicossocial – CAPS enquanto um dispositivo responsável por essa desinstitucionalização, à e a inserção do Serviço Social no campo da saúde mental, onde tentaremos pontuar as bases que historicamente pautam o serviço desenvolvidos com os indivíduos e seus familiares, E por fim, apontaremos algumas reflexões sobre o suicídio, salientando a necessidade de falar sobre o tema, pois, só assim é possível eliminar os tabus e mitos ainda existentes sobre o assunto.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Antes de falar-se em reforma psiquiátrica, faz-se necessário expor como era o tratamento destinados aos órfãos, moradores de ruas, imigrantes e os loucos, no período de urbanização do país, estes eram recolhidos aos asilos de Mendicância e para os sótãos das Santas Casas de Misericórdia. Muitos acabaram por perder a vida, por conta das más condições de vida, das condições insalubres e as violências vividas nestes locais.

Segundo JORGE et al., (2003) essa situação de barbaria, provocou uma inquietação na classe médica, que empenharam-se para ter um local específico para os tidos loucos.

Diante do exposto, foi criado em 1841 o primeiro “hospício”, o Hospício Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, este fôra criado através de Decreto imperial, esse modelo inclinou-se influenciado pelo modelo Francês de Pinel, sendo vinculado a Santa Casa. Mesmo estando ligado as subordinações médicas, os hospícios eram submetidos aos discursos religiosos. (BATISTA, 2014).

Em 1910 a 1920 temos a criação das comunidades agrícolas, como propostas terapêuticas, sua finalidade era a cura do indivíduo através do trabalho no campo e as oficinas. Essa medida “resolveu” apenas o problema da superlotação, pois não funcionaram efetivamente para a cura.

Todos que não se enquadravam nos padrões de normalidade e moralidade da época, ou que ameaçassem a ordem pública eram internados sem data para sair. Estima-se que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental”. Não havia muitos parâmetros para o diagnóstico dos “tidos como doentes mentais” no século XX. ARBEX (2013).

As primeiras fagulhas da Reforma Psiquiátrica ocorreram na Itália, através do psiquiatra Franco Basaglia, pioneiro da luta pelo fim dos manicômios.

Em sua obra “Holocausto Brasileiro”, a autor Daniela Arbex (2013), relata que Basaglia durante o período que esteve no Brasil, em 1979, visitou o Hospital Colônia, o maior hospital psiquiátrico do país, situado em Barbacena, Minas Gérias, aberto em 1903, com o apoio da igreja Católica. Diante das situações de torturas, violação de direitos e desumanização, o médico italiano comparou-o com os campos de concentração nazista, convocou a imprensa e denunciou as barbarias que ali ocorria. Basaglia buscava fazer uma “psiquiatria” pautada no sujeito e não na doença em si. (AMARANTES, 2014)

A Reforma psiquiátrica ocorre no Brasil paralelamente a reforma sanitária, nos anos 70, tendo como principal objetivo a mudança do modelo de atenção e gestão das práticas de saúde, com vista a coexistir uma saúde pautada na coletividade, com equidade nos serviços prestados, universalidade e produção de tecnologias do cuidado.

Embora paralela a reforma sanitária, a reforma psiquiátrica tem história própria, busca a extinção dos modelos asilares, por conta da violência ali sofrida. Sendo assim um movimento histórico de caráter político e social.

Podemos destacar a partir da década de 1970, no contexto da Ditadura Militar, e com a crise do modelo hospitalar psiquiátrico, o aumento dos movimentos sociais, dentre estes movimentos daremos ênfase ao Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM) que juntamente com famílias, precederam as lutas reivindicatórias em favor dos direitos e defesa das pessoas portadoras de transtornos mentais, bem como a extinção progressiva

dos manicômios, É neste período que surge o Movimento Social Pelos Direitos dos Pacientes Psiquiátrico.

Mais precisamente em 1978, surge o (MTSM), como sendo “o primeiro sujeito político do campo da saúde mental no Brasil” (COELHO, 2017, p. 298) sendo assim:

O movimento dos trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), movimento plural formado por trabalhadores integrantes do movimento sanitário, associações familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais e pessoas como longo histórico de internação psiquiátrica, surge neste ano. É sobretudo este movimento, através de variados campos de luta, que passa protagonizar e a construir a partir deste período a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência as pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2006, p. 7).

No mesmo período, ocorreu o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, este acontecimento tinha como baseconservadora e baseava-se em um evento extremamente técnico, porém foi “tomado de assalto pela militância dos movimentos e fez com que a entidade promotora, a Associação Brasileira de Psiquiatria, servisse de avalista do projeto político do MTSM” (AMARANTES, 1995, p. 06)

Segundo AMARANTE (1995), outro evento de extrema importância foi o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em 1979, em São Paulo, onde trouxe críticas ao modelo asilar.

Outro marco no ano 1979 foi III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em Belo Horizonte, AMARANTES (1995) relata que nos debates do evento prevaleceram as reivindicações para a realização de um levantamento da realidade assistencial. O autor ressalta ainda a presença de convidados internacionais, dentre eles o médico italiano Franco Basaglia.

A experiência italiana de desinstitucionalização em psiquiatria e sua crítica radical ao manicômio é inspiradora, e revela a possibilidade de ruptura com os antigos paradigmas, como, por exemplo, na Colônia Juliano Moreira, enorme asilo com mais de 2.000 internos no início dos anos 80, no Rio de Janeiro, passaram a surgir as primeiras propostas e ações para a reorganização da assistência (BRASIL, 2006, p.6).

A década de 1980 é marcada pela articulação dos movimentos antimanicomiais. Em1987, ocorreu em Bauru, em São Paulo o II Congresso Nacional De Trabalhadores Em Saúde Mental, que culminou na criação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial formado por profissional da saúde e familiares dos usuários dos serviços de saúde mental, foi instituído o dia 18 de maio, como dia Nacional da Luta Antimanicomial, adotando o lema “Por Uma Sociedade Sem Manicômios”.

Ao final do congresso foi divulgado o documento que ficou conhecido como Manifesto de Bauru, que tem por objetivo a confirmação que “Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida” (MANIFESTO DE BAURU, 1987).

Para COELHO (2017) é neste momento que “o MTSM trona-se o *Movimento Antimanicomial*, e a luta pela cidadania dos loucos se torna um projeto emancipatório maior, que busca mudar o local social da própria loucura” (COELHO, 2017 p.302)

EM 1989, o Deputado do PT/MG Paulo Delgado criou o Projeto de Lei 3.657, que dispõe “sobre a extinção progressiva dos manicômios e regulamenta os direitos da pessoa com sofrimento mental,” após doze anos de tramitação e emendas e aprovada em 6 de Abril de 2011, a lei 10.216 conhecida como lei Paulo Delgado. Que visa a desinstitucionalização dos manicômios, sendo um marco para saúde mental e dos direitos humanos, esse modelo de assistência teria que acontecer de modo seguro, visando a inserção do indivíduo na vida da sociedade, é neste contexto que surgem os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS).

3. O CAPS ENQUANTO UM DISPOSITIVO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EM CASOS DE SUICÍDIO

Antes de falarmos sobre o suicídio, é importante considerar brevemente o contexto histórico da saúde mental no Brasil, houve-se a necessidade de reformular o atendimento, extinguir os leitos hospitalares. Para isso, foram implantados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a fim de monitorar os casos de distúrbios mentais leves e moderados, adotando métodos terapêuticos que contribuem para a inserção do portador de distúrbios mentais na sociedade.

O primeiro CAPS do Brasil, foi implementado na cidade de São Paulo, em 1987, sendo instituída em 2002 a portaria 336 que regulamenta o funcionamento dos Centros de Atendimento Psicossocial CAPS, no parágrafo 3 desta portaria, especifica que os CAPS deveram funcionar em área específica independente de qualquer órgão hospitalar, essa portaria também instituiu a necessidade de um assistente social no âmbito do CAPS.

A portaria 3.088 de 201, conhecida como Rede de Atenção Psicossocial, busca consolidar um modelo aberto e de base comunitária, que garanta a livre circulação dos usuários, pelos serviços e comunidade.

Sendo assim, a atenção à saúde mental está vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) lei 8.080 que tem por objetivo emancipar o usuário deste serviço, bem como garantir seus direitos e tratamentos psicológicos.

O CAPS é composto por uma equipe multiprofissional que atua numa perspectiva interdisciplinar em que os saberes do Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Física, e vários outros profissionais integram-se ofertar atividades ou oficinas terapêuticas, contribuindo para que o paciente tenha o melhor resultado possível no seu tratamento com resolução mais rápida possível de seus sintomas.

Assim, os projetos terapêuticos devem incluir a construção de trabalhos de inserção social, respeitando a possibilidades individuais e os princípios de cidadania que minimizem o estigma e promovam o protagonismo de cada usuário frente à sua vida (BRASIL, 2004, p.17).

Dessa forma, os CAPS e seus serviços deixam de ser local de repressão, disciplina e reclusão para se tornarem locais de acolhimento, de cuidado, de trocas sociais, tornando-se dispositivos responsáveis pelo atendimento em casos de suicídio.

O CAPS é um dos principais dispositivos de atendimento na prevenção buscando reduzir as tentativas de suicídio. Sua atuação baseia-se no acolhimento desse usuário, efetuando um acompanhamento do quadro, a família exerce papel crucial no cuidado com o usuário por isso deve ser orientada, Portanto o CAPS conta com uma rede organizada, que deve aciona-lo quando há a existência de casos, para que sejam efetivados os cuidados com o usuário, esse atendimento se dá por meio do atendimento com a equipe multidisciplinar, como a Assistente Social, a psicóloga, em casos mais severos como médico a enfermeira, o CAPS deve preconizar a prevenção, com ações que evitem a internação.

Nesse sentido, o acolhimento torna-se uma ferramenta potencializadora de vida, capaz de ressignificar processos de trabalho, serviços e pessoas¹⁰. Portanto, a tentativa de suicídio mobiliza e sensibiliza o trabalhador de saúde mental, que é incentivado a articular-se com outros trabalhadores de saúde, formando uma rede interdisciplinar que proporciona cuidado, atenção e solidariedade nesse momento do sofrimento psíquico (HECK, Rita Maria, 2012. Pag 29).

Sendo assim, os CAPS são considerados na política de saúde mental um dos elementos centrais do que há de mais inovador nas propostas da Reforma Psiquiátrica. Portanto, “os CAPS, dentro da atual política de saúde mental do Ministério da Saúde, são considerados dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental” (BRASIL, 2004, p. 78), devendo estar bem distribuídos no território brasileiro, próximos aos usuários e dos serviços sociais (família, escola, trabalho, igreja), incluindo todos os recursos necessários para o cuidado de saúde mental, em suma, no atendimento em casos de suicídio.

O Suicídio é um fenômeno que ecoa desde a pré-história, evoluindo-se em seus conceitos e ampliando seus fatores, causas, sinais e determinantes em todo o mundo, tornando-se muito mais complexo:

O suicídio é uma forma inconsciente de autopunição. Pessoas que cometem suicídio sentem uma culpa muito profunda, e encontram na morte uma forma de se punir, quando o que elas buscam verdadeiramente é perdão (SBIE, 2016).

Durkheim (1997), defini o suicídio como todo caso de morte resultante de um ato praticado pela própria vítima. De acordo com Santos (2009), o suicídio pode ser compreendido como um movimento de fuga de um sofrimento insuportável levando o indivíduo em direção à morte.

O suicídio acontece por uma conjunção de muitos fatores (RIZZATO, 2018) e diversos determinantes que influenciam a ocorrência de problemas de saúde mental e seus fatores de risco na população, os quais podem ser inevitáveis e desencadear em Suicídio ou em tentativas.

Dentre eles, podemos destacar: “[...] os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais” (BUSS; FILHO, 2007), orgânicos e genéticos (RIZZATO, 2018), além do desemprego, racismo, preconceito, consumo de álcool, uso de drogas, abusos, bullying, doenças crônicas, conflitos interpessoais, situações de perda, divórcio (BRENT et al., 1999, apud SANTOS, 2009), distúrbios alimentares e a *internet*, onde as buscas pela palavra “suicídio” e expressões como “suicídio indolor” e “suicídio rápido” no Google, aumentaram 100% no Brasil (MODELLI, 2017).

A *internet* é uma fonte de informação utilizada em todo o mundo, e seu impacto a torna cada vez mais popular no mundo contemporâneo; porém, permanecendo amplamente desconhecido. Todavia, é meio que pode ser utilizado a favor da prevenção do suicídio, desde que seja implantada uma legislação internacional que limite as práticas de incentivo (ROQUE et al., 2007).

Para Gould et al. (1996), os indivíduos que se desligam dos meios de suporte tradicionais como a escola, o trabalho e a família, parecem estar sujeitos a um risco de suicídio muito elevado, principalmente no contexto de outros fatores.

Vale ressaltar que os comportamentos suicidas nem sempre resultam em morte, mas estão relacionados ao conceito de morte “auto-infligida”, representando uma solução final para libertação de uma situação psicologicamente insuportável (SANTOS, 2009).

Sendo assim, a conduta suicida não é uma doença, mas sim uma forma de comportamento (SANTOS, 2009). Portanto, todos os pensamentos ou comportamentos

suicidas devem ser levados a sério, pois representam uma necessidade de ajuda urgente ao suicida (SARAIVA, 2006, apud SANTOS, 2009).

Nesse sentido, as tentativas de suicídio com um elevado risco de letalidade associam-se a um risco extremamente elevado de suicídio no futuro (SANTOS, 2006). Para Santos (2009) as taxas de suicídio aumentam significativamente da infância para a adolescência, sendo mais frequente após a puberdade, quando os adolescentes são cognitivamente mais capazes de planejar e executar o suicídio.

Vale ressaltar que “[...] as tentativas de suicídio e o suicídio consumado fazem parte de um fenótipo clínico transmitido de pais para filhos” (SANTOS, 2009).

Em países como os Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia também ocorrem suicídio (MOREIRA, 2018), assim como em países de baixa e média renda. No Brasil, por exemplo, a cada 45 minutos uma pessoa se suicida (Quero Bolsa, 2018), tornando-se, portanto, um grave problema de saúde pública, pois o “[...] suicídio já mata mais jovens que o HIV” (PERASSO, 2015).

A região Sul fica nitidamente em destaque, pois os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná respondem por uma taxa de 23% dos casos, considerando que os estados detêm somente 14% da população nacional (BRASIL, 2017). Segundo Kosachenco (2017), entre 2011 e 2015, as maiores taxas de morte por suicídio foram registradas nessa região. No Sudeste, representante de 42% da população, foram registrados 38% dos casos de suicídio. Sendo assim, o risco é menor no Sudeste do que Sul, o qual pode estar associado à cultura dessa área (KOSACHENCO, 2017).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2017), o Suicídio precisa “deixar de ser tabu”, pois tornou-se a segunda principal causa de morte em todo o mundo para pessoas entre 15 a 29 anos; porém, pessoas com mais de 70 anos estão mais propensas a cometê-lo.

Nesse sentido, apenas falar sobre o tema não é suficiente para solucionar o problema, pois para quebrar o tabu, necessita-se de outras formas de conscientização, para assim, reverter esse quadro. “Não é proibido falar, só não podemos falar de forma errada. Não podemos glamourizar, nem ensinar técnicas”, afirmou o psiquiatra Antônio Geraldo da Silva, presidente eleito da Associação Psiquiátrica da América Latina (APAL) em uma entrevista (MORENO; DANTAS e OLIVEIRA, 2018).

Falar sobre o tema não é necessariamente um problema, mas é preciso ser de maneira responsável, pois a “divulgação espetaculosa” do suicídio pode ser um fator precipitante para quem se encontra em estado de vulnerabilidade (RIZZATO, 2018). É preciso falar sobre o ato sem promovê-lo (MODELLI, 2017):

A divulgação do suicídio, quer através de jornais, rádio, televisão ou obras ficcionais, é seguida por um aumento das taxas de suicídio e tentativa de suicídio. Os fatores que aumentam a probabilidade de imitação incluem a quantidade de publicitação e a notoriedade da vítima (GOULD, 2001, apud Santos, 2009).

Portanto, explicar métodos, mostrar cenas e recitar cartas suicidas, “[...] dependendo da forma com que o suicídio for divulgado, pode ocorrer repetição por outras pessoas que já estejam em desequilíbrio emocional” (RIZZATO, 2018), mas se forem divulgados de maneira “correta”, mostrando como a vítima se sentia antes e o motivo que a levou a cometê-lo, podem instigar outras pessoas que estejam em mesma situação buscar ajuda (RIZZATO, 2018).

Contudo, o Suicídio pode ser evitado e, existem diversas medidas para isso; porém, ainda não se tem uma visão uniforme sobre esse tema, no que se refere a políticas públicas de prevenção, mas é possível encontrar argumentos que remontam alguns ideais e/ou conceitos que revolucionaram o pensamento existente em relação a ele.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou apresentar as bases fundamentais sobre a questão do Suicídio no Brasil e no mundo desde os tempos passados, acompanhando o histórico da Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e do Suicídio. Além disso, buscamos identificar o papel dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), suas atividades e oficinas terapêuticas, principalmente, em casos de Suicídio.

A Saúde Mental, enquanto indissociável da saúde humana, deve ser um estado de completo bem-estar físico, mental e social. E, embora tenha surgido em meio a um cenário de descaso e violência, os movimentos em relação à assistência psiquiátrica foram extremamente transformadores, reformadores ou renovadores e, principalmente, necessária. Foram, também, imprescindíveis ao surgimento de práticas inovadoras de tratamento em Saúde Mental.

A Reforma Psiquiátrica, movimento histórico de perspectiva transformadora e libertadora, está inteiramente ligada ao atendimento público, consolidando formas de organização de equipes, os papéis destinados aos técnicos, o trabalho interdisciplinar e intersetorial, articulação entre os aspectos clínicos e políticos da atenção psicossocial e estratégias de cuidado e responsabilização do sujeito, como um processo de ideário reformista (BEZARRA JR, 2007).

Além disso, a Reforma foi crucial para a extinção dos leitos em hospitais psiquiátricos e à desinstitucionalização de pessoas com extenso histórico de internação

(COELHO, 2010, p. 17), envolvendo questões do campo jurídico-político e sociocultural.

Em relação ao Suicídio, percebemos que se trata de um grave problema de saúde pública, sendo um tabu em diversas sociedades, e que não é discutido abertamente, sendo necessário que o governo tome medidas repentinas a fim de solucionar esse grave problema.

Diante disso, tornam-se imprescindíveis perspectivas e possibilidades de se (re) pensar políticas públicas de prevenção ao suicídio, que possam atender as especificidades populacionais de cada país, estado e município, bem como potencializar os dispositivos de saúde já existentes, ampliando assim, a Atenção Básica em Saúde como o centro de ações nos planos de identificação de riscos de suicídio e de intervenções pré-planejadas

Quanto aos CAPS, percebe-se que é um dispositivo de suma importância na prevenção em casos de Suicídio, devendo cumprir suas funções em conjunto com a família das vítimas de suicídio, visando a promoção do bem-estar social desses indivíduos e de sua autonomia.

Portanto, enquanto um dispositivo que atua na prevenção e proteção em casos de suicídio, o CAPS deve oferecer acolhimento, essencial para cumprir seus objetivos. Não obstante, os tratamentos podem ser desenvolvidos fora do CAPS, com estratégias terapêuticas de reabilitação psicossocial.

Contudo, existem diversas ações que podem ser abordadas para que o número de casos de suicídio seja reduzido, todas indispensáveis ao apoio familiar, comunidades e à vítima; porém, são as políticas públicas que podem reduzir o número de suicídios e tentativas, auxiliando as famílias no acesso às informações, sobretudo, atrelado ao trabalho voluntário e aos demais serviços públicos, permitindo o fortalecimento de vínculos entre família, escola, igreja e trabalho, proporcionando meios para enfrentar as dificuldades existentes no âmbito social, configurado de forma exorbitante, mas com uma característica delinear; complexa, mas elementar; marginalizada, mas fundamental; incompreensível, mas nítida; obscura, mas evidente.

5. REFERÊNCIAS

AMARANTES, P. (org.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes, **Breve histórico da loucura, movimento de contestação e reforma psiquiatria na Itália, na França e no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Pernambuco, V.40, p. 391-404, abr, 2014.

BRASIL. **Lei N. 8080/90, de 19 de Setembro de 1990.** Brasília: DF. 1990

BRASIL. **Lei N. 10.216/01, de 06 de Abril de 2001.** Brasília: DF. 2001

BRASIL. OPAS. **Folha informativa - suicídio.** 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico.** 2017. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BEAUTRAIS, A. L. **Methods of youth suicide in New Zealand: Trends and implications for prevention.** Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 2000.

BUSS; P. M.; FILHO, A. P. **A Saúde e seus Determinantes Sociais.** Rio de Janeiro: Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

COELHO, D. A. M. **Consciência antimanicomial em tempos democráticos-populares: caminho de um movimento.** In: Passos, Rachel Gouveia; COSTA, Rosane de Albuquerque; SILVA, Fernanda Gonçalves (Orgs), Saúde Mental e os desafios da atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

CANTOR, C.; NEULINGER, K. **The epidemiology of suicide and attempted suicide among young Australians.** Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 2000.

DURKHEIM, E. **O Suicídio.** Lisboa: Editorial Presença, 1977.

GUERRA, Yolanda. “O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional”. **Revista Serviço Social & Sociedade nº 91.** São Paulo: Cortez, 2007

GOULD, M. S. et al. **Psychosocial risk factors of child and adolescent completed suicide.** Archives of General Psychiatry, 1996.

MODELLI, L. **Suicídio: como falar sobre o ato sem promovê-lo.** 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39714347>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MOREIRA, B. **Suicídios aumentam 2,3% em 1 ano, e Brasil tem 1 caso a cada 46 minutos.** Brasília: G12018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/09/20/suicidios-aumentam-23-em-1-ano-e-brasil-tem-1-caso-a-cada-46-minutos.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MORENO, A. C.; DANTAS, C.; OLIVEIRA, M. **Suicídios de adolescentes: como entender os motivos e lidar com o fato que preocupa pais e educadores.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/suicidios-de-adolescentes-como-entender-os-motivos-e-lidar-com-o-fato-que-preocupa-pais-e-educadores.ghtml>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZATO, M. **É verdade que divulgar suicídios causa mais suicídios?** 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-verdade-que-divulgar-suicidios-causa-mais-suicidios/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PERASSO, V. **OMS: Suicídio já mata mais jovens que o HIV em todo o mundo.** 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_suicidio_jovens_fd>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ROQUE, M.; VEIGA, F.; SARAIVA, C. B. **Internet and suicide: dangers and benefits.** XXIV World Congress of the International Association for Suicide Prevention, Irlanda. 2007.

SANTOS, J. C. P. **A ideação suicida na adolescência.** Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, 2009.

SARAIVA, C. B. **Estudos sobre o para-suicídio: O que leva os jovens a espreitar a morte.** Coimbra: Redhorse, 2006.

SBIE. **O que leva uma pessoa a cometer suicídio?** 2016. Disponível em: <<http://www.sbie.com.br/o-que-leva-uma-pessoa-cometer-suicidio/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

A CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE E OS IMPACTOS SOCIAIS NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CIDADE DE ALTAMIRA.

Lilian de Souza Ribeiro¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais sofridos por crianças e adolescentes no município de Altamira devido à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Sendo necessária a compreensão através de uma leitura histórica sobre a formação sócio econômica da região que atrai grandes projetos. Busca-se através deste estudo refletir sobre como as instalações de grandes projetos atingem os habitantes das regiões onde estão localizados. Para esta análise foi feita pesquisa bibliográfica do arcabouço teórico dos autores: Anthony L. Hall, Celso Furtado, Assis da Costa Oliveira e Jean Hebéte.

Palavras-chave: Grandes projetos, Impactos sociais, crianças, adolescentes.

ABSTRACT: This article aims to analyze the social impacts suffered by children and adolescents in the municipality of Altamira due to the construction of the Belo Monte hydroelectric power plant. Being necessary the understanding through a historical reading on the socioeconomic formation of the region that attracts great projects. It seeks to see through this study to reflect on how the facilities of large projects reach the inhabitants of the regions where they are located. For this analysis, a bibliographical research was carried out on the theoretical framework of the authors: Anthony L. Hall, Li, Celso Furtado, Assis da Costa Oliveira and Jean Hebéte.

Key words: Large projects, Social impacts, children, teenagers.

¹ Assistente Social. Especialista em Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, mestranda em Serviço Social do Programa de Pós graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a formação socioeconômica da região Amazônica e as instalações dos grandes projetos que visam à exploração da diversidade natural e territorial, sendo a Amazônia a maior bacia hidrográfica do mundo, com o maior reservatório de água doce existente no planeta Terra, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², atraindo olhares de investidores internos e externos, e com isso as localidades aonde se instalam esses grandes projetos são atingidos, seus habitantes expulsos de suas terras, modificando o cenário familiar das populações, gerando impactos ambientais e sociais, dentro deste contexto há um impacto social na vida de crianças e adolescentes que se tornam alvos de violações de direitos, sofrendo abusos e explorações.

Na década de 70 a Amazônia se intensifica na região um fluxo migratório incentivado pelo governo federal, integrar para não entregar este era o lema usado, logo depois foi criado o programa grande Carajás na cidade de Carajás no estado do Pará, onde atraiu muitas pessoas em busca de melhores condições de vida, e a maioria não conseguia o recurso necessário para sua sobrevivência e já saía da sua cidade endividada, alguns retornavam e outros ficavam em Carajás em condições precárias.

Os grandes projetos afetam a cidade, a população, os trabalhadores e todos dentro do contexto social, gerando conflitos e colocando uma grande parcela do povo em situação de vulnerabilidade social, atingindo assim crianças e adolescentes que se encontram nas localidades das obras. Em Altamira depois que começaram as obras na usina de Belo Monte o índice de denúncias e casos de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes encaminhados ao conselho tutelar aumentaram, fazendo com que os órgãos que trabalham com o público infanto-juvenil fizessem campanhas e pesquisas para amenizarem as violações de direitos. Sendo necessário um trabalho na prevenção e coibição dessa prática na região, garantindo assim a integridade física, emocional e psicológica das crianças e adolescentes.

I-OS IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ALTAMIRA

A formação socioeconômica da Amazônia tem em seu processo um grande fluxo migratório, principalmente de nordestinos que se deslocaram no século XIX em busca de trabalho, devido às atividades extrativas da borracha, obra prima na região, o que representou um fator de estruturação econômica e de urbanização. O ciclo da borracha foi responsável pelo povoamento da Amazônia, os nordestinos deixavam suas cidades, pois viviam em situações desfavoráveis, períodos de secas no Nordeste do Brasil. O que ocasionou a ocupação por parte destes migrantes nos rios e afluentes, gerando muitos conflitos com os povos indígenas que eram os habitantes.

Em 1969-70 o nordeste experimentou mais uma grande seca. Como de costume, novas medidas governamentais se seguiram. Todavia, se a seca de 1958 havia dado origem a uma abordagem regional integrada e à criação da SUDENE, a seca de 1970 produziu as primeiras grandes medidas a transcenderem o nordeste. Após uma visita a região pelo presidente da República, em março de 1970 foi anunciada a construção da rodovia transamazônica. (Velho, pág.209)

A Amazônia estava no imaginário que deveria integrar com o restante do Brasil, foi assim que foi iniciada a construção da rodovia Transamazônica com a ideia de desenvolvimento e integração. Além de integrar a Região Norte ao resto do país, a nova rodovia diminuiria as tensões que estavam ocorrendo no nordeste brasileiro, que vivia as consequências de uma grande seca, e na região sul a população do campo estava em conflito em busca de terras. O governo incentivava a migração dessas populações. A ideia do governo era de que esses trabalhadores se estabelecessem na região, formando vilas, no entanto, muitos foram embora sem recursos e os que permaneceram passaram por diversas dificuldades.

Em nível regional, o Programa Carajás foi útil para transformar a paisagem econômica e social, atraindo, como imã, imensos contingentes populacionais. Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros a cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem número de outros indivíduos querendo ocupação (Hall, pág.59).

Os grandes projetos aparecem dentro da história da Amazônia com incentivado Estado na busca pelo processo de industrialização, modernização nopaís, a ideia de pela integração das regiões brasileiras. A construção da Usina de Belo Monte se equipara com a situação de Carajás, dentro do contexto de exploração, essa estratégia de modernização acelerava agravando ainda maisas questões sociais e ambientais na região, agravando a situação as condições sociais e ambientais para a maioria da população rural. Segundo Hall (1989) a crise agrária cresciam, tornando cada vez mais difícil para os pequenos agricultores conseguirem seu sustento na terra.

Assim como o Programa Grande Carajás, aconstrução da Usina Hidrelétrica Belo Monte, também teve êxodo migratório, milhares de pessoas saíram de suas cidades e foram para a cidade deAltamira, localizada a 800 quilômetros ao Sul de Belém. Belo Monte é uma região que convive ainda hoje sob carências de infraestrutura básica e um ambiente de violência, gerado pela ocupação irregular do território, a grilagem de terras e a exploração ilegal da madeira. Muitas famílias foram retiradas de suas propriedades e realocadas em algum ponto da região para dar espaço para a construção da Hidrelétrica Belo Monte, gerando desigualdades e mazelas sociais.

Oliveira (2017) em seus estudos aponta que os impactos sociais são muitos, sendo na infância e adolescência estes cada vez mais crescentes, necessitando de um trabalho de prevenção e coibição dessas violações de direitos, pois depois de iniciarem as obras a vulnerabilidade social cresceu, fazendo com que os índices de crianças e adolescentes abusadas e exploradas sexualmente aumentassem, assim como o trabalho infantil. O perfil das pessoas que trabalham e são a mão de obra para essas obras de certa forma contribui para que essa estatística aumente, devido ao inchaço populacional desordenado e a falta de políticas que trabalhem na informação e na promoção dos direitos de Crianças e adolescentes não permitindo que a integridade física, psicológica e emocional dessas seja atingida de forma vexatória e criminoso.

Grandes empreendimentos são caracterizados por envolver um deslocamento considerável de pessoas que passam a ocupar o território por eles influenciado por determinado período de tempo, mas sempre desde uma perspectiva de aumentarem o quantitativo populacional pré-existente e intensificarem a demanda por acesso a bens e serviços dos mais variados matizes, inclusive os ligados ao mercado do sexo. (Oliveira, 2017, p.165)

Segundo Gomes e Eloi (2015), a Lei 1806 de 6 de janeiro de 1953 no governo de Getúlio Vargas regulamentou o artigo 199 da Constituição de 1946 ao qual era estabelecido

um fundo de valorização da região Amazônica. Nasce então a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da região, nesse período foi realizada a construção da rodovia Belém-Brasília, a rodovia tinha o objetivo de integrar a região ao restante do Brasil. O modelo econômico que evidenciou a tendência extrativista na região Amazônica impulsionou a ocupação do território e consolidou o processo de integração da região ao país e ao mundo, expondo assim a região à exploração e colocando a região numa condição subordinada e periférica comparada as outras regiões do país, favorecendo a concentração de renda e acumulação de capital para as classes da burguesia internacional e a nacional.

Os ²grandes projetos aparecem dentro da história da Amazônia com incentivo do Estado na busca pelo processo de industrialização, modernização no país, a ideia de integração das regiões brasileiras. A construção da Usina de Belo Monte se equipara com a situação de Carajás, dentro do contexto de exploração, essa estratégia de modernização acelerava agravando ainda mais as questões sociais e ambientais na região, agravando a situação as condições sociais e ambientais para a maioria da população rural. Segundo Hall (1989) a crise agrária crescia, tornando cada vez mais difícil para os pequenos agricultores conseguirem seu sustento na terra e a preservação da integridade de suas famílias.

As intervenções realizadas pela Norte Energia S.A que é a empresa responsável pela construção e operação da hidrelétrica, afetam diretamente as condições de vida da população local, especialmente as crianças e os adolescentes, em razão da dinâmica territorial produzida pela lógica de desenvolvimento voltada à exploração do potencial energético do rio Xingu e, conseqüentemente, acumulação de riquezas em função dos fluxos nacionais e transnacionais de capital, a fim de vincular o território local com os mercados globais e promover a abertura de novas fronteiras de mercantilização de recursos naturais para proveito da iniciativa privada, nesse contexto é importante compreender as implicações das políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida de crianças e adolescentes como as várias formas de violações de direitos.

²Conforme Oliveira (2014) No início do século XXI, países latinoamericanos intensificaram os investimentos em políticas de desenvolvimento econômico pautadas na intensificação do investimento em empreendimentos de exploração de recursos naturais (soja, minerais, celulose, etc.)

II- O AUMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ALTAMIRA.

A maior parte da população da Amazônia atualmente está presente no meio urbano e isso se deve ao fato da efetivação de políticas públicas na região que tem como consequência migração dos sujeitos que vivem no meio rural e, conseqüentemente tem uma ocupação do espaço desordenado e excludente, gerando assim as desigualdades sociais. Com a falta de oportunidades de trabalho surgem diversas situações que podem gerar violações de direitos ao público infanto- juvenil como: trabalho infantil e outras violações.

A falta de emprego e oportunidade para os pais e a baixa remuneração das famílias que têm crianças acaba sendo uma das conseqüências desse processo desordenado, uma vez que hoje, 25% das famílias no Pará, com crianças de 0 a 14 anos, vivem com apenas meio salário mínimo. Essa realidade tem implicações diretas quanto à violação dos direitos das crianças e adolescentes, pois a vivência nas periferias urbanas expõe as crianças e adolescentes ao enfrentamento de situações que envolvem o trabalho nas ruas, nas feiras, reparando carro, vendendo picolé, jornal e tudo aquilo que possa lhes render algum dinheiro. As práticas de violência doméstica, abuso sexual e maus tratos também são muito frequentes, pois as crianças e adolescentes são mais vulneráveis a essas situações de abandono e pobreza extrema. (HAGE, 2012,p.102)

Conforme Oliveira & Pinho (2014), crianças e adolescentes são focos reais de exploração sexual de acordo com o mapeamento realizado nos bairros do município de Altamira, através dessa pesquisa foi possível verificar pontos de violação de direitos na cidade, no Relatório Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: Percepções Sobre Exploração Sexual e Prostituição, os trabalhadores que participaram da pesquisa em sua maioria disseram que já haviam frequentado bares e boates com a presença de adolescentes que estavam em situação de exploração sexual. A violência sexual é uma das violências que mais gera traumas em crianças e adolescentes, fazendo com que as mesmas tenham medo de falar sobre o que está ocorrendo, caso sejam vítimas, pois geralmente são pessoas próximas da família ou familiares, alguém que a criança ou adolescente tenha proximidade, fazendo com que o abuso seja silenciado e a vítima fique com diversos tipos de sentimentos.

Os infantes abusados por pais, avós, tios ou outro membro importante de sua família constituirão uma imagem distorcida dos relacionamentos interpessoais e do mundo, em se comparando com as crianças que se desenvolveram em ambiente saudável, num contexto familiar amoroso, protetor e com fronteiras bem definidas. O abuso sexual fornece à criança em desenvolvimento, informações errôneas sobre os relacionamentos, pois a mesma pessoa que a cuida é seu algoz. (Ferreira & Rocha, 2011; ABRAPIA, 2003; Giberti, 2005, p.48).

A exploração sexual de crianças e adolescentes pode ser analisada em quatro modalidades: turismo sexual, prostituição, pornografia e tráfico. A prática está atrelada

diretamente no comércio do sexo infantil, crianças e adolescentes são violentados sexualmente em troca de dinheiro ou outros.

A exploração de meninos e meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos além da tradicional cafetinagem. (Centro de Referência de Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente, 1999, p.27).

Com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte a cidade de Altamira que é a cidade mais próxima do canteiro de obra e que tem infraestrutura como o aeroporto aumentou o número de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, principalmente vítimas de abuso e exploração sexual. A porta de entrada das denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes é o Conselho tutelar que encaminha os casos a justiça, mas poderá ser através de outros órgãos da rede de atendimento, portanto é necessário que haja uma estrutura física adequada para o atendimento e encaminhamento dos casos, conforme o relatório do Conselho municipal de direitos de Crianças e adolescentes do município, as ocorrências no conselho tutelar aumentaram mais de 30%, sendo que ainda há muitos casos que não chegam até a justiça por vários fatores até mesmo falta de informação pela população em relação às violências que ocorrem.

Dos 258 processos judiciais existentes no Fórum de Justiça da Comarca de Altamira, que versam sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes, correspondente ao período de 1957 a 2013, revela uma evolução histórica da quantidade de casos que ingressaram anualmente, numa média que passou de 10 processos por ano na primeira década do século XXI para 30 processos por ano apenas nos quatro primeiros anos da segunda década do referido século. Uma triplicação que tem como um de seus principais fatores o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Oliveira e Pinho, 2014, p.110).

O trabalho infantil aumentou no município, crianças e adolescentes explorados sexualmente em pontos estratégicos próximos a Belo Monte. A maioria da mão de obra que está em Belo Monte é masculina e grande parte não é da região, através do relatório trabalhadores e trabalhadoras de Belo Monte é possível analisar que os trabalhadores sabem onde estão os pontos de exploração sexual e prostituição e alguns relatam já terem frequentado esses espaços. Antes do empreendimento o Conselho Tutelar realizava em média de 10 atendimentos por dia, depois da chegada da obra são realizados mais de 40 atendimentos diários durante os últimos anos conforme os dados do relatório do Conselho municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes do município. Portanto há uma série de

fatores que contribuíram negativamente para o município em se tratando de violência contra crianças e adolescentes.

Em novembro de 2018 o Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) estabeleceu a resolução número 215, de 22 de novembro de 2018 que dispõe sobre Parâmetros e Ações para Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos. Dispõe sobre conjunto de parâmetros e ações articuladas para a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos, definindo medidas de promoção, proteção, defesa e controle da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em risco de serem impactados em razão da realização dessas atividades no território onde se encontram. Esta resolução ampara e direciona para que as empresas e o Estado possam trabalhar com a prevenção de impactos sociais na infância ocorridos nas experiências de grandes obras no Brasil, promovendo e assegurando Direitos de crianças e adolescentes que residem nas localidades que são atingidas por essas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos grandes projetos na Amazônia impôs novos modos de vida à população que já estava pelas terras, mudando sua cultura, extraindo seus bens naturais e modificando o seu modo de produção que antes era apenas para sua sobrevivência, suprimindo suas necessidades sem vista na acumulação desse bem, algo que foi mudado conforme as construções e alocações desses projetos nos espaços territoriais, atraindo pessoas para ocuparem terras e trabalharem dentro do modelo industrial que surgia na década de 70. Projetos como o Programa Grande Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, a própria Transamazônica que foi criada para integrar as regiões brasileiras até o norte do Brasil atraiu muitas pessoas, era a promessa de um desenvolvimento local que interessava outros que estavam com o poder da produção, gerando apenas mazelas sociais.

Segundo Hébette (2004), a instalação de grandes obras impõe um impacto central que é o confronto de modos de vida e de produção diferente aonde se traduz na desestruturação ou desconstrução das comunidades e na trajetória dessa população desenraizada para se tornar massa móvel, flutuante, marginal aos resultados e frutos desse desses empreendimentos. As pessoas ao se retirarem de suas terras ou territórios acabam enfraquecendo seus vínculos afetivos como familiares e de amigos, todo o contexto histórico, cultural e social vivido antes das obras são prejudicados pelas mudanças que ocorreram.

Os impactos sociais são muitos, sendo na infância e adolescência estes cada vez mais crescentes, necessitando de um trabalho de prevenção e coibição dessas violações de direitos, depois da obra ter começado a vulnerabilidade de crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente aumentou, assim como o trabalho infantil. O perfil das pessoas que vão em busca da mão de obra para essas obras de certa forma contribui para que essa estatística aumente, devido ao inchaço populacional desordenado e a falta de políticas que trabalhem na informação e na promoção dos direitos de Crianças e adolescentes não permitindo que a integridade física, psicológica e emocional dessas seja atingida de forma vexatória e criminosa.

Compreender a História das políticas sociais no Brasil e como a rede de proteção à infância atua é necessário para refletir sobre as violações de direitos de crianças e adolescentes na região de Altamira. Historicamente, as políticas sociais configuram-se em um campo de lutas. A constituição Federal de 1988 iniciou uma série de avanços no debate para as práticas de acordo com as demandas sociais, com sentido de garantia de direitos e não de assistencialismo, embora o avanço neoliberal tenha se tornado um grande problema para a execução das políticas sociais, pois os recursos são mal distribuídos havendo recuos de

investimentos na área social, o que torna entraves para uma estruturação de atendimento e articulação política.

Para que as políticas de atendimento a crianças e adolescentes sejam executadas é necessária à integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, segurança pública, Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e lazer e etc. Esse conjunto articulado denomina-se de Sistema e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, compõem também o Conselho Tutelar, Juiz da Infância e da Juventude, Promotor da Infância e da Juventude, professores e diretores de escolas, responsáveis pelas entidades não governamentais de atendimento a crianças, adolescentes e famílias etc. Constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, nos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Trad. Dora Flaksman. 2.

Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Amélia; GUERRA, Viviane (Coord.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez. 2011.

CUSTÓDIO & VERONESE, André Viana e Josiane Rose Petry. Trabalho Infantil: A negação do ser criança e adolescente no Brasil.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. IN: CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (ORG.). A Educação, o Currículo e a Formação dos Professores. Belém, EDUFPA, 2006.

HÉBETTE, Jean. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004..

OLIVEIRA, Assis da Costa & PINHO, Vilma Aparecida (coords.). Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo Complementar: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA. Altamira:s/ed, 2014. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br

PORTELLA & FRANCESCHINI, Fabiani Ortiz e Ingrid Shröder/*In* NARVAZ & KOLLER, Martha Giudice e Silvia Helena. Família e aprendizagem uma relação necessária, *In* A família que não é sagrada: Mitos e fatos sobre abuso sexual na família.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

REIFICAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Uma reflexão introdutória

Lívia Neves Ávila¹

O presente artigo trás uma breve exposição acerca da reificação enquanto forma de alienação específica e madura do modo de produção capitalista. A partir dessa compreensão, busca refletir sobre a intensificação da mesma diante das configurações contemporâneas deste mesmo modo de produção, mais precisamente, no âmago da crise estrutural do capital, evidenciado suas determinações no complexo social.

Palavras-chave: Trabalho; Alienação; Reificação; Contemporaneidade.

This article gives a brief account of reification as a specific and mature form of alienation of the capitalist mode of production. From this understanding, it seeks to reflect on its intensification in the face of contemporary configurations of this same mode of production, more precisely, at the heart of the structural crisis of capital, evidenced by its determinations in the social complex.

Key words: Work; Alienation; Reification; Contemporaneity.

I. INTRODUÇÃO

“O capitalismo moderno atua no sentido de substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2012, p. 207). É interessante dar início a esta problematização a partir da frase acima, pois mediante a afirmação percebe-se que a reificação coloca-se por cima das relações ditas “originais” no marco do modo de produção vigente.

A proveniência dessa “originalidade” de que trata Lukács (2012) na formulação acima diz respeito às relações iniciadas a partir do trabalho como criador da humanidade, representando uma mediação de primeira ordem. Em *O capital* Marx nos diz que “de início devemos considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2013, p.255). Posteriormente, segue o autor confirmando a posição assumida: “o trabalho, é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p.255), portanto, com a vida humana. O que se pode

¹ Assistente Social na Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: livia.as@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais.

compreender é que os seres humanos são agentes ativos em relação ao mundo que os rodeia e que o trabalho, tal como citado nas linhas acima, é “a protoforma do agir humano” (LUKÁCS, 2012), representando assim, a riqueza social.

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho é responsável pelo amadurecimento do homem, pelo desenvolvimento do ser social e de um conjunto de objetivações humanas, do qual o trabalho faz parte. Esse conjunto de objetivações revela o homem como ser criativo, autoprodutivo, ser da práxis. A partir do trabalho inicia-se um processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas e, ao mesmo tempo, a produção da vida material, relata Marx (2008, p.24): “ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”. Desta forma, o trabalho, compreendido enquanto momento singular e gênese, não porta nada que leve à alienação ou à reificação. Entendamos, portanto, no decorrer deste texto, d’onde provém o fenômeno da reificação para que possamos refletir, de maneira introdutória, suas determinações na cena contemporânea.

II. DESENVOLVIMENTO

A possibilidade de produzir através do trabalho nas mais diversas sociedades sempre esteve submetida às relações sociais construídas pelos seres sociais. No entanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais assumiram um caráter contraditório na medida em que o trabalho assumiu uma forma particular, inaugurando uma inédita divisão social do trabalho, a raiz da alienação. Em uma frase dos *Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844*, Marx (2010, p.81) dá a pista central para a problemática da alienação: “na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas as consequências”.

É, portanto, partindo desses fenômenos a que chamamos de originários que explica-se o porquê de a reificação ser um fenômeno particular de um determinado modo de produção. É sob os ditames do modo de produção capitalista que o trabalho assume características fetichizadas e alienadas, provocando não o progresso do homem, mas ao contrário, sua degradação. É nesta fase, onde o trabalho deixa de ser “vida e torna-se mero meio de vida” (IASI, 2013), que o fetiche e a alienação passam a tomar não somente o âmbito da produção, mas se estende a toda vida social. É daí que surge a alienação própria da sociedade burguesa constituída – a reificação – fenômeno central da dinâmica capitalista que determina muito dos rumos da produção e reprodução das relações sociais. A

reificação, enquanto forma madura da alienação, fenômeno essencial garantidor da reprodução das formas capitalistas.

O trabalho, nesta forma de divisão social, não é realizado enquanto um gozo do ser humano, tal como em sua forma original, mas sim como algo árduo e alienado, como relata Netto (1981, p.57) ao dizer que no trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece em seu produto, mas ao contrário, “o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua despossessão: o produto do trabalho lhe aparece como algo alheio, autônomo”.

A alienação penetra na esfera da produção tanto pelo produto do trabalhador, a mercadoria, quanto pela própria atividade do trabalho, que cria uma alienação de si próprio, ou seja, do próprio trabalhador.

Desta forma, a sociabilidade construída sob as bases da produção capitalista é vitimizada pela alienação, que não fica restrita apenas ao âmbito da produção, mas vai além, dominando todo o complexo social. Ou seja, “a alienação [...] deve-se a um determinado modo de produção que põe todas as relações naturais e racionais de cabeça para baixo” (MÉSZÁROS, 2006, p.77).

Portanto, fundamentalmente, o estudo da reificação firma-se na análise da alienação e do fetichismo da mercadoria, estes últimos responsáveis pelo desenvolvimento histórico da reificação pensada enquanto um fenômeno. Abordando de uma maneira bastante objetiva, pode-se dizer que se trata da elaboração da temática da alienação que, passando pelo fetichismo, culmina na reificação, manifestando-se como uma nova configuração histórica presente na análise social, como descreve Marx (2008, p.47) no famoso Prefácio de 1859: “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social”.

A elaboração do conceito de reificação tem fundamental importância na obra *História e Consciência de Classe*, de 1923, de autoria do filósofo Lukács, e que, posteriormente, tornou-se amplamente revisitada pelos marxistas. De modo especial, o capítulo “A reificação e a consciência do proletariado”, que fomenta e desenvolve debates centrais sobre este conceito, sendo que suas principais contribuições estão embasadas e atreladas aos estudos marxianos sobre a mercadoria. Lukács (2012) concebe a questão estrutural do conceito de mercadoria, expressa em *O Capital*, sobretudo no estudo sobre o “fetichismo da mercadoria”.

Portanto, a forma mercadoria é a base do fetichismo e da reificação, que transforma seres humanos em coisas (coisificação), o que acaba colocando os homens sob o controle daquilo que produziram. “A mercadoria não é um problema isolado [...] mas um problema

central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais” (LUKÁCS, 2012, p.193).

É necessário pensar então no trabalho que ora atua como mediação fundamental, como gênese criadora da essência humana e ora como forma subsumida a uma organização específica e que encontra-se na base da alienação e “faz com que o universo das coisas submeta seus produtores, transformando-os, eles mesmo em coisas, reificando-os” (IASI, 2010, p.62).

A atividade produtiva na forma dominada pelo estranhamento capitalista “não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque reifica o homem e suas relações [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p.80). Ora, as mediações sociais que fazem o elo com a vida social do indivíduo ficam distorcidas e muitas vezes invisíveis aos olhos do sujeito, ao passo em que a alienação se enrijece em todas as coisas e fendas da sociedade capitalista, das relações de produção e relações sociais. “[...] A mercadoria aparece como ente natural, não humano: em seu movimento imprevisível, ela domina o homem, ao invés de ser dominada por ele. Começa aqui o processo da reificação que, todavia, vai ainda mais além. (KOFLER, 2010, p. 165).

O que deve ser entendido é que, nesse processo, o homem é submetido a uma realidade fragmentada, fato que o impede de perceber as mediações entre ele e a totalidade, ele e a verdade ou essência, naturalizando as relações sociais mediadas pela “coisa”.

Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão de “segunda natureza” que surge desse modo. (LUKÁCS, 2012, p. 198)

Todo esse processo recai diretamente sobre o sujeito, uma vez que a totalidade que fora perdida no processo de trabalho, se perde também na consciência do mesmo. Ou seja, o sujeito, diante desses processos que são base para a reificação, vê o sistema como algo alheio, estranho e independente de sua vontade. É a generalização da mercadoria como dominante na realidade e o “absolutismo” do valor-de-troca que sustenta a reificação presente no trabalho, na consciência do indivíduo e na totalidade da sociedade. Relata Lukács (2012, p. 211):

Do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado, a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva.

Kofler (2010, p.166) realça que “Marx demonstra igualmente como, neste mundo de representações categoriais da reificação, mesmo os processos mais simples adquirem forçosamente a aparência reificada, tornando-se opacos e irracionais”. Ou seja, a reificação é uma feição própria de alienação na sociedade do fetichismo generalizado. Diz Kofler

(2010, p.161): “Os poderes econômicos reificados que se autonomizaram não se circunscrevem à esfera do processo que lhes é própria: sujeitam o homem todo, inclusive seu pensamento e sua ideologia”.

Contudo, a reificação é tema essencial para o entendimento das condições atuais do ser social e das relações às quais pertence, sugerindo a perda do sujeito e a sua negação diante de suas objetividades. Para Mészáros (2006, p.98):

Embora o sistema monetário atinja seu clímax como o modo capitalista de produção, sua natureza mais íntima não pode ser entendida num contexto histórico limitado, mas sim no quadro ontológico mais amplo do desenvolvimento do homem por intermédio do seu trabalho, isto é, do autodesenvolvimento ontológico do trabalho, pelas mediações necessárias relacionadas com a sua necessária auto-alienação e reificação numa determinada fase (ou fases) se seu processo de auto-realização.

Percebe-se, desta forma, que a consciência do ser social está tomada, dominada por “valores” que beneficiam um sistema e uma pequena classe humana e ao mesmo tempo destroem as capacidades objetivas do ser social, pois, segundo Lukács (2012, p.211) “a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva”. Lukács (2012, p.210-211) afirma sobre a consciência do ser social:

Embora essas formas do capital estejam objetivamente submetidas ao processo vital do próprio capital, à extração da mais-valia na própria produção, elas só podem ser compreendidas, a partir da essência do capitalismo industrial, mas aparecem na consciência do homem e da sociedade burguesa, como formas puras, verdadeiras e autênticas do capital. Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social.

Diante disso, a reificação penetrou no mundo objetivo do ser social e o deixou condenado por não se realizar em sua essência. A reificação “tende a apoderar-se de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana” (GOLDMANN, 1979, p.112).

Contudo, é no desenrolar de todo esse processo que se percebe o ser social como um maquinário irracional, preso, alienado e vislumbrado com uma sociedade que vive na superficialidade. Esse sujeito desconhece cada vez mais sua auto-realização e serve de manutenção da mesma ordem que o destrói, visto que “numa sociedade reificada, a mentira penetra na intimidade dos sentimentos, na vida familiar e na estrutura afetiva.” (KONDER, 2006, p. 69). Parafrazeando Netto (1981, p.85): “o caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é agora o caráter das objetivações humanas”.

Lukács (2012, p. 220) afirma que existe uma relação intrínseca entre a estrutura econômica universal e a estrutura subjetiva da consciência, o que possibilita afirmar que os problemas no âmbito da consciência estão relacionados com a forma de objetivação humana, ou seja, pode-se dizer que a consciência é reflexo da produção material da vida.

Ao contrário do que comumente se enfatiza, os pensamentos formados pela consciência não são processos de “dentro para fora”, mas sim processos do mundo externo

interiorizados pela consciência, como diz Marx (2008, p.31): “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”.

Em verdade, a consciência nada mais é do que a vida do homem. “Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim também é a consciência: ela não ‘é’, ‘se torna’” (IASI, 2011, p.12). Portanto, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (MARX, 2008, p.47). Prosseguem Marx e Engels (2009, p.31) *n’A Ideologia Alemã*: “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida”.

O grande problema é que quando os homens são inseridos em sociedade, se encontram imediatamente em um espaço alienado, fato que permite que a primeira forma de consciência dos homens seja alienada. Portanto, é sob as fragilidades de uma consciência alienada que a ideologia dominante encontra as bases ideais para sua reprodução e legitima, a cada circunstância, os ideais da classe dominante como únicos e inquestionáveis. Segundo Marx e Engels (2009) a classe que detém o poder material dominante, detém, da mesma forma, o poder espiritual dominante, ou seja, a ela pertencem as ideias dominantes.

A ideologia, nesse processo, faz com que a consciência dos sujeitos se torne um reflexo da conduta capitalista, reforçando as relações de dominação, padronização e a naturalização de um “modo capitalista de se comportar”, ou “*ethos* burguês”, já que “o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura” (LUKÁCS, 2012, p.214) e ainda, “naturalmente, a ideologia dominante tem interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e garantidas”, completa Mészáros (2014, p. 327). Entretanto, importa ressaltar que é também via consciência, que acredita-se em um processo de mudança, de novas formas de produção material da vida, processo este que nos levará a viver uma nova sociabilidade.

Contudo, é na vida cotidiana que todos esses fenômenos aparecem e se reproduzem incessantemente, determinando, desde o nascimento dos homens, como será a vida de cada um, impondo normas, regras, padrões, escolhas, etc. Mas o que é a vida cotidiana? Segundo Lukács (1981, p.410 apud COSTA, 2012, p.59) “é aquele médium social através do qual as mediações e as avaliações singulares se tornam socialmente operantes”, em outras palavras, esclarece Heller (2008, p.31) “a vida cotidiana é a vida de todo homem.

Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”.

Desta forma, a vida dos homens é baseada em escolhas entre alternativas já colocadas pela dinâmica da vida social, tornando-o cada vez mais afastado de sua genericidade e mais preso em sua individualidade. O complexo do cotidiano envolve o conjunto de ideias, comportamentos, práticas e valores que determinam como os homens vão agir no meio em que vivem. Este espaço, na medida em que é atravessado pela reificação, determina uma cultura capitalista que é cultivada e reproduzida pelos homens como forma genuína de produção e reprodução social. Esse processo fortalece cada vez mais um modo de vida oportuno à reprodução da sociabilidade burguesa e contrário à emancipação humana, processo que levaria o homem à sua liberdade plena, à vida.

Até aqui, já temos propriedades para inferir, de fato, que a reificação é elemento central na manutenção e reprodução do sistema capitalista, possibilitando entender não somente como se posiciona enquanto fenômeno facilitador da reprodução capitalista, mas também sua relação com a emancipação humana, ou, melhor dizer, com a “não emancipação humana”. Entende-se que diante da sociedade onde a vida se encontra permeada pela alienação – em sua forma mais específica e madura – é necessário um esforço teórico para que ideias possam surgir em prol da transformação da realidade e da libertação da mesma, afinal, esta não é uma realidade insuperável.

Para tal, é necessário compreender e analisar como caminham as configurações atuais do processo de produção e reprodução do sistema capitalista, interpretar as suas mazelas contemporâneas e por fim, rastrear as determinações da reificação no cenário atual para possibilitar o mapeamento de onde os processos reificantes tem incidido de maneira decisiva e, quem sabe, chegarmos ao entendimento do porque dos dias atuais serem tão duramente suportados. Acredita-se que o caminho de encontro às respostas para essas questões, parte do raciocínio que segue abaixo.

Sabe-se que, com o término da Segunda Grande Guerra, o padrão de economias industriais entrou em um longo período de expansão. Mandel (1982) denominou esse período como uma “onda longa expansiva”, que se estendeu de 1945 a 1973, adornando os 30 anos “gloriosos” do capitalismo, fase esta baseada em “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2003, p.119).

Nessa fase, as taxas de lucro foram a uma elevação antes nunca vistas e como sustentáculo, estavam as teorias de John Maynard Keynes, que, além de defender a intervenção do Estado nas práticas econômicas, apostava em um crescimento da demanda

por mercadorias. Desta forma, ocorreu nesse período, uma fusão do padrão de acumulação taylorista/fordista ao modelo keynesiano, com o intuito de promover a produção e o consumo em massa. Assim, houve uma promoção de políticas de pleno emprego, a criação de políticas sociais com intuito de gerar um amplo mercado de consumo e uma conexão entre o capital e o trabalho.

O modelo de produção taylorista/fordista era baseado no trabalho parcelar e fragmentado com foco nas ações mecânicas e repetitivas que permitiram uma maior extração da mais-valia e controle da força de trabalho. Essa combinação resultou em taxas de lucro exorbitantes para a época e em detrimento disso, essa situação colocada por determinada combinação sociopolítica, recebeu a denominação de “Estado de Bem- Estar social. Essa forma de Estado estava voltada para o real bem estar da sociedade, relevando o desenvolvimento de políticas sociais que promovessem a estabilidade do emprego, criação de renda, educação e Previdência Social, afastando dos trabalhadores qualquer ideário socialista. Essa sucessão de fatos e a união da estratégia política e econômica já explicitadas acima foi benéfica tanto para o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas quanto para uma expansão dos recursos sociais. Porém, toda essa fase expansionista começou a dar sinais de falência no início da década de 1970 e esses indícios apenas sinalizaram a crise do sistema fordista/keynesiano, uma expressão inicial da crise estrutural do capital.

Ao fazer uma análise da crise estrutural do capital que se instalou de maneira consistente desde a década de 1970, Mézáros (2011) em sua obra *Para Além do Capital*, afirma que sua novidade histórica se dá em quatro feições: (1) seu caráter é universal; (2) seu alcance é verdadeiramente *global*; (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente; (4) seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante.

Portanto, com o advento da crise e no intuito de reorganização, inicia-se a reestruturação produtiva, que substitui o fordismo/keynesiano, pelo padrão de acumulação toyotista, ou acumulação flexível, que significa um modelo mais flexível, portanto, mais adequado para o momento de readaptação.

Apostando nesse modelo para enfrentamento da crise dos anos 1970, o capital investe em tecnologia e organização da produção, que gera impacto tanto no setor da produção como nas relações sociais. A reestruturação produtiva foi uma necessidade do capital para a recuperação de suas taxas de lucro e adequou a sociedade para o processo de acumulação financeira. Para Antunes (2007, p. 48):

Essas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso, têm, entretanto, gerado mais dissensão que consenso. Segundo alguns autores, elas seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre capital e trabalho, mais favorável quando compara ao

taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço de trabalho”.

Portanto, o modelo toyotista de produção inaugura a produção flexível que permitiu a produção diversificada, construiu formas de controle do capital sobre os trabalhadores e novamente, incentivou o consumo. Ou seja, reestruturou toda a sociedade e as relações sociais. Com as relações mais flexíveis, os regimes de trabalho se submetiam às mesmas condições, além da redução do número de trabalhadores por conta do alto investimento em tecnologia, que poupavam mão de obra. A exigência por qualificação e polivalência dos trabalhadores passou a ser austera, e, em contrapartida, o desemprego crescia aceleradamente.

Com a situação do desemprego estrutural e condições de trabalho não satisfatórias (subcontratação, terceirização, externalização do trabalho) a classe trabalhadora também teve seu momento de cume de suas reivindicações na década de 1970, e o capital, claro, atacou o movimento sindical contribuindo com garantias sociais, que continham de certa forma qualquer hipótese de iminência socialista. Desta forma, os sindicatos ficaram enfraquecidos e desorganizados, deixando a classe trabalhadora desamparada.

Penso que é neste ponto que podemos entender a intensificação da sociabilidade do capital no tempo presente. O desenvolvimento dos padrões ditos “flexíveis” do trabalho, ao contrário de possibilitar formas mais humanas de trabalho, contrárias ao modelo taylorista/fordista, possibilitaram um trabalho ainda mais desumano, aprofundando as formas de alienação e de relações sociais que provem deste processo.

Um exemplo é que na forma flexível de trabalho, os gestores do capital se apropriam dos “saberes do operário” por meio de novas atividades propostas pelas empresas, como rodas de conversa, círculo de qualidade, trabalho em equipe, bônus, premiações, etc., espaços que proporcionam ao capital discussões e manejos em prol da eficiência da produção. O “trabalhador polivalente”, novo perfil de trabalho requerido pela flexibilidade, proporciona também uma pontencialização do trabalho coletivo, estando, em verdade, a serviço da produtividade. Diz Iasi (2010, p.76): “esses procedimentos ditos flexíveis aprofundam a intensificação do trabalho e, ao contrário de inserir um elemento consciente de intencionalidade da ação, “mecanizam” o fator subjetivo ao se apropriar do saber do trabalhador e subjuga-lo à produtividade do capital”.

Os trabalhadores nesta fase atual da produção, não são mais apenas as “máquinas” repetidoras de trabalho manual que geravam o lucro nos anos “dourados” do capitalismo. Agora, o modelo flexível de acumulação lhe deu a possibilidade de sentir parte da empresa, chamando-o de colaborador e dando-lhe sentimento de pertencimento à “família empresarial”. Os trabalhadores agora discutem trabalho e produção em seus horários vagos

e dentro de suas próprias casas. Todo esse processo é uma ofensiva a classe trabalhadora, pois esse sentimento de pertencimento à empresa, esse apelo ao trabalhador parceiro, gera um flexibilização nos sindicatos e na luta contra o capital.

Essa condição – inicialmente aqui descrita, pois vai muito mais a fundo -, favorece ao desempenho da empresa em sua produtividade e conseqüentemente a geração de lucro, para os capitalistas. O que ocorre é que o trabalho está ainda mais subordinado à lógica capitalista. “Essa subordinação real significa dizer que o trabalho configura-se e se degrada em “um mero meio de vida” e, mais que isso, um meio a serviço do capital”. (IASI, 2010, p. 78).

A reestruturação produtiva do capital sob a predominância do “espírito do toyotismo” é hoje, mais do que nunca, uma reestruturação sociometabólica no sentido de promover alterações não apenas no plano dos locais de trabalho propriamente ditos, mas no plano da ação social das individualidades pessoais de classe” (ALVES, 2013, p. 31).

Ou seja, os novos padrões adotados pelo capital para guinar seu processo de acumulação, não ficam restritos às horas diárias dos trabalhadores dentro das empresas, vai muito além, se entendem para a toda a vida social. É uma subsunção da lógica universal à lógica da grande indústria, ou seja, atinge toda a totalidade social. Este fato possibilita, por exemplo, que todos, sem exceção, vivam sob a pressão que existe no mundo da produção, vivendo essa cobrança em seu cotidiano, dentro de suas situações mais pessoais. Não é em vão que hoje vivamos na sociedade da “insatisfação”, afinal, valores exauridos de um mundo produtivo doentio estão impregnados em nossas vidas, que nega, em tempo integral, o ser humano-genérico.

Além disso, concomitantemente à instauração do modelo flexível de trabalho, o capital apresentou à sociedade um novo modelo ideológico a ser seguido, um novo projeto político-econômico que adentra na sociedade capitalista, rompendo com qualquer tipo de regulamentação econômica e subtraindo os direitos já conquistados: o neoliberalismo.

Desta forma, a proposta de um Estado de bem-estar social é falida como consequência dos grandes cortes nos investimentos sociais. Montaño e Duriguetto (2010, p.192) dizem que o neoliberalismo amplia as formas de “exploração, de enriquecimento e acumulação, por um lado, e de empobrecimento, por outro, mas isso não surge com esse projeto: esses são fundamentos do sistema capitalista”.

Outro aspecto de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo e seu vigor na atualidade é a mundialização do capital financeiro. Esse processo é um meio de estruturação da economia mundial onde o capital se sustenta na colossal concentração do sistema bancário e financeiro e mostra-se como se o capital dinheiro gerasse mais dinheiro por si só e no itinerário das finanças, demonstrando o fetichismo financeiro.

Dessa forma, o dinheiro, no modo de produção capitalista se torna uma mercadoria que rende lucro obtido através dos juros cobrados em um empréstimo. Esse juro, que é um dinheiro que aparece como se tivesse nascido do processo capitalista, como algo independente, é chamado capital fetiche, o ápice do fetichismo da sociedade capitalista – “dinheiro que gera dinheiro”. Diferentemente do lucro gerado pela mais-valia, que “existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho” (MARX, 2013, p.258), o juro é um lucro que possui caráter específico, onde “o possuidor de dinheiro, que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital” (MARX, 2013, p.258-259).

À financeirização do capital, se agrega a expansão do capital fictício, que se trata de especulações e investimentos em compra e venda de títulos e valores imobiliários nas bolsas de valores, ou seja, o investimento em um rendimento que ainda não é real, que não possui valor em si mesmo. Nesse meio, existe um número pequeno de investidores, a oligarquia financeira, que vive apenas dos rendimentos, juros e especulação do capital e que dispõe de um poder surpreendente. Para Chesnais (2005, p.35):

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais [...] Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulações bem-sucedida.

III. CONCLUSÃO

Nota-se então, que o atual momento da sociedade capitalista, trouxe consigo não somente mudanças na economia ou na produção, mas acarretou consequências para toda a humanidade. A reestruturação produtiva e do trabalho, o ajuste neoliberal e a mundialização da finança geraram uma barbárie humana em que os seres sociais são impedidos diariamente de encontrar sua essência, seu verdadeiro eu. Esse processo de reorganização do capital revelou uma sociedade plenamente dominada pelo fetichismo e vitimizada por um conjunto de problemas sociais.

Parece-me que, depois desse breve panorama acerca da condição contemporânea a que nos situamos, é possível perceber que a intensificação das formas de alienação, de domínio ideológico, do penúrio do trabalho, do cotidiano e da desumanização estão diretamente relacionadas com as configurações atuais da produção e reprodução do sistema capitalista, ou seja, é a crise estrutural do capital que permite cada vez mais o modelo flexível de trabalho e a intensificação de todos esses fenômenos, evidenciando o

ethos burgueses. Desta forma, o caráter de severidade da crise estrutural é nítido, pois esta se aprofunda cada vez mais em ditame sistêmico, o que coloca em risco a sobrevivência contínua da estrutura global².

É frente a este complexo cenário que acredito na importância de identificar as determinações da reificação, perceber, analisando as atuais configurações do processo de produção e reprodução do capital, de onde exatamente ela decorre, seus impactos e corolários na vida dos homens no tempo presente, afinal, só pela via da compreensão da realidade será possível propor alguma forma de modificá-la e superá-la, já que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade.

IV. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, G. Fetichismo e Subjetividade burguesa – trabalho, valores – fetiche e estranhamento social. *In.*: SILVA, J.F.; SANT’ANA, R.; LOURENÇO, E.A. (Orgs). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. 1.Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, G. **Indivíduo e Sociedade – Sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács**. 2. Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- GOLDMANN, L. A Reificação. *In.*: GOLDMANN, L. (Org.) **Dialética e Cultura**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 12ªEd. Loyola: São Paulo, 2003.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8ªEd. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IASI, M. A maldição e a emancipação do trabalho. *In.*: **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- _____, M. Ideologia... Quer uma para viver?. *In.*: IASI, M. (Org.). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____, M. Reflexão sobre o processo da consciência. *In.*: IASI, M. (Org.). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____, M. Trabalho, emancipação e estranhamento. *In.*: SANT’ANA,R.S. (Org.). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- KOFLER, L. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

² Ver em Mészáros (2011) *Para Além do Capital, Parte III*.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2 Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**, L1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____, I. **O Poder da Ideologia**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

O NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DA INCAPACIDADE PARA ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Lívia Valéria Alvim¹

RESUMO

Nesta comunicação, apresentamos os conceitos e práticas que constituem a avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), inspirado na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), implantado pelo Decreto nº 6214/2007. Destacamos a superação da concepção estritamente biomédica, centrada no indivíduo, mediante um modelo de avaliação multiprofissional, que abrange as barreiras sociais, ambientais e atitudinais na caracterização da deficiência e da incapacidade. Percorrendo as principais alterações conceituais e legais, ao longo da segunda metade da década de 2000, apresentamos dados estatísticos oficiais, que demonstram as implicações dessas alterações no acesso ao benefício.

PALAVRAS-CHAVE: benefício de prestação continuada; deficiência e incapacidade; Serviço Social.

ABSTRACT

In this communication, we present the concepts and practices that constitute the assessment of the disability and incapacity to access the Continuous Provision Benefit (CPB), inspired by the International Classification of Functionality, Incapacity and Health (ICF), implemented by Decree No. 6214/2007. We highlight the overcoming of the strictly biomedical concept, centered on the individual, through a multiprofessional evaluation model, which encompasses social, environmental and attitudinal barriers in the characterization of disability and incapacity. Throughout the main conceptual and legal changes, during the second half of the 2000s, we present official statistical data, which demonstrate the implications of these changes in access to the benefit.

KEY WORDS: Continuous Provision Benefit, Disability and Incapacity, Social Service

¹ Assistente Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: livialvim@yahoo.com.br. Eixo Temático: Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte constitutiva da pesquisa realizada para elaboração da tese de doutorado, no âmbito do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), defendida em dezembro de 2018.

A pesquisa elegeu como objeto as medidas implementadas no Regime Geral da Previdência Social (RGPS)² durante os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), orientada pela hipótese de que tais medidas foram potencialmente ampliadoras do acesso aos direitos previdenciários, em relação ao período imediatamente anterior, demarcado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que o projeto neoliberal assume sua “racionalidade” (Antunes, 2004) enquanto agenda.

Dentre essas medidas, a pesquisa se debruçou sobre a implantação do novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade, inspirado na CIF, para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Pessoa com Deficiência (PcD), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993. Apesar de ser um benefício assistencial, destinado à pessoa idosa e à PcD pertencentes a famílias em situação de extrema pobreza, constitutivo da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e custeado com recursos do Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), o BPC é operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desde 1996.

Nesta comunicação, apresentamos alguns resultados da pesquisa sobre a implantação do novo modelo de avaliação para acesso ao BPC da PcD, por considerarmos relevante a discussão e divulgação dos dados e análises depreendidas das alterações institucionais implicadas na implantação do novo modelo de avaliação – afetando sobremaneira o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais no INSS -, sobretudo tendo em vista o longo período histórico no qual estamos inseridos, marcado pela ofensiva do capital e os processos que seus representantes articulam e colocam em movimento,

²O RGPS operacionaliza, através do INSS, os benefícios previdenciários de natureza contributiva (aposentadorias, pensões, salário maternidade, auxílio-reclusão, auxílio acidente e outros) aos seus segurados obrigatórios (contribuinte individual, empregados pelo regime CLT, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, segurados especiais) e facultativos (dona de casa, estudante, por exemplo, que não exercem atividade remunerada, mas contribuem ao RGPS). Além disso, oferece os serviços de Reabilitação Profissional e Serviço Social, que são serviços previdenciários.

globalmente, para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucros, dentre eles, as contrarreformas nos sistemas de proteção social, assumidos por sucessivos governos brasileiros, desde meados da década de 1990 até os dias de hoje.

1 – ARCABOUÇO LEGAL E NOVAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DECORRENTES DA INTRODUÇÃO DO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DA INCAPACIDADE

Após a redução da idade para acesso ao BPC da pessoa idosa, de 70 para 65 anos, com a publicação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), ocorreu uma segunda alteração relevante no benefício, através do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Revogando o Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995, o Decreto 6.214/2007 estabelece nova regulamentação do BPC, com destaque para o novo modelo de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, com base na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde³, que inaugura o chamado “paradigma social”.

Apesar do reconhecimento internacional do paradigma social para avaliação da deficiência e da incapacidade no início da década de 2000, os critérios para concessão do BPC permaneceram, no Brasil, subordinados à orientação biomédica até o final dessa década. Como afirma Costa (2016), desde 1997, quando a avaliação da deficiência passou a ser responsabilidade exclusiva da Perícia Médica do INSS⁴, o acesso de pessoas com deficiência ao BPC exigia, essencialmente, o atendimento aos critérios de renda *per capita* familiar (inferior a ¼ do salário mínimo vigente), com registro realizado por técnicos ou

³Em 2001, a proposição do paradigma social para abordagem da deficiência e da incapacidade efetivou-se no plano internacional com a divulgação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF), que acolhe as práticas de reabilitação, a ideia da inclusão social e a promoção do bem-estar. Segundo a concepção do modelo social, a deficiência não se resume a alterações corporais, como privilegia o modelo biomédico, porque as pessoas experimentam restrições significativas também por força das barreiras ambientais e econômicas, o que remete à necessidade de intervenção e protagonismo das políticas públicas em gerar acessibilidade e equidade às pessoas com deficiência (Costa, 2016:3039).

⁴ Em 1996, quando o BPC passa a ser concedido no âmbito do INSS, a Perícia Médica de avaliação da deficiência e da incapacidade era realizada por uma equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com o artigo 20, § 6º da LOAS e também de acordo com o Decreto nº 1.744/1995, entretanto, sem especificar os profissionais que devem fazer parte da equipe. A partir de 12 de agosto de 1997, através da Medida Provisória nº 1.473/1997, convertida na Lei nº 9720/1998, a emissão dos laudos e pareceres para a avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC passou a ser competência exclusiva da Perícia Médica do INSS, desconsiderando a maior abrangência que uma avaliação multidisciplinar podia proporcionar, processo revertido somente com o Decreto nº 6214/2007.

analistas da carreira do seguro social do INSS, e a caracterização da deficiência em termos biomédicos, a cargo da Perícia Médica do INSS.

O modelo biomédico de avaliação da deficiência e da incapacidade, vigente na década de 1990 e em boa parte da década de 2000, apresentava uma concepção de deficiência como incapacidade individual para o trabalho e para a vida independente, difundida pela International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps de 1980 (Costa, 2016:3039). No Brasil, o modelo biomédico de avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC encontrava amparo legal no Decreto 1.744/1995, que concebia a “pessoa portadora de deficiência” como “aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho”. Percebe-se, nessa conceituação, a perspectiva individual da deficiência, centrada no domínio biomédico, cuja prerrogativa era exclusividade da Perícia Médica do INSS, sem a participação dos assistentes sociais dos quadros da autarquia⁵ no processo de avaliação da deficiência e da incapacidade.

O Decreto nº 6214/2007, ao revogar o Decreto nº 1744/1995, estabelece novas diretrizes de regulamentação do BPC e modifica um dos critérios para concessão do benefício. A grande novidade foi a implantação de novos instrumentos e critérios para avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao BPC, elaborados com inspiração no modelo biopsicossocial ampliado da CIF (Costa, 2016), seguido da publicação da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1, de 29/05/2009, que institui os formulários de avaliação social e médica e o fluxo de atendimento.

No modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência e da incapacidade, inspirado na CIF, a deficiência não é considerada estritamente um atributo pessoal, sendo a sociedade responsabilizada pela deficiência - ao contrário do modelo biomédico até então vigente, que avalia a deficiência como incapacidade individual para o trabalho e a vida independente. A própria terminologia estabelecida no Decreto nº 1744/1995, marco legal do modelo biomédico de avaliação da deficiência no Brasil, ao referir-se à “pessoa portadora de deficiência” remete a deficiência ao âmbito individual. Portanto, em consonância com a nova visão da deficiência, o Decreto nº 6214/2007 refere-se à “pessoa com deficiência” (PcD), ratificando a Resolução nº A/61/611, de 6 de dezembro de 2006, da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), que aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, corroborando o emprego da nova terminologia – pessoa com deficiência.

⁵ A Previdência Social é um espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais desde a década de 1940, cuja inserção ocorreu no contexto da expansão previdenciária dos IAPs (Moreira, 2011), no esforço do governo Vargas em sistematizar uma legislação social de controle do proletariado urbano. A institucionalização do Serviço Social na Previdência Social ocorre em 1944, através da Portaria nº 45 do Conselho Nacional do Trabalho, seguindo-se um processo gradual, lento e desigual de incorporação da profissão nos diversos IAPs, devido à correlação de forças daquele momento político (Iamamoto e Carvalho, 2001: 290-306).

A introdução da perspectiva biopsicossocial, inspirada na CIF, na avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC, representa grande avanço por superar o tradicional modelo biomédico, centrado no indivíduo, apresentando uma visão do contexto social em que a pessoa com deficiência se insere e que pode apresentar barreiras e/ou facilitadores à sua participação social: acessibilidade ou sua falta; atitudes preconceituosas, negligentes e discriminatórias; acesso ao conjunto de bens e serviços públicos essenciais ou sua falta; disponibilidade ou não de apoio familiar e comunitário, etc., que podem ser barreiras ou facilitadores para a participação da pessoa com deficiência na sociedade, de forma plena e efetiva, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para operacionalização da avaliação multidisciplinar da deficiência e da incapacidade, o Decreto nº 6.214/2007, em seu artigo 16, estabelece que a avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC será realizada através da avaliação social e médica, de responsabilidade do Serviço Social e da Perícia Médica do INSS⁶, rompendo, portanto, com a exclusividade desta última na avaliação da deficiência e da incapacidade, como um dos requisitos de acesso ao benefício.

É importante destacar o redimensionamento do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social no INSS⁷, como decorrência da alteração no modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC e inclusão do assistente social na avaliação multiprofissional da deficiência e da incapacidade. Esse processo se efetiva com a publicação do Edital nº 01/2008/MPS/INSS, que dispõe sobre Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social, com a oferta de 900 vagas em todo o território brasileiro⁸.

⁶A avaliação social deve identificar os fatores ambientais, sociais e pessoais que constituem barreiras ou facilitadores na condição de deficiência e a avaliação médica, por sua vez, deve identificar as deficiências nas funções e estruturas do corpo, cabendo à ambas identificar a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social da pessoa com deficiência, segundo suas especificidades.

⁷ De acordo com dados apresentados por Cordeiro (2010:246), em decorrência da drástica redução de pessoal ocasionada pela contrarreforma da Previdência de 1998 e do aparelho do Estado, no ano de 2005, contabilizava-se um quantitativo de 552 assistentes sociais no INSS, sendo que 278 atuavam no Serviço Social e muitos acumulavam ações na área de Reabilitação Profissional, Recursos Humanos e em programas institucionais. Dessa forma, o concurso público de 2008, redimensiona significativamente o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na política de previdência.

⁸O Decreto nº 6214/2007 estabelece o prazo de 31 de julho de 2008 para implantação do novo modelo de avaliação, posteriormente prorrogado até 31 de maio de 2009, mediante alterações do Decreto nº 6.564/2008. Nesse interim, foi realizado o certame, a posse e capacitação das Analistas do Seguro Social com formação em Serviço Social para realização da avaliação social no modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade, baseado na CIF. Portanto, até 31 de maio de 2009, a avaliação da deficiência e da incapacidade ficou restrita ao exame médico pericial e laudos realizados pelos serviços de Perícia Médica do INSS, conforme a legislação.

Com a preparação técnica dos Ministérios para colocar em prática essa nova modalidade de acesso ao BPC, envolvendo inclusive o Concurso Público acima mencionado, em junho de 2009 se inicia efetivamente o atendimento dos/as requerentes fazendo uso dos novos critérios de avaliação da deficiência e da incapacidade baseados na CIF.

Em 2011, com a publicação do Decreto nº 7.617, de 17 de novembro, outras alterações são introduzidas no processo de avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC da PcD. Dentre essas alterações⁹, destaca-se a mudança no conceito de deficiência, visto que, até então, era mantida a conceituação anterior, como incapacidade para a vida independente e para o trabalho, apesar da alteração dos instrumentos e dos critérios da avaliação, à luz do paradigma social da CIF. O Decreto nº 7.617/2011 apresenta a concepção de pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Apresenta ainda uma concepção ampliada de incapacidade, como um “fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social”.

A concepção de deficiência e de incapacidade introduzida no Decreto nº 6.214/2007, através do Decreto nº 7.617/2011, reforça, conceitualmente, o modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade com base na CIF, realizado pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS. Entretanto, ao estabelecer a duração do impedimento de longo prazo, como aquele que produz efeitos pelo prazo mínimo de dois anos, cuja fixação é prerrogativa da Perícia Médica¹⁰, o Decreto nº 7.617/2011 traz algumas implicações, que vão repercutir

⁹O Decreto nº 7.617/2011 traz outras alterações importantes, como a possibilidade de acúmulo do BPC da pessoa com deficiência com a remuneração de contrato de aprendizagem, por dois anos, estimulando uma perspectiva inclusiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, bem como mudanças no conceito de família para fins de cálculo da renda per capita familiar, com um viés mais inclusivo, ao retirar do grupo familiar, para fins desse cálculo, irmãos e filhos casados, em união estável, divorciados ou separados de fato, mesmo que residam sob o mesmo teto, aproximando-se mais da realidade das condições de vida da população usuária.

¹⁰A Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1, de 24 de maio de 2011, altera os instrumentos de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, à luz das alterações do Decreto nº 7.617/2011. As duas principais alterações nesses instrumentos consistem na atribuição ao Perito Médico do INSS de identificar e justificar tecnicamente o “mau prognóstico”, que diz respeito à alteração importante na estrutura do corpo. A identificação do “mau prognóstico” acarreta o aumento no qualificador (pontuação) da deficiência, na parte médica. A segunda alteração importante nos instrumentos reside

na proposta em construção do modelo de avaliação biopsicossocial e no acesso ao BPC pela população usuária.

2 – A CONCESSÃO DO BPC À PcD EM DADOS¹¹

A partir do resgate das principais alterações no modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC, introduzidas no segundo governo Lula (2007-2010) e no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-14), apresentamos dados quantitativos sobre os requerimentos do BPC à PcD, operacionalizados no INSS, que refletem os impactos desse processo no acesso à proteção social voltada a essa fração da classe trabalhadora.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que, no período 2003-06, o BPC da PcD apresenta taxa média anual de concessão de 117.665; em 2007-2010, 175.315; em 2011-14, 183.261; e em 2015-2016, 162.859, diminuição puxada pela forte queda das concessões em 2015. Há, portanto, um aumento importante na taxa média anual de concessões no período 2007-10, marcado pela implantação do novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade, que prossegue no período seguinte, caindo no biênio 2015-16.

Apesar de no período 2011-14 o BPC da PcD ter mantido taxa média anual de concessão superior ao período 2007-2010, quando foi implantado o novo modelo de

naoperacionalização da fixação do impedimento de longo prazo, como se disse, prerrogativa da Perícia Médica do INSS, cuja duração é estabelecida em dois anos. Caso o impedimento seja fixado com duração inferior a dois anos (de curto e médio prazo), o requerimento é indeferido, independente do grau de incapacidade constatado nas avaliações social e médica, devendo ser justificado tecnicamente pelo profissional avaliador da Perícia Médica. Caso não seja possível à Perícia Médica prever a duração do impedimento, mas existam elementos técnicos que apontem a possibilidade de que se estendam por dois anos, não há indeferimento do requerimento por esse motivo, sendo sinalizada a revisão do benefício no prazo de dois anos, caso as avaliações social e médica sejam favoráveis à caracterização da incapacidade. Nessa situação, também deve haver justificativa técnica por parte do profissional avaliador da Perícia Médica. Caso a duração do impedimento for avaliada como de longoprazo, superior a dois anos, o requerimento é deferido, se as avaliações social e médica caracterizarem a incapacidade. Há a recomendação expressa, na referida Portaria, de que as características pessoais (não pontuadas, mas consideradas) e as barreiras apuradas pela avaliação social no componente “Fatores Ambientais” sejam obrigatoriamente consideradas na decisão da Perícia Médica sobre a duração do impedimento. Entretanto, a despeito do resultado da avaliação conjunta da deficiência e da incapacidade, a Perícia Médica passa a deter, de certo modo, de posse da prerrogativa do estabelecimento da duração do impedimento, a decisão final pelo deferimento ou não da avaliação da deficiência e da incapacidade, colidindo com o paradigma social inaugurado pela CIF.

¹¹ Os dados apresentados nesta comunicação foram fornecidos à autora pelo Portal Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-Sic), em dezembro de 2018.

avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao BPC, garantindo os ganhos desse processo, o avanço no período foi inibido pela fixação da duração do impedimento de longo prazo em dois anos, como prerrogativa da Perícia Médica, medida adotada em 2011. A partir desse ano e até 2017, o número de concessões do BPC da PcD sofreu queda anual consecutiva, com exceção de 2013 e 2016, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 1 - Número total de requerimentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Pessoa com Deficiência, número de indeferimentos e concessões, percentual dos indeferimentos e concessões no total de requerimentos, 2003-2017.

Ano	Requerimentos	Indeferidos	%	Concedidos	%
2003	179.920	103.337	57	63841	35
2004	394.131	262.409	67	141554	36
2005	346.218	261.768	76	132986	38
2006	372.297	291.574	78	132282	36
2007	386.582	272.825	71	145829	38
2008	430.923	318.542	74	179572	42
2009	415.203	244.144	59	167648	40
2010	457.269	293.422	64	208214	46
2011	430.959	286.973	67	186855	43
2012	424.516	280.814	66	174887	41
2013	460.644	300.650	65	186919	41
2014	471.482	302.219	64	184383	39
2015	366.235	211.672	58	137559	38
2016	517.459	362.419	70	188160	36
2017	475.605	332.126	70	173885	37

Fonte: DATAPREV, Sistema Único de Informação de Benefícios. Elaboração própria.

Como se verifica na Tabela 1, as taxas anuais de indeferimento eram muito altas na vigência do modelo biomédico, chegando a alcançar 78% dos pleitos do BPC da PcD em 2006. Entre 2005 e 2008, a taxa média anual de indeferimento dos requerimentos do BPC da PcD foi de 74,6%, taxa extremamente alta, sobretudo se consideramos que se trata de uma fração da classe trabalhadora que se situa abaixo da linha da pobreza, com condição de saúde debilitada, sem condições de vender sua força de trabalho e sem acesso à previdência social.

Tabela 2 –Número de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) concedidos à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência e taxa relativa de crescimento, 2003-2017.

Ano	BPC Idoso	%	BPC PcD	%
2003	58.463		63841	
2004	317.157	442	141554	121,73
2005	185.223	-42	132986	-6,05
2006	173.960	-6	132282	-0,53
2007	181.528	4	145829	10,24
2008	198.763	9	179572	23,14
2009	195.507	-2	167648	-6,64
2010	169.375	-13	208214	24,20
2011	155.725	-8	186855	-10,26
2012	153.376	-2	174887	-6,40
2013	169.420	10	186919	6,88
2014	160.504	-5	184383	-1,36
2015	142.266	-11	137559	-25,39
2016	169.005	19	188160	36,78
2017	160.361	-5	173885	-7,59

Fonte: DATAPREV, Sistema Único de Informação de Benefícios. Nota: Elaboração própria.

Em 2009, ano em que os critérios e instrumentos de avaliação da deficiência e da incapacidade baseados na CIF são efetivamente aplicados no processo concessório do BPC, observa-se queda relativa da taxa de indeferimento do BPC para PcD, que cai 15,1%

em relação a 2008, como efeito imediato da medida, tendo em vista que não houve alteração no critério de renda familiar *per capita*, incluindo mais pessoas com deficiência no acesso à transferência de renda monetária materializada pelo BPC. A partir de 2010, observa-se a retomada do aumento relativo do número de indeferimentos do BPC da PcD: entre 2010 e 2014, a taxa média anual de indeferimentos foi de 65,25% do total de requerimentos, após a queda em 2009, em que os indeferimentos representaram 59% do total de requerimentos. Entretanto, apesar desse aumento relativo da taxa de indeferimento a partir de 2010, ela não retoma, até 2014, as altas taxas que vigiam no período anterior à introdução do novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade, caracterizado pelo predomínio do modelo biomédico.

Em 2015, isoladamente, há redução relativa do número de indeferimentos de BPC da PcD no total de requerimentos, representando 58% desse universo, mas a taxa de concessão se mantém próxima aos patamares de 2014 e 2016. Como ressaltamos acima, em 2015 há uma forte queda no número de concessões do BPC da PcD, mas, como podemos ver na Tabela 1, essa queda acompanha a redução significativa do contingente de requerimentos do benefício nesse mesmo ano, de 22,3%, configurando um comportamento atípico no período analisado. Em 2016 e 2017¹², as taxas anuais de indeferimento retomam patamares bem próximos ao período de predomínio do modelo biomédico da avaliação da deficiência: nesses anos, 70% do total de requerimentos de BPC da PcD foram indeferidos.

Em relação ao comportamento das concessões, verifica-se que a taxa média anual de concessão do BPC da PcD entre 2003 e 2006, período anterior à introdução do novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade, foi de 36% do total de requerimentos anuais. Em 2010, ano seguinte à implantação prática do novo modelo, a taxa de concessão desse benefício, no total de requerimentos, foi de 46%, ampliação que reflete a introdução da medida. Entre 2009 e 2013, a taxa média anual de concessão do BPC da PcD se mantém em torno de 40%, caindo para 39% em 2014, seguindo tendência de queda nos anos seguintes, retomando os patamares de concessão típicos do período de vigência do modelo biomédico, conforme dados da Tabela 1.

¹²A partir 2016, com a coalizão político-partidária que assume o governo federal e se encastela na burocracia estatal, após o golpe jurídico-parlamentar que leva ao impedimento da presidente Dilma Rousseff, se abre um contexto de intensificação da ofensiva contra o trabalho e os direitos sociais. No caso do BPC, uma série de alterações no Decreto nº 6.214/2007 e outras normativas legais geram uma crescente burocratização do acesso ao benefício, além de tentativas, por parte da burocracia do MDS e do INSS, de restaurar a hegemonia do modelo biomédico, como parte de uma aliança pública com o governo Temer, entoada pelo coro do ajuste fiscal (às custas da classe trabalhadora).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto da pesquisa realizada para elaboração da tese, verificamos, a partir de dados estatísticos oficiais, uma tendência à prevalência de indeferimentos do BPC da PcD no total de pleitos do benefício, em detrimento dos requerimentos concedidos, no período 2003-2017. A trajetória do BPC à PcD revelou-se oposta àquela do BPC da pessoa idosa, em que os requerimentos indeferidos são numericamente inferiores aos requerimento concedidos em todos os anos da série. Observamos ainda uma segunda tendência na trajetória do BPC da PcD nos últimos anos: a retomada de taxas de indeferimentos típicas do período de vigência do modelo biomédico na avaliação da deficiência e da incapacidade, coincidindo com a introdução da fixação do impedimento de longo prazo, prerrogativa da Perícia Médica, em 2011. Essas duas tendências sugerem que, para além do excludente e perverso critério de renda *per capita* familiar, inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, o modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade adotado em cada conjuntura influencia no padrão de acesso ao BPC da pessoa com deficiência.

Enquanto os requerimentos indeferidos do BPC da pessoa idosa, numericamente inferiores aos requerimentos concedidos em todos os anos, devem-se, majoritariamente, ao critério de renda familiar *per capita* igual ou superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, estabelecido na Lei nº 8742/1993, no que diz respeito ao BPC da PcD, que apresenta taxas de requerimentos indeferidos mais elevadas que os requerimentos concedidos, parcela majoritária desses indeferimentos está relacionada à avaliação da deficiência e da incapacidade em todo o período analisado. Nessa trajetória, destaque cabe ao período 2003-2008, marcado pelo predomínio do modelo biomédico na avaliação da deficiência e da incapacidade, em que se verificou que os indeferimentos por “Parecer Contrário da Perícia Médica” foram responsáveis por mais de 70% de todos os indeferimentos. A partir de 2009, com a implantação prática dos critérios e instrumentos de avaliação da deficiência e da incapacidade baseados na CIF, observa-se a diminuição relativa dos indeferimentos decorrentes da avaliação da deficiência e da incapacidade, entretanto, os grupos de motivos a ela relacionados continuam a registrar mais da metade das ocorrências de indeferimentos do BPC da PcD, constituindo-se ainda no principal motivo desses indeferimentos, seguido, com larga distância, do segundo maior grupo de motivos gerador de indeferimentos, relacionado ao critério de renda familiar *per capita* do BPC.

As tendências gerais da trajetória do BPC da PcD mostram a relevância da introdução do modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade baseado na CIF como potencial instrumento de ampliação do acesso ao benefício, indicando ainda a necessidade de aprofundamento do modelo nas práticas institucionais, visto que parcela majoritária dos indeferimentos são gerados, ao longo do período analisado, por motivos relacionados à avaliação da deficiência e da incapacidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

BEHRING, E. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. *Seguridade Social e Trabalho. Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil*. Brasília: Letras Livres, UnB, 2008.

COSTA, N.R.; MARCELINO, M.A.; DUARTE, C.M.R.; UHR, D. Proteção Social e pessoa com deficiência no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3037-3047, 2016.

GRANEMANN, S. *Para uma interpretação marxista da "previdência privada"*. 2006. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2001.

MACÊDO, A.C.; OLIVEIRA, L.C. Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.18, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2015

MOREIRA, M.C. (et. *alli*). O Parecer Social. Um instrumento de viabilização de direitos (Relato de uma experiência). In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos*. Debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 66-115.

_____. O Serviço Social do INSS a partir da década de 1990: análise da implantação da Matriz Teórico- Metodológica. In: Behring, E., Almeida, M. H. T. (orgs.). *Trabalho e Seguridade Social. Percursos e Dilemas*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

_____. *Nota Técnica – Considerações sobre a dimensão social presente no processo de reconhecimento de direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a atuação do/a assistente social*. 2017. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NotaTecnica-MarineteMoreira-BPC.pdf>. Acesso em 12 nov. 2018.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

**FEMINISMO, LUTAS IDENTITÁRIAS E INTERSECCIONALIDADE: APONTAMENTOS
SOBRE A GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES DE 2017.**

Lucimara Reis¹

RESUMO:

Neste artigo, discutimos o movimento feminista enquanto catalisador das lutas por identidades. A perspectiva apresentada é a da apreensão da classe trabalhadora compreendida nas relações sociais de classe, gênero e raça a partir das quais refletimos sobre seus processos de mobilização na direção da sua emancipação. Em particular, refletimos sobre o movimento feminista e seu caráter interseccional no espaço de construção da Greve Internacional de Mulheres de 2017.

Palavras chave: Feminismo, interseccionalidade, greve.

ABSTRACT:

In this article, we discuss the feminist movement as a catalyst for identity struggles. The perspective presented is that of the apprehension of the working class understood in the social relations of class, gender and race which from we reflect on their mobilization processes in the direction of their emancipation. In particular, we reflected on the feminist movement and its intersectional character in the construction space of the International Women's strike of 2017.

Keywords: feminism, intersectionality, strike.

¹ Lucimara Reis, mestranda no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social - UFJF –Orientadora Prof^a Doutora Maria Lúcia Duriguetto – Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais. E-mail: lureisp@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO:

Vivemos no século XXI um crescente das lutas de grupos que se reconhecem como sujeitos sociais coletivos com identidades diversas com destaque para raça/etnia, gênero e diversidade sexual, as quais pautam o reconhecimento desses grupos sociais como detentores de direitos em situação de igualdade. Diante de um desenvolvimento histórico, que inclui maior organização e universalização de bandeiras já consolidadas, ao menos à letra da lei, a partir da ação de diferentes movimentos, tem-se uma tendência à ruptura com as teses liberais. Os movimentos que demandam as questões relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade, em seu desenvolvimento, têm apresentado sinais deste rompimento. Buscam, nos parece, um reencontro com sua gênese na construção de uma sociedade igualitária, avançando no entendimento de que a exploração de classe produz e se reproduz em intersecção direta com um sistema de opressão por eles vivenciados.

Partimos da observação de que se apresenta uma disputa teórica e prática na condução dos movimentos ditos identitários que, a nosso ver, os situamos no interior dos processos mobilizatórios de lutas anti opressões. Entendemos que, se corroborarmos com o pensamento que busca fundamento para tais movimentos nas questões identitárias e, portanto, na formação parcial das classes, legitimamos que as lutas desses sujeitos sociais devam apenas se circunscrever no campo dos direitos políticos-jurídicos-representativos, o que não culminaria no fim e sim na possibilidade de manutenção das hierarquias nas relações sociais. Concordamos com Cisne ao afirmar:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui classe, raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes. (CISNE, 2011:3).

A partir dessa compreensão abordaremos, de forma breve, a conjuntura em que ocorre a mobilização em maior volume dos movimentos sociais ditos defensores das bandeiras identitárias, procurando observar o quanto esta movimentação, com ênfase na movimentação das mulheres, reage aos projetos societários, fruto das crises do capital na relação de suas medidas para contenção e rearticulação do processo de acumulação. No segundo ponto, buscaremos, dentro do processo que mobilizou a greve internacional de

mulheres entender se é possível verificar o que inicialmente defendemos, de que há no movimento feminista capacidade de, em sua práxis, aglutinar as lutas anti opressões numa perspectiva emancipatória, para além da esfera dos direitos políticos-jurídicos-representativos.

2. Lutas identitárias ou lutas anti opressões: a questão da classe.

Assistimos uma disputa teórico-política no campo das concepções acerca da categoria de sociedade civil. Uma que a dilui em direitos individuais e políticos no campo jurídico, podendo ser acessados por uma pequena parte da sociedade e que, portanto, reifica uma sociedade hierarquizada com valores liberais, porém conservadores, visto que não visam alterar a estrutura de dominação econômica. E uma visão, partilhada por nós, que apreende como esfera de disputa política de projetos societários portados pelas classes sociais, em que segmentos organizativos e movimentos das classes subalternas desenvolvem questionamentos da forma de socialização e distribuição da riqueza e organização da propriedade de forma a desnaturalizar papéis sociais historicamente construídos colocando, desta forma, em xeque as relações sociais de opressão e exploração. Reconhecer uma sociedade civil de inspiração liberal, onde se realizam as trocas econômicas de forma desigual, visto que no capitalismo a liberdade é condicionada pela necessidade de sobrevivência na forma de venda da força de trabalho, vai de encontro à noção de avanço que demanda o fim da exploração/opressão gerada pelo sistema capitalista. Concordamos com o seguinte:

Assim, em direção contrária a esses fundamentos teóricos tomados para conceituar a sociedade civil e essa dimensão sócio-política deduzida de ações e organizações que defendem e representam os interesses das classes subalternas implica necessariamente, analisar a esfera sociedade civil na perspectiva da totalidade social, entendê-la a partir da contradição central capital/trabalho, espaço em que se disputam projetos societários antagônicos (DURIGUETTO, 2007: 211).

Não é exatamente novidade assistirmos desde o golpe institucional/parlamentar/midiático de 2016 à contra onda violenta assumida pelos setores conservadores, tanto no combate aos direitos já consagrados pela luta por identidades, como no enfrentamento à busca de direitos por setores que, embora com histórico de ação refletidos em alguns avanços importantes na garantia de direitos civis individuais e coletivos, ainda são alvo de silenciamentos. A chamada “ideologia de gênero” vem na esteira da promoção do pensamento conservador. É a expressão de um projeto político e ideológico que retroage na afirmação de uma sociedade liberal, visto que esta, em tese, deveria promover o respeito e alargar direitos individuais. Portanto, a agenda proposta pela

chamada “ideologia de gênero” é contraditória como política dos artífices liberais da liberdade como valor universal.

Não havendo, a nosso ver, ações baseadas em um pensamento estruturante de uma nova sociedade que se norteie pela busca por relações econômicas e sociais de equidade, o pensamento conservador se apresenta como solução rápida de problemas estruturais de sociedades de capitalismo periférico como o caso da sociedade brasileira, apoiados em sentidos comuns, orquestrados por discursos salvacionistas. Em momentos de crise e de reestruturação do capital, direitos sociais e políticas direcionadas para segmentos historicamente subalternizados da classe são os alvos mais fáceis no corte de recursos do Estado, principalmente se estes já estiverem a cargo de uma esfera não pública. Minorias políticas viram alvo do ataque conservador ao serem vistas como sintomas e causas da crise. Numa lógica perversa, a exclusão promovida pelo próprio sistema através da ausência de políticas de Estado ou de sua presença ineficaz e precária realiza, no concreto, a reprodução da subalternidade desses grupos.

Podemos observar, ainda, que a crise por que passa o capitalismo apresenta como medidas de reestruturação do sistema políticas econômicas ultra liberais de austeridade fiscal, que agem na diminuição dos investimentos estatais no social (saúde, educação, assistência), diminuição de direitos trabalhistas e privatizações. Reflexo disso, as populações mais vulneráveis têm seu cotidiano ainda mais espoliado. Toma fôlego, também, a necessidade de procurar saídas fora do campo econômico para problemas do campo econômico. Em outras palavras, podemos dizer que há uma reação conservadora dentro dos costumes em curso no Brasil e ela tem raízes na economia em crise. Está em andamento uma “jornada moral” que busca dar conta de localizar na construção familiar o local de contenção da crise na ausência das políticas públicas do Estado. Porém, qual família? A família funcional, heteronormativa, com maridos provedores e esposas reproduzindo perfeitamente seu local na esfera do cuidado. Fica claro, então, o ataque orquestrado às mulheres na busca por sua emancipação e às manifestações da sexualidade fora do padrão heteronormativo, pois que seriam ataques frontais à família tida por estes como funcional. É na população mais pobre e periférica que, devido à nossa construção histórica, em sua maioria negra, segregada territorial, econômica e simbolicamente que explode de forma mais contundente a violência. Nesse processo de crise e rearranjo do capital, são classificados como seres humanos dispensáveis, “não rentáveis” como afirma Robert Kurtz (2006). Não é a família periférica e sua construção possível que está no altar da moralidade apresentada. Esta, como já alardeado por políticos da ala conservadora, é

“disfuncional”, deve ser “controlada”. Fruto desse pensamento, o genocídio da população negra e seu encarceramento está em curso e é parte do processo de crise do capital.

Perceber que os movimentos sociais que representam essas parcelas da população reagem na busca de sua identidade, o que significa, dentro deste contexto, sua sobrevivência enquanto sujeitos coletivos é tarefa da movimentação contemporânea da classe. Se nos ocuparmos de analisar as pesquisas de segurança pública, perceberemos a cor de quem está morrendo por homicídios e feminicídios, assim como a violência e morte da população LGBTQ. Não associar o viés dessa reação conservadora à organização desses movimentos é, no ponto de vista aqui defendido, não perceber as nuances da luta de classes aberta, sob novas formas, que estamos vivenciando. Portanto, não pensar a organização consciente desses movimentos pode significar, para além das tragédias postas na vida desses indivíduos, uma perda de horizonte de organização e enfrentamento da classe no país. Ou todas essas formas de opressão não têm raiz econômica e se expressam no interior da classe trabalhadora?

Assim, consideramos que a classe trabalhadora é heterogênea. Afinal, a classe “é um fenômeno histórico. [...] algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...] essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto” (Thompson, 1963, p.9). Logo, não podemos considerar classe como um conceito puramente abstrato, tampouco a-histórico. Se considerarmos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e “raça”/ etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais. (CISNE, 2018 p. 33)

A nosso ver, a movimentação política desses grupos organizados como movimentos sociais informa duas vertentes de pensamento. Existe concretamente um avanço na conformação da sociedade como espaço de construção de uma vivência harmoniosa do “*diferente*” sujeito livre e de direitos, evidenciado no confronto de teses (sociedade civil liberal), o que ao fim define economicamente os sujeitos que podem acessar tal liberdade política. O conservadorismo vigente, como norteador do imaginário, reforça seus aparelhos de dominação ideológica², age nas esferas burocráticas do Estado e trava com “mão de ferro” a incorporação de um pensamento que busca a igualdade e equidade entre os sujeitos sociais.

²[...] o estado em sentido amplo, “ com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “ Estado em sentido estrito” ou de “Estado coerção”), que é formado pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa)[...]. (COUTINHO, 1992, p.76,77 apud BEZERRA E VELOSO, 2015, p.60).

Seguindo a segunda vertente, nossa indagação parte da necessidade da compreensão de que o sistema econômico vigente dificulta a livre manifestação do sujeito, visto que sua amarra a um sistema de opressão\exploração é a barreira a ser transposta para o desenvolvimento revolucionário da sociedade. Responder a esta indagação exige, contudo, visto o potencial mobilizador das bandeiras por direitos civis e individuais, enfrentar as contradições que identificamos não raro dentro do campo do pensamento de esquerda e com felicidade incontida pelos ideólogos liberais de que há, nesses movimentos, um grande potencial de desconstrução da ação coletiva, com foco na não identificação da centralidade da luta anticapitalista. Portanto, não representariam quebra de paradigma organizacional que afetaria o sistema, muito menos pensariam em novo modelo de sociedade, apenas refletiriam seus interesses de grupos, deslocados do coletivo, pois suas ações e lutas por direitos se desenvolveriam dentro dos limites do sistema.

Diante deste quadro, pretendemos realizar alguns apontamentos no estudo das contradições e possibilidades das lutas anti opressão dentro de uma perspectiva classista que objetive a superação da ordem estabelecida considerando os enfrentamentos e disputas de seus atores em seus espaços de organização e, para além deles, na dinâmica macrosocietária. Nossa hipótese apresenta o movimento feminista como capaz de reunir as bandeiras anti opressão, com ênfase nas relações sociais de gênero e, em função disso, ser o catalisador de um debate teórico que busque demonstrar que o cerne das opressões vividas pelos diversos grupos sociais têm dimensões multifacetadas, porém não fogem a uma lógica de construção ancorada na manutenção e reprodução do sistema econômico vigente, considerando suas determinações históricas estruturantes e nas tradições construídas.

A título de exemplo do exposto, trataremos aqui um breve olhar sobre a organização da greve internacional de mulheres, também nominada Paro Internacional de Mujeres (PIM) e International Women's Strike (IWS) ocorrida em de 2017, sob o mote: *"Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós"*³.

3. O que buscavam as mulheres em greve?

A primeira questão, na análise que nos propomos, se refere à utilização da terminologia greve, que ganha grande espaço nas organizações das atividades do dia

³ O mesmo evento se realizou em 2018 e em 2019, porém abordaremos aqui o ocorrido em 2017.

internacional da mulher desde 2017. No Brasil, assim como em mais de 50 países, o chamado 8M, como ficaram conhecidas as manifestações e organizações em torno do dia 8 de março, se caracterizou com base numa experiência de ressignificação da forma de luta do mecanismo da greve. Partiram de pressupostos não mais ligados somente a uma negociação entre trabalhadores e patrões, mas a uma gama de reivindicações que abarcavam um todo em um segmento da classe, que informava as questões relacionadas ao gênero e divisão sexual do trabalho como centrais. As relações de gênero não aparecem dissociadas da classe e da raça, estão imbricadas. Entendemos, portanto, que o fenômeno social da ação organizada das mulheres, representado pelo feminismo como ação política e produção teórica, tem no movimento da própria realidade sua complexificação e determinação multiplicada.

O impulsionar dessa ação de solidariedade internacional entre mulheres, incluindo nesta categoria todas as pessoas identificadas com o signo mulher⁴, vem de ações ocorridas em 2016 em países como a Polônia, em função de retrocesso na legislação sobre o aborto e a Argentina, devido ao crime de feminicídio cometido contra Lúcia Perez, cuja repercussão trouxe à tona índices alarmantes desse tipo de assassinato. A forma de resistência e denúncia se deu através de ações coletivas via paralisação das atividades por um dia. Buscavam demonstrar, sob o ponto de vista em questão, que as mulheres detêm, através do trabalho remunerado e não remunerado, o poder da geração da riqueza e que, ao pararem, param todo um mecanismo de funcionamento do sistema.

Ao observarmos os manifestos internacionais, nacionais e estaduais na convocatória da Greve Internacional de Mulheres de 2017, percebemos a construção de um discurso feminista que buscava abarcar a construção de uma nova sociedade, numa ação que congregava diversos segmentos sociais num horizonte interseccional e, porque não dizer, internacionalista.

Nosso movimento vai além do que existe, atravessa fronteiras, idiomas, identidades e escalas para construir novas geografias que não sejam as do capital e de seus movimentos financeiros. Contra a divisão sexual e racista do trabalho; contra o governo das finanças sobre as vidas; contra a produção de corpos e de vidas descartáveis; contra o puritanismo com o qual tentam neutralizar nossas

⁴ A questão da identidade tem tudo a ver com isso. No contexto do patriarcado a identidade é um parâmetro heteroconstruído; no feminismo a identidade é um elemento da construção de si que passa necessariamente pelo autorreconhecimento de cada um acerca de si mesmo. As mulheres trans, nesse sentido, têm todo direito de se dizerem mulheres, do mesmo modo que qualquer pessoa que se identifique com esse signo. (TIBURI, 2018: 22-23)

experimentações; contra as apropriações neoliberais de nossas reivindicações; contra imaginários e práticas sexistas nos meios de comunicação; contra o punitivismo (a política de punição pela própria punição) que procura disciplinar e moralizar em nosso nome; contra a repressão, a criminalização e a demonização de nossas lutas: "Nós fazemos greve." (Manifesto de convocação da Greve internacional de Mulheres pelo coletivo argentino Ni Una Menos, 2017)

O simbolismo gerado na forma em que a greve de mulheres é utilizada como mecanismo de luta nos parece informar que os direitos de equidade nas relações de gênero, cujo sistema do patriarcado apresenta como de opressão nas relações de poder, está intimamente ligado a questões que envolvem, para além da conquista de direitos nesse marco de sociedade, um novo pensar na forma em que a riqueza é distribuída a quem a produz e uma valorização do trabalho não remunerado. Ações que visem atingir as economias dos países e a forma naturalizada da divisão sexual do trabalho (greves nos empregos formais, informais e também nas esferas do cuidado). Esses demonstrativos de força são, em nosso ver, uma indicação por parte do movimento feminista do entendimento de onde as relações de opressão se ancora. Portanto, abalar a sustentação oriunda da forma como se reproduz a vida material e social passa a ser chave para um elevar qualitativo de conquistas de equidade na balança de poder que envolvem as relações de gênero dentro da luta de classes.

"Nós paramos e paramos o mundo para desnaturalizar a violência e todas as formas de exploração. Paramos contra a crueldade que toma os nossos corpos como pilhagem de conquista. Paramos contra o racismo e a apropriação de nossos corpos e de nossos territórios. Paramos em defesa de nossas vidas e de nossas autonomias. (...) Nossa greve não é apenas um evento. É um processo de transformação social e de acúmulo histórico de forças rebeldes que não se permitem serem conduzidas apenas dentro das regras da democracia formal. (Manifesto de convocação da Greve internacional de Mulheres pelo coletivo argentino Ni Una Menos, 2017)

Percebe-se que as questões que afligem as mulheres e demais minorias políticas são informadas no patriarcado, na racialização e nas relações econômicas de dominação. A violência dirigida aos corpos despossuídos de direitos conclama à luta.

Outro ponto a se ressaltar é a ampliação do debate de gênero no interior das lutas específicas de cada país. No caso do Brasil, a reforma da previdência foi a bandeira política geral levantada pelo movimento de greve de mulheres em 2017. A avaliação e denúncia da perversidade da reforma proposta adquiriu contornos em que a opressão de gênero aplicada ao conjunto de ações de austeridade fiscal que vitimam o conjunto da classe trabalhadora é ressaltada e compreendida dentro de uma lógica de manutenção dos ganhos do capital, onde as mulheres trabalhadoras no mercado formal, informal e não remunerado têm seus direitos e conquistas duplamente espoliados. O manifesto de chamamento à greve de mulheres do 8M-RJ faz a denúncia política do golpe parlamentar/jurídico/midiático, atacas

as reformas propostas pelo Governo do Golpista Michel Temer, dentro das políticas de austeridade, com destaque para a da previdência, além de levantar denúncias específicas de políticas privatistas:

Nós paramos contra as medidas de ajuste fiscal que os governos tentam nos impor, com a intenção de que paguemos a conta de uma crise econômica que não é responsabilidade nossa. Nós paramos hoje, em especial, contra a Reforma da Previdência machista do governo Temer, que tenta nos impor a igualdade de idade e tempo de aposentadoria com os homens sem que avancemos na igualdade na divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com a família. Nós paramos pelo FORA TEMER! Nós paramos em defesa dos serviços públicos estaduais, sucateados pelos seguidos governos corruptos. Marchamos pelo nosso direito à água e contra a privatização da CEDAE (Manifesto de convocação da greve internacional de mulheres pelo 8M/RJ,2017)

Se ampliamos o olhar para a relação de raça/etnia, fica evidenciada a relação de poder estrutural e sistêmica imposta pelo patriarcado branco heteronormativo. As mulheres negras, no contexto do debate da reforma da previdência, são atingidas em sua assunção a direitos já acessados pelas mulheres brancas, visto que a informalidade do trabalho da mulher não branca, para ampliarmos o diálogo com as várias mulheres que somos, é resquício de nossa sociedade escravocrata que nos colocava na lide do trabalho, não nos reconhecendo como sujeito de direitos. As feministas negras tomam a frente em muitas das passeatas, o que trouxe uma ampliação no horizonte do debate feminista. Embora, um grande contingente das mulheres periféricas, e nisso informamos raça e classe, não se colocou, ou se coloca, ainda, com força nesses movimentos que, por vícios de origem, partem do centro para a margem. As mulheres periféricas estão na luta em seus locais, de forma própria, por sobrevivência material e física, sua e dos seus. Grande lacuna a ser percebida, ouvida e debatida pelos movimentos feministas com horizonte emancipatório: se juntar à organização das mulheres periféricas (muitas organizações de mulheres da periferia, se formaram por conta do genocídio de suas crianças).

As lutas das mulheres contra a violência física, psicológica e patrimonial de gênero, dada a evidência trágica de sua ocorrência diária, fica inscrita no debate das lutas com a variedade de falas que as vivenciam. Os crimes de feminicídio também têm cor e os dados mostram um decréscimo na ocorrência com mulheres brancas, um aumento com as mulheres negras e não há sequer estatística sobre as indígenas. Segundo dados do Mapa da Violência de 2015, entre 2003 e 2013 houve registro de queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas e aumento, no mesmo período, de 54,2% de homicídios de mulheres negras. A transfobia, lesbofobia e bifobia são denunciadas em ações no conjunto

do movimento LGBT's e de mulheres: "estão nos matando". Segundo pesquisa do Grupo Gay da Bahia, a cada 19h um/ uma LGBT é assassinada. O machismo tem matado e as opressões cruzadas apontam a incidência diferenciada, o que demanda entendimento e escuta ativa por parte das feministas organizadas. Legalização do aborto para quem? Salários iguais aos dos homens e entrada no mercado de trabalho para quais trabalhadoras? Em que sistema? Essas são apenas algumas das perguntas que, no nosso ponto de vista, os movimentos feministas, em uma esfera de ação articulada, têm a enfrentar para avançar. Denunciados nos manifestos do 8 de março de 2017, percebemos a força do discurso interseccional.

Nós paramos porque para nós, mulheres negras, as violências de gênero e de raça se combinam para nos discriminar e nos oprimir ainda mais. Lutar contra o machismo e o racismo é vital e necessário. Combatemos os estereótipos construídos por uma sociedade racista, sexista e misógina que massacra as mulheres negras com o seu padrão de beleza europeizado e que, por outro lado, insiste em ver nossos corpos como objeto e coisificação. Perdemos nossos filhos pela violência do Estado, pela ausência de políticas sociais para a população negra e fruto da violência policial, que reproduz o racismo e a criminalização da pobreza. Nós paramos por Dandara e por todas as mulheres trans que sofrem cotidianamente com a violência transfóbica, que as mata e marginaliza. Dados da agência de pesquisa Transgender Europe mostram que no ano de 2016, 144 travestis e transexuais foram assassinadas no Brasil. No ano de 2015 foram cerca de 123. Estes números, no entanto, são apenas a ponta do iceberg já que se trata apenas de dados noticiados na imprensa. Mesmo assim, tornam o Brasil o país que de longe mais mata mulheres trans e é responsável por metade de todos os assassinatos de pessoas trans do planeta. Nós paramos por todas as mulheres lésbicas e bissexuais, que são vítimas da violência, dos estupros corretivos e da invisibilidade a que são condenadas suas demandas e necessidades. (Manifesto de convocação da greve internacional de mulheres pelo 8M/RJ,2017)

4. Conclusão:

Quais sujeitas são estas que sofrem de forma mais ou menos aguda as opressões? Entender as opressões de forma historicamente referenciada, enquanto estruturantes da sociedade, nos permite, combatê-las na totalidade, visto que a sujeita de direitos está inscrita numa classe e importa perceber onde a exploração sistêmica da reprodução da vida material se ancora na opressão sofrida por estas. Davis, ao analisar a contribuição teórica das mulheres na luta pela superação da sociedade capitalista, aponta que "há quase cem anos Clara Zetkin começou a elaborar muitos dos conceitos centrais associados à análise marxista da opressão da mulher, conceitos que hoje são tão relevantes quanto foram durante sua época" (DAVIS, 2017:133)

(...) ela afirmou que a igualdade entre as mulheres não poderia ser formulada como uma teoria única, homogênea, transcendendo questões de classe social. As feministas burguesas de hoje que insistem na noção de que suas estratégias de emancipação, baseadas nas suas próprias posições de classe, são

válidas para as mulheres da classe trabalhadora e racialmente oprimidas têm muito que aprender com a análise de Zetkin. De uma classe a outra – da grande burguesia à classe média, e da pequena burguesia ao proletariado –, a estrutura de opressão das mulheres varia significativamente. (DAVIS, 2017 p. 135)

A interseccionalidade⁵, conceito que, há certo tempo ganha forma e potência teórico e política dentro do movimento, nos aclara que dentro das várias vertentes do feminismo podemos encontrar um elo que o torna revelador da interface econômica da exploração, não passando raso nas individualidades das construções das relações sociais, mas aprofundando o sentido de liberdade possível e real fora de um sistema de exploração.

Davis, em “Mulheres, raça e classe” (2016) aponta, ao discorrer sobre o movimento de abolição nos Estados Unidos, essa capacidade de entendimento sobre o imperativo da aliança entre a libertação das mulheres e abolição, senão vejamos:

À medida que foram trabalhando com o movimento abolicionista, as mulheres brancas aprenderam sobre a opressão da natureza humana e nesse processo aprenderam importantes lições sobre a sua própria subjugação. Afirmando os seus direitos ao se oporem à escravidão, elas protestaram às vezes totalmente, outras vezes implicitamente a sua própria exclusão da arena política. Se não sabiam como apresentar as suas próprias ofensas coletivamente, ao menos podiam contestar a causa daqueles que também eram oprimidos. [...]O movimento anti-escravidão ofereceu às mulheres de classe média a oportunidade de provarem o seu valor de acordo com o modelo que não as prendia aos seus papéis de esposas e mães[...]. Para além disso, aprenderam a desafiar a supremacia masculina dentro do movimento anti-escravidão. Descobriram que o sexismo que permanecia inalterado dentro dos seus casamentos, podia ser questionado e combatido na arena da luta política. (DAVIS, 2016, p.36).

Sabemos, contudo, que a potente aliança entre movimento abolicionista e movimento de mulheres brancas que desaguou na luta pelo sufrágio feminino e negro nos EUA teve desdobramentos que requerem aprendizados atentos quanto as possibilidades de divisão e reificação de posições socialmente definidas, se não contidas em uma visão que opere dentro de uma perspectiva de emancipação para todas e todos, reafirmamos novamente o chão da classe social como o caminho a trilhar. E, que mesmo a relação intra movimento feminista, tem suas divisões. Não é possível falar no singular desse movimento devido às suas várias vertentes teóricas e desdobramentos de ação política. Essa é uma das questões a serem trabalhadas. Contudo, este reconhecimento não impede que possa haver uma

⁵A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais. in *Tempo social, revista de sociologia da USP*, 26, 61-73. (junho de 2014 p. 62-63)

conjugação das relações sócio históricas com vistas a ganhos emancipatórios comuns, articulando as relações de classe, raça e gênero (sexo e sexualidade).

Um movimento unificado necessita de embasamento e convicção prático-teórica, precisamos, pois, pensar o movimento feminista enquanto um movimento social que formula e opera dentro das relações sociais de opressão e as traduz dentro da luta de classes. Dessa forma, podemos encontrar possibilidades para a construção de um bloco hegemônico de forças sociais para colocar, em perspectiva, um novo projeto societário emancipador.

Observamos, no movimento feminista atual, algo que entendemos como nova guinada à sua origem classista, sua capacidade de ação contundente dentro das forças produtivas, alçando a intervenção para além do discurso feminista por direitos, em uma influência qualificada de ação com entendimento de classe na luta anticapitalista. O sucesso da greve internacional de mulheres de 2017 demonstra essa potência de ação, Verificar as possíveis ações para sua amplitude, tanto teórica quanto metodológica, é um dos desafios hoje centrais para o movimento feminista, visto que partimos da ideia de que as causas e bandeiras levantadas por grupos sociais específicos, quando postos somente na esfera dos direitos, continuam nos limites do arcabouço de dominação da sociedade capitalista. Assumida essa visão, entendemos que a ação do movimento feminista pode estar contida, refletida, admitida e pautada como fundamental dentro da construção de um novo projeto societário anticapitalista

Bibliografia de referência:

BEZERA, V; VELOSO, R. *Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica*. São Paulo: Saraiva, 2015

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*; 2ª ed - São Paulo : Cortez, 2018.

_____. *Marxismo e feminismo na atualidade Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade*. Disponível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/mirla-cisne-marxismo-e-feminismo-na-atualidade/>> Acesso em 30\08\2017

DAVIS, Â. *Mulheres, Cultura e Política*; tradução Regina Candani. 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2017

_____. *Mulheres, Raça e Classe*; tradução Regina Candani. 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2016

DURIGUETTO, M. L. *Sociedade civil e Democracia: um debate necessário*.3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

HIRATA, H. *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais. Tempo social, revista de sociologia da USP*, 26, 61-73. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005> (junho de 2014).

KURTZ, R. *Seres humanos não rentáveis: Ensaio sobre a relação entre história da modernização, crise e darwinismo social neo-liberal*. Original *UNRENTABLE MENSCHEN. Ein Essay über den Zusammenhang von Modernisierungsgeschichte, Krise und neoliberalen Sozialdarwinismus*, in www.exit-online.org (19.01.2006) Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/> <http://www.exit-online.org/>

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018

Fontes documentais:

Manifesto de convocação da Greve internacional de Mulheres pelo coletivo argentino Ni Una Menos, 2017) disponível em: (<https://www.facebook.com/notes/8m-brasil/por-uma-nova-greve-internacional-de-mulheres-em-2018/1678204472253912/>)

Manifesto de convocação da greve internacional de mulheres pelo 8M/RJ,2017) disponível em:(<https://www.facebook.com/notes/8m-rj/manifesto-8-de-março-de-2017/234605310277272/>)

SAÚDE MENTAL, ALCÓOL E OUTRAS DROGAS: proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social.

Marcilea Tomaz¹

Resumo

Este artigo tem o intuito de problematizar a política de saúde mental, álcool e outras drogas diante de um retrocesso ético-político no que concerne às respostas governamentais aos usuários de drogas no Brasil. Para tanto, constextualizo o histórico da loucura brasileira, desde o enclausuramento, reforma psiquiátrica e retrocessos atuais. O debate do proibicionismo as drogas, a questão social e os rebatimentos de forma direta na criminalização da pobreza.

Palavras-chave: Saúde mental, álcool e outras drogas. Proibicionismo. Questão social.

Abstract

This article intends to problematize the health policy of mental health, alcohol and others in the face of an ethical-political regression regarding government responses to drug users in Brazil. To do so, I contextualize the history of Brazilian madness, from the enclausuramento, psychiatric reform, and current events. The debate of the prohibitionism the drugs, the social question and the refutations of direct form in the criminalization of the poverty.

Keywords: Mental health, alcohol and other drugs. Prohibitionism. Social issues.

I – INTRODUÇÃO

O debate do proibicionismo, da chamada ‘guerra as drogas’, atualmente é mencionado. A nova lei sobre drogas, no começo do século XXI, bem como a incorporação da temática das drogas para a política de saúde mental, no que concerne às práticas de tratamento, baseava-se na internação em hospitais psiquiátricos, por longos anos, de forma obrigatória, com o objetivo de recuperação.

No entanto, no campo da saúde mental, a partir dos anos 1980, emerge os serviços de atenção ao uso prejudicial de drogas, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), em conjunto com os outros tipos de CAPS, de lógica comunitária, extra-hospital e territorial. Esse novo modelo assistencial, o CAPS AD tem como cunho a sua abordagem antiproibicionista, vai na contramão das ações proibicionistas, seja pelo modelo moral/criminal/ que veem o consumo de drogas com um

¹Graduada em Serviço social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (2016). Especialista multiprofissional em saúde mental pelo Hospital Universitária da UFJF (2018). Atualmente mestranda em serviço social pela UFJF. E-mail: marcilea.jf@gmail.com. Eixo temático: Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais.

problema moral, que busca o encarceramento dos imorais, objetivando a redução da demanda por drogas e por uma sociedade livre de drogas em que a abstinência seja o único objetivo. Aqui se refere a chamada ‘Guerra as Drogas’, está que se refere não as drogas, mas as pessoas que se encontram na situação de pobreza.

II - A ENTRADA DO CAMPO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA

Historicamente, a assistência às pessoas que estão em uso prejudicial de álcool e outras drogas estiveram ligada à assistência psiquiátrica, que sempre foi marcada pela violação de direitos humanos e pela má qualidade prestada ao usuário, sendo centrada no modelo hospitalocêntrico.

Diante, da influência da Reforma Psiquiátrica no Brasil, iniciada da década de 1980, o Ministério da Saúde, em 1992, através da portaria nº 224/1992 passou a financiar serviços de saúde mental, priorizando o tratamento ambulatorial de caráter interdisciplinar. Essa portaria levou a normatização das diretrizes e normas a serem obedecidas para a implementação de Núcleos Centros de Atenção Psicossocial (NAPS/CAPS). A aprovação da Lei federal nº 10.216/2001 significou grande avanço no modelo de atenção e de cuidado à saúde mental aberto, de base comunitária e territorial, na medida em que garante a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidade, na busca do exercício da cidadania.

Contudo, somente em 2002, houve a redefinição no Âmbito federal dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, na modalidade II (CAPS AD II), caracterizado como serviço de atenção psicossocial para atendimento de paciente com transtornos relacionados ao álcool e outrasdrogas.

Na busca pela estruturação da rede de saúde mental, no ano de 2011 foi sancionada a portaria nº 3.088 que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. Através da portaria define-se os pontos de atenção da rede de atenção psicossocial: Atenção básica em saúde; atenção psicossocial estratégica; atenção de urgência e emergência; atenção residencial de caráter transitório; atenção hospitalar; estratégias de desinstitucionalização; estratégias de reabilitação psicossocial (BRASIL, 2011). Essa portaria dá ênfase à construção do trabalho em equipe, o usuário e sua família, a ordenação do cuidado estarão sob a responsabilidade do CAPS ou da Atenção Básica, garantindo permanente processo de cogestão e acompanhamento longitudinal do caso. Para definição das modalidades de

CAPS, foi aprovada no ano de 2002 através da portaria nº 336 os CAPS como principal equipamento substitutivo ao modelo hospitalocêntrico.

Contudo, concomitantemente ao presente debate, a Presidência da República, em fórum nacional, lançou a Política Nacional Antidrogas (PNAD), através do decreto nº 4.345 de 2002, que reforçou o substrato proibicionista com o pressuposto de que seria possível uma “sociedade sem drogas”. Como o Brasil não descriminalizou o uso de drogas na Lei nº 11.343, de 2006, a rede assistencial do SUS permanece promovendo cuidado para um sujeito considerado criminoso (LIMA,2017).

A partir dos anos de 2010, no cenário nacional, onda conservadora se construiu sobre uma midiática epidemia do crack. Diversos atores (da saúde, religiosos) passaram a defender a internação em massa para usuários de crack. Concomitantemente a essa onda conservadora, o poder público e os dispositivos voltados para a questão de drogas, especialmente os serviços de saúde, segurança pública e assistência social enfrentaram desafios. Nesse cenário, como parte de uma estratégia nacional, foi implementada, pelo governo Lula, o Plano Integral de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, por meio do Decreto n. 7.179, do ano de 2010, alterada pelo decreto n. 7.637 de 2001 pela presidenta Dilma, que instituiu o Programa Crack, É possível vencer, apoiado em três eixos estruturantes: cuidado, autoridade prevenção (BARCELLOS,2017).

Diante disso, uma questão a ser avaliada é se essa prática tem proporcionado à redução, o controle e até mesmo a recuperação do usuário de tal droga, considerando que é necessário que se promovam ações adequadas a realidade e ao contexto no qual o usuário esta inserido, através de programas de atenção básica, assim como na construção de uma política abrangente voltada ara esse público.

De acordo com Andrade (2011), os programas de atenção Básica em Saúde, que se estabelecem como o principal motor da Estratégia de Saúde da Família (ESF), apesar de toda a expansão, ainda vêm apresentando uma cobertura inferior a 20% em algumas grandes cidades do país. Nesse sentido, em sua concepção, um fato importante é que quase a totalidade dessas equipes não inclui a atenção ao usuário de drogas em suas ações. Essa baixa cobertura, representa um grave problema par o desenvolvimento das ações dos CAPS AD, da garantia do cuidado de forma integral, e da construção da redução de danos.

Desse modo, o contexto apresentado se refere a uma política social de caráter residual ou assistencial, com o incentivo governamental às iniciativas do chamado terceiro setor, que obteve grande crescimento da década de 1990 em diante (SOARES,2009).

Não obstante, torna necessário demarcar a presente conjuntura política de desmonte de direitos, retrocesso, crise moral e política. No que se caracteriza como um

significativo embate ao proibicionismo tem-se atualmente a ampliação financeira por parte do governo federal às comunidades terapêuticas, que tem como principais idealizadores, no Brasil, os setores conservadores pertencentes às igrejas neopentecostais, e que vem expandindo no Brasil para atendimento aos usuários de crack e de outras drogas.

De forma complementar, destaca-se no Governo de Michel Temer - 2016, o coordenador nacional da saúde mental, álcool e outras drogas - Quirino Cordeiro Júnior – divulga pelo Ministério da Saúde (MS) uma minuta que desconsidera a Portaria 3088/MS/GM de 2011 (RAPS) e ainda, o Decreto 7.508 de 2011 que define a atenção psicossocial (os CAPS) como uma das portas de entrada do SUS. Entretanto, no documento da Coordenação Nacional de Saúde Mental, de agosto de 2017 que acompanha a minuta, exclui os CAPS como portas de entrada na Rede e, em substituição, introduzem equipes de Assistência Multidisciplinar de Média complexidade em Saúde Mental (Ament), e a entrada no CAPS apenas por encaminhamento. Outra mudança, na área de álcool e outras drogas, é o financiamento do MS às Comunidades Terapêuticas que atualmente já recebem recursos do Ministério da Justiça como apoio à ‘acolhida’ de usuários de álcool e outras drogas, porém agora reconhecidas pela saúde como possibilidade de atendimento.

Ressalvo aqui a Lei de nº 13.840 sancionada em 5 de junho de 2019, no governo Bolsonaro, que altera as demais leis relacionadas a garantia de cuidado antimanicomial. A presente lei autoriza a internação compulsória de pessoas que fazem uso de drogas, sem a necessidade de autorização judicial, o que representa retrocesso quando se coloca o retorno dessas internações em hospitais gerais, acolhimento em comunidades terapêuticas. Uma prática voltada para o enfrentamento às drogas e financiamento de comunidades terapêuticas, que possui como abordagem o enclausuramento.

O modelo de cuidado proposto pelas comunidades terapêuticas (CTs) ancora-se no trabalho, disciplina e espiritualidade, combinando saberes técnicos-científicos com práticas espirituais. Dados do IPEA (2017) apontam que a maioria das comunidades terapêuticas está concentrada principalmente nas regiões sul e sudeste, sendo Minas Gerais o segundo estado do sudeste com maior quantidade de CTs. Os dados ainda apontam que a maioria das CTs encontra-se instaladas nas regiões rurais, as distribuições de vagas segundo o gênero destinam mais de 80% são pessoas do gênero masculino. No que refere a mulheres existe uma discussão sobre estas não aderirem ao programa, e ainda sobre os afazeres domésticos colocadas sob a necessidade delas conduzirem e assim aderirem menos ao tratamento do que os homens. No que refere a orientação sexual diversa a heterossexualidade, é considerado como baixa tolerância, perigo para os outros acolhidos, no sentido de pode oferecer bens, dinheiro em troca de sexo. Aqui tem a

associação de onde entra dinheiro entra droga também. Não só, mas também demonstra a que tipo de sujeitos, sociedade que esse modelo deseja 'tratar'.

III - O PROIBICIONISMO E A QUESTÃO SOCIAL

O uso de drogas surgiu desde o início das primeiras civilizações o homem já estava familiarizado como as drogas e seus efeitos. Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da ciência, das indústrias obtiveram a descoberta de drogas mais potentes, não prevalecendo somente as de extratos naturais, as indústrias diante dessas descobertas, passou a produzir diversas outras drogas que prometiam efeitos estimulantes maiores do que de qualquer outros.

Porém, foram nos primeiros anos do século XX que passou a proibir o uso de psicoativos. Diversas são os debates existentes em relação ao momento em que iniciou a criminalização do uso de drogas e suas motivações, muito em aspectos variados como religioso, moralista, político.

Segundo Salo de Carvalho (2010):

A origem da criminalização (das drogas), portanto, não pode ser encontrada, pois inexistente. Se o processo criminalizador é invariavelmente processo moralizador e normalizador, sua origem é fluida, volátil, impossível de ser adstrita e relegada a objeto de estudo controlável.

Estabelecer quando e onde se iniciaram as primeiras vedações ao consumo de drogas é difícil, principalmente quando analisamos individualmente cada nação. No âmbito internacional, pode-se afirmar que foi no ano 1909 o início das regulamentações acerca de drogas. Neste mesmo ano, ocorreu o primeiro encontro entre países para discussão de limitações ao ópio e seus derivados, a conferência de Xanguai, que ocorreu nos Estados Unidos. O encontro estabeleceu recomendações genéricas acerca da diminuição do consumo de opiáceos e trouxe características principais do início do proibicionismo nos Estados Unidos da América (EUA), a permissão do uso dessas substâncias apenas para fins medicinais, ficando vedada qualquer outra finalidade (RODRIGUES,2004).

Ainda que, com o passar do tempo, o proibicionismo ganhasse mais força na política interna norte-americana e na política internacional de controle às drogas, entre os anos 1920 e 1933 houve dúvidas em relação a esse modelo político. No entanto, nos anos 1970 houve a consolidação da repressão às drogas, com a declaração literal "Guerra às Drogas". Nos primeiros anos de "guerra às drogas" o foco das ações se deu ao tratamento e à prevenção, criando mais clínicas de tratamento para os dependentes químicos, entretanto, há que se ressaltar que em muitos casos o tratamento se dava de forma compulsória, ignorando a vontade ou não dos usuários em buscar ajuda.

A força política dos EUA fez com que esse modelo se disseminasse pelo mundo inteiro, tendo, ainda hoje, muita força entre os países latino-americanos, entre eles o Brasil, que tem na sua principal política de enfrentamento às drogas as raízes conservadoras do proibicionismo norte-americano.

Observa-se que as consequências da criminalização no campo das drogas podem ser presenciadas nas sociedades contemporâneas através do crescimento do tráfico de drogas, da violência, da corrupção e, principalmente, da marginalização dos usuários das drogas consideradas ilícitas, que passam a ser alvo da repressão e perdem visibilidade pública, o que os afasta dos serviços de saúde, dos equipamentos sociais e educacionais. Diante disso, é possível constatar que a criminalização não tem contribuído para reduzir os danos sociais e de saúde associados ao uso de drogas e, em muitos casos, tem contribuído para o seu aumento, já que a clandestinidade do uso de algumas drogas impede sua visibilidade política e pública, elementos necessários para construir e discutir respostas no âmbito das políticas sociais (BRITES, 2006).

No Brasil, o início da regulamentação de uso, porte e comércio de substâncias entorpecentes surge ainda quando o Brasil era colônia. No entanto, em 1915 que o Brasil estabelece controle sobre a venda de drogas como ópio, morfina, heroína e cocaína, permitindo seu uso apenas para fins medicinais. Com a expansão do ideário proibicionista, iniciada no EUA, ano 1919, as autoridades brasileiras entendem que é chegado o momento de se revisar a regulamentação das drogas. Assim, pela primeira vez no Brasil, foi decretado que aquele que vendesse, expusesse à venda ou ministrasse tais substâncias, sem autorização, e sem as formalidades prescritas, estaria sujeito à penalização.

A política da década de 1930, governo assumido por Getúlio Vargas – o Governo Provisório deu início a um período de modificação das estruturas arcaicas da República Velha, diante dos precários resultados da repressão às drogas, obteve uma abertura a venda e ao uso dessas substâncias entorpecentes², mas foram incluídas também formas de sancionar o tráfico através de pena de prisão e multa. Nesta mesma década, não criminalizava o porte de drogas para uso pessoal, mas como o uso não tinha finalidade medicinal, este usuário era considerado uma pessoa doente e, assim, estava sujeito à internação compulsória em clínica de recuperação. Essa internação é caracterizada pelo controle do uso de substâncias psicotrópicas na época, apoiada no controle médico-social (CARVALHO, 2011).

Dessa forma, no início do século XX teve uma gradual transição da liberação para

²Naquela época ainda se utilizava a expressão substância tóxica ou venenosa, pois a expressão substância entorpecente é um conceito construído a partir do século XX.

regulamentação do uso de substâncias entorpecentes, havendo na época poucas leis sobre o tema. Assim, podemos afirmar que é a partir da década de 1940 que o proibicionismo ganha força no Brasil. Neste momento, o Brasil entra na tendência mundial, assumindo um caráter punitivo àqueles que se envolvessem com substâncias entorpecentes, esses sujeitos eram vistos como criminosos (quem comercializava) ou doentes (os consumidores). Período este, caracterizado pelo entendimento de que prevalecia uma descriminalização do uso de drogas, pois os usuários eram considerados pessoas doentes que necessitavam de tratamento e não encarceramento. A repressão punitiva era exclusiva no comércio dessas substâncias e os sujeitos envolvidos. O Brasil passa por uma fase sem mudanças significativas, os traços históricos da formação da sociedade brasileira articulados à manipulação ideológica, liderada pelos EUA, da ameaça comunista nos países periféricos do capitalismo, à identificação por parte de parcela da elite de tendências perigosas de mudanças no Governo Goular (1961-1964) levaram a construção de um pacto contra-revolucionário e reacionário que culminou no golpe militar de 64 (Netto, 1991). Nesse contexto vieram à censura, os tribunais de exceção, a supressão de direitos humanos individuais. Ao aproximar a presente discussão com a sociabilidade burguesa, implica identificar algumas mudanças operadas no modelo de acumulação do capital a partir da década de 1970, que resultou na chamada mundialização da economia, e tem na reestruturação produtiva e nas políticas de corte neoliberal sua sustentação. É a partir desta década que observamos um aumento na produção e no consumo de drogas (lícitas e ilícitas) nas sociedades atuais e a configuração do uso de drogas como um problema de saúde pública (BASTOS, 1998).

Mudanças referentes ao processo de acumulação do capital acontecem a partir da década de 1970, com a transição do fordismo à acumulação flexível. A acumulação flexível combina alta tecnologia de informação em sua base produtiva; incorporação no processo produtivo do conhecimento científico como diferencial de competitividade; produção em pequenos lotes; crescimento do capital financeiro; fragmentação, heterogeneização e precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995); aumento do desemprego estrutural, desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho; terceirização e subcontratação; intensificação da produção e da circulação de mercadorias; aumento do setor de serviços; ajustes fiscais e desmonte do sistema de proteção público estatal (HARVEY, 1996). As mudanças realizadas no interior do processo produtivo pela acumulação flexível levaram a expressivas transformações na esfera da reprodução social. Assim, nesta década a perspectiva de controle e de repressão recai, de forma mais acentuada e ampla, sobre o uso de diversas drogas, o que consolida uma tendência mundial de criminalização da produção e do uso de drogas sem finalidade

médicas. Um dos efeitos dessa criminalização foi a criação de um mercado internacional de drogas ilícitas, figurando como um dos mercados mais rentáveis na atualidade. O crescimento desse mercado foi impulsionado tanto pela criminalização quanto pela inovação tecnológica na indústria bioquímica, farmacológica e no sistema de transporte e comunicação.

O efeito da criminalização de algumas drogas contribui para a reprodução de uma consciência social alienada acerca dos reais danos sociais e de saúde das diferentes drogas, contribui também, para ampliar os processos de exclusão social dos segmentos que fazem uso de drogas ilícitas, afastando-os dos equipamentos de saúde (BRITES, 2006).

Em relação às respostas sociais e de saúde, no Brasil, sobre o uso das diferentes drogas têm historicamente se alinhado às tendências conservadoras dominantes, com destaque para a legislação brasileira sobre drogas³. O moralismo e o autoritarismo oferecem as bases de legitimidade da vertente proibicionista de “Guerra às Drogas”, liderada internacionalmente pelos EUA em relação às drogas ilícitas. O proibicionismo é moralista, pois diante da complexidade dos usos fenomênicos de drogas, que resulta da interação de uma diversidade de aspectos e finalidades de natureza sócio-históricas (BRITES, 2006).

No entanto, os últimos anos da década de 1970 e toda década de 1980 o Brasil foi marcado por uma intensa efervescência política que reaproxima os movimentos populares, sindicais, estudantis e segmentos profissionais e da igreja católica, mais combativos, em torno da luta política pela redemocratização da sociedade e de uma por reivindicações pelo reconhecimento de direitos sociais que são formalizados na constituição de 1988. Diante de direitos sociais conquistados pela sociedade brasileira através das lutas políticas conduzidas por movimento, obteve-se a emergência do movimento sanitário no período de distensão política que culminou com a proposta de Reforma Sanitária, no qual tiveram debates para transformar a concepção e o sistema de saúde no Brasil, obtendo assim, no ano 1990 a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que compõe a concepção de Seguridade Social, articulando Saúde, Previdência e Assistência Social.

A concepção de saúde como direito universal e os princípios e diretrizes do sistema único de Saúde contemplados na perspectiva constitucional de Seguridade Social

³Até 2002 a Lei 6.368/76, elaborada durante o regime militar, constituía o marco legal brasileiro na área de drogas. Alguns avanços foram conquistados nas duas últimas alterações legais, Lei 10.409/02 e a Lei 11.343/06, especialmente em relação ao tratamento dados aos usuários de drogas. No entanto, o campo normativo nessa área ainda é bastante polêmico, tanto pelas penas alternativas e indicação judicial de tratamento para o usuário quanto pelo veto a vários dispositivos, o que remete as matérias objeto do veto à Lei 6.368/76.

encontram naqueles movimentos suas bases constitutivas. Nesse contexto, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, programas e projetos de prevenção ao HIV/AIDS, inspirados pelos resultados alcançados em experiências internacionais, incorporam estratégias de redução de danos, inicialmente entre usuários de psicoativos injetáveis por meio de programas de troca de seringas (BRITES,2006).

Segundo Machado e Miranda (2007):

A política de saúde para usuários de álcool e outras drogas surgiu em um cenário marcado pelo processo de reforma de estado e pelo processo de consolidação do SUS, quando as dificuldades em garantir à população brasileira uma atenção universal, integral e equânime já se faziam presentes. Esse cenário permite uma dupla leitura dessa política, que pode ser compreendida como uma política focal – dirigida a um segmento específico da população – ou como reafirmação de uma política universal – criada para estender um direito social a um segmento que, por motivos diversos, não se beneficiava dessedireito.

No entanto, a assistência às pessoas que estão em uso abusivo e/ou prejudicial de álcool e outras drogas estiveram ligada à assistência psiquiátrica, marcada pela violação de direitos e pela má qualidade prestada ao usuário. Quando nos referemos a drogas, as substâncias psicoativas reconhecemos que essas satisfazem necessidades que podem ser físicas, culturais, religiosas, ritualísticas, etc., ou seja, essas substâncias acompanham a história do homem.

Neste contexto, o autor Henrique Carneiro (2002) afirma:

A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, mas quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos de sociabilidade, cura, devoção, consolo e prazer. Por isso, as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades.

As drogas (proibidas ou não) são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. A produção em larga escala, modificada técnica e cientificamente, explora mais-valia do trabalho humano, tornando-se um lucrativo negócio. Estabelece-se desta maneira, uma forma particular de trabalho, o qual se materializa na produção, distribuição e venda da droga-mercadoria. Entender as drogas como mercadorias é entender que são produzidas justamente para a satisfação de necessidades de necessidades humanas.

No entanto, afirmo que o proibicionismo e a política de guerra se mostraram um fracasso como política de controle de drogas. Pois a “guerra às drogas” é utilizada como instrumento legitimador para a perseguição aos pobres.

A percepção de que a “guerra às drogas” é uma guerra contra as pessoas é essencial para o nosso trabalho, especialmente quando a guerra se volta aos mais pobres, marginalizados (KARAM, 1997). Os chamados mais pobre me refiro áqueles que

se encontram a margem da sociedade, e a guerra às drogas vem na lógica da penalização da pobreza. Diante disso, referir sobre a questão social torna necessário, pois ela enquanto objeto de trabalho do serviço social está em questão.

É essencial destacar que a expressão “questão social” segundo José Paulo Netto, o qual aponta que “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição capitalista”, além disso, o autor pauta-se em Cerqueira Filho (1982, p. 21 apud PAULO NETTO, 2001, p. 17), quando diz que “assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e trabalho”. E em Iamamoto e Carvalho (1998 p. 77), os quais colocam que “a questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Entender a questão social é elemento essencial para compreendermos a questão da criminalização da pobreza contemporânea, pois os jovens pobres, pessoas em situação de rua, usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, inseridos na lógica proibicionista são penalizados por duas vias, a primeira mostra-se na negação dos direitos sociais e a segunda, na criminalização que leva a penalização e, muitas vezes, ao encarceramento, enclausuramento.

IV – CONCLUSÃO

O sistema capitalista por sua vez tem como monte a penalização da pobreza, e é construído para a satisfação das necessidades do modo de produção e das ideologias políticas que o determinam. A sociedade em que vivemos é extremamente desigual.

A pobreza e a disparidade social não crescem apenas nos países já considerados pobres, pois a crise atinge o centro capitalista. O Brasil importou o ideário proibicionista e aderiu à criminalização dos pobres, portanto, é importante refletirmos como o esse modelo proibicionista, de guerra às drogas, reflete diretamente no extermínio da pobreza, da população de rua, das pessoas que fogem do padrão estabelecida de gênero, raça/etnia e classe social. Como essas pessoas são tratadas dentro desta guerra social, uma guerra contra os pobres, não contra a pobreza. E, enquanto toda a política de criminalização é efetivada, muitos morrem pelo extermínio.

Assim, refletir sobre o viés antiproibicionista se faz mais que necessário. Um

antiproibicionista que contenha como pauta a emancipação, construir a criticidade juntos/as e como tem sido esse acesso aos direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE. T. M. de. **Reflexões sobre políticas sobre drogas no Brasil**. Revista Ciência e Saúde coletiva, v. 16, n. 12, p. 4.665-4.674, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª ed., 1995

BARCELLOS. W. S. **As políticas sobre drogas e os desafios recentes ao Proibicionismo**. In: Serviço Social, saúde mental e drogas organizado por Marco José de Oliveira Duarte, Rachel Gouveia Passos e Tathiana Meyre da Silva Gomes. – Campinas: Papel Social, 2017.

BASTOS. Francisco. Inácio et al (org.). **Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde Coordenação de DST e AIDS, 1998

BRASIL. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2011.

BRITES. C. M. **Ética e uso de drogas- uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

CARNEIRO, Henrique S. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Outubro, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. **Uma história política da criminalização das drogas no Brasil**; A construção de uma política nacional. Trabalho apresentado na VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, cultura e sociedade. Programa de Pós Graduação em História/UERJ. Rio de Janeiro, 2011. p. 10.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06.** 5ª. edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 6ª ed. , 1996.

IPEA. Nota Técnica. Perfil das comunidades terapêuticas. 2017.<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf> Acesso em 28 de maio de 2019.

KARAM, Maria Lucia. **Drogas: o processo legislativo.** In: RIBEIRO, Maurides de Melo; SEIBEL, Sérgio Dario (Org.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial, 1997.

LIMA. R. C. C. **A rede assistencial aos usuários de álcool e outras drogas no Brasil e em Portugal: Notas comparativas.** In: Serviço Social, saúde mental e drogas organizado por Marco José de Oliveira Duarte, Rachel Gouveia Passos e Tathiana Meyre da Silva Gomes.– Campinas: Papel Social, 2017.

MACHADO, A. R; MIRANDA, P. S. C. **Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da justiça À saúde pública.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de janeiro, v. 14, n. 3, p. 801-821, jul-set. 2007.

NETTO. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Thiago. **Política de Drogas nas Américas.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SOARES. L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GÊNERO, IDENTIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS: um diálogo necessário

Marco Antonio da Silva Santos¹;
Viviane de Souza Barbosa Maia²;
Fernanda Mattos Ribeiro Conde³;

RESUMO

O trabalho objetiva refletir sobre a categoria gênero e identidade, apresentando a discussão frente à dinâmica social que se processa no modo de produção capitalista. Para isso, ressaltamos que não entendemos gênero como uma esfera desassociada das relações sociais, e sim que se constitui e é constituída no cotidiano. Nesse cenário de violações de direitos, apropriações, dominações e explorações, a categoria gênero e a categoria identidade não podem ser desassociadas da luta de classes.

Palavras-chaves: Gênero, Identidade, Relações sociais.

ABSTRACT

The paper aims to reflect on the category of gender and identity, presenting the discussion about the social dynamics in the capitalist mode of production. For this, we emphasize that we do not understand gender as a disassociated sphere of social relations, but rather that it is constituted and constituted in everyday life. In this scenario of violations of rights, appropriations, dominations and exploitations, the category of gender and the category of identity can not be dissociated from the class struggle.

Key words: Gender, Identity, Social relations.

1. INTRODUÇÃO

A identidade está intrinsecamente relacionada à estrutura da sociedade. É no movimentar-se da dinâmica social, na relação do eu interior com o exterior, que o ser social se firma enquanto sujeito sócio-histórico. As mudanças no mundo do trabalho acarretam crises estruturais que refletem na identidade, e quando a identidade vivencia uma crise, ela passa a ser considerada em questão.

Pensar a categoria 'homens trans' significa perceber a relação existente entre identidade e reconhecimento, onde, o desafio está em ultrapassar os limites impostos pelo binarismo fundamentado em órgãos sexuais e pela lógica cultural de matriz heterossexual

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; email: marcosilva.nave@gmail.com;

² Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ; email: vivianesbm@hotmail.com

³ Bacharel em Serviço Social; email: fernandacond@gmail.com

dominante na contemporaneidade. Desse modo, gênero, classe e raça/etnia são partes constituintes do modo de ser e agir dos indivíduos.

Ressaltamos que a discussão a seguir, ao compreender a estrutura do modo de produção vigente, destaca que tais categorias integram as relações sociais e o processo de produção material e imaterial da sociedade capitalista recheada por processos de exploração e dominação que incidem sobre o modo de ser, agir, operar e organizar dos sujeitos.

Com isso, o trabalho está dividido em dois momentos, no primeiro item “O que estamos chamando de identidade?”, apresentaremos um breve aparato sócio-histórico da constituição da identidade. No segundo momento, intitulado por “Relações de gênero e identidade: que debate é esse?” buscamos elucidar sobre as categorias em debate na reprodução social.

2. O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE IDENTIDADE?

Stuart Hall (2015) em “A identidade cultural na pós-modernidade” apresenta três concepções de identidade: a) sujeito do iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo baseava-se pelo humano centrado, único e dotado de razão e consciência, cujo centro de seu eu era sua identidade. Tal concepção norteou-se pelo individualismo, tendência pautada no egocentrismo, uma espécie de doutrina moral, econômica ou política baseada na valorização da autonomia individual para satisfações de necessidades.

A noção de sujeito sociológico traz a complexidade das relações modernas, apresentando a consciência de que o núcleo interior do sujeito é formado na interação com o mundo exterior, no contato com outros indivíduos no processo de socialização que media valores, costumes, sentidos, símbolos e no amplo, cultura. Ou seja, a interação do eu com a sociedade é formadora da identidade.

O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que, internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis (Hall, 2015, p.11).

Em tempo, vivenciamos uma tendência em argumentos no sentido da fragmentação da identidade. Fator que significa pensar o indivíduo com múltiplas identidades contraditórias e distintas frente às mudanças estruturais que possivelmente afetam a subjetividade, trazendo um caráter provisório e variável culturalmente. Daí surge à concepção de sujeito pós-moderno, sem identidade fixa ou permanente, mudada de acordo com as representações móveis da dinâmica social e afastada de toda e qualquer questão biológica.

Hall (2015) destaca o caráter da mudança na modernidade tardia ao identificar o processo de globalização como um fator de impacto sobre a identidade cultural. As sociedades de modernidade tardia expressam o antagonismo entre classes, atravessadas por divisões desiguais e produção da luta de classes. Tal condição reflete na identidade dos sujeitos por relacionar-se com a dimensão de posição, de uma classe exercer o controle ideológico, político e econômico sobre outra classe. Ao analisarmos os processos históricos, suas transformações societárias possibilitaram aos indivíduos o rompimento com o tradicionalismo. Hall (2015) traz o debate à luz do iluminismo e do humanismo renascentista que evidenciaram o caráter de ruptura a partir da concepção de indivíduo soberano que colocou a modernidade em movimento.

Ao pensar um sujeito racional, pensante e consciente, o movimento de situá-lo no centro do conhecimento, evidenciado por Descartes, nomeou o sujeito como sujeito cartesiano. A noção individualista relaciona-se com o choque do feudalismo numa rígida noção hierárquica. Na medida em que a sociedade veio se modificando, a modernidade adquiriu um viés mais coletivo e social abrangendo a estrutura do Estado (nação) e afastando as teorias liberais clássicas de governo.

Foucault utilizou o termo Biopolítica para pensar as modificações nas relações de poder no século XIX e no início do século XX, quando as práticas disciplinares se afastam da concepção de governar o indivíduo e apresentam como alvo o conjunto de indivíduos, a população. No seio do modo de produção capitalista, as relações se tornam coisificadas e os indivíduos mercadorias no enredo maquinário burocrático e administrativo do Estado burguês.

Tal contexto estrutural reflete na identidade, nos permitindo voltar à concepção sociológica da relação exterior e interior, ressaltando, conforme Marx (1970) que, os sujeitos fazem a própria história, porém diante de condições pré-determinadas. Adentraremos, assim, ao próximo item, “Relações de gênero e identidade: que debate é esse?” vislumbrando traçar nosso olhar sobre as relações sociais que permeiam e constroem

identidades, perpassadas pelo modo de organização da vida em sociedade, bem como, os desafios para o fortalecimento dos seres sociais.

3. RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADE: QUE DEBATE É ESSE?

Apontamos gênero enquanto categoria construída socialmente, ontológica ao ser social, vinculada às observações biológicas, expressas em hierarquias sociais, padronizando a organicidade de determinada sociedade, como por exemplo, a nossa. Torna-se elemento fundante da vida social por determinar as relações sociais, ou seja, processos históricos que determinam o padrão de gênero dos indivíduos pertencentes a esta sociedade.

Isto posto, acrescenta-se aqui a hierarquia produzida pelo capitalismo ao gênero, o feminino em detrimento ao masculino, em que a pauta das mulheres é inferiorizada e menosprezada, e para além, o binarismo enquanto único padrão “normal” de enquadramento ao gênero humano, tornando todas as outras categorias (como gay, lésbica, andrógono) como aberrações à sociedade, marginalizadas.

A partir da afirmação de Simone de Beauvoir em seu livro “O Segundo Sexo” – ao qual a autora afirma que não se nasce mulher, torna-se, podemos perceber em Beauvoir que, historicamente, “ser mulher” é uma construção social, a qual não era compreendida como ser social, mas como uma parte dependente ao sujeito “homem” a partir da dinâmica burguesa da vida em sociedade. Assim, o termo gênero passa também a ser concebido em sua fluidez.

Porém, atrela-se ao feminino o conjunto de “negativas” que perpassam o indivíduo, e com isso, todo e qualquer expressão feminilizada torna-se inferior e menosprezada. Para o público LGBT transcreve a construção de uma identidade “negativa”, associada ao gay afeminado, à travesti, e às lésbicas masculinizadas e homens trans. Nesse contexto, apreendemos a Teoria Queer, mas de que fato ela se trata?

No Brasil, as pessoas não se descrevem como “queer”, isso se deve também a parcela ínfima que tem acesso a essa teoria. Apropriar-se socialmente desta categoria permeia numa linha tênue entre a pós-modernidade, que delimita mais cercos e enquadramentos “padronizados” (à luz do molde capitalista à sociabilidade) com discurso da minoria, e cujo emprego sugere privilégios.

Dito isso, vale ressaltar que a Teoria Queer não circunscreve um modelo, é justamente o estranho. O que é compreendido fora das normas, propondo o

questionamento aos pressupostos do saber, a tudo que entendemos como verdade, enquanto essência masculina, de uma essência do feminino, de uma essência do desejo.

Queer é uma palavra inglesa, usada por anglófonos há quase 400 anos. Na Inglaterra havia até uma “Queer Street”, onde viviam, em Londres, os vagabundos, os endividados, as prostitutas e todos os tipos de perversos e devassos que aquela sociedade poderia permitir. O termo ganhou o sentido de “viadinho, sapatão, mariconha, mari-macho” com a prisão de Oscar Wilde, o primeiro ilustre a ser chamado de queer. (Vieira, Helena. Teoria Queer: O que é isso? 2015).

Este movimento vai de encontro aos padrões heteronormativos. Não apenas ouvir e ler como a cultura e a prática social reproduzem e criam esses padrões, mas também é ferramenta de mecanismos da pesquisa que possam obstruir a apresentação, representação e interpretação de conhecimentos e identidades intencionais. A partir disto, para esta teoria, faz-se necessário olhar para esses conceitos e identificar que não se trata de uma essência, no máximo, de uma mediação cultural marcada pelo biológico, acrescentada pelo modo de sociabilidade burguesa.

Compreendemos aqui expressões do processo social e cultural que formam as particularidades e afastamos o viés psicologizante individual e autônomo. Dessa forma, intersexuais e/ou transexuais “transcendem os limites do binarismo fundado no processo de atribuição sexual pela aparência dos órgãos genitais que acompanha (e, algumas vezes, precede) o nascimento” (Almeida, 2012, p.514).

Nesse cenário pensar o conceito de diferença torna-se fundamental para apreender a noção de interseccionalidade. Diferença não pode ser reduzida em uma instância determinante, pois, está envolta de marcadores sociais. Hall (2015) crítica o caráter das diferenças serem postas no modo de produção capitalista no campo das desigualdades trazendo maior vulnerabilidade a quem não se “enquadra” na normatização do ideário burguês.

A partir disto, a transexualidade frente à ideologia estrutural capitalista espalhasse pelo campo médico de doença mental ocasionada pelo viés de desvio de identidade. Não temos dúvidas sobre apreendê-la no campo da identidade, mas a entendemos sob o viés do conflito com as normativas de gênero e não no sentido da sexualidade como doença. Assim, ressaltamos que o gênero é socialmente construído e as perspectivas de reconhecimento são complexas para além de um processo cirúrgico.

É possível falar de pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais conflitam com o gênero (com que foram assignadas ao nascer e que foi reiterado em grande parte da socialização delas) e, em alguma medida (que não precisa ser cirúrgica/química), decidem modifica-lo. É possível afirmar que essas pessoas (quase que universalmente) enfrentam dificuldades em função da predominância do binarismo de gênero e da matriz heterossexual na maioria das culturas. Mas a

natureza das dificuldades enfrentadas e os dispositivos de enfrentamento não são universais (Almeida, 2012, p.515).

A “transexualidade” é um termo impossível de ser conceituado de forma universal, não admitindo somente uma interpretação ou significado. Entretanto, concretamente, nas frações ideológicas dominantes do modelo societário vigente, ele ainda é perpassado por um estigma de que pessoas trans são “doentes mentais” e que padecem de um transtorno. Isto contribui na transformação de pessoas em estereótipos, o qual desconsidera subjetividade, desejo e contexto sociocultural. É neste sentido, que não se pode perder de vista a noção foucaultiana de corpo como realidade biopolítica.

Uma parcela da população rejeita o termo “transexualidade”, pois, para além do caráter patologizante que lhe foi atribuído na sociabilidade burguesa, este termo contribui para que esta população seja vista como distinta dos demais. Isto é impulsionado também, na medida em que historicamente, as pessoas que transgridem a heteronormatividade, passem por experiências de discriminação, desde a rejeição de seu lugar outorgado pelo binarismo de gênero, às experiências sociais pautadas no sexismo e na homofobia.

Em contrapartida, o termo em questão sofre, também, uma “reabilitação semântica”, não sendo somente visto como patologia, mas sim como descritor de vivências singulares. Portanto, a identidade desses sujeitos vem se construindo pautada na suposição da adesão aos comportamentos e signos sociais que constituem o “ser normativo”.

Não só a possibilidade de obtenção de um conforto psíquico, mas de conquista de respeito e reconhecimento social, a busca pelas modificações corporais tem produzido um reconhecimento social que vai muito além do ambiente hospitalar. Castell (1999, p.23), ressalta que a identidade “constitui fonte de significados para os próprios atores por eles originados e é construída por meio de um processo de individuação [...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”.

Todavia, as experiências trans permanecem subsumidas no universo lésbico, pois uma das dificuldades dessa população, em geral, é o autorreconhecimento, por conta da ausência de espaços sociais que proporcionem o reconhecimento e a legitimidade identitária. Isto é impulsionado, pois uma relevante parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero, o que gera pouca visibilidade para esta categoria.

É importante que haja a visibilidade para conquista do reconhecimento e respeito para com esses sujeitos, assim, viabiliza mais facilmente o reclame por direitos coletivos. Almeida (2012, p. 513), ressalta que “utilizar a identidade como ferramenta de acesso cumpre o papel de possibilitar o que, de fato, eles desejam no futuro: eliminá-la”.

É por isto que a manifestação do gênero e da sexualidade deve ser necessariamente tratada como expressão da Questão Social e não meramente como uma dimensão do âmbito exclusivamente privado, mas sim político. Não as tratar dessa forma, é o mesmo que não reconhecer que há violência cotidiana e direta, em decorrência da discriminação, que atinge aprisionando, explorando, inviabilizando e exterminando essa população.

Além disto, traçar o olhar sobre as expressões como questão social e política, implica lutar pela implementação de políticas públicas de combate às desigualdades, a fim de materializar direitos e equidade social, ainda que ciente dos limites da cidadania na sociabilidade pautada no modo de produção capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria 'gênero' é constituinte das relações sociais e do processo de produção e reprodução material e imaterial do desenvolvimento de determinada sociedade. Ela é parte fundante da vida social, sendo capaz de incidir e moldar diretamente a dinâmica da totalidade social dos indivíduos.

A ideologia dominante cria e reitera estereótipos que regem e diferenciam comportamentos, características de identificação e modos de existência de homens e mulheres, legitimando a existência de "papéis" sociais, circunscritos no tempo, no espaço e nas relações sociais, mediados, sobretudo, pela cultura, que são sustentados por meio da socialização. Isto permite aos sujeitos a internalização de identidades específicas de acordo com estes papéis, já pré-estabelecidos.

A desconstrução de padrões de exploração e dominação, que são pautados numa concepção binária e biológica, é fundamental para a identificação de diversas possibilidades de viver, enxergar e usar o corpo. Nesse sentido, a diversidade expressa à existência de múltiplas identidades, pois estas são marcadoras de diferenças. Silva (2014) trata da categoria diferença como algo que pode ser construído positivamente, como "fonte da diversidade, heterogeneidade e hibridismo", ou negativamente, marginalizando e excluindo os sujeitos que não se encaixam nos padrões hegemônicos postos / impostos.

As diversas desigualdades que existem entre homens e mulheres não podem ser naturalizadas, sendo resumidas unicamente às questões biológicas, afinal, na realidade há condicionantes sócio-históricos que estabelecem e evidenciam um determinado padrão de se viver em sociedade, se afastando da perspectiva imutável.

Assim sendo, se faz mais do que essencial à necessidade de reflexões acerca de discussões sobre gêneros, diversidade sexual e identidade, a fim de dar visibilidade e ampliar a construção da possibilidade de um cotidiano permeado pela materialização dos direitos, reconhecendo e respeitando as múltiplas diferenças existentes entre os sujeitos sociais e suas identidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Homens Trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?** Estudos Feministas, Florianópolis. 20(2): 256. Maio-Agosto: 2012.

Beauvoir, Simone. **O Segundo Sexo**. Editora Nova Frontera SA, 1949;

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2;

Colling, Leandro. **Teoria Queer**. Mais definições em trânsito. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>;

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras. Una antologia de estudios queer**. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 141 a 172;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

MOTA, M. P. **Ao sair do armário, entrei na velhice... Homossexualidade masculina e o curso da vida**. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

Passos, Lucas. **Ensaio de Gênero**. 2012. <Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/teoria-queer/>>>;

SILVA, T. T (Org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Vieira, Helena. **Teoria QUEER: O que é isso?** Revista Fórum, 2015. <Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>>.

SAÚDE, VIOLÊNCIA E SEXUALIDADE: Em cena a LGBTIfobia

Marco José de Oliveira Duarte¹

Alisson Messias²

Carolina Pereira Fernandes³

Raquel Pereira da Silva⁴

RESUMO: Essa comunicação objetiva-se problematizar o tema das sexualidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTI), associando a questão da violência e saúde dessa população, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, traçando um percurso de análise sistemática e crítica. Para tanto, trata-se, na análise, da resposta do Estado brasileiro para as reivindicações históricas sobre o fenômeno da violência LGBTIfóbica, seu enfrentamento e a rede de proteção, e em seguida, no campo da saúde, tratar das respostas governamentais que acontecem e influenciam a produção e sistematização de dados sobre a questão da violência a esses sujeitos.

Palavras-chaves: Violência; Saúde; Sexualidade; Direitos; LGBTI.

ABSTRACT: This communication aims to problematize the theme of lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender (LGBTI) sexualities, associating the issue of violence and health of this population, based on bibliographical and documentary research, tracing a systematic analysis and criticism. In order to do so, it is the analysis of the Brazilian State's response to the historical demands on the phenomenon of LGBTIphobic violence, its confrontation and the protection network, and then, in the field of health, dealing with the governmental responses that occur and influence the production and systematization of data on the issue of violence to these subjects.

Keywords: Violence; Health; Sexuality; Rights; LGBTI.

¹ Assistente Social, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutor em Políticas Sociais. E-mail: majodu@gmail.com. Eixo: Exploração de classe/gênero, sexualidade e as lutas sociais.

² Graduando em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Iniciação Científica no GEDIS/CNPq/UFJF sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. E-mail: messias_alisson@yahoo.com.br. Eixo: Exploração de classe/gênero, sexualidade e as lutas sociais

³ Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Bolsista de Iniciação Científica no GEDIS/CNPq/UFJF sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. E-mail: carolina.fernandes@outlook.com. Eixo: Exploração de classe/gênero, sexualidade e as lutas sociais

⁴ Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Iniciação Científica no GEDIS/CNPq/UFJF sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. E-mail: raquel_somic@hotmail.com. Eixo: Exploração de classe/gênero, sexualidade e as lutas sociais

I. INTRODUÇÃO

Analisar os temas da saúde, violência e sexualidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos (LGBTII) é colocar na cena do debate questões que se relacionam, interseccionam e articulam, principalmente, porque o que está sendo demandado por essa população é a proteção à vida por parte do Estado. O mesmo Estado que, contraditoriamente, de forma aparente, sustenta um discurso oficial de proteção social a esses sujeitos, na medida em que se tem um leque de normativas legais e jurídicas em diversos âmbitos setoriais do mesmo, ou seja, no seu sentido formal, apesar das conquistas, protagonizada pelos movimentos sociais LGBTI, essas se mostram frágeis, precárias e, particularmente, ameaçadas na sustentação política e econômica de suas políticas públicas voltadas para a população LGBTI.

Assim, ao tomarmos o tema da violência, como da saúde, pretende-se tratar de dados concretos dessa realidade, a partir de uma análise histórica e crítica, de como essa demanda social de LGBTI vem sendo respondida pelo Estado no seu “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 1999), revelando que o que está em jogo é o tema do poder em seus mecanismos de intervenção e de constituição de dispositivos e estratégias. Portanto, trata-se de perguntar, em seus mecanismos, seus efeitos e suas relações, pelos dispositivos de poder que são exercidos nos diferentes domínios da sociedade, mas em particular, para nossa análise, sobre a não responsabilização do Estado em efetivar de forma concreta a defesa, a cidadania e dos direitos de LGBTI.

II. SOBRE A VIOLÊNCIA LBGTFÍBICA

O tema da violência a LGBTI aparece como política pública oficial na emergência do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT (BRASIL, 2004), tornando-se um marco histórico para a população LGBTI quando de sua criação, em 2004. Essa conquista assinala a arena de luta desses sujeitos pelo respeito às diferenças e o combate à discriminação e à violência que essa população vivencia historicamente e particularmente a partir dos anos 80, com a questão da AIDS. Vale ressaltar que esse processo teve participação direta de representantes do segmento LGBTI na esfera governamental, favorecendo, assim, o controle social, ou seja, a participação democrática no espaço contraditório do Estado brasileiro, pela afirmação dos direitos humanos e de promoção da cidadania LGBTI.

Portanto, nesse contexto, toda a questão está no enfrentamento ao problema da homofobia (BORRILLO, 2010) no Brasil, que é patente, considerando-se todos os casos e dados sobre os ataques físicos, agressões sexuais, espancamentos, torturas e assassinatos, uma verdadeira onda de discriminação, intolerância, ódio e violência que assola toda essa população.

Desta forma, se o combate à homofobia engloba não só lésbicas e gays, mas também travestis, transexuais e transgêneros, denominado de transfobia, a excessiva demarcação para “fobias” identitárias, como lesbofobia, bifobia e transfobia, são legítimas, mas no Brasil foi ampliada com o termo LGBTIfobia⁵, por fazer referência não só a orientação sexual, mas também ser relacionada aos preconceitos, discriminações e expressões de ódio às identidades de gênero e outras expressões das sexualidades dissidentes presentes nessa população LGBTI, é, portanto, uma estratégia fundamental para a garantia do acesso aos serviços e da qualidade da atenção e do cuidado em saúde.

Segundo Borrillo (2010), e adaptando para o conjunto LGBTI, a LGBTIfobia seria uma “atitude de hostilidade (...), uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2010, p. 13-16).

Borrillo (2010) afirma, nesse sentido, a subalternização e a hierarquização do diferente, indigno de direitos e de proteção, trata-se de uma verdadeira aversão e hostilidade à diversidade e ódio à diferença, levando, desde violência simbólica, com piadas, à agressão física ou mesmo ao extermínio, assim, nesse caso, demonstra-se que LGBTI não merece ser reconhecido como sujeito de direitos, desta forma, violam-se seu direito fundamental de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, na medida em que não se submete as normas e a ordem moral de uma sociedade heterossexista e patriarcal.

Nos últimos anos, tivemos um aumento significativos de homicídios de LGBTI, ao todo, 8.027 LGBTI foram assassinadas no Brasil entre 1963 e 2018, em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, o que faz do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime.

A causa das mortes registradas em 2018 segue a mesma tendência dos últimos anos, predominando o uso de armas de fogo, seguida por armas brancas cortantes, como facas. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se mais homossexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra LGBTI.

⁵ O termo LGBTIfobia passou a ter maior divulgação no Brasil a partir da III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBTI, realizada de 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília, tendo como objetivo agregar em uma única palavra a homofobia, lesbofobia, bifobia e a transfobia (BRASIL, 2016).

De acordo com os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) e do Transgender Europe (TGEU), a cada 16 horas uma pessoa LGBTI é assassinada ou se suicida vítima de LGBTIfobia no Brasil, colocando o país em primeiro lugar em homicídios de LGBTI no mundo, e, em particular, de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

A causa das mortes registradas em 2018 segue a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo, seguida por armas brancas cortantes, como facas. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se mais homossexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra LGBTI.

O maior número dos assassinatos ocorreu em via pública, mas também é grande o número de crimes que foram registrados dentro da casa das vítimas. A pesquisa mostra, ainda, que em geral esses crimes ficam sem punição. A cada quatro homicídios o criminoso foi identificado em menos de 25% das vezes. Além disso, menos de 10% das ocorrências resultaram em abertura de processo e punição dos assassinos.

A tendência nos últimos anos quanto a sujeitos LGBTI se mantém, ou seja, primeiro aparecem os gays, depois as travestis e transexuais, em seguida as lésbicas, e por fim, os/as bissexuais, sendo que na maioria dos casos esses dados não puderam ser obtidos. Quanto à raça, majoritariamente são negros e em seguida, brancos e, quanto à faixa etária, a maioria entre 15 e 30 anos. Nos casos em que houve identificação dos suspeitos de agressão, 32% deles conheciam a vítima, e igual número não conheciam.

Cabe registrar que a metodologia de coleta de dados do GGB baseia-se em levantamento feito com base em notícias publicadas na imprensa, na internet e informações pessoais compartilhada com o referido grupo. Apesar de preencher uma lacuna sobre a ausência de dados sistematizados pelas instâncias governamentais, o referido grupo vem ocupando esse espaço vazio. Portanto, pode-se questionar a forma e seu método, mas, infelizmente, é o que se tem como registro sobre o tema.

Contudo, é necessário afirmar que não se tinha dados oficiais por parte do Estado brasileiro sobre as violências a que LGBTI são suscetíveis até 2011 e posteriormente a 2013. Ou seja, o governo federal nesse período, entre 2011 a 2013, começou a construir um banco de dados, configurado com a seguinte metodologia: a partir de denúncias ao poder público por linha telefônica (Disque 100), pela Ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) e da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), como pelos dados hemerográficos. No entanto, a última sistematização oficial encontra-se no Relatório de

Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 (BRASIL, 2016) publicado pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos, no interrompido governo Dilma Rousseff (2015-2016).

O argumento oficial de que os relatórios de 2014 a 2017 não foram publicados, justificava-se pela rotatividade de gestores, na extinta Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBTI, no âmbito da SEDH, contudo, a falta de financiamento concreto a essa pasta governamental sempre foi real. No governo Temer essa pasta mesmo com o nome de Diretoria LGBTI, continua com essa questão. No atual governo, então, com um novo Ministério, com o foco conservador e LGBTIfóbico, a inexistência de dados e de fundos é fato consumado.

Mas cabe sinalizar que o natimorto Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Sistema Nacional LGBTI), criado em 2013⁶, infelizmente não conseguiu se efetivar, não só pela sua fragilidade institucional, mas, principalmente, pela ausência de recurso orçamentário de peso, reforçando o simulacro retórico de cidadania e direitos LGBTI, uma falácia não enfrentada inclusive pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBTI).

Há uma certa descontinuidade das políticas públicas nos três níveis de governo, mas mais precisamente no nível federal, o que revela a constituição dessa política pública para LGBTI, com uma certa paralisia e fragilidade no processo de implementação dos instrumentos institucionais de promoção e defesa dos direitos LGBTI tanto no âmbito da União, como nos estados e municípios. Se havia limites no poder executivo, nos três níveis de governo, há uma mobilização real, concreta e incisiva tanto nesse campo como nos âmbitos legislativos federal, estaduais e municipais, por parte de setores conservadores e reacionários em embarrear quaisquer propostas que venham de encontro aos interesses de LGBTI, em particular, no campo da proteção social.

Exemplo evidente dessas tentativas legislativas foi com relação ao Projeto de Câmara Nº 122/2006 (PLC 122), que propunha a criminalização da violência homofóbica, ao definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual ou diversidade de gênero. Apesar de hoje encontrar-se arquivado, depois de 8 (oito) anos

⁶ O Sistema Nacional LGBTI, segundo a Portaria SDH Nº 766, de 3 de julho de 2013 (BRASIL, 2013), deveria estruturar-se de forma articulada e interfederativa entre políticas e iniciativas para incentivar a criação de programas para a população LGBTI. Formado basicamente por Centros de Promoção e Defesa e/ou Cidadania LGBTI - com apoio psicológico, jurídico, social entre outros tipos de suporte - e por Comitês de Enfrentamento à Discriminação e de Combate à Homofobia, com participação de atores sociais e com apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, a partir de norma técnica (Termos de Cooperação Técnica de Combate às Homofobias) em 2014. No governo Temer, a Portaria Nº 202, de 10 de maio de 2018, do Ministério dos Direitos Humanos, que institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTIfóbica e tem por objetivo promover a articulação entre a União, Estados e Distrito Federal nas ações de prevenção e combate a este tipo de violência.

de revisões, idas e vindas, o mesmo significou a maior tentativa de criminalização de tais condutas, bem como a que mais avançou no Legislativo brasileiro, mas derrotado pelo avassalador retrocesso protagonizado pelos setores conservadores na política brasileira.

Nesse contexto, outra importante proposta surge em 2016, no Senado Federal, através de “sugestão popular” com perspectiva de um projeto que equipararia o crime de racismo a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, aSUG Nº 05/2016. Contudo, a mesma encontra-se com o relator para ser apresentado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desde julho daquele ano.

Mas o fato é que segundo o último Relatório (BRASIL, 2016) citado acima, com dados oficiais do poder público, no ano de 2013 foram notificadas 1.965 denúncias de violações relacionadas à população LGBTI. Desse total: 40,1% são violências psicológicas; 36,4% são de discriminação; 14,4% violências físicas.

Todavia, vale sempre ressaltar que existe um sub-registro desses dados, o que nos leva a observar que os relatos quantitativos representam a pequena parcela dos casos que são denunciados e notificados.

Nesse sentido, esse grupo social vivencia um quadro de intensa violação de direitos, em particular de violência, portanto, esse tipo de iniciativa se não possibilitava a luta pelo fim desse cenário de violações dos direitos humanos LGBTI, ao menos os dados estatísticos se tornariam expostos e visíveis para a estratégia de mobilização para que o Estado brasileiro desse uma resposta mais efetiva.

Outro dado que é importante sinalizar quanto a questão da violência sistêmica a LGBTI, trata-se da “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de estudantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)”. Essa pesquisa foi realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e pelo Grupo Dignidade de Curitiba, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A metodologia dela consistiu em um *survey* via internet que foi respondido por 1016 estudantes LGBT, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal (com exceção do Tocantins), com idade entre 13 e 21 anos, entre dezembro de 2015 e março de 2016. Os dados sobre a percepção de segurança na escola mostram que 60% das/dos estudantes LGBTI se sentiram inseguros na escola no último ano. Sobre as agressões verbais, 72,6% das/dos estudantes LGBT foram verbalmente agredidos/as por causa de sua orientação sexual e 68% em razão de sua identidade/expressão de gênero. Quanto as agressões físicas, 24,6% das/dos estudantes LGBTI sofreram violência física devido à sua orientação sexual e 10,3% devido à sua identidade/expressão de gênero.

III. VIOLÊNCIA E SAÚDE LGBT

O tema da violência, portanto, é constitutivo ao abordar a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI-LGBT) e suas conexões com o campo dos direitos humanos de LGBT. Na grande maioria das vezes, os agravos à saúde de LGBT são determinados socialmente, em função das frequentes violações de direitos a que estão expostos esses sujeitos, mas também de violência e morte. Tais violações, violências e mortes são expressões das representações e significações socialmente construídas acerca das orientações sexuais tidas como ‘desviantes’ perante a heteronormatividade, representada pela heterossexualidade hegemônica e compulsória da ordem social e moral burguesa.

Assim, na grande maioria das vezes, os agravos à saúde de LGBT são determinados socialmente, em função das frequentes violações de direitos a que estão expostos esses sujeitos, mas também de violência e morte. Tais violações, violências e mortes são expressões das representações e significações socialmente construídas acerca das orientações sexuais tidas como ‘desviantes’ perante a heteronormatividade, representada pela heterossexualidade hegemônica e compulsória da ordem social e moral burguesas. A orientação sexual e a identidade de gênero são reconhecidas pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes de situações de vulnerabilidade, na medida em que a intolerância, o estigma, a violência e a exclusão social relacionada à diversidade sexual e de gênero são geradoras de sofrimento social e mental (DUARTE, 2017) e limitadoras do acesso de LGBTI a atenção e aos cuidados de saúde (DUARTE, 2014).

Assim, a promoção da equidade para LGBT necessita ser compreendida a partir da perspectiva das suas vulnerabilidades específicas, demandando iniciativas políticas e operacionais que tenham como meta a proteção aos direitos humanos e sociais dessa população, como veremos sobre o SINAN, mas também de forma efetiva na PNSI-LGBT. Desta forma, o combate à LGBTIfobia, é, portanto, uma estratégia fundamental para a garantia do acesso aos serviços e da qualidade da atenção e cuidado, inclusive de forma intersetorial, e em particular com outras políticas públicas que compõem a rede de proteção social a essa população.

Percebe-se que as diferenças sexuais e de gênero desses sujeitos tendem a serem invisibilizadas e mesmo silenciadas pela sociedade, pois esses tomam por base a existência de um modelo hegemônico e universal heteronormativo ou de uma heterossexualidade compulsória. Sendo assim, aos que se “destoam” do modelo dominante, tornam-se “desviantes”, dissidentes, diferentes, abjetos, doentes ou em pecado.

Essas expressões têm crescido nos últimos tempos muito mais em decorrência da crescente onda fundamentalista neopentecostal cristã, inclusive recentemente, por dois eventos, propuseram, no campo legislativo federal, a “cura gay”⁷, uma através do engavetado Decreto Legislativo 234/11 e outras mais recente, inclusive barrando na justiça a proibição de terapias restauradoras por parte de psicólogos/as⁸, o que vai diretamente contrário a PNSI-LGBT por parte do Ministério da Saúde e as deliberações da Organização Mundial de Saúde (OMS), tanto sobre a homossexualidade, em 1990, como sobre a transexualidade, em 2019, deixando essa última de ter o enfoque psicopatológico.

Cabe ressaltar que esse mesmo setor, com discurso moralizador, em vários campos da vida social, a partir da falaciosa “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2017), defende locais de tratamento próprio para o público LGBTI, sob a égide de um tipo de cuidado baseado na perspectiva ideológica-religiosa, no mesmo lugar que alguns usuários de drogas de uso prejudicial são tratados, as ditas Comunidades Terapêuticas, e por não se enquadrarem como serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), não contam com equipes de saúde, em sua maioria, e a sua terapêutica é a conversão e os trabalhos forçados metamorfoseado de laborterapia.

Observa-se que há um entendimento difuso e com conteúdo conservador sobre a existência de uma política de saúde voltada exclusivamente para os setores vulneráveis, em particular, para a população LGBTI e que o Estado brasileiro precisa, a partir do SUS, acolher, atender, cuidar e garantir acesso, permanência e direito à saúde, em todos os níveis de atenção, passando pelos quesitos e campos sobre assuntos e temas pertinentes a esse público, como também em todas as redes temáticas e programáticas.

Na tentativa de se pensar uma analítica, é necessário perceber que atualmente, mesmo frente a uma tímida e frágil obtenção de direitos por parte da população LGBTI e o inegável aumento da visibilidade desses sujeitos, poderíamos pensar que o preconceito e a discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de gênero já não mais se constituíssem em expressões da questão social. Contudo, a realidade é bem diferente, cruel, perversa e grave quanto à existência de preconceitos e discriminações em setores da sociedade civil (VENTURI; BOKANY 2011), levando esses sujeitos à morte, e, em particular, em determinadas instituições sociais, em particular da saúde, como exemplo, estão

⁷É necessário registrar que em 2009, organizações LGBTI da América Latina identificaram a ação de grupos religiosos conservadores (chamados em nossa perspectiva de anti-direitos – pró-vida, anti-aborto, anti-LGBTI, neonazistas, revisionistas etc) promovendo terapias que prometiam “curar” a homo/transsexualidade, considerando como um problema comum em todos os países da região, utilizando para isso métodos que violam vários direitos humanos.

⁸ Trata-se de ação jurídica de ditos psicólogos cristãos contra a Resolução CFP Nº 01/99, mas que em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar ao CFP, mantendo íntegra e eficaz a referida Resolução.

moldadas pelo contexto de recrudescimento e radicalidade do conservadorismo e do reacionarismo galopante nos cenários nacional e internacional.

Portanto, é a partir desse contexto, que podemos aferir que LGBTI não se sentem à vontade para buscar atendimento e também informações sobre sua saúde, a LGBTIfobia, em decorrência da hegemonia da ordem sexual vigente, considerando que essa dimensão é marcada por preconceitos, inclusive, reproduzidos por alguns agentes públicos, que caracterizam essas instituições como espaços de exclusão, violência, discriminação e preconceito, além da carga de estigma, discriminação e preconceito que já passam social e culturalmente.

Assim, em decorrência das lutas dos movimentos sociais LGBTI no campo da saúde é que emerge a PNSI-LGBT no âmbito do SUS, instituída pela Portaria GM/MS N. 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), assinada durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde, em 2012. A partir desse marco histórico, ela começa a ser implementada em 2012. Esse processo de pactuação, de 2010 a 2011, foi para garantir consulta pública, aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde e sua discussão na II Conferência Nacional LGBTI, ocorrida em 2011, reforçada na terceira edição de 2016, inclusive com várias peças publicitárias para veiculação da referida política de saúde.

A PNSI-LGBT é o reconhecimento oficial dos efeitos da discriminação e da exclusão como condicionantes e determinantes sociais no processo de saúde-sofrimento-doença de LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos dizem respeito às mudanças nos determinantes sociais da saúde que afetam LGBTI. Portanto, o Estado brasileiro reconhece que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores de vulnerabilidade para a saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas por exporem a população LGBTI a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e de exclusão social, violando seus direitos à dignidade, à não-discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento.

Cabe ressaltar que a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Ministério da Saúde, aprovou a Resolução CIT nº 2, de 6 de dezembro de 2011, que contempla o I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012-2015), e de mesma forma, nessa mesma instância, aprova o II Plano Operativo (2017-2019) da PNSI-LGBT no âmbito do SUS, instituído pela Resolução CIT nº 26, de 28 de setembro de 2017. Isso significa, então, que os gestores estaduais e municipais do SUS, representados por suas representações nacionais (CONASS – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e CONASEMS – Conselho Nacional dos Secretarias Municipais de Saúde) na CIT/MS, tem o dever de implementar as ações pactuadas e aprovadas, cada qual em suas instâncias, dos

referidos Planos Operativos da PNSI-LGBT para cada período, que já se somam oito anos desde a institucionalização dessa política e no seu todo há um total desconhecimento e não implantação.

A PNSI-LGBT tem, como base, a construção de ações transversais em diversas áreas da política de saúde e suas redes de atenção, como a inclusão da temática da atenção integral da população LGBTI na lógica da educação permanente e da sensibilização das/os profissionais de saúde acerca das especificidades da população LGBTI no âmbito do SUS, independente de atuarem em campos específicos que LGBTI é comumente presente: como no Processo Transexualizador (BRASIL, 2008); Na atenção, prevenção e promoção da saúde no campo do HIV/AIDS, como no uso do preservativo (camisinha), na realização do teste rápido, no acesso a PrEP (Profilaxia pré-exposição)⁹ e a PEP (Profilaxia pós-exposição); e na notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) através da “Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a partir da versão 5.0 do SINAN, em outubro de 2014, onde foram incluídos os seguintes campos: nome social, orientação sexual e identidade de gênero da pessoa que foi agredida. Como também foi incorporado um campo para identificação da motivação da violência, no caso, homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia, como o tipo de violência sexual e o ciclo de vida do provável autor da agressão.

Devido à discriminação e ao preconceito ainda presentes na sociedade e nos serviços públicos de saúde, a população LGBTI enfrenta iniquidades e vulnerabilidades em saúde. A fim de promover melhorias na situação de saúde dessa população, diversas ações foram sendo implementadas, incluindo essas alterações na ficha acima que buscaram atender ao disposto na PNSI-LGBT, qualificando e ampliando o objeto da notificação, incorporando as violências por motivação LGBTIfóbica no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), por meio de articulação com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do MS, para dar visibilidade à violência sofrida pela população LGBTI (BRASIL, 2014). No entanto, segundo os dados do DATASUS, não há notificação sobre esses temas desde 2014, ou seja, desde sua nova versão, com cinco anos da implantação, esses dados sobre a questão da violência de LGBTI no âmbito do SUS não existem. Isso revela preconceito e discriminação velados por parte significativa dos trabalhadores da referida política pública.

⁹ A PrEP foi oficialmente incorporada como estratégia de prevenção no Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro de 2017, depois de um longo processo de discussão entre Estado e sociedade civil, assim, inicialmente, foi implantada em 36 (trinta e seis) Serviços de Assistência Especializada (SAE), sendo estes distribuídos em 22 municípios no Brasil.

Complementa-se a isso, contudo, como outra forma concreta que a PNSI-LGBT incidiu, foi com relação a alteração no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB (e-SUS AB) que a partir da versão 1.3.0, a Ficha de Cadastro Individual conta com um campo para o nome social no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e um campo para preenchimento da identidade de gênero e orientação sexual do usuário do SUS.

IV. CONCLUSÃO

Portanto, é nesse sentido, contudo, que se observa que nesses seus quase sete anos de institucionalização a PNSI-LGBTI até agora se limitou ao papel, com significativa lacuna teórica e um vazio assistencial, particularmente, em um contexto de enxugamento e congelamento de recursos financeiros por parte da gestão pública do governo federal para com a saúde e a crise que se alargou nos últimos tempos e que afeta as três instâncias de governo e com destaque para a gestão do SUS e o público LGBTI.

No Brasil, o cenário de violência contra pessoas LGBTI se agrava a cada ano. Os dados são alarmantes e indicam a necessidade de políticas públicas concretas, eficazes e permanentes para reverter esse quadro e, assim, garantir minimamente cidadania e direitos à população LGBTI. Essas políticas públicas têm sido focalizadas única e exclusivamente para reforçar e promover instituições e campanhas e nem tem sido capaz de mobilizar os cidadãos e divulgar adequadamente os direitos das pessoas LGBTI.

Assim, o que se revela, portanto, é que a sustentação política para a garantia de direitos LGBTI toma a questão do financiamento público para a concretização de fato e de direito para as diversas políticas públicas voltadas para o público LGBTI. Nesse contexto o BSH se de fato fosse implementado seria elemento fundamental para o enfrentamento da LGBTIfobia no país. No entanto, justamente por isso é preocupante observar o recuo forçado pelas gestões públicas em relação a tais políticas nos três níveis do governo pela pressão conservadora e alianças com esses setores que em nome da “moral”, da “família” e dos “bons costumes” incitam discursos de ódio e assim os corpos de LGBTI não tem valor de vida humana.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2010.

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite, Ministério da Saúde (CIT/MS). **Resolução Nº 26**, de 28 de setembro de 2017 – Estabelece estratégias e ações que orientam o II Plano Operativo da PNSI-LGBTI (2016-2019).

____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 7.582/2014**. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1254961&filenam e=PL+75 82/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1254961&filenam e=PL+75%202014)>. Acesso em 01 de julho de 2018.

____. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Brasília, 2016.

____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 1.271**, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

____. SDH. **Portaria Nº 766**, de 03 de julho de 2013 - Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2013.

____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

____. CIT/MS. **Resolução Nº 2**, de 6 de dezembro de 2011 - Estabelece estratégias e ações que orientam o I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBTI) – 2012-2015.

____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.836**, de 01 de dezembro de 2011 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBTI).

____. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: MS, 2004. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2018.

DUARTE, M. J. de O. Diversidade sexual e de gênero e saúde mental: Enlaçando políticas e direitos. In: PASSOS, R. G.; COSTA, R. de A.; SILVA, F. G. da (Org.). **Saúde Mental e os desafios atuais da atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

____. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: Saúde e cidadania LGBTI em cena. In: **Temporalis**, Brasília, ano 14, v. 27, p. 77-98, 2014.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes Violentas de LGBTI no Brasil**: Relatório 2017. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em 02/07/2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: EdFURG, 2017.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

DE MARX À COUTINHO: NOTAS A RESPEITO DA CIDADANIA, DEMOCRACIA E ESTADO¹

MARIANA DEISTER DIAS BARBOSA²

VITOR SALOMÃO LACERDA BRANDÃO³

RESUMO

O presente trabalho visa trazer a atualidade da perspectiva crítico-dialética buscando esclarecer seu significado através de sua base teórica fundante. Nesse contexto, retomar as categorias marxianas de democracia, cidadania e Estado e compreender como uma das principais influências teóricas do Serviço Social se apropria de tais categorias se coloca como elemento essencial para reatualização da perspectiva, na medida em que estas se relacionam direta e indiretamente com o contexto de rearranjo das lutas políticas e sociais.

Palavras-Chave: Democracia; Cidadania; Estado; Direito; Política

ABSTRACT

The present work aims to bring the actuality of the critical-dialectical perspective seeking to clarify its meaning through its foundational theoretical foundation. In this context, to retake the Marxist categories of democracy, citizenship and state and to understand how one of the main theoretical influences of the Social Service appropriates these categories is placed as an essential element for the re-update of the perspective, insofar as these are directly related and indirectly with the context of rearrangement of political and social struggles.

Key-Words: Democracy; Citizenship; State; Law; Politics

I. INTRODUÇÃO

Para pensarmos a influência da perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e firmarmos a necessidade de reatualizá-la, faz-se necessário destacar brevemente o que ficou estabelecido como movimento de renovação/reconceituação entre as décadas de 1960 e 1970 no Serviço Social. Conforme Netto (1991) o movimento aconteceu em boa parte da América Latina e levou a profissão a uma revisão crítica de suas bases teórico-metodológicas que trouxe consigo uma recusa do conservadorismo clássico e estabeleceu um pluralismo de novas perspectivas teórico-metodológicas para o Serviço Social. Dentre estas, a que o autor chama de intenção de ruptura, gestada nas Universidades, foi a que

¹ Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e Lutas sociais contemporâneas

² Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – mariddb@gmail.com

³ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - maxsalomao@gmail.com

pretendia romper de forma mais incisiva com o Serviço Social tradicional. Foi marcada pela influência da teoria marxista e já na década de 1980 se espalhou para outros espaços, como o campo de atuação profissional, se consolidando como perspectiva mais forte naquele momento. Conseqüentemente, influenciou a construção das bases curriculares da profissão, os Códigos de Ética posteriores (1986 e 1993), bem como o projeto ético-político, que

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* com valor central, [...] a construção de uma nova *ordem social*, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero, [...] afirma a defesa intransigente dos direitos humanos [...] contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2006, p.15 e 16).

Fato é que a aproximação inicial com a chamada perspectiva histórico-crítica dentro das Academias se baseou majoritariamente em teóricos do marxismo, e pouco em Marx. Tal apropriação foi afetada ainda pelo uso de teses vulgares desta vertente, o que acabou por corroborar com a forma como o Serviço Social aproxima-se das perspectivas democratizantes-reformistas no âmbito da institucionalidade⁴, dita estratégica e irrestrita, com as proposições de reformas graduais, e com os princípios fundamentais que compõem seu Código de Ética profissional vigente até o presente.

Para compreender com mais clareza tal proposição, retornaremos à Marx e, posteriormente, a um dos sucessores de seu pensamento e com grande influência no Serviço Social brasileiro no que se refere à temática proposta no trabalho: Carlos Nelson Coutinho, em seu texto “*Cidadania e modernidade*”. O intuito é verificar as consistências e inconsistências existentes entre o teórico supracitado em relação à teoria marxiana tendo em vista as categorias tratadas aqui: cidadania, democracia e Estado. Consideramos que resgatar as noções que Marx trazia é essencial para reatualização do que é chamada de perspectiva crítico-dialética.

II. DESENVOLVIMENTO

Para iniciar a explanação, retornaremos neste primeiro momento à “*Sobre a Questão Judaica*” de Marx, escrito em 1843, pois na obra são analisados os limites da emancipação política, também chamada por Marx (2010, p. 33) de emancipação cidadã, atrelada ao avanço do Estado político e da cidadania. Em confronto com Bauer, autor neohegeliano, Marx autor questiona que tipo de emancipação os judeus da época buscavam: uma emancipação humana de fato ou uma emancipação limitada à esfera política?

Marx afirma a necessidade da construção de uma crítica que ultrapasse a crítica ao Estado cristão e destrinche a confusão existente entre emancipação política e humana. O esforço empreendido é o de demonstrar que o cerne do problema dos judeus não estaria

⁴ Cabe destacar a pauta de luta central na década de 1980, que a profissão se apoiou, a da Constituição de 1988, chamada também de Constituição cidadã.

nem na religião e nem no pouco desenvolvimento da cidadania e do Estado político. Esforço incrementado ao relacionar a questão judaica ao Estado francês, que demonstrava não ser o avanço da política e da cidadania necessariamente um resolutivo dos problemas sociais.

Marx traz a definição da emancipação política enquanto a representação da dissolução da sociedade antiga, feudal, que dá lugar à sociedade burguesa através de sua revolução política. Representa, portanto, a adequação do Estado às novas exigências da revolução anterior, fundamentalmente econômica. Sobre o significado de emancipação política: “representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui.” (MARX, 2010, p. 41).

Desse modo, a emancipação política, a emancipação pelas instituições do Estado, seria uma emancipação limitada, na medida em que desloca a libertação do homem do plano da religião para o plano do Estado. Sendo a libertação política pelo Estado ainda um desvio da real emancipação, pois o cidadão que se ergue no plano estatal permanece em oposição ao indivíduo da sociedade burguesa.

O autor segue afirmando que o fato de os judeus não alcançarem a emancipação humana através da emancipação política não indica uma parcialidade destes, mas a parcialidade intrínseca da emancipação política. E sua limitação encontra-se “no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* [...] sem que o homem seja um homem *livre*.” (*Ibidem*, p. 38-39). Destaca ainda que o Estado político atua em contradição a vida material, buscando dar um aspecto universalizante de homogeneidade às contradições presentes na vida material, tornando todos os indivíduos cidadãos e membros do povo.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra (*Ibidem*, p. 40).

O que o autor coloca é que a contradição entre homem público e privado não se constitui enquanto um limite para cidadania, para o avanço da emancipação política, mas sim se constitui como o próprio limite dado pela emancipação política, “a realização plena da emancipação política”. (*Ibidem*, p. 42) A dicotomia que se estabelece entre homem religioso x homem político também se coloca para o burguês x cidadão, como uma unidade contraditória, tendo a igualdade abstrata como a realização dessa unidade.

Em suma, não há possibilidade de emancipação humana sem romper a cisão e contradição entre o homem da sociedade civil e do Estado, sendo este último a esfera de controle onde se constrói o cidadão abstrato. Na medida em que a emancipação política significa “a redução do homem a membro da sociedade burguesa” (*Ibidem*, p. 54), pensar no que o autor chama nesse momento de emancipação humana requer romper tal cisão. Logo, significa pensar na ruptura com o Estado político de modo a trazer para as mãos dos indivíduos o poder para guiar sua própria regulação social, suas “forças próprias”, rompendo também a cisão entre cidadão abstrato e indivíduo real, entre homem público e privado.

Quando Marx elabora “*As lutas de classes na França*”, aproximadamente quatro anos depois, fica mais clara a compreensão da função social do Estado e do papel que a luta institucional exerceu para as lutas sociais daquele momento. Na obra, é feito um balanço histórico do movimento revolucionário francês ascendente entre os anos de 1848 e 1850, que demarcou a derrubada da monarquia burguesa da família de Orléans e Bragança e instaurou a República.

Conforme Marx (2012) o governo provisório advindo com a nova República era composto por um pacto entre as diferentes frações de classe insatisfeitas com as consequências diretas da crise, que se uniram para formar a Assembleia Constituinte e elaborar a nova Constituição que guiaria os rumos da República. Na pressão para a proclamação da república, a expectativa colocada era a de que o proletariado parisiense travaria sua luta pela emancipação, ultrapassando a limitação à República burguesa. Mas ao se unir a burguesia na luta para derrubada do regime monarca, o proletariado teve que lidar com a satisfação da burguesia na conquista do seu poder político. No pacto entre burguesia e proletariado, a República que de início apresentava uma aparência antiburguesa não encontrou resistência, mas foi conciliadora de interesses.

Os trabalhadores haviam feito a Revolução de Fevereiro junto com a burguesia, mas procuraram impor seus interesses ao lado da burguesia, assim como haviam instalado, no próprio governo provisório, um trabalhador ao lado da maioria burguesa. *Organização do trabalho!* Sim, mas o trabalho assalariado é a organização burguesa já existente do trabalho. Sem ela, não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa [...] (*Ibidem*, p. 46).

No trecho, importa destacar a crítica de Marx à ilusão com as possibilidades da república constitucional. Como exemplo, traz à tona a limitação do direito ao trabalho como uma conquista que não significaria a ruptura com a exploração dos trabalhadores, pelo contrário, naquele momento significaria sua regulamentação jurídica dentro da sociedade burguesa.

A revolução e a almejada emancipação passam a ter um novo significado a partir da derrota do proletariado na insurreição de junho de 1848. Para Marx, se antes significava a convulsão da forma de Estado, agora significava a convulsão da sociedade burguesa. Em

outras palavras, sendo o Estado o reflexo da sociedade civil, agora não se tratava mais de lutar pela mudança de seu formato, de Monarquia para República, mas sim de pensar na sua ruptura. Todavia, tal percepção esbarrou nas ilusões que a expansão do Estado político parecia oferecer.

Um dos feitos da Assembleia do governo provisório foi confeccionar uma Constituição para a nova República que se fundava. “Essa nova Constituição, em contraposição, não sancionou uma revolução social; o que ela sancionou foi a vitória momentânea da velha sociedade sobre a revolução.” (*Ibidem*, p. 76). Algumas das conquistas foram a implantação do sufrágio universal, a regulamentação do direito ao trabalho, e o direito à assistência. Apesar de serem avanços dentro da república, Marx alertava para suas limitações no que se refere à contribuição para as lutas que se travavam naquele momento, servindo mais como entrave do que como mola propulsora da revolução. Sobre o direito à assistência o autor questiona: “qual é o Estado moderno que não alimenta de uma ou de outra forma os seus *paupers* [pobres]?” (*Ibidem*, p. 76). Demonstrando que não só havia grandes limites na conquista do direito à assistência, como esse era fundamental para sustentação do Estado moderno, primordialmente em momentos de crise.

Em dezembro de 1848, Napoleão Bonaparte assumiu o poder executivo com amplo apoio dos camponeses – ainda não reconhecidos pelo proletariado enquanto uma fração essencial para sua luta – e até mesmo do proleteriado e pequena-burguesia, que votavam contra Cavaignac, general representante anterior a Bonaparte. A antiga administração da monarquia foi restaurada, e “a Assembleia Nacional era o último refúgio do partido dos republicanos burgueses.” (*Ibidem*, p. 83). Daí se estabeleceu um longo confronto entre Bonaparte e a Assembleia Nacional Constituinte, a luta de classes se concentrou então no âmbito do Estado.

Nesse contexto, o proletariado, dessa vez com apoio da Guarda móvel, se uniu novamente ao contingente burguês republicano para uma possível insurreição. Ao representar uma ameaça ao governo de Bonaparte, a Constituinte foi rapidamente dissolvida com o pretexto de salvar a Constituição, “violando a Constituição no interesse da própria Constituição.” (*Ibidem*, p. 91). Caiam por terra a ilusão com os instrumentos democráticos da República burguesa.

Após a dissolução, o primeiro direito ameaçado foi o direito à associação. “Portanto, ao falar de direito à associação, a Constituição só podia estar se referindo àquelas associações que estivessem em consonância com o domínio da burguesia, isto é, com a ordem burguesa.” (*Ibidem*, p. 92-93). Assim, os direitos demonstravam sua face manipulatória: o direito ao trabalho era garantido, desde que fosse o direito ao trabalho assalariado dos moldes burgueses; o direito a assistência, desde que mantivesse a classe

proletária no lugar em que deveria estar nas relações de produção, o lugar da exploração; e o direito ao sufrágio universal que mostrou mais a frente só ser um direito até o momento em que não fosse ameaçador para manutenção da dominação política da classe dominante. Quanto à supressão do direito a associação, os partidos democráticos republicanos pouco fizeram:

O suceder das lutas de classe na França entre os períodos demarcados, após o massacre do proletariado em 1848, se concentrou na esfera da legalidade através da representação partidária, ou seja, majoritariamente nos embates dentro da Assembleia Constituinte e, posteriormente, na Assembleia Nacional que alterou muitos dos princípios constitucionais. Apostar na Constituição naquele momento, para Marx (2012), provou-se um equívoco fruto do voluntarismo político dos partidos, pois era instrumento de interpretação e manipulação daqueles que dominavam o Estado e suas instituições, sendo tal interpretação sempre limitada aos interesses burgueses. Nenhum direito se provou como direito permanente.

O ápice do governo de Bonaparte foi a revogação do sufrágio universal pela Assembleia Legislativa em 1850. Após a apresentação do projeto a Câmara, a reação do partido de esquerda, Montanha, foi iniciar um debate na Assembleia alegando a inconstitucionalidade da proposta, em seguida protocolando a queixa de violação à Constituição, demonstrando ainda não compreender as limitações dessa via. Desse modo, o que o autor demonstra é como a ausência de uma luta extra-institucional impediu a organização dos trabalhadores em tal contexto, bem como a ampliação de suas pautas para além do horizonte da ordem posta.

Demonstrando a continuidade da sua crítica ao Estado político burguês que se consolidava, em sua fase mais madura, Marx escreve uma carta em 1875 denominada *Crítica ao Programa de Gotha*, direcionada ao grupo socialdemocrata constituído por membros da I Internacional Comunista, da cidade alemã de Gotha. Trazer as considerações desta obra é importante, pois demonstra que a crítica de Marx ao Estado burguês se mantém até suas últimas elaborações.

Em diálogo com o estatuto da Internacional, no que diz respeito à emancipação, aqui já denominada “emancipação do trabalho”, Marx questiona a ideia de uma repartição equitativa do produto do trabalho reivindicada no estatuto. Através da reivindicação de uma repartição equitativa do produto do trabalho e de maior igualdade nas relações de troca e de emprego, Marx toca no cerne da questão ao demonstrar que, pelo direito, tais reivindicações não alterariam de forma estrutural a situação dos trabalhadores. “O direito igual continua aqui, portanto, no seu princípio, a ser o direito burguês.” (*Ibidem*, p. 108). E complementa:

Mas uns indivíduos são física ou moralmente superiores a outros e, portanto, fornecem mais trabalho no mesmo tempo ou podem trabalhar mais tempo, e, para que o trabalho possa servir de medida, é preciso determinar a sua duração ou a sua intensidade, senão deixaria de ser unidade. Esse direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque cada homem é um trabalhador como os outros; mas reconhece tacitamente como privilégio natural a desigualdade dos dons individuais e, por conseguinte, da capacidade de rendimento. Portanto, no seu teor, é um direito baseado na desigualdade, como todo direito. Pela sua natureza, o direito não pode deixar de consistir no emprego de uma mesma unidade de medida; mas os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos distintos se não fossem desiguais) só são mensuráveis por uma unidade comum quando forem considerados de um mesmo ponto de vista, apreendidos por um só aspecto determinando; [...] Para evitar todos esses inconvenientes, o direito deveria ser não igual, mas desigual (*Ibidem*, p. 108-109).

Nesse momento de suas elaborações, o autor refuta claramente a ideia de uma igualdade jurídica na sociedade comunista e traz a reflexão acerca da necessidade de romper com o direito na nova sociedade, na medida em que seu princípio da igualdade, da homogeneidade, vai de encontro com a proposta. No entanto, admite que o direito tal como é ainda se manteria em uma fase de transição na medida em que, como afirmado anteriormente, ao ser o fator preponderante, a economia política seria a chave para o processo pois “o direito nunca pode ser mais elevado que o estado [situação] econômico da sociedade e o grau de civilização que lhe corresponde.” (MARX, 2013, p. 109). A ruptura, então, só teria condições de se efetivar em uma etapa avançada da sociedade comunista.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado, e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (*Ibidem*, p. 109).

Marx também retoma na carta a crítica ao papel que cumpriam às políticas oferecidas pelo Estado para trabalhadores na Alemanha. O Partido Operário Alemão da época exigia o estabelecimento de cooperativas de produção com subsídio do Estado e controle dos trabalhadores, além de melhores salários. Marx faz uma crítica irônica à proposta de Lassale de substituir o sistema salarial por uma lei (lei do bronze) que estabeleceria um salário mínimo: “a escravidão deve ser abolida porque, nesse sistema, o sustento dos escravos não pode ultrapassar um certo limite, extremamente baixo!” (*Ibidem*, p. 115). Demonstra, mais uma vez, que os instrumentos do Estado democrático não poderiam, em última instância, serem instrumentos de abolição de qualquer elemento vital a sociedade capitalista. “Aliás, todo o programa, apesar do seu badalar democrático, está infectado, de uma ponta à outra, pela servil crença da seita lassalleana no Estado, ou, o que não é melhor, pela crença no milagre democrático.” (*Ibidem*, p. 121). Acrescenta ainda que:

Acreditar que se pode construir uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da imaginação de Lassale. (...) Um povo trabalhador que fizer essa reivindicação ao Estado dessa maneira manifesta a sua plena consciência de que não está no poder, nem maduro para o poder (Marx, 2013, p. 116-117).

É notório que Marx amplia sua crítica ao Estado político principalmente devido aos rumos que a I Internacional tomava na sua relação com o Estado, bem como os partidos, no caso presente, o Partido Operário Alemão. Segundo o autor, o Partido deixava de lado a análise da sociedade, da base fundante do Estado, e tratava este como uma realidade independente, desvinculando Estado de sociedade civil.

Tendo em vista as críticas expostas, vamos agora à Coutinho (1999), em seu texto “Cidadania e Modernidade”. Neste texto, o autor explicita algumas posições acerca do que chamou de Estado ampliado, aquele garantido pela expansão das instituições democráticas e da cidadania tratadas por Marx acima. O texto se inicia pela relação inata, exposta pelo autor, entre cidadania e democracia, sendo que “[...] a democracia é sinônimo de soberania popular” (COUTINHO, 1999, p.41-42), ressaltando ainda que “A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera da política”(Ibidem, p.42)”.

Contrapondo-se ao aprendiz, Marx (1995, p. 8) nos diz em artigo elaborado em 1844: “O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais”. Neste breve excerto, fica-nos claro que a política em si, para Marx, não se constituía como a saída potencial para a alienação na esfera da própria política. Se tomarmos em conta que a democracia está respalda no exercício político da *soberania popular*, entenderíamos por consequência que a democracia⁵ não é elemento suficiente para o rompimento desta alienação, uma vez que,

O princípio da política é a vontade. [...] quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade, e conseqüentemente, tanto mais é ineficaz de descobrir a fonte dos males sociais (MARX, 1995, p. 8).

Ocorre que a soberania de uma classe sobre outra não passa pela mera vontade, mas pelo exercício político do poder econômico que as difere. A política (em si burguesa), mesmo que pela via da democracia, não é ainda a via definitiva para o rompimento com o reino da alienação que breca o desenvolvimento do ser social.

Continuará Coutinho afirmando que: “Os direitos são fenômenos sociais, são resultado da história. [...] As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas

⁵ Chasin (2012, p.39), dirá que “A democracia, não por constituir a forma de liberdade originária da sociabilidade do capital, mas por ser a *forma acabada da liberdade limitada*, tem de ficar para trás, quando se trata de ampliar ou expandir, de dar prosseguimento à edificação da própria liberdade”.

quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva” (COUTINHO, 1999, p.44). Acerta o autor ao afirmar o reconhecimento do motor histórico dos fenômenos no mundo dos homens, descoberta já apontada por Marx em 1845-1846, quando enunciava que, “Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2009, p.25).

Dado o ponto de convergência, partamos as divergências. Ao afirmar que as demandas sociais só assumem existência real se reconhecidas por uma *legalidade positiva* (leia-se Direito, Estado) Coutinho vai à contramão de seu referencial intelectual, uma vez que já na *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel*, afirmava Marx em oposição à noção de Estado como totalidade, como razão universal e da sociedade civil, que tomar o Estado como fim único, era presumir algo “Como se o povo não fosse o Estado real” (MARX, 2010, p.48). Deste modo, ao afirmar que a concretude das demandas sociais só se realiza pelo Estado e suas instituições, tais como o Direito, Coutinho apresenta pontos de divergência com a compreensão marxiana desta *legalidade positiva*, e se aproxima mais da tradição idealista, dizendo que “Hegel tem plena razão quando diz que só há direitos efetivos ou liberdades concretas, no quando da vida social, do Estado” (COUTINHO, 1999, p.44).

Coutinho ainda retoma a concepção de cidadania de Marshall, caracterizando a junção das três esferas (civil, social e política) e seu efetivo funcionamento como a garantia de uma cidadania plena. Nesta esteira dirá que “O sentido da crítica de Marx é outro, os direitos civis – os direitos do indivíduo privado – não são suficiente para realizar a cidadania plena, que ele chamava de “emancipação humana”, mas são certamente necessários” (*Ibidem*, p.47). Conclui-se que para Coutinho, *cidadania plena* é sinônima da categoria “emancipação humana”. Levando em conta que *cidadania plena* é a combinação simbiótica de direitos civis, políticos e sociais, retornamos novamente à Marx para relembrar a noção de “emancipação humana”:

[...] a **emancipação humana** só estará plenamente realizada quando o homem individual tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de forma política (MARX, 2010, p.54).

O que toma Coutinho como *cidadania plena*, nos parece encaixar-se na definição da “[...] emancipação política (que) é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoal moral” (*Ibidem*, p.54).

Coutinho reafirmará ainda seu argumento de existência da sociedade mediante a necessária outorga do Estado enquanto infinitude. “Como disse antes, citando Hegel, só existem direitos no Estado” (COUTINHO, 1999, p.53). Levando em conta que para o autor,

só existe liberdade em momento de “cidadania plena”, momento que condensa a plena existência de direitos civis, políticos e sociais, logo, a liberdade dos trabalhadores, quando se tornam cidadãos, só pode exclusivamente, se realizar no Estado, uma vez que só existem direitos *no Estado*.

Marx, em dois momentos explicitados abaixo, denega de forma efusiva o argumento de um Estado imorredouro, instrumento da liberdade dos homens. Como vimos anteriormente, para o autor alemão a emancipação política garante a liberdade do Estado, porém, não a liberdade do homem (MARX, 2010). Isto é, para Marx, a libertação do homem pelo Estado como um ente mediador, não se configura como libertação humano-genérica, mas como libertação política. De medida que o homem tem pelo Estado reconhecido suas exigências à liberdade, em movimento paradoxal, onde a liberdade torna-se liberdade regulada pelo Direito e pela Política, como forma de exercício do Estado (e não do homem). Deste modo, as diferenças objetivas são secundarizadas perante a igualdade abstrata oferecida pela “liberdade (regulada)” do/no Direito, uma vez que o Estado por via deste, reconhece e cede esta liberdade (para o autor “cidadania plena”) pela via normativa, de reconhecimento jurídico, de atestado legal. Em consequência o Estado se torna “livre” na medida em que formaliza a “liberdade”, a normatiza, a declara.

Conforme Marx, ainda sobre a relação liberdade-Estado “O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais [...]” (MARX, 1995, p. 7). Enfatizando que, “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (*Ibidem*, p. 8).

Elucida-se assim que para Marx não há relação possível entre efetivação da liberdade e Estado, uma vez que o Estado é *existência da escravidão*, já que, em sua gênese, tem sua razão voltada exclusivamente à manutenção da dominação burguesa, em um modo social de produção desumanizado que preza pela dominação do homem pelo homem como estatuto primário de existência. Incapaz assim, de reconhecer que são as desigualdades concretas, reais, que diferenciam os homens, mesmo que abstratamente no mundo do Direito e da institucionalidade democrática, estes estejam normativamente reconhecidos como “iguais e livres”. Marx apontará ainda, que a eliminação deste estatuto de dominação pelo trabalho, só pode ser resolvido de fato na própria dissolução do Estado, pela superação do mesmo, pela supressão de sua regulação.

Para justificar tal distância entre as noções de Estado, reconhecida pelo nosso autor, Coutinho argumentará que as interpretações de Marx acerca deste se situam relativamente a uma forma de “Estado restrito”, argumento que deslegitima, de certo modo, as elaborações de Marx acerca do Estado. Afirmará que, “Ainda que com sinais de valor claramente invertidos, Locke e os jovens Marx e Engels limitam a esfera pública a esse

Estado restrito, que tem praticamente a função de guarda-noturno” (COUTINHO, 1999, p.56). Não nos é claro que em Marx e Engels exista definição da esfera pública limitada ao Estado (mesmo que restrito), mas de que o Estado é um dos limitadores essenciais ao desenvolvimento da esfera pública enquanto espaço de construção da libertação do ser social. De todo modo, Coutinho firmará tal interpretação, na construção intelectual de Gramsci, que com o desenvolvimento do capitalismo formula a concepção de “Estado ampliado” como nova forma de Estado moderno. Nesta nova forma, impulsionada pela assunção dos tais direitos civis, políticos e sociais,

O Estado capitalista é obrigado a se abrir também para a representação e a satisfação – ainda que sempre parciais, incompletas – dos interesses de outros segmentos sociais. [...] o Estado converte-se, [...] numa arena privilegiada da luta de classes” (COUTINHO, 1999, p.57).

Esse novo Estado (ampliado) perde seu caráter de “[...] um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2017, p.24), e se torna uma arena livre, aberta, para a luta de classes se desenvolver, para gerir as *vontades* das classes em geral, justamente algo que Marx criticava em *As lutas de classe na França*.

O que Coutinho chama de “Estado ampliado”, como arena aberta da luta de classes, livre da dominação imanente da burguesia, Chasin (2012) reconhecerá como via de conflito controlado, pelo *fluxo institucional, pela norma legal*, isto é, pelo Direito e Política, no qual a luta de classes é transferida da *vida privada*, âmbito onde as diferenças materiais se reproduzem, devido à incontrolabilidade perigosa de tais conflitos a dominação da classe proprietária, à vida pública (cidadã), ao Estado, a sua *normatividade institucionalizada*, lugar em que a contraposição de classes pode existir, mas inserida nos limites seguros de sobrevivência da burguesia. O choque é *congelado*, as potencialidades radicais dos trabalhadores em eliminar pela base as condições que os escravizam são impedidas de chegar a seu fim, são confinadas ao restrito campo da legalidade, da institucionalidade, do parlamento. A liberdade normativa, a “cidadania plena” é posta por Chasin como “expressão remota da definição negativa de liberdade”, isto é, como liberdade restrita, inibidora da libertação real dos homens frente ao jugo do capital e seu modo de produção destrutivo. O dito Estado ampliado é a restrição completa da possibilidade de superação absoluta desta ordem societária assentada na mercadoria, sua arena privilegiada, torna-se favorecida não ao acirramento da luta de classes pelos trabalhadores, mas privilegiada a manutenção de um estágio de conflito lúdico e seguro à dominação da burguesia.

Coutinho, como encerramento de sua elucubração, defende uma formula denominada de “reformismo revolucionário”. Baseado em que

Essa nova configuração do Estado [ampliado] abriu a possibilidade concreta de que a transformação radical da sociedade – a construção de um ordenamento socialista capaz de realizar plenamente a democracia e a cidadania – se efetua agora não

mais por meio de uma revolução violenta, [...] mas sim mediante um longo processo de reformas [...] (COUTINHO, 1999, p.57).

III. CONCLUSÃO

De acordo com o exposto até aqui através das obras analisadas, consideramos estar claro que em Marx o âmbito restrito do Estado não se efetivava como instrumento decisivo para o desenvolvimento das lutas sociais, isto é, instrumento que busque a superação e resolução do capital e de suas estruturas primordiais, na medida em que não ataca a esfera que constrói as estruturas aludidas, a esfera das relações sociais e de produção. Conseqüentemente, suas medidas benéficas e permeáveis a demandas da classe trabalhadora, nunca entrarão em um conflito destrutivo com seu princípio de executor das atividades essenciais.

Importa destacar o compromisso que o Serviço Social assume com a emancipação, sem definições claras, o que se coloca enquanto um problema, na medida em que não deixa claro qual tipo de emancipação está defendendo: a emancipação política, pela via do Estado e políticas sociais, ou a emancipação do trabalho, efetivamente humana, em termos marxianos?

Desse modo, não nos convence frente os escritos de Marx, que a *cidadania plena* de Coutinho seja espelho de emancipação do trabalho. Elementos como a existência dependente ao reconhecimento do Direito e do Estado, perenidade do intelecto político, construção gradual de direitos cindidos em estágio de efetivação, foram alvo de fortes críticas na categoria de Marx. Tampouco, consideramos que o chamado *Estado ampliado* de Coutinho torne desqualificada a crítica de Marx ao Estado, na medida em que o autor alemão tratava da gênese do Estado, e não de características relacionadas ao seu formato mais ou menos amplo.

Alertamos que tais críticas, no entanto, não buscam negar a dimensão objetiva que a conquista de direitos traz para classe trabalhadora, mas sim enfatiza a necessidade e urgência de pensar nas mediações que devem estar ligadas à mera luta por direitos e pela democracia que podem permear o processo, e em que medida tais mediações podem significar de fato avanços/retrocessos para o processo das lutas sociais. Portanto, consideramos isto menos como uma conclusão, e mais como uma porta aberta para pensar tais reflexões.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. **O futuro ausente**: Para a crítica da política e o resgate da emancipação humana. Verinotio, [S.l.], v. 15, p. 60-102, 2012.

COUTINHO, C. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas, São Paulo: v.22, 1999.

MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, K. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**, São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo, Expressão Popular, 2013, p. 101-123.

MARX, K. **Glosas críticas al artículo “El Rey da Prusia y la reforma social. Por um prusiano**. In: **Obras Fundamentales, tomo 01, Escritos de Juventud**. México, Fondo de Cultura Economica: 1982, p. 505-521.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo, Boitempo, 2010.

NETTO, J. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez, 1991, Capítulo 2, p. 114-308.

A SAÚDE DA MULHER BRASILEIRA NA ATUALIDADE: APORTES PARA A PSICOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL¹

Luiza Miranda Furtuoso²

Mariana Leite Péres³

RESUMO: O trabalho possui como objetivo a investigação dos processos de saúde e adoecimento da mulher a partir dos enfoques da Psicologia e do Serviço Social. Para tanto, realizou-se uma busca eletrônica nos conselhos de ambas as profissões, Conselho Federal Psicologia (CFP) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), bem como no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a fim de conhecer o panorama da produção direcionada à atuação profissional, culminando em uma reflexão crítica e construtiva. Como resultados foram obtidos 129 materiais, posteriormente categorizados através das temáticas: aborto, violência, questão LGBT e feminismo e direitos sociais.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Psicologia; Serviço Social.

ABSTRACT: The work aims to investigate the health and illness processes of women from the approaches of Psychology and Social Work. In order to do this, an electronic search was carried out in the councils of both professions, Federal Psychology Council (CFP) and Federal Council of Social Work (CFESS), also in the Technical Reference Center in Psychology and Public Policies (CREPOP). A panorama of the production directed to the professional performance, culminating in a critical and constructive reflection. As results were obtained 129 materials, later categorized through the themes: abortion, violence, LGBT issue and feminism and social rights.

Keywords: Woman health; Psychology; Social Work.

¹Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

²Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); membra do Grupo de Pesquisa Martín-Baró: Psicologia Social, Política e Direitos Humanos. E-mail: mirandafurtuoso@gmail.com.

³Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora; membra do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social. E-mail: marianalperes@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por uma miríade de paradigmas que buscaram definir o binômio saúde e doença, a partir de diferentes concepções da realidade na qual se inseriram seus pensadores. Resumidamente, predominou nos primórdios uma influência místico-religiosa estritamente relacionada à doença, onde houveram diversas justificativas vinculadas a ideia da doença como causada por punições divinas, por espíritos malignos ou por forças desequilibradas da natureza e dos humores. Já no período moderno, as afecções passam a ser concebidas como fruto de patógenos, organismos microscópicos e por condições físicas sustentadas por um dualismo cartesiano que estabeleceu uma suposta cisão entre corpo e mente (STRAUB, 2014). Foi somente a partir dos investimentos mais recentes da modernidade que se edificou uma concepção voltada também para saúde, não se atentando somente às patologias, em conluio com uma série de regulamentos e modulações que abarcam novas concepções de homem e de mundo (MEDEIROS; BERNARDES; GUARESCHI, 2005).

Atualmente, a despeito de vivenciarmos, ainda, um período de notável hegemonia do denominado modelo biomédico, uma nova concepção de saúde que se auto-intitula como ampliada tem tomado espaço no âmbito formativo e operativo/profissional de inúmeras profissões. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde consiste no “estado do mais completo bem-estar físico, mental, social e espiritual e não apenas a ausência de enfermidade”. Trata-se de um conceito passível de críticas no tocante ao âmbito técnico e também político, uma vez que se apregoa a saúde como um ideal inatingível, bem como permissível a abusos estatais, desencadeando intervenções na vida das pessoas sob o pretexto de promoção de saúde (SCLIAR, 2007).

Ademais, além de analisar o conceito de saúde, é preciso analisar o enfoque dos chamados Determinantes Sociais de Saúde (DSS), amplamente adotados para compreensão dos processos de saúde e adoecimento. Assim, os DSS são “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnico/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78 *apud* SOUZA; SILVA; SILVA, 2013, p. 47). No entanto, Souza, Silva e Silva (2013) alertam que não se pode discutir o que vem sendo designado como DSS sem a discussão sobre a ordem societária vigente, em suas bases fundantes e dinâmicas, ou seja, sem considerar o antagonismo de classe, bem como a “questão social”⁴

⁴ “A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.” (IAMAMOTO, 2011, p. 10).

e suas múltiplas expressões. É de suma importância pensar nos desdobramentos desta sociedade para a temática da saúde, sobretudo, englobando as dimensões de gênero, raça e classe. Uma concepção crítica sobre os DSS permite ir além das consequências e da subversão da relação de causa e efeito, que busca se atentar apenas para a aparência sem compreender a essência dos fenômenos.

Nesse sentido, tendo em vista uma concepção crítica sobre os processos de saúde e adoecimento, o presente trabalho busca analisar, à luz da Psicologia e do Serviço Social, como ambas as profissões têm lidado com a questão feminina no tocante à saúde, englobando não somente o gênero, mas também a sexualidade e diversidade. Para tanto, foi realizada uma busca nos acervos eletrônicos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma vez que se entende que estes são uns dos principais veículos de informação, divulgação e de produção dessas categorias profissionais. Optou-se pelas duas profissões em razão da importância crescente que ambas têm assumido nos contextos de saúde, incluindo a elevada inserção nas políticas públicas, embora esta seja bastante recente para a Psicologia. Ademais, compreende-se que os profissionais da Psicologia e do Serviço Social estão, muitas vezes, inseridos em equipes multidisciplinares e atuando em conjunto.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática, isto é, de uma revisão planejada com rigor metodológico, com métodos explícitos, sistemáticos e com critérios aplicados uniformemente (ROTHER, 2007), realizada a partir de consulta ao acervo eletrônico, no caso da Psicologia, ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) e ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), e ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), referente ao Serviço Social. Foram empregados os seguintes descritores para as buscas: “saúde”, “saúde feminina”, “saúde da mulher”, “feminismo e saúde”, “gênero e saúde” e “sexualidade e saúde”.

Como critérios de inclusão foram estabelecidos: 1) materiais de produção própria (cartilhas, notas, relatórios, publicações, resoluções e notícias); 2) materiais que abarcam o corte temporal de 2004 a 2019, isto é, de 15 anos; 3) materiais que abarcam a temática em questão sob o enfoque da Psicologia e/ou do Serviço Social; e 4) materiais interdisciplinares. Já como critérios de exclusão ou eliminação, não foram incluídos: 1) materiais duplicados; 2) materiais replicados de outras fontes que não as dos conselhos; e 3) divulgação de eventos.

As buscas tiveram a periodicidade de abril a junho de 2019 e, inicialmente, foram encontrados 4.491 materiais, sendo 1.077 no CFP, 3.414 no CFESS e nenhum no CREPOP. A partir da leitura pormenorizada dos resumos, foram incluídos 160 materiais, sendo 94 do CFP e 60 do CFESS, sendo a maioria destes, notícias. Ademais, foi realizada uma busca separada a partir das classificações “relatórios e cartilhas” e “livros” na página eletrônica do CFP e na ferramenta “produções” do CREPOP, a partir dos quais foram incluídos 3 materiais e 1 material, respectivamente. A amostra final, a partir do novo emprego dos critérios e com inclusão de materiais posteriormente, totaliza 129 materiais, estes lidos na íntegra.

Os materiais obtidos foram tabulados, com discriminação dos seguintes itens: nome, ano, veículo de publicação (CFP, CREPOP ou CFESS), tipo de material (cartilha, relatório, notícia, livro, publicação), objetivo geral e conteúdo. Por fim, foi implementada a análise descritiva dos indicadores bibliométricos e qualitativa dos materiais da amostra final. Para a análise qualitativa, empregou-se a análise de conteúdo do tipo temática, uma técnica de tratamento de dados em pesquisa qualitativa proposta por Laurence Bardin, cujo objetivo principal, segundo a autora, é o desvendar crítico (2011). A análise de conteúdo consiste em:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Ao propor a análise de conteúdo, Bardin (2011) prevê três fases de procedimentos fundamentais: 1) pré-análise, com a leitura flutuante e familiarização com o material; 2) exploração do material, na qual é feita a categorização; 3) tratamento dos resultados, interpretando as categorias, sintetizando o que representavam e transformando os dados soltos em resultados brutos procurando torná-los significativos e válidos (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

3. O DEBATE SOBRE A SAÚDE DA MULHER NA PSICOLOGIA E NO SERVIÇO SOCIAL

A maioria dos materiais encontrados foi produzida nos anos de 2017 e 2016 (22 materiais cada), seguido dos anos 2015 (16), 2014 (13), 2018 (12), 2012 (11), 2011(11), 2010 (6), 2009 (5), 2008 (3) e 2006 (2). É preciso ressaltar que, embora o corte temporal tenha sido de 15 anos, não houve publicações anteriores a 2006, o que pode ser resultado das recentes criações desses acervos eletrônicos. Além disso, é possível inferir que existe uma tendência de crescimento das publicações dos conselhos nos últimos anos. Quanto ao tipo de material, a despeito de terem sido encontrados livros, cartilhas, relatórios,

documentos e notas de repúdio, a maioria das publicações são notícias de atividades dos próprios conselhos (CFP e CFESS).

No que se referem às categorias, estas são formas de pensamento que almejam refletir a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Os critérios para a categorização, isto é, para escolha, classificação e agregação das categorias foram elaborados por Bardin (2011), e pressupõe que as mesmas:

(...) devem possuir certas qualidades como: *exclusão mútua* – cada elemento só pode existir em uma categoria; *homogeneidade* – para definir uma categoria, é preciso haver só uma dimensão na análise. Se existem diferentes níveis de análise, eles devem ser separados em diferentes categorias; *pertinência* – as categorias devem dizer respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa às questões norteadoras, às características da mensagem, etc.; *objetividade e fidelidade* – se as categorias forem bem definidas, se os temas e indicadores que determinam a entrada de um elemento numa categoria forem bem claros, não haverá distorções devido à subjetividade dos analistas; *produtividade* – as categorias serão produtivas se os resultados forem férteis em inferências, em hipóteses novas, em dados exatos (CÂMARA, 2013, p. 186-187).

Partindo dessa definição, foram elaboradas categorias temáticas a partir da leitura acurada dos materiais circunscritos na amostra final, totalizando 4 categorias principais: aborto (28% dos materiais), violência (24%), questão LGBT (25%) e feminismo e direitos sociais (11%). Cabe ressaltar que, outros temas apareceram em menor incidência, tais como a campanha do outubro rosa, maternidade e primeiro-damismo, representando 12% dos materiais.

Utilizou-se a categoria “aborto” para agrupar os materiais que possuem conteúdo sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher - com enfoque no abortamento provocado inseguro - como tema central. Assim, os textos reunidos por essa categoria temática tratam essencialmente acerca da criminalização, descriminalização e legalização do aborto, as compreendendo como questão de saúde pública e de liberdade democrática das mulheres. Ademais, os materiais objetivam debater e refletir criticamente o assunto pela dimensão ético-política, isto é, pela possível presença do aborto nos diversos locais de atuação e no exercício profissional de ambas as profissões, compreendendo que “discutir a questão é discutir o fracasso da sociedade capitalista, é discutir uma ampla categoria de mulheres que precisam controlar a procriação, é discutir a pobreza, a desigualdade social” (KRUPSKAIA, 2017, p.97).

Categorizou-se como “questão LGBT” materiais que tratam no conteúdo do texto, principalmente, sobre a realidade das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no que diz respeito a negação e garantia das liberdades democráticas a essa população. As discussões partem dos conceitos de gênero e sexualidade entendendo que “o gênero é a construção social do masculino e feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 47) e que “o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (SAFFIOTI, 2004, p. 37). Além disso, os

materiais tratam sobre LGBTfobia, processo transexualizador, cura gay, visibilidade lésbica e orgulho LGBT, com a finalidade de orientar as categorias profissionais pela defesa da liberdade sexual e de gênero.

A violência contra a mulher se expressa de diversas formas e intensidades, contudo, segundo Saffioti (2004) as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Por isso, decidiu-se pela utilização da categoria “violência” para referir a essa na esfera sexual (assédio, estupro), psicológica (emocional), moral (difamação, calúnia, assédio), patrimonial (financeira) e física (lesão corporal), além do feminicídio propriamente dito, expressão máxima da violência contra a mulher. Os materiais aglomerados por essa categoria, em geral, possuem como objetivo refletir a temática na realidade brasileira a fim de combatê-la no cotidiano profissional. A maioria dos estudos encontrados dão centralidade à violência sexual e física, bem como ao próprio feminicídio.

Empregou-se “feminismo e direitos sociais” nos materiais que trouxeram primordialmente em seu conteúdo textual, as reivindicações do movimento feminista no que tange a emancipação política enquanto demanda imediata das mulheres, com destaque nesses em que o fim da luta se baseia na emancipação humana, ou seja, na superação do modo de produção capitalista. Em outras palavras, a categoria utilizada compilou textos que abordaram as bandeiras feministas que exigem a garantia de direitos e políticas públicas específicas para as mulheres, enfatizando a importância das profissões reconhecerem a legitimidade do feminismo e o que pode ser conquistado a partir dele.

Além das 4 categorias temáticas principais abordadas, outras discussões apresentaram-se em menor medida, como o primeiro-damismo, essencialmente nos materiais do CFESS. O primeiro-damismo configura-se pela promoção de mulheres - casadas com homens que cumprem função no poder executivo - no comando de políticas públicas, como na de assistência social, retomando elementos históricos que “fortalecem ondas conservadoras que atingem visceralmente a classe trabalhadora: a negação do direito social, a desprofissionalização das políticas sociais e a condição subalterna da mulher” (CFESS, 2016, online). Do mesmo modo, a campanha do outubro rosa esteve presente nos materiais dos conselhos reforçando a importância de ambas as categorias profissionais, formadas majoritariamente pelo sexo feminino, se preocuparem com o câncer de mama enquanto passíveis de desenvolvê-lo e pelo atendimento que prestam à população que passa por esse processo específico de adoecimento.

Ademais, foram identificados materiais que trataram a maternidade a partir de elementos como gestação, pré-natal, parto, puerpério, mortalidade materna e a maternidade compulsória, entendendo que as políticas públicas elaboradas para a saúde da mulher possuem foco no aspecto reprodutivo, mas “é preciso que o governo não só proteja a

maternidade e os recém-nascidos, não só cuide da mulher durante a gravidez, o parto e o puerpério, mas crie dezenas de milhares de creches” (KRUPSKAIA, 2017, p. 95). Ou seja, a abordagem diante da maternidade deve estar além da geração biológica dos descendentes em si, situando-se também na discussão sobre o papel social imposto às mulheres no que tange à obrigatoriedade do desejo de ser mãe.

4. A PERSPECTIVA CRÍTICA DE SAÚDE DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA

Para a produção e reprodução do capitalismo, um sistema baseado na exploração, este necessita incorporar diversos tipos de opressão, como o patriarcado e o racismo. Dessa maneira, as mulheres estão submetidas ao patriarcado, entendido segundo Cisne (2015) como um sistema de opressão, apropriação e exploração sobre as mulheres, fundido com o capitalismo e o racismo, e possuindo a violência como sua face mais brutal e explícita. Em outras palavras, “a relação entre exploração e opressão está diretamente relacionada à questão da relação estrutural entre patriarcado, racismo e capitalismo” (BARROSO, 2018, p. 446), por isso, entende-se a dinâmica social a partir do conceito de patriarcado-racismo-capitalismo.

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. (...) Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 60)

“A divisão sexual não é um processo histórico que emerge com a sociedade burguesa. No entanto, perceberemos que o capitalismo se relaciona de forma peculiar com esta particularidade da divisão social do trabalho” (NOGUEIRA, 2018, p. 29). A presença do modo de produção capitalista consubstancial à estrutura patriarcal “de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política” (CISNE, 2018, p. 212). Dessa forma, o patriarcado-racismo-capitalismo caracteriza a questão social por dois aspectos: o econômico, de promoção e potencialização das desigualdades sociais entre homens e mulheres, vide, o fenômeno de feminização da pobreza; e o político, no que tange a ultrapassagem da fronteira do privado, pelas mulheres trabalhadoras, para dar sentido público às demandas de sua realidade na organização coletiva. “A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero” (IAMAMOTO, 2011, p. 17).

Dito isso, “acreditamos que só com o entendimento da lógica da sociedade capitalista é que poderemos compreender os desdobramentos desta sociedade para a problemática da saúde” (SOUZA; SILVA; SILVA, 2013, p. 46), o que diz respeito também a apreensão do patriarcado-racismo-capitalismo, na sua totalidade, para assimilar os rebatimentos dessa dinâmica na saúde da mulher. Pensar os processos de saúde e adoecimento da mulher brasileira na atualidade significa considerar “o que responde à alocação das mulheres no mundo da reprodução, visto como trabalho não pago, e dos homens ao lugar da produção, ou do trabalho assalariado.” (ALVES, 2018, p. 271) e entender a “situação que as mulheres vivenciam de forma particular através da apropriação, opressão e exploração de seus corpos, seu trabalho e sua vida” (BARROSO, 2018, p. 448). Só há perspectiva crítica de saúde com a percepção das diferenças construídas socialmente na história da humanidade.

As diferenças de saúde entre grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos; pelo contrário, as diferenças de saúde parecem resultar de hábitos e comportamentos construídos socialmente e, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo. (SOUZA; SILVA; SILVA, 2013, p. 47)

Os processos de saúde e adoecimento estão intimamente imbricados com o contexto histórico-social, isto é, não se produzem no vácuo ou de forma apartada da sociabilidade. Citando como exemplo a depressão, esta pode ocorrer como respostas a situações estressantes, a circunstâncias sociais e econômicas adversas e diz respeito mais a uma “ordem social dos desafetos” do que a uma “desordem dos afetos”. Sua compreensão clássica como um fenômeno individual e intrapsíquico é típica do modelo biomédico, o que nos leva a questionar qual é a função que esse transtorno exerce visto dessa maneira e em que medida um grupo específico da sociedade tem interesses na existência desta enfermidade (DEL PORTO, 1999; MOREIRA, 1997).

Outro elemento fundamental para a análise crítica da saúde da mulher na sociedade patriarcal-racista-capitalista é a dimensão do trabalho e da exploração advinda dele, acentuada pela divisão sexual do trabalho. Segundo Antunes e Praun (2015) em um estudo sobre adoecimento e trabalho, as modificações ocorridas no capitalismo nas últimas décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho, passando a impor à denominada classe-que-vive-do-trabalho, patamares salariais e condições de existência cada vez mais degradantes (ANTUNES, 2010, 2015 *apud* ANTUNES; PRAUN, 2015). Quando se fala em uma classe-que-vive-do-trabalho, leva-se em consideração uma noção ampliada de classe trabalhadora que abarca tanto os trabalhadores produtivos como aqueles assalariados improdutivos, isto é, aqueles que não geram mais-valia diretamente, mas que são essenciais para que esta última possa ser ainda mais explorada (por exemplo, o trabalho doméstico), e que experienciam situações parecidas com as dos trabalhadores produtivos.

A classe-que-vive-do-trabalho no cenário atual está sujeita, de acordo como prega os ditames e desígnios neoliberais, a um processo de reestruturação produtiva do capitalismo que trouxe como consequências a flexibilização das relações trabalhistas, a informalidade, a precarização das condições de trabalho e também de vida (ANTUNES; PRAUN, 2015). Segundo Scoleso (2016), tal processo de reestruturação produtiva-destrutiva trouxe enormes contradições para o contexto nacional: crescimento industrial, equiparação tecnológica/produtiva, modernas formas de articulação e gestão dos recursos humanos, logística etc., em contradição com pouco avanço social, deterioração cada vez maior dos serviços de saúde e educação, assim como a acentuação da precarização e da superexploração do trabalho. De acordo com a ótica de Antunes e Praun (2015), os efeitos e consequências desse processo de reestruturação produtiva do capitalismo e, conseqüentemente, de precarização e degradação da vida, materializa-se desde a alta incidência de acidentes laborais (aqueles que remetem à questão física e que resultam muitas vezes no óbito do trabalhador), bem como nos adoecimentos de ordem psíquica (incidência alta de transtornos mentais e de suicídios nos locais de trabalho).

Toda essa exploração é acentuada pela divisão sexual do trabalho, elemento que permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes ocultadas devido à naturalização da subalternidade das mulheres em nossa sociedade, bem como em razão dos papéis por elas desempenhados. É preciso, pois, problematizar a divisão sexual do trabalho, compreendendo-a como a atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter classe, gênero e raça (CISNE, 2004). Assim, é necessário desomogeneizar a classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho, entendendo que ela tem dois sexos.

De acordo com Dantas e Cisne (2017), no bojo desta sociedade, as mulheres permanecem nas mais precárias condições de trabalho, a considerar o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho assalariado. Apesar de ser fundamental na garantia da produção e reprodução da vida social, o trabalho da mulher segundo as autoras não é considerado e valorizado como trabalho que constrói a história, mas como uma mera vocação vinculada às qualidades ou mesmo obrigações supostamente naturais da mulher.

(...) os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. (...) a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais (...)] (LOBO, 1991, p. 154 *apud* DANTAS; CISNE, 2017, p. 76).

Ademais, tendo em vista que o Estado em questão é capitalista, percebe-se que essa cultura de subordinação da mulher está diretamente relacionada com a manutenção e reprodução do capital. As mulheres ao realizarem trabalhos domésticos não-remunerados e ao serem amplamente responsáveis pelos cuidados com os filhos estão realizando funções

que são essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme desse sistema. Assim, o Estado se exime de sua responsabilidade de assegurar creches, lavanderias e restaurantes públicos, legitimando as jornadas duplas e triplas de trabalho dessas mulheres.

Nesse sentido, as transformações ocorridas contemporaneamente no mundo do trabalho, mais especificamente com a flexibilização e a polivalência (trabalhadores multifuncionais), Neves (2000 *apud* Cisne, 2004) destaca que a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos em domicílio, utilizando-se da qualificação informal adquiridas pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma de valorização do trabalho feminino. Ao contrário, elas estão subordinadas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis, ocasionando a intensificação do ritmo do trabalho, instabilidade no emprego e a perda de direitos legais, conseqüentemente, acarretando várias formas de sofrimentos, não apenas físicos como também psíquicos para as trabalhadoras.

Assim, é preciso compreender, portanto, a saúde e o desenvolvimento de transtornos e de psicopatologias de uma forma distinta, não como uma manifestação meramente individual, física e/ou psicológica e, por vezes, abstrata, que se produz num vazio histórico, mas sendo a materialização, nos sujeitos e grupos sociais, do caráter humanizador ou alienante de nossa sociabilidade (MARTÍN-BARÓ, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por serem, a Psicologia e o Serviço Social, profissões formadas majoritariamente pelo sexo feminino - devido a divisão sexual do trabalho - e pela contribuição de ambas em áreas de atuação envolvidas diretamente com a saúde e a elaboração de políticas públicas, recorreu-se aos acervos do CFP, CREPOP E CFESS, para a análise das publicações dos conselhos, que demonstraram o compromisso das entidades de representação na discussão crítica sobre a realidade da mulher, proporcionando aportes para essas categorias profissionais a partir de reflexões e orientações contidas nos materiais sobre as contribuições e limites profissionais.

Dito isso, a psicóloga tem o dever ético de pensar para além da reparação/amenização dos danos gestados na sociedade capitalista, mas buscar romper com a aceitação e naturalização - imposta ideologicamente - da forma de organização da sociedade burguesa, a fim de contribuir para uma nova proposta de sociedade. O psicólogo latinoamericano, de acordo com a ótica da Psicologia da Libertação de Martín-Baró, tem a tarefa de contribuir para a libertação pessoal e coletiva dos sujeitos e comunidades, sem

incorrer em messianismos ingênuos ou em idealismos psicologistas, ou seja, a psicologia não resolverá todos os problemas, mas pode contribuir para que as mulheres tomem consciência de suas condições de exploração e opressão. Ademais, visto que a Psicologia deve se colocar a serviço das maiorias despossuídas, ela deve aceitar algo que não é só desafio, mas uma responsabilidade histórica para com as maiorias populares e para com os processos de libertação e emancipação dos povos (Martín-Baró, 2013).

Em relação ao Serviço Social, ressalta-se a necessidade de compreender as assistentes sociais enquanto trabalhadoras assalariadas imersas em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista que, ao mesmo tempo em que, são exigidas institucionalmente a responder pelas demandas advindas dessa estrutura social, são atingidas pelas diversas manifestações da questão social enquanto mulheres da classe trabalhadora. Por isso, a importância de entender como se dá a saúde da mulher brasileira na atualidade e discutir sobre a temática nos momentos de formação e atuação profissional, destacando o respaldo do projeto ético-político nesse processo. Afinal, os “princípios do Código de Ética que se referem diretamente (...) ao empenho na luta pela eliminação de qualquer forma de discriminação, incentivando o respeito à diversidade” (PANEGHINI, 2018, p. 257).

O debate sobre a saúde da mulher brasileira na atualidade, partindo da perspectiva crítica, representa o desafio de apreender as manifestações da questão social em uma complexa dinâmica societária estruturada pelo patriarcado-racismo-capitalismo. A articulação dialética, nesse trabalho, das categorias de gênero, raça e classe, situa-se no compromisso em compreender as repercussões das relações de exploração-opressão nos processos de saúde e adoecimento, mas, além disso, diz respeito ao empenho de superar a ordem social que as legitimam, entendendo que “somente intervindo coletivamente para a superação dessas relações antagônicas é que (...) podem ser criadas as possibilidades de sermos radicalmente livres” (CISNE, 2018, p. 212).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2018.

ANTUNES, R; PRAUN, L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, M. F. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-capitalista-racista**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2018.

CAMARA, R. H. **Análise de conteúdo:** da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Minas Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 2013.

CFESS. **Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

CISNE, M. **Direitos humanos e violência contra as mulheres:** uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Londrina: Serviço Social em Revista, 2015.

_____. **Feminismo e Marxismo:** apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2018.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

_____. **Serviço Social:** uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. Recife: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

DANTAS, M.; CISNE, M. **Trabalhadora não é o feminino de trabalhador:** superexploração sobre o trabalho das mulheres. Vitória: Argumentum, 2017.

DEL PORTO, J. A. **Conceito e diagnóstico.** São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **A Questão Social no Capitalismo.** Brasília: Temporalis, 2001.

KRUPSKAIA, N. **Guerra e Maternidade.** In: URSO, G. S. (org). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **Guerra e Saúde Mental.** In: LACERDA, F. (org). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MEDEIROS, P.; BERNARDES, A.; GUARESCHI, N. **O conceito de saúde e suas implicações nas práticas psicológicas.** Brasília: Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2005.

MOREIRA, V. **Significados posibles de la depresión en el mundo contemporáneo: una lectura fenomenológica mundana.** Santiago: Psykhe, 2007.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PANEGHINI, L. R. **Lutas Feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):** uma breve análise. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2018.

ROTHER, E.T. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** São Paulo: Escola Paulista de Enfermagem, 2007.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SCLIAR, M. **História do conceito de saúde.** Rio de Janeiro: Revista Saúde Coletiva, 2007.

SCOLESO, F. **Caminhos e descaminhos do mundo do trabalho diante da ofensiva neoliberal no Brasil:** o início de uma nova história. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.18869796412875686.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

SILVA, C.; GOBBI, B.; SIMÃO, A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa:** descrição e aplicação do método. Lavras: Organizações Rurais & Agroindustriais, 2005.

SOUZA, D.; SILVA, S.; SILVA, N. **Determinantes Sociais da Saúde:** reflexões a partir das raízes da “questão social”. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2013.

SOUZA, T. M.; SOUSA, Y. L. **Políticas públicas e violência contra a mulher:** a realidade do sudoeste goiano. São Paulo: Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, 2015.

STRAUB, R. **Introdução à Psicologia da Saúde.** In: *Psicologia da Saúde: uma abordagem biopsicossocial*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mariana Tavares Sousa¹

RESUMO

O artigo faz uma breve análise da importância histórica dos movimentos sociais para a sociedade e os desafios enfrentados por eles. É contextualizado o surgimento dos movimentos sociais no Brasil e os seus desdobramentos, bem como são apontadas tendências daquelas na cena contemporânea. Ademais, é realizada uma reflexão sobre a articulação da atuação profissional do Serviço Social com os movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Lutas sociais. Luta de classes.

ABSTRACT

The article briefly analyzes the importance of social goals for society and the challenges they face. It is contextualized the emergence of social and social problems, as the trends that develop in the contemporary scene. In addition, it is a critique on the articulation of the professional mission of the Social Service with the social movements.

Keywords: Social movements. Social struggles. Class struggle.

1. INTRODUÇÃO

Não é possível compreender os movimentos sociais, sem entender primeiro a Questão Social. A contradição entre o Capital e o Trabalho é o cerne dessa questão, na qual os trabalhadores produzem a riqueza social e esta é apropriada pelos capitalistas, donos dos meios de produção. A partir da exploração da única propriedade do trabalhador (a força

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
mari34269@gmail.com

de trabalho) é possível que a burguesia consiga lucrar e enriquecer. Essa contradição representa a lei geral da acumulação, que produz a pobreza da classe trabalhadora em detrimento da riqueza da classe burguesa. O antagonismo das classes sociais é o elemento fundante da luta de classes.

A Questão Social não se configura somente no âmbito econômico, ou seja, na esfera produtiva, mas também no âmbito político. A entrada da classe trabalhadora no cenário político, reivindicando seus direitos e lutando por melhores condições de trabalho e qualidade de vida marca o processo de tomada de consciência de classe. A consciência dos trabalhadores, enquanto classe, determina a passagem da *classe em si* para *classe para si*.

Sobre os elementos que constituem a luta de classes, destaca-se que, além da classe trabalhadora e da classe dominante, também há o Estado. O Estado capitalista é denominado, por Karl Marx, como o comitê executivo da burguesia, já que este age em favor dos interesses desta classe. Entretanto, na luta de classes, esse elemento pode, também, ser entendido como um mediador que tenta conciliar os interesses das classes antagônicas, ainda que se constitua em um Estado burguês.

Ademais, vale ressaltar, que as lutas sociais também expressam a presença da classe trabalhadora no cenário político. A partir de uma análise marxista, compreendem-se as lutas sociais enquanto um desdobramento e uma expressão da luta de classes, delineada pela Questão Social. Assim sendo, as lutas sociais estão intrinsecamente ligadas à luta de classes e são parte constitutiva desta.

Portanto, evidencia-se que a partir da compreensão da luta de classes e das lutas sociais pode-se perceber a importância histórica dos movimentos sociais na cena política da sociedade capitalista. Sociedade que é determinada, primordialmente, pelos interesses de uma classe dominante.

2. DESENVOLVIMENTO

Entende-se por movimentos sociais, as organizações da sociedade civil articuladas coletivamente objetivando mudanças sociais. A partir do seu caráter político-social, esses movimentos criam diversas estratégias de luta para alcançar seus objetivos, como manifestações, marchas, passeatas, etc. Ainda que o conceito de movimentos sociais tenha diferentes significados de acordo com os diferentes autores e definições.

O Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. (DURIGUETTO, 2010, p.264)

2.1 Emergência dos movimentos sociais no Brasil

No período de 1961 a 1964, percebe-se uma forte mobilização social no Brasil. Neste período, há uma ascensão do movimento sindical que articulou diversas greves. Além deste, outros movimentos ganharam força nesse momento, como o estudantil e os do campo, fortalecendo a discussão das reformas de base e de um projeto popular para o Brasil.

Com o golpe de 1964, instaurou-se um governo ditatorial, que aprofundava a condição de dependência do país em relação às potências mundiais. Com um projeto antidemocrático, o governo militar se manteve por vinte anos no direcionamento do país. Esse período foi marcado pela perseguição e repressão aos movimentos sociais e as oposições ao governo militar foram forçadas ao silenciamento.

Essa perseguição à oposição exemplifica-se, principalmente, no quinto Ato Constitucional (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva. Ato este que decreta o fechamento do Congresso, a censura aos meios de comunicação, a cassação dos mandatos dos deputados de oposição e o fim do habeas corpus, entre outras medidas autoritárias. O AI-5 deixa explícita a intolerância com as forças populares opositoras e é considerado o elemento mais duro do regime militar brasileiro.

Próximo aos anos finais do governo militar, novamente se observa a ascensão da luta popular no cenário político. Devido às condições econômicas e sociais do país instaura-se uma generalizada insatisfação com as diretrizes do governo. A crise do milagre econômico, o desemprego, a inflação, o endividamento externo do país e o visível anacronismo social colocaram em cheque o regime militar, fazendo emergir protestos, greves, manifestações, atos públicos, etc. Entre essas mobilizações, destaca-se as "Diretas Já", esta ocorre no primeiro semestre de 1984, reivindicando a redemocratização do país com eleições diretas para presidente.

Consolidam-se, nesse período histórico, diversos movimentos sociais e ganham folego outros já consolidados, como o sindical e o estudantil. O movimento sindical passa por um processo de reconfiguração e tem sua nova fase denominada como "novo sindicalismo". O movimento estudantil reforça sua articulação com o sindical, somando forças na luta dos trabalhadores, visando um novo modelo nacional que priorize uma educação de qualidade. A partir da década de 70, surgem outros movimentos sociais, no país, que desempenham um papel importante de resistência e de avanço nas lutas contra as medidas adotadas pelos governos brasileiros subsequentes.

2.2 Os movimentos sociais brasileiros nos anos 2000, durante o governo PT

No período dos anos 2000, os movimentos sociais sofrem algumas inflexões devido a conjuntura política de esquerda, já que nota-se que alguns partidos e movimentos inteiros assumiram uma nova postura política.

Primeiramente, destaca-se que o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, constituía-se como um partido forte e combativo, que desempenhava papel importante na organização da classe trabalhadora, a partir de seu comprometimento com o trabalho de base. Porém, após ganhar as eleições presidenciais em 2003, o governo do PT não realizou as reformas de base demandadas pelos diferentes movimentos sociais, ao contrário deu continuidade ao modelo neoliberal implementado anteriormente no Brasil.

Em seguida, vale ressaltar, também a CUT (Central Única dos Trabalhadores) criada em 1983, que possuía uma perspectiva crítica e um caráter combativo; e, entretanto, nos anos 1990, passa por um período de reorganização e rearticulação e percebe-se que a mesma apresenta um processo de cooptação, alterando seu perfil ideológico e articulando-se a um processo de conciliação com o governo.

Além disso, lideranças importantes dos movimentos sociais passam a compor o governo, especialmente o próprio presidente. O que gera certa confusão no ideário de movimento e governo. A partir de figuras de lideranças dos movimentos sociais no governo, cria-se uma expectativa de que esses teriam participação nos espaços de formulação de políticas e de decisão, o que não ocorre. Isso se comprova já que o governo consegue aprovar medidas de caráter neoliberal sem ampla mobilização dos movimentos e sindicatos devido a cooptação dos mesmos.

O governo se apresenta em relação aos movimentos sociais como um governo de diálogo, que recebe suas lideranças como um governo participativo, aberto às conferências. Sem dúvida, há muito mais conferências neste governo do que no anterior, mas da participação à decisão política há uma grande distância, e o governo cede apenas o que quer. (FACHIN, 2010, p.21)

Durante o governo PT, nota-se uma fragmentação no campo das esquerdas e uma dificuldade de articular resistência às medidas adotadas por ele, devido ao fato de que alguns segmentos da esquerda estavam apoiando-o e outros estavam em oposição. Essa fragmentação da resistência caracteriza os movimentos sociais entre os anos de 2003 e 2015.

Outras [organizações populares] fazem um discurso radical, mas se apoiam em acordos de bastidor com governos, inclusive declaradamente de direita, o que supostamente seria uma contradição. A relação, no caso, não é com Estado, mas com governos. Explico: grande parte do que eram movimentos sociais são apenas organizações e lutam pela sua própria sobrevivência enquanto tal. E perderam a intenção de elaborar novos direitos e um novo Estado. Fazem um mero jogo político com governos, o que revela uma política mais particularista que a dos anos 80. (FACHIN, 2010, p.6)

Assim sendo, verifica-se que com a ascensão da esquerda ao poder, houve um enfraquecimento da unidade e da força dos movimentos sociais na reivindicação e resistência em busca da concretização das lutas que os caracterizavam.

2.3 Impactos do neoliberalismo nos movimentos sociais

O projeto neoliberal implementado no Brasil, a partir da década de 90, traz grandes impactos para o mundo do trabalho. A reestruturação produtiva incide na precarização e na flexibilização do trabalho, acompanhada de um modelo de Estado que desregulamenta as leis trabalhistas, estimula as privatizações e impulsiona a liberalização comercial. Essas modificações impactam significativamente nas organizações e movimentos da classe trabalhadora.

Esse processo de mudança do setor produtivo, implementando medidas de precarização do trabalho, como o trabalho parcial, temporário, terceirizado e subcontratado, contribuiu para a fragmentação da classe trabalhadora. A partir dessas implementações, percebe-se que a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 1965).

Um forte impacto dessas medidas de reestruturação produtiva é o desemprego, são expulsos do mercado de trabalho enorme contingente de trabalhadores que passam a engrossar o exército de reserva. Esse fator impacta diretamente na mobilização dos trabalhadores urbanos.

Diante disso, fica explícito que o movimento mais atingido pelas medidas neoliberais foi o movimento operário. Entretanto, todos os movimentos sociais sofreram, em certas medidas, com o avanço do neoliberalismo. Contudo, a resistência do movimento sindical frente a esse avanço foi expressiva, podendo-se destacar: a greve dos petroleiros em 1995; o amplo apoio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a expansão dos movimentos do campo e a volta do debate sobre reforma agrária; o crescimento de movimentos populares como o movimento negro, o feminista, o LGBTQ+, dentre outros.

Sem dúvida, ainda nota-se o compromisso de diversos movimentos sociais em lutar contra o projeto hegemônico, tendo em vista outro projeto político, oposto ao neoliberal. Em outras palavras, a luta por um projeto democrático popular, não se dá apenas pela via da garantia dos direitos civis e políticos, mas pela ruptura com a realidade que está posta e a construção coletiva de outro modelo nacional, como FACHIN (2010) afirma: “O projeto democrático popular tem lutado pelo reconhecimento de outros saberes, outras práticas que foram e são encobertas, ignoradas e deslegitimadas pela hegemonia neoliberal.”

2.4 Tendência à fragmentação dos movimentos sociais

Na contemporaneidade, os movimentos sociais sofrem diversas inflexões, dentre elas, destaca-se a incorporação do pensamento pós-moderno como um elemento que contribui para a fragilização dos referidos movimentos, fragmentando-os. Isso ocorre porque a partir da defesa da superação do projeto da modernidade e da sociedade dividida em classes sociais, há uma ênfase ao particularismo. Ao defender o fim da classe trabalhadora, esse pensamento contribui para a fragmentação da classe e para a fragilização da articulação em seu interior. Dessa forma, é expresso um caráter anti-totalidade, que promove a fragmentação da luta de classe, imprimindo um viés identitário nas lutas contra determinadas opressões, ainda que essas tenham a mesma gênese: a questão social.

Do exposto, constata-se que o pensamento pós-moderno configura-se em um modelo ideológico legitimador da ordem da sociedade, que contribui com a afirmação do pensamento dominante, corroborando para a manutenção do próprio sistema capitalista.

Autores como Maria da Glória Gohn, também identificam a particularidade dos movimentos sociais como um obstáculo para as lutas sociais. Para a autora, as divergências político-ideológicas dos movimentos sociais os dividem, o que se torna uma dificuldade para a execução de suas ações, já que se particularizam as suas pautas.

2.5 Movimentos sociais e a atuação profissional do Assistente Sociais

A atuação profissional do assistente social é permeada pelas três dimensões da profissão: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. A dimensão ético-política do trabalho se constitui como inerente ao cotidiano profissional e se expressa nas ações dos profissionais, fortalecendo ou enfraquecendo um dos polos da contradição entre as classes. É necessário compreender que esta dimensão ético-política do trabalho profissional difere da participação política ligada à militância, na medida em que esta não se coloca como elemento obrigatório aos profissionais, mas sim como um movimento espontâneo por parte do profissional e da sua compreensão enquanto classe trabalhadora na busca e defesa de seus objetivos. Evitando assim, dessa compreensão, o equívoco de reduzir a profissão à militância política.

A militância não se constitui enquanto uma obrigação do profissional, ou seja, não é dever do assistente social compor movimentos sociais. Mas, entende-se que se o profissional compromete-se com um projeto profissional que no seu horizonte a construção

de uma outra forma de sociabilidade é coerente a sua participação em mobilizações que contestem a ordem vigente.

As manifestações públicas, os espaços de controle social, os sindicatos e tantos outros lugares em que são reivindicados direitos e contestadas medidas governamentais ou institucionais que vão ao sentido oposto aos interesses da classe trabalhadora, são espaços importantes de participação para o assistente social, já que também ele se constitui enquanto trabalhador. Se compreendermos que o Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, que o seu profissional é um trabalhador assalariado e que sofre todas as inflexões colocadas hoje pelo mercado que o contrata, é de interesse dele somar esforços na luta por melhores condições de trabalho e de vida, pela ampliação de direitos, pela defesa da democracia, etc.

Além disso, a dimensão da militância fortalece o profissional no seu espaço de trabalho. A militância pode constituir-se em uma estratégia para enfrentar o cotidiano e o imediatismo demandado pela instituição contratante. Ou seja, a luta coletiva pode tornar-se uma ferramenta de resistência do profissional contra a lógica alienante do trabalho, típica do sistema capitalista.

Ademais, o processo de aproximação do assistente social com os movimentos sociais não precisa ocorrer somente fora do seu espaço de trabalho. Mas, a partir da sua autonomia relativa, no seu exercício profissional, essa aproximação com os movimentos sociais pode ser construída como estratégia.

Desse modo, podem ser importantes estratégias político-interventivas construídas pelos assistentes sociais a aproximação com movimentos sociais, sindicais e outros espaços político-organizativos da classe trabalhadora. A articulação com esses espaços e movimentos pode se constituir em uma estratégia fundamental à defesa de nosso projeto ético político, enquanto construção de alianças e parcerias em torno de um outro projeto societário que faça o enfrentamento a ordem vigente. (PAULA, 2016, p. 192)

3. CONCLUSÃO

Destarte, percebe-se a importância dos movimentos sociais para a sociedade, já que a partir de suas lutas pode haver uma reconfiguração da realidade, a garantia de um direito, o atendimento de uma determinada demanda, o aumento da visibilidade de uma pauta, entre outros desdobramentos.

Nota-se a presença dos movimentos sociais na construção da sociedade brasileira, configurando-se de diferentes formas conforme a conjuntura política dos diferentes períodos históricos. A depender do momento político, a atuação desses grupos enfraqueceu-se ou fortaleceu-se. Mas, sem dúvida, desde a emergência dos mesmos até os dias de hoje, estes

sempre tiveram papel significativo que merece ser mais bem aprofundado para além desse artigo.

Porém, é oportuno ainda, destacar alguns recursos utilizados pelos movimentos sociais, a fim de fortalecer a atuação destes na sociedade contemporânea. O uso da tecnologia e a articulação com as universidades são ferramentas que servem a esse propósito. A utilização da internet colabora na difusão de informações sobre os movimentos sociais, divulga notícias, esclarece notícias falsas e colabora na articulação em rede entre movimentos sociais. Quanto à articulação com as universidades, a produção acadêmica, como textos, artigos, relatórios, projetos de extensão e outras atividades práticas contribuem para aumento de informações, dados, conhecimentos, difusão acerca dos movimentos sociais e sua importância para a luta de classes. Destacam-se as faculdades de Serviço Social que, em sua maioria, possuem uma forte interlocução com os movimentos sociais.

Portanto, fica nítido que os movimentos sociais são necessários para a sociedade e que devem ser respeitados, divulgados e apoiados. Estes devem superar seus pontos de divergência, muitas vezes, para construir uma unidade a fim de enfrentar ataques de governos conservadores e autoritários. A unidade também é importante para alcançar pautas historicamente difíceis de serem conquistadas. A atuação dos movimentos sociais precisa tornar-se cada vez mais resistente a uma sociedade cada vez mais desmobilizada, individualista e conservadora.

Referências

ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil recente. In: _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 225-245.

BAVA, Silvio Caccia. A fragilização do imaginário da transformação social. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.16-19, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. *Revista Temporalis*. ABEPSS, Ano VIII, n. 16, p.45-66, 2008

DURIGUETTO, M. L. e MONTÃO, Carlos. *Estado, Classe social e Movimento Social*. SP: Cortez, 2010.

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. V. 16, n.47. Maio-ago, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Os movimentos sociais na conjuntura social e política. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.10-11, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e a GrazielaWoLFar

LESBAUPIN, Ivo. Movimentos sociais e o pós-Lula. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.20-23, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

Manual do Artigo Científico. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/biblioteca/servicos/manual-de-artigo-cientifico>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. **Estratégias e Táticas**- reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Um novo perfil de organizações fruto do neoliberalismo. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.24-26, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

POLETTI, Ivo. A retomada do comunitarismo na vida social. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.12-15, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

CRIME AMBIENTAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DIREITOS HUMANOS: análise da
reparação de direitos no Rio Doce

Marina Rodrigues Corrêa dos Reis¹
Fábio Fraga dos Santos²

Resumo: No crime ambiental provocado pela empresa Samarco, as análises sobre o plano de manejo de rejeito (PMR) implantado pela Fundação Renova, responsável pela execução das atividades de recuperação da bacia do Rio Doce, ainda são incipientes. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o documento guia de recuperação das áreas degradadas, o PMR, a partir da seguinte questão norteadora: a aplicação do PMR leva em consideração os aspectos da vida cotidiana, as particularidades do modo de vida de cada comunidade afetada, os prejuízos culturais, a pluralidade dos espaços e impactos na divisão do trabalho e na autonomia dos indivíduos?

Palavras-chave: Mineração; crime ambiental; participação social; plano de manejo de rejeitos.

Abstract: In the environmental crime provoked by the company Samarco, the analysis of the waste management plan (PMR) implemented by the Renova Foundation, responsible for the recovery activities in the Rio Doce basin, is still incipient. In this sense, the objective of this work is to analyze the guide document for the recovery of degraded areas, the PMR, based on the following guiding question: the application of the PMR takes into account the aspects of daily life, the particularities of the way of life of each community affected, the cultural losses, the plurality of spaces and impacts on the division of labor and the autonomy of individuals?

Keywords: Mining; environmental crime; social participation; waste management plan.

¹ Assistente Social, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Mestra em Serviço Social pela UFJF. E-mail: marinarreis@hotmail.com

² Docente da UFVJM, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Mestre em Sociologia pela UFPR. E-mail: fabiofraga@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos das diversas áreas do conhecimento sobre as atividades da mineração, seus impactos, contradições e riscos são fundamentais. Nesse sentido as reflexões acerca das medidas realizadas para recuperação de áreas atingidas por crimes ambientais e, no caso, a torna-se elementar, como parte desse conjunto de reflexões a que se dirige essa análise. No caso do crime ambiental provocado pela empresa Samarco, as análises sobre o plano de manejo de rejeito (PMR) implantado pela Fundação Renova, que é responsável pela execução das atividades de recuperação da bacia do Rio Doce, ainda são incipientes.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o documento guia de recuperação das áreas degradadas, o PMR. Duas questões são norteadoras neste estudo: a aplicação do PMR leva em consideração os aspectos da vida cotidiana, as particularidades do modo de vida de cada comunidade afetada, os prejuízos culturais, a pluralidade dos espaços e os impactos na divisão do trabalho e na autonomia dos indivíduos? O PMR serviria apenas como mera formalidade para justificar a retomada das atividades mineradoras da Samarco e como modelo de serviço prestado pela Fundação Renova, que justificaria a sua implantação em outras áreas afetadas pela mineração?

É notório que a participação popular nas instâncias decisórias do pós-rompimento das barragens da Samarco, têm sido suprimidas ou sufocadas, exigindo, dos movimentos sociais e de alguns setores da sociedade, um esforço para estabelecer medidas que vão ao encontro da população atingida e da recuperação efetiva da bacia do Rio Doce. Mas, como se estabelece, do ponto de vista da reflexão, a participação democrática das comunidades atingidas em um cenário que, historicamente, a lógica do capitalismo dependente na era da radicalização da mundialização prevalece? No caso do plano de manejo de rejeito da Fundação Renova, existem prerrogativas de participação democrática, de diálogo nas tomadas de decisão com os atingidos? Há de fato uma perspectiva técnica e humana que leve em consideração soluções efetivas tanto para o meio ambiente quanto para as populações no que tange às dimensões da cultura, do trabalho e das economias locais?

2. PLANO DE MANEJO DE REJEITO

O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi assinado em 02 de março de 2016 entre o Governado Federal, os Governos do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo e a Samarco Mineração S.A. (Samarco), além das suas acionistas, Vale S.A.

(Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda. No TTAC está prevista, através das cláusulas 150 a 157, as ações específicas e compromissos, entre elas o Programa de Manejo de Rejeitos.

O PMR, aprovado em 13 junho de 2017, elaborado pela Fundação Renova e validado pelos órgãos ambientais que constituem a Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos, entre eles o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), SEMAD-MG (Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais) e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo), prevê soluções para todos os rios e seus afluentes, que envolve a extensão de 670 quilômetros de cursos d'água entre a barragem de Fundão (Município de Mariana/MG) e a foz do Rio Doce (na Vila de Regência, pertencente ao município de Linhares/ES), que foram impactados. O plano foi concebido levando em consideração aspectos formais que descrevem a objetividade das ações, a legislação utilizada e aplicável ao contexto, segundo a Política Nacional do Meio Ambiente³, Lei Federal nº 6.938, de 31/08/1981. Foi estruturada em tópicos que explicam cada etapa do processo e sua fundamentação. Em uma leitura preliminar destacam-se as diretrizes que foram definidas para a tomada de decisão a respeito do manejo dos rejeitos.

Reflexões sobre os possíveis impactos da aplicação do plano de manejo

Duas questões iniciais nos orientam nesse momento, já que existe sempre um norteador que assombra a dinâmica da sociedade, que é a necessidade de crescimento econômico, especialmente diante de um contexto de crise ambiental. O processo produtivo desenfreado exige soluções rápidas e continuidade para a ampliação da lucratividade. Existe uma contínua pressão sobre a sociedade e a natureza provocados pelo modo de produção, sob a justificativa de desenvolvimento que se apropria do meio ambiente e reforça a necessidade de ampliação produtiva para suprir as necessidades sociais.

O “desenvolvimento” é, com efeito, apresentado como bom para todos – a nação, os empresários e o povo. Mas a desconsideração do ponto de vista dos que são atingidos negativamente pelos impactos do desenvolvimento supõe uma hierarquização de direitos e culturas, a cultura desenvolvimentista tendo precedência sobre as demais (ACSELRAD, 2014, p.84).

Diante de um cenário de crise, que foi resultado de ingerências e das necessidades corporativas, em detrimento da real necessidade social e sem levar em consideração os possíveis impactos do processo produtivo (no caso a mineração) no meio ambiente, fica extremamente difícil acreditar que haja um interesse na recuperação das áreas atingidas, ou apenas a necessidade de legitimar a retomada produtiva.

³ RENOVA, 2017, p.17

Um ponto importante, a priori, é discutir sob qual prisma o PMR procura realizar as ações, se é a partir de uma objetividade expressa em ações pontuais, pautadas em diagnósticos técnicos para quantificar o prejuízo do ponto de vista monetário, mensurado apenas pelo dano material, tendo como base a propriedade privada. Como subterfugio dessa afirmação, nos pautamos nas análises de Milanez e Santos (2013) que destacam que no Brasil, a exploração intensificada da extração mineral, dos recursos energéticos, além da produção agropecuária voltada à exportação, tornaram-se característicos da nossa economia, assumindo modelo de expropriação e isolamento das populações camponesas, tradicionais, de povos originários, entre outros. Tudo isso vem acompanhado do papel ativo do Estado, que tem desempenhado no âmbito legal elementos favoráveis aos empreendimentos intensivos e corporativos, especialmente as transnacionais.

Podemos relacionar esse processo à ideia desenvolvimentista que está ligada aos esforços dos projetos de privatização e mercantilização dos recursos naturais (especialmente a água, terra, recursos minerais), que visam a apropriação cada vez mais intensa dos espaços de extração de matérias primas, configurando aquilo que David Harvey (2012) designa de acumulação por espoliação, que é materializado nos ambientes construídos para a acumulação do capital. Torna-se evidente que existe na atividade extrativa mineral uma apropriação e um controle dos recursos naturais que levam a uma territorialização do modo de produção capitalista, que tem como objetivo a garantia contínua dos recursos locais para sustentar o funcionamento de sua estrutura. Desse modo os que exercem um controle local e o fazem, condicionando a dinâmica política, social e econômica de uma região, pois quem controla o espaço pode sempre controlar as outras instâncias da vida social (HARVEY, 1992).

Portanto, quanto se trata do conjunto das ações para a recuperação das áreas atingidas pelo rejeito da Samarco, percebemos apenas o cumprimento de normativas, que são pautadas em critérios objetivos que mensuram os impactos com base no aspecto instrumental econômico. Podemos identificar estas questões ao abordar os aspectos “metodológicos” do PMR. Atentaremos para os aspectos ligados às questões sociais. Quando se trata das avaliações sobre o risco à saúde humana, o plano de manejo prevê apenas a utilização da aplicação da norma técnica da ABNT (16.290/2013) para que haja um gerenciamento de áreas contaminadas, não especificando as ações e compensações. De modo que o risco a saúde humana não é considerado de forma determinante, uma vez que “a análise de risco não será um impeditivo para o andamento da aplicação do Plano de Manejo de Rejeito. As ações ocorrerão simultaneamente” (RENOVA, 2017, p. 138).

No que se refere a avaliação de “risco ecológico”, reforça que não existem documentos aprovados pelas agências oficiais e portanto, aguarda definição dos órgãos

competentes para definir a metodologia e abordagem a serem aplicadas. O plano indica neste tópico, o lento processo de diagnóstico dos desdobramentos do rompimento, “A condução de estudos específicos é um desafio, dado o tamanho da área impactada”. E sugere como solução para essa questão a “realização de um fórum para a discussão da avaliação de risco ecológico considerando as incertezas da metodologia e a falta de dados específicos da região” (RENOVA, 2017, p.139).

No entanto, de modo geral, o PMR se estrutura com base metodológica que tem como premissa a “Análise de Custo-Benefício” (ACB), que define como parâmetro para as ações nos respectivos trechos definidos para atuarem “um modelo econômico para quantificar as mudanças em serviços ambientais avaliados usando uma métrica ecológica” (p.164). Ou seja, defendem a criação de um instrumento que tenha objetividade no que se refere ao conjunto de procedimentos que possam ser utilizados para “definir e comparar os benefícios e custos (econômicos, sociais e ambientais) associados às decisões de implementar um projeto ou de realizar um investimento específico” (p.163).

Diante dessa diretriz, o PMR interpreta que a metodologia para tratar da crise provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos, o elemento “custo” deve ser o elemento determinante para garantir benefício definido, que no caso, está ligado ao interesse corporativo. O’Connor (2002) destaca em suas análises que, independentemente do tipo de crise ligado aos custos de produção do capital, este atua conjuntamente com o Estado na busca por uma “racionalização” que possa permitir a superação daquilo que se apresenta como impedimento ou limites (custos) ao seu desenvolvimento.

Existem outros pontos de contradição descritos no plano de manejo, especificamente quando reforçam que a “metodologia da ACB é flexível na medida em que o nível de rigor é adaptado para satisfazer o objetivo de apoiar a decisão dentro das limitações de tempo e recursos do contexto de decisão” (p.164). Oras, a flexibilidade e a adaptabilidade estão ligadas a um “rigor” que satisfaça o objetivo dentro das “limitações” de tempo e “recursos”? As diretrizes metodológicas do PMR deixam claro que o ponto não é a escassez de força de trabalho, de infraestrutura, de recursos materiais, mas o tempo de retorno do investimento aplicado. Como se trata de retorno de investimento, a questão do tempo está atrelada ao investimento e não às demandas sociais e ambientais do impacto. Como existe uma necessidade de retorno do alto custo da força de trabalho, dos recursos e da infraestrutura aplicada para retomada do que se investiu, ou seja, da necessidade iminente da lucratividade, isso leva o Estado e o Capital à busca incessante pela racionalização de suas ações (O’CONNOR, 2002), e neste caso o PMR é tratado como uma extensão das atividades da indústria mineradora.

A racionalização capitalista está sempre vinculada à lógica da redução dos custos, e carrega consigo dinâmicas contraditórias. Entre elas, a contradição de que os impactos resultantes do processo produtivo são onerosos e que elevam os custos do capital. Em outras palavras, a crise ambiental é tratada pelo capital como uma crise de custos das condições de produção (O'CONNOR, 2002). Podemos identificar no PMR que uma das orientações metodológicas está atrelada a essa perspectiva, em que existe um custo e uma necessidade de racionalização em suas atividades, especialmente quando a diretriz afirma que é necessário “identificar as tecnologias de remoção/recuperação que proporcionem o maior valor por real gasto” (RENOVA, 2017, p.29).

3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANO DE MANEJO DE REJEITO

O “desastre” socioambiental no Rio Doce gerou uma série de violações de direitos, destacamos: o direito ao meio ambiente equilibrado e a propriedade daqueles que perderam suas casas destruídas pela onda de lama, sem falar no direito à vida e a integridade física, até direitos menos evidentes, como o direito à saúde mental daqueles que vivenciaram momentos de terror durante o rompimento da barragem e (re) vivem diariamente os desdobramentos deste crime socioambiental.

É importante analisar o contexto de violação de direitos, que não se reduz de fato, a uma dinâmica restrita ao âmbito nacional. Uma vez inscrito na ordem econômica mundial, o Brasil desempenha o papel chave da economia dependente no âmbito da mundialização do capital. Uma economia que se utiliza da superexploração do trabalho⁴ para garantir a reprodução ampliada do capital, a acumulação está, portanto, combinada a violação de direitos. Nesse sentido, se coloca a *funcionalidade* da violação de direitos na ordem vigente.

A burguesia mineradora ao se pautar no uso de recursos naturais para extração de lucros predadores se apropria do território de modo privado. Na contramão dessa tendência, a partir da compreensão e defesa dos recursos naturais como bens coletivos, somos todos atingidos!

A mineração em grande escala no Brasil tem apresentado um padrão de apropriação extensiva da natureza e dos territórios. o aumento da produção mineral no Brasil nos últimos 15 anos teve como uma de suas consequências a ampliação de um quadro de conflitos socioambientais e de violações aos direitos humanos onde a mineração se estabeleceu. A dinâmica predatória que essa atividade impõe ao meio ambiente e às comunidades do seu entorno tende a provocar a perda das

⁴ De acordo com Marini (2000), a superexploração da força de trabalho, procura orientar as análises das especificidades da lógica capitalista dependente, ou seja, àqueles países que estão emaranhados na estrutura de relações desiguais e contraditórias com as potências imperialistas e que tiveram suas estruturas produtivas internas modificadas nesse processo.

bases de reprodução socioeconômica dos grupos que vivem e trabalham nos locais onde os empreendimentos são instalados. (MILANEZ; LOSEKANN, 2016:26).

Na conjuntura de violação de direitos socioambientais, um preceito chave para se analisar as propostas de reparação, diz respeito a garantia da *participação popular* nos processos de construção das medidas reparadoras e definição das mesmas, uma vez que os sujeitos sociais diretamente atingidos, são os maiores interessados nos desdobramentos de reparação do “desastre”.

Mais do que a perda material que possam ser quantificadas a partir do “desastre” e equacionadas através de indenizações financeiras, os processos de reabilitação propostos pelo transgressor normalmente são repletos de violências que sujeitam os atingidos em condições ainda mais precárias, levando a situações de perda de autonomia e aceitação de condições materiais ainda mais precárias. A reparação do “desastre”, nesse sentido e no caso em questão, não se limita à situação caótica do rompimento da barragem, mas tem se desdobrado num constante processo de crise social, estimulado pelos ditames institucionais que legitimam as ações propostas e efetivadas (ZHOURI, 2018).

Nesse sentido, analisaremos a premissa da *participação popular* no Plano de Manejo de Rejeito⁵ (PMR). Uma vez que o PMR se orienta pelas prerrogativas legais consolidadas no TTAC⁶, elencamos os parâmetros concernentes à participação popular definidos no termo e referenciados no plano em questão:

CLÁUSULA 60: A população impactada e os INDIRETAMENTE IMPACTADOS terão acesso à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem acessível, adequada e compreensível a todos os interessados, como condição necessária à participação social esclarecida.

CLÁUSULA 61: Fica reconhecida a multiplicidade de formas e procedimentos de divulgação e efetiva participação social, desde audiências públicas até o uso de múltiplas mídias de modo a favorecer uma participação esclarecida.

CLÁUSULA 62: O presente programa deverá promover a participação das pessoas físicas e jurídicas, comunidades e movimentos sociais organizados.

CLÁUSULA 64: Deverão ser criados canais permanentes de comunicação e interação com a sociedade em espaços fixos ou itinerantes, se necessário (TTAC, 2016, p.44-45).

⁵O Plano adota a seguinte definição de “rejeitos”: “a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minério, depositada nas barragens em formato de polpa, após a redução da umidade por meio dos processos de deslamagem, na forma de rejeito grosseiro (arenoso) e fino (lama)” (RENOVA, 2017, p.11).

⁶ As Cláusulas 150 a 157 do TTAC detalham as ações e compromissos específicos quanto ao manejo de rejeito, as quais foram incorporados no **Programa de Manejo de Rejeitos (“PG23”)**, cujo objetivo é realizar estudos de identificação e de avaliação detalhada da Área Ambiental 1 (áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e tributários, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento), e realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, conforme resultados dos estudos previstos neste programa, bem como considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos da região (RENOVA, 2017, p.2).

As prerrogativas do TTAC orientam por sua vez os programas implementados pela Renova, programas que acontecem de forma conjunta com o PMR. Destacamos dentre os programas elencados no plano, aquele concernente a participação popular: “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” (RENOVA, 2017, p.12). Em consonância com o referido programa, como anunciado no PMR, este prevê que a aplicação do plano promoverá:

Mobilização e engajamento da sociedade objetivando a legitimidade das ações a serem desenvolvidas; (...) Transformação das áreas atingidas com vistas a uma recuperação da qualidade socioeconômica, humana e ambiental da área impactada (RENOVA, 2017, p. 15).

E possui como “pilares para alcance dos objetivos e resultados do Plano, Atores sociais engajados: Usuários das águas na área afetada; Órgãos ambientais; Proprietários e Comunidades impactadas; Prefeituras; Comitês de Bacias.” (RENOVA, 2017, p.16). Cabe ressaltar a não menção aos movimentos sociais, ator social central no processo de articulação e manifestação popular. No contexto do crime promovido pela Samarco⁷ o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) fomentou a mobilização e organização da população afetada, em outras palavras, se constitui em “ator social engajado”.

No que diz respeito à população afetada, a fundação reconhece como atingidos os proprietários, aqueles que perderam suas respectivas propriedades com o “desastre”. O plano prevê que a comunicação aos proprietários acontecerá “Após validação do Plano de Manejo de Rejeito por parte dos órgãos ambientais e aprovação da CT-Rejeitos” (RENOVA, 2017, p.30). Nesse sentido, a participação social é tomada no plano em uma perspectiva consultiva, de autorização para o manejo de rejeito anteriormente elaborado e aprovado pelos devidos órgãos públicos.

Ao final do processo o proprietário e não o atingido é comunicado, o que indica a ausência de reconhecimento da totalidade de atingidos pelo desastre, do não reconhecimento da natureza como um bem coletivo, mas setorizado dividido em propriedades, conforme estabelecido pela lógica capitalista vigente.

Conforme definido em Nota Técnica, a consulta às partes interessadas, no que se refere à aprovação do plano de ações, se restringe ao corpo técnico dos órgãos ambientais, Câmaras Técnicas e outros envolvidos deste grupo da Fase 3 – Avaliação governamental da proposta apresentada. O diálogo com agentes externos, como os proprietários e comunidades afetadas, será realizado **após a aprovação técnica da melhor alternativa de solução** (RENOVA, 2017, p. 200).

⁷ Os acionistas da joint venture Samarco são a australiana BHP Billiton e a Vale, sendo esta considerada sua controladora efetiva. Configura assim, como uma joint venture (acordo de empreendimento e gestão compartilhada) não operada.

A questão que se coloca é como a população atingida terá condições objetivas de decisão, no momento em que é consultada, se não foi incluída no processo de formulação das propostas de intervenção construídas? Ao serem considerados “agentes externos” pela fundação, a participação social prevista no PMR cumpre a exigência burocrática de concordância dos atingidos com as ações de reparação a serem implementadas pela Renova.

Nesse sentido, cabe ressaltar as análises de Zhouri (2018) sobre a realização do cadastramento das populações afetadas, a qual foi contratada uma empresa de consultoria socioambiental denominada Synergia⁸, que por meio de um formulário eletrônico (*Cadastro Integrado*), realiza um questionário complexo e amplo para ser utilizado como “instrumento único” no que se refere ao levantamento de danos sobre as perdas das comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce. A autora destaca que existe um problema estrutural, de ordem metodológica que fundamentam o instrumento cadastral, a saber:

(...) ele possui uma perspectiva urbana e também empresarial agroindustrial alheia às dimensões próprias do universo rural, composto, sobretudo, por pequenos produtores, agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, grupos tradicionais e étnicos localizados ao longo da bacia do Rio Doce. Esse aspecto limita o instrumento à aferição de dados majoritariamente patrimoniais e censitários subsumidos a uma lógica estranha ao modo de vida da maioria da população à qual o questionário se dirige (ZHOURI, 2018, p.50).

Outra questão a se destacar é a nomenclatura utilizada no PMR ao fazer referência ao “desastre” em Mariana-MG como “evento”⁹, semântica que no nosso entendimento, remete a ideia de casualidade, de acidente ocorrido de modo imprevisível. O poder simbólico¹⁰ e efetivo de dar nome as coisas se mostra de extrema relevância ao caso, em que houve a tentativa de naturalizar o acontecido. O rompimento da barragem de Fundão não foi um acidente, não foi algo imprevisível e nem fruto trágico de um conjunto de fatores incontrolláveis, uma vez que há uma relação estrutural entre mineração e rompimento de barragens. Aonde houver atividade de mineração haverá, intrinsecamente, altos riscos de ocorrência de rompimento de barragens.

Em síntese, usamos como pressuposto a correlação entre o aumento do risco de rompimento de barragens de rejeitos e o ciclo pós-*boom* do preço dos minérios. Dessa forma, os diversos episódios de rompimento das barragens de rejeitos ocorridos não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos

⁸ SYNERGIA. 2016. *Programa de Levantamento e de Cadastramento dos Impactados*. (Versão de Julho de 2016).

⁹ Destaca-se o trecho do PMR que correlaciona o crime a um evento de ordem natural: Ressalta-se que tais questões não estão relacionadas ao evento do rompimento da barragem, mas sim à condição posterior, na qual há presença de rejeitos no ambiente. Além disto, precisam ser considerados os impactos atuais decorrentes do evento principal (i.e., a ruptura da barragem do Fundão no mês de novembro de 2015) e/ou de eventos posteriores ao evento principal (ex.: a segunda época chuvosa após o evento principal) (RENOVA, 2017, p.129).

¹⁰ Conceito esclarecido pelo livro de Pierre Bourdieu, “O poder simbólico”.

inerentes à dinâmica econômica do setor mineral. Portanto, se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento das barragens (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p.41).

No que diz respeito a delimitação da área de abrangência do PMR, esta é baseada em critérios de ordem técnica, embasados cientificamente. Cabe ressaltar que a participação da população afetada direta e indiretamente se faz essencial nesse tópico. Uma vez que o processo de reparação de direitos por parte da Fundação se pauta nos proprietários diretamente atingidos, não reconhecendo povos e comunidades tradicionais que foram desprovidos dos seus meios de sobrevivência e convívio social. Em outras palavras, embora a delimitação da área de abrangência do PMR seja concebida como uma questão de ordem técnica, fato que impossibilita a compreensão e conseqüentemente a participação efetiva dos atingidos, defende-se que esta delimitação se constitui, sobretudo, em uma decisão de ordem política!

Como exemplo, reforçamos à análise de Milanez (2018) que destaca, como estratégia instrumental, o TAC (Termos de Ajustamento de Conduta), que tem sido compreendido muito mais como um instrumento de “apartar” o Estado das decisões, se apresentando como solução extrajudicial para evitar penalizações jurídicas mais severas. Lembrando que a Fundação Renova é resultado do TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta) que tem como diretriz ações de “privatização da aplicação da legislação ambiental” (SANTOS & MILANEZ, 2017).

Cabe indicar o restrito rol de questões socioeconômicas presente no PMR, ao desconsiderar fatores essenciais neste âmbito, como a destruição do modo de vida, (re) produção social, e convívio social de agricultores, comunidades ribeirinhas, povos e comunidades tradicionais, o PMR indica o tratamento residual das elencadas questões que se relacionam a fatores de ordem econômica, ao uso produtivo da área, e não se pauta dessa forma no princípio de centralidade do sofrimento da vítima.

A simplificação, a padronização e a redução da experiência das perdas e do sofrimento a uma 'matriz de danos' cujas categorias estão limitadas e previstas não só “aplanam e delimitam” as possibilidades e caminhos da subjetivação, mas revelam um poderoso mecanismo de sujeição, capaz de instituir sujeitos com direitos ilegíveis e vítimas ilegítimas, Segundo Appadurai (2004, p.179 apud ZHOURI, 2018, p.59).

Neste sentido, o “atingido” se torna um elemento quantitativo, pressuposto ao formato estatístico empresarial para mensurar o custo monetário atrelado à propriedade. No tópico de aplicação do PMR, se prevê que,

As ações de manejo poderão impactar de forma negativa as populações ribeirinhas e próximas das áreas de disposição previstas. Impactos na qualidade do ar, ruídos e

aumento de tráfego estão associados às atividades de remoção, transporte por via terrestre e descarga em áreas de disposição (RENOVA, 2017, p.195).

Caso gerem reclamações por parte dos moradores atingidos, a Fundação estabelece um instrumento para comunicação de reclamações, de modo que “A utilização destes registros servirá como um indicador da gestão inadequada das ações” (RENOVA, 2017, p.195). A participação social é tomada nesse sentido como um indicador de ordem técnica, ou seja, é colocado como variável, como elemento incisivo para as ações empresariais. Esse tema é abordado por Milanez (2018) quando destaca a estratégia corporativa da Vale S/A e ressalta a influência exercida pela corporação e seus tentáculos diante da necessidade de exercer controle sobre as comunidades, coletivos, movimentos sociais, comunidades indígenas, entre outros através das ações de responsabilidades social corporativa (RSC), culturais, científicas e educacionais, judiciais e policiais.

Outro ponto essencial a destacar é que em todo o texto do PMR, a expressão morte é usada apenas para indicar a morte de árvores. Não é feita menção a morte das 19 pessoas na data do rompimento, a morte de peixes, a morte dos meios de sobrevivência de populações tradicionais. Para além do adoecimento físico e mental incalculáveis dos sujeitos sociais que seguem suas vidas sem a vida do rio, sem a independência, autonomia e modo de vida anteriormente conquistado. Como explicitado na fala de uma atingida¹¹: “eu estou viva, mas me sinto morta”.

4. CONCLUSÃO

O processo de formulação do PMR, realizado fundamentalmente por especialistas, já indica a perspectiva de não inclusão dos principais interessados. Verifica-se que princípios básicos do TTAC, norteadores do PMR não foram cumpridos já no processo de formulação do PMR, com a relegada participação de atingidos nesses espaços. A cultura e saber popular daqueles que viviam as margens do Rio Doce, e deste extraíam sua sobrevivência foram negligenciados já no processo de construção do plano. Lembrando que o TTAC consiste em instrumentos já criados como solução extrajudicial de conflitos e “vem sendo repetidamente utilizado pela Vale para evitar penalizações pelo Estado” e que criou a Fundação Renova, tornando-a responsável pela “recuperação, mitigação e compensação dos impactos socioeconômicos e socioambientais do rompimento da barragem do Fundão”. Portanto, legitimando a Renova e as suas representadas como executoras de um processo de “privatização da aplicação da legislação ambiental” (MILANEZ, 2018).

¹¹ Fala de atingida no evento de “Balanço de 3 anos do Rompimento da Barragem do Fundão”, realizado em Ouro Preto-MG, em 06/11/18.

Assim como se corrobora em todo linguajar do PMR, o “evento” é diagnosticado pelo rejeito, pela produção restrita da empresa, ou seja, não é diagnosticada detalhadamente a destruição nas áreas degradadas e principalmente das pessoas que ali habitavam. O manejo de rejeito demonstra o corte de responsabilização parcial das empresas violadoras de direitos envolvidas.

A estrutura do PMR e a forma como foi constituído demonstram os mecanismos para realização de controle sobre as áreas atingidas e suas comunidades, além de expressar de maneira pontual as contradições e os conflitos inerentes aos interesses da empresa mineradora. Esse modelo de ação a partir do PMR, destaca o fortalecimento das estratégias de domínio das localidades e sugere muito mais a utilização de artifício para reverter a situação de crise em prol do Capital do que a real promoção da recuperação ambiental e social das áreas afetadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, v. 16, n. 35, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola, 1992

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 6ª edição, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MILANEZ, Bruno. et al. A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, 2(2), 1-43. 2018.

_____; LOSEKANN Cristiana (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Folio Digital: Letra e Imagem. Rio de Janeiro, 2016.

_____; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda. In: *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013.

O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMANDA, H. *Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RENOVA, Fundação. *Plano de Manejo de Rejeito*. São Paulo: CH2M, 2017.

SANTOS, R. S. P., & MILANEZ, B. The construction of the disaster and the 'privatization' of mining regulation: reflections on the tragedy of the Rio Doce Basin, Brazil. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 14(2), 127-149. 2017.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana. In: MILANEZ; LOSEKANN. Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2016. Cap.1, p. 39-90.

ZHOURI, Andrea. O Desastre no Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

REALIZAÇÃO



APOIO



A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ALTA COMPLEXIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:

Estudo sobre o adoecimento das mulheres frente a sociedade patriarcal e ao avanço do neoliberalismo.

Cinthia de Mello Vitório¹

Matheus Oliveira de Paula²

Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais:

Exploração de Classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

RESUMO: O presente trabalho abordará sobre a prática profissional da assistente social na Cardiologia de uma unidade de saúde de alta complexidade do SUS, frente à ofensiva do capital ao trabalho. Articulando o gênero e a raça, como um determinante social da saúde e que aprofunda o processo de adoecimento das mulheres. Compreendemos esse processo a partir de uma análise crítica da totalidade da vida social.

Palavras chaves: Desigualdade de gênero, neoliberalismo, Seguridade Social, Serviço Social.

ABSTRACT: This essay aims to professional work of Social Workers in a public health in front of neoliberalism. The author's joining racial and gender questions with social health social determinants, this process deepens the illness of working class, focus in the women. We realize this process with a whole and critic perspective

¹Assistente social do Hospital Federal dos Servidores do Estado, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – e Especialista em avaliação em saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP. E-mail: cinthiademello@yahoo.com.br

²Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – e estagiário no Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE. E-mail: matheusdepaula.ufrj@gmail.com

Keywords: Gender inequality, neoliberalism, Social Security, Social Work.

I – INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização da sociedade brasileira, conjugando diversos atores sociais na luta política, inscreveu na Carta Magna direitos sociais perfazendo a Seguridade Social Brasileira, organizada no Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, dispostos estão a saúde, a previdência social e a assistência social, formando o tripé da Seguridade Social. A saúde foi a política social que mais teve ganhos, visto a forte luta dos profissionais da saúde e dos movimentos sociais que pautaram a Reforma Sanitária Brasileira – RSB – uma nova leitura da saúde a partir de seus determinantes sociais com base na sociabilidade posta – burguesa – e como ela afeta no processo de adoecimento. A saúde, como vista pela RSB, tem um componente que agregaria os sujeitos sociais, na busca pelo aprofundamento da democracia e por uma nova sociabilidade. Nesse sentido, algumas ponderações já estavam circunscritas em um documento elaborado pelo CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – levado a câmara dos deputados federais em 1979, no processo de redemocratização e elaboração da constituinte, no simpósio sobre política de saúde, desse modo, uma saúde autenticamente democrática entende-se:

- 1 – o reconhecimento do direito universal e inalienável, comum a todos os homens, à promoção ativa e permanente de condições que viabilizem a preservação de sua saúde;
- 2 – o reconhecimento do caráter sócio-econômico global destas condições: emprego, salário, nutrição, saneamento, habitação e preservação de níveis ambientais aceitáveis;
- 3 – o reconhecimento da responsabilidade parcial porém intransferível das ações médicas propriamente ditas, individuais e coletivas, na promoção ativa da saúde da população;
- 4 – o reconhecimento, finalmente do caráter desse Direito e tanto da responsabilidade que cabe à coletividade e ao Estado em sua representação, pela efetiva implementação e resguardo das condições supra mencionadas. (CEBES, 1979, p.12)

Os ganhos para o SUS – Sistema Único de Saúde – com as leis 8.080 e 8.142 foram inegáveis, universalizando a saúde e responsabilizando o Estado como seu promotor, além disso garantiu a participação e o controle social da coletividade e dos sujeitos no SUS e as políticas adotadas. Nesse sentido, a política de saúde brasileira através do SUS se configurou como uma das mais avançadas mundialmente dentro do marco da sociedade capitalista, de caráter universalista, e foi fruto de muita luta entorno das condições de saúde e vida da população que se articulou na Reforma Sanitária. Importante ressaltar, a importância da articulação intersectorial da política de saúde com a Seguridade Social, que

não podem ser pensadas de maneira desconexas, mas em uma totalidade, de modo a uma complementar a outra.

Entretanto, o panorama que se pôs para a operacionalização da política de saúde e da Seguridade Social, como um todo, foi uma opção política neoliberal privatista e não da democracia de massas que visava a RSB e o SUS. A contrarreforma do Estado brasileiro iniciada na década de 1990, levada a cabo no governo de Fernando Henrique Cardoso a partir da “Modernização do Estado”, minimizando-o e privatizou, levou as orientações neoliberais dos organismos multilaterais – FMI e BM – como política econômica e social adotada no Brasil, acirrando ainda mais as desigualdades existentes e reafirmando a dependência do brasileira ao capital exterior.

A Seguridade Social garantida na Constituição Federal de 1988 foi sendo descaracterizada, não sendo operacionalizada de forma articulada, mas sim fragmentada. As fontes de financiamento não foram garantidas, e as perdas foram enormes para a classe trabalhadora, ora vista as privatizações do setor público que houve nessa época. O ideário neoliberal foi se colocado como cartilha a ser adotada, e o discurso de “estado mínimo” foi vendido para a sociedade. De outro lado, a articulação e a movimentação da sociedade e dos movimentos sociais levou mais tarde a eleição de um presidente que se afirmou como classe trabalhadora.

A eleição de Lula da Silva, um representante da classe trabalhadora, deu-se de modo contraditório, uma vez que esperava-se que ele fortificasse e ampliasse a democracia de massas, contrariamente do projeto neoliberal, como fez FHC, porém o que se deu foi o contrário, Lula, deu continuidade ao projeto neoliberal, bem como os governos subsequentes no Brasil. Assim, as políticas adotadas economicamente não deram ganhos reais as classes trabalhadoras, ampliando a sua participação e a perspectiva do direito, mas sim de modo a garantir um mínimo, e elevar de forma irrisória as condições de vida, saindo da extrema pobreza caminhando para a pobreza. De mesmo modo, a participação e o controle social das (os) usuárias (os) das políticas sociais não foi fomentado, reafirmando o caráter “assistencialista” do Estado, descaracterizando as lutas sociais que se passaram até a garantia dos direitos sociais. Nesse sentido, o panorama para a saúde foi o de articulação entre o público e o privado, no sentido de deixar o SUS como um subsistema para quem não tivesse condições de prover no mercado, assim, o modelo de saúde que foi se afirmando é exposto como:

O projeto de saúde articulado ao mercado ou à reatualização do modelo médico assistencial privatista está pautado na Política de Ajuste, que tem como principais tendências: a contenção dos gastos com a racionalização da oferta e a

descentralização com isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo a quem não pode pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender às populações vulneráveis por meio do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços em nível local e eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento. (CFESS;2010, p.22)

A partir do panorama exposto, abaixo será relacionado o trabalho da assistente social em uma unidade de alta complexidade do Sistema Único de Saúde as questões de gênero que foram verificadas a partir de entrevistas sociais e fichas sociais, articuladas ao contexto neoliberal de precarização das condições de vida e como essas questões afetam de forma diferentes a coletividade e os indivíduos. Entrelaçando a particularidade, a singularidade e a universalidade. A atenção dada levará em conta uma perspectiva que dialogue processualmente, entre questões de raça/etnia, classe, gênero, territorialidade, sexualidade, acesso aos equipamentos públicos e diversos matizes que esgarçam as desigualdades e opressão/exploração na sociabilidade capitalista.

II – Desenvolvimento

A intervenção da equipe do Serviço Social do Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE – realizada na enfermaria da Cardiologia se dá a partir de uma assistente social do quadro efetivo de servidoras do hospital e um estagiário de Serviço Social. A interação é realizada duas vezes na semana, quintas e sextas, visto que o trabalho das assistentes sociais no referido hospital é por plantão. Os usuários do Serviço Social são pacientes de alta complexidade e que demandam intervenções e acompanhamentos sistemáticos, a equipe atende 32 leitos que fazem parte dessa enfermaria, divididos em 6 leitos femininos; 14 masculinos e 12 da UTI coronariana, misto. O trabalho profissional se organiza a partir da articulação do Serviço Social com a equipe multidisciplinar, são realizadas fichas sociais com usuárias do Serviço Social e grupos de usuárias e acompanhantes.

Em articulação com a equipe multidisciplinar – entre médicas de diversas especialidades, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas e outras profissionais – notou-se uma relação ambígua entre as duas enfermarias, mesmo com o número reduzido de leitos femininos, na enfermaria masculina há uma grande presença de acompanhantes, companheiras, cônjuges, o que não se verificou na enfermaria feminina, bem como a intensa necessidade no que diz respeito a fonte de renda das pacientes para com seus companheiros.

Importante ressaltar, que foi realizada uma amostragem para título de ilustração do estudo e para dar maior visibilidade ao processo que acomete o adoecimento de mulheres, e quais determinantes estão relacionados as relações de exploração/opressão e da desigualdade de gênero.

Não propositalmente, foram entrevistados³, 9 homens e 9 mulheres, perfazendo um total de 18 pacientes em 1 mês. Essas entrevistas foram dadas a partir do primeiro contato da equipe do Serviço Social, não sendo levado em conta outras intervenções sistemáticas aos mesmos pacientes, já que para título de análise, procuramos identificar questões tangenciais nos contatos imediatos, para que a partir dele pudessem ser desveladas as contradições do real. De um grande universo de perguntas – em torno de 20 questões fechadas e outras 2 abertas – foram apenas selecionadas cinco, para perfazer a amostragem, tentando identificar a articulação e o entrelaçamento em que as relações de opressão atuam conjuntamente. Desse modo, foi selecionado sexo/gênero, raça/etnia, idade, religiosidade e inserção no mercado de trabalho/fonte de renda. Importante ainda salientar que as respostas não eram fechadas, seguindo, de fato, o que foi respondido pelos pacientes entrevistados.

O que foi sistematizado da amostra no que tange as nove mulheres se apareceu como: Cor/etnia: 2 brancas; 3 pardas; 3 negras; 1 não declarou cor. Idade: 2 com mais de 60 anos; 7 com menos de 60 anos. Religiosidade: 3 evangélicas; 3 católicas; 1 espírita; 3 não informaram. Inserção no mercado de trabalho/ fonte de renda: 4 estão desempregadas; 1 trabalho informal; 3 aposentadas; 1 auxílio doença. Já entre os homens, o panorama foi diferente, assim posto: Cor/etnia: 3 brancos; 3 pardos; 3 negros. Idade: 6 com mais de 60 anos; 3 com menos de 60 anos. Religiosidade: 3 evangélicos; 1 católico; 1 cristão; 1 sem religião; 3 não informaram. Inserção no mercado de trabalho/ fonte de renda: 1 desempregado; 1 auxílio doença; 7 aposentados.

A partir dessa panorama, traçamos algumas questões para estudo e análise, compreendendo a realidade em seu movimento, e a continuidade da amostragem, que será ampliada por mais 6 meses, a título de traçar um perfil dos pacientes que estão internados

³As entrevistas que nos referimos aqui são as sistematizações das entrevistas sociais que perfazem a ficha social do paciente. Por meio das fichas sociais, com questões predefinidas e abertas, conseguimos apreender algumas relações que estão postas em particularidade e universalidade, bem como observação participante que ampliou as relações conflituosas dentro do ambiente de intervenção. A partir disso, podemos realizar ações programáticas de grupos que abordem e fortifiquem a perspectiva de direitos e o controle social na saúde, bem como os diferentes matizes sociais do adoecimento na sociedade capitalista contemporânea.

nessa clínica, e quais as formas de intervenção que o Serviço Social pode se utilizar para melhorar o trabalho profissional e a articulação para com os pacientes.

Depois da análise dessa amostra, e das articulações empíricas realizadas com a equipe, foi pautada a forte desigualdade de ocupações em postos de trabalho entre homens e mulheres. Tangenciando as acompanhantes dos pacientes da enfermaria masculina, uma vez que, nas entrevistas sociais, foi verificado que quem provia a renda da casa, no caso de pacientes mais idosos e já aposentados, eram os homens, ficando para as mulheres apenas a função de “cuidar da casa”, a preponderância do papel de “dona de casa”, ou “do lar”, foi verificado em muitas das falas. Nessa linha de análise, a relação do trabalho doméstico e da reprodução na sociedade capitalista, é salientada assim:

A produção e a reprodução da vida exigem, pois, no estágio de desenvolvimento das sociedades modernas, não somente a execução de tarefas remuneradas, mas a realização de serviços, que ainda não se constituem inteiramente em áreas de especialização ocupacional, nos moldes do sistema dominante de produção. Assim, na medida em que o trabalho doméstico se vai organizando em termos de empresa capitalista, as relações entre ele e os rendimentos da família vão-se explicitando. Quando se contrata uma pessoa para executar os trabalhos domésticos ou quando há utilização das organizações destinadas a executá-los, parcela da renda familiar é consumida sob a forma de pagamento de serviços, o que desvenda a natureza indiretamente econômica do trabalho da dona-de-casa. (SAFFIOTI, 1978, p.200)

Isto posto, essa relação se mostra de forma a reproduzir metabolicamente as desigualdades de classe e de gênero nas relações sociais, agravando o processo de adoecimento nas mulheres. Ora, se no contemporâneo as pautas do movimento feminista ganham visibilidade e as mulheres adentram no mercado de trabalho, a lógica estruturante do patriarcado não se desfaz, reafirmando para as mulheres uma dupla jornada, a do mercado de trabalho e a “do lar”.

Na quadra contemporânea, esse processo de agravamento das condições de vida e exploração se aflora mais, uma vez que, o capital avança sobre o trabalho e o neoliberalismo se ratifica como modo e estilo de vida que deve ser reproduzido, o individualismo e a meritocracia se acirram. A lógica massacrante do capital se amplia, alijando, ainda mais, as parcelas da classe trabalhadora que não tem acesso aos direitos. Nesse sentido é importante salientar, que os direitos sociais são enxugados, e visto como “gasto”, fragmentam-se as ações sistemáticas, ora antes, realizadas pelo Estado, e focaliza-se na pobreza. Importante ratificar que a classe trabalhadora, tem gênero e raça, uma vez que a sociabilidade capitalista se apropria das desigualdades criando e recriando formas de subordinação/ exploração. Desse modo, se finda que as mulheres, negras, são as que mais sofrem no contexto neoliberal de retirada de direitos, ocupando os piores postos de trabalho, com jornadas duplas e até triplas.

O neoliberalismo, levado a cabo em escala mundial, enxuga os direitos sociais e desresponsabiliza o Estado pela garantia deles, passando-os para o mercado, em tempos de crise estrutural do capital. É a partir dessa lógica, que as conquistas ora antes obtidas pela classe trabalhadora são perdidas e alicerçadas a partir de mercadorias que podem ser compradas no mercado, quando não, o Estado, residualmente, intervêm em algumas das expressões da “questão social”, pontualmente. Assim, as desigualdades de gênero são potencializadas pelo neoliberalismo, já que a degradação do mercado de trabalho e dos direitos sociais acirra a disputa entre as classes, e o conservadorismo entra como pauta, de forma a reafirmar a identidade hegemônica europeia da heterossexualidade masculina e branca.

Assim, em uma unidade hospitalar do Sistema Único de Saúde, o panorama que se tem é da degradação das condições de vida das mulheres, bem como diferentes matizes de novas e velhas formas de opressão que caracterizam os determinantes sociais do seu processo de saúde-doença. Sendo como acompanhantes, pacientes, cuidadoras ou usuárias, as mulheres se encontram, no geral em um estado de precariedade crescente. O exposto assim pode ser elucidado:

Os mitos sobre a mulher, como os mitos sobre o negro, por diferentes que possam ser do ponto de vista de seus conteúdos e, principalmente, de suas legitimações, desempenham a mesma função social essencial: visam a eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente. Neste sentido, pois a mística feminina constitui verdadeiro requisito funcional da sociedade de classes. (SAFFIOTI, 2015, p.169)

A amostragem demonstra que no acesso a enfermaria da Cardiologia, do referido hospital, a maior parte dos pacientes são não brancos⁴, uma vez que dentre a amostra de 18 pacientes – entre homens e mulheres – 12 não se autodeclaram brancos. De mesmo modo, são as mulheres, segundo a amostragem que se encontram desempregadas e/ou sem ocupação no mercado formal de trabalho, isso demonstra o exposto acima, no que se refere a relação de exploração/opressão.

Um questionamento se pôs a frente da análise, no sentido de entender, a partir da verificação da amostragem, o porquê na enfermaria feminina é encontrado mais mulheres novas e na masculina mais homens com idade avançada. Decerto, a análise e as repostas não se esgotam aqui, mas estão em movimento nas relações sociais. Se depreendeu a partir de duas análises, que são complementares e complexas, é que nas contradições das relações sociais a dupla jornada encarnada pelas mulheres – dupla jornada que se encontra

⁴Utilizamos não-brancos, para designar pacientes que não se autodeclaram brancos, congregando pardos e negros.

fragilizada, em meio as condições de trabalho brasileiras, devido ao avanço neoliberal e a posição de país periférico, posta ao capitalismo brasileiro – é um fator que pode levar ao seu adoecimento precoce, devido ao estresse e as menores posições que encontram no mercado de trabalho, e que muitas vezes estão vinculadas a informalidade. No mesmo sentido, de outro lado, o machismo alija homens de entrarem nas unidades de saúde, uma vez que isto fere a sua “invulnerabilidade” alicerçada na perspectiva de um ideal hegemônico de masculinidade, ocasionando doenças mais graves quando estão com idade avançada e que demandam uma proposta terapêutica maior e intervenções mais sistemáticas da equipe profissional. Assim, a Política Nacional de Saúde do Homem, aborda introdutoriamente sobre essa relação assim:

O reconhecimento de que os homens adentram o sistema de saúde por meio da atenção especializada tem como consequência o agravamento da morbidade pelo retardamento na atenção. (...). Grande parte da não-adesão às medidas de atenção integral, por parte do homem, decorre das variáveis culturais. Os estereótipos de gênero, enraizados há séculos em nossa cultura patriarcal, potencializam práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. A doença é considerada um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerente à sua própria condição biológica. (BRASIL/MS, 2009, p.13-14)

A dependência de mulheres, para com os homens internados na enfermaria masculina, é um fator preponderante de se salientar. Homens idosos, tem o acompanhamento sistemático de suas companheiras no hospital, já com as mulheres isso não é visto, muitas vezes quem acompanham elas são filhos ou filhas. Esse acompanhamento, no caso das enfermarias da cardiologia, não se faz de extrema necessidade, uma vez que é uma enfermaria de curta permanência, e geralmente, os homens estão apenas esperando cirurgias⁵. A acomodação da acompanhante é precária, o que levou a equipe por diversas vezes conversar com as acompanhantes explicando que não há necessidade urgente de continuidade no hospital, já que, ela também deve cuidar da sua saúde, e o ambiente do hospital não oferece acomodação e lugar para bem-estar da acompanhante. Essa relação é explicitada, pelas acompanhantes, devido a relação com a questão financeira e com a questão do cuidado para com o companheiro, e que em sua maioria não querem se desvincular devido ao parceiro que não gosta, e não se sente confortável.

A análise que perpassa as questões de classe e gênero, não podem ser dicotomizadas, nem sem relação com a raça/etnia. As relações sociais e os processos que

⁵Importante ressaltar, que as cirurgias acontecem apenas uma vez na semana – as terças feiras – isso se dá devido às condições de operacionalização do procedimento, uma vez que falta profissionais qualificados para a realização dela, bem como a falta de materiais para o procedimento. Isso se dá de forma a reafirmar o avanço neoliberal sobre a saúde, com vistas a privatização e incentivo a saúde privada.

ocorrem no real devem ser pensados na sua consubstancialidade, de forma contraditória, para que a análise e as repostas dadas as questões apresentadas não se demonstrem apenas em uma formalidade abstrata, da sociabilidade burguesa. Compreender, com vistas a perspectiva da totalidade, as relações de exploração/opressão e como elas atuam conjuntamente na contemporaneidade, desmistifica os processos que a engendraram. As lutas e os movimentos sociais, bem como, na saúde, o controle e a participação social, se fomenta e se articula de maneira geral, vistas a perspectiva de uma nova dinâmica sem exploração/opressão.

Na continuidade, será caracterizado a participação e controle social na saúde, caracterizando-o historicamente, e ratificando sua importância e participação dos sujeitos sociais e da coletividade para com o processo de fortalecimento da saúde, dos direitos sociais e o aprofundamento da democracia, bem como estratégias e horizontes de lutas.

III – Conclusão.

A partir de uma perspectiva histórico-crítica dos processos que ocorrem nas relações sociais sintetizamos aqui, alguns pressupostos do estudo e análise realizada sobre as condições de vida e adoecimento de mulheres no Sistema Único de Saúde brasileiro. Isso se dá de forma valorosa, no sentido de qualificar o trabalho profissional das assistentes sociais, que concatenadas com o projeto ético político da profissão se colocam na contramão da sociabilidade burguesa e do desmonte neoliberal contemporâneo.

Dá-se como imperativo, a análise da totalidade, que relaciona as esferas da vida social articuladas, de forma não dicotômica, mas apreendendo a interação dialógica que classe, raça e gênero têm entre si. Na continuidade do texto, encaminhando para a conclusão, será indicada as potencialidades e as lutas dos movimentos que resistem e reexistem em épocas de avanço do neoliberalismo e do conservadorismo. Aliado a isso, a importância do controle e da participação social, bem como do trabalho profissional das assistentes sociais, articulada a potencialidade político pedagógica de sua prática.

A resistência frente aos ataques neoliberais vai de encontro com a luta por sobrevivência, nessa época. Assim, fortificar a perspectiva de direitos é também ao mesmo tempo uma luta pela existência. Nisso se coloca a importância da prática profissional da assistente social, na fortificação da correlação de forças para com a classe trabalhadora, uma vez que, o panorama assim se encontra:

Fragmentando, individualizados e culpabilizados, são submetidos a constrangimentos e dificuldades no acesso ao que é direito pela própria lei

burguesa, impedidos assim de acessar o fundo público, tanto para sobreviver à exploração, como para estruturar as condições necessárias para potencializar e exercitar a luta política, do que faz parte o controle social das políticas e dos serviços, com foco nos momentos de ruptura, o que exige enorme sustento social, consciência e organização social. (VASCONCELOS, 2015, p.121)

Na continuidade a autora supracitada, frente a isso a importância e a relevância do controle social e da fortificação de direito e políticas como:

“(...) fica clara a relevância do assistente social introduzir os Conselhos de Política e de Direitos no cotidiano profissional, tanto no que se refere à sua participação como conselheiros, como para fomentar o controle e a luta social, ao informar/encaminhar os usuários para os conselhos e lutas sociais e/ou participar da formação e qualificação dos conselheiros (representantes dos usuários e dos profissionais (estes enquanto aliados necessários frente os interesses gerais dos trabalhadores) e dos integrantes dessa luta. (VASCONCELOS, 2015, p.121)

Nesse contexto, o estado de carência estrutural da sociedade brasileira, faz as demandas da classe trabalhadora aparecerem apenas como fragmentadas pela necessidade imediata da reprodução da vida cotidiana. Desse modo, fomentar e fortalecer a participação das usuárias se dá de forma primordial para ampliar a democracia e o exercício da cidadania, como meio de integrar a participação na riqueza socialmente produzida. As práticas exercidas pela Equipe do Serviço Social, fortalecem desse jeito, a participação e o controle social na saúde.

Reafirma-se assim uma perspectiva de fortalecer os laços comunitários locais, desdobrando para futuras ampliações, trabalhando a partir do território ocupado e do direito dos sujeitos e da comunidade a ocupar a cidade e os espaços públicos – que de passagem, ora estão paulatinamente mais privatizados. Fomentar, desse modo, nos grupos de acompanhantes e pacientes a participação e a importância do protagonismo dos sujeitos, vai na contracorrente do desmonte e da pauta neoliberal.

Findando, a partir de uma perspectiva crítica e analisando a realidade a partir de sua processualidade, reiteramos que o trabalho ora exposto se encontra em constante movimento e contradição nas relações sociais, uma vez que se ora cresce o neoliberalismo e o conservadorismo, cresce cada vez mais a pobreza e o rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora, e que em uma sociedade que a desigualdade está relacionada, não apenas a classe, mas também ao gênero e a raça, articulando diferentes matizes de opressão/exploração que afetam diferentemente a coletividade e os sujeitos.

Dessa forma, fomentar a participação, nos conselhos de saúde e nas conferências, como também a participação dos autores do trabalho nesses conselhos, se dá de suma importância no horizonte do projeto ético político do serviço social, vislumbrando uma nova forma de sociabilidade, sem discriminação/opressão de classe, raça, gênero, étnia, orientação sexual e de qualquer grau. Antevendo uma sociedade em que a liberdade não seja apenas formal, mas se dê em todas as esferas da vida social.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social Pública ainda é possível! Revista Inscrita**, Brasília, nº10, CFESS, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional nº 95., de 15 de dezembro de 2016. 54.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de atenção integral a saúde do homem: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da saúde, 2009.

BRASIL. Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19.set.1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28.dez.1990.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CEBES. A questão democrática na área da Saúde. **Saúde em Debate**, n.9, p.11-13, jan.-mar. 1980.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação das assistentes sociais na política de saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº2, Brasília: CFESS, 2010.

PAIM, Jairnilson Silva. **A reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

SAFFIOTI, HeleiethBongioavani Iara. **A mulher na luta de classes: Mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O Assistente social na luta de classes: Projetos Profissionais e mediações teórico práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO:

Análise sócio-histórica e política na conjuntura da VIJ de Santo Amaro¹

Ana Lucia Oliveira Ramos²

Michelle Cavalli³

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão sobre os motivos que levam mulheres à entrega de seus filhos em adoção; o trabalho realizado no âmbito judiciário e das políticas públicas, no sentido da oferta e garantia de direitos; bem como uma análise dos dados sobre a realidade na Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro – Capital, possibilitando a reflexão sobre os desafios do trabalho técnico.

Palavras-chave: Entrega Voluntária, Serviço Social, Sociojurídico.

Abstract

This article proposes a discussion about the reasons that lead women to the delivery of their adopted children, the work done in the judiciary and public policies, in the sense of the offer and guarantee of rights, as well as an analysis of the reality data in the Childhood and Youth Court of Santo Amaro - Capital, the difficulties and challenges proposed to this work.

Keywords: Voluntary Delivery, Social Service, Sociojuridic

¹ Eixo Temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

² Assistente Social no Tribunal de Justiça de São Paulo e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP (e-mail: nana_pucsp@yahoo.com.br).

³ Assistente Social no Tribunal de Justiça de São Paulo e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (e-mail: mi_cavalli@hotmail.com).

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria da Infância e Juventude, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo instituiu uma comissão para discutir o processo de entrega voluntária em adoção considerando o contexto em que genitoras abandonam os recém-nascidos em vias públicas ou os deixam nos hospitais e maternidades. Uma das ações que integram as atividades da comissão foi a elaboração da cartilha: “Política de Atenção à Gestante: Apoio Profissional para uma Decisão Amadurecida Sobre Permanecer ou Não com a Criança”.

Em análise da cartilha proposta e, em circulação, restou-nos algumas inquietações, aqui brevemente apontadas em relação ao processo de entrega voluntária em adoção realizada por mulheres diversas nas Varas da Infância e Juventude desta Capital. Mas antes, é de fundamental importância que ampliemos nosso olhar sobre a questão da maternidade e de como as políticas públicas, voltadas para as mulheres que não desejam assumir o filho, se estruturam no Brasil.

2. O MITO DO AMOR MATERNO

Antes de falarmos da “Terra Tupiniquim” vale destacar que Elisabeth Badinter em “Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno” de 1981 discutiu a chamada vocação natural para a maternidade, afirmando que o amor materno não é um sentimento inerente à condição de ser mulher, mas se constituiu enquanto sentimento humano sujeito às mais diversas determinações e variações relacionadas ao momento histórico, social, político e econômico em que a sociedade está inserida.

Ao realizar uma análise histórica, de dados relacionados à maternidade infantil e ao observar o comportamento humano, a autora em sua obra demonstra num percurso histórico como a maternidade era vivenciada na Europa, principalmente, durante os séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária à mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições e frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. (...) Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural.

O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (BADINTER, 1985, Pg. 364).

Percebe-se nas constatações da autora a percepção da possibilidade de ausência do amor materno e, principalmente, como o contexto histórico, social, cultural, econômico e político interferem em como a sociedade trata e vivencia a maternidade. O que nos indica como a decisão por realizar a entrega voluntária do filho em adoção pode ser complexa e permeada de estereótipos, preconceitos e sofrimento ético-político⁴.

3. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

No Brasil, o número de mulheres que, de alguma forma, abrem mão do exercício da maternidade, se expressa desde o período imperial, quando crianças eram deixadas em locais públicos⁵.

Tais situações já demandavam preocupação do Estado em relação à infância “enjeitada” no Brasil e como as ações assistencialistas desenvolvidas pelas Câmaras Municipais e pelas Santas Casas de Misericórdia.

As Santas Casas atuavam na assistência à pobreza nas cidades na perspectiva da caridade cristã e mantinham as *Rodas dos Expostos*⁶ como meio para receber as crianças “enjeitadas” sem que suas famílias fossem identificadas. Já as Câmaras Municipais tinham como prerrogativa o acompanhamento e avaliação das ações realizadas por instituições de caridade e de cuidados em saúde.

Conforme aponta Martinez (2003) o estado brasileiro quase não intervém nestas questões, mas reserva-se ao papel de fiscalizador no cuidado com os pobres e desvalidos. Essa afirmação nos ajuda a compreender quais as perspectivas de intervenção junto aos pobres “enjeitados” atribuídas à filantropia. A responsabilidade pelo trato das questões relacionadas à entrega de crianças “indesejadas” e mesmo a prestação de serviços no âmbito da saúde não possuíam qualquer regulamentação ou sistematização e estavam sujeitas aos diversos acordos entre a esfera pública e a privada de forma em que a criança era desprovida de humanidade e direitos. Mas falamos de um período histórico no qual o

⁴ Consideramos o conceito de sofrimento ético-político conforme descrito por Bertini (2014, p. 62), “o sofrimento ético-político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social. Em síntese, é a “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica... Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (apud SAWAIA, 1999, p. 56).

⁵ Maiores informações sobre o assunto em RIZZINI & PILOTTI (2011).

⁶ As Rodas eram formadas por uma caixa dupla em formato cilíndrico e foram adaptadas no muro das instituições caridosas. Com a janela aberta para o lado externo, um espaço dentro da caixa recebia a criança e após, rodava-se o cilindro para o interior dos muros, desaparecendo assim a criança aos olhos externos; dentro da edificação a criança era recolhida, cuidada e criada até se fazer independente (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 2018).

Estado, ainda em fase de estruturação, não possuía de fato instituições sólidas, independentes e atuantes.

No Brasil, é a partir da década de 30, como aponta Boschetti (2006, p. 10) que o Estado passa a intervir de forma efetiva e sistemática na regulação das relações de trabalho e na área social. Esta última também se configurando como seu objeto de atuação em um contexto de intensa modernização do setor urbano industrial. O que não ocorre por acaso, se considerarmos que o Estado é produto da divisão social do trabalho (MANDEL, 1988, p. 333), com a função de proteger a reprodução da estrutura social e manter a ideologia da classe dominante⁷.

Neste contexto, a mulher é colocada como ser supremo e responsável pelo bem-estar da família e deve permanecer em casa, cuidando do lar. Badinter (1985, p. 223) já apontava que

Graças à responsabilidade crescente da mãe, a esposa pode impor-se mais ao marido e ter, muitas vezes, enquanto mãe, a última palavra. A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função” com um vocabulário tomado à religião (...) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”.

É esse um dos discursos que contribui para atribuir à mulher a educação e o cuidado com a prole. Mas ainda assim, o aumento de crianças abandonadas se manteve, forçando o governo brasileiro a estabelecer legislações com o intuito de “salvar a família, para proteger a criança” (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 270).

Em meio ao emergente conflito de classes e processo de reivindicações que marcam o início da República, foi criado o *Juizado de Menores*⁸ e, logo em seguida, o “Código de Menores”, voltado para o atendimento de crianças em “situação irregular” ou de abandono.

Pereira (1992, p. 18) demonstra que

Em 1940, o governo criou uma política de proteção materno-infantil, tendo como meta a preparação do futuro cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como “capital humano” do país, através do preparo profissional, e o respeito à hierarquia através da educação da criança (apud RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 262).

⁷ As principais funções do Estado para Mandel (1982, p. 15) são: 1.) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas da classe dominante; 2.) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção através do Exército, polícia, do judiciário e sistema penitenciário; 3.) Integrar as classes dominadas, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante, fazendo com que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o uso de modos repressivos.

⁸ O Juizado de Menores era o responsável pelas instituições de internação responsáveis pelo atendimento dos “menores” abandonados.

O Decreto-lei nº 2.024 de 17/02/1940 era responsável por “fixar as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País”, em pleno Estado Novo. Antes disso, porém, o Código de Menores de 1926 já destinava atenção aos “infantes expostos”⁹.

Essas crianças eram encaminhadas para as instituições assistenciais e as mães que realizavam a entrega voluntária não eram obrigadas a se identificarem ou a assinarem qualquer documentação no processo de entrega. Porém, aqui, já havia a possibilidade de serem atendidas por funcionários da instituição e fornecerem informações sobre a criança e, principalmente, se inicia a obrigatoriedade do registro de seu nascimento.

Embora o Código de Menores¹⁰ já falasse sobre adoção (simples e plena) e sobre destituição do “pátrio poder”, não há qualquer menção acerca do atendimento às mulheres que desejassem abrir mão do filho e entregá-lo de forma voluntária à adoção. Apenas o que se percebe é a direção correcional-repressiva do Estado, visando a manutenção da ordem e a responsabilização do “menor”, da família ou de seus responsáveis.

Em meados da década de 1970 o mundo observou a chamada “crise do modo de produção capitalista”. A intervenção crescente do Estado na economia num cenário de profunda crise do processo de acumulação capitalista dá origem à reação neoliberal, o que por si só propõe mudanças no papel e na atuação do Estado a partir dos preceitos de “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização”¹¹, contribuindo para que o capital financeiro pudesse ultrapassar as fronteiras dos Estados (NETTO, 2012).

No Brasil, as determinações desse processo econômico já se manifestam a partir da abertura democrática pós ditadura militar, cuja estrutura legal e institucional se dá pela força coerciva no intuito de garantir as relações de propriedade do capitalismo, seu complexo aparelho contratual e suas transações financeiras.

Esse processo contribui para importante crise econômica no país em meio à abertura política e elaboração da Constituição de 1988 e diante do processo de mobilização da classe trabalhadora. Assim, pode-se afirmar que a Constituinte nasce enquanto fruto de disputa entre os interesses das classes dominantes e da classe trabalhadora num contexto de abertura democrática cheio de contradições e projetos distintos de Brasil, no qual alguns preceitos foram preservados, como a afirmação dos direitos sociais da criança e do

⁹ Eram considerados “infantes expostos” todas as crianças de até sete anos encontrados em estado de abandono.

¹⁰ Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, institui o Código de Menores.

¹¹ Para Netto (2012) ocorre a flexibilização dos processos produtivos e das relações trabalhistas, uma desregulamentação comercial-financeira e a privatização do patrimônio estatal.

adolescente¹² e, conseqüentemente as condições para as mudanças jurídico-legais sobre a entrega voluntária em adoção.

4. O ARCABOUÇO JURÍDICO-LEGAL DA ENTREGA VOLUNTÁRIA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONJUNTURA NA VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO – SÃO PAULO

Observa-se que as mudanças jurídico-legais se dão em resposta às modificações do pensamento e das vivências sociais. Com o avanço dos pressupostos liberais não apenas na economia ou política, mas também no âmbito jurídico e mesmo das relações sociais observa-se o avanço oportunista do Estado ao considerar a maternidade como uma escolha e, assim, fornecer respaldo legal para a entrega voluntária do filho em adoção.

É importante destacar que na década de 90 – em meio ao início de um movimento de contra-reforma pautado no “enxugamento” do Estado e voltado para o mercado –, importantes legislações são aprovadas no âmbito das políticas sociais, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³.

A nova legislação voltada para o atendimento de crianças e adolescentes, embora inovadora e regulamentando ações de proteção à maternidade, inicialmente não se referia especificamente à entrega voluntária de crianças em adoção. Ao mesmo tempo, em seu Art. 238 o ECA qualifica enquanto crime “prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa” sob pena de reclusão.

Já em 1991 a legislação sofre sua primeira modificação/atualização. Nessa versão, caberia à então Vara de Órfãos e Sucessões “praticar os atos relativos à tutela de órfãos” e “praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de órfãos e à guarda e administração de seus bens”¹⁴.

¹² Diversas forças políticas se fizeram presente durante o processo de elaboração da Constituinte de 1988, como movimentos da classe trabalhadora e de múltiplos seguimentos da sociedade civil. Dentre estes, ONG's e militantes de serviços de atendimento voltados à infância, no intuito de promoverem a visibilidade para a questão da infância no país. Esse movimento, assim como a nova postura político-econômica voltada para as convenções internacionais contribuíram para a inclusão da pauta no Art. 227 da Constituição.

¹³ A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em substituição ao Código de Menores, é fundamentada na doutrina da proteção integral e na perspectiva de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito e em desenvolvimento. Ela ainda atribui à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade em relação à efetivação dos direitos da criança e do adolescente, rompendo com a lógica de culpabilização das famílias, pelo menos do ponto de vista normativo.

¹⁴ Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991. Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios. Seção V, Art.º 29, § III e § IV.

O que podemos observar é que a legislação se limitava à regulamentação em relação às crianças órfãs, sem referência explícita à entrega voluntária. O que só ocorre, na legislação brasileira, à partir da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009¹⁵.

Nesse sentido, o Art. 8 do ECA, em seus § 4º e § 5º, passa a definir, respectivamente, que “incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal” e “a assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção”. Já o Art. 13, em seu Parágrafo Único dispõe que “as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude”.

A Lei nº 12.010, que traz importantes alterações no ECA, principalmente em relação ao processo de adoção no Brasil, ainda fala sobre o atendimento das mulheres no âmbito do judiciário, dos serviços de saúde e dos demais programas de atendimento vinculados às políticas sociais, quando manifestarem o desejo pela entrega voluntária do filho em adoção. E, após quase dois séculos da implantação da roda dos expostos, a entrega voluntária passa a figurar em meio à normatização vigente no país, agora, em uma perspectiva de direito e vinculada às instituições oficiais do Estado como forma de proteger a criança, evitando-se sua exposição ao abandono, e à genitora, garantindo-lhe o direito de abrir mão do filho com todo o amparo das políticas sociais.

Conforme a legislação, a mulher que deseja realizar a entrega voluntária do filho em adoção poderá manifestar esse desejo ainda durante a gestação e, segundo a política estabelecida, deverá receber apoio no processo de reflexão para “uma decisão amadurecida sobre permanecer ou não com a criança” (TJSP, 2015). A política prevê a intervenção dos serviços de saúde, assistência social e judiciário de forma integrada para garantir o atendimento dessas mulheres. Mas será isso um avanço na garantia de direitos?

Considerando estas premissas, a Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro realiza atendimentos às gestantes ou puérperas – que procuram, espontaneamente, ou encaminhadas por instituições hospitalares e serviços da rede socioassistencial –, que manifestam o desejo de entrega do filho em adoção.

As gestantes são atendidas no plantão do Setor Técnico¹⁶ por um assistente social e um psicólogo. A equipe realiza a escuta e orientações/reflexões com a mulher considerando

¹⁵ Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

a manifestação do desejo pela entrega voluntária do filho em adoção e a motivação para tal escolha. Se o desejo pela entrega voluntária se confirma de forma aparentemente segura, o processo jurídico é aberto e a mulher orientada quanto à necessidade de retornar ao Setor Técnico após o nascimento da criança para realizar a entrega em audiência ou, caso ocorra a desistência, informar sobre o desejo de permanecer com a criança para que o processo seja arquivado.

Em algumas situações, as mulheres são encaminhadas para atendimento nos serviços de saúde e assistência social de referência. Durante a gestação, o apoio e assistência adequados podem contribuir para um processo de reflexão e busca por alternativas que podem resultar na mudança desse desejo.

A partir das análises dos atendimentos realizados, observamos que dentre as principais motivações para a entrega voluntária estão: dificuldades financeiras; conflitos familiares, principalmente entre mulheres adolescentes e jovens e os progenitores da criança; ausência do genitor da criança; ausência do desejo pela maternidade; gravidez indesejada. Não há registros de dados que permitam a quantificação destas motivações nem mesmo a análise mais aprofundada sobre elas. O que se observa é um importante entrave para avançarmos em propostas efetivas para o atendimento dessas mulheres e crianças.

Após a conclusão do estudo social e psicológico iniciado durante a gestação e, diante do retorno, agora da puérpera em confirmação de seu desejo após o nascimento da criança, a mulher é encaminhada para audiência composta pelo magistrado, representante do Ministério Público e um defensor público representando os interesses da puérpera.

A legislação garante à mulher o direito de retratação¹⁷ de sua decisão, pelo prazo de dez dias. Após esse período, inicia-se o trabalho de encaminhamento da criança para família substituta (adoção).

A legislação ainda garante à mulher a manutenção do sigilo sobre a gravidez e a entrega da criança. Portanto, caso se expresse esse desejo não é realizada busca de demais familiares para assumir os cuidados da criança, uma vez que é garantido à mulher o direito ao sigilo das informações.

Na VIJ de Santo Amaro, até meados de 2018, não havia registros sobre a quantidade de mulheres que procuraram a instituição para manifestarem o desejo de entrega voluntária dos filhos em adoção, tampouco quantas concluíram a decisão ou quantas mudaram o posicionamento durante os atendimentos com profissionais do Setor

¹⁶ A equipe é formada pelo Setor Técnico de Serviço Social, atualmente com oito assistentes sociais e o Setor Técnico de Psicologia, com onze psicólogos.

¹⁷ Conforme definição do Dicionário Jurídico DireitoNet “trata-se de termo que significa voltar atrás no que disse, assumir o erro ao fazer uma imputação a alguém”. Segundo o Dicionário Michaelis “ato ou efeito de retratar-se, de desdizer-se. Confissão de erro. Desmentido”.

Técnico (Serviço Social e Psicologia). Assim, não se localiza também a quantidade de mulheres encaminhadas à rede de serviços de saúde e socioassistenciais do território ou quantas mulheres solicitaram a retratação após a escuta em audiência.

Contudo, conforme se percebe na própria cartilha elaborada pelo TJSP (2015, p. 9).

Não serão, entretanto, todas as mulheres que necessitarão de atendimento. Várias já estão seguras de sua decisão e deverão ser respeitadas, sendo encaminhadas à Justiça. Outras precisarão de suporte para superar suas condições desfavoráveis e poder assumir consequentemente seu papel como mãe ou para que compreendam a entrega judicial como a melhor escolha para o bem-estar de sua criança.

Tais dados passaram a ser registrados recentemente, porém, ainda de forma incipiente e insuficiente.

Entre o período de agosto de 2018 e o mês de abril de 2019 foram registradas vinte entregas voluntárias na VIJ de Santo Amaro, que resultaram em escuta em audiência. Não há registros de quantas mulheres procuraram o judiciário e foram encaminhadas para atendimento das diferentes políticas públicas, desistindo da entrega, ou quantas se retrataram após oitiva em audiência. Em um esforço para obter tais dados junto à equipe técnica, obtivemos informações de que não houve nenhuma retratação nesse período, logo, ocorreram encaminhamentos de vinte crianças para família substituta (adoção), em decorrência da entrega voluntária.

Não foi possível identificar quantas mulheres buscaram atendimento no Setor Técnico da VIJ de Santo Amaro manifestando o desejo pela entrega voluntária do filho em adoção e, após as orientações e declinaram de seu desejo, sem que resultasse em audiência.

Embora seja possível notar um esforço em desmistificar o processo de entrega voluntária como abandono e elevar ao status de direito, o que observamos, na prática, é que a operacionalização da política se faz de modo pouco reflexivo e efetivo frente ao campo reduzido da ação das políticas sociais e que, por vezes, imprime ao papel do Estado a legitimação da reprodução social através de intervenções coercitivas.

Em outras palavras, se evidencia uma intervenção judicial que, por vezes, promove a “expropriação consentida” das crianças de mulheres pobres – reconhecendo a ausência de acesso às políticas públicas como fator determinante ou influenciador para a entrega de seus filhos em adoção.

Além das dificuldades de atuação do judiciário, vemos, também, as dificuldades de atuação das políticas públicas no âmbito do território, diante das tendências neoliberais, que as atingem.

As consequências do ajuste neoliberal para a política social, por sua vez, são enormes, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao aumento generalizado da demanda por serviços sociais públicos, mas porque se corta gastos, flexibiliza-se direitos e se propõe, implícita ou explicitamente, a privatização dos serviços (...) (TELLES, 1998, apud BEHRING, 2008, p. 161-162).

Nesse sentido, apesar do aparente avanço em relação às políticas voltadas para alguns segmentos da população (mulheres, negros, LGBT, etc.), a proposta de atendimento a estas mulheres é ainda questionável, principalmente no que se refere à política de saúde e de assistência social¹⁸.

E é nesse contexto neoliberal, de mercantilização e financeirização dos direitos sociais e da vida, de aprofundamento da exploração e expropriação das classes subalternas por parte do capital, que as mulheres devem “refletir para uma decisão amadurecida” em relação à entrega do filho em adoção. Será que ainda assim, podemos afirmar que essa entrega realmente é voluntária?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tímido levantamento realizado acerca do histórico das políticas voltadas para a infância “abandonada” verificamos que, apesar da disseminação do mito do amor materno e da idealização da figura materna, a entrega voluntária de crianças em adoção é um fator presente na sociabilidade humana. No Brasil, a prática chegou a mobilizar o que podemos considerar como uma das primeiras políticas sociais voltadas para a infância no país, a implantação das Rodas dos Expostos.

Após a abertura democrática no Brasil, com o fortalecimento da disputa entre projetos das diferentes classes, houve importante avanço das políticas sociais, o que se percebe também em relação à legislação voltada para a regulamentação da entrega voluntária de crianças em adoção.

Com o avanço do neoliberalismo e o processo de mercantilização das políticas sociais, ao mesmo tempo em que a legislação avança no intuito de promover às mulheres o direito por abrir mão do filho de forma legal, o que se vê é um sistema de atendimento que contribui para a expropriação das crianças das classes subalternas, atualmente entregues para a satisfação de outros grupos que atuam fortemente pressionando o Estado por medidas que facilitem o processo adotivo no país. Esse movimento, por si só, contribui

¹⁸ A saúde, atualmente fragmentada e terceirizada não alcança seu caráter universal, o que contribui para a ausência de atendimento integral de segmentos cada vez mais pauperizados. O que também se percebe em relação à assistência social, restrita aos programas de transferência de renda, na lógica de mercantilização dos serviços.

grandemente para o mecanismo de criminalização da pobreza, responsabilização do indivíduo e a crença de que as classes subalternas não reúnem condições para educar os filhos.

Nesse sentido, é importante que o olhar do profissional da equipe técnica da VIJ, empenhado no atendimento de mulheres que manifestam o desejo pela entrega de seus filhos, esteja voltado para a compreensão das reais motivações que levam estas mulheres a procurar a instituição.

Nem todas as situações, de forma isolada, significam o real desejo da mulher pela entrega do filho em adoção. Em muitos casos, o atendimento inicial que tinha como desejo a entrega voluntária, resulta em processos de orientações e encaminhamentos para trabalho de fortalecimento de vínculos, reflexão sobre as condições da maternidade, inserção em políticas públicas que garantam acessos aos direitos essenciais que possibilitem à mulher melhores condições econômicas e sociais para assumir os cuidados do filho, se assim for seu desejo.

Torna-se importante, contudo, destacar as dificuldades e os desafios para as intervenções profissionais no âmbito da Vara da Infância e das políticas públicas, no intuito de aprofundar a discussão sobre a entrega voluntária e de viabilizar um trabalho efetivo junto às mulheres que declinam da entrega voluntária – antes ou depois da audiência. Nesse sentido, a articulação entre os serviços da assistência social, saúde, educação e judiciário são essenciais na garantia do direito dessas mulheres de cuidarem de seus filhos.

No tocante ao trabalho da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro, destacamos como grandes desafios a obtenção de dados sobre a temática, que nos possibilite análises mais aprofundadas sobre a questão aqui apresentada e, conseqüentemente, proporcione condições para a construção de alternativas para um atendimento que, de fato, se traduza em ampliação de acesso aos direitos e respeito à liberdade individual dos sujeitos.

Como já apontado, a falta de dados, além de dificultar o entendimento sobre o trabalho realizado, também limita a construção de uma compreensão qualificada sobre o aumento, ou não, da procura de mulheres para entrega voluntário do filho em adoção na VIJ. Resta-nos ainda a necessidade de compreender se essa busca está atrelada à ampliação das informações quanto ao direito das mulheres em abrir mão do filho, ou se, por outro lado, essa demanda se coloca em um contexto de recrudescimento da pobreza em conjunto com a precarização das políticas públicas.

Temos a percepção, enquanto equipe técnica que atua nessa temática, que as mudanças na conjuntura do cenário político, econômico e social, nos últimos anos,

influenciaram o aumento da procura de mulheres para entrega voluntária do filho, no entanto, apresentamos tal percepção apenas como hipótese.

Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento Ético-Político: Uma Análise do Estado da Arte. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a07v26nspe2.pdf>>. Acessado em 14/01/2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Editora UNB, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940.

BRASIL. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Estado e Amparo Social no Império do Brasil (1822-1831). Disponível em file:///C:/Users/nanap/Downloads/15670-25987-1-SM.pdf>. Acessado em 14/01/2019.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: Serv. Soc. Soc., nº 111, p. 413-429. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Política de Atenção à Gestante: Apoio profissional para uma decisão amadurecida sobre permanecer ou não com a criança. São Paulo: 2015.

Uma palavra da FUNABEM. Psicol. cienc. prof. Brasília, v. 8, n. 1, p. 6-7, 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

O TRABALHO E SUAS EXPRESSÕES NA QUADRA CONTEMPORÂNEA

SILVA, Neimy Batista da¹
IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre²

RESUMO: Trata-se de um estudo sobre a categoria trabalho e suas configurações na quadra contemporânea. Assim, objetivou analisar os fundamentos do trabalho em Marx (1983). De tal, modo apreender a mundialização do capital, suas implicações e as transformações societárias ocorridas no século XXI. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica. Considera-se uma reflexão necessária, em especial em tempos de contrarreformas trabalhistas.

Palavras-chave: Trabalho. Capital. Mundialização. Classes sociais.

ABSTRACT: It is a study about the work category and its configurations in the contemporary block. Thus, it aimed to analyze the foundations of the work in Marx (1983). In such a way, to grasp the globalization of capital, its implications and the societal transformations that occurred in the 21st century. We used bibliographic research. It is considered a necessary reflection, especially in times of labor counter-reforms.

Keywords: Work. Capital. Globalization. Social classes.

¹ Professora Doutora de Serviço Social, Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiás. E-mail: neimybs@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social.

² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiás. E-mail: bs.biancastefani@gmail.com Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

1 INTRODUÇÃO

A análise do trabalho é aqui realizada em uma perspectiva histórico-crítica, com base no conjunto das transformações societárias, engendradas a partir de 1970 no capitalismo, as quais incidem (ou não) nas tendências do projeto profissional do Serviço Social. Ao iniciar essa investigação, tem-se como ponto de partida a categoria trabalho, sustentada em Marx, como categoria central para o entendimento da sociabilidade humana. O trabalho é um elemento que constitui e é constituinte do próprio homem, mas no capitalismo, ao mesmo tempo o destrói e o subjuga.

2.1 Fundamentos do trabalho em Marx

Marx (1983) apresenta elementos analíticos essenciais à apreensão do trabalho e sua relação com o capital, suscita elementos de análise da relação capitalista de produção (meios de produção) e o trabalho enquanto valor e processo de valorização. Contudo, as relações entre trabalho e meios de produção não tem como objetivo somente produzir valor de uso, para o atendimento das necessidades humanas, ao mesmo tempo em que cria novas necessidades. Esse autor analisa, em um primeiro momento, de forma genérica os meios de produção e sua relação com o trabalho, em O Capital. Nos dizeres de Marx,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1983, p. 149-150).

Historicamente, a força de trabalho insere-se no universo capitalista a partir do momento que se transforma em mercadoria, quando se troca por salário. Assinala Marx (1983, p. 151), *“considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo”*. Assim, consubstanciado em Marx (1983), a apreensão de trabalho produtivo, aqui tratado é resultante de um processo simples de produção de elementos úteis, portanto diferente na produção capitalista.

A mercadoria é apreendida por Marx (1983) para além de ser bem material e físico, pois também é produzida para saciar necessidades materiais ou para atender aos desejos da fantasia. Segundo Marx (1983, p. 49), *“uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando a sua utilidade para o homem não é medida por trabalho”*. Por exemplo,

o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas. Ainda, “uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria”. Ademais,

o homem que satisfaz sua própria necessidade com o produto que cria produz valor de uso, mas não mercadoria, tendo em vista que, para produzir mercadoria, não basta que se produza somente valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. Isto é, para que o produto seja mercadoria, é preciso que ele seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1983, p. 48).

Esse processo ocorre com a valorização das coisas e a desvalorização das necessidades dos homens, “com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*), aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (MARX, 2010, p. 80).

De acordo com Marx (1983), as formas sociais do trabalho, em geral pressupõem determinadas relações sociais de produção. Assim, o trabalho abstrato pressupõe determinadas relações de produção entre produtores mercantis na criação do valor. O valor das mercadorias é constituído pelo trabalho humano indiferenciado coagulado nas mercadorias, conforme o tempo gasto pelos trabalhadores para a produção de uma mercadoria, tempo de trabalho socialmente necessário. Pode-se afirmar que, sob o modo capitalista de produção, conforme Marx (1983, p. 48), o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho”.

A totalidade da vida social na reprodução do capital supõe a produção ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista responsável também pela geração de uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza que permeiam as relações de classes, e se expressam na luta de classes. Assinalam Iamamoto e Carvalho (1998, p. 62), que a “reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital”.

Na perspectiva de Mészáros (2006), essa reprodução dá-se pela subordinação do trabalho ao capital que, ao traçar mudanças, provoca a fragilidade da organização industrial e o agravamento do desemprego. Assim, expande-se, simultaneamente, o universo dos trabalhadores intelectuais ante a possibilidade de tê-los como consumidores em potencial, mas alheios ao processo de controle tanto da produção como da distribuição de mercadorias. Essas dimensões ultrapassam os aspectos econômicos, invadem outros espaços da vida humana, sejam aqueles ligados à vida objetiva, sejam os da vida subjetiva,

e afetam o íntimo do indivíduo. O fetiche da mercadoria atinge aquilo que deveria ser o resguardo da autonomia do sujeito: sua consciência.

Aqui os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. A isso eu chamo o fetichismo, que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 71)”.

De maneira geral, a sociedade capitalista, a partir da divisão do trabalho manual e intelectual, estrutura-se com base na alienação e no fetiche, que possibilitam à consciência. Assim, a divisão do trabalho se evidencia na organização do trabalho e, conseqüentemente, na produção e reprodução das relações sociais. Essas tendências configuram-se na fragmentação, na individualização, na divisão desigual do trabalho e na conformação das relações estabelecidas entre o homem, a natureza e o trabalho, pois, sob a lógica capitalista, há uma inversão no estabelecimento das necessidades humanas e no modo pelo qual os homens buscam satisfazê-las por meio da produção.

Com efeito, desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico, e aí deve permanecer se não quiser perder seus meios de vida – ao passo que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29).

Esse caráter do trabalho subjugua o trabalhador a uma condição organizativa alheia à sua vontade, e, dessa forma, recai sobre as condições em que é desenvolvido e sobre o processo de atendimento das necessidades humanas. Trata-se de exigências suscitadas pela ordem capitalista, de domínio e apropriação de inovação tecnológica, que conforma um modo de ser determinado pela intensidade e ritmos de avanços tecnológicos de última geração. Conforme assinalam Marx e Engels (1986) o trabalho como,

atividade social – esta consolidação de nosso próprio produto em um poder objetivo superior a nós, que escapa ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e reduz a nada nossos cálculos – é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico que até aqui tivemos. É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses (MARX; ENGELS, 1986, p. 47-48).

A sociedade acaba por sujeitar-se aos mecanismos de controle do capital, que reproduz, inevitavelmente, relações antagônicas. Com a subordinação do trabalho ao

capital, o agravamento do desemprego se expande ao universo dos trabalhadores intelectuais, enquanto permanece trabalhador como consumidor em potencial, mas totalmente subsumido ao controle capitalista tanto da produção como da distribuição e circulação de bens e serviços. Pois

a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, com isso, necessária sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, ela torna aleatório o sucesso dessa transubstanciação. Mas temos de observar aqui o fenômeno em sua pureza, pressupondo assim seu transcurso normal. Quando, de resto, transcorre de todo, não sendo, portanto, a mercadoria invendável, realiza-se sempre sua mudança de forma, ainda que nessa mudança de forma substância — grandeza de valor — anormalmente possa haver prejuízo ou acréscimo (MARX, 1996, p. 231).

O valor da mercadoria, que se materializa no trabalho abstrato coagulado na mercadoria é um fenômeno histórico e social, característico da sociedade mercantil. O valor é trabalho coagulado cristalizado, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria. No modo de produção capitalista, o trabalho abstrato supõe uma relação social entre os membros da sociedade ao realizar-se por meio da troca a igualação de produtos das mais variadas formas de trabalho. De acordo com Marx (1983, p.43), “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado ou cristalizado nela, significa a quantidade de trabalho necessário para a sua produção”.

Como acentua Marx (1883, p. 70), “a mercadoria [...] é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas [...]”. O capitalista, detentor dos meios de produção, busca obter um valor superior à mercadoria que produz, por meio da mais-valia, representada pela apropriação não paga de parte do valor criado pelo trabalho na produção de um bem ou serviço. Essa mais-valia subtraída do trabalhador e agregada ao valor da mercadoria garante o lucro do capitalista.

Para Marx (1983), o trabalho é o arbítrio entre o homem e a natureza. O homem inova, produz, arquiteta, edifica e constrói suas relações sociais por meio do trabalho. Portanto, a vida e a sociedade são apreendidas com base nas relações sociais nas quais se realiza o trabalho, uma vez que, assinala Marx (1983, p.151), “os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”.

O trabalho como criador de valores objetiva-se em relações sociais de estranhamento que implicam em alienação, objetivação do trabalho e (des)efetivação do trabalhador: aqui trata-se da relação dos meios de trabalho, do produto, das necessidades humanas. O sujeito encontra-se a serviço do objeto e do produto do trabalho, e não o contrário, como se o objeto fosse exterior ao sujeito que o cria. Assim, na acepção de Marx, afirma Konder que,

por conseguinte, a alienação é um fenômeno que deve ser entendido a partir da atividade criadora do homem nas condições em que ela se processa. Deve ser entendido, sobretudo, a partir daquela atividade que distingue o homem de todos os outros animais, isto é, a partir daquela atividade através da qual o homem produz os seus meios de vida e se cria a si mesmo: o trabalho humano (KONDER, 2010, p. 40).

Segundo Marx³, em especial, na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1974), a alienação ocorre “no processo de produção do sujeito enquanto pertencente ao gênero humano e em relação aos outros homens”. Essa relação impede que o trabalhador reconheça o resultado do trabalho como pertencente a ele, mas sim ao proprietário dos meios de produção.

Para Marx (2005, p. 113) a

economia política oculta a alienação na característica do trabalho enquanto não analisa a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. [...] Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas.

Assim, ao ser alienado nas diversas dimensões da vida, o trabalhador aliena-se do objeto que ele mesmo cria e, com isso, aliena-se do resultado do seu trabalho, aliena de si mesmo e de sua relação com os outros. Trata-se de uma relação de confronto e contradição, pois no modo capitalista de produção, o trabalhador é alienado do produto do seu trabalho, que não lhe pertence e no qual não se reconhece; o trabalhador está alienado em relação ao próprio ato de produção, uma vez que os procedimentos de trabalho são determinados pelo capitalista. Nas palavras de Marx (2005, p. 112),

significa não só que o trabalho se transforma em objeto e que assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Nessa situação, o trabalhador não mais se reconhece no seu trabalho e nem a si ou ao outro. O trabalho, destituído de seu real significado, passa a ser uma atividade torturante e desumanizadora, apesar de ser elemento essencial de constituição da sociabilidade. Afirma Marx (1983) que, se o trabalho é alienado, a vida também se torna alienada. Nos *Manuscritos* de 1844, Marx (2010) descreve o processo por meio do qual ocorre a inversão

³ Na obra *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), o conceito que Marx possui de alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) não é o mesmo de estranhamento (*Entfremdung*). O primeiro está repleto de um conteúdo voltado para a noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano; o segundo, ao contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que o primeiro se realize em conformidade com as potencialidades do homem, entaves esses que fazem com que, dadas as formas históricas de apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento.

da relação dos homens em analogia às coisas e aos próprios seres humanos, tornam-no universo mercantil.

Os estudos de Marx (2005) apontam elementos resultantes da alienação e do estranhamento que ocorre na relação do trabalhador com o objeto. Em Marx essa relação trabalhador-objeto de seu trabalho, torna-se um objeto estranho “[...]. Com efeito, segundo este pressuposto, está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna si próprio” (MARX, 2010, p. 81, grifos do autor). Desse modo, registram-se algumas indagações suscitadas por Marx (1968, p. 262-263):

Mas o que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural de vida. Menor de Quanto? O capitalista tem o seu próprio ponto de vista sobre essa extrema, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho, excedente. O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais suga mais se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo disponível, furta o capitalista. O capitalista apoia-se na lei de troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador procura extrair o maior proveito possível de valor-de-uso de sua mercadoria (MARX, 1968, p. 262-263).

O trabalhador, alienado de si e de seu objeto, torna-se estranho à sua própria natureza e também alheio ao desenvolvimento de sua atividade, sob o controle alheio – o quê? para quê? com quê? como? quando? – e ao resultado do seu trabalho. Trata-se de contradições entre capital/trabalho, escamoteadas pelas relações sociais de produção por meio das quais se produzem as mercadorias. Ocorre, assim, uma opressão do capital sobre o trabalhador.

Daí o surgimento da divisão de classes sociais (capitalistas donos dos meios de produção e trabalhadores donos da força de trabalho) que emerge nesse modo de produção da riqueza social excedente, ou seja, produzem bens materiais, além do atendimento às necessidades humanas. A apropriação pelos capitalistas e pelo Estado dos meios de produção gerados socialmente e do valor excedente resulta em exploração, opressão e alienação da classe trabalhadora.

No regime capitalista o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista (detentor dos meios de produção, da mercadoria e dinheiro) em troca do salário. Essa relação apoia-se na divisão social do trabalho. Assim, o trabalhador possuidor da força de trabalho, contudo despossuído dos meios de produção, torna-se trabalhador assalariado.

Como o trabalho alienado concretiza-se na esfera da produção, torna-se exequível, portanto, sua apropriação pelo proprietário dos meios de produção. É precisamente nesse

processo que, conforme visto anteriormente, se engendra a alienação. Ela se generaliza no trâmite da produção para as demais camadas da sociedade (MARX, 1983).

A experiência humana, segundo Marx (1974; 2005; 2010), toma como totalidade o ser humano como ser social, historicamente situado, produto e produtor da própria história. Nessa perspectiva, o ser social não é a soma do individual e do social, e sim a síntese das relações existentes, que se articula à configuração social por meio do desenvolvimento histórico concreto. É, portanto, o trabalho que possibilita essa historicidade, ou seja, ele é a razão de ser do trabalhador. O trabalho é central porque possibilita a realização, a transformação e o atendimento das necessidades básicas do homem.

Para Marx e Engels (1986), a superação da exploração do trabalho, do assalariamento e da alienação requer a construção de outra sociabilidade, diferente da que existe na produção capitalista, que subjuga o trabalhador e o conduz à miséria, à morte e, ainda, definha sua força e seu pensamento. Essa nova sociabilidade possibilitaria o exercício da liberdade e eliminaria as formas de escravidão vivenciadas no trabalho alienado. O trabalho, conforme Netto e Braz (2006) é uma categoria fundamental para a apreensão do "fenômeno humano-social". Reafirma-se sua centralidade, que se evidencia historicamente nos contornos políticos, sociais e éticos delineados na sociedade burguesa.

2.2 Mundialização do capital e trabalho

A partir da concepção marxista do trabalho, considera-se necessário tratar como se insere a dimensão do trabalho no contexto do capitalismo, mundializado, fase de acumulação que eclode na década de 1970, expressa no advento dos avanços tecnológicos e científicos, na reorganização do trabalho e da classe trabalhadora e na ampliação da lucratividade. A terceirização, a flexibilização e precarização das atividades laborais são expressões da mundialização do capital com ampliação da exploração.

Nesse contexto, as mudanças nos padrões de organização do trabalho – expressas na acumulação do capital em suas diferentes formas, pelo fordismo e pela acumulação flexível – produzem e reproduzem, constantemente, as desigualdades entre as diversas regiões, tanto nas sociedades mais avançadas, como nas periféricas aos centros mundiais.

Behring e Boschetti (2006) afirmam que a crise de 1970 foi marcada pela estagnação da economia mundial e pela crise do próprio sistema produtivo. Somam-se a isso os conflitos ocorridos no bloco socialista e a falência da União Soviética, que foi acompanhada pelo enfraquecimento dos movimentos dos trabalhadores. Conforme as autoras, tais elementos, aliados às inovações tecnológicas, possibilitaram a internacionalização do capital

e uma intensa reestruturação do padrão de produção e gestão, sob a hegemonia das finanças.

Assinala Chesnais (1996, p. 28), “a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer”. Desse modo, a concorrência no que se refere à força de trabalho, salário, jornada de trabalho torna-se livre na esfera mundial.

O discurso ‘globalizante’ entende que o capital se desvencilhou de seus Estados de origem e não mais se orienta por linhas territoriais. Utiliza estratégias políticas em nome da expansão da economia e, como tática, intensifica a exploração dos recursos naturais cada vez mais escassos no mundo em busca da expansão do mercado.

As transformações do capitalismo, decorrentes do avanço tecnológico, informacional, virtual e científico, dentre outros, implicam novas expressões da questão social e impactam a vida dos sujeitos sociais e sua organização política; ou seja, influenciam o modo de ser e estar dos indivíduos no mundo. Há de se reconhecer que essas tendências e configurações, que ocorrem em âmbito mundial, expressam o movimento do capital financeiro, que tem na mundialização um movimento seletivo.

Destarte, a mundialização do capital e as mudanças tecnológicas, atingem a classe trabalhadora no início do século XXI. São acompanhadas de ampla intensidade dos diferentes ritmos da produtividade, da competitividade, da disparidade salarial, da flexibilidade contratual. Busca-se força de trabalho com múltiplas qualificações sob o signo da polivalência, o que é acompanhado do fechamento de postos de trabalho, da redução da renda e da precariedade do trabalho.

Chesnais (1996) assinala também que a reestruturação produtiva extinguiu postos de trabalho, ao mesmo tempo em que provocou outras formas de precarização e intensificação, eliminando as ocupações tradicionais de tempo integral e duração indeterminada. Assim, promoveu configurações diversificadas na vida dos assalariados e nas condições de trabalho. O incremento tecnológico expresso na automação, na cibernética, na informática e na microeletrônica – alastrou-se no processo produtivo movido pelo toyotismo, afetando as relações de trabalho.

Essa é uma nova situação estrutural, resultante de um processo de reestruturação produtiva, já denominada Terceira Revolução Industrial: Já dito no trecho anterior. Trata-se de tendências que se inspiram na elevação da produtividade e na amortização de investimentos e custos, de tal modo que reduzem os postos e as equipes de trabalho e reafirmam a polivalência e a flexibilidade do trabalho. Essas inovações tecnológicas atingem

também o modo pensar, de agir do indivíduo, sua sociabilidade, interação, e ações impulsionadas pela tecnologia virtual. Ainda, provocam exigências que demandam reflexão crítica e criatividade. Além disso, o fordismo/toyotismo⁴ impulsiona a privatização, a desregulamentação/flexibilização.

Esse processo de mundialização do capital materializa-se com apoio de diversos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), sob a direção político-econômica do governo dos Estados Unidos da América (EUA), ação que intensifica a hierarquização entre Estados e nações. De acordo com Chesnais (1996, p. 34), a tendência é de implementação de “[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas”.

O período, entre o fim da década de 1990 e início da década de 2000, inova a produção do capital (maquinofatura) e provoca o alargamento da crise estrutural de valorização do valor, que aparece na financeirização da riqueza capitalista e na supremacia do capital financeiro na dinâmica de acumulação de valor.

A mundialização do capital enraíza na vida da classe trabalhadora, impacta no conjunto de política social, uma das mediações no trabalho do assistente social, por meio de tendências de focalização, de setorialização, de terceirização, de municipalização, de privatização, de redução de investimentos públicos. Essa situação interpela também o trabalho profissional do assistente social, evidenciada na contratação temporária, nas incertezas do acesso ao trabalho, na intensificação, nos reduzidos salários, no produtivismo, no ativismo, no imediatismo, na ausência de carreiras, cargos e provimentos, na condição de trabalho, dentre outros.

3 CONCLUSÃO

No processo capitalista, o trabalho aparece sob o duplo caráter: diretamente como trabalho privado, concreto, qualificado e individual, e simultaneamente como trabalho social, abstrato, simples e socialmente necessário. De um lado, considera-se o trabalho como ponto de partida do processo de humanização, de outro, o trabalho assume a forma de trabalho abstrato, assalariado, alienado e fetichizado.

⁴ Conforme Antunes (1999, p. 19), o fordismo/toyotismo “expressa a forma particular de expansão do capitalismo [...] a produção heterogênea, os estoques reduzidos e tendência de precarização e terceirização do trabalho. [...] estratégias de produção em massa verticalizadas, com controle rígidos dos tempos e dos movimentos, sob forte despotismo e controle”.

Dessa forma, a alienação constitui-se na objetivação do trabalho e (des)efetivação do trabalhador, ou seja, o trabalhador se encontra a serviço do objeto, do produto do trabalho, e não as condições e meios de trabalho a serviço do sujeito que o cria. É como se o objeto fosse estranho àquele que o criou. Portanto, a alienação se expressa em diversas dimensões, em especial, na relação do sujeito com o trabalho, que valoriza as coisas e desvaloriza o homem. Considera-se a propriedade privada dos meios de produção no sistema capitalista, geradora de alienação, que se expressa em diversas dimensões e distintas formas, a exemplo da relação estabelecida pelo sujeito com o trabalho e que envolve a valorização das coisas e a desvalorização do homem como sujeito.

No contexto de mundialização do capital, assinala Harvey (2012), o neoliberalismo⁵, provoca a ampliação da exploração, da concentração de riqueza, do desemprego, da violência, da desigualdade social, da desproteção social e da situação ecológica catastrófica, além de conduzir à reconfiguração do Estado, dentre outros. Ademais, a lógica histórica, cultural e econômica institucionaliza-se na quadra contemporânea em tendências individualizantes, em sofrimentos de homens/mulheres que buscam incessantemente respostas às suas demandas sociais.

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. (Biblioteca Básica de Serviço Social v.2). São Paulo, Cortez, 2006.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. In. CHESNAIS, François (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12. ed. São Paulo: Cortez; Lima-Peru: Celats, 1998.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁵ O neoliberalismo refere-se a uma teoria, inspirada no liberalismo, defendido por Friedrich Augusto Hayek e Milton Friedman. Origina-se nos Estados Unidos da América e consiste em normas econômicas e políticas norteado pelo princípio capitalista da circulação livre do comércio, sendo que o Estado se exime de suas responsabilidades.

MARX, Karl. *A Ideologia alemã – Feuerbach*. Tradução José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política - livro I*. 2 v. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política - livro primeiro*. Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. v. I, tomo I. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

ABORDAGEM DAS CATEGORIAS ESPAÇO E TERRITÓRIO NAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira¹

Caio de Alcântara Gomes da Cruz²

Sabrina Dias Barbosa³

Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais - Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social

Resumo: O presente trabalho trata da experiência do Trabalho Social vinculado ao Programa de Despoluição do Rio Paraibuna na execução das oficinas de educação ambiental. O objetivo é apresentar os conteúdos e metodologia utilizados para ampliar os objetivos institucionais de envolver a população para melhores resultados do Programa e possibilitar uma perspectiva crítica das condições ambientais no ambiente urbano.

Palavras chave: educação ambiental, território e participação social.

Abstract: The present work deals with the experience of Social Work linked to the Paraimuna River Pollution Program in the execution of environmental education workshops. The objective is to present the contents and methodology used to expand the institutional objectives of involving the population to better results of the Program and to provide a critical perspective of the environmental conditions in the urban environment.

Key words: environmental education, territory and social participation.

¹ Assistente Social da Companhia de Saneamento Municipal de juiz de Fora - Cesama - poliveira@cesama.com.br

² Graduando de Serviço Social da UFJF - caio1997gomes@gmail.com

³ Graduando de Serviço Social da UFJF - sabrinadiasbarbosasdb@gmail.com

1. Introdução

No presente trabalho, apresentamos uma sistematização das ações de educação ambiental que vêm sendo realizadas pela equipe de Serviço Social da Cesama - Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora. A Cesama é uma empresa pública que compõe a administração indireta do município responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário. O Serviço Social na instituição atua em duas frentes principais: a área de recursos humanos, com ações voltadas aos trabalhadores da Companhia; e a área socioambiental, em que são desenvolvidas uma série de atividades voltadas à população, mobilizadas a partir do Trabalho Social desenvolvido em paralelo às ações de expansão dos sistemas de água e esgoto.

Como recorte para esta apresentação, definiu-se por abordar a metodologia de trabalho social desenvolvida em ações inscritas no eixo de Educação Socioambiental que compõe o Plano de Trabalho Social do Programa de Despoluição do Rio Paraibuna. Este programa destina-se à implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Juiz de Fora e conta com variadas fontes e modalidades de financiamento para implantação da estrutura física necessária para o tratamento de esgoto na cidade.

Os recursos são administrados pela Caixa Econômica Federal e, de acordo com a previsão da Portaria nº 464 de julho de 2018, todas as intervenções de saneamento e habitação, objeto de operações de repasse/financiamento ao setor público devem prever destinação de uma parte do orçamento para o trabalho social. De acordo com o material institucional, produzido pelo então Ministério das Cidades⁴,

O trabalho social é um processo que congrega um conjunto de ações que busca o atendimento das necessidades da população (autonomia e desenvolvimento) e de seu protagonismo social e a sustentabilidade do empreendimento (social, ambiental, construtiva e financeira). (...) O termo autonomia significa independência ou autodeterminação, é a possibilidade ou a capacidade que tem uma pessoa ou uma organização de se autorregular. Essa capacidade é uma construção histórica, configura-se como alternativa de grupos, segmentos, classe social, que resistem, lutam, propõem e constroem alternativas de vida. Nesse sentido, relaciona-se diretamente com as noções de protagonismo social e desenvolvimento da população. (...) A cidadania refere-se à garantia de direitos sociais, econômicos e políticos, mas também a conquista de novos direitos e ao exercício da participação dos sujeitos sociais na esfera pública. A noção de cidadania implica no aprofundamento da democracia, na transformação da cultura política paternalista, clientelista e autoritária presente nas relações que se estabelecem na sociedade brasileira. (TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - LIVRO TEXTO, 2010: 80-81).

Como componente compulsório dos programas de saneamento, o Trabalho Social vinculado ao Programa de Despoluição do Rio Paraibuna vem sendo realizado desde o ano de 2015, com coordenação e execução do Serviço Social da Cesama. Com objetivo de

⁴ Em 1º de janeiro de 2019, o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional foram fundidos e transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional

ampliar o tratamento de esgoto do município, o Programa de Despoluição do Rio Paraibuna inclui a implantação de coletores de esgoto nos principais córregos da cidade, interceptores nas margens do rio Paraibuna, redes de recalque, estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto (ETEs).

A demanda institucional pelo Trabalho Social se coloca pela necessidade de que a infraestrutura instalada funcione da melhor maneira possível abordando aspectos do funcionamento do sistema de esgotamento sanitário que tem interface com comportamentos da população usuária. Espera-se que o Trabalho Social faça a comunicação com a comunidade que recebe as obras para que todos conheçam os impactos gerados pela obras de implantação da infraestrutura, informações sobre o andamento dos empreendimentos e orientações de comportamentos que contribuam para o objetivo final do Programa que é manter a bacia do Rio Paraibuna livre de esgoto. Por isso, o trabalho socioeducativo dentro do programa se faz imprescindível para fomentar o debate em relação às questões ambientais presentes no cotidiano da população em seu convívio com as implicações ambientais da configuração urbana do território.

A demanda institucional apresentada se articula com objetivo do trabalho desenvolvido pela equipe de Serviço Social da companhia que busca democratizar o acesso ao saneamento básico através de atividades socioeducativas de orientação não apenas em relação aos serviços prestados pela Cesama, mas também relacionadas à problematização das questões ambientais vivenciadas no espaço urbano articulando esses aspectos com o papel do saneamento básico para as condições saúde e qualidade de vida, especialmente no ambiente urbano.

Dessa forma, o Plano de Trabalho Social com objetivo geral de estabelecer um canal de comunicação e conscientização com a população de Juiz de Fora que propicie conhecimento e informação acerca dos empreendimentos, segurança durante as obras e um processo educativo acerca dos aspectos socioambientais. Aliado ao objetivo geral ainda destacamos os seguintes objetivos específicos: Informar, de forma transparente, a população da cidade sobre os investimentos realizados, bem como seus impactos e implicações para o cotidiano da cidade; promover um espaço de conscientização acerca da importância da política de saneamento para manutenção da saúde, meio ambiente e qualidade de vida; desencadear processos educativos que se traduzam em mudanças de comportamento da população na direção da manutenção dos benefícios trazidos pelos investimentos; garantir segurança e a socialização de informações acerca dos impactos gerados pelas obras a serem executadas.

Para tanto as atividades foram estruturadas em 3 eixos de intervenção sendo eles: Mobilização e Comunicação Social, Acompanhamento e Gestão social da Intervenção e Educação Socioambiental.

Nesse trabalho, trataremos de uma atividade específica que compõe o eixo de Educação Socioambiental: a oficina de educação ambiental. Escolhemos apresentar nossas atividades a partir deste recorte com intuito de apresentar os desafios de trabalharmos junto à comunidade conceitos complexos relacionados à preservação ambiental no ambiente urbano. Trabalhamos nas oficinas conceitos que tem fundamentações teóricas complexas, mas que se apresentam com muita concretude na vida cotidiana da população e que, diante do contexto de alienação das relações de exploração que se manifestam na configuração do espaço urbano, passam isentos de problematização pelos sujeitos que vivencia os dilemas ambientais na cidade capitalista.

2. Desenvolvimento

Como dito, o Trabalho Social está estruturado em 3 eixos de atuação, cujas atividades podem ser vislumbradas a seguir:

Eixo de Mobilização e Comunicação Social: cumpre o papel de manutenção de um canal informativo com a comunidade de Juiz de Fora, em uma perspectiva de informação ampla e dialogada. O resultado esperado das estratégias aqui traçadas é de que a população de Juiz de Fora receba informações sobre a realização das obras, de sua importância para o desenvolvimento urbano da cidade de Juiz de Fora e da sua articulação com as propostas do Plano Municipal de Saneamento. São ações de comunicação ampla em meios de comunicação direcionados a toda a cidade de Juiz de Fora e ações específicas de diálogo com as lideranças comunitárias da cidade.

Eixo de Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção: são ações que se direcionam para a população diretamente afetada por possíveis transtornos ocasionados pelas obras. O objetivo é promover ações de informação acerca dos possíveis transtornos para minimizar seus impactos negativos e garantir condições de segurança nos canteiros de obra em que há circulação de pessoas e veículos.

Eixo de Educação Socioambiental: a educação socioambiental é de extrema relevância nesse programa e, apesar de neste eixo serem traçadas ações específicas, é diretriz norteadora das demais ações previstas tanto no eixo de mobilização e comunicação, como no eixo de acompanhamento e gestão social da intervenção.

Contudo, tratamos aqui de ações específicas voltadas para o esclarecimento da população acerca dos benefícios da política de saneamento para a qualidade de vida. Neste

eixo, nos interessa divulgar o empreendimento realizado, mostrar à população seus benefícios, mas também socializar informações acerca da importância do saneamento para a cidade e seus impactos na preservação do Rio Paraibuna e sua bacia.

Assim, as ações deste eixo se compõem de estratégias educativas, orientada por uma perspectiva lúdica, pautada no debate das características locais que faça com que a população se interesse pelo saneamento e seus impactos nos recursos hídricos da nossa cidade. Além de tais aspectos, as atividades se suportam em uma perspectiva de problematizar o saneamento como política pública que interfere nas condições ambientais da cidade.

É preciso enfatizar que as obras de esgotamento contribuirão na despoluição do Rio Paraibuna, sendo que a preservação do Rio deve ser um dos destaques das ações. No entanto, é igualmente importante salientarmos os impactos nos corpos d'água locais com os quais a comunidade convive diretamente. Os córregos que percorrem a cidade de Juiz de Fora passam pelos bairros, recebendo grande carga de esgoto e poluição, tanto pela falta de tratamento do esgoto, quanto por ações que denotam pouco comprometimento da comunidade com a preservação dos recursos hídricos.

Dentre todas as ações estabelecidas, as oficinas de educação ambiental se compõem como atividade bastante flexível em que a equipe de serviço social atende demandas de escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBSs); Centros de Referência em Assistência Social (CRASs) e outros equipamentos sociais. Nessas oficinas, a equipe vai moldando os conteúdos trabalhados de acordo com o perfil do público alvo e da instituição com a qual se estabelece algum tipo de parceria para execução da atividade. Contudo, o objetivo é sempre apresentar a política de saneamento, mostrar a relação entre saneamento e saúde, problematizar as configurações atuais, ressaltando as ações que vem sendo executadas pela Cesama e o papel da população para a melhoria das condições de saneamento.

Desde 2015, duas modalidades de oficina de educação ambiental se mostraram desafiadoras para equipe, tanto em relação a apresentação dos conteúdos adequados ao entendimento da população, quanto em relação à desmistificação da naturalização que se coloca em relação às desigualdades ambientais vivenciadas na cidade capitalista.

Tratam-se da oficina de educação ambiental voltadas para famílias que participam do Programa de Segurança Alimentar, em que a distribuição de cestas básicas ocorrem em reuniões coordenadas pela equipe dos CRASs e as oficinas de educação ambiental voltadas para formação de multiplicadores, destinadas a representantes dos equipamentos sociais das comunidades que tenham interesse em desenvolver atividades de educação ambiental em suas instituições.

Em ambas oficinas, três dilemas principais se apresentam para equipe do trabalho social: o primeiro deles é destacar relevância do controle social para direcionar a política de saneamento básico para o atendimento dos interesses da população; o segundo é construir um vínculo de responsabilização dos sujeitos com o lugar em que produzem suas vidas, o que para nós é reforçado a partir do conceito de território, portanto, é de extrema relevância estabelecer a relação entre a configuração espacial e a reprodução das relações sociais na construção da identidade territorial; o terceiro deles está na desmistificação do conceito de meio ambiente como algo separado do ambiente urbano e das noções de educação ambiental que se conectam apenas aos comportamentos individuais e que não permitem que os sujeitos façam relação entre as desigualdades sociais e ambientais vivenciadas na cidade.

Nosso primeiro desafio é romper com a noção de que o saneamento é um produto e que o cidadão deva se relacionar com o prestador como um cliente. Enfatizamos que saneamento é política pública, estruturada por uma Política Nacional (Lei 11.445/07) que prevê, além da universalização, articulação com a saúde, atendimento às particularidades regionais, também está previsto dentro os princípios igualmente relevantes, o controle social. Nessa perspectiva, o usuário deve abandonar o lugar passivo da clientela e se colocar como cidadão ativo, que compreende, opina e interfere na gestão da política. De acordo com Filho (2017), participação e controle social estão intrinsecamente relacionados à questão de democracia. Nos meios utilizados para incentivar e fortalecer a participação da sociedade civil junto aos mecanismos do Estado amplia-se a noção de cidadania. Compartilhamos do entendimento do Estado ampliado como um instrumento de dominação controlado por determinados setores da sociedade a partir de relações disputa política e construção de hegemonia de classe.

O Estado, dessa forma é a expressão das relações sociais de produção, existentes na sociedade capitalista. O Estado, assim, representa a dominação da classe presente a sociedade civil, para garantir a manutenção e a reprodução das relações estabelecidas pela ordem do capital. (FILHO, 2017, p. 2).

No modo de produção capitalista, existe uma disputa entre os setores que dominam o Estado, com setores que buscam ampliar a democracia, por consequência, a participação e controle social. Efetivamente, essa disputa pelo aparato estatal demonstra interesses antagônicos entre as duas principais classes sociais predominantes, acarretando assim, em um conflito entre ampliação dos direitos democráticos da população com uma minoria privilegiada.

Com a Constituição Federal de 1988, diversas políticas estabelecem questões que dizem respeito à participação e controle social. A política de saneamento básico (Lei

11.445/2007) se inclui com essa perspectiva, dando diretrizes de integração da sociedade civil. Portanto, para que a política de saneamento seja realmente concretizada, se faz necessária a participação da população nas decisões e modificações que a Lei emprega na transformação do território.

Nos trabalhos realizados nas oficinas, buscamos explicitar que a construção das estratégias para oferecer saneamento à população, são permeadas dos diversos interesses de grupos igualmente diversos. Os grupos que estão mais organizados, que exercem maior pressão sobre o aparato estatal, tendem a ter seus interesses atendidos com maior frequência.

Apesar de esse ser o primeiro desafio que identificamos, geralmente é o último tema das nossas oficinas, que são encerradas sempre explicando para o público presente os aparatos burocráticos, aos quais o processo de planejamento do saneamento devem ser submetidos. Nesse sentido, a equipe não apenas menciona os instrumentos, mas busca elucidar os conceitos e os mecanismos de saneamento. A equipe estrutura uma dinâmica onde estão expostos os instrumentos e coletivamente, vamos buscando relacionar com uma série de explicações sobre o papel de cada instrumento. Nesse fechamento falamos das conferências, dos conselhos, dos planos municipais, das audiências públicas, do papel das associações de moradores e aos poucos os participantes vão entendendo o funcionamento de instâncias de participação formal. É muito comum que nas oficinas a larga maioria dos participantes nunca terem sequer ouvido falar dos instrumentos que são apresentados, especialmente no âmbito do saneamento.

Também ressaltamos a importância da organização através de espaços não institucionalizados, através das quais a população pode ser articular pautados em laços de solidariedade e estabelecer pauta de luta para melhoria das condições de saneamento ambiental. O que nos leva a segunda questão da territorialidade.

O trabalho do Serviço Social na área socioambiental tem o espaço como elemento central de problematização. Nesse sentido é impreterível entender que a territorialidade no modo de produção capitalista perpassa por questões diversas como a luta de classes e as refrações da questão social. O trabalho é desenvolvido especialmente em bairros periféricos, permeados por desigualdade, buscando informar sobre a política de saneamento básico, assim como os direitos que perpassam por ela. Fomenta-se nos debates a capacidade questionadora dos indivíduos, mostrando-lhes instrumentos de controle social e participação popular. No entanto, para que esse debate seja frutífero, é necessário que os participantes entendam a relação entre espaço e relações sociais.

Nosso desafio é fazer com espaço seja visto como o chão das relações sociais, perpassado pela construção histórica de disputa pela forma de seu uso. Lefebvre (2008)

trabalha com a noção de espaço articulado à reprodução das relações (sociais) de produção, ou seja, busca compreender o espaço ultrapassando o momento estritamente econômico da sociedade, o momento situado no campo da produção de mercadorias. É prudente ressaltarmos que, quando o pensador está tratando do espaço em sua articulação com a reprodução das relações sociais, não está pensando essa dimensão de forma autônoma a esfera da produção, já que a reprodução das relações sociais tem conexão íntima e inalienável com a esfera da produção nessas relações sociais. São esferas da vida social que se conectam organicamente em um movimento dialético.

Nesse sentido, inscrito no movimento da reprodução das relações sociais, o espaço guarda conexões com a esfera da produção, mas está para além dela, situa-se no tempo do vivido, da cotidianidade. Para Lefebvre, “trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações” (LEFEBVRE, 2008:48) em que o espaço é o lugar da reprodução, da cotidianidade.

A territorialidade vai se compondo nas relações de identidade construídas entre os sujeitos e a produção desse espaço. Nesse sentido, entendemos que os conteúdos trabalhados deveriam evidenciar o aspecto contraditório e dialético da produção do espaço e que a relação que as pessoas estabelecem nesse espaço vão moldando suas identidades. Além de apresentarmos oralmente esses conceitos, buscamos trabalhar com imagens de satélite da cidade evidenciando diferenças estruturais entre diversas partes da cidade, trabalhamos com imagens de condições ambientais das periferias e das regiões mais centrais das cidades, traçamos diferenças entre regiões urbanizadas e regiões ainda não afetadas pelo modo de vida atual e vamos trabalhando através de questionamentos sobre as razões de tais diferenciações.

Após entendermos que os lugares da cidade são muito diferentes entre si, começamos a trabalhar as diferenças entre as pessoas e modos de vida de cada lugar. Ao final, buscamos sempre resgatar imagens antigas e imagens atuais do local de moradia dos participantes das oficinas, buscando referenciamento entre dos sujeitos e as regiões em que produzem suas vidas. Acreditamos que trabalhando com memorial e reconhecimento regional através de imagens, os participantes conseguem compreender os conceitos complexos que apresentamos.

Reconhecendo a contradição que permeia o espaço no contexto capitalista, assim como a indispensabilidade em tratar de conceitos ambientais, problematizando-os, buscamos também trazer o entendimento da crise ambiental como manifestação da contradição social capitalista expressa na desigualdade da cidade. Diante dessa realidade é fundamental buscar alternativas viáveis para a conservação do meio ambiente, oferecendo destaque para os recursos hídricos. Sabe-se que o modo de produção vigente tem como

centro de busca lucro e o enriquecimento, cuja raiz está pautada na exploração não só dos homens, mas também da natureza, construindo a estrutura da degradação ambiental vivenciada atualmente. Assim a educação ambiental como instrumento de intervenção torna-se uma alternativa lúcida para enfrentar minimamente tal problemática da contemporaneidade. Contudo, como nos aponta Lima (2011), não é qualquer noção de educação ambiental que aos interesses da população.

Considerando o debate sobre educação ambiental, existem duas grandes perspectivas sobre a temática: a educação ambiental conservadora e a educação ambiental emancipatória. A corrente conservadora busca culpabilizar o indivíduo pela degradação ambiental, desconsiderando os prejuízos ao meio ambiente que as grandes indústrias causam, tendo como exemplo a agropecuária⁵ que é responsável pelo uso de grande parte dos recursos hídricos do Brasil se comparado ao uso destinado a própria população para consumo. Trata-se de uma perspectiva que culmina em orientações voltadas para estabelecer prescrições de comportamentos de preservação ambiental, ignorando que a raiz da crise ambiental está no modelo de produção que sustenta a relação social que compõe o capitalismo.

Já a perspectiva emancipatória, considera a questão ambiental em sua totalidade. Ou seja, percebe as contradições do próprio sistema e tem como objetivo a politização dos sujeitos, buscando fomentar a capacidade crítica dos mesmos.

Deve-se lembrar, acima de tudo, que o processo educativo não é neutro e objetivo, destituído de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada de uma especial singularidade, que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade. Ela significa, portanto, uma construção social estratégica, por estar diretamente envolvida na socialização e formação dos indivíduos e de sua identidade social e cultural. A educação, nesse sentido, pode assumir tanto um papel de conservação da ordem social, reproduzindo os valores, ideologias e interesses dominantes socialmente, como um papel emancipatório, comprometido com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com o pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que a compõe. (LIMA 2011, p. 126).

No trabalho desenvolvido, especialmente nas oficinas de formação de multiplicadores, buscamos sempre salientar que não existe neutralidade no âmbito da educação ambiental, portanto realiza-se uma escolha na forma de educar, sendo ela conservadora ou emancipatória. Tal escolha é política e reflete a forma que se percebe o próprio meio ambiente.

Politizar a questão ambiental significa, em primeiro lugar, compreender e tratar os recursos naturais como bens coletivos indispensáveis à vida e sua reprodutibilidade e o acesso a esses recursos com um direito público e

⁵ Mais informações podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/agricultura-e-quem-mais-gasta-agua-no-brasil-e-no-mundo>

universal. Significa reconhecer o meio ambiente como a base de sustentação para as sociedades humanas e não humanas. (LIMA, 2011, p. 137).

A argumentação de ter sujeitos capazes de pensar e transformar o meio ambiente de maneira que contribua para o desenvolvimento humano, se dá pela politização dos mesmos, levantando questões sobre os interesses distintos entre os setores privados e setores públicos, além das disputas de projetos societários diante do próprio território.

Nessa direção, nas oficinas apresentamos uma série de dados sobre os consumo de água no planeta, sobre a poluição das águas e sobre prática não sustentáveis que evidenciam que é preciso muito mais do que apenas prescrever comportamentos individuais, mas que exigem dos sujeitos um olhar crítico sobre a infraestrutura urbana e ambiental para identificar não apenas as razões da degradação ambiental, mas debater de forma e quais grupos estão sendo afetados por esses processos.

Em contraposição aos dados expostos mostramos alguns exemplos de campanhas educativas e buscamos problematizar se as campanhas realmente tem capacidade de enfrentar as realidades expostas nos dados. Como finalização dessa reflexão, a equipe busca provocar nos participantes ideias e iniciativas que poderiam ser realizadas em seus bairros ou áreas de atuação que possam realmente provocar mudanças nas configurações ambientais do lugar em que vivem.

Tanto nas oficinas de educação ambiental voltadas para formação de multiplicadores, quanto para as oficinas voltadas para as famílias do PSA, tratamos da configuração espacial da cidade e das condições ambientais tendo como pano de fundo os recursos hídricos da cidade. O debate realizado pauta-se sobre a questão ambiental, fazendo um resgate sobre a formação territorial de Juiz de Fora, evidenciando as transformações no município referentes à interferência humana, como é o caso do Rio Paraibuna. O mesmo possui características de inundação devido a sua formação, e nos anos de 1906 e 1940 causou enchentes na cidade, devido a fortes chuvas, afetando empresas, pequenos comércios e a população que morava no entorno do rio, mas principalmente, gerando considerações precárias de saúde que contratavam com o cenário de desenvolvimento econômico.

Nos CRASs, durante as ações do Programa de Segurança Alimentar (PSA), tem-se como foco o acesso à informação e, em razão da densidade, realizamos as atividades em três etapas ao longo de 3 meses de trabalho.

O público do PSA, em grande maioria são famílias que possuem pouca instrução, com um índice baixo de escolaridade, algumas não possuem saneamento básico, o número de desempregados é extremamente elevado, além de outras questões que perpassam as

refrações da questão social. Portanto, elaborar atividades e socializar informações com esse público, além de necessário, é determinante para a ampliação do acesso ao saneamento.

A intervenção com as famílias do PSA se dá de maneira dinâmica, adaptando os conteúdos a cada território, levando em consideração as características urbanas e ambientais de cada um deles. Os assuntos tratados transcorrem temáticas como meio ambiente e suas complexidades, saneamento básico, políticas públicas e instrumentos de controle e participação social.

Outra temática tratada especificamente com as famílias do PSA é a noção de meio ambiente. Considera-se meio ambiente, o local de onde retiramos os recursos e meios de subsistência e, considerando o modo de vida urbano, em nossa apresentação, o conceito de meio ambiente é dividido em três aspectos: meio ambiente natural, construído e social. Quando se fala de meio ambiente natural, entendem-se como os recursos naturais, a título de exemplo, florestas, rios, cachoeiras, etc. O meio ambiente construído é o espaço que sofreu interferência humana, como os centros urbanos, onde está instalada toda infraestrutura necessária para a vida moderna, que além do espaço físico em si, também abarca os serviços como educação, transporte, saneamento, entre outros aspectos. Além disso, também tratamos do meio ambiente cultural, que abarca nosso modo de nos relacionar e determina muitos aspectos da nossa vida, onde usamos como exemplo os laços de solidariedade entre os vizinhos, ou a violência urbana.

Para trazer essas referências apresentar a formação sócio-histórica das comunidades, mostrar imagens antigas e atuais, trabalhar o reconhecimento de problemas ambientais por meio de imagens, fomentam um debate lúdico que facilita a apreensão dos conceitos.

Através desses conceitos, conteúdos e estratégias, buscamos construir um caminho educativo tendo em vista materializar os princípios de uma educação ambiental emancipatória tem a capacidade de despertar o pensamento crítico na população. Além disso, ressalta-se a importância da preservação dos recursos hídricos para a própria manutenção da vida.

3. Conclusão

Durante a realização das atividades socioeducativas realizadas nos anos de 2015 à 2018, diversos desafios foram encontrados, tendo como principal deles fazer com que o público alvo compreendesse o que estava sendo transmitido e enxergasse em seus

territórios as problematizações propostas. Tendo em vista que nas oficinas assuntos complexos eram postos em debate tendo como pano de fundo a política de saneamento básico, o funcionamento do Programa de Despoluição do Rio Paraibuna.

Como alternativa para superar tal entrave foi proposto e efetivado a elaboração das oficinas de forma lúdica, assim os slides contaram com muitas imagens que buscaram elucidar o que era exposto, como mapas da região, fotos dos córregos de Juiz de Fora e das bacias hidrográficas que abastecem o município, imagens antigas e atuais das comunidades e dinâmicas que possibilitassem ao máximo o diálogo com a realidade das pessoas. Dessa forma, dando preferência a exposição oral dos conteúdos sustentados nos slides ilustrativos tentamos aproximar a experiência cotidiana da população com reflexão proposta e facilitar o caminho entre conceitos complexos e a concretude da realidade.

Desta maneira, nota-se que o trabalho proporcionou aspectos positivos quanto ao objetivo de informar a população através da educação ambiental emancipatória. Entretanto é importante destacar que no âmbito profissional existem limites na atuação, levando em consideração que a autonomia do profissional é sempre relativa e que a própria profissão é marcada pelo seu caráter contraditório (IAMAMOTO, 2014). Ou seja, os assistentes sociais são chamados para atenderem demandas da classe trabalhadora, mas também das classes dominantes que possuem interesses antagônicos aos da população.

Acreditamos que as atividades executadas e apresentadas nesse trabalho se constituem exemplo de como é possível ultrapassar no âmbito do trabalho profissional os limites da demanda institucional e estabelecer caminhos mais largos em relação ao atendimento dos interesses dos usuários mesmo com as demandas da empresa, conforme pauta o projeto ético político do Serviço Social.

Bibliografia

CFESS **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana Subsídios para a Reflexão**, Brasília, 2016.

FILHO, R. S. O controle social como instrumento político na gestão do orçamento público. In: **Simpósio Orçamento Público e Políticas Sociais**, III, 2017, Londrina. Artigo.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira Versão, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/86691594/Henri-Lefebvre-A-producao-do-espaco-cap-1-1>. Acessado em 20/01/2014

_____. **O Espaço**. IN: Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, G. F. C. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** IN: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Brasília, 2010. Disponível em: [Http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf) . Acessado em 20/01/2014

A QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E OS SUJEITOS DA SUA GÊNESE: os trabalhadores

Paula Maria do Nascimento Masulo¹

RESUMO

A questão social, em seus significados de surgimento e transformações, está inserida na temporalidade da Revolução Industrial, nascente do capitalismo e da produção em massa, cujos sujeitos da sua gênese, são os trabalhadores, que, nessa mesma datação, constituíram-se como classe, em que participam do processo pela via da venda da força de trabalho. Nesse processo secular, aportam na atualidade do capitalismo mundial organizados em sindicatos, que legitima as pautas coletivas da luta de classes. Na realidade brasileira, hoje, a classe trabalhadora, vivencia os mesmo cenários de mundo, lutando contra a flexibilização de direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Questão social. Sujeitos. Realidade brasileira.

ABSTRACT

The social question, in its meanings of emergence and transformation, is inserted in the Industrial Revolution's temporality, the source of capitalism and mass production, whose subjects of its genesis are the workers, who, at the same time, constituted themselves as a class, in which they participate in the process through the sale of the labor force. In this secular process, they arrive in today's world capitalism organized in unions, which legitimizes the collective patterns of class struggle. In nowadays Brazilian reality, the working class, experiences the same world scenarios, struggling against the flexibilization of labor rights.

Key words: Social question. Subjects. Brazilian reality.

1 INTRODUÇÃO

A realidade atual da classe trabalhadora, sob o olhar da questão social, remete às compreensões dos cenários de surgimento e mudanças, bem como, às ordenações do modo de produção capitalista mundial, cujo enfoque, neste texto, volta-se para a realidade brasileira, onde as relações capital e trabalho tem sido marcadas por grandes transformações, desaguando, especialmente, nas reformas trabalhistas implementadas em 2017, inclusive a lei de terceirização irrestrita.

¹ Bacharela em Direito, Mestra em Sociologia, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: paulamazullo@hotmail.com. **Eixo temático:** "Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital".

Nessa linha, a questão social, em seu sentido universal, pode ser entendida como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo no curso da constituição da sociedade capitalista” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21), trazendo-se, no bojo dessa compreensão, que o surgimento da classe operária, está inserido nas mudanças trazidas pela Revolução Industrial, que, tendo nascido na Inglaterra, no Século XVIII, deslocou o eixo matricial das riquezas, que tinha a terra e os processos de manufatura como provedores de bens e serviços, em época de servidão humana, para novos métodos de produção, advindos do invento de máquinas que revolucionaram o modo de produzir essas riquezas, e assim tais invenções se disseminaram, varreram a Europa e aportaram além mar, para o resto mundo, em compasso inexorável, irretroativo, demolindo paradigmas então vigentes e redesenhando o mapa do mundo a partir do novo jeito de produzir, acumular e lucrar das economias existentes e vicejantes, de tal modo que pode se dizer que, nesse processo, a sociedade sofreu grandes transformações em sua substância humana (WOOD, 2001), cuja força de trabalho mudou de lugar, adquirindo valor de mercadoria.

Dessa forma, tem-se que a questão social ao surgiu em datação e nascedouro da classe operária, no processo de venda da força de trabalho para o novo sistema econômico capitalista, extirpou antigas relações de servidão, vassalagem, escravocrata e outras, fazendo surgir relações de trabalho assalariadas, e assim perpassou o maturar do processo histórico, em processo de transformação dos trabalhadores, que sendo os mesmos sujeitos desse labor em metamorfose, mimetizaram-se à nova realidade de sustentação das economias, de si mesmos e de suas famílias, em chamados imperativos de sobrevivências às suas humanidades e dignidades.

A esse entendimento, da questão social como fenômeno advindo do capitalismo, em sua relação com o operariado, e os consequentes efeitos de empobrecimento causados pelo impacto dessa onda industrializante, corrobora-se, “com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial...” (NETTO, 2001, p.42).

Nessa esteira, a questão social atrela-se ao capital e ao trabalho, na sua feição assalariada, nos permanentes conflitos que norteiam essa relação desigual, que proporciona e acumula lucros ao primeiro, na esfera dos meios de produção, e materializa o segundo na venda da força de trabalho dos sujeitos, cujo pagamento se dá sempre em descompasso ao produzido. Dessa forma, vê-se a anatomia da questão social (NETTO, 2001), em avaliação que subsume a preservação da finalidade primeira do capital, em sua

gênese², que é reproduzida de forma racional, maximizando lucros no rebaixamento de custos, para garantir sua perpetuação.

Essa força de trabalho, extraída dos sujeitos em distanciamento de suas humanidades, molda-se ao compasso das dinâmicas insertas nos engendros que alimentam a cadeia de riquezas do capital (BOSCHETTI, 2018), em suas diferentes personificações e escalas funcionantes, extraindo-se que:

parece portanto que o capitalista compra trabalho deles com dinheiro. Estes vendem-lhe o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas só na aparência é que isto se passa. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar os operários durante o tempo estipulado (MARX, 1849, p.11).

Nessa compreensão, é crível afirmar que a questão social tem sua gênese nos marcos temporais da Revolução Industrial, cuja racionalidade adapta-se aos constantes processos de mudanças, absorvendo as continuadas inovações tecnológicas, sem contudo, colocá-las a proveito da classe trabalhadora, em seu bem estar material, social, físico e psíquico, dado que o substrato dessa acumulação não se encerra na satisfação das necessidades humanas, mas tão somente na permanente busca pela valorização do próprio capital, que dessa forma gera os excedentes necessários à sua reprodução. Na ponte dos séculos, a questão social se explica, hoje, em suas derivações multicolaterais de exclusão social, em matrizes primeiras da pobreza e desigualdades sociais (TELLES, 1995).

2 A QUESTÃO SOCIAL E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O Brasil está inserido nos cenários de mudanças do modo de produção capitalista, de forma tardia, eis que, em plena Revolução Industrial, ainda era detentor do trabalho escravo. Contudo, também é pressionado a adaptar-se às mudanças, e nesse caminhar, chega à condição de nação livre do trabalho escravo colonial, e assim inicia nova realidade econômica, calcada na contratação de pessoas livres, desta feita os imigrantes, mas também daquelas egressas e ainda marcadas pela chaga indelével da escravidão, situação em que a invisibilidade humana, em paradoxo de livre escolha de seus senhores, se materializava na força de trabalho movedora das economias da Colônia (FRANCO, 1997).

A questão social no Brasil permeou a formação da sociedade nacional, a partir do processos de escravidão, e: “é claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo

² Sobre a questão social e suas metamorfoses, ver Santos (2012).

havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa[...] a questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IANNI, 1996, p.88).

Dessa compreensão, tem-se que a questão social no Brasil, está vinculada de forma concreta, às raízes fundantes da economia nacional, cujo capitalismo nascente, mormente na sua personificação industrial (CERQUEIRA FILHO, 1982)³, vicejou em meio a legados sócios-culturais marcadas pela negação de direitos aos sujeitos do labor, os escravos. Nessas contradições imanentes ao capital e o trabalho, a questão social se materializou no processo de industrialização do país, através da forte presença do movimento operário, ainda na Primeira República (1890/1930), cujo marcador dessa luta foi a primeira greve no setor fabril, em 1917. A atuação sindical, marcada fortemente pela presença de imigrantes estrangeiros em suas lideranças, “era essencialmente econômica, ou seja, limitava-se a reivindicar melhorias para os trabalhadores por meio da organização e da ação direta, sobretudo as greves” (TOLEDO, 2004, p.117), e que, esses “operários tinham que enfrentar a repressão comandada por patrões e pelo governo [...] e a ação da polícia raramente se mostrava neutra nos conflitos entre patrões e operários” (CARVALHO, 2003, p.59).

Nessa atmosfera, a questão social se materializava nos conflitos que permeavam as relações capital e trabalho, cuja legislação trabalhista ainda se apresentava embrionária, e as greves, vistas como ilegais e subversivas, eram reprimidas pela polícia, mesmo que motivadas pelo baixos salários praticados e a precariedade das condições de higiene, saúde e segurança nos ambientes de trabalho. Na efervescência da implantação do parque industrial brasileiro, vê-se que a prioridade não se encontrava na implantação de direitos trabalhistas e sociais ao operariado, mas tão somente em proteger o capital, posto que,

[...] no campo da legislação social, apenas algumas tímidas medidas foram adotadas, a maioria delas após a assinatura pelo Brasil, em 1919, do Tratado de Versalhes e do ingresso do país na Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada nesse mesmo ano [...] havia muito os operários vinham cobrando medidas que regulassem a jornada de trabalho, as condições de higiene, o repouso semanal, as férias, o trabalho de menores e de mulheres, as indenizações por acidente do trabalho (CARVALHO, 2003, p.63).

Os atuais direitos sociais da classe trabalhadora brasileira se firmaram ao longo de décadas, entretanto, nos anos 1930 se tem os primeiros marcos legais protetivos laborais, dentre os quais leis previdenciárias e de seguridade social, e, na década de 1940, foi implantada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a legislação sindical,

disseminadas no discurso do Estado Novo como concessão do poder dominante (BOSI, 2006), e benesse da Revolução de 30 (LEVINE, 2001).

Pode-se afirmar, que a Era Vargas (1930-1945), tem o marcador da gênese da classe trabalhadora brasileira, que nasceu inspirada nos princípios do sindicalismo revolucionário, em que “o sindicato deveria ser um espaço capaz de superar as diferenças entre os operários [...] na tentativa de fazer que os operários se identificassem antes de tudo como operários” (TOLEDO, 2004, p.69).

No lapso temporal histórico, esses direitos sempre estiveram na pauta de luta e resistência dos trabalhadores, esbarrando, contudo, no lento compasso das vontades intransigentes do poder dominante, fossem as classes econômicas patronais, detentoras das riquezas capitalistas, ou o próprio Estado, que na sua composição de forças político-ideológico- conservadoras burguesas, sustentava um discurso repressor de que “todos são iguais perante a lei”, em patente negação do conflito de classes e da questão social, servindo de justificativa para forte repressão às lideranças sindicais (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Entretanto, no maturar dessa resistência militante do operariado, em lutas para além da própria classe, rompendo com o discurso dominante da harmonia entre o capital e o trabalho, a Constituição de 1946 reconheceu o conflito de classes ao tratar da liberdade de associação (onde se incluem os sindicatos), reconhecimento das negociações coletivas de trabalho, reconhecimento do direito de greve e a apreciação dos dissídios coletivos de trabalho, pela Justiça do Trabalho, como mecanismos a serem utilizados pela classe trabalhadora, na esfera da questão social, nos processos de enfrentamento pela melhoria das condições de trabalho. No que diz respeito à greve, houve uma mudança no tratamento dispensado a esse acontecimento político-social classista, até então tratado como um fato anti-social, perturbador da ordem e por isso caso de polícia (BALEEIRO, 2001).

Contudo, a submissão de conflitos trabalhistas privados ao Estado, estava patenteada, eis que o ente estatal – Justiça do Trabalho, portava-se como um pêndulo sobre as cabeças dos trabalhadores, a pressioná-los a aceitarem as regras impostas pelos patrões, quais sejam a negociarem em renúncia à greve. Tal situação, que traduz o poder normativo da Justiça do Trabalho, se manteve na Constituição de 88 aos nossos dias, mostrando a escolha do Estado em ser capitalista e confirmando a questão social como indissociável à luta de classes, ou, tal como: “mas curioso é perceber como a legalidade da

³ A “questão social” aparece como um problema concreto no Brasil e, de resto, no mundo, no quadro do processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista e do surgimento do operariado e da fração industrial da burguesia (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.57).

“questão social”, tratada no âmbito jurídico, é ainda causa de acentuado temor da participação das classes subalternas” (CERQUEIR FILHO, 1982, p.175).

Neste sentido, Ianni (2004) afirma que a questão social é um desafio permanente, tendo em vista que, “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade” (IANNI, 1996, p.91). Ao corroborar tal entendimento traz-se que, inscritos na realidade brasileira, esses trabalhadores urbanos-industriais juntaram-se aos demais, em todas as atividades, inclusive do campo, para fazer o enfrentamento às ameaças aos seus direitos, nos momentos de mudanças e/ou declínio da produção capitalista. Tal situação se repete desde a Primeira República aos dias atuais, e não poderia ser de outro modo, dado que esses trabalhadores fazem parte de um todo maior, de uma simbiose paradoxal secular, e assim o é porque detêm a gênese resistente à expansão capitalista, como condição de sobrevivência, eis que “naturalizados” a esse sistema econômico que se reengendra em ordens societais além fronteiras e em constantes dinâmicas e movimentos. A esses movimentos, traz-se a percepção marxiana de que “o movimento do capital, não tem, portanto, limite algum” (MARX, 2004, p.78).

No contexto, a questão social se firma como proteção, mesmo que permeável, às humanidades desses sujeitos do labor, que assim emergiram em chamado à nova ordem do sistema econômico mundial, a Revolução Industrial, ante a supressão das condições de trabalho então existentes. Esse chamado pode ser categorizado como impositivo, eis que “as “escolhas” que se colocavam no horizonte desses sujeitos incluíam, além do assalariamento, a mendicância, a “vadiagem” ou mesmo a ladroagem, largamente utilizadas como formas de resistência às novas relações sociais emergentes” (SANTOS, 2012, p.34).

3 REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA, FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS E A QUESTÃO SOCIAL: papel das organizações de trabalhadores face a essa realidade

No processo de reprodução à sua sustentação, o capital passa por constantes metamorfoses. Contudo, esse fenômeno replicante se dá no lócus da sua natureza, da sua gênese atemporal: produzir excedentes – o lucro. Esse processo funciona à base dos seguintes mecanismos matriciais: compra da força de trabalho, produção de bens e serviço para o suprimento de necessidades materiais e humanas, e acumulação de excedentes. Esses excedentes, a priori, expandem-se na mesma órbita produtiva e assim reinicia o ciclo justificador de sua existência. Contudo, o processar desse ciclo revelou as dimensões abissais de um sistema econômico catalizador de riquezas, modificador de realidades econômicas, sociais e políticas, para além dos seus limites embrionários geográficos.

Na expansão desses limites, que envolvia a circulação de dinheiro,

o sistema capitalista necessitou da criação de aparatos institucionais que lhe dessem sustentação – como empresas bancárias- alterando profundamente a forma como as riquezas circulavam, estabelecendo conexões geográficas além-mar, mas sobretudo moldando a capacidade e os ciclos produtivos às necessidades das demandas dos mercados (MASULO, 2014, p.44).

A corroborar a compreensão, acerca das necessidades de aparatos à sustentação do sistema capitalista, em sua fase germinal, tem-se que essa demanda ficou a cargo do sistema bancário, como garantidor dessa riqueza material e patrimonial (PARKS, 2008).

No histórico temporal de sua consolidação, o sistema capitalista assumiu várias dimensões e feições, tais como capitalismo concorrencial, dos monopólios, estágio imperialista, parasitário, etc, em diversas ordens de grandeza no processo de acumulação, estando, atualmente, na fase mais aguda da exclusão dos sujeitos sociais do trabalho, que é a fase da financeirização de seus excedentes, em espaços de mundialização das economias globais, em desdobramento ao modo original, em refundação ao ciclo primeiro mas sem perder a gênese da acumulação e destinação dessa riqueza (CHESNAIS, 1996).

Esses investimentos vão alimentar o mercado mundial, alterando profundamente as configurações das empresas, em novo modo de estruturação da economia mundial, com repercussão direta na força de trabalho, que produz esses ativos financeiros, em lócus em que,

as empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais (IAMAMOTO, 2010, p.108).

Esse processo da globalização, em sua última feição, e em seus efeitos excludentes, ignora os sujeitos sociais que não cabem nessa configuração (IANNI, 2008), cujos resultados e consequências, segundo Santos (2002), advém de um campo hegemônico consensuado com seus mais influentes membros, e que perdura alcançando dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, gerando um campo vasto e intenso de conflitos, alcançando, de forma mais contundente, os Estados em seus interesses, e que,

este consenso é conhecido por “consenso liberal” ou “Consenso de Washington” por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia (SANTOS, 2002, p.27).

Para a classe trabalhadora, recai o ônus de participar com mais força de trabalho, sem, contudo, melhorar suas condições de vida, ao tempo em que ocorre baixa capilaridade na luta sindical (IAMAMOTO, 2010), para fazer frente ao poder hegemônico do capital, que, na financeirização, atua nos mercados especulativos, em magnitudes mundiais, regulando as relações sociais e gerando efeitos colaterais o que, em larga medida, e em universo próximo, coloca em risco os direitos e a própria democracia (SADER, 2004), num processo de coisificação da utilidade dos indivíduos, no processo produtivo (WANDERLEY, 2008).

Nessa compreensão, tem-se no capitalismo em sua última versão, a financeirização da mais-valia, que de modo virtual, sai dos espaços da venda de força de trabalho, da produção, e alcança além fronteiras, outros espaços à sua reprodução. Nessa ótica, produz transformações abissais no presente e delinea cenários de futuro para milhões de pessoas, e os próprios Estados-Nações. Contudo, perpetuando o seu nascedouro, mesmo tendo chegado ao estágio volátil de fronteiras, à sua reprodução e acumulação, a presença dos trabalhadores ainda lhe é necessária, mas exige que estes se submetam às condições de trabalho de escorchantes e às vezes até desumanas, que lhes são oferecidas. Esses trabalhadores, atores sociais natos da luta de classes, estão fragmentados e dispersos em decorrência da chamada flexibilização das normas contratuais (TELLES, 1995).

Ademais, como outra consequência advinda da flexibilização de direitos, que promove a exclusão e afasta os trabalhadores de qualquer processo de riqueza material, é a perda da cidadania regulada, aquela que lhes insere pela via do contrato de trabalho. A cidadania, segundo Marshall (1981), na sua visão liberal, que se comunica com as causas da atual exclusão do trabalho, no mundo, encontra obstáculos à sua concretização, eis que o pilar de acesso a ela, a justiça, braço operacional do Estado, não estaria ao alcance de todos, o que, quando trazido para a atualidade, confirma as preocupações de Sader (2004).

Nesse cenário, localiza-se a classe trabalhadora brasileira, hoje, diante do desmonte do aparato da legislação protetiva do trabalho, e do próprio sistema de proteção constitucional do trabalho no país, traduzido nas reformas implementadas em 2017, tanto da terceirização irrestrita, como da reforma trabalhista⁴, em que esta tem como objeto principal a prevalência do negociado sobre o legislado, e ainda do projeto de reforma trabalhista rural⁵, em andamento no parlamento.

⁴ As Leis Nº 13.429 de 31/03/2017 e Nº 13.467/2017 tratam da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm.

⁵ Projeto de Lei Nº 6442/2016 propõe mudanças na legislação que protege o trabalho rural assalariado, em desmonte do sistema de proteção ao trabalho no país.

Todos esses desarranjos e desproteção aos sujeitos do trabalho, tem a mesma aspiral flexibilante, visando revogar a CLT (FARIA; VIANA, 2018), na lógica da redução de direitos e maximização do lucros das empresas, ao tempo em que sinalizam práticas negativas e coesas com os horizontes do trabalho no mundo, sintetizando o que foi exposto ao logo deste texto. Nessa lógica, restam aos sujeitos do labor, inseridos no lócus sindical, na esfera das lutas de classes, a reinvenção coletiva que concretiza melhores condições de trabalho, em permanente tensionamento com o capital. Essas lutas serão medidas pela capacidade de organização e estratégias políticas (VIANA, 2018), aprendidas e apreendidas, no maturar dessa realidade assimétrica às riquezas daqueles que vendem a produção ao mercado e daqueles que vendem suas forças de trabalho às sobrevivência de suas dignidades e humanidades, em busca de um novo pacto social, na arena permanente da questão social, afinal,

se essa história pode nos ensinar algo é porque nos permite ver que, em torno da questão social, essa aporia das sociedades modernas arma (ou melhor, armou historicamente) uma cena política na qual atores coletivos em conflito negociaram os termos do contrato social (TELLES, 1995, p.86).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve estudo sobre a questão social, em sua identidade nascedoura como parte inafastável da luta de classes do operariado, que é produzida e reproduzida na medida das crises do capital, enfocou-se realidade brasileira, como mesmo fenômeno social, embora em datações diferentes à Revolução Industrial.

Dessa forma, mesmo o capitalismo tendo chegado de forma tardia no Brasil, os conflitos de classes não ocorreram de forma diferente com relação aos demais países do mundo, posto que nasceram dos mesmos fatos geradores de tensionamentos nas relações com o capital, medidos, em parte, pelo descompasso nas condições estabelecidas à funcionalidade de cada um, com relação aos resultados alcançados.

Neste sentido, a questão social diz respeito às próprias condições de vida material, social e política da classe trabalhadora, que necessita, o tempo todo, demandar as arenas do capital em busca de melhorias às suas condições de vida e trabalho, que, em larga medida, protege os seres humanos do labor contra a própria barbárie social de sistemas econômicos excludentes. Assim, tem-se a questão social presente, como um tecido radiográfico marcando as tessituras do tecido social no capitalismo, de forma nada silenciosa, em que, conforme a história tem demonstrado, os trabalhadores, resiliem na

convivência com essa realidade, com vozes que externam os medidores dessa capacidade de luta, em constantes reinvenções coletivas e plurais.

5 REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. **A Constituição de 1946**. Brasília: Senado Federal, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda, 1996.

FARIA, Fernanda Nigri; VIANA, Márcio Túlio (Coord). **Movimentos Sociais versus Retrocessos Trabalhistas: poder e resistência no mundo do trabalho**. São Paulo: LTr Editora Ltda, 2018.

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **A “questão social” no Brasil**. crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **A sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A teoria da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARX, Karl. **O capital**. Extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil Ltda, 2004.

_____. **Trabalho assalariado e capital**, 1849. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>. Acesso: em 27 Mai 2019.

MASULO, Paula Maria do Nascimento. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

NETO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS.** Brasília: Grafile, 2001.

PARKS, Tim. **O Banco Médici.** Poder, dinheiro e arte na Florença do Século XV. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SADER, Emir. **Direitos e Esfera Pública.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Questão social afinal, do que se trata. **Revista da Fundação SEADE,** v.10, n.4, São Paulo, 1995.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Márcio Túlio. Livrem-nos da livre negociação: aspectos subjetivos da reforma trabalhista. FARIA, Fernanda Nigri. VIANA, Márcio Túlio (Coord) In: **Movimentos Sociais versus Retrocessos Trabalhistas: poder e resistência no mundo do trabalho.** São Paulo: LTr Editora Ltda, 2018.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Orgs). **Desigualdade e a questão social.** A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. São Paulo: EDUC-PUC/SP, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm.

A DINÂMICA CAPITALISTA E O TRÁFICO DE DROGAS: Uma introdução ao debate.

Pedro de Oliveira Rodrigues¹

Resumo:

Este artigo objetiva apresentar, de forma introdutória, a relação do tráfico de drogas com o capitalismo. É uma pesquisa bibliográfica e documental e constitui parte da dissertação de mestrado em andamento. As conclusões são preliminares mas nos permitem apontar que o narcotráfico é funcional ao modo de produção capitalista, gerando lucros e emprego aos segmentos da superpopulação relativa.

Palavras-chave: tráfico de drogas, superpopulação relativa, capitalismo.

Abstract:

The purpose of this article is to introduce, in an introductory way, the relationship between drug trafficking and capitalism. It is a bibliographical and documentary research and constitutes part of the master dissertation in progress. The conclusions are preliminary but allow us to point out that drug trafficking is functional to the capitalist mode of production, generating profits and employment to the segments of relative overpopulation.

Keywords: drug trafficking, social issue, capitalism.

¹ Estudante do curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pedrodeorodrigues@gmail.com. Eixo Temático: Ofensiva do Capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais

1-Introdução:

O objetivo deste trabalho é analisar de forma sumária, a relação entre o tráfico de drogas no Brasil e o modo de produção capitalista. Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, tendo como referência documentos de organizações nacionais e internacionais, além de matérias publicadas em jornais e revistas no país. Tendo por base a obra marxiana, em especial o livro *O Capital: uma introdução a crítica da economia política*, nos propomos a relacionar a dinâmica do capitalismo com o narcotráfico, salientamos, contudo, que os dados sobre o tema, são sempre aproximativos, uma vez que trata de uma atividade ilegal.

A questão da droga tem sido um tema bastante discutido na sociedade global, principalmente nos últimos dois séculos. Gostaríamos de iniciar nossa análise ressaltando que quando nos referimos ao termo “drogas”, estamos tratando das substâncias consideradas ilícitas (maconha, crack, cocaína, as drogas sintéticas, entre outras) e desconsiderando as de uso legalizado (tabaco, álcool e as de uso medicinal). O uso de drogas tem sido diretamente relacionado com delinquência e violência, sobretudo nos países periféricos, caso exemplar do Brasil. O governo brasileiro trata o consumo e o tráfico de drogas como um problema de segurança, dissociando, muitas vezes da questão social. Mas até onde isso é verdade? De fato, a criminalidade tem relação direta com o tráfico de drogas. Afinal, estamos tratando do comércio de substâncias ilegais que está sobre constante ataque de órgãos de segurança. No entanto, cabe elencar que o que gera a violência em si não é o uso das substâncias e sim a política repressiva de combate por parte das forças do Estado.

Tomando como base os dados do Brasil, observa-se que os investimentos no combate às drogas superam a casa dos bilhões, só em 2018 o governo brasileiro investiu mais de 12 bilhões em segurança pública, o que envolve a compra de armamento, veículos e contratação de agentes de segurança. O mesmo não se pode notar nos investimentos em políticas sociais como assistência social, trabalho, esporte, saúde, dentre outros, que não ultrapassam a casa dos 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, o que tem-se observado é uma incidência da violência concentrada nas periferias e um genocídio da população mais pobre, sobretudo negra, no caso brasileiro. Tal fato nos permite identificar que o tráfico de drogas está concentrado na população mais pauperizada, recaindo sobre ela os mecanismos coercitivos e punitivos. Não queremos, de forma alguma, anunciar que a pobreza é razão da criminalidade, apenas salientar que os sujeitos que compõem o exército de reserva, aqueles que não conseguem trabalho no mercado formal, inserem-se no tráfico

como forma de subsistência. Ou seja, a parte da superpopulação relativa, sobretudo na sua forma estagnada, serão os trabalhadores a alimentar a indústria da droga.

Diante do exposto, apresentaremos alguns elementos para problematizar a questão do tráfico de drogas no Brasil. Contudo, temos ciência de que o problema do narcotráfico não se limita apenas ao caso brasileiro, sendo perceptível em outros países que são afetados pela dinâmica desse mercado ilegal. Tentamos por meio deste estudo, entender a sua dinâmica produtiva e as estruturas sociais que corroboram para a sua manutenção, dentro da ótica do modo de produção capitalista. A compreensão desses elementos, nos permitirá captar os fios invisíveis que conduzem esse mercado tão polêmico e, ao mesmo tempo, tão lucrativo para o capital.

2-Desenvolvimento

2.1- Acumulação de capital e constituição da superpopulação relativa

Para Marx (2013), a acumulação de capital é a mais poderosa alavanca do modo de produção capitalista e se assenta na extração do mais valor sobre o trabalho não pago. Para isto faz-se necessário a produção de mercadorias com valor de troca, transformando tudo em coisas que podem ser trocadas por dinheiro. É importante salientar que a produção de mercadorias sempre existiu na sociedade como valor de uso, como algo que satisfaz as necessidades humanas.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provem do estomago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (p.113).

A produção de uma mercadoria é resultado da demanda efetiva por parte dos indivíduos. Esta demanda pode ser criada a partir de um valor de uso transformado em valor de troca pela ordem capitalista. Ou seja, em mercadoria de valor legal e/ou criada pela condição de clandestinidade imposta pela sociedade. Tanto num aspecto quanto em outro, a relação entre consumo e produção é intrínseca. A produção é resultado da necessidade de algo, manifestando-se no consumo. Porém, é importante destacar que a sociedade capitalista cria essas demandas. Desta forma, a criação de uma necessidade de consumo gera a produção dos objetos a serem consumidos, de forma a satisfazer a demanda criada e reproduzi-la. Marx aborda bem esta relação quando trata do consumo e da produção.

Logo, a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente

um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento (2011, p.46).

Para garantir a produção e o consumo faz-se necessário um contingente de trabalhadores aptos a venderem sua força de trabalho. Contudo, nem todos os trabalhadores serão incorporados no mercado formal de trabalho, gerando um excedente de força de trabalho que Marx (2013) irá denominar de exército industrial de reserva. Este excedente estará presente em todos os setores da economia, desde os mais arcaicos até os mais automatizados, seja formal ou informal. É ainda sobre a massa de trabalhadores sobrantes que o capitalista vai impor a sua forma de produção, a velocidade e quantidade de trabalhadores necessários para garantir esse processo. Por sua vez, o proletariado vende sua força de trabalho, a fim de garantir o seu sustento e as suas condições mínimas de subsistência, que será apropriada pelo capitalista da forma mais perversa possível, visando manter essa relação de dependência do trabalhador com o seu emprego/produto. A escassez de oferta de emprego gera um excedente de mão de obra ociosa que estará disposta a se submeter a qualquer condição de trabalho, permitindo aos capitalistas rebaixar os salários e retirar qualquer direito que estes trabalhadores possam dispor, acirrando ainda mais essa relação de exploração e elevando o grau de dependência. Para Marx,

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada, pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado(2013, p. 690).

Portanto a acumulação de capital vai demandar sempre de uma força de trabalho excedente. Um número de trabalhadores supranumerários como Marx (2013) descrevera. Essa força de trabalho excedente é o exército industrial de reserva responsável por manter os valores dos salários baixos e também garantir a extração do mais valor, seja relativo ou absoluto. Marx (2013) ainda destaca a superpopulação relativa dividida em 3 formas distintas. A primeira é a flutuante, parte dos trabalhadores masculinos adultos que ora são incorporados, ora são expulsos do mercado de trabalho, formando uma força de trabalho apta mas sempre menor em face da reprodução ampliada do capital. A segunda forma é a latente, com a crescente migração do campo para a cidade onde os trabalhadores esperam encontrar melhores condições de trabalho. A terceira é a superpopulação estagnada, massa de trabalhadores que não conseguem ser incorporados pelo mercado formal de trabalho devido as suas condições de saúde, de qualificação, de aparência, etc. É sobre esta última, principalmente, que recai o pauperismo ou a miséria. São estes sujeitos que estarão aptos a serem incorporados pela informalidade legal ou ilícita.

Com o avanço das forças produtivas a superpopulação relativa tende a ampliar-se, pois a concentração e centralização da produção, reduz a parte do capital variável, aumentando o tempo de trabalho morto. Surge, dessa forma, o desemprego em massa e há uma deterioração das condições de vida e de trabalho da população, ao mesmo tempo que aumenta a riqueza do capitalista. Para Marx (2013) quanto maior a riqueza em um polo, maior será a pobreza no outro. Ou seja, “quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (p. 719). Serão essas condições miseráveis de trabalho que conduzirão o movimento operário a lutar por melhores salários e condições de vida. De acordo com Netto (2001) é na transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista que a classe trabalhadora inicia um processo de luta, colocando as suas mazelas como problema político e carecedor de atenção por parte do Estado. Vale ressaltar, que na fase monopolista é que podemos observar o capitalismo na sua forma mais aguda, uma vez que o que caracteriza os monopólios são: controle de preços e salários, controle da oferta, barreiras à entrada de concorrentes, além de uma desigualdade de renda.

Outro elemento importante a ser considerado na ampliação da superpopulação relativa são as crises do capitalismo. De acordo com Netto (2001), historicamente, as crises econômicas são algo indissociável ao modo de produção capitalista. Constantemente nos deparamos com cenários de recessão das economias dos países centrais (eixo da economia global), sendo ainda mais impactante em países em desenvolvimento (emergentes). Esses países em desenvolvimento, que sofreram um processo de industrialização tardia, não conseguem se manter de forma competitiva no mercado global, levando à falência a maior parte de suas indústrias nacionais. Os efeitos disso serão um aumento do desemprego e de trabalhos precários e informais, acirrando a desigualdade social como demonstra o índice de GINI de 2016, que coloca o Brasil em 99ª posição no ranking mundial, estagnado na casa de 0,515².

Somado aos monopólios, o esgotamento do WelfareState, ou do que mais se aproximou disto, a reestruturação produtiva e a transição para o neoliberalismo, contribuíram para a intensificação da acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, os grandes capitalistas, e, conseqüentemente, uma elevação do pauperismo. O desmonte de programas de seguridade social, flexibilização das relações de trabalho e os cortes de gastos governamentais em programas sociais, inferiram sobre as mazelas da questão social. A expressão questão social, de acordo com Netto (2001), é oriunda do pauperismo,

² O índice de Gini é utilizado para medir a desigualdade de renda nos países. As medidas variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, menos desigual é aquele país e quanto mais próximo de 1, mais desigual.

que, até antes da revolução industrial na Europa Ocidental, era tratado como um caso de escassez de recursos, dado às limitações da produção feudal e pré-capitalista. Lamamoto (2001) considera a questão social como resultado das expressões da desigualdade social que exigem do Estado uma intervenção mais sistemática para atenuar os efeitos da apropriação privada da produção socialmente produzida. Com os adventos tecnológicos, aperfeiçoamento dos meios de produção, oriundos da revolução industrial e da produção em massa, percebeu-se um aumento expressivo da acumulação de riqueza, nas mãos de uma minoria, acompanhado de um aumento significativo da pobreza, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais expressiva.

2.2- Capitalismo e tráfico de drogas no Brasil

Baseado na teoria da vantagem comparativa³, de David Ricardo (1982), podemos elencar que os países periféricos irão trabalhar e investir naquilo que dispõe de mais abundante em seu território: mão de obra barata e ociosa. Com a redução do emprego formal, o exército industrial de reserva será incorporado pelo mercado informal, dentro dele o tráfico de drogas. Sem muitas alternativas de trabalho, o proletariado vai se adaptar às opções que estão postas pelo mercado. O tráfico de drogas, como qualquer outro mercado, seja legal ou ilegal, necessita da exploração da força de trabalho para garantir a acumulação de capital. E, como o excedente de mão de obra, em uma economia capitalista, é o princípio básico para garantir tal exploração, os países periféricos serão perfeitos para se instaurar uma indústria ilegal que não necessita oferecer boas condições de trabalho. Não por acaso, o narcotráfico se tornou um dos “negócios” mais lucrativos do mundo, segundo dados da ONU⁴. Por se tratar de um mercado ilegal, está isento de qualquer controle estatal, não paga impostos, não fornece garantias ao trabalhador, numa total informalidade entre empregado e empregador.

Dito isso, podemos afirmar que a premissa da dinâmica da indústria das drogas segue os mesmos parâmetros da indústria formal legal. Ou seja, visa a acumulação de capital, exploração do trabalho, salários reduzidos, contratos informais, condições precárias de trabalho e, na maioria dos casos, violenta e necessita de um excedente de força de trabalho para ser absorvida pelo comércio de drogas. Os trabalhadores, segundo os economistas liberais ortodoxos como, por exemplo, Alfred Marshall, são agentes racionais e

³ A vantagem comparativa é a teoria defendida pelo economista político, David Ricardo, pautada na ideia de que alguns países e mercados dispõe de benefícios, ou vantagens, que permitam a especialização produtiva em determinados setores.

⁴ Obtidos no site EBC, publicado em 2014.

maximizadores de utilidade. Em outras palavras, são indivíduos que estão sempre buscando o que os satisfazem mais, ou seja, o trabalho com melhores condições, ou melhores salários, que garantam da melhor maneira o seu sustento. Com o colapso de uma economia nacional, o desemprego em massa precisa ser absorvido de alguma forma.

As exceções são raras e sem importância nos mercados de mercadorias (commodities), mas nos mercados de trabalho são freqüentes e importantes. Quando um trabalhador teme a fome, sua necessidade de dinheiro (a utilidade marginal deste para ele) é muito grande. Se no início o trabalhador leva a pior na negociação e se emprega a salário baixo, a necessidade continuará grande, e ele continuará vendendo sua força de trabalho a baixo preço (Marshall, 1996, p.36).

Para Fraga (2000), o narcotráfico não é uma atividade parasitária, mas uma empresa com grande número de trabalhadores, com investimentos elevados e que gera lucros como outra empresa qualquer. De acordo com Ribeiro (2000), o narcotráfico é capitalismo, pois, embora sua produção seja ilegal, os padrões de acumulação são enormes. Na sua lógica estão presentes todos os elementos que regem a produção capitalista legal. A produção e circulação de mercadorias, a exploração do trabalhador, o consumo, a mais valia e o lucro. São estas categorias que orientam a venda da droga.

De acordo com Souza (2015), nessa perspectiva da produção capitalista, o tráfico de drogas por ser uma indústria ilegal, dispõe de mecanismos de exploração que superam as indústrias que atuam dentro da lei. Sem qualquer regulamentação por parte do Estado, à produção das drogas podem ser incorporados trabalho infantil, escravo ou informal. Esses trabalhadores, inseridos nessas condições, não estarão amparados por nenhuma lei ou direito trabalhista, possibilitando que as condições de trabalho sejam extremamente precárias e que coloquem em risco a sua própria vida, haja visto a violência constante na disputa de territórios, que nesse caso significa maior controle sobre o comércio da droga.

A proibição da produção e consumo de drogas, como já citamos anteriormente, não pode ser visto como um fato isolado, pois ele é essencial para a compreensão dessa circulação. A regulamentação do Estado fere a dinâmica da teoria liberal/neoliberal. Afinal estamos lidando, segundo o discurso liberal e neoliberal, com a teoria de um mercado auto regulador, cujo carro chefe é a ideia da *Mão Invisível*, na qual, segundo Smith (2006), com base nos interesses individuais dos agentes econômicos se alcançaria os interesses coletivos. A intervenção estatal, segundo os defensores dessa ideia, resultaria em perdas tanto para produtores, quanto para consumidores. Ainda sobre a perspectiva da economia ortodoxa, podemos inferir, que a ilegalidade traz consigo empecilhos referentes à qualidade da mercadoria ofertada pelos produtores da droga, uma vez que a falta de controle por órgãos governamentais, permite que as substâncias comercializadas sejam de baixa

qualidade, sofrendo alterações na sua composição original, comprometendo a saúde dos usuários.

Outro fato a ser destacado é a apreensão das substâncias pela polícia fazendo com que a oferta do produto seja reduzida, elevando assim os seus preços. Há que se acrescentar outro fator relevante: a dificuldade de transportar as drogas, devido ao controle sobre as fronteiras, o que implicará em custos, que serão repassados ao consumidor final. Sem contar que o Estado não conseguirá tributar a produção e nem a comercialização, não gerando um retorno à sociedade, fazendo com que o “combate” ao tráfico seja muito dispendioso para os cofres públicos. No entanto, essa ilegalidade cria o mercado paralelo da corrupção que envolve desde políticos, policiais e representantes do poder judiciário.

Não precisamos nos apoiar sobre a teoria liberal para apontar as falhas do sistema de proibição e, sobretudo de combate às drogas. Com a alta tendência da taxa de desemprego, atingindo a casa dos 12,7%, em 2019⁵, combater o tráfico de drogas, hoje, faria a economia do país colapsar, afinal, geraria um alto índice de desocupação e aumento da pobreza, pois os trabalhadores inseridos nesta atividade perderiam sua principal fonte de renda e não teriam nenhuma outra alternativa para garantir o seu sustento. O que se observa, com o passar dos anos, é uma guerra travada entre as forças de repressão do Estado contra as mazelas da “questão social”, como já aponta Ianni

Em geral, os setores sociais dominantes revelam uma séria dificuldade para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. Muitas vezes reagem de forma extremamente intolerante, tanto em termos de repressão como de explicação. Essa inclinação é muito forte no presente, mas já se manifestava nítida no passado (2004, p. 109).

Com base na contribuição de Ianni (2004), nos questionamos sobre quem se favoreceria com essa ilegalidade uma vez que, na perspectiva do trabalho, do consumo e da segurança pública, não visamos melhorias com a proibição do tráfico de drogas. Observa-se que até mesmo as políticas repressivas estatais desempenham um papel estratégico para a esfera do capital. Ao invés de se investir em políticas de educação, saúde, esporte, lazer ou ainda de geração de renda, notamos o incremento de investimentos em setores punitivos como ampliação de penitenciárias, aumento do efetivo da polícia, leis mais rigorosas, redução da maioria penal, atribuindo ao tráfico um problema de origem moral e não social.

Desde modo, podemos indagar sobre ser impossível o funcionamento do mercado das drogas sem que as mazelas da questão social se expressem de forma mais intensa. Afinal de contas, o tráfico de drogas se torna uma resposta, ou uma solução aos altos

⁵Fonte: IBGE.

índices de desemprego. Não é por menos que grande parte da produção global das drogas ilegais esteja nos países periféricos, cujo pauperismo aparece de forma exponencial. E até mesmo dentro desses países, podemos perceber que o tráfico se concentra nas regiões mais pobres, no caso brasileiro, nas favelas ou bairros da periferia das grandes cidades.

Porém, quando analisamos sob uma perspectiva econômica, percebemos o quão lucrativo e importante para a dinâmica do modo de produção capitalista esse combate pode ser. O governo brasileiro investiu, aproximadamente, cerca de 12 bilhões de reais, no ano de 2018, em segurança pública⁶. Dentro deste investimento, está o policiamento e serviço de inteligência, por exemplo. Além disso, o combate ao tráfico fomenta a indústria armamentista, uma vez que os traficantes e agentes de segurança pública dispõe de armas de fogo para travarem sua luta. Sabe-se, de acordo com matéria publicado no jornal O Globo em 2017, o número de mortes violentas no Brasil atingiu a marca de 30 casos por cem mil habitantes, numa relação estreita com o tráfico de drogas, sobretudo nas rotas de comércio.

Contudo, o que observamos é que mesmo com um investimento tão alto em segurança pública. A cada ano o consumo de drogas só aumenta no país, sobretudo entre os mais jovens, que são os principais consumidores⁷. Estima-se que, em 2015, 9% dos jovens faziam uso de substância ilícita, um aumento de, aproximadamente, 2% em relação ao ano de 2012.

A imprecisão de dados, referente ao narcotráfico, nos impossibilita fazer uma análise precisa do impacto desse mercado para a economia brasileira. Contudo, nos atrevemos a dizer que o tráfico de drogas é um mercado lucrativo, pois permite ganhos elevados, isenção de impostos e gera uma rede de várias outras indústrias como a de armas, farmacêutica, lavagem de dinheiro, dentre outros. Em contrapartida, o governo brasileiro prefere apostar na redução de investimentos em políticas sociais, sobretudo nas de combate à pobreza. Apesar do Programa Bolsa Família ter beneficiado cerca de 46 milhões pessoas, os números da pobreza extrema no Brasil é muito elevado. De acordo com dados do IBGE, de 2017, 50 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza extrema. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice de Gini subiu, em 2019, para 0,627. Fato que evidencia o aumento da desigualdade e da pobreza. Em paralelo a população carcerária tem aumento significativamente. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o tráfico de drogas é o segundo maior em prisão, ficando abaixo dos casos

⁶De acordo com o Portal da transparência.

⁷ Pesquisa realizada pelo PeNSE/IBGE com jovens de idade entre 13 e 15 anos, nos anos de 2012 e 2015, divulgado pelo jornal O Globo.

de roubo, o que demonstra que a repressão é a tônica dos governos brasileiros para conter o avanço da miséria e da pobreza.

3-Conclusão:

O que nos propusemos a expor é a relação do tráfico de drogas com a questão social, sobretudo o desemprego, nos apoiando em elementos econômicos e sociais que demonstram como o mercado das drogas é lucrativo e dinâmico para economia capitalista como um todo. Os empregos gerados pelo narcotráfico são de suma importância para a harmonia do modo de produção capitalista, estimulando ainda mais a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e intensificando as desigualdades sociais. Além disso, vimos o quão importante foi a transição para o capitalismo monopolista e a adoção do modelo neoliberal para tornar o narcotráfico um dos ramos mais lucrativos da economia capitalista. A deterioração dos aparatos sociais e flexibilização das relações de trabalho, juntamente com o desemprego elevado, serviram de combustível para a ascensão do tráfico de drogas, sobretudo nos países periféricos. E podemos observar como as expressões da questão social estão correlacionadas com a expansão do consumo e da produção das drogas no mundo.

A violência gerada pelo tráfico de drogas é fruto dessa política de repressão ao narcotráfico sendo que, dadas as atuais circunstâncias do nosso país, não é interessante ser combatido. Contudo, podemos afirmar que esse combate às drogas é um instrumento de manobra adotado pelo Estado burguês com a finalidade de controlar e reprimir as mazelas da Questão Social no país, visto que os principais afetados por essa política é a população nas periferias, cujo papel que ocupam, na dinâmica da produção das drogas, é de distribuição (varejo). Os grandes traficantes de drogas ou seja, os capitalistas produtores das drogas, muitas vezes estão diretamente relacionados com a política, ocupando cargos ou participando das decisões, e não são alvejados pelas armas da polícia.

4-Referências Bibliográficas:

Agência Brasil. *ONU alerta que drogas movimentam US\$ 320 bilhões por ano*, EBC, 2014, <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/03/onu-alerta-que-drogas-movimentam-us-320-bilhoes-por-ano>, acesso em 19/06/2019.

IBGE: Agência IBGE notícias. *Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho*, 2019, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>, acesso em 19/06/2019.

FRAGA, Paulo C. P. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio. *Narcotráfico e violência no campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IANNI, Otávio. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

Justificando: *Mentes inquietas pensam Direito. CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil*. 2018. <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/>, acesso em 22/06/2019.

PORTAL TRANSPARÊNCIA (Brasil). Controladoria Geral da União, Segurança Pública, <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/06-seguranca-publica?ano=2018>, acesso em 20/06/2019.

_____. Controladoria Geral da União, Política Pública Sobre Drogas, <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/201E-politica-publica-sobre-drogas?ano=2015>, acesso em 20/06/2019.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. In: *Os Economistas*, São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MATSUURA, Sérgio. *Uso de drogas aumenta entre os jovens*, O Globo, 2016, <https://oglobo.globo.com/sociedade/uso-de-drogas-aumenta-entre-os-adolescentes-no-pais-19996988>, acesso em 20/06/2019.

MARTINS, Elisa. *Estados com maior aumento de mortes violentas são rota de comércio de drogas*, O GLOBO, São Paulo, 2018, <https://oglobo.globo.com/brasil/estados-com-maior-aumento-de-mortes-violentas-sao-rota-de-comercio-de-drogas-22964741>, acesso 19/06/2019.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2001.

RIBEIRO, Ana M.M. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio. Narcotráfico e violência no campo. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 23-59.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. In: Os Economistas, São Paulo, 1982.

FGV, *Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE*. 2019. <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>, acesso em 20/06/2019.

SMITH, Adam. A riqueza das nações, São Paulo, Afiliada, 2006.

SOUZA, André. *Letalidade Policial no Brasil mais que dobra em cinco anos; Rio tem recorde de mortes de agentes civis*, O Globo, Brasília, 2019, <https://oglobo.globo.com/brasil/letalidade-policial-no-brasil-mais-que-dobra-em-cinco-anos-rio-tem-recorde-de-mortes-de-agentes-civis-23598437>, acesso em 20/06/2019.

SOUZA, T. S. A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa. Campinas: Unicamp, 2015.

V.V.A.A. Cinco notas a propósito da “questão social”. Brasília, Temporalis. ABEPSS, 2001

AS LUTAS FEMINISTAS E SUA ARTICULAÇÃO PELAS MÍDIAS DIGITAIS, PERCEPÇÕES CRÍTICAS.

Autora: Priscila Rodrigues de Castro¹

Eixo Temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais. Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

RESUMO:

Este trabalho reflete sobre as potencialidades do uso das mídias digitais como instrumento das lutas feministas. Estas plataformas virtuais ampliam o alcance das discussões das pautas feministas, paradoxalmente permitem ataques de movimentos e manifestações contrárias. O que ressaltamos é a importância fundamental do uso destes instrumentos de comunicação para o processo de mobilização popular, estratégia indispensável para a luta política, em que pesem as diferentes formas de comunicação possibilitadas pela internet sua visibilidade e seu alcance. Os desdobramentos podem ser percebidos mediante as frequentes manifestações sociais brasileiras materializando as articulações estabelecidas por essas linguagens digitais.

Palavras Chaves: Feminismo, Mídias Digitais, Lutas Sociais.

Abstrac:

This work looks upon the different possibilities of social media as tools for the feminist movement. Those virtual tools broad the horizon and reach of the feminist agenda but, also, allow attacks from the opposite direction. We emphasize the fundamental importance of these social tools as engaging instruments for the popular mobilization, they are imperative for the political fight, considering the massive visibility and reach the Internet has.

Keyword: Feminism, Digital Media, Social Struggles.

1 – INTRODUÇÃO

A inquietação para este trabalho surgiu na experiência docente. Como professora universitária, pude acompanhar o desenvolvimento e o interesse de estudantes que desenvolvem trabalhos de conclusão de curso ainda em progresso que se voltavam para a

¹ Assistente Social (UFJF), Especialista em Políticas Públicas (UFMG), Mestre em Serviço Social (UFJF) e Doutoranda em Serviço Social (UERJ). Professora Substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Campus Universitário de Rio das Ostras. E-mail: priscilardcastro@gmail.com.

temática das mídias sociais e o Serviço Social. No entanto, nossa intenção é articular a temática a forma atual da luta feminista na contemporaneidade.

Propomos, portanto, problematizar as lutas feministas, destacando a particularidade brasileira, e como a sua articulação com o ativismo através das mídias sociais pode possibilitar avanços, mas também apresentar desafios para a luta de mulheres. Avanços que se expressam por meio da ampliação das discussões propostas pela pauta feminista e a divulgação de suas ações. Os desafios se materializam na presença de grupos contrários e conservadores expresso em opiniões e ações preconceituosas, que resulta em reações patriarcais violentas contra seus corpos e vidas. Esse conservadorismo sobretudo, se materializa na política formal².

Asseguramos a importância da análise da conjuntura e percebendo que o avanço do conservadorismo vem ganhando proporções que demandam articulações diversas da classe trabalhadora. E percebendo no movimento feminista um projeto emancipador das mulheres da classe trabalhadora que tem se fortalecido na conjuntura atual, buscamos problematizar as formas pelas quais este ativismo tem se constituído mediado pelas novas ferramentas de comunicação associadas às novas tecnologias e potencializadas pelas mídias sociais. Concretizaremos a análise através de experiências registradas em artigos e livros sobre a temática.

As lutas feministas têm garantido a presença das mulheres nos espaços de lutas sociais de forma constante nos últimos anos. O movimento feminista tem se destacado e ganhado consistência política, mobilizando a sociedade em torno do debate de igualdade de gêneros e na luta por seus direitos. A intenção é contribuir no sentido de perceber as formas organizadoras e as potencialidades transformadoras do movimento feminista atentos para as contradições existentes na sociedade em que vivemos.

Não queremos aqui desvincular o conceito de gênero da materialidade das relações sociais e da dimensão contraditória entre capital e trabalho. Entendemos que a condição de classe é o determinante para experienciar as opressões vivenciadas pelos sujeitos. Neste sentido não só a condição de gênero será lida por este trabalho de forma historicamente determinada e articulada, assim como os mecanismos utilizados em suas lutas as formas de comunicação contemporâneas. Pois ambas são determinadas e pelas relações sociais contraditórias da produção e reprodução social do modo capitalista de produzir.

² Refiro ao poder legislativo e suas formulações em relação ao cerceamento dos direitos das mulheres, sexuais, reprodutivos e trabalhistas. A agenda política que reforça estigmas patriarcais como o Estatuto do Nascituro, o Estatuto da Família o veto ao Programa Escola sem Homofobia são alguns exemplos.

Com o advento da tecnologia móvel é inegável que necessitamos de análises críticas sobre as formas tecnológicas utilizadas em nosso cotidiano, assim como análises sobre o emprego das novas tecnologias como ferramentas para reivindicações e articulações dos sujeitos em seus movimentos sociais. Atentando para seus limites e possibilidades em relação aos próprios sujeitos e em relação a sociedade.

Entender sobre a dinâmica do uso da comunicação pela internet é urgente visto os desdobramentos políticos e sociais desde o golpe institucional de 2016 e as estratégias de campanhas políticas que se estabeleceram por meio de mensagens e conteúdos digitais falsos. Percebendo o recrudescimento do conservadorismo que atinge potencialmente as mulheres, destacamos o empenho do movimento feminista na articulação de novas formas de linguagem comunicacional digital e na utilização das redes e mídias digitais como instrumento de reação a essa lógica de violência estruturante deste modelo de sociabilidade.

2 – LUTAS FEMINISTAS

É na década de 1960 que os movimentos feministas se configuram como potência no enfrentamento e na análise crítica e ativista das relações entre homens e mulheres, numa perspectiva centrada nas mulheres e nas relações de gênero. E é no quadro do desenvolvimento intelectual das feministas acadêmicas em meados dos anos 1970 que o conceito de gênero ganha contornos para explicar as desigualdades em relação as diferenças biológicas de sexo entre homens e mulheres. Este conceito, no entanto, é dotado de diversas perspectivas que ligadas ao contexto histórico representava riscos ao próprio movimento feminista, visto as influências da teoria pós-moderna. A crise dos paradigmas como aponta Cisne (2015, p. 86) demarca os riscos das análises das relações sociais baseadas no surgimento do conceito de gênero “ao enfatizar as relações de poder em detrimento da busca das determinações da dominação/exploração”.

Neste sentido, Cisne (2014, p.136) destaca a diferença entre os conceitos de gênero e relações sociais de sexo. O segundo advindo da escola feminista francesa tem seu significado atribuído a tradução da própria língua francesa, “o conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe”, visto que *rappports* em sua tradição diz respeito a relações mais amplas ao contrário da palavra *relations* que significa relações mais pessoais. De acordo com a autora:

Outra dimensão importante que merece destaque no conceito de *rappports sociaux* de sexe é que ele surge no início dos anos 1980, diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas. Assim, podemos afirmar que a utilização do conceito de *rappports sociaux* de sexe, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende Kergoat (2008, 2010). Já com relação ao conceito de gênero, não podemos afirmar a mesma coisa, tendo em vista que, por vezes, sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e da de outras desigualdades estruturantes, como as de classe (CISNE, 2014, p.137).

Para Saffioti (2004) a utilização da categoria gênero apresenta limites pela extensão de seus significados, ou seja, ela não explicitaria diretamente a relação de opressão do sexo feminino:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida (SAFFIOTI, 2004, p. 44, 45)

Pensando que uma análise crítica deve perpassar categorias como sexo, corpo, identidade, raça, nacionalidade e classe esta reflexão pretende perceber a mulher nesta sociedade, portanto, é fundamental percebê-las em sua condição de subordinação e exploração na sociedade capitalista e que aponta para “a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária” (CISNE, 2015, p. 92).

O movimento feminista, portanto, deve abarcar em suas lutas e militância a mobilização política que contribua no sentido da construção da consciência da condição de vida de mulheres trabalhadoras, pois são elas as que mais sofrem neste modelo de sociedade com duplas jornadas de trabalho e em suas formas precarizadas, com as variadas formas de violência entre outras. De outra forma:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. Em outras palavras, a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante (CISNE, 2015, p. 95-96).

Uma análise dialética do movimento feminista na contemporaneidade deve articular os aspectos econômicos, políticos e sociais de suas lutas. É situando o movimento de mulheres e suas lutas no bojo das contradições entre capital e trabalho, das contradições entre as classes sociais e do jogo de forças daí resultantes, e que se expressa nas desigualdades sociais, é que perceberemos sua significativa importância para o processo de emancipação humana.

Neste sentido, apontamos como significativo a análise sobre a forma como as lutas de mulheres se articulam na contemporaneidade. Principalmente sobre a forma expressiva que a mobilização de mulheres tem se desenvolvido através dos instrumentos de comunicação digital.

Mídias Digitais

Atualmente alguns instrumentos de comunicação, tais como sites, redes sociais, blogs, enfim, toda forma de comunicação que se estabeleça por conteúdo transitado pelo uso da internet possibilita e amplia as formas de acesso a conteúdos e a trocas de informações. Sem dúvida, a presença das lutas feministas por meio destes canais e instrumentos de informação assegurou uma maior e melhor visibilidade do movimento no mundo. No entanto, ressaltamos um duplo movimento presente na contradição mesma do uso destes meios, a ampliação do conservadorismo e negação/resistência ao movimento. A estratégia da utilização das mídias sociais pelos movimentos sociais, mesmo percebendo seus limites não diminuí a importância da análise do fenômeno, visto seu potencial mobilizador e articulador.

É necessário perceber as potencialidades do uso das mídias sociais na contemporaneidade, onde as relações de comunicação se tornam mais dinâmicas, dadas suas características de interatividade e massividade. Elas amplificam experiências e abordagens, no entanto, devemos considerar todo o fenômeno por uma perspectiva de análise crítica:

[...] a abordagem da questão das “redes sociais” deve considerar os nexos existentes, a fim de percebê-la numa totalidade, decifrando as forças políticas em presença no debate sobre comunicação pública, principalmente no que tange à regulação da internet no Brasil e no mundo. Não há dúvidas, como aponta Bianco (2005), de que a revolução tecnológica tem alterado a experiência de mundo, assim como a Revolução Industrial modificou as relações técnicas de produção, modificando as relações sociais e de poder (FIGUEIREDO, 2013, p. 6).

A rede de computadores conhecida como internet, e que possibilita estas formas de interação, está sobre o controle e regulação de países específicos e que possuem grande

desenvolvimento tecnológico como Estados Unidos³ e União Europeia. É importante destacar que as informações veiculadas pela internet são estratégicas, visto que seu controle perpassa por um número pequeno de grandes conglomerados que atendem a interesses comerciais e que conferem privilégios aos interesses do grande capital. Ter essa percepção é fundamental para pensar a democratização da comunicação digital como estratégia de luta da classe trabalhadora⁴.

A revolução que a internet proporcional no âmbito da comunicação reconfigurou, contudo, a percepção do espaço e as características geopolíticas desta sociedade. A teoria de Harvey (20017) nos auxilia a refletir sobre as novas experiências relacionadas ao tempo e ao espaço o que ele denomina de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo”. As categorias de tempo e espaço para o autor são essenciais para entendermos as relações humanas nesse estágio do capitalismo, especialmente no que concerne aos efeitos da acumulação flexível que fragmenta e dispersa o processo produtivo, que descarta a mão de obra humana em favor da tecnologia e que suprime fronteiras espaciais e temporais, mudanças que denominou de “compressão espaço tempo”.

Entendendo que essa forma de comunicação reduz ainda mais as distâncias que já haviam sido reduzidas com a televisão e o telefone, e que elas criam ao mesmo tempo, possibilidades mesmo que virtuais de aproximação entre os sujeitos. E que só entendemos o espaço pela forma de sua produção material, podemos perceber tensões e contradições frente ao conceito de ciberespaço⁵ - ambiente virtual que utiliza dos aparatos de comunicação para o estabelecimento de relações virtuais em contraposição ao de território.

Tendo o espaço como categoria de análise social, compreendemos o conceito de território como o locus que abriga todos os homens e instituições, porém, se distinguem quanto ao seu uso e interesses. O território se configura como uma categoria mediadora das conjunturas históricas e onde se afirma o “homem lento”, categoria político-filosófica criada pelo geógrafo Milton Santos (1994, apud RIBEIRO, 2005), para este autor, o “homem lento” é aquele que desvenda os recursos indispensáveis à vida”. Este conceito diz respeito ao

³ “Atualmente, a Internet está controlada pela empresa da Califórnia ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), a qual administra a Rede e atribui, por exemplo, os nomes de domínio (o .es da Espanha). Desde novembro de 1998, essa empresa está sob a tutela do Departamento de Comércio norte-americano, segundo consta em um acordo assinado entre o ICANN e o Governo dos Estados Unidos [...]”.(RAMONET, 2005).

⁴ “Quanto ao acesso de mulheres à rede, segundo Ferreira (2015), dados do IBGE de 2013 mostraram que a proporção de internautas mulheres, no país, passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013. Ainda de acordo com a pesquisa de Ferreira, as mulheres representam 51,9% do total de internautas e, quanto maior a idade, maior são as diferenças de acesso a favor das mulheres”. (COELHO, p. 220, 2016).

⁵ “O termo ciberespaço foi criado pelo escritor de ficção científica William Gibson, sendo projetado em seu livro Neuromancer, de 1984. Nesse, o autor trata de um real que se constitui por meio do engendramento de um conjunto de tecnologias, enraizadas de tal forma na vida em sociedade que lhe modifica as estruturas e princípios, transformando o próprio homem, que de sujeito histórico torna-se objeto de uma realidade virtual que os conduz e determina” (GONTIJO et. al., 2007, p.3).

homem comum, ao homem do cotidiano, porém, para Ribeiro (2005, p. 5) repousam nele “as potencialidades mediadoras do território” é a ele que se abrem as possibilidades de resistir a fragmentação identitária imposta globalmente por meio da “ação espontânea – organizada pela reiteração de valores – que, com frequência, sustenta lutas de apropriação do território”.

Ressaltamos que as lutas sociais só podem ser compreendidas frente a densidade da vida social que se apresenta nos territórios concretos, local de produção e reprodução da vida. Ao contrário da observação da crescente valorização do ciberespaço como locus de uma “nova política”, afirmamos, no entanto, que é na rua, nos territórios onde se desdobram as vivências dos sujeitos e suas possibilidades de ação políticas que encontramos o locus legítimo de desenvolvimento das lutas sociais.

O que não torna menor a identificação e análise das formas de participação, organização, mobilização e conscientização estabelecidas pelas redes da internet. Logo, para mobilizar para as lutas, os movimentos sociais fazem uso das redes sociais e das mídias digitais. O que ressaltamos nesta reflexão é a importância fundamental para o processo de mobilização popular, através do uso destes instrumentos de comunicação. Estratégia indispensável para a luta política, em que pesem as diferentes formas de comunicação possibilitadas pela internet assim como pelo seu alcance. Os desdobramentos do uso destes instrumentos podem ser facilmente percebidos mediante as frequentes manifestações contemporâneas na sociedade brasileira que materializam as articulações estabelecidas por essas linguagens digitais.

Primeiramente é necessário um aprofundamento sobre como é estabelecido o uso da internet na nossa particularidade. O poder executivo brasileiro apresentou um projeto de lei à Câmara em 2011 e teve aprovação no ano de 2014 sob a Lei de nº 12.965/2014 o chamado Marco Civil da Internet que regula o uso, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para os usuários da rede, assim como estabelece diretrizes para as forma de atuação do Estado. O fundamento da lei tem como determinante o respeito a liberdade de expressão, porém, trata também da neutralidade, privacidade, responsabilização civil a usuários e provedores e trata da função social da rede. Acreditamos que essa função social, estabelecida na legislação como a “transmissão de conhecimento”, se estabeleça mediante as diversas formas de linguagem comunicacional que a rede proporciona.

Como ferramenta de acesso ao conhecimento o debate em relação as redes e mídias sociais deve perpassar a discussão do próprio acesso à rede, a qualidade da linguagem existente e as reais possibilidades de que esse acesso a elas. Pois na realidade este acesso pode cada vez mais se estabelecer pela capacidade financeira. As diferenças e

desigualdades já existentes na fronteira virtual, a chamada desigualdade digital se aprofundaria mediante os recursos disponíveis dos sujeitos.

Pensar as formas de comunicação na internet é pensar sua mediação pela linguagem, portanto, como cultura. A comunicação que se estabelece por meio do uso do computador redefine a linguagem, essa que surge como forma de interação entre o homem e seu meio, e como forma e estratégia de sobrevivência dos mesmos. Perceber essa forma de mediação do uso da internet permite entender que este ambiente se configura como âmbito de confronto de interesse, de representação social, de manifestações simbólicas de reprodução de valores. Dialogam e expressam a configuração da conjuntura histórica, refletindo as relações de classe e dos grupos sociais.

A defesa da comunicação como direito e sua democratização perpassa a análise do movimento, do conteúdo e das linguagens estabelecidas pelo veículo internet. Assim como as formas de uso pelos sujeitos que estabelecem experiências positivas que ultrapassem o ciberespaço e ganham as ruas e o espaço público concreto.

Ciberfeminismo

Neste sentido, a reflexão que nos propomos diz respeito às formas de organização, articulação e mobilização das lutas feministas contemporâneas que de forma intensa fazem uso de linguagens digitais para denunciar, divulgar e ampliar sua plataforma de lutas e reivindicações das desigualdades estabelecidas pelo patriarcado. Perceber como a internet é um veículo e instrumento essencial que estabelece a mediação para as lutas e ativismo que ganha impulso com as novas tecnologias e ganha potencialidade através das mídias sociais possibilita visualizar como essas táticas de militância feministas foram potencializadas em escala global.

Antes de prosseguirmos cabe uma diferenciação em relação as plataformas de conteúdo digital: As redes sociais, entendidas como redes de indivíduos em ambiente ou plataformas online que facilitam a interação entre pessoas, são exemplos de redes sociais o Facebook, Twitter, LinkedIn, Instagram e YouTube; as mídias sociais online são as formas de propagação e difusão de conteúdos informativos de massa, conteúdo que geralmente é criado através das redes sociais ou divulgado por elas, tem objetivo de disseminar conteúdos e proporcionar interação com o que foi transmitido, são exemplos de mídias sociais, as redes sociais, os sites, blogs e Wikipedia; as mídias digitais se relacionam com a

tecnologia através das plataformas online, banners e anúncios eletrônicos, dizem respeito também a conteúdos pagos se relacionam com todas as formas e meio de comunicação digital. Assim:

[...] As redes sociais são simplesmente mais um forma de relações entre as pessoas, que, “na internet, [...] são as relações interpessoais mediadas pelo computador, e acontecem através da interação social em busca da comunicação.” (FREITAS, 2010, p. -). Já as mídias sociais abrangem muito mais, e são típicas da Web 2.0, pois, segundo Kaplan e Haenlein (2010, p. -) as mídias sociais são “um grupo de aplicações para Internet, construídas com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, e que permitem a criação e troca de Conteúdo Gerado pelo Utilizador”, ou seja, as redes sociais na Internet são automaticamente consideradas mídias sociais uma vez que proporcionam trocas de informações, ideias e interesses. Já o termo mídias digitais é muito mais abrangente e designa qualquer meio de comunicação que se utilize de tecnologia digital, ou seja, toda rede social é uma mídia social que, por sua vez, também é uma mídia digital (SCHNEIDER; SILVA; VIEIRA, 2013, p.3 - 4).

Com a popularização das redes sociais tornou-se comum seu uso nos processos de mobilização política e de lutas sociais. Segundo Costa (2018):

O twitter, por exemplo, foi criado explicitamente para a militância. Teve início com o programa TXTMob, criado nos Estados Unidos para, através do celular, organizar manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano de 2004. Seu desdobramento, o Twitter tal como o conhecemos, foi lançado dois anos mais tarde e manteve esse DNA ativista, tendo sido o principal instrumento das manifestações iranianas de 2009 e nas inglesas de 2011 (COSTA, 2018, p. 43).

Outra forma de plataforma digital importante e que articula ações políticas representacionais é a Avaaz criada em 2007, que duplicou o número de membros no Brasil logo após junho 2013, funcionando por meio de recolhimento de assinaturas “para pressionar autoridades, de forma que, além do resultado imediato de trazer visibilidade a uma causa e levantar debate sobre ela, ainda mantém um foco nos efeitos da esfera política representativa” (COSTA, 2018, p. 44).

Retomando os objetivos deste texto de articular as lutas femininas aos instrumentos existentes na internet que amplificam essa lutas ressaltamos o que Costa (2018, p. 46 - 47) identifica no que diz respeito a linguagem que o feminismo explora através das redes online, para ela o movimento encontro “um modelo de comunicação efetivamente contagioso”:

Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para as muitas experimentações possíveis entre o pessoal e o público, como já mencionado. É um território complexo, no qual as interdições e violências vividas pelas mulheres são atualizadas. Na sequência, vem a exploração meticulosa da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos de feminismo em rede. É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro.

As narrativas pessoais⁶ são as chaves pra desvendar o alcance das campanhas promovidas por mulheres na contemporaneidade retomando a ideia do “pessoal é político”⁷.

⁶ Campanhas promovidas através de hashtags, ferramenta muito utilizada pelo movimento feminista de distribuição de conteúdo se ligam as formas de narrativas pessoais, tais como: #PrimeiroAssédio, #AgoraÉQueSãoElas, #MeuAmigoSecreto, #NãoMereçoSerEstuprada, #PeloFimDaCulturaDoEstupro, #NãoÉNão. Segundo Coelho (2016, p. 2210) o resultado “quantitativo, das campanhas e hashtags foi o aumento em 40% do número de denúncias no disk 180, Canal de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as

Através do conceito de experiência em Thompson (1981, p. 112) entendemos que ele expressa a cultura e a vida cotidiana, é um termo que diz sobre “o ser social e a consciência social: é a experiência [...] que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento”. Para este autor as pessoas experimentam sua existência através das experiências “como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas”. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Trata-se, portanto, da “permanência material da cultura” (THOMPSON, 1981, p. 195) onde essas narrativas pessoais produzem laços concretos que elaboram uma expressiva percepção comum entre mulheres.

[...] A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: “Mexeu com uma, mexeu com todas”. [...] Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços (BOGADO, 2018, p. 36-37).

Em sua diversidade, o movimento de mulheres constitui-se tendo as tecnologias da informação como importantes ferramentas de divulgação, de renovação e diálogo. Essas novas formas de diálogo e de estratégias de fala, no entanto, são significativas criando certa visibilidade e espaços para a ampliação de suas pautas, mas é necessário ressaltar as forças estruturais de poder que ainda encontram terreno sólido na realidade.

Acreditamos que o movimento de mulheres vem configurando um ativismo utilizando as redes da internet de forma significativa. Várias iniciativas de grupos, coletivos e mulheres de forma individual inundaram as redes nesta quarta onda feminista. Essa forma ultrapassa a articulação virtual e ganha o espaço da rua, dos territórios, onde indicamos é locus do acontecer político.

No ano de 2015 assistimos ao que ficou conhecido como a Primavera Feminista. Presenciamos em várias cidades brasileiras e ao redor o mundo, manifestações de mulheres referentes aos seus direitos, sobre a violência sofrida em seus corpos dentro outras. Nos anos seguinte, destacamos o ano de 2016 a Marcha, Nem Uma a Menos contra a violência de gênero em diversas cidades da Argentina, Chile e Uruguai. E a Greve Internacional de Mulheres em 08 de março de 2017 que teve como inspiração a greve de mulheres realizada na Polônia. Ações como consequência da articulação em rede online de diversas militantes feministas.

Embora só em 2015 a quarta onda feminista tenha alcançado maior amplitude, capaz de atingir diferentes setores da sociedade, desde o início da década de 2010

Mulheres da Presidência da República (Lara, Rangel, Moura, Barioni & Malaquias, 2016)”.
7

Expressão advinda do texto clássico da feminista da segunda onda, anos 70, Carol Hanish, que questiona o argumento de que o feminismo não seria político por tratar temas como o corpo e a sexualidade.

ela já vinha mostrando sua força em manifestações públicas. Um exemplo é a Marcha das Vadias, criada em 2011, em Toronto, no Canadá, que se tornou um marco desse processo. Quando, após uma série de estupros ocorridos na Universidade de York, um policial afirmou que as mulheres haviam sido agredidas por se vestirem como “vadias”, uma onda de protestos correu o mundo. A marcha chegou ao Brasil no mesmo ano e já está em sua sétima edição, organizada por coletivos em pelo menos quarenta cidades do país (BOGADO, 2018, p. 33).

A marcha das Vadias pode ser uma importante fonte de análise do que se estabelece como significativo nesta reflexão, a relação das lutas feministas e as mídias digitais. A organização inicial foi estabelecida pela rede social Facebook, a convocação para o ato se estabeleceu pela criação de um evento neste meio virtual, o Slut Walk. Milhares de pessoas marcaram presença no evento virtual que se tornou concreto e tomou as ruas de Toronto no Canadá, e foi além, se configurando como uma manifestação anual em diversos países.

A sensibilização e mobilização por meio das mídias digitais contribui para a articulação das lutas feministas na medida que cria uma identidade mínima entre mulheres. No entanto, destacamos seus limites frente a percepção da luta de classes, das particularidades como os índices de feminicídio no Brasil e as próprias contradições estabelecidas pela internet, onde o acesso ainda é desigual e as ideias contrárias e a desinformação por meio de notícias falsas, as fake news, são uma constatação.

3 – CONCLUSÃO

O cenário das lutas sociais na conjuntura Brasileira exige um esforço de análise crítica sobre suas formas e amplitude. A crise política e econômica nacional aprofunda as desigualdades, os ataques às conquistas e aos direitos trabalhistas e sociais conduzem a classe trabalhadora a retrocessos avassaladores. O governo que se estabeleceu de forma golpista em 2016 reafirma a cada dia o aprofundamento da crise e do avanço conservador no Estado Brasileiro. É urgente a articulação das lutas da classe trabalhadora com vistas a emancipação dos sujeitos.

Vivemos em uma sociedade extremamente marcada pelas relações fundadas sob o patriarcado. A resistência frente a luta de mulheres ainda se mostra efetiva. No entanto, elas resistem através da reelaboração das formas de suas lutas, principalmente como visto aqui, através do uso das redes sociais e digitais onde ultrapassam o momento de mobilização e articulação virtual e estabelecem uma conexão real com o território e com a presença de seus corpos no espaço público.

O que pretendemos destacar é a potencialidade do uso da internet e suas plataformas como catalisadora, multiplicadora e articuladora de interesses das lutas feministas e de seus desdobramentos reais percebidos na luta deste sujeito político. No entanto, a análise de sua potencialidade não suprime seu paradoxo, as possibilidades de manifestações antifeministas. As experiências construídas por mulheres no âmbito digital são parte essencial para a compreensão de suas estratégias de resistência expandindo e apontando caminhos e possibilidades de organização da luta política.

Referências Bibliográficas:

BOGADO, M. Rua. In: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 14 de junho de 2019.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, —raça, etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Temporalis, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COELHO, M.P. **Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 11 (1), São João del Rei, Janeiro a junho de 2016.

COSTA, C. Rede. In: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Serviço Social, linguagem e comunicação pública: desafios na contemporaneidade**. Texto base do pronunciamento realizado na Roda de Conversa Serviço Social e Comunicação, Redes Sociais, Linguagem e Política, promovido pelo Conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS-MG, em 26/04/2013, p. 01 – 10.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga. **CIBERESPAÇO: QUE TERRITÓRIO É ESSE?** Educação e Tecnologia. v. 12, n. 3, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2017.

RAMONET, Ignacio. **Quem controla a Internet?** Carta Maior. 09 de out. de 2005. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Quem-controla-a-Internet-/20001>>. Acesso em: 14 de jun. de 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário**. In: SILVA, C. A. et al. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2005

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2015.

SCHNEIDER, H.; SILVA, A; VIEIRA, E. **O uso das redes sociais como método alternativo de ensino para jovens: análise de três projetos envolvendo comunidades virtuais.** IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Sergipe. 2013. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/eixo_09/e9-1a.pdf>. Acessado em: 14 de Junho de 2019.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES: EXPRESSÕES MANIFESTAS NAS VARAS DE FAMÍLIAS E SUCESSÕES

Quelli Foleiss de Oliveira

No espaço sociojurídico o assistente social encontra diversos desafios em seu cotidiano profissional. Prezar pela garantia dos direitos das crianças e adolescente é uma luta constante que requer análises críticas da realidade social. Esse breve escrito traz algumas reflexões acerca do trabalho profissional atendendo a processos de guarda e regulamentações das visitas para crianças e adolescentes.

Palavras Chaves: Serviço Social, trabalho, criança/adolescente.

In the socio-judicial space, the social worker finds several challenges in his professional life. Taking care of the rights of children and adolescents is a constant struggle that requires critical analysis of social reality. This brief paper brings some reflections about the professional work attending to processes of custody and regulations of visits for children and adolescents.

Keywords: Social work, work, child/adolescente.

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma aproximação ao tema que pretendemos pesquisar no mestrado, o qual está em andamento. O interesse nessa temática partiu das experiências vivenciadas no exercício profissional como assistente social que atende aos processos oriundos das Varas de Famílias e Sucessões do Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo.

Inserida nesse contexto profissional, concluímos que os(as) assistentes sociais buscam sua legitimação, dentro do campo sociojurídico, como um/a profissional capaz de contribuir com uma análise crítica frente as imposições legais, onde a “historicidade ontológica do ser social, pela via das diversas possibilidades de intervenção profissional, balizadas pelo projeto ético-político profissional” (CFESS, 2014, p. 15), possam expressar o conhecimento adquirido e acumulado acerca da questão social e suas expressões dentro da atual conjuntura da sociedade capitalista, onde, “as demandas que aparecem como jurídicas são fetichizadas e ideologizadas no campo do direito, pois elas são **essencialmente sociais**”. Grifos nossos (CFESS, 2014, p. 16).

O desafio posto ao assistente social é justamente o desvelar essas problemáticas apontando em seu laudo social¹ qual a alternativa garante a proteção dos direitos sociais aos sujeitos que atendem. Para isso exige-se estudos, apropriação da temática que trabalha – nesse caso especificamente: família/infância/juventude –, inseridas no contexto sócio-histórico. Por isso, valorizamos a produção acadêmica nesta área e pretendemos contribuir para as reflexões desse debate

Nesse breve escrito nos atentaremos as demandas apresentadas aos profissionais de Serviço Social que atendem os processos das Varas de Família e Sucessões, discorrendo sobre algumas situações do cotidiano profissional, as quais identificamos como reprodução da violência social que se desdobram nas relações familiares.

OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Os processos que são destinados ao Setor Social são, obrigatoriamente, procedentes de uma determinação judicial. Quando as demandas do processo judicial são complexas e de difícil decisão, envolvendo crianças/adolescentes, o Juiz da causa determina a realização de um estudo social, solicitando que em seu laudo social o profissional aponte qual a alternativa que atenda aos interesses e direitos da criança ou adolescente envolvida no litígio.

Para a emissão deste, os/as assistentes sociais realizam uma perícia social², na qual se analisa as relações que se estabeleceram naquelas famílias, quais as relações estão sendo vivenciadas na atualidade, bem como, quanto a responsabilidade parental exercida pelos responsáveis. Por quais motivos um pai, mãe, avós, tias/tios e até mesmo irmãos, foram conduzidos a peticionarem uma ação judicial para regulamentar suas responsabilidades e convivência com as crianças/adolescentes dessas famílias.

A realização do estudo social nos processos de Vara de Família, compreende analisar a realidade das crianças e adolescentes pertencentes às famílias atendidas e seu desenvolvimento social, histórico e cultural, para não reproduzir uma análise meramente formalista, conservadora e jurídica das questões sociais que se apresentam. Estas, são um desafio para a categoria profissional, diante do espaço jurídico, o qual é autoritário, hierárquico e busca a solução de um problema individual deslocado das expressões da questão social.

¹ O laudo [social] registra por escrito e de maneira fundamentada, os estudos e conclusões da perícia. Ou seja, registra um saber, e saber especializado, relacionado a uma área de formação profissional. (FAVERO, 2005, p. 29)

² A perícia, quando solicitada a um profissional de Serviço Social, é chamada de perícia social, recebendo esta denominação por se tratar de estudo e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão, via de regra, judicial. (FAVERO, 2005, p. 43).

No atendimento das demandas sociais que se apresentam nos processos judiciais envolvendo disputa de guarda e regulamentação de visitas de crianças/adolescente, observamos que a violência contra estes ocorre justamente com discurso oposto, no caso protecional. É se pautando numa ação pseudoprotetiva que as opressões, agressões e a violação de direitos da criança e adolescente ocorrem.

Em todos os processos judiciais nas Varas de Família, o discurso processual apresentado é sempre pautado na garantia dos direitos das crianças/adolescentes. Entretanto, nem todas as ações judiciais correspondem realmente ao pleito. Identificamos a ocorrência da violação dos direitos das crianças e adolescentes em prol da prevalência de interesses fundamentada da propriedade privada, situação esta que consideramos uma forma de violência. O trabalho do assistente social, que realmente preza pela garantia e efetivação dos direitos da criança/adolescente, requer a retirada desse véu protecionista que encobre as violências.

Compreendemos que a discussão sobre a violência intrafamiliar não se limita em si mesmo, carecendo de uma análise ampliada e fundamentada na construção do ser social na sociedade contemporânea, a qual se sustenta no modo de produção capitalista, com a exploração do homem pelo homem, mantendo como valores a serem conquistados – e mantidos – a propriedade privada.

Consideramos que para o profissional de serviço social que trabalha no atendimento às famílias, a busca por um referencial teórico que elucida a intervenção profissional é imprescindível, uma vez que as expressões da questão social se apresentam tanto no cotidiano familiar, quanto no comunitário. Cientes que o âmbito privado, familiar, é o espaço de reprodução e manutenção da organização societária vigente, o trabalho do assistente social deverá compreender e analisar as relações familiares inseridos no movimento histórico dialético da sociedade contemporânea.

FAMÍLIA, SOCIEDADE E VALORES

A família, tal como a conhecemos, é o primeiro núcleo de formação do ser social, tendo suas relações e organizações alteradas em conformidade com o período histórico que está situada. Portanto, a família e as relações familiares estão em constante transformação, decorrentes das mudanças societárias ocorridas no âmbito econômico, social, cultural, dentre outros fatores que influenciem seus cotidianos, direto ou indiretamente. “Não há sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora de sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira no desenvolvimento dos indivíduos.” (Lessa, 2012, p. 16)

Uma vez que essa organização social, a família, é fruto de processos sócio-históricos, o ser social que se forma em seu interior a reproduz e a transforma, num processo contraditório, dentro de seus limites e possibilidades históricas. Ancorados na teoria marxista, acreditamos que

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (Marx, 2011, p. 25)

A partir disso entendemos que as relações familiares que se formam dentro do modo de produção capitalista, de forma geral, corroboram para reprodução e manutenção do capital, independentemente do conhecimento e evolução societários ou do sofrimento das vidas humanas inseridas nessa dinâmica. Entretanto, podem dentro desse movimento, contraditoriamente, ser construídos valores que não atendam a padrões – de família – pré-estabelecidos, buscando a liberdade de seus membros, os desejos subjetivos e que permita aos indivíduos fazer livremente suas próprias escolhas, mas nesses casos não se faz necessário o recurso ao judiciário.

A família patriarcal é considerada a ideal para o pensamento conservador, e necessária a liberal burguesa, pois contempla as necessidades da sociedade capitalista, se apropriando da mais valia gerada pelo trabalhador/a alienado/a e preservando a propriedade privada dos meios de produção nas mãos da classe dominante. Sobre o patriarcado, buscamos nossa referência em Cisne:

Por ser funcional aos interesses capitalistas, esse sistema [patriarcal] não foi apenas apropriado, mas fundido ao atual modo de produção, formando um sistema único: patriarcal capitalista, pautado na exploração intensificada da força de trabalho, especialmente a feminina. Entende-se que o patriarcado é um sistema porque funciona independentemente da presença dos homens, ou seja, ele encontra-se enraizado nas relações sociais de tal forma que, mesmo entre mulheres, sem necessariamente haver presença masculina, há sua ratificação e sua reprodução. (Cisne, 2015, p. 25-26)

A coexistência de ambas ideologias³ de famílias: conservadora e liberal burguesa, tem no patriarcado sua sustentação, embora cada uma delas se pautem em diferentes valores.

³ Tomamos como ideologia a definição lukacsiana: “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.” (Lukács, 2013, p. 465). Sendo assim, concluímos que ideologia têm uma função social a ser cumprida, ela necessariamente tem de

Enquanto os conservadores defendem a família, a religião (judaico-cristã), a tradição, o preconceito, a autoridade, dentre outros; os liberais reivindicam o individualismo, a concorrência, a meritocracia, a religiosidade, livre iniciativa e demais valores de relações mercantil. A convergência entre os valores conservadores e liberais está na manutenção da propriedade privada dos meios de produção, apropriação da riqueza socialmente produzida e o Estado mínimo.

Segundo a tradição marxista, “a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são *determinações reflexivas*: uma não existe sem as outras, elementos que são de uma mesma totalidade, a sociedade de classes.” (Lessa, 2012, p. 25). Dessa forma, entendemos que as relações sociais estão permeadas pela relação de propriedade privada, a qual se mantém através da violência e se expande em todas as esferas da vida humana e, conseqüentemente nas relações familiares.

Eis porque consideramos salutar o aprofundamento da pesquisa sobre a violação dos direitos das crianças e adolescentes, para além da lógica mecanicista do direito constitucional e as legislações vigentes. As relações familiares em seu cotidiano expressam e reproduzem as violências que permeiam a vida na sociedade de classes, que tem em sua essência a propriedade privada acima dos interesses da construção e desenvolvimento do ser social.

REBATIMENTOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A violência sofrida pelas crianças e adolescentes na disputa judicial, por seus pais e familiares⁴, que por razões diversas, findaram a união e buscam o recurso judicial para estabelecer as responsabilidades e convivência para com seus dependentes. Nesse contexto conflituoso, os pais e familiares coisificam crianças e adolescentes, ignorando os anseios, desejos e posicionamentos em relação a sua convivência familiar, desconsiderando-os como sujeitos de sua história.

Nos processos de guarda e regulamentação de visitas, observamos que existem ações judiciais pautadas em interesses privados de cada adulto/responsável, os quais tratam seus filhos/dependentes como uma extensão de seus bens materiais (casa, apartamentos, carro, dentre outros), reproduzindo o interesse da propriedade privada de forma mais

comprovar sua existência no plano real, independentes de falsas ou verdadeiras, tem que intervir na realidade social.

⁴ De forma geral, os avós e tios das crianças e adolescentes assumem a reponsabilidade da guarda da criança ou adolescente, quando da impossibilidade do genitor/a. Por esse motivo, quando estão envolvidos numa ação judicial, incorrem nas mesmas atitudes inapropriadas de genitores reproduzindo a violência contra seus dependentes.

expressiva. Na sociedade classista é comum que os interesses econômicos, geralmente se sobressaem. Identificamos que o requerente da ação judicial entra com uma petição de guarda somente para se exonerar do pagamento da pensão alimentícia a seus dependentes, os quais, legalmente, detêm esse direito.

Entre os interesses singulares nos processos que envolvem a disputa pela guarda/regulamentação de visitas dos dependentes, encontramos outra motivação que se pauta na punição do requerido/a. Ou seja, o central na ação judicial é ferir o outro por qualquer motivo, seja por uma separação ainda não superada, seja para causar impacto no cotidiano alheio, dentre outras questões de ordem emocional, se utilizando das crianças/adolescentes, como qualquer outro objeto, que se possa dispor para infringir um castigo.

Não podemos ignorar as questões moralistas que se apresentam nos litígios envolvendo crianças e adolescentes. A forma como o outro está se organizando para atender e cuidar dos interesses de seus dependentes passa por uma avaliação de juízo de valores baseados no sistema patriarcal. Avaliam os lugares que a criança frequenta, os horários, as pessoas com quem convive, o tipo de escola que a criança/adolescente estuda, os entendimentos que cada um tem sobre a sexualidade, a religião, o uso de álcool e drogas, ou seja, tudo que se refere ao comportamento humano e a sociedade em geral, são motivos para desqualificar os cuidados que o guardião defere a criança/adolescente.

Nesse contexto apresenta-se de forma nítida as questões de opressão de gênero. A disputa pela guarda de filhos e/ou dependentes expressa uma forma de controle sobre a vida da mulher, seja ela a guardiã ou a requerente. Além disso, reitera os fundamentos patriarcais em relação aos cuidados dos filhos, pois mesmo quando os pais entram com pedido de guarda alegam, como sua justificativa, que a responsável pelos cuidados diários da criança/adolescente será uma mulher – a qual pode ser a avó, a atual esposa, uma tia, a empregada doméstica – a qual, em sua avaliação, será mais adequada, com destaque para julgamentos moralistas, para cuidar de seus filhos e dependentes em comparação com a mãe.

No intuito de aprofundar nossas problematizações, entendemos que o ato de judicializar uma disputa, de guarda ou regulamentação de visitas, já submete a criança/adolescente à algum tipo de violência, uma vez que para este ser em desenvolvimento, em seu entendimento, em muitos casos, ele/a é o motivo de conflito entre seus pais ou responsáveis. Inserido/a nesse litígio criança se vê no papel de ter que decidir entre um e outro, tomando para si esta responsabilidade, que não lhe pertence e que deveria ser fruto de um acordo entre as pessoas adultas em prol do bem-estar de seus dependentes, os quais são considerados pessoas em fase de desenvolvimento.

“No interior do conhecimento da família, a condição da criança e/ou adolescente e seus direitos são considerados como prioritários, em virtude de sua situação de dependência – objetiva e subjetiva – em relação ao adulto.[...] A criança, enquanto sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, deve ter assegurada a proteção integral, a qual implica o atendimento de suas necessidades pela família, pela comunidade e pelo Estado. Para essa proteção, portanto, depende primeiro do adulto de referência, que geralmente é aquele (ou aqueles) com o qual mantém maior proximidade na convivência.” (Fávero, 2008, p. 10-11).

É com base nessas situações elencadas a violação dos direitos das crianças/adolescentes, como expressão da violência intrafamiliar, se reproduz em seu cotidiano. Dessa forma observamos que a violência inerente da sociedade de classes perpassa e se legaliza dentro do poder judiciário. Essa centralidade na família da sociedade contemporânea desresponsabiliza o Estado de seus deveres e reproduz a opressão de entre as classes sociais. Sendo assim, acreditamos que em todas as áreas de atuação profissional, do Serviço Social, é imprescindível compreender as dinâmicas familiares no bojo da sociedade fundada na exploração entre homens e mulheres, alienando⁵ e fetichizando as relações sociais e familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com base no que fora exposto, temos em nosso posicionamento a necessidade de reafirmação dos direitos das crianças/adolescentes, que foram conquistas humanas e se expressam no Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8.069/90. Nessa legislação criança/adolescente passa a ser considerada como sujeito de direitos sociedade brasileira.

Entretanto, dentro de uma sociedade de classes se faz necessário estudar e problematizar esse Estatuto, bem como outras legislações atuais que versam sobre os direitos das crianças/adolescentes, pois a garantidos direitos fundamentais, a proteção integral e o acesso a estes, estão nos limites do âmbito ideal, distante do real.

A realidade traz desafios para os profissionais de serviço social, inseridos no ambiente sociojurídico, para que possam agir em conformidade com seu projeto ético político, fazendo enfrentamentos dentro do espaço judiciário, o qual expressa um

⁵Alienação como tradução de *Entfremdung*. Nosso entendimento sobre a alienação é não apropriação do homem do seu próprio trabalho, ignorando a totalidade deste, ele gera um mais valor que também lhe é expropriado, e por consequência, não se reconhece enquanto um sujeito histórico.

(...) investimento em modelos autoritários e conservadores de práticas para disciplinar as relações cotidianas, no interior do privilegiamento do Estado penal em detrimento do Estado social. Ou, na judicialização dos conflitos familiares, no excessivo poder dado ao Estado em relação à guarda de filhos, como é o caso, em detrimento de programas e ações que favoreçam o diálogo entre a família, sua escuta atenta, respeitando direitos de todos os envolvidos, num trabalho interdisciplinar que evite a fragmentação da realidade vivida pelos sujeitos e o recurso ao Judiciário para enquadrar e/ou simplificar a realidade, por meio de avaliações realizadas com base num modelo ou num guia para avaliação de famílias em disputa pela guarda dos filhos. (Fávero, 2010, p. 221)

Em nossas avaliações observamos que a disputa pela guarda de um dependente é o reflexo da lógica concorrencial entre as pessoas. A partir do momento que se rompe os laços afetivos entre o casal, o outro passa ser um concorrente, e ganhar uma ação pode significar se sobressair sobre o outro, independente do que está se disputando.

Se a criança/adolescente representa a continuidade da propriedade privada, logo tem-se o desejo de possuí-la para manutenção da propriedade individual. Nessa reprodução, conservadora e liberal, a liberdade como expressão de emancipação humana é substituída pela imposição de valores, de um indivíduo sobre o outro.

A guisa de finalização compreendemos que a responsabilidade parental deve ser exercida pelos adultos responsáveis em colaboração. A disputa pela guarda, em grande parte, significa a imposição de valores de apenas um responsável, alienando o outro do processo de formação. Disso decorre os casos denominados de *alienação parental*, que em nossa avaliação, com base em nossas fundamentações teóricas, é mais uma expressão da violência social, da alienação em todas as esferas da vida, que se reproduz nas situações de litígio em varas de família.

Por fim, defendemos que a garantia dos direitos das crianças/adolescentes exige compreender todas essas expressões da questão social, nas relações constituídas no interior de cada família e como essas relações estão sendo transmitidas para os dependentes. Exige que se tenha a compreensão se os valores construídos processo de formação do ser humano possam proporcionar para crianças/adolescentes a sua autonomia, sua proteção, o acesso à informação, sua liberdade de expressão – não se limitando a fala, mas também a sexualidade, a religião, a cultura, ou seja, todos os elementos constitutivos do ser social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS, Org. **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social.** 4º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS, Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília/DF, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** 2ºed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FÁVERO, Eunice T. **Parecer Social: um instrumento de viabilização de direitos.** In: CFESS, Org. O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Prefácio. In: SOUZA, Analicia Martins de. **Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família.** São Paulo: Cortez, 2010, p 2-10.

_____. Famílias, Serviço Social e Justiça – apontamentos sobre demandas e prática profissional. In: KOGA, D., GANEV, E., FAVERO, E. Cidades e Questões Sociais. São Paulo: Andross, 2008, p. 207-223.

LESSA, Sergio. **Abaixo a Família Monogâmica.** 1º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, György. **O problema da Ideologia.** In: LUKÁCS, György. Para uma Ontologia do ser social II. 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

REFÚGIO E DIREITOS NO BRASIL: fundamentos e paradoxos

Rafaella Peres Ennes de Souza¹

Resumo: Este artigo discute a relação paradoxal dos instrumentos internacionais e nacionais de proteção às populações refugiadas, ao que tange as garantias e os acessos aos direitos humanos e sociais. Partida compreensão do imperialismo enquanto fundante dos deslocamentos forçados e das expressões da questão social do refúgio, bem como da importância de identificar os sujeitos refugiados, para refletir sobre estratégias de construção de políticas de integração local desses povos no Brasil.

Palavras-Chave: Refúgio; Direitos; Imperialismo.

Abstract:

This article discusses the paradoxical relation of the international and national instruments of protection to the refugee populations, as far as the guarantees and the accesses to the human and social rights are concerned. Part of the understanding of imperialism as the founder of forced displacements and expressions of the refugee social question, as well as the importance of identifying the refugee subjects, to reflect on strategies for building policies for the local integration of these peoples in Brazil.

Keywords: Refuge; Rights; Imperialism.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno do refúgio pode ser lido como uma das graves expropriações dos direitos mais básicos da humanidade, em consequência das políticas imperialistas que acompanham o modo de produção do capitalismo dos monopólios (FONTES, 2018; BOSCHETTI, 2017). Reconhecido no mundo contemporâneo desde as guerras mundiais que marcaram o século XX, está desde então demandando a organização internacional para a proteção e o cuidado de contingentes de famílias e populações inteiras em situação de deslocamento forçado.

¹Bacharel em Serviço Social pela UERJ, mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP. E-mail: rafaellaennes@gmail.com. Eixo temático: “Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital”.

É imprescindível compreender os fluxos migratórios como expressões da questão social produzidas pelo padrão de acumulação monopolista, que por sua vez está em constante desenvolvimento e em etapas cada vez mais superiores, como nos termos de Lênin (2005). Ocorre que dada a realizada evolução histórica do modo de produção capitalista, há em decorrência acentuação e o acúmulo da riqueza – e da pobreza – capaz de condicionar aos extremos tanto os abastados como os despossuídos.

Todavia é para os despossuídos – ou seja, para a classe trabalhadora – que as expropriações dos direitos humanos, sociais, políticos e demais, é extremamente agudizado aos piores padrões, ou por vezes, findados. Neste conjunto, aparecem as populações refugiadas que talvez sejam a expressão mais bárbara do processo de expropriação do imperialismo contemporâneo, conforme Boschetti (p. 56, 2017): Essa “humanidade em trânsito” é a expressão de uma humanidade que tudo perdeu e a quem tudo foi roubado: perambulam pelo mundo buscando um lugar: fogem da guerra, são perseguidos políticos, foram expropriados de seus tetos, terras, empregos, em escala mundial sem precedentes.

Cabe, portanto, investigar as particularidades atinentes às populações em situação de refúgio para de fato propor estratégias de proteção e de integração local eficientes, em razão de visualizar a insuficiência dos aparatos legais do refúgio, pois ao mesmo tempo que são instrumentos importantes, eles são limitados. Contudo, compreendendo que estes grupos de refugiados não são homogêneos, e trazem com eles indagações e respostas a respeito da identidade, da cultura, dos direitos humanos e sociais, da responsabilidade internacional e nacional quanto aos pactos firmados de proteção.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO REFÚGIO NO MUNDO

Os fluxos migratórios têm recebido atenção diferenciada das mídias nos tempos atuais em virtude da massificação das tensões humanitárias em todo espaço do globo terrestre, excepcionalmente nas regiões do Oriente Médio – Síria, Palestina, Iraque, Irã – do centro-sul africano – República Democrática do Congo (RDC), Angola, Sudão do Sul, Nigéria – bem como na América Latina – Colômbia, Haiti, e especialmente a Venezuela. Os fluxos migratórios são na verdade deslocamentos forçados de centenas de famílias expropriadas dos direitos de viver dignamente e de decidir sobre os próprios destinos. São deslocamentos de pessoas em situação de refúgio obrigadas a fugirem dos seus espaços de convivência, de relações familiares, sociais, econômicas, por motivos alheios à vontade privada.

Embora as regiões territoriais mencionadas estejam tão longínquas umas das outras, o que há de comum entre elas está intrínseca a posição que ocupam politicamente – e historicamente – no cenário do imperialismo contemporâneo. Pode-se afirmar que o aparecimento do refúgio no mundo foi compreendido enquanto *crise* a partir do período das guerras mundiais, sobretudo ao final da Segunda Guerra em 1945, quando em consequência dos conflitos beligerantes o mundo testemunhou contingentes de pessoas refugiadas e totalmente ao relento.

“A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa forçaram milhões de pessoas a se deslocarem como refugiados, ou por compulsórias ‘trocas de população’ entre Estados, que equivaliam à mesma coisa” (HOBSBAWM, p. 57, 2012, grifos do autor). Quanto aos dados foram aproximadamente: 1,3 milhão de gregos que retornaram da Turquia para a Grécia; 400 mil turcos de volta à Turquia; 200 mil búlgaros regressaram ao território da Bulgária pós-guerra; além de talvez 2 milhões de russos sem pátria, ou seja, apátridas (HOBSBAWM, 2012).

Apátridas, inclusive, é uma nova denominação originária da etapa pós-guerras, para designar os ditos seres humanos, ou conjunto populacional, que não eram reconhecidos ou não tinham referência legal de representação por nenhum Estado ou nação. Neste sentido, surgiu de forma pioneira o chamado *Passaporte de Nansen*, documento criado pela então Liga das Nações (que deu origem ao que hoje se conhece como Organização das Nações Unidas) como tentativa de reconhecer os quase 5 milhões de refugiados e apátridas daquele momento (HOBSBAWM, 2012).

Não havia refugiados apenas na Europa. A descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões deles, obrigados a cruzar as novas fronteiras entre a Índia e o Paquistão (nas duas direções), sem contar os 2 milhões mortos na guerra civil que se seguiu. A Guerra da Coreia, outro subproduto da Segunda Guerra Mundial, produziu talvez 5 milhões de coreanos deslocados. Após o estabelecimento de Israel – ainda outro dos efeitos da guerra – cerca de 1.3 milhão de palestinos foram registrados na Agências de Socorro e Trabalho das Nações Unidas (UNRWA); do outro lado, em inícios da década de 1960, 1,2 milhão de judeus haviam migrado para Israel, a maioria deles também refugiados. Em resumo, a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos (HOBSBAWM, p.58, 2012).

Desta forma, as grandes guerras mundiais vivenciadas pela humanidade do século XX impuseram a necessidade de a comunidade internacional redirecionar os esforços para pensar a crise humanitária fruto dos conflitos globais. O fim da segunda guerra mundial além de formar novos Estados, exigiu também uma dada reorganização político-administrativa,

tanto do ponto de vista doméstico², como internacional. É a partir desse período entre guerras que internacionalmente a comunidade sistematiza alguma organicidade institucional, antes inexistente, que toma corpo com a formação da Liga das Nações em 1919, e com a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 (ANDRADE, 2005).

Naquele momento havia um grande movimento em torno do debate a respeito dos direitos humanos e que culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948. Essa manifestação popular foi bastante influente para que a comunidade internacional tomasse providências políticas ao que tange a proteção desses direitos, ainda que sob articulações contraditórias e seletivas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, deliberada em 1948 pela ONU, estipulou na Carta alguns incisos importantes que consideravam a situação dos deslocados e refugiados do contexto pós-guerra, especialmente os artigos XII, incisos I e II, e o artigo XIV, inciso I: “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado (...) tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar (...) tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países (ONU, 1948).

Por ser a Carta Universal dos Direitos Humanos um documento de declaração, ela não possui a natureza de determinar tratado firmado, portanto foi necessário estabelecer um documento jurídico obrigatório para que os Estados membros reconhecessem, protegessem e defendessem os direitos dos refugiados nos seus respectivos territórios.

Desta forma, o texto da Convenção Relativa aos Refugiados – ou da Convenção de Genebra – foi elaborado em Assembleia Geral da ONU, na cidade de Genebra, em 1951, como um passo a diante em relação ao reconhecimento da população refugiada em consequência das guerras. A Convenção de 1951 se tornou, portanto, um parâmetro jurídico e legal, com base no Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR (que por sua vez, era baseado na Constituição da Organização Internacional para os Refugiados – OIR), e tipificou o sujeito refugiado, estreando essa definição no contexto internacional (ANDRADE, 2005).

Devido a Convenção de 1951 considerar como refugiados aqueles relacionados ao período das guerras mundiais, o Protocolo de 1967 foi fundamental para o entendimento de modo que não fosse exigida a necessidade de o solicitante de refúgio estar relacionado a um fato ou a um período histórico pré-determinado. Porém, foi a Declaração de Cartagena em 1984 a principal responsável pela ampliação da categoria, pois introduz a abrangência

²Esse termo é usado por Andrade (2005) para se retratar as políticas internas diplomáticas de um Estado, país ou nação.

aos direitos internacionais dos refugiados a todos aqueles que fogem de suas nações de origem “porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” (ONU, 1984).

Cartagena das Índias é uma cidade colombiana, e oportunamente, o encontro da ONU naquele local, em 1984, foi bastante simbólico. A América Latina, além de outros países pelos continentes africanos, asiáticos e do Oriente Médio, ao ocupar a posição na divisão internacional do trabalho, numa condição periférica e dependente, enfrenta por esse fator peculiaridades na dinâmica do capitalismo dependente (MARINI, 2011). Desse modo, segundo Souza (2019) a Declaração de Cartagena de 1984 abriu os caminhos para que as populações em condições de graves violações de direitos humanos sejam tratadas nos parâmetros conformes dos direitos dos refugiados, se assim solicitarem ao atravessarem as fronteiras.

Conforme Souza (2019) ressalta-se que a Declaração de Cartagena representa o grande avanço para ampliar a compreensão da comunidade internacional a respeito dos fluxos migratórios. Além de aplicar aos migrantes fugidos por crises humanitárias os mesmos direitos dos refugiados, há uma sensibilização para a esfera política das origens de tais crises, como é o que sucede na Venezuela, o exemplo mais recente do fato.

2.1 O Brasil e a proteção aos refugiados

Ao nível da organização de aparatos jurídicos nacionais a Declaração de Cartagena funcionou como uma base e uma grande influência para a construção da Lei nº 9.474 de 1997 – a Lei do Refúgio– no Brasil. Esse país, adepto das organizações internacionais, mesmo que com baixo protagonismo no cenário de decisões das relações exteriores, precisava se posicionar legalmente de forma a proporcionar recepção e acolhida aos povos migrantes³ numa perspectiva humanitária.

Por isso, acatando as recomendações da Declaração de Cartagena, a Lei nº 9.474/1997 imprime a noção de refugiados a partir da Convenção de 1951, porém, considerando o conceito de refugiados da Declaração de 1984, que valida os refugiados em

³Ao passo dos fluxos migratórios de entrada no país que ocorriam durante a década de 1990, e ainda nos finais dos anos de 1980, conforme Figueiredo e Zanellato (2017).

casos de violações (graves) de direitos humanos, além de estender a reunião familiar aos mesmos:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. SEÇÃO II Da Extensão Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional (BRASIL, 1997).

Além de tipificar a categoria de refugiados, a Lei do Refúgio no Brasil também dispõe a respeito da Proteção Legal e da Integração Local das populações em refúgio no Brasil. Seguindo a leitura dessa Lei, é possível notar uma tentativa de organização de medidas que respondam ou busquem amenizar as dificuldades que os refugiados encontram no Brasil. No entanto, é preciso afirmar que a Lei se mostra insuficiente pois ela não é capaz de promover acolhida, proteção e integração local somente a partir da forma do texto empregado na Lei.

Para além de aparatos burocráticos, as populações refugiadas necessitam, e aqui falando a partir da inserção delas na sociedade brasileira, primeiro da sensibilização dos brasileiros⁴ quanto às questões do refúgio, segundo de investimentos públicos em políticas sociais definidas para estas populações. Mas cabe frisar, que tais ações carecem sempre de um olhar sensível e ao mesmo tempo crítico, do ponto de vista do materialismo dialético que considera o movimento de percepção do concreto pensado para o concreto real, considerando as particularidades, singularidades e o universal, certamente presentes e relacionados na temática dos fluxos de refugiados pelo mundo.

Neste sentido, por mais que haja nas normas da Lei um capítulo reservado para regulamentar como se dará a Integração Local das populações refugiadas no Brasil, a lei se aproveita de apenas dois artigos, a saber:

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares. Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados (BRASIL, 1997).

⁴A integração local das populações refugiadas é uma via de mão dupla, ela deve ser um compromisso entre os três sujeitos sociais: o Estado, as populações em refúgio e a sociedade acolhedora (ELLWEIN, 2019). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-pede-mais-engajamento-do-setor-privado-com-a-contratacao-de-migrantes-no-brasil>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

Logo, populações em situação de refúgio com as inúmeras distinções entre elas, numa cultura também tão diversificada e rica como a brasileira, possivelmente terão maiores dificuldades para serem integradas localmente, para além do expresso nos artigos da Lei. Ainda sobre isso, a proteção legal tão cara a essas populações e que também é parte do processo de integração legal, é interpretada na forma jurídica e em virtude da defesa dos direitos humanos, o que é importante sim.

Porém, a proteção legal dos refugiados envolve também garantias para que as famílias e indivíduos estejam de fato protegidas ao que tange os direitos que possuem no Brasil, ou seja: proteção ao direito da educação de qualidade; ao trabalho e a renda; a habitação; a alimentação saudável, e não apenas no sentido da assistência jurídica relacionada ao processo de solicitação de refúgio, na forma mais burocratizada e *juridicizada* como acontece na realidade.

A Constituição Federal de 1988 soma a respeito das defesas dos direitos dos migrantes e estrangeiros, de forma geral, no Brasil. A nova Lei de Migração, aprovada e sancionada em 2017, fez cair em desuso o Estatuto do Estrangeiro de 1980 além dela ser uma tentativa de elucidar a questão dos direitos dos migrantes no Brasil, em concordância com o texto da Constituição de 1988. Segundo a Constituição vigente no país, e fruto da derrocada do regime autocrático burguês no Brasil, o artigo 4º da mesma pressupõe a superioridade dos valores intrínsecos a defesa dos direitos humanos quando se tratar de relações internacionais, bem como a concessão de asilo político. Já o artigo 5º da Carta Maior diz que brasileiros e estrangeiros são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza (BRASIL, 1988).

Segundo Milesi (s/d) a presença dos artigos citados acima no texto da Constituição de 1988, já deveriam ser suficientes para desqualificar o Estatuto do Estrangeiro de 1980:

Resta claro, portanto, o conflito entre nossa Carta Maior e a vigente lei disciplinadora da situação do estrangeiro no Brasil. Nesse sentido faz-se necessária uma nova lei que trate a migração como um fato social, orientado sob a ótica dos direitos humanos, com um novo conceito de imigrante onde o ser humano não seja simplesmente um estrangeiro, mas um cidadão, detentor de direitos e contribuinte para um Brasil democrático e diverso (MILESI, s/d).

Após tramitar pela Câmara e pelo Senado durante alguns anos, a nova Lei de Migração – Lei nº 13.445 de maio de 2017 – foi sancionada e substituiu o texto do Estatuto do Estrangeiro. Atualmente, já se aplica a Lei em defesa dos direitos das populações migrantes no Brasil, logo essa Lei também é extensiva às populações refugiadas.

Dito isso, cabe discutiras políticas sociais no Brasil e como elas correspondem às demandas das populações refugiadas no território brasileiro. Acredita-se que existem barreiras e desafios para o acesso das populações refugiadas no Brasil, e isso compromete

tanto a integração local como a proteção legal desses sujeitos. Também, já se entende que há uma necessidade urgente de aprofundar estudos para compreender com mais amadurecimento teórico quem são essas populações refugiadas e o que elas esperam e somam diante da cultura brasileira.

É mediante muita pesquisa, com rigores teóricos e metodológicos, que será possível pensar e refletir em estratégias programáticas que sejam de fato eficazes e aplicáveis ao contexto das populações em refúgio.

3. REFÚGIO E DIREITOS: UMA RELAÇÃO PARADOXAL

É preciso ter em mente que as populações refugiadas, tanto no Brasil como no mundo, são massas de pessoas repletas de estórias e significados. Não são um grupo homogêneo, ainda que sejam da mesma nacionalidade talvez, e estão carentes de proteção aos direitos humanos e sociais como formas de continuidade de suas vidas. Para atender aos cuidados necessários ao que tange o planejamento de políticas sociais (identitárias e/ou intersetoriais) comprometidas em fomentar a autonomia dessas populações, é impreterível refletir sobre o seguinte.

Na realidade, o que essas pessoas em situação de refúgio podem revelar sobre elas próprias? O que elas têm a dizer, a respeito da ocupação e da condição delas no mundo? Será que eles se enxergam e se consideram como cidadãos ou como refugiados ou como migrantes ou como abandonados? Será que elas se reconhecem no processo societal?

Será que essas pessoas assumem alguma identidade, do ponto de vista ao qual o mundo a conhece? Por vezes são esses sujeitos chamados de refugiados, ou de *sírios*, ou *os venezuelanos*, ou *os congolese*, ou *os estrangeiros*, mas quem são eles de verdade? São os sírios, os venezuelanos e os congolese? Ou são seres sociais permeados de estórias e construções sociais dependentes do mundo onde vivem?

Eles não são um conjunto apenas, único. São cidadãos na perspectiva dos direitos – subalternizados e necessitados da política de assistência social no Brasil – mas também são cidadãos do mundo negligenciados e ao mesmo tempo no qual são carentes dos direitos humanos, internacionais e sociais, afinal por diversas vezes eles estão fora desses direitos. Mas é certo de serem considerados como parte do exército industrial de reserva.

Há muitos aspectos e definições para as populações refugiadas e elas são encontradas em inúmeras categorias, *ou não*. E como eles se reconhecem, e se

autodenominam, e qual é a identidade que eles apropriam para si requer certo arcabouço teórico subjetivo que faz parte de todo o universo complexo ao qual se tratam as questões atinentes aos refúgios e fluxos migratórios.

O desafio consiste também na delicadeza de perceber que as populações refugiadas não devem ser consideradas como um universo único, porém elas se preenchem de particularidades e singularidades materializadas e que atravessam diversas questões. Gênero, origem, classe social, etnia, raça, idioma, religião, faixa etária, cultura alimentar, todos esses itens entre tantos outros compõem o íterim das necessidades e que diferenciam os povos refugiados no Brasil.

Neste interím, a reflexão é: o que são de fato as legislações, os aparatos legais e as normativas que prezam pelo refúgio? Quais são os objetivos escondidos por trás de toda essa aparência de organização, cooperação e comunidade internacional? Em qual tipo de sociedade se legitima o refúgio? Se o refúgio está amparado por lei sob o ponto de vista dele carecer de proteção, onde estão as iniciativas de prevenção ao refúgio, de modo que as crises humanitárias, os conflitos político-econômicos, os desastres ambientais provocados pelas grandes empresas, sejam evitados?

Onde estão as punições sobre as causas e os fundamentos do refúgio? *Pois se há legislações que amparam esses refugiados, não tem problema haver o refúgio.* As sociedades não se preocupam (ou ideologicamente não desejam) em compreender as causas fundantes do refúgio, mas sim em legislar sobre os cuidados dessas populações. Torna-se até uma noção de reparo assistencial e caridade.

Nessa razão são as pessoas em situação de refúgio que são as punidas, e punidas em várias momentos e escalas. E quanto ao Estado negligente, o verdadeiro criminoso, o que sucede dele? O refúgio está legitimado, ou seja, ele pode acontecer pois a comunidade internacional tem as normativas de amparo, o que é um grande paradoxo e reflete, na realidade interesses por manter o exército industrial de reserva.

Fontes (2018) ao retomar o raciocínio da Marx sobre o capital resgata o cerne da situação da expropriação em massa dos trabalhadores, e do povo em geral, como base fundiária do modo de produção capitalista. E para a autora “a grande maioria dos seres sociais está doravante desprovida de meios de existência que possa assegurar sua subsistência” (FONTES, p. 23, 2018). Para a autora os desprovidos são os que irrompem em movimentos sociais como os “sem teto, sem comida, sem emprego, sem documentos,” sem nada; e os refugiados então, são parte desse grande movimento social.

Logo, é preciso chamar a atenção do Estado e cobrar a atuação de frente e direta ao que tange as problemáticas identificadas pelas razões do refúgio. Assim sendo, é preciso

discutir o acesso da população refugiada as políticas sociais, e buscar entender as dificuldades e as possíveis estratégias de intervenção para garantir as populações (que mais necessitam) os direitos que lhes foram negados mais de uma vez.

Além do fato de evidentemente ser uma situação complexa: tanto estar na condição de pessoa em situação de refúgio, bem como de ser o responsável legal (como é o Estado) pelos cuidados e pela proteção dessas populações e negligenciá-los. Note que as populações em situação de refúgio não tiveram os direitos violados apenas por terem de fugir pelos fundados temores de perseguição; a negligência para com essa parte gigante da humanidade continua durante todo o trajeto de travessia das fronteiras e ainda na chegada e na permanência no Estado brasileiro. Tendo em vista que não são cumpridas as regras e as normativas estabelecidas entre o Estado brasileiro e a comunidade internacional.

Desta forma, segue o Brasil na mesma lógica da comunidade internacional. Ao contrário de exercitar o potencial instrumental e intelectual que possui para colocar em prática ações de cuidados com as populações migrantes, o Estado brasileiro é corresponsável por todas as expropriações de direitos vivenciadas por essas populações em território nacional. As demandas dos refugiados especialmente perpassam o acesso conjunto da documentação, do emprego, da alimentação, da moradia, da energia elétrica, da internet, da telefonia, das vestimentas, dos medicamentos, das escolas e universidades, dos serviços de saúde, do transporte, de lazer.

Seja em função dos deslocamentos externos ou internos, as condições das famílias que são obrigadas a abandonar suas casas e familiares se encontram expropriadas das mínimas condições de sobrevivência. São pessoas, famílias, jovens, crianças que tudo perderam, que buscam um lugar no mundo, que buscam simplesmente viver, e que são recusados violentamente, ou vivem em acampamentos absolutamente sub-humanos. A xenofobia, a intolerância e o nacionalismo fecham fronteiras, desumanizam, alimentam o ódio e a perda de sentido do humano genérico (BOSCHETTI, p. 57, 2017).

Precisam ser visualizados do ponto de vista da interseccionalidade de gênero, raça e classe acarretados por particularidades infinitas neste rol de discussão. Não dá para esquecer que sendo a sociedade brasileira marcada por altos índices de feminicídio, racismo, homofobia e xenofobia, características como essas atravessam as famílias refugiadas, que também são negras, mulheres, homossexuais, pobres. Por vezes são deficientes físicos, jovens adolescentes, crianças e idosos refugiados, só para citar o que há de mais comum e básico entre essas populações, afinal *são populações*.

A proposta, em virtude dessas demandas observadas, se dá por meio do planejamento e da execução de políticas públicas específicas para as camadas dos refugiados (e migrantes de crises humanitárias) que se atentem a oferta desses serviços de

modo que as populações refugiadas sejam atendidas. E também, que auxilie as populações refugiadas a conquistar a autonomia tão importante para a vida social.

Destaca-se a grande necessidade e importância do Estado para tal, a partir das verbas públicas destinadas a esse fim, estrategicamente por dentro das políticas da seguridade social e da educação já existentes. Certo que para tal, é preciso um estudo valioso a respeito do fundo público e da organização financeira do Estado, cujas referências não faltam na área do Serviço Social e que inclusive, tem bastante aporte teórico e técnico para – aliado a demais áreas – pensar sobre estratégias públicas de ação no tema.

Entretanto, cabe ressaltar que as políticas ultra neoliberais vigentes no Brasil e em tendência nos demais países, não colabora para fomentar os gastos sociais. Logo, os direitos sociais que deveriam ser viabilizados pelas políticas sociais, são igualmente parcelados, fragmentados, focalizados, restritos e precarizados⁵. Se as políticas sociais não são materializadas de fato no Estado neoliberal, os direitos sociais e humanos, conseqüentemente, também não serão.

4. CONCLUSÕES

De acordo com as reflexões propostas no artigo, percebe-se uma gama complexa peculiar ao universo do refúgio. Pensar o imperialismo como origem dos deslocamentos forçados é estratégico para a partir deste ponto analisar as expropriações de direitos vivenciadas por essa parte da classe trabalhadora. E o quanto o processo de acumulação e de centralização de capital, como já anteviu Marx (2017), de fato é preponderante para o movimento de reprodução societal e exploração da força de trabalho. Pois “Em contexto de crise estrutural do capital, nos termos marxianos assumidos nesta análise (...) agudizam-se as expressões da questão social revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora”, conforme Boschetti (p. 55, 2017):

Assim, na dinâmica das políticas imperialistas estão inscritos os aparatos instrumentais de proteção as populações refugiadas, que embora sejam importantes são também limitados em virtude de não apresentarem respostas às demandas das populações em situação de refúgio. Sobretudo, ao que diz respeito ao acesso e a garantia dos direitos mais básicos, como direitos à humanidade, a saúde, educação, alimentação, renda e

⁵Para ler mais sobre as políticas sociais em contexto neoliberal, investigar no livro de Behringe Boschetti (2011), cuja referência completa encontra-se na lista de referências.

autonomia. Neste sentido, é importante não perder de vista que a responsabilidade do Estado brasileiro está relacionada tanto aos cuidados para com as populações refugiadas, a partir da Lei nº 9.474/1997, para integrar e proteger localmente essas populações, como é também responsável quando tal integração e proteção são negligenciados, o que torna as famílias refugiadas expropriadas mais de uma vez.

Aliado ao entendimento crítico e histórico da origem do refúgio no imperialismo, torna-se ímpar compreender os grupos refugiados na totalidade diversa que são. O conhecimento das identidades desses sujeitos, do mesmo modo, é chave para o planejamento estratégico de políticas públicas do interesse dessas populações.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. H. F. de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. nº 48, v. 1, p. p 1 – 37, 2005.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª edição. São Paulo: Cortez. 2011.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº 128, p. p: 54-71, jan./abr. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 de maio de 2019.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro de 1980**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.474 de julho de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 28 de maio de 2019.

FIGUEIREDO, L. O.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. In: **Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences**. Maringá, v. 39, n. 1, p. 77 - 90, jan.- apr., 2017.

FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. (Org.) BOSCHETTI, I. 2018.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LENIN, V. I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

MARINI, R. M. A Dialética da Dependência. In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** (Orgs.). TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

MARX, K.O **Capital. Crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2017.

MILESI, R. **Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos.** Disponível em:http://www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2019.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agência da ONU pede mais engajamento do setor privado com a contratação de migrantes no Brasil.** Disponível em:<https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-pede-mais-engajamento-do-setor-privado-com-a-contratacao-de-migrantes-no-brasil/>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

ONU. **Declaração de Cartagena.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 27 de maio de 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2019.

ONU. **Estatuto do ACNUR.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR. Acesso em 27 de maio de 2019.

ONU. **Protocolo de 1967.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967. Acesso em 27 de maio de 2019.

SOUZA, R. P. E. **O Acesso da População Refugiada aos Direitos Sociais no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2019.

(DES)ILUSÃO DO EMPREGO E DRENAGEM DO CAPITAL:

A CONTRARREFORMA TRABALHISTA DO GOVERNO TEMER (2016-2018)

Ednéia Alves de Oliveira¹

Nathana Dorio Cravo Veloso²

Raquel Bernardo Fett³

Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais:
As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em andamento, que objetiva conhecer as principais políticas de emprego e renda implementadas pelo governo Michel Temer de 2016 a 2018. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental. Nossas conclusões ainda são preliminares, mas podemos já destacar que, nesse período, não se reverteu o desemprego no país; pelo contrário, eliminou-se e paralisou-se alguns programas de emprego e renda, apostando unicamente na contrarreforma trabalhista, que fez acentuar as péssimas condições da classe trabalhadora brasileira, favorecendo os interesses do grande capital internacional e nacional.

Palavras-chave: política de emprego e renda; governo Michel Temer; contrarreforma trabalhista.

ABSTRACT: This article is a result of a research that is still in progress, whose objective is to know the main employment and income policies implemented by the Michel Temer government between 2016 and 2018. The resort methodology was the documental research. Our conclusions are still preliminary, but we can already contrast, on this period, it has not reverted unemployment in the country; instead, it has cut out and paralysed some employment and income programs, betting in only in the working counter-reform, that underlined the brazilian working class terrible conditions, supporting the national and international capital accumulation interests.

Keywords: employment and income policy; Michel Temer government, working counter-reform.

1 Docente no departamento de Serviço Social da UFJF. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Email: oliveiraedneia21@yahoo.com.br

2 Graduanda em Serviço Serviço Social pela UFJF. Email: nathanadcveloso@gmail.com

3 Graduanda em Serviço Serviço Social pela UFJF. Email: raquel.fett1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas de emprego e renda historicamente foram concebidas para reverter os altos índices de desemprego. Seu nascimento data do período do pós-segunda Grande Guerra na Europa, quando entra em crise o padrão de acumulação capitalista e as políticas macroeconômicas que promoviam crescimento econômico e geração de emprego, combinadas com políticas de renda aos desempregados. Desde então, tem início uma nova fase de acumulação, em que cresce o peso do capital financeiro como uma das formas de obtenção de lucro, passando a ser coroado como a nova pletera do capital. Em países da periferia capitalista, caso exemplar do Brasil, tais políticas começam a ser implementadas somente a partir de 1990, mais especificamente em 1995 com Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacando-se e a criação do Seguro Desemprego, nossa maior política de emprego passiva até os dias atuais. Estas políticas tiveram continuidade com os governos Lula e Dilma, passando por algumas reformulações e apostando fundamentalmente em programas voltados para a qualificação da força de trabalho, sobretudo dos mais jovens, e no incentivo ao empreendedorismo.

É importante destacar que as políticas de emprego visam reverter a crise endêmica do desemprego, que desde os anos de 1970 afligem os países centrais. A perspectiva de conjugar o crescimento econômico com políticas sociais de renda e de prestação de serviços para fomentar o consumo, com políticas econômicas de contenção da inflação e da expansão industrial, invertem então sua prioridade. Passa-se a apostar em uma liberalização do mercado financeiro e na crítica à rigidez do mercado e dos contratos de trabalho. A nova ordem estabelecida pelas mudanças na organização e nos processos de trabalho, alicerçados pela Terceira Revolução Tecnológica e pela crescente informatização, possibilitou novos padrões de acumulação de capital, com investimentos maciços no mercado financeiro e especulativo. Nessa esteira, a necessidade de reformular a gestão do Estado e do mercado de trabalho passam a ser determinantes e determinadas pelas agências multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que entendem que os mecanismos para gerar mais oferta de emprego envolvem flexibilizar as legislações trabalhistas e os contratos de trabalho, desonerando o capital de custos sobre a força de trabalho, até mesmo em locais onde tal rigidez jamais foi vivenciada, como o caso dos países da periferia capitalista. Seguindo tais diretrizes, o governo de Michel Temer visou acelerar as modificações nas leis trabalhistas, e também retirando e paralisando alguns programas sociais, apostando em uma contrarreforma trabalhista que possibilita maiores

ganhos ao capital, acentuando desta forma a já histórica condição precária de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira.

2. A (des)ilusão do emprego: a “reforma trabalhista” do Governo Temer (2016-2018)

Desde 1995, o Brasil vem implementando o ajuste estrutural proposto pelas agências multilaterais, o FMI e BM. A justificativa para a implantação da doutrina neoliberal foi a enorme crise fiscal do Estado, os elevados índices de inflação e a crescente recessão econômica. A agenda política e econômica previa a eliminação da inflação, a retomada do crescimento econômico e a reforma da Constituição Federal. As medidas, em profunda consonância com as diretrizes do Consenso de Washington, tinham como objetivos: a) privatização das empresas estatais, b) abertura comercial e financeira; c) desregulamentação dos mercados; e d) redução do Estado (SOARES, 2000). Soma-se a este quadro a necessidade de flexibilizar leis trabalhistas sob a justificativa de permitir a recuperação do crescimento econômico e das taxas de empregabilidade.

Em terras brasileiras, as mudanças no padrão de organização do trabalho em consonância com a política econômica de estabilização delimitaram a intervenção do Estado, provocando um acirramento da questão social em suas variadas expressões. É sob esta perspectiva que as políticas de emprego passam a ser implementadas no governo FHC. Ou seja, políticas que possam combater a crise do emprego e, conseqüentemente, a fome e a miséria, mas com recursos reduzidos e com ênfase na individualização do problema, reforçando a histórica intervenção residual do Estado brasileiro na questão social.

Um exemplo paradigmático foi a criação do seguro-desemprego. Este foi considerado como um dos maiores programas de atenção ao trabalhador brasileiro. Através da Lei 7.998 de 1990, foi definida também a concessão do abono salarial e a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), financiado com os recursos do PIS/PASEP e a criação do Conselho Deliberativo do FAT, o CODEFAT. A criação do FAT foi um marco importante, pois definiu os recursos para a execução do seguro desemprego, permitindo finalmente sua efetivação. Em 1994, o seguro-desemprego sofre modificações e tem sua base ampliada, aumentando também o tempo de indenização, permitindo pela primeira vez que o trabalhador recebesse uma renda enquanto estivesse fora do mercado de trabalho.

A implementação de contratos atípicos também foi uma justificativa para reduzir os custos de contratação e geração de mais empregos. Tanto FHC quanto os governos petistas apostaram na flexibilização dos contratos de trabalho, criando tipologias que permitissem contratar sem os ônus dos encargos trabalhistas. Todas as medidas foram justificadas para gerar mais emprego e recuperar a economia, na velha tônica da produção e consumo e

vice-versa. O discurso da retomada da competitividade foi uma estratégia importante para garantir política e ideologicamente a extração dos superlucros, possível somente através da queda dos custos dos fatores de produção. Neste sentido, os custos do trabalho passam a ser atacados, mesmo nos países onde eles jamais foram significativos, como foi o caso do Brasil. Portanto, a flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista, assim como o enfraquecimento das organizações representativas dos trabalhadores, foram pontos importantes na consolidação da contrarreforma trabalhista proposta pelos governos supracitados.

É nessa tônica que o Estado brasileiro estabelece a criação dos contratos por tempo determinado, o contrato parcial, temporário, as cooperativas de trabalho, o trabalho-estágio, a suspensão do contrato e posteriormente a economia solidária no governo Lula. Estas mudanças nas leis foram apresentadas pelo governo como políticas de emprego que, associadas aos programas de geração de renda, minimizariam os efeitos nocivos desta flexibilização. Paralelamente aos contratos atípicos, o governo também investiu em programas de geração de emprego e renda, como ilustra a criação do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), extinto no início do governo Lula, que em seu lugar criou o Programa Jovem e o Primeiro Emprego, ambos voltados para jovens da periferia com baixo poder aquisitivo, o que na prática não alterou a estrutura e os objetivos do programa anterior (OLIVEIRA, 2017).

Na mesma linha de atuação foi criado em 1995 o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). Na área rural, destaca-se o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995. O governo criou ainda, em 1996, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO). Este programa foi financiado também com recursos do FAT e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Estas foram as principais medidas de uma política ativa de emprego no Brasil na gestão de FHC: a criação de contratos atípicos e de programas voltados para atender a população de baixa renda, e que envolviam atividades tanto na zona rural quanto nas cidades. Porém, de acordo com Pochmann (2008), tais iniciativas foram muito tímidas, pois enquanto o desemprego crescia em proporções elevadas, os gastos com as políticas ativas no período de 1995 a 2000 não chegaram a 1% do PIB. Ou seja, em 1995, para um total de 4,5 milhões de desempregados, o governo investiu apenas 0,62% do PIB. Em 2000, quando o número de desempregados chegava a 11,5 milhões, os investimentos em políticas de emprego foram de apenas 0,89%. Como se pode perceber, os programas destinados a gerar empregos não obtiveram os êxitos esperados e durante toda a década de 1990 o número de desempregados continuou a subir.

Com relação à política passiva, a implementação do seguro-desemprego foi uma conquista importante, mas devido à sua cobertura restrita ele não abarcava os trabalhadores informais e domésticos, sendo que estes últimos foram inseridos na política apenas em 2001, recebendo apenas 3 parcelas do seguro, no valor de um salário mínimo. Ou seja, o seguro-desemprego no Brasil possui critérios diferenciados, privilegiando o setor industrial e comercial urbano e formal⁴. Portanto, os anos de 1990 no Brasil foram marcados pelo 'aumento da flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas e também pela expansão do quadro de pobreza da população.

Desta forma, os últimos governos brasileiros apostam na redução dos custos do trabalho com vistas a ampliar o número de empregados e nas políticas assistencialistas para os mais pauperizados. Tal fato pode ser comprovado pelas alterações previdenciárias e pelo cerceamento do direito de greve, ao definir a competência do Ministério Público do Trabalho na definição dos casos de legitimidade de uma ação grevista em setores considerados essenciais à prestação de serviços. Inseriu ainda o termo “de comum acordo”, flexibilizando a ação da Justiça do Trabalho ao estabelecer que os dissídios só poderão ser decididos quando estiverem acordados entre trabalhadores e empregadores, significando uma perda para os trabalhadores e enfraquecendo o poder dos sindicatos. Outra medida foi a redução do tempo de repouso e alimentação. Ainda nesta mesma perspectiva, foi criada a lei que estabelece o contrato temporário no setor rural, sem a assinatura da carteira, sendo regido apenas por contrato. Por fim, temos a extensão dos contratos temporários para as empresas terceirizadas, reduzindo ou excluindo o trabalhador de qualquer direito trabalhista e oferecendo um salário inferior, embora a jornada diária de trabalho seja de 8 horas (OLIVEIRA, 2017). No campo das políticas assistencialistas, destacam-se o Programa Fome Zero com FHC e uma série de outros programas de atendimento aos mais pobres, que no governo Lula foram reunidos no Programa Bolsa Família, garantindo uma renda que não chega a metade do salário mínimo às famílias beneficiadas.

Portanto, as medidas adotadas para combater o desemprego foram no sentido de criar e reformular algumas iniciativas para atingir o público-alvo definido como prioridade pelas agências multilaterais: jovens, mulheres e homens com pouca ou nenhuma qualificação. Para atender esse público, foi criado o Programa de Aprendizagem Profissional, regulamentado em 2005. Embora fosse já previsto pela CLT em 1943, ele sofre reformulações que alteram o decreto-lei anterior e estabelece que os contratos atuais terão

4 No início de 2015, o seguro-desemprego sofreu alterações significativas impactando sobre a classe trabalhadora. Tais medidas visavam conter o déficit público, pois estabelece regras mais rígidas para o acesso, definindo que o trabalhador para solicitar o benefício deverá ter trabalhado 18 meses para o primeiro auxílio, 12 para o segundo e 6 para o terceiro.

registro em CTPS, férias anuais em consonância com as férias escolares, 13º salário, FGTS (alíquota reduzida para 2%) e jornada de 6 horas diárias, além da frequência na escola e inscrição em programas de aprendizagem desenvolvidos sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional. Em 2005, ampliou-se a idade do jovem aprendiz para 24 anos através do decreto 5.598, evidenciando a tentativa de se controlar os números do desemprego ao manter os jovens mais pais tempo em formação profissional. Em 2007, foi criado o Cadastro Nacional de Aprendizagem para viabilizar o registro de entidades de formação técnico-profissionais responsáveis pela qualificação de jovens⁵.

É importante salientar que em 2003 já havia sido criado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que objetivava gerar empregos para os jovens entre 16 e 24 anos com ênfase no empreendedorismo, responsabilidade social e aprendizagem (MTE, 2014). Aqueles que não são inseridos imediatamente no mercado formal de trabalho ou possuem “espírito empreendedor” são estimulados a criar cooperativas de trabalho. O público-alvo deste programa são jovens sem qualificação profissional, com renda *per capita* de meio salário mínimo e em situação de “risco social”³. Para estimular a maior contratação de jovens, o governo alterou o programa em 2004, aumentando o valor dos incentivos pagos às empresas que aderissem ao PNPE.

No mesmo ano, foi criado ainda o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Este programa é considerado um instrumento importante no combate à pobreza e na promoção da “inclusão social”. “O trabalhador é organizado de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela emancipação”⁶. Busca criar uma articulação com todas as instâncias produtivas do governo federal como secretarias de pesca e agricultura, do desenvolvimento territorial e de promoção da igualdade e da cidadania, articulando-se também às políticas de assistência social como o Bolsa Família e o Fome Zero. Define-se como um programa integrado aos vários setores governamentais e se insere na política de geração de emprego e renda com vistas à “promoção de um desenvolvimento mais justo e solidário”.

Em 2005, foi criado também o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), visando incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo. O Programa Nacional de Inclusão de

5 Estas entidades são representadas pelo Sistema S tradicional e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), além das Escolas Técnicas de Educação. A carga horária deve ser dividida entre o trabalho na empresa e curso de aprendizagem. Compete ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) impedir que as vagas dos trabalhadores adultos sejam substituídas pelos aprendizes.

6 Disponível em: <http://www.mte/economiasolidaria.org>

Jovens (Projovem) objetiva a qualificação de jovens da periferia para inserção no mercado de trabalho. Este programa se divide em 4 modalidades: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente. Voltado para a população jovem, como o próprio nome indica, este programa está integrado às modalidades do Juventude Cidadã e dos Consórcios Sociais da Juventude. Seu objetivo é reintegrar o jovem ao processo educacional, qualificando-o profissionalmente e proporcionando seu desenvolvimento humano, além da geração de renda aos inseridos no programa (Projovem Integrado, 2018). Como o objetivo é elevar a escolaridade, qualificar profissionalmente e gerar ocupações alternativas para promover renda, o jovem deve responder apresentando um bom rendimento escolar e comportamental.

Por fim, seguindo a lógica da inclusão pela via da formação e qualificação profissional, foi criado em 2011, pelo governo Dilma, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) (MEC, 2015). O objetivo deste programa é estimular a formação técnica para alunos do ensino médio, assim como a qualificação da força de trabalho para facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Para garantir a execução do programa, o governo estabelece parcerias com a rede de ensino pública do país, garantindo vagas gratuitas para a população de baixa renda.

Diante do exposto, pode-se constatar que a política de emprego no Brasil está direcionada para o empreendedorismo e à política de renda mínima, assim como na educação formal como meio de superação da condição de pobreza e desemprego. São programas afinados com as diretrizes internacionais, configurando-se como medidas de geração de renda sem qualquer vinculação com a promoção do emprego de forma concreta, pois embora as taxas de desemprego divulgadas nos últimos anos pelos órgãos oficiais do governo apontem uma queda considerável do desemprego, há que se entender que o aumento do tempo na escola e a ampliação do programa Bolsa Família contribuem para a redução do número de desempregados. Exemplo é o número de pessoas beneficiadas com o Bolsa Família. Em 2014 foram cerca de 45,8 milhões de pessoas, o que nos permite considerar que 1 em 4 brasileiros era beneficiário. A ineficácia de tais programas está expressa na permanência das taxas de desemprego. Embora as taxas de desemprego tenham apresentado números mais baixos em alguns períodos do governo FHC, Lula ou Dilma, elas não são resultados das políticas de emprego, mas sim da conjuntura econômica internacional que marcou tais períodos. Como a crise é imanente ao modo de produção capitalista, os números do mercado de trabalho são referente aos bons rumos da economia e não ao sucesso das políticas de emprego. Para a economia capitalista, a única forma de gerar emprego é estimular a produção e o crescimento econômico – receita que nos últimos anos não vem apresentando resultados favoráveis, pois as taxas de crescimento não se

mostram propensas a melhorar, sobretudo pela exaltação da valorização do capital pela via do mercado financeiro. Outro destaque importante é considerar que parte deste contingente de desempregados encontra-se excluído das estatísticas do desemprego pela inserção nos programas de geração de renda, pelo desemprego por desalento e oculto e pela inserção no mercado informal. Estes não são contabilizados pelos organismos responsáveis pela divulgação das taxas de desemprego, permitindo mascarar a realidade, pois ignoram a informalidade e o assistencialismo, reforçando o individualismo e as saídas alternativas para a crise do emprego, desonerando o Estado e permitindo ao capital seguir seu processo de acumulação. Ou seja, a recomendação é investir no trabalho informal, sem proteção e precário. Devido aos baixos valores repassados pelos programas, a situação de pobreza permanece, dificultando a qualificação ou (re)inserção no mercado de trabalho, demonstrando a permanência de uma política assistencialista, ao contrário de uma política de geração de emprego (OLIVEIRA, 2012).

Como agravante deste cenário, entra em cena o governo de Michel Temer com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Sua ascensão à presidência se deu por meio de processos jurídicos e midiáticos questionáveis, com o apoio de importantes setores do capital nacional e internacional insatisfeitos com o pacto de conciliação de classes promovido pelos governos petistas. Temer já deixou nítidas suas intenções desde o primeiro momento: aprofundar o ajuste fiscal, apostando prioritariamente em “reformas”, desregulamentação do trabalho, corte de gastos sociais e apelo à iniciativa privada. Os carros-chefe seriam a Reforma da Previdência, que não conseguiu levar adiante, relegando tal tarefa para seu sucessor, e a Reforma Trabalhista, aprovada via Medida Provisória de alteração da CLT, configurando-se como a Lei nº 13.467 de julho de 2017, associada à PEC do teto de gastos (inicialmente PEC 241, depois PEC 55, aprovada como EC 95).

A justificativa do governo sobre as alterações na legislação trabalhista foi a necessidade de dinamizar e desburocratizar o mercado de trabalho, instituindo e regularizando novas formas de contratação e permitindo maior flexibilização em demissões, descanso, férias, remuneração, jornada de trabalho, entre outros. Na lei aprovada, destacam-se algumas medidas: a) Atividades de higiene, alimentação e descanso não serão mais contabilizadas dentro da jornada de trabalho (Art. 4º, §2º), bem como o tempo de locomoção do trabalhador até a empresa (Art. 58, §2º); b) A regulamentação do teletrabalho, com liberdade de estabelecimento via contrato para o empregador sobre locomoção, mudança no regime de trabalho, remuneração e materiais de trabalho (Art. 75); c) Permissão a gestantes de trabalhar em locais de insalubridade média ou mínima (Art. 395-A); e d) Regulamentação do trabalho intermitente, com pagamento em horas, dias ou meses,

não contínuo, podendo ocorrer alternâncias ou não no período de trabalho, com condições estabelecidas via contrato pelo empregador (Art. 396, §3º).

Mesmo nos poucos destaques supracitados, percebe-se a tônica da chamada contrarreforma, com o objetivo de fazer prevalecer o acordado sobre o legislado (situação em que, dado o caráter alienado do trabalho na sociedade de classes, coloca necessariamente o trabalhador em posição desfavorável neste “acordo”), dando o aval do Estado às formas de exploração mais intensas e desumanas, o que configura um retrocesso nas condições de trabalho. Portanto, além de aprofundar a desoneração do poder público a lidar com o problema do desemprego, coloca como única saída ao trabalhador submeter-se a estas condições ou recorrer ao empreendedorismo, marcando a ausência de políticas de geração de emprego.

Dentro dos elementos que aprofundam a precarização do trabalho na contrarreforma, destacamos aqui as modificações a respeito da jornada de trabalho. Segundo nota técnica do DIEESE (2017), permitiu-se a generalização da jornada 12x36h (12h de trabalho seguidas de 36h de descanso), que existia antes apenas em situações excepcionais, além de modificar-se a contabilização das horas extras, permitindo na prática o aumento da jornada de 8h para 10h. Além disso, a instituição do banco de horas também deve ser observada. Agora, há prazos mais favoráveis aos empregadores na negociação da compensação das horas de trabalho, além de tirar o poder da negociação coletiva, priorizando-se a negociação individual; e não se especifica como deve ser instituído esse banco, deixando os detalhes a cargo do empregador, minando a possibilidade de adicionais de folga com o prolongamento das horas de trabalho.

A respeito da EC 95, seu objetivo é ainda mais explícito. Trata-se de congelar os gastos federais por 20 anos, ajustando apenas a inflação do ano anterior em relação à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Desta forma, a contenção de gastos sociais é vista como saída para aumentar a arrecadação do Estado às custas dos trabalhadores, que são diretamente prejudicados com a estagnação dos investimentos em saúde, educação e segurança, por exemplo. Evidentemente, as políticas de emprego e renda não ficam de fora da tentativa de “economizar”. Exemplo é a suspensão do Pronatec em 2016, paralisado em razão da contenção dos gastos públicos.

Como podemos destacar, a ênfase do governo Temer é apostar na mudança da legislação trabalhista para geração de emprego. Ao mudar mais de 200 pontos da CLT – como a divisão das férias em até três períodos, taxa de participação nos lucros da empresa, intervalo de trabalho com mínimo de 30 minutos, banco de horas; trabalho remoto, remuneração por produtividade e jornada de 220 horas mensais, o que pode levar o trabalhador a uma jornada de até 12 horas por dia –, sinaliza para uma deterioração das

condições de vida e de trabalho no país, garantindo ganhos do capital sobre a exploração da força de trabalho. Como corolário dessa contrarreforma, os dados falam por si. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, havia um estoque de 40,4 milhões de empregados com carteira assinada no país em julho de 2015 e o total em julho de 2018 é de 38,2 milhões. Assim, de 2015 até 2018, foram perdidas 2.228.848 vagas formais, sendo 654 mil na indústria de transformação e 461 mil no setor de serviços. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, também mostram regressão no mercado de trabalho. No trimestre encerrado em julho de 2015, ainda no governo Dilma, a taxa nacional de desemprego era de 8,6%. Em igual período de 2018, era 12,3%.

Sempre nessa base de comparação, o total de ocupados caiu de 92,2 milhões para 91,7 milhões – menos 500 mil. E o contingente de desempregados sobe de 8,6 milhões para 12,9 milhões, sendo 3,3 milhões a mais. Além disso, empregados com carteira no setor privado eram 35,7 milhões em julho de 2015, e agora são 33 milhões. Os sem carteira aumentaram de 10,1 milhões para 11,1 milhões, enquanto os trabalhadores por conta própria foram de 22,1 milhões para 23,1 milhões. Assim, são 2,7 milhões de empregos formais a menos, com acréscimo de 2 milhões de informais.

Os números do IBGE mostram ainda que a renda do brasileiro segue estagnada. No trimestre encerrado em outubro de 2018, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas ficou em R\$ 2.230 ante R\$ 2.228 no trimestre anterior. Há 1 ano, estava em R\$ 2.221. A renda média do brasileiro segue muito próxima do menor valor da série, registrado no começo de 2012 (R\$ 2.129). A máxima foi registrada em 2014 (R\$ 2.245). O desemprego por desalento (referente às pessoas que desistiram de procurar emprego, hoje em torno de 4,7 milhões no Brasil, segundo o último relatório do IBGE realizado no governo Temer) também tem crescido consideravelmente, mostrando que os trabalhadores desistem de procurar emprego por não encontrarem possibilidades no mercado de trabalho. Ou seja, a contrarreforma do governo Temer drena o trabalhador com a desoneração dos custos do trabalho, aumento da produtividade, redução dos salários e benefícios trabalhistas e cria a falsa ilusão, sobretudo por meio da propaganda, de gerar mais e melhores empregos.

3. CONCLUSÃO

Podemos concluir, em um resultado preliminar, após pesquisas bibliográficas e análise documental registrada durante o Governo de Michel Temer, que a contrarreforma trabalhista contribuiu por manter e aprofundar no país altas taxas de desemprego, sub-

ocupações e desalento. Na ausência do Estado social, ganha corpo o Estado policalesco, que para conter a violência e a miséria responde com o acirramento de ações punitivistas, mascarando a inexistência de políticas sociais para o trabalhador brasileiro. Outro ponto interessante que observamos é que, mesmo com o incentivo ao trabalho parcial e/ou intermitente, não se descartou o prolongamento da jornada de trabalho. Isso explicita como se dá a superexploração do trabalho no Brasil, cuja classe trabalhadora historicamente é marcada pela informalidade, rotatividade e baixa remuneração. Por fim, constatamos que o governo Temer retrocede em relação aos períodos anteriores, ao paralisar, congelar e eliminar programas de geração de renda aos mais pobres. Desta forma, sinaliza para um agravamento das condições de vida e de trabalho, marca histórica de nossas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 589 de 28 de abril de 2014.** Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Portaria-mte-589-2014.htm>
Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **PNAD contínua trimestral: novos indicadores sobre a força de trabalho.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>
Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda de Maio de 2018.** Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Emprego-Trabalho-e-Renda-maio.pdf>
Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.134 de 16 de junho de 2015.** Altera a Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Governo do Brasil. Educação e Ciência. **Projovem integrado**: governo prepara jovens para o mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/04/programa-prepara-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>

Acesso em: 17 de abril de 2019.

DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota técnica nº 178, maio de 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>

Acesso em: 17 de abril de 2019.

KREIN, J.D. et all. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 52, 2018. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141969/2018_krein_jose_dari_flexibilizacao_relacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y

OLIVEIRA, E.A. **A política de emprego no Brasil e na Itália**: entre a precarização desprotegida e a precarização protegida. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, E. A. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexiinsegurança. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. v.set, p.493- 508. São Paulo: Cortez, 2012.

POCHMANN, M.. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: Silva, M.O.S e YASBECK, C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; MA: FAPEMA, 2008.

SEBRAE. **Análise do CAGED 05/2018**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio-do-CAGED-05-2018.pdf>

Acesso em: 17 de abril de 2019.

SOARES, Laura T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina: questões de nossa época**. São Paulo: Cortez, 2000.

NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E “EXTERMÍNIO DO FUTURO” NO BRASIL

Renato Almeida de Andrade¹

randradess@hotmail.com

Eixo temático: Ofensiva do capital e lutas sociais

Resumo

Faremos uma aproximação ao perfil ou padrão de enfrentamento à questão social no Brasil, focando nossa análise do início dos anos de 1990 até perto do fim do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Pretendemos resgatar aspectos das relações do Estado na sociedade civil, mudanças nos papéis do Estado e as relações de força entre as classes e as frações de classe em parte da história republicana do país. Por fim, trataremos da contrarreforma estabelecida pelos governos neoliberais com apoio da burguesia nacional e internacional e os impactos dela na vida do proletariado brasileiro.

Palavras Chave: Luta de Classes; Neoliberalismo; Privatização; Contrarreforma

Abstract

We will make an approach to the profile or pattern of confrontation to social issues in Brazil, focusing on our analysis of the early of 1990 until near the end of the first term of President Dilma Rousseff. We want to rescue the State relations aspects in civil society, changes in the roles of the State and the relations of strength between the classes and the fractional part of the Republican history class of the country. Finally, we'll take care of the Counterreformation established by neoliberal Governments with support from national and international bourgeoisie and her impacts in the lives of the brazilian proletariat.

Key words: class struggle; Neoliberalism; Privatization; Counterreformation

1. INTRODUÇÃO

Neste texto iremos fazer uma aproximação ao perfil ou padrão de enfrentamento à questão social no Brasil, focando nossa análise do início dos anos de 1990 até perto do fim do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Com isso, pretendemos resgatar aspectos das relações do Estado² na sociedade civil³, as mudanças nos papéis do Estado,

¹ Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Coordenador do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET/UFES).

² O Estado como “capitalista total ideal”, protege e amplia o próprio modo de produção acima dos interesses conflitantes e quase incontroláveis dos capitalistas (capitalista total real). O Estado precisa ser, em geral, mais que um instrumento; ser algo a “imagem e semelhança” da burguesia, que esteja ao lado dela, porém fora da concorrência capitalista “que não esteja [sujeito] a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto, pela necessidade de produzir (sua própria) mais valia” (ALTVATER apud MANDEL, 1985, p 336). O Estado será assim, funcional ao sistema capitalista, não apenas um

especificamente no contexto da realidade brasileira, e as relações de força entre as classes e as frações de classe em parte da história republicana do país. Por fim, trataremos da contrarreforma estabelecida pelos governos neoliberais com apoio da burguesia nacional e internacional e os impactos dela na vida do proletariado brasileiro.

O contexto institucional do regime republicano é por nós privilegiado por assinalar o momento de maiores avanços da cidadania no Brasil, tais como foram definidos classicamente por T. H. Marshall (1967). Além de alçar todos os habitantes do país à condição de igualdade e liberdade jurídica (puramente formal, nunca substantiva) - algo impensável na ordem escravocrata do império e da colônia - a república engendrou consigo a perspectiva dos direitos políticos, na forma da extensão do direito de voto e, mais tarde, com as lutas de classe e os conflitos políticos, dos direitos sociais, na forma da regulamentação dos direitos trabalhistas e outros benefícios⁴. Sustentamos aqui que tais avanços na democratização, dentro da tradição teórica de análise marxista, refletem lutas e compromissos de classes e frações de classes na vida política brasileira, bem como a escolha pelos governantes de dado modelo de bem-estar⁵ ou concepção de políticas econômicas e políticas sociais no processo de desenvolvimento do país⁶. Entendemos como ficará claro a seguir, que tais escolhas, na área da política social, refletem determinações sociais, políticas, culturais e econômicas mais ou menos claras dos e para os sujeitos.

2. REFORMAS E CONTRARREFORMAS

Com o fim do regime militar, na década de 1980, e a promulgação da Constituição Federal em 1988, o Brasil passaria, então, por um processo gradual de democratização, porém todo o aparato burocrático do Estado se encontrava configurado para manter a tutela e a coerção sobre a sociedade; daí a necessidade de “reformatar” o Estado. Seria, então,

instrumento, mas capaz de instrumentalizar inúmeros seres humanos e instituições em favor da reprodução de si e do próprio capitalismo.

³ No Prefácio à Crítica da Economia Política (MARX, 1982), o Estado é considerado como uma espécie de apêndice da estrutura econômica (sociedade civil). Essa é a estrutura que define o Estado, assim há uma correlação intrínseca que o mantém e este mantém a estrutura econômica. Na verdade, o Estado é subordinado concretamente à sociedade civil, sendo sua autonomia e existência própria apenas uma aparência gerada ideologicamente. Em Marx (1982) não é o Estado que cria a sociedade civil, mas esta ao transformar-se alterando sua base material, revoluciona a superestrutura (espaço de inserção do Estado) criando e recriando organismos julgados por ela como necessários à sua reprodução. Em Gramsci, o Estado é o conjunto formado pela sociedade política e também pela sociedade civil; não confundir como sendo a sociedade civil externa ao Estado, como se este fosse somente uma sociedade política. Se o Estado é a sociedade civil e a sociedade política, ele é o espaço do debate e da luta política.

⁴ Para um estudo sobre a construção da cidadania no Brasil, acerca do seu caráter incompleto, vale a pena ver: Carvalho (2001). Para uma apreciação da formulação de Marshall (1967) a partir de uma perspectiva marxiana, ver: Coutinho (1997, p. 149 e ss.).

⁵ As concepções de política social, pautadas em diversos modelos do que seria o bem-estar, são examinadas em Pereira (1994, p. 7-9 e 1996, pp. 129-131).

⁶ Sobre a indissociabilidade da política social em relação à política econômica, ver Vieira (1992, p. 22 e 97) e Netto (1999, p. 87).

necessário criar novas formas de participação democrática no Estado para torná-lo cada vez mais permeável aos anseios da população em geral e para dar uma nova direção estratégico-política na construção de um país com mais justiça social. Se pudéssemos pensar com as categorias de Marshall (1967), como o faz Netto (1999), poderíamos dizer que a edificação da cidadania no Brasil estaria quase completa, com a construção deste campo ético-político hegemônico. Com a diferença de que a cidadania, com o aprofundamento da democratização, não mais se coadunaria com as desigualdades sociais enraizadas no país.

José Paulo Netto (2000) bem demonstra a natureza das preocupações do Governo FHC com a contrarreforma do Estado brasileiro. Segundo este autor, seria o processo “*normal*” adequar as estruturas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ao novo ordenamento jurídico-político democrático do país. Entretanto, não foi isso que aconteceu. No momento em que se promulgou a CF 88, garantindo direitos civis, políticos e principalmente sociais, no resto do mundo a tendência era outra, a de diminuir os direitos e garantias sociais e realizar uma profunda contrarreforma neoliberal nos Estados Nacionais (Cf. NETTO, 2000, p. 12; ver também ANDERSON, 1995 e NETTO, 1999).

Dessa forma, pudemos perceber, naquele momento, a configuração de dois projetos societários para o Brasil. Um que enfatizava a construção de um país mais democrático, com mais justiça social, com a participação política da massa trabalhadora cada vez maior, no qual grupos mais progressistas na sociedade civil se fortaleceriam num crescente e o Estado se tornaria mais permeável aos desejos populares (sabemos que este projeto também se mantém nos marcos do sistema capitalista). O outro projeto tinha um caráter (neo) liberal, em que o individualismo possessivo dá vida a uma forma societal darwinista, nesta sobreviveria o mais forte, as diferenças não seriam respeitadas⁷, a democracia seria factível apenas enquanto não prejudicasse a acumulação, assim a participação da maioria seria dispensável, já que as decisões seriam altamente “técnicas” prescindindo de uma ampla participação e intervenção política.

Esses dois projetos estiveram muito claros, inclusive em 1989, na primeira eleição direta para a Presidência da República, pois isso se mostrou de forma nítida nas candidaturas de Luís Inácio Lula de Silva e na de Fernando Collor de Mello. Na linha desse embate, Coutinho (2000, p. 121) nos diz claramente que “*o que separa no Brasil governo e oposição, direita e esquerda, não é assim a constatação da evidente crise terminal desse tipo de Estado [...] o que está em jogo é algo mais profundo: É a definição do novo tipo de Estado que se trata agora de construir*”.

⁷ No mundo surgem e se fortalecem de neonazistas, neofascistas, extremistas de direita e todo um grupo político ideológico vinculado à intolerância racial, religiosa, de gênero, etc. e contrário às ideias de igualdade humana.

Não há dúvidas sobre os estilos de condução política e as opções estratégicas dos governos Collor, Itamar Franco⁸, FHC (os dois mandatos). Todos eles “*marcaram época*”, mas apenas um logrou implodir os compromissos de classes que se prolongavam desde os anos de 1930 e assim superar a “Era Vargas” como estágio de desenvolvimento histórico. Tendo sucesso onde Collor e Itamar fracassaram, na estabilização monetária, nas privatizações e na montagem de uma grande coalizão conservadora no Congresso Nacional, que lhe permitiu governar de maneira autoritária⁹, a figura de Fernando Henrique Cardoso historicamente se aproximou muito do que Gramsci (1988, p. 66) define como um “*cesarismo quantitativo*”, isto é, de uma direção política que, sob dadas circunstâncias conjunturais, fez predominar os elementos reacionários sobre os elementos progressistas em uma dialética que culminou em mudanças que não foram qualitativas, não esgotaram as possibilidades de desenvolvimento das formas sociais existentes, gerando algo histórica e verdadeiramente novo.

Embora o Estado brasileiro, sob o ajuste neoliberal, tenha adquirido uma forma qualitativamente distinta do Estado desenvolvimentista, não se pode dizer que a direção política bonapartista de FHC foi progressiva. Do ponto de vista dos direitos da cidadania e das instituições democráticas, o balanço de seus anos de governo é francamente regressivo, superando em muitos aspectos até mesmo os pontos negativos da “Era Vargas”. Existem controvérsias a respeito do governo FHC, no entanto, acha-se em aberto como ainda está o debate a respeito do papel histórico de Getúlio Vargas¹⁰. Portanto, o mais certo, do ponto de vista da discussão desenvolvida até aqui, é afirmar, parafraseando Francisco de Oliveira (2001), que estes governos brasileiros da década de 1990 são os “*exterminadores do futuro*” do povo brasileiro.

A nosso ver, a CF 88 teve duas dimensões especiais:

A primeira, o fato de *simbolizar o processo de democratização do país*, um marco legal para o processo que viria *a priori* para ampliar cada vez mais o espaço de participação da população na tomada de decisões governamentais aos níveis local, estadual e federal.

Aquela ampliação da democracia e da participação não veio como se esperava. Expressão disso, a participação da população nos conselhos paritários hoje se dá na forma de representantes nos mesmos. Os representantes devem ser membros de alguma entidade da sociedade civil organizada para que possam ocupar vagas nos referidos conselhos. Porém, o poder de decisão de muitos conselhos é cada vez menor

⁸ Durante o Governo de Itamar Franco tivemos alguns avanços, poucos, mas dentre estes está a aprovação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742 de 07 de dezembro de 1993) que inclusive teve seu primeiro projeto de lei vetado por Collor, também neste Governo houve uma certa “parada” no processo de privatização.

⁹ Um exame dos traços autoritários do governo FHC em diferentes momentos, desde a ascensão, o plano Real e as medidas tomadas no primeiro governo, confira Comparato (1999); Singer (1999); Netto (1999); Kucinski (1999); Rodrigues (2000); Lebauspain & Mineiro (2002, Capítulos I, V e VI).

¹⁰ Uma discussão a respeito do papel histórico do governo FHC acha-se em Fiori (1995, p. xi-xx) e Sallum Jr. (1999). Acerca de seus traços bonapartistas mais explícitos ver Rodrigues (2000).

transformando-os em simples “*órgãos consultivos*” ou “*órgãos de legitimação*” do poder executivo. Alguns poucos conselhos possuem a autonomia necessária para serem “*órgãos deliberativos*” e realmente influírem na construção de políticas e programas públicos. Outras formas de participação popular direta deveriam ser criadas em todos os níveis decisórios de governo. O orçamento participativo, por exemplo, funciona bem onde há uma esquerda democrática no poder, afinando-se com os movimentos sociais locais; ou também onde há uma direita e até centro-direita clientelista e fisiologista que usa desta “*participação*” para cooptar lideranças e ter ganhos políticos de forma populista.

A segunda dimensão seria a de consistir em uma *arma de garantia dos direitos*. A CF 88 continha todo um arcabouço legal para instaurar no país algo parecido com um “Estado de Bem Estar”.

O processo de regulamentação daquele arcabouço legal foi iniciado e conseguiu-se dar vida ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990), a LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993), entre outras leis e programas que visavam diminuir a tão falada “dívida social” brasileira.

Uma proposta do Governo FHC foi a cobrança da contribuição previdenciária até mesmo dos trabalhadores aposentados.

A Assistência Social dificilmente poderia ser mercantilizada, pois os que a ela recorrem muitas vezes não possuem as mínimas condições de sobrevivência. O Governo então não a mercantiliza, mas busca privatizá-la, daí o grande alvoroço em torno da ampliação do chamado terceiro setor¹¹, da criação das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)¹² e “OS” (Organizações Sociais)¹³, assim o Governo se desresponsabiliza por suas ações exclusivas determinadas em lei, tentando desconstruir o *status* de “direitos constitucionais”.

Tornou-se muito claro o que queria dizer o ex-presidente quando afirmava que em seu mandato se encerraria a “Era Vargas”. Na realidade uma “Era” que culminou com a CF 88 e, a partir daí, seria o momento de “repartir o bolo”. Porém FHC redefiniu os rumos políticos nacionais para ir desconstruindo a CF 88 e a “Era Vargas” passando a “repartir o bolo” entre alguns aliados membros da burguesia nacional e internacional. O Governo então começou a fazer alterações constitucionais com o objetivo de mudar institucional e patrimonialmente a relação entre o Estado e o mercado, visando reduzir a participação

¹¹ Sobre o chamado terceiro setor confira Montañó (2002), Andrade (2006) e Andrade (2010).

¹² Forma de qualificação das ONGs para institucionalização de contratos e “parcerias” com o governo, lei nº. 9790, de 23 de março de 1999.

¹³ Para as “OS” fica a possibilidade de firmar contratos de “gestão” para atividades nas áreas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde, lei nº. 9637 de 15 de maio de 1998 (mais conhecida como “Lei da Privatização” ou “Lei Bresser”).

estatal nas atividades produtivas e dar outro tipo de tratamento às empresas e aos “investidores” (especuladores) internacionais. Nas palavras de Brasílio Sallum Jr.:

O governo Cardoso conseguiu isso através da aprovação quase integral de projetos de reforma constitucional e infraconstitucional que submeteu ao Congresso Nacional. Os mais relevantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRAS, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões) (SALLUM JR., 1999, p. 32).

Na trajetória desta “modernização conservadora”, o governo sustentou a ideia de que a Administração Pública Burocrática era ultrapassada, fazendo-se imperativa a instauração de um modelo gerencial. Podemos notar que a decisão de amplo alcance social foi tomada “*pelo alto*” sem a mínima participação popular. De acordo com Batista:

[...] a diferença entre uma forma de administrar e outra funda-se em dois princípios:
a) A Administração Pública Burocrática busca o controle dos processos, enquanto a gerencial, o controle dos resultados.
b) Para a Administração Pública Gerencial, o interesse público não pode ser confundido com o interesse do próprio Estado, como ocorre com a Administração Pública Burocrática (1999, p. 71).

Segundo Bresser Pereira (apud BATISTA, 1999), a apresentação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, visava estabelecer, no Brasil, as bases de uma Administração Pública Gerencial de caráter social democrático.

Gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, cujo desenvolvimento teórico e prático foi imenso neste século. Socialdemocrático porque: (a) afirma o caráter específico da administração pública, que não pode ser reduzida à administração de empresas; (b) reafirma o papel estratégico de uma burocracia profissional e procura fortalecê-la ao mesmo tempo em que propõe mudar seus métodos de gestão e principalmente as instituições em que opera; (c) combina o controle por resultados e controle por competição administrada, desenvolvidos na área privada, a mecanismos de controle social inspirados na democracia participativa direta; e (d) estabelece como prioridade a introdução de sistemas descentralizados e técnicas de gestão moderna na área social, aumentando sua eficiência (BATISTA, 1999, pp. 73-74) (grifo nosso).

Outra tarefa do Plano Diretor foi a de delimitar, por meio de decisões “pelo alto”, mais claramente as funções do Estado, dividindo-as em três áreas básicas:

- 1) Núcleo Estratégico. Formado pelo Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. No interior do Poder Executivo, além das atividades que são inerentes a este poder, incluíram-se as Secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras;
- 2) Núcleo de Atividades Exclusivas. Como atribuição, estas atividades têm o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar. Dentro desse âmbito se criaram as Agências Autônomas;
- 3) Núcleo de Serviços Não Exclusivos. Atribuídos às universidades, hospitais, centros de pesquisas, museus, creches, ambulatórios, entidades de assistência (sic) aos carentes, principalmente aos menores e velhos, às orquestras sinfônicas e outros (BATISTA, 1999, p. 74) (grifo nosso).

Como se nota, em nenhum desses núcleos aparece a atividade produtiva, portanto esperemos e poderemos ver o fim que será dado para o que ainda existe de iniciativa

estatal na Eletrobrás e na Petrobrás. Empresas que ainda não foram totalmente “privatizadas”, diferente das outras estatais que além de serem privatizadas, agora são de propriedade da burguesia internacional.

José Paulo Netto faz uma brilhante síntese da rápida e (im) pensada forma com que transcorreu nosso “Programa Nacional de Privatização”:

Nenhum país no mundo promoveu um processo de privatização como o brasileiro (e aqui a privatização significa claramente desnacionalização acelerada); o que ficou para o capital nativo foram duas ou três rodovias; no resto, o capital nacional é inteiramente minoritário nos processos de privatização. O caso da telefonia é o mais flagrante, o que tem trazido inclusive o ódio dos nossos bons burgueses: Antônio Ermírio de Moraes, esse democrata e nacionalista sem jaça, 15 dias atrás reclamava pela primeira vez que o dinheiro do BNDES, cuja parcela substantiva provém do FAT (ou seja, é dinheiro do trabalhador brasileiro), foi posto a juro negativo, para que os estrangeiros viessem comprar nossas empresas. Não há programa de privatização como esse no mundo. Segundo Aloísio Biondi - um estudioso rigoroso do assunto, que não pode ser acusado de marxista, e nem de ser da esquerda - o Programa de Privatização devorou mais de R\$ 87 bilhões, o dobro da promessa integral do acordo com o FMI (NETTO, 2000, p. 21).

Neste *Núcleo de Serviços Não Exclusivos* com certeza pairam todas as dúvidas dos analistas e da população em geral. Na proposta de Bresser Pereira, estas OS estariam no nível máximo de “publicização” dos serviços estatais. Termo este bem controverso, visto que a maioria das ações do Estado já são públicas, porém este termo foi cunhado com o propósito de tornar diferente o que *era uma ação estatal* e foi *privatizada para fins lucrativos* e o que foi *privatizado para fins de filantropia*¹⁴. Nas palavras de Bresser-Pereira (1996), as Organizações Sociais (OS) são

[...] organizações públicas não estatais – mais especificamente fundações de direito privado – que celebram contrato de gestão com o poder executivo, com a aprovação do poder legislativo e, assim, ganham o direito de fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal. A autonomia da organização social corresponderá a uma maior responsabilidade de seus gestores. Por outro lado, a ideia implica maior controle social e maior parceria com a sociedade, já que o Estado deixa de dirigir diretamente a instituição.

A implantação de um programa de “publicização” – transformação de entidades estatais de serviço em entidades públicas não estatais – permitirá que essas instituições ganhem ampla autonomia na gestão de suas receitas e despesas. Continuarão a contar com a garantia básica do Estado, que lhes cederá a título precário seus bens e seus funcionários estatutários, mas agora serão entidades de direito privado, que escapam às normas e regulamentos do aparelho estatal, e particularmente de seu núcleo burocrático, onde continuarão relativamente rígidas, mesmo depois da reforma constitucional (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 292) (grifo nosso).

Observa-se que, para as universidades, centros de pesquisa, hospitais, ambulatórios, museus, creches etc. (públicos), o ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, propõe três grandes ganhos (vantagens):

- 1) *O direito de fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal. Como se hoje estas entidades já não recebessem recursos provenientes destas fontes;*

¹⁴ Mesmo que o termo “publicização” venha a ser esclarecido a seguir, manteremos o termo privatização como seu quase sinônimo. O arranjo semântico do discurso neoliberal é bem complexo e requer uma acurada percepção de suas manipulações ideológicas.

- 2) *Uma ampla autonomia na gestão das receitas e despesas.* Isso quer dizer que se faltar recursos, a Organização tem o direito de pedir, vender ou tomar qualquer iniciativa para angariar fundos para seus trabalhos¹⁵;
- 3) *Receber precariamente cessão de bens e funcionários do Estado.* Como se estes bens e funcionários já não fizessem parte da estrutura de funcionamento dessas organizações quando eram “públicas”.

Podemos identificar as desvantagens, mas ainda não conseguimos perceber as “grandes vantagens” que nos são apresentadas por Bresser Pereira. Ao invés da tal “publicização”, a falta de recursos ou a linha política dos “gestores”, privatizará de vez as organizações. Muitas OS poderão “fechar”, pois não executam algo que é direito (é doação) e nem tem o dever de fazê-lo (diferente do Estado, que tem esse dever a ele confiado pela Constituição Federal). O clientelismo e o fisiologismo podem ampliar-se. A corrupção, caso ocorra nessas entidades, não afetará os escalões governamentais (estes ficarão ilesos), pois as OS não são parte destes governos. A tal autonomia será uma forma de o Estado ir se afastando mais e mais do financiamento das OS, mas podem surgir verdadeiros feudos de famílias, clientela ou grupos, usufruindo indiscriminadamente das OS. Outro complicador está no fato de que o controle público será mais difícil, pois as OS são de direito privado. Basta observar como atualmente é grande o número de empresas inadimplentes com o INSS, bem como, com as outras diferentes formas de contribuições e impostos. Como o governo poderá fiscalizar eficazmente essas entidades?

Segundo Batista (1999, p. 79), as OS poderão ter 40% dos membros de seu Conselho Administrativo nomeados pelo poder público e mais 30% deles escolhidos entre pessoas de “notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral”. Para diminuir a burocracia, os funcionários destas organizações podem ser contratados sem concurso público ou testes seletivos. Também as compras que estas entidades fizerem, podem ocorrer sem licitações públicas. Dentro da ótica gerencial proposta pelo MARE, o que importa nestas Organizações são seus resultados e não o processo ou procedimento (os meios para realização das atividades). A ideia central destas OS é maximizar o número de voluntários, dando visibilidade ao que chamam de ação pública, em detrimento da ação estatal. Aqui, pela lógica explícita em Bresser Pereira (1996), o que é público diferencia-se do que é estatal. Compreende-se, então porque o governo FHC, nessa ótica, não disse estar privatizando os serviços e os bens da assistência social, apenas os “publicizando”, pois para ele publicizar é estar fora do Estado.

¹⁵ Mas, isso não vai privatizá-la ?!

Concluindo esse debate sobre o processo de passagem de uma Administração Pública Burocrática para uma Administração Pública Gerencial e os demais temas discutidos neste item em que tratamos do Neoliberalismo, do Autoritarismo e do “*Extermínio do Futuro*” iremos expor uma pequena resenha sobre a ação dessas políticas nos últimos 10 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal. Iniciamos com o governo Lula e podemos afirmar que ele não foi idêntico ao de FHC em todas as áreas, mas é como já disse o professor José Paulo Netto:

Um governo, todavia, não é como um corte de carne de vaca, em que se pode separar parcelas nobres de partes sebtas. Somente à ingenuidade política ocorre distinguir os “lados bons” e os “lados maus” do desempenho de um governante. Um governo se avalia pela *direção social* que imprime às suas macropolíticas, pelos contingentes populacionais que ela privilegia ou onera, pelas alternativas que instaura para ulteriores soluções às problemáticas dadas e/ou emergentes. (1999, p. 75)

Nesta perspectiva, as políticas neoliberais implementadas no Brasil no final do século XX continuam nos governos eleitos neste início do século XXI. Importante lembrar que a eleição de Lula para presidente em 2002 simbolizou muito para a história política do Brasil, pois foi um representante legítimo do proletariado nacional. O Partido dos Trabalhadores cresceu em paralelo com a luta pela ampliação da democracia no país e nesse processo conseguiu articular apoio para seu projeto político em diversos setores da classe trabalhadora e inclusive em setores da burguesia nacional.

Segundo Braz (2004, p. 55) o governo Lula pode ser caracterizado como “executor de políticas de ajuste neoliberal”, pois sob esse governo o Estado brasileiro aparece como “absolutamente servil ao grande capital internacional”.

Paulani (2008, pp. 70-71) apresenta três razões para afirmar que o governo Lula é neoliberal: a) “a adesão sem peias ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional. A política ortodoxa escolhida pelo governo tem na credibilidade com os mercados internacionais de capitais sua mais importante justificativa. Some-se a isso a elevada taxa real de juros que prevalece em nossa economia, a maior do mundo”; b) o “discurso de que só há uma política macroeconômica correta e cientificamente comprovada: a política de matiz ortodoxo levada à frente por sua equipe econômica desde o início do governo. [...] o crescimento virá do rearranjo das condições de oferta [...] que consiste em ‘melhorar o ambiente de negócios’”; c) a chamada “política social”, baseada nas “políticas compensatórias de renda”. Ao “contrário do que imagina inclusive parte da própria esquerda, tais políticas sancionam as fraturas sociais em vez de promover a tão falada ‘inclusão’ (não por acaso, o criador e maior defensor da ideia da renda mínima é justamente Milton Friedman)”.

O governo Dilma, como continuidade do projeto político do Partido dos Trabalhadores, continuou atuando dentro da lógica neoliberal apontada por Braz (2004) e

Paulani (2008). De acordo com LAURELL (1995) as quatro estratégias que os neoliberais utilizaram na contrarreforma do Estado são: o corte nos gastos sociais; a privatização; a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza; e a descentralização. Pode-se observar que o governo Dilma atuou nestas quatro estratégias da contrarreforma do Estado.

Uma dessas estratégias, a privatização¹⁶, também se manteve, pois verificamos a privatização de aeroportos, de rodovias, da exploração de petróleo e gás, bem como a ampliação da prestação de serviços privados nas áreas de saúde¹⁷, previdência social¹⁸, educação¹⁹ e assistência social²⁰, etc. A lógica da garantia dos lucros para a burguesia nacional e internacional também se verifica na: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e outros produtos industrializados; redução do recolhimento da cota patronal ao *Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)* de diversos setores, entre eles os fabricantes de determinados artigos de vestuário; criação do Programa Minha Casa Minha Vida que estimula a ampliação do endividamento do povo brasileiro em benefício dos empresários da construção civil e investidores nacionais e internacionais.

3. CONCLUSÃO

Buscamos nos aproximar de uma compreensão das respostas dadas às expressões da questão social pelo capitalismo mundial, em geral, e pelo capitalismo brasileiro, mais especificamente, em fins do século XX e início do século XXI, o que nos mostrou uma verdadeira “revolução passiva” para que o capitalismo se recuperasse da crise vivenciada e não corresse o risco de uma revolução proletária²¹ que conduzisse à mudança de modo de produção.

¹⁶ Este processo de privatização no governo Lula foi discutido de forma muito lúcida no livro organizado por Marques e Ferreira (2010).

¹⁷ Criação em 2011 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

¹⁸ Criação em 2012 da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPESP-EXE).

¹⁹ O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999, foi reformulado em 2010 e estabelece mais uma forma de o Estado financiar o ensino superior privado, repassando os custos da formação para a esfera individual, incentivando o endividamento dos estudantes. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação, mas é financiada com recursos da isenção de tributos das instituições de ensino superior privado. Estes dois programas, em plena vigência, contribuem para que as pessoas tenham acesso ao ensino superior, mas continuam garantindo os lucros para a burguesia nacional e internacional que atua na educação privada.

²⁰ O financiamento do chamado terceiro setor se mantém e se amplia nos últimos governos.

²¹ O pensamento das classes dominantes brasileiras se expressa bem na frase: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, ela foi dita por Antônio Carlos, ex-governador de Minas Gerais num discurso, em 1929, mas reflete o espírito da contrarrevolução das classes dominantes. (A frase citada está reproduzida em Coutinho, 2000, p. 120).

Partimos do princípio de que a tendência de “modernização conservadora” também se deu por aqui durante o século XX e início do século XXI. Revolucionar tudo, para que tudo permanecesse como estava, foi o mote para as amplas contrarreformas realizadas em nosso país, as quais reintroduziram o autoritarismo (legítimo e/ou legal na democracia?) e a possibilidade do “Extermínio de um Futuro” próspero para os brasileiros, pois as bases de sustentação para a construção de um país autônomo e soberano internacionalmente foram quase que totalmente erodidas.

A garantia não apenas dos direitos sociais, mas da própria institucionalidade democrática, parece residir precisamente neste potencial de mobilização social e de construção de uma hegemonia na sociedade civil que possa abarcar a sociedade política numa “guerra de posição”. Apenas assim poderão ser evitadas novas decisões “pelo alto”, ou seja, reedições da perspectiva de “modernização conservadora” como as que vieram sucessivamente ocorrendo na história republicana do Brasil.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Renato Almeida de. **A influência dos modos de custeio na ação do prestador privado de serviços socioassistenciais** (O caso de cinco municípios da região metropolitana da grande Vitória). Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP. 2010.

_____. **O Enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o Serviço Social e suas condições de trabalho nas ONGs**. Vila Velha: Univila, 2006.

BATISTA, Aroldo. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. Revista **Serviço Social e Sociedade**. nº 61. São Paulo: Cortez, 1999.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXV. nº 78. Julho de 2004. São Paulo: Cortez, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. Réquiem para uma Constituição. In: LESBAUPIN, Ives. (Org.) **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre Cidadania e Modernidade. In: Revista **Praia Vermelha** - Estudos de Política e Teoria Social, Vol. I, nº 01, Rio de Janeiro: Revista da Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, 1997.

_____. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

FIORI, José Luis. **O Voo da Coruja**: uma visão não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de Escolher**: o novo liberalismo econômico. Rio de Janeiro: Record, 1980.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KUCINSKI, Bernardo A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ives. (Org.) **O Desmonte da Nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A.C. (Org.) **Estado e Política Social no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. (Coleção Os Economistas). 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Rosa M.; FERREIRA, Mariana Ribeiro J. (Orgs). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política in MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes**. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Cortez: São Paulo, 2002.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação**: balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. Revista **Temporális 1**. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Brasília: ABEPSS/Valci, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Extermínio do Futuro**: a hipoteca do Estado. Rio de Janeiro. <http://www2.uerj.br/~lpp/htm/artigo2.htm>. 2001.

PAULANI, Leda Maria. **O Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando**: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

SALLUM Jr., Brasília. O Brasil sob Cardoso. Neoliberalismo e desenvolvimentismo. Revista **Tempo Social**. nº 11 (2). São Paulo: USP, 1999.

POLÍTICAS SOCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: debatendo o direito a ter direitos?

Ricardo William Guimarães Machado¹

Resumo:

Este artigo analisa a Política Nacional para População em Situação de Rua, identificando seu significado político e social e os impactos na sociedade. Adentramos à discussão acerca do campo dos direitos e por fim, realizamos um balanço acerca das principais características relacionadas ao público alvo analisado, suas potencialidades e desafios. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório através de revisitação de categorias e análises fundamentadas por pensadores e bases legais. Os resultados obtidos giram em torno da análise de alternativas e proposições acerca da temática de políticas sociais e atendimento à População em Situação de Rua.

Palavras-chave: Política Social; População em Situação de Rua; Direitos.

SOCIAL POLICIES FOR POPULATION IN STREET SITUATION:

debatingtherighttohave rights?

Abstract:

This article aims to analyze the National Policy on Homelessness, identifying its political and social significance and impact on society. We enter the discussion of the rights and finally field, we conducted an assessment on the main characteristics related to the public analyzed target, its potential and challenges. This is a bibliographic research of exploratory nature through revisiting categories and analyzes founded by thinkers and legal bases. The results revolve around the analysis of alternatives and proposals on the theme of social policies and assistance to Homelessness.

Keywords: Social Policy; Homelessness; Rights.

¹ Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Faculdade Católica do Rio de Janeiro. Professor do curso de Serviço Social na Faculdade Redentor.

Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais. As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

Contato: wpgerj@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

Em 2009, foi promulgado o decreto 7.053, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), representando o avanço da organização política em torno deste segmento. Mas, afinal do que se trata esta política? Quais são as suas direções sociais e políticas? E quais avanços que podemos considerar relevantes e novos para o enfrentamento desta problemática?

Este artigo objetiva analisar a PNPR no Brasil de 2009, desde sua existência, até os dias atuais, com vista de identificar um significado político e uma direção social presente nesta ferramenta de viabilização de direitos.

A estrutura do trabalho se divide em três seções. Na primeira, elaboramos uma discussão mais genérica sobre o panorama das políticas sociais no Brasil. Na segunda seção, discutimos a PNPR sob a perspectiva de sua regulamentação durante o período de 2006 a 2010, no Governo Lula. Na terceira seção, apresentamos uma discussão sobre a Política Nacional e a particularidade de ter “direito a ter direito”, fazendo uma correlação entre garantia de direitos da população em situação de rua e cenário atual do Brasil no que tange às políticas sociais em tempos de neoliberalismo.

Utilizamos de referenciais teóricos disponibilizados na disciplina e de fontes literárias relevantes para a temática de pesquisa, além de alguns materiais informativos pesquisados na internet para subsidiar dados reais e atuais do ambiente pesquisado.

2 -ELEMENTOS BÁSICOS PARA COMPREENSÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.

É essencial começarmos o debate sobre política social identificando pontos elementares para essa discussão, isto é, concentrando o esforço de nosso entendimento acerca do fundamento da política social. Pianna (2009) realiza uma reflexão sobre este assunto, abordando a política social como fruto dos embates na sociedade capitalista frente as reivindicações da classe trabalhadora organizada.

As primeiras formas de intervenção do Estado via políticas sociais datam o final do Século XIX, na Europa Ocidental onde o capitalismo concorrencial se fortalecia com o êxito da Revolução Industrial. Entretanto, é somente no Século XX, que as políticas sociais se generalizam e ganham poder no estágio monopolista do capitalismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com o apogeu do Welfare State.

A autora trata das políticas sociais numa orientação de totalidade, permeada pela dualidade de “concessão e conquista”, considerando que:

as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força. Surgem como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (PIANNA, 2009, p. 23)

No caso brasileiro, as políticas sociais surgem na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, mediante a consolidação da CLT. Com isto, as mobilizações populares e manifestações proletárias deixam de ser uma questão de polícia, tratadas por coesão, sendo absorvidas pelo Estado como questões políticas e administradas via políticas sociais. Porém, tal estratégia governamental era viabilizada a partir de uma cidadania regulada pela Carteira de Trabalho, onde somente empregados formais teriam acesso a estes recursos.

Pereira (2012) ressalta que o movimento das políticas sociais no Brasil se deu de forma irônica, já que foram instituídas através de ditaduras do capital onde se tornavam peças subsidiárias ao desenvolvimento nacional-desenvolvimentista. E com o advento de uma crise de nível internacional, a esfera social recebeu os maiores danos, através de um retrocesso histórico onde políticas sociais serviram de compensação ao cerceamento dos direitos políticos e civis nos vinte anos de ditadura militar. Somente com o movimento de redemocratização brasileira nos anos 1980, o País retoma a atenção para os direitos da população, promulgando a Constituição “Cidadã”. “Entretanto, apesar de essa Constituição conter avanços sociais formais inéditos na vida política nacional, já nasceu contestada pelas forças conservadoras” (PEREIRA, 2012, p. 735)

Na cena atual do Brasil enfrentamos uma crise político-econômica, que se alastra desde 2008 com a exacerbação do capital financeiro e poderio da ideologia neoliberal. Nesse contexto, as políticas sociais sofrem um processo de subalternidade aos parâmetros econômicos, sofrendo ataques diretos à sua estrutura, tanto em níveis de gestão e implementação, quanto a sua formulação e orçamento. Neste sentido, sua ação se focaliza no combate à pobreza e se limita ao tratamento de questões emergenciais, afastando-se de princípios, conquistados na Carta Magna de universalidade, equidade e justiça social.

São esses fatos socialmente regressivos, ao lado de conquistas simbólicas ou economicamente promissoras, que conferem ao Brasil o título de país não propriamente pobre, mas injusto, ou campeão de desigualdade social, dada a secular defasagem entre seus feitos econômicos (hoje ele é a sexta economia mundial) e seus fracos resultados sociais comparáveis. (PEREIRA, 2012, p. 736)

Silva (2011a) aponta aspectos referentes à esta crise contemporânea do capital que atinge diretamente na mediação entre sociedade, Estado e mercado, rebatendo nas expressões da Questão Social:

a crise atual abre os flancos de um tipo de organização social que recusa à maioria de sua gente o acesso a um padrão civilizatório democrático, igualitário e justo. [...] Um projeto vencedor que representou mais liberdade para o capital e para a circulação de mercadorias. Porém, no que concerne aos seres humanos, assiste-se ao recrudescimento da intolerância, da apartação, da tendência à hostilização e repressão aos imigrantes, da criminalização das demandas sociais, da migração do Estado social para o Estado penal. (SILVA, 2011a, p. 266)

Dessa forma, o autor reflete sobre as políticas sociais num contexto de crise, situando historicamente o plano de efeitos da Questão Social e instrumentalizando as políticas sociais como ferramentas para enfrentamento de suas questões. Sob a ótica do pensamento marxista, as políticas sociais sugerem o questionamento da apropriação e distribuição de riqueza, o que revela o fundamento essencial da política social.

Contudo, o modelo neoliberal propõe reformas onde o desenvolvimento econômico fica acima do patamar dos direitos sociais, sendo assim, as políticas sociais funcionam como formas de assegurar a acumulação do capital, o que só é possível através da obtenção de lucro através de trabalho explorado². Na atual fase da crise capitalista, a financeirização do capital, o ideário neoliberal receita corte nos gastos sociais, focalizando as ações em política social e desregulamentação nas relações trabalhistas, através da flexibilização, privatização e terceirização, o que gera a precarização do trabalho. Assim, este projeto societário revela a primazia da desigualdade, priorizando a estabilidade financeira com a redução da atenção ao combate da questão social e garantia de direitos das parcelas excluídas da socialização das riquezas.

o novo contexto exacerba a histórica incompatibilidade entre capitalismo, democracia e soberania nacional na América Latina. A necessidade de enfrentar problemas gerados pela crise funde-se com a necessidade de enfrentar problemas históricos herdados do passado como a segregação social e a dependência externa. A afirmação da soberania leva ao confronto com o imperialismo, gerando a necessidade de liquidar o capitalismo e dar início à transição socialista. (SILVA, 2011a, p. 272)

Nesse tenso contexto de crise político-econômica, o governo Lula (2003-2006 e 2006-2010) demonstrou grandes mudanças para a política social brasileira. Fagnani (2011) analisando este período reflete que a primeira fase do governo se mostrou indefinida quanto as estratégias em política social, mas que a segunda fase conseguiu mais avanços com o

² Para mais informações, Cf. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008

enfraquecimento da ofensiva neoliberal com a crise de 2008, abrindo espaço para o crescimento econômico, acompanhado de ações no campo de emprego e políticas sociais.

Pode-se compreender que com o governo de Lula, o País combateu a pobreza, enfrentando as medidas conservadoras de minimização e desresponsabilização do Estado, implementando programas e políticas importantes para a redução da miséria e avanço da proteção social brasileira. Entretanto, Marques e Mendes (2007) revelam algumas inquietações importantes: esses programas e iniciativas são assistenciais ou compensatórios? Melhoraram as condições de vida de seus usuários? Em meio ao favorecimento do grande capital, foi possível a mudança do quadro de pobreza e exclusão social?

Para os referidos autores, de forma sumária, a resposta é positiva com algumas recomendações. As estratégias no campo social do Governo Lula puderam estabelecer um grande avanço no combate as expressões da Questão Social sem afetar a rotatividade da economia capitalista no Brasil. Entretanto, o carro-chefe dessas ações, o Programa Bolsa Família é um benefício governamental, não materializado como um direito, estando propício a possibilidades de extinção em futuros governos de direção mais conservadora e neoliberal.

Tais indagações poderiam render um debate maior, expondo outras questões para além do Programa Bolsa Família e a direção focalizante e assistencialista deste Governo. Porém, o objetivo deste trabalho é analisar as condições de emergência e o desenho político e social da PNPR, o que continuaremos a destrinchar na próxima seção.

3 -A POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESENHO SOCIOPOLÍTICO E QUESTÃO DOS DIREITOS NO GOVERNO LULA.

Com base no debate anterior, podemos perceber que o Governo Lula foi essencial para os avanços em matéria de política social no Brasil. Através das iniciativas tomadas em meio a contradição entre favorecimento da economia *versus* enfoque em ações na esfera dos direitos, foi em tal período que se dá o apogeu em matéria de atenção à população em situação de rua e destacamos que, mesmo com as conquistas obtidas com a redemocratização brasileira, com o advento da Constituição Democrática em 1988, e, com os esforços dos movimentos sociais sobreviventes à massiva onda neoliberal dos anos 1990, somente neste período, em particular o segundo mandato do Governo Lula, que a PNPR é regulamentada.

Conforme esta reflexão, ponderamos algumas inquietações que enfatizam o debate proposto: estamos falando de uma política social ou de uma política pública? Qual o papel e o efeito que esta política exerce sobre seu grupo destinatário? Qual a sua relação com as demais políticas sociais?

A princípio, Pereira (2011) recorre a uma discussão conceitual e intelectual. Sua primeira observação se refere aos tempos de onda neoliberal, onde política social se resume à ação estatal, repelindo seu sentido real de concretizar direitos. A autora, assim, revela uma imprecisão em que o conceito, suas características e particularidades se tornam item complexo para se refletir num espaço inapropriado em meio à paradigmas e/ou estatutos epistemológicos.

A autora define política social como “produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios de liberdade e igualdade que regem os direitos de cidadania” (PEREIRA, 2011, p.166). Podemos perceber, então, que uma política social é um instrumento de mediação de conflitos existentes na sociedade, buscando viabilizar direitos sociais mediante ação do Estado. A política nacional que estamos analisando busca assegurar direitos de um segmento, ampliando e fortalecendo o acesso com as demais políticas públicas. Dessa forma, trata-se de um mecanismo de ação intersetorial para um fim integrado e conjunto, respaldado seus objetivos, princípios e diretrizes.

Respondendo a indagação elencada acerca do significado desta política, podemos presumir que se refere a um esforço estatal em recomendar ações intersetoriais que assegurem o pleno desenvolvimento de estratégias potencializadoras para a universalidade dos direitos e a integralidade do atendimento a este segmento.

É necessário realizar uma contextualização da emergência desta política para continuarmos respondendo sobre as indagações surgidas. A política nasce do Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Os antecedentes mais importantes desse momento são os Encontros Nacionais da População em Situação de Rua, realizados em 2005 e 2009, em conjunto com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério de Desenvolvimento Social, peças importantes nessa trajetória. Podemos afirmar que a política de assistência social teve um recorte especial em atendimento a estes indivíduos, sendo uma política focal e assistencial, peculiar às suas necessidades, porém, fica claro que este grupo não depende somente da assistência social e esta se torna incapaz de atender a todas demandas.

Com amplo apoio do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e outros movimentos sociais, esta política surge após muita pressão popular e reivindicações organizadas. Muitos agravantes também corroboraram para chamar a atenção do Estado: O

“massacre da sé” em São Paulo, no ano de 2004, é um dos grandes exemplos para ilustrar os diversos atentados, chacinas e outras formas de violências que tornaram este público-alvo, uma prioridade na agenda pública.

A situação de rua ganhou nuances na medida em que cresceu e se expandiu, tornando-se algo cada vez mais presente no cotidiano das cidades. Junto a isto, entrelaçam-se novos discursos, práticas e instituições que refletem sua presença marcante. No bojo dessas transformações nos grandes centros, o fenômeno torna-se uma questão a ser amplamente debatida. No entanto, o que considero fundamental apontar é que a existência do MNPR incide e transforma diretamente o modo como o debate estava organizado: o estabelecimento do MNPR marca em definitivo a existência de um espaço de fala e reconhecimento das pessoas em situação de rua enquanto interlocutores válidos no campo de disputas políticas e nas questões que se referem à vida em situação de rua. O esforço em torno do movimento produz a mobilização de diversos segmentos da sociedade, o que culmina em percepções renovadas sobre a questão – não apenas como foco de políticas setoriais ou objeto de debates, mas como interlocutores possíveis na arena pública. (MELO, 2015, p.200)

Esta política nacional, juntamente à ação do MDS e do MNPR, acarretou em conquistas significativas para o atendimento dessa população. Como ilustração, citamos alguns elementos: a criação do Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro POP), unidade pública, vinculada a proteção social especializada de média complexidade, no âmbito organizativo do Sistema Único de Assistência Social e tipificado nacionalmente como um serviço socioassistencial voltado para o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários para este segmento, ao atendimento especializado e multiprofissional e à viabilização de direitos sociais e garantia de seguranças socioassistenciais; Outro elemento se refere às Equipes de Consultório na Rua (ECRs) que ofertam serviços básicos de saúde a este público diretamente nas ruas, realizando o monitoramento dos casos; Um último ponto importante é a inclusão de Pessoas em Situação de Rua nos Cadastro Único (CADÚnico) para programas sociais, que segundo Melo (2015) trouxe um efeito de reconhecimento sobre as condições precárias de vida deste segmento, além de ofertar acesso mais facilitado aos programas sociais, trouxe visibilidade e legitimidade à esses usuários, fortalecendo sua cidadania e dignidade humana.

A última reflexão a ser analisada para satisfazer as inquietações provocadas é a interlocução desta política com as demais políticas sociais. O Decreto 7.053 recomenda em suas diretrizes e objetivos a ação articulada, integrada e conjunta entre as políticas setoriais e a forma de viabilização disto se dá através de um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de

Rua (CIAMP), formado por representantes da Sociedade Civil e de demais órgãos³. No entanto, este comitê não tem obtido muitos avanços para além do esperado, deixando uma lacuna no progresso da política nacional. Revela-se necessário uma atenção maior para a questão da interlocução com as demais políticas sociais, pois é através deste movimento que se torna possível uma agenda mínima de enfrentamento da situação de rua. Havendo diálogo interministerial através das recomendações do Decreto 7.053 torna se possível a gestão de ações concretas para uma mudança radical e positiva no quadro de demandas deste segmento.

Consideramos que as indagações indicadas no início da seção contribuíram para que a reflexão de que a PNPR não se enquadra como uma política social como assistência social, saúde, etc., pois carece de ação própria e se fundamenta nas recomendações e articulações intersetoriais. O que se destaca é o potencial de transformações e melhorias concretas e significativas que este mecanismo trouxe ao seu público destinatário, trazendo reformulações em seu conceito de segmento populacional, atribuindo um significado de sujeitos de direitos, demandando provisões estatais que atendessem, parcialmente, suas necessidades mais básicas e urgentes.

4 -“DIREITO” A TER DIREITOS, PARA QUEM NÃO TEM ESSE DIREITO: HÁ POLÍTICA QUE ASSEGURE?

Transitando para a cena atual de nossos tempos, em particular os últimos três anos (2013-16), observamos o agravamento de uma crise econômica, política, social e, principalmente, ideológica, onde a massiva onda neoliberal se assume agravante.

Lo más probable es que haya un empeoramiento de los ánimos, de la intolerancia, más fractura de la sociedad y de la lucha de clases que está en las calles. La gobernabilidad del país podrá depender de un Estado policial aún más severo que el utilizado en 1964. Ahora, no es suficiente con sólo intervenir en los sindicatos. La destitución del proceso de civilizatorio en el siglo XXI está ahí para demostrar que la democracia y la ciudadanía social son puntos fuera de la curva del capitalismo brasileño. Son cuerpos extraños que los “capitalistas” nacionales aún no aprendieron a utilizar, ni siquiera para el beneficio de ellos mismos. (FAGNANI, 2016, p. 25)

As políticas sociais se apresentam sucateadas, desmanteladas, sem fundos orçamentários para rotativizar seus serviços. A nível de exemplo, a cidade do Rio de

3 Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Esportes; e Ministério da Cultura.

Janeiro, prestes a receber o megaevento das Olimpíadas, declara Estado de Calamidade Pública⁴, recebe 3 Bilhões de Reais da União e aplica tudo somente em Segurança Pública no período dos megaeventos, enquanto a saúde pública está quase parada, a educação apresenta greves por parte dos professores da rede pública e ocupações em escolas como forma de manifestações dos estudantes por melhores condições de ensino, a segurança pública incapaz de dar conta dos inúmeros problemas relacionados ao tráfico, às violências urbanas, aposentados e servidores públicos sem renda devido ao endividamento do Estado carioca, entre outras problemáticas.

Após o seguinte manifesto, nos questionamos, no cenário atual, se alguém tem direito a ter direitos? Tratando-se das classes privilegiadas pelo grande capital, sim. Mas, quando se refere de seres oprimidos pelo autoritarismo neoburguês instalado no Brasil, - tais indivíduos que se esgotam de trabalhar em condições subalternas, precarizadas, com graves condições de transporte público; outros sem mesmo acesso ao trabalho que economizam severamente a renda obtida com benefícios; ou até mesmo aqueles sem condição digna de existência, - estes são os sujeitos sociais que mais sofrem em tempos de crise, que destituídos de cidadania, se inserem num plano de negação de seus direitos por parte do Estado.

Dagnino (2009) discute a concepção direito a ter direitos como elemento constitutivo da nova cidadania ou cidadania ampliada. Trata-se de uma nova definição de direitos, onde “ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas” (DAGNINO, 2009, p. 104). Entendemos, então, que ter direito a ter direitos significa luta política, não somente restrito a provisão legal de bens ou concessão de direitos formais abstratos. Essa categoria vai além, determinando a emergência de sujeitos políticos, aptos a buscarem direitos que contemplem sua autonomia, participação, visibilidade, legalidade, igualdade e, também, a diferença.

Esta nova concepção de cidadania almeja atingir um novo modelo societário, alterando as relações sociais vigentes, onde através da participação e da organização política, mediante controle democrático e soberania popular. “A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade” (DAGNINO, 2009, p. 105)

4 Cf. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 17 de junho de 2016.

Para pensarmos o caso da população em situação de rua num plano de indivíduos com sua cidadania negada, nos fundamentamos no pensamento de Arendt (1989) que relaciona duas perdas.

A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direito não foi a proteção legal, mas a perda dos seus lares, o que significava a perda de toda a textura social na qual haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo. Essa calamidade tem precedentes, pois na história são corriqueiras as migrações forçadas, por motivos políticos ou econômicos de indivíduos ou povos inteiros. O que era sem precedentes não era a perda do lar, mas a impossibilidade de encontrar um novo lar". (ARENDR, 1989, p. 327)

Neste momento apontado, pode-se perceber as condições normais de vida nas ruas. Insalubridade se torna rotina para essas pessoas, fim de expectativas e acomodação ao espaço urbano se torna um refúgio segundo a compreensão da primeira perda. Já a segunda se trata de uma ruptura com a condição de cidadão, declarado pela desproteção estatal. "A segunda perda sofrida pelas pessoas destituídas de seus direitos foi a perda da proteção do governo, e isso não significava apenas a perda da condição legal no próprio país, mas em todos os países." (ARENDR, 1989, p. 327). O que se percebe é que a população em situação de rua, desprotegida pela ação do Estado se torna um estranho em seu próprio meio, negado todas as formas de assistência.

Dois exemplos podem ser dados para ilustrar a drástica situação de abandono por parte do Estado a grande parcela desta população. O primeiro se refere a estrutura das ações de acolhimento institucional, que não são suficientes, funcionando como locais de despejos, depósitos humanos, como já denunciando pela Ministério Público do Rio de Janeiro, referente ao abrigo Rio Acolhedor⁵.

quem precisa dormir vai para um albergue, quem precisa comer vai procurar comida no centro de referência e assim por diante. No entanto, isso me parece insuficiente. Se tenho fome e recebo um prato de comida, vou agradecer. Agora o problema que se coloca é quando esse tipo de gesto não se insere dentro de um processo de inclusão social. O problema não está em comer ou dar um prato de comida, mas quando se vai somente até ali, porque amanhã outra vez a pessoa vai ter fome, precisar de roupa. E onde ficam aqueles vínculos e relações, que se romperam, que se quebraram? Onde ficam? O trabalho social deve se limitar a girar em torno da satisfação das necessidades básicas ou tentar alcançar o domínio das relações? Isso é muito importante quando se vai definir um trabalho e uma metodologia. Não se trata de simplesmente responder a uma necessidade imediata. (MUÑOZ, 2011, p. 221)

O segundo exemplo se expressa nas atividades higienistas e arbitrárias executadas pela Guarda Civil Metropolitana de São Paulo que tem retirado cobertores, papelões e até

5 Cf.: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140628_mendigos2_rio_wc2014_jp.

pertences de pessoas em situação de rua em operações de zeladoria. Este órgão não tem preparo para abordagem social qualificada e mesmo assim intervém de forma repressiva, limpando as calçadas e praças públicas.

A GCM não deveria fazer as abordagens aos moradores de rua, ela não é preparada para isso. Seria diferente se houvesse alguma transgressão de lei, mas se a pessoa está sentada ou deitada em um local que o poder público considera não ser adequado, quem deveria fazer a abordagem e tentar o convencimento para que aquela pessoa saia, são os agentes da assistência social. A GCM tem mais o caráter de repreensão do que de pedagógico. E a partir do momento que alguém tira o cobertor de um morador de rua, que é sua posse, está tirando o que pertence à pessoa. E se ela não roubou aquilo, a atitude está completamente equivocada.
João Clemente de Souza Neto, cientista social e professor do Mackenzie ⁶

Este caso é complicado, pois envolve uma dinâmica complexa. Silva (2011b) ressalta um eixo estruturante do SUAS que pode nos ajudar a refletir sobre isso: a matriz territorial que se comporta como um princípio da proteção social que auxilia na universalização do direito ao espaço físico. Sobre esta questão, a autora comenta:

Entretanto, no debate acerca da relação da população em situação de rua com o território, entra outro aspecto importante: o direito de usufruir e permanecer nas cidades, como condição de ter acesso e usufruto de tudo que elas oferecem. Temos que fazer, assim, uma diferenciação. Não estamos defendendo a condição constrangedora de dormir na rua; situação que vemos diariamente nas grandes cidades. O que queremos dizer é que também não concordamos com essa ocupação dos espaços públicos. A alternativa não é fazer os despejos ou criar uma situação como essa na cidade do Rio de Janeiro, nem criar bancos antipopulação em situação de rua, porque são territórios públicos. Mas por que somente essa população deve ser expulsa dali? (SILVA, 2011b, p. 215)

Por fim, indagamos que política social poderá assegurar o direito a ter direitos a população em situação de rua? De que forma a PNPR pode contribuir para a garantia de acesso a seus direitos básicos?

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a trajetória das políticas sociais percorre os rumos da sociedade capitalista, sendo indissociável ao discurso da eliminação da pobreza e da desigualdade. Porém, as políticas tiveram diversas alterações que metamorfoseavam sua função política e sua direção social. Em cada etapa do desenvolvimento capitalista, o

6 Cf.: GCM tira cobertas de moradores de rua em São Paulo. Diário de São Paulo. Disponível em <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/93017/gcm-tira-cobertas-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo>. Acesso em 29 jun 2016.

Estado utilizava a política social de uma certa forma, que mudava a cada face da estrutura societária. Entendemos que as políticas sociais apresentam um caráter contraditório, pois atendem, simultaneamente, as demandas do capital e do trabalho.

As políticas sociais teriam, pois, a função de materializar os direitos sociais, possibilitando uma redistribuição maior da riqueza socialmente produzida, porém, não são capazes de acabar com as desigualdades sociais nem tampouco de eliminar a estrutura de classes sociais. (SILVA, 2009, p.174)

Na realidade brasileira, as políticas sociais alcançaram o patamar de universalização dos direitos sociais com a promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, tal conquista é destruída com a ampliação da ofensiva neoliberal, que conformou às políticas sociais um profundo limite de cobertura e abrangência.

Nessa lógica, a população em situação de rua sofre com políticas sociais burocráticas que exigem condicionalidades, “exigências formais”, por exemplo documentos e endereço de um grupo que majoritariamente não dispõem desses recursos.

A esses entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse grupo populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos”, fazendo com que sejam consideradas não merecedoras do acesso aos direitos sociais. (SILVA, 2009, p.176)

O questionamento acerca da configuração perversa das políticas sociais contemporâneas gira em torno da restrição e da pequena abrangência na cobertura das demandas da população em situação de rua, resumidas a práticas conservadoras, focalizadas, de caráter emergencial e espontâneo. Assim, esse grupo fica à mercê de programas compensatórios, criados com o simples objetivo de amenizar os efeitos da extrema pobreza.

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Não existem políticas sociais no País, na esfera federal, capazes de alcança-las como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva dessas políticas são o principal fator do não alcance à população em situação de rua. As marcas históricas impregnadas pela política de assistência social também contribuem para isso, uma vez que é a política que possui mais programas dirigidos a esse segmento, sobretudo programas de acolhida temporária (albergues, moradias provisórias, repúblicas, etc.). o preconceito e o estigma social que atingem a população em situação de rua constituem outro ângulo de explicação para essa completa vulnerabilidade e falta de proteção social. (SILVA, 2009, p. 186)

As experiências em assistência social e saúde para a população em situação de rua ainda são ações limitadas e de baixa eficácia. Seria preciso a formulação de programas e

projetos próprios da Política Nacional para a população de rua com padrões de acordo com o diagnóstico real das condições de vida desses indivíduos e o fortalecimento dos equipamentos já criados em outros setores.

Diante ao ataque do capitalismo financeiro que visa a redução e corte de gastos públicos no investimento em programas, projetos e equipamentos de enfrentamento as expressões da questão social, a construção de alternativas eficazes para a garantia dos direitos sociais da população em situação de rua se alia a elaboração de um projeto de sociedade democrática e igualitária, que enfraqueça a hegemonia do capital.

Por ora, frente às imposições do capitalismo financeiro e do ideário neoliberal, as possíveis soluções existentes se resumem em fortalecer a ação das políticas existentes (SUAS, SUS, PNPR) que ofertam uma certa proteção social à População em Situação de Rua e ampliar o protagonismo deste público, juntamente a seus representantes, no debate público, buscando formular e implementar estratégias de maior visibilidade e potencial para superar o paradigma de uma parcela que não tem direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2009.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): Perspectiva Histórica. *Revista Ser Social*. V. 13, n. 18. Brasília: 2011.

_____. Impeachment del procesocivilizatório. In: ANDERSON, Perry et al (Orgs.). *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*. CLACSO. Buenos Aires: UMET, 2016.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquila. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*. V. 10, n. 1. Florianópolis: 2007.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. População em Situação de Rua e o “Direito a ter Direitos”. *Revista Novos Debates*. v. 2. n. 1. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

MUÑOZ, Jorge. (Des)territorização, População de Rua e o Trabalho do Assistente Social. In: *Seminário Nacional: O Trabalho do Assistente Social no SUAS*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

PEREIRA, PotyaraAmazonéida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 112. São Paulo: 2012.

_____. *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, Ademir Alves da. A crise capitalista contemporânea e as relações entre Estado, mercado e sociedade: subsídios para avaliação das políticas sociais. *Revista Ponto e Vírgula*. n. 10. 2011a.

SILVA, Maria Lucia Lopes. (Des)territorização, População de Rua e o Trabalho do Assistente Social. In: *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011b.

_____. *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

PROGRAMA DE PREPARAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

Anna Cláudia Rodrigues Alves¹
Caio de Alcântara Gomes da Cruz²
Sabrina Dias Barbosa³
Vânia Maria Morais Nogueira⁴

Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

Resumo:

A aposentadoria é um acontecimento que exige adequações no estilo de vida dos indivíduos, em todas as suas relações, requerendo a aquisição de competências que os auxiliem a enfrentar mudanças e eventuais dificuldades dessa fase da vida. Com esta preocupação, o Projeto de Extensão: "Programa de Preparação e Educação para a AposentadoriaPPEA" foi criado objetivando assessorar e capacitar profissionais e gestores interessados em desenvolver PPEAs em suas instituições. O trabalho é realizado através de grupos educativos, cartilha de orientações e monitoramento do processo de aposentadoria dos egressos do programa. Já foram realizados 5 turmas atendendo cerca de 78 trabalhadores.

Palavras chave: trabalho, aposentadoria, envelhecimento, projetos de vida.

Abstract: Retirement is a challenge that requires adaptations to the lifestyle of individuals in all their relationships, requiring a new capacity for control that helps them cope with the changes and the difficulties of this phase of life. In this concern, the Extension Project: "PPEA - Retirement Preparation and Education Program" was created to advise and train professionals and managers interest in the development of PPEAs in their institutions. The work is done through educational groups, guidance booklet and monitoring of the retirement process of the graduates of the program. About 78 workers went through the program. Key words: work, retirement, aging, life projects.

¹Anna Cláudia Rodrigues Alves. Assistente Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Mestre em Saúde Coletiva pela UFJF(alves.acr@gmail.com);

²Caio de Alcântara Gomes da Cruz: Graduando de Serviço Social da UFJF (caio1997gomes@gmail.com);

³Sabrina Dias Barbosa: Graduanda de Serviço Social da UFJF (sabrindiasbarbosadb@gmail.com);

⁴Vania Maria Morais Nogueira: Graduanda de Psicologia da UFJF(vanianogueira230@gmail.com).

1. INTRODUÇÃO

No imaginário do senso comum, a aposentadoria está ligada ao processo de envelhecimento, redução dos proventos, sentimentos de desvalia, solidão, dependência, incapacidade e improdutividade. Tais representações são reforçadas pela cultura capitalista de valorização do ser produtivo econômico e socialmente. Quando não planejada adequadamente, seja no campo financeiro, no fortalecimento das relações familiares e sociais, nas atividades de ocupação, lazer e nos cuidados com a saúde, a aposentadoria poderá não ser vivenciada de maneira tranquila pelos trabalhadores (SOARES; COSTA, 2011).

Em outro extremo, também se verifica, a aposentadoria associada à imagem de envelhecimento sobre a qual o mercado se sustenta. Nessa perspectiva, a população idosa torna-se um novo nicho consumidor e o envelhecimento passa a ser demarcado pela vivência do tempo livre preenchido com atividades prazerosas, com novas alternativas de inserção no mercado de trabalho ou até mesmo com atividades que representam a negação da velhice, demarcadas por um culto à juventude (BEAUVOIR *apud* SEIDL, 2015).

A concepção que norteia o Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria (PPEA) parte do entendimento da centralidade do trabalho nas ações humanas, na perspectiva do trabalho genérico, enquanto uma relação entre homem/natureza e homens/homens, que se desenvolve para a satisfação das necessidades humanas (MARX; ENGELS, 2009). Dessa forma, a atividade ontológica do ser, que é o trabalho, não se encerra com a aposentadoria. Pautado nessa premissa, nas ações do PPEA, reforça-se a concepção de que a aposentadoria significa a cessação dos vínculos e responsabilidades ligadas ao *emprego*, que pode decorrer de uma incapacidade para o trabalho, por idade ou cumprimento do tempo de contribuição exigido pelo sistema previdenciário, do qual o sujeito passa a ser beneficiário. Portanto, a aposentadoria não significa o fim da capacidade do homem se relacionar com a natureza ou com outros homens, nem mesmo da capacidade de explorar seu potencial criativo e reflexivo. Ou seja, o fim do vínculo empregatício pela aposentadoria não significa o fim da capacidade criativa dos homens. Significa que suas potencialidades podem ser direcionadas a atividades que tragam maior satisfação, devido a maior disponibilidade de tempo livre.

Entretanto, no senso comum, essa não é a perspectiva que permeia o ideário social. Pelo contrário, a sociedade capitalista, estruturada sobre as relações de expropriação da força de trabalho, transfigura ou aliena o verdadeiro sentido que a categoria trabalho tem para as relações sociais. Nesta direção, o trabalho se confunde com o emprego, como atividade que gera acumulação de riqueza, assumindo uma posição central na valorização dos sujeitos. O que se quer dizer é que, no senso comum, o ser humano capaz de produzir, só tem valor na

medida em que ele emprega a sua força de trabalho em uma atividade remunerada ou que agregue valor para a sociedade capitalista.

Compartilhando deste senso comum, que é amplamente reproduzido e disseminado na sociedade capitalista, a aposentadoria tende a ser sentida como perda da capacidade do sujeito agregar valor à coletividade, portanto, um peso, um inútil. Essa é uma questão que se expressa com muita força, especialmente, entre os homens, em razão do caráter machista que marcou, e ainda marca, a maioria das organizações sociais. Isso se dá pela organização da divisão social do trabalho coletivo, em que foi atrelada ao gênero masculino a prerrogativa de se inserir em atividades remuneradas, a fim de garantir o sustento de seus dependentes.

A preparação para aposentaria é uma conquista dos trabalhadores, visto que está prevista por meio do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), na contramão da perspectiva de aposentadoria presente no senso comum. A questão da aposentadoria tem sido alvo de argumentos que defendem que a mesma constitui uma ameaça ao orçamento público. Porém, entende-se que,

(...) este argumento está na base do dismantelamento da proteção social pública e do contrato público entre gerações representada pelo sistema de proteção social e, exemplarmente, expresso no regime de aposentadoria que representam interesses não ligados só aos velhos, mas à formação de uma esfera moral de solidariedade no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. O que se assiste é o recuo da proteção social pública bem como o incentivo à mobilização de recursos informais ligados a solidariedade primária (...). O que está em jogo aí é não só repartição das responsabilidades em termos de solidariedade e justiça redistributiva intergeracionais entre as esferas privada e pública, o que diz respeito a uma questão material de definição acerca de quem tem ou não o direito de trabalhar, quem deve suprir as necessidades de quem (FUSER; DELGADO; CUNHA, 2009:8).

Desse modo, a aposentadoria é um acontecimento que exige adequações no estilo de vida dos indivíduos, em todas as suas relações, requerendo a aquisição de competências que os auxiliem a enfrentar as dificuldades dessa fase da vida. Essas competências estão relacionadas à capacidade de lidar com mudanças e perdas, de superar as adversidades, de buscar alternativas para a solução de problemas e, dessa forma, vivenciar melhor esse novo contexto (ZANELLI *et al*, 2010). Assim, a implantação de ações que atendam a essas necessidades, seja em organizações públicas ou privadas, torna-se relevante para prevenir o sofrimento psíquico e social dos trabalhadores e promover a ressignificação do aposentar-se (FRANÇA, 2012 *apud* FRANÇA; STEPANSKY, 2012).

Com este propósito, a equipe do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento – programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em atividade há 28 anos – buscou estabelecer parcerias no sentido de assessorar, profissionais e gestores da área de gestão de pessoas e de saúde do trabalhador, interessados em se capacitar para o desenvolvimento de Programas de Preparação e Educação para a Aposentadoria (PPEAs) em suas instituições de referência ou onde atuem profissionalmente.

A ideia é fomentar a expansão de tais programas, ainda incipientes na realidade brasileira, através da formação e qualificação de orientadores de PPEAs, capazes de instrumentalizar os trabalhadores de suas respectivas instituições a assumirem novos projetos de vida, para além da carreira laborativa, desmistificando os paradigmas decorrentes do processo de alienação do trabalho⁵.

A efetivação desse projeto alinha-se às orientações políticas previstas no Estatuto do Idoso, que em seu artigo 28, estabelece que o Poder Público deverá criar e estimular programas de: “II - preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania” (BRASIL, Lei 10.741/2003). Ressalta-se que o atendimento a estas orientações integra o conjunto de prioridades do referido programa de extensão, que tem por objetivos primordiais, o treinamento de alunos dos diversos cursos de graduação da UFJF que atuam na área do envelhecimento, como também a interlocução com a rede loco-regional, no sentido de compartilhar conhecimentos que contribuam para o aprimoramento das políticas de atendimento voltadas ao público idoso.

No caso do presente projeto, esta interlocução integra o processo formativo dos alunos, a partir de sua vivência multi e interdisciplinar, tanto com a equipe de referência, composta por assistentes sociais e bolsistas das áreas de Psicologia e Serviço Social, quanto com os gestores e profissionais parceiros no desenvolvimento desse trabalho, em uma perspectiva socioeducativa, crítica e problematizadora (FREIRE, 2005), com vistas à efetiva troca de saberes – saber científico e saber popular – e práticas. A sistematização desse processo, por fim, implica não só na qualificação do aprendizado acadêmico, como na divulgação e ampliação da proposta dos PPEAs nas organizações de trabalho ou instituições que trabalham com idosos, favorecendo o envelhecimento ativo e saudável.

2. DESENVOLVIMENTO

A primeira instituição parceira deste projeto foi a equipe de Serviço Social da Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA, da cidade de Juiz de Fora, demandante em oferecer um PPEA para os trabalhadores. A CESAMA tem atualmente, cerca de

⁵ Para aprofundar o debate sobre a alienação do trabalho na sociedade capitalista, consultar Netto; Braz (2008).

540 empregados, cuja maioria tem grande parte da sua vida profissional casada com a história da companhia, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

A CESAMA é uma empresa pública e seus trabalhadores, selecionados por meio de seleção pública, têm vínculo de trabalho regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Portanto, os trabalhadores desta empresa estão submetidos ao Regime Geral de Previdência. Pela forma de seleção, ainda se preserva a cultura de manutenção dos quadros, ocasionando baixa rotatividade dos recursos humanos. Dessa forma, os empregados celetistas também estabelecem um vínculo forte com o emprego, seja pelo tempo de trabalho, ou pelo alto valor que um vínculo formal atinge em meio a uma conjuntura de desemprego estrutural e trabalhos informais.

Verifica-se que a grande maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, em virtude da grande expressividade do trabalho operacional e da correlação histórica entre o gênero masculino e os trabalhos de maior exigência física. Portanto, esta correlação é um elemento que pesa no processo de aposentadoria entre os trabalhadores da CESAMA, conformando-se numa questão de relevância para a preparação para a aposentadoria.

Com o regime de 40 horas ou 44 horas semanais, realização de plantões e horas extras, o trabalhador passa mais tempo em convívio com o ambiente de trabalho do que com qualquer outro espaço. Para os trabalhadores da CESAMA, a empresa é parte de suas vidas e tem implicações nas relações familiares, na sua condição financeira, nas atividades sociais, culturais e políticas, e na construção da sua subjetividade. É evidente que esse processo de desligamento pela aposentadoria vai representar a quebra de um ciclo importante da vida do trabalhador, produzindo implicações das mais diversas ordens. Por isso, é importante planejar e ressignificar o processo da aposentadoria, preparando o empregado para lidar com sua nova condição, a fim de garantir a manutenção da sua vida de forma saudável e qualificada.

Os grupos de estudo e debate junto à referida equipe de Serviço Social da CESAMA iniciaram-se em março de 2015, com periodicidade semanal, e baseados em aportes teóricos que abordam os diferentes aspectos acerca do processo de preparação para a aposentadoria, a saber: o significado do trabalho; os paradigmas sociais do envelhecimento; as políticas públicas na área do envelhecimento; os significados da aposentadoria; a identidade e os papéis sociais; planejamento financeiro; as relações familiares e o fortalecimento de vínculos; a promoção da saúde e projetos de vida.

Tais reflexões subsidiaram os futuros orientadores na execução de cada etapa necessária à realização do PPEA: elaboração da proposta do programa aos dirigentes e demais gestores; aprovação de recursos organizacionais para a realização do programa; divulgação do PPEA para os trabalhadores, levantamento do perfil socioinstitucional e

demandas psicossociais destes trabalhadores, a mobilização dos mesmos para participarem do PPEA, planejamento e execução do programa, e sua posterior avaliação.

Ressalta-se que até o ano de 2018o projeto destinou-se a trabalhadores com idade igual ou acima de 45 anos, sendo oferecidas 5 turmas, com média 20 de vagas por turma, e atendimento de 78 trabalhadores.

A execução do PPEA, por sua vez, se deu inicialmente por meio de encontros quinzenais, em que foram abordados os aspectos supracitados relacionados à aposentadoria, com a apresentação de conteúdos expositivos, combinada à realização de vivências, aplicação de técnicas de dinâmicas de grupo e realização de atividades para reflexão sobre os projetos individuais dos participantes, numa perspectiva crítica e problematizadora e com foco no futuro.

Considerando o cenário recente de redução do quadro de funcionários da empresa parceira, devido ao aumento das aposentadorias, foi feita uma adequação no formato do projeto, que passou a desenvolver grupos mais condensados, com uma abordagem intensiva de temas organizados nos seguintes módulos: 1.“Trabalho e Identidade”, 2.“Envelhecimento, Tempo Livre e Aposentadoria”; 3.“Saúde e Projetos de Vida”; 4.“Organização Financeira”; 5.“Previdência Social e Complementar”.

No módulo 1 são trazidos elementos teóricos sobre o conceito de trabalho, na perspectiva marxista, tratando do desenvolvimento das relações de trabalho no curso da história e da construção da identidade da classe trabalhadora.

O módulo 2 traz a discussão do curso de vida, dos paradigmas postos ao envelhecimento e das políticas públicas para a população idosa, além de propor uma reflexão acerca de temáticas tais como o envelhecimento ativo e a questão dos idosos no mercado de trabalho; além do uso do tempo livre na aposentadoria, incentivando a participação social, com a divulgação dos recursos sociais existentes na rede socioassistencial do município.

O módulo 3, trabalha uma vivência acerca da construção dos sonhos ressaltando a relevância do planejamento de futuro e estruturação de projetos e vida a serem concretizados no período da aposentadoria e, em um segundo momento aborda-se questões de saúde relativas à fisiologia do envelhecimento e da relevância de práticas de promoção da saúde e prevenção de agravos.

No módulo 4, conduzido por um convidado especialista na área, é abordada a importância da educação financeira e as estratégias mais seguras de investimentos financeiros. Há, ainda, uma exposição sobre as regras para a previdência complementar da empresa em questão.

O módulo 5 aborda a política de Seguridade Social, com ênfase na política brasileira de Previdência Social. Ainda são apresentados os critérios sobre os principais benefícios previdenciários, e as regras para o cálculo do benefício da aposentadoria. Destaca-se que este

encontro final conta, ainda, com uma atividade cultural de modo a estimular a vivência do lazer entre os participantes com posterior confraternização de encerramento.

A metodologia do projeto prevê também a utilização de instrumentos de avaliação e monitoramento de suas ações, com indicadores qualitativos, em que os participantes, ao final de cada módulo, respondem a questões abertas sobre o conteúdo e atividades desenvolvidas no PPEA. A utilização destes indicadores de avaliação permite a identificação de problemas da prática e subsidia a elaboração de instrumentos de pesquisa, tendo em vista o aperfeiçoamento das ações do projeto e a qualificação de suas respostas junto às necessidades do público do PPEA. Estes dados são sistematizados e analisados pela equipe, visando potenciais produções e publicações científicas, favorecendo o intercâmbio profissional e institucional, bem como a ampliação de iniciativas nesta linha.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao oferecer suporte e assessoria a profissionais e gestores interessados em desenvolver programas de preparação e educação para aposentadoria em suas empresas, o presente projeto atende a um dos propósitos fundamentais do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, a saber: estabelecer interlocução com a rede local e regional, no sentido de compartilhar conhecimentos que contribuam para o aprimoramento das ações e políticas sociais voltadas ao público idoso. Neste caso, a ênfase recai na efetivação das orientações políticas do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) de criação destes programas, que devem ocorrer com antecedência mínima de um ano. Esta preparação, por sua vez, implica um processo educativo voltado ao esclarecimento dos direitos sociais e de cidadania, tendo em vista o atual contexto político adverso de comprometimento destes, sobretudo, os previdenciários, quando se evidencia um envelhecimento populacional crescente, com protagonismo dos idosos, em especial, de baixa renda na manutenção de suas famílias (CENSO, 2010). Protagonismo este, também evidenciado no público alvo do PPEA, em que a maioria dos trabalhadores se configura como a principal referência financeira no domicílio em que residem.

Com base nos relatos registrados por estes trabalhadores, o projeto lhes proporcionou um momento de grande aprendizado, assim como uma oportunidade de encontro e interação, dada a carência de tais espaços dentro da empresa parceira.

Nesse sentido, outro aspecto positivo apontado refere-se à abertura de uma canal de diálogo entre os trabalhadores. Percebeu-se uma demanda de fala sobre as relações

empregatícias, demanda de ser ouvido por outros colegas de trabalho e de compartilhar experiências e perspectivas.

Sob a ótica acadêmica, o projeto oportunizou aos discentes de Psicologia e Serviço Social aprendizagem e reflexões sobre as temáticas do envelhecimento e do processo de aposentadoria, numa perspectiva crítica e interdisciplinar. Além disso, possibilitou-lhes lidar com profissionais e trabalhadores interessados na aposentadoria bem sucedida, contribuindo no aprimoramento de suas competências, para a sua atuação profissional futura.

Ao investir na instrumentalização destes trabalhadores para a consecução de novos projetos de vida, conforme seus interesses e necessidades, o PPEA prima, portanto, não só, pela vivência mais consciente e autônoma do processo de envelhecimento e aposentadoria por parte desses sujeitos, como também, pela efetivação do compromisso social da Universidade com a promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, do ponto de vista da cidadania e qualidade de vida dos idosos, além da revisão de conceitos, critérios e objetivos capazes de subsidiar planejamentos e definições de políticas mais condizentes com a realidade desta população, em nível local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

FRANÇA, L. "Envelhecimento dos Trabalhadores nas Organizações." In: FRANÇA, L. e STEPANSKY, D. (orgs.). Propostas Multidisciplinares para o bemestar na aposentadoria. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 44.^aed.

FUSER, B.; DELGADO, J.; CUNHA, E.S.. Perspectivas de intervenção sócio-cultural e intergeracional em um bairro de Juiz de Fora-MG. 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária -CBEU. 2009.

NETTO, J.P. e BRAZ, M. Economia Política. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. Trad.: Álvaro Pina. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K..O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, vol. I, 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SEIDL, J.. (Re)Descobrimdo o Lazer na Aposentadoria. IN: Educação para a Aposentadoria. Brasília: UNB/CEAD, 2015.

SOARES, D.H., Costa, A. "Aposent-Ação: Aposentadoria para Ação." 1. ed. São Paulo: Vetor, 2011.

ZANELLI, J.C., Silva, N., Soares, D.H. "Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira." Porto Alegre: Artmed, 2010.

FAVELA – LUGAR DE EXCLUSÃO E INTERAÇÃO: o papel das mulheres faveladas em seus espaços.

Silvia Leticia Queiroz da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade realizar uma reflexão sobre o papel da mulher favelada em seus espaços, mais precisamente a mulher moradora do Complexo da Pedreira. A pretensão é entender como se dá a luta diária pela conquista de direitos e como as redes de apoio são essenciais para a sobrevivência dessas mulheres (e muitas vezes de seu grupo familiar), além de analisar como a favela, mesmo sendo um lugar de ausências, ainda assim consegue ser espaço de resistência e interação, frente aos processos de exclusão estabelecidos em seus interiores.

Palavras-chave: Mulheres; Favela; Resistência.

Abstract

This article aims to reflect on the role of women favela in their spaces, more precisely the woman living in the Complexo da Pedreira. The pretension is to understand how the daily struggle for the conquest of rights takes place and how the support networks are essential for the survival of these women (and often of their family group), besides analyzing how the favela, even being a place of absences, nevertheless it can be a space of resistance and interaction, in front of the processes of exclusion established in its interiors.

Keywords: Women; Slum; Resistance.

¹ Assistente Social formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Pós Graduada em Gestão de Recursos Humanos Pela Universidade Candido Mendes – A Vez do Mestre, Discente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Sociais pela Universidade Castelo Branco, Mestranda do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.
Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

1 - INTRODUÇÃO

Pretendemos através deste artigo, analisar qual o papel da mulher favelada (mais especificamente moradora do Complexo da Pedreira – Conjunto de favelas situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro), na luta por garantia de direitos. Como a favela, mesmo sendo espaço de exclusão, pode também ser ambiente de resistência e interação entre essas mulheres.

Teremos como objetivo entender como a pobreza, violência e a desigualdade social, são empecilhos no cotidiano destas mulheres, mas também contribuem para o processo de organização e interação sócio-espacial.

A favela, não é apenas, um locus de violência e marginalidade, é também local onde os moradores podem não somente se organizar frente a precariedade das políticas públicas, mas também interagir, criar estratégias de sobrevivência, redes de apoio e resistir perante a precariedade trazida pela pobreza.

Evidenciamos em nossa reflexão que Costa Barros, segundo o IBGE, é um dos bairros com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² da cidade, ou seja, é um bairro pobre, com pouca ou nenhuma estrutura, onde os serviços de saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, chegam de forma precária (ou simplesmente não chegam). Costa Barros é basicamente formado por favelas (Morro da Pedreira, Lagartixa, Chapadão e Quitanda), além da forte influência do tráfico na localidade, toda esta conjuntura, faz com que essas mulheres não tenham as mesmas oportunidades e tenham mais dificuldades para sobreviver em seu contexto.

Existe uma complexidade na narrativa da vida destas mulheres, suas trajetórias, concepções de mundo, oportunidades (ou a falta delas), mas além das individualidades, é quase que consenso dizer que essas mulheres são transformadoras em seus espaços de convivência.

Levando em consideração a formação histórica, social, política e econômica do bairro supracitado, desenvolveremos nossa reflexão, sempre tendo como referência as mulheres que vivem nesta localidade.

Trataremos também sobre como o sistema capitalista traz um acirramento das desigualdades sociais nesta região, como as manifestações da “Questão Social” são evidentes no interior das favelas, como por exemplo, a violência, as demandas por moradia, alimentação, trabalho, dentre outras. Ainda sobre a “Questão social” NETTO (2001) afirma

²O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças.

que, “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo” (p. 42).

Como sabemos, o pauperismo está enraizado no interior das favelas, assim, as condições socioeconômicas das mulheres que ali residem, não são favoráveis, tendo estas que enfrentar muitos desafios para saírem da condição de pobreza e vulnerabilidade social.

Assim, a partir das leituras prévias que deram origem à construção deste estudo, podemos afirmar que o caminho para que as mulheres faveladas tenham seus direitos garantidos é longo, mas obtivemos grandes avanços, usaremos como exemplo a Constituição Federal de 1988, que foi um marco para que muitos direitos sociais fossem alcançados.

Por fim, faremos uma reflexão a cerca das questões de gênero. Perpassaremos pela ideia de como o movimento feminista tem grande influencia na discussão desta temática. Historicamente, as mulheres têm lutado por igualdade, seja no que diz respeito aos direitos civis e políticos, seja no âmbito privado, em que tenta sair da condição de doméstica, para uma vida pública pautada na igualdade em relação aos homens. As mulheres lutam pela plena cidadania, pelo direito de ter direitos, que ao longo de vários séculos lhes foram negados.

2 - FAVELA – LUGAR DE EXCLUSÃO E INTERAÇÃO

Atualmente, as favelas são tidas como lugares de ausência e precariedade, principalmente ausência no que diz respeito às políticas públicas que dêem conta da realidade das pessoas que ali habitam. Trataremos aqui, em especial das mulheres que estão inseridas nestes espaços, espaços de pobreza, violência, exclusão, mas também de interação, base para criação de resistência e redes de apoio entre elas.

Mesmo as favelas já fazendo parte do tecido urbano da cidade (tratamos aqui da cidade do Rio de Janeiro), esta ainda é palco de pouco investimento e de interesse por parte do poder público. Apesar de haver um considerável crescimento destas áreas “informais”, mesmo o número de habitações e moradores crescerem constantemente, os serviços públicos não acompanham tal crescimento. Para dar conta da precariedade trazida pela ineficiência dos serviços públicos, as mulheres se organizam e resistem frente às problemáticas do local. Devemos evidenciar que, esta ineficiência vem desde falta de água, precariedade no sistema de saúde, educação, segurança, coleta de lixo, habitação, etc. Não é difícil afirmar, que toda essa fragilidade trazida pela ausência do Estado, traz para as

favelas uma certa marginalidade de seu espaço, obrigando seus moradores a se organizarem perante todas as segregações sócio-espaciais.

Mesmo com todas as mazelas descritas acima, há um envolvimento, arriscaria até mesmo dizer comprometimento por parte das mulheres em se organizarem, na tentativa de minimizar os problemas locais, por exemplo, mesmo com a falta de políticas públicas voltadas para educação, elas se organizam para tomarem conta umas, dos filhos das outras, o que contribui para que possam acessar o mercado de trabalho formal, pois sem essa rede, não seria possível tal feito. Outro exemplo seriam os pré-vestibulares comunitários, que acolhem os jovens, na perspectiva de promover o ingresso no ensino superior. Faz parte desta rede também a disponibilização de água através de mangueiras, pois a falta de água encanada ainda é um problema constante em algumas favelas e não é diferente no complexo da pedreira.

Há uma singularidade no cotidiano das favelas, principalmente quando se tratam das mulheres, que travam batalhas diferentes das vividas pelos homens. Toda a sociedade se estruturou na perspectiva masculina, patriarcal, nada foi pensado pela ótica das mulheres, por este motivo, as mulheres ainda traçam um longo percurso para o exercício da cidadania plena e conquistas de direitos.

3- REFLEXÕES A CERCA DE GÊNERO

Para começar tal reflexão, iniciaremos com a definição de gênero descrito no dicionário Aurélio, onde se diz que gênero é “Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos.” Pode-se dizer que historicamente, foram atribuídos papéis diferenciados entre homens e mulheres de acordo com cada cultura, mas quase sempre a mulher foi colocada em um patamar de inferioridade em relação aos homens. De acordo com Lisboa (2017), “A dimensão de gênero que permeou a construção da sociedade democrática decretou que a mulher é inferior e privilegiou os homens, reservando-lhes o espaço social onde atuam, ou seja, o âmbito público” (p. 24).

A categoria gênero foi um termo posto em análise pelas feministas e suas teóricas, que questionaram a relação de submissão entre homens e mulheres.

A palavra gênero surge por volta dos anos de 1970, momento de efervescência política, de questionamentos e de luta por uma nova ordem social. Uma ordem de valorização da diversidade humana e do estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária para todos os povos, mas em especial uma sociedade livre de preconceitos e discriminação contra as mulheres. Movimentos sociais saem às ruas para reivindicarem, entre eles destacam-se os movimentos de mulheres, denominados Movimentos Feministas. Questionando a ordem social imposta, as

diferenças sociais entre homens e mulheres iniciam a elaboração de uma nova episteme para a compreensão do processo sócio-histórico de construção e reconstrução das desigualdades de gênero (LIMA E SILVA, 2017: 106).

Ainda na década de 1970, as feministas foram de suma importância para que houvesse a discussão sobre democracia de gênero e para que as mulheres saíssem da condição de invisibilidade, violência e do confinamento do espaço doméstico.

Fruto dos movimentos feministas da década de 1970, muitas mulheres acordaram para vários tipos de opressão a que estavam sujeitas, independentemente das diferenças de classe, raça/etnia, religião ou cultura. Nesse sentido foram construindo uma consciência comum sobre a necessidade de colocar-se uma ao lado da outra para apoiarem-se mutuamente em relação ao domínio patriarcal que se caracteriza por um complexo cultural formado pelo sexismo, a misoginia, o machismo, a homofobia, bem como pelo classismo, racismo, a xenofobia e todos os demais preconceitos que conduzem à exclusão e à negação da diferença (LISBOA, 2017: 25)

Apesar de muitos direitos conquistados a partir dos movimentos feministas, como dito anteriormente, a partir da década de 1970, ainda há um abismo no que diz respeito à relação diferenciada entre homens e mulheres, na sociedade. Mesmo tendo havido uma conquista por parte das mulheres na participação política, social e econômica da sociedade, ainda há um longo caminho a percorrer. Para Lisboa (2017):

Os dinâmicos processos de construção democrática permitem identificar, ao longo da história, uma perspectiva de gênero diferenciada para homens e mulheres que se expressa em pelo menos dois níveis: na construção da cidadania e nas instituições democráticas do Estado. No primeiro nível, nós, mulheres fomos excluídas do status de cidadania e fomos consideradas “sujeitos políticos” somente após a conquista do voto, depois de muita luta do movimento sufragista. Ao termos a cidadania negada, sequer tivemos acesso aos direitos democráticos. Uma vez conseguido o status de cidadãs, a consolidação dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres pela sociedade moderna fez com que a nossa participação política, econômica e social se tornasse extremamente difícil, porque já se havia consolidado uma divisão sexual do trabalho que nos mantinha reclusas ao âmbito privado. Qualquer situação problemática que provinha deste espaço era excluída da agenda política.

Para refletir sobre a condição de vida destas mulheres, devemos analisar a realidade social na qual as mesmas estão inseridas, além das condições subjetivas. Neste contexto, podemos analisar as condições estruturais em que vivem, a violência, advinda do sistema capitalista, o machismo, ainda muito presente em nossa sociedade, além da ausência de políticas públicas voltadas para estes grupos.

As “políticas públicas de gênero” em vigência nas últimas décadas têm apresentado um corte nitidamente assistencial: privilegiam o repasse de recursos sem tomar em conta as capacidades das pessoas e sua autonomia. Os programas assistenciais não buscam garantir os direitos dos cidadãos e as cidadanias. Não permitem assegurar as condições básicas de existência autônoma. A depender da vontade assistencial ou dos programas de “promoção” social, nem os homens nem as mulheres podem desenvolver suas capacidades na sociedade. Estes programas desvirtuam o conteúdo dos direitos sociais e, na maioria das vezes, esquecem que

“as mulheres possuem direitos”, ou melhor, são sujeitos de direitos, possuem competências, inteligência e capacidades para propor ações. A principal preocupação das/dos gestores é inserir as mulheres excluídas dos direitos mínimos em “programas de benefícios assistenciais”, relegando-as a meros objetos passivos, receptivos. (LISBOA, 2017: 24 e 25).

Ao longo das últimas décadas, as mulheres se deram conta da condição de exclusão em que viviam e por este motivo começaram a se organizar para lutar pela garantia de direitos. Apesar dos muitos direitos já conquistados, ainda existe uma infinidade de questões a serem enfrentadas, até que a mulher, de fato, conquiste sua autonomia e tenha seus direitos garantidos de forma plena. As mulheres, principalmente as pobres, vivem marginalizadas por uma sociedade que ainda privilegia os homens, por este motivo, este embate, para que consigam de fato sair da condição de invisibilidade social.

4 - O PAPEL DAS MULHERES FAVELADAS EM SEUS ESPAÇOS

Após a análise a cerca de gênero, explicitada anteriormente, faremos aqui, um breve relato sobre o papel das mulheres faveladas em seus espaços de convivência. Esse papel inclui lutar pelo direito ao próprio corpo e também a vida, para Oliveira (2018):

Essa luta se dá em atos, manifestações, mas também nos pequenos gestos da ação silenciosa de mulheres em seu cotidiano. Contra as formas sutis e simbólicas de violência institucionalizada e contra a própria banalização da vida das mulheres, as lutas feministas revelam um movimento social não hierárquico, transescalar e que tem crescido expressivamente nos últimos anos. (p. 113)

Desejamos realizar um debate sobre o espaço (mais precisamente da favela) e gênero e como as mulheres se colocam nestes ambientes, levando em consideração que vivemos em uma sociedade machista, onde as mulheres não costumam ter voz, nem vez.

Iniciaremos refletindo, sobre o perfil das mulheres que habitam nas favelas, em especial, em Costa Barros, que de uma maneira geral, são mulheres negras, chefes-de-família e com baixo grau de escolaridade. Esse grupo passa por uma série de dificuldades, por este motivo, se instala na vida destas mulheres um sentimento de luta pela sobrevivência. Temos políticas muito precárias voltadas para as mulheres, o que dificulta ainda mais as condições de vida delas.

Esse contexto nos traz uma reflexão a respeito da “feminização da pobreza”, levando em consideração que as mulheres têm sempre uma posição inferiorizada dentro da sociedade, em especial dentro das favelas. Para que possam sobreviver frente à desigualdade social e a pobreza, expressão da “questão social”, como afirmado

anteriormente, essas mulheres desempenham papéis importantes em seus meios de convivência, como por exemplo, redes de apoio, onde mediante a falta de equipamentos públicos, como creches, escolas, etc. e elas contribuem na criação dos filhos umas das outras, no momento em que a mão do Estado não consegue proteger essas crianças através de políticas públicas.

Vivemos um modelo de cidade excludente, onde moradores de favela vivem a margem do que pode se chamar de “áreas formais”. Essa marginalidade traz consigo, não só a segregação sócio-espacial, mas também uma série de preconceitos e estigmas. Por este motivo, as mulheres, moradoras de favela, se organizam para que possam criar mecanismos que resistam a todos estes fatores. As relações são criadas no cotidiano das favelas, por estes atores que estão reprimidos e invisibilizados, atores estes, que constroem uma rede de solidariedade e resistência.

Ser mulher favelada é resistir e ao menos tentar quebrar as barreiras impostas pelos muros invisíveis de uma sociedade tão preconceituosa, é criar estratégias para viver frente à violência e as armas que são apontadas cotidianamente para seus rostos.

O papel da mulher favelada é também, contribuir na construção da cidade, de uma cidade menos desigual e desumana. É lidar com todos os estereótipos criados para subalternizar esta mulher. Também como forma de resistência, é dar visibilidade a sua vida, a seu trabalho (leia-se aqui também, o trabalho doméstico, sempre desvalorizado e invisibilizado) que costuma ser tratado como improdutivo, pelo fato de não ser assalariado. Para Oliveira (2018) “O capitalismo combinou a feminização da pobreza, pela desvalorização da posição social das mulheres pela não remuneração do seu trabalho (seja o doméstico ou no campo) com o controle estatal sobre seus corpos” (p. 120). Não é fácil para estas mulheres lidarem com uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e uma cidade pautada na misoginia. Falamos aqui, de mulheres que precisam ter suas realidades consideradas e que suas lutas sejam reconhecidas, que tenham de fato seu direito a cidade, direito ao seu corpo e até mesmo a sua vida, pois historicamente a mulher favelada, vem sofrendo ameaças de uma sociedade que as matam diária e silenciosamente.

Em suma, o papel da mulher favelada, tem sido sobreviver perante uma sociedade tão violenta, desumana e injusta. Uma sociedade em que as questões relativas às mulheres são desconsideradas, por este motivo há esta disparidade entre homens e mulheres, e ainda mais acirrada quando falamos de mulheres faveladas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos afirmar que, as mulheres faveladas tentam, ainda hoje, sair da invisibilidade, da vulnerabilidade social. Muitas são as batalhas travadas por elas, pois viver em um ambiente de pobreza, precariedade e desigualdade social, não contribui em nada para facilitar os processos vividos por este grupo.

Para lidar com tantas provações e ausências, as mulheres faveladas constroem elos e redes de apoio, como formas de garantir sua sobrevivência. Garantir o direito a seu corpo, sua vida e muitas vezes a vida de seu grupo familiar.

A mulher favelada vive à margem da sociedade, excluída, inferiorizada por outros grupos que se sentem superiores a elas, numa relação de poder, onde há necessidade de julgar que o 'outro' é humanamente inferior, baseado no senso comum que, historicamente, permitiu a construção de uma sociedade onde a relação de poder era entre dominantes e dominados, entre burguesia e proletariado, ou seja, este senso comum possibilitou que a criminalização da favela, e por consequência dos favelados, se perpetuasse até os dias atuais. Para sair dessa condição de exclusão e submissão, as mulheres começaram a se mobilizar em torno da luta pela garantia de direitos.

Elas podem estar mais ou menos organizadas, terem maior ou menor nível de consciência de sua marginalidade ou de sua condição de desigual, mas o importante é se unirem em torno das demandas que se caracterizam como dominação masculina e submetimento. (LISBOA, 2017: 26)

Muitas questões envolvem a vida da mulher favelada, como por exemplo, as condições sociais, econômicas e culturais, que impactam diretamente em seu cotidiano. Mas como alternativa para vencer tais questões, as mulheres se organizam, mesmo que de forma inconsciente, para vencerem os obstáculos trazidos pela pobreza e vulnerabilidade social.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do Trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior.** In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, nº 37, 2017.

JUNIOR, Joilson Santana Marques. **Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social.** In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, n° 37, 2017.

LIMA, Mayara Viana de e SILVA, Sandra Helena da. **Gênero, trabalho e saúde: percepção das malviculturas da Ilha Valha-me Deus – Juruti/PA.** In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, n° 38, 2017.

LISBOA, Tereza Kleba. **Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?** In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, n° 38, 2017.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social.** Temporalis. Brasília, v. 2, n. 3, 2001. p. 41-61. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade.** Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 111 - 140, maio/ago. 2018.

LISBOA, Tereza Kleba. **Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?** In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, n° 38, 2017.

SALVADOR, Andreia Clapp. **Ação Afirmativa no Ensino Superior: Estudo da Política de Inserção de Alunos Pobres e Negros na Puc-Rio.** Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2008.

<<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 14 de abril de 2019.

<<https://dicionariodoaurelio.com/>> _ Acesso em: 05 de maio de 2019.

OFENSIVA DO CAPITAL E O “FIM” DAS CLASSES SOCIAIS – resgate da categoria classe em Marx

Susana Maria Maia¹

Resumo: O artigo recupera de obras marxianas elementos para a compreensão da classe social como categoria analítica no contexto contemporâneo da luta de classes. A partir da análise da nova configuração das classes no contexto do capitalismo contemporâneo, demarca-se a atualidade da categoria e sua validade para a compreensão dos processos de produção e reprodução da vida material e social.

Palavras-chave: Classe social, Capitalismo contemporâneo, Marxismo.

Abstract: The article recovers from Marxian works elements for the understanding of social class as an analytical category in the contemporary context of the class struggle. From the analysis of the new configuration of the classes in the context of contemporary capitalism, the current relevance of the category and its validity for the understanding of the processes of production and reproduction of material and social life.

Keywords: Social class, Contemporary capitalism, Marxism.

1 INTRODUÇÃO

No final dos anos 1960, início dos anos 1970, o capital se depara com uma nova crise – identificada por Mészáros (2011) como uma “crise estrutural do capital”² –, sendo imperativo o desenvolvimento de profundas modificações em seu ordenamento e dinâmica produtiva a fim de recuperar a auto expansão do capital. Destacam-se entre as estratégias centrais implementadas: a reestruturação produtiva e as alterações no mundo do trabalho, a mundialização e financeirização do capital, a ideologia neoliberal e refuncionalização do Estado. Como impacto direto à classe trabalhadora, tem-se um aumento exorbitante no grau de desconcentração e fragmentação mediante uma nova e complexa divisão social do trabalho e um enorme contingente de expropriados.

Esta conjuntura da crise global do capitalismo se intensifica frente ao colapso do *socialismo real*, abrindo-se a perspectiva de que o socialismo teria fracassado como alternativa, a partir de suas trágicas experiências no século XX. Diante deste cenário, nas

¹ Assistente Social, Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), smmaia@yahoo.com.br. **Eixo temático:** Ofensiva do capital e lutas sociais.

² Para o autor o capital se deparava com uma crise distinta das tradicionais, uma crise que demonstra sinais de esgotamento do sistema que se espraiava, não somente sobre a produção material, mas para o conjunto dos domínios da vida social, econômica e cultural, numa processualidade destrutiva.

últimas décadas do século XX, o debate sobre o “fim da história” ganha repercussão no âmbito das ciências sociais.

Muitos estudos associam essa constatação como o fim de alternativas contrárias ao projeto hegemônico do capital, que se estende da esfera econômica para todas as esferas da vida social. Junto com o “fim da história”, se propaga o fim das *classes*, e nesse campo, parte dos estudos afirmam que as categorias *classe social* e *luta de classes* já não seriam auto referência para os grupos humanos.

É fato que deparamos hoje com uma nova “morfologia da classe trabalhadora” decorrente de um conjunto de processos empreendidos pela expansão e exploração do capital, a partir da reestruturação produtiva e acumulação flexível, que altera substancialmente a composição, formas de inserção e contratos de trabalho, associados à um desemprego estrutural que exclui parcela significativa dos trabalhadores do mercado de trabalho. Estaríamos, dessa forma, diante do “fim das classes”?

A partir das novas configurações da classe no capitalismo contemporâneo, apresentamos brevemente, neste pequeno ensaio, elementos presentes em obras de Marx que tratam sobre a constituição histórica da classe e suas determinações conforme contexto socio histórico de desenvolvimento do capital. Acreditamos que em Marx encontramos pistas para afirmar a validade da categoria *classe* para a análise do contexto contemporâneo.

2 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA CLASSE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Uma das indagações não somente fora do pensamento crítico, mas dentro do próprio marxismo, é se a *classe social* ainda pode ser considerada uma categoria analítica válida para a análise do contexto do capitalismo contemporâneo, em especial após a crise do capital nos anos 1960-1970, e sua conseqüente reestruturação, bem como a crise do socialismo real. Ambos acontecimentos históricos afetaram diretamente a configuração e organização da classe trabalhadora, abrindo margem para um conjunto de análises de que estaríamos no *fim da sociedade do trabalho*, no *fim das classes sociais* e para alguns, no *fim da história*.

Após longo período de acumulação do capital durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico com uma expressiva queda da taxa de lucro e redução dos níveis de produtividade do capital, associada à crise do *welfare state*, entre outros. Começa a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou durante o pós-guerra em vários países capitalistas avançados e, como resposta, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de

dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo. Instaura-se uma ofensiva mudança organizativo-gerencial na produção, que agrupou uma série de modelos em torno da chamada acumulação flexível.

Nas análises de Harvey (2005) instaura-se um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, mudança tecnológica via automação, fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil. Esse conjunto de mudanças irá impactar diretamente a configuração da classe trabalhadora.

Antunes (1999) destaca que o novo padrão produtivo se fundamenta num modelo organizacional e tecnologicamente avançado, desenvolvendo uma estrutura produtiva mais flexível e utilizando-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, com ênfase no trabalho *polivalente*, *multifuncional* e *qualificado*, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada. São desenvolvidas novas modalidades de desconcentração industrial, novos padrões de gestão da força de trabalho, e o toyotismo substitui o padrão fordista, reinaugurando “um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas, relativa e absoluta, da extração da mais-valia” (ANTUNES, 1999, p.56).

No universo do mundo do trabalho verifica-se uma *desproletarização do trabalho industrial e fabril* nos países de capitalismo avançado, proporcionando uma redução da classe operária tradicional. Todavia, paralelamente, identifica-se uma expressiva expansão setor de serviços, uma *heterogeneização* do trabalho com a incorporação do contingente feminino no mundo operário, além de uma *subproletarização* intensificada, com a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, terceirizado. O resultado mais brutal desse processo é o *desemprego estrutural*, seguido de um processo de *heterogeneização*, *fragmentação* e *complexificação* da classe trabalhadora.

Estas transformações repercutiram diretamente nas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política e na própria configuração da classe trabalhadora. Diante das alterações do mundo do trabalho expressas, que incidem diretamente na configuração das classes sociais no contexto do capitalismo contemporâneo, estaríamos no fim das classes sociais? Esta categoria perde sua relevância na análise do processo de produção e reprodução da vida social?

Francis Fukuyama, cientista político-americano, em um ensaio no ano de 1989, intitulado *O fim da história*, defende que mediante o auge da democracia liberal e o fracasso das ideologias e práticas socialistas, estaríamos chegando à uma “estabilidade”

proporcionada pelo Estado, inaugurando uma “época de prosperidade política e econômica” (FORIGO, 2011, p.131)³.

A tese do “fim da história” reforça um ceticismo a todo pensamento vinculado à universalidade e à emancipação, colidindo diretamente com a teoria marxista, a qual nega sua validade para a leitura da realidade contemporânea, não mais centrada na relação capital x trabalho, ou seja, uma sociedade “pós-industrial”, “pós-capitalista”. Os pensadores desta tradição, defendem que, a partir do pleno desenvolvimento do capitalismo, este teria se superado em uma sociedade pós-industrial, correspondendo no plano da cultura e da consciência social à pós-modernidade, constituída a partir de uma “crise de paradigmas” que leva a necessidade urgente de superação das “metanarrativas”.

Esta impressão se generalizou no final dos anos 1980, acentuando-se na década seguinte. Um de seus traços comuns é a de que o trabalho não seria mais central na conformação da identidade, muito menos “base para o desenvolvimento de uma consciência de classe e de um sujeito histórico revolucionário” (IASI, 2017, p.125). A sociabilidade contemporânea busca se apresentar como algo que se estrutura além das determinações de classe, destacando a afirmação das identidades coletivas e das formas de pertencimento sob novas e diferentes fontes de identidade, nas quais o pertencimento de classe é apresentado de forma particular e secundária. Abre-se aqui a questão central se a *classe* ainda pode ser reconhecida como definidora de identidades coletivas.

Mattos (2007) e Antunes (2015) defendem que deparamos no cenário contemporâneo com profundas alterações na configuração da classe trabalhadora – que inclusive impactam sua organização – porém, estas não delimitam o “fim” da classe, mas uma mudança em seu perfil, uma nova etapa de sua formação a partir das formas de inserção no mundo do trabalho e de suas lutas contra o capital.

É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores. (MATTOS, 2007, p.52-53)

O debate associado ao “fim da classe” é o da crise da sociedade do trabalho e da perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea. Antunes (2015) apresenta algumas “teses” a fim de refutar tais perspectivas. A **primeira** aponta de que não há a perda da centralidade do trabalho no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. O *trabalho abstrato* cumpre um papel decisivo na criação de valores de troca, sendo que o aumento crescente do capital constante em relação ao capital variável não

³ O autor aprofunda as reflexões, anos mais tarde, em 1992, no livro *O fim da história e o último homem*

elimina o papel do *trabalho coletivo* nesta produção. Neste sentido, a **segunda** tese é que não se pode conceber a extinção do trabalho social enquanto criador de *valores de uso*, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza. O trabalho, enquanto autoatividade humana, tem um “estatuto ontológico central na *práxis social*” (ANTUNES, 2015, p.104), como já nos advertia Marx.

Neste sentido, a **terceira** tese defende que as possibilidades de emancipação humana encontram concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho. A classe trabalhadora, com seus distintos segmentos e configurações, constitui o “segmento social dotado de maior potencialidade *anticapitalista*” (ibid., p.108). As demais modalidades de luta social possuem grande significado, todavia, “quando o eixo é a *resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias*, o centro desta ação encontra maior *radicalidade* quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras” (idem).

Ao que tange à complexificação e a fragmentação da classe, a **quarta** tese afirma que estas não caminham para a extinção da mesma, ao contrário, nos coloca diante uma diversidade de expressões e complexidades que impõe como desafio à organização dos trabalhadores, a construção de uma atuação conjunta destes diversos segmentos sociais que configuram a *totalidade do trabalho social*. Por fim, o autor na **quinta** tese que o capitalismo potencializou as capacidades humanas através do avanço tecnológico e, ao mesmo tempo, intensificou o fenômeno social do *estranhamento*, na medida em que não produz com esse o desenvolvimento das capacidades humanas, o “desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido” (ANTUNES, 2015, p.113).

As teses apresentadas se interligam na afirmativa da persistência da existência e atualidade dos antagonismos entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*, mesmo sendo imperioso apreender as particularidades e singularidades deste antagonismo nos diversos países e realidades. Para o autor, é preciso compreender as complexas relações que compõem a *nova morfologia do trabalho*, em especial, seus laços de sociabilidade, mesmo numa inserção marcada por formas dominantes de estranhamento e alienação. É preciso compreender de que classe falamos!

Para um primeiro exercício investigativo, procuramos resgatar em algumas obras marxianas, elementos que caracterizam a classe social enquanto categoria histórica de análise da constituição do modo de produção capitalista, buscando encontrar aspectos que reafirmem sua validade enquanto categoria analítica nos dias atuais.

3 CLASSE SOCIAL COMO CATEGORIA ANALÍTICA MARXIANA

Encontramos, no conjunto da obra marxiana, elementos determinantes para a compreensão da construção da categoria *classe*, bem como para a análise do contexto da *luta de classes*, intrínseca no capitalismo. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) apresentam a produção da vida como relação natural e social; ao produzirem seus meios de subsistência, os homens produzem a própria vida material e a si mesmos, culminando num processo de reprodução da vida social, estabelecendo, inclusive, novas relações sociais: “o que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem e também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 2007, p.87).

É sobre a vida material e, portanto, sobre as formas de produção e reprodução da vida, que se estabelecem as formas de sociabilidade. E é com o advento da ordem burguesa e o modo de produção capitalista que há uma redefinição expressiva destas relações, rompendo revolucionariamente com a ordem feudal e inaugurando novas bases sobre as quais se estrutura a sociedade, *uma sociedade cindida em classes*.

Em *O Manifesto do Partido Comunista* escrito em 1948, os jovens pensadores, fundamentados numa perspectiva revolucionária, apresentam elementos centrais para a compreensão da configuração das classes, compreendendo a dinâmica da ordem burguesa centrada historicamente no contexto da luta de classes, tomada como o *motor da história*:

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. (MARX e ENGELS, 2010, p.45-46)

Para os autores, a dinâmica da luta de classes na ordem burguesa simplifica os antagonismos de classe e dispõe os interesses da sociedade em dois grandes blocos, determinados a partir do lugar que ocupam no processo de produção: os que detêm os meios de produção (a classe burguesa) e os que não detêm os meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho (a classe trabalhadora). A sociedade se divide, portanto, em duas classes diretamente opostas, a *burguesia* e o *proletariado*. A burguesia teve um papel revolucionário central para a superação da ordem feudal, e é também, a partir de sua ação revolucionária e da constituição da sociabilidade burguesa que se manifestam as condições para o surgimento de outra classe, extremamente fundamental para o futuro da humanidade – a *classe proletária*: “a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX e ENGELS, 2010, p.51). Portanto, *o proletariado é o sujeito político revolucionário, capaz de superar a sociedade cindida em classes*.

Na análise de configuração das classes, os autores destacam as camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão e o camponês como classes conservadoras, que só passam a constituir-se como classe revolucionária quando fazem aliança com proletariado, defendendo seus interesses futuros, adotando, inclusive, seu ponto de vista. O *lumpemproletariado*, setor inapto para exercer trabalho regular, é apresentado como uma massa que pode ser arrastada pelo movimento de uma revolução proletária, porém, suas condições de existência os conduzem a “se deixar comprar por tramas reacionárias” (ibid., p.55).

Podemos dizer que encontramos em suas obras posteriores ao *Manifesto*, o exercício de uma análise histórica acerca da configuração das classes a partir do cenário da luta de classes no contexto das *Revoluções de 1848*, também conhecida como *Primavera dos Povos*⁴. No caso particular da França, Marx analisa a segmentação de classes presente na conjuntura identificando que não foi a burguesia como classe homogênea que reinou sob Luís Filipe, mas uma facção dela, chamada de aristocracia financeira, que envolvia os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e de ferro e os donos de florestas em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras; uma vez que “a pequena burguesia em todos os seus matizes, assim como a classe camponesa, havia sido totalmente excluída do poder político” (MARX, 2012, p. 38).

Publicou em 1850, na *Nova Gazeta Renana*, quatro artigos sobre a conjuntura política e social da França neste período, que, posteriormente, foram editados por Engels sob o título *As Lutas de Classes na França*, em 1895. Marx destacou em suas análises que foi possível identificar que não estavam dadas as condições para a verdadeira revolução, visto que “as relações sociais ainda não haviam culminado em antagonismos agudos de classe” e o partido revolucionário ainda não estava “livre”, fazendo este movimento “unicamente por força de uma série de derrotas” (MARX, 2012, p.35).

No processo revolucionário desenvolvido neste período, instaura-se um governo provisório composto por diversos partidos, representando, nas palavras do autor, um compromisso entre as muitas classes. A maioria deste governo era composta por representantes da pequena burguesia, além de poucos representantes operários. A “República de Fevereiro” demarca a manifestação da dominação burguesa em sua forma pura, com a manifestação clara do capital – “assim como os trabalhadores haviam conquistado pela luta a monarquia burguesa nas jornadas de julho, eles conquistaram, nas jornadas de fevereiro, a república burguesa” (ibid., p.45). É neste momento que ocorre a

⁴ A *Primavera dos Povos* constitui uma série de mobilizações operárias que irromperam na Europa no ano de 1848, iniciando na França em fevereiro e se estendendo pela Prússia, Baviera, Saxônia e outros Estados da Confederação Germânica, Hungria e Itália.

cisão entre burguesia e proletariado, passando a burguesia a assumir o poder dominante pós-instauração da revolução burguesa – “os representantes da classe operária foram banidos da sede do governo provisório, a sua porção burguesa manteve o poder real do Estado e as rédeas da administração exclusivamente em suas mãos” (ibid., p.46).

Um outro cenário se abre com o golpe de Estado dado por Luís Bonaparte em 1851, analisado em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Marx analisa que o movimento da sociedade burguesa, que eclode com a eleição de Luís Bonaparte, constitui um movimento para “frear” a articulação dos proletários, anarquistas e socialistas que se davam no período, em especial, a partir da Insurreição de Junho de 1848, demarcando no cenário de luta de classes, o movimento das classes dominantes em se “unificar” – mesmo diante de suas contradições internas – de forma a evitar que seu interesse mais amplo – de manutenção da ordem vigente – seja afetado (MARX, 2011).

Ao relatar diversos acontecimentos que antecederam as eleições, até o golpe de Estado, é possível identificar como Marx vai delineando elementos constitutivos da sociedade de classes e, conseqüentemente, da luta de classes, com indicações precisas da conformação das classes e de seus interesses a partir da produção material. Sob essas condições materiais de existência que se estabeleciam os tipos diferentes de propriedade – da cidade e do campo – e a “rivalidade entre capital e propriedade fundiária” (MARX, 2011, p.60).

Identifica-se como a forma de compreender as classes sociais vai se transformando a partir dos contextos históricos que demarcam a luta de classes. Analisando a Inglaterra, a partir do desenvolvimento de sua estrutura econômica, Marx (2011) destaca que camadas intermediárias e transitórias obscurecem os limites das classes, indicando que a conformação de uma classe não implica simplesmente sua posição de classe. Elemento também observado a partir da análise da formação do campesinato enquanto classe.

Marx defende que a classe não se forma simplesmente por um grupo encontrar numa mesma situação, numa mesma posição da classe, é preciso que estes desenvolvam a consciência desta posição e, conseqüentemente, sua identificação e organização:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas [...], na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (MARX, 2011, p.143)

Destarte, em Marx, classe não é um conceito fixo, ao contrário, é uma determinação da realidade vinculada aos desdobramentos reais dos processos históricos. É analisando o

processo histórico da composição do capital e do processo de produção, que encontraremos elementos para compreender a classe enquanto chave central para a perpetuação da sociedade capitalista.

3.1 A Classe trabalhadora sob a égide da Lei Geral da Acumulação Capitalista

Na sociedade cindida entre interesses antagônicos, fundada na acumulação privada da riqueza socialmente produzida, a classe trabalhadora é incorporada ao processo de produção a partir de sua “força de trabalho”, incorporada como mercadoria na composição técnica do capital. Em *O Capital*, Marx apresenta a força de trabalho como capital variável que acrescenta mais valor ao processo de valorização do capital. Neste sentido, como única mercadoria que agrega valor, a força de trabalho é essencial ao capitalista.

Ao analisar a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, esta se reduz na relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital, e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar; nas palavras de Marx: “é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora” (MARX, 1989, p.721). Todavia, o movimento da acumulação pode fazer com que se demande ou não o acréscimo de força de trabalho; bem como sua valorização por meio, por exemplo, de elevação de salários. O próprio processo de acumulação pode aumentar, juntamente com o capital, a quantidade dos assalariados que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital que está se expandindo.

Neste movimento do capital, Marx apresenta a produção progressiva de uma superpopulação relativa ou um exército industrial de reserva. Esta população é produto necessário da acumulação no sistema capitalista e se torna sua “alavanca”, condição de sua existência. Destarte, é inerente ao modo de produção capitalista a produção de uma população relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. Em suas palavras: “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção (MARX, 1989, p. 732).

A produção dessa população de trabalhadores é flutuante, conforme as necessidades de expansão do capital que pode, em determinado momento, transformar uma parte da população trabalhadora em desempregados, bem como em outro transformar parte desta população em parcialmente empregada. Uma das “funções” deste exército industrial de reserva é exercer pressão sobre a parte empregada da classe trabalhadora, uma vez que, submetida à possível “concorrência”, se submete a níveis elevados de trabalho excessivo,

bem como a níveis baixos de salário. A superpopulação relativa mantém, dessa forma, o funcionamento da lei de acumulação dentro dos limites da exploração e domínio do capital.

Analisando o movimento da indústria moderna da época, Marx indica três formas continuamente assumidas pela superpopulação relativa: 1) *Flutuante*, onde fazem parte os trabalhadores que ora são repelidos ora são atraídos, conforme o movimento da escala de produção (aqui localiza-se a inserção de crianças até atingirem a idade adulta); 2) *Latente*, composta pelos trabalhadores rurais a partir de seu fluxo para as cidades, que é inconstante; 3) *Estagnada*, que seria a parte de trabalhadores com ocupação totalmente irregular, situando, geralmente abaixo do nível médio da classe trabalhadora, tornando-se base ampla de ramos especiais de exploração do capital.

Encontra-se ainda um sedimento da superpopulação relativa que se mantém no *pauperismo* e na *indigência*, composta por três categorias: aptos para o trabalho; órfãos e filhos de indigentes; e os incapazes de trabalhar. Este sedimento se apresenta como o “peso morto” do exército industrial de reserva, todavia sua produção e necessidade também constitui como condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza, “mantida” pelos próprios trabalhadores: “o pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior” (MARX, 1989, p. 747).

Pode-se afirmar, portanto, que dentro do modo de produção capitalista, todos os métodos para se elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual. Essa “lei” mantém a superpopulação relativa num nível adequado ao incremento e à energia da acumulação que acorrenta cada vez mais o trabalhador ao capital. Analisando o contexto da indústria moderna inglesa nos anos de 1846 a 1866, Marx indica o movimento de concentração e centralização da acumulação do capital, seguido pelo aumento da riqueza e conseqüente aumento de privações e misérias para o conjunto da população, gerando uma verdadeira expansão do pauperismo. Identifica fenômenos junto à superpopulação relativa como o aumento da camada de miseráveis com o inchaço populacional nos centros industriais de produção e comércio, a constituição de uma população nômade de origem rural e a formação de um proletariado agrícola.

Marx nos interpela para a necessidade de um exercício analítico a partir de condições sócio históricas dadas, que poderão incidir sobre as categorias de análise, reforçando ou superando elementos constitutivos das mesmas. Entendemos que esse é um exercício sob o qual autores marxistas se debruçam, na busca por reafirmar ou negar a *classe* como categoria analítica no contexto atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *Prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista*, Marx adverte quanto à necessidade de se realizar uma releitura dos princípios que configuram a constituição das classes no marco da ordem burguesa a partir das condições históricas existentes. Debruçar sobre obras marxianas que versam sobre a constituição das classes e seu desenvolvimento histórico, nos permite uma aproximação inicial a fundamentos essenciais para o fecundo debate sobre a configuração das classes no atual cenário de desenvolvimento do capitalismo. Identifica-se que é sob o modo como se organiza a produção, ou seja, sob suas condições materiais, que se desenvolve as formas de produção e reprodução da vida social.

Destarte, mesmo que se apresentem na cena contemporânea novas estratégias de expansão e acumulação do capital que afetam diretamente a configuração das classes, suas contradições centrais não foram superadas, entre elas, a exploração da força de trabalho como valorização do capital.

Podemos identificar tanto nas obras históricas, como em sua obra principal, que Marx identifica uma multiplicidade de frações e classes que compõem as duas classes centrais que expressam o antagonismo capital x trabalho. Especificamente, analisando a “lei geral da acumulação capitalista”, o filósofo revolucionário, nos dá pistas centrais para compreendermos o processo de fragmentação, precarização e pulverização pelo qual a classe trabalhadora é afetada na contemporaneidade diante de um conjunto de estratégias e reordenamentos investidos pela ordem do capital para a manutenção e intensificação de seus processos de valorização.

Como Marx salienta, a população se constitui como “alavanca” para o processo de acumulação, podendo ser utilizada de forma ativa ou supérflua. Atualmente, presenciamos uma hierarquização e diversificação de como essa população é utilizada pelo sistema, seja de forma ativa como trabalhador polivalente, multiprofissional, submetidos a contratos cada vez mais diversificados; seja de forma supérflua, via o que Antunes (1999) denomina como “desproletarização” e “subproletarização”. Sob diferentes formas de inserção (e exclusão) do mundo do trabalho, “ainda é a classe proletária, em um dos seus momentos de existência” (IASI, 2013, p.351).

As contradições das classes na ordem do capital, não apenas se mantêm, como se intensificam no contexto do capitalismo contemporâneo. A *classe social* é vinculada aos desdobramentos reais dos processos sócio históricos e não podemos menosprezar o impacto do contexto contemporâneo na configuração e organização da classe. Entretanto, é necessário aprofundar estas novas configurações, bem como identificar as alternativas que a própria classe trabalhadora empenha, num cenário de luta e resistência. Este se

apresenta como um dos desafios centrais para o conjunto da esquerda brasileira e mundial que busca, através da (re)leitura do pensamento de Marx nos dias atuais, encontrar os fundamentos teórico-metodológicos e político-organizativos para construir alternativas capazes de superar esta forma de sociabilidade imposta pela expansão e acumulação do capital e construir a verdadeira história da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FORIGO, Marlus Vinicius. A tese de Francis Fukuyama acerca do fim da história e a ditadura Militar brasileira. *Revista UNICURITIBA*. V.2, n. 14, p.131-149, 2011. Disponível em <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/203>.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

IASI, Mauro Luis. O marxismo diante de um novo século. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.331-356, julho/dezembro de 2013.

_____. Consciência e pertencimento de classe na nova configuração do trabalho. In: NAVARRO, Vera Lucia e LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). *O Averso ao Trabalho IV*. Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, p. 121-142, 2017.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

_____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I – O Processo de Produção do Capital. Volume II. 12ª edição. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *As lutas de classes na França*. De 1848 a 1850. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martonaro. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nassetti. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista Em Pauta*, n.20. Rio de Janeiro, p. 33-55, 2007.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo*. Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, p.13-50 e 101-116, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Ana Carvalhaes et al. 2.ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 2.ed. Coleção Questões da nossa época, vol.20. São Paulo: Cortes, 1995.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF



APOIO



CAPES
CAPES-PAEP/Proex



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DO CUIDADO: desigualdades de gênero no âmbito privado.

Taissa Mendonça de Jesus¹

Resumo: A organização e as práticas de cuidado são idealizadas e demarcadas pelas questões de gênero, fazendo com que a execução e as cobranças no que tange ao cuidado no âmbito familiar se diferem para homens e mulheres. Desta forma, percebe-se que, no âmbito privado, a mulher é a principal responsável pelo cuidado com a casa e com as crianças, enquanto o homem se destaca pelo seu papel de provedor.

Palavras-chave: Gênero; Cuidado; Família.

Abstratc: The organization and the practices of care are idealized and demarcated by gender issues, making that the care exercise and its burden differ between men and women. In this way, one realizes that, in private sphere, the woman is the main responsible for the care with the house and with the children, while the man stands out for your role provider.

Keywords: Gender; Care; Family.

1. INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho se expressa em âmbitos variados, mas é no âmbito do privado que a desigualdade entre homens e mulheres é menos percebida e que tem a barreira mais difícil de ser rompida. Buscando refutar a concepção de que existe uma disposição natural na mulher para assumir o cuidado, estudos feministas vêm questionando a relação de submissão e poder/controlado entre homens e mulheres a partir do debate sobre a categoria gênero. Elas questionam uma tendência visível ao longo da história que limita as funções e papéis das mulheres a padrões socialmente determinados e que se difere das funções e papéis dos homens.

Segundo Joan Scott (1990), gênero é utilizado “para designar as relações sociais entre os sexos” (p. 7), rejeitando um determinismo exclusivamente biológico entre eles. Desta forma, gênero é uma maneira de indicar

“construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). E-mail: taissa.mj@hotmail.com. Ofensiva do Capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1990, p. 7).

Corroborando com este conceito, Simone de Beauvoir escreve uma célebre obra no ano de 1949, intitulada *O Segundo Sexo*, na qual denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e exprime que não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação das mulheres, concluindo que se trata de uma construção social, sendo de sua autoria a famosa frase: “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”.

Busca-se sublinhar a importância da luta feminista contra as desigualdades de gênero, desenvolvendo mobilizações históricas contra a subalternidade a que tentam submeter às mulheres e à imposição do modelo de dona de casa e mãe de família que é posto como obrigatório para todas.

Essas desigualdades se expressam, principalmente, no âmbito familiar que, apesar de ser considerada fundamental na realização do cuidado aos seus membros e com potencial para proporcionar um ambiente seguro e confortável, é também, como ressalta Sérgio Adorno (1995), paradoxalmente marcada por uma assimetria nas relações conjugais, que se materializa

nas desigualdades entre obrigações, deveres e direitos entre cônjuges ou companheiros, de que resulta correspondente assimetria entre a identidade masculina e a feminina. Por um lado, a figura do homem, visto como provedor do lar, personagem ativo, ligado ao mundo do trabalho e à vida pública; por outro lado, a figura da mulher, da qual se reclama fidelidade absoluta. Considerada frágil, passiva, submissa, ligada ao trabalho doméstico e confinada à vida privada, dela se espera resignação absoluta diante das fraquezas do homem (CORREA, 1982, 1983 e 1994 *apud* ADORNO, 1995, p. 305).

Desta forma, há a divisão entre duas esferas: a pública e a privada. A mulher faz parte da esfera privada, na qual, ao, ser inserida, assumiu como responsabilidade “o filho, sua saúde e educação [que] são invocados como fundamento dos deveres e poderes das mulheres” (PERROT, 1991, p. 142). Sendo investida também de múltiplas funções: “em primeiro lugar, dar à luz e cuidar das crianças” (PERROT, 1991, p. 143) e, em segundo,

atender a família, com os “serviços de casa” que abrangem as mais variadas coisas: procurar o melhor preço dos alimentos, [...] preparar as refeições, inclusive a “marmita” do pai quando este trabalha longe; buscar água, acender o fogo, cuidar da casa e principalmente das roupas de uso pessoal e de cama, mesa e banho, lavadas, reformadas, consertadas e remendadas... Tudo isso implica um gasto de tempo considerável, com idas e vindas (PERROT, 1991, p. 144).

A nossa sociedade é regulada por normas, modelos e padrões que determinam os comportamentos de homens e mulheres e são repletos de estereótipos de gênero. Desta forma, constroem-se “territórios femininos” que se opõe aos “territórios masculinos”, e que indicam o lugar que cada um deve ocupar no que se refere ao campo do cuidado na organização familiar. Assim, observa-se que as práticas de cuidado são profundamente

demarcadas e idealizadas pelas questões de gênero, no qual, de um lado, tem-se a mulher inserida no âmbito privado e responsável pelo cuidado com a casa e com seus filhos e filhas; e do outro, os homens inserido no âmbito público, de poder e decisão, sendo responsável por prover o sustento de sua família.

2. FAMÍLIA: ESPAÇO PRIVADO DE PROTEÇÃO SOCIAL.

A família é considerada o principal meio social humano, chamada de célula máter da sociedade, pois é dentro dela que ocorre a nossa primeira vivência. Assim, ela é posta como o núcleo fundamental no cuidado aos seus membros, principalmente, no que se refere ao cuidado às crianças. Sendo considerada, neste sentido, como a principal responsável pela sua educação, por transmitir os valores morais e sociais que auxiliarão na formação de sua identidade e comportamento.

A família tem especial proteção do Estado, na qual as questões de ordem social e de proteção aparecem na Constituição e em legislações posteriores como um dever deste organismo. Todavia, tem-se verificado que o Estado transfere “para a família o cuidado de seus membros, colocando-a como a responsável no âmbito da proteção social” (NOGUEIRA; MONTEIRO, 2013, p. 149). A centralidade da família como mecanismo de proteção social leva à diminuição das responsabilidades do Estado junto à esta instituição e a uma tendência que vem se tornando conhecida como “familismo”, que coloca a família como a principal provedora de proteção e cuidado aos seus membros.

O termo “familismo” é utilizado para tratar da

orientação das políticas sociais que responsabilizam as famílias por grande parte da proteção social, considerando o princípio de que o Estado só deve intervir quando elas não conseguem resolver os problemas. A consequência é um subdesenvolvido sistema de serviços para as famílias (TEIXEIRA, 2015, p. 219).

Nos Estados com características familistas, a ajuda pública acontece “sob forma de compensação por falimento ou pobreza” (MIOTO, 2010, p. 47), na qual, “as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar dos seus membros” (MIOTO, 2010, p. 51).

Neste sentido, a família é posta como agente privado de proteção social, sendo necessária a intervenção do Estado quando essas famílias falham nas suas funções de cuidar e proteger. Ou seja, as famílias “não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros” (MIOTO, 2010, p. 51).

Fica evidente a centralidade que a família ocupa na proteção aos seus membros, e dentre estes se destaca a figura da mulher. O Estado e as políticas sociais dirigidas às famílias reafirmam os papéis de gênero, na qual, “as políticas sociais dirigidas a esse público tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar daqueles, e esse lugar é ‘naturalmente’ identificado com a mulher” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p. 31). Isso se refere ao papel específico imposto às mulheres como “mães e guardiãs do lar” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p. 31). Em suma,

essa responsabilização da família, nos cuidados de seus membros é sustentada cultural e socialmente por concepções do adequado desempenho de papéis dos seus membros responsáveis, em especial a mulher, sobre quem recai grande parte dessas responsabilidades e expectativas (CAMPOS, 2008 *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 232).

3. AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ÂMBITO DO CUIDADO.

No que se refere à prática do cuidado, o autor Leonardo Boff (1999) irá exprimir que o mesmo faz parte da natureza e da constituição do ser humano. O cuidado constitui a essência humana e está presente em tudo o que o ser humano empreende, projeta e faz, isto é, “não temos cuidado. Somos cuidado” (BOFF, 1999, p. 89).

A análise sobre o cuidado perpassa a questão de gênero, visto que há discrepâncias entre homens e mulheres na realização do cuidado no âmbito doméstico e familiar. Onde, como já enfatizado, a mulher é vista como a principal responsável. Deve-se destacar que, “a distribuição dos cuidados, no que tange à sua execução ou acesso, não ocorre aleatoriamente: ela obedece a ‘princípios reguladores’” (SORJ; FONTES, 2012, p. 105), que são construídos socialmente e perpetuados através da história.

Neste contexto, observa-se que, apesar das mulheres brasileiras terem conquistado avanços importantes no que se refere a relações de gênero mais igualitárias, “as desigualdades de gênero favorecendo o sexo masculino ainda são notáveis em vários aspectos da vida social e familiar” (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 131), no qual, destaca-se no presente estudo a desigualdade de gênero no âmbito privado.

Estudos têm demonstrado que as mulheres vêm acumulando funções profissionais com os trabalhos domésticos e de cuidado, em que, “a participação das mulheres no mercado de trabalho não diminui o tempo investido por elas em tarefas domésticas” (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 133), estando submetidas, desta forma, a uma dupla jornada de trabalho. Em síntese, “as mulheres trabalham duplamente – elas estão crescentemente envolvidas no trabalho produtor de mercadorias e são, aparentemente, insubstituíveis no trabalho reprodutivo” (MELO; CASTILHO, 2009, p. 154).

Salienta-se que nos lares em que os homens contribuem nas atividades, há uma diferença entre as realizadas por eles e pelas mulheres, na qual,

limpar a casa, cozinhar, lavar a louça e, especialmente lavar e passar a roupa são tarefas tipicamente atribuídas à mulher dentro do casal. A única tarefa tipicamente masculina é realizar consertos, enquanto comprar a comida parece algo dividido igualmente entre os dois sexos (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 147).

Identificamos até aqui que há um “modelo prescritivo e idealizado de cuidado, visto como incumbência de uma mulher adulta, dedicada, amorosa, afetivamente envolvida e preocupada com o desenvolvimento integral da criança” (TEIXEIRA, 2016, p. 244).

Em contrapartida, os homens são cada vez mais resguardados da função de cuidadores das crianças, uma vez que,

compartilhar o cuidado, desde o pré-natal e o nascimento da criança, implica conviver com as resistências de uma sociedade que ainda não está acostumada à alternância e complementariedade de papéis entre homens e mulheres. Ainda hoje, o pai cuidador pode ser visto com desconfiança ao passear sozinho com o bebê, preparar e dar comida, escolher, lavar e passar as roupinhas, faltar ao trabalho porque um filho está doente, assumir a interlocução com a escola, com os pais (mães) das outras crianças, ou com os profissionais de saúde que atendem os filhos (ROCHA, 2017, p. 3).

Neste sentido, é comum o homem ouvir expressões do tipo: “onde está a mãe da criança?” quando o mesmo é visto sozinho passeando ou cuidando do seu filho ou filha. Isto porque está enraizada em nossa sociedade que o cuidado não é compartilhável com os homens, onde eles são vistos como “aquele que ajuda”, podendo escolher se vai colocar, quando e de que forma irá colaborar. Quem ajuda tem a opção de escolher entre sim e não. Diferente das mulheres, “que não fazem escolhas: quaisquer que sejam as condições, o cuidado com as crianças lhes incumbe, tenham elas ou não outros campos de atividade” (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, p. 193).

Deste modo, o homem é visto como provedor e deve trabalhar para “sustentar sua família”, o que faz com que os homens se dediquem mais ao trabalho de produção e menos ao de reprodução, pois para o sexo masculino o trabalho externo é a principal exigência socialmente construída para o reconhecimento de sua identidade e masculinidade adulta. Isto faz sua “dedicação maior estar atrelada ainda ao externo, sobrando pouco tempo para uma maior disponibilidade para a família” (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, p. 198).

Ou seja,

para o homem, a cobrança refere-se, sobretudo, ao plano financeiro e econômico. Ele deve assumir a paternidade e o lar ou, em outras palavras, “não deve deixar faltar nada em casa”. Neste sentido, em nossa sociedade, os homens são vistos, em geral, como inábeis para o desempenho do cuidado infantil e, em certa medida autorizados culturalmente a não participar. A mãe cuida, o homem provê (PAPAI, 2001, p. 21).

Sendo considerada uma atividade majoritariamente feminina, o cuidado é permeado por uma desvalorização, que resulta em um não reconhecimento pela sociedade. Todavia, “desconsiderar a existência de emoções e sentimentos ambíguos, próprios ao cuidado, permite ignorar que ele é custoso para quem o desempenha, que constitui um trabalho” (IPEA, 2016, p. 20). O cuidado é, assim, considerado uma atividade de reprodução social, não remunerado, desvalorizado economicamente e socialmente, ligado ao âmbito do privado e do feminino.

A mulher é a personagem central na realização das atividades reprodutivas, quando não é a própria mulher/mãe da família que as realizam, as mesmas são delegadas a outras mulheres, como empregadas domésticas ou mulheres da rede de parentesco ou vizinhança. Enquanto que os homens continuam dedicando-se, especialmente, as atividades de produção, mantendo-se distantes das atividades domésticas e de cuidado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O protagonismo feminino no âmbito do cuidado refere-se, sobretudo, a um tido “instinto/amor materno”, que julgam nascer em toda mulher quando esta se torna mãe, como algo instintivo e de sua natureza. Isto fez com que o cuidado fosse historicamente atribuído como algo inerente à mulher, vista como mais apta na realização de tal função. Por outro lado, as cobranças feitas pela sociedade no que tange a realização do cuidado, resguardam os homens, pois, acredita-se que eles não têm habilidades para desempenhar as tarefas concernentes ao cuidado infantil.

Nossa sociedade é formada por normas e padrões que determinam os papéis que devem ser assumidos por homens e mulheres, que são repletos de estereótipos baseados no gênero e que ditam seus comportamentos. É neste sentido que o homem é qualificado como varão, macho, dotado das chamadas qualidade viril, como coragem, força, poder, vigor sexual, etc. A mulher é definida como o ser capaz de parir, dotada de carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, companheira e dona de casa.

Esses conceitos estão enraizados em nossa sociedade, sendo transmitido através da história de forma naturalizada. Desde a infância, os meninos são estimulados a brincarem de carrinho, de futebol ou de luta, fortalecendo a sua virilidade, na qual o modelo de masculinidade é alicerçado. Enquanto que as meninas brincam de casinha e boneca, sendo estimuladas para as tarefas domésticas, para a maternidade e para o cuidado.

No que se refere ao modelo de cuidado socialmente construído e exigido, nota-se que o mesmo está “imerso de expectativas e exigências sociais, sobretudo, no âmbito feminino,

onde, de acordo com este modelo, [a mulher] é detentora desse espaço e saber de cuidar” (RIBEIRO, 2016, p. 85).

A centralidade da mulher como responsável pelo cuidado, sobretudo, com os seus filhos e filhas, é reforçada diariamente, “parecendo ser essa uma ação exclusiva da mãe, não compartilhável, inclusive envolvendo pré-julgamentos e juízos de valor [...]: ‘Mãe que não cuida do seu filho não é mãe!’” (WEGNER; PEDRO, 2010, p. 339). Vimos que o cuidado faz parte das características singulares do ser humano, mas, da forma como é posto, o mesmo aparenta ser algo intrínseco e de responsabilidade apenas ao sexo feminino.

É relevante examinar que,

nesse sentido, as distribuições das atividades de cuidado em famílias possuem papel central na desigualdade das relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, as mulheres assumem majoritariamente o papel de cuidadoras e quando necessitam recorrem a outras mulheres para desenvolverem a função do cuidar. Ao assumirem unicamente essa função as mulheres possuem abnegações e colocam em jogo sua saúde, qualidade de vida, oportunidades de emprego e carreira profissional, impacto no tempo, autoestima, dependência, além do aspecto econômico familiar (RIBEIRO, 2016, p. 97).

Neste contexto, observa-se que no que se refere ao compartilhamento do cuidado de crianças entre homens e mulheres, o *jeito* aparece como uma forma de indicar quem irá assumir este cuidado, onde as mulheres seriam as possuidoras desse *jeito* e, em contrapartida, haveria uma “aparente incompatibilidade entre cuidados de crianças e homens” (FERNANDES, 2013, p. 17). Os homens seriam convocados para exercerem sua autoridade com os filhos e “pôr ordem em casa”, ressaltando que, no que diz respeito aos homens, “o cuidado das crianças renova assim as ideias de ‘força’, ‘proteção’ e ‘segurança’ acopladas ao masculino” (FERNANDES, 2013, p. 20).

Diante do exposto, compreendemos que o ideal de feminilidade e de masculinidade envolvem estereótipos que definem papéis diferentes para mulheres e homens na família, em especial, no que tem referência com o cuidado infantil. Os homens têm participado das atividades de cuidado em posição de coadjuvante, visto que há em nossa sociedade, moldada em padrões machistas e patriarcais, um estranhamento diante da inserção dos homens nos territórios considerados femininos. Assim, por mais que os homens estejam mais participativos na realização das tarefas reprodutivas, “isso não significa necessariamente uma alteração das representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 34).

Esta configuração indica a concepção “própria da visão tradicional sobre os papéis na família: ‘o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família’” (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 135).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol. X, n.º 2, jul/dez: 299-342, 1995.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 12ª edição.
- CANO, Ignacio; COVRE-SUSSAI, Maira. A divisão por gênero das tarefas domésticas no Rio de Janeiro: atitudes e práticas. In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (Orgs.). **Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. – Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, Claudia de Faria; CALDEIRA, Bárbara Maria dos Santos. **Ética do cuidar e relações de gênero?** Práticas familiares e representações da divisão do tempo. *Estud. Sociol., Araraquara*, v. 17, n. 32, p. 189-204, 2012.
- FERNANDES, Camila. **Apego e jeitos de cuidar**. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças. In: VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho: O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. Universidade de São Paulo. – São Paulo, 2013.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. Famílias e Serviço Social – Algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (Orgs.). **Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual**. Relatório de Pesquisa. Governo Federal. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Ipea, 2016.
- MELO, Hildete Pereira; CASTILHO, Marta. **Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz?** *Rev. Econ. Contemp.* – Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 135-158, jan./abr., 2009.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- NOGUEIRA, Ana Claudia Correia; MONTEIRO, Marcia Valeria de Carvalho. Família e Atenção em Saúde: Proteção, Participação ou Responsabilização? In: SILVA, Letícia Batista; RAMOS, Adriana (Orgs.). **Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas: Reflexões Críticas Sobre a Prática Profissional**. – Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013.
- PAPAI. **Paternidade e Cuidado**. Série: trabalhando com Homens Jovens. Projeto H. Instituto PROMUNDO e colaboradores, 2001.

PERROT, M. Figuras e Papéis. In: PERROT, M. (Org.). **História da Vida Privada 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução: Denise Bottman e Bernardo Joffily. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Thamires da Silva. **Cuidar em família:** uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social, 2016.

ROCHA, Rogério Lannes. **Não é mãe, é pai.** In: Rev. Radis Comunicação e Saúde, ENSP FIOCRUZ, nº 179, ago. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade – Mulher e educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 16, nº 2, jul/dez, 1990.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Orgs.). **Cuidados e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, Mônica Ulson Brandão. **O cuidado na educação infantil na fala de alunas-professoras.** In: Revista Veras, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 237-267, julho/dezembro, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social Contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania:** contradições da política social. – São Paulo: Cortez, 2015.

WEGNER, Wiliam; PEDRO, Eva Neri Rubim. **Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas.** Rev. Gaúcha Enferm. – Porto Alegre, 2010.

GÊNERO E TRABALHO: Uma análise sobre a saúde das trabalhadoras de Centrais de Tele atendimento no Município do Rio de Janeiro.

Vanderlei Cardoso da Rocha*

Resumo:

Este artigo pretende discutir como questões de gênero, e saúde ocorrem numa empresa de telemarketing no contexto da precarização e flexibilização do emprego associado a mudanças na organização do trabalho nas sociedades capitalistas, destacando o caso brasileiro, dentro de um contexto trabalhista marcado por estereótipos e preconceitos implantado através da seleção de trabalhadores de um grande *call center* na Cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: gênero, trabalho, saúde.

ABSTRACT:

his article discusses how issues of gender, health and occur in a telemarketing company in the context of flexibility and precariousness of employment associated with changes in work organization in capitalist societies, highlighting the Brazilian case, in a labor context marked by stereotypes and prejudices implementation through the selection of employees of a large call center in Rio de Janeiro City.

Keywords: gender, work, health.

*Assistente Social na Prefeitura do Município de Três Rios/RJ e Assistente Social na Prefeitura do Município de São João de Meriti/RJ. Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vander2007@yahoo.com.br. Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

1- INTRODUÇÃO

O Mundo do trabalho

No início de sua história o homem vivia indefeso, sendo exposto a diversos tipos de perigos: da natureza, dos animais ou do clima. Era necessário o convívio social para se desenvolver. Foi através de sua inteligência e da necessidade de suplantar limitações que o homem foi induzido a buscar meios com propósitos de garantir sua sobrevivência. É nesse sentido que surge o trabalho, como criador de produtos, novos conhecimentos e aptidões, onde a natureza é transformada para criar condições para existência humana. Porém, ao modificar a natureza com sua ação, o homem altera também as formas de cooperação social ligadas às atividades produtivas.

Observando pelo lado histórico, o trabalho surgiu para produzir novos conhecimentos e habilidades. É, portanto, ao agir por intermédio do trabalho que o homem estabelece uma ruptura com o ser natural, dando origem ao ser social. Fundamentalmente, essa é uma atividade do homem na qual ele “mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e dos outros homens” (IAMAMOTO, 2005, p. 60).

Para Marx (1993) o trabalho possui na sociedade uma dimensão ontológica de concepção da vida humana, e é por meio dele que o homem transforma a natureza e a si mesmo, se humaniza, aprende através dela, já que o trabalho:

É a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1993, p.153).

É na ação de transformar a natureza, pelo homem, através do trabalho, que ocorre a integração do ser social com seu meio ambiente. O trabalho ocupa o lugar de mediador na relação do homem com a natureza.

Com o advento do capitalismo, o trabalho passa a adquirir uma dimensão de alienação, uma vez que este modo de produção se baseia na propriedade dos meios de produção por apenas uma classe da sociedade. Marx¹ entende que no trabalho alienado o trabalhador passa a se constituir como mercadoria:

Se a oferta excede muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim a existência do trabalhador encontra-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador (MARX, 1993, p.102).

¹ Marx utilizou o conceito de processo de trabalho para enfatizar a subordinação do trabalho ao capital e construir a teoria econômica do valor da exploração do trabalho. Nesse sentido, houve ênfase na sua base econômica do controle do trabalho e da sua condição não apenas como valor de uso, mas, sobretudo, como valor de troca.

Marx procura demonstrar que, pelo trabalho alienado, o trabalhador não se identifica com o produto do seu trabalho e com o seu próprio trabalho, bem como não se identifica enquanto membro da espécie humana. Nessa linha de raciocínio, a superação do trabalho alienado é a condição que possibilita a superação de um sistema que impede o desenvolvimento humano.

Dessa forma, podemos entender o trabalho alienado como uma consequência da acumulação do capital, inclusive relacionado ao desenvolvimento da espécie humana, ao instituir e mudar comportamentos.

Os padrões de produção dos meios de subsistência também vão se modificando, suscitando uma separação entre sujeitos que participam da idealização do trabalho e os que executam, estabelecendo uma relação hierárquica e de poder a partir da divisão do trabalho.

No processo de reprodução da vida social torna-se necessária a criação de novas formas de organização dos processos de trabalho, que irão se refletir em toda sociedade, ocasionando mudanças nas relações sociais de produção. Tal fato causará a origem da burguesia industrial, proprietária dos meios de produção: matéria-prima, máquinas e instalações.

O autor Polanyi (1996), em “A grande transformação”, chama de “moinho satânico” as engrenagens da economia capitalista que, insaciavelmente em seu apetite de acumular riqueza abstrata, tritura as condições de vida dos indivíduos concretos. Apontando o caráter antinatural do processo de mercantilização dessas condições de vida da sociedade e do indivíduo ele afirma:

O período introduzido por Henry Ford², conhecido como fordismo acaba sendo marcado por um desdobramento da antiga classe operária, sendo que existe uma camada dos operários qualificados, herdeiros dos operários de ofício, constituindo uma “aristocracia operária” por ser a principal beneficiária do compromisso fordista, onde eram bem representados e defendidos por organizações sindicais, e outra parcela de trabalhadores desqualificados que suportam toda a carga do fordismo na fábrica, beneficiando-se muito pouco de suas vantagens fora da fábrica, que são mal integrados nas organizações sindicais e mal defendidos por elas. Divisão que se agravará, ainda mais, quando combinada com diferenças de sexo, idade ou raça e que vai se estender nas novas

²Henry Ford (EUA, 1863-1947) foi o fundador da *Ford Motor Company* e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série de forma a produzir, em massa, automóveis em menos tempo e a um menor custo. A introdução de seu modelo Ford T revolucionou os transportes e a indústria dos Estados Unidos. Como único dono da *Ford Company*, ele se tornou um dos homens mais ricos e conhecidos do mundo. A ele é atribuído o “fordismo”, isto é, a produção em grande quantidade a baixo custo por meio de utilização do artifício conhecido como “linha de montagem”, o qual tinha condições de fabricar um carro a cada 98 minutos, além dos altos salários oferecidos a seus operários.

configurações do mundo do trabalho na contemporaneidade, e nas características desses trabalhadores como veremos a seguir.

2-DESENVOLVIMENTO

A Inserção da mulher no mercado de trabalho e as especificidades de sua inserção em um *Call Center*

A inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu a partir do século XIX, que apesar de representa uma importante conquista feminista, esta inserção esta diretamente relacionada com o modo de produção capitalista que começa a necessitar de mais força de trabalho devido às mudanças no mercado de trabalho e modelos de produção, fazendo que essa conquista se configure como uma forma de aumenta a precarização do trabalho e baixa os salários, visto que as mulheres exercem as mesmas funções que os homens, porém recebendo salários mais baixos.

Assim, o movimento feminista tem como uma das suas principais conquistas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que este espaço era visto de cunho masculino. Porém, a inserção de mulheres não ocorre de maneira igualitária a dos homens, sendo destinadas a estes sempre os menores salários e cargos subalternos e precarizados como o trabalho de telemarketing. Esta inserção desigual tem como base a questão de gênero, visto que ao gênero feminino sempre foi direcionada a ambiente privado e ao gênero masculino o ambiente público.

As mulheres não deixam de participar do trabalho remunerado, porém sua inclusão tem sido principalmente através de ocupações menos privilegiadas e formas de trabalho mais flexível como e o caso dos *call centers*. O trabalho remunerado não as isenta de responsabilidades como as atividades domesticas que não são remuneradas. Por isso, Hirata (2008) defende a centralidade do trabalho na vida do individuo, principalmente na vida das mulheres. E para compreender o significado que o trabalho assume para elas seria necessário então, uma reconceituação da palavra “trabalho”, em que incluia o gênero e o trabalho domestico, pois para as mulheres ambos estão interligados (HIRATA,2007).

Com as mudanças no mercado de trabalho vimos o surgimento de novos mecanismos de adestramento da força de trabalho como “(...) A utilização da informática, e da microeletrônica em geral, necessita sim, de pessoas alfabetizadas, dóceis e receptivas aos novos e ascéticos ambientes empresarias” (MALAGUTI, 2011, p.56).

O setor de Call Center³ é um bom exemplo desses tipos de mecanismo no País. Devemos observar que em uma sociedade marcada pelo desemprego o crescimento do setor de serviços se torna uma importante opção para trabalhadores em busca de uma ocupação.

E sendo um setor em expansão na economia em todo o mundo, o teleatendimento, demonstra sua capacidade de gerar empregos formais por uma sociedade marcada pelo desemprego estrutural. O setor de *call center* acaba adquirindo uma grande importância para se entender a atual dinâmica do mundo do trabalho na sociedade capitalista, pois acirra a competitividade entre as empresas, posto que acelera as negociações e, nas palavras de Nogueira, estabelece a “mercantilização da informação”.

Se observando pelo lado do empresariado o teleatendimento se configura por um aspecto positivo do lado das trabalhadoras o mesmo não se verifica. São predominantemente mulheres, jovens, com parcela significativa de pessoas no seu primeiro emprego nesse setor – mas que vivenciam condições de trabalho nocivas a saúde física e mental.

Dentro dessa dinâmica se traçou um perfil de trabalhadores prontos para atender a demanda desse mercado, sendo que se torna imperativo identificar as características socioeconômicas desses trabalhadores e, entre outros aspectos, perceber a razão pela qual a categoria é predominante feminina, discutindo as chamadas características de gênero, que recriam a sujeição às relações de trabalho precárias.

Devemos destacar que a divisão sexual do trabalho é totalmente favorável ao sexo masculino e desfavorável a mulher, demonstrando que ainda existe uma forte inter-relação entre a precarização da força de trabalho feminina e a opressão masculina presente na família patriarcal. Conforme Nogueira:

Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares no que tange às necessidades de subsistência familiar. Embora saibamos que hoje, para algumas famílias, essa permissa não é verdadeira, pois o valor “complementar” do salário feminino (que muitas vezes é o fundamental) é frequentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras”. (p.188).

Diversos aspectos considerados como características femininas sobressaem na explicação do porque de grande número de mulheres nessa atividade. Características como a paciência e a capacidade de ouvir, a delicadeza no trato aos clientes e, segundo a própria

³*Call Center/Contact Center/Telemarketing*: designações para centrais de atendimento destinadas ao contato com consumidores, de forma ativa (ligação feita a partir da empresa para o cliente) ou receptiva (do cliente a empresa), usando telefone ou outros canais de comunicação. O termo mais abrangente é *contactcenter*, que inclui o contato por e-mail, fax, chat e Voz sobre IP (*Internet Protocol*), por exemplo (Glossário da Associação Brasileira de Telesserviços). Disponível em: <<http://www.abt.org.br/glossario.asp?banner=ABT>>. Para uma aproximação com o “jargão” do *telemarketing*, ver o referido Glossário no Apêndice desta dissertação.

supervisão da empresa, “seria que todos os gêneros preferem ser atendidos por uma mulher” (Pesquisa de campo entrevista com a supervisora da Empresa X, 2013).

Percebe-se aí uma grande discriminação, pois essas explicações reduzem a qualificação profissional da mulher a atributos silenciosos e discriminatórios, limitando o trabalho feminino. Já os homens não são considerados educados na família e em sociedade para se submeterem ou obedecerem a tais aspectos de submissão e, por isso, não atendem tão docilmente aos princípios de uma organização do trabalho que mescla aspectos do taylorismo/fordismo/toyotismo para o setor de serviços dos *call centers*.

A hierarquização nesse tipo de trabalho se torna um exemplo de como a sociedade ainda privilegia o homem no trabalho produtivo. A grande maioria de sexo feminino, no teleatendimento, revela, com certa naturalização, que os melhores empregos e salários são destinados ao homem, ainda concebidos como provedores da família, o que indica a persistência dos valores existentes que estabelecem que a mulher deva permanecer em situação de sujeição a salários reduzidos em relação aos homens.

Nas últimas décadas houve um grande aumento da presença de mulher no mercado de trabalho, uma espécie de feminização na sociedade que vive do trabalho, onde a população masculina teve pouca significação de crescimento, nesse mesmo período. Apesar desses resultados positivos, é preciso ficar atento a esses números como explica Nogueira (2009):

A intensificação da inserção de mulheres foi o traço marcante. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço de empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. A situação é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho. O impacto das políticas de flexibilização trabalhistas, nos termos da reestruturação produtiva, tem se mostrado como um grande risco para toda a classe trabalhadora, em especial para a mulher (p.187).

Assim, é possível observar como as mulheres ainda são vítimas de discriminação no trabalho. Sendo diferenciadas por sua condição como mulher em um mundo ainda segmentado por maioria masculina no controle de decisões de aspectos importantes no mundo do trabalho. Sendo que a categoria gênero feminino é uma das categorias que é estigmatizada na seleção para escolha dos trabalhadores de *callcenter*, pois bem sabemos através de estudos sobre o gênero, as desigualdades entre mulheres e homens não é algo natural, e sim naturalizada. Onde a hierarquização dos sexos possui uma pedagogia que é disseminada por meio de processos discursivos e culturais, sendo passando de geração para geração. Assim, nessa conjuntura é o sexo que determina o lugar das pessoas na sociedade deste seu nascimento, ou seja: “... gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por conjunto inesgotável de instâncias

sociais e culturais, de modo implícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado...” (LOURO, 2008, p.17-18)

Através Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicação do Estado do Rio de Janeiro (Sintell-Rio), com os dados e entrevista realizada com o setor de saúde do trabalhador do sindicato, foi possível identificar o perfil dos trabalhadores que são selecionados pela Empresa X que, para desenvolver o trabalho nos *call centers* é constituído da seguinte forma: predominantemente por mulheres, jovens, afrodescendentes, homossexuais, transexuais, obesos, enfim justamente as pessoas que mais são rejeitadas em postos de trabalhos no qual o atendimento tem que ser presencial, renegando esses trabalhadores e expondo os mesmos a posições de subalternidades e invisibilidade, privilegiando certos padrões estéticos exigidos na nossa sociedade de consumo.

Podemos inferir assim que questões de gênero, raça e sexualidade são parâmetros importantes para a contratação de pessoal nos *call center*, que geralmente absorve um grande parcela de trabalhadores que são discriminados na sociedade e no universo do trabalho.

O sindicato relata que, em relação ao *callcenter* estudado para este artigo, atualmente há cerca de 3.500 funcionários da Empresa X que são sindicalizados, e que a média atual de salário da Empresa X é de um salário mínimo ocorrendo variação para mais ou menos dependendo da função e carga horária desenvolvida, podendo haver, ainda, ganhos variáveis de produtividade⁴.

Informa que as mulheres correspondem a grande maioria dos atendentes de *callcenter* da Empresa X. Dos 3.500 funcionários identificados, as mulheres correspondem a 80% destes funcionários.

Outro dado importante é que a grande maioria dos teleoperadores da Empresa X é formada por jovens com idade média entre 18 a 26 anos, muitos em seu primeiro emprego, sendo que 89% dos teleoperadores tem o 2º grau completo (ensino médio). E 11% estão cursando ou já terminaram o ensino superior.

Estes dados apresentam as condições precárias de trabalho, educação e salário dadas às pessoas do sexo feminino, as desigualdades de gêneros. Apesar da sociedade compreende que as desigualdades de gênero não existissem.

Além dessas desigualdades essas trabalhadoras acabam sofrendo de problemas de saúde ocasionando pelas funções que exercem, pois conforme afirma Dejours (1985) o trabalho sempre acarreta alguma consequência na saúde de quem trabalha e essa constatação atrelada a fatores ligados as pressões sofridas por trabalhadores, muitas devido

⁴ Os dados aqui apresentados sobre a Empresa X foram fornecidos por dirigentes e funcionários do Sintell-Rio, nas diversas visitas que fiz ao órgão durante a pesquisa de campo, entre 2013 e 2014.

a questões de gênero acabam criando o aumento de doenças causadas pelo desgaste mental, como depressão e síndrome do pânico, que como alerta o SINTELL-Rio vem crescendo assustadoramente entre os teleoperadores como podemos observar a seguir.

A Saúde e o Desgaste mental no trabalho

Conforme o autor Oddone o ambiente de trabalho tem causado morte, doença e incapacidades para um grande número de trabalhadores ao longo da história na humanidade. Sobre nosso campo de análise verificamos através do Departamento de Saúde do Sintell-Rio um alerta sobre o aumento de casos de distúrbio mental nos *call centers* e um alerta sobre essa crescente patologia no setor de *callcenter*. Aspecto sobre o aumento dessa demanda pode entender da seguinte forma:

(...) os trabalhadores são submetidos a formas de organização do trabalho que implicam na sua imobilidade, associada à monotonia e a exigência de esforços físicos que vem acompanhada, assim, de significativo desgaste psíquico do trabalhador expresso em sintomatologias de fadiga, estresse, e demais patologias psicossomáticas e nervosas (COHN E MARSIGLIA, 1999, p.73).

Dentro do ambiente de trabalho, e no que interessa mais particularmente a este estudo, nos grandes *call centers*, tem se notado um crescente aumento no afastamento de teleoperadores por motivos de distúrbios mentais e psíquicos, sendo que o campo de saúde mental e trabalho na atualidade têm sido impulsionados por estudos que abordam o trabalho no processo de adoecimento psíquico, ou seja, a caracterização de aspectos do trabalho mais diretamente associados à ocorrência de transtornos mentais ou situação de sofrimento psíquico. Outros elementos como satisfação e capacidade para o trabalho figuram em produções mais recentes sobre a temática.

A saúde mental dos trabalhadores pode ser afetada por numerosos fatores, tais como a exposição a agentes tóxicos, políticas de gestão de pessoas e das estruturas da empresa, até aspectos relacionados à organização do trabalho.

Os agravos a saúde psíquica muitas vezes são acompanhados de consequências somáticas, sendo o caso mais frequente, atualmente, as LER/Dort, como já visto anteriormente, embora não se possa afirmar que as condições e a organização do trabalho sejam as únicas causas para o aparecimento desse grupo de patologias.

Outros aspectos relacionados à reestruturação do mundo do trabalho e à divisão internacional da economia também têm, ainda que não diretamente, repercussões sobre a saúde psíquica dos trabalhadores, devido à forma que vão contribuir para definir as diferentes formas de como o trabalho vai ser exercido dentro de uma determinada empresa,

e trazer como consequência para os trabalhadores fatores como ansiedade, tensão e pressão durante o desenvolvimento do trabalho.

Dejours aborda essa questão:

(...) As situações antigênicas geram condições de sofrimento e manifestações e somatizações, quando o sujeito não é mais capaz de tratar mentalmente essas condições no trabalho. Desse modo, o rendimento, exigido através da cadência, do ritmo e das cotas de produção, levaria o trabalhador e desenvolver defesas egóicas inconscientes (DEJOURS apud VERTHEIN-MINAYO, 2000, p.8).

A interpretação voltada para a simulação é muito comum no ambiente das empresas, as quais sempre se posicionam em defesa do interesse das corporações, em detrimento da saúde e bem estar físico e psíquico do trabalhador.

Cabe destacar que a divisão internacional das formas do trabalho, destina a países de capitalismo periférico atividades produtivas mais intensas como o que ocorre nas centrais de *callcenter*, onde se percebe ainda presente e de forma mais intensa moldes tayloristas ou fordistas associados aos padrões flexíveis e que podem produzir importantes agravos à saúde física e psíquica dos trabalhadores. Também não se pode esquecer que as organizações e as condições de trabalho referidas ocorrem nos marcos de condições específicas de apropriação do lucro e de estruturas de poder, histórica e socialmente determinadas, definidas como modo capitalista de produção⁵.

Acredita-se que múltiplas abordagens e métodos foram e serão criados para estudar as relações entre trabalho e saúde mental, e não é intenção deste estudo descrevê-los e analisar a todos. Porém, devo destacar três correntes que a autora Seligmann-Silva (1997) distingue e que considero de grande importância para a avaliação do desgaste mental do trabalhador: a corrente fundamentada na teoria do estresse, que reúne investigações sobre estresse e trabalho (*work-stress*); a corrente vinda das ciências sociais, que privilegia aspectos relacionados às relações de poder; e a corrente originária da teoria psicanalítica, que fundamentou os estudos da chamada psicodinâmica do trabalho.

O autor Dejours (1987) define o campo da psicodinâmica do trabalho como aquele do sofrimento e do conteúdo, da significação e das formas de sofrimento, e situa sua investigação no campo da pré-patologia. Conforme essa concepção, o sofrimento é um espaço clínico intermediário que marca a evolução de uma luta entre funcionamento psíquico e mecanismo de defesa, por um lado, e pressões organizacionais desestabilizantes, por outro, com o objetivo de evitar a descompensação e conservar um

⁵ Os regimes políticos de “socialismo real”, passados ou contemporâneos, também foram e são geradores de muito sofrimento e agressão a saúde dos trabalhadores. As condições de trabalho nos países do antigo bloco soviético, China etc. não deixaram nada a desejar, em termos de precariedade e contaminação (dos trabalhadores e meio ambiente) em relação ao que ocorre nos atuais países capitalistas da periferia.

equilíbrio possível, mesmo que ocorra a custa de sofrimento, desde que preserve o conformismo aparente do comportamento e satisfação aos critérios sociais de normalidade.

Uma observação importante da psicodinâmica do trabalho é que ela visa à coletividade do trabalho e não aos indivíduos isoladamente. Após o sofrimento psíquico ser diagnosticado em situação de trabalho, ela não vai buscar atos terapêuticos individuais e sim intervenções voltadas para a organização do trabalho à qual os indivíduos estejam submetidos. Uma de suas vertentes fundamentais são as categorias da psicanálise. Assim, compreende que, ante uma situação de agressão ao ego, o indivíduo defende-se, primeiramente, pela produção de fantasmas, que lhe permitem construir uma ligação entre a realidade difícil de suportar, a possibilidade de sublimação. Para Dejours (1987), a situação do trabalho taylorizada está bloqueada entre o ego e a realidade, pois o conteúdo da tarefa, seu modo operatório e sua cadência são decididos pela direção da empresa. E, nessas condições, o fantasma não serve para nada.

Para o autor referido, o trabalho nos moldes tayloristas afeta diretamente a saúde mental dos trabalhadores na atualidade. Vejamos:

Um lugar particular deve ser dedicado à introdução do taylorismo. Sendo, ainda hoje, uma modalidade de organização do trabalho que continua ganhando terreno, especialmente no setor terciário, o taylorismo é objeto de estudo particular, concernente a suas consequências na saúde mental. Mas, assim mesmo, é preciso assinalar as repercussões do sistema Taylor na saúde do corpo. Nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas são absolutamente novas, e fazem com que o corpo apareça como principal ponto do impacto dos prejuízos do trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários (DEJOURS, 1992, p.18-17).

Dejours acredita que o aparelho psíquico não é o primeiro a ser atingido pelo sistema e sim o aparelho físico através do corpo do trabalhador, o que ocorre através do sistema de produção baseado na importação de paradigmas tayloristas, principalmente, para as empresas de serviço que acabam disciplinando e docilizando o corpo, onde há uma entrega do trabalhador à injunção da organização do trabalho, à direção hierarquizada do comando, o corpo acaba ficando sem defesa, explorado, fragilizado pela privação do seu produtor natural, que seria o aparelho mental. Gerando assim um corpo doente, portanto, ou correndo o risco de tornar-se doente.

Em suma, através da análise acima verificamos que as mulheres que trabalham no Call Center além das desigualdades que sofrem pela sua condição de gênero também sofrem de doenças decorrentes das funções que exercem, assim, ser mulher tem como consequência múltiplas formas de precarização.

3-CONCLUSÃO

Esse estudo teve como preocupação identificar as novas configurações do mundo de trabalho destacando o perfil dos trabalhadores de *callcenter* na atualidade e como as pressões sofridas no trabalho acabam levando ao adoecimento desses trabalhadores, no caso do adoecimento do trabalhador procurei destacar o tocante relativo à saúde mental a partir do recorte de gênero. Destacando o gênero feminino, visto as mulheres serem a grande maioria de trabalhadores do segmento de *call center*. Também são elas que mais adoecem devido à pressão exercida na esfera da organização do trabalho.

Pode-se, então, inferir que o trabalho e a saúde dos trabalhadores, destacando, no caso desse artigo questões de gênero, são categorias determinadas tanto histórica quanto socialmente. As concepções de saúde do trabalhador foram construídas socialmente e, frente às abordagens tradicionais das relações saúde-trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

COHN, A.C, MARSIGLIA, R.G. Processo e organização do trabalho. IN: ROCHA, L.E.; RIGOTTO, R.M.C.; BUSCHINELLI, I. T.P (orgs). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1993, pp 56-76.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* – São Paulo. Ed. Cortez-Oboré, 1992.

HIRATA, Helena. Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, Japão e no Brasil. In LIMA, M. E. et al (Orgs) *Transformando as relações de trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT/BR,2007

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pró-posições*, v19, n.2(56)- maio- agosto 2008.

MALAGUTTI, Thiago Sevilhano. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Textos Filosóficos Edições 70, 1993.

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho. In: BRAGA, R. e ANTUNES, R. (Orgs.). *Infoproletários:degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ODDONE, Ivair et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 1988.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS Boaventura de Souza. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Palestra proferida no VII Congresso de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, de 4 a 6 de setembro de 1995 (mimeo).

SELIGMANN-SILVA, E. Saúde mental e automação: a proposito de um estudo de caso no setor ferroviário. *Cadernos de Saúde Pública*, 13 (2): 95-109, 1997.

VENCO, S. Centrais de teleatividades: O surgimento dos colarinhos furta-cores? In BRAGA, R. e ANTUNES, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo. Ed.Boitempo, 2009 p 162.

FIM DO LULISMO? IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

Resumo

No Brasil contemporâneo, tem sido recorrente o debate entorno do lulismo e de suas implicações para o conjunto da classe trabalhadora. O objetivo deste trabalho é apresentar um balanço crítico daquela ideologia. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica ancorado em autores marxistas. Por fim, pontuamos alguns momentos que expressam o fim do lulismo e os rebatimentos nas políticas sociais.

Palavras-chave: Lulismo. Desenvolvimentismo. Lutas de classes.

Abstratc

In contemporary Brazil, the debate around Lulism and its implications for the working class as a whole has recurred. The objective of this work is to present a critical assessment of this ideology. For this, we carried out a bibliographical research anchored in Marxist authors. Finally, we point out some moments that express the end of Lulism and the refutations in social politic.

Key-words: Lulism. Developmentalism. Class fights.

Introdução

O suposto “novo desenvolvimentismo” e o pacto de classes foi a tônica deste limiar de século no Brasil. Foram expressões de uma ideologia econômica e política, hegemonizada e levada a cabo pelo lulismo, que se propunha atender todas as classes da sociedade, sem distinção. Este fenômeno, fundamentou-se, por um lado, basicamente no crescimento econômico, ainda que sob este aspecto estritamente, o dito crescimento brasileiro apresentou *desempenho medíocre* como demonstraram cabalmente Filgueiras e Gonçalves (2007), não obstante o boom das *commodities* internacionais. Por outro lado, o lulismo legitimou-se no desenvolvimento de algumas políticas sociais voltadas ao atendimento dos mais pobres entre os mais pobres, como por exemplo, com o programa Bolsa Família, que chega à aproximadamente 50 milhões de brasileiros/as.

Neste sentido, pode-se dizer que ideologia do lulismo foi vitoriosa, por dez anos, até que a crise estrutural do capital se fez sentir no Brasil e que as massas fossem às ruas em junho de 2013. De modo que, as mobilizações daquele ano expressaram e comprovaram que não estava tudo tão bem assim no Brasil – como defendiam os próceres daquele governo. Pois, finalmente a crise havia chegado ao país. Porém, desta vez não como uma “*marolinha*”, mas, como um “tsunami”! Além disso, esta nova conjuntura demonstrou que a classe trabalhadora já sentia os efeitos das iniciativas burguesas para manter a taxa média de lucro dos capitalistas e o quão efêmero e superficial eram as políticas voltadas para os mais pobres sob o lulismo.

Já é amplamente aceito que o governo Lula foi entre tantos outros aspectos, um governo contraditório. Assim, poderíamos nos perguntar, faz sentido falarmos de lulismo nos dias atuais? Ou melhor, há elementos concretos que podem indicar o fim da hegemonia do lulismo? Na busca de pista para responder estas questões, julgamos importante um balanço crítico daquele processo, a fim de evitarmos a “operação borracha” e a amnésica coletiva de parte significativa da esquerda brasileira organizada sob o lulismo.

A partir destas considerações, tem-se como objetivo neste trabalho recuperar o conceito de lulismo desenvolvido por Singer (2012) e apresentar algumas críticas desenvolvidas por alguns intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Também discutiremos alguns elementos que no nosso entender expressam o fim do lulismo como ideologia hegemônica do Brasil contemporâneo. Além disso, é necessário trazer a baila algumas implicações para a classe trabalhadora da crise da hegemonia do lulismo.

Breve balanço do lulismo

O velho Hegel dizia que a coruja, símbolo grego da sabedoria, é uma ave que só levantava voo ao anoitecer, portanto, quando os acontecimentos do dia já haviam ocorrido. Neste sentido, passada a hegemonia acachapante do lulismo, do petismo, da ilusão com o desenvolvimentismo e com o pacto de classe, é hora de voltar à nossa história recente a fim de não repetir os mesmos erros a médio e longo prazo.

Contudo, antes de entrar *in medias res*, primeiramente, caberia lembrarmos, afinal, o que é o *lulismo*? Grosso modo, pode-se dizer que o lulismo é (ou foi?) um fenômeno político decorrente do modo de governar, de fazer política e de liderar adotado por Luís Inácio Lula da Silva quando era Presidente da República Federativa do Brasil e contava com boa popularidade e, portanto, legitimidade política e social. Mas não é somente isso.

O fundador do lulismo como um conceito (como chave que possibilita caracterizar e compreender a política hegemônica das duas primeiras décadas do século XXI), foi o ex-porta-voz e ex-secretário de imprensa do governo Lula (2003-2007), André Singer. Decerto, o termo ficou amplamente conhecido principalmente após a publicação do seu livro *Os sentidos do lulismo* (2012). Para o professor da USP, “o realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2006 foi o evento que fez nascer o fenômeno político do *lulismo*” (SINGER, 2012, p. 15). E tal realinhamento seria sólido e não de circunstância. Isso porque, de um lado, a política social do primeiro mandato de Lula teria atraído maciçamente o eleitorado de baixa renda que ainda resistia à candidatura do petista e, de outro lado, a denominada “crise do mensalão” teria afugentado parte da classe média que votava no PT. Assim, na análise de Singer, o lulismo seria uma espécie de bonapartismo, pois, “retirou o subproletariado da influência da burguesia, elevou-o à condição de principal força no poder governamental e realizou aquele que seria o programa político dessa fração da classe trabalhadora – um reformismo fraco, isto é, de ritmo lento, e sem ruptura com a ordem” (SINGER, 2012, p. 44). Portanto, segundo Singer, os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, buscaram equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas –, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os seus próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores.

Em *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* Singer (2016) retoma suas formulações de 2012, e reconhece que o lulismo teve dificuldade de enfrentar a crise econômica, de lidar com a *Lava Jato* e com o PMDB, que era um partido de “centro e foi para direita” segundo o autor. Ele admite que a crise do sistema capitalista, a postura política do PMDB, a classe dominante brasileira e a queda da presidenta Dilma o surpreenderam! Pois, segundo o ex-porta-voz de Lula, a crise foi uma surpresa e as elites

brasileiras não entenderam a importância do lulismo. E mais, para Singer, estas classes erram ao abandonar o Lula, principalmente depois do governo ter atendido suas reivindicações e ter cumprido um papel civilizatório na sociedade!

Neste contexto, três fatores explicam o porquê dos industriais migrarem para a oposição ao lulismo e ao seu modelo desenvolvimentista. A saber: “a perda de controle sobre a política econômica com o pleno emprego, o incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do mundo do trabalho” (SINGER, 2016, p. 46). Ou seja, segundo o autor, além dos trabalhadores com suas lutas e conquistas, a crise econômica mundial atrapalhou a continuidade do lulismo! Pois, enquanto as condições econômicas internacionais eram favoráveis, o lulismo foi bem sucedido.

Em opinião divergente à de Singer, Armando Boito jr. (2013) defende que na análise daquele, tudo se passa como se o subproletariado estivesse no poder. Pois, seria equivocado afirmar, por diversas razões, que os governos Lula e Dilma “funcionam como árbitros no conflito entre as classes fundamentais de modo a poderem neutralizá-las e, ao fazê-lo, logram colocar em prática ‘o programa do subproletariado’” (2013, p. 173). Certamente, sob o lulismo, a desigualdade de tratamento entre as classes sociais fundamentais do capitalismo fora brutal. Além do mais, “o subproletariado não está no poder, isto é, não é o destinatário privilegiado das medidas de política econômica e social, dos governos petistas como quer Singer” (BOITO Jr., 2013, p. 76).

Para Valério Arcary, “o lulismo, com seu caudilhismo eleitoralista, devorou o PT, e absorveu os partidos e movimentos satélites do PT, em maior ou menor medida” (2014, p. 112). E, neste processo de evolução histórica do lulismo, “para se credenciar como partido eleitoral resignado aos estreitos limites do regime democrático-liberal no Brasil, o PT precisou deixar de ser petista” (ARCARY, 2014, p. 71).

Em Claudio Katz (2016) encontramos uma prolongada analogia entre o lulismo no Brasil e o kichernismo na Argentina. Consta o autor que embora sejam duas variantes das mesmas administrações situada no espectro da centro-esquerda, se desenvolveram em contextos muito diferentes. Portanto, de acordo com Katz (2016, p. 203), “enquanto o governo do Brasil acentuou, durante a sua gestão, a *desmobilização social*, o legado da rebelião de 2001 obrigou os seus vizinhos do *Cone Sul* a governar com um olhar voltado à reação dos oprimidos”. Desse modo, para Katz (2016), o lulismo com seu “novo desenvolvimentismo” apostou pela enésima vez no comportamento produtivo da burguesia brasileira, esquecendo as manobras que esta classe tem realizado para a fuga de capitais, a inflação e o desinvestimento (ou estagnação da economia). Em tom perplexo, questiona-se como é incrível que os governos da América Latina, em geral, com pouquíssimas e

honrosas exceções, depositam nesse setor expectativas que sempre terminam em acachapantes decepções. A última grande desonra de quem acredita nas classes economicamente dominantes, foi o impedimento de Dilma concluir seu governo, que apesar de ter atendido praticamente todas as reivindicações daquele setor, por ele fora deposta.

Para Giovane Alves (2014), o neodesenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma tinha como estratégia política, o lulismo, e que este implementou um “*reformismo fraco*”, evitando, desta maneira, o enfrentamento direto não apenas com o grande capital financeiro internacional que hegemoniza o *bloco de poder* do capital no Brasil, mas também evitando o enfrentamento com a grande burguesia interna que compunha a *frente política* do neodesenvolvimentismo. Para o autor, o mote do lulismo era “Lula, Paz e Amor” e o lema do governo era “Um Brasil para Todos”. Na verdade, a grande argúcia política do lulismo foi construir uma estratégia política que deslocasse politicamente frações do bloco de poder do capital – a burguesia interna – para seu projeto de governo com apoio de frações da classe trabalhadora organizada e o subproletariado pobre.

Assim, conclui o autor que, o lulismo manteve os pilares da macroeconomia neoliberal visando, deste modo, “acalmar os mercados financeiros e sinalizar, de modo claro, que o novo governo neodesenvolvimentista não tinha veleidades anticapitalistas, mas pelo contrário, mantinha-se alinhado com o bloco histórico neoliberal hegemônico no mercado mundial” (ALVES, 2014, p. 131).

Para o sociólogo marxista Francisco de Oliveira (2010), o lulismo aparece como uma *forma de dominação* e é diferente de todas que a história brasileira já demonstrou e a denomina de *hegemonia às avessas*. Portanto, para o crítico, trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Pois, esta *hegemonia às avessas* se expressa por meio de vitórias políticas, intelectuais e morais “dos de baixo”, mas que fortalecem, contraditoriamente, as relações sociais de exploração favoravelmente aos “de cima”. É o curioso fenômeno em que parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”.

O lulismo é caracterizado por Oliveira, não como populismo, “como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] Nada disso está presente na nova forma de dominação” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Portanto, o autor argumenta que há um lugar central para o consentimento passivo no lulismo. Não se trata de os trabalhadores consentirem que os representantes do capital governem o país, mas o avesso é o capital que consente que os supostos representantes do trabalho governem o país em seu nome. Por isso, o consentimento se transforma em seu avesso.

Diz ele, “não são os dominados em que consentem em sua própria exploração; são os dominantes [...] que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma de exploração capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Carlos Nelson Coutinho (2010) que tem um artigo no livro organizado pelo sociólogo, busca demonstrar o entendimento do lulismo como sendo a predominância da *hegemonia da pequena política* em razão, principalmente, do abandono das sonhadas reformas. Além disso, destaca que, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo muito significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles desarmou as resistências ao modelo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação de hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010).

Percebe-se que o leque de intelectuais orgânicos críticos ao fenômeno lulismo é bastante grande. Até mesmo Singer (2016) fora sincero em pelo menos um aspecto: para o autor, *o lulismo é despolitizador*, isso porque ele *é uma política de conciliação de classes* e não de conflito. Desse modo, quando não se constrói o conflito ele não acontecesse! Mas além de Singer, já é mais ou menos aceito entre as mais variadas forças sociais organizadas que compõem o espectro da esquerda brasileira, que os últimos governos no Brasil, especialmente os que decorreram sob o lulismo, foram extremamente desmobilizadores para a sociedade brasileira. A prova dessa despolitização foi o momento derradeiro da crise do lulismo quando da consumação da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 com amplo apoio das bases que outrora foram lulistas!

Momentos que expressam o fim do lulismo

À seguir, elencamos o que consideramos ter sido os cinco momentos cruciais do fim do lulismo como ideologia capaz de aglutinar as classes fundamentais no Brasil e assim promover o *pacto social*. É importante destacar que os acontecimentos listados em ordem cronológica, têm uma história e uma explicação sociológica que não são objetos de dissertação neste momento. Contudo, como fenômenos centrais que possibilitam compreender melhor as contradições e o fim do lulismo, por ora, cabe apontar que tais momentos estão intimamente ligados e um foi desencadeando o outro como numa espécie de *efeito dominó*.

O primeiro foi *Junho de 2013*. Certamente, junho foi uma explosão que se nutriu do lulismo e do “novo desenvolvimentismo”, portanto, de políticas anteriores aos eventos em si. Desta maneira, não se explicam unicamente pelo fato em si isolado.

Como já foi realizado exaustivamente o balanço daqueles eventos e este não é nosso objetivo aqui, iremos direto ao ponto. Já é amplamente aceito entre os teóricos marxistas, que desde então, a luta de classes retornou do exílio que parecia ter se metido durante a hegemonia do lulismo. As lutas de classes voltaram ao vivo e a cores, e trouxeram consigo a possibilidade de retomada das mobilizações de massas em torno de um projeto autônomo da classe trabalhadora.

As jornadas de junho de 2013 de acordo com Mattos (2016) se fizeram acompanhar de uma elevação do patamar de lutas sociais. O ano de 2013 foi o ponto mais alto da curva de greves das últimas décadas, com 2.050 greves registradas no país, mais que o dobro das contabilizadas no ano anterior. Neste sentido, o próprio Singer reconhece que “a coexistência equilibrada dos contrários começou a explodir com as manifestações de junho de 2013, que trouxeram subitamente à consciência como o Brasil, apesar de ter melhorado, continuava péssimo” (SINGER, 2016, p. 19).

Lembre-se que até junho de 2013, qualquer crítica social que se proferisse sobre governo e seu modelo (sobre o lulismo e o “novo desenvolvimentismo”), eram imediatamente rechaçados de princípio por qualquer apologista de plantão. Talvez também em função disso, junho trouxe para a arena política do Brasil a possibilidade de retomar a crítica social e as lutas sociais massivas, ou se preferirmos, expressa as contradições sociais de classes. Nas palavras de Carlos Vainer (2013), parafraseando Mao Tse-Tung, “uma fagulha pode incendiar uma pradaria” e, no nosso caso, a fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo Movimento Passe Livre – MPL.

Como os protestos foram majoritariamente compostos por jovens, convocados por meio de redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais, o rumorejo das ruas não fora uníssono. Tratou-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e de brutalidade, aliás, tudo isso compunha e foi expressão da própria sociedade brasileira. Não obstante, Junho perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo – e isso é o mais importante - de acordo com Raquel Rolink (2013, p. 8) “fez renascer entre nós a utopia”. Por outro lado, segundo Carlos Vainer (2013, p. 12), “o apartidarismo ganhou sua versão

fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir às manifestações e foram espancados pelos próprios manifestantes”.

Dessa maneira, parafraseando Marx (2012), diríamos que em junho o véu que cobria o lulismo foi rasgado. Pois, a fraternidade de classe durou exatamente o mesmo tempo em que os interesses da burguesia estiveram imanados com os interesses da classe trabalhadora. Por conseguinte, em síntese, pode-se dizer que junho explicita, precipita a crise de hegemonia do PT, ou, se preferirmos, indica a crise do lulismo e do suposto “novo desenvolvimentismo” que se fez água em todos os aspectos em face das massivas mobilizações.

Por conseguinte, o segundo indicativo da crise terminal do lulismo fora a *eleição presidencial de 2014*. Em meio a esta nova conjuntura, posta pela crise capitalista e pelas mobilizações de massas em junho de 2013, a segunda eleição de Dilma, em outubro 2014, foi um verdadeiro estelionato eleitoral. Registre-se que nestas eleições, se por um lado, o lulopetismo nunca prometeu tanto pelo Brasil, por outro, não se pode esquecer dos ataques dos marqueteiros e dos ideólogos do PT às esquerdas e mesmo às candidaturas de centro, que propunham uma alternativa a hegemonia petista e a peessedebista.

Definido o segundo turno entre o PT e o PSDB e em face da possível derrota para seu oponente Aécio Neves, a então Presidenta Dilma se sentiu ameaçada e por isso fez o mesmo que fizera na eleição para o seu primeiro mandato, em outubro de 2010 e, o que Lula havia feito no segundo turno das eleições em 2006, ou seja, fez uma nova reaproximação com as antigas bases sociais. Noutras palavras, correu em busca de socorro em direção aos aliados históricos que compõem o *bloco político-social* (formado pelo PT, CUT, MST e UNE); em decorrência desta tática, recebeu por várias vezes os movimentos sociais no palácio do planalto e prometeu atender minimamente as reivindicações daqueles que sempre nas horas difíceis lhe estenderam a mão. Para as organizações sindicais e sociais que compõem o *bloco político-social* parecia (ou acreditava-se) que se reeleita, desta vez Lula/Dilma havia aprendido e que agora sim faria um governo mais identificado com os interesses da classe trabalhadora.

Assim, Dilma se reelegeu. Entretanto, “reeleita pela reduzida margem de 3,3% pontos percentuais, a presidente fez exatamente o contrário [do que havia prometido], dando um cavalo de pau que deixou a esquerda perplexa” (SINGER, 2016, p. 43). Em decorrência desta opção política, mas não só, já em abril de 2015, a reeleita contava apenas com 8% do apoio da população.

Decerto, para surpresa de alguns, Dilma não cumpriu os acordos combinados coletivamente e imediatamente chamou Katia Abreu para o Ministério da Agricultura e

Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Para citar apenas estes dois ministérios, poupando assim, o leitor das más recordações! Esta tática de prometer e não cumprir nenhum décimo do prometido, bem como de recorrer às bases sociais históricas mais sólidas, como dissemos, já havia sido usada por Lula. Recorda-nos Oliveira (2010), que durante o segundo turno das eleições de 2006, “Lula queixou-se amargamente, de não ser o preferido dos ricos, cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que os pobres haviam ganhado a eleição” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

O terceiro momento indicativo do fim do lulismo foi o *impeachment de Dilma em 31 de agosto de 2016*. Neste ato se encerra a *conciliação de classes* – a política de alianças ou a composição de classes - tão defendida pelos lulistas. Por certo, como disse Erico Veríssimo no seu clássico *Incidente em Antares*, “quem semeia ventos colhe tempestade”. Assim, o dia 31 de agosto de 2016 atingiu os defensores do lulismo como um raio vindo do céu sem nuvens. A democracia tida como sólida pelos mais ferrenhos, como por exemplo, Oliva (2010), o “respeito ao voto”, as tais “conquistas sociais”, a “nova classe média”, os “novos pobres”, a ampla base de apoio no congresso, à alta popularidade do lulismo entre tantas outras quimeras desapareceu como se fosse uma fórmula mágica diante do impeachment pronunciado pelo Congresso e pelo judiciário brasileiro com amplo apoio da grande imprensa burguesa. Como disse Mefistófeles em Goethe, no gabinete de estudos de *Fausto*, parte I, “tudo o que existe merece perecer”.

Sob o lulismo, até certa medida as classes dominantes admitiram que os pobres ganhassem alguma coisa, por um lado, em função da conjuntura econômica favorável, pois, era aconselhável deixar que as classes subalternas pegassem as migalhas que caíam da mesa (a classe trabalhadora não suportava mais o peso do neoliberalismo atroz), por outro lado, as classes dirigentes defensoras do neoliberalismo estavam desmoralizadas, precisava-se buscar de um fôlego, o lulismo proporcionou isso.

Portanto, ao contrário do que defende Singer (2016), Dilma não caiu “pela sua política à esquerda implementada desde o início do seu governo, principalmente em 2011/12” ou por ter decidido “entrar em combate com frações de classes poderosas e resistentes” menos ainda por “não ter avisado os trabalhadores ou a sociedade das boas intenções da sua política, assim, não teve quem a defendesse”. Caiu porque o nome do jogo é política. Lembremos que em 2015/16, a Presidenta Dilma estava se comprometendo com todas as reformas neoliberais para manter-se no poder. Portanto, ela não foi apeada do governo porque estava com uma agenda de esquerda, de reformas estruturais (como a agrária e tantas outras) e menos ainda com uma perspectiva socialista. Observa-se,

contudo, que em certo ponto a Dilma e o lulismo não interessavam mais as classes dominantes. Não eram capazes de fazer as reformas no ritmo e na profundidade que interessa ao capital naquele momento. Por isso, todas as forças políticas e ideológicas do capital que outrora apoiavam o lulismo, pularam fora do barco. Por certo, quem rompeu o pacto de classes, foram às classes historicamente dominantes no Brasil. E é preciso que diga, a contragosto dos próceres petistas. Lembramos que a FIESP, a FEBRABAN, etc., somente declararam apoio ao impeachment em novembro e dezembro de 2015, quando o processo já estava instalado politicamente.

Além disso, a sociedade brasileira é dividida em classes sociais e, em sociedades com estas características, por mais que se queira, é impossível à conciliação de classes por um período mais longo. As classes dominantes no Brasil sabem e sempre souberam quem é o seu inimigo principal. Os apologistas do lulismo - tidos como representantes dos trabalhadores - quando assumiram parte importante do Estado (a Presidência da República) infelizmente esqueceram-se desta lição básica. A saber: as classes dominantes mais cedo ou mais tarde reivindicam pra si a *parte do leão*.

Ou seja, com a expressão aludimos a uma fábula em que o leão, a raposa, o chacal e o lobo fazem um acordo para caçar juntos e dividir entre si o que conseguirem abater. Na primeira experiência que fizeram, mataram um veado grande e o leão mandou dividir a presa em quatro partes iguais, depois se colocou diante dos pedaços e informou aos seus três parceiros que ficaria com o primeiro pedaço por ser o rei dos animais, com o segundo por ser o responsável pela partilha, com o terceiro por ser a parte que lhe cabe de direito na sociedade e também com o quarto pedaço por não acreditar que alguém ali estivesse disposto a disputa-lo com ele. Daí se origina a expressão “parte do leão”, que também pode ser entendida como “a melhor e a maior parte do bolo”.

O quarto episódio revelador da crise do lulismo foi a *prisão do ex-Presidente* em 7 de abril de 2018. Foi um processo rápido e sem precedentes históricos do julgamento até a prisão de Lula. Sem entrarmos nos méritos desse processo, o fato inegável e mesmo admitido por setores conservadores é que tratou-se de tirar Lula da disputa eleitoral de 2018. Em pesquisa realizada pelo Datafolha logo depois da prisão de Lula, este perdeu 6%, caindo de 37% para 31%; Jair Bolsonaro (PSL) se manteve com 15%. Sem a presença do ex-presidente, Bolsonaro assumiria o primeiro lugar com 17%. Ainda segundo o levantamento do Datafolha, Jair Bolsonaro perderia as eleições para Lula se a disputa no segundo turno fosse com ex-presidente, ele teria apenas 31% das intenções de voto contra 48% do petista.

Entretanto, o momento revelador neste episódio, foi o fato de que a sociedade não se mobilizou para defender o ex-presidente que “tanto bem tinha feito aos mais pobres, como nunca antes na história deste país”. O povo não soube reconhecer? Por que tamanha apatia desde o impeachment de Dilma? Não seria porque o PT, principalmente a partir de 2015, ajudou a consolidar uma perversa agenda econômica de austeridade fiscal permanente e colocou no centro dela a reforma da previdência. O grande símbolo desse agenda rebaixada e ofensiva aos interesses sociais foi Joaquim Levy, hoje homem forte do governo Bolsonaro na destruição do BNDES. Nada mais sintomático: o banqueiro, Ministro da Fazenda do PT, é hoje homem forte do Bolsonaro. Esse processo não teve nenhuma autocritica interna assim como não tivera a perda do poder político no voto nas eleições de 2018.

Por fim, o quinto momento derradeiro do ocaso do lulismo - a *eleição de Jair Bolsonaro* em outubro de 2018, com amplo apoio daquelas que outrora foram bases lulista. Já é amplamente aceito que muitos dos que se beneficiaram das limitadíssimas políticas compensatórias na área social e das condições de inserção via consumo, votaram contra o candidato de Lula e o PT naquelas eleições. Contudo, é evidente que há um componente de manipulação. Como defende Iasi (2018), isso tudo não teria a intensidade que teve não fora o massivo ataque dos meios de comunicação, a ação judicial que priorizou o ataque aos petistas envolvidos nos esquemas de corrupção e a insistente vinculação da pregação moral de um certo fundamentalismo religioso às posturas minimamente progressistas no campo dos costumes.

Por conseguinte e contraditoriamente, a crise da hegemonia petista (do lulismo) desde 2013 como vimos demonstrando e o seu colapso com a eleição de Bolsonaro, por um lado, marcam uma nova ofensiva neoliberal sobre o Brasil: por outro lado, abrem espaços para uma crítica social radical, para as lutas de classes voltarem à cena política do país e, além disso, no âmbito das bases populares das próprias esquerdas se abre também um campo de disputa.

Conclusões

Em face das argumentações de Singer (2012, 2016), que abordamos no início deste trabalho, poderíamos nos perguntar: qual foi, afinal, o mérito do lulismo? A resposta, sob o ponto de vista dos trabalhadores organizados, deveria ser nenhum. Pois, é inadmissível que depois de 13 anos de governo e de hegemonia petista sobre os trabalhadores, estes sejam responsabilizados pelo fracasso do lulismo. Do mesmo modo, o argumento da crise aludida pelo autor é uma falácia, se considerarmos que por um lado é fácil navegar em águas

calmas, e por outro, (e Singer esquece-se disso) não existe capitalismo sem crise. Aliás, a crise é componente do capitalismo e é parte constitutiva deste modo de produção.

Sem provocar nenhuma mudança estrutural nas estruturas de classes da sociedade brasileira, ou mesmo sem realizar qualquer reforma historicamente reivindicada pelas suas bases sociais (pelo bloco político-social formado pelo PT, CUT, MST e UNE) mais próximas, o lulismo foi, contraditoriamente, uma forma de continuidade do que é essencial do neoliberalismo. Além de o lulismo ser uma espécie de social-liberalismo, de acordo com Leher (2010) *o PT foi a governabilidade para o capital*. Com a sua postura de *reformismo sem reformas*, (ARCARY, 2014) de convivência harmoniosa com a herança de seu antecessor, o lulismo fora a expressão da subjetividade e do projeto político gestado pelo “moderno” capital nativo e o internacional em face da crise incontornável de legitimidade do neoliberalismo.

Portanto, se por um lado o lulismo limitou-se a promover a estabilidade macroeconômica, a preparação de infraestrutura para as atividades do capital e a atividade empresarial com fortes recursos públicos, por outro, bem ao estilo de “*um país de todos*”, buscou desenvolver algumas políticas positivas pontuais e localizadas. Isto é, pode-se dizer que a política de conciliação de classes hegemônica por dez anos (2003-2013) em nosso país, por um lado, de alguma forma beneficiava parte significativa das classes subalternas que há séculos haviam ficado a margem do consumo no Brasil; por outro, no entanto, indiscutivelmente, além de favorecer a acumulação rentista e especulativa dos banqueiros, *como nunca antes na história deste país*, possibilitou de uma maneira ou de outra o ressurgimento das forças conservadoras e reacionárias em nossa sociedade e dividiu as esquerdas sociais. Obviamente, não se pode responsabilizar unicamente o lulismo por este retorno abominável das forças antidemocráticas e nem mesmo pela divisão das esquerdas na atualidade. Porém, do mesmo modo, não se pode isentá-lo como querem seus séquitos mais ferrenhos.

Por fim, essencialmente, os pequenos avanços aceitos pela claque e os aliados em torno do lulismo, estavam conformes ao espírito de Tancredi, personagem d’*O leopardo*, notável romance do italiano Giuseppe Lampedusa (1896-1975): “é preciso mudar algo para que tudo permaneça como está”. Por isso, o lulismo somente segue vivo na estrutura própria do PT e do bloco político-social que ele dirige.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovane. **Trabalho e desenvolvimentismo**. Bauru- SP: Canal Editora, 2014.

ARCARY, Valerio. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: Sundermann, 2015.

BOITO JR, Armando. **O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer.** In. *Crítica Marxista*: n.37, p. 171-181, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. In. OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

LEHER, Roberto (et.al.). **Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010.** Buenos Aires: CLACSO, Año XI, N° 28, noviembre. 2010.

KARL, Marx. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O ponto a que chegamos: sobre a luta de classes na conjuntura do golpe de 2016.** In. Bolg Boitempo. São Paulo, 2016.

OLIVA, Aloisio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010).** Campinas: SP: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ROLINK, Raquel. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo. 1° Ed. Boitempo: Carta Maior, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

VAINER, Carlos. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo. 1° Ed. Boitempo: Carta Maior, 2013.

SOFRIMENTO MENTAL COMO EXPRESSÃO DA OPRESSÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Vanessa de Fátima Ferreira Silva¹

Resumo: Este trabalho detém como tema o sofrimento mental como expressões da e opressão da classe trabalhadora. Então para se compreender tal processo de adoecimento o trabalho será desenvolvido baseado em autores que compõe a bibliografia. Uma vez que o objetivo do mesmo é traçar uma análise da reforma psiquiátrica, a organização dos CAPS e as expressões da questão social acerca do subjetivo dessa classe, sendo essa formada majoritariamente pela população negra. Diante desse fator, a inserção precária de tais na sociabilidade capitalista, desencadeia o processo de sofrimento mental.

Palavras-chave: exploração; racismo; CAPS; adoecimento.

Abstract: This work focuses on mental suffering as expressions of exploitation and oppression of the working class. So to understand this process of illness the work will be developed based on authors who compose the bibliography. Since the purpose of this study is to analyze the psychiatric reform, the organization of the CAPS and the expressions of the social question about the subjective of this class, being formed mainly by the black population. Faced with this factor, the precarious insertion of such in the capitalist sociability, triggers the process of mental suffering.

Keywords: exploration; racism; CAPS; illness

¹ Bacharel em Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: vanessafatimaferreira@gmail.com. Trabalho vinculado ao eixo “As expressões da exploração/opressão de classe no contexto da ofensiva do capital.”

1 INTRODUÇÃO

O tema² desse trabalho emergiu a partir das experiências de acolhimento realizadas no Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSi). Durante o tempo que atuei como estagiária, foi possível observar que a maioria dos usuários que desenvolve seu tratamento na instituição são negros. O contato estreito com os usuários possibilitou-me perceber, nas falas e no comportamento que apresentavam que o sofrimento mental que portavam encontrava-se associado com experiências de violência racial e as expressões da questão social vivenciadas. Observei que alguns adolescentes e crianças não aceitavam sua identidade negra, sendo essa uma ferida subjetiva para cada um deles, que fomenta e desencadeia um sentimento de repulsão de sua imagem. A partir de suas falas e relatos da trajetória de vida foi possível constatar que haviam sido vítimas de violência racial praticada por familiares, por instituições públicas e privadas e, de uma forma geral, por toda sociedade. Por outro lado, os responsáveis³ também se enquadravam em tal caso e dessa forma optei em não me abster somente nos usuários do CAPSi.

O objeto desse trabalho é a análise da reforma psiquiátrica, a organização dos CAPS e as expressões da questão social acerca do subjetivo da classe trabalhadora, sendo essa formada majoritariamente pela população negra. Diante desse fator, a inserção precária de tais na sociabilidade capitalista, desencadeia o processo de sofrimento mental.

Diante desse cenário é possível perceber que o racismo adquiriu um status de naturalidade ou até mesmo de invisibilidade, como aponta Menezes (2013). O racismo produz baixa-autoestima, depressão, ansiedade, medo, desejo de embranquecer e repulsão da própria identidade negra:

O tema será desenvolvido baseado na experiência no campo de estágio e em autores que abarcam o aspecto da esfera subjetiva dos sujeitos e a conjuntura que o modo de produção capitalista produziu para a estruturação do racismo. Assim, o trabalho apresenta além desta introdução, duas seções, de maneira que na primeira aponta sobre a transição dos hospitais psiquiátricos à serviços de saúde a segunda abarca acerca do impacto da opressão na saúde mental da classe trabalhadora. Posteriormente as considerações finais e por fim o referencial bibliográfico.

² Sendo a instituição voltada ao tratamento de crianças e adolescentes, minha análise não se limitava somente em tais, mas englobava também os pais, sendo os mesmos trabalhadores.

³ Que são negros e compõe a classe trabalhadora.

2 DE HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS À SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL COM A PRESENÇA DE ASSISTENTES SOCIAIS

Segundo as autoras Ana Paula Andrade e Sônia Maluf (2017) a reforma psiquiátrica brasileira trás consigo inúmeras modificações acerca de teorias e práticas no campo da psiquiatria. Uma vez que ocorre a substituição de hospitais psiquiátricos a serviços de saúde mental - CAPS⁴ (Centro de Atenção Psicossocial) - e com isso, tem-se a incansável tentativa de romper com a perspectiva hospitalocêntrica. Dessa maneira, emerge novos métodos para desenvolver o tratamento do sujeito portador de transtorno mental, como por exemplo, o fazer profissional do Assistente Social com intuito de possibilitar informações acerca dos direitos dos usuários do serviço, a integração e circulação do mesmo no território, na cidade e em outras instituições e fomentar o protagonismo do mesmo em relação a sua própria vida. Assim, o tratamento se destaca não com um viés de encarceramento e isolamento, mas com o objetivo de construir juntamente com o usuário sua autonomia e possibilitando sua inserção no âmbito social.

Andrade e Maluf (2017) apontam que a reforma sanitária influenciou a reforma psiquiátrica, de maneira que a primeira reforma torna público o projeto de saúde contra-hegemônico, a situação precária dos hospitais e a mercantilização e sucateamento do mesmo. Dessa maneira, reivindicavam por um Sistema Único de Saúde (SUS) que seria pautado na universalidade, integralidade e equidade. Já a segunda se caracteriza como um movimento que persiste na tentativa de modificar completamente os alicerces da esfera psiquiátrica a tornando humanitária.

O primeiro Centro de Atenção Psicossocial da saúde mental surge no Brasil em 1986, na cidade de São Paulo que ficou conhecido como Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira. Os profissionais da saúde mental se encontravam na vanguarda do movimento antimanicomial, tendo como pauta a situação precária dos hospitais psiquiátricos e a maneira que se desenvolvia o tratamento dos sujeitos portadores de transtorno mental e como eram reconhecidos pela sociedade.

⁴ [...] um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. O objetivo do CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004, p. 13)

Partindo do ano de 1930-40 os “loucos” eram estigmatizados como pessoas que estavam possuídas por espíritos malignos, considerados perigosos e violentos. Então o isolamento; o distanciamento familiar e as torturas, como por exemplo, o eletrochoque, denominado “eletroconvulsoterapia”, castigos e punições eram apontados como formas de tratamento. Ou seja, as clínicas não adotavam um procedimento humanizado, visto que além de realizar todos esses atos citados anteriormente os prendiam em celas, como mostra no documentário “Holocausto Brasileiro”.

Para se compreender como se deu o desenvolvimento do CAPS é primordial partir da realidade que

Ao longo do século XX, ocorreram importantes mudanças legislativas e ideológicas no Brasil. Em 1988, a Constituição Federal definiu que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Em 1990, concretizaram-se, concomitantemente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Saúde (SUS), proporcionando mudanças significativas. Em 2001, foi aprovada a Lei 10.216, que afirma os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento, que, até então, era centralmente manicomial e médico, representando uma conquista do processo do movimento da Reforma Psiquiátrica. No entanto, foi apenas em 2002, 10 anos após a criação dos CAPS para adultos, que a Portaria do Ministério da Saúde n.º 336/GM criou os CAPSis, e a saúde mental infantojuvenil recebeu atenção e diretrizes que proporcionassem um cuidado específico e qualificado a essa população, iniciando a implantação dessas instituições. (OLIVEIRA; BELLONI, 2013, p. 01)

Os profissionais que atuam no campo são: assistentes sociais, psicólogas, enfermeira, técnicos de enfermagem, estagiários e residentes das áreas já apontadas, recepcionista e profissional da limpeza.

Por mais que a conjuntura acerca dos serviços da saúde mental se modificou com a reforma psiquiátrica, muitas pessoas ainda têm uma visão preconceituosa quando se trata de usuários⁵ do CAPS. E por esse fato é necessário que a equipe que compõe o corpo da instituição paute seu fazer profissional de forma ética, tendo em mente que é de grande valia respeitar os sujeitos portadores de transtornos mentais. Não anular suas limitações, mas saber que o mesmo possui total direito de decidir sobre alguns aspectos da sua vida, como por exemplo, a esfera da área afetiva.

Dessa maneira a demanda exige um grupo técnico específico e especializado. Sendo assim, na linha de diagnóstico de transtornos mentais, abarca todos os transtornos, retardos; déficit cognitivo psicose; esquizofrenia; transtorno bipolares do humor e as depressões graves. A instituição direciona seus serviços as pessoas que se encontram inseridas no

⁵ Com a reforma psiquiátrica brasileira a nomenclatura que se utiliza para se referir as pessoas que utilizam os serviços do Sistema Único de Saúde é usuário.

tratamento levando em consideração o plano terapêutico destinado aos mesmos, respeitando assim sua singularidade. O fortalecimento de vínculo é benéfico, não somente para a evolução do caso, mas também para a equipe, uma vez que o amparo familiar e social é um critério que vai para além da instituição, ou seja, quanto mais forte o laço familiar e a estrutura social que o sujeito tem, menos recorrentes são as crises.

Os CAPS vêem o indivíduo como um todo, não apenas como uma pessoa que possuiu um transtorno mental. Assim a rede não está restrita à instituição e o objetivo desta é a Reabilitação psicossocial e a constituição de cidadania do usuário articulando as diferenças no mundo. Dessa maneira, por mais que seja portador de um transtorno mental, o mesmo deve estar freqüentando a escola e circulando nos espaços sociais. Pode-se afirmar de acordo com o Ministério da Saúde que os CAPS sendo de natureza pública são considerados um ponto de atenção da rede, um *serviço da classe trabalhadora*, caracterizado como organizador do cuidado e maestro do tratamento centrado, de forma que pretende potencializar a autonomia do usuário, com a realização das atividades, fazendo com que o tratamento proposto - de acordo com cada caso – esteja possibilitando uma evolução do quadro. Ou seja, o usuário deve estar em consonância com o que a Portaria 3088 da Lei 10216 decreta, isto é, garantia de direitos, autonomia, acesso ao tratamento e a integridade do sujeito, deve ser atendido em todas as suas esferas.

Sendo assim a política da instituição se encontra No Ministério da Saúde, na Portaria 3.088, de 23 de dezembro de 2011 e os serviços disponíveis são reconhecidos como ferramentas de tratamento e se baseia na reforma psiquiátrica. Com isso, o Centro de Atenção Psicossocial viabiliza o atendimento terapêutico, individual e em grupo; oficina, passeios e serviços como projetos e passe livre.

Tendo em mente o tamanho do município e o horário de funcionamento, percebe-se a necessidade de instaurar os CAPS I, II e III. Realizando o levantamento é possível apontar que CAPS tipo I, funciona até às 18h; tipo II também, mas com um público menor e o CAPSIII funciona 24h.

Realizando a trajetória do usuário até chegar ao CAPS, nota-se que o encaminhamento pode ser feito pelo posto de saúde - atenção básica de saúde- pelo CRAS, CREAS ou pelo Conselho Tutelar e em seguida agenda uma consulta na instituição. Quando o sujeito chega ao serviço vai para o acolhimento, sendo esse o primeiro contato do profissional com o mesmo, então neste instante é imprescindível uma escuta qualificada e é algo multidisciplinar, já que todos os profissionais podem realizar, não somente o Serviço

Social. Após, tomar consciência de o que levou a pessoa à instituição, o profissional pode compartilhar os casos mais complexos na reunião de equipe e dessa forma pode-se destinar o usuário para oficinas, o inserir em atividades que encaixe no seu tratamento e ou encaminhá-lo para outros pontos da rede. Tendo em mente que a demanda da instituição é o Projeto Terapêutico Singular (PTS) que é o plano de trabalho do usuário na instituição, podendo ser classificadas como ferramentas que não se limitam em medicamentos e consultas, se direcionando para além.

3 O IMPACTO QUE A OPRESSÃO CAUDA NA SAUDE MENTAL DA CLASSE TRABALHADORA

Sabendo que a população negra majoritariamente constitui o corpo da classe trabalhadora ao decorrer da elaboração desse trabalho, foi possível estudar certas faces do processo de sofrimento mental que tais sujeitos são expostos. Logo, constatou que os usuários dos CAPS são majoritariamente negros e que seu sofrimento psíquico se encontra embricado não somente a inserção precária do mesmo na sociabilidade capitalista, mas também ao preconceito racial, uma vez que

o racismo produz baixa-autoestima, depressão, ansiedade, medo, desejo de embranquecer e repulsão da própria identidade negra causando profundas lesões na autoestima, na auto- confiança e nos papéis sociais desses sujeitos (HONNETH 2003 apud TAVARES;OLIVEIRA;LAGES, 2013, p. 581).

Com isso, pode-se afirmar que o racismo afeta diretamente a saúde mental da população negra e a *inserção do mesmo na esfera social de forma precária* fomenta tal sofrimento. Logo, quando os negros foram libertados, não foram acolhidos com políticas de inserção na vida social. Pelo contrário, foram vítimas das expressões da modernização da escravidão, com as novas formas do racismo científico e da estigmatização, da desigualdade de oportunidades, da construção do mito da democracia racial, da política pública do branqueamento e da meritocracia. Ou seja, ao ser libertado da escravidão, a população negra deparou-se com novas formas de desvalorização e de inferiorização.

Tendo em mente que quando o Brasil decidiu abolir a escravidão, não por iniciativa própria, mas, por influência e conveniência econômica dos países centrais, Schwarz (2012) indaga a impropriedade do pensamento brasileiro, como se o povo tivesse sido banido do próprio território ou até mesmo de sua própria história:

[...] havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais. [...] No plano das convicções, a incompatibilidade (SCHWARZ, 2012, p.13).

A presença do escravismo no Brasil não somente demonstrava a impropriedade das ideias liberais, mas, também, preocupava as nações emancipadas que desejavam ampliar a esfera de circulação de suas mercadorias, o que somente seria possível através de uma transição para o trabalho assalariado. Todavia, tal pensamento não derivava de uma perspectiva de bondade ou da compreensão que todos eram iguais independentemente de sua cor de pele e, sim, por um viés de *maximização de lucro*.

Algumas pesquisas⁶ realizadas acerca da questão ético racial imbricado a saúde mental dos sujeitos, apontam que o público do CAPS é majoritariamente negro.

Apenas três dos 17 artigos utilizaram a variável raça/cor na descrição dos usuários do serviço, e neles a proporção de negros era de 77,5% (Almeida et al., 2014), 27,4% (Pereira et al., 2012) e 29,1% (Rodrigues et al., 2012), abrangendo os estados da Paraíba, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, respectivamente, enquanto no mesmo período a proporção de negros nesses estados era de 58,4%, 34,6% e 16,2% (IBGE, 2012). [...] Apesar de apresentarem dados acerca dessa variável, nenhum dos três artigos discutiu os achados, ou seja, raça/ cor não foi considerada na discussão apresentada nos artigos.

Os dados foram coletados por meio de análise do prontuário, entrevista e análise do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), e a amostra variou entre 35 e 2.470 usuários ou prontuários. Entre os 17 artigos, 11 deles apresentaram a prevalência de usuários CAPS do sexo masculino; o grau de escolaridade dos usuários, descrito em 7 artigos, foi ensino fundamental incompleto; em relação ao uso de substâncias psicoativas, o álcool e o tabaco foram as drogas mais usadas, segundo os estudos (Quadro 1) (AZEVEDO; BATISTA; SILVA; BARROS; POLICARPO, 2017, p. 105).

Souza (1983) pontua que as sequelas psíquicas se instalam na consciência do negro, visto que o corpo torna tal cidadão exposto à amargura, desespero ou revolta, repulsa de sua figura e a realidade da impossibilidade de modificar seu perfil; sua realidade econômica e sua origem, sua cor, seus traços e a mania de provar para a sociedade a todo o momento que os aspectos que conjecturam sobre si não procedem, portanto:

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (SOUZA, 1983, p. 02).

Dessa forma, a estigmatização é uma forma de opressão ao negro, sendo este o formador do corpo da classe trabalhadora. De maneira que denotam a cor da sua pele como uma incapacidade intelectual, ausência de moral e ética, enfim, como se o ser negro

⁶ Trabalho com seguinte nomenclatura: "O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial" (2015).

trouxesse consigo um arcabouço formado de vieses negativos, somente. Com a abolição da escravidão, ocorre a desvalorização do negro no mercado de trabalho, de maneira que a mão de obra europeia foi considerada a ideal para a desenvoltura do capitalismo no Brasil. Partindo de tal contexto, relata-se que

O negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica (IANNI, 1988, p. 239 apud CARDOSO, 2013, p. 78).

Com isso, emerge no pensamento do negro a sensação de acusação e, então, ele começa a se ver acuado, pois não encontra na realidade uma porta aberta, uma experiência de satisfação, mas sim, de decepção. Diante desta situação, pode instalar-se o conflito psíquico⁷.

A partir do sofrimento produzido pelo racismo, desde a infância, os negros tendem a rejeitar sua identidade e repulsar sua imagem. O processo de rejeição de si é produzido pela imposição social do desejo de ser branco, uma vez que esse é o padrão étnico aceito. Contudo, em seguida percebe que tal desejo esta fadado à incompletude, pois o mesmo pode até alisar os cabelos, mas permanecerá sendo negro; pode até mudar o comportamento, visto que este é flexível e adquirir formas de pensar como os brancos, porém continuará sendo negro.

Com isso o negro fomenta um desejo de ser aceito socialmente, dessa forma, internaliza de forma compulsória o ideal do Ego branco que, pode também ser tangenciado com o eurocentrismo, e em contrapartida, - 'é obrigado a formular para si um projeto identificadorio incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo' (SOUZA,1983, p.03). Logo, vislumbra um estereótipo que é inalcançável, incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo.

Esse posicionamento de rejeição de sua identidade, de sua imagem e da historicidade negra, carrega consigo um - ciclo entrópico, isto é, uma desordem que tende a aumentar de maneira gradativa. Se por um lado os negros almejam embranquecer-se, como afirma Souza (1983), por outro lado desejam sua própria extinção, sem ao menos perceber, visto que caiu no mecanismo. "Destacando dessa maneira que - seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou não ter sido" (SOUZA, 1983, p. 05),

⁷ Neuroses traumáticas como aponta Freud (1856-1939 apud FAZZIO, 2016).

logo, repudiando sua cor esta repudiando diretamente seu corpo e indiretamente a historicidade dos seus.

Diante desse cenário é possível perceber que o racismo adquiriu um status de naturalidade ou até mesmo de invisibilidade, como aponta Menezes (2013). Sendo possível ser identificada como uma nuvem que se encontra pairando na superfície, mas que poderá um dia se desfazer com o tempo, de maneira gradual. Todavia, o engendramento do racismo nas entranhas sociais se tornou um fator desconhecido (mas reproduzido) no instante em que não há investigação e análise sobre o tema.

4 CONCLUSÃO

No decorrer da elaboração desse trabalho, foi possível estudar certas faces do processo de sofrimento mental da maioria dos trabalhadores negros e relacioná-lo as sequelas da exploração/opressão e do racismo. A pesquisa bibliográfica realizada indica que as expressões que o modo de produção capitalista desencadeia proporcionam a classe que detém apenas sua força de trabalho para assim adquirir sua subsistência, feridas incicatrizáveis.

A partir do sofrimento produzido pela inserção precária na sociedade capitalista; o racismo institucional e a opressão, desde a infância, os negros tendem a rejeitar sua identidade e repulsar sua imagem. O processo de rejeição de si é produzido pela imposição social do desejo de ser branco, uma vez que esse é o padrão étnico aceito. Contudo, em seguida percebe que tal desejo esta fadado à incompletude, pois o mesmo pode até alisar os cabelos, mas permanecerá sendo negro; pode até mudar o comportamento, visto que este é flexível e adquirir formas de pensar como os brancos, porém continuará sendo negro.

O homem de cor luta contra a inferioridade que historicamente sente, de forma que o mesmo carrega uma carga pesada causada pela infâmia depositada na sua cor. Alguns pensam que é horrendo ser negro, que a cor negra é uma maldição. Assim, é notável a criação do lugar do negro. E mais, a abolição da escravidão se concretizou, mas o preto não se tornou senhor de si quando adquiriu sua “liberdade” (FANON, 2008).

Esse posicionamento de rejeição de sua identidade, de sua imagem e da historicidade, carrega consigo um “ciclo entrópico⁸”, isto é, uma desordem que tende a

⁸ A entropia é uma medida do grau de desordem de um sistema, ou bagunça como afirmam os físicos que tende a aumentar.

aumentar de maneira gradativa. Se por um lado os negros almejam embranquecer-se, como afirma Souza (1983), por outro lado desejam sua própria extinção, sem ao menos perceber, visto que caiu no mecanismo. Destacando dessa maneira que “seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou não ter sido” (SOUZA, 1983, p. 05), logo, repudiando sua cor esta repudiando diretamente seu corpo e indiretamente a historicidade dos seus.

Os impactos do preconceito racial na saúde mental dos trabalhadores negros tem se tornado um foco de análise nas políticas públicas. Mesmo que no campo biomédico já tenha uma produção que relaciona o racismo à saúde mental, ainda carecemos de estudos que aprofundem a temática na atualidade. O desenvolvimento desse tema possui grande relevância para os profissionais de Serviço Social. Visto que, irá proporcionar a ampliação da discussão sobre as questões da saúde mental da população não-branca e assim poderá possibilitar a compreensão da realidade social, como o Código de Ética aponta dos sujeitos que são o público alvo, majoritariamente do fazer profissional do Assistente Social.

Considerando que o número de pacientes negros portadores de sofrimento psíquico tem crescido visivelmente, é urgente que se amplie o debate sobre os impactos do racismo no sofrimento psíquico dos negros. Isto irá contribuir para melhorar não somente a prática profissional dos Assistentes Sociais e de outros profissionais, mas, primordialmente, a própria saúde mental da população negra. Diante disso, consideramos de grande relevância desenvolver novas abordagens de pesquisa, novas linhas de pensamento sobre o tema proposto contendo a óptica de outros profissionais. Para que dessa forma, se amplie o conhecimento e que a sociedade perceba que o racismo e a opressão vai para além da cor da pele, isto é, causa = “feridas subjetivas”.

Sendo assim, negligenciar tal assunto, não deve ser uma opção. Haja vista que irá rebater não somente na prática profissional dos Assistentes Sociais e de outros profissionais, já que todos lidam com as diferenças (de forma geral) em seu estabelecimento de trabalho, mas primordialmente na população negra, trabalhadora. Que merece respeito e reconhecimento.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ANDRADE, Ana Paula Müller; MALUF, Sônia Weidner. Loucos/as, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde debate*, Mar 2017, vol.41, p.273-284.

CARDOSO, Francilene. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. *Libertas*. V. 13 nº 1, p.73- 94, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FAZZIO, Fernanda. A neurose traumática e o surgimento da psicanálise. Artigos Psicanasile, 2016. Disponível em: < <http://fernandafazzio.com.br/2016/04/05/a-neurose-traumatica-e-o-surgimento-da-psicanalise/> > Acesso em: 16/11/2018.

MENEZES, Franciane Cristina. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. *Libertas*. V. 13 nº 1, p. 09- 72, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

MINISTERIO DA SAÚDE. *Saúde mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília- DF, 2004

OLIVEIRA, Tatiane Guimarães Pedroso; BELLONI, Fabio. *Saude em Debate*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000100019> acesso em: 18/11/2017.

SCHWARZ,Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: duas cidades/ Editora 34, 2012.

SILVA, Naiara Gajo; BARROS, Sônia; AZEVEDO, Fernanda Christiane; BATISTA, Luís Eduardo; POLICARPO, Valéria Camargo. O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. *Saúde Soc*. São Paulo, v.26, n.1, p.100-114, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. V. 4. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAVARES, N. O. ; OLIVEIRA,L. V. ; LAGES, S.R.C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. 2013. 8f. v. 37, nº 99. Out/ dez. Rio de Janeiro, 2013

COLONIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E MAXIMIZAÇÃO DE LUCRO:
particularidades da roupagem tecida na formação sócio histórica brasileira

Vanessa de Fátima Ferreira Silva¹

Resumo: Este trabalho abarca a temática colonização, violência e maximização de lucro com o objetivo de traçar uma análise acerca da colonização do Brasil e assim compreender os alicerces da conjuntura atual do país. Sendo esses econômicos, políticos e sociais, propiciando um cenário adequado para a produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Botelho (2013) por sua vez argumenta que devemos relacionar a “descoberta” do continente americano não, apenas, com a construção da identidade histórica e geográfica, mas, também, com base na construção da subjetividade moderna. Assim, a bandeira da expansão comercial desencadeou e fomentou um cenário de desigualdade, preconceito, e miséria.

Palavras-chave: Colonização; violência; capitalismo; escravidão.

Abstract: This work covers the theme of colonization, violence and profit maximization with the objective of analyzing the colonization of Brazil and thus understanding the foundations of the country 's current situation. Being these economic, political and social, providing a suitable scenario for the production and reproduction of capitalist sociability. Botelho (2013), in turn, argues that we must relate the "discovery" of the American continent not only with the construction of historical and geographical identity, but also with the construction of modern subjectivity. Thus, the banner of commercial expansion unleashed and fomented a scenario of inequality, prejudice and misery.

Keywords: Colonization; violence; capitalism; slavery

¹ Bacharel em Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: vanessafatimaferreira@gmail.com. Trabalho vinculado ao eixo “ Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais”.

1 INTRODUÇÃO

Prado Júnior (1957) em sua obra, “O Sentido da Colonização”, afirma que é necessário compreender a iniciativa da colonização brasileira, não como um fato necessário de descobrimento ou um acontecimento espontâneo, mas, sim, por motivações de maximização de lucro, isto é, como demanda da expansão do capital comercial. Logo, a inserção nas terras virgens do Novo Mundo desencadeou uma circunstância particular na formação e no desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo, a concentração de terras nas mãos de uma minoria, a dependência² econômica estrutural e, por fim, o exército industrial de reserva que se forma quando ocorre o rompimento do sistema escravocrata.

Botelho (2013) por sua vez argumenta que devemos relacionar a “descoberta” do continente americano não, apenas, com a construção da identidade histórica e geográfica, mas, também, com base na construção da subjetividade moderna, haja vista a dominação da América pelo eurocentrismo, ou seja, pela imposição da ideia de superioridade europeia. Contudo, a pretensa autossuficiência do perfil europeu sustenta sua base na forma violenta como produziu uma esfera periférica:

Assim, o “evento” que é a descoberta da América e sua violenta colonização não é um sombrio desvio na história da modernidade, mas a demonstração de suas condições mais elementares, seu ponto de partida e sua natureza mais evidente, reafirmada de modo insuportável posteriormente. Como deixaria evidente Braudel, “a América foi ‘obra’ da Europa, a façanha através da qual a Europa revelou mais autenticamente sua própria natureza” (SALE, 1992, p. 252 apud BOTELHO, 2013, p. 203).

Dessa forma o objetivo do trabalho é traçar uma análise acerca da colonização do Brasil e assim compreender os alicerces da conjuntura atual do país. Sendo esses econômicos, políticos e sociais, propiciando um cenário adequado para a produção e reprodução da sociabilidade capitalista.

O tema será desenvolvido baseado nos autores que se encontram no referencial bibliográfico de modo que os mesmos abarcam o aspecto do colonialismo, eurocentrismo, a questão da esfera subjetiva dos sujeitos negros e a conjuntura da sociabilidade capitalista. Logo, o trabalho apresenta além desta introdução, duas seções, de forma que a primeira, aborda sobre o eurocentrismo, colonialismo e violência, a segunda abarca acerca do capitalismo mundial e divisão racial da humanidade. Em seguida as considerações finais e por fim o referencial bibliográfico.

²Uma vez que o desenvolvimento desigual e combinado se torna funcional ao sistema de modernização do capitalismo.

2 EUROCENTRISMO, COLONIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

Botelho (2013) aponta que a invasão da América por Cristóvão Colombo em 1492, através das grandes navegações, constituiu uma ponte para a constituição do mercado mundial:

[...] a Europa se torna o centro a partir do qual se interligam a América (suas terras de além-mar), a África (futura fornecedora de força de trabalho escrava) e a Ásia (fonte das tão disputadas especiarias). A viagem de Colombo, símbolo máximo do nascimento de um novo mundo, uma nova época, é também o evento inicial do domínio mundial europeu. Nascia assim o “moderno sistema mundial” (Wallerstein), uma articulação de territórios em diversas partes do mundo através de um sistema de circulação de mercadorias em sua fase inicial (“capitalismo comercial”) (BOTELHO, 2013, p. 199).

A violência e a crueldade imposta sobre os indígenas foram unicamente motivadas pelo desejo de expansão territorial/comercial. Portanto, ao destruir a cultura e as formas de viver dos indígenas, a colonização europeia impõe, não apenas, uma nova ordem burguesa, mas, também, uma subjetividade marcada pela noção de inferioridade do outro:

A colonização não é apenas um movimento objetivo violento de construção da ordem burguesa através dos recursos monetários (ouro e prata), recursos naturais (madeira, tabaco, açúcar, café e etc.) e força de trabalho (negros e indígenas) – todos esses “fatores de produção” arrancados, expropriados e explorados aos limites do imaginável. A colonização é também um processo subjetivo de construção da consciência burguesa, que cria a representação de sua própria condição numa ordem social e natural, ao mesmo tempo que projeta sobre o Outro uma imagem inferiorizada nesta ordem. Todo esse movimento de constituição da consciência moderna é um processo subjetivo, mas não num sentido particularizado – embora sua individualização seja a própria forma de existência do sujeito burguês iludido de uma autoconsciência, livre e com vontade plena. A colonização é a própria origem social da subjetividade transcendental, a forma moderna de relacionamento subjetivo- simbólico, matriz formal da consciência burguesa (BOTELHO, 2013, p. 212-213).

A partir de meados do século XVI, os europeus optaram pela utilização maciça da força de trabalho dos negros, consolidando, assim, o mercado escravocrata. A motivação que direcionou os colonos a substituir os nativos pelos escravos negros é controversa. Pois para Botelho (2013), não somente os negros cumpriam as ordenanças dos homens brancos, mas os indígenas também, ou seja, não é possível sustentar a ideologia de alguns autores que afirmam que os colonos se interessaram pela atividade laboral do negro pela força que esses possuíam e, por esse motivo, realizavam suas funções de maneira ágil. Isto é, tanto os negros como os indígenas executavam as tarefas imposta.

Logo, torna-se necessário desmistificar a ideia engendrada e reproduzida de que os negros são escravizados por conta de sua estrutura biológica³:

³Uma vez que esta impressão resulta no preconceito.

Não obstante, trata-se de um pobre constructo ideológico que não tem, literalmente, nada que ver com a estrutura biológica da espécie humana, mas tem tudo a ver, em troca, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado (QUIJANO, 1999, p. 186 apud BOTELHO, 2013, p. 215).

Alguns autores afirmam que a colonialidade é uma herança das relações sociais. Todavia, Botelho (2013) ressalta que utilizar o termo herança no sentido das determinações coloniais se torna equivocado, uma vez que *herança* se restringe a uma época anterior. Então, deve-se investigar de maneira criteriosa a utilização de tal termo e ponderar que o elemento colonial baseado na submissão de indígenas e negros na execução de trabalho não-assalariado, não é uma característica pré-capitalista, mas, o resultado dessa formação social é a característica da modernidade instaurada nos países periféricos:

Examinemos a história do colonialismo e do imperialismo: o Ocidente eliminou os índios da face da terra e escravizou os negros; submeteu outros povos colonizados a uma sorte análoga, mas isto não impediu o Ocidente de apresentar e celebrar sua expansão como a marcha da liberdade e da civilização enquanto tal. E essa visão terminou de tal modo por conquistar ou condicionar poderosamente as próprias vítimas que, na esperança de serem cooptadas ao seio da “civilização”, interiorizaram a sua derrota cancelando a própria memória histórica e a própria identidade cultural (LOSURDO, 2004, p. 53 apud MENEZES, 2013, p. 39).

Em geral, emprega-se uma falsa ideia de que ocorreu uma troca de valores culturais entre os colonizados e os colonizadores, mas, na verdade, a relação estabelecida entre ambos resultou na submissão de uma cultura a outra, desencadeando o eurocentrismo⁴.

Conforme Quijano (2005), o descobrimento do Novo Mundo traz consigo duas implicações: 1) o despojo daquele povo nativo do seu lugar na influência histórica, de maneira que, a partir deste momento, não seriam nada mais que raças inferiores, destinados somente a reproduzir culturas impostas. 2) a adaptação aos novos costumes mediante o abandono da singularidade de seu perfil o que lhe causou angústia e inquietação.

Diante da privação de viver sua cultura e ser obrigado a ocultar sua identidade, muitos nativos suicidavam-se. A colonialidade do poder implica também a imposição de um novo padrão cognitivo, fomentando uma nova perspectiva de conhecimento aos sujeitos, instalando a ideia de que os nativos são inferiores e primitivos, como argumenta Quijano (2005). O mesmo ocorreu com os escravos negros:

Cerca de 50 milhões de africanos foram trazidos de seu país de origem a partir do século XVI para ser força de trabalho escravo, sendo obrigados à prática de

⁴ “[...] novo padrão de poder mundial. Elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2005, p.117-118).

exploração e forçados a romper com sua identidade étnica e cultural, o que deixou marcas profundas na memória e na subjetividade das gerações (CARDOSO, 2013, p. 77-78).

Com isso,

Milhares de culturas foram transformadas na mais infame das mercadorias e simplesmente designadas como africanos ou mouros – também esta última uma denominação histórica e geográfica que é parte do nascimento da identidade europeia. Por fim, em cerca de 20 anos, no final do século XIX, pelo menos 10 mil tribos africanas foram convertidas em 40 Estados, 36 sob domínio colonial europeu (FERGUSON, 2010, p. 239 *apud* BOTELHO, 2013, p. 214).

Retirados do continente africano e inseridos como escravos, em uma cultura e uma geografia totalmente diferentes, os negros se veem diante da mudança repentina de identidade, uma vez que não eram chamados pelo seu nome de nascimento, sendo renomeados.

A 'conquista' é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o Mesmo. O Outro, em sua distinção, é negado como o Outro e é obrigado, subsumido, alienado para incorporasse à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como 'encomendado', como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais (DUSSEL, 1992, p. 41-42 *apud* BOTELHO, 2013, p. 204).

Dessa maneira, partindo de tais fatores é possível afirmar que a bandeira da expansão comercial desencadeou e fomentou um cenário de desigualdade, desrespeito, preconceito, violência e miséria no país.

3 CAPITALISMO MUNDIAL E DIVISÃO RACIAL DA HUMANIDADE

O capitalismo criou um novo padrão de dominação mundial e um novo universo de relações materiais e intersubjetivas

Com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial. [...] as mudanças ocorrem em todos os âmbitos da existência social dos povos e, portanto, de seus membros individuais, tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva (QUIJANO, 2005, p.123-125).

Dessa maneira instala-se a relação econômica, política e cultural a partir de uma troca desigual entre os países centrais e os países periféricos, tais como os latino americanos. Na divisão internacional do trabalho, os países periféricos especializaram-se em produzir, principalmente, produtos primários para exportação, enquanto os países

centrais, especializaram-se na produção industrial e na criação de tecnologias de ponta. Logo, tal relação de troca pode ser caracterizada como desfavorável para a economia dependente. Assim,

A acumulação e concentração de capital na Europa, que permitiu a esta “nova identidade geocultural” dar um salto histórico como centro do sistema mundial capitalista, tem suas raízes no mesmo processo de constituição de relações opostas “centro-periferia”, seja no plano econômico, seja no plano político ou cultural. Pois a concepção de uma superioridade frente às demais culturas é parte do histórico de exploração, pilhagem e destruição da América (BOTELHO, 2013, p. 221).

De acordo com Quijano (2005), a modernidade criou a ideia de raça, bem como a divisão racial da humanidade baseada nas diferenças fenotípicas entre brancos e negros, entre os conquistados e os conquistadores, impondo uma estrutura de hierarquia entre superiores e inferiores. Dessa maneira, as relações sociais estabelecidas são desenvolvidas mediante papéis, funções e identidades hierarquizadas. Então, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.” (QUIJANO, 2005, p. 117)

[...]a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como principal elemento constitutivo, funcional, das relações de dominação [...]. Nessas bases, [...] foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder.
Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

O eurocentrismo é uma chave fundamental para outorgar legitimidade no processo de dominação imposta no momento da invasão, desencadeando uma expansão do colonialismo europeu em toda parte do mundo. Com a constituição da sociabilidade capitalista, a América permaneceu sendo classificada como inferior no âmbito mundial e diferenciada pelos grupos que a compõe.

Quijano (2005) alerta que, mesmo quando vendem sua força de trabalho e recebem salário como pagamento pelo dispêndio de força física, as condições dos descendentes de índios e africanos são, a maioria das vezes, inferiores, em comparação com o assalariado branco. A situação é ainda mais grave quando comparada com mulheres negras e indígenas. Dessa maneira, a posição que esses grupos, racial e sexualmente classificados, ocupam na estrutura do modo de produção capitalista impossibilita tais indivíduos a obter acesso à riqueza socialmente produzida (Botelho, 2013).

Assim, estruturou-se uma forma desigual de inserção dos indígenas e negros na economia capitalista - desigualdade no mercado de trabalho e discriminação no interior do

trabalho assalariado. Dessa forma, os aparatos de gestão e administração das empresas são construídos sob bases da colonialidade do poder, haja vista que, no momento de seleção para certos postos de trabalho utilizam-se critérios de inferioridade intelectual dos negros e indígenas.

Segundo Menezes (2013), a desigualdade social e racial brasileira atingem o âmbito da divisão sócio técnica do trabalho justificando a ocupação da população afrodescendente nas piores posições remuneradas e de menor status social. São raros os negros que alcançam postos de trabalho historicamente reservados para os brancos. Dessa maneira assegura que o racismo apresenta alguns objetivos tais como a desqualificação dos não-brancos que contribui para privá-los da disputa, com isso o grupo dominante de pele branca permanece na vanguarda das conquistas, ou melhor, dos benefícios e privilégios.

Para não responsabilizar os colonizadores pelas péssimas condições de vida da população negra, desenvolveu-se uma construção mental denominada “mérito pessoal”, ou seja, a capacidade, a força de vontade, o comprometimento e a disciplina, como ponte para o êxito social dos sujeitos. Os discursos oficiais apontam que as oportunidades são iguais para todos, mas que apenas alguns possuem a sabedoria de utilizar. Todavia, tal noção de “igualdade de oportunidade” é uma falácia, como afirma Mészáros (2004)

A “igualdade de oportunidade” sem que seja realmente oferecida [...] é inteiramente vazia, se não uma complexa fraude. Não diz nada sobre o ponto de partida dos competidores, embora ninguém possa negar que o *ponto de partida* tem uma relação vital com o resultado de qualquer competição. (...) Por isso é obsceno falar em “igualdade de oportunidade” se o próprio ponto de partida permanece *incorrigivelmente desigual*. Os dados se encontram *viciados* contra a grande maioria dos competidores, tornando qualquer avanço significativo nesse aspecto completamente impossível, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos (e privilegiados), que dirá em seus dependentes subdesenvolvidos no “Terceiro Mundo”. A recusa categórica de levar em conta esta circunstância revela o verdadeiro significado do “universalismo ocidental” do capital (MÉSZÁROS, 2004, p. 544 *apud* MENEZES, 2013, p. 40).

Menezes (2013), afirma que emergiu no país uma “segregação à brasileira” que define o lugar que o negro pode ocupar desencadeando, assim, a dificuldade do mesmo se inserir e permanecer nas instituições de educação. Consequentemente, este empecilho o limita de alcançar determinados postos na cadeia produtiva.

As políticas afirmativas, por exemplo, são uma grande conquista da população negra e indígena, pois sabe-se que a universidade foi criada para um grupo específico, para o homem, branco, heterossexual, pertencente à elite. Mas é necessário desenvolver políticas de permanência ao público alvo de tal política, visto que muitos trabalham e não é possível se dedicar de forma plena a formação acadêmica.

Dessa forma, rompendo com o mito da democracia racial os negros reivindicam por igualdade e em contrapartida a sociedade reconhece a presença do negro como um intruso,

como uma pessoa indesejada. Assim, Neusa Souza (1983) registra que um dos entrevistados de seu trabalho "Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social" assinala que sente o problema racial como um ferimento que não cicatriza, sendo algo que sente e pensa todos os dias e o tempo todo. Diante deste movimento pode-se afirmar que é complexo controlar as descargas que o cérebro libera no corpo, como a sensação de medo e vergonha, por exemplo, que pode ser caracterizado como uma reação de defesa. Contudo, quando o indivíduo permanece em um movimento contínuo de se limitar em estar em determinados ambientes, a não se comunicar com outras pessoas e a ter sensações de perseguição constante, pode desencadear-se o princípio da síndrome do pânico, fobia e movimento de rejeição de si. O negro adere uma roupagem de culpa, à medida que a "ferida do corpo" ecoa até a "ferida do pensamento", assim mediante o cenário que se encontra se instala uma *identidade negra ferida*.

4 CONCLUSÃO

As relações sociais que se estruturaram com a colonização e a imposição da superioridade europeia e, conseqüentemente, da idéia do eurocentrismo, destruíram as formas de conhecimento do mundo desenvolvidas pelos nativos e afirmaram "o homem branco como base para a formação abstrata da racionalidade" (BOTELHO, 2013, p. 216). Visto que, os povos não-europeus foram considerados "desprovidos da mesma capacidade intelectual que o homem branco (BOTELHO, 2013, p.16).

Botelho (2013) pontua que a descoberta da América foi uma jogada de xeque mate, uma vez que construiu um cenário de contradição que é favorável para o desenvolvimento amplo dos países centrais, ou seja, a invasão dos territórios "virgens" proporcionou a ampliação do domínio europeu e a constituição de um sistema que se tornou mundial:

Essa ampliação do território sob domínio europeu é atravessada por paradoxos, cuja expressão mais evidente é o estatuto do índio, reconhecido como livre do pecado ou da vergonha, mas que precisa ser civilizado exatamente pela sua inferioridade natural (BOTELHO, 2013, p. 213).

Logo,

A configuração periférica do subcontinente é mediada por complexas relações de identificação racial, formas de produção, hierarquização do poder e estruturas cognitivas (BOTELHO, 2013, p. 196).

Uma vez que não é possível visualizar as relações mercantis de maneira plena e equilibrada, mas um desnível na economia, na política e a diferenciação racial que perpassa por traços culturais e sexuais. Sendo tal desnível estrutural e funcional para os países centrais é possível ressaltar que os países periféricos não são a penas um apêndice do

mercado e do centro capitalista, mas, um território de grande importância que sustenta a circulação da produção com nula interrupção. Ou seja, fomenta o crescimento, em espiral, da maximização do lucro acordado pela mais-valia, isto é, pelo trabalho não pago.

Roberto Schwarz (2012, p.12) ao abordar a repercussão da abolição da escravidão, afirma que alguns “autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravocrata e as ideias do liberalismo europeu”. A diferença gritante que há entre ambas é que, enquanto no Brasil a exploração não era ocultada, durante a vigência do sistema escravocrata, a segunda se afirmava em uma hipocrisia ideológica⁵, uma vez que os trabalhadores livres continuavam explorados. Assim, a ideia de liberdade era uma *escravidão para escravos assalariados*⁶.

Dessa maneira, acreditamos que o desenvolvimento do tema proposto possui grande relevância tanto para o mundo acadêmico, pois irá propiciar e fomentar reflexões, quanto para os profissionais de Serviço Social, tornando assim, viável a compreensão da realidade social - como o Código de Ética aponta - de maneira mais ampla dos sujeitos que são majoritariamente o público alvo do fazer profissional do Assistente Social. Desse modo, partindo de uma óptica de totalidade, a realização de tal trabalho pretende também, desencadear e fomentar uma discussão sobre a formação sócio histórica brasileira e assim compreender o cenário atual do país para que assim, seja viável uma *intervenção eficaz*.

Todavia, caso a ausência de tal debate persista, podemos afirmar sem margem de erro que negligenciar tal assunto reflete não somente na prática profissional dos Assistentes Sociais, mas primordialmente na realidade da população em relação à informação, uma vez que a produção científica tem o propósito de analisar a realidade da forma em que está posta e através dessa análise desencadear a perspectiva de transformação do âmbito social, ou seja, acreditamos que tal debate na academia pode proporcionar uma reflexão que não se limita aos muros da Universidade.

⁵ Liberdade de trabalho, igualdade perante a lei e o universalismo.

⁶ As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005, p. 118).

5 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BOTELHO, Maurilio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. Espaço e cultura, UERJ, nº 34, p. 195-230, Jul/ Dez. 2013.

CARDOSO, Francilene. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. Libertas. V. 13 nº 1, p.73- 94, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil contemporâneo. 5 ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1957

MENEZES, Franciane Cristina. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. Libertas. V. 13 nº 1, p. 09- 72, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: duas cidades/ Editora 34, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. V. 4. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

RELAÇÕES SOCIAIS E 'QUESTÃO SOCIAL':
entre a 'superexploração do trabalho' e a 'revolução passiva'

Viviane de Souza Barbosa Maia¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo fomentar bases para o diálogo sobre as relações sociais no Brasil, por intermédio das categorias de 'superexploração do trabalho' e de 'revolução passiva'. O debate sobre os fundamentos sócio-históricos do modo de produção capitalista não está desassociado da 'Questão Social' e suas múltiplas manifestações, pelo contrário, sua análise parte da relação existente entre capital e trabalho. Dito isto, é por meio do materialismo histórico dialético, como instrumento metodológico, que buscamos potencializar a análise acerca da formação social, cultural, política e econômica brasileira.

Palavras-chaves: Superexploração; Revolução Passiva; Questão Social; Relações Sociais.

ABSTRACT:

The present work aims to base the actions of superexploration of work and of passive revolution. The debate on the socio-economic foundations of the capitalist mode of production is not dissociated from the Social Question and its multiple manifestations, at least its analysis of part of the relation between capital and labor. That said, it is the dialectical historical middle materialism, as the methodological instrument, which seeks to potentialize an analysis of Brazilian social, political, economic and culture.

Keywords: Superexploration; Passive Revolution; Social Issues; Social Relationships.

1. INTRODUÇÃO

Cada contexto histórico está diretamente ligado às relações de poder e correlações de forças existentes na estrutura de determinada sociedade. A superexploração do trabalho e suas implicações refletem adaptação ao movimento histórico de construção e transformação da sociedade, de modo distinto em cada momento político, econômico, cultural e social. Compreender as formas de dominação existentes na dinâmica brasileira implica traçar um caminho sobre a estrutura social e as correlações de poder existentes nessa relação frente a composição da totalidade sócio histórica mundial.

¹ Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ; email: vivianesbm@hotmail.com; Eixo temático: Ofensiva do capital e lutas sociais.

A forma particular do capitalismo dependente latino-americano na dinâmica do capitalismo internacional reflete implicações de desenvolvimento histórico a partir da divisão internacional do trabalho. O modo de produção capitalista produz e reproduz relações sociais, históricas e econômicas específicas para acumulação, tornando indissociável a relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social da produção.

A historicidade dessa relação indissociável está na relação capital e trabalho, o trabalhador é o vendedor de sua mercadoria força de trabalho, ou seja, o trabalhador é transfigurado como mercadoria. A mais valia aparece como finalidade direta e móvel determinante da produção, reduzindo ao mínimo o preço do custo do conjunto dos meios de produção e convertendo-os em capital por meio da maior quantidade de trabalho extraída de uma menor quantidade de trabalhadores.

O cenário contemporâneo neoliberal vislumbra a precarização das relações de trabalho, envolvendo informalização, insegurança e desproteção. Compreendendo o Estado como a instituição política facilitadora para legitimação de práticas dominantes, é possível perceber que ele se torna mínimo para os direitos sociais, ampliando as expressões da 'Questão Social'. Diante da intensificação e de novas dimensões da 'Questão Social', a partir de processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social, é preciso construir mediações políticas e ideológicas por meio de alianças estratégicas e ações de resistência.

Dito isto, o presente trabalho, dividido em dois momentos, tem como objetivo apresentar no primeiro item, as relações de trabalho no contexto brasileiro por intermédio das categorias de 'superexploração do trabalho' e de 'revolução passiva' que intrinsecamente fomentaram as bases do modo produção capitalista na América Latina. No segundo momento, busca elucidar a 'Questão Social' em disputa, referenciando-a em diferentes perspectivas teóricas partindo da tradição marxista, ou seja, a partir do materialismo histórico dialético.

2. RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: superexploração e revolução passiva

A América Latina com sua capacidade de exportações é inserida na economia internacional capitalista e contribui para a formação de um mercado voltado para industrialização. A globalização apareceu como motor facilitador da reorganização econômica. Harvey (2011), traz como exemplo, a containerização como arquitetura financeira do capital para facilitar a circulação do fluxo internacional. A diminuição de

barreiras frente ao fluxo de capitais internacionais, somada a presença ideológica da indústria cultural como estratégia para o desenvolvimento econômico urbano e a iniciativa privada, possibilita um mercado descentralizado e informal.

Como ciclo de mercado, temos: negócios não regulamentados e informais trazendo mais lucros; apoio do Banco Mundial diante de práticas rentáveis; contabilidade criativa para contornos eventuais; e a valorização dos ativos de práticas contábeis em mercados voláteis. Os capitalistas estão sempre produzindo excedente em forma de lucros, recapitalizando para investir em expansão.

A desvalorização da força de trabalho é resultado da exploração do trabalho com base na transformação das condições de produção. O aumento da produtividade é responsável pelo aumento quantitativo da produção e não pelo aumento de valor. É no grau de exploração da força de trabalho para o aumento da produtividade, tempo de trabalho excedente e necessário, que a mais-valia é modificada e determinada.

É por meio da oferta mundial de matérias-primas e alimentos que a América Latina adentra ao modo de produção capitalista. Quando a margem entre preços de mercado e valor de produção aumentam, a América Latina, a partir da maior exploração da força trabalho busca aumentar o valor produzido e compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional.

À medida que o mercado mundial busca maior acumulação e alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e/ou militar se torna cada vez mais “natural” para que o progresso na reprodução econômica seja estabilizado e ampliado. Ressalta Harvey (2011), que no capitalismo há uma luta para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser contornadas

Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho sob a expansão mundial, a partir do uso da força, explora a classe trabalhadora para maior acumulação de capital. Com isso, criam-se mecanismos econômicos ideológicos e hegemônicos para consagrar tal relação de subordinação frente à necessidade de ampliação do mercado mundial.

Compreender a superexploração do trabalho no Brasil, significa perceber que o desejo por acumulação de capital não foi responsável apenas pela integração do Brasil, mas de todo universo em uma nova ordem de mundo moderno. Envolvendo economicamente de modo global todos os territórios, interligando-os de acordo com o fluxo do capital financeiro. Independente da região, ressaltou Harvey (2011), o capital constitui um processo, em que o dinheiro é enviado na busca por mais dinheiro.

A internacionalização do mercado interno com a inserção do capital estrangeiro na economia brasileira contribuiu para a transformação industrial do Brasil. A modernização

capitalista aconteceu e acontece, de modo afastado de camadas populares, ausente de participação da classe trabalhadora, ou seja, uma falsa concepção “democrática-burguesa”.

Para Coutinho (1997) consiste em um grande erro falar em democracia nas sociedades de cunho burguesa, seja do ponto de visto teórico, como histórico. Nas palavras do autor:

As conquistas da democracia enquanto afirmação efetiva da soberania popular, o que implica necessariamente o direito ao voto e à organização (em suma, o direito à participação), têm resultado sistematicamente das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente defendido e praticado pela classe burguesa. Portanto, seria não somente um equívoco, mas também uma injustiça contra os trabalhadores, atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela. (COUTINHO, 1997, P. 61).

Ao pensarmos as conquistas a partir da luta da classe trabalhadora travada contra à burguesia, é com a antecipação aos movimentos populares que a propriedade latifundiária se transformou em empresa capitalista. Gramsci (1999), ao desenvolver o conceito de revolução passiva, destaca dois importantes momentos: restauração e renovação. A restauração se dá como reação aos movimentos populares, uma ação que deseja evitar transformações populares. A renovação caracteriza a incorporação das demandas populares pelas camadas dominantes.

Para ele, o silenciamento do movimento popular caracteriza a revolução passiva, por meio do “critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se a matriz das novas modificações” (Gramsciapud Coutinho, 1992, p.123).A revolução passiva compreende todo processo brasileiro de transição à modernidade capitalista e vai além compreendendo o capitalismo monopolista de Estado na medida em que as forças produtivas da indústria desenvolvem a consolidação e a expansão monopolista, respondendo algumas demandas das classes subalternas para manter o sistema econômico e as forças coercitivas de exploração da força de trabalho.

[...] tão logo como os povos cujo regime de produção vinha se desenvolvendo nas formas primitivas de escravidão, relações de vassalagem etc., se veem atraídos ao mercado mundial, onde impera o regime capitalista de produção e onde é imposto a tudo o interesse de dar vazão aos produtos para o estrangeiro, os tormentos bárbaros da escravidão, da servidão da gleba etc., se veem acrescentados pelos tormentos civilizados do trabalho excedente (MARX, 1970 p.181).

Na presença do trabalho excedente, é com o trabalho remunerado abaixo do seu valor que se dá a superexploração do trabalho, a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho. Diante das correlações de forças em disputa, o Estado brasileiro cumpre seu papel na reprodução social de modo desequilibrado, permitindo prevalecer a hegemonia burguesa como mecanismo de dominação das classes subalternas.

Conforme Potyara (2008), quando se fala em Estado é preciso especificá-lo, isto é, qualificá-lo, como fato histórico que existe sob diferentes modalidades e configurações. A relação dialética realizada pelo Estado, envolve antagonismos e reciprocidades e, portanto, permite que forças desiguais e contraditórias se confrontem, deixando marcas umas nas outras. O Estado representa a força concentrada e organizada, se relaciona com todas as classes, por vezes com concessões em domínio, sua desresponsabilização gera governos paralelos e ele traz a expressão política da dominação de um bloco no poder.

As formas de trabalho no modo de produção capitalista apresentam um regime de trabalho com inúmeras semelhanças ao modelo escravocrata com um misto de servidão e de trabalho assalariado. A diferença primordial do modo de produção capitalista de outros modos de produção mercantil está na transformação da força de trabalho em mercadoria, ou seja, o indivíduo que detém a mão-de-obra é transformado em produto. Analisando as especificidades desse modo de produção, percebemos o fundamento de sua dependência: a economia capitalista mundial baseada na superexploração do trabalhador.

Pensar a superexploração do trabalho implica, Conforme Iamamoto (1995), a noção de cidadania a partir de classes sociais em confronto, convivendo em uma relação desigual, tanto econômica quanto política. Os direitos sociais têm como justificativa a cidadania, mas seu fundamento é a desigualdade de classes. Os direitos sociais são devastados pelo discurso ideológico dominante na sociedade brasileira, aparecem como sendo doados ou fornecidos pelo poder político ou pelo capital, expressando a face humanitária do capitalismo ou do Estado.

O Estado garante as condições de produção e reprodução do capital, facilitando o fluxo global de mercadorias e dinheiro, paralelamente efetivando uma desregulamentação de direitos sociais para viabilizar acumulação e superlucros. A presença dessa política de privatização preza por garantir uma espécie de “contenção dos pobres” que visa a “domesticação” da sociedade civil. (BEHRING, 2009, P.11).

Na revolução passiva, por um lado o fortalecimento do Estado em desvantagem à sociedade civil permite a supremacia dos moldes ditatoriais de formas hegemônicas e por outro, a consolidação do transformismo no desenvolvimento histórico da sociedade afasta as camadas populares.

As transformações brasileiras como resultado do deslocamento de funções de uma para outra fração das classes dominantes de modo hegemônico com o mínimo de consenso e máxima coerção, possibilitam a economia dependente reproduzir de forma específica, baseada na superexploração do trabalhador, a acumulação de capital. Com o surgimento de novas demandas frente à distribuição desigual de mercado, as camadas militares e tecnoburocráticas exercem a função de controlar e “reprimir” as classes subalternas.

Gramsci (1999), caracteriza como o transformismo a incorporação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de alguns setores das classes subalternas. Por meio da fragilidade da sociedade civil, por hora, é estratégico para o modo de produção agregar intelectuais que representam os interesses das classes subalternas. Quanto à presença desses intelectuais, Carlos Nelson Coutinho, destaca uma espécie de intimismo ao poder. Tais intelectuais possuem sua autonomia desfigurada e impossibilitada diante da organização do Estado a partir das demandas da classe dominante.

Há aqui uma concepção de que uma sociedade capitalista se forma por um bloco histórico dotado de reciprocidade entre estrutura e superestrutura. Nesse sentido, o alargamento da participação política e a apropriação privada da produção social representam tal bloco.

Nas sociedades capitalistas, o poder emana das relações sociais de produção na sociedade civil (estrutura) e é exercido pelo Estado, ou sociedade política (superestrutura política), forma ético-política de garantia da dominação da classe expropriadora sobre a classe expropriada ou trabalhadora (NEVES, 2005, p.21).

Em Gramsci, a sociedade civil está na superestrutura, no conjunto de organismos e instituições de caráter privado que garantem a hegemonia das classes dominantes, prevalecendo a direção estrutural, espiritual e cultural. A sociedade política consiste na coerção, que se dá por meio de um Estado restrito e dominador. O autor pensa a categoria Estado Ampliado para definir a junção de sociedade civil e sociedade política.

Nesse sentido, a sociedade civil tem como funções a realização da hegemonia, do consenso e da direção por meio de seus aparelhos privados, como a mídia, a igreja e a escola. A sociedade política, por outro lado, apresenta a ditadura, a coerção e a dominação por meio dos aparelhos coercitivos e repressivos.

A sociedade civil, com os aparelhos privados de hegemonia e luta pela direção permanece frente ao desenvolvimento da sociedade política, com os aparelhos de dominação e coerção. O Estado se apresenta como instrumento de transição “pelo alto”, ou seja, instrumento que permite uma ‘revolução passiva’, inibindo os movimentos populares. É sobre essa estrutura produtiva de exploração dos trabalhadores que a acumulação continua acarretando o aumento da massa de valor e o ‘progresso técnico’ possibilita a intensificação do ritmo de trabalho e o apassivamento da classe trabalhadora.

A relação ‘harmônica’ entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, adquirem suas especificidades na economia dependente, permitindo a estrutura social do Brasil se tornar cada vez mais complexa e mais moderna.

Mesmo que o “moderno” permaneça vinculado ao atraso de uma sociedade pré-capitalista e escravocrata.

Quando Vargas, por exemplo, estabelece a regulação do trabalho a partir dos anos 30, a precarização do trabalho é acentuada. A contradição entre capital e trabalho se torna cada vez mais visível, nota-se baixos salários, ausência de empregos, grande quantidade de trabalhadores autônomos, intensificação do processo migratório campo-cidade, ou seja, desregulamentação marcante do subdesenvolvimento e a superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, a relação entre Estado e Sociedade é uma relação dialética, recheada de conflitos e disputas. Tem-se no cotidiano o solo de reprodução das relações sociais com a organização dos indivíduos diante da força e domínio exercido por uma classe sobre a outra.

É nesse solo que também é possível visualizar transformações por meio da luta da classe trabalhadora para materialização dos direitos. Ao pensarmos a chamada ‘Questão Social’, percebemos que são as desigualdades que fomentam a luta por direitos. Dito isto, adentraremos ao próximo item, intitulado por “Relações sociais e ‘Questão Social’: uma análise materialista histórico-dialética”.

3. RELAÇÕES SOCIAIS E ‘QUESTÃO SOCIAL’: análise materialista histórico-dialética

Iamamoto (2001) ressalta que a análise da questão social é indissociável do mundo do trabalho, a autora discorre sobre a categoria tendo como pano de fundo as relações sociais. Para ela, a questão social não é recente e sim, tributária a partir das formas assumidas pelo Estado e pelo trabalho. Na lei da acumulação de capital, se encontra a raiz da produção e da reprodução da Questão Social, que acumula também miséria por ter um quantitativo maior de trabalhadores disponíveis para uma menor quantidade de emprego, desvalorizando o trabalhador e valorizando o capital.

A autora caracteriza ainda que o pauperismo consiste em uma resultante do trabalho fundamentado na produção, onde, a pobreza não é apenas o resultado da distribuição de renda, mas sim da própria produção. Nesse sentido, a Questão Social caracteriza o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista e impensáveis sem a intervenção do Estado.

Diante de novas mediações históricas da produção da Questão Social, Iamamoto (2001) ressalta quatro aspectos centrais: 1) Crises financeiras, concentração de renda e

aumento da pobreza, 2) Acumulação flexível, reduzindo custos para ampliar taxas de lucratividade, 3) Intervenção estatal a serviço de interesses privados e 4) Ideologia de mercado, apresentando individualidade burguesa na disputa por mercado. Nesse cenário, as expressões da Questão Social são objetos de programas assistenciais focalizados e políticas cada vez mais restritivas e seletivas de garantia dos mínimos sociais. São políticas de combate à pobreza ou de violência aos pobres com repressões, prisões, genocídios e extermínios.

Adentrando as considerações de Yazbek (2001) sobre o tema, percebemos que a autora analisa a pobreza e a exclusão social como resultantes da Questão Social no Brasil. Ela destaca, assim como Yamamoto, que a Questão Social assume novas expressões a partir das transformações das relações de trabalho e das perdas de proteção social dos trabalhadores.

Para a autora, a pobreza consiste em um fenômeno multidimensional, uma categoria política que implica no plano material e imaterial da vida dos trabalhadores. Pobreza, subalternidade e exclusão social são indicadores de uma forma de inserção na vida social. A pobreza é deslocada por um lugar não político, individualizado e de responsabilidade do indivíduo, ou seja, é vista como um dado a ser administrado, visível quando pensamos o sucateamento dos serviços públicos de proteção social. O Estado apresenta propostas reducionistas para as expressões da Questão Social, transformando em favor o que é direito.

No ensaio teórico de Netto (2001), o autor apresenta cinco notas acerca da Questão Social. A primeira é sobre o pauperismo. O emprego do termo é datado a partir da terceira década do século XIX. É considerado um fenômeno novo por expressar a desigualdade entre várias camadas sociais com o crescimento da pobreza generalizada diante do aumento da capacidade social de produzir riquezas, ou seja, a pobreza se reproduz diante de condições propícias para sua redução. Com caráter social e político de perspectiva de ruína da ordem burguesa, o pauperismo se designou como Questão Social.

A segunda nota do autor é sobre o desmoronamento crítico da questão social diante do conservadorismo. A questão social desliza-se para o vocabulário conservador, passando a ser vista de modo naturalizado e sendo respondida com mínima intervenção política, tratando-se de lidar com as expressões sem alterar a manutenção da sociedade burguesa. O autor ressalta que a questão social está necessariamente colada à sociedade burguesa, só é possível a supressão de uma com a supressão da outra, está é a terceira nota do autor. O desenvolvimento capitalista produz a ampliação das manifestações da Questão Social.

A quarta nota do autor é sobre a ausência de uma nova questão social, Netto (2001) ressalta que conhecemos o pauperismo como uma nova pobreza que traz novas

expressões da Questão Social, mas não produz uma nova Questão Social (fenômeno histórico de luta). Na quinta e última nota, o autor apresenta a existência de novas expressões da Questão Social, para além da permanência de manifestações tradições da Questão Social, de acordo com o movimento do modo produção capitalista.

Para Potyara (2001), é necessário repensar a nomenclatura “Questão Social”, o conceito sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação. Estamos diante de uma questão latente que ainda não foi explicitada, garante a autora, ao não considerar os problemas atuais como explícitos aspectos da questão social capitalista, isto é, da questão social na Europa no século XIX, no marco da revolução industrial.

Para ela, a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho, mas de embate político determinado por essa contradição. Em contrapartida, ela concorda com os autores anteriores que afirmam não existir uma nova questão social, acrescenta que a composição é de um quadro novo, porque a história não se repete.

A Questão Social aparece praticamente de modo consensual para autores da tradição marxista que a apreendem a partir do materialismo histórico-dialético. Compreendendo que a questão social está em luta, no cotidiano como solo de disputas, torna-se necessário que os atores sociais se posicionem e participem da formulação e do controle das respostas políticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a formação econômica dependente brasileira é traçar um caminho sobre a acumulação capitalista mundial, suas taxas de lucro e aumento de mais-valia que incidem nos processos sócio históricos desse país, bem como as marcas dolorosas a classe trabalhadora diante da superexploração e as valiosas ao capitalista em busca da acumulação e crescimento econômico.

A relação “positiva” de dependência existente no aumento da força produtiva do trabalho e na maior exploração do trabalhador é garantida por consensos violentos e, por hora, passivos refletindo no silenciamento e na desmobilização das massas populares. A produção baseada na superexploração incide no modo de produção capitalista como necessidade de resposta a demanda central do desenvolvimento capitalista dependente: a acumulação. Permitindo a economia dependente expandir suas exportações e manter atrativos para o capital externo, conseqüentemente, aumentar a superexploração do trabalhador.

É pelas vias transversais da revolução passiva, que o Brasil alcança os parâmetros de configuração 'desenvolvida', é pela ideia de revolução passiva ou pelo alto, que se dá a antecipação da classe dominante aos movimentos reais da classe trabalhadora, apresentando um caráter conservador por um viés transformista. Trazendo a naturalização da precarização das relações de trabalho aliado a aparelhos hegemônicos de consenso que são braços do Estado na manutenção de lucros.

É na instância de sociedade madura para transformações criadas pela e para a superexploração do trabalho no âmbito depende da economia que perpassando a mais-valia absoluta para a mais-valia relativa e as dominações existentes na relação capital e trabalho, proporcionam o aumento do exército industrial de reserva e diversas expressões da 'Questão Social'. Tais expressões por vezes são respondidas com mais violência, ou seja, com mais dimensões da chamada 'Questão Social'.

A organização neoliberal gera a presença mínima do Estado para lidar com as expressões da Questão Social. O Estado atua como uma figura conciliadora entre classes antagônicas sem prejudicar os lucros do mercado. São tempos de barbárie, de fragmentação e fundamentalismo mundial que buscam objetos de consenso. A presença legal de um direito não é a única condição para sua materialização nesse contexto de desregulamentação e desresponsabilização do Estado.

Os serviços sociais aparecem como um mecanismo de devolução à classe trabalhadora de uma mínima parcela do que foi por ela criado, mas não apropriado. lamamoto (1995) acrescenta que é no cenário neoliberal que os direitos aparecem como "benefícios" fornecidos pelo Estado ou pelas empresas capitalistas, expressando a face "humanitária" do capitalismo.

A saída para é política, pois, se a superexploração do trabalho é a categoria fundante da dependência, o objetivo central das massas precisa se colocar na contracorrente deste processo, enfrentando um árduo caminho para a conquista de uma contra hegemonia no cenário brasileiro. Apenas uma sociedade sem classes, poderia realizar a plena cidadania, onde, conforme Coutinho citou Marx (1997), o livre desenvolvimento de cada um seja o pressuposto do livre desenvolvimento de todos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Temporalis**, ano 2, n. 3, janeiro a junho de 2001, Brasília: ABEPSS, 2001.

BEHRING, ELAINE. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto de crise do Capital. In: **Serviços Sociais, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha – Estudos de política e Teoria Social**, Vol. 1, nº. 1, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – DP&A, 1997 (p.145-165).

_____. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira.” In **Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. V. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica**. 10ª edição. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: **Traspadini, Roberta e Stédile, J. P. Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, Lúcia. **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUTAS E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA NO CONFRONTO COM O PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

Wesley Pinto Carneiro¹

Masilene Rocha Viana²

RESUMO

Nascida enquanto resistência contra a implementação de parte do Programa Lagoas do Norte, em Teresina - que visa retirá-los da área onde habitam por décadas -, as lutas empreendidas pelos moradores da Av. Boa Esperança, na zona norte da cidade, se esforçam para permanecer nesse território insistindo em seu direito à cidade. A presente comunicação, como parte dos esforços aproximativos de uma pesquisa acerca desse processo de luta, reúne reflexões a partir de pesquisa bibliográfica e explorações de campo, que permitiram apontar o terreno conflituoso e tenso onde se atuam os distintos sujeitos desse litígio.

Palavras-chave: Lutas urbanas. Programa Lagoas do Norte. Intervenção Urbana.

ABSTRACT

Born as a resistance against the implementation of part of the Lagoas do Norte Program in Teresina - which aims to remove them from the area where they live for decades -, the struggles undertaken by residents of Av. Boa Esperança in the north of the city strive to remain in that territory insisting on its right to the city. This communication, as part of the approximate efforts of a research about this process of struggle, brings together reflections from bibliographical research and field explorations, which allowed us to point out the conflictive and tense terrain where the different subjects of this litigation operate.

Keywords: Urban fights. Program Lagoas do Norte. Urban intervention.

¹Professor do curso de Geografia e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. *Email:* wesleyprofessorgeo@gmail.com

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Ciências Sociais. *E-mail:* masilene@uol.com.br

INTRODUÇÃO

As cidades e particularmente os seus usos são disputados. Como espaços marcados pela lógica mais geral de acumulação, de produção e reprodução social, as cidades refletem as tensões mais gerais das classes em confronto que, implicando ações públicas e privadas, do Estado (governos e sociedade), mas também do Mercado operam como produtores importantes na definição do quem é ela, de seus espaços e quem pode usufruir deles.

A presente comunicação foca sua atenção em uma realidade prenhe de disputa de sentidos e da ação efetiva de sujeitos diversos, levada a partir da implementação de uma intervenção na zona Norte de Teresina intitulado *Programa Lagoas do Norte*, que visa a requalificação urbana e ambiental, e desenvolvimento social e econômico, com ações iniciais desde 2005, em uma área habitada, em sua grande maioria, por pessoas de baixa renda e vulnerabilidade social.

Óbvio que o Programa previa a modificação da paisagem da zona com vistas a minimizar a problemática da vulnerabilidade socioambiental que a afeta historicamente, por estar situada entre lagoas, e susceptível a enchentes e inundações, um problema que remonta à invenção de Teresina, que, surgindo como cidade por volta de 1852, já registrava a presença de moradores nas áreas ao Norte onde se instalou à época a nova capital do Estado do Piauí.

Assim, a zona norte de Teresina é uma área localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, com a presença de diversas lagoas, historicamente marcada pela afetação de constantes enchentes.

Assim, o Programa Lagoas do Norte consiste em uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Banco Mundial com o intuito de resolver problemas ambientais, sociais e urbanísticas de 13 bairros da Zona Norte de Teresina-PI.³ Conforme um de seus documentos, o Programa está estruturado em três componentes:

I - Requalificação Urbana e Ambiental, que contempla: urbanização e reurbanização da região; reestruturação do sistema viário; implantação de loteamentos para reassentamento de famílias; construção e melhoria de unidades habitacionais e implantação de parques urbanos; melhoria da infraestrutura de saneamento ambiental; melhoria do sistema de abastecimento de água; implantação do sistema de esgotamento sanitário; melhoria do sistema de macro drenagem das lagoas e recuperação de áreas degradadas.

II - Desenvolvimento Econômico e Social, com ênfase para a educação sanitária e ambiental; instalação e melhoria de equipamentos sociais e comunitários;

³ Convém registrar que na zona Norte de Teresina outros casos existem de resistência e desacordo com as iniciativas públicas de requalificação como a remoção das famílias do local em que foi construída a Ponte Estaiada e a inquietante situação das famílias do bairro Aeroporto ameaçadas ante a iminência de expulsão em face de projetos para essa área.

potencialização da capacidade de geração de emprego e renda; estruturação do comércio local, revitalização de núcleos de produção e comercialização e o fortalecimento do capital social.

III – Modernização da Gestão Municipal através da formulação de estudos e planos diretores e de ações de desenvolvimento institucional da Prefeitura Municipal de Teresina (TERESINA, 2011).

A área de atuação do Programa compreende 13 bairros (Acarape, Matadouro, Parque Alvorada, São Joaquim, Nova Brasília, Mafrense, Olarias, Poti Velho, Itaperu, Alto Alegre, Aeroporto, São Francisco e Mocambinho) onde residem mais de 100 mil pessoas.

A implementação do Programa foi prevista para ocorrer em duas fases. A primeira envolveu o deslocamento compulsório de muitos moradores de diversos bairros, tendo gerado processos distintos: desapropriação e criação de um Residencial para a fixação dos moradores deslocados, o que já não ocorreu sem tensões. As habitações originais das famílias afetadas pela intervenção, apresentavam baixo padrão construtivo e estavam localizadas nas áreas marginais das lagoas, sob risco da ocorrência de enchentes e inundações.

A segunda fase do Programa, em andamento, tem gerado conflitos mais expressivos, notadamente na área em tornada Avenida Boa Esperança, em face do propósito da Prefeitura Municipal de Teresina-PI consistir na retirada e realocação das famílias que lá habitam no intuito de dar continuidade ao processo de intervenção do Programa que pretende duplicar a avenida. Ao contrário da primeira etapa, os moradores da Avenida Boa Esperança, seriam reassentados em áreas distantes já que o município não dispõe de terrenos para novos conjuntos no entorno.

Segundo o Marco de Reassentamento involuntário do Programa, estima-se que nesta fase, seja necessária a desapropriação de 1.730 imóveis, atingindo aproximadamente 2.180 famílias que residem ao longo da Avenida Boa Esperança e utilizam o território ocupado para usufruírem dos recursos naturais como base para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (TERESINA, 2014, p. 06).

Porém, as famílias que residem ao longo da Av. Boa Esperança alegam morar naquele local há décadas, lá construindo suas vidas, assentando suas raízes e firmando sua cultura e suas crenças. Trata-se de um território marcado por sociabilidades tecidas na fé e nas práticas de matriz afro-brasileira, com forte vínculo com atividades de trabalho relacionadas aos rios Parnaíba e Poti ou mesmo em atividades laborais muito próprias da zona Norte: a pesca, o trabalho com o barro, seja nas olarias, seja no artesanato.

Nesse contexto, os moradores da Avenida Boa Esperança iniciaram uma mobilização pela permanência no local, na luta contra o processo de Reassentamento Involuntário que faz parte da II etapa do Programa Lagoas no Norte, executado pela

Prefeitura Municipal. Assim, a partir de significativa organização popular, os moradores estão articulando ações no sentido de resistirem contra a desapropriação a partir de reuniões com sujeitos distintos: o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, as Instituições de Ensino Superior e outros Movimentos Sociais na cidade.

A presente comunicação, constitui parte dos esforços aproximativos de uma pesquisa acerca desse processo de luta, e reúne reflexões a partir de pesquisa bibliográfica e explorações de campo, que permitiram apontar o terreno conflituoso e tenso onde se atuam os distintos sujeitos desse litígio e está dividido em duas seções principais, uma com vistas a pontuar algumas notas acerca das lutas urbanas e o direito à cidade, em especial situando essa temática na realidade brasileira das últimas décadas e, a segunda, com foco nas lutas e resistências dos moradores da Av. Boa Esperança no confronto com os objetivos do Programa que desejam afastá-los da área onde habitam.

1 LUTAS URBANAS E DIREITO À CIDADE: ALGUMAS NOTAS

O direito à cidade, pioneiramente foi concebido por Henry Lefebvre (2011, p. 117-118), para quem, tal direito “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Nesse sentido, o direito a cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos serviços urbanos. Trata-se de um direito coletivo que pressupõe uma transformação a partir do exercício de um poder coletivo, para remodelar os processos de uma urbanização excludente. Lutar pelo direito à cidade é romper com a indiferença da sociedade e buscar um caminho de redefinição da produção do espaço urbano que favoreça a interação igualitária das diferentes formas de apropriação do espaço. Corroborando com Lefebvre (2011), o geógrafo britânico David Harvey, um dos pensadores mais influentes da atualidade na compreensão das contradições do espaço urbano no mundo contemporâneo, afirma que:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos; é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (HARVEY, 2012, p. 74).

Assim, no processo de luta pelo direito à cidade, os movimentos sociais assumem papel fundamental configurando-se como agentes importante no processo decisório das

políticas urbanas. Destarte, constituem-se enquanto sujeito efetivo na promoção da mudança social e na configuração socioespacial que assume uma cidade.

Alain Touraine (1984), um dos mais expressivos estudiosos dos movimentos sociais na França, e integrante do corpo teórico configurado como teoria dos novos movimentos sociais, analisa os Movimentos Sociais como o coração, o pulsar da sociedade, na medida em que expressam lutas de resistência ao velho que oprime ou a construção do novo que liberta, ou como uma brasileira atenta a manifestações hodiernas desses movimentos no Brasil afirma, esses movimentos têm aparecido na esfera pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas(GOHN, 2011).

Analisando o desenvolvimento urbano brasileiro, há que se registrar a imensa contribuição das lutas pelo direito à cidade como definidoras de sua configuração. O Brasil que sai da ditadura militar em meados dos anos 1980 era um país majoritariamente urbano e com desigualdades abissais, dentro e fora das cidades, construído com o braço do trabalhador oprimido e calado frente o mando dos generais.

O enfraquecimento da ditadura e a redemocratização tiveram a marca da força política dos movimentos sociais que oxigenaram a política nacional e redesenharam a ação política em prol da democracia, forjando lutas no campo e na cidade, ousando tornar-se presente na cena pública.

Assim, proliferaram lutas como os nucleados em torno dos Movimentos pela Reforma Urbana⁴, o Movimento contra a carestia, entre outros que cresciam à época, como o chamado movimento popular urbano que, organizando-se por local de moradia, lutava no universo das comunidades por equipamentos públicos nas cidades. Desse modo, pipocaram ocupações urbanas e loteamentos clandestinos em processos levados a efeito pelos sem teto que, em tempos de urbanização acelerada, achegavam às cidades, não raras vezes vindos do campo. É o que registra Viana (2008, p.309), ao situar esse cenário no universo urbano de Teresina.

Esse quadro de transformações espaço-temporais aliado ao quadro mais geral de euforia movimentista a partir do fim da ditadura militar e que forjava novos sujeitos políticos na cena urbana, engendrava também novas formas de fazer política e, também, de ordenação do uso e ocupação do espaço. Assim, o período que vai de 1985 até meados dos anos 1990, demarcou uma intervenção pública significativa no que tange às novas conformações urbanas de Teresina. Essa intervenção se deu a

⁴O Movimento Nacional pela Reforma Urbana reuniu movimentos sociais, entidades sindicais, entidades acadêmicas e de pesquisa, ONGs, e integrantes da Igreja Católica. Esse movimento ganha força em todo país, mobilizando diversos movimentos populares frente a um cenário de redemocratização com o processo de elaboração da nova Constituição Federal, que previa a participação popular através da apresentação de emendas de iniciativas populares.

partir da elaboração de leis para disciplinar o uso e a ocupação do solo, dos processos de regularização fundiária, principalmente a partir de aforamentos de terrenos para fins de interesse social, da construção de moradias, a instalação de equipamentos públicos, entre outros aspectos. Esse período foi singularizado pela intensa movimentação em torno da problemática da moradia em áreas urbanas de Teresina. Cresceram as ocupações, com seus sujeitos ousando tornarem-se visíveis ao poder público, reivindicando um espaço não só físico para habitar, mas, sobretudo, o reconhecimento de suas pautas de reivindicações na configuração das políticas públicas locais. Cresceram as organizações populares a partir do local de moradia e formas associativas inovadoras que inauguravam lutas criativas e uma maneira de “fazer política” que rompia com a apatia e o medo, próprios do regime de arbítrio que há pouco anos havia sucumbido, inaugurando novas possibilidades de relacionamento entre os poderes constituídos e as formas associativas do campo popular.

Com o novo arcabouço jurídico político brasileiro de 1988, criam-se possibilidades renovadas de abertura aos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil firmarem participação efetiva nas discussões do direito a cidade. Com efeito, a Constituição efetivou o direito a participação da sociedade civil nas instâncias de poder, destinadas a elaborar políticas públicas em diversos setores da administração pública, gerando nas décadas que se seguiram, inúmeros institutos participativos que, mais prometeram que geraram em termos de democratização da esfera pública.

2LAGOAS DO NORTE PARA QUEM?

Essa indagação compõe o arsenal de questionamentos promovidos pelos moradores em luta pela permanência de suas moradias na Av. Boa Esperança, apresentando-se em pichações e manifestações diversas, enquanto questionamento dos interesses de classe do Programa em questão. Afinal, quem são os beneficiados com o Lagoas do Norte, já que a mudança de local de moradia das famílias que lá se encontram não significa, segundo seus representantes, mudança favorável e promotora de cidadania e justiça para eles.

Ao longo da Avenida, os moradores protestam frequentemente com o uso de faixas fixadas nos muros e nas fachadas das residências, reivindicam a permanência no local. Assim, a partir da mobilização da comunidade, os moradores organizaram-se e tiveram apoio de diversos setores e instituições sociais, como ministério público, universidades, movimentos sociais e grupos políticos, culturais e religiosos. Cumpre importante papel nesse processo, a comissão de moradores que tem realizado reuniões organizadas, debates e articulação com diversas organizações com vistas a fortalecer a luta.

Em sua primeira etapa, o Programa Lagoas do Norte foi responsável pela remoção, o reassentamento e o deslocamento de famílias para residirem no Residencial Arns. Em estudo com foco nesse processo, Carmo e Coelho (2014) asseveram que foi um processo

marcado por tensões e divergências entre os sujeitos envolvidos no que diz respeito à dimensão participativa do programa, ou seja, mesmo na primeira fase, o Programa já era acusado de conter um viés autoritário e sem presença significativa dos moradores da zona na formulação da política, o que acabou por acirrar o conflito na fase seguinte, quando grande parte dos moradores assumiram confronto direto com as intenções do Programa e seus operadores direto.

Na análise do caso da reassentamento promovido para o Res. Zilda Arns, Carmo e Coelho (2014) afirmam que as famílias removidas e reassentadas sofreram mudanças pontuais em seus modos de vida, relacionadas, principalmente, a aquisição de novas habitações que possibilitaram, para algumas, a superação de vulnerabilidade ambiental e social no qual estavam inseridas, embora tenham registrado também, as críticas contundentes de muitas famílias quanto ao padrão construtivo das casas do Residencial, para o que, lamentaram não ter sido a elas possível a participação nos processos de planejamento das ações do Programa. Afinal, como asseveram as autoras,

quase todas as famílias apontaram que as residências construídas não atenderam as suas necessidades pelo fato de serem extremamente pequenas, impedindo, em alguns casos, que as famílias acomodassem satisfatoriamente seus bens. Grande parte dos moradores demonstraram bastante insatisfação com a perda do terreno que possuíam nas suas casas antigas onde havia plantações de árvores e hortaliças, prática que compõe a própria cultura dos habitantes da zona Norte (CARMO; COELHO, 2014, p.129)

Em 2015, a Prefeitura Municipal de Teresina, iniciou o cadastro das residências que seriam desapropriadas. Tais moradores seriam removidos para dois residenciais nos bairros Mafrense, Parque Brasil e alguns para 396 casas que deveriam ser construídas na mesma região. Mas, conforme a mídia veicula, “quem reside no local há quase quatro décadas não se acostuma com a ideia. O sentimento dos moradores da área é um só: lutar para permanecer no local” (PORTAL G1, 2015).

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN) da Prefeitura Municipal de Teresina, a ação que estava sendo tratada, tratava-se de cadastro das famílias que iriam ser reassentadas, ressaltando que o projeto visava melhorias ambientais e a retirada das famílias em situação de risco (PORTAL CIDADE VERDE, 2015).

Em setembro de 2015, O Ministério Público Estadual encaminhou oficialmente à SEMPLAN, solicitações de informações sobre imóveis com previsão de desapropriação recomendando a suspensão das atividades do Programa Lagoas do Norte, sobretudo referentes às desapropriações das famílias.

No ano seguinte, a Prefeitura Municipal de Teresina-PI, apresentou um quadro composto por quatro obras da segunda etapa (a construção do Parque da Lagoa do Mocambinho e da Praça dos Orixás, a reforma do pavilhão do Parque Encontro dos Rios e a melhoria dos viveiros de mudas de Teresina) que envolvia investimentos que somavam mais de treze milhões de reais compondo um conjunto de mais de 30 obras com previsão para serem executadas nos próximos cinco anos.

CONCLUSÃO

Com essa breve comunicação dirigimos atenção ao conflito em torno de uma área urbana de Teresina, disputada pelos moradores que lá vivem, em confronto contra um projeto de intervenção municipal com ações e obras previstas para alterar a paisagem e espaço urbano.

Como território sob tensão, a cidade de Teresina e mais particularmente a zona Norte dessa cidade experimenta um debate de forças interessadas em direções distintas para a política urbana, pondo em questão a quem ela serve e os propósitos efetivamente democráticos da agenda pública, já que os moradores insistem no caráter não participativo dos processos de planejamento do Programa, excluindo-os de uma verdadeira inserção qualificada na definição da política e apontando seu caráter segregador.

Destarte, longe de ter solução para o impasse, as obras previstas no Programa seguem estacionárias ou lentas⁵, permanecendo o problema quanto a área da Av. Boa Esperança, ao tempo em que o movimento de resistência contra as obras da segunda fase do Programa Lagoas do Norte, permanece ativo e determinado na permanência na área, reiterando seu direito à cidade e rejeitando toda política que possa segregá-los, afastando-os das áreas mais centrais da cidade, onde podem viver e trabalhar.

Pode-se perceber, a princípio que o Programa Lagoas do Norte opta por um desenvolvimento sem pensar cidade, a partir da vivência e participação das populações como as da Av. Boa Esperança.

Assim, esses movimentos sociais urbanos tendem a assumir um papel fundamental na luta pelo direito a participação da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas, provocando mudanças em busca de melhores condições de vida e acesso a direitos

⁵O que se percebe, a partir de informações no site da Prefeitura Municipal de Teresina é que uma das obras previstas na segunda etapa do Programa Lagoas do Norte, o Residencial Novo Parque Brasil, tem previsão de ser concluído em breve. O Residencial é uma das alternativas que as famílias cadastradas teriam para o reassentamento.

sociais, haja vista serem canais abertos para a participação popular. Partindo do pressuposto de que a democracia participativa é fundamento básico para a consolidação do direito a uma cidade mais justa e solidária.

Os resultados desse estudo contribuirão para o acúmulo de conhecimentos sobre a justiça espacial da cidade, bem como o debate acerca da importância da participação popular. Além de fornecer subsídios teóricos e práticos da atuação de movimentos populares em favor da luta e resistência contra as obras da 2ª fase do Programas Lagoas do Norte que tem ganhado importância no surgimento de movimentos pelo viés da participação no que se refere as decisões sobre programas e projetos de intervenção urbana da Prefeitura Municipal de Teresina.

Desse quadro, depreende-se que nessa seara litigiosa, muitas vozes dissonantes são ouvidas e a cena final dessa trama está por ser escrita.

REFERÊNCIAS

CARMO, Francisca Daniele Soares; COELHO, Sâmia Suyane Cunha. *Programa Lagoas do Norte de Teresina-Piauí: uma análise do processo de remoção e reassentamento de famílias*. 2014, 151f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, mai-ago, 2011.

HARVEY, D. *O Direito à Cidade*. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29. p. 73-89, 2012.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MONTE, Catarina Nery da Cruz. *Intervenção Urbanística e diretrizes culturais: o Programa Lagoas do Norte no bairro Poty Velho*, Teresina-PI. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016

TERESINA, PREFEITURA MUNICIPAL. *Programa Lagoas do Norte. Projeto Piloto: Melhoria Habitacional de Domicílios da Área I Do PLN Canal Padre Eduardo/ Bairros São Joaquim e Matadouro*. Teresina, 2011.

_____. *Segunda etapa do Lagoas do Norte é lançada*. Disponível em: <<http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/segunda-etapa-do-lagoas-do-norte-e-lancada/12730>> Acesso em 17 de Jun. 2018.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

VIANA, Masilene Rocha. *Teresina, uma capital inventada: de Saraiva a nós*. *Anuário do Piauí*. Teresina, 2008.

VI. 

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS**

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**

**EIXO TEMÁTICO
Serviço Social Internacional e os movimentos sociais**

EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Adriana Amaral Ferreira¹

RESUMO

O ensaio procura destacar alguns aspectos do processo que caracterizou a realidade brasileira nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a fim de situar as experiências de educação popular no tempo histórico em que germinaram as bases para a produção da perspectiva de transformação social no Serviço Social brasileiro, embora ainda não elaborada de forma consciente pelos assistentes sociais naquele contexto. O texto também busca reunir elementos que se voltam à elucidação das experiências de resistência das massas em tempos de barbárie, a fim de se pensar nas atuais possibilidades de trabalho do Serviço Social com comunidades, na perspectiva freireana de educação popular.

PALAVRAS- CHAVE: Educação Popular, Movimentos Sociais, Serviço Social

ABSTRACT

The essay attempts to highlight some aspects of the process that characterized the Brazilian reality in the years preceding the 1964 civil-military coup in order to situate the experiences of popular education in the historical time in which the bases for the production of the perspective of social transformation germinated in the Brazilian Social Service, although not yet elaborated consciously by the social workers in that context. The text also seeks to gather elements that return to the elucidation of resistance experiences of the masses in times of barbarism, in order to think about the current possibilities of work of Social Service with communities, in the Freirean perspective of popular education.

KEY WORDS: Popular Education, Social Movements, Social Work

1. INTRODUÇÃO

O ensaio procura destacar alguns aspectos do processo que caracterizou a realidade brasileira nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a fim de situar as experiências populares de resistência no tempo histórico em que germinaram as bases da educação popular na obra freireana e da produção da perspectiva de transformação social no Serviço Social brasileiro, que foi elaborada pelos assistentes sociais a partir do processo de “Reconceituação”. Analisar o contexto presente, a partir deste momento histórico, tem por objetivo a busca de referências para a atuação crítica do Serviço Social junto a comunidades e movimentos sociais em tempos de barbárie.

¹ Assistente Social; doutora em Serviço Social pela UFRJ; professora do curso de Serviço Social da UFRRJ.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A educação popular na obra de Paulo Freire

Sabemos que a ideologia desenvolvimentista teve seu papel destacado, dentre outros momentos da história brasileira, no período que compreendeu os anos 1950 até 1964. Terminada a 2ª Guerra, a política nacional fixou-se na “superação do subdesenvolvimento”, um projeto que unia as nações do “terceiro mundo” no entendimento de que a situação econômica dos países pobres poderia ser solucionada com a aceleração do processo de industrialização, que se desdobraria na consolidação da civilização moderna e da vida urbana. É neste contexto que Paulo Freire inicia seus trabalhos, estando, no período de 1959 a 1964, vinculado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).² Para os intelectuais isebianos, a cultura brasileira estava em crise porque não mais correspondia às circunstâncias históricas, para o que a solução seria o positivo empreendimento de se compatibilizar a cultura com o projeto desenvolvimentista nacional, sem, contudo, considerar as profundas debilidades culturais provenientes do “atraso”, que não poderiam ser expelidas nem mesmo da nossa vida mental.

O trabalho intelectual voltado para “a remodelação de nossa vida mental” teve algumas experiências firmadas desde o movimento modernista, a partir dos anos 1930. Dentre elas, Arantes destaca o grupo Clima, de São Paulo (1940-1968), onde se desenvolveu um ponto de vista crítico singular que inaugurava novas mediações para a compreensão do processo de formação da cultura brasileira: “como ninguém podia saltar por cima da própria sombra, enxergava mais longe quem partia da consideração de conjunto dessas linhas evolutivas mais ou menos consistentes que estamos chamando Formação.”³ Nesse grupo, estava Antonio Candido que, no seu *A formação literária do Brasil*, de 1949, formulou uma “‘apropriação original pelo raciocínio literário da ideia de formação’, de um processo intelectual formativo de múltiplas dimensões, o significado do lugar central ocupado pela literatura na reconstrução mental do país.” Neste empreendimento sobre a produção literária brasileira, Antônio Candido “deu com a equação geral do problema da formação”.⁴ Em 1969, o crítico, discutindo literatura e subdesenvolvimento, “relembra o quanto a penúria cultural do nosso ‘atraso’ não faz exceções e de fato produz uma

² O ISEB foi criado em 1955, pelo Ministério de Educação e Cultura, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais. Naquele contexto, os intelectuais isebianos dedicavam-se ao tema do desenvolvimentismo. Tomaremos o estudo de Vanilda Paiva, “*Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*”, como referência principal para tratar do pensamento freireano no período de sua emergência. (Cf. PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000).

³ Cf. ARANTES, P. E.; ARANTES, O. B. F. *Sentido da formação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 32.

⁴ Idem, p. 37.

debilidade muito mais penetrante e insidiosa do que pensam nossos letrados bem envernizados.”⁵

Nesta perspectiva, para Arantes, o ponto de incongruência da experiência cultural brasileira está no fato de que “os percalços da articulação entre vida mental, sob constante ameaça de estar se engajando numa pista inexistente, e o panorama social próximo, cuja inconsistente razão de ser raramente favorece a dita articulação, cujo modelo de consistência sabidamente se encontra na Europa.”⁶ Noutras palavras, numa fase de “auto-engano coletivo”, buscou-se enxertar aqui um modelo de desenvolvimento sem que existissem os pressupostos sociais para tanto.

Assim, o processo de reconstrução da cultura nacional no contexto da segunda metade dos anos 1950, tinha como ponto de partida o entendimento de que se fazia imediatamente necessário aos intelectuais brasileiros, a formulação de ideias afinadas com o projeto nacional-desenvolvimentista. Estas deveriam ser transmitidas socialmente, a fim de que produzissem um impacto progressista sobre a cultura nacional, levando as massas automaticamente a questionarem, em sua consciência, sua prática social, o que deveria resultar numa sociedade civil de fato constituída e, portanto, a síntese de uma inserção social integrada e afirmativa à “moderna” realidade brasileira, fora da qual tudo é “restolho” e “desajuste”.⁷ Seria um momento de antítese cultural, em que se teria descoberto para a sociedade brasileira um destino para o qual não havia meios? Tudo isso, na verdade, era mais mito do que fato e não deixou de ser assim, pois a tentativa de “acerto” do processo de modernização nacional para a superação impossível do subdesenvolvimento só pôde se desenhar enquanto ideologia própria do capitalismo periférico, o qual se processou sob um incorrigível desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, enquanto a experiência brasileira não tratou de desmistificar essa “falsa consciência”, muitos foram os que estiveram engajados na consecução do projeto nacional-desenvolvimentista. Este é o motivo que une Paulo Freire ao ISEB, pois, além de teoricamente afinado com suas perspectivas ideológicas, o pedagogo estava disposto a trabalhar com “objetivos inclusivos”, voltado para a integração das camadas subalternas nas novas circunstâncias históricas. Entretanto, desde o início, o ponto fundamental de seu pensamento e método não é a ideologia, é a *práxis*. Freire tinha o foco na contradição entre a inserção prática da população na vida política nacional – um caminho aberto pela instauração da democracia

⁵ Idem. p. 37-8.

⁶ Idem, p. 75.

⁷ Sobre os intelectuais brasileiros, segundo Candido, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, fala da “satisfação com o saber aparente, cujo fim está em si mesmo e por isso deixa de aplicar-se a um alvo concreto, sendo procurado sobretudo como fator de prestígio para quem sabe.” A confiança nas ideias era levada ao máximo, “mesmo quando inaplicáveis”, o que, na interpretação de Holanda, foi o caso do positivismo no Brasil. (Cf. CANDIDO, A. O significado de “Raízes do Brasil”. In. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Prefácio. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 18).

parlamentar – e a ausência de uma formação política precedente que a tivesse preparado para esse exercício, não no sentido da prática formal do voto, mas numa perspectiva de que participem ativamente dos espaços públicos decisórios.

Nessa época, cujas circunstâncias políticas nacionais ganham os contornos democráticos característicos do governo Goulart, a esquerda mais radical tratava o homem subalternizado primeiro como objeto, que pode se tornar sujeito por meio de ações educativas. Para Freire, o homem subalternizado, tendo tido uma formação social em que foi agente legitimador da dominação das elites nacionais, precisava de uma formação em que na *práxis* aprendesse a agir sobre as situações determinadas de modo crítico e transformador, embora isso não se configurasse em seu pensamento como uma perspectiva socialista, pois não apoiava as formas de luta que considerava idealistas por considerar que não tinham correspondência histórica com as possibilidades da realidade nacional. No entanto, seu método de alfabetização de adultos, desde o início, sempre pôde ser apropriado para atender a projetos políticos distintos e por vezes antagônicos: houve aqueles que tinham por base rígida os objetivos dos líderes populistas com nítidos interesses eleitoreiros e aqueles que se formavam a partir dos interesses das próprias comunidades, ainda que em aliança com as forças governamentais, como no caso das experiências culturais nordestinas, que reuniram trabalhadores do campo e da cidade em atividades de alfabetização e formação política. Nestas atividades, existiram experiências distintas, chegando a ser muitas vezes antagônicas ao proposto por Freire. Por um lado, houve aquelas em que os educadores fizeram o papel de vanguarda, o que representou um desvio negador da essência do método, por outro, existiram aquelas em que os subalternos tinham o protagonismo central no seu aprendizado político, a partir de suas experiências de vida, que ainda traziam as marcas de relações e práticas não totalmente absorvidas pela modernidade.

Freire se voltou para as massas subalternas, movido pela preocupação de prepará-las para o exercício da democracia representativa. Uma democracia que teria sido instituída a partir de cima, por uma estrutura legal que não correspondia à prática política real da massa subalterna brasileira, cuja formação é determinada pela “inexperiência democrática”, ou seja, a democracia para os subalternos, mesmo nos termos liberais, continuava sendo estranha, pois ainda não tinham produzido objetivamente práticas políticas que pudessem interferir na esfera pública. Esse entendimento expressa a noção de processo em sua forma de interpretar a realidade, por onde consegue visualizar que a forma de participação dos subalternos certamente seria correspondente à formação política que tiveram até ali. Por isso, para Freire, ao invés de fortalecer as instituições autoritárias que continuariam conduzindo as camadas populares, era necessário encontrar meios de formação para que

estas aprendessem na prática a participar da vida política. É importante destacar que neste contexto em que somente tinham direito ao voto os alfabetizados, cerca de 50% da população brasileira ficava excluída do acesso a este instrumento fundamental da democracia liberal. Por isso, os incentivos governamentais para a alfabetização em massa com fins, sobretudo, eleitoreiros, foram determinantes para a ampliação da participação das camadas subalternas na escolha dos representantes políticos que regulariam a vida pública no país.

Tudo isso é conjugado por Freire de um modo particular, no qual podemos encontrar as indicações da compreensão que os ideólogos burgueses da época tinham do quadro cultural brasileiro. Com base em seu pensamento e, sobretudo, em seu método de alfabetização, torna-se possível identificar os impactos sociopolíticos das novas circunstâncias históricas para os diferentes segmentos sociais. Para a classe hegemônica, a aceitação do “novo” requeria uma mudança ideológica, porém, sem alterar a prática social em sua essência, ou seja, suas práticas de dominação permanecem intocadas, embora estejam agora com uma roupagem “democrática” que permite tornar os dominados formalmente mais ativos nesse processo. Para as massas subalternas, no entanto, a inserção consciente na política não se efetivaria a partir de um salto ideológico, mas a partir de um agir novo frente às novas condições nacionais, num momento em que a realidade histórica deixava em aberto o desafio de forjar uma nova e crítica experiência na política. Este “novo agir” implicava mudanças nas formas e no conteúdo da realização das necessidades básicas destas massas, o que pode ser observado especialmente na realidade nordestina, a partir de meados dos anos 1950, onde se formaram as associações agrícolas e pecuárias dos trabalhadores camponeses, um tipo de luta alternativo à sindicalização rural barrada pelas oligarquias, criado para enfrentar de forma coletiva as necessidades das comunidades rurais, a partir de uma estrutura autônoma que se mantinha fora do controle do Estado sob a denominação de “Ligas Camponesas”, que seguiram ativas até 1964.

Neste contexto, também fez parte das atividades da esquerda brasileira as experiências de alfabetização e educação que percorriam principalmente as regiões mais pobres do país, como a Ação Popular, constituída em 1962, reunindo a parcela da juventude católica ligada à política estudantil e ativa em movimentos de cultura e educação popular que estiveram vinculados à perspectiva pedagógica freireana. Ao analisar estes temas no período de 1964-1969, Roberto Schwarz, em *Cultura e política*, fala do Movimento de Cultura Popular no nordeste brasileiro e ressalta especialmente a experiência de Pernambuco.⁸ Em 1959, quando Miguel Arraes era prefeito de Pernambuco e candidato a

⁸ Cf. SCHWARZ, R. *Cultura e política*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 18-21.

governador, inicia-se o Movimento com a finalidade imediata de alfabetizar as massas para que pudessem acessar o direito ao voto. Por outro lado, “havia intenção também de estimular toda sorte de organização do povo em torno dos interesses reais, de cidade, de bairro e mesmo folclóricos, a fim de contrabalançar a indigência e o marginalismo da massa”, a fim de prepará-la para o “contato devastador com a demagogia eleitoral”. O MCP tinha uma perspectiva reformista fundada em valores humanistas cristãos, mas na prática tinha um alcance crítico sobre “a cultura e suas formas estabelecidas”. Fez parte da crítica social produzida nestas experiências, o método Paulo Freire de alfabetização de adultos, que, concebendo a leitura como “força no jogo da dominação social”, procurava “acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política”. “O trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das Letras e no dos sindicatos, da Constituição, da reforma agrária, em suma, dos seus interesses históricos.”⁹ O método consistia em que os educadores tomassem por base palavras extraídas das experiências dos educandos – que em sua ampla maioria eram moradores das comunidades rurais – construindo, deste modo, os “temas geradores”, a partir dos quais os homens aprendiam a ler, a escrever e a discutir sobre a realidade brasileira. Neste contexto, a relação entre educador e educandos não é a mesma da educação formal em que, hierarquicamente, se dá a transferência de conhecimentos adquiridos, pois ambos protagonizam ativamente este processo de produção cultural, em que “a noção de que a miséria e seu cimento, o analfabetismo, não são acidentes ou resíduo, mas parte integrada no movimento rotineiro da dominação do capital.”¹⁰ Em 1964, no Recife, “o MCP foi fechado e sua sede transformada, como era inevitável, em Secretaria de Assistência Social”.¹¹

As experiências sociais produzidas neste período e que são a própria base material da educação em Paulo Freire, o leva a deslocar o foco de seu projeto pedagógico de 1959, do objetivo de formular um modo de educação funcional ao desenvolvimentismo para o compromisso com o aprofundamento das experiências de autoformação das massas. É uma mudança que não emerge do aprofundamento da teoria, mas de suas práticas pedagógicas. Em *Educação como prática de liberdade*, livro publicado no Brasil em 1967, está explícita essa “virada” da perspectiva freireana, de um projeto pedagógico funcional ao nacional-desenvolvimentismo para um objetivo político contrário às elites, mobilizando a massa subalterna, embora isto apareça nesse momento mais como objetivo prático do que como sistematização teórica, pois a compreensão teórica do alcance de seu método pedagógico é posterior às suas primeiras experiências.

⁹ Cf. SCHWARZ, R. *Op cit.* p. 18-21.

¹⁰ Cf. SCHWARZ, R. *Op cit.* p. 20. Grifos meus.

¹¹ Idem, p. 21.

As primeiras elaborações teóricas que definem a perspectiva crítica e libertária da pedagogia desenvolvida por Freire foram construídas durante o período em que esteve exilado no Chile, entre 1964 e 1969, quando, além de continuar envolvido em experiências de educação popular, produziu a análise das práticas educativas realizadas no Brasil entre 1959 e 1964, resultando no livro *Pedagogia do oprimido*, escrito entre 1967 e 1968, publicado no Brasil em 1974. É a obra que nos leva a compreender que na base do pensamento de Paulo Freire existe uma “filosofia da práxis”. É no conceito marxiano de práxis que Freire entende o processo de formação do ser e da consciência. Não obstante, foi possível a Freire elaborar uma pedagogia de formação política produzida a partir da experiência social porque a realidade brasileira – principalmente o nordeste, onde esteve diretamente envolvido em práticas de educação popular no período – ainda não havia totalmente consolidado as relações e práticas sociais que passariam a fazer parte do conjunto da vida social moderna. Por isso, considerando as bases históricas em que desenvolve seu pensamento, foi possível falar de práxis sem mediações muito aprofundadas sobre a crítica do fetichismo.

Por outro lado, esse contexto que tornou possível a elaboração do pensamento de Freire indicava que no território nacional inexistiam bases materiais capazes de impulsionar um movimento espontâneo de modernização da vida social, de modo que o Golpe de abril de 1964 e os vinte e um anos de ditadura civil-militar que se seguiram – com a participação do governo norte-americano interessado em expandir o domínio imperialista sobre a América Latina e em mitigar as influências comunistas produzidas num contexto marcado pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana – tiveram o papel de fabricar as mediações necessárias para que a materialidade da vida social fosse produzida sob a forma abstrata. Este processo produziu nos indivíduos a assimilação de um tipo abstrato de prática social em que eles mesmos se autodisciplinam para a realização das funções postas pela sociedade burguesa, de modo que o processo autocrático repressivo, depois de duas décadas, tornou-se dispensável.

A modernização da sociedade brasileira dissolveu o tipo de prática política que esteve na base das experiências sobre as quais Paulo Freire construiu sua concepção popular de educação. As lutas sociais da massa subalterna existentes no pré-64 tinham o caráter popular de serem originadas espontaneamente no território social comum – lugar de moradia que, na zona rural, era o próprio lugar de trabalho –, onde as pessoas viviam relações definidas por uma vinculação social produzida nas tradições das experiências comuns, no convívio e no modo com que lidavam com a natureza. Este foi o terreno em que se produziram experiências políticas auto-organizadas, a partir das necessidades sentidas e elaboradas coletivamente na comunidade, enquanto espaço efetivo de luta e formação

política. Mas, os anos do regime ditatorial que se estendeu até 1985 produziu a violenta dissolução do modo de vida propício à produção deste tipo de organização, instituindo formas legais de luta e incorporando a participação da população ao interior das modernas instituições sociais. O processo de modernização das lutas populares produziu a sua desradicalização, dissolvendo a forma de organização que tinha base territorial para integrá-las às instâncias de controle institucional.

Desse modo, o aprofundamento das condições de existência da sociedade moderna pôde ser sentido na experiência social que, repleta de fantasmagorias, não mais vinculava os homens à sua riqueza cultural. A impossibilidade de que as forças invisíveis que governam a vida prática se autoevidenciem tornou cada vez mais difícil que a formação política de caráter emancipatório pudesse nascer espontânea da experiência social real. Na sociedade capitalista em expansão, capaz de assegurar as mínimas condições de reprodução social para os que trabalham e de integrar por vias assistenciais a parcela improdutiva da população, a atividade humana real não mais atestava a atualidade histórica da “*pedagogia do oprimido*”. O chão histórico constituído pelo tipo de experiência que foi a base material da concepção freireana de educação havia sido destruído e no seu lugar a abstração real abriu um grande fosso, produzido pelo golpe de 1964 e os anos seguintes.

Já no início dos anos 1980, diante dos efeitos nefastos da crise estrutural do capital, a impossibilidade de bilhares de seres humanos acessarem as condições minimamente necessárias para se manterem vivos no interior da estrutura do capital em crise levaram-nos à produção de experiências populares de auto-organização. As massas expulsas para a periferia do campo e da cidade são obrigadas a refazerem as relações comunitárias, produzindo experiências alternativas à barbárie social, a partir da luta por moradia, dos coletivos de cultura alternativa e de outras tantas formas de enfrentamento das opressões, transformando esses territórios em *lócus* de resistência às formas objetivas de dominação social. É isto que torna possível falar hoje na atualidade histórica da educação popular, que tem sua expressão nas formas embrionárias de crítica do valor. A produção de experiências coletivas de reconstrução da instância pública da vida social, a partir do aprofundamento da autonomia de práticas sociais em que a humanidade se mostre “capaz de regular as forças produtivas modernas através de determinações sociais e entendimentos conscientes”¹² também é uma possibilidade real, dada a incapacidade irremediável do capital em não produzir o que não é rentável e, no contexto da crise estrutural, se trata das condições mínimas de sobrevivência de bilhões de seres humanos. Tais circunstâncias revelam que a reprodução da vida social “vai se tornando informe, numa espécie de

¹² Cf. KURZ, R. Gênese do absolutismo de mercado. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 269.

transbordamento a procura – se tivermos sorte! – de outra forma”.¹³ Esta possibilidade é identificada por Menegat na “*atividade [de setores] das massas ante a dissolução desta forma social*”¹⁴ que, na América Latina, se faz presente no novo tipo de luta que se constitui dos aspectos em comum existentes em movimentos como o MST no Brasil e os piqueteiros na Argentina. As experiências coletivas produzidas pela massa humana sobrando nos países latino americanos carregam o traço comum de que têm origem em territórios profundamente marcados pelo lugar periférico que ocupam no capitalismo mundial. Como resultado das contradições do processo tardio de desenvolvimento capitalista nestes países, a recuperação das formas coletivas de organização da vida social, que fizeram parte do passado pré-moderno desses povos, pode ser o princípio de um longo caminho em que suas camadas sociais subalternas, tendo vivenciado em primeira instância os efeitos mais nefastos da crise estrutural do capital, construam uma alternativa histórica de resistência à barbárie.

2.2 Os novos movimentos sociais e as experiências de educação popular na América Latina

No caso dos novos movimentos sociais formados na América Latina, a produção de práticas coletivas em torno do objetivo imediato de superação da fome e da miséria tem o significado da reconstrução do cotidiano, a partir de novas formas de vida comunitária. É neste sentido que, na Argentina, o movimento dos piqueteros¹⁵ transformou a política de assistência social do governo, voltada para o controle das massas pauperizadas, no princípio da construção de formas autônomas de vida social, ao utilizarem “as migalhas monetárias arrancadas do Estado para fomentar a auto-organização política econômica no cotidiano da população nos bairros pobres da periferia”¹⁶. A ressignificação dada pelos piqueteros ao dinheiro que recebem do programa assistencial do Estado tem seu ponto de sustentação econômica na construção de um fundo comum, autogerido para financiar, sobretudo, as necessidades coletivas básicas de alimentação, pois com o aprofundamento da crise do capital nos anos 1990, a pauperização em níveis surpreendentes tornou a fome o principal legado do horror econômico para a massa subalterna.

¹³ Cf. MENEGAT, M. “*Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina*” in: Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012. p. 12.

¹⁴ Cf. MENEGAT, M. *Idem*, p. 14. Grifos do autor.

¹⁵ Cf. MARRO, K. *A rebelião dos que “sobram”*: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socioassistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. 2009. 232f. Doutorado (Tese). UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

¹⁶ Cf. FERNANDES, M. *Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher*: lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais. Disponível em: <<http://antivalor.atspace.com>> Acesso em: 20 mar. 2011.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado em 1984, é um dos movimentos que tem representado uma forma de luta que reúne o novo e o velho. É exatamente o que ele traz de novo que o tem feito o movimento que melhor tem subsistido à repressão, à criminalização e à assistência social. A reforma agrária, depois de 1964, diluiu-se em ações que ocuparam um lugar marginal nas políticas de governo, dado que a crise estrutural tornou inviável o aprofundamento das políticas de redistribuição da riqueza social, prevalecendo em seu lugar as medidas agressivas de modernização do campo que beneficiaram a ampliação do agronegócio, aprofundando a subordinação econômica do país ao capital internacional. Isto está diretamente relacionado ao fato de que a repressão aos movimentos do campo não cessaram com o fim da ditadura civil-militar, de modo que as prisões, torturas e mortes, enquanto forma de controle social do Estado sobre a massa humana não mais rentável, são vivenciadas, sobretudo, pelas cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra acampadas em diversos pontos do território nacional. Talvez o tipo de organização política do MST, que tem sua base na luta territorial, possa explicar porque tantas famílias sem terra resistem à repressão. A luta pela terra os mantém unidos não apenas pela necessidade da conquista do espaço geográfico, mas também pelas práticas coletivas em torno da agricultura camponesa, que vão reconstruindo a relação do homem com a natureza e os laços humanos de solidariedade destruídos pela forma social de vida moderna, o que produz entre eles um tipo próprio de vinculação cultural orgânica com o movimento.

O processo de autoformação do ser social enquanto “prática de liberdade” depende da produção dialética de práticas sociais autônomas capazes de restringir o território de ação do Estado e do mercado, para impedir a ampliação de seu domínio. Nos anos 1990, o MST realizou experiências significativas neste sentido, em que retirou do Estado recursos do fundo público e os utilizou para aprofundar sua autonomia na produção das condições de reprodução social. A educação é o exemplo mais contundente deste tipo de prática no movimento. Ergueram escolas dotadas de toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento a partir de recursos estatais e fizeram delas um espaço de formação de crianças e adultos, a partir de um projeto pedagógico próprio, marcado pela cultura produzida na luta pela terra. Transformaram a “prática educativa em atividade política, tornando-a cultura entre aqueles que habitam o ambiente escolar”.¹⁷

A emancipação requer uma nova dialética entre ser social e consciência, mediada por processos coletivos que amplificam a política na direção da formação humana, onde os

¹⁷ Cf. INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA); INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO (IEJC). *Método pedagógico*. Veranópolis/RS: Coletivo Político Pedagógico (CPP), 2003. p. 39.

homens formam-se com a consciência de que eles mesmos, passo a passo, através de sua própria atividade, poderão apressar a transformação social. A luta pela terra tem o potencial de estender esta perspectiva emancipatória a todas as dimensões da vida social e da formação humana, tendo início na produção dos artigos de consumo imediato para suprir necessidades elementares de sobrevivência. A tradição da agricultura camponesa forma as bases da agroecologia que se objetiva na produção de alimentos saudáveis combinada com a preservação do ambiente natural, apontando para o princípio de uma nova forma de sociometabolismo entre homem e natureza. Esses são alguns dos aspectos da produção de uma coletividade cultural em que são reconstruídas as tradições do modo de vida camponês, celebradas nas colheitas e festas de rememoração de atos e acontecimentos que são a história do movimento.

Nas palavras de Thompson, as mulheres e os homens “que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, diante do imperativo imediato de sobrevivência, “‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*” de forma relativamente autônoma e “em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 182). Esta dialética entre experiência e estrutura é a base da alternativa histórica produzida pelo tipo de luta que se forma entre a massa de seres humanos que é a expressão viva do processo de dissolução da estrutura social moderna. O novo processo histórico de produção da vida é o movimento que visa superar a objetividade social opressora, constituindo-se de uma pedagogia dos homens e mulheres que, a partir da sua “inserção lúcida na realidade, na situação histórica”, produziram “a crítica desta mesma situação e o ímpeto de transformá-la” (FREIRE, 2011, p. 75). A formação social e humana que emerge da prática da liberdade, “ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 2011, p. 75), propondo a reflexão “sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente.” (FREIRE, 2011, p. 98). Nos termos da *pedagogia freireana*, a práxis, enquanto prática de liberdade, “é reflexão e ação dos homens” que transformam a si mesmos enquanto transformam as circunstâncias. Neste refazer da vida e de si, mulheres e homens produzem a associação entre sensibilidade e conhecimento que só pode se dar para além da abstração capital e trabalho, pois expressa o desfazer do conjunto da vida social abstrata, na medida em que as experiências sociais passam a ser produzidas e vividas de um modo autoconsciente.

Tudo indica que o reverso da crise contém elementos embrionários de uma alternativa histórica à barbárie social que podem ser observados na práxis de segmentos

das massas, cuja situação aguda de carecimento material, dada a inexistência de saídas para suprir necessidades imediatas no plano das políticas sociais, tampouco no plano do emprego, tem impulsionado a produção de experiências coletivas de resistência às formas abstratas de dominação na história. Os aspectos comuns destas experiências observadas entre os novos movimentos sociais da América Latina confluem numa forma de organização que, distinta das formas de luta típicas da modernidade, tem em sua base o sentido da “*pedagogia do oprimido*”, cujo significado histórico se reatualiza. Pois, somente a atividade organizativa com potencial de transcender os circuitos de automovimento da mercadoria, voltada para a crítica da abstração real e a emancipação humana da sociabilidade fetichista, pode realizar integralmente a pedagogia freireana. Os oprimidos somente poderão tomar a história nas mãos se produzirem um tipo de experiência social resistente ao automatismo da lógica do capital, a partir do processo em que deixam para trás toda forma de assujeitamento e livremente decidem colocar mulheres e homens conscientes e afetivos no lugar das coisas.

3. CONCLUSÃO

Neste contexto, como o Serviço Social pode contribuir para que as massas tenham acesso, pela via do Estado, ao necessário para que permaneçam vivas, sem que isto, no entanto, interrompa o aprofundamento das formas *populares* de resistência? Esta e outras questões têm motivado nossos estudos sobre a necessidade histórica do Serviço Social “(re)atualizar” criticamente o trabalho com comunidades, na perspectiva freireana de educação popular, ou seja, contribuindo para que se aprofundem as experiências sociais comuns que unem mulheres e homens na produção de formas de resistência à barbárie.¹⁸ No entendimento que orienta as reflexões apresentadas neste ensaio, educação popular é práxis. E neste sentido não pode ser fabricada por agentes externos, pois a pedagogia de autoformação é a própria experiência de luta popular.

Urge, pois, a necessidade de se apreender as condições do atual tempo histórico, enquanto se pode contribuir para que as experiências populares, que têm representado a produção de alternativas embrionárias à barbárie, aprofundem-se e reinventem a perspectiva de transformação social.

¹⁸Cf. DANTAS, R. F.; SCARAMUSSA, T. *A cabeça pensa onde os pés pisam: um resgate sócio-histórico do Serviço Social no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013; BOTELHO, J. C.; CORDEIRO, M. S. *A educação popular e o Serviço Social em uma perspectiva de transformação social: a necessidade de construção de uma alternativa histórica ao capitalismo em ruínas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. BOTELHO, T.M. *Serviço Social e comunidades: experiências de atuação e perspectivas de uma “(re)atualização” crítica*. 2013. 121f. Mestrado(Dissertação). UFES. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo. (UFES), 2013.

4. REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. F. *Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória*. 2013. 205f. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MENEGAT, M. “Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina” in: Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAMENTOS E MEDIAÇÕES DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:

Estudo da particularidade Ibero-americana

Alzira Maria Baptista Lewgoy¹

RESUMO

Estudo das configurações contemporâneas da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no trabalho profissional em Portugal, no Brasil, e na Espanha. Objetiva-se apontar fundamentos, mediações, tendências e desafios no contexto da educação superior. Pesquisa quantitativa e qualitativa, documental, bibliográfica e empírica, com supervisores acadêmicos, de campo e estagiários. Resulta dessa primeira fase, em Portugal: coleta e pré-análise das entrevistas e grupos focais de 93 participantes; devolução dos resultados preliminares da pesquisa em Encontro Internacional em Coimbra; constituição de comissões de trabalho responsáveis por organizar Seminário Internacional à devolução dos resultados finais e por mobilizar escolas de Serviço Social na elaboração de uma Política de Estágio em Portugal.

Palavras Chave - Fundamentos do Serviço Social; Formação profissional; Trabalho Profissional; Supervisão de Estágio.

ABSTRACT

Study on contemporary configurations of Intern Supervision in Social Work in scholars' training and professional work in Portugal, Brazil and Spain. The purpose of the study is pointing out fundamentals, mediations, patterns and challenges in the context of university education. This research is quantitative and qualitative, documentary, bibliographical and empirical, and deals with field and academic supervisors and interns. The first stage results are: the collection and pre-analysis of interviews and focus groups of 93 participants in Portugal; return of research preliminary results in the International Meeting in Coimbra; constitution of working committees responsible for organizing an International Seminar to return the results and for mobilizing Social Work schools to elaborate an Internship Policy in Portugal.

Keywords - Fundamentals of Social Work; Professional Training; Professional Work; Intern Supervision.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a investigar as configurações contemporâneas da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no trabalho profissional na particularidade ibero-americana, Portugal, Brasil, e Espanha, com o intuito de apontar os

¹ Assistente Social, professora associada do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. alzira.lewgoy@ufrgs.br

Eixo Temático - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

fundamentos e as mediações, bem como as suas principais tendências e desafios no contexto da educação superior. Para tanto, será necessário problematizar o contexto da educação superior, nos âmbitos nacional e internacional, bem como a incidência do processo de contrarreforma do ensino superior na formação em Serviço Social, no que se refere ao processo de supervisão e do estágio.

A relevância da pesquisa se justifica considerando que a supervisão e o estágio em Serviço Social apresentam grandes desafios para o processo de formação profissional na atualidade. As transformações sociais em curso, fundamentalmente relacionadas a esta temática evidenciam a necessidade de estudos e pesquisas que possam dar suporte e retomar os princípios que balizam a formação profissional nas DCs, para fazer o contraponto do desenho de educação que hoje vem se configurando: mercantil, aligeirada, flexível e virtual. Sublinha-se, ainda, que são poucos os grupos de pesquisa na área que vem pesquisando sobre a formação profissional, pois em um mapeamento realizado identificamos, no contexto brasileiro, a existência de 68 Grupos², sendo que 10 deles tomam a formação como objeto central e o restante a vincula com outros temas de pesquisa.

O presente trabalho discorrerá sobre a contextualização do objeto de estudo, os procedimentos metodológicos da pesquisa, os resultados preliminares da investigação em curso, e por fim as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: A Supervisão de Estágio na formação e no exercício profissional em Serviço Social

A necessidade de adensamento sobre a supervisão de estágio no processo de formação e exercício profissional na Europa (Portugal e Espanha) e na América Latina (Brasil), países os quais vêm sofrendo rebatimentos na educação superior, parte de uma imersão analítica e atual sobre as repercussões do processo de Bolonha, que tem seu início em 1999 e prossegue no início do novo século, com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior, através da adoção do sistema de graus comparáveis. Esse sistema é baseado, essencialmente, em ciclos e na promoção da mobilidade de estudantes, um processo que vem sofrendo duras críticas, pela fragmentação da formação profissional que realiza e pelo indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, facilitando a ação das empresas educacionais” (LIMA, s/d, p.4).

² O referido mapeamento foi feito junto à plataforma dos Grupos de Pesquisa localizados no diretório da CAPES, em dezembro de 2014, complementado no 14º Colóquio do XIV ENPESS do Eixo Serviço Social: Fundamento, Formação e Trabalho Profissional”, realizado em Natal/RN.

Reflexões advindas das primeiras aproximações com essa realidade internacional, através do contato com Assistentes Sociais de outros países, tanto da América Latina, quanto de países de Língua Portuguesa, por ocasião do workshop que discutiu uma proposta latino-americana para a definição mundial de Serviço Social, organizado pelo CFESS, em março de 2012, no Rio de Janeiro e, também, durante o Congresso Mundial de Serviço Social, em julho de 2012, em Estocolmo, acirraram nossas indagações, especialmente, nos países de língua portuguesa, possibilitando a produção de um artigo sobre o evento.

As demandas postas à educação superior não são tão distintas, conforme atestamos na nossa segunda aproximação com a realidade internacional, a convite do Instituto Superior Miguel Torga ISMT, para proferir a palestra sobre os Desafios do Estágio e da Supervisão na Formação e no Exercício da Profissão de Serviço Social, no Seminário Internacional realizado em Coimbra em junho de 2016, no qual foi oportunizado assistir à participação dos coordenadores da licenciatura, coordenadores dos estágios, supervisores e orientadores de estágio de 11 escolas das 17 de Serviço Social existentes em Portugal. O tema proposto foi o relato das experiências sobre as políticas de Estágio e de Supervisão nas licenciaturas de Serviço Social em Portugal, com o objetivo de refletir na atual conjuntura a diversidade do estágio na formação acadêmica de serviço social e no trabalho profissional.

Nessa direção, ressalta-se a terceira aproximação com a realidade Internacional quando da participação, ainda em junho e julho de 2016, no 8º Congresso de CEiSAL "Tiempos Posthegemônicos: sociedad, cultura y política en América Latina", na Universidade de Salamanca/Espanha, promovido pelo Instituto Ibero Americano. Neste evento, participou das apresentações de trabalhos de formação e trabalho profissional pelos assistentes sociais de Universidades dos seguintes países: Portugal, Espanha, Brasil, Uruguai, Chile, Costa Rica. Este grupo formou uma rede de trabalho da qual oportunizou o conhecimento e a inserção nesse grupo, intitulado "Rede ibero-americana de investigação do trabalho profissional- (RIITS)".

Aprofundar o conhecimento sobre o estágio supervisionado em Portugal, Espanha e Brasil, é necessário tendo em vista os cenários nos quais vêm se conformando a profissão nesses países que estão vivendo a crise estrutural do capital. Medidas de austeridade são aplicadas nos países do capitalismo central e periférico, ameaçando os avanços nos âmbitos dos direitos e do Estado social, trazendo implicações, tanto para os países Europeus quanto para os latino-americanos, tais como: aumento expressivo de desemprego, precarização do trabalho, redução salarial, privatizações, inclusive da

educação superior, transformando-a em mercadoria, cujas características estão na sua condição de ser produzida de maneira rápida e com baixo custo.

A Declaração de Bolonha construiu o caminho e a definição de qual educação e qual formação eram necessárias para o mercado comum europeu e internacional - inclusive, rebatendo na política de educação, com fortes implicações na formação acadêmica e na investigação em Serviço Social nesta última década, causando inquietações, bem como exigindo-nos que esse cenário, solo da formação e do exercício profissional, seja problematizado junto aos acadêmicos e profissionais de serviço social. Este conteúdo é transversal ao processo de trabalho da supervisão de estágio, pelos seus fundamentos históricos, teóricos, legais, metodológicos e técnicos, desafiando-nos, dia a dia, como assistentes sociais trabalhadores, na docência e nos espaços sócio ocupacionais.

O Projeto Profissional do Serviço Social no Brasil expressa transformações e inquietações, tendo em vista o processo de mercantilização que a educação superior vem sofrendo, particularmente a partir da década de 1990, que resultou, e ainda prossegue resultando, numa propagação acelerada, intencional e desordenada de cursos presenciais e à distância com forte expansão do setor privado em detrimento do ensino público. A contrarreforma do Estado, a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1997, a inserção do Brasil no “Fórum Político de Bolonha” em 2009, a lógica empresarial instituída pela Política de Ensino Superior afinada na concepção de educação como serviço vêm estimulando pensar o ensino superior segundo critérios do mundo empresarial, ou seja, válidos para quaisquer tipos de investimentos, na perspectiva do custo/benefício, eficácia/inoperância e produtividade (IAMAMOTO (2000), excluindo assim a perspectiva universitária ancorada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

A gênese da supervisão de estágio em Serviço Social no Brasil acompanha a história das condições políticas que envolveram a criação da profissão. A supervisão emergiu como um modo de “[...] treinamento de pessoal (pago ou voluntário), que trabalhava nas organizações de caridade e que devia ser instruído nos princípios e métodos das instituições a que estivesse ligado” (ANDER-EGG, 1974, p. 248), e desenvolveu-se para enfrentar as necessidades de orientação, coordenação, formação e administração, embora seu vínculo maior estivesse vinculado à área de trabalho. Após serem fundadas as primeiras escolas de Serviço Social na América do Norte e na Europa, nas primeiras décadas do século XX, essas agências seguiram sendo o principal campo de treinamento para o pessoal. Desde então, “[...] o ensino sistemático que se realizava principalmente por meio da supervisão era feito partindo de situações simples e de outras mais complexas” (ANDER-EGG, 1974, p. 248).

O pensamento, até o final da Primeira Guerra Mundial, era de que o estágio se concretizava por um treinamento prático vocacional. A aprendizagem ocorria na ação e no trabalho de campo, sendo significativa a concepção de “aprender fazendo”. Posteriormente, a função de ensino foi incorporada à supervisão por influência das ideias de Mary Richmond (1950) e das teorias de John Dewey. (VIEIRA, 1979). Na época, o estágio correspondia a um modo de aprender decorrente da compreensão do quê e do como fazer. Assim, o supervisor exercia um papel de natureza mais administrativa do que pedagógica.

A partir da segunda década do século XX, a supervisão reflete a influência da psicanálise, visto que o supervisor assumiu tarefas de terapeuta em relação aos supervisionados, o que lhe possibilitou trabalhar mais eficientemente em relação aos “casos” a que devia atender (ANDER-EGG, 1974). A célebre obra publicada em 1917, *Diagnóstico social*, de Mary Richmond (1950), foi um evento significativo, por se tratar da primeira sistematização teórica de Serviço Social. O texto indicava metodologias de estudo, diagnóstico e tratamento para atendimento de casos, desencadeando, na supervisão, o debate relacionado ao plano de tratamento entre supervisor e supervisionado.

Em 1936, com a criação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo e início da formação em Serviço Social no Brasil, surgiram às primeiras formulações sobre supervisão, atribuídas a Virginia Robinson, na obra *Supervision in social case work*. Esse primeiro registro instituiu o pensamento do olhar “sobre”, de controle, de treino, ou seja, a probabilidade de ensinar o fazer, não mais de aprender a fazer. Nela se encontra como conceito “[...] o processo educacional pelo qual uma pessoa possuidora de conhecimentos e experiência prática toma a responsabilidade de treinar outra, possuidora de menos recursos técnicos” (apud WILLIAMSON, 1967, p. 31).

No final da década de 1940, pelos registros do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, de 1949, sentiu-se a necessidade da supervisão. Na oportunidade, Nadir Kfoury afirmava: “[...] atualmente percebe-se que a preocupação maior, para bom número de escolas, reside em organizar os estágios nas obras e a supervisão [...]” (apud AGUIAR, 1982, p. 33). Tal exigência estava demarcada pela criação e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, cuja criação incidiu no bojo do aprofundamento do modelo corporativista do Estado e no desenvolvimento de uma política econômica favorecedora da industrialização adotada a partir de 1930. Ampliou-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper “[...] com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada [...]”. (SILVA, 1995, p. 25). Consolidaram-se, então, dois movimentos de um mesmo processo: de uma parte, as alterações no âmbito do Estado; de outra, a adaptação da formação técnica especializada às organizações que prestam serviços sociais, o que exigiu novas formas de execução e de

instrumentos de trabalho ao assistente social. Emergiu como demanda uma formação qualificada ao ensino em Serviço Social, o que delineou um novo contorno à supervisão de estágio. Nessa época, estavam em evidência as técnicas de caso e grupo, cuja finalidade era a eficácia da ação profissional.

Durante as décadas de 1950 e 1960, foi forte a influência da área pedagógica na supervisão de estágio em Serviço Social. Essa extensão está relacionada aos estudos do *Council of Social Work Education* e ao relatório de Hollis e Taylor sobre currículo, os quais contribuíram decisivamente para a modificação na educação do Serviço Social (VIEIRA, 1979). A supervisão, tendo como solo a formação profissional, recebia influência das práticas educativas vigentes, que, por sua vez, ao serem um fenômeno social e universal, tornavam-se necessárias no processo de supervisão. Na época, houve forte influência do movimento da Escola Nova, no qual a ênfase no processo ensino-aprendizagem estava centrada no aluno, não mais no professor e na matéria, segundo a ideia de que o aluno aprende melhor o que faz por si próprio: “aprender fazendo”.

A partir da década de 1970, começou a se delinear o pensamento marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, com o desenvolvimento do processo de renovação da profissão, na percepção de uma clara “[...] intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional” (NETTO, 1994, p. 159). Merece destaque a experiência de Belo Horizonte, ou Método BH, por intermédio da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que se constituiu na mais expressiva proposta crítica elaborada na época no Brasil. Infere-se que a íntima ligação da supervisão de estágio com essa experiência, abastecida pelo método dialético-crítico, foi uma exceção, pois apresentava outra visão, que não aquela cujos parâmetros sustentavam a supervisão e a profissão: “[...] pelo viés desenvolvimentista-modernizante [...] compatível à renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial [...]” (NETTO, 2005, p. 81).

A concepção de supervisão não se alterou nas décadas de 1970 e 1980, mesmo diante do Movimento de Reconceituação. Uma das explicações para esse quadro encontra-se na própria dinâmica do Movimento de Reconceituação, que, se por um lado, mexeu com a estrutura do Serviço Social, avançando teoricamente, por outro, deixou lacunas de instrumentação para o agir profissional. Destaca-se, também, que até a década de 1980, a supervisão ficava por conta do profissional do campo de estágio, atribuindo-se a ele o “ensino da prática”. As bibliografias de âmbito latino-americano, como as dos autores argentinos, nesse período, fizeram parte do percurso histórico da formação profissional brasileira, embora não exercessem influência na produção sobre supervisão de estágio no Brasil.

Registra-se que o acervo sobre supervisão no Brasil foi organizado a partir de 1947 e

durante quase quatro décadas, até 1981, a área contou com três expoentes: Helena Juracy Junqueira, Nadir Gouvêa Kfoury e Balbina Ottoni Vieira, que delinearam um percurso bibliográfico mais sistemático. Registra-se que a maior parte dos trabalhos publicados sobre supervisão tinha como eixo, sobretudo, a instrumentalização e o seu uso. Ao privilegiar o foco no instrumental técnico, ao separá-lo de outras dimensões, apesar do processo de renovação do Serviço Social, o trabalho do supervisor tendia a não contemplar as novas requisições profissionais. A aplicação da técnica dissociada da intencionalidade e da fundamentação teórica é muito mais do que uma ilusão; é uma prática equivocada. Os instrumentos servem para dar materialidade, mas apenas a sua operacionalização não é suficiente, é fetiche da prática. Tal crítica referenda a perspectiva que emergiu na década de 1980, que remete a uma “[...] unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática na direção da prestação de serviços sociais [...]” (BARROCO, 2003, p. 205). Nesse período, o Serviço Social afirmou-se como área qualificada de produção de conhecimento, reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa. Houve crescimento do acervo acadêmico-profissional, particularmente respaldado nos cursos de mestrado e doutorado. Contudo, a supervisão permaneceu consubstanciada pelas dimensões pedagógica e técnica e, apesar do impulso dado pela pós-graduação e pelo crescimento do mercado editorial, havia reduzida produção sobre supervisão em Serviço Social, fato que comprometia o avanço teórico-político e metodológico, pois apenas se reproduzia o já produzido.

Nas décadas de 1990, a supervisão em Serviço Social aparece configurada como componente integrante da formação e do exercício profissional (BURIOLLA, 1994). Também é nesta década que, nas DCS (1996), o estágio é concebido como uma atividade curricular obrigatória, que deve ser desenvolvida ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, configurando-se a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional. Tem por objetivo capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, cujo pressuposto é a supervisão sistemática. Esta supervisão deve ser organizada e realizada pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, por meio da reflexão, do acompanhamento e da sistematização, tendo como alicerce os planos de estágio elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). A supervisão é afirmada no desenho das DCS pela "Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional", princípio fundamental e desafiador. Não se trata apenas de um desenho ou de terminologia, mas de fundamentos e de mediações para adensar e assegurar o escopo e a lógica do estágio supervisionado em Serviço Social.

Na década de 2000, o estudo sobre a gênese da supervisão demonstrou que a

supervisão invocava uma concepção vinculada à ideia de estágio, revelando, ainda, uma clara intenção de complementaridade, de unidade, entre teoria e realidade, e de indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional, tendo em vista estar vinculada ao projeto ético-político profissional que vem sendo balizado e materializado pelas dimensões da produção do conhecimento político-organizativo e jurídico-político da profissão (LEWGOY, 2010). No que se refere à concepção, Lewgoy (2010) destaca que, embora a supervisão seja uma atribuição privativa e uma das competências profissionais do Assistente Social, na modalidade de supervisão direta, constitui-se em espaço de mediação entre formação e exercício profissional alicerçado nas bases teóricas do projeto profissional e nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Estas dimensões ancoram a competência profissional, tendo como um dos princípios formativos sua indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e a profissional, sendo estes também desafios no que se refere à produção intelectual, à organização política e à dimensão técnico-operativa, tão importante e central em uma profissão interventiva, na implementação de respostas profissionais diante da conjuntura atual em que se inserem a Educação Superior e o mercado de trabalho. Tal contexto expressa-se no crescimento acelerado dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social, em especial o da modalidade do ensino à distância (EAD), e massivamente nos cursos de Serviço Social, e no sucateamento e precarização do trabalho em ambas as instâncias na formação e no exercício profissional.

O processamento do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, assim denominado a partir da década de 1990, cuja gênese data do decênio de 1970, no marco das grandes mobilizações da classe trabalhadora, o qual se constituiu no projeto hegemônico da profissão (ABRAMIDES, 2007), tem como referência o rompimento com a herança conservadora naquela presente. O contexto educacional brasileiro, na passagem dos anos 1990 e início do século XXI, sob o fogo cruzado da contrarreforma do ensino superior, resultou na intensa [...] expansão do ensino privado presencial e à distância, na precarização das condições de trabalho e no fortalecimento da mercantilização da educação" (BOSCHETTI, 2011). A discussão sobre o projeto de formação profissional, no qual o estágio e a supervisão constituem-se, ganha maior abrangência e densidade para a categoria no século XXI.

A política de educação superior³ é mais complexa do que nos anos 90, tendo em vista que, na primeira década dos anos de 2000, a pedagogia adotada pelo governo teve

³ A política de educação superior foi formulada e implementada pelo governo Lula da Silva, com forte influência de uma fonte de documentos internacionais (LIMA 2007) que fomentam a expansão de políticas de modo massificado mediante a adoção das tecnologias de informação e da comunicação (TCI), fazendo emergir o ensino à distância que, na realidade do serviço social, é responsável pelo aumento desmedido de vagas em UFAS, o que vem precarizando a formação e o exercício profissional, conseqüentemente a supervisão.

consenso junto à sociedade, por estar permeada de apelos populistas e de usos transformistas de conceitos e reivindicações tecidos no campo da esquerda combativa e dos trabalhadores organizados (MOTA, 2011). No contexto europeu, destaca-se a influência da Declaração de Bolonha, constituindo o espaço educativo de nível superior nos países membros da comunidade europeia.

Na pesquisa realizada,⁴ de âmbito nacional, junto a coordenadores e supervisores de campo e acadêmicos em seis Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) brasileiras (LEWGOY, 2013), destaca-se um cenário de: a) terceirização dos serviços e rotatividade dos assistentes sociais no trabalho pela contratação por um tempo determinado, acarretando a não continuidade das ações, o que vem rebater no desmonte dos projetos de intervenção e das estratégias já implantadas; b) precarização das condições do trabalho expressa pelo excesso de demandas, rotinas e atividades burocrático-administrativas no atendimento diário dos assistentes sociais, sobrepondo-se à dimensão teórico-metodológica do trabalho profissional; c) invisibilidade do trabalho da supervisão de estágio e pouca valorização desta atividade, por ser o estágio uma disciplina que demanda investimento de tempo, pois requer leituras dos diários e relatórios, além de visitas aos campos de estágio. Estas atividades, na maioria das grades curriculares, não são computadas na carga horária do docente, bem como não se traduzem em nenhum índice para o professor no seu currículo ou para o aumento do banco das produções. Na busca de garantir o que é explicitado nas Diretrizes Curriculares, de que o estágio supervisionado seja momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional (ABEPSS, 2009), constata-se que o estágio, nestas Unidades, está sendo garantido como uma disciplina, o que vem avalizar, também, carga horária aos docentes-supervisores acadêmicos. Contudo, esta carga horária ainda não contempla o que é preconizado na PNE (2009). Da mesma forma, para o supervisor de campo, a supervisão se torna excedente, tendo em vista as inúmeras demandas cotidianas de trabalho, apesar de ser uma atividade significativa, que possibilita a oxigenação do supervisor, conforme registro dos sujeitos da pesquisa; d) requisição, por parte dos estudantes, por estágios remunerados. O perfil dos estudantes, em sua maioria, é de trabalhadores, ou de estudantes que necessitam de uma bolsa ou uma ajuda de custo para manter os gastos com alimentação e passagem, na medida em que o estágio em Serviço Social compreende um período de dois a quatro semestres. Este é um dos maiores desafios para o processo de supervisão, as coordenações de curso ou de estágio, tendo em vista a reduzida oferta de estágios curriculares obrigatórios remunerados e a excessiva oferta de estágios remunerados não obrigatórios; e) apreensão da efetivação do estágio como processo de aprendizagem individual e coletiva, pela carência de formação

⁴ "A Instrumentalidade da supervisão de estágio: desafios diante do projeto ético-político profissional"

permanente aos supervisores acadêmicos e de campo e pela pouca articulação dos supervisores de campo e acadêmico junto ao estudante. Este é um dos pressupostos do processo de supervisão, a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e do campo, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares de Serviço Social (ABEPSS, 2004).

3. TRAJETORIA METODOLÓGICO DA PESQUISA

Estudo de âmbito nacional e internacional de caráter qualitativo que se agrega ao projeto profissional e intelectual que vimos desenvolvendo na apropriação do debate na particularidade ibero-americana que se desenvolve os processos de gênese, conformação e desdobramentos do processo de supervisão no Brasil, em Portugal e Espanha. O desenho metodológico compõe a pesquisa de campo na interlocução junto aos supervisores de campo, acadêmicos e alunos, no sentido de configurar como cada país vem se organizando; análise documental e bibliográfica nos trabalhos apresentados nos seminários e congressos ocorridos nesses países sobre o tema.

A pesquisa iniciada em Portugal, em 2018 e 2019, está em sua primeira fase de realização, e de conclusão em 2020. Projeta-se a segunda fase, em 2019 e 2020, no Brasil, e em 2021 na Espanha. O método que ancora o estudo é o materialismo dialético, abrangendo as seguintes categorias analíticas: contradição, historicidade, *totalidade* e *mediação*. Investigação aprovada pelas Comissões de Ética em Pesquisa das respectivas Instituições de Ensino do Brasil e de Portugal, sendo observadas as particularidades formais junto aos países pesquisados, dos sujeitos individuais e coletivos envolvidos. Ressalta-se nesse processo de planejamento, organização e execução, anterior e durante a realização da investigação, a contribuição impecável pelos seis coordenadores de curso das Instituições pesquisadas, na logística e no esclarecimento da dinâmica institucional e pedagógica dos cursos.

A coleta de informações ocorreu entre maio e junho de 2018, no qual consistiu num total de 48 áudios, dentre eles entrevistas com assistentes sociais supervisores de campo, grupos focais com docentes supervisores acadêmicos e estagiários do último semestre de estágio, somando um total de 87 participantes. Os áudios são provenientes de seis unidades de ensino de diferentes territórios do país. A transcrição dos áudios com referência em Manzini (2011) facilitou a apreensão e o processo de transcrição, que levou cinco meses para sua finalização, requisitando atenção e tempo redobrado, tendo em vista a apreensão da diferença linguística. A pré-análise e a codificação dos dados coletados foi realizado por duas pesquisadoras brasileiras e contou com auxílio das bolsistas e mestrandas. Utilizou-se, como estratégia a reunião por Skype junto aos colaboradores da pesquisa (brasileira e portuguesa) para discussão sobre as primeiras impressões das transcrições, e a

organização virtual do Encontro Internacional realizado em Coimbra/Portugal, para devolução dos resultados preliminares.

Esse evento contou com um público seletivo de 22 participantes considerando a finalidade do encontro de reunir os coordenadores dos cursos das instituições pesquisadas, os colaboradores, a pesquisadora e os bolsistas de ambos os países, para adensar no debate e devolução dos resultados preliminares, a contribuição dos participantes. O contributo das discussões, após a apresentação dos resultados, foi gravado em áudio, transcrito por bolsistas e encaminhado novamente ao grupo para validação.

RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Os resultados preliminares apresentados brevemente, considerando que ainda precisam ser aprofundados para os resultados finais, se constituíram a partir das seguintes questões respondidas, a saber: a) definição sobre a supervisão/ orientação e o estágio; b) fundamentos utilizados no processo de supervisão/orientação; c) mediações no processo de supervisão/Orientação; d) caracterização do processo de supervisão e de orientação do estagiário; e) Conhecimentos e habilidades na relação teoria e prática; f) Instrumentos utilizados pelo supervisor e pelo estagiário; g) facilidades, dificuldades e desafios para desenvolver a supervisão?

A título de ilustração, apresentaremos as respostas atribuídas a concepção de supervisão, em 4 tipos de supervisão: 1) Supervisão técnica ou supervisão Profissional, 2) Supervisão técnica, mas, oferecida pela instituição formadora às profissionais do terreno; 3) Supervisão no sentido de trabalho interdisciplinar, debate em equipe; 4) Supervisão de estágio. Quanto a última, supervisão de estágio propriamente dita é explicitado que o responsável pela supervisão de estágio, é o docente da unidade de ensino, no sentido de reflexão teórica com estudante, considerando que o foco no contributo teórico é de responsabilidade da instituição de ensino, evidenciando uma ideia de autonomia e de separação dentre teoria e prática. Também aparece a supervisão como um processo que envolve o docente, o profissional do terreno (a orientação) e o estagiário. Processo que envolve uma tríade e ainda, a supervisão como ação pedagógica. Quanto às respostas atribuídas à orientação: é uma nomenclatura atribuída aos assistentes sociais do campo no “terreno”. Expressa um caráter de orientação apenas na operacionalização no terreno, de menos autonomia, e de separação entre o conhecimento teórico e o exercício profissional. As nomenclaturas são diferentes para o docente e para o assistente social de campo, Aparecem para as assistentes sociais, “Orientador/a de estágio e orientador/a de estágio local; orientação no local e orientação acadêmica”. Da mesma forma para os docentes “supervisão pedagógica ou tutoria”.

Evidenciou-se, ainda como resultado do Encontro Internacional em Portugal, a organização de duas comissões formadas por pesquisadores e participantes da pesquisa para organização de um Seminário Internacional, envolvendo todos os 93 participantes e demais interessados, para devolução dos resultados da pesquisa. Também foi criada outra comissão, responsável por mobilizar as 23 escolas de Serviço Social, com o objetivo de elaborar uma Política de Estágio, tendo em vista que um dos resultados foi a ausência de uma política balizadora, em Portugal, que agregue o processo de supervisão de estágio

CONCLUSÃO

Este estudo vem contribuindo na ampliação de perspectivas de análise e interlocução que fazem parte da formação continuada de um pesquisador, considerando a necessidade de aprofundar e qualificar as atividades de pesquisa e ensino, condição imprescindível da atividade docente. Além disso, a temática estudada, enquanto elemento essencial no processo de formação em Serviço Social brasileiro convoca-nos a uma conexão com a realidade e com o trabalho profissional de outros países, compartilhada entre os supervisores acadêmico e de campo, e tendo como direção o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. A produção na área de pesquisadores brasileiros e a bibliografia sobre esse tema ainda é incipiente. Confiamos que essa apropriação nos será facilitada no debate ibero-americano, o que nos permitirá o acesso a fontes de pesquisa substantivas da temática em pauta.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS). In: **Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente social: ética e direitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004

ANDER-EGG, Ezequiel. **Dicionário de trabajo social**: Cadernos de trabajo social. 11. co-edição. Buenos Aires: ECRO-ILPH, 1974.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.91, 2007.

BARROCO Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETI, Ivanete. Desafios e Atuação da ABEPSS no contexto da Reforma do Ensino Superior nos final dos anos 1990:Gestão 1998-2000.**Temporalis**, ano 11,nº 22 Brasília: ABEPSS, 2011p.27-42.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. Supervisão em serviço social. O supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Temporalis nº1, ano I, janeiro a junho de 2000. Brasília: ABEPSS, Valci, 2000.

LEWGOY, Alzira M^a Baptista; FORTES, Vanessa Schmidt; MARTINS, Juliana. **Instrumentalidade da Supervisão de estágio em Serviço Social: Desafios diante das Transformações do Mundo do Trabalho e do Projeto Ético Político Profissional.** Projeto financiado pela FAPERGS, GEFESS, UFRGS, Porto Alegre: 2013.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2^a ed. 5^a Reimpressão, 2010.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na Educação Superior: de FHC a LULA.** São Paulo: Editora Xamã, 2007.

MOTTA, Ana Elisabete. Os desafios da Formação profissional na Gestão 2005-2006. **Temporalis**, ano 11, nº 22 Brasília: ABEPSS, 2011p59-66

NETTO, José Paulo. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo social latinoamericano: a 40 anos de la reconceptualización.** Buenos Aires: Espaço, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64.** São Paulo: Cortez, 1994.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em serviço social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL – Da Reconceituação ao atual Projeto Ético-Político Profissional

Amanda da Silva¹¹

Elisabete Vitorino Vieira²²

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar uma análise bibliográfica sobre o Movimento de Reconceituação no Brasil e sua relevância para o processo que o Serviço Social se colocasse criticamente diante das transformações societárias sofridas não apenas no Brasil, mas também na América Latina. A análise buscou compreender como o Movimento de Reconceituação contribuiu para as transformações teóricas, técnicas e políticas que o Serviço Social brasileiro vem sofrendo ao longo de 5 décadas e que contribuiu para a constituição do seu atual projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social. Movimento de Reconceituação. Projeto Ético-político.

ABSTRAT

This paper aims present a bibliographical analysis on the Brazilian Reconceivable Movement and its relevance- for the process that Social Service is critically faced with the societal transformations suffered not only in the Brasil, but also in Latin America. The analysis sought to understand how the Movement of Reconstrucion contributed to the theoretical transformations, techniques and policies that the Brazilian Social Service has been suffereing over 5 decades and that contributed to the constitution of its current ethical-political project.

Keywords: Social Service. Reconceivation Movement. Ethical-political project.

1 . Assistente Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é residente em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba. Vinculada ao Eixo Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional. E-mail: amandadasilva1234@gmail.com.

2 . Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é residente em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba. Vinculada ao Eixo Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional. E-mail: betedoxum@gmail.com.

I – INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado dos estudos bibliográficos realizados durante a pesquisa de mestrado que culminou com a dissertação de mestrado intitulada “Serviço Social e atuais tendências do exercício profissional na saúde mental em João Pessoa/PB”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, cujo objetivo era analisar o exercício profissional de assistentes sociais nos serviços de saúde mental da capital paraibana.

Para analisar o exercício profissional de assistentes sociais foi necessário recorrer ao contexto histórico e político do Serviço Social, o que compreende relacionar os conteúdos abordados com o objeto de pesquisa, o qual nos propomos a analisar durante a realização da pesquisa de campo. O presente trabalho relaciona os conteúdos abordados com a formulação do Serviço Social quanto profissão no Brasil, compreendendo a importância de apreender o exercício profissional.

Portanto, ressaltamos que os conteúdos aqui abordados sofreram o tratamento necessário para submissão ao evento, com objetivo apresentar o debate teórico sobre o processo histórico e político do exercício profissional do Serviço Social no Brasil, culminando com o atual projeto ético-político da profissão na contemporaneidade. Acreditamos na relevância do debate aqui proposto para a perspectiva histórico-crítica do Serviço Social brasileiro.

II. O Movimento de Reconceituação no Brasileiro

O período que antecede a eclosão do golpe militar afirmou-se tratar “de uma funcionalidade econômica e política: a definição do novo esquema de acumulação é tanto a discriminação dos agentes a serem privilegiados como daqueles a serem preteridos” (Netto, 2015, p. 45). O que podemos compreender como uma grande articulação do capital estrangeiro com intuito de conter a articulação e representação das classes sociais no sistema de poder político, considerando que a proposta de acumulação do capital se colocava em oposição aos ganhos políticos das classes trabalhadoras do país.

O contexto de crise política e econômica que viveu a sociedade entre 1961 e 1964 marca o momento de redefinição do modelo de produção e acumulação da riqueza do País. O período nacional desenvolvimentista esgotara-se ao longo da década anterior e inaugurava uma fase pautada pelas diretrizes financeiras e tecnológicas ditadas pelo grande capital estrangeiro. E o Estado, o grande sustentador da burguesia nacional, começava a agir em benefício dos grupos transnacionais. Ameaçada pelo distanciamento do Estado, a burguesia nacional começou a se organizar, criando suas próprias formas de proteção e de resistência às mudanças políticas e econômicas. (BARBOSA, 1997, p. 29)

O processo de autocracia burguesa correspondeu também a dois movimentos simultâneos na sociedade brasileira: “*continuidade e ruptura*” (Netto, 2015, p. 43). Ao que corresponde à continuidade, acentuou-se as práticas mais cruentas de violência e dominação pela força, na tentativa de subordinar econômica, política e ideologicamente todas as camadas da sociedade.

Enfatiza-se também todo o processo de coadunação com os interesses do capital através de medidas de fortalecimento das investidas do capitalismo monopolista no Brasil, tendo em vista, a manutenção do desenvolvimento do processo de industrialização tardia, tornando o Estado cada vez mais funcional aos interesses do capital. Essa funcionalidade, portanto, não poderia ser apenas econômica, mas também política, por aí se justifica o golpe e todo o investimento em modelo de governança centralizado e centralizador. Configurando-se o curso desses movimentos de continuidade, o processo de exclusão política mostrou o objetivo do golpe, a heteronomia (Netto, 2015).

No que corresponde a ruptura, ressalta-se a proposta de realizar o desenvolvimento técnico e científico do país sem romper com as características agrárias vigentes, mas que ocasionou o aumento do êxodo rural e o inchaço dos grandes centros que se desenvolviam a partir da mão-de-obra cada vez mais barata dos migrantes.

O modelo adotado pelo governo ditatorial visava antes de qualquer coisa o crescimento do capital estrangeiro e os privilégios dos grandes latifundiários e emergentes industriários nacionais, a partir daquilo que José Paulo Netto chamou de “modernização conservadora”. A “modernização conservadora” compôs todas as justificativas para as medidas cada vez mais cruéis tomadas pelo governo ditatorial, acrescentando o fato de que ela tornava os processos administrativos cada vez mais burocráticos com base nas perspectivas político-ideológicas de “segurança nacional” (NETTO, 2015, p. 50).

É nesse cenário de “modernização conservadora” que o Serviço Social é convocado mais uma vez a realizar suas intervenções junto à classe trabalhadora, já nas primeiras investidas do modelo técnico-científico do governo ditatorial até o início da década de 1970, a profissão foi conclamada a intervir mediante o seu viés mais significativo aos interesses do seu empregador, sendo assim, o emprego do chamado Serviço Social “tradicional” foi visto com bons olhos pelo regime ditatorial (NETTO, 2015).

Em nota, o autor coloca que o Serviço Social “tradicional” corresponde à prática profissional empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, o que no período da ditadura militar foi reforçado, atendendo aos interesses do modelo político, econômico e ideológico posto.

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas

bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais. (NETTO, 2015, 156).

De acordo com o autor, o que se revela com a prática profissional era uma postura de subalternidade, agindo em concordância com os interesses do regime ditatorial, mantenedores da ordem e do controle, eram meros executores das políticas sociais criadas pelo governo centralizador. Esse momento da história não foi marcado apenas pela congruência da profissão às requisições do Estado ditatorial, havia no interior da profissão aqueles que se contrapuseram a todo engendramento que o Serviço Social havia tido nos marcos da consolidação do regime ditatorial.

Os processos tipicamente contraditórios do momento econômico e histórico-político que o país atravessava, partindo de uma perspectiva de desenvolvimento que visava à exclusão de parcela significativa da população, impactava setores da categoria profissional que retomaram discussões que foram deixadas de lado pelo processo ditatorial, como a discussão as elaborações teóricas e a metodologia do Serviço Social.

O contexto totalmente contraditório foi a base para o surgimento de um dos movimentos mais importantes da profissão, o movimento de reconceituação (NETTO, 2015). O movimento de reconceituação possibilitou o surgimento de uma análise acerca da prática profissional, voltada ao entendimento crítico da realidade social, através do agir profissional ao atender as demandas da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social (NETTO, 2015).

Preliminarmente, deve ser salientado que o movimento de reconceituação do Serviço Social – emergindo na metade dos anos de 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na sua especificidade um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sóciopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. (IAMAMOTO, 2015, p. 205-206).

O movimento de reconceituação marcou a procura do Serviço Social por uma postura que se colocasse criticamente diante das transformações societárias sofridas não apenas no Brasil, mas também na América Latina, levando a categoria profissional a se lançar em uma crítica aos fundamentos e no seu estatuto profissional.

A busca por uma renovação colocou o Serviço Social no limiar dos questionamentos sobre o seu *modus operandi*, a partir de uma reconciliação do pensamento social latino-americano com sua própria história, a profissão na América Latina passa a se questionar, sendo este um processo de autocrítica em oposição ao Serviço Social “tradicional.” (IAMAMOTO, 2015)

No Brasil, ao passo que o movimento crescia, não houve um afastamento das

práticas adotadas anteriormente, ao contrário, as estratégias de reatualização do Serviço Social tradicional se ajustavam as investidas do movimento de reconceituação. Assim, Netto (2015), apresenta três perspectivas adotadas pela categoria: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A primeira perspectiva, a perspectiva modernizadora, tem suas bases na própria lógica do modelo ditatorial, já mencionada, que é a “modernização conservadora”. A perspectiva modernizadora começou a ganhar força com a requisição do Governo Militar para uma maior presença da categoria profissional nos espaços de execução de políticas sociais.

Netto (2015, p. 211-212) ressalta:

[...] a perspectiva modernizadora, beneficiando-se da supressão política dos suportes que sustentavam vetores eversivos da crítica (implícita) ao tradicionalismo, pode desenvolver-se com o subsequente aporte de uma universidade burocratizada e ideologicamente neutralizada; [...] (NETTO, 2015, p. 211-212).

Notamos que a perspectiva modernizadora foi capaz de adequar-se ao interesse do regime político existente no país, buscando a sua instrumentalidade através do modelo estrutural-funcionalista. O auge dessa perspectiva foram os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), ambos organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS).

Sobre o Seminário de Araxá (1967), pode-se dizer que este foi o momento de afirmação da perspectiva modernizadora através da argumentação de necessidade de um “transformismo” da conservação do Serviço Social tradicional sobre as novas bases, consolidado sobre o aperfeiçoamento do instrumental e operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos.

Como afirma Netto (2015, p. 223):

O que rebate medularmente nesta proposta não é só a demanda específica dos profissionais: é a demanda técnico-funcional em curso na moldura da autocracia burguesa que a categoria profissional (através de uma expressiva frente renovadora) assume – e isto porque não se abria, minimamente, qualquer espaço de polemização acerca dos conteúdos das políticas sociais; o documento é omissivo quanto a esta polemização. (NETTO, 2015, p.223).

O que o autor chama a atenção é para uma das principais fragilidades do documento de Araxá, o que também serve de base para análise sobre o objetivo da perspectiva modernizadora, como já mencionada. O que delimita o 'transformismo' na profissão, através de uma recuperação sem rupturas com o tradicionalismo (NETTO, 2015).

Já no documento de Teresópolis (1970), encontra-se a propositura de que o moderno se sobreponha ao tradicional, o que José Paulo Netto (2015) chamou de cristalização da perspectiva modernizadora, a partir da tentativa de fundamentação da operacionalidade de Serviço Social integrando-o à administração tecno-burocrática.

No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma, não apenas como uma concepção profissional geral, mas, sobretudo como pauta interventiva. Há mais que continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, “o moderno” se revela como a consequente instrumentação da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava. (NETTO, 2015, p. 230)

É perceptível que não há grandes avanços das discussões tidas em Teresópolis para as que foram feitas em Araxá. O que de fato se consolidou no primeiro em relação ao segundo foi o papel do profissional do Serviço Social, como um agente do desenvolvimento (NETTO, 2015, p. 245).

A perspectiva modernizadora teve seu estágio final nos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, quando novos questionamentos são postos para a profissão sobre a sua cientificidade, fenomenológica ou dialética. Os documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista clarificam o quanto a categoria carecia de uma investitura maior na discussão teórica (NETTO, 2015).

A reatualização do conservadorismo é a segunda perspectiva abordada por José Paulo Netto quando se trata do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Esta perspectiva tinha como objetivo re-atualizar o conservadorismo existente na profissão através do aperfeiçoamento de antigas práticas para atender as novas exigências postas à profissão (NETTO, 2015).

O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora; [...] ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional. (NETTO, 2015, p. 259)

O que se tem com a reatualização do conservadorismo não vai muito longe do que ocorreu com a perspectiva modernizadora. Partindo de um aporte teórico eminentemente fenomenológico, a reatualização conservadora reforça aquilo que se alude ao longo desse debate que o conservadorismo se refaz ao longo das décadas no seio da profissão, acarretando consigo as mesmas práticas empregadas pela profissão desde a sua gênese. A presença do conservadorismo justifica a permanência da estrutura sincrética da profissão nos marcos do movimento de renovação do Serviço Social e cada vez mais, identificando-se como profissão adequada à manutenção do capital, reforçando, centralizando e regulando através de suas práticas como mantenedor de ordem vigente (IAMAMOTO, 2015).

A terceira perspectiva destacada por Netto (2015), a intenção de ruptura, aspirava romper com o Serviço Social tradicional propondo criar um hiato com o conservadorismo e o positivismo, criticava o arranjo teórico-doutrinário e incentivando que o Serviço Social propusesse procedimentos teóricos, metodológicos e ideológicos.

Essa perspectiva emergiu no âmbito da universidade brasileira, em contraposição a estrutura de uma academia funcional ao Regime Militar e com o intuito de fortalecer as

aproximações da profissão com o marxismo. A intenção de ruptura retratada pela constituição de uma massa crítica de assistentes sociais que buscavam alternativas para a superação do serviço social tradicional e tendo por base o método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (NETTO, 2015).

As influências da Escola de Serviço Social da PUC-Minas foram advindas, principalmente, da Escola de Serviço Social chilena e seu Método Básico, que foi apresentado no encontro de Caracas, em 1969. O Método Básico chileno correspondia a um *“único processo de trabalho para o atendimento do caso, do grupo e da comunidade”* (BARBOSA, 1997, p. 41).

Não obstante, a *“congruência e na preocupação de rigor como perseguiu aquele projeto, suas fragilidades intrínsecas creditam-se aos limites e problemas inerentes com o viés elementar do substrato teórico-metodológico”* [...], nas palavras de Netto (2015, p. 367), a magnitude do Método BH estava um espírito crítico que propôs romper com o conservadorismo a partir de uma perspectiva global da profissão.

A experiência da escola de Belo Horizonte detinha inúmeras fragilidades mais decorrentes do processo de constituição da profissão do que decorrentes do próprio processo de formulação do método belohorizontino. Por isso, essa experiência foi a que mais se aproximou de uma intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, o que possibilitou a categoria a iniciar a tecer formulações sobre um projeto político profissional que mais se aproximasse da realidade social brasileira.

O Movimento de Reconceituação trouxe diversos questionamentos para a categoria profissional que chegou ao final da década de 1970 com um amadurecimento crítico decorrente de sua aproximação com o marxismo. Essa aproximação possibilitou a categoria refletir sobre suas bases teórico-metodológicas, ética e os projetos societários em disputa no país o que levou a uma “virada” na profissão. Para ampliar o entendimento sobre essa “virada” na profissão resgata-se os fatores destacados por Guerra (2009, p. 06-07) que teriam contribuído para a “virada” profissional: ampliação e laicização da profissão, as mudanças operadas na concepção do Serviço Social, a criação dos programas de pós-graduações em Serviço Social, a participação de assistentes sociais nos movimentos de resistência à ditadura militar, a aproximação com o marxismo, o crescimento das organizações representativas da categoria e as mudanças no perfil profissional.

Esses fatores alcançaram em 1979 sua concretude com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ficou conhecido como o Congresso da Virada e se tratou de mais uma iniciativa de romper com o conservadorismo na profissão, afirmando uma postura de conexão do Serviço Social com os projetos societários que se

deflagraram no país com a busca pela redemocratização do país.

III. A constituição do atual Projeto Ético-Político

A década de 1980 marcou um momento importantíssimo nas lutas pela redemocratização do Brasil com fortalecimento de diversos movimentos sociais os quais passaram a ter uma participação maior de assistentes sociais. Essa década ficou marcada como uma década de abertura política o que possibilitou também maior proximidade do Serviço Social com o marxismo.

Todo o percurso histórico da profissão e seus atravessamentos foram contributos para a constituição de seu Projeto Ético-Político profissional (PEPP) atual. O Projeto Ético-Político profissional busca apreender a sociedade capitalista e as contradições a ela inerentes se opondo as formas de exploração e dominação, vinculando-se a um projeto societário.

Sobre o Projeto Ético-Político, afirmam Teixeira e Braz (2009, p. 195):

O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 1990, que explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações), que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época, também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais.

Segundo Teixeira (2009), os avanços alcançados com o Projeto Ético-Político profissional nos de 1990 não revela apenas as competências técnicas dos assistentes sociais, mas demonstra o compromisso da categoria com luta pela liberdade, igualdade e justiça se configurando em uma luta para mudar o mundo com a superação da ética à política.

Como está vinculado ao projeto de transformação da sociedade, ele deve transparecer em todas as esferas do exercício profissional dos assistentes sociais, captando os interesses dos projetos societários que visam às transformações da sociedade e, assim, se reconhecer como parte desses projetos societários reconhecendo a divisão da sociedade em classes no transcurso da história.

Por isso, destaca Netto (1999):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Esses princípios, no caso do Serviço Social brasileiro, vêm se consolidando desde a década de 1990, com o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão 8661/93 e as Diretrizes Curriculares de 1996 formuladas pela Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), fortalecendo o Projeto Ético-Político profissional para a consolidação dos novos rumos que o Serviço Social brasileiro tomou.

A importância do Código de Ética de 1993 para a consolidação do PEPP é abordada por Barroco (2009):

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendando as conquistas dos dois códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 60. (BARROCO, 2009, p. 206)

Como uma das referências para consolidação do Projeto Ético-Político profissional, o código de Ética de 1993 foi resultante das transformações ocorridas na profissão nas três décadas anteriores e dando viabilidade para a construção de um projeto profissional que busca romper com um Serviço Social tradicionalista e funcional aos interesses das classes dominantes do país.

Não apenas o Código de Ética de 1993 se apresenta como parte do tripé do atual projeto ético-político, mas a lei que regulamenta a profissão, a Lei 8662/1993, também se apresenta como um forte componente, visto que ela apresenta os princípios norteadores do exercício no que correspondem as suas atribuições e competências, conforme os artigos 4º e 5º da referida Lei.

Por último, as Diretrizes Curriculares de 1996 buscam sintonizar a formação profissional com as perspectivas atuais da profissão com bases na perspectiva de intenção de ruptura, através de princípios éticos, políticos, e procedimentos técnico-operacionais.

As diretrizes curriculares indicam que:

[...] a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico metodológico e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacionais e nacionais, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 1996)

As Diretrizes Curriculares definem que a prática profissional deve se basear na indissolubilidade entre as dimensões teórica, técnica e política, refletindo o aprofundamento da produção teórica, sendo expressão do acúmulo político organizativo dos assistentes

sociais, acompanhando o movimento da sociedade capitalista colocando a dimensão política atrelada às demais dimensões e articulada aos setores majoritários da população.

Os documentos e produções teóricas que abordam o atual Projeto Ético-Político profissional o apresentam como resultado do movimento histórico e político da profissão no Brasil, atravessado pelas transformações na sociedade mundial pelas crises cíclicas do capital que rebatem e modificam as relações sociais incidindo no caráter contraditório dessas transformações.

E, não obstante, o processo de consolidação do atual PEPP se encontrou imerso no cenário das contradições que os anos de 1990 apresentaram, com a entrada do neoliberalismo no Brasil, a partir da adoção de medidas tomadas pelo governo de Fernando Collor de Melo que revertiam às conquistas jurídico-políticas na Constituição de 1988, como respostas à crise do capital, iniciada nos anos de 1970, quando o padrão de acumulação taylorista/fordista se instaurava.

As inflexões dessas medidas na sociedade brasileira do ponto de vista econômico, político e social, interferiram também na direção social da profissão, impondo obstáculos para sua efetivação na contemporaneidade, entre eles destacam-se as privatizações, a redução dos direitos sociais, a refilantropização das expressões da questão social, a precarização das relações de trabalho e o neoconservadorismo profissional.

Para Netto (1999, p. 19):

[...] a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários auto-intitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram de esquerda -, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história”.

O modelo neoliberal posto no país interferiu no adensamento do projeto profissional e, conseqüentemente, no fortalecimento dos projetos societários mais democráticos, levando ao entrave, mudanças necessárias no seio da sociedade e que a profissão alcançasse as modificações internas para acompanhar o movimento constante da realidade social.

Como já foi mencionado dentre os obstáculos para a efetivação do PEPP está o conservadorismo profissional, ou neoconservadorismo. O neoconservadorismo é resultante dessas mesmas transformações ocorridas no cenário nacional com o advento da implantação da política neoliberal, o que ocasionou o agudizamento das expressões da “questão social”.

O que levou o Estado à criação de estratégias de maior controle das tensões sociais, com enfoque na coerção através de uma militarização da vida que atinge de forma brutal, principalmente, jovens negros das periferias, mulheres e pessoas em situação de rua,

moralizando as expressões da “questão social” (BARROCO, 2015).

Não distantes dessas estratégias a maior seletividade das políticas sociais também demonstram o enfoque moral que têm recebido através da execução de programas e implantação de serviços que tem como objetivo tratar as manifestações da “questão social” de forma focalizada e punitiva, negando as diversas variáveis socioeconômicas, histórica e políticas que rebatem no cotidiano da classe trabalhadora.

E, sendo os assistentes sociais, uma das categorias profissionais que estão diretamente presentes na execução das políticas sociais essas características cada vez mais focalistas e seletivas das políticas inflexionam o exercício profissional, remetendo à profissão práticas e posturas que, como antes, evocavam o doutrinário ou o positivismo, e se apresenta no emprego de práticas diversas, re-atualizando o sincretismo na profissão.

É nesse movimento simbiótico do exercício profissional que os assistentes sociais são postos e convocados a realizar intervenções em diversos espaços sócio-ocupacionais e para objeto desse estudo destaca-se a política de saúde mental no município de João Pessoa/PB.

IV. Conclusão

A preocupação em investigar o exercício profissional de assistentes sociais nos serviços de saúde mental em João Pessoa, destacamos que o exercício profissional na saúde mental se apresenta como o locus privilegiado para analisar a materialização do atual projeto ético-político. Para tanto, foi necessário o processo histórico e político do Serviço Social brasileiro que tem como seu marco o Movimento de Reconceituação.

Por isso, a utilização da pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico que permitiu a aproximação necessária para análise dos conteúdos propostos sobre os avanços no campo teórico-metodológico que possibilitaram ao Serviço Social brasileiro reorganizar a profissão na sua dimensão ético-política, apontando para novos rumos a partir do legado marxiano e da busca de ruptura com o conservadorismo, dando novo direcionamento à profissão.

Netto (1999) afirma que o PEPP é constituído principalmente pelo valor da liberdade que se constitui nas condições históricas concretas, visando a transformação social da realidade e o rompimento com os ideais capitalistas. Dessa forma, no caso específico do exercício profissional na saúde mental – política sobre a qual este projeto se funda – as particularidades deste exercício devem ter em vista os pressupostos presentes no Projeto Ético-Político Profissional, no sentido da plena expansão dos indivíduos sociais e de sua

autonomia.

Esse direcionamento do Serviço Social brasileiro coloca para a categoria dos profissionais inúmeras questões sobre o exercício profissional, visto que os assistentes sociais trabalham com inúmeras expressões da “questão social”, intermediando as demandas dos indivíduos sociais junto às instituições, intervindo na vida privada desses sujeitos.

Portanto, o presente trabalho se propõe a subsidiar as pesquisas na área dos fundamentos do Serviço Social, considerando o surgimento da profissão no contexto de agudizamento das expressões da questão social no Brasil como objeto da intervenção profissional, identificando as determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais, a partir da teoria crítica marxista.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

BARBOSA, M. M. **Serviço Social utopia e realidade**: uma visão da história. Caderno de Serviço Social, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, Out. 1997.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do serviço social. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 166-184.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. **Serviço Social em tempo de capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2015.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no pós-64. 17 ed. São Paulo, Cortez, 2015.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONITORIA E FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL: reflexões sobre a monitoria da disciplina de Ética e Serviço Social

Amanda Oliveira da Silva¹

Ana Maria Ferreira²

Raquel Pereira da Silva³

Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre a experiência de monitoria na disciplina de Ética e Serviço Social no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, apontando dificuldades e possibilidades do processo ensino-aprendizagem. As reflexões aqui realizadas são provenientes da experiência da professora-orientadora e das monitoras da disciplina no ano de 2018 e primeiro semestre de 2019. Os apontamentos realizados possuem como base o projeto de formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro, com referência nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS fundamentada no projeto ético-político profissional. Palavras-chaves: monitoria, formação acadêmico-profissional, Serviço Social.

Abstract: This paper presents a critical reflection on the experience of monitoring in the discipline of Ethics and Social Work in the course of Social Work of the Federal University of Juiz de Fora, Minas Gerais, pointing out difficulties and possibilities of the teaching-learning process. The reflections made here come from the experience of the teacher-supervisor and the monitors of the discipline in the year 2018 and the first half of 2019. The notes are based on the academic-professional training project of the Brazilian Social Work, with reference in the Curricular Guidelines of ABEPSS based on the professional ethical-political project.

Keywords: monitoring, academic-professional training, Social Work.

¹ Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família - HU/UFJF. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015-2018). Monitora da disciplina de Ética e Serviço Social no ano de 2018. E-mail: amanda.oliveira_@live.com.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa dos Fundamentos do Serviço Social - GEPEFSS. E-mail : anaferreira01@yahoo.com.br.

³ Graduanda do sétimo período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Monitora da disciplina de Ética e Serviço Social no ano de 2019. E-mail: raquel.silvaab2@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato da experiência de monitoria na disciplina de Ética e Serviço Social, ofertada no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no estado de Minas Gerais. O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão crítica sobre a monitoria como um instrumento e espaço de apoio para a formação acadêmico-profissional dos estudantes, apontando suas potencialidades e seus desafios no processo de ensino e aprendizagem. O relato aqui presente se refere ao exercício da monitoria no ano de 2018 e no primeiro semestre de 2019.

A disciplina de Ética e Serviço Social compõe o rol de disciplinas do 5º período do curso noturno e diurno da Faculdade de Serviço Social da UFJF e possui como objetivo refletir sobre a dimensão ética vinculada à sociabilidade, oferecendo elementos para o debate da ética em serviço social e seus desdobramentos no exercício da profissão na contemporaneidade. A ementa propõe discutir acerca de alguns temas, sendo eles: a capacidade ética do ser social; vida cotidiana e alienação moral; reflexão ética como capacidade livre; a natureza da ética profissional; a trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro; os fundamentos ontológicos do Código de Ética Profissional de 1993 e seus rebatimentos no exercício profissional (Projeto Político Pedagógico FSS/UFJF, 2016).

O conteúdo programático trabalhado no período em questão foi organizado em duas unidades, que foram subdivididas em sub temas, com o objetivo de propiciar um processo de aprendizagem encadeado e interativo. A primeira unidade, denominada “O campo ético-moral”, é composta por duas subdivisões, sendo a primeira, “A construção dos valores no campo ético-moral: análise fundamentada na ontologia do ser social” e a segunda “A reflexão ética na vida cotidiana e na alienação moral no âmbito da sociabilidade burguesa”. A segunda unidade, intitulada de “Ética e Serviço Social”, é composta pelos seguintes subtemas “Particularidade da ética profissional”; “A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro: conservadorismo e ruptura”; “Os códigos de Ética profissional dos assistentes sociais: 1947, 1965, 1975 e 1986”; “O Projeto Ético-Político dos assistentes sociais e os fundamentos ontológicos do Código de Ética Profissional de 1993”; “O Código de Ética Profissional de 1993”; “Normatização acerca do exercício profissional”; e “A intervenção profissional orientada pelo Projeto Ético-Político”. A disposição dos conteúdos da disciplina dessa forma, ocorre em razão da necessidade de criar uma base de conhecimento sólida e mais geral sobre conceitos centrais como a ética e a moral, entre outros, para, em seguida, aprofundar as reflexões mais específicas no âmbito do Serviço Social e da Ética profissional.

A monitoria na UFJF é regulamentada pela resolução do Conselho Setorial de Graduação nº 123/2016, de 22 de novembro de 2016, que define em seu Art. 2º que

“O Programa de Monitoria, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, visa proporcionar aos alunos a participação em projeto acadêmico de ensino e tem como objetivos:

- a) despertar no aluno interesse pela carreira docente;
- b) assegurar a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino”.

Desse modo, o programa de monitoria possui como objetivo, a partir da orientação de um professor, enriquecer o processo de formação acadêmico-profissional dos estudantes, buscando impulsionar o interesse dos alunos pela atividade de docência e colaborar para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias no processo de ensino-aprendizagem no interior das disciplinas. A monitoria,

[...] nos cursos superiores, [...] tem sido utilizada, com muita frequência, como estratégia de apoio ao ensino, especialmente para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem. [...] Respalhada em lei, essa estratégia, prevista nos regimentos das instituições e nos projetos pedagógicos institucionais, pode potencializar a melhoria do ensino de graduação, mediante a atuação de monitores em práticas e experiências pedagógicas, em disciplinas que permitam articulação entre teoria e prática e integração curricular. Visa também oportunizar ao graduando atitudes autônomas perante o conhecimento, assumindo, com maior responsabilidade, o compromisso de investir em sua formação. A monitoria tende a ser representada como uma tarefa que solicita competências do monitor para atuar como mediador da aprendizagem dos colegas, contando, para sua consecução, com a dedicação, o interesse e a disponibilidade dos envolvidos (Batista & Frison, 2009). Nessa perspectiva, o monitor atua como orientador e organizador das propostas de ensino, quer em pequenos grupos, quer em atividades com a turma toda. (FRISON, 2016, p.139).

Assim, a dinâmica da monitoria implica em desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao processo de ensino-aprendizagem tanto do monitor, quanto dos alunos da disciplina, sendo uma importante estratégia de mediação da aprendizagem no ensino superior. Postas essas considerações, aprofundaremos as reflexões no âmbito do Serviço Social e abordaremos as dificuldades e possibilidades do processo de monitoria no interior da disciplina de Ética e Serviço Social.

2. PROJETO DE FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

As diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para o curso de Serviço Social brasileiro é uma das expressões do projeto

ético-político crítico hegemônico da categoria⁴, bem como o Código de Ética do/a Assistente social de 1993 e a Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão (NETTO, 1999), expressando o amadurecimento teórico-metodológico da profissão e a compreensão do significado social da mesma, como especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

É importante demarcar que a construção do projeto ético-político profissional deve ser compreendida como processual, em decorrência do amadurecimento teórico-metodológico da profissão, da aproximação com os subsídios de uma interpretação marxista fornecidos pela publicização do livro "Relações sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica" de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, bem como o contato com as obras de Marx, superando o período de aproximação com o marxismo vulgar, e com autores marxistas, propiciando resultados significativos. Como pontua ABEPSS (s.d, p. 1)

O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é tributário dos debates oriundos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como "Congresso da Virada", e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional.

Portando, as diretrizes curriculares são resultado de um processo histórico de amadurecimento da profissão, de constituição de um projeto pensado coletivamente por parte da categoria e com participação efetiva e fundamental do movimento estudantil. Tal projeto vem sendo defendido pelas entidades representativas da categoria, sendo elas: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Conforme Iamamoto (2014), o conteúdo do currículo se orienta em três núcleos de formação, sendo o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Deste modo, os eixos articulados são primordiais para a formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais.

A coordenação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora fornece em sua grade curricular, tendo como norteador as diretrizes curriculares da ABEPSS, todos os eixos articulados, pautados em um projeto de formação crítico e

⁴ "Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)" (NETTO, 1999, p.4).

condizente com o projeto ético-político. A ABEPSS salienta acerca do projeto de formação acadêmica,

[..] a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise, especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social, articulando as dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2014, p. 630).

Entretanto, um dos grandes desafios que se coloca para a efetivação do projeto de formação do Serviço Social brasileiro é a preservação e a realização do projeto original, que visa proporcionar a capacidade teórico-metodológica e ético-política enquanto premissas essenciais para a execução das ações técnico-operativas (IAMAMOTO, 2014).

2.1 Monitoria de Ética e Serviço Social

A disciplina possui conteúdo bastante denso e complexo, de grande relevância para a discussão da ética profissional. Nesse sentido, a monitoria se apresenta como um instrumento e um espaço de apoio aos alunos no processo de reflexão, articulação e compreensão dos conteúdos programáticos, em especial, da ética profissional. Assim, entendemos que o programa de monitoria impacta positivamente na formação acadêmico-profissional dos estudantes e, por conseguinte, na aprovação na disciplina. Contudo, mesmo existindo esse instrumento de apoio aos alunos, a frequência na monitoria é moderada, revelando que os estudantes não utilizam plenamente as possibilidades oferecidas por esse espaço.

De maneira geral, a maior procura pela monitoria é feita nos dias que antecedem a aplicação de atividades avaliativas, nos quais os alunos apresentam um acúmulo de dúvidas que poderiam ter sido sanadas no decorrer do período. Além disso, é possível entendermos que, se a procura pela monitoria fosse realizada de forma mais intensa no decorrer do período, a apreensão do conteúdo programático seria potencializada, com impactos positivos tanto para as atividades avaliativas, quanto para a formação acadêmico-profissional dos estudantes.

A partir das questões pontuadas, percebemos uma lacuna de conhecimento e compreensão sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, cuja discussão está presente em três disciplinas que precedem a disciplina de Ética e Serviço Social, e, inclusive são pré-requisitos para cursar a mesma. Essa lacuna existente, configura um obstáculo para o entendimento do debate da ética profissional, pois é de suma

importância que a base de conhecimento sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social esteja bem fundamentada. É de suma importância compreender que

O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das "sequelas" da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se "organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e as formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado (Abess/Cedepss, 1996, p.154).

Assim, compreendemos que nossa profissão é permeada por determinadas tendências históricas, que se configuram de maneiras distintas conforme o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e que, a depender da correlação de forças, impactam de forma significativa a ética profissional. Sendo assim, é necessário que os estudantes sejam capazes de refletir sobre a relação entre o contexto sócio histórico econômico e cultural brasileiro que fomenta os códigos de ética profissional dos assistentes sociais, pensando nos elementos endógenos e exógenos à profissão, conforme estudado por Barroco (2010), que analisou em suas produções a historiografia do Serviço Social e da ética profissional numa perspectiva de totalidade histórica. Nesse sentido, um dos desafios colocado na formação acadêmico-profissional, no que concerne a disciplina de Ética, é a compreensão do debate da ética profissional articulado aos fundamentos teórico-metodológicos da profissão e ao distintos contextos sociais que se traduzem em cada um dos códigos de ética da profissão.

Outra questão que perpassa a monitoria é a ausência de leitura prévia da bibliografia estabelecida para cada aula no cronograma da disciplina, que é entregue pela professora-orientadora no início do semestre, ocasionando em uma procura equivocada pela monitoria e uma mudança de atribuição do monitor. Em nosso entendimento, o monitor desempenha um papel de mediação do processo ensino-aprendizagem, estando disponível durante o semestre para esclarecer dúvidas e auxiliar no entendimento e apreensão do conteúdo programático. Quando os alunos deixam de realizar a leitura prévia dos textos, o espaço da monitoria passa ser o contato principal do aluno com o conteúdo, o que é um complicador do processo, pois, o aluno que não realiza a leitura da bibliografia, se apresenta no espaço da monitoria com a expectativa de que o monitor realize uma sintetização ou resumo do conteúdo da bibliografia, poupando-o de realizar a leitura, e se frustra quando percebe que essa expectativa é equivocada.

Como consta na pesquisa sobre o perfil do aluno realizada pela FSS/UFJF, no que se refere a leitura dos textos acadêmicos recomendada pelos professores:

Quarenta e quatro (44) responderam que leem todos os textos, cinquenta e duas (52) pessoas responderam que leem mais da metade, vinte e sete (27) pessoas responderam que leem, em média, metade dos textos pedidos, oito (8) pessoas responderam que leem menos da metade e vinte e nove (29) pessoas responderam

que leem somente os indicados para a prova, totalizando cento e sessenta (160) respostas (CASTRO, 2018, p. 42).

Isso posto, no decorrer do semestre, o que percebemos é que a grande maioria dos estudantes não realizam a leitura dos textos e, quando o fazem, essa leitura é realizada de forma apressada, nas datas próximas às atividades avaliativas. Na disciplina de Ética e Serviço Social, em especial, há uma preocupação da professora-tutora e do monitor em exercício em utilizar uma bibliografia básica, de leitura obrigatória, sucinta e objetiva, que contém a fundamentação das discussões e reflexões propostas pela disciplina. Entretanto, ainda que essa preocupação exista e seja refletida no conteúdo programático da disciplina, os alunos, em sua maioria, não realizam a leitura dos textos de forma prévia. Quando consideramos a bibliografia complementar, a leitura é ainda mais rara.

Para além da falta de leitura dos textos, percebemos também dificuldades de compreensão do conteúdo programático e de escrita nas atividades avaliativas. Entendemos essas dificuldades como reflexo da forma com que o projeto educacional vem sendo conduzido na sociedade brasileira, tendo em vista que “[...] embora seja direito de todo indivíduo ter acesso a condições de ensino que permitam a aquisição bem-sucedida de leitura e escrita, o sistema educacional brasileiro tem falhado nessa missão” (REIS; ROSE; SOUZA, 2009, p. 427). Logo, quando o aluno ingressa no ensino superior, as lacunas da educação básica se revelam, principalmente, através de dificuldades de escrita e de compreensão dos textos da disciplina.

Outra questão a ser ressaltada, que é de grande relevância para nossas reflexões, é o perfil de aluno trabalhador, uma realidade mais visível com os alunos do curso noturno. Como enfatiza Iamamoto (2014, p. 629) acerca do perfil de estudante do curso de Serviço Social brasileiro, houve uma

[...] mudança do perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas de ProUni, crédito escolas, entre outros. Observa-se maior incorporação de trabalhadores economicamente ativos que buscam no ensino superior meios de ascensão social e de elevação do status social na unidade familiar.

Desse modo, entendemos que há uma discrepância notória entre a necessidade de leitura e compreensão do conteúdo programático das disciplinas do curso, que possui uma densa carga de leituras que abordam conteúdos essenciais para a efetivação do direcionamento do projeto de formação acadêmico-profissional posto e os entraves encontrados no cotidiano da disciplina e do curso, alguns dos quais elencamos acima.

3. CONCLUSÃO

A partir de todas as questões aqui pontuadas que perpassam a monitoria, concluímos que a experiência do aluno enquanto monitor é enriquecedora para a formação acadêmico-profissional, uma vez que possibilita um contato direto com a docência, na elaboração dos conteúdos programáticos, atividades avaliativas, dinâmica das aulas, experiências que despertam o interesse pela docência, cumprindo com uma das intencionalidades da modalidade. Além disso, a experiência proporciona a elaboração de produções acadêmicas acerca do debate da ética profissional, um debate recente no Serviço Social brasileiro e necessário de ser fomentado.

Vale ressaltar, ainda, que a monitoria possibilita para o monitor um aprofundamento do estudo do conteúdo programático, proporcionando a consolidação de uma base de conhecimento, de suma importância para a formação acadêmica e futura atuação profissional dos/das Assistentes Sociais. Como dito anteriormente, o estudo e o debate da ética profissional e suas bases sociais, bem como a defesa dos princípios do Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, são de suma importância para a profissão, em especial no atual momento político do país, de avanço do conservadorismo e do neofascismo e de ataques fortíssimos à classe trabalhadora.

Um dos desafios que se coloca para nós enquanto discentes e futuros profissionais é uma formação, de fato, qualificada, condizente com o projeto de formação crítico aqui defendido, o qual é norteador para os conteúdos programáticos do curso em questão. Desse modo, entendemos a monitoria como uma estratégia de qualificação da formação dos graduandos, que tem a possibilidade de contribuir para a compreensão da relevância do Projeto Ético-Político hegemônico da profissão para a atuação nos espaços sócio ocupacionais da categoria.

Como uma possível estratégia de mobilização para participação na monitoria, vislumbramos uma melhoria na divulgação dos processos de seleção para monitores, com maiores prazos para preparação dos estudantes, e também que ao início e final de cada semestre seja realizada uma conversa dos professores com os alunos, ressaltando que a monitoria é um espaço de qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tanto para os monitores quanto para os estudantes, explicitando seus objetivos, as atividades realizadas e salientando que a monitoria é um direito dos estudantes, que deve ser aproveitado.

Conforme Iamamoto (2014), diante do cenário de mercantilização da educação, em que o capital trata, cada vez de forma mais intensa, a educação como uma mercadoria, fonte de produção de lucro, a defesa de uma educação pública, crítica, laica e de qualidade, se torna essencial. Sendo o Serviço Social uma profissão que possui um compromisso com

a defesa dos direitos sociais, entre eles o direito à uma educação pública e de qualidade, consideramos de suma importância a reflexão sobre como os processos de ensino-aprendizagem podem ser fortalecidos e qualificados nos cursos de graduação.

BIBLIOGRAFIA

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro. **Aspectos Sócio-Políticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Faculdade de Serviço Social da UFJF, 2018.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em < http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf >. Acesso em 9 de junho de 2019.

ABEPSS. **Diretrizes curriculares**. (s.d, p.1) Disponível em < <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> >. Acesso em 8 de junho de 2019.

CFESS. **Código de ética profissional do/a assistente social**. *Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília] : Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

FRISON, B. M. L. **Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada**. Pro - posições, v. 27, nº1, p. 133 -153, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n1/1980-6248-pp-27-01-00133.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Social e Soc., São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. - São Paulo : Cortez, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução N°123/2016**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Conselho Setorial de Graduação. Disponível em < https://www2.ufjf.br/prograd/files/2009/02/RES_123.2016_Altera-o-Programa-de-Monitoria.pdf > Acesso em 9 de junho de 2019.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I - Brasília: ABEPSS/CFESS, 1999.

REIS, Thaize de Souza. ROSE, Júlio César. SOUZA, Deisy das Graças de. **Avaliação de um programa para o ensino de leitura e escrita**. Estudos em Avaliação Educacional, v.20, n.44, 2009. Disponível em < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2038/1997> >. Acesso em 20 de junho de 2019.

**ESQUERDA CATÓLICA, SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL:
1950 e 1960.**

Ana Clara Serpa Cardoso¹

Juliano Zancanelo Rezende²

Maila de Paula Ferreira³

RESUMO: Esse artigo é resultado de uma pesquisa, em andamento, sobre a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1960-1980. Neste trabalho, procuramos evidenciar de que forma o desenvolvimento da esquerda católica brasileira, nas décadas de 1950 e 1960 influenciou a organização e mobilização das camadas populares em diversos movimentos sociais posteriores, e possibilitou ao Serviço Social contato com esses grupos e sua realidade através das experiências de trabalho de base que era realizado e também influenciou segmentos profissionais do Serviço Social que orientaram suas intervenções pelo Desenvolvimento de Comunidade, de perspectiva heterodoxa.

Palavras-chave: Esquerda Católica; Serviço Social; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: This article is the result of a research, in progress, on the relation of Social Work to social movements and struggles in Brazil in the 1960-1980 period. In this work, we seek to show how the development of the Brazilian Catholic Left in the 1950s and 1960s influenced the organization and mobilization of the popular strata in various later social movements, enabled the Social Work to contact these groups and their reality through experiences of basic work that was carried out and also influenced professional segments of the Social Work that guided their interventions for Community Development, from a heterodox perspective.

Keywords: Catholic Left, Social Work, Social Movements.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: clarinhaserpa@hotmail.com

² Bacharel em Serviço Social. Mestrando em Serviço Social pelo programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: julianozancanelo@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: mailadpf@gmail.com

1) INTRODUÇÃO

Este artigo compõe um dos resultados de um projeto de pesquisa que tem como objeto de estudo a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil desenvolvida nas décadas de 1960 à 1980. Neste trabalho, abordaremos a emergência e desenvolvimento da chamada esquerda católica por compreendê-la como uma das mediações fundamentais que possibilitaram o maior envolvimento do Serviço Social brasileiro com as formas de organização e resistência das camadas sociais subalternas no cenário nacional.

Inicialmente, realizamos um resgate histórico do surgimento da ação católica no Brasil e o desenvolvimento do envolvimento político de segmentos da Igreja com as experiências de lutas sociais protagonizadas pelas classes subalternas, destacando o papel da juventude católica, em particular da Juventude Universitária Católica (JUC). Foi no contato e proximidade com as experiências de organizações populares, entre meados de 1950 à 1960, que a esquerda cristã, através da educação popular de base e referenciada por um viés crítico e progressista, participou ativamente de processos de politização das camadas subalternas que resultaram na “conscientização fundada na própria cultura do povo e no conjunto de suas relações sociais” (AMMANN, 2009, p.92). Neste processo, destacamos a presença de segmentos profissionais do Serviço Social que orientaram suas intervenções pelo Desenvolvimento de Comunidade (DC) de perspectiva heterodoxa, como explicita Ammann (2009).

Com a instalação do golpe civil militar em 1964, mesmo com a gigantesca repressão aos movimentos sociais, a esquerda católica desempenhou a resistência junto com outros sujeitos e organizações políticas, mesmo na clandestinidade e sofrendo constante perseguição política. Rezende (2018) destaca que, neste período, estudantes de Serviço Social vinculados à militância da esquerda cristã – atuantes na JUC e na Ação Popular (AP), por exemplo – se transformaram, posteriormente, em quadros de referência teórica do Serviço Social brasileiro. Quadros esses que, inclusive, atuaram como protagonistas na consolidação de uma hegemonia crítica na direção social da profissão posteriormente. Ainda, cabe destacar que, no âmbito do Serviço Social, a esquerda católica foi majoritariamente

responsável pela inflexão de segmentos da profissão na resistência à autocracia burguesa no Brasil.

No campo do Serviço Social, a resistência à ditadura não passou essencialmente pelo Partido Comunista ou por sua influência: deveu-se – especial, mas não exclusivamente – às lutas de companheiros da esquerda católica. Marilda Iamamoto, por exemplo, (e poderia citar muitas companheiras mais), vem da esquerda católica. Eu diria que a presença dos comunistas no Serviço Social foi, até então, uma presença residual (NETTO, s/d, s/p apud MORAES, 2014, pgs.56-57).

2) DESENVOLVIMENTO

A partir de 1920, o pensamento católico, até então hegemônico, começa a perder espaço e legitimidade para o pensamento científico, aliado à chegada das igrejas evangélicas (pentecostais e neopentecostais) ao Brasil. Neste contexto, é rompido o monopólio religioso que o catolicismo exercia até então no país, o que pressiona a hierarquia da Igreja católica a fortalecer a expansão das atuações dos leigos na vida social, especialmente junto aos setores populares pelas ações desenvolvidas por meio da Ação Católica.

A Igreja católica percebeu que necessitava de uma mudança, uma renovação, pois estava perdendo sua credibilidade e sua hegemonia na sociedade. Uma das primeiras atitudes foi redefinir a atuação do leigo em sua estrutura. Desta maneira, em 1929, o Papa Pio XI lança a Ação Católica (AC), que proporciona uma aproximação maior da hierarquia com os leigos com o objetivo de controlar suas ações e direcioná-las para o fortalecimento da Igreja na sociedade. Lançada para o mundo todo e defendida pelo Papa como urgente e insubstituível, a AC chega ao Brasil na década de trinta do século XX com o objetivo de envolver os leigos na ação evangelizadora como apóstolos oficiais (AÇÃO CATÓLICA, 1938, p.117-120 apud BARBOSA, 2007, p.43).

A aproximação da Igreja com o universo das relações de trabalho e condições de vida da classe trabalhadora se deram a partir dos Círculos Operários⁴ em 1932, por meio dos quais, “a Igreja assumiu para si a tarefa de educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem” (BARBOSA, 2007, p. 25). A Ação Católica brasileira surge em 1935 devido a um processo de instabilidade da Igreja Católica frente ao Estado que decorria desde a promulgação da Constituição de 1891 que fez com que a instituição sofresse diversas perdas e prestígio principalmente frente aos seus devotos. O que propiciou bom terreno

⁴ Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista. Ao surgir, este movimento possuía ligações com os setores dirigentes, tendo no general Flores da Cunha um de seus inspiradores. Por esta razão, os líderes católicos puderam gozar de uma série de facilidades que não foram usufruídas por outras organizações. KORNIS, Mônica. *Círculos Operários*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>.

para a disseminação dos seus objetivos e ensinamentos foi uma união não oficial entre Igreja e Estado no período de 1930 a 1945 com a assunção de Getúlio Vargas ao poder. Vargas intencionava ter na Igreja Católica uma forte aliada para fortalecer seu governo, na direção de utilizar a religião para usá-la como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos teria ficado evidente. O Estado precisava manter o espírito cristão, e Vargas precisava ser visto como “pai” da nação em uma perspectiva cristã. Esta união resultou no surgimento de novo métodos por parte da Igreja para mudar sua forma de ação, sendo um deles a criação da Ação Católica. O intuito dessa organização, no seu surgimento, é contribuir para uma formação cristã de jovens trabalhadores e cristãos, em contrapartida aos ideais liberais, ao socialismo e ao individualismo. A base para a sua criação foi o Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra – liderança católica de relevância junto a outros nomes, como Jackson de Figueiredo. Esses intelectuais defendiam um nacionalismo de direita. Assim, a Igreja tinha como objetivo principal recuperar o seu prestígio com a sociedade e reconquistar o Estado sob novas condições por meio da aproximação com o movimento de jovens cristãos, entendendo a importância da influência dos mesmos junto aos problemas advindos do mundo moderno e seu contexto de industrialização e formação da classe operária. Nesse contexto, em 1930, era publicada a encíclica Rerum Novarum, a qual tratava da questão operária, trazia críticas ao liberalismo, como também ao socialismo, além de requisitar a intervenção econômica do Estado e defender a conciliação entre as classes sociais.

A Rerum Novarum foi considerada precursora, entre as ações e documentos oficiais da igreja, que buscavam alertar sobre a precarização a que eram submetidos os trabalhadores no modo de produção capitalista. Conforme Barbosa (2007), este foi o primeiro, entre vários alertas, sob a forma de encíclicas, que irão compor o que será denominado por doutrina social da igreja. De acordo com BARBOSA (2007, p.25):

A chamada Reação Católica aglutinou em torno do Cardeal Leme aqueles intelectuais que terminam por compor o Centro D. Vital e a revista A Ordem, cujo nome é emblemático da leitura que a hierarquia eclesiástica realizava sobre a sociedade brasileira de então. Deste núcleo intelectual, tendo à frente Jackson de Figueiredo e, após a sua morte, Tristão de Atayde, saem os principais indicativos da doutrina social católica e as propostas que, a partir dos anos 1930, vão constituir os discursos sobre a normatização da questão trabalhista e assistencial no Brasil. Com Getúlio Vargas, a igreja retomou alguns dos mais importantes espaços perdidos com o advento da república. Quando chegou a Constituinte de 1934, por meio da Liga Eleitoral Católica (LEC), a vitória se evidenciou com as reformas constitucionais: desde reivindicações eclesiásticas particulares até a legislação trabalhista, sindical e assistencial, além do direito de mobilização e educação da classe operária, por meio do Estado, como o ensino religioso. Na Itália, Mussolini tinha dado à Igreja o monopólio da educação, tais fatos são evocados na Igreja do Brasil.

No cenário mundial, com o fim da Segunda Guerra, gradativamente, a Europa se reconstruía política e economicamente. Paralelamente, retornava ao cenário político o movimento da Democracia Cristã “que, entre o arrefecimento do poder da direita tradicional e o crescimento da influência dos comunistas, passava a se constituir numa força político-ideológica importante” (BARBOSA, 2007, p. 26). Neste contexto, na América Latina, a Democracia Cristã restringia-se apenas aos círculos católicos, nos quais predominava um catolicismo conservador. Após Leão XIII e a encíclica Rerum Novarum, a democracia cristã cresceu entre os militantes europeus e aumentou sua influência sob os partidos católicos. Esse desempenho do movimento na Europa ganha força na América Latina por meio do Movimento de Montevideú, que “surgiu com o objetivo de promover estudos dos problemas político-econômicos da América e criar um programa baseado nos princípios políticos da Democracia Cristã, mas de cunho mais à esquerda” (BARBOSA, 2007, p. 27). A finalidade deste seria “impedir o florescimento no território latino-americano do totalitarismo, tanto de direita quanto de esquerda” (BARBOSA, 2007, p. 27).

Convencidos da premente necessidade de consolidar a democracia na América Latina contra o ‘perigo do totalitarismo’, os participantes do congresso democrata cristão acreditavam que não haveria democracia sem justiça social e ambas não seriam alcançadas sem o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Diante dessa conclusão, o grupo de católicos reunidos na capital uruguaia decidiu elaborar um programa de princípios com vistas a orientar todos aqueles que estivessem dispostos ao trabalho de vê-lo aplicado às instituições política econômica e cultural do nosso continente, o que, acreditavam, abriria um caminho sólido na consolidação da democracia. O programa de princípios democrata cristão contido na chamada Declaração de Montevideú, considerada como o documento fundador do movimento democrata cristão supranacional no continente americano, explicita a sua filiação aos ensinamentos da Doutrina Social Cristã e ao “humanismo integral” de Jacques Maritain (BARBOSA, 2007, pgs. 27-28).

A Declaração de Montevideú representou “a abertura de um caminho na busca por reformas nas injustas e arcaicas estruturas econômica e social da América Latina num contexto marcado pelo autoritarismo, clientelismo e ausência de formas de consolidação democrática” (BARBOSA, 2007, p. 29). O autor destaca também que “nos anos 1950 e 1960, a América Latina presenciou a emergência ou a reorganização de grupos e partidos democratas cristãos, muitas vezes denominados como sociais cristãos, frutificando assim algumas expectativas do Movimento de Montevideú” (BARBOSA, 2007, p. 30).

É neste contexto que, na década de 1950, organizações estudantis passaram a compor a Ação Católica brasileira, sendo de extrema importância no desenvolvimento de uma leitura mais crítica da realidade devido à inserção de segmentos juvenis dessas organizações em movimentos e partidos políticos de esquerda. Conforme Pinheiro (2011), são elas: a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrícola Católica), a JEC

(Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JIC (Juventude Independente Católica). A experiência de alguns desses grupos ultrapassou o âmbito estritamente eclesial, evoluindo para uma visão cristã inovadora, em que muitos se aproximaram com a política e movimento estudantil, chegando a disputar entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – tendo a JUC conquistado a direção desta entidade em aliança com estudantes de tendências comunistas. Das organizações citadas, cabe destaque o papel da JUC dentro da esquerda católica, que apesar de adentrar na Ação Católica só por volta de 1950, já existia anteriormente, como sinaliza Ridenti (2002). A JUC criou uma identidade no meio universitário, se colocando nele como a representação oficial da Igreja Católica.

A JUC iniciou suas atividades voltadas para a formação doutrinária do estudante universitário. Como aponta Ridenti (2002, p.2), a preocupação inicial era dar formação aos membros da JUC, aprofundando sua fé e espiritualidade.

A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõem. Caberia, no máximo, reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus.

Com o seu desenvolvimento, preponderará uma visão que inclui a universidade na totalidade dos “problemas” sociais, criticando a formação individualista em face do subdesenvolvimento da sociedade brasileira (PINHEIRO, 2011, p.26). Os membros da JUC passaram a questionar diversos aspectos da ideologia dominante da Igreja Católica e, principalmente, buscaram compreender realidade social por eles vivenciada.

Eles eram influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional – nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959. A JUC agia em meio a circunstâncias históricas que marcaram os anos 50 e 60. Em âmbito internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista ou terceiro mundista, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia etc. Também era contestado o modelo soviético de socialismo, considerado burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela guerra fria, algo que também se fazia sentir no plano interno: começavam a surgir novas referências na esquerda – inclusive de cristãos, católicos na maioria, mas também protestantes –, que ameaçavam a hegemonia do pró-soviético e clandestino PCB. Delineava-se a polarização social que levaria ao golpe de 1964 (RIDENTI, 2002, p. 5).

Essas influências histórico-conjunturais contribuíram para que a JUC revisse sua atuação frente ao meio acadêmico, compreendendo que a Universidade está inserida no contexto da vida social. Nesta direção, começam a desenvolver suas atividades para fora dos muros acadêmicos. A obra de Maritain ganha destaque para a evolução política e ideológica da JUC. Porém, mais adiante, suas ideias passam a ser consideradas ultrapassadas por segmentos internos da JUC mais próximos dos pensamentos de esquerda, sendo agora influenciados por Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. De acordo com Ridenti (2002, p.5), “a JUC e de modo geral a Ação Católica brasileira dividem-se, ao longo dos anos 50, em duas tendências divergentes: a dos discípulos de Maritain, que se tornarão democratas-cristãos, e aquela dos discípulos de Lebreton e Mounier, que tomará o caminho do socialismo”. Em 1960, essas tendências internas se desdobram em ações de rompimento na JUC, evidenciando com mais radicalidade as divergências entre um polo mais crítico, que se interessava por política, movimento estudantil e pelo marxismo e outro pautado nas vertentes tradicionais da Igreja.

No contexto da década de 1950, além dos conflitos no interior da Igreja católica, era problemática também a realidade socioeconômica e política brasileira. Após a acelerada fase de industrialização do governo Juscelino Kubitschek, os problemas sociais se avolumavam e faziam surgir muitos movimentos sociais. Juscelino Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros na presidência, entretanto, sua eleição, marcada por uma tônica populista, marcava o início de uma crise entre o Congresso Nacional e o Executivo. Por diversos fatores, Jânio se manteve no poder por apenas sete meses. Com sua renúncia, assume o cargo de presidente seu vice, João Goulart, que pelo fato de durante sua carreira política ter sido ministro do governo de Getúlio Vargas e por seus vínculos com o movimento sindical, era considerado pelos setores conservadores como uma ameaça à ordem burguesa.

Nesse cenário, os movimentos sociais também foram ganhando corpo, as ligas camponesas, a sindicalização rural, o MEB, incendiavam o campo na luta pela reforma agrária. Nas cidades, a CGT, através de greves, mobilizou larga fatia do operariado e, via de regra, conseguia aumentos salariais de acordo com a taxa inflacionária. [...] As reformas de base prometidas pelo presidente João Goulart pareciam ter assanhado um espírito renovador nas instituições e movimentos sociais. Enquanto setores reformistas da CNBB, majoritários então, incentivaram para que as reformas prometidas pelo governo fossem efetuadas, um setor integrista, minoritário, recusava as reformas (principalmente a reforma agrária) e denunciava a esquerdização da Ação Católica (BARBOSA, 2007, p. 59-60).

Impulsionada por essa conjuntura de aumento da conflitividade social posta pelo desenvolvimento de movimentos e organizações populares, agrárias e operárias e das influências de um pensamento social que não cabia nos moldes do conservadorismo da

Igreja Católica, a ala considera mais “à esquerda” da JUC criou a Ação Popular (AP), em 1962. Cabe destacar, que essa organização não surgiu apenas de influência da JUC, mas também da participação de estudantes independentes e de correntes evangélicas. Apesar de uma origem variada e de influência diversa, é protagônico o papel desenvolvido pela ala de esquerda da JUC para a criação da AP.

A Ação Popular foi um movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo. No decorrer do seu processo de desenvolvimento, passou a organizar-se em setores políticos sendo que suas influências ultrapassaram fronteiras nacionais. Este movimento, no seu surgimento, teve uma forte influência do marxismo. Porém, é notável que o referencial marxista era ainda apropriado de forma “enviesada”, em que assumia-se uma visão romântica e utópica acerca do capitalismo. Acerca dos seus primeiros posicionamentos e conquistas, Ridenti (2002, p.9) aponta:

A AP obteve certo êxito no processo de organização de sindicatos rurais, promovido pela Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), órgão do governo federal, criado em outubro de 1962 pelo Presidente da República, o trabalhista João Goulart. A organização participou ainda da criação e da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Por aí se vê que a AP, embora com discurso e postura à esquerda do governo, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, junto ao qual reivindicava a implementação das chamadas *reformas de base* na sociedade brasileira, como as reformas agrária, educacional, fiscal, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais.

De acordo com Ridenti (2002), o surgimento da Ação Popular no seio da Igreja católica brasileira “foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subsequentes, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base, herdeiras do romantismo revolucionário do catolicismo de esquerda no Brasil nos anos 60” (2002, p.1).

Estes anos iniciais da década de 1960 são marcados pelas transformações ocorridas no interior da Igreja. O Concílio Vaticano II⁵ aproximava a Igreja dos leigos, ampliando a participação destes em diversos espaços da sociedade. Em países como o Brasil, marcado

⁵ O Concílio Vaticano II foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século 20. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões, constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. [...] Após três anos de encontros, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultado do Concílio. Muitas novidades apareceram nas questões teológicas e na hierarquia da Igreja. NAVARRO, Roberto. O que foi o Concílio Vaticano II? Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>

por insuficiente quantidade de padres, os leigos começavam assumir a tarefa de evangelização junto ao povo. Conforme sinaliza Barbosa (2007, p.61), enquanto “setores da igreja ligados à Ação Católica encampavam a tese das reformas de base” outros setores alinhavam-se à classe média e burguesia paulistana para promover a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, a qual tinha por objetivo posicionar-se contra João Goulart e conter o avanço do que era considerado como ameaça “comunista” por estes setores.

Em pólo oposto, a vinculação de setores da igreja às lutas sociais que se sintetizam em torno das bandeiras pelas reformas de base no período do governo Goulart já são evidenciadas, segundo Schwarz (2005) apud Moraes (2014), na segunda metade da década de 1950 pelas ações dos projetos desenvolvimentistas fomentados pelo Estado com a finalidade de modelamento de novos valores e relações para a integração social na modernização capitalista. Grupos organizados com nítida influência da esquerda católica atuavam em territórios comunitários e periféricos, tendo contato com experiências de movimentos populares. A atuação de boa parte desses grupos, principalmente aqueles que tinham vinculação política com a militância popular e de esquerda cristã, era orientada pela concepção da educação popular de base. Sob essa perspectiva que demarca-se o contato de segmentos profissionais de assistentes sociais com organizações populares de territórios comunitários a partir do exercício profissional orientado pelo Desenvolvimento de Comunidade (DC). Conforme Ammann (2009), existiam maneiras distintas de intervenção do Serviço Social no Desenvolvimento de Comunidade, inclusive com interpretações de participação social também diversas.

O Desenvolvimento de Comunidade, em sua produção “clássica”, pode ser classificado como DC ortodoxo, ou seja, está fundamentado em um “caráter acrítico e aparentemente apolítico e aclassista” (AMMANN, 2009, p.84). Essa perspectiva é envolvida pelos pressupostos funcionalistas, e apresenta a necessidade de integração social como determinante para a promoção da harmonia da vida social, percebendo a comunidade como “unidade consensual”. A ação do DC ortodoxo não busca interferir nas relações estruturais de dominação, pelo contrário, pretende agir sobre contextos residuais e imediatos, utilizando-se da cooperação solidária entre os indivíduos enquanto meio para se alcançar os resultados esperados.

Ao mesmo tempo em que as experiências de DC foram se processando, movimentos sociais também foram se desenvolvendo em meio à conjuntura brasileira – destacando-se o período de início da década de 1960. O amadurecimento reivindicatório e organizativo desses sujeitos coletivos caminhou para um horizonte taticamente comum: a defesa das

reformas de base. Segundo Ammann (2009), foi nesse contexto de maior participação dos movimentos sociais na arena política do país que experiências de Desenvolvimento de Comunidade de caráter heterodoxo se gestaram. E para descrever essa “nova” perspectiva de DC, a autora se utiliza da relação com o Movimento de Educação de Base (MEB) como exemplo, pelos seguintes motivos:

- a) caracterizou-se como um programa de Desenvolvimento de Comunidade; b) realizou uma ação abrangente nas áreas de educação, trabalho, cultura popular, sindicalismo rural etc.; c) teve repercussão nacional atuando nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; d) obteve significativa influência política no meio rural dessas regiões, durante o período de 60, março/64; e) surgiu como movimento de intelectuais vinculados às classes dominantes, e tentou progressivamente estabelecer um vínculo orgânico com as classes dominadas (AMMANN, 2009, p.90).

A partir do contato com as experiências populares e pela proximidade com setores da esquerda cristã, o MEB transita de uma perspectiva inicial de integração social por meio da educação de base disciplinadora para um viés crítico e progressista que pretende contribuir para o processo de politização das camadas subalternas, especialmente no âmbito rural. Esse caminho percorrido pelo MEB demonstra a diferenciação entre o DC ortodoxo (exemplificada na primeira fase do MEB) e o DC heterodoxo (demonstrado na segunda fase do MEB).

Com o golpe civil-militar de 1964, as experiências de Desenvolvimento de Comunidade sob a orientação heterodoxa foram abortadas. O processo de modernização capitalista vergou-se para a via da hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado e as experiências de organização popular sofreram gigantesca repressão. Nesse cenário pautado pela coerção, houve rupturas no desenvolvimento dos processos de educação popular de base, sendo desmanteladas as experiências comunitárias que, inclusive, eram influenciadas pela esquerda católica. Entretanto, mesmo com todo autoritarismo do regime, as lutas e movimentos populares não se findaram, mas passaram por um declínio organizativo e de mobilização.

Esse cenário de avanço dos setores conservadores na sociedade brasileira, que resultou no golpe civil militar de 1964, influencia o posicionamento oficial da Igreja e traz impactos para a organização dos movimentos da esquerda católica. Entre os anos de 1950-1960, de acordo com Barbosa (2007), a JUC cresce, vive a radicalização de sua prática política, causa impactos na Igreja e na sociedade e desaparece no início da fase autoritária do regime, entre 1965 a 1968.

Com o golpe militar e as mudanças de orientação ocorridas na cúpula da Igreja a partir de 1964, a JUC foi conduzida a um processo de esfacelamento que culminou com sua extinção nos anos de 1967 e 1968. O movimento jucista, além de apresentar para toda a Igreja a dimensão política da fé, desenvolveu uma pedagogia de formação caracterizada pelo método ver-julgar-agir, e pela revisão de vida, que

foram fundamentais para o desenvolvimento do método de formação da Pastoral da Juventude. A JUC e grande parte dos movimentos de Ação Católica Especializada deram uma grande contribuição para o surgimento de um modelo de Igreja a partir dos empobrecidos. Como afirma Beozzo (1994), as juventudes da ACE foram as que melhor aproveitaram as definições do Concílio Vaticano II e que, segundo Löwy (2000), possibilitou a potencialização e a sistematização do “cristianismo da libertação”, pois essas juventudes desenvolveram uma organização nacional que conseguia articular as experiências locais com a conjuntura social e religiosa da época (BARBOSA, 2007, pgs. 46-48).

Os grupos da esquerda católica tiveram o desenvolvimento de seus trabalhos junto aos territórios comunitários interrompidos, pois a intervenção política de tais sujeitos coletivos – referenciada na educação de base – contrariava a promoção da “harmonia social” da ditadura. A militância religiosa, que atuava nas organizações do movimento católico progressista, passou a ser reprimida tanto pelo regime ditatorial como também pela própria Igreja.

A Esquerda católica Brasileira da década de 60 foi a verdadeira precursora do cristianismo da libertação. Em junho de 1964, depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (CNBB) publicou uma declaração de apoio ao Golpe. Militantes cristãos da JEC, JUC e da JOC e da Ação Católica em geral foram caçados pelas novas autoridades, a Esquerda Católica foi esfacelada pela repressão e marginalizada (LÖWY, 2000, p. 141 apud MORAES, 2014, p.92).

3) CONCLUSÃO

Realizar de forma sumária e esquemática este recorte histórico acerca do processo de desenvolvimento da ação católica e da esquerda católica brasileira nos evidencia elementos que influenciaram a passagem de grupos cristãos ao marxismo em contextos particulares da realidade nacional, latino-americana e mundial. Ressalta-se, aqui, a importância de compreendermos essa relação entre marxismo e cristianismo no Brasil, visto que as mudanças introduzidas na vida de militantes cristãos, ao começarem a se aproximar do pensamento marxista, contribuíram para a sua organização como sujeitos coletivos e para o surgimento de organizações de cunho político que atuaram em espaços de trabalho de base popular. Além disso, realizar este estudo, inicialmente, contribui para uma melhor compreensão da história do Serviço Social brasileiro e de sua relação com os movimentos populares no início da década de 1960 possibilitada pela influência da esquerda católica, que ganhou repercussões importantes não só para os movimentos sociais populares como também para segmentos do Serviço Social – vide exemplos de experiências do chamado Desenvolvimento de Comunidade heterodoxo, as quais contaram com a presença marcante da esquerda cristã, conforme assinala Ammann (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Imerson Alves. **A Esquerda Católica na formação do PT**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNESP, 2007.

NAVARRO, Roberto. **O que foi o Concílio Vaticano II?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>

PINHEIRO, LUCÍ Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2010.

REZENDE, Juliano Zancanelo. “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais: contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão no Brasil”. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Juiz de Fora – MG: Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2018.

RIDENTI, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

KORNIS, Mônica. **Círculos Operários**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios> _ Acesso em: 16 de junho de 2019.

TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO EAD E DESAFIOS AOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Antonio Israel Carlos da Silva¹

Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

Resumo: O artigo problematiza os desafios de apropriação dos fundamentos do Serviço Social no ensino a distância. Identifica o ensino a distância como mediação pedagógica apropriada pela dinâmica capitalista contemporânea. Sua introdução ao circuito de acumulação e valorização do capital é acompanhado de construções ideológicas que mistificam o determinismo tecnológico e sinalizam frentes ético-políticas de subtração intelectual crítica e individualização de práticas pedagógicas. Nesse terreno arenoso, ampliam-se os cursos que oferecem formação profissional em Serviço Social no EAD, cuja dinâmica formativa incide sobre o ensino dos fundamentos do Serviço Social e apontam tendências ao anti-intelectualismo.

Palavras-chave: Ensino a Distância. Serviço Social. Fundamentos.

Abstract: The article problematizes the challenges of appropriation of Social Work fundamentals in distance education. It identifies distance education as pedagogical mediation appropriated by contemporary capitalist dynamics. Its introduction to the circuit of accumulation and valorization of capital is accompanied by ideological constructions that mystify technological determinism and signal ethical-political fronts of critical intellectual subtraction and individualization of pedagogical practices. In this sandy terrain, the courses that offer professional training in Social Work in the EAD, whose training dynamics focuses on the teaching of the foundations of Social Work and point tendencies to anti-intellectualism, are broadened.

Keywords: Distance Learning. Social service. Fundamentals.

1. INTRODUÇÃO

Certamente, o Serviço Social brasileiro vem sendo posto à prova pelas determinações macrossocietárias que o atingem. Pensemos aqui que o cenário de adensamento da crise orgânica do capitalismo contemporâneo incide sobre as diversas formas de expressão econômica, social, política, cultural e ética da vida social. E como profissão inserida na dinâmica própria de reprodução das relações sociais de classe, o Serviço Social não está exilado das reverberações dessas transformações societárias, sobretudo ao identificarmos que, enquanto profissão que assume um determinado projeto

¹Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista Capes.

profissional – alinhado a um projeto societário de questionamento e reversão da sociabilidade burguesa, vê-se tensionado ante aos compromissos de recomposição da hegemonia burguesa.²

O enquadramento histórico contemporâneo aprofunda os limites absolutos do capitalismo e suas crises (MÉSZÁROS, 2008), incidindo sobre a mundialização e enraizamento da lógica neoliberal na produção objetiva e subjetiva das classes sociais, com impactos brutais na periferia do capitalismo. O cenário expressa um amplo movimento de regressão civilizatória (MOTA, 2017), que atinge o modo de ser e de existir das classes sociais, ampliando o arco de expropriações da força de trabalho, readequando os padrões de proteção social e retirando direitos sociais.

É nesse cenário que a formação dos(as) trabalhadores vem sendo permeada pela perspectiva de disseminação de práticas sociais que inibem o confronto de projetos antagônicos de sociedade e estimulam a conciliação de interesses de classe, fomentando um associativismo desmedido, despolitizando os potenciais de disputas de hegemonia.

A nosso ver, o EAD, no ensino de formação graduada, expressa um mecanismo pedagógico inserido nas supostas medidas de democratização do acesso, vistas como compensatórias aos níveis de desigualdade social³, nas formações sociais concretas. Assume funcionalidade político-ideológica fundamental na conformação de projetos classistas (NEVES, 2006), ao conseguirem dos segmentos subalternos o consentimento ativo ao novo modelo de educação escolar, isto é, conforme identificamos ao longo do artigo, as particularidades e legalidades pedagógicas do EAD alinham-se à formação de intelectuais urbanos de novo tipo.

No bojo das mudanças em curso nos projetos educacionais e diante do cenário de descentralização administrativa e interiorização das políticas sociais, a racionalidade do empresariado da educação apostou no curso de Serviço Social como novo e estratégico “nicho de mercado”, tensionando a formação profissional ao movimento de supercapitalização e industrialização do setor de serviços (MANDEL, 1982).

2Conforme Simionatto (1993), a concepção de hegemonia discutida por Gramsci corresponde ao esclarecimento das relações entre infraestrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem as suas funções no bloco histórico. No interior do bloco histórico, as forças dominantes sofrem a oposição das forças emergentes, dominadas, num movimento de luta pela construção de uma nova ordem social. Ademais, falar de hegemonia implica discutir também a crise de hegemonia, que diz respeito ao enfraquecimento da direção política da classe no poder, ou ao enfraquecimento da direção política e perda de consenso.

3Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) divulgada pelo IBGE mostram que o Brasil ainda tinha uma população de 12,5 milhões de analfabetos, até o ano de 2016. A região com o maior índice de analfabetismo tem sido a região nordeste, com 16,2% de analfabetismo. Os dados revelam ainda que 13,5% da população brasileira havia concluído o ensino superior. (VALOR ECONÔMICO, 2016).

É de nosso conhecimento que, atualmente, a formação profissional no EAD, do ponto de vista quantitativo, tem superado o ensino presencial (público e privado). Em recente coleta de dados, referente ao ano de 2017 (Inep, 2018), identificamos um nítido redesenho das tradicionais agências de formação profissional. Ocorre que do total de 451 cursos de Serviço Social em funcionamento no Brasil, 379 são ofertados no ensino privado e 72 no ensino público. O EAD representa 33 cursos, ofertados em sua integralidade no ensino privado. Do total de 153.548 matrículas para o curso de Serviço Social, 61% (92.781) ocorreu no EAD e 39% (60.767, sendo 17.747 no público e 43.015 no privado) no ensino presencial.

A ampliação dessa nova modalidade no processo formativo do(as) assistentes sociais tem operado muitas problemáticas, relativas a questões de ordem pedagógica⁴, a dimensões políticas e de caráter teórico-metodológico. Nesse sentido, a nosso ver, há um descompasso entre a rica produção teórico-metodológica e político-profissional hegemônica na profissão e a sua incorporação por amplos segmentos de agentes profissionais. Para esse descompasso contribui o processo de empobrecimento cultural da categoria, e ao que parece, a modalidade EAD, pela natureza que assume na particularidade brasileira, exerce papel preponderante na responsabilidade de desqualificação profissional.

É preciso destacar a inadequação que o processo de formação à distância apresenta em relação ao projeto de formação hegemônica do Serviço Social, aprovado nas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, em 1996. Do ponto de vista pedagógico a própria existência da modalidade EAD demarca um descompasso ao ideal de formação presencial, laica, gratuita, pública e universal que as Diretrizes Curriculares postulam. Ademais, a apropriação dessa modalidade de ensino pelo empresariado da educação produz conflitos ideológicos, teóricos e culturais entre a racionalidade empresarial das unidades de ensino e o projeto profissional, hegemônico, do Serviço Social brasileiro, matizado no referencial teórico rigoroso, denso e articulado criticamente em categorias ontológicas.

No universo da fundamentação teórica de matiz histórico-crítica encontram-se possibilidades de posturas contrapostas ao amplo avanço do conservadorismo que atinge a formação e o exercício profissional e que tensiona a afirmação do projeto ético-político profissional numa perspectiva crítico-dialética. Primar pelo legado da tradição marxista na profissão é tarefa teórico-política que se alinha a seus valores éticos, enraizados numa direção intelectual e moral que vê na filosofia da práxis ponto central de contribuição aos

⁴Conforme evidencia a dissertação de Silva (2018).

questionamentos e processos de transformação da ordem social existente. Para tanto, concordamos com o posicionamento de Guerra (2018, p. 43), ao afirmar que “É preciso reafirmar sempre que docentes e estudantes, como seres de relações, só se realizam em relações recíprocas, externas, objetivas, presenciais e que é somente nessas relações que se expressa o saber na formação do ser”.

2. A FUNCIONALIDADE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA RACIONALIDADE EMPRESARIAL EDUCACIONAL

A apropriação da ciência e da inovação tecnológica⁵ nas práticas educativas à dinâmica de acumulação de capital, inscrita na relação entre ciência aplicada (especializada e submetida à divisão do trabalho), e ciência fragmentada (subordinada à maximização de lucros pelos monopólios), inibe o potencial emancipatório da ciência e tecnologia às necessidades de efetivação do homem *omnilateral*. Trata-se, como salienta Mandel (1982), de uma contradição social entre o crescimento cumulativo da produção científica, a necessidade social de dominá-la e disseminá-la, e a tendência inerente ao capitalismo tardio de fazer da ciência uma prisioneira da lucratividade e difusora de ideologias dominantes.

Ao partirmos da premissa acima, compreendemos que, indubitavelmente, o recurso às tecnologias informacionais nos processos pedagógicos contemporâneos tem sido cada vez mais utilizado pelo mercado empresarial. A incorporação da inovação tecnológica na dinâmica de reprodução social adentra em esferas onde as ideologias, a cultura, a arte e a filosofia são apresentadas à humanidade.

O novo gerenciamento das TICs na educação tem seu percurso relacionado às mudanças organizacionais no processo produtivo, sobretudo, diante da passagem da predominância do fordismo para o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 1993). Este período corresponde ao estágio do desenvolvimento capitalista em que o uso da técnica ganhou força motriz, ainda mais intensa e funcional, através da informatização, redução do capital variável e flexibilização das relações e direitos do trabalho, demarcando novas formas de aviltamento da força de trabalho.

Ademais, a problemática apresentada mantém relação com o debate desenvolvido por Harvey (2014), ao discutir os processos tecnológicos como mediação das novas configurações entre espaço e tempo. Nesse sentido, o avanço da tecnologia tem contribuído com a diminuição das distâncias geográficas, tornando a especialidade e a temporalidade

5A inovação tecnológica no processo produtivo decorre de um movimento de sistematicidade da ciência à produção, cujo resultado imediato no processo produtivo é a redução do tempo de rotação do capital fixo, alterando a composição orgânica do capital (MANDEL, 1982).

do capital inseridas em uma ordem social mais dinâmica. As amplas transformações nos transportes, na produção e na comunicação permitiram que o acesso a informações instantâneas se desenvolvesse como imperativo à reprodução dos interesses das classes dominantes, agindo sob a base ideológica, política e ética da vida social.

Em especial, o aprofundamento do projeto neoliberal no século XX e XXI ganhou diretrizes de ação a partir da força sociopolítica dos organismos internacionais, a citar Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo Monetário Internacional (FMI), com a disseminação de novas concepções de relações pedagógicas, sintonizadas à ampliação das TICs nas práticas educativas. O EAD entrou no pacote de medidas, entendido como empreendimento que promoveria a ampliação da formação de professores para a educação básica e para a formação de novos bacharéis, sobretudo nos cursos de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas, na periferia do capitalismo.

O potencial de conversão do ensino em mercadoria rentável operou a dinamização da economia em setores que, em paralelo, viram na mercantilização do conhecimento uma via de acesso à valorização do capital⁶. É o caso da articulação da educação com o mercado editorial, as empresas de consultoria, gestão e confecção de material didático. Além disso, com o objetivo de aperfeiçoar a perspectiva da educação como serviço lucrativo no Brasil, o empresariado tem criado meios e estratégias para disputar a consciência da classe trabalhadora (SILVA, 2018).

O sentido do empresariamento corresponde às medidas de racionalização administrativa voltadas à redução de custos, aumento da eficiência e disponibilidade de captação de lucro e produtividade. É nesse processo que a funcionalidade das TICs é hipertrofiada: 1) como componente do gerencialismo de ações administrativas nas unidades de ensino; na formulação de protocolos; 2) como instrumento de ensino e aprendizagem,

⁶Segundo dados do Inep (2016), o avassalador processo de expansão do ensino privado corresponde atualmente a 87,5% do total das IES no país, com participação de apenas 12,5% do ensino público. No que se refere ao ensino público, os dados revelam ainda a ampliação da participação das unidades de ensino estaduais na educação superior pública, representando 40,7% do total de IES no ensino público; com 36,3% no âmbito federal e 23% municipal. Mesmo com as medidas de expansão do Reuni, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não lograram dados tão expressivos quanto a ampliação da rede estadual, que também vem operando os processos de interiorização da política de educação superior (INEP, 2016). Dados do Inep (2016) evidenciam ainda que o número de matrículas de estudantes nos cursos de graduação à distância têm aumentado no Brasil, atingindo quase 1,4 milhão em 2015, o que representa 17,4% do total de matrículas na educação superior. Enquanto o número de matrículas no ensino presencial cresceu 2,3% entre 2014 e 2015, no EAD, a ampliação foi de 3,9%. No cenário de financeirização da economia, os programas governamentais: Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) permitiram o estreitamento da relação entre Estado e ensino privado no Brasil.

mediatizando o processo pedagógico e construindo novas culturas pedagógicas, cujo o meio virtual assume centralidade.

Em síntese, práticas educativas contemporâneas estão sendo influenciadas pelas racionalidades atribuídas ao potencial das TICs na sociabilidade humana. Esse processo tem resultado em culturas de formação que hipertrofiaram os posicionamentos valorativos da formação por competências e do ideário do “aprender a aprender”. A “nova pedagogia da hegemonia” transmite a ideia de que aprender sozinho é mais relevante do que acumular o conhecimento historicamente elaborado pela humanidade. Projeta-se uma linha funcional de valorização da experiência sensível do cotidiano reificado, como esferas do saber individual (DUARTE, 2008).

Nesse sentido, a questão da metodologia individual adapta-se muito bem à modalidade ensino a distância, já que parte do pressuposto de que a “virtualização” das práticas educativas seriam funcionais à massificação do acesso ao conhecimento. A nova organização pedagógica que se desenha com a ampliação do EAD e a racionalidade empresarial que lhe constitui tendem a incidir sobre a apropriação dos fundamentos do Serviço Social.

3. OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E OS TENSIONAMENTOS DO EAD

Os fundamentos do Serviço Social expressam e conduzem matrizes explicativas da realidade social e da concepção de profissão que a enforma. Enraizado na tríade constitutiva entre história, teoria e método, a atual concepção de fundamentos do Serviço Social tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS componente político-pedagógico de monta, o que exige rigor teórico-metodológico e ético-político para o permanente acompanhamento da dinâmica societária – permitindo atribuir densidade teórica e ético-política para a formação e o exercício profissional.

A apropriação dos fundamentos exige a compreensão do Serviço Social como uma totalidade histórica e em movimento na realidade concreta, de modo que, como explicita Santos (2018), as dimensões históricas, teóricas e metodológicas passam a ser reconhecidas como formas indissociáveis e complementares nessa concepção de fundamentos.

Não obstante os elementos de continuidade ao processo de adensamento e aprimoramento dos fundamentos da profissão, concordamos com Guerra (2018), ao situar que esse debate envolve um conjunto problemático de questões, diante dos diferentes projetos de sociabilidade, de educação e de profissão, que determina a dinâmica formativa dos(as) assistentes sociais.

Surgem diferenças teóricas em distintas forças políticas que, por vezes, destoam da concepção de profissão e da perspectiva de perfil profissional desenhado nas Diretrizes Curriculares, desconsiderando o estatuto profissional e os referenciais de legitimidade profissional, o significado sócio-histórico da profissão, o valor do conhecimento para a profissão e a relação entre conhecimento e profissão; ao lugar que ocupa o processo de estágio curricular, ademais do tratamento equivocado das dimensões técnico-operativas.

Sem dúvidas, o ensino dos fundamentos enfrenta dificuldades em tempos de avanço do pensamento pós-moderno, da cultura reificada do capitalismo tardio (JAMESON, 1996) que incide sobre a produção do conhecimento crítico; e pelo amplo movimento de aviltamento pelo qual passa a formação profissional, em meio a refuncionalização da universidade às demandas do mercado e ampliação do tipo de formação privada e/ou determinada pelas particularidades do meio virtual/à distância. Trata-se, pois, de implicações de diversas ordens, que buscam imprimir a racionalidade hegemônica burguesa na dinâmica formativa.

Ademais dos problemas estruturais, a dificuldade de uma abordagem do Serviço Social sintonizado à tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação, tem deixado lacunas na formação profissional (GUERRA, 2018). Temos que considerar que os núcleos de fundamentação constitutivos da formação (fundamentos do trabalho profissional, fundamentos da particularidade brasileira e fundamentos da vida social) não podem ser tratados de forma hierárquica, e sim, como elementos de unidade indissociável à construção de formas explicativas da vida social, da realidade brasileira e do trabalho profissional.

No espectro de tendências recorrentes ao estudo dos fundamentos, consideramos relevante situar algumas. Além de situá-las, buscaremos problematizar como tais elementos podem expressar determinadas tendências nas particularidades da formação profissional no ensino a distância. Tentamos refletir sobre como os possíveis conflitos de ordem pedagógica, teórica e política incidem sobre a apropriação dos fundamentos.

Inicialmente, importa situar o componente do método em Marx, como constitutivo da contribuição teórica da crítica à economia política, em que é desenhado um profundo movimento de análise das determinações concretas que incidem sobre o fenômeno estudado. Particularmente, a elaboração teórica de Marx buscou, ao longo de anos, entender os processos de gênese, consolidação e desenvolvimento da sociabilidade burguesa. O caráter ontológico das elaborações marxianas requisitou do autor uma profunda análise dos fenômenos em sua totalidade histórica, para tanto, a relação entre o universal, o particular e o singular foi mobilizada como componente de mediação do método.

O ensaio de Guerra (2018) nos parece elucidativo para dialogarmos a respeito da questão do método na formação profissional. Em suas reflexões, compreende que há uma lacuna entre a apropriação da crítica da economia política e o método em Marx. A tendência de fragilização teórico-metodológica da formação, diante das ofensivas que a política educacional vem recebendo na atualidade tem deslocado o lugar que a teoria ocupa ao longo do processo formativo. Esse movimento desdobra-se num ensino fragmentado da relação entre história, teoria e método, o que pode desdobrar: 1) na ausência de uma discussão sobre a concepção de história que perpassa os fundamentos, recaindo numa análise meramente cronológica dos estudos sobre fundamentos, como se a história do Serviço Social fosse uma mera etapa de processos que constituíram a profissão; 2) na tendência ao metodologismo no ensino sobre instrumentos e técnicas na formação profissional, a partir de uma apropriação pragmática e tecnicista desse debate, deslocando os fundamentos da dimensão técnico-operativo do vínculo com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

Sem dúvidas, esse conjunto de problemas acima situados podem se apresentar na modalidade de ensino presencial e a distância. Contudo, a ausência de uma interlocução presencial entre professor e aluno, o que altera as relações pedagógicas da dinâmica formativa, levam o indivíduo a ser diretamente responsabilizado pelo “fracasso ou sucesso da formação”. Isso tende a interditar as possibilidades de reversão de alguns nós problemáticos na formação, ou mesmo de reconhecer sua existência.

A destituição do caráter coletivo da formação é marca constitutiva que particulariza o EAD, haja vista que essa modalidade opera um movimento de interlocução dos alunos diretamente com máquinas que digitalizam e transmitem vídeo-aulas já elaboradas. A possibilidade de uma prática pedagógica perpassada pelo debate e diálogo constante entre os diversos sujeitos que compõem o processo formativo é subsumida.

Nossos estudos anteriores (SILVA, 2018) contribuíram para evidenciar o EAD como uma prática pedagógica deslocada do caráter coletivo, necessário à formação profissional crítica. A dissertação enfatiza, a partir de depoimentos de egressos do EAD, que a ausência de maior acompanhamento direto por parte da equipe de professores e tutores levou a uma dificuldade de apropriação da herança cultural do Serviço Social brasileiro. Inclusive, mobilizada pela configuração da relação entre conhecimento e formação, haja vista que os referenciais teóricos clássicos do pensamento social e os próprios autores da profissão não eram alvo de estudo nessa modalidade de ensino.

Além dos problemas de ordem pedagógica, que envolvem a relação entre professor e aluno, devemos refletir sobre como os conteúdos da formação são sistematizados, que autores são referenciados e que ideologias balizam a fundamentação teórica nessa modalidade de ensino. Ante a essas questões, entendemos que esse processo de formação poderá resultar em um movimento de rebaixamento cultural, teórico e político de uma massa de novos agentes profissionais, já que a ausência de mediações pedagógicas histórico-críticas parece fazer parte da formação profissional na modalidade à distância. Há, nesse aspecto, um redimensionamento da apropriação do acúmulo cultural da profissão, sobretudo, se consideramos a existência de lacunas na compreensão de categorias, conceitos analíticos, teorias e método fundamentais à apreensão histórica da realidade, como propõem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

A sistematização dos conteúdos da formação profissional no EAD, geralmente, ocorre através da elaboração de materiais didáticos em empresas multinacionais que prestam assessoria pedagógica e editorial aos grupos educacionais. É exemplo elucidativo o caso da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) – uma das líderes na oferta de cursos de Serviço Social no EAD – instituição que pertence ao Grupo Kroton Educacional⁷, um dos mais fortes no âmbito do empresariamento da educação.

A elaboração do material didático da Unopar é realizada pela empresa de consultoria educacional britânica *Person Education*, a qual tornou-se uma das maiores empresas educacionais no mundo, atuando no mercado de editoração e de novas tecnologias da informação e comunicação na área da educação. O acesso ao site da Unopar nos permitiu perceber que o material didático das disciplinas é homogeneizado para todos os polos, ou seja, no território brasileiro todos os estudantes têm acesso ao mesmo conteúdo. A uniformidade do conteúdo e a compra de pacotes educacionais já elaborado por consultores é prática comum nos grandes grupos empresariais, o que confere dificuldades de maior autonomia docente em relação ao conteúdo a ser ministrado em sala de aula.

Ao tratar dos conteúdos didático-pedagógicos que se apresentam na formação à distância, Barreto (2012) considera que eles são pensados para serem “autoexplicativos”, dispensando mediações pedagógicas constitutivas das práticas educativas, promovendo ações pedagógicas associadas à resolução de “dúvidas pontuais” nos polos presenciais. Aferimos daí que os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cujo

⁷Atualmente, o Brasil tem uma das maiores empresas educacionais do mundo: a Kroton Educacional. Essa empresa tem quase 50 anos de trajetória na oferta de ensino básico e superior. Em 2014, a compra da Anhaguera S.A. colocou a Kroton como um megamonopólio educacional no mundo, com quase 1,5 milhão de alunos. Seus investimentos incidiram com potencial na oferta de ensino a distância, com cerca de 726 polos de graduação EaD credenciados pelo MEC (KROTON EDUCACIONAL, 2017).

conteúdo vem sendo marcado por empobrecimento cultural, constituem formas de controle das relações sociais capitalistas na produção e divulgação do conhecimento (FRIGOTTO, 2010).

Ademais de refletirmos sobre as dimensões teóricas, um aspecto pertinente, que diz respeito às relações sociais estabelecidas na formação profissional, indicamos que, no que concerne ao universo dos valores e das concepções de mundo subjacentes à formação profissional, nosso entendimento é o de que, nas agências formativas, os indivíduos situam-se no desafio de entender que estão diante de um projeto de profissão historicamente situado, e que tal projeto define valores sociais que irão nortear a prática profissional. Tende a acontecer, então, um confronto entre as concepções de mundo anteriores, já incorporadas pelos estudantes, em suas experiências, vivências de mundo, formação religiosa, formação escolar; e o que se apresenta como expressão de uma cultura profissional.

As colisões entre o modo de pensar precedente e as formulações teórico-metodológicas e ético-políticas no campo da formação também podem resultar em novas descobertas no âmbito da subjetividade e no amadurecimento intelectual, político e cultural do corpo discente.

Reside aí um dilema entre o senso comum da vida cotidiana e a direção intelectual e ética da profissão, resultando em sínteses dialéticas em torno do perfil profissional a ser formado. Contudo, os atritos, confrontos e rugas que envolve o modo de pensar do cotidiano e a superação desse modo de pensar, possivelmente, apresenta maior dificuldade na ausência de debates coletivos no interior da formação à distância. De resto, se há uma reconfiguração de ordem teórica no ensino, como o conteúdo formativo poderia oferecer contribuição para reflexão crítica acerca da realidade? Essas reflexões precisa ser alvo de maior adensamento analítico, de fato, para que possamos entender quais expressões do conservadorismo se fazem presente na formação à distância.

4. CONCLUSÕES

No contexto das disputas de projetos societários e, por sua vez, de concepções teórico-políticas, emergem conflitos e tensões acerca da relação teoria/prática, que vem desde a verbalização do senso comum de que “na prática a teoria é outra”, até mesmo a um discurso de que por ser uma profissão de *natureza interventiva*, a formação profissional deve orientar-se pelo “como fazer profissional”, distanciando ou mesmo fragilizando o repertório teórico-crítico que, enquanto categoria profissional, acumulamos nos últimos anos, o que vem conferindo argumentos como o de Mota (2016), ao identificar o Serviço

Social como profissão e área de conhecimento, destacando o que denomina de insurgência intelectual.

Em outras palavras, a tendência de fragilização teórico-metodológica da formação, diante das ofensivas que a política educacional vem recebendo na atualidade tem deslocado o lugar que a teoria ocupa ao longo do processo formativo, promovendo uma fratura na unidade teoria e prática. Outrossim, é preciso pensar sobre o tipo de conhecimento que tem sido divulgado nas novas agências de formação profissional, em específico, no EAD, uma vez que elas entram em expansão no cenário em que o conhecimento pautado pela filosofia da práxis, isto é, um saber histórico-crítico e com nítida função social, e ainda assim restrito a algumas profissionais no campo da ciências humanas e sociais, atravessa muitos tensionamentos, sob a predominância do conhecimento de tipo procedimental, imediatista e pragmático ao nível das respostas imediatas do cotidiano.

Indicamos que, tendencialmente, os conflitos e as tensões acerca das bases analíticas de compreensão da realidade social e das particularidades da profissão poderão desdobrar-se, particularmente no EAD, nas seguintes linhas tendenciais: 1) no redimensionamento da forma de acesso ao conhecimento acerca dos fundamentos teórico-práticos da profissão, haja vista, um movimento de apostilamento que ocorre na formação à distância; 2) na ausência de recurso à literatura clássica das teorias sociais, especialmente do marxismo como fonte teórico-política essencial para o entendimento da realidade social e das particularidades da profissão e a possível recorrência a autores estranhos ao universo categorial marxiano e marxista; 3) na tendência ao metodologismo ou o privilégio do ensino da dimensão interventiva no eixo de fundamentos do trabalho profissional, restringindo esse debate à questão dos instrumentos e técnicas na formação profissional, a partir de uma apropriação pragmática e tecnicista “do que fazer e do como fazer”, deslocando os fundamentos da dimensão técnico-operativo do vínculo com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

Por fim, diante da avassaladora expansão de novos agentes profissionais é importante desvelar que tipo de conhecimento vem sendo veiculado pelo processo de apostilamento do material didático, produzido por empresas especializadas em consultorias educacionais. Ocorre que, sob a aparência de um processo de inovação ocultam-se as concepções teórico-políticas e formativas que conformam novos modos de ser e viver das classes trabalhadoras. Essas dimensões nos levam ao entendimento de como o tratamento dos fundamentos vem sendo operado nessa nova realidade formativa, nos municiando de subsídios teóricos-políticos para a crítica radical e o enfrentamento, enquanto categoria profissional, aos constrangimentos advindos do processo de formação à distância.

5. REFERÊNCIAS

- BARRETO, R. Uma análise do discurso hegemônico acerca das tecnologias na educação. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 30, n. 1, 41-58, jan./abr., 2012.
- FERNANDES, F.A *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. GUERRA, Yolanda (et al). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- IAMAMOTO, M. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 120, pp. 609-639, out/dez, 2014.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- Harvey, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1993.
- INEP, Censo da educação superior. 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em out. 2016.
- _____. Censo da educação superior. 2016. Disponível em: Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em out. 2017.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- Kroton Educacional. <http://www.kroton.com.br/>. Acesso em: abr. 2017.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTA, A.E. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez, 2017.
- _____. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: Silva, M. L. O. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. A, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; Amaral, A. (org.) *Cenários, contradições e pelexas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- NEVES, L. M. W. A reforma da educação superior e a formação de um novo intelectual urbano. In: NEVES, L. *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16ª. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social e Sociedade*, ano X, n.30, 1989.

PERSON EDUCATION. Disponível em: <https://br.pearson.com/>. Acesso em out. 2016.

SANTOS, C. M. Prefácio. GUERRA, Y (et al). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

SILVA, A. I. C. *Os ideários dos egressos da formação profissional em Serviço Social no ensino a distância*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

_____. Crítica à formação profissional em Serviço Social no ensino a distância. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 37, v.14, p. 150-173, 2016.

SIMIONATTO, I. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Y (et al). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. A concepção de hegemonia em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano XIV, v. 43, 1993.

SOUZA, A. A. S. *Lukács no Serviço Social brasileiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO DOMICILIAR À SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Barbara Figueiredo¹
Elisangela Santos Barreto²
Vivória Shalon A. Da M. Soares³

RESUMO: Este trabalho apresentará resultados parciais da pesquisa feita na dissertação intitulada “O trabalho do assistente social no Programa de Atenção Domiciliar à Saúde do município do Rio de Janeiro”. Apresentaremos as análises críticas de um dos três eixos desta pesquisa: a configuração do PADI.

Palavras-chave: Trabalho; Política de Saúde; Assistente Social; Atenção Domiciliar.

ABSTRACT: This study will present partial results of there search done in the dissertation entitled "The workof the social worker in the Programof Home Health Care in thecity of Rio de Janeiro". Wewillpresentthecriticalanalyzesofoneofthethreeaxesofthisresearch: the PADI configuration.

Keywords: Work; HelathPolicy; Social Assistance; Home Care

1- Introdução

A pesquisa intitulada “O trabalho do assistente social no Programa de Atenção Domiciliar à Saúde do município do Rio de Janeiro” apresentou como proposta a discussão do trabalho do assistente social numa modalidade de atenção à saúde pouco analisada pela profissão: a Atenção Domiciliar. A ideia foi debater sobre algumas particularidades do trabalho nesse espaço, considerando a conjuntura histórica e atual do modo de produção capitalista, refletindo até que ponto a organização do capital gera impactos para as políticas sociais e conseqüentemente para a classe trabalhadora.

A organização dadissertação estruturou-se em três capítulos, onde o primeiro apresentou algumas reflexões sobre a categoria trabalho, bem como, as suas especificidades no modo de produção capitalista, suas transformações e atual contexto no

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Pesquisadora na área de atenção Domiciliar em saúde do Instituto Fernandes Figueira –IFF
E-mail: barbara_fms@hotmail.com

Área Temática: Exploração de Classe/ gênero e sexualidade e as utas sociais.

² Assistente Social, Mestranda pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: elis_sbarreto@hotmail.com

³ Bacharel em Serviço Social, pós-graduada em Políticas Públicas e Intersetorialidade Pelo Instituto Nacional de Saúde da mulher, da criança e do adolescente Fernandes Figueira – IFF (especialização); faz parte do Corpo de Praças da Marinha do Brasil. Email: Felippevictoria@gmail.com

cenário brasileiro. Já no segundo capítulo, as discussões sobre a categoria trabalho ampliaram-se para o Serviço Social e para a Saúde, sendo articuladas com o processo histórico e formativo da Política de Saúde, com destaque para a importância da Reforma Sanitária, e seguimos os nossos estudos com algumas reflexões sobre o trabalho do assistente social na Saúde. O terceiro capítulo apresentou um breve histórico da Atenção Domiciliar à Saúde no Brasil e como está configurado o PADI no Rio de Janeiro. O percurso metodológico da pesquisa e as informações referentes ao PADI também estavam presentes neste capítulo, bem como, os dados sobre o perfil dos profissionais e as particularidades do trabalho do assistente social. Vale ressaltar que a maior parte dos dados obtidos através da pesquisa, encontrava-se nesse capítulo, embora perpassassem por todo o conteúdo da dissertação.

Sendo assim, apresentaremos aqui alguns resultados parciais dessa pesquisa, bem como, o caminho metodológico da coleta de dados. Mostraremos um dos três eixos que nortearam as perguntas das análises e algumas reflexões mais gerais realizadas neste estudo.

2- Metodologia

O caminho metodológico utilizado para a inserção no campo de pesquisa foi de caráter qualitativo e exploratório. Qualitativo porque buscamos o aprofundamento da análise sobre o trabalho dos assistentes sociais no PADI do município do Rio de Janeiro, tendo a preocupação com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na análise e explicação da dinâmica das relações sociais (Gerhardt & Silveira, 2009). E exploratório porque realizamos um levantamento dos referenciais teóricos de produções sobre o tema, sendo efetivo para aproximação com o objeto de estudo (Gerhardt & Silveira, 2009). Além das entrevistas semiestruturadas com as profissionais, que nos proporcionou um importante momento de escuta e diálogo, no que tange a coleta de dados. Essa pesquisa avançou na busca do conhecimento teórico/prático, com vistas a apreender o trabalho do Serviço Social na Atenção Domiciliar utilizando principalmente o referencial crítico orientado pela teoria social marxista, conforme o desenvolvimento dos capítulos iniciais da dissertação.

Para a coleta de dados empíricos, havia um projeto inicial de entrevistar 5 assistentes sociais dos programas de Atenção Domiciliar situados no Rio de Janeiro, contudo, em função da conjuntura política e econômica do município - campo de estudo desta pesquisa – esta meta não pôde ser concretizada, pois descobrimos no decorrer do processo de solicitação de aprovação do comitê de ética, que 2 profissionais tinham sido

demitidas e apenas 3 assistentes sociais eram responsáveis por atender e acompanhar as 5 bases do PADI existentes. A política de Saúde no Brasil e no Rio de Janeiro expressam retrocessos importantes de caráter neoliberal, em diferentes aspectos: na redução de investimentos do Estado para aquisição e melhoria de recursos materiais e humanos; adoção de métodos de gerenciamento do trabalho e dos trabalhadores pautado por uma lógica produtivista e intensificadora, dentre outros aspectos.

Para atender às necessidades de atendimento, tem sido feita uma divisão onde cada profissional fica 2 dias inteiros numa base e mais 1 dia e meio em outra. Dessa maneira, foi preciso que a gestão reorganizasse a rotina para que todas as bases tivessem pelo menos um profissional do Serviço Social, o que também dificultou a realização das entrevistas desta pesquisa, considerando a sobrecarga de trabalho dos profissionais e a falta de tempo.

A realização das entrevistas aconteceu na própria base de cada programa, e foi importante porque tivemos a chance de avaliar de perto as expressões da precarização do trabalho. No dia das entrevistas, observamos que a maioria dos trabalhadores estava reunida na sala num dia de semana em horário comercial, uns fazendo trabalhos burocráticos e outros conversando, isso porque os motoristas⁴ estavam 3 meses sem receber salário, e as demais categorias 1 mês. Quando indagamos a presença deles mesmo sem o recebimento do salário, os profissionais justificaram que apesar do atraso, a falta ocasionaria o desconto salarial.

Quer dizer, um programa que tem a proposta de garantir o direito à saúde da população via atendimento domiciliar não consegue se efetivar, pois, a Organização Social (OS) que é responsável pelo pagamento dos trabalhadores não o realiza há 3 meses. Os trabalhadores relataram inúmeras situações que têm ocorrido e que os usuários que necessitam do programa, inclusive, no desespero com a falta de atendimento, sugerem buscar os profissionais, articulando o que podem e o que não podem para ter um direito garantido em lei, de fato, garantido. Os trabalhadores também informaram que não era a primeira vez que os salários atrasavam, o que desmotivava a equipe como um todo.

Na gestão do atual prefeito Marcelo Crivella, vemos um retrocesso progressivo no campo dos direitos sociais, o que nos parece contraditório considerando a fala do referido gestor, tanto no período de campanha eleitoral, quanto no seu primeiro discurso após a vitória, onde proferiu inúmeras vezes que iria “cuidar das pessoas”. Essa falta de “cuidado”

⁴Os motoristas não são vinculados à OS que contrata os profissionais de saúde, essa OS contrata uma outra empresa de transporte que contrata os motoristas, ou seja, existe uma quarteirização das relações de trabalho. O que nos mostra uma maior fragilidade das condições de trabalho, no mesmo espaço de trabalho diversos vínculos e a Prefeitura completamente omissa às suas responsabilidades frente aos trabalhadores que prestam serviços para o Estado.

tem impactado de forma perversa não só os trabalhadores do setor público, como também a vida dos usuários dos serviços.

A entrevista foi dividida em três momentos em função de uma questão organizativa, mas não se deram de modo isolado, até porque houve uma articulação constante dos três eixos durante o processo de escuta com as entrevistadas e algumas questões iam e voltavam o tempo todo.

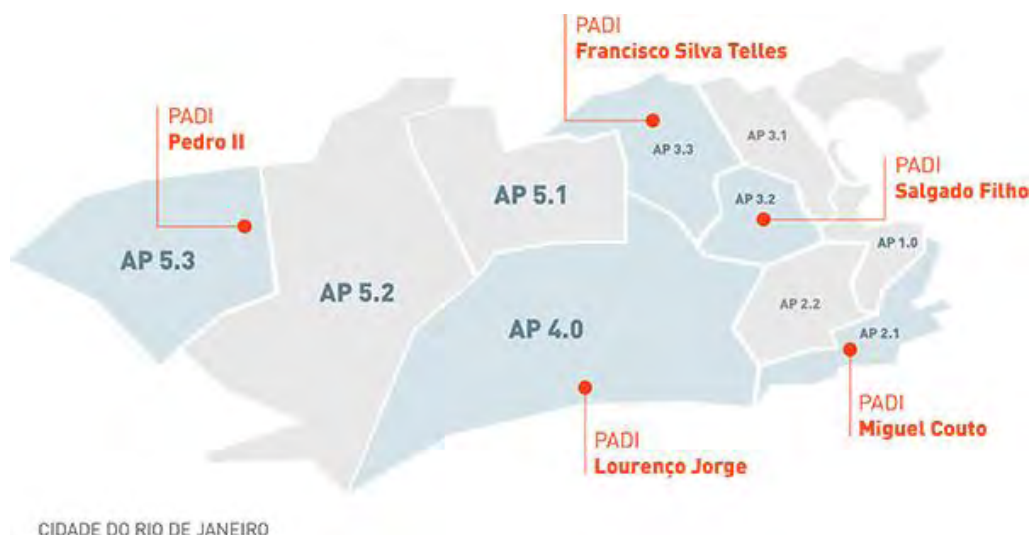
O primeiro bloco teve como objetivo conhecer o perfil do assistente social, levantando questões de caracterização geral, acadêmico e profissional. Esse eixo buscou investigar quem é o assistente social trabalhador do PADI do município do Rio de Janeiro. O segundo bloco de perguntas teve como objetivo conhecer o funcionamento do programa, bem como, a dinâmica institucional, investigando as relações existentes entre os profissionais/usuários/instituição. Já o terceiro bloco verificou as particularidades do trabalho do assistente social nesse tipo de modalidade de atenção à saúde, considerando questões sobre o planejamento, operacionalização do trabalho e capacitação profissional. Sendo assim, apresentaremos a seguir alguns dados da pesquisa.

A configuração do PADI do Rio de Janeiro

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) no Rio de Janeiro foi inaugurado em 2010 com o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI), que tinha como proposta oferecer assistência em casa, prioritariamente, às pessoas com 60 anos ou mais de idade, mas como já vimos após atualizações das legislações o programa ampliou seu perfil e hoje contempla todas as faixas etárias. Atualmente, o programa está instalado nos hospitais municipais Miguel Couto, Salgado Filho, Lourenço Jorge, Pedro II e Francisco da Silva Telles, localizados respectivamente nos bairros do Leblon, Méier, Barra da Tijuca, Santa Cruz e Irajá.

O programa conta com 103 profissionais divididos entre as 5 bases, atendendo cerca de 900 usuários em todo o município. O SAD é organizado a partir da lógica territorial, sendo referência em Atenção Domiciliar. Deve se relacionar com os demais serviços de saúde que compõem a RAS, em especial com a Atenção Básica, atuando como matriciadores, quando necessário (Brasil, 2016). Os profissionais envolvidos fazem uma cobertura no município, totalizando 164 bairros, dentro das Áreas Programáticas: 2.1, 3.2, 3.3, 4.0 e 5.3.

Mapa -1 Áreas Programáticas



Em relação ao mapeamento do perfil dos usuários, o maior índice é de idosos, pessoas acamadas por patologias crônicas, pessoas com lesões oriundas de acidentes de trânsito e pessoas com gastrostomia e traqueostomia. Uma particularidade dos PADI do município do Rio é que existem poucas crianças atendidas – como já vimos o perfil pensado inicialmente para o programa era de idosos, e por isso a maioria dos assistidos ainda prevalece sendo essa parcela da população.

A admissão de qualquer usuário em serviço ou programa de Atenção Domiciliar se inicia com a estabilidade clínica, e no PADI do município do Rio de Janeiro não é diferente. O usuário não necessariamente precisa estar internado, mas precisa residir no município do Rio de Janeiro, possuir um ou mais cuidadores e ter restrição ao leito ou limitação de sair do seu domicílio, além de preencher os critérios que o impossibilite de ser atendido pela Atenção Básica.

Se o usuário não está internado no hospital da base do programa, a porta de entrada é a Atenção Básica via o SISREG, que é o Sistema Nacional de Regulação. Outra forma de inserção no programa é tentar via demanda espontânea e procurar a sala onde o programa fica localizado. Para aqueles que estão internados no hospital que fica a base do programa, existem técnicos de enfermagem que fazem captação nos leitos e verificam os possíveis usuários enquadrados no perfil do PADI. A equipe de administrativo recebe as demandas, podendo ser de qualquer uma das formas que apontamos anteriormente e agenda uma visita de avaliação no domicílio. Nesse momento, além das condições clínicas do usuário, o cuidador, o território e o domicílio também são avaliados.

A questão do território também precisa ser aprofundada em estudos futuros, considerando o aumento da violência urbana⁵ no município, que interfere na garantia de atendimento desse tipo de modalidade de atenção à saúde, haja vista, a particularidade de deslocamento até o local de moradia do usuário. No que se refere à avaliação do domicílio, são consideradas questões de cunho ambiental, se a residência tem condições de receber a equipe, se é possível acessar a localidade da residência, a existência de animais domésticos que coloque em risco a saúde do usuário, entre outros pontos observados pela equipe. Após a visita de avaliação do domicílio e constatação da equipe que o usuário está dentro do perfil determinado pelo programa, agenda-se outra visita, mas agora para efetivar o atendimento.

A periodicidade das visitas é planejada de acordo com a combinação das demandas específicas dos usuários e com a disponibilidade dos profissionais. O profissional faz a solicitação através de um formulário e cabe à equipe administrativa organizar todas as solicitações de todos os profissionais. Essa forma de organização nos parece confusa, isso porque, os parâmetros de escolha para as combinações das visitas podem ser colocados em questão, já que a equipe administrativa não tem conhecimento sobre as demandas centrais de cada família. Existe uma articulação entre o PADI e o hospital municipal que o programa está situado. Como mencionado acima, ocorre uma dinâmica de captação dos usuários dentro do perfil, que exige interação entre a técnica de enfermagem que é responsável pela busca e os profissionais que trabalham nas unidades de internação. Mas agora com o déficit de pessoal, a técnica de enfermagem também está na rua fazendo visitas, a consequência disso é que o usuário dentro do perfil tem alta e o programa não consegue absorver.

O sucateamento do serviço fica evidente com a demissão de muitos profissionais e a falta/atraso do pagamento de outros, que gera uma sobrecarga para os trabalhadores que ficam, modificando a organização e a rotina do programa, prejudicando principalmente os usuários do serviço. A dinâmica de captação prévia nos leitos de internação aparece como importante estratégia para fortalecer o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), onde as ações se dão de forma integrada, articulando os setores diferentes do hospital, e dando acesso aos usuários a promoção da saúde. Vale destacar, que esse princípio pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, havendo ações intersetoriais nas diversas áreas que tenham repercussão na saúde e na qualidade de vida

⁵ Atualmente, o mecanismo para assegurar os profissionais do PADI nesse quesito, é a participação da equipe numa oficina denominada de Acesso Mais Seguro, que trata questões de prevenção, comportamento nas localidades consideradas perigosas e formas de lidar em situações de risco. Além disso, o PADI em parceria com as Clínicas da Família do território, antes de sair para as visitas entra em contato e a partir da classificação, que pode ser verde (seguro), amarela (atenção) ou vermelha (perigo), avaliam a saída da equipe para o território.

dos usuários. A precarização da política de saúde pública pode ser expressa nos PADIs de diversas formas: 1) distribuição e redução dos recursos humanos e materiais; 2) intensificação do trabalho da equipe em função das metas; 3) condições de trabalho, entre outras.

Hoje no atendimento por base atende-se em média de 180 a 200 usuários. Cada base tem 2 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMADs), compostas por médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, e 1 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP) composta por nutricionista, fonoaudiólogo, assistente social, dentista e terapeuta ocupacional.

A quantidade de usuários por equipe não é bem dividida por conta da questão de território, é comum ter equipes com mais pacientes que outras. São estabelecidas quatro rotas por base, onde cada médico é responsável por uma rota, já os fisioterapeutas e enfermeiros ficam responsáveis por duas rotas cada um. Isso quer dizer que para atender essas 4 rotas, será necessário quatro médicos, dois fisioterapeutas e dois enfermeiros, já os demais profissionais se revezam em todas as quatro rotas. O trabalho dos profissionais do PADI consiste, principalmente, em orientar o cuidador domiciliar. As terapias de reabilitação, por exemplo, acontecem com a orientação do profissional e o cuidador fica responsável por executar a conduta.

Dois questões devem ser consideradas e problematizadas na Atenção Domiciliar: a primeira refere-se ao cuidador que não escolheu e não tem conhecimento específico para realizar essa função. Nesse caso, a família é sobrecarregada e a figura feminina assume centralidade dos cuidados, mesmo sem competência técnica para realizar tal atividade, com possibilidades de colocar em risco a saúde do usuário. Para além das tarefas domésticas assumidas pelas mulheres nos seus domicílios por conta das diferenças de gênero reproduzidas em nossa sociedade patriarcal, a mulher assume também a função de cuidadora da saúde.

A segunda questão se refere à lógica gerencialista da atividade realizada pela equipe de profissionais envolvidas no cuidado, pois o número de visitas impostas aos trabalhadores não permite o desenvolvimento de um trabalho com maior qualidade, mas sim a economia de recursos dos contratantes dos serviços. Essa lógica de mercadorização embutida no SUS que diverge dos seus objetivos fundamentais não deveria onerar os profissionais, muito menos as famílias.

Quando as entrevistadas foram perguntadas se existiam metas mensais para a equipe, todas responderam que sim, que existiam metas, mas não souberam informar de

modo exato quais seriam essas metas. Uma das assistentes sociais relatou que existe uma cobrança intensa para a realização do máximo de visitas domiciliares possíveis, onde em alguns momentos os próprios trabalhadores sugerem suspender o almoço para conseguir fazer mais visitas.

O fato das profissionais não terem conhecimento sobre as metas a serem cumpridas por elas mesmas, é um alerta, pois expressa a falta de controle do seu processo de trabalho. Ao realizar as visitas automaticamente, desconhecendo as exigências numéricas postas, as profissionais aceitam sem problematizar o que a instituição demanda, ou seja, as possibilidades de questionamentos ficam desmobilizadas e fragilizadas. Essa falta de controle não é necessariamente intencional, mas, sobretudo, em decorrência da falta de possibilidade para realização de planejamentos e projetos profissionais.

Segundo as informações fornecidas pela gestão do programa, existem dois tipos de metas no PADI: quantidade de visitas domiciliares e quantidade de procedimentos realizados. Não existe meta individual para as categorias profissionais, as metas são de responsabilidade das equipes. Cada EMAD tem que executar 600 procedimentos por mês e cada EMAP 500, ou seja, a meta mensal para cada base é de 1700 procedimentos, considerando a soma das 2 EMADs e 1 EMAP (600+600+500=1700).

A intensificação do trabalho é notória na organização e definição de metas a serem cumpridas. Atualmente a exigência são de no mínimo 6 visitas diárias. Se o tempo total de trabalho dos profissionais é de 8 horas, e precisamos considerar o deslocamento de um domicílio para o outro, mais o trânsito, o tempo de atendimento fica bem limitado, sem possibilidades de extensão caso o profissional ou usuário precise. A lógica de atendimento por metas e a mensuração do valor de trabalho por quantidade de procedimentos - para a economia de recursos em benefício das empresas gestoras do serviço - transforma a atenção à saúde numa mercadoria, que por sinal, mal ofertada e de qualidade questionável. Nesse sentido, assimila alguns elementos da gestão toyotista que vimos no capítulo anterior, onde a flexibilização das relações de trabalho impera juntamente com a intensificação e precarização do mesmo. Druck (2011) sinaliza que características desse tipo de gestão fixa um curto prazo e impõe rapidez ao processo de produção e de trabalho, exigindo dos trabalhadores que se submetam a qualquer condição para atender à novos ritmos.

Apesar disso, de uma maneira geral, não existe nenhuma regra quanto ao tempo de atendimento, cada profissional avalia de acordo com o seu entendimento sobre a

necessidade do usuário. Neves e Dambha-Miller et al (2017) fizeram uma pesquisa⁶ que teve como objetivo descrever o tempo médio de consulta do médico da atenção primária em países economicamente desenvolvidos e de baixa renda/de renda média, além de examinar a relação entre a duração da consulta e os resultados econômicos e de saúde da organização.

É importante identificar, que com a mercadorização da saúde seja via OS, planos de saúde e seguros de vida, até mesmo os profissionais considerados liberais, como é o caso dos médicos, também estão submetidos à intensificação do trabalho com consequência na qualidade dos serviços prestados, sobretudo, para os usuários mais pobres: com redução da qualidade e péssimas condições de atendimento. Tudo isso faz parte do projeto neoliberal de redução estatal e privilegiamento do setor privado.

Essa questão da quantidade de atendimentos acaba limitando o trabalho das assistentes sociais à soluções imediatas, uma vez que a profissional se vê cheia de demandas para responder e acaba sendo uma profissional do hoje, do agora, aquela profissional que vai responder às questões de modo mais ágil e superficial. Caso o usuário precise de mais atendimentos, precisará recorrer a outros serviços, podendo ser privado ou filantrópico, ou como acontece na maioria das situações, a população fica sem atendimento. O caráter de complementaridade do setor privado que vimos anteriormente é posto em lugar central para o usuário acessar o seu direito à saúde previsto constitucionalmente.

Almeida e Alencar (2015) chamam a atenção para o fato de que o setor estatal vem sendo atravessado por uma nova racionalidade administrativa. Como o trabalho do assistente social ocorre principalmente no setor de serviços e particularmente nos serviços sociais voltados para as demandas coletivas de reprodução social, os autores alertam que existe uma tendência para a lógica de organização do trabalho dos parâmetros racionalizadores do trabalho na indústria (Almeida & Alencar, 2015).

A perspectiva da “modernização” da gestão administrativa, a lógica da produtividade e da diminuição dos custos tem um impacto direto no aparato organizacional estatal responsável pelos serviços sociais. Tais alterações se expressam na forma de conceber, definir, organizar e gerir as políticas sociais, assim como também nas relações e condições de trabalho dos profissionais envolvidos nos distintos processos de trabalho. Como trabalhador assalariado, o assistente social sofre os mesmos constrangimentos do conjunto da classe trabalhadora, inclusive aqueles que são trabalhadores do setor estatal (Almeida & Alencar, 2015, p. 161).

⁶ O estudo avaliou 67 países, incluindo o Brasil, e os pesquisadores constataram que o tempo médio de consulta varia de 48 segundos em Bangladesh a 22,5 min na Suécia. No Brasil, esteve entre 7 e 8 minutos, sendo avaliados cinco estudos, nas cidades de Ribeirão Preto, Fortaleza, Campo Grande, Ponta Grossa e o Estado da Paraíba. Na China, por exemplo, muitos médicos atendem até 90 pessoas em 12 horas de trabalho (Neves & Dambha-Miller et al, 2017). O estudo concluiu que o tempo curto de atendimento pode afetar negativamente a saúde e a carga de trabalho do médico, além da qualidade de assistência ao usuário.

A lógica da racionalidade administrativa privada não é exclusividade somente dos assistentes sociais – e demais trabalhadores - das empresas privadas. A gestão do serviço público cada vez mais se apropria do discurso de alcance de metas, controle de desempenho, redução de custos, racionalização do serviço, sistemas de padronização do trabalho, entre tantos outros, dessa forma, injetando as formas de organização das empresas privadas nas instituições públicas.

Vale lembrar, que as metas impostas para o PADI têm relação direta com a arrecadação dos recursos para a OS e o discurso de redução do custo estatal. Raichelis (2018) aponta que essas parcerias de natureza público-privadas têm ampliado nos aparelhos estatais, em diversas áreas das políticas sociais, comotambém têm ocorrido importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação dos trabalhadores através da terceirização dos serviços públicos por meio da subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras (Raichelis, 2018).

De acordo com os resultados da pesquisa realizada por Morais et al (2018) a natureza não lucrativa das OSs como entidades do “terceiro setor” é questionável, já que os autores rebatem essa classificação justificando o fato de estarmos numa sociedade conduzida pelo mercado. A pergunta que fica latente é o porquê dessas entidades estarem motivadas tão somente por valores da filantropia, da solidariedade social ou do interesse público? Assim, o papel conferido à sociedade civil toma forma cada vez mais em iniciativas privadas que se colocam como complementares ao papel do Estado, mas de um modo em que a provisão e a gestão de serviços ocorrem sob nítida dependência da esfera governamental. Nessa direção, foi possível observar que as organizações privadas ditas de interesse público – neste caso, as OSs – carecem de expressivas e permanentes transferências do fundo público para seu financiamento, expansão e consolidação. Em um sistema público de saúde como o SUS, no qual há um déficit de investimento quase incomensurável e cuja sobrevivência técnica e política permanece altamente dependente do setor privado, dá-se que as trocas mercantis estão imbricadas em todas as relações mantidas entre seus componentes público e privado (Morais et al, 2018).

Essa lógica progressiva que vem abarcando o setor da saúde expressa a intensiva mercantilização do SUS, impulsionada contraditoriamente na década de 1990, justamente no período de propagação de um sistema de saúde público, gratuito e de dever do Estado. Isso tem gerado muitas dificuldades e desafios profissionais. Todas as assistentes sociais entrevistadas fizeram menção às metas e ao desgaste provocado por esse recurso de intensificação e controle do trabalho.

(...) é um serviço desgastante e precisava ter mais respeito pelos profissionais. É a gente que vai para a rua, para as casas com péssimas condições de higiene, péssimas condições de vida, lugares insalubres, um calor danado, com jaleco, quente, cansa e estressa. As pessoas não veem, não se importam com isso, não dão um fresco e pensam "ah, já alcançamos nossa meta, vamos dar uma diminuída?" Não, quanto mais tem, mais quer. Se tiver que fazer 200 visitas domiciliares vai ser feito (Assistente Social 03).

A lógica quantitativa de cumprimento de metas se sobressai diante de um trabalho de qualidade. O trabalho fica resumido ao cumprimento dessas metas e para o Serviço Social, a visita domiciliar é o que quantifica o produto do trabalho. O que as entrevistadas relatam acima são os reflexos da falta de investimentos públicos nas políticas sociais, bem como, o sucateamento da política de saúde, que vem causando danos tanto para os profissionais, como para os usuários. A falta de condições de trabalho e a precarização dos vínculos contratuais expressam algumas das consequências do projeto neoliberal.

5- Considerações Finais

A conjuntura política e econômica atual do município do Rio de Janeiro é caótica, especialmente no que diz respeito ao provimento da saúde pública. Inúmeros cortes de recursos voltados para serviços essenciais para a população, que são considerados gastos e não investimentos, atingem violentamente os que mais precisam e usurpam não só os direitos sociais, como também o principal direito previsto na Constituição Federal de 1988: o direito à vida. As estratégias de diminuição dos ditos gastos públicos expressam os avanços das políticas neoliberais, que preconizam a lógica de privatização dos serviços de saúde, com intenso desmonte da política pública, universal e derresponsabilização do Estado.

Com base nos dados coletados, observa-se que os rebatimentos da precarização da política de saúde pública podem ser expressos no PADI, tanto pela redução de investimentos do Estado - para aquisição e melhoria de recursos materiais e humanos - como também na adoção de métodos de gerenciamento do trabalho e dos trabalhadores pautado por uma lógica produtivista e intensificadora - prioridade da gestão privada das OSs. Esse cenário reforça a política de saúde na perspectiva de mercado, onde o Estado se isenta e transfere a responsabilidade do cuidado para a família. Embora não seja o foco deste trabalho, a apropriação do tempo de trabalho não remunerado das famílias, sobretudo, o tempo das mulheres, é preocupante no contexto da Atenção Domiciliar e identificamos essa questão como um ponto chave para o trabalho dos assistentes sociais.

Para as famílias, a decisão de ir para casa e assumir a responsabilidade dos cuidados parece o caminho mais natural, e observamos uma contradição nesse sentido, por um lado, não há dúvidas da importância do retorno ao lar, mas por outro, a sobrecarga de cuidados é intensa. As famílias coparticipam e são sobrecarregadas ao mesmo tempo, mas

considerando toda a conjuntura exposta na dissertação, a sobrecarga tem destaque e prejudica a vida da população usuária do serviço analisado.

Pensar na consolidação de programas e serviços de Atenção Domiciliar que não sobrecarreguem as famílias significa pensar em equipes capacitadas, que entendam a realidade social do usuário e sua família como produto das relações contraditórias da sociedade capitalista, e não com visões de cunho moralista e conservador. Além da necessidade de articulação entre as políticas públicas (saúde, assistência social, habitação, educação, etc) que consigam garantir a integralidade de atenção ao usuário e sua família.

6- REFERENCIAS

ALMEIDA, N.L.T.; ALENCAR, M. M. T. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. O Social em Questão, a. XVIII, n. 34, 2015.

BRASIL. Portaria no 825, de 25 de abril de 2016. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0825_25_04_2016.html>. Acesso em: 07 jun. 2018.

DRUCK, G. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

GERHARDT, T. E.; D. T. SILVEIRA. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORAIS, H. M. M. de et al. Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000105017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2018. Epub Feb 05, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00194916>

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, p. 25-65, 2018b.

EDUCAÇÃO PERMANENTE, RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL

Marina Monteiro de Castro e Castro¹
Carina Bárbara de Carvalho Dornelas²
Flávia Fernandez Zschaber³

Eixo Temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

Resumo: O presente artigo apresenta elementos que articula o debate da educação permanente propiciada pelas Residências em articulação com o Serviço Social, com vistas a levantar elementos necessários a uma formação crítica para a área da saúde.

Palavras Chave: Educação Permanente, Residências, Serviço Social.

Abstract: The present article presents elements that articulate the debate of the permanent education offered by the Residences in articulation with the Social Service, with a view to elucidating elements necessary for a critical formation in the health area.

Keywords: Permanent Education, Residency, Social Work

INTRODUÇÃO

Na área da saúde a educação permanente é uma estratégia de formação que deve primar pela defesa dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e que, em articulação com o Serviço Social, necessita afirmar “o exercício profissional na perspectiva de defesa dos direitos na sociabilidade contemporânea” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 136).

¹ Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS).

² Acadêmica de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS).

³ Acadêmica de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS).

Diante do contexto de contrarreformas junto à política de saúde e educação, a educação permanente ocupa espaço de discussão como um campo de interesse teórico, metodológico e político-ideológico, uma vez que se desenvolve em meio a uma realidade de mercantilização da força de trabalho devido ao impulso a uma formação para o mercado que se desenvolve desde a instauração da ditadura no Brasil e se adensou com a perspectiva neoliberal a partir dos anos 1990.

Esta perspectiva impacta diretamente na redução dos direitos sociais, na precarização e flexibilização do trabalho, além do sucateamento de todas as políticas públicas em geral.

Todos os avanços conquistados na Constituição de 1988 vão enfrentar os desafios da sua implantação ou de possíveis retrocessos. O cenário neoliberal que vai exigir do Brasil uma série de ajustes em sua economia e também no papel do Estado, representa uma ameaça para a implantação de tais conquistas. Nesta década, é notória toda preocupação com a abertura comercial, ajustes fiscais, estabilização econômica, reformas, privatização de estatais entre outros. Essas questões vão exigir corte nos gastos públicos, ocasionado muitas vezes a desregulamentação das políticas e direitos sociais por meio da desresponsabilização do Estado e a transferência de responsabilidades para a sociedade civil e o terceiro setor (ANDRADE; GAMA. 2013, p. 4).

Neste contexto, como um campo diferenciado para o processo formativo, a educação permanente é vista para além das competências para inserção no mercado de trabalho sendo, sobretudo, uma formação crítica construída a partir das relações com os usuários e trabalhadores. Assim, necessita se contrapor às requisições do mercado de trabalho pautadas na eficiência e eficácia da produção, e também problematizar as requisições neoliberais perpassadas pelo enxugamento das políticas sociais, para que o profissional tenha uma formação que vá além da mera funcionalidade ao capital (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

É nessa circunstância que as Residências se apresentam como uma estratégia de mudança nos serviços de saúde, voltada para uma formação pautada nos princípios e diretrizes do SUS e que vá além da perspectiva curativa das doenças, com uma compreensão dos sujeitos em sua totalidade. Para isso, é fundamental a articulação com uma equipe profissional envolvendo as diversas áreas da saúde, com vistas a melhorias na qualidade dos serviços ofertados no que diz respeito a atenção integral à saúde, mas também na qualificação dos próprios profissionais (CLOSS, 2010).

Closs (2010) explicita que o processo de aprendizagem nesta modalidade de pós-graduação *lato sensu* tem a potencialidade de superação da distância entre ensino e serviço, com este último sendo um cenário de prática fundamental para a formação profissional a partir da vivência do trabalho. Dessa maneira:

As experiências criadas nos Programas de Residência indagam sobre as lacunas a serem superadas na Formação Profissional, ao mesmo tempo em que sinalizam para os limites e possibilidades de qualificação e mudança do trabalho no SUS, que devem ser alvo da Educação Permanente e da produção de conhecimentos na pós-graduação (CLOSS, 2010, p. 40).

Desta forma, as Residências tem se constituído importante espaço de educação permanente para os assistentes sociais desde final dos anos 2000, se colocando como uma estratégia de formação para a qualificação profissional a partir das práticas de saúde e das demandas da população usuária, enfocando as necessidades expressas através das realidades locais e regionais (CLOSS, 2010).

DESENVOLVIMENTO

A educação permanente na saúde deve se desenvolver ancorada ao próprio trabalho “que implica apreender e fortalecer o trabalho em saúde na sua dimensão criativa, valorizando o potencial educativo que dele emerge para a qualificação do atendimento às necessidades em saúde” (CLOSS, 2010, p. 24).

Como forma de potencializar essa formação profissional, é importante que esta seja orientada e norteada pelos princípios do SUS, pelo conceito ampliado de saúde e pela atuação multiprofissional (CASTRO, 2013). Esta articulação permite o desenvolvimento de um trabalho no qual os usuários são percebidos nas suas múltiplas esferas, sendo levada em consideração a influência dos diversos determinantes sociais na vida dos cidadãos.

Um dos princípios do SUS e da Reforma Sanitária que deve orientar a formação em saúde é a integralidade, não desconectado de outros como a universalidade e equidade. Tem-se por definição de integralidade “um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (BRASIL, 1990). Ou seja, este princípio constitucional necessita nortear a construção das políticas de saúde e o processo formativo, no qual o SUS é responsável (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

A preocupação com a educação permanente na modalidade Residências é derivada das orientações apontadas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde (NOB/RH- SUS) e pelo relatório da Conferência Nacional de Recursos Humanos que ocorreu no ano de 1993, momento em que foi possível identificar a defasagem na qualificação dos profissionais para uma atuação que visasse uma

integralidade na atenção à saúde. A partir dessa análise, foram implantados cursos de especialização no campo da saúde, que tinham como norte fortalecer as políticas públicas e formar profissionais que tivessem uma atuação voltada para as diretrizes do SUS.

A formação para a saúde teve, assim, um maior destaque a partir da ampliação de políticas e iniciativas voltadas pra formação dos trabalhadores.

São expressões dessas iniciativas o projeto Reforsus (Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde), em 2002, a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), em 2003, e, finalmente, a Lei n. 11.129/2005, que criou a residência em área de saúde e instituiu a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) (MENDES, 2013, p.184).

Além da proposta dos cursos de especialização, nos anos 2000 a residência multiprofissional em saúde (RMS) ganhou uma mudança em seu direcionamento teórico-prático (SILVA; BROTO, 2016).

Nessa conjuntura, os programas de RMS foram pensados com o objetivo de contribuir para a revisão do modelo assistencial, na medida em que podem formar um novo perfil do profissional de Saúde, preparado para responder às reais necessidades de Saúde dos usuários, tendo em vista a atual centralidade da expansão da atenção básica, a partir do modelo assistencial da Estratégia Saúde da Família (ESF) no país. Essa realidade demanda a formação de um perfil profissional diferente do que tem sido apresentado pelas graduações, geralmente muito especializadas. Diante desse fato, há uma preocupação em investir na formação de profissionais que estejam capacitados a intervir de forma multiprofissional (SILVA; BROTO, 2016, p. 130).

Esse processo desencadeia um movimento que tensiona para o fortalecimento das Residências como uma construção de educação permanente voltada pra uma atuação assistencial integral, ou seja, capaz de atender as necessidades em saúde postas pelos sujeitos, com o reconhecimento e a valorização da articulação do setor educacional com o da saúde.

No ano de 2005, com base no art. 13 da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, os programas de Residência Multiprofissionais passam a ser reconhecidos como uma “modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a médica” (BRASIL, 2005).

De acordo com a Portaria Interministerial MEC/MS Nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, os programas têm duração mínima de 02 (dois) anos e carga horária de 60 horas semanais, envolvendo atividades práticas (80%) e atividades teóricas ou teórico-práticas

(20%). Estas devem contemplar debates específicos de cada área de concentração profissional, mas também discussões no campo da saúde coletiva, entendendo a importância da integralidade do cuidado à saúde e também a necessidade de elaboração de novas estratégias profissionais, uma vez que articula a inserção no cotidiano do exercício profissional na saúde com as discussões sobre o trabalho, com a finalidade de propiciar melhorias nas ações realizadas (VARGAS, 2011, p.12).

Esta modalidade de pós-graduação exige um regime de dedicação exclusiva, que conta com a supervisão acadêmica (tutoria) e de campo (preceptoria), com a articulação entre os setores da saúde e educação (BRASIL, 2005).

Os programas são destinados à profissionais da saúde, dentre eles, o assistente social, contemplando os seguintes eixos norteadores:

- I - cenários de educação em serviço representativos da realidade sócio-epidemiológica do País;
- II - concepção ampliada de saúde que respeite a diversidade, considere o sujeito enquanto ator social responsável por seu processo de vida, inserido num ambiente social, político e cultural;
- III - política nacional de gestão da educação na saúde para o SUS;
- IV - abordagem pedagógica que considere os atores envolvidos como sujeitos do processo de ensinoaprendizagem-trabalho e protagonistas sociais;
- V - estratégias pedagógicas capazes de utilizar e promover cenários de aprendizagem configurados em itinerário de linhas de cuidado, de modo a garantir a formação integral e interdisciplinar;
- VI - integração ensino-serviço-comunidade, por intermédio de parcerias dos programas com os gestores, trabalhadores e usuários;
- VII - integração de saberes e práticas que permitam construir competências compartilhadas para a consolidação da educação permanente, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, de trabalho e de gestão na saúde;
- VIII - integração dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde com a educação profissional, a graduação e a pós-graduação na área da saúde;
- IX - articulação da Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde com a Residência Médica;
- X - descentralização e regionalização, contemplando as necessidades locais, regionais e nacionais de saúde;
- XI - estabelecimento de sistema de avaliação formativa, com a participação dos diferentes atores envolvidos, visando o desenvolvimento de atitude crítica e reflexiva do profissional, com vistas à sua contribuição ao aperfeiçoamento do SUS;
- XII - integralidade que contemple todos os níveis da Atenção à Saúde e a Gestão do Sistema (BRASIL, 2009, s/p).

Neste sentido, é fundamental tratar nos projetos pedagógicos da Residência, a construção da proposta da Reforma Sanitária dos anos 1970/80, entendendo o Estado como uma arena de luta e refletindo a respeito da disputa ideológica intrínseca ao setor saúde e

de educação. Cabe, portanto, compreender que: “a unidade política da ação estatal está garantida tanto pela ideologia da neutralidade, da qual o pessoal do Estado é seu suporte material, como pela recriação das condições de seletividade estrutural pela qual os interesses gerais da classe são, a longo prazo, preservados” (TEXEIRA, 2011, p. 44).

Ou seja, estamos indicando que os programas de residência constituem um espaço de suma importância para o processo de formação profissional na área da saúde, porém se colocam também no centro da arena de disputas políticas, ideológicas e econômicas, enfrentando desafios que são intensificados pela contrarreforma do Estado.

O que se expressa atualmente é a diminuição do espaço público, com expressivo enxugamento dos direitos conquistados, principalmente em relação ao acesso de forma universal aos serviços de saúde, área na qual os/as assistentes sociais são inseridos – dentre outras formas – por meio das residências (CFESS, 2017).

No campo do Serviço Social é no final dos anos 2000 que se inicia a reflexão sobre a educação permanente, sendo esta entendida como uma possibilidade para pensar o fazer profissional e sua dimensão investigativa através da reflexão crítica sobre o processo de trabalho, “tendo em vista que a formação não se encerra na academia, [e] a construção dos saberes sobre a ação profissional na dinâmica social exige um aprimoramento intelectual” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 154), que possibilita a melhoria na qualidade dos serviços.

Este processo coincide com a ampliação da inserção do Serviço Social nos Programas de Residência, - que abriu o debate sobre a educação permanente nesses espaços formativos.

A questão posta era a necessidade de afirmar uma formação de qualidade para que a/o assistente social pudesse intervir de maneira qualitativa na realidade, problematizando as condições de trabalho e a focalização e seletividade das políticas sociais, com vistas a afirmar o projeto ético político profissional. “Portanto, diante das implicações do neoliberalismo para a atuação e formação profissional, o/a assistente social tem o compromisso ético-político de fazer uma leitura constante e crítica da realidade social por meio da articulação de seu conhecimento teórico-prático” (ANDRADE; GAMA, 2013, p. 9-10).

Nesse sentido, inseridos nas Residências, as/os assistentes sociais precisam enxergar para além da aparência e compreender as determinações sociais existentes na realidade para intervir de forma condizente com os valores defendidos pela categoria profissional. Logo, necessita de uma qualificação tanto prático-operativa como teórico-metodológica (SIMIONATTO, 2009). Compreender estes elementos significa entender que:

A realidade [...] do capitalismo é “totalizante” em formas e graus sem precedentes. Sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social. É entender esse sistema “totalizante” requer exatamente o tipo de “conhecimento totalizante” que o marxismo (WOOD, 1999 *apud* LACAZ, 2001, p. 238).

De acordo com Castro (2013, p. 4), o processo formativo para a saúde necessita contemplar, assim, o “pensamento crítico e produtivo, o ensino em consonância com o serviço, a conscientização (...) frente à realidade da população, a autonomia individual e coletiva, o aprendizado baseado nos problemas da população assistida”.

Torna-se necessário ainda que a/o assistente social tenha clareza de seu exercício profissional – pautado/a no Projeto Ético-Político e Código de Ética profissional – para não reproduzir no seu cotidiano de trabalho valores que reforcem uma perspectiva conservadora. Para isso, ter como norteador o Projeto Ético-Político, contribui para construir mediações entre o projeto profissional e o projeto de sociedade que queremos construir.

CONCLUSÃO

Neste artigo, buscamos apresentar alguns elementos que problematize a educação permanente na modalidade de Residências, uma vez que este tem se constituído um importante espaço de inserção dos assistentes sociais.

A implantação das Residências e sua proposta formativa são tensionadas pelas contrarreformas na política de saúde e educação, com disputa de diferentes projetos para ambos os setores. Por isso, refletir sobre uma formação crítica efetiva é necessário, visto que os cenários de prática são permeados de elementos conjunturais que demandam novas respostas na intervenção profissional e que necessitam de educação permanente para enfrentamento consciente da realidade profissional (FONSECA, 2016).

Defendemos que as Residências são importantes estratégias de educação permanente, tendo em si uma potencialidade formativa que pode contribuir para que os assistentes sociais desenvolvam um conjunto de competências e habilidades que contribuam para o fortalecimento da política pública de saúde e do projeto ético político da profissão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. R.; GAMA, J. R. M. *Política de saúde e o contexto neoliberal: aspectos da formação/atuação do/da assistente social na residência multiprofissional em saúde*. Anais. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). São Luís/Maranhão, 2013.

BRASIL. *Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> acesso em 21 de maio de 2019.

_____. *Lei nº 11.129*, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis no s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jul. 2005. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-normaatualizada-pl.html>>. acesso em: 22 de abril de 2019.

_____. Portaria Interministerial MEC/MS Nº 1.077, DE 12 de novembro 2009. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15462-por-1077-12nov-2009&Itemid=30192> acesso em 14 de abril de 2019.

BRITES, C. M. Valores, Ética direitos humanos e lutas coletivas: um debate necessário. In: FORTI, V. BRITES, C. M. (Org). *Direitos humanos e Serviço Social: polemicas, debates e embates*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CASTRO, M. M. C. Formação em saúde e serviço social: as Residências em questão. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 349 - 360, jul./dez. 2013.

CECCIM, R. B. FEUERWERKER, L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.20, n. 5, p.1400-1410, set-out, 2004.

CLOSS, T. T. O Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde na Atenção Básica: formação para a integralidade? *Dissertação* (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/473/1/426179.pdf>>. acesso em 04 de maio de 2019.

LACAZ, F. A. C. O sujeito N(D) a Saúde Coletiva e pós-modernismo. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. v. 6, nº.1, p.233 -242, 2001.

MENDES, A. G. Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social. In: SILVA, L. B.; RAMOS, A. *Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas: Reflexões Críticas sobre a Prática Profissional*. São Paulo: Papel Social, 2013.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

NASCIMENTO, C. C. S; OLIVEIRA, C. M. Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun, p. 133-165, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista e sua influência teórico-política. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

TEIXEIRA, S. F. Reflexões teóricas sobre a democracia e reforma sanitária in: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária em busca de uma teoria*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF



APOIO



TRABAJO SOCIAL ARGENTINO Y PROCESO DE RECONCEPTUALIZACIÓN

Carina Berta Moljo

José Fernando Siqueira da Silva

Margarita Rozas Pagaza

Roberto Orlando Zampani¹

Resumen – Esta ponencia debate el Trabajo Social argentino entre las décadas de 1960 y 1980. Además, analiza el proceso de reconceptualización en ese país y sus dilemas como parte del Movimiento de Reconceptualización latinoamericano en el contexto de la mundialización capitalista-monopolista tardía y sus expresiones en América Latina.

Palabras-clave – Trabajo Social Argentino; Movimiento de Reconceptualización; América Latina.

Abstract - This presentation discusses Argentine Social Work between the 1960s and 1980s. In addition, it analyses the process of reconceptualization in that country and its dilemmas as part of the Latin American Reconceptualization Movement in the context of late capitalist-monopoly globalization and its expressions in Latin America.

Keywords – Argentine Social Work; Reconceptualization Movement; Latin America.

¹ Carina Berta Moljo - Trabajadora Social (UNR, Argentina). Doctora en Trabajo Social (PUC-SP). Docente-investigadora de la Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Email: carinamoljo@uol.com.br; José Fernando Siqueira da Silva – Trabalhador Social (UNESP-Franca). Doctor en Trabajo Social (PUC-SP). Docente-investigador de la Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca - grado) y de la Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP - postgrado). Email: jfernandoss@terra.com.br; Margarita Rozas Pagaza – Doctora en Trabajo Social (PUC-SP). Docente-investigadora de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Email: margaritarozaspagaza@gmail.com; Roberto Orlando Zampani – Trabalhador Social de la municipalidad de Rosario. Docente-investigador de la Escuela de Trabajo Social – Facultad de Ciencia Política – de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Email. rzampani@hotmail.com.

I. Introdução

La propuesta de este artículo es debatir el Trabajo Social argentino entre los años 1960 y 1980 y resaltar las particularidades del Movimiento de Reconceptualización latinoamericano en ese país². Inicialmente serán elaborados comentarios sobre el “piso sociohistórico” que sustentó ese movimiento en América Latina y en Argentina: la era monopolista tardía del capitalismo mundial y el debate entre las tesis desarrollistas y aquellas basadas en la convivencia o la crítica a la dependencia. El texto trata, aún, del contexto político y social argentino y de las influencias del Movimiento de Reconceptualización en ese país. Son perquiridas las influencias teóricas, las relaciones establecidas con los militares, políticos y religiosos y la participación de grupos armados o organizaciones político-militares. A continuación, el proceso de reconceptualización es analizado en su momento histórico considerando libros, documentos de la época y publicaciones actuales que contribuyen con la reconstrucción de aquel periodo.

El artículo aquí presentado es parte de un estudio colectivo que tiene como objetivo reconstruir el Movimiento de reconceptualización en América Latina y sus interlocuciones con determinados países europeos y de América del Norte. Esta investigación es coordinada por las profesoras Marilda Vilela Iamamoto y Claudia Mônica dos Santos, financiada por el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq – Brasil).

1. Desarrollismo, dependencia y renovación del Servicio Social latinoamericano

El Servicio Social no se explica por si mismo, endógenamente. Los estudios sobre la génesis, el desarrollo y la renovación de esta profesión, hasta los días actuales, deben tener un cuidado esencial: reconstruir mentalmente procesos objetivamente existentes como parte constituyente de una totalidad social históricamente determinada (MARX, 1989), procesos estos que se particularizan basados en condiciones específicas no menos importantes. Se trata, por tanto, de un proceso material, socialmente determinado, basado en condiciones históricas muy bien definidas: la sociedad burguesa monopolista (NETTO, 1992), en sus diferentes tiempos, marcado pela lucha de clases, inscrito en la división social y técnica del mundo laboral, como especialización del trabajo colectivo (IAMAMOTO, 2007)³. Lo que se busca es revelar las mediaciones capaces de explicar las particularidades de procesos

² El Movimiento de Reconceptualización tuvo espacio y tiempo bien definidos: ocurrió en el continente latinoamericano en un periodo ubicado, en general, entre 1965-1975 (NETTO, 1981, p. 60). Tenía como propuesta contrarrestar las tesis del Servicio Social tradicional, es decir, aquel estructuralmente vinculado a las protoformas de esta profesión.

³ Es importantes destacar la relevancia y el carácter inacabado de dos tesis importantes para el Trabajo Social: a) la génesis de la profesión en la era monopolista del capital (propuesta por José Paulo Netto; b) el Trabajo Social como profesión inserta en la división social y técnica del trabajo en el capitalismo, como determinada especialización del trabajo colectivo (originalmente desarrollada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho). Eso, por supuesto, no elimina (al revés, confirma) la necesidad realizar investigaciones que reconstruyan las particularidades de esas tesis en diferentes regiones del planeta.

universales, específicamente en la diversa América Latina, considerando el Trabajo Social como parte de esa compleja dinámica (LUKÁCS, 1981, p. 109-131; 2010, p. 58).

El Movimiento de Reconceptualización es un complejo social que compuso parte de la realidad de los países latinoamericanos en un momento histórico determinado. No debe ser únicamente explicado como un movimiento interno a la profesión (reeditando determinado tipo de endogenía), como parte de un protagonismo exclusivo de profesionales y vanguardias. Se trata, por supuesto, de un proceso compuesto por profesionales, cuadros intelectuales y militantes, apoyado en entidades latinoamericanas que representaban la profesión⁴, aunque estos aspectos solamente se expliquen en una totalidad histórica determinada para más allá de la profesión. El Trabajo Social argentino, su reconceptualización en el ámbito del Movimiento de Reconceptualización latinoamericano, compone esa compleja dinámica⁵.

Mientras da génesis de la profesión en el mundo estuvo estructuralmente articulada a la fase monopolista-fordista del capitalismo (típica de determinado momento del imperialismo mundial – LENIN, 2008; GRAMSCI, 1989), el Movimiento de Reconceptualización en América Latina y sus tendencias renovadas, objetivadas en esa parte del continente latinoamericano, fueron tejidas en la fase tardía del capitalismo (MANDEL, 1985). Este momento fue caracterizado por la modernización conservadora, mundialmente en curso en la segunda mitad de los años 1960, y por la profundización del proceso de lucha de clases en el escenario de la Guerra Fría, periodo caracterizado por el fin de la “ola larga” de crecimiento de la economía capitalista iniciada en el post Segunda Guerra Mundial (MANDEL, 1985, p. 75-102).

Ernest Mandel (1985) resalta la necesidad de explicar los elementos que determinaron, ya en fines del siglo XIX y durante todo el siglo XX, la alta capacidad del capital se producir y reproducir a partir de sus crisis. El autor explica que este complejo proceso no es determinado por evoluciones lineales, previsibles, ubicadas en el campo de la economía-política burguesa (como expresión mono-causales de las “olas largas”). Al revés, se explica por su dinamismo, su capacidad de lidiar y superar inestabilidades, movilizarse a partir de la compleja dinámica que determina la composición orgánica del capital (MARX, 1983 a y b), cuya articulación entre capital constante (en general utilizado a la renovación y recomposición de tecnologías – como capital fijo – y compra de materias primas) y capital

⁴ La Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets), fundada en 1965 – hoy, Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (Alaeits) – y el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), criado en 1975, fueron importantes protagonistas.

⁵ Netto (1981, p. 60) destaca que el Movimiento de Reconceptualización – que no se confunde con las propuestas de renovación del Servicio Social tradicional – “[...] foi sempre uma mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; [...] debateu-se numa ambiguidade que nunca foi clarificada; gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais (modernização), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (ruptura).”

variable (destinado al pago de la fuerza laboral), ni siempre es controlable por la burguesía y sus fracciones más privilegiadas. En ese proceso actúa la organización de los trabajadores, la lucha de clases, crecientemente afectada a partir de la crisis de los años 1970, después de la estagnación económica ya sentida mundialmente en fines de los 1960. Esta tensión tuvo consecuencias drásticas en la economía latinoamericana en fines de los años 1970 y en la década de 1980. Marcó el inicio de la decadencia de las dictaduras cívico-militares en Brasil y el inicio de otras tales como las de Chile y Uruguay en 1973 y en Argentina en 1976 (en esos países, sobre todo en Chile, como un laboratorio de las experiencias neoliberales, ultraliberales). Por diferentes caminos y en tiempos diversos el capitalismo realizó su modernización conservadora en Latinoamérica. Lo hizo, por supuesto, a partir del legado hipertardío de la revolución burguesa en esa parte del globo, su tradición colonial y dependiente (MARINI, 2014; FERNANDES, 1987, 2009).

Debatiendo las tesis de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) acerca del subdesarrollismo latinoamericano, Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto (1977) elaboraron una versión propia de la teoría de la dependencia. Los autores, en general, relacionaron las causas del subdesarrollismo a la dependencia de las economías en América Latina, destacando la relación entre ellas. Todavía, insisten que ese modelo es “típico” de esa realidad y que el camino posible y útil para América Latina es la integración asociando intereses internos y externos. La propuesta concluye en favor de la tesis de que dependencia y desarrollo pueden completarse positivamente expresando un tipo de “desarrollo posible”. Práctica y objetivamente: la modernización conservadora hecha dentro de las fronteras de la dependencia, sin rupturas traumáticas.

Aunque por caminos diversos, no excluyentes, Ruy Mauro Marini y Florestan Fernandes desarrollan alternativas opuestas a las de Cardoso y Faletto. Los dos autores resaltan la perversidad de la dependencia latinoamericana, sus obstáculos para un proyecto nacional desarrollista en la región, además de recalcan las consecuencias de esto para la constitución de las clases sociales y para la clase obrera del centro-sur del continente latinoamericano. Mientras el primer autor desarrolla las nociones de superexplotación de la fuerza laboral y de subimperialismo en el proceso de constitución dependiente de la América Latina (MARINI, 2014, p. 164-177), sus luchas revolucionarias, el segundo debate los caminos objetivamente posibles, factibles, para el desarrollo latinoamericano. Florestan igualmente insiste en la necesidad de la superación de la dependencia, construida en una relación dialéctica entre el arcaico y el nuevo, por la vía colonial, componente intrínseco de la dinámica impuesta por el capitalismo mundial en su fase tardía (FERNANDES, 2009).

Ruy Mauro Marini hace críticas radicales a las ilusiones vinculadas a las posibilidades del capitalismo dependiente dinamizar el mercado interno, promover la movilidad social de

forma consistente y permanente y sustentar el desarrollo nacional de los países latinoamericanos. Además, contrarresta las tesis sobre la “desindustrialización” y sobre la existencia de una “nueva clase media” que obscurecen el subdesarrollo y la dependencia. Para Marini, la ruptura con el subdesarrollo exige la superación de la dependencia. El autor insiste que la profundización del proceso de industrialización en los países centrales y su necesaria infraestructura (particularmente aquella relacionada con la industria pesada), escenario adensado a partir de la Segunda Guerra Mundial, infló la demanda mundial por materias primas y alimentos, bien como permitió que la economía latinoamericana pasara por un momento de expansión.

Florestan Fernandes, en un conjunto de conferencias impartidas y documentadas en el mismo período (años 1960), reconoce explícitamente los serios problemas causados por la dependencia al continente latinoamericano. Estudiando las burguesías y sus fracciones, asociadas a los representantes del grande capital externo (tema que profundiza en sus investigaciones sobre las clases sociales en América Latina), el autor insiste que *“a dependencia e o subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados”* (FERNANDES, 2009, p. 34, p. 48-49), aunque el imperialismo tenga *“limitado a amplitude dentro da qual a iniciativa privada⁶ poderia desempenhar suas funções construtivas e inovadoras”* (FERNANDES, 2009, p. 36). Florestan también reconoce que la alternativa revolucionaria, de ruptura radical con la dependencia y crítica a la modernización conservadora, es la que mejor representa los intereses de “los de bajo” en el cono centro-sur de América, aunque - más optimista que Marini - no desconsidere posibilidades contenidas en un modelo que denominó como “nacionalismo revolucionario”, sustentado en otro tipo de “capitalismo de Estado” (FERNANDES, 2009, p. 39)⁷.

El Movimiento de Reconceptualización latinoamericano, como proceso particular, se objetivó diversamente en esa parte del continente americano, estimulado y alimentado directamente por el recrudecimiento de la inestabilidad social ya claramente adensada en la segunda mitad de los años 1960. Ese periodo fue marcado por la estagnación de la “ola larga” de crecimiento iniciada a partir de la reconstrucción de Europa, por la Guerra Fría, por la reorganización de las izquierdas en el continente (en que Cuba se constituyó en el ejemplo más radical), por la articulación de proyectos societarios diversos que tenían críticas al imperialismo estadounidense y al proceso de industrialización orientado por la modernización conservadora y dependiente. Este escenario cuestionó profundamente el Servicio Social tradicional, los impulsos renovadores puntuales realizados antes de la década de 1960 y sus bases edificadas a partir de las condiciones monopolistas-fordistas.

⁶ En América Latina.

⁷ Se trata de un debate absolutamente actual y abierto a las izquierdas.

Por ello, impuso la necesidad de una articulación interna-externa que pudiera contestar más adecuadamente las demandas objetivamente puestas a la profesión a partir de la segunda mitad de los años 1960. Las alternativas nacientes se refractaron en orientaciones profesionales diversas (siempre renovadas), estuvieran ellas comprometidas con el campo de la modernización conservadora, su relativo cuestionamiento o su crítica más radical.

II. El escenario político de la Argentina de los 1960 e 1970

Los párrafos anteriores trataron del debate que antecedió los 1960, posterior a la Segunda Guerra Mundial, analizando el crecimiento económico de este periodo, las luchas y el debate trabado en el continente, y la profunda crisis mundial del capital claramente expuesta en el inicio de los años 1970. Hasta ese momento, Argentina realizaba políticas desarrollistas que, como parte del escenario mundial, llegaba a su agotamiento. Las estrategias golpistas recrudecieron con la deposición del presidente Arturo Umberto Illia Francesconi (1963-1966) y la ascensión del dictador Juan Carlos Onganía (1966-1970), gobierno que antecedió la sangrienta dictadura cívico-militar de 1976⁸. El organiato fue implacable con los trabajadores, con los estudiantes y con los intelectuales. Intervino en las universidades con extrema violencia lo que generó la renuncia masiva y el exilio de muchos profesionales. Mientras más se prohibía el espacio de expresión popular, más se radicalizaban las acciones de la juventud a través de sus organizaciones.

Es importante destacar que el escenario sociopolítico vivido en esa época era de profunda efervescencia social. De hecho, en ese momento, el mundo y el continente americano iniciaba un periodo marcado por profundas transformaciones: la Revolución Cubana, la Guerra del Vietnam, el mayo francés, los procesos de lucha y descolonización colonial en África, la llegada de Allende al gobierno en Chile, la Revolución Cultural en China, bien como una profunda transformación cultural en las costumbres. Es decir, se vivía un ambiente cultural que indicaba que la revolución era posible y que había llegado la hora de cambiar el orden en curso (HOBSBAWM, 1997, p. 433)⁹.

El cierre de los espacios públicos es acompañado, a la vez, por la creación de espacios informales, paralelos, de estudios, militancia y organización, críticos al “cientificismo” de las universidades, con estímulos a la producción de conocimientos científicos más acercados a la realidad latinoamericana. Aunque los procesos de revisión tengan impactado las Ciencias Sociales en general, el alcance de la reconceptualización en

⁸ A partir de la primera mitad de los años 1960, la América Latina, por diferentes caminos, pasaría por gobiernos de excepción apoyados y sustentados por el imperialismo estadounidense, claramente o informalmente constituidos, cívico-militares o aparentemente cívicos sustentados en la formalidad democrática.

⁹ No hace parte de la propuesta de este artículo mapear la riqueza sociocultural de este momento histórico. Ella fue sentida mundialmente, involucró diferentes segmentos sociales – también en América Latina –, refractándose en la cultura, en las expresiones artísticas, en la política, entre otras áreas. Afectó profundamente las costumbres y las relaciones de género marcadas, inclusive, por la descubierta de los anticoncepcionales que alteró profundamente el comportamiento sexual de las mujeres.

el Servicio Social y sus desdoblamientos fueron significativos y diversos. En ese contexto se produjo la primera aproximación con la teoría social de Marx, mismo que de forma enviejada, poco sustentada en los estudios originales marxianos, reproduciendo cierto tipo de “marxismo sin Marx” (NETTO, 1988). Los grupos de estudios, en muchas situaciones, funcionaban como una vía de entrada a la militancia una vez que se entendía que no bastaba conocer la realidad, pero actuar en ella. En es periodo las organizaciones político-militares, armadas, nacen en Argentina, desde diversas y heterogéneas tendencias inicialmente influenciadas por la resistencia peronista, hasta otros grupos inspirados en la experiencia cubana y en las acciones guerrilleras comandadas por Che Guevara en Bolivia¹⁰. Estas organizaciones en Argentina tenían como justificativa la intensa represión desencadenada durante el gobierno de Organía y la convicción de que no era posible construir una sociedad justa dentro de las fronteras de la sociedad burguesa. En ese complejo contexto son forjadas las acciones de grupos armados que ingresan en la lucha en el escenario político post 1969¹¹. Diversas protestas populares se intensificaron en Argentina, entre ellas el Cordobazo y el Rosariazo, movimientos que unieron, por la primera vez, los movimientos estudiantil y obrero¹².

Héctor José Cámpora, del Partido Peronista, asume la presidencia de la nación en 1973. Hubo un clima de alegría general, palabras de orden que defendían “liberación o dependencia”, pero la primavera terminó muy temprano. Cámpora renunció en favor de un nuevo proceso electoral que llevaría Juan Domingo Perón – que regresaba del exilio – y su esposa Isabel Matinez de Perón, al poder. Perón fallece poco después y los grupos reaccionarios y más conservadores asumen el poder¹³. Desde 1974, los enfrentamientos pasaron a ser cada vez más intensos. El espacio público, a la vez, se cierra y el clima de militarización se adensa. Los grupos paramilitares, especialmente la Alianza Anticomunista Argentina (Triple A), intervenían abiertamente en las universidades y en la vida pública, generando temores en la sociedad. La tragedia anunciada se objetivó en 24 de marzo de 1976, periodo en que los militares tomaran el poder en el país e iniciaron uno de los momentos más violentos de la historia argentina de los últimos tiempos. El terrorismo, las desapariciones, las muertes recrudescieron como prácticas comandadas por el estado autoritario. No sería diferente con el Servicio Social y con aquellos militantes a él vinculados: el legado crítico, aquí, también debería ser combatido y aniquilado. Los impactos a las

¹⁰ Conferir Filiberto y Armida (2000).

¹¹ Inicialmente surgieron varios grupos armados. Todavía, de acuerdo con los estudios de Viano (2000), solamente seis de ellos tuvieron alcance nacional: Montoneros, Partido Revolucionario del Pueblo, Ejercito Revolucionario Popular (PRTERP), Fuerzas Armadas de Liberación (FAL), Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) y Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR).

¹² Ver: Antognazzi (1995), entre otros.

¹³ Sería interesante analizar cuidadosamente la relación de Perón con los sectores de izquierda dentro del propio peronismo. Como se sabe, Perón jamás aceptó las “invasiones marxistas” en el movimiento.

diversas escuelas del país fueron diferenciados: algunas escuelas de Trabajo Social sufrieron intervención y otras fueron simplemente cerradas¹⁴. Por supuesto que el debate realizado en el interior de Servicio Social fue abruptamente interrumpido y las perspectivas críticas silenciadas.

III. El Movimiento de Reconceptualización en Argentina

Se analizó, hasta este momento, el contexto en lo cual se desarrolló el Movimiento de Reconceptualización. Es importante explicar en que se constituyó ese movimiento en el ámbito de Trabajo Social argentino como parte de las Ciencias Sociales (que también pasaban por revisión general), considerando la influencia sociocultural de la época. Se trata, sin duda, de un periodo que puede ser caracterizado como de “florecimiento” de cierto tipo de Trabajo Social que buscaba su identidad latinoamericana (MOLJO, 2005).

Aunque sea absolutamente necesario reconocer las particularidades de esta crítica y de las luchas emprendidas en la diversa formación sociohistórica de los países latinoamericanos, es importante resaltar que el sentimiento de unidad entre las naciones de este continente y su ideario antiimperialista (antiestadunidense) fueron típicos de la “generación 65”, considerando el heterogéneo y complejo Movimiento de Reconceptualización en América Latina¹⁵.

Al tratar de la reconceptualización, Diego Palma (1977) plantea dos rasgos importantes: a) ella emerge a partir de un desencantamiento con el Servicio Social tradicional hacia alternativas de transformación social; b) se desarrolló en países en que hubo una intensificación de la lucha de clases, dinamizándose a partir de grupos concentrados en las universidades y en sectores de la Iglesia Católica orientados por la teología de la liberación. Por ello, ni todo que se construía en ese periodo como renovación puede ser denominado como parte del Proceso de Reconceptualización, mismo que determinados sectores conservadores de la profesión se hayan autoproclamados reconceptualizados¹⁶. Como plantea Alayón (2005, p. 10), es

(...) oportuno destacar las grandes influencias teóricas y políticas que recibió el Movimiento. Los principales aportes provinieron de la teoría de la dominación y la dependencia, del marxismo, de las propuestas “concientizadoras” del pedagogo brasileño Paulo Freire y también de la teología de la liberación.

Con base en esas influencias y en el proceso de ruptura con las tendencias modernizadoras del desarrollismo que este movimiento se forma y se desarrolla en

¹⁴ De acuerdo con los estudios de Castronovo (1999, p. 8), de 45 escuelas de Trabajo Social existentes, 14 fueron cerradas o suspendieron su funcionamiento. Las universidades sufrieron intervención a partir de 1975.

¹⁵ José Paulo Netto (1981, p. 60) reconoce el carácter heteróclito de este movimiento, sus diferentes abordajes de izquierda, además la polémica – aún abierta – sobre la posibilidad o no de incorporar, en su interior, el nacimiento de perspectivas renovadoras, modernizadoras y desarrollistas como alternativas al Servicio Social tradicional.

¹⁶ Aunque ese tema merezca mayores cuidados investigativos-analíticos.

Argentina. Lo que hubo fue una relación de negación-superación de las tendencias desarrollistas en el proceso de reconceptualización del Trabajo Social en Argentina, ya que tales tendencias deben ser explicadas a partir del debate inicialmente realizado en los marcos de las tesis desarrollistas. Las dos propuestas fueron gestadas en el mismo periodo, inspiradas en orientaciones teóricas diversas, experiencias prácticas heterogéneas y por el “espíritu” de la época. Ellas convivieron y se negaron, realizando una interlocución necesaria.

Para Aquin (2005, p. 21), el movimiento tuvo su génesis como parte de un proceso de radicalización más amplio de las Ciencias Sociales y de la sociedad en general. Para ella, las influencias de la reconceptualización fueron negativas: el mayo francés, la teoría de la dependencia, el marxismo como socialismo científico en oposición al socialismo utópico, entre otras influencias de la época. La reconceptualización, destaca Aquin,

(...) puede considerarse como una disconformidad con el saber académico instalado y como una crítica negativa tanto al ejercicio profesional como a los arreglos institucionales en que tal ejercicio tiene lugar.

Para Natalio Kisnerman (2005, p. 5), la reconceptualización fue orientada por un debate progresista en Argentina, por cierta literatura ubicada más a la izquierda, aunque no necesariamente marxista y marxiana.

Nadie puede negar que la Reconceptualización fue el producto de una actitud crítica frente al modelo positivista-funcionalista. Y la afirmación de un Trabajo Social consubstanciado con lo latinoamericano, frente a las embestidas dominantes del poder norteamericano.

José Paulo Netto (2005, p. 76-77), resalta que el Movimiento de Reconceptualización propició conquistas importantes para la profesión. Destaca algunas de ellas: a) una nueva concepción de unidad latinoamericana; b) la explicitación de la dimensión política de la acción profesional; c) la interlocución con las Ciencias Sociales; d) el pluralismo profesional; e) la reconceptualización se ubica en un punto muy preciso (y esa es su principal conquista): la recusa de los trabajadores sociales se identificaren como agentes técnicos puramente ejecutivos. Los profesionales se involucraron con actividades de planeamiento, para más allá de los niveles de intervención microsocial, valorando y estimulando el estatuto intelectual (incluso la investigación). Netto (2005, p. 77) insiste en la tesis – pertinente – de que el proceso de reconceptualización asentó sus bases en la recualificación profesional, rechazando la sumisión socialmente establecida entre los trabajadores sociales (los de la práctica) y los científicos sociales (los teóricos)¹⁷.

Una de las expresiones más relevantes del Movimiento de Reconceptualización en Argentina fue el Instituto de Servicio Social, conocido como Instituto Bolívar, base del grupo Ecro, que cuestionaba el tipo de formación profesional elaborada y practicada en ese país.

¹⁷ Todavía, en el mismo texto, el autor destaca las particularidades del impacto del Proceso de Reconceptualización en Brasil (NETTO, 2005, p. 81). Esta observación refuerza la necesidad de estudios más densos sobre la diversidad del significado de este movimiento en América Latina.

El proyecto de desarrollo para América Latina se sustentaba en análisis ofrecidas por los organismos internacionales. Esta propuesta entendía que Argentina podría desarrollarse a partir de un perfeccionamiento de las potencialidades de los sujetos, teniendo en cuenta un proceso de modernización cultural y económica. El proyecto modernizador intentaba intervenir en todas las esferas de la vida social. Consideraba los asistentes sociales como profesionales capaces de actuar en la modernización de los sectores más retrasados, es decir, los pobres, y integrarlos a la modernización conservadora planteada por los organismos internacionales para la América Latina¹⁸.

En ese contexto es posible comprender los motivos que estimularon la evaluación de las escuelas de Trabajo Social, a partir de una solicitud del gobierno argentino - en 1957 - a la Administración de Asistencia Técnica de la ONU (ALAYÓN, 2005). La misión, coordinada por la trabajadora social chilena Maidagán de Ugarte, tenía el objetivo de conocer y evaluar las escuelas de Trabajo Social en el país, observado su adecuación al proyecto de modernización conservadora. Después de realizar análisis riguroso en los proyectos de formación de las escuelas de Buenos Aires, Rosario, La Plata y Santa Fe, la profesional observó que ellas no tenían el perfil esperado. Ugarte, entonces, produjo un manual de recomendaciones para cambiar la propuesta curricular de las escuelas, el perfil de los profesionales que se pretendía preparar y los contenidos teóricos ministrados. Todavía, tales recomendaciones no fueron seguidas integralmente. Es en ese contexto se creó, en 1959, el Instituto de Trabajo Social que funcionó por diez años.

De acuerdo con Alayón (2005), durante la gestión del primer director del Instituto, el médico psiquiatra Ricardo Tarsiano, las directrices desarrollistas apuntadas por Maidagán Ugarte fueron mantenidas. Esta fue, en Argentina, la experiencia más importante del desarrollismo en el Trabajo Social, con clara inspiración modernizadora. Es exactamente a partir de las formulaciones del Instituto que serán elaboradas las primeras propuestas del Movimiento de Reconceptualización en Argentina – contrarrestando las propuestas desarrollistas – lo que significó el recrudescimiento del proceso de radicalización anteriormente indicado. Se trató de un proceso histórico contradictorio establecido en tiempos de movilización social intensa. El Instituto recibía alumnos y alumnas de toda América Latina. Su experiencia fue registrada en una Revista de Trabajo Social intitulada “Hoy en el Trabajo Social”, en el año de 1964, espacio científico donde eran expuestas las

¹⁸ Es importante resaltar que hasta este momento la profesión, en Argentina, era denominada Servicio Social. Cambia su nombre para Trabajo Social, durante el proceso de reconceptualización, exactamente para diferenciarse del Servicio Social tradicional y conservador.

actividades realizadas por el Grupo Ecro. El Instituto era considerado, para muchos, la “vanguardia” del Trabajo Social argentino¹⁹.

Aunque el Instituto y el Grupo Ecro hayan nacido con clara inspiración desarrollista, el intercambio con otras experiencias (especialmente chilenas y uruguayas), y la vivencia cotidiana con las comunidades compuestas por diferentes actores sociales (obreros, militantes políticos, grupos cristianos influenciados por la teología de la liberación), que el Grupo Ecro pudo radicalizar sus ideas. El producto de esta radicalización, en Argentina, se objetivó en el Movimiento de Reconceptualización (GRASSI, 1989). Por supuesto que el proceso de reconceptualización en Argentina no fue tranquilamente incorporado por la categoría profesional. Las tendencias más conservadoras de la profesión consideraban el Movimiento un “peligro a la profesión”, aunque los argumentos fueran diversos: la pérdida de la “cientificidad”, la amenaza comunista, la extrema politización, etc. Destaca Alayón (2005, p. 11):

Hacia el año de 1969 fueron paradigmáticas las acusaciones de la asistente social argentina Marta Ezcurra, vicepresidente para América Latina de la Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS). Ezcurra (1899-1995) representante del pensamiento lúcido del catolicismo conservador, acusó al grupo ECRO y a colegas de Uruguay y de Chile de ser “cabeceras organizadas del movimiento comunista dentro del Servicio Social”.

La nota editorial número 5/6, de enero y febrero de 1966, de la Revista Hoy en el Trabajo Social, destaca que el periódico había sido prohibido de circular en algunas escuelas de Argentina. Segundo los editores, el contenido era considerado una “*confabulación comunista y antipatriótica de profesionales y científicos destacados*”. Como se sabe, el gobierno militar ya tenía el liderazgo Organía que asumiría el poder en 28 de junio de 1966, destituyendo el presidente electo Illia. El gobierno Organía (1966-1970) creía en el desarrollo de comunidad como una estrategia para sustituir los partidos políticos y los sindicatos (prohibidos).

Lo cierto es que, en aquel momento, fueron creadas diversas escuelas de Trabajo Social (universitarias o terciarias)²⁰. Gran parte de las que existían pasaron por importantes cambios en sus planes de estudio inspirados en los temas reconceptualizados y en el pensamiento latinoamericano. La revelación de la realidad permitió que muchos jóvenes estudiantes asumieran cierto tipo de militancia comprometida con los intereses de los grupos obreros, descubriendo la “dimensión política de la profesión” que, de hecho, no mensuró correctamente los límites del “hacer profesional” y de la propia militancia.

¹⁹ Grupo Ecro: grupo de jóvenes estudiantes y docentes del Instituto de Trabajo Social que produjeron fuerte debate en la profesión y difundieron sus ideas a partir de la creación de una editora con el mismo nombre. Eso generó un importante movimiento editorial.

²⁰ En ese momento, también en los días actuales, las escuelas de Trabajo Social componen diferentes instancias: universidades, Ministerios de Bienestar Social, Salud y Asistencia, espacios terciarios, ofreciendo cursos de 3 a 4 años.

Hoy, después de un balance crítico de este momento, sus conquistas y límites, existe cierto consenso sobre los excesos cometidos, aunque sea necesario destacar los avances ideopolíticos que sustentaron otro tipo de compromiso profesional con las camadas obreras, hacia un proyecto profesional radicalmente nuevo. Con victoria de la dictadura cívico-militar en 1976, todos los embates teóricos y políticos fueron silenciados y una generación entera sufrió fuerte persecución (parte de ella exterminada). Predominó el terror y el desaparecimiento de muchos militantes progresistas y de izquierda.

IV. Consideraciones finales

No es posible analizar el Trabajo Social en la contemporaneidad sin antes explicar cómo el Trabajo Social argentino pasó por ese periodo de “repensar y reconceptualizar” los contenidos teóricos y el perfil profesional que se deseaba formar: el énfasis en un Trabajo Social latinoamericano y comprometido como los intereses de los de abajo. Muchos actores protagonistas de este cambio reprodujeron posturas claramente anticonservadoras y próximas de la tradición marxista (PALMA, 1977, p. 25).

Como contribución al debate del tema en Argentina algunos aspectos deben ser puntuados: a) un rasgo esencial de la Reconceptualización, en Argentina, fue procurar o pensar un Trabajo Social verdaderamente latinoamericano, frecuentemente comprometido con cierto sentimiento antiestadunidense; b) hay que considerar las polémicas sobre las matrices teóricas y políticas que influenciaron la reconceptualización en Argentina. Existen estudios que apuntan no solamente la presencia de los marxismos, de Paulo Freire y de la teología de la liberación, sino también de las experiencias peronistas vinculadas a la liberación nacional (ARIAS, 2012; SERVIO, 2009; SIEDE, 2015). Se trata de asunto que merecería profundización; c) estas influencias, seguramente polémicas, permitieron la busca de una profesión que acompañara los grandes proyectos políticos que cuestionaban la neutralidad científica típica del desarrollismo. Las diversas tendencias políticas ahí presentes (grupos armados de diferentes orientaciones marxistas, del peronismo y sus vertientes, los movimientos obreros, estudiantiles y cristianos), se vincularon a la idea de “compromiso social” hasta hoy presente en la profesión; d) considerando lo que fue apuntado en el ítem anterior, es necesario adensar el debate sobre el Movimiento de Reconceptualización en Argentina y los desarrollismos propuestos en la época; e) hoy, en Argentina, existen diferentes tendencias teórico-prácticas claramente comprometidas con la modernización conservadora, además de las genuinas herederas del legado crítico de la reconceptualización (por supuesto, en su diversidad). Este debate es polémico en el campo académico y profesional en Argentina.

Los tiempos actuales son extremadamente difíciles: la restauración conservadora, el recrudescimiento de las tendencias reaccionarias, la ofensiva de la sociedad del capital. ¿Cuál el legado del Movimiento de Reconceptualización? ¿Estamos teórica y prácticamente preparados para esa batalla?

5. Referencias

- ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- ANTOGNAZZI, I. La lucha armada en la estrategia política del PRT-ERP (1965-76). In: Del Rosarizao a la democracia del 83. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1995.
- AQUIN, N. Reconceptualización: un Trabajo Social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- ARIAS, A. Pobreza y modelos de intervención. Aportes para la superación del modelo de asistencia y promoción. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2012.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CASTRONOVO, R. Los procesos de revisión, evaluación y reformulación de los proyectos de formación profesional de los trabajadores sociales argentinos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.
- FILIBERTO, B.; ARMIDA, M. Entre la proscrición y el desarrollo (1955-1966). In: Rosario en la Historia (de 1930 a nuestros días). Rosario: Ed. Universidad Nacional de Rosario, 2000.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRASSI, E. La mujer y la profesión de asistente social. El control de la vida cotidiana. Buenos Aires: Humanitas, 1989.
- HOBBSBAWM, E. Historia del siglo XX. Barcelona: Ed. Crítica, 1997.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- KISNERMAN, N. A 40 años de la Reconceptualización. In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- LENIN, V. I. O imperialismo – Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Os economistas)
- MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Vol. 1, livro 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. O capital: crítica da economia política. Vol. 1, livro 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- _____. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). Marx e Engels – História. São Paulo: Ática, 1989.
- MOLJO, C. B. Trabajadores sociales en la historia. Una perspectiva transformadora. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à Reconceituação. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 2, v. 5, 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 30, 1988.

_____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

PALMA, D. La Reconceptualización. Una búsqueda en América latina. Buenos Aires: Librería Ecro, 1977.

Parra, Gustavo. Antimodernidad y Trabajo Social – orígenes y expansión del Trabajo Social Argentino. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2001.

SIEDE, M. V. Trabajo Social, marxismo, cristianismo e peronismo. O debate profesional argentino en las décadas de 60-70. La Plata: Ed Dynamis, 2015.

VIANO, C. Una ciudad movilizada (1966/1976). In: PLÁ, A. (Org.). Rosario en la Historia de 1930 a nuestros días. Rosario: Ed. UNR, 2000.

O SERVIÇO SOCIAL RADICAL ESTADUNIDENSE: UMA ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS ESTUDADAS

Carla Fernandes Carrilho¹
Suellen Paula de Araújo Alves²

Resumo: O presente estudo trata-se da análise dos resultados obtidos nas fontes bibliográficas provenientes das obras estudadas ao longo da pesquisa sobre o Serviço Social Radical estadunidense. Este estudo buscou, de forma quantitativa, identificar a vinculação dos autores com o Serviço Social e suas perspectivas teóricas. Como, também, a aproximação com fontes marxistas. Cabe apontar, que o estudo sobre o Serviço Social Radical se insere como objeto de investigação da pesquisa “Os Movimentos Contestatórios no Serviço Social Europeu e Norte-Americano no período de 1960/1980 e Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina”.
Palavras-chave: Referenciais bibliográficos, Serviço Social e fontes marxistas.

Abstract: The present study deals with the analysis of the results obtained in the bibliographical sources coming from the works studied during the research on the American Social Radical Service. This study sought, in a quantitative way, to identify the authors' link with Social Work and its theoretical perspectives. As also the approach with Marxist sources. It should be pointed out that the study on the Radical Social Service is part of the investigation of the research "The Contestatory Movements in European and North American Social Work in the period 1960/1980 and Reconceptualization Movement in Social Work in Latin America".

Keywords: Bibliographical references, Social Work and Marxist sources.

¹Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2017. Esteve vinculada a pesquisa pela modalidade PROVOQUE (01/09/2016 a 31/07/17) e BIC (01/08/2017 a 20/12/17) e atualmente sua vinculação é através do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carlafernandes_jf@hotmail.com

²Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Compôs o grupo de pesquisa como bolsista BIC em 2017/2018 e no presente momento como bolsista PIBIC desde 2018. E-mail: sparaujo@live.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se da análise dos resultados obtidos nas fontes bibliográficas provenientes das obras estudadas ao longo da pesquisa sobre o Serviço Social Radical estadunidense. Este estudo faz parte da pesquisa intitulada “Os Movimentos Contestatórios no Serviço Social Europeu e Norte-Americano no período de 1960/1980 e Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina”. Que se insere dentro de um subgrupo articulado a uma pesquisa maior sobre “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”.

Desde 2018 até o momento presente, o referido projeto de pesquisa teve como centralidade, os estudos sobre o Serviço Social Radical Norte-Americano no período de 1960 a 1980. As reuniões eram realizadas de forma quinzenais, tendo por tarefa traduzir as obras que foram estudadas e a exposição/debate durante as reuniões.

Em reunião foi apontado à necessidade de se analisar as referências bibliográficas das obras estudadas, a fim de suprir as dificuldades com a língua através de uma revisão coletiva. Os dados foram sistematizados em um relatório pelas discentes e bolsistas da pesquisa.

É importante destacar que as referências bibliográficas analisadas compreendemos seguintes obras: tradução do livro de Jeffry H. Galper feito por Maria Ozanira da Silva e Silva “Política Social e Trabalho social”; “*A Marxist Approach to Social Work*” de Robert Knickmeyer ; “*Radical Movements in the Social Services: A Theoretical Framework*” de David Wagner; “*Social Work – The unloved professional*” de Willard C Richan e Allan R. Mendelsohn; “*Running as a radical*” de David Wagner e FlowerNoble; “*The Road nottaken*” de Michael Reisch e Janice Andrews; “*Professionalization and Activism in Social Work. The sixties, the eighties, and the future*” de Linda C. Reeser e Irwin Epstein; *Radical Social Work* de Richard A. Cloward, Frances Fox Piven, Roy Bailey, Mike Brake, Geoffrey Pearson, Peter Leonard e Marjorie Mayo; *The Social Work Profession and The Ideology of Professionalization* de Stanley Wenocur e Michael Reisch; *The quest for a radical profession: Social service careers and political ideology* de David Wagner e por ultimo “*The social welfare workers movement: a case study of the new left thought in practice*” de Stanley Wenocur.

No que concernem as referências bibliográficas contidas nas obras estudadas, selecionamos um total de 427 referências. Para avançar nos trabalhos, o recorte aplicado para a escolha das referências levou em consideração a relação do objeto de pesquisa com

as temáticas apresentadas em seus respectivos títulos, como também o ano de publicação das referências bibliográficas.

Dessa forma, foi acordado que as análises das referências fossem feitas respeitando um roteiro prévio, com os seguintes elementos: título da obra; ano de publicação; biografia simplificada dos autores das obras e dos referenciais por eles citados; sua vinculação com o Serviço Social e áreas afins; identificação de fontes diretas à teoria marxista e em autores considerados por este subgrupo de pesquisa como críticos, por realizarem a crítica ao modo de produção capitalista e mais especificamente à economia política do país no período referendado.

Assim, as informações foram sistematizadas em forma de tabelas, para melhor entendimento de suas frequências, a fim de se construir dados concretos para auxiliar a conclusão desse projeto de pesquisa, como se expressa a seguir.

2. INDO DIRETO A FONTE: APRESENTAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS COM A ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS

É importante destacar, que as onze obras citadas acima, possuem em sua maioria mais de um autor e alguns destes autores possuem mais de uma obra, além, de serem muitos citados dentre as mesmas. As datas de suas publicações permeiam o lapso temporal dos anos de 1970 até o início dos anos 2000. Tais informações estão sistematizadas na figura abaixo.

Obras estudadas			
Nº	Título da obras	Autores	Data de publicação
1	Tradução - Política Social e Trabalho social	Jeffry H. Galper(Ozanira)	1986
2	Marxist Approach to Social Work	Robert Knickmeyer	1972
3	Radical Movements in the Social Services: A Theoretical Framework	David Wagner	1989
4	Social Work – The unloved professional	Willard C Richan Allan R. Mendelsohn	1973
5	Running as a radical	David Wagner Flower Noble	2004
6	The Road not taken	Michael Reisch Janice Andrews	2002
7	Professionalization and Activism in Social Work. The sixties, the eighties, and the future	Linda C. Reeser Irwin Epstein	1990
8	Radical Social Work	Richard A. Cloward Frances Fox Piven Roy Bailey Mike Brake Geoffrey Pearson Peter Leonard Marjorie Mayo	1975
9	The Social Work Profession and The Ideology of Professionalization	Stanley Wenocur Michael Reisch	1983
10	The quest for a radical profession: Social service careers and political ideology	David Wagner	1990
11	The social welfare workers movement: a case study of the new left thought in practice	Stanley Wenocur	1974

Figura 1 – Informações sobre as obras estudadas

Na figura 2 é importante destacar que dos dezoito autores, doze são dos Estados Unidos, cinco são da Inglaterra e um é alemão. No que se refere à formação profissional e o seu respectivo vínculo com o Serviço Social (foram encontrados mais de um vínculo por autor o que refletiu em uma frequência maior), através da Graduação, Pós-Graduação e Docência. Desse modo, dos dezoito autores, seis são docentes do Serviço Social, quatro possuem graduação na área, sete possuem pós-graduação (Mestrado e/ou Doutorado) e seis vinculados a áreas afins, porém com mais incidência na área de sociologia, como vejamos a seguir:

Autores das obras			
Nº	Autores	Nacionalidade	Formação Profissional e vínculo com o Serviço Social
1	Jeffry H. Galper	Americano	Mestre em Serviço Social
2	Robert Knickmeyer	Alemão	Mestre em Serviço Social
3	David Wagner	Americano	Mestre e Docente em Serviço Social
4	Willard C Richan	Americano	Bacharel e Mestre em Serviço Social
5	Allan R. Mendelsohn	Americano	Mestre e Doutor em Serviço Social
6	Flower Noble	Americano	Bacharel e Mestre em Serviço Social
7	Michael Reisch	Americano	Docente em Serviço Social
8	Janice Andrews	Americano	Docente em Serviço Social
9	Linda C. Reeser	Americano	Bacharel, Mestre e Docente em Serviço Social
10	Irwin Epstein	Americano	Docente em Serviço Social
11	Richard A. Cloward	Americano	Sociólogo
12	Frances Fox Piven	Americano	Socióloga
13	Roy Bailey	Inglês	Sociólogo
14	Mike Brake	Inglês	Sociólogo
15	Geoffrey Pearson	Inglês	Economista
16	Peter Leonard	Inglês	Bacharel em Serviço Social Psiquiátrico
17	Marjorie Mayo	Inglês	Mestre em Ciência Aplicadas
18	Stanley Wenocur	Americano	Docente em Serviço Social
Total		Americano: 12 Inglês: 5 Alemão: 1	Bacharel em Serviço Social: 4 Docente em Serviço Social: 6 Pós-graduados em Serviço Social: 7 Outros: 6

Figura 2 – Informações sobre os autores das obras estudadas

No que se refere à direção teórica Marxista, dentre as onze obras, quatro obras fazem citações diretas a autores da tradição crítico marxista, citando por vez: Marx, Engels, Lenin, Ernest Mandel, Gramsci e Mao Tse Tung. Ao longo das 427 referências analisadas foram identificados também, cinquenta e seis autores críticos, que de certa forma contribuía para o debate do Serviço Social Radical, como explicitado na figura 3.

Referências bibliográficas analisadas a partir das obras				
Nº	Título da obra	Referências sistematizadas	Fontes Marxistas	Autores críticos
1	Tradução - Política Social e Trabalho social	50	Lenin e Marx	20
2	Marxist Approach to Social Work	14	Ernest Mandel	0
3	Radical Movements in the Social Services: A Theoretical Framework	16	-	4
4	Social Work – The unloved professional	18	-	0
5	Running as a radical	20	-	6
6	The Road not taken	104	Gramsci	13
7	Professionalization and Activism in Social Work. The sixties, the eighties, and the future	25	-	0
8	Radical Social Work	15	Marx e Engels Lenin Mao Tse Tung	1
9	The Social Work Profession and The Ideology of Professionalization	11	-	1
10	The quest for a radical profession: Social service careers and political ideology	147	-	10
11	The social welfare workers movement: a case study of the new left thought in practice	7	-	1
Total		427	6	56

Figura 3 – Referências bibliográficas analisadas a partir das obras

Outro ponto importante (tabela 1) foi a identificação dos autores que mais se repetiram dentro das bibliografias analisadas, a fim de conhecer, quais eram os principais nomes que discutiam sobre o Serviço Social Radical no período 1960 a 1980. Assim, temos um total de dezesseis autores, como descrito na tabela abaixo:

Tabela 1 – Autores mais frequentes nas referências bibliográficas

Nº	Autores que se repetem	Frequência
1	Linda Reeser	3
2	Richard Cloward	9

3	Frances Fox Piven	10
4	David Wagner	9
5	Jeffrey H. Galper	5
6	Stanley Wenocur	3
7	John F. Longres	3
8	Mike Brake	4
9	Roy Bailey	5
10	Peter Leonard	3
11	Michael Reisch	3
12	Geoffrey Pearson	1
13	Richan Willard e Allan R Mendelsohn	1
14	Martin Reín	3
15	James O'Conner	3
16	Irwin Epstein	1

Cabe ressaltar, que das 427 referências, foi identificado 16 autores mais citados, entre esses 16 autores os nomes como de Frances Fox Piven, Richard Cloward e David Wagner foram os mais referenciados. O que enfaticamente mostra a importância desses autores para possibilitar a compreensão da temática estudada por este subgrupo de pesquisa.

Além do mais, no intuito de conhecer quem eram os autores que estavam sendo estudados, procuramos identificar seus vínculos acadêmicos e profissionais. Como é possível visualizar na tabela 2, dentro das 427 referências analisadas, 101 possuem algum vínculo com o Serviço Social. Assim sendo, 26 possuem graduação em Serviço Social, 29 possuem pós-graduação e 46 são docentes, levando em consideração que dentro desta frequência, alguns autores encontram-se repetidos, uma vez que possuem mais de um vínculo com o Serviço Social.

Tabela 2 – Autores que possuem vinculação com o Serviço Social

Nº	Vínculo com Serviço Social	Frequência
1	Graduação	26
2	Pós-graduação	29
3	Docência	46
	Total	101

Faz-se necessário apontar que dentro do total de 427 referências bibliográficas analisadas, existem vários autores que se repetem com diferentes produções, incidindo em 84 referências que não estão inclusas nessa tabela ou na próxima.

Tabela 3 – Autores com outras formações

Nº	Formação dos autores	Frequência
3	Sociologia	51
4	História	14
5	Economia	8
6	Ciências Políticas	11
7	Outros	36
8	Não foi identificado	122
	Total	242

Conforme a tabela 3, de um total de 427 autores, dentre estes: 51 encontravam-se vinculados à área de Sociologia, 14 em História, 8 em Economia, 11 em Ciências Políticas, 36 foram caracterizados como outros, devido a pluralidade de cursos (incluindo Administração em Serviço Social, que de início não se apresentou como um dado relevante, mas que teve uma abrangência dessa formação entre os autores) e 122 não foram identificados. Entre os autores não identificados, estão inclusos autores sobre os quais nada foi achado durante a pesquisa e aqueles que tinham sua graduação ou profissão mal definidas devido à escassez de informações na internet.

Com o intuito de entender os temas que estavam presentes nessas produções e que poderiam se apresentar como importantes dentro das leituras feitas pelas integrantes da pesquisa, além de uma possível integração entre os textos, a tabela 4 mostra os principais temas que estavam contidos nos títulos das referências bibliográficas.

Tabela 4 – Temas mais frequentes nos títulos das referências bibliográficas

Temas mais frequentes nos títulos das referências bibliográficas					
Nº	Temas que se repetem	Frequência	Nº	Temas que se repetem	Frequência
1	Justiça Social	1	30	Política Radical	3
2	Pobreza	6	31	Revolução	6
3	Esquerda nos EUA	3	32	Classes Sociais	10
4	Conservadorismo	1	33	Perspectiva radical/ Radicalismo e Serviço	34

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

				Social	
5	Capitalismo	7	34	Ativismo	10
6	Crise Fiscal	2	35	Ideologia e Serviço Social	1
7	Taylorismo	1	36	Política	8
8	Emprego	1	37	Política e Serviço Social	6
9	Leninismo	1	38	Social Welfare	15
10	Educação/ Educação e Serviço Social	4	39	Profissionalismo	6
11	Serviço Social de Caso	4	40	Serviços Sociais/Humanos	6
12	Serviço Social Hospitalar	1	41	Profissionalização	14
13	Classe Média/Trabalhadora	3	42	Partido Comunista	3
14	Socialismo	6	43	Sociologia	1
15	Comunismo	5	44	Sindicatos	3
16	WelfareState	1	45	Imagem pública do Serviço Social	1
17	Feminismo e Serviço Social	2	46	Papel das mulheres no Serviço Social	1
18	“Serviço Social progressista”	2	47	Ataque aos assistentes sociais	1
19	Movimentos de 1968	1	48	Serviço social radical e educação	5
20	Settlementmoviment	2	49	Serviço Social e ação social	1
21	Nova esquerda	1	50	Revolta social	1
22	Pesquisa social	1	51	Serviço Social e sociedade	1
23	Militância	1	52	Teoria Marxiana/ abordagem marxista	6
24	Burocracia	1	53	Macarthismo	3
25	Consciência crítica	1	54	Rankand File Movement	3
26	Alienação e Serviço	1	55	Seguro Social	2

	Social				
27	Movimentos sociais	4	56	Serviço Social	18
28	Marxismo	2	57	Política social	2
29	Desprofissionalização no Serviço Social	2			

Assim,foicontabilizado um total de 57 temáticas que mais se repetiram, de forma que os mais frequentes foram: Perspectiva radical/ radicalismo e Serviço Social com uma frequência de 34 vezes; Serviço Social com uma frequência de 18 vezes; *Social Welfare* com uma frequência de 15 vezes; Profissionalização com uma frequência de 14 vezes; Ativismo e Classes Sociais com uma frequência de 10 vezes.

Pode-se destacar, através da análise das referências bibliográficas,que há incidência de uma integração entre as obras estudadas e suas referências bibliográficas com as preocupações dos autores em entender o movimento que permeava o Serviço Social Radical no sentido de realizarem a crítica ao sistema capitalista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que propusemos a desenvolver, de irmos à fonte das onzes obras estudadas ao longo da pesquisa, foi um trabalho de caráter minucioso de reflexão e descobertas. Este estudo foi de fato acordado com todo o grupo sobre a sua necessidade, de revisão, de conhecimento sobre os autores, uma vez que, estão de certa forma distante de nós, também de conhecimento de novas bibliografias, de afirmação sobre os termos utilizados como forma de subsidiar as produções e de constituir um campo de dados para amparar as análises deste grupo de pesquisa.

Pode-se destacar que os principais resultados obtidos a partir dos dados sistematizados nas tabelas, foram: se havia uma relação do Serviço Social Radical com o Marxismo a partir da presença de citações diretas a fontes marxistas (Marx, Engels, Lenin, Ernest Mandel, Gramsci e Mao Tse-tung); o conhecimento de autores que se posicionavam criticamente, e portanto considerados críticos; conhecimento sobre o quantitativo de autores com vínculos com o Serviço Social (Graduação, Pós- Graduação e Docência) e a identificação dos principais temas observados nos títulos das referências bibliográficas, de forma a entender o que estava sendo produzido e sua relação com o Serviço Social. Sendo o tema perspectiva radical/radicalismo e Serviço Social o mais frequente.

Cabe considerar também, as dificuldades no acesso dessas informações, haja vista, que muitos dos referenciais não foram encontrados em fonte de dados via internet. Em relação aos autores críticos, vários deles foram pesquisados e debatidos durante as reuniões, como também foi feito o exercício de ler um resumo de outras obras para identificar suas perspectivas teóricas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILEY, Roy. BRAKE, Mike. et al. *Radical Social Work and practice*. Hodder&StoughtonEducational. 1975.

GALPER, Jeffry H. *Política social e trabalho social*. Tradução M^a Ozanira da Silva e Silva, SP, Cortez, 1986.

KNICKMEYER, Robert. A Marxist approach to Social Work. *Social Work* 17. n. 4. Oxford University Press: jul.1972.

NOBLE, Flower. WAGNER, David. Running as a Radical. *Journal of Progressive Human Services*. p. 1-24. 2004

REISCH, Michael. ANDREWS, Janice. *The Road Not Taken: A History of Radical Social Work in the United States*. New York: Brunner-Routledge 2002.

REESER, Linda C. EPSTEIN, Irwin. *Professionalization and Activism in Social Work. The sixties, the eighties, and the future*. New York: Columbia University Press. 1990.

RICHAN, Willard C. MENDELSON, Allan R. *Social work: the unloved profession*. New Viewpoints, 1973

WAGNER, David. Radical Movements in the Social Services: A Theoretical Framework. *Social Service Review* 63, n. 2. p. 264-284. Jun. 1989.

WAGNER, David. *The quest for a radical profession: Social service careers and political ideology*. Lanham, MD: University Press of America, 1990

WENOCUR, Stanley. REISCH, Michael. The Social Work Profession and the Ideology of Professionalization. *The Journal of Sociology & Social Welfare*: Vol. 10.1983.

WENOCUR, Stanley. The Social Welfare Workers Movement: A Case Study of New Left Thought in Practice. *The Journal of Sociology & Social Welfare*: Vol. 3. 1974.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ALTERAÇÕES NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS: tendências atuais e novos desafios

Celina Barros Dias¹

Gabriela Romariz Leivas²

Victor Costa de Souza³

Janete Luzia Leite⁴

RESUMO: Estudamos as transformações nos espaços sócio ocupacionais do assistente social no contexto neoliberal – surgimento de novos espaços de trabalho e alterações nos já existentes – nos artigos da Revista Serviço Social & Sociedade a partir do ano 2000 por palavras-chave sobre estas mudanças. As novas demandas e alterações impõem desafios, a exemplo da reatualização do conservadorismo profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; metamorfoses no mundo do trabalho; espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

ABSTRACT: We studied the occupational social work transformations of professional social workers in neoliberal context, which includes, emergence of new workspaces and changes in the existing ones. The article is based on papers published, from the year 2000, in Serviço Social & Sociedade magazine by keywords that express these workplace transformations. The new demands and changes pose some challenges to the category, such as the professional conservatism refreshed.

KEY-WORDS: Social Work; workplace metamorphosis; occupational social work.

¹Bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: c.celina.dias@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

²Bolsista voluntária de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: gabriela.r.leivas@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

³Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ (Fundação Carlos Chaga Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: victorxcosta@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

⁴Professora Associada da Escola de Serviço Social (Graduação e Pós-graduação) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: janeteluziaufrj@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 marca o início de uma sucessão de intensas transformações societárias provenientes da instauração da crise estrutural do capital em nível mundial. É nesse marco temporal que se dá a transfiguração das ondas longas expansivas de desenvolvimento do capitalismo em ondas descendentes (MANDEL, 1985). Esse panorama suscitou o processo de ofensiva do capital, caracterizado por duas medidas principais: 1) a implementação da reestruturação produtiva – em que se opera uma série de metamorfoses no mundo do trabalho expressas na reconfiguração da produção, flexibilização e precarização das relações trabalhistas, e na desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, e na privatização do patrimônio público; e 2) a assunção do neoliberalismo como diretriz econômica, o que ocasiona reformas profundas no aparelho do Estado, além de incidir nefastamente sobre os direitos da classe trabalhadora. Nesta dinâmica societária centrada na maximização dos lucros e na conformação do ideário da financeirização, o Estado assume um papel fundamental, uma vez que no capitalismo tardio – característico de formações sociais como a brasileira – suas funcionalidades são ampliadas: trata-se de um Estado que, diante dessa crise estrutural permanente, posiciona-se como um agente essencial de preservação e maximização da lógica da reprodução do valor.

A atual conjuntura é de continuidade e aprofundamento da crise estrutural deflagrada nos anos 70. Esse estágio do capitalismo se revela altamente destrutivo, posto que as alterações no mercado de trabalho se expressam em novas formas organizacionais: contratações flexíveis, intensificação do trabalho, mecanismos de controle e de fragmentação do conjunto dos trabalhadores são apenas algumas destas alterações. Identifica-se, em todo o mundo, uma ofensiva ultraconservadora, que compreende o epicentro da crise não como intrínseco ao modo de produção capitalista, mas – a partir de análises endógenas – ao Estado de Bem-Estar Social e ao seu *modus operandi* "extremamente dispendioso".

Nesse cenário, as expressões da “questão social” são agudizadas, incidindo liminarmente sobre o Serviço Social num duplo viés: por um lado, os profissionais têm sido requisitados a atuar nas hodiernas formas de enfrentamento da “questão social”; por outro, as tradicionais demandas profissionais são redimensionadas e novas demandas irrompem. Desta forma, a profissão também recebe influxos destas transformações, uma vez que o

contexto supracitado provoca tanto a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais já consolidados dos assistentes sociais, como o surgimento de novos.

O processo de reestruturação produtiva repercute intensamente sobre as formas de organização e gestão do trabalho, mediante a expansão do trabalho intermitente, desprotegido, terceirização, informalidade e retirada de direitos trabalhistas. Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado submetido às transformações provocadas pela lógica do capital nos seus espaços de intervenção, este trabalho objetiva analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e as suas alterações nos espaços sócio-ocupacionais - tradicionais e emergentes - do Serviço Social.

Metodologicamente, realizamos um resgate bibliográfico de autores vinculados à teoria social crítica que discutem as metamorfoses ocorridas nos últimos 30 anos no chamado “mundo do trabalho”, notadamente em sua relação com a exponenciação da “questão social”. A fim de contemplar os rebatimentos dessas transformações para o Serviço Social, procedemos ao levantamento de textos no periódico que é a maior referência para a categoria no Brasil – a Revista Serviço Social & Sociedade – em todas as suas edições a partir do ano 2000⁵. Esse recorte temporal se deve ao fato de que é a partir da referida década que, com a saída de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a chegada de Lula da Silva à Presidência do Brasil, a implementação das políticas neoliberais assume outros contornos. No período delimitado, a revista referenciada publicou 72 edições, totalizando 591 artigos. Dentre eles, selecionamos 164, que se relacionam à temática da reestruturação produtiva e seus impactos sobre os espaços sócio-ocupacionais da profissão por meio das seguintes palavras-chave: a) metamorfoses no mundo do trabalho; b) reestruturação produtiva; c) espaços sócio-ocupacionais do assistente social; d) precarização do trabalho; e) conservadorismo/neoconservadorismo; e f) gerencialismo.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

As políticas neoliberais foram adotadas no Brasil ao longo da década de 1990, a partir da execução do receituário dos organismos internacionais referentes às bases do capital-imperialista (e.g. Fundo Monetário Internacional [FMI], o Banco Mundial [BM] e Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID]), justificados como meios para acelerar o desenvolvimento das economias dos países emergentes. Estes reajustes indicam um Estado redimensionado e menos regulador, com destaque para a retração das suas funções

⁵ Este interregno compreende os números 62 a 133.

legitimadoras, estimulando o desmonte dos serviços públicos e as reformas centradas na retirada dos direitos da classe trabalhadora. Desse modo, passam a prevalecer novas práticas produtivas que visam reduzir os custos da força de trabalho. Isto implica, portanto, em profundas transformações no chamado mundo do trabalho, resultantes da reorganização das suas formas de regulação e gestão sob o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

O processo de reestruturação produtiva tem articulado antigos e novos mecanismos de exploração objetivando a economia do trabalho vivo, o que implica no desemprego estrutural e institui novas formas de trabalho - com relações contratuais demarcadas pela intensificação, terceirização, precarização e informalidade, agudizando e desvelando novas manifestações da “questão social”⁶.

O governo de Fernando Collor e o de FHC propiciaram o avanço neoliberal no país. O neoliberalismo, no governo FHC, foi “aplicado integralmente, com contração da emissão de moeda, aumento das taxas de juros e abertura ao mercado internacional, criando elevados níveis de desemprego” (CAMPANA, 2000). A década de 1990 encerrou-se com a perda de 2,06 milhões de empregos formais (COGGIOLA, 2019). Neste mesmo período se verifica o ressurgimento de postos de trabalho, mas sob a batuta da flexibilização dos contratos, e com trabalhadores informais (IBGE, 2003).

Durante o governo FHC, através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), a lógica gerencial - que tem como marca a hipervalorização de fatores como a eficiência, eficácia, e o alcance de metas de produtividade - se imiscui ao serviço público brasileiro (VALLE & LEITE, 2018). Esses fatores escondem, na verdade, a defesa de preceitos neoliberais disfarçados de “modernização”, que resultam na degradação física e mental do trabalhador derivada da intensificação do trabalho, a qual, em último caso, leva ao seu adoecimento.

Na década de 2000, as políticas neoliberais se consolidam no país sob a condução do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo. Reformas que estavam em curso ainda na era FHC, são concretizadas na gestão de Lula da Silva, como as Reformas da Previdência (2003 e 2012) e a Reforma Trabalhista. Esta última, sob a promessa de retomada da geração empregos, ampliou a informalidade no país, uma vez que estabeleceu a desregulamentação da legislação trabalhista varguista e a terceirização estendida às

⁶ Conforme Iamamoto (2015), a “questão social” refere-se ao conjunto de manifestações das desigualdades da sociedade capitalista madura, decorrentes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ainda segundo esta autora, no contexto neoliberal e de mundialização do capital, a “questão social” assume novas proporções a partir das transformações verificadas pelo modelo de acumulação flexível e redução do papel Estado no âmbito das políticas sociais.

atividades-meio e atividades-fim, expressas nas Leis 13.467/2017 e 13.429/2017, respectivamente.

O atual estágio do capitalismo se revela altamente destrutivo. Após o *impeachment* de Dilma Rousseff – sucessora de Lula da Silva na Presidência da República – em 2016, as reformas do Estado brasileiro começam a ser executadas uma após a outra por Michel Temer - vice de Dilma - e seus acólitos, de modo ainda mais desenfreado e sem grandes dificuldades. Neste contexto, o país entra em um ciclo de regressão social e econômica sem precedentes: totalmente entregue ao capital estrangeiro, políticas de saúde e educação conduzidas sob a lógica de mercado e de desmonte da legislação trabalhista.

O Serviço Social também é atingido por essas transformações. À medida em que as manifestações da "questão social" se intensificam, o mercado de trabalho para os assistentes sociais amplia-se e torna-se mais diversificado, ainda que isto não signifique o desenvolvimento das condições necessárias para o exercício profissional, e muito menos um salário compatível com as atividades desenvolvidas. A profissão, que historicamente tem o Estado como o seu maior empregador (IAMAMOTO, 2009), vem experimentando os efeitos da flexibilização das relações de trabalho e do solapamento das políticas sociais. Verifica-se o aumento da contratação temporária e por projeto, a terceirização e a ocupação voluntária, acompanhadas pelo rebaixamento dos salários, acúmulo de funções e da pressão pelo cumprimento de metas no cotidiano laboral.

Partindo do pressuposto de que a "questão social" é a base da requisição profissional do Serviço Social, é de se esperar que seus espaços sócio-ocupacionais sejam metamorfoseados pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas novas formas de "proteção social".

As conquistas obtidas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - expressas na organização das políticas sociais sob a perspectiva do direito -, foram, em poucos anos, desconfiguradas pelo avanço neoliberal no país. No âmbito da Seguridade Social, o dever do Estado quanto à política de assistência social é transferido para a sociedade civil e para as parcerias público-privadas (PPP) através do estímulo ao voluntariado e às instituições do terceiro setor. As ações estatais se minimizam, retomando o caráter assistencialista e focalizado para minimizar extrema pobreza. A criação do Programa Comunidade Solidária, durante o governo FHC, é um exemplo disto, configurando-se no que Netto (2010) denomina como *novo assistencialismo*. Posteriormente, o governo de Lula da Silva solidifica a orientação residual e compensatória dada aos diversos programas sociais implementados por FHC, aglutinando-os no Programa Bolsa Família. Nesse sentido, por um lado, efetiva-se a centralidade da assistência social, e

de outro, a assistencialização/refilantropização das políticas sociais. A partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, ampliou-se a oferta de serviços e de possibilidades para atuação para os assistentes sociais. No entanto, pelas próprias características que esta política assume, se verifica também a intensificação e a precarização do processo de trabalho (RAICHELIS, 2010).

Na esfera da saúde, a resolução n.º 218, de 6 de março de 1997, estabeleceu assistentes sociais como uma das categorias componentes desta área, malgrado a Saúde ser um dos campos de inserção dos assistentes sociais desde de que a profissão é instituída no Brasil. Conforme Mota (2014), os profissionais também têm sido contratados por planos e seguros da iniciativa privada, enquanto no setor público se evidencia a inserção via terceirização através da gestão das Organizações Sociais (OS). Além disso, há mudanças significativas nos programas de saúde mental e drogas, e serviços de emergência e pronto atendimento⁷.

A redução do papel do Estado no enfrentamento à “questão social” por meio das políticas sociais e os efeitos da expansão do padrão de acumulação flexível, não apenas alteram espaços tradicionais, mas também contribuem para o surgimento de espaços emergentes para os assistentes sociais. Este movimento se relaciona diretamente com o redimensionamento da “questão social”. De acordo com Netto (2010), a atual dinâmica societária além de aprofundar e atualizar as suas manifestações “tradicionais”, também instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes a intensificação da forma de exploração. Desse modo, o Serviço Social recebe novas demandas e requisições que partem tanto do público usuário quanto dos empregadores. A profissão passa a ser convocada para mediar conflitos, promover ações pontuais de qualidade de vida no trabalho sob a perspectiva de adesão aos valores e metas institucionais, além da constante exigência de habilidades técnicas, a exemplo do multilinguismo, conhecimentos tecnológicos etc., posto que

(...) a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” e as “novas”, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia. (Netto, 1996, p. 120)

⁷ Os avanços obtidos na área da Saúde Mental estão sendo alvo das medidas retrógradas do atual governo Bolsonaro. A recente Nota Técnica nº 11/2019, indica o estímulo às comunidades terapêuticas, a reinternação em hospital psiquiátricos e a abstinência como método de tratamento, contrárias a concepção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a desospitalização e a política de redução de danos, conquistas do movimento Reforma Psiquiátrica.

Ademais, as transformações no mundo do trabalho impõem mais desafios para os assistentes sociais como trabalhadores assalariados. A herança teórica da profissão nos últimos três decênios possibilitou compreender o assistente social como um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho. A clareza de que este profissional é parte da classe trabalhadora implica na percepção de que sua condição assalariada faz com que este esteja “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p. 425). Assim, as exigências do processo de reestruturação produtiva rebatem sobre as condições de trabalho da categoria através de elementos, como,

(...) insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

A precarização das condições de trabalho e da formação profissional, o despreparo técnico e teórico e as consciências crítica e política fragilizadas, favorecem a ideologia neoconservadora, *i.e* o conservadorismo reatualizado. Isto porque podem incentivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais e de incorporação de técnicas aparentemente utilitárias no contexto imediatista e fragmentário (BARROCO, 2011).

O assistente social, por sua condição de trabalhador assalariado, não possui controle sobre todas as condições e meios de trabalhos postos à sua disposição no espaço institucional. Os instrumentos, meios para o desenvolvimento do trabalho, e até mesmo matéria (objeto) a qual a ação profissional se dirige são fornecidos pelos empregadores (RAICHELIS, 2011). Nas instituições impregnadas pela ideologia neoconservadora, a categoria é requisitada para executar um trabalho imediatista, repetitivo, burocrático, pragmático e moralizador, que não propicia atitudes críticas. Desse modo, os assistentes sociais são continuamente desafiados pela relação entre a defesa do seu Projeto Ético-Político profissional de intenção progressista e espaços sócio-ocupacionais cada vez mais reestruturados sob a perspectiva neoliberal.

3. RESULTADOS

A partir do levantamento realizado na Revista Serviço Social & Sociedade, foram identificados 99 artigos utilizando a palavra-chave “metamorfoses no mundo do trabalho”, 30 com “reestruturação produtiva”, 20 referiam-se a “espaços sócio-ocupacionais do assistente social”, 28 enfocaram a “precarização do trabalho”, 14 debateram “conservadorismo/neoconservadorismo”; e 2 usaram a palavra-chave “gerencialismo”.

Assim, de um total de 591 artigos publicados no interregno 2000-2018, 164 (28%) atenderam aos critérios de nosso estudo.

Constatamos a presença de artigos que atendiam aos critérios para nossa seleção em todos os anos de publicação do periódico, conforme pode ser observado nos Gráficos 1 e 2:

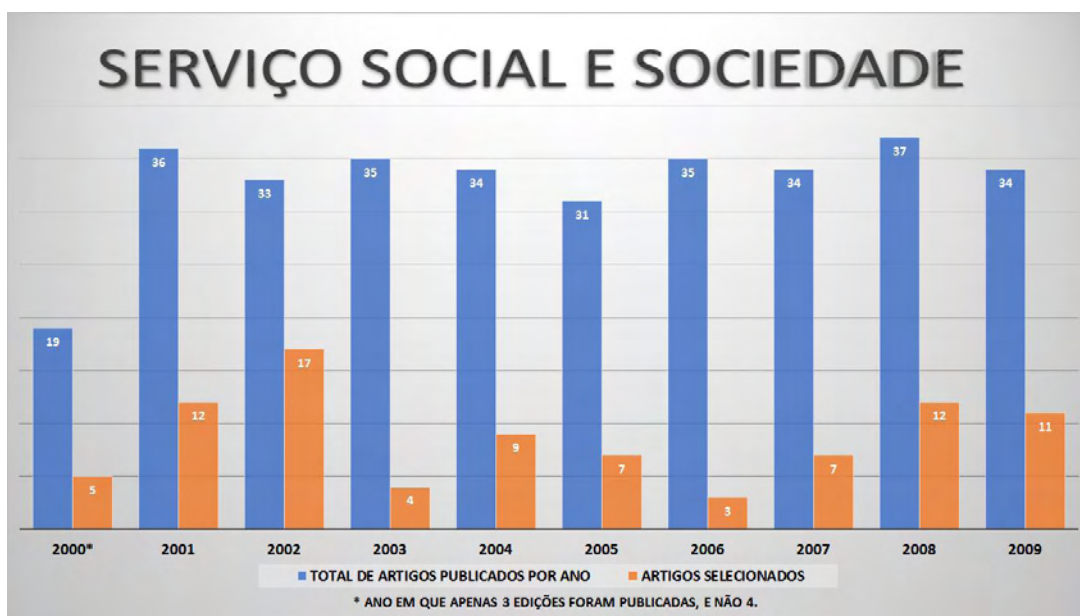


Gráfico 1. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2000-2009)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

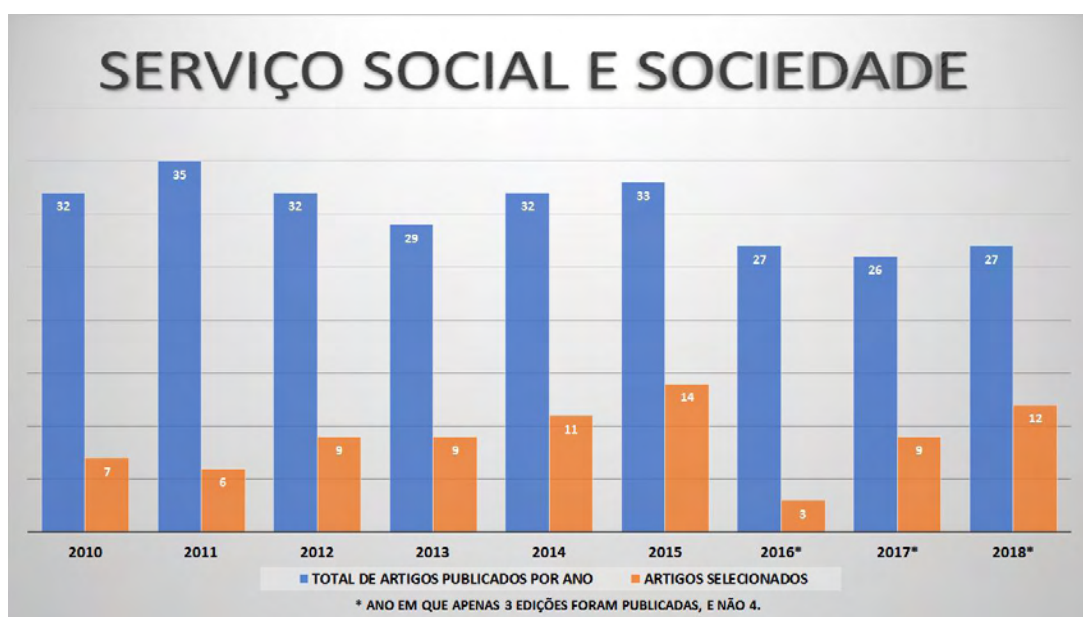


Gráfico 2. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2010-2018)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

Os achados preliminares indicam que as sequelas da reestruturação produtiva incidem perversamente sobre as demandas cotidianamente postas aos assistentes sociais e espaços sócio-ocupacionais deste profissional.

Estes espaços são refuncionalizados principalmente em dois aspectos: 1) a nova lógica das políticas sociais de orientação neoliberal, assumindo características como a fragmentação, focalização e assunção de um caráter emergencial à formulação e execução destas políticas; e 2) ações típicas do ideário neoconservador.

O primeiro aspecto aponta para a diminuição da perspectiva de direitos sociais, tendo em vista as várias "reformas" gestadas e operacionalizadas pelo Estado⁸. Nos artigos publicados a partir de 2004, verifica-se a discussão acerca do trato ofertado às políticas sociais no Governo Lula. Apesar da incipiência de seu mandato, já evidencia-se a compreensão de que a orientação macroeconômica do governo não se distanciava daquela orquestrada por FHC (NETTO, 2004). É também neste ano que se dá a implementação do SUAS. Nos anos posteriores (2005 a 2007), é recorrente o debate de aspectos ligados à reorientação das políticas sociais nessa conjuntura.

Diversos textos evidenciam a incompatibilidade entre o discurso anterior de ampliação dos direitos sociais previsto na Constituição Federal de 1988 e a agenda de reformas que atingem as políticas. Assim, sob essa perspectiva, as políticas sociais aparecem como focalizadas, emergenciais e de caráter meramente compensatório.

O acirramento da "questão social" e a fragilidade dos vínculos empregatícios não apenas suscitam novos fenômenos que se manifestam no público que demanda os serviços sociais, como também sobre o assistente social como trabalhador assalariado, assumindo algumas particularidades. Outrossim, os artigos denotam a presença de elementos como a flexibilização, a intensificação e a precarização, além do aumento da informalidade no cotidiano laboral do assistente social. Os impactos mais imediatos deste quadro traduzem-se em novas demandas, por parte da população, que encontram como resposta das instituições empregadoras dos assistentes sociais, a execução de ações típicas do ideário (neo)conservador (COELHO, 2008), o que colide frontalmente com a direção social assumida pela categoria a partir da década de 1980.

Estas demandas também implicam no redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, na medida em que mantêm aqueles já tradicionais (e.g. saúde, sócio-jurídico, empresas), refuncionalizando-os para atender às "novas" exigências

⁸ Apesar das diferenças operacionais dentre as "reformas" realizadas nos quatro últimos governos brasileiros desde FHC, é fato que todas seguiram o mesmo objetivo: precarizar o público e reduzir direitos, favorecendo largamente o capital estrangeiro.

políticas, econômicas e institucionais. Outrossim, implicam também no surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais como o terceiro setor, a responsabilidade social em empresas, a área socioambiental e a educação, a partir de questões emergentes que se colocam hodiernamente no cenário brasileiro. Dos vinte artigos que abarcam a temática dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, apenas um deles em 2013 faz referência aos tradicionais e aos novos paralelamente. De forma geral, os artigos abordam os espaços tradicionais com mais frequência: dentre esses, doze artigos fazem referência aos espaços clássicos (em 2000, 2004, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2018) enquanto oito debatem os novos (entretanto, esses são contemplados somente a partir de 2010, quando se inicia uma pausa e retornam somente entre os anos de 2013 e 2015). Este conjunto serve de envoltório e justificativa para ações e intervenções que culpabilizam e moralizam os usuários, colocando-os como responsáveis por suas próprias carências. Assim, a "questão social" é banalizada e, ato contínuo, naturalizada.

Mais recentemente (2017), começa a ser evidenciada a presença do gerencialismo no trabalho do assistente social, por estar presente em apenas dois artigos nos últimos dois anos de análise das revistas, o caracterizamos como uma *tendência* na qual exigências como o cumprimento de metas e o estímulo ao produtivismo são postos a esses profissionais a fim de "racionalizar" o atendimento das demandas e a organização do processo de trabalho.

No que concerne ao ressurgimento de ações e práticas profissionais típicas do ideário conservador, essa reformulação guarda relação com o imediatismo, o pragmatismo, o tecnicismo e o voluntariado, que ganham espaço na intervenção profissional, e cada vez mais a aproximam de uma prática de cariz controlador, assistencialista e moralizador.

A temática do neoconservadorismo marca presença na revista a partir do ano de 2007, traduzindo-se também no questionamento a respeito dos contrapontos existentes entre a formação crítica defendida pela profissão a partir dos anos 80 e a formação de caráter mercadológico praticada a partir da ofensiva neoliberal. Além disso, a retórica pós-moderna surge na revista em 2009, e é tratada nos artigos como reflexo teórico do neoconservadorismo nesse panorama de ofensiva neoliberal. Após uma breve pausa iniciada em 2010, essa questão do neoconservadorismo ressurge em 2015, com especial destaque no periódico e permanece com certa frequência até o ano de 2018. Os artigos demonstram a preocupação dos autores em relação ao avanço do conservadorismo na sociedade e seus desdobramentos para a profissão.

4. CONCLUSÃO

O processo da reestruturação produtiva e da lógica neoliberal incidem liminarmente sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social de diversas maneiras. De acordo com Raichelis (2011), os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização atingem o mundo do trabalho e, em conjunto com outros elementos como a agudização da “questão social”, o solapamento das políticas sociais e o trato repressivo conferido a esta na contemporaneidade, acabam por reestruturar os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais à medida que novas demandas são postas e novas atribuições profissionais são exigidas. Em nossa análise, a dinâmica social atual requisita dos assistentes sociais um outro “perfil profissional” (IAMAMOTO, 2015), em sintonia com as novas exigências postas pelo mercado de trabalho reestruturado.

Os artigos analisados demonstram que as edições da revista acompanham a conjuntura social, ou seja, expressam o quanto o Serviço Social está sintonizado com as questões levantadas na pesquisa. Isto significa que, apesar dos desafios postos, a profissão continua questionando realidade social na qual está inserida. Faz-se necessário, portanto, destacar que, mais que nunca, é fundamental garantir a defesa de uma intervenção profissional dotada de uma maior qualificação teórica, competência técnica e clareza política (NETTO, 1996).

Nesta direção, a análise minuciosa do periódico nos permite verificar que, embora o atual contexto societário propicie grandes retrocessos, a categoria profissional está acompanhando e debatendo as tendências do mercado de trabalho, bem como o surgimento de novas demandas e as diversificadas alterações em seus espaços sócio-ocupacionais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, n. 147, p. 129-144, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF>> Acesso em: 1º de junho 2019.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediatividade na prática profissional do assistente social**. 319 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **De Lula a Bolsonaro - trajetórias políticas do Brasil contemporâneo**. 2019. Disponível em:

<https://www.academia.edu/37847799/DE_LULA_A_BOLSONARO_Trajeto%CC%80rias_Pol%CC%80ticas_do_Brasil_Contempor%CC%80neo>. Acesso em: 10 março 2019.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB, p. 341-376, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas do Século XX**. 2003. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>> Acesso em: 28 maio 2019.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie". Serpa, 2010. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 14 junho 2019.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.79, p. 05-26, jul./set. 2004.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, jan./abr. 1996.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/10.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, Edições 62-133, 2000-2018. ISSN 0101-6628.

VALLE, Karla; LEITE, Janete. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n131/0101-6628-ssoc-131-0109.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

DÉCADA DE 1960: ditadura militar, movimento de reconceituação e marxismo no
Serviço Social

Emilene Oliveira de Bairro¹

RESUMO:

O artigo faz parte da pesquisa de doutoramento da pesquisadora, que se encontra em andamento, que discute e faz reflexão sobre a Teoria de Marx e sua materialidade na Pós-Graduação em Serviço Social na área 32. E traz como subsídios para pensar a profissão hoje, um pouco da sua trajetória histórica de lutas e resistências, conduzindo para o debate os anos 1960 com o Movimento de Reconceituação e a aproximação ao marxismo, bem como a relação com os anos de chumbo da Ditadura Civil Militar, no Brasil.

PALAVRAS- CHAVE: Ditadura Militar; Movimento de Reconceituação; Marxismo; Serviço Social

ABSTRACT:

The article is part of the researcher's doctoral research, which is underway, which discussed and reflects on Marx's Theory and its materiality in the Post-Graduation in Social Work in area 32. And it brings as subsidies to think the profession today, a little of its historical trajectory of struggles and resistances, leading to the debate in the 1960s with the Movement of Reconceivation and the approach to Marxism, as well as the relationship with the lead years of the Military Dictatorship in Brazil.

KEYWORDS: Military dictatorship; Reconceivation Movement; Marxism; Social Service

1. INTRODUÇÃO

Por entender a importância da Teoria Social Crítica de Marx, para a leitura da realidade social brasileira e mundial, engendrada no Serviço Social brasileiro, desde os primórdios dos anos 1960, é essencial estudá-la. Essa Teoria² é referência para observar, analisar e vivenciar, a realidade concreta na área do Serviço Social, porém nesse artigo, não será possível aprofundar sua maturação, no momento. É importante ressaltar que as convulsões que aconteciam no mundo e no Brasil, nos anos 1960, não escaparam dos pensamentos do Serviço Social brasileiro. O contexto da Ditadura Civil Militar de 1964, a

¹Bacharela em Serviço Social/UNIPAMPA; Mestra em Serviço Social/PUCRS e Doutoranda em Serviço Social/PUCRS, emilene2010@yahoo.com.br. Serviço Social Internacional e os movimentos sociais: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e Lutas sociais contemporâneas.

² “[...] entendemos que a concepção ontológica, histórica e científica do legado de Marx e Engels é a que consegue ir à raiz da condição humana, em sua construção histórica no interior das relações sociais capitalistas, de forma mais abrangente e radical em relação às demais concepções e teorias vigentes” (FRIGOTTO, 2016, p. 49).

resistência do movimento estudantil entre outras frentes, contribuíram também para os questionamentos no interior da profissão³.

O momento acentuava as relações sociais capitalistas, e apresentava-se ainda mais evidente, entender e compreender os processos da realidade atual, por meio da história da profissão no Brasil, por isso, o Movimento de Reconceituação, o Método Belo Horizonte e o Congresso da Virada são tão importantes para a categoria profissional.

2. MARCAS NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Movimento de Reconceituação Latino Americano é estudado, pesquisado e apreendido na produção do conhecimento da área, até os dias atuais. Cotidianamente encontramos pesquisadores e pesquisadoras (BATISTONI, 2017; CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2018), atentas as descobertas desse movimento, tão caro para a categoria profissional. É importante citar, que esse é um diferencial do Serviço Social, além de estar-se meticulosamente estudando a profissão, para assim melhorar enquanto categoria, também se mostra às novas descobertas, apresentando assim como são fundamentais as pesquisas na área. Nessa direção, é possível evidenciar, por meio da produção do conhecimento sobre essa temática, que os anos 1960, não foram nada fáceis para o cenário, não apenas brasileiro, mas Latino Americano.

Evidencia-se, na primeira metade da década de 1960, uma articulação entre os profissionais da América Latina, que é diluída em torno de 1965. A razão para o desmonte dessa articulação, com vistas à superação de uma lógica conformada com o capitalismo, não é outra que não as ditaduras na América Latina, inauguradas com o Golpe de 1964, no Brasil e, depois, com os demais golpes espraiados pelo Cone Sul (AQUINO; SILVA; VIEIRA, 2017, p. 154).

Na área conta-se com muitos sujeitos, que discutem os anos de Chumbo da Ditadura Militar e também o Movimento de Reconceituação (AGUIAR, 2011; IAMAMOTO, 2008; NETTO, 2005, 2007; MARTINELLI, 2010; SILVA, 2011 entre outros). Porém, é precípuo recordar e destacar que os sujeitos históricos que fizeram parte desse momento, resistiram e lutaram, não apenas naquele dado momento, porque esses sujeitos, mudaram os rumos de determinado tempo histórico, rompendo com as ações da época. “Os homens

³ “O diálogo entre setores do Serviço Social e a tradição marxista inicia-se na década de 1960, no interior de um movimento social que não é exclusivo ao Brasil, tampouco à profissão. À época, além da pressão dos movimentos revolucionários e da rebelião estudantil, especialmente na França (1968), a universidade brasileira não escapa, também, às influências interna do golpe militar de 1964. É nesse contexto que emerge a Reconceitualização do Serviço Social na América Latina – processo que questiona o significado da ação profissional e, por conseguinte, introduz o marxismo nos conteúdos da formação profissional – com repercussões e derivações do pensamento de Marx que se colocam na agenda profissional até hoje” (TAVARES, 2013, p. 09).

fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Com isso, é importante recordar que os profissionais do Serviço Social na época da ditadura militar, começam a questionar a realidade social vivida, buscando superar a “[...] atitude contemplativa, imediata e superficial, e do pensamento abstrato, esvaziado de conteúdo, reflexão e crítica. Implica, portanto, uma ruptura crucial – a ruptura da alienação [...]” (MARTINELLI, 2010, p. 137). Conforme destaca Martinelli, os profissionais aos poucos começavam a perceber as contradições da sociedade.

No início da década de 1960, grupos de assistentes sociais passam a questionar o Serviço Social quanto à sua natureza e operacionalidade. Esse questionamento é o da validade do corpo teórico do Serviço Social em face à realidade da América Latina. No Brasil esse questionamento se fez por um número significativo de assistentes sociais, quer pelos que estavam comprometidos com os programas do governo, mas que desejavam reformas, quer por aqueles mais ligados com o povo (AGUIAR, 2011, p. 159).

Com isso, os profissionais na América Latina organizam-se em seminários. “[...] começa a consolidar-se com os chamados seminários regionais promovidos por assistentes sociais latino-americanos. O primeiro foi realizado em 1965, em Porto Alegre, com profissionais da Argentina, Uruguai e Brasil” (AGUIAR, 2011, p. 159). É destaque na pesquisa, que vem sendo realizada pelas pesquisadoras Closs; Machado; Zacarias (2018), pois mostra que o Rio Grande do Sul, teve um papel fundamental em tal assertiva. O Seminário Latino-Americano de 1965, em Porto Alegre, foi um marco para a renovação do Serviço Social brasileiro, mesmo em tempos tão cruéis de Ditadura Civil Militar⁴.

A elaboração desses legados e marcos históricos em solo gaúcho levaram o Serviço Social de Porto Alegre a um caminho de politização renovação do exercício profissional, acompanhada pela organização sindical e pela adesão de segmentos da profissão à ideologia social-democrática brizolista do PTB, desde o final da década de 1950. Grande parte dos profissionais que compunham a tendência estrutural-participativa era de Assistentes Sociais da secretária de Trabalho e Habitação, especialmente do seu Departamento de Assistência Social. Cabe salientar que foi esse grupo de profissionais que organizou o primeiro Seminário Latino-Americano de 1965 (CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2018, p. 75).

⁴ “Foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaza: a ditadura *oprimiu* (através dos meios mais variados, da censura à onipresença policial-militar), *reprimiu* (chegando a recorrer a um criminoso terrorismo de Estado) e *deprimiu* (interrompendo projetos de vida de gerações, destruindo sonhos e aspirações de milhões e milhões de homens e mulheres). Para durar por duas décadas, o regime do 1º de abril teve que perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou fazendo “desaparecer”) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo burgueses e militares que tinham compromissos com a democracia – o que significou que aqueles vinte anos foram também *anos de resistência*” (NETTO, 2014, p. 17, grifos do autor).

Mesmo que o momento fosse de repressão intensa, pela Ditadura Civil Militar, iniciada em 1964, os profissionais do Serviço Social, se viam a mercê de diversos questionamentos em relação a sua realidade social e profissional. É mister, resgatar que esses questionamentos de ordem mais crítica, não foram feitos anteriormente na profissão, por isso também, se trata de um movimento muito caro ao Serviço Social brasileiro⁵, considerando sua trajetória atual. Mesmo que a Ditadura, tenha jogado um balde de água fria nos ânimos que exalavam mudanças, foi o início de um processo de mudança, isso não se pode negar, pois, claramente o amadurecimento político, crítico e intelectual dos profissionais, só vem com o tempo, e apesar das profundas consequências desse período, “[...] não foi possível liquidar totalmente o pensamento revolucionário socialista do cenário cultural brasileiro” (ZACARIAS, 2017, p. 07).

Nesse contexto social e político as relações sociais estavam expostas a diversas formas de repressão, com isso os ideais revolucionários de esquerda eram reprimidos, mas, ao mesmo tempo, começam a surgir várias vertentes e um aprofundamento “[...] das fontes originais do pensamento socialista revolucionário, [...]” (NETTO, 2007, p. 108). Esse é um momento particular na história, pois até hoje é considerado que ocorreu uma emersão superficial do marxismo acadêmico (um marxismo sem Marx). Trata-se de um marco no Serviço Social brasileiro, pois não eram feitas leituras na fonte das obras de Karl Marx, e sim de publicações de autores que liam e interpretavam a obra marxiana. Mas a história mostra que no decorrer dos tempos, o marxismo foi “aflorando” na raiz do Serviço Social brasileiro.

Assim explicitada, a análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica no exercício de apreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste movimento com as lutas das classes subalternas (BATISTONI, 2017, p. 139).

Não há como falar de Movimento de Reconceituação ou de tradição Marxista no Serviço Social brasileiro, sem ver o contexto em sua totalidade histórica de lutas pela América Latina. É essencial salientar que as ponderações dos fatos que marcam a profissão no Brasil são transversais ao seu processo de gênese, transformação e maturação (BAIRRO, 2016), cernes da evolução e materialidade da profissão no Brasil. A luta e resistência durante a ditadura, foi realizada e organizada por diversos atores sociais, dentre eles, vários sujeitos envolvidos com o Serviço Social no Brasil e na América Latina, pois, a

⁵ “Em 2017 o CFESS lança o livro: Serviço Social, Memórias e Resistências: contra a ditadura, depoimentos: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>>”.

ênfase no Movimento de Reconceituação, só pode ser situada dentro de um contexto muito mais amplo, de caráter mundial e não de forma isolada (NETTO, 2005).

A ebulição dos anos 1960, a construção do Seminário Latino-Americano em Porto Alegre (1965), a ditadura militar e a construção do Movimento de Reconceituação trouxe para o Serviço Social brasileiro um horizonte de mudanças, aliado à classe trabalhadora e a sociedade brasileira de fato. O assistente social passa a se enxergar como um trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, como os demais, uma vez que esse Movimento, “[...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas” (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 16). Projeto este (PEPP), que até os dias atuais está se construindo e se fortalecendo.

A perspectiva de mudança, que atravessa a profissão no Brasil, nos anos de chumbo, coincidia com a necessária e urgente consciência dos profissionais que questionavam esse contexto e que eram os fomentadores da virada na profissão. É importante ressaltar que essa efervescência, esse fortalecimento crítico com a intenção de romper com o tradicionalismo na profissão, se fortalece na efervescência da Ditadura Militar que estava em processo, o que deixava os sujeitos inquietos e questionadores da ordem, primeiramente no campo universitário, depois seguindo para os demais setores, buscando mudanças.

O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas reformulações, possuiu sempre um ineliminável *caráter de oposição* em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória (NETTO, 2007, p. 248, grifos do autor).

A década de 1960 foi extremamente importante para o Serviço Social brasileiro e Latino-Americano, mostrando seus rebatimentos até os dias atuais. “O posicionamento crítico [...] emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo movimento histórico” (IAMAMOTO, 2008, p. 37). Os profissionais se organizaram para (re) construir a profissão de forma coletiva. Por esse viés, pensar os dias atuais, com as enormes retaliações ao marxismo, e a luta dos anti-marxistas, aprofundadas após as eleições de 2018, é primordial para o fortalecimento da categoria profissional e de seu patrimônio histórico.

Como foi salientado, o Movimento de Reconceituação marcou a década de 1960, iniciou o processo de renovação da profissão e buscou romper com o Serviço Social tradicional. Segundo Netto, esse movimento “[...] é, sem qualquer dúvida, parte integrante

do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características” (2007, p. 146). Como já dito, essa erosão, destacada por Netto, foi essencial para o surgimento de atores críticos, frente a realidade brasileira. Ao longo da formação em Serviço Social, a decisão de romper com o tradicionalismo e conservadorismo⁶ da profissão significou, mudar a concepção do seu início, com suas teorias importadas pré-determinadas e uma falta de vinculação com a realidade concreta da sociedade, buscando novos ares. “A primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo – universo cultural e político inteiramente estranho e alheio à nossa história profissional – ocorre, nas décadas de 1960-1970, a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina” (IAMAMOTO, 2018, p. 212).

É essencial compreender que a inspiração/tradição marxista, foi medular para o Serviço Social brasileiro, pois foi na Reconceituação “[...] que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista [...]” (NETTO, 2007, p. 148). É relevante deixar claro, porém, que no Serviço Social brasileiro, a perspectiva marxista foi surgindo e crescendo ao longo do processo histórico da profissão e da sociedade. Pois, conforme nos mostra Netto:

O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis do pensamento de inspiração marxiana no caminho de ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista o aspecto -, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2007, p. 148-149, grifos do autor).

Durante esse processo de efervescência, da entrada da tradição marxista, abre-se o processo dos Seminários de Teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista), em que se destaca a perspectiva modernizadora, talvez uma resposta⁷ ao Seminário Latino-Americano de 1965, em Porto Alegre. A perspectiva modernizadora é alicerçada pelos Documentos de Araxá e Teresópolis. No de Araxá discutiu-se tradicionalismo, harmonia, globalidade, macroatuação, formulação e gerência das políticas sociais, transformismo com um referencial estrutural-funcionalista. No Documento de Teresópolis, dois grupos participaram dessa produção, discutiu-se requalificação profissional, redefinição do papel

⁶ “O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista” (YAZBEK, 2009, p. 147).

⁷ “Ainda em estudos/pesquisas”.

sócio técnico do trabalho, “funcionário do desenvolvimento”, que não se esgotam aqui. Porém é significativo ressaltar que, em nenhum destes documentos, foi feita alguma forma de crítica a ditadura militar vivenciada no contexto contemporâneo da época. Os seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, mostraram-se com uma grande defasagem teórica e um enorme simplismo, sem material novo, conforme destaca Netto (2007).

Como Netto evidencia os Seminários de Teorização, não criticavam a sociedade e seu momento histórico, que era de Ditadura Civil Militar, pois não havia em seu seio a perspectiva de mudança social, de transformação. O que se apresentava, neste momento, era a exigência de um desenvolvimento do país, agarrado ao conservadorismo⁸, que, mesmo, para a época e no contexto vivido, eram percebidos como forma de mudança.

Todavia, José Paulo Netto em seu livro, *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2007), analisa três perspectivas no momento da Reconceitualização, seriam elas: Perspectiva Modernizadora⁹, Reatualização do Conservadorismo¹⁰ (inspiração fenomenológica) e Intenção de Ruptura¹¹ (renovação). A perspectiva de Intenção de Ruptura, é a perspectiva mais importante para o estudo aqui proposto, por considerar-se que, a partir dela, somam-se esforços para uma “renovação” no Serviço Social brasileiro, com aproximação da tradição marxista, mesmo que de forma equivocada. “[...] a perspectiva de intenção de ruptura desenvolveu a sua politização, sempre em confronto com a ditadura, especialmente no marco da oposição pequeno-burguesa

⁸ “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 23).

⁹ “Essa vertente se caracteriza pelo esforço de tornar o Serviço Social uma profissão capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento do país, entendido como superação do atraso pela busca do progresso, do moderno. [...]. No essencial, a vertente modernizadora, do Serviço Social, orientando-se pelo desenvolvimentismo, se fundamenta, teoricamente, no estrutural-funcionalismo e se preocupa em repassar os programas governamentais para as populações, sem uma crítica à ordem vigente. Pauta-se, portanto, pela perspectiva de manutenção do social estabelecido, em que o desenvolvimento significa superação do atraso, modernização” (SILVA, 2011, p. 131).

¹⁰ “Reatualização do Conservadorismo: perspectiva do pensamento fenomenológico, sem confronto de ideias, processo de simplificação. Almeida como referência, com personalismo católico, como nova roupagem” (NETTO, 2007). “A matriz teórica dessa vertente é a fenomenologia, com destaque para as dimensões da subjetividade. Sua representante mais ilustre, no Serviço Social, é Anna Augusta de Almeida, cuja principal obra é o *livro Possibilidades e limites da Teoria do Serviço Social*, publicado em 1978, no apagar das luzes da vertente modernizadora e no despontar da perspectiva de ruptura no Serviço Social” (SILVA, 2011, p. 133, grifos do autor).

¹¹ “Intenção de Ruptura: perspectiva de renovação, romper com o tradicionalismo, mais próxima da Reconceitualização, caráter de oposição à autocracia burguesa, espaço universitário importante com interação intelectual” (NETTO, 2007). “O Projeto Profissional de Ruptura, referenciado neste estudo, é identificado, historicamente, a partir dos anos 1970, com avanço significativo durante a década de 1980. Há que se registrar que, na primeira metade dos anos 1970, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolve uma proposta profissional alternativa ao denominado tradicionalismo no Serviço Social, com toda uma preocupação com critérios teóricos, metodológicos e interventivos, explicitamente direcionada ao que entendia como interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. Assim, com equívocos ou não, o “Método Belo Horizonte”, como ficou conhecido, não pode deixar de ser considerado um marco do Projeto Ruptura do Serviço Social no Brasil” (SILVA, 2011, p. 135).

radicalizada” (NETTO, 2007, p. 25). Essa perspectiva é idealizada com o Método Belo Horizonte¹², pouco lembrada no Serviço Social brasileiro, extremamente importante para a renovação do Serviço Social brasileiro de linha crítica, que se desenvolve para romper com o tradicionalismo da gênese da profissão.

Em algumas Universidades¹³ vão se formando massas críticas de profissionais, fortemente, nos círculos da graduação e também da pós-graduação, que entre o final da década de 1960 e início da década 1970, vão construindo, na categoria profissional, de forma coletiva, a vontade de romper com o tradicionalismo da gênese. “Esse momento – em que o projeto da ruptura se consolida academicamente -, com o acúmulo particular que propiciou [...] uma massa crítica nova, permitiu à perspectiva da intenção de ruptura [...]” (NETTO, 2007, p. 266, grifos nosso). A leitura feita da realidade, não dava conta do cotidiano, as contradições perpassavam também o cotidiano profissional, os questionamentos e críticas. O pensamento era romper com o Serviço Social de sua gênese, mas sem qualquer perspectiva de transformação social, que hoje aflora na maturidade da categoria profissional e da construção de seu patrimônio histórico.

Entretanto, apesar de toda a dureza do regime militar, que durou aproximadamente 20 anos no Brasil, e a aproximação reducionista inicial com o marxismo, os Assistentes Sociais conseguiram organizar em 1979, o III CBAS, momento histórico e decisivo para a categoria profissional, que posteriormente foi denominado de Congresso da Virada, demarcando a “[...] importância na construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro” (BRAVO, 2009, p. 680). Essas décadas são marcadas pela contribuição da pesquisa e a abertura dos programas de pós-graduação¹⁴ no Brasil. Quanto mais se aprofunda, mais se percebe a importância e a essência da pesquisa na área, para conhecer melhor a profissão, qualifica-la e por conseguinte, contribuir com a realidade social. Destaca-se nesse momento, muito fortemente uma aproximação com as Ciências Sociais, dessa forma, colaborando com a incorporação do pensamento crítico e o aumento da produção teórica na área 32, pois, foi nessa época que se teve o lançamento da Revista Serviço Social & Sociedade, a partir de 1979 pela Editora Cortez, referência até os dias

¹² “A primeira expressão teórica dessa vertente, a experiência de Belo Horizonte, construída entre 1972 e 1975 e conhecida como o *Método BH*, é fruto deste peculiar desenvolvimento do projeto de ruptura [...]” (BARROCO, 2007, p. 110, grifos do autor).

¹³ “Articula-se àquelas referências o fato de a experiência da escola mineira desenvolver-se em uma instituição universitária com condições relativamente favoráveis, pela presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo aos docentes e discentes espaço de resistência intelectual e política, ainda sem sofrer os controles da Ditadura Civil Militar” (BATISTONI, 2017, p. 141-142).

¹⁴ “Na dimensão acadêmica, verifica-se a criação e o desenvolvimento da pós-graduação; a iniciação da pesquisa, destacando-se a utilização da pesquisa-ação pelo Serviço Social; a abertura da Cortez Editora (inicialmente Cortez & Moraes), constituindo-se num espaço de comunicação das reflexões e debates realizados pelos profissionais que, até então, no Brasil, contavam apenas com o CBCISS, sendo que as possibilidades de acesso a publicações críticas eram bastantes limitadas ou quase inexistentes” (SILVA, 2011, p. 64).

atuais. Constrói-se assim, um importante marco no desenvolvimento da produção do conhecimento em Serviço Social (CARVALHO [et al], 2005).

Vale dizer, que o Movimento de Reconceituação é um marco referenciado na profissão, se fortaleceu no seio da categoria profissional durante os anos 1965 a 1975, com um marco temporal de 10 anos, gerado por inquietações e questionamentos que continuam, de certa forma, influenciando a profissão. Mesmo que com possíveis equívocos e desacertos, possibilitou a reflexão da categoria sobre sua identidade enquanto parte desta sociedade de classes.

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade (SILVA, 2011, p. 121).

Mas é com essas proximidades, que tanto a construção e legitimidade da Reconceituação em 1965, o Método Belo Horizonte (BH)¹⁵, e o Congresso da Virada 1979, são considerados marcos da introdução da Teoria Social Crítica de Marx e do surgimento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, que é essencialmente contra-hegemônico a sociedade capitalista contemporânea. É identificado, porém, que essa aproximação é incipiente e aparente, porque as leituras eram feitas por autores que liam as obras de Marx, e faziam suas diversas e talvez distorcidas análises, e não faziam a leitura da própria obra Marxiana¹⁶, que é aprofundada, podemos observar, com mais propriedade a partir dos anos 1980, no Serviço Social brasileiro.

3. CONCLUSÕES

O entendimento e os estudos relacionados a história do Serviço Social brasileiro, principalmente os anos 1960, são indispensáveis para compreender as escolhas da profissão hoje. As lutas e as resistências da categoria profissional são de longe primordiais para contribuir com a transformação da sociedade contemporânea, para além da exploração e desmandos do capital nacional e internacional.

¹⁵ “Aqui merecem destaque os esforços de um grupo de profissionais que, em Minas Gerais, formula o método BH, que se constitui na mais significativa proposta crítica do Serviço Social elaborada nessa época no Brasil, influenciando o setor mais crítico da profissão, sobretudo aqueles que se encontravam nas universidades” (SILVA, 2011, p. 55).

¹⁶ “Não será utilizado o termo Marxiano com frequência nesse trabalho, mas se faz importante diferenciar do termo Marxista. Será utilizado José Paulo Netto, para essa distinção. “Distingo sempre a *obra marxiana* (o que é da lavra de Marx) da *tradição marxista* (o elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das diversas correntes marxistas)” (NETTO, 1989, p. 89, grifos do autor).

O Serviço Social brasileiro, tem buscado nas últimas décadas uma aproximação com a Obra de Marx e marxistas contemporâneos, para compreensão e intervenção no real. Dessa forma, com o entendimento da Teoria Social Crítica de Marx, a compreensão da realidade por meio das categorias do método dialético histórico e materialista se analisa e observa a sociedade de forma a entender o concreto, com todos os seus movimentos dinâmicos, observando sua estrutura e suas conexões, de aprofundamento das desigualdades e exploração da classe trabalhadora. Considera-se que para o aprofundamento e apropriação da Teoria Social de Marx, que não serão discutidas nesse artigo, mas são de extremo interesse e relevância, são essenciais para o entendimento do real e a materialidade da relação teoria e prática.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ªEd. São Paulo: Cortez, 2011.
- AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; SILVA, Aline Pereira Ribeiro; VIEIRA, Pedro Leonardo Cedrola. O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS. IN: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p.151-165, 2017.
- BAIRRO, Emilene Oliveira de. **Entre o real e o abstrato: materialização do projeto ético-político profissional do assistente social**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2016.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). IN: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p.136-150, 2017.
- BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 100, p. 679-708, out./dez. 2009.
- CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Ogrs). **Serviço Social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social, Memórias e Resistências: Contra a Ditadura, depoimentos (2017)**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>>. Acesso em: 04/04/2019.

CLOSS, Thaísa Teixeira; MACHADO, Graziela Scheffer; ZACARIAS, Inez Rocha. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS. IN: **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-80, jan/jul 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referências teóricos. IN: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. IN: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 02, p. 204-226, ago. a dez. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 95, p.05-32, setembro 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl Heinrich. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 30, p. 89-102, maio/ago 1989.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 84, p. 05-20, novembro 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, Marxismos e Serviço Social. IN: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n 01, p. 09-11, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ZACARIAS, Inez Rocha. A aproximação entre o Serviço Social e o marxismo. IN: **5º Encontro Internacional de Política Social**. 12º Encontro Nacional de Política Social. Tema: Restauração conservadora e novas resistências. Vitória, 2017.

SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NO PARAGUAI

Sabrina Santana da Silva¹

Esther Luíza de Souza Lemos²

Resumo: O Serviço Social na história do Paraguai manifesta diferentes particularidades, assim como o Movimento de Reconceituação que abrangeu a América Latina. O país viveu sob regime autoritário por boa parte de sua história e teve que lidar as consequências de uma guerra que o devastou. Esses elementos contribuíram para dar um movimento particular ao Serviço Social, sendo objeto de estudo do presente trabalho.

Palavras-chaves: Paraguai; Serviço Social; Reconceituação.

Abstract: The Social Work in the history of Paraguay manifests different peculiarities, as well as the Movement of Reconceituation that covered Latin America. The country lived under authoritarian rule for much of its history and had to deal with the consequences of a war that devastated it. These elements contributed to give a particular movement to Social Work, being the object of study of the present work.

Keywords: Paraguay; Social Work; Reconceptualization.

INTRODUÇÃO

O despertar da temática proposta é fruto do estudo e problematização sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, tanto por ser conteúdo ministrado na disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social no âmbito da graduação e, particularmente no ano de 2018, na disciplina de “Fundamentos do Serviço Social: desenvolvimento socio-histórico e concepções contemporâneas” no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - *Campus* de Toledo, quanto por ser tema pesquisado a partir da inserção docente na Pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória,” coordenada pelas professoras Marilda Villela Iamamoto (UERJ/UFJF) e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF). A partir desta inserção, nasceu a proposta de iniciação científica tematizando “O Serviço

¹Estudante do 2º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo – PR. Bolsista PIBIC, orientanda da Profa. Esther Luiza de Souza Lemos. E-mail: binasilva.2000@hotmail.com

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social (UNIOESTE). E-mail: estherlemos@gmail.com

Social e o Movimento de Reconceituação no Paraguai”, tendo em vista o desconhecimento sobre sua particularidade e o interesse na aproximação sobre a realidade do país vizinho, uma vez que a inserção das autoras está localizada no extremo oeste do estado do Paraná, região transfronteiriça internacional com Paraguai e Argentina.

A constatação da proximidade geográfica, do total desconhecimento sobre a realidade da profissão no país vizinho e da possibilidade de contribuição, motivou a docente e discentes a proporem uma atividade de intercâmbio com o Curso de Serviço Social da Universidade Nacional de Assunção, Paraguai. O intercâmbio se deu por meio de visita técnica e da realização do que foi denominado “Seminário de Intercâmbio Internacional Brasil – Paraguai”, ocorrido no dia 01 de junho de 2018 na cidade de Assunção - Paraguai, construindo uma primeira aproximação e troca de conhecimentos. Desta iniciativa com mestrandas/o do Programa, surgiu a proposição de um primeiro projeto de iniciação científica com o objetivo de aprofundar o conhecimento e investir nesta temática no âmbito da formação profissional na UNIOESTE.

O texto que ora se apresenta está baseado nas leituras realizadas, tendo como referências autores que analisam a formação social, econômica e política do Paraguai bem como assistentes sociais que tem como objeto de estudo a profissão. Dentre estes destaca-se a leitura de GARCIA (1996 e 2007), assistente social paraguaia e referência para o presente trabalho, profissional que partilhou a oportunidade de estabelecer diálogo por ocasião do intercâmbio realizado.

O texto foi subdividido em dois itens. Primeiramente contextualizando historicamente a formação social, econômica, política e cultural do país em questão, o Paraguai. Diferentes acontecimentos foram responsáveis por influenciar e determinar sua constituição. Para discorrer sobre a condição paraguaia e compreender na história o momento da institucionalização do Serviço Social e de sua Reconceituação, o foco estará nos dois principais regimes autoritários que o país viveu: primeiro sob a tirania de Francisco Solano López, que resultou na guerra contra a Tríplice Aliança e depois a ditadura do General Alfredo Stroessner Matiauda.

O segundo item aborda o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Apesar de semelhantes situações, condições e objetivos, este aconteceu diferentemente em cada país devido as peculiares conjunturas e às particularidades nacionais. Na produção bibliográfica da área, o Paraguai é um dos países que menos recebe atenção, as análises e estudos sobre ele quase sempre são em função do Brasil e da Argentina. Ao propor o presente estudo, reafirmamos a importância da visibilidade e produção de conhecimento sobre a realidade paraguaia enfrentando os anos de isolamento a que o país foi submetido.

Da herança da Guerra contra o Paraguai (1864 – 1870) à ditadura de Strossner (1954 – 1989)

O Paraguai declarou sua Independência em 1842, até esse momento tinha sido governado por José Gaspar Rodríguez de Francia, com uma política que consistia no total isolamento do país, condição alterada apenas com seu falecimento. Em 1844 o Congresso elegeu outro presidente, Carlos Antonio López, este percebeu a necessidade de se relacionar com seus vizinhos objetivando sua modernização, numa conjuntura internacional de expansão do mercado mundial. Após o reconhecimento da Independência do país pelo Império do Brasil, a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, estes fizeram alguns acordos com o Paraguai, que passou a ter acesso ao mar, buscando seu fortalecimento militar, importando máquinas, armamentos e técnicos europeus.

Ao analisar este contexto no continente, Mota (1995) pergunta: “A rigor, não seria permitido pensar que foi nessa conjuntura que a ideia de América Latina se adensou?” (1995, p. 243). É neste período que os investimentos internacionais e os pesados capitais estrangeiros encontram na América Latina a condição para a sua expansão através do desenvolvimento da infraestrutura, como estradas de ferro, portos e serviços públicos, além do incremento do processo de imigração em massa da força de trabalho europeia.

A partir de 1850, Carlos López começou a criar obstáculos em relação a livre navegação do Brasil no rio Paraguai. Esses obstáculos fizeram com que o Brasil começasse a ameaçar o país guarani com uma guerra, inclusive houve a iniciação dos preparativos para isso, buscando acordos com a Confederação Argentina. A situação para o Paraguai piorou depois de 1862, após a reunificação da Argentina. Com o Partido Liberal assumindo no Brasil, as relações de paz começaram a se deteriorar e em outubro do mesmo ano, Carlos López morreu. Após a sua morte, seu filho mais velho, Francisco Solano López, que até então havia sido Ministro da Guerra e da Marinha, assumiu o poder.

O Paraguai carecia de um bom serviço diplomático e tinha um sistema político autoritário, ou seja, não possuía meios de conseguir informações fidedignas ficando à mercê de interpretações equivocadas sobre a situação real da guerra civil no Uruguai, sendo um dos motivos pelo qual os conflitos se cristalizaram. Paralelamente não possuía um processo de decisões em que fosse avaliado todo o contexto platino em várias instâncias, pois tudo era decidido somente por Solano (DORATIOTO, 2002, p.70-71).

A guerra civil no Uruguai foi uma disputa entre os *blancos*, que estavam no poder e eram de um partido conservador, e os *colorados*. Solano Lopez tomou uma posição diferente do governo do Brasil e deu seu apoio ao *blancos* porque acreditava, devido ao mal

serviço diplomático, que o país guarani sofreria com intervenções militares vindas do Brasil. Solano também via nesse momento uma oportunidade de colocar o Paraguai como potência no contexto platino, tanto que o mesmo ordenou ataques ao Brasil e posteriormente à Argentina. Suas conspirações não deram certo pois os *blancos* perderam o poder no Uruguai e a aliança contra seu país começou a se materializar. Esse conflito era interessante a todas as partes, como confirma Doratioto (2002)

[...] a guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú [...]; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino [...]; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra os argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e as ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano Lopez. (DORATIOTO, 2002, p.93-96)

Os ataques ao território brasileiro e argentino e ascensão de Venâncio Flores ao poder no Uruguai, que era considerado um amigo do Brasil, permitiu a formalização da aliança entre esses países no dia 1º de maio de 1865. O Tratado da Tríplice Aliança determinava que ao fim do conflito, o Paraguai deveria indenizar todos os gastos da guerra, os danos e prejuízos causados. A guerra até 1868 foi uma guerra de posições, onde o exército que estava na defensiva quase sempre levava vantagem. A maioria das mortes não foi causada pelo combate, mas sim por causa das doenças que derivavam de má alimentação e péssimas condições de higiene.

Segundo Hobsbawm,

A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, com suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder a auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos na forma eficaz, graças talvez à original dominação jesuítica. (HOBSBAWM, 1996, p. 119)

A guerra só avançou em 1868, quando as tropas aliadas conseguiram ocupar a capital do país guarani, essa ação foi muito demorada pela falta de conhecimento do território, ainda assim, Solano conseguiu fugir e estender a guerra. Até esse momento muitas já tinham sido as perdas para todos os países, chefes militares e a opinião pública ambicionavam por paz, mas não foram atendidos porque o Imperador brasileiro queria acabar com a influência lopizta. Solano López foi um ditador tirano, com a guerra se tornou mais “paranoico” e desconfiado, produzindo a guerra mais sanguinolenta do continente. Ordenou muitos fuzilamentos para eliminar as pessoas que representavam ameaça para a sua hegemonia e para se apropriar de riquezas. Ao mesmo tempo era apresentado como benfeitor pelas propagandas no país, uma vez que as controlava; era um super-homem, como uma semi divindade, isso também fez com que a guerra se prolongasse. Todas as derrotas sofridas eram vistas como consequências de traição a López, Doratioto (2002)

evidencia que “(...) de todo modo, de 31 de maio a 14 de dezembro de 1868, das pessoas que morreram em prisões paraguaias, [...] três quartos eram acusadas de traição. Morreram quase todos os homens de relevância de Assunção e do interior e, em seguida, os generais [...] as execuções não acabaram aí, pois nos últimos meses de guerra novos massacres ocorreram por ordem de Solano Lopez (DORATIOTO, 2002, p.347).

Solano, manteve uma resistência suicida e persistiu em sacrificar os últimos recursos que detinha. Nesse momento, seu exército em sua maioria era composto por idosos e crianças. O líder paraguaio foi encontrado morto no dia 1º de março de 1870. De acordo com Doratioto (2002), as consequências dessa guerra foram enormes para o Paraguai. Solano Lopez se utilizou de todos os recursos humanos e materiais possíveis para manter-se na guerra, causando a destruição da nação e a perda de territórios que eram disputados com seus vizinhos. Quem mais sofreu com esse conflito foi a população paraguaia, que teve grandes perdas. As estatísticas divergem entre os historiadores mas, segundo Doratioto (2002), os mais recentes estudos afirmam que as perdas variam entre 28.286, no mínimo, e 278.649, no máximo, em uma população com o número de habitantes entre 285.715 e 450 mil. Em cinco anos de guerra o Paraguai perdeu quase toda a população masculina.

Ao analisar o silêncio no Brasil sobre a Guerra contra o Paraguai, Mota (1995) considera que

Por outro lado, como deixar de indicar, do ângulo da História e da historiografia brasileiras, a Guerra do Paraguai como um trauma, uma chacina em larga escala, uma hecatombe demográfica, um genocídio, inclusive no final, com o que restou do exército paraguaio cheio de crianças, um cataclisma que desequilibrou o Império? Certamente aí reside uma das chaves para o estudo do movimento republicano e abolicionista no Brasil: em perspectiva ampla, a Guerra, a Abolição, a proclamação da República e a implantação da ordem neocolonial definem uma nova configuração histórica. . (MOTA, 1995, p. 247)

A reconstrução do país levou décadas sendo a herança da Guerra contra o Paraguai uma herança que dizimou seu povo, sua cultura, economia e política gerando uma sociabilidade marcada por estas cicatrizes que no presente incidem nas relações entre os países da Bacia do Prata.

Após a guerra, tanto o Brasil como a Argentina, mantiveram esforços para exercer sobre o país guarani uma influência, devido sua importância geopolítica na região. Está localizado no coração da América Latina e possui rios que podiam se tornar uma grande possibilidade de desenvolvimento. Como não tem saída para o mar, o Paraguai desenvolveu certa dependência de ambos.

Sendo economicamente um país de produção primária, o Paraguai chega na década de 1950, num contexto pós segunda guerra, com exigências de desenvolvimento. Sendo general do exército paraguaio, em 1954 Alfredo Stroessner assume o poder após golpe no então presidente Federico Chávez. Stroessner chegou ao governo procurando outro pulmão

econômico, que seria o Brasil. A cessão do porto de Paranaguá, a construção da Itaipu, a Ponte da Amizade e a rodovia em direção ao Brasil, foram ações para ambos os lados que permitiu crescimento econômico para o país guarani e deu ao Brasil influência sobre o mesmo. Disso também decorre o enorme contingente de brasileiros que foram para território paraguaio. Seu governo executava uma política que, segundo Rolon (2010), tinha como estratégia

[...] legitimar seu poder interno, aliando-se a setores que tinham algo a ganhar, barganhando com o poder, combinando forte repressão a possíveis opositores e, por outro, soube aproveitar-se de uma conjuntura internacional marcadamente anticomunista. Para tanto aliou-se de forma incondicional aos EUA, já no contexto da Guerra Fria. (ROLON, 2010, p.67)

Alfredo Strossner desenvolveu uma política para garantir a independência paraguaia, se aproveitava de rivalidades para conseguir benefícios econômicos e políticos, usava o potencial energético e o fator geopolítico para ir de encontro com os interesses argentinos e brasileiros, e assim fazer com que esses dois países fossem aliados para uma maior integração do Paraguai. Um exemplo disso são os acordos bilaterais para as construções das hidrelétricas: a de Itaipu e a Yacyretá. Esta criou um clima mais cordial entre os países, serviu como legitimação interna para Strossner, permitindo que o Paraguai se desenvolvesse e fornecesse energia elétrica a baixo custo para o Brasil e Argentina; Estas são “estratégias de dominação e extremamente maléficas ao país” (ROLON, 2003, p.160). O país também se colocava ao lado dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, para combater o comunismo, em troca recebendo apoio financeiro, militar e econômico. Este foi um fator importante e decisivo na consolidação do regime.

A transição do modelo autoritário para um democrático acontece de forma diferenciada e um tempo depois dos outros países que estavam vivendo um período ditatorial, as principais razões para o desgaste do regime são: “[...] seu isolamento internacional, o colapso econômico e internamente a disputa pelo poder entre facções descoladas do próprio governo [...]” (ROLON, 2003, p.150). Após 35 anos de ditadura, em 1989 o país se vê diante de uma crise econômica, com o declínio do PIB, aumento do desemprego e com o enfraquecimento do sistema de prebendas, tudo isso contribuiu para que houvesse o nascimento de uma nova conjuntura. Além disso, o fator mais importante, é que a partir de 1984 se inicia um processo de divisão interna muito intenso dentro do partido, que repercute dentro das Forças Armadas e mais tarde fulminará o golpe para derrubar o governo de Strossner.

Alfredo Strossner durante seu governo exerceu uma política em que a sociedade ficava a mercê das vontades e dos seus projetos de dominação, o país se modernizou em um viés conservador e excludente e após a sua queda, em 1989, houve um general presidente inicialmente e depois eleições livres, mas ainda sob a legislação da ditadura, que

só se altera com a promulgação de uma nova Constituição. O partido Colorado continuou no poder e dominou o país por quase setenta anos, até 2008. Neste ano o ex-bispo católico, Fernando Lugo, foi eleito presidente pela Aliança Patriótica, partido de oposição, ficando até 2012. Depois de sofrer um julgamento político sumário no Congresso tendo como decorrência o impeachment, assumindo em seu lugar o vice-presidente Federico Franco do Partido Liberal. A partir de 2013 o Partido Colorado novamente assumiu a direção do país elegendo dois presidentes: Horácio Cartes e, a partir de 2018, Mario Abdo Benitez, seguindo a tradição de Strossner.

O Serviço Social e o Movimento de Reconceituação no Paraguai

É no movimento da história concreta, no movimento da luta de classes nas diferentes particularidades nacionais, que o Serviço Social nasce e se desenvolve como profissão, como parte da estratégia dominante no enfrentamento das expressões da “questão social”. A particularidade do Paraguai, como de qualquer outra realidade, não se dá a conhecer na sua imediaticidade, exigindo um conhecimento que se aproxime de suas determinações concretas e possa desvelar sua existência. Esta busca e apreensão encontra-se no Serviço Social paraguaio na produção de Garcia (1996) ao revelar que “Es importante recordar que hasta 1989 la sociedad paraguayavivió un régimen de dictadura militar que incidió en todas las esferas de la vida social del país y en la conformación del estatuto profesional e intelectual del Trabajo Social” (GARCIA, 1996, p. 20).

A gênese da profissão se explica no contexto do capitalismo monopolista, emergindo no fim do século XIX nos países de capitalismo central ao alterar a dinâmica da ordem burguesa. É um momento em que tudo se subordina ao movimento do capital, ele não controla somente as fábricas, passa a controlar a circulação, o consumo e o cotidiano dos indivíduos. É nesse momento em que emerge um espaço histórico social para a profissão, já que existem constrangimentos inerentes à acumulação e valorização do capital; a consolidação e amadurecimento do movimento operário; e a necessidade de legitimação do Estado. Esses três fatos fazem com que o Estado seja capturado pela ordem burguesa para intervir na chamada “questão social” e garantir uma sociedade coesa, já que isso é uma forma de responder as demandas da classe operária.

As contradições inerentes à “questão social” não são tomadas como advindas da relação capital x trabalho, se o fosse, revelaria sua essência colocando a natureza da ordem burguesa em xeque. Esta estratégia nos revela que as contradições da relação capital/trabalho são tomadas como problemáticas particulares, culpabilizando o próprio sujeito pelos rumos do seu destino, encontrando na profissão o respaldo para tal ação. O

Estado burguês, para legitimar-se, atua direta e indiretamente, responsabilizando o indivíduo e criando respostas pela mediação de políticas setoriais, necessariamente parciais e fragmentadas, para atender as demandas da classe trabalhadora. Daí surge a necessidade de um agente específico, esse agente é o profissional assistente social.

Netto (1992) evidencia que a emergência da profissão não se explica pelo desenvolvimento e racionalização das suas “protoformas”, pelo contrário, é a ruptura com a lógica filantrópica e assistencial das ações na sociedade baseadas num referencial ideal e na perspectiva da doutrina social da Igreja Católica que explicará a gênese do Serviço Social como profissão. É seu estatuto de assalariamento, constituição do mercado de trabalho profissional, que caracteriza sua profissionalização e desenvolvimento.

Na América Latina a emergência da profissão se dá a partir de 1925 no Chile, a profissão era uma auxiliar dos processos monopólicos, que se respaldava no pensamento positivista e subordinava a classe trabalhadora aos projetos da classe dominante, mas em seu campo profissional, com o decorrer do tempo e em contato com as contradições do cotidiano, as e os assistentes sociais vão se tornando permeáveis às demandas da classe trabalhadora e a outras perspectivas teórico-metodológicas que fundamentam projetos sócio-políticos.

Os registros profissionais evidenciam este processo particularmente na América Latina, evidenciado entre 1965 e 1975, como Movimento de Reconceituação do Serviço Social. A pesquisa deste processo é fundamental pois não foi um processo isolado e evidenciou, em diferentes conjunturas nacionais, o protagonismo de assistentes sociais dando sentido ao seu trabalho na apreensão crítica das condições objetivas que o demandam. Em meados da década de 60, a conjuntura permite a emergência de uma nova consciência profissional, de sua funcionalidade tanto para manter e reproduzir uma ordem social injusta quanto para permitir sua crítica, iniciando-se então um processo de politização do campo profissional, um processo que aconteceu diferentemente em cada país. O movimento começou com um viés do modelo desenvolvimentista, mas logo também foi transitando para ideias mais radicais, já que era um momento em que a opressão e exploração atingia fortemente a América Latina, a partir das experiências ditatoriais deste período (ALAYON, 2007).

O Movimento de Reconceituaçãonão foi homogêneo e também caracterizou a criação de um pensamento crítico denunciando as contradições advindas da luta de classes. Faleiros o define como “[...] resultante de unproceso histórico complejo de luchas, de resistencia al imperialismo y al orden dominante, de organización de lasclases subalternas y de construcción de un proyecto político de alianza com los dominados, esplotados y oprimidos, enla lucha por cambios profundos”(2007, p.60). Nesse momento as e os

assistentes sociais começam a questionar o Serviço Social Tradicional, suas práticas e seus aparentes resultados, isso se traduz em buscas por uma nova fundamentação teórica.

As condições que propiciaram a Reconceituação eram de níveis mundiais, um momento de tensão para as estruturas sociais do capitalismo que permitiram o surgimento de uma nova dinâmica e de um quadro favorável para a mobilização da classe trabalhadora. O enfrentamento do Serviço Social Tradicional resultou em uma grande união dos profissionais que desejavam contribuir para mudanças sociais, essa união era composta de profissionais com diferentes concepções, abarcava desde visões mais conservadoras, modernizante e desenvolvimentistas até as mais radicais. Esse movimento ficou congelado quando as ditaduras, patrocinadas pelos Estados Unidos, se materializaram nos países latino-americanos e reprimiram fortemente o pensamento crítico, foi a forma pela qual a ordem burguesa lidou com as ameaças e se reestruturou. No Brasil, na passagem dos anos 1970 aos 1980, os movimentos sociais e trabalhistas se reativaram e ganharam força, abrindo novas possibilidades e perspectivas para as e os assistentes sociais do país que, com a articulação latino-americana via ALAETS e CELATS, começaram a desenvolver uma perspectiva crítica tanto na teoria como na prática (NETTO, 2007).

Enquanto o Serviço Social se movia nesta direção nos demais países da América Latina, o que estava ocorrendo no Paraguai? Como se deu o processo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Paraguai?

Pelo exposto acima, o processo de democratização das relações sociais no Paraguai tem como marco o fim da ditadura do General Strossner, ocorrida apenas em 1989. Foram 35 anos de regime autoritário, cooptação e cerceamento das liberdades. Os profissionais do país guarani estavam desconectados desse debate e acabaram se atualizando com influências vindas dos Estados Unidos dada a vinculação direta do governo com a dominação imperialista estadunidense. A dura ditadura de Strossner deu outros moldes para o caminhar da profissão. Houve o crescimento econômico nessa época após uma política que visava uma maior integração do país no contexto latino e no mercado mundial.

Foi um período de expansão das instituições do Estado e intensificação da produção agrícola, da construção e do artesanato, criando uma demanda por assistentes sociais. Segundo Garcia, “La historiografía tradicional toma como marco de implementación del Trabajo Social en el Paraguay, el año 1939, con la fundación de la Escuela de Visitadoras Polivalentes de Higiene (...)” (GARCIA, 1995, p. 19). Com um cariz médico-higienizador, embora tenha existência desde fins da década de 1930, o que determinou a institucionalização do serviço social como profissão foi seu estatuto universitário a partir de 1964. A necessidade da profissão ter um nível universitário permitindo sua profissionalização e institucionalização adveio das exigências de intervenção do Estado.

Antes as profissionais eram chamadas de “visitadoras polivalentes de higiene” e atuavam principalmente em hospitais públicos sendo atuação em instituições estatais uma realidade desde a emergência do Serviço Social no Paraguai.

A passagem da profissão ao nível universitário foi sugerida pelos Estados Unidos, país que atuou diretamente na consolidação do regime de Stroessner e que detinha o apoio do Paraguai no contexto da Guerra Fria. A vinculação norte-americana também incidiu no processo de organização da profissão, eram realizados intercâmbios entre as profissionais, e a partir da década de 1960, começam a experimentar a influência do chamado metodologismo e tecnificação da profissão, modernizando e gerando a sensação de maior rigorosidade e cientificidade com as novas técnicas de intervenção (GARCÍA, 2007).

Determinações sócio-históricas da vinculação do Paraguai com os Estados Unidos incidiram na constituição do Serviço Social como profissão universitária participando do processo de modernização do país com o objetivo de responder, compactuar e contribuir com o desenvolvimento nacional direcionado aos interesses do Império. Os Estados Unidos também tiveram um papel determinante no que diz respeito aos serviços de repressão, auxiliando o Estado a manter a ordem e impedir possíveis resistências.

Para manter-se no poder Stroessner criou o sistema de prebendas, entre outros aspectos, os cargos públicos estavam destinados a pessoas filiadas ao seu partido, o Partido Colorado. Sendo o mercado de trabalho das e dos assistentes sociais majoritariamente nas instituições públicas, a política de cooptação não foi alheia à categoria, criando um caldo de cultura que compactuou historicamente com o projeto de poder dominante.

Apesar dessa atuação em instituições públicas o Serviço Social não estava desvinculado da Igreja Católica, tendo em suas ações assistentes sociais que atuavam em diferentes projetos. Sob influência do Concílio Vaticano II e dos documentos do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) de 1968 realizado em Medellín, não sendo homogênea, a Igreja Católica no Paraguai começa a modificar sua postura em relação a forma de enxergar a realidade. A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres permite a emergência da crítica às injustiças, pobreza e desigualdade social. A repressão à Igreja progressista por parte das Forças Armadas a mando de Stroessner é efetivada levando ao seu fechamento de alguns locais e à perseguição do Estado. Porém, mesmo com suas raízes vinculadas à Igreja, García (2007) destaca que

Resulta llamativo que si bien los rasgos de la época muestranel vínculo histórico del Trabajo Social con la iglesia, la profesión no ha desarrollado un movimiento constestatorio desde ese ámbito en momentos en que algunos sectores católicos se mostraban cuestionadores de la dictadura (GARCÍA, 2007, p. 274).

De acordo com García (2007), que realizou entrevistas com as pioneiras da profissão no país e acessou arquivos das décadas de 1960 e 1970, não há conexão e sintonia das assistentes sociais do Paraguai com Movimento de Reconceituação Latinoamericano. Era um momento em que a categoria estava quase que totalmente submetida às imposições vindas do governo e sem reação pública que questionasse o poder instituído. Segundo a autora, o que pode se caracterizar como uma introdução ao debate da Reconceituaçõesão uma série de questionamentos teórico-metodológicos que só surgem depois de 1989, com a queda do regime ditatorial, pelo fato de alguns profissionais e estudantes vinculados a movimentos sociais começarem a criticar as competências da profissão.

É durante a década de 1990, período de democratização do país, que as e os assistentes sociais no Paraguai começam a colocar a profissão como objeto de estudo, se vinculam com os movimentos sociais, com as reivindicações e as demandas que estavam surgindo, contribuindo no processo de politização e autonomia profissional. Ao Serviço Social paraguaio se incorporam visões críticas e contestadoras, que tem como objetivo dar novos rumos e direcionamentos para a profissão. Passam a exigir uma formação profissional mais qualificada que seja comprometida com as grandes maiorias populares do país. As manifestações desses profissionais passam a se sintonizar com a herança do Movimento de Reconceituaçonos demais países da América Latina através do estudo de textos e da pesquisa na área. Este processo vem se adensando no país com a

[...] inclusión em los programas de estudio, de textos sobre laReconceptualizacion [...] dichos textos yahabian pasado por um balance y existían otros textos cuales se introducían modificaciones a éstos, se publicaban y argumentaban cada vez de forma más substantiva otras ideas sobre el movimiento, próprio de lamadurez de um proceso que se revisa y ressignifica (GARCÍA, 2007, p.287).

O Serviço Social no Paraguai está em movimento e em 2001 realizou mudança curricular introduzindo o conteúdo das matrizes do pensamento social, com obras de Durkheim, Weber e Marx e iniciando uma abordagem que quer entender a historicidade do Serviço Social no país. Estão vivendo novo momento e construindo novos caminhos possibilitados pelos avanços do Movimento de Reconceituação do Serviço Social nos demais países da América Latina.

Considerações finais

A Guerra contra o Paraguai trouxe repercussões político-culturais e sócio-econômicas que carecem ser aprofundadas tanto pelos profissionais do país quanto por aqueles que tem como horizonte a integração latinoamericana no enfrentamento do imperialismo, particularmente na sua forma estadunidense, bem como de todas as formas de dominação neocolonial. O horizonte de *Nuestra America* está vivo!

A desconexão do Serviço Social no Paraguai com o momento particular em que se processou o Movimento de Reconceitualização nos demais países da América Latina (1965 – 1975) se explica a partir do conhecimento de sua particularidade nacional. Neste período, a atividade profissional era subordinada à ditadura e aos poderes que davam sustentação ao regime autoritário de Strossner, não tendo vínculo com os movimentos sociais, duramente reprimidos pelo poder de Estado. A modernização acessível aos profissionais foi a importada da influência dos Estados Unidos no país, sem construção de constatação.

A possibilidade de ruptura com tal influência foi possível a partir da saída de Strossner do poder em 1989, numa conjuntura internacional absolutamente diversa daquela na qual o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social desabrochou na América Latina. Depois de 35 anos de ditadura, o restabelecimento da democracia tem sido uma condição objetiva que tem permitido aos assistentes sociais no Paraguai construir a crítica e a autocrítica à direção social da profissão, construindo as mediações da construção do projeto profissional e sua conexão com projeto emancipatório. Em 2008 a Associação Profissional aprovou o Código de Ética e atualmente lutam pela Lei de Regulamentação da profissão.

A oportunidade da presente pesquisa representa uma iniciativa no contexto da cooperação internacional, não só para conhecer como foi o processo no país, mas também para que seja possível aprender com ele, tanto para as e os assistentes sociais do Paraguai quanto dos demais países, particularmente o Brasil, na partilha de construção de *Nuestra America!*

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. El Movimiento de Reconceptualización: una mirada crítica. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2aed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceptualización del Trabajo Social en Brasil: ¿una cuestión en movimiento?. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2aed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

GARCÍA, Stella Mary. La Reconceptualización del Trabajo Social en Paraguay. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2aed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

_____. Bases para un análisis del origen del Trabajo Social en Paraguay. BASE Investigaciones Sociales, Documento de Trabajo N° 76, Asunción, Paraguay, Enero, 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/63055816/N%C2%BA-76-Bases-para-un-analisis-del-origen-del-Trabajo-Social-en-Paraguay-Stella-Mary-Garcia-Portal-Guarani>. Acesso em 10/04/2019.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864 – 1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**. São Paulo, v 9, n. 24, maio/ago, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a12.pdf>. Acesso em 08/06/2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. La Reconceptualización continua viva, 40 años después. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2aed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

HOBBSBAM, Eric J. **A era do capital**, 1848 – 1875, 10 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai: transição democrática e política externa**. Tese: (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E A REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Fábio dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo aborda algumas implicações do uso de sistemas de informação como mecanismo de controle do trabalho e da reprodução da racionalidade burguesa nas políticas sociais com repercussões no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: sistemas de informação, racionalidade, exercício profissional de assistentes sociais

ABSTRACT: This article discusses some implications of the use of information systems as a mechanism to control labor and the reproduction of bourgeois rationality in social policies with repercussions on the professional practice of social workers in Brazil

KEYWORDS: information systems, rationality, professional practice of social workers

¹ Assistente Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Hospital de Urgência de Sergipe (UFS). Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: fabihoots@gmail.com. Eixo temático “Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional”.

I - INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que os sistemas de informação, oriundos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), têm sido utilizados entre outras funções como meio para conduzir à reprodução de uma racionalidade de tipo específica, a racionalidade manipulatória (MARCUSE, 1979), cujo objetivo é a reprodução da racionalidade formal burguesa. Esta é necessária à manutenção da classe (burguesa) dominante sob a qual travestem as contradições fundamentais geradora das desigualdades sociais próprias do capitalismo.

No Brasil a adoção de sistemas de informação como suporte na implementação das políticas sociais data da década de 1970, tendo sua primeira expressão na área de Previdência Social, através da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV). Em seguida, como parte da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), é criada, em 1991, o Departamento de Informática do SUS (DATASUS). A partir da suposta “modernização” proposta pela gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), desenvolve-se o Governo eletrônico (e-Gov) na perspectiva da garantia de mais “eficiência” na administração federal, nos serviços prestados pelo Estado e na relação deste com os parceiros públicos e privados. Nos Governos posteriores, houve ampliação e consolidação desse tipo de ferramenta em todas as áreas sociais, a exemplo dos sistemas informacionais de programas sociais como Cadastro Único (CadÚnico), Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), entre outros, vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A opção por sistemas informatizados na regulação e controle do acesso aos serviços e direitos sociais é uma tônica mundial. Esse tipo de tecnologia, resultado do desenvolvimento das forças produtivas de base microeletrônica, é incorporado primeiramente no processo de produção de mercadorias mais significativamente a partir de 1950. No entanto, as alterações mais profundas se dão no período pós-crise capitalista de 1970 em que se desenvolve a reestruturação produtiva e a acumulação flexível. As TIC's são utilizadas no processo de racionalização do trabalho e na desterritorialização da produção de mercadorias; dá suporte aos mecanismos de financeirização e mundialização da Economia capitalista via bancos; e são fundamentais à redução de recursos materiais e humanos na prestação de serviços (públicos e privados); entre outras funcionalidades.

Em geral, o uso de sistemas de informação no campo das políticas sociais vem promovendo alterações nos processos de trabalho, imprimindo novo ritmo e racionalização do tempo, com implicações de ordem operacional e na perspectiva da reprodução da racionalidade formal burguesa. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar elementos que demonstram como os sistemas de informação têm corroborado

no processo de reprodução desta racionalidade hegemônica, no exercício profissional de assistentes sociais.

II – “MODERNIZAÇÃO” DO ESTADO BRASILEIRO E O CONTROLE DO TRABALHO PELOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O chamado pacto para modernização do Estado brasileiro, elaborado pelos grupos ligados à social-democracia burguesa do país, sobretudo, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), sob a “batuta” de Bresser Pereira, concretizou parte das diretrizes do ajuste neoliberal² iniciada nos Governos FHC. Essa “modernização” foi promovida a base de mudanças na legislação nacional, no funcionamento e redimensionamento do próprio Estado. Ela “inicia com a liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilidade monetária (Plano Real) e prossegue a com reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado” (BEHRING, 2008, p.176). Diante da suposta rigidez e ineficiência do Estado a reforma gerencial esteve direcionada “para o controle dos resultados e baseada na descentralização, visando qualidade e produtividade no serviço público” (BEHRING, 2008, p.177), promovendo na verdade “uma contrarreforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta” (BEHRING, 2008, p. 198).

A principal consequência nos processos de reordenamento dos estados nacionais na perspectiva do ajuste neoliberal “é a redução do número de servidores públicos e a supressão de instituições governamentais acompanhada da transferência de responsabilidade estatais para o setor privado” (LINS, 2015, p. 104), com estímulo à mercantilização das políticas públicas e sendo o acesso a qualquer tipo de proteção social estatal objeto gradativo de focalização e seletividade. Nesse contexto, a adoção das TIC’s pelo Estado funciona como meio de exercer o controle sobre o trabalho e tornar aparentemente imparcial os processos cada vez mais intensos de seletividade e focalização do acesso a serviços e benefícios sociais, afinal, “o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreforma(s), destinado à supressão e redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2007, p.226). Assim, há impactos diretos na precarização das condições de vida da população, entre outras seqüelas, aumentando a demanda daqueles/as que necessitam de assistência das políticas públicas. Some-se a isso a redução do quadro de profissionais para operacionalização de atendimento a esta demanda e tem-se delineada a sobrecarga de

² Como parte das saídas alternativas encontradas pelo capitalismo para superação da crise de 1970. As diretrizes para o ajuste neoliberal encontra-se no chamado Consenso de Washington em que os Bancos mundiais determinam uma série de alterações importantes aos estados nacionais latino-americanos como base na privatização e na redução do Estado (BATISTA, 1990).

trabalho para os/as profissionais que estão na ponta do atendimento às necessidades da população.

Além de intensificar os processos de trabalho nas empresas públicas e privadas no Brasil, como confirma a pesquisa de Dal Rosso (2008), as tecnologias da informação “produzem um efeito mais controlador, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desaparecem os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a avaliação fiscalizatória do desempenho, entre outros” (RAICHELIS, 2010, p.767).

Vale dizer que os sistemas de informação foram criados especificamente para aumentar os ganhos de produtividade nas disputas de mercado “como elemento que dá suporte a estratégias empresariais para enfrentar as forças competitivas atuantes no mercado” (AUDY, 2005, p.129). Pela capacidade e funcionalidade de realizar coleta, processamento, armazenamento e distribuição de dados (AUDY, 2005) não são necessariamente uma exclusividade das empresas. O uso desse tipo de tecnologia, seus sistemas de gestão, gerenciamento e controle extrapolam o campo do processo produtivo e passa a fazer parte do conjunto de instrumentos do chamado setor improdutivo, como o das políticas sociais. Aqui, o computador configura o principal instrumento através do qual os sistemas de informação condensam a captura de uma (ou mais) ação determinada através do algoritmo³. Este se caracteriza como conjunto de instruções e institui a “primeira linguagem de programação do computador [...], composta apenas de números” (MEDINA; FERTIG, 2006, p.15)⁴. Como corolário,

A racionalidade tecnológica invade as relações políticas, institucionais e sociais. Ao colocar as diferentes disciplinas profissionais a serviço da acumulação/valorização do capital, visando à aplicação de um conjunto de conhecimentos ou princípios ao processo produtivo, a classe hegemônica transforma-as em tecnologias. Contudo, tais práticas profissionais devem conservar a condição fundamental da sua existência sob o capitalismo: que o trabalho apareça homogeneizado, abstrato, geral para que produza valor (GUERRA, 2007, p.165).

Essa forma de racionalidade possui um viés ideológico determinado. Transfere para tecnoburocracia das instituições a essência das contradições e das desigualdades do sistema capitalista. Deste modo, a razão técnica, assim como a razão instrumental, se constitui também como expressão da razão formal-abstrata – modelo de racionalidade que não é apenas lógico, mas, fundamentalmente, ideopolítico: “quanto mais burocrática, formal e abstrata a racionalidade imanente, mais manipuladora da realidade se tornam o controle e a hegemonia burguesa” (SANTOS, 2018, p. 70), reprodutora de ações manipulatórias.

O problema que aqui se coloca é o da passagem do intelecto à razão. Deixando de lado as questões ontológicas do em si, a práxis manipulatória pode operar eficazmente com as categorias do intelecto; ocorre nela um processo no qual *divide-*

³ Esse tipo de elaboração só é possível aos humanos pela sua capacidade teleológica de agir e pensar socialmente (VASQUEZ,).

⁴ Para saber mais sobre o tema ver (SANTOS, 2018).

se o real em um certo número de “dados” ou elementos *finitos*, posteriormente *combinados* segundo *regras formais* (os termos sublinhados constituem precisamente categorias intelectivas: divisão, finitude, combinatória, formalização). Ora, os procedimentos intelectivos, fixados em regras independentes do conteúdo, constituem aquilo que Horkheimer chamou de “razão subjetiva” (em contraste com a “objetiva”). Embora provenham de uma abstração realizada no objeto, a característica essencial delas não é a de constituírem reflexos da realidade, mas de serem procedimentos subjetivos que, formalizados e generalizados, possam tratar o objeto como um mero material de manipulação; em outras palavras, essas categorias ou regras refletem a própria atividade do sujeito no ato da práxis manipulatória. (COUTINHO, 2010, p.95-96, grifos originais).

A práxis manipulatória é uma das formas de materialização da razão formal abstrata, que corrobora com o afastamento das possibilidades de realização da práxis criativa e da ação teleológica inerente ao gênero humano. Afinal, este ato (teleológico) se dá a partir da reflexão feita na e pela consciência do ser social. Sendo assim, pode corroborar na execução de ações sem a reflexão consciente, conduzindo à reprodução da práxis manipulatória na qual o uso de regras formais contribui para a negação do reconhecimento da teleologia e da práxis criadora como características inerentes ao ser social.

Conseqüentemente, os sistemas de informação refratam mudanças no exercício profissional de várias categorias que compõem a divisão sociotécnica do trabalho, entre elas, os/as assistentes sociais que atuam nas políticas sociais, cuja dinâmica dos processos de trabalho foi alterada de forma substantiva. Nesses espaços sócio-ocupacionais, os instrumentais técnicos como cadastros, questionários, relatórios, requerimentos para seleção de benefícios estão sendo informatizados, impondo nova dinâmica e, de um modo geral, acelerando o ritmo de trabalho – seja pela política de redução dos recursos humanos nessas áreas, seja pelo processo de racionalização e controle do tempo de atendimento – afinal, permitem que o/a trabalhador/a, dentro da mesma carga horária para que foi contratado/a, seja condicionado/a a aumentar a sua capacidade de realizar atendimentos. A tendência é a intensificação do processo de exploração do trabalho, uma vez que parece vantajoso para as instituições a ampliação do número de atendimentos (considerado como produtividade) sem aumentar o tamanho das equipes profissionais. No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o tempo dispensado para atendimento ao usuário/a já é pré-determinado e controlado por sistemas de informação, como exemplo concreto dessa realidade. Por isso, a qualidade do trabalho passa a tornar-se (re)dimensionada por meio da priorização institucional que é conferida às metas de produtividade. Além disso, a primazia exigida na “alimentação” e atualização das informações nesses sistemas em detrimento de outras atividades possíveis às profissões – entre elas, o Serviço Social – contribui para a reprodução da racionalidade burguesa produtora de desigualdades sociais permanentes.

III – IMPLICAÇÕES DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DA SUA RACIONALIDADE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Os sistemas de informação no capitalismo têm sido utilizados, entre outras funções, para exercer controle sobre o trabalho e possibilitar a quantificação do volume de tarefas realizadas (SANTOS, 2018). Esses sistemas permitem mensurar a quantidade de resultados gerados durante o exercício profissional, seja por dia, por hora, por minutos, até mesmo por segundos. Os mesmos cálculos servem como indicadores do desempenho de cada profissional por meio do qual o trabalho é medido a partir de números. Nesses termos, a importância do quantitativo de atendimentos realizados (considerado por muitas instituições como produção) torna-se muitas vezes superior à qualidade do serviço prestado. Os sistemas de informação caracterizam-se, portanto, como instrumentos que conduzem à prática produtivista, mensurando e regulando a sua capacidade laborativa e induzindo sua adaptação a níveis crescentes de exploração, posto que, possibilita realizar mais tarefas e em intensidades cada vez maiores.

O controle do trabalho e dos atendimentos realizados, possibilitado por esta Razão tecnológica (técnico-científica), contribui para transformação da ação manipulatória e instrumental como um fim em si mesmo. Uma vez requerida como prioridade institucional, as metas de produtividade configuram-se também como reforço à padronização das respostas profissionais tensionando, inclusive, para a supressão dos conteúdos éticos e políticos inerentes aos projetos de cada profissão. Encobre, desse modo, as possibilidades de reflexões, elaborações e práxis que caminhem na contramão da racionalidade formal burguesa.

A sociedade capitalista, como sociedade administrável e quantificável, expande e hipertrofia esta lógica para todas as relações sociais. Tudo se passa como se a matemática fosse a medida do mundo e o mundo se reduzisse a uma inteira linguagem matemática. É que, como decorrência do pensamento formal-abstrato, todas as propriedades dos objetos se subsumem à quantidade. Não é casual que o critério seja o ter e não o ser, que a exigência pelas metas de produtividade superem a preocupação com a qualidade e o compromisso com um projeto e com a práxis social. A exacerbada e única preocupação com as metas de produtividade, com as estatísticas, com o quantificável, tanto se pauta em uma determinada racionalidade pobre e empobrecedora do exercício profissional quanto é resultado dela (GUERRA, 2017, p.194).

A reprodução da racionalidade manipulatória (derivada da racionalidade formal), além de induzir ao produtivismo, tende a retirar as possibilidades de realização de quaisquer outros compromissos, além dos requeridos institucionalmente. Embora apareçam como desprovidos de intencionalidade, o trabalho superestimado pelo quantitativismo dos seus resultados, controlados e monitorados através dos sistemas de

informação, caracteriza-se muito mais como resultado da manipulação técnica do que, necessariamente, da ação profissional interventiva.

Atualmente, os sistemas de informação são fundamentais no controle e na regulação do acesso a benefícios sociais da política de Assistência Social, a exemplo dos sistemas do CadÚnico e SIGPBF, entre outros. Estes sistemas são manipulados pelas equipes multiprofissionais, incluindo assistentes sociais. Ao fazer o cruzamento dos dados do Censo SUAS de 2014 identifica-se que 14.003.441 famílias eram beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF) sob o atendimento e acompanhamento de 17.567 assistentes sociais distribuídas nos respectivos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios – uma média de 797 grupos familiares para cada assistente social. Considerando que esses dados referem-se apenas a demanda deste programa, denota-se significativa sobrecarga de trabalho no trato dessa demanda institucional, ainda que se desconsiderem aquelas famílias que estão excluídas do maior programa de transferência de renda do país – objeto de busca ativa do profissional – ou na fila dos demais benefícios da referida política. Soma-se ainda, a oferta do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que no mesmo ano atingiu o quantitativo de 4.130.432 beneficiários, além da assistência aos/às usuários/as que carecem de benefícios eventuais como o Auxílio Funeral (que cresceu 44,4%), o Auxílio Natalidade (evoluiu 36,8%), os Auxílios relacionados à Segurança Alimentar (aumentou em 62%), passagens (crescimento de 31,8%) e outros benefícios que também se ampliaram em 23% (BRASIL, 2014). Todas essas demandas objetos de um CRAS acarretam ainda mais trabalho para a mesma equipe de profissionais. No caso de assistentes sociais esse quadro dificulta ir além das exigências institucionais, incorrendo justamente no risco de redimensionar o trabalho à manipulação de tarefas de controle e regulação pela mediação dos sistemas de informação como um fim em si mesmo.

A política de assistência social, pelo modelo adotado, vem condicionando um exercício profissional que fica restrito à aplicação de normas vinculadas a administrar a concessão de benefícios, rotinas, baseado em critérios seletivos, quantitativos e condicionalidades, em uma racionalidade do cálculo, em procedimentos formais, manipulatórios. Tais ações absorvem um exercício profissional convertendo-o e reduzindo a um conjunto de ações instrumentais, visando a fins imediatos. Aqui, as ações exemplares são as que se relacionam com a implementação do BPC, averiguação do cumprimento de condicionalidades e a veracidade de informações (GUERRA, 2017, p. 73).

Esse contexto obstaculiza o desenvolvimento de um conjunto de atividades possíveis e complementares à redução da dependência dessas famílias em relação aos programas assistenciais dessa natureza. Isto implicaria num trabalho que não fosse caracterizado somente pela prevalência da transferência de renda, mas com o desenvolvimento de ações contínuas junto aos usuários de modo a superar o mero repasse de benefício financeiro. No entanto, há que se considerarem as condições de

trabalho objetivas, pois, mesmo as tarefas aparentemente mais simples como a entrevista social e a visita técnica domiciliar encontram-se ameaçadas, respectivamente, pela falta de espaço adequado e transporte institucional para realização das mesmas (SERAFIM, 2014). Esta situação crítica nas condições de trabalho se repete em outras áreas de atuação do Serviço Social (SANTOS, 2018).

Diante da sobrecarga de trabalho e da complexidade das demandas, a tendência é que o/a assistente social acelere os processos e seja conduzido/a a desconsiderar ou desprivilegiar etapas que, muitas vezes, são importantes para qualidade do seu trabalho em termos do reconhecimento do perfil do/a usuário/a e da complexidade das necessidades sociais deste/a para além do acesso paliativo aos benefícios institucionais.

A operacionalização das políticas está sendo atravessada por uma forte tendência à seletividade e focalização, contribuindo para ações profissionais voltadas quase exclusivamente para o enquadramento institucional das demandas, em detrimento daquelas voltadas ao incremento da participação da população. Limitar-se àquilo que é determinado pela lógica institucional, sem vislumbrar a ampliação das possibilidades de intervenção, leva o assistente social a ser um mero cumpridor de tarefas, sem a capacidade propositiva, que o fará um profissional atuante e reconhecido coletivamente (TRINDADE, 2017, p.80-81).

As competências de organizar, executar, coordenar, assessorar, elaborar, planejar, administrar, implementar, pesquisar, avaliar políticas, programas e projetos sociais, bem como orientar, prestar atendimento, encaminhar usuários/as, grupos ou à população (CFESS, 2011) são ações profissionais que devem fazer parte do arcabouço técnico-operativo do/a assistente social, mas que nem sempre são requeridas pelas instituições. No caso daquelas em que o acesso aos serviços está sob intermediação dos sistemas de informação, já vem preventivamente programado no sentido do controle social, retirando parte da autonomia profissional e impondo uma direção que caminha para a reprodução não só de uma atividade cada vez mais alienada, mas das formas de estabelecimento da desigualdade social. Afinal, a natureza dessa especialização técnica está, quase sempre, condicionada à subalternidade dos programas e serviços institucionais colocando a atividade profissional em constantes dilemas e contradições postas de fora (pela política econômica) para dentro (das políticas sociais).

Santos (2018) denota ainda preocupação na forma como parte dos/as profissionais lida com a incorporação dessas ferramentas no trabalho sem reconhecer que essas mudanças operam “uma ida sem volta” para o seu exercício profissional. Uma vez estabelecidas rotinas tendo como base a regulação do acesso a benefícios sociais por meio de sistemas de informação, as mesmas não serão destituídas, posto que, racionalizam o tempo e simplificam o trabalho, gerando o tipo de “eficiência”

desejada pelas instituições empregadoras. “Eficiência” nos moldes da “modernização” do Estado, mas, não necessariamente nos moldes que asseguram a qualidade ética e técnica para o profissional, nem a ampliação do acesso para os/as usuários/as.

A lógica gerencial do Estado neoliberal que vem dando a tônica desde FHC até os últimos governos no Brasil, com oscilações entre o Estado mínimo e o Estado liberal-social⁵, se reflete na “eficiência” de um quadro de profissionais reduzido que cumpra satisfatoriamente as metas institucionais de produtividade. Vale dizer, a introdução dos sistemas de informação pode implicar, no atual contexto, na não-reposição de profissionais e até mesmo na redução de postos de trabalho – semelhante ao que já ocorre a algum tempo no terreno do setor produtivo⁶.

Contraditoriamente, a possibilidade da racionalização do trabalho potencializada pelos sistemas de informação não implica diretamente numa liberação do tempo que antes era gasto com preenchimento manual de documentos físicos, confecção, manuseio, arquivamento de material, pastas, prontuários, entre outras tarefas inerentes. Esse tempo sobrando tem sido utilizado para aumentar o número de atendimentos realizados e ocultar a necessidade da ampliação de profissionais. Com o excesso de demandas, o/a profissional é engolido/a pela dinâmica do cotidiano, o que contribui para a limitação das atividades humano-genéricas em que se expressam a heterogeneidade, a espontaneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva⁷:

A dinâmica, as requisições e as condições objetivas sobre as quais a intervenção se realiza não são as mais adequadas à reflexão, a partir do que muitos profissionais se limitam a apenas realizar suas tarefas. Mas o cotidiano profissional não facilita a percepção das demais dimensões da profissão. Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social. A prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiência, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2017, p.55).

Pela prevalência dessas condições de exploração do trabalho e da subordinação mediante o exercício profissional carregado de limitações institucionais, reforçados pela incorporação dos sistemas de informação em espaços ocupacionais com equipes cada vez mais enxutas, os riscos de cair no pragmatismo torna-se eminente, uma vez que

o pragmatismo, como o modo de ser da imediaticidade do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real. Ele opera em um nível da práxis, cuja inserção e apreensão imediata da realidade passa a ser a atitude prática

⁵ Cf. Behring (2018)

⁶ Cf. Antunes (2011)

⁷ Que tende a priorização das respostas em nível superficial, extensivo e amplo, e em detrimento de respostas que exijam “o esforço intenso, concentrado e contínuo” (GUERRA, 2017, p.54)

do homem comum no cotidiano. A atitude pragmática e o pensamento no cotidiano se naturalizam e são naturalizados pela racionalidade tipicamente burguesa. Pensamento e atitude pragmáticos, por permitirem a inserção dos profissionais na realidade, ratificam na profissão um tipo de realismo, ele próprio ingênuo, que se contrapõe ao realismo crítico (GUERRA, 2013, p.6).

Infere-se que o Serviço Social tem natureza interventiva, não podendo ter sua dimensão técnico-operativa configurada em pressupostos que se fundamentem na perspectiva de neutralidade nesse processo. Da mesma forma que também os algoritmos, que constituem os sistemas de informação, não são neutros embora apareçam como isentos. Existe uma racionalidade embutida na forma em que estão organizados. É preciso identificar as contradições em que se fundam para buscar mediações que não corroborem com o processo de reprodução da racionalidade formal burguesa. À primeira vista, os sistemas informacionais aparecem como extremamente resolutivos, ágeis, simplificadores. E de fato o são. No entanto, têm funcionado como álibi para que as instituições passem a cobrar por “resolutividade” em tempos cada vez menores implicando, muitas vezes, na subsunção a uma prática espontaneísta e imediatista, apartando aquelas dimensões, que, para o projeto profissional do Serviço Social, são indissociáveis.

Os fundamentos teóricos e ético-políticos devem embasar e definir os procedimentos interventivos, sobretudo, reconhecendo que a reprodução da racionalidade formal hegemônica se dá de forma impositiva pelas instituições burguesas, que parametrizam as formas de organização das políticas sociais e dos processos de trabalho aí inseridos. No atual contexto, aprofunda-se a constatação de que as instituições, e, em seu interior, os/as assistentes sociais, estão cotidianamente tensionados pela reprodução da racionalidade burguesa dada a sua condição de subsunção ao trabalho, subordinação às demandas institucionais e ao pragmatismo engendrado nas relações sociais no capitalismo em crise.

IV - CONCLUSÃO

A incorporação dos sistemas de informação como parte das mudanças operadas no mundo do trabalho (produtivo e improdutivo) implica em uma série de seqüelas aos trabalhadores das mais distintas áreas profissionais. Sobretudo, aponta para o controle do trabalho, ao produtivismo cada vez mais crescente e à reprodução da racionalidade imanente à sociedade burguesa.

No caso de assistentes sociais que atuam nas políticas sociais, suas conseqüências vão desde o reforço à focalização da seletividade na regulação do acesso dos usuários aos serviços e benefícios sociais, até a subsunção ao pragmatismo do trabalho, colocando em risco o projeto profissional que se contrapõe

justamente à reprodução dessa racionalidade que esconde e repõe as contradições da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AUDY, J. L. N. **Fundamentos de sistemas de informação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consulta Popular: São Paulo, 1994.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez. São Paulo, 2008.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. CFESS: Brasília, 2005.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIAS, T. A. **Tecnologia informacional e trabalho no setor público**. IN: 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. CFESS: Águas de Lindóia, 2013.

FARRER, H. [et al.]. **Programação estruturada de computadores**: algoritmos estruturados. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GUERRA, Y. A. D. **A instrumentalidade do serviço social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Racionalidades e Serviço social: o acervo teórico-instrumental em questão. In: SANTOS, C. M.; BACX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUIMARÃES, A. M; LAGES, N. A. C. **Algoritmos e Estruturas de Dados**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, 1994.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.

MATOS, A. C. M. **Sistemas de Informação**: uma visão executiva. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MEDINA, M; FERTIG, C. **Algoritmos e programação**: teoria e prática. São Paulo: Novatec editora, 2006.

RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 104. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, F. **Os sistemas de informação no serviço social**: reforço da racionalidade formal-abstrata no exercício profissional dos/as assistentes sociais. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2018.

SERAFIM, M. D. L. A relação entre o crítico e o conservador: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2014.

O PROCESSO DE ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ERA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Franciele Gonçalves Moreira¹

Resumo: Por meio de estudos bibliográficos, o presente artigo analisa as transformações societárias decorrentes da crise do capital da década de 1970 e que resultaram na reestruturação produtiva e nas mudanças no âmbito do Estado. Além disso, analisa quais os rebatimentos dessas metamorfoses no mundo do trabalho, com foco no processo de adoecimento do assistente social na era da acumulação flexível.

Palavras-chave: Crise do Capital. Transformações Societárias. Condições e relações de trabalho. Saúde do trabalhador. Adoecimento do Assistente Social.

Abstract: Through bibliographical studies, this article analyzes the societal transformations resulting from the capital crisis of the 1970s, which resulted in productive restructuring and changes within the State. In addition, it analyzes the refutations of these metamorphoses in the world of work, focusing on the process of social worker's illness in the era of flexible accumulation.

Keywords: Crisis of Capital. Corporate Transformations. Conditions and working relationships. Worker's health. Deterioration of the Social Worker.

¹ Assistente social na Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete – MG. Especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: franciellee_@hotmail.com
Trabalho vinculado ao eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

1 – INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as transformações engendradas no âmbito da produção e a contrarreforma no âmbito do Estado capitalista a partir da crise da década de 1970, apontando os rebatimentos dessas modificações societárias na saúde dos trabalhadores em geral, com foco nas expressões do adoecimento de assistentes sociais em tempos de acumulação flexível.

A atual conjuntura política e econômica brasileira não tem favorecido a atuação do profissional de Serviço Social, tendo em vista que os cortes na área social bem como a inconsistência das políticas públicas existentes levam o profissional ao extremo esgotamento para dar respostas às inúmeras manifestações da questão social que se acirra neste contexto neoliberal. Cavalcante e Prêdes (2010, p.1) consideram que

a política econômica, a política social e o mercado de trabalho profissional mantêm uma constante e íntima relação, havendo trocas recíprocas entre eles. Nesse sentido, a política social está subordinada à política econômica, interferindo na qualidade dos serviços públicos prestados à população, bem como reflete nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social.

As transformações no mundo do trabalho e as novas reconfigurações dela decorrentes trazem, portanto, a necessidade de um conhecimento mais amplo sobre os processos e meios de trabalho de que dispõem os assistentes sociais no seu exercício profissional, bem como um conhecimento mais profundo do próprio profissional, que é o sujeito vivo que responde por esse trabalho e sofre suas consequências (RAICHELIS, 2013). Nessa esteira, a autora corrobora com as ideias de Franco, Druck e Seligman-Silva (2010 apud RAICHELIS, 2011, p.435) ao apontar que

profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso do assistente social, precisa ser mais bem conhecido, impondo-se o imperativo da pesquisa sobre a condição assalariada do assistente social e os seus impactos na saúde dos assistentes sociais. Torna-se urgente, pois, a formulação de uma agenda de pesquisa que possa produzir conhecimentos sobre essas situações de sofrimento do assistente social, pois é daí que poderão resultar subsídios fundamentais para a continuidade das lutas e embasamento de novas reivindicações e direitos que particularizem as específicas condições de trabalho do assistente social no conjunto da classe trabalhadora.

Portanto, corroborando com Raichelis(2010) e os autores supracitados, entendemos a relevância e a necessidade de realizar estudos e pesquisas que abordem e desvendem os rebatimentos na saúde física e mental decorrentes do exercício profissional do assistente

social. Conhecer também será uma ferramenta para enfrentá-los neste contexto de adversidades.

2 – TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

No período pós Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970, o capitalismo experimentou três décadas de expansão e elevação das taxas de lucros; esse período foi denominado “anos de ouro” do capitalismo nos países centrais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). O processo produtivo vigente desde 1914 e que teve sua consolidação no pós-guerra foi o taylorismo/fordismo, que apresentava características como produção acelerada e em série, trabalho fragmentado, repetitivo, monótono, do trabalhador semiquilificado. Para que esse processo produtivo pudesse chegar a sua maturação foi necessário firmar uma série de compromissos envolvendo os principais atores responsáveis pelo desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, segundo Behring e Boschetti (2011), alguns aspectos são centrais para entendermos esse longo período expansivo do capital e dentre eles podemos destacar as políticas keynesianas, que trouxeram novos papéis e poderes institucionais para o Estado. Nesse momento, o Estado passa a ter um papel mais ativo, regulando relações econômicas e sociais, firmando compromissos que resultarão nas políticas do chamado *Welfare State* – políticas voltadas para a garantia do pleno emprego, introdução de serviços sociais voltados para as áreas de seguridade social, educação, habitação, saúde e assistência para crianças, idosos e deficientes (*idem*). De acordo com Harvey (2008), no período de vigência do fordismo foi possível manter um crescimento econômico estável e aliado a esse crescimento, manter elevado os padrões de vida da massa da população ao combinar as políticas do *Welfare State*, com a administração econômica keynesiana e controle das relações trabalhistas, principalmente, o controle de salário.

Vale ressaltar que as crises cíclicas são constituintes do movimento do capital e, conforme aponta Mandel (1990), a crise do capital é sempre uma crise de superprodução de valores de troca que tem como principal manifestação a queda tendencial da taxa de lucros. Dessa forma, o fordismo e os “anos de ouro” do capital se encerram, portanto, no início da década de 1970, com mais uma crise de superprodução. A crise dos processos de trabalho taylorista/fordista nos países centrais impulsionou, portanto, a necessidade de reestruturação do capital e de organização e gestão da produção para atender às novas exigências do capital. Para que fosse possível que o modelo capitalista retornasse ao seu

ciclo de expansão, tornou-se necessário a adoção de um novo padrão de acumulação que vinha acompanhado de uma nova política econômica e ideológica: o neoliberalismo (ANTUNES, 1999). No que se refere à reestruturação no âmbito da produção, com marcantes diferenças da estrutura organizacional produtiva do fordismo, na década de 1970 ocorreu emergência do padrão de acumulação flexível, com o desenvolvimento de uma estrutura produtiva mais flexível

através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho” e dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES; DRUCK, 2014, p.14).

O trabalho regulamentado da era taylorista/fordista, portanto, vem sofrendo mutações e se tornando cada vez mais diversificado, sendo substituído pelo trabalho informal, terceirizado e precarizado, num contexto de maior exploração e apropriação do sobretrabalho (ANTUNES E DRUCK, 2014). De acordo com os autores, o resultado da acumulação flexível é uma explosão de novas modalidades de trabalho, na qual a informalidade e a precarização vão se tornar regra no capitalismo da era flexível. É possível observar a diminuição dos empregos em setores formais, em contraposição ao aumento dos empregos nos setores informais, aumento do trabalho *part time*, feminino, no setor de serviços, aumento das terceirizações, de trabalhos temporários, de subcontratações. A fragilidade de vínculos empregatícios traz à tona a subproletarização e como consequência a precariedade do emprego, baixa remuneração, ausência de condições de trabalho dignas, nenhum acesso a direitos sociais e ausência de proteções trabalhistas e de cobertura sindical (ALVES, 2000).

Além das transformações no âmbito da produção e suas consequências para o mundo do trabalho, com a crise houve também a necessidade de mudanças no âmbito do Estado; a chamada *contrarreforma*² do Estado capitalista. Behring e Boschetti (2011) nos mostram que, se nos “anos de ouro” do capitalismo se tinha um Estado intervencionista com papel de mediador na regulação das relações capitalistas, com a queda da taxa de lucros e o aumento da inflação, as críticas dos neoliberais sobre o papel do Estado e sua “atenção”, principalmente com a área social, ganharam destaque. Nesse sentido, a proposta neoliberal para o retorno do crescimento capitalista é a não intervenção do Estado na regulação tanto

²A título de esclarecimento, trataremos da reestruturação no âmbito do Estado como uma *contrarreforma*, tendo como base as considerações de Behring (2008, p.58-59) no que se refere ao termo, pois de acordo com a autora “existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias”.

do comércio quanto do mercado, a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego; todas essas mudanças estão associadas a reformas fiscais que tem como aliada a redução dos impostos para os rendimentos mais elevados, ou seja, quem recebe menos contribui mais (*idem*).

Desse modo, serão implementadas políticas de privatização, desregulamentação de direitos do trabalho, desmontagem das proteções sociais e desfinanciamento das políticas sociais. Diante dos primeiros sinais de crise e com o advento do neoliberalismo, as políticas de pleno emprego, intervenção estatal na economia e garantia de consumo, asseguradas pelo keynesianismo e que eram utilizadas como estratégias nos anos de crescimento do capitalismo, mostraram sinais de esgotamento.

Os efeitos da adoção do paradigma neoliberal tiveram rebatimentos diretos para a classe trabalhadora, “pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.127). É justamente nesse momento de intensas transformações que se tem o fortalecimento das premissas de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital e o mercado. É possível destacar, ainda, a desregulamentação dos mercados, o enxugamento dos gastos públicos – principalmente por meio das privatizações, a focalização das ações na área social, buscando estimular cada vez mais a solidariedade da sociedade civil através das organizações filantrópicas e não-governamentais (BEHRING, 2008).

No Brasil, assim como nos países centrais, o processo de contrarreforma do Estado preconiza uma agenda mínima para o social com o entendimento de que os investimentos financeiros e recursos para o desenvolvimento das políticas sociais são supérfluos. De acordo com Duriguetto (2007), não houve no Brasil sistema de proteção social semelhante àquele desenvolvido nos países centrais, contudo, segundo a autora, o coroamento jurídico-político das lutas e organizações da sociedade civil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a construção de uma espécie de Estado de Bem Estar Social, consagrando direitos sociais na tentativa de implantação de uma política social equitativa e universal. Na virada dos anos 1990, portanto, com a adoção das medidas neoliberais, a esperança acumulada no processo de redemocratização com a intensa movimentação social no final dos anos 1980, vai perdendo força tendo em vista os desmontes que já haviam começado a ser feitos nos direitos conquistados com a Constituição. Nesse sentido, alguns planos foram adotados pelo governo brasileiro na década de 1990 com reformas voltadas para o mercado e para o enxugamento das funções do Estado, como a descentralização da gestão, a transferência de responsabilidades para a sociedade civil, a abertura para privatização de serviços e

direitos sociais, a redução das políticas sociais, a desproteção do trabalhador, a descentralização de recursos e tarefas (BEHRING, 2008).

Todas essas transformações societárias tiveram rebatimentos nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora em geral. No que concerne aos assistentes sociais, Raichelis (2011) nos mostra que é inegável que tenha havido aumento nos postos de trabalho para esta categoria, principalmente no âmbito das políticas de Assistência Social, a partir da Seguridade Social e da implementação do SUAS. Contudo, salienta que, ao mesmo tempo em que é possível observar o alargamento do mercado de trabalho profissional, esse processo se deu em um contexto de aprofundamento da precarização das condições em que esse trabalho é efetivado “considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto” (RAICHELIS, 2011, p.434).

Dentre as organizações institucionais que fazem a mediação do exercício profissional, o papel de destaque é destinado ao Estado, sendo um dos maiores empregadores de assistentes sociais no Brasil desde a constituição da profissão, atribuindo a esses profissionais a característica de servidores públicos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). De acordo com os dados da pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizada em 2005 sobre o perfil dos assistentes sociais no país, é possível constatar que o profissional é majoritariamente um funcionário público – 78,16% dos profissionais atuam em instituições públicas de caráter estatal nas três esferas (CFESS, 2005). Contudo, mesmo que uma considerável parcela de profissionais esteja diante de uma situação empregatícia estável, garantida pela posição de servidor público, os assistentes sociais em seu mercado de trabalho sofrem com as transformações ocorridas tanto no âmbito da produção quanto no âmbito do Estado, como todos os outros trabalhadores. De acordo com Raichelis (2011, p.431)

A reestruturação produtiva do capital, da qual resultam diferentes formas de precarização do trabalho, atinge o mercado de trabalho do assistente social, incidindo, contraditoriamente, tanto no movimento de mudança e/ou redução de postos de trabalho em alguns campos (por exemplo, nas empresas industriais), como também de ampliação, como é o caso das políticas de seguridade social, com destaque para a política de assistência social, principalmente no âmbito municipal, em função das novas e intensas demandas aos municípios decorrentes da descentralização dos serviços sociais públicos.

Ainda que em alguns casos seja possível destacar o aumento da contratação destes profissionais como mencionado acima, a autora traz que os processos de flexibilização trabalhista, por meio de subcontratações, de terceirizações, de prestação de serviços para organizações governamentais e não governamentais, de contratação temporária, por

projetos, vem atingindo e precarizando as condições de trabalho dos assistentes sociais, sendo possível observar rebatimentos em sua saúde física e mental.

Em se tratando das condições e relações de trabalho em geral, é possível perceber que o assistente social tem sido, igualmente ao conjunto dos trabalhadores sociais, afetado

pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2013, p.625).

Conforme nos mostra Ghiraldelli (2018), esse quadro implica tanto na qualidade dos serviços que são ofertados à população quanto na saúde dos profissionais que se deparam com essas situações cotidianas. Pode-se constatar que os assistentes sociais “passam a apresentar sofrimentos e problemas como fadiga, estresse, depressão, ansiedade, dentre outros agravos, em decorrência das exigências, imposições e cobranças institucionais” (GHIRALDELLI, 2018, p.106). É possível perceber que as novas condições de trabalho a que são expostos os assistentes sociais, com intensificação do ritmo, o cumprimento de metas, os vários vínculos empregatícios, a dupla jornada das mulheres assistentes sociais, a rotatividade nos espaços de trabalho devido às relações trabalhistas instáveis e precarizadas em que o profissional pode ser descartado facilmente ou sair em busca de melhores oportunidades de emprego, produzem efeitos sobre o corpo e a mente destes trabalhadores. Tornou-se comum os relatos de profissionais sobre situações estressantes decorrentes das pressões que sofrem no cotidiano do espaço ocupacional, bem como sobre assédio moral, esgotamento profissional e quadros depressivos (RAICHELIS, 2013).

A ofensiva neoliberal, portanto, traz constrangimentos e viola direitos que têm impactos diretos na vida e no trabalho dos profissionais. Esses constrangimentos se apresentam de diferentes formas: assédio moral, ameaça iminente à vida, exposição a riscos à integridade, dentre outros (VICENTE, 2015). Como resultado da exposição a esses constrangimentos, Vicente (2015) aponta as manifestações físicas e mentais como distúrbios de sono, medo e crises de choro, sentimento de impotência, depressão, angústia, ansiedade, fadiga e alterações de metabolismo. Nessa mesma direção, Santos e Manfroi (2012) destacam que:

O crescimento da demanda, aliado à falta de condições de trabalho nas instituições, tem acarretado inúmeros problemas de saúde aos profissionais. Os problemas são de ordem física, tais como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, decorrentes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições. Esse crescente adoecimento profissional se deve à insegurança desencadeada pelas alterações, seja no mundo do trabalho, seja nas políticas sociais, decorrentes do neoliberalismo (SANTOS; MANFROI, 2012, p. 249).

De acordo com Faermann e Mello (2016), as transformações no mundo do trabalho apontam para uma exaustão e degradação do próprio trabalho e os profissionais de Serviço Social, diante do quadro de desmonte das políticas sociais, de alienação e do não reconhecimento enquanto pertencente à classe trabalhadora também passam por esse processo de adoecimento.

3 – CONCLUSÃO

Conforme a exposição é possível concluir que a precarização tanto da inserção do assistente social no mercado como da sua própria atividade profissional está diretamente relacionada às modificações societárias capitalistas. Como trabalhador assalariado este profissional sofre, juntamente com a classe trabalhadora, os mesmos rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho tanto no setor privado quanto no setor público. De acordo com Cavalcante e Prêdes (2010) embora seja possível observar uma ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, principalmente no âmbito do setor público, o que os profissionais têm vivenciado são aspectos de um trabalho cada vez mais precarizado devido às condições em que são expostos e aos serviços públicos precários que se deparam em todas as esferas governamentais, implicando na redução cada vez mais intensa do quadro de profissionais efetivos e na escassez de recursos financeiros.

Neste quadro, diante das condições dadas aos assistentes sociais, cabe a este profissional desenvolver uma prática de atendimento baseado no critério de seletividade, tendo em vista que ele convive em um cenário de contradição, representado pelo aumento da demanda dos usuários devido ao agravamento das condições de vida e aos limites colocados pelos recursos que são disponibilizados pelas prestadoras dos serviços sociais públicos (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p.16).

Nesse sentido, é possível depreender que em meio ao quadro adverso a que tem sido submetido os profissionais e os usuários, os assistentes sociais têm o resultado de sua ação profissional comprometida, causando-lhe ainda mais insatisfação durante a realização de seu trabalho. Silva e Silva (2013) destacam que as doenças ocupacionais estão interligadas às novas expressões das relações sociais atreladas ao mundo do trabalho. Esse processo se agudiza quando tratamos de profissionais que estão diariamente expostos às situações limite, como é o caso dos profissionais de Serviço Social que lidam diretamente com as expressões da questão social, com usuários fragilizados, com direitos sociais violados, e onde há necessidade de resposta às demandas em um momento de redução e sucateamento das políticas públicas.

O adoecimento laboral tem sido causado, portanto, de acordo com Oliveira (2015), pela incerteza e insegurança no trabalho; causado pela inserção do profissional de Serviço Social na assistência de forma precarizada não só pelos vínculos empregatícios, mas por questões cotidianas que ferem sua autonomia. Faermann e Mello (2016) corroboram com os autores supracitados afirmando que o excesso de atividades e demandas postas ao assistente social, a lógica do trabalho pautado na quantidade e não na qualidade, a pressão por um trabalhador polivalente e versátil, a falta de recursos técnicos, material de escritório, carros para a realização de visitas domiciliares e a priorização de demandas são entraves postos aos profissionais que cerceiam sua liberdade e ferem sua autonomia, constringendo e levando-os à angústia, frustração, irritabilidade e questionamento do próprio trabalho.

Infere-se a partir do exposto, que o contexto de crise mundial do capital somado ao advento do neoliberalismo e as novas formas de gestão do Estado e do trabalho tiveram como uma das suas consequências o binômio precarização/flexibilização do trabalho, com impactos diretos na saúde dos trabalhadores em geral, e no caso deste estudo, dos assistentes sociais. Raichelis (2011) afirma, porém, que essa é uma temática nova, pouco debatida, pesquisada e conhecida no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que

de modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que se realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Em suma, como destaca Iamamoto (2012), a temática do processamento do trabalho do assistente social não possui centralidade nas abordagens bibliográficas. Porém, é imperativo conhecer e analisar as manifestações de adoecimento físico e mental a que estão submetidos os assistentes sociais devido ao seu exercício profissional. Ademais, Alencar e Granemann (2009) reiteram que desvendar as condições de trabalho deste profissional analisando seus indicadores e expressões também pode contribuir para a própria categoria elaborar críticas e formas de superá-los.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. M. T.; GRANEMANN, S. **Ofensiva do Capital e novas determinações do trabalho profissional**. Revista Katálysis. Florianópolis. V. 12, n.2, p. 161-169, jul./dez., 2009.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2000.

ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R; DRUCK, G. **A Epidemia da Terceirização**. In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (Org). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, G. M. M.; PRÉDES, R. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social**. Revista Libertas, v. 4, n. 2, p. 1-24, julho. Juiz de Fora:2010.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional**. Orgs: Conselho Federal de Serviço Social. Colaboradores: Rosa Prédese et al. Brasília: CFESS, 2005.

DURIGUETTO, M. L. **Democracia e Sociedade Civil**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FAERMANN, L. A.; MELLO, C. C. V. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Textos e Contextos. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 93-113, jan./jul., 2016.

GHIRALDELLI, R. **Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade.** Revista Sociedade em Debate, Pelotas. v. 24, n. 3, p. 97-112, set./dez. 2018.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2008. Parte II (p.115-184).

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2010.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista.** Tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges. São Paulo: Ensaio. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

OLIVEIRA, A. L. A. de. **As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos anos 2000.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2015.

RAICHELIS, R. **Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n. 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez., 2013.

SANTOS, M. T. dos; MANFROI, V. M. **Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina.** Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, v. 10. n. 30, p. 233-252, 2º semestre de 2012.

SILVA, L. M. P.; SILVA, L. S. da. **As mulheres assistentes sociais: adoecimento e sofrimento em tempos de reestruturação produtiva.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, nos dias 07 a 09 de junho de 2013, em Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/AS%20MULHERES%20ASSISTENTES%20SOCIAIS_%20ADOECIMENTO%20E%20SOFRIMENTO%20EM%20TEMPOS%20DE%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20PRODUTIVA.pdf> . Acesso em: 03 ago. 2017.

VICENTE, D. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n.123, p. 562-581, jul./set., 2015.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ALTERAÇÕES NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS: tendências atuais e novos desafios

Celina Barros Dias¹

Gabriela Romariz Leivas²

Victor Costa de Souza³

Janete Luzia Leite⁴

RESUMO: Estudamos as transformações nos espaços sócio ocupacionais do assistente social no contexto neoliberal – surgimento de novos espaços de trabalho e alterações nos já existentes – nos artigos da Revista Serviço Social & Sociedade a partir do ano 2000 por palavras-chave sobre estas mudanças. As novas demandas e alterações impõem desafios, a exemplo da reatualização do conservadorismo profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; metamorfoses no mundo do trabalho; espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

ABSTRACT: We studied the occupational social work transformations of professional social workers in neoliberal context, which includes, emergence of new workspaces and changes in the existing ones. The article is based on papers published, from the year 2000, in Serviço Social & Sociedade magazine by keywords that express these workplace transformations. The new demands and changes pose some challenges to the category, such as the professional conservatism refreshed.

KEY-WORDS: Social Work; workplace metamorphosis; occupational social work.

¹Bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: c.celina.dias@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

²Bolsista voluntária de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: gabriela.r.leivas@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

³Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ (Fundação Carlos Chaga Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: victorxcosta@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

⁴Professora Associada da Escola de Serviço Social (Graduação e Pós-graduação) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS/UFRJ - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: janeteluziaufrj@gmail.com. Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 marca o início de uma sucessão de intensas transformações societárias provenientes da instauração da crise estrutural do capital em nível mundial. É nesse marco temporal que se dá a transfiguração das ondas longas expansivas de desenvolvimento do capitalismo em ondas descendentes (MANDEL, 1985). Esse panorama suscitou o processo de ofensiva do capital, caracterizado por duas medidas principais: 1) a implementação da reestruturação produtiva – em que se opera uma série de metamorfoses no mundo do trabalho expressas na reconfiguração da produção, flexibilização e precarização das relações trabalhistas, e na desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, e na privatização do patrimônio público; e 2) a assunção do neoliberalismo como diretriz econômica, o que ocasiona reformas profundas no aparelho do Estado, além de incidir nefastamente sobre os direitos da classe trabalhadora. Nesta dinâmica societária centrada na maximização dos lucros e na conformação do ideário da financeirização, o Estado assume um papel fundamental, uma vez que no capitalismo tardio – característico de formações sociais como a brasileira – suas funcionalidades são ampliadas: trata-se de um Estado que, diante dessa crise estrutural permanente, posiciona-se como um agente essencial de preservação e maximização da lógica da reprodução do valor.

A atual conjuntura é de continuidade e aprofundamento da crise estrutural deflagrada nos anos 70. Esse estágio do capitalismo se revela altamente destrutivo, posto que as alterações no mercado de trabalho se expressam em novas formas organizacionais: contratações flexíveis, intensificação do trabalho, mecanismos de controle e de fragmentação do conjunto dos trabalhadores são apenas algumas destas alterações. Identifica-se, em todo o mundo, uma ofensiva ultraconservadora, que compreende o epicentro da crise não como intrínseco ao modo de produção capitalista, mas – a partir de análises endógenas – ao Estado de Bem-Estar Social e ao seu *modus operandi* "extremamente dispendioso".

Nesse cenário, as expressões da “questão social” são agudizadas, incidindo liminarmente sobre o Serviço Social num duplo viés: por um lado, os profissionais têm sido requisitados a atuar nas hodiernas formas de enfrentamento da “questão social”; por outro, as tradicionais demandas profissionais são redimensionadas e novas demandas irrompem. Desta forma, a profissão também recebe influxos destas transformações, uma vez que o

contexto supracitado provoca tanto a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais já consolidados dos assistentes sociais, como o surgimento de novos.

O processo de reestruturação produtiva repercute intensamente sobre as formas de organização e gestão do trabalho, mediante a expansão do trabalho intermitente, desprotegido, terceirização, informalidade e retirada de direitos trabalhistas. Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado submetido às transformações provocadas pela lógica do capital nos seus espaços de intervenção, este trabalho objetiva analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e as suas alterações nos espaços sócio-ocupacionais - tradicionais e emergentes - do Serviço Social.

Metodologicamente, realizamos um resgate bibliográfico de autores vinculados à teoria social crítica que discutem as metamorfoses ocorridas nos últimos 30 anos no chamado “mundo do trabalho”, notadamente em sua relação com a exponenciação da “questão social”. A fim de contemplar os rebatimentos dessas transformações para o Serviço Social, procedemos ao levantamento de textos no periódico que é a maior referência para a categoria no Brasil – a Revista Serviço Social & Sociedade – em todas as suas edições a partir do ano 2000⁵. Esse recorte temporal se deve ao fato de que é a partir da referida década que, com a saída de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a chegada de Lula da Silva à Presidência do Brasil, a implementação das políticas neoliberais assume outros contornos. No período delimitado, a revista referenciada publicou 72 edições, totalizando 591 artigos. Dentre eles, selecionamos 164, que se relacionam à temática da reestruturação produtiva e seus impactos sobre os espaços sócio-ocupacionais da profissão por meio das seguintes palavras-chave: a) metamorfoses no mundo do trabalho; b) reestruturação produtiva; c) espaços sócio-ocupacionais do assistente social; d) precarização do trabalho; e) conservadorismo/neoconservadorismo; e f) gerencialismo.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

As políticas neoliberais foram adotadas no Brasil ao longo da década de 1990, a partir da execução do receituário dos organismos internacionais referentes às bases do capital-imperialista (e.g. Fundo Monetário Internacional [FMI], o Banco Mundial [BM] e Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID]), justificados como meios para acelerar o desenvolvimento das economias dos países emergentes. Estes reajustes indicam um Estado redimensionado e menos regulador, com destaque para a retração das suas funções

⁵ Este interregno compreende os números 62 a 133.

legitimadoras, estimulando o desmonte dos serviços públicos e as reformas centradas na retirada dos direitos da classe trabalhadora. Desse modo, passam a prevalecer novas práticas produtivas que visam reduzir os custos da força de trabalho. Isto implica, portanto, em profundas transformações no chamado mundo do trabalho, resultantes da reorganização das suas formas de regulação e gestão sob o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

O processo de reestruturação produtiva tem articulado antigos e novos mecanismos de exploração objetivando a economia do trabalho vivo, o que implica no desemprego estrutural e institui novas formas de trabalho - com relações contratuais demarcadas pela intensificação, terceirização, precarização e informalidade, agudizando e desvelando novas manifestações da “questão social”⁶.

O governo de Fernando Collor e o de FHC propiciaram o avanço neoliberal no país. O neoliberalismo, no governo FHC, foi “aplicado integralmente, com contração da emissão de moeda, aumento das taxas de juros e abertura ao mercado internacional, criando elevados níveis de desemprego” (CAMPANA, 2000). A década de 1990 encerrou-se com a perda de 2,06 milhões de empregos formais (COGGIOLA, 2019). Neste mesmo período se verifica o ressurgimento de postos de trabalho, mas sob a batuta da flexibilização dos contratos, e com trabalhadores informais (IBGE, 2003).

Durante o governo FHC, através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), a lógica gerencial - que tem como marca a hipervalorização de fatores como a eficiência, eficácia, e o alcance de metas de produtividade - se imiscui ao serviço público brasileiro (VALLE & LEITE, 2018). Esses fatores escondem, na verdade, a defesa de preceitos neoliberais disfarçados de “modernização”, que resultam na degradação física e mental do trabalhador derivada da intensificação do trabalho, a qual, em último caso, leva ao seu adoecimento.

Na década de 2000, as políticas neoliberais se consolidam no país sob a condução do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo. Reformas que estavam em curso ainda na era FHC, são concretizadas na gestão de Lula da Silva, como as Reformas da Previdência (2003 e 2012) e a Reforma Trabalhista. Esta última, sob a promessa de retomada da geração empregos, ampliou a informalidade no país, uma vez que estabeleceu a desregulamentação da legislação trabalhista varguista e a terceirização estendida às

⁶ Conforme Iamamoto (2015), a “questão social” refere-se ao conjunto de manifestações das desigualdades da sociedade capitalista madura, decorrentes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ainda segundo esta autora, no contexto neoliberal e de mundialização do capital, a “questão social” assume novas proporções a partir das transformações verificadas pelo modelo de acumulação flexível e redução do papel Estado no âmbito das políticas sociais.

atividades-meio e atividades-fim, expressas nas Leis 13.467/2017 e 13.429/2017, respectivamente.

O atual estágio do capitalismo se revela altamente destrutivo. Após o *impeachment* de Dilma Rousseff – sucessora de Lula da Silva na Presidência da República – em 2016, as reformas do Estado brasileiro começam a ser executadas uma após a outra por Michel Temer - vice de Dilma - e seus acólitos, de modo ainda mais desenfreado e sem grandes dificuldades. Neste contexto, o país entra em um ciclo de regressão social e econômica sem precedentes: totalmente entregue ao capital estrangeiro, políticas de saúde e educação conduzidas sob a lógica de mercado e de desmonte da legislação trabalhista.

O Serviço Social também é atingido por essas transformações. À medida em que as manifestações da "questão social" se intensificam, o mercado de trabalho para os assistentes sociais amplia-se e torna-se mais diversificado, ainda que isto não signifique o desenvolvimento das condições necessárias para o exercício profissional, e muito menos um salário compatível com as atividades desenvolvidas. A profissão, que historicamente tem o Estado como o seu maior empregador (IAMAMOTO, 2009), vem experimentando os efeitos da flexibilização das relações de trabalho e do solapamento das políticas sociais. Verifica-se o aumento da contratação temporária e por projeto, a terceirização e a ocupação voluntária, acompanhadas pelo rebaixamento dos salários, acúmulo de funções e da pressão pelo cumprimento de metas no cotidiano laboral.

Partindo do pressuposto de que a "questão social" é a base da requisição profissional do Serviço Social, é de se esperar que seus espaços sócio-ocupacionais sejam metamorfoseados pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas novas formas de "proteção social".

As conquistas obtidas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - expressas na organização das políticas sociais sob a perspectiva do direito -, foram, em poucos anos, desconfiguradas pelo avanço neoliberal no país. No âmbito da Seguridade Social, o dever do Estado quanto à política de assistência social é transferido para a sociedade civil e para as parcerias público-privadas (PPP) através do estímulo ao voluntariado e às instituições do terceiro setor. As ações estatais se minimizam, retomando o caráter assistencialista e focalizado para minimizar extrema pobreza. A criação do Programa Comunidade Solidária, durante o governo FHC, é um exemplo disto, configurando-se no que Netto (2010) denomina como *novo assistencialismo*. Posteriormente, o governo de Lula da Silva solidifica a orientação residual e compensatória dada aos diversos programas sociais implementados por FHC, aglutinando-os no Programa Bolsa Família. Nesse sentido, por um lado, efetiva-se a centralidade da assistência social, e

de outro, a assistencialização/refilantropização das políticas sociais. A partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, ampliou-se a oferta de serviços e de possibilidades para atuação para os assistentes sociais. No entanto, pelas próprias características que esta política assume, se verifica também a intensificação e a precarização do processo de trabalho (RAICHELIS, 2010).

Na esfera da saúde, a resolução n.º 218, de 6 de março de 1997, estabeleceu assistentes sociais como uma das categorias componentes desta área, malgrado a Saúde ser um dos campos de inserção dos assistentes sociais desde de que a profissão é instituída no Brasil. Conforme Mota (2014), os profissionais também têm sido contratados por planos e seguros da iniciativa privada, enquanto no setor público se evidencia a inserção via terceirização através da gestão das Organizações Sociais (OS). Além disso, há mudanças significativas nos programas de saúde mental e drogas, e serviços de emergência e pronto atendimento⁷.

A redução do papel do Estado no enfrentamento à “questão social” por meio das políticas sociais e os efeitos da expansão do padrão de acumulação flexível, não apenas alteram espaços tradicionais, mas também contribuem para o surgimento de espaços emergentes para os assistentes sociais. Este movimento se relaciona diretamente com o redimensionamento da “questão social”. De acordo com Netto (2010), a atual dinâmica societária além de aprofundar e atualizar as suas manifestações “tradicionais”, também instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes a intensificação da forma de exploração. Desse modo, o Serviço Social recebe novas demandas e requisições que partem tanto do público usuário quanto dos empregadores. A profissão passa a ser convocada para mediar conflitos, promover ações pontuais de qualidade de vida no trabalho sob a perspectiva de adesão aos valores e metas institucionais, além da constante exigência de habilidades técnicas, a exemplo do multilinguismo, conhecimentos tecnológicos etc., posto que

(...) a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” e as “novas”, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia. (Netto, 1996, p. 120)

⁷ Os avanços obtidos na área da Saúde Mental estão sendo alvo das medidas retrógradas do atual governo Bolsonaro. A recente Nota Técnica nº 11/2019, indica o estímulo às comunidades terapêuticas, a reinternação em hospital psiquiátricos e a abstinência como método de tratamento, contrárias a concepção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a desospitalização e a política de redução de danos, conquistas do movimento Reforma Psiquiátrica.

Ademais, as transformações no mundo do trabalho impõem mais desafios para os assistentes sociais como trabalhadores assalariados. A herança teórica da profissão nos últimos três decênios possibilitou compreender o assistente social como um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho. A clareza de que este profissional é parte da classe trabalhadora implica na percepção de que sua condição assalariada faz com que este esteja “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p. 425). Assim, as exigências do processo de reestruturação produtiva rebatem sobre as condições de trabalho da categoria através de elementos, como,

(...) insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

A precarização das condições de trabalho e da formação profissional, o despreparo técnico e teórico e as consciências crítica e política fragilizadas, favorecem a ideologia neoconservadora, *i.e* o conservadorismo reatualizado. Isto porque podem incentivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais e de incorporação de técnicas aparentemente utilitárias no contexto imediatista e fragmentário (BARROCO, 2011).

O assistente social, por sua condição de trabalhador assalariado, não possui controle sobre todas as condições e meios de trabalhos postos à sua disposição no espaço institucional. Os instrumentos, meios para o desenvolvimento do trabalho, e até mesmo matéria (objeto) a qual a ação profissional se dirige são fornecidos pelos empregadores (RAICHELIS, 2011). Nas instituições impregnadas pela ideologia neoconservadora, a categoria é requisitada para executar um trabalho imediatista, repetitivo, burocrático, pragmático e moralizador, que não propicia atitudes críticas. Desse modo, os assistentes sociais são continuamente desafiados pela relação entre a defesa do seu Projeto Ético-Político profissional de intenção progressista e espaços sócio-ocupacionais cada vez mais reestruturados sob a perspectiva neoliberal.

3. RESULTADOS

A partir do levantamento realizado na Revista Serviço Social & Sociedade, foram identificados 99 artigos utilizando a palavra-chave “metamorfoses no mundo do trabalho”, 30 com “reestruturação produtiva”, 20 referiam-se a “espaços sócio-ocupacionais do assistente social”, 28 enfocaram a “precarização do trabalho”, 14 debateram “conservadorismo/neoconservadorismo”; e 2 usaram a palavra-chave “gerencialismo”.

Assim, de um total de 591 artigos publicados no interregno 2000-2018, 164 (28%) atenderam aos critérios de nosso estudo.

Constatamos a presença de artigos que atendiam aos critérios para nossa seleção em todos os anos de publicação do periódico, conforme pode ser observado nos Gráficos 1 e 2:

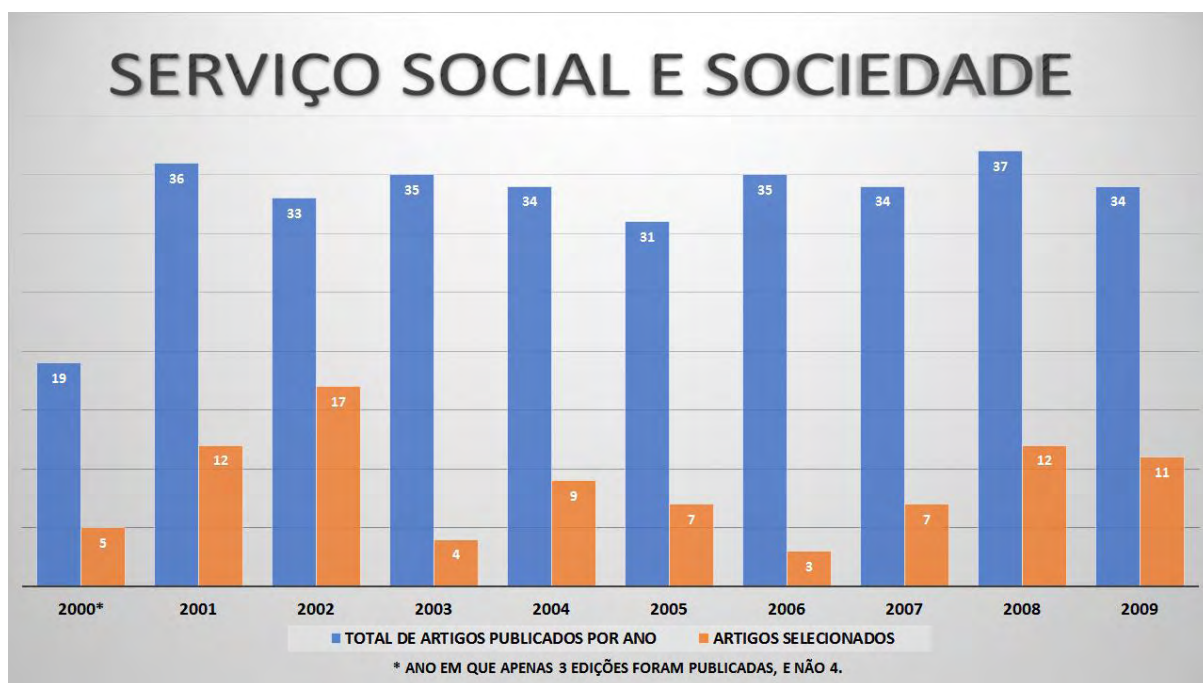


Gráfico 1. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2000-2009)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

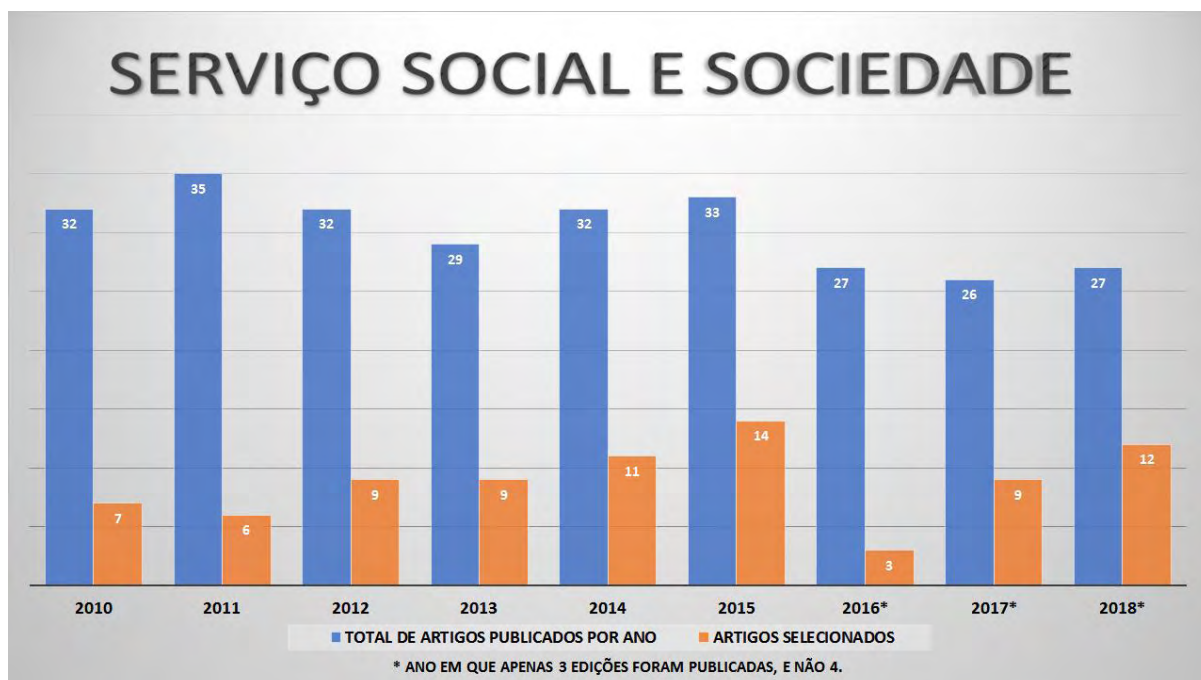


Gráfico 2. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2010-2018)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

Os achados preliminares indicam que as sequelas da reestruturação produtiva incidem perversamente sobre as demandas cotidianamente postas aos assistentes sociais e espaços sócio-ocupacionais deste profissional.

Estes espaços são refuncionalizados principalmente em dois aspectos: 1) a nova lógica das políticas sociais de orientação neoliberal, assumindo características como a fragmentação, focalização e assunção de um caráter emergencial à formulação e execução destas políticas; e 2) ações típicas do ideário neoconservador.

O primeiro aspecto aponta para a diminuição da perspectiva de direitos sociais, tendo em vista as várias "reformas" gestadas e operacionalizadas pelo Estado⁸. Nos artigos publicados a partir de 2004, verifica-se a discussão acerca do trato ofertado às políticas sociais no Governo Lula. Apesar da incipiência de seu mandato, já evidencia-se a compreensão de que a orientação macroeconômica do governo não se distanciava daquela orquestrada por FHC (NETTO, 2004). É também neste ano que se dá a implementação do SUAS. Nos anos posteriores (2005 a 2007), é recorrente o debate de aspectos ligados à reorientação das políticas sociais nessa conjuntura.

⁸ Apesar das diferenças operacionais dentre as "reformas" realizadas nos quatro últimos governos brasileiros desde FHC, é fato que todas seguiram o mesmo objetivo: precarizar o público e reduzir direitos, favorecendo largamente o capital estrangeiro.

Diversos textos evidenciam a incompatibilidade entre o discurso anterior de ampliação dos direitos sociais previsto na Constituição Federal de 1988 e a agenda de reformas que atingem as políticas. Assim, sob essa perspectiva, as políticas sociais aparecem como focalizadas, emergenciais e de caráter meramente compensatório.

O acirramento da “questão social” e a fragilidade dos vínculos empregatícios não apenas suscitam novos fenômenos que se manifestam no público que demanda os serviços sociais, como também sobre o assistente social como trabalhador assalariado, assumindo algumas particularidades. Outrossim, os artigos denotam a presença de elementos como a flexibilização, a intensificação e a precarização, além do aumento da informalidade no cotidiano laboral do assistente social. Os impactos mais imediatos deste quadro traduzem-se em novas demandas, por parte da população, que encontram como resposta das instituições empregadoras dos assistentes sociais, a execução de ações típicas do ideário (neo)conservador (COELHO, 2008), o que colide frontalmente com a direção social assumida pela categoria a partir da década de 1980.

Estas demandas também implicam no redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, na medida em que mantêm aqueles já tradicionais (e.g. saúde, sócio-jurídico, empresas), refuncionalizando-os para atender às “novas” exigências políticas, econômicas e institucionais. Outrossim, implicam também no surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais como o terceiro setor, a responsabilidade social em empresas, a área socioambiental e a educação, a partir de questões emergentes que se colocam hodiernamente no cenário brasileiro. Dos vinte artigos que abarcam a temática dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, apenas um deles em 2013 faz referência aos tradicionais e aos novos paralelamente. De forma geral, os artigos abordam os espaços tradicionais com mais frequência: dentre esses, doze artigos fazem referência aos espaços clássicos (em 2000, 2004, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2018) enquanto oito debatem os novos (entretanto, esses são contemplados somente a partir de 2010, quando se inicia uma pausa e retornam somente entre os anos de 2013 e 2015). Este conjunto serve de envoltório e justificativa para ações e intervenções que culpabilizam e moralizam os usuários, colocando-os como responsáveis por suas próprias carências. Assim, a “questão social” é banalizada e, ato contínuo, naturalizada.

Mais recentemente (2017), começa a ser evidenciada a presença do gerencialismo no trabalho do assistente social, por estar presente em apenas dois artigos nos últimos dois anos de análise das revistas, o caracterizamos como uma *tendência* na qual exigências como o cumprimento de metas e o estímulo ao produtivismo são postos a esses

profissionais a fim de "racionalizar" o atendimento das demandas e a organização do processo de trabalho.

No que concerne ao ressurgimento de ações e práticas profissionais típicas do ideário conservador, essa reformulação guarda relação com o imediatismo, o pragmatismo, o tecnicismo e o voluntariado, que ganham espaço na intervenção profissional, e cada vez mais a aproximam de uma prática de cariz controlador, assistencialista e moralizador.

A temática do neoconservadorismo marca presença na revista a partir do ano de 2007, traduzindo-se também no questionamento a respeito dos contrapontos existentes entre a formação crítica defendida pela profissão a partir dos anos 80 e a formação de caráter mercadológico praticada a partir da ofensiva neoliberal. Além disso, a retórica pós-moderna surge na revista em 2009, e é tratada nos artigos como reflexo teórico do neoconservadorismo nesse panorama de ofensiva neoliberal. Após uma breve pausa iniciada em 2010, essa questão do neoconservadorismo ressurge em 2015, com especial destaque no periódico e permanece com certa frequência até o ano de 2018. Os artigos demonstram a preocupação dos autores em relação ao avanço do conservadorismo na sociedade e seus desdobramentos para a profissão.

4. CONCLUSÃO

O processo da reestruturação produtiva e da lógica neoliberal incidem liminarmente sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social de diversas maneiras. De acordo com Raichelis (2011), os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização atingem o mundo do trabalho e, em conjunto com outros elementos como a agudização da “questão social”, o solapamento das políticas sociais e o trato repressivo conferido a esta na contemporaneidade, acabam por reestruturar os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais à medida que novas demandas são postas e novas atribuições profissionais são exigidas. Em nossa análise, a dinâmica social atual requisita dos assistentes sociais um outro “perfil profissional” (IAMAMOTO, 2015), em sintonia com as novas exigências postas pelo mercado de trabalho reestruturado.

Os artigos analisados demonstram que as edições da revista acompanham a conjuntura social, ou seja, expressam o quanto o Serviço Social está sintonizado com as questões levantadas na pesquisa. Isto significa que, apesar dos desafios postos, a profissão continua questionando realidade social na qual está inserida. Faz-se necessário, portanto, destacar que, mais que nunca, é fundamental garantir a defesa de uma intervenção

profissional dotada de uma maior qualificação teórica, competência técnica e clareza política (NETTO, 1996).

Nesta direção, a análise minuciosa do periódico nos permite verificar que, embora o atual contexto societário propicie grandes retrocessos, a categoria profissional está acompanhando e debatendo as tendências do mercado de trabalho, bem como o surgimento de novas demandas e as diversificadas alterações em seus espaços sócio-ocupacionais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, n. 147, p. 129-144, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF>> Acesso em: 1º de junho 2019.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. 319 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **De Lula a Bolsonaro - trajetórias políticas do Brasil contemporâneo**. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/37847799/DE_LULA_A_BOLSONARO_Trajeto%CC%81as_Pol%CC%81ticas_do_Brasil_Contempor%CC%81neo>. Acesso em: 10 março 2019.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, p. 341-376, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas do Século XX**. 2003. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>> Acesso em: 28 maio 2019.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/06.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 2010. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 14 junho 2019.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortes, n.79, p. 05-26, jul./set. 2004.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortes, n. 50, p. 87-132, jan./abr. 1996.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, Edições 62-133, 2000-2018. ISSN 0101-6628.

VALLE, Karla; LEITE, Janete. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0109.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

O COTIDIANO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL A PARTIR DOS DILEMAS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Gustavo Gonçalves Fagundes¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo expor como a opressão racial se expressa das mais variadas formas no cotidiano da juventude negra no Brasil. Discorre sobre a trajetória do capitalismo dependente brasileiro e o avanço neoliberal na contemporaneidade. E apresenta a intrínseca relação capitalismo-racismo ao tratar da situação dos jovens negros na segunda década do século XXI a partir de um levantamento de dados sobre saúde, educação e violência.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Capitalismo Dependente; Juventude Negra;

ABSTRACT: The objective of this work is to show how racial oppression is expressed in the most varied forms of black youth in Brazil. It discusses the trajectory of Brazilian dependent capitalism and the neoliberal advance in contemporaneity. It presents the intrinsic relationship between capitalism and racism in dealing with the situation of black youth in the second decade of the twenty-first century, based on a survey of data on health, education and violence.

KEYWORDS: Racism; Dependent Capitalism; Black Youth;

¹ Bacharel em Serviço Social - UFF (2017); Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFRJ; Email: gfg.fagundes@gmail.com; O artigo se vincula ao eixo: Exploração de classe/raça e as lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

As discussões das raízes do ideologia da democracia racial são fundamentais para compreender o racismo e as nuances da questão social no Brasil, principalmente no sentido de orientar a prática profissional do assistente social. As particularidades marcadas em um país que atravessou mais de 300 anos um regime escravista, permeado de ideologias a respeito da opressão racial – as quais estão a serviço da superexploração do proletariado negro – e suas mais diversas variantes, incidem até os dias atuais na realidade da juventude negra.

O conjunto de teorias racistas cunhadas nos diversos prismas, sendo social ou biológico, cumpriu diversas funções ao longo da história e serviu aos interesses da elite dominante em cada época. Por aqui também se expressou a ideia de que o “embranquecimento” da população traria desenvolvimento ao país. Nina Rodrigues argumentava que “a constituição orgânica do negro, modelado pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de maiores físicos e culturais diferentes” (RODRIGUES, 2010, p. 289). Enquanto Sílvio Romero defende que através da seleção natural as características das raças inferiores desapareceriam (CARNEIRO, 1999). Ao alinhar o desenvolvimento da nação à eliminação do povo negro, Nina Rodrigues e Sílvio Romero, auxiliaram as bases da subalterna inserção dos negros e negras na sociedade de classes e plenamente capitalista. Dessa forma, é visível a combinação da exploração capitalista e a ideologia racista no mesmo processo, fundamental para a formação do capitalismo no Brasil.

Os elementos estruturais deste caldo sócio-histórico tem suas expressões acirradas no quadro de configuração dos novos arranjos do mundo capitalista. A situação conjuntural aberta no Brasil, principalmente após a década de 90, ilustra esta situação com a desconstrução de direitos sociais parte e resultado da ascensão prévia de um conjunto de diretivas neoliberais. O Serviço Social na América Latina tem seu objeto de intervenção profissional situado nas contradições desta complexa estrutura sócio-histórica, bem como em suas expressões. Como parte da classe trabalhadora entretanto a atuação dos e das assistentes sociais neste contexto não está restrita à atuação profissional e esta não está isolada, mas imersa na dinâmica da luta de classes.

A era da acumulação flexível e das políticas de ajustes estatais neoliberais. Processos esses inerentes à mundialização operada sob o comando do grande capital, sobretudo o financeiro. É no interior desses processos que são desenvolvidos fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho e nas contrarreformas na esfera estatal que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos acentuadamente privatistas e focalizadores. Essa conjuntura é marcada, também, pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no campo sindical (no qual há hegemonia de um sindicalismo colaborador nos processos de 'gestão' da crise), seja no dos movimentos sociais (hegemonizado por ações defensivas e demandas corporativas e localistas). É nesse movimento da realidade que trataremos da relação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais. (Duriguetto, 2014, p.177-178)

O acirramento dessa conjuntura promove a necessidade do fortalecimento da relação do Serviço Social com as ações de organização popular. "Situamos a atuação profissional nos processos de mobilização e organização popular como uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais e, portanto, como contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional." (Duriguetto, 2014, p.184) Esse é um debate fundamental nos espaços da categoria profissional e se torna essencial analisar e compreender os desdobramentos das suas expressões na parcela negra da população, seus rebatimentos na juventude negra e como apesar de todos os entraves, o povo negro no último período cria mecanismos de organização e combate ao racismo e exploração.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Raça e classe no Brasil Contemporâneo

Anterior à compreensão da cotidiano do jovem negro no Brasil e a relação com o Serviço Social, é necessária uma breve análise da forma de dependência da estrutura do modo de produção capitalista no conjunto da América Latina. Principalmente no sentido de uma aproximação com os sofisticados mecanismos de dominação da classe trabalhadora no contexto latino americano e em específico da população negra no Brasil

Como afirma MARINI (2017, p.47), "a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial". O que se traduz na ideia de que a região se desenvolveu em consonância a dinâmica do capitalismo internacional. Junto a isso, Theotonio dos Santos afirma que as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopolista, conduzem os países dependentes:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica, sob o domínio da grande indústria, sobretudo, internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e

política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado, mediante a adaptação a seus interesses. (Santos, 1971, p.201)

Como em todos os países da periferia do sistema internacional de Estados, a estrutura de classes foi desenvolvida em uma articulação que combinava dinâmicas sociais não capitalistas e a modernização. Devido a sua localização subalterna na divisão internacional do trabalho, as economias latinas sempre foram à outra face do moderno capitalismo avançado dos países centrais. No caso brasileiro, por exemplo, essa combinação produziu um país com uma complexa formação sócio-econômica.

O Brasil é profundamente atrasado em termos educacionais se comparados a países com o estágio econômico semelhante. Os plenamente alfabetizados na língua e em matemática representam 8%, enquanto os analfabetos funcionais correspondem a 27% da população com 15 anos ou mais². Porém, possui ao mesmo tempo o maior parque industrial do hemisfério sul, uma das dez maiores economias do mundo³ e mais de 85% da população economicamente ativa em centros urbanos. Representa um laboratório histórico do desenvolvimento desigual e combinado.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. [...] A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade. (MARINI, 2017. p.63)

O golpe parlamentar ocorrido no Brasil, no ano de 2016⁴, encontra paralelo com a deposição do Manuel Zelaya em Honduras, no ano de 2009 (FERNANDES, J., 2009), e a queda de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012 (SIMÕES REIS, 2012), inserindo-se nesse conjunto de golpes de Estado ocorridos recentemente na América Latina.

Não tendo contas a prestar à população devido ao fato de não ter chegado ao poder por meio do voto popular e conseguir reunificar a elite brasileira em torno de um projeto econômico, é possível afirmar que Michel Temer foi elevado à posição de

² Relatório “Alfabetismo e o Mundo do Trabalho”, produzido pela ONG Ação Educativa. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/29/no-brasil-apenas-8-escapam-do-analfabetismo-funcional.htm> Acessado em 29 de maio de 2018.

³ Segundo pesquisa da PricewaterhouseCoopers (PWC, 2017, tradução própria), o Brasil possui um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* no valor de US\$ 3.135, somente atrás de China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha e Rússia.

⁴ A caracterização de toda essa movimentação como golpe parlamentar se dá a partir do conceito *golpe de estado* contido no Dicionário do Pensamento Social do Século XX: desafio a constituição legal; ação rápida e sigilosa executada por poucas pessoas; relação contraditória com as massas (BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1996. Foi orquestrada a utilização de um método que não ultrapassasse os limites da legalidade institucional, sem uso das Forças Armadas e com forte atuação dos meios de comunicação, principalmente na convocação da base social que serviu de sustentação. Portanto, o golpe interrompeu a legalidade democrática do país. Apesar da aparência jurídica, todo seu arcabouço teve um caráter meramente político.

presidente com a função de impor aquilo que sua antecessora não obteve sucesso. O conjunto de ações que compunham o ajuste fiscal se tornou a joia que o governo liderado por uma aliança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM) iria buscar implementar.

Dentre as emendas e projetos de lei que juntas constituíam as medidas de austeridade, a Proposta de Emenda à Constituição 55⁵ foi uma das primeiras e mais apressadas a ser levada a votação no Congresso Nacional. Logo em seguida, foi apelidada de “PEC do Teto”, em alusão à necessidade de reduzir os gastos do governo para garantir o equilíbrio fiscal para retomado do crescimento econômico.

Após sua aprovação, a emenda à Constituição terá validade pelos próximos 20 exercícios financeiros e prevê basicamente a adoção de um novo regime fiscal. Em que o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será congelado, a partir da manutenção do valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido somente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A educação que já sofria com cortes no investimento⁶ desde o primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma passou a enxergar um horizonte de cada vez maior dificuldade. Pois o congelamento dos investimentos irá frear verbas inclusive para o custeio das universidades federais, elemento esse que deixará em aberto a futuro do caráter público dos institutos federais de ensino superior.

Foi aberto um quadro político que favorecia a implementação de contrarreformas que propiciavam o agravamento da desigualdade social no país e de dependência econômica. Destacam-se a reforma trabalhista⁷ e a transformação da política de preços da Petrobras.⁸ “O avanço de interesses capitalistas em relação ao que antes era visto e disputado como direitos faz com que políticas como saúde e educação, dentre diversas outras se tornem nichos de alta lucratividade para a iniciativa privada”. (CRESS, 2013. p5) A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 provoca uma agudização do cenário observado no governo anterior e uma perspectiva política de regra geral de esvaziamento da seguridade social e de todo o conjunto de mecanismos de proteção ao trabalhador.

⁵ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acessado em 29 de maio de 2018

⁶ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm> Acessado em 29 de maio de 2018

⁷ O sociólogo Ruy Braga faz uma análise das alterações na legislação trabalhista do país https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/politica/1525717288_392959.html Acessado em 29 de maio de 2018

⁸ <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-politica-de-precos-da-petrobras-em-xeque> Acessado em 29 de maio de 2018

O giro econômico do país em direção a completa efetivação de uma agenda diretamente vinculada ao neoliberalismo, sem mediações com as necessidades da população, traz a tona novamente debates sobre a extrema desigualdade presente no país.

Um capitalismo que persistiu com a escravidão negra até quase cessar o século XIX e a dizimação da população indígena deixaram uma herança histórica. Portanto, se a chave para entender a situação do país na atualidade é a profunda desigualdade, a chave de compreensão da desigualdade é o processo de formação social brasileira e as marcas que ainda persistem na contemporaneidade. Sobre a tarefa de compreender e intervir às nuances da processualidade sócio-histórica, Duriguetto (2014) aponta que para o Serviço Social Latino Americano:

Os processos de restauração do capital impactam regressivamente as condições que permitem a criação de mediações teórico-operativas do projeto profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, a categoria profissional, há mais de três décadas, vem acumulando conhecimentos que nos capacitam a apreender a realidade para além do imediato, superando a naturalização das desigualdades sociais e as compreendendo em uma perspectiva histórica e de totalidade. Conhecimento que, também, indica-nos uma clara defesa dos interesses, necessidades e projetos societários das classes subalternas e de suas organizações e movimentos. (Duriguetto, 2014, p.192)

No âmbito do Serviço Social, existe um conjunto de instrumentos que regulamentam e embasam sua ação na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta antirracista. A Lei da Regulamentação da Profissão nº 8662/93 em seu artigo 4º inciso IX, expõe que cabe ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (Brasil, 2011, p. 45)

Por sua vez, o Código de Ética do profissional de Serviço Social (1993) expõe, no 9º princípio fundamental, a importância da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”. (Brasil, 2011, p. 24) E no Art. 12 do mesmo documento, é exposto como direito profissional do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (Brasil, 2011, p.34).

Portanto, a construção de um mundo justo, igualitário e livre de toda exploração e opressão deve seguir o contexto de raça e classe em que o racismo está estruturado é fundamental. E os exemplos da realidade e dados das pesquisas científicas nos mostram a forma como se combinam e se desdobram na superexploração do povo negro.

2.2 Particularidades do jovem negro

E meio a esse turbilhão de exploração e discriminação se encontra a juventude negra. Que na infância aprende com os dicionários que negro é sinônimo de “triste; funesto; escravo; homem que trabalha muito” (BUENO, 1996, p.452) ou no livro Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa: “condenado, maldito, horrendo, trevas”. É enorme a influência na consciência negra. Nisso reside o início da negação racial, onde crianças negras buscam a todo custo fugir da sua negritude e a busca pelo ideal de branquitude.

Apesar da luta pelo empoderamento individual também causar ilusões, é preciso entender que na infância e juventude o debate a respeito da representatividade ganha outros contornos e é necessário ser feito com maior centralidade. Pois a ausência de figuras em que a criança observa semelhanças e pode projetar um futuro parecido pra si é também um objeto de grande importância. Em contrapartida, na maioria dos casos, os exemplos de negros e negras colocados são opostos aos ideários de indivíduo e homem/mulher brancos/as propagado pela elite dominante através das mídias convencionais e do modelo de educação que a convém.

As formas nada sutis em que o racismo se expressa no cotidiano causam tanta devastação na vida dos jovens como quando se ocorrem casos explícitos de discriminação racial. A negativa em inúmeras entrevistas de emprego e os malabarismos utilizados para o não acesso do negro ao mercado de trabalho formal. A mulher negra observada com ótica de exacerbada sexualização e outras tantas argumentações para justificar a maior presença das negras nos mais degradados postos de trabalho.

A discriminação racial alcança inúmeras dimensões. Com capilaridade em todos os setores da sociedade, e avança pelas formas mais variadas. Em pesquisa realizada pelo LAESER (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais) em 2014, do Instituto de Economia da UFRJ, verifica-se que a participação negra entre os médicos representa somente 17,6% e aumenta para 70,2% quando são analisados os catadores de lixo e de material reciclável. Entre advogados e juristas o número é de 22,7%, porém entre os porteiros e zeladores atinge a marca de 63,3%.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, em 2013, um trabalhador negro no Brasil ganhava, em média, R\$1.374,79, ou seja, 57,4% daquilo

que era pago para um branco (R\$ 2.396,74). Para as mulheres negras a diferença é ainda maior, pois o racismo quando combinado com o machismo, traz efeitos ainda mais drásticos, fazendo com que, naquele ano, a média salarial das mulheres negras não chegasse a 40% do que era pago aos homens brancos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, divulgada em 2015, mostra que 57% dos jovens entre 18 e 24 anos se autodeclaram negros e representam cerca de 42% dos estudantes do nível superior. Porém, o avanço na inserção dos jovens negros nos estágios mais avançados da educação ainda parte de uma lógica desigual. Pois o crescimento no acesso ao ensino superior público é inferior aos avanços no ensino privado.

Um dos traços mais profundos do racismo no Brasil é expresso em termos práticos no genocídio da juventude negra. Em estudo realizado pelo IPEA em 2013, foi confirmado que um adolescente negro tem 3,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio, se comparado a um adolescente branco.

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Violência contra Jovens Negros concluiu em seu relatório final que existe um “genocídio simbólico” em nosso país. Apontou o jovem negro, de baixa escolaridade e morador da periferia como o perfil principal dos homicídios entre os brasileiros de 15 a 29 anos.

O relatório final também expõe a opinião sobre o caráter dos atos de resistência:

O auto de resistência significa a produção de um documento oficial que pressupõe a morte em questão como decorrente da resistência à autoridade policial, como se tivesse havido confronto, como se o agente de Estado que efetuou o disparo o tivesse realizado para se defender. O que nem sempre é corroborado por evidências. (BRASIL, 2015, p. 70)

Utilizando o ano de 2011 como base, os números do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus) mostram que mais da metade dos 52 mil mortos por homicídios eram jovens, dos quais 71,44% negros.

O Mapa da Violência de 2011, produzido pela Unesco – braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para a educação, a ciência e a cultura – traz a tona números que confirmam a caótica situação dos jovens negros no Brasil. Entre 2002 e 2012 os homicídios de brancos tiveram queda de 24,8% e de negros cresceram 38,7%. As vítimas entre os jovens negros aumentou em 32,4% e o de jovens brancos diminuiu em 32,3%. Um aumento de 111% na vitimização de jovens negros. (WAISELFISZ, 2014)

Essas estatísticas mostram num primeiro nível a confirmação do genocídio que a juventude negra sofre no Brasil. Algo que é tema inclusive de debates e campanhas em todo mundo, como a que vem sendo realizada pela Anistia Internacional, “Jovem Negro Vivo”.⁹

3. CONCLUSÕES

Ressalta-se que diferente do que é difundido pela ideologia racista e fruto da ideologia da democracia racial, a opressão aos negros é corrente também entre os setores com melhores condições de vida e trabalho. Obviamente que, em proporções diferentes, porém contendo princípios semelhantes. A ascensão social dos negros esbarra no contexto histórico da sua inserção no capitalismo moderno. Pois vivem a situação de opressão racial e exploração de classe o que provoca uma relação desigual e combinada frente aos trabalhadores brancos.

As mulheres negras lutam contra o espectro de sexualização que insistem em transferir a elas o estigma de servir somente para serviços domésticos e relações sexuais, com isso unificam a luta contra o racismo e machismo. Que combinados provocam uma opressão ampliada e que atinge de forma nefasta a vida dessas mulheres. Por isso é positivo as mulheres pelas ruas reivindicando seu Black Power, turbantes e sua ancestralidade.

Vem sendo formada toda uma geração de negros que se inspiram em Zumbi, Luiz Gama, Dandara, Luiza Mahin, João Cândido e tantos outros. Jovens conscientes da sua negritude e do papel que fizeram e fazem ao seu povo. E que para conseguir a plena libertação dos trabalhadores de conjunto, se torna necessário avançar com branco e negros contra o sistema que os oprime e explora.

Frente aos desafios políticos, econômicos e sociais postos ao conjunto da classe trabalhadora e em especial ao proletariado negro, considerando o objeto de intervenção do Serviço Social as expressões da questão social, torna-se evidente a necessidade de formação de intelectuais organicamente vinculados ao projeto da emancipação humana. Para que seja possível não apenas identificar os desafios históricos, estruturais e conjunturais, mas também desenvolver a capacidade de criar proposições coletivas.

⁹Campanha “Jovem Negro Vivo” da Anistia Internacional pode ser acessada em <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

O enfrentamento ganhou uma centralidade nas pautas dos movimentos sociais e a reorganização do movimento negro é um processo bastante progressivo. Não é mais possível que o espaço destinado aos negros seja de coadjuvante. Para a reivindicação por mais direitos e em defesa dos direitos humanos ser consequente é preciso que a discussão racial atravesse todos os temas com transversalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social. 2011.

BUENO, Francisco da Silva. Minidicionário da Língua Portuguesa. Ed. rev. E atual. Por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. - São Paulo: FTD: LISA. 1996.

GRESS. Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro. 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil após-anos 1990: desafios e perspectivas. In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária/ ABRAMIDES, Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). São Paulo: Cortez. 2014.

FERNANDES, J. S. A crise que configura cenário em Honduras. CONJUNTURA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE. ONLINE), v.6. 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 6. ed. Florianópolis. Insular. 2017.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/negro/>> Acessado em 24 de junho de 2019.

SANTOS, Theotônio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar. 1971.

SIMÕES REIS, G. Um conto paraguaio: o golpe de Estado do lobo com pele de cordeiro. In: Breviário de Filosofia Pública, nº68. 2012.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2014. Os Jovens do Brasil. Flacso Brasil. Rio de Janeiro. 2014.

PÓS-MODERNIDADE, OFENSIVA NEOLIBERAL E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: uma breve análise histórica

IARA ELOANE BEZERRA GUERREIRO¹

Resumo: O presente trabalho se propõe a realizar uma breve análise histórica da Pós-Modernidade e suas características nos diferentes campos da ciência, economia, filosofia. Mas também, da hegemonia da ideologia neoliberal junto às transformações societárias, iniciadas na década de 1970, e quais os primeiros impactos ao Serviço Social Brasileiro, no que se refere ao seu projeto profissional.

Palavras-Chave: Pós-Modernidade. Serviço Social. Neoliberalismo.

Abstract: This paper proposes to carry out a brief description of Post-Modernity and its characteristics in the fields of science, economics, philosophy. But also, from the hegemony of neoliberal ideology, to the societal initiatives begun in the 1970s, which are the first impacts on the Brazilian Social Service, without considering the project.

Keywords: Post-Modernity. Social Service. Neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

O texto a seguir trata-se de uma reflexão teórica sobre as transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970 na sociedade contemporânea. Inclusive como as consequências deste processo trouxeram rebatimentos diretos no Serviço Social Brasileiro, visto que é uma profissão historicamente marcada pelo interesses capitalistas. Presenciam-se diferentes mudanças nas relações econômicas e sociais, levando a um estado de Bárbarie, consolidado pelo pensamento pós-moderno e a ofensiva neoliberal.

O final do século XX, é o período onde ocorre uma crise estrutural do modelo econômico pós-segunda guerra, dessa forma é necessário ao capital um processo de reestruturação e reorganização para a retomada das taxas de lucros. Nesse sentido, as ideias neoliberais que já ganhava força no campo teórico tendo Hayek como seu principal percussor, teve espaço no campo político-econômico concretizando um conjunto de políticas de reajustes fiscais (a exemplo: flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação econômica, privatizações do aparelho estatal público).

Desta forma, o trabalho está estruturado inicialmente nos conceitos iniciais sobre a Pós-Modernidade, seguindo pela contextualização da crise do capitalismo contemporâneo e

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSS/UFRJ. Email: iaraeloane@hotmail.com. Eixo Temático: Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social;

o conjunto de medidas político-econômicas pra restabelecer a taxa de lucros do capital, e finalmente como o Serviço Social enfrenta nesse processo uma retomada de práticas conservadoras e ameaças aos princípios do seu projeto ético-político.

2. O PROJETO DA PÓS-MODERNIDADE: CONCEITOS INICIAIS

O século XX é marcado por diversos acontecimentos sócio-históricos, dentre estes guerras mundiais, crises econômicas, transformações societárias que irão consolidar relações sociais que perduram até os dias atuais. Nesse período, também, surge a tese de que há uma crise no projeto civilizatório da Modernidade (ROUANET, 1993) ou que exauriu-se o programa da Modernidade (NETTO, 2010).

A era moderna está atrelado às mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do declínio do Feudalismo, o fim do Antigo Regime e do surgimento do Iluminismo Europeu. O período referencia-se por transformações nas relações sociais, de trabalho e de produção. A Modernidade constitui-se a partir da renúncia a cultura da idade média, e passa a analisar a realidade com base na razão e na experimentação. Todas as mudanças anunciadas pela entrada da era moderna apresentaram-se em diferentes espaços da sociedade, trazidas por revoluções (científicas; industriais; tecnológicas), mas também por movimentos intelectuais e filosóficos (renascimento; iluminismo; marxismo), e foram expressas em diferentes campos como na filosofia, economia, cultura, política, etc.

A Modernidade vinha sofrendo uma crise no interior de seu projeto, mudanças de ordem cultural, política e econômica submetiam o questionamento ao projeto moderno e a recusa de seus valores tradicionais. Nesse contexto, há o surgimento de um conceito da sociologia que corrobora essa atual condição sócio-cultural. A Pós-Modernidade surge como resposta aos questionamentos e respaldar esse caldo cultural de mudanças, no interior da cultura, política, filosofia e economia.

Caracterizar a Pós-Modernidade é uma tarefa árdua, visto que se trata de um debate em curso, no qual alguns teóricos até consideram que a mesma não existe. Entretanto, temos que reforçar a necessidade de pensar, estudar, escrever e discutir esse tema que está posto na atualidade. Com o desenvolvimento do capitalismo, o grande avanço tecnológico a sociedade tende a se transformar, é por isso que as mudanças nas cidades, na arte, na filosofia, na economia, na comunicação após duas grandes guerras trouxeram rebatimentos direto na realidade.

Se se precisa forçar uma datação mais rigorosa, à referida fronteira histórica cabe a balizada da publicação do “ensaio fundacional” – “A condição pós-moderna” de Jean-François Lyotard (1988), em 1979. Daí em diante, a tendência cultural em tela irrompe com ímpeto nos domínios do saber (principalmente na querela sobre a epistemologia das ciências); invade manifestações estéticas (em especial na arquitetura, artes plásticas e literatura); contagia práticas e ciências políticas (as concepções sobre as formas de organização dos sujeitos coletivos, os novos

movimentos sociopolíticos, a diluição das experiências classistas, etc.), constituindo, nas décadas consecutivas, um campo ideotécnico diferenciado e aglutinador de uma larga bibliografia. (SILVEIRA, 2017, p. 170)

Muitos são os significados atribuídos por diferentes autores ao Pós-Modernismo².

Jameson (1992) irá afirmar que o Pós-Modernismo é o espaço para a cultura da imitação, que surge para “abrigar” os artistas que se sentiam oprimidos pelas categorias modernistas, sendo o local para os mesmos se expressarem. Lyotard em sua obra “*A Condição Pós-Moderna*” na década de 1970, traz uma análise voltada para o campo da filosofia na qual a sociedade não é mais um todo orgânico, e sim uma “rede de comunicações linguísticas”. Harvey (1998) atribui o surgimento do pós-modernismo em algum momento entre 1968 e 1972, e afirma que, quanto ao processo urbano, os pós-modernistas enxergam como algo incontrollável e caótico, diferente dos modernistas que “trabalhavam” com a totalidade. O autor ainda contribui afirmando que o estilo pós-moderno vê a obra como um texto composto por “sua retórica e idioleto particulares” que podem ser questionados por quaisquer outras obras.

A pós-modernidade, segundo Anderson (1999), tem como traço definidor a perda de credibilidade nas metanarrativas e a desconfiança nas teorias sociais tradicionais. É o abandono da totalidade e da essência, criando concepção fragmentária da realidade (TONET, 2006). Essa teoria que se aproxima mais da aparência e imediatividade, de uma apreensão pontual do cotidiano, passa a ser priorizada não mais o macro, a totalidade social, e sim o micro, os fragmentos. A onda pós-moderna sucedeu ao repúdio a qualquer ideal de emancipação humana universal através da ciência, tecnologia, uma recusa do projeto iluminista visto que esse tinha no interior de seus ideais essa proposta de emancipação a partir da razão (HARVEY, 1998).

As transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e da sua afirmação enquanto sistema hegemônico, exacerbaram os problemas e as contradições em todas as esferas da vida social. A razão dialética, até então afirmada como o instrumento por excelência para se analisar a realidade social, é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes. (SIMIONATO, 2009, pp. 93-94)

O mundo vem passando por um largo processo de mudanças; um esvaziamento das teorias. Com o questionamento às narrativas tradicionais, o efêmero e fragmentado tornaram-se referências para a vida social. A análise de Rouanet (1993), em seu ensaio “*Mal-Estar na Modernidade*”, afirma que os pilares da Universalidade, Individualidade e Autonomia que caracterizaram a Modernidade estão sendo destituídos por algumas

² Ao longo do texto trago conceitos de pós-modernismo e pós-modernidade. Importante frisar que são conceitos distintos, o pós-modernismo refere-se ao estilo, a cultura; já a pós-modernidade é a estrutura, expressa esse capitalismo globalizado.

características como o particularismo, o hiperindividualismo, a efemeridade, a fragmentação, a descontinuidade e a indeterminação. O conceito de classe também passa a ser questionado, visto o surgimento de múltiplas identidades coletivas. Considerando que esse conceito não abrange a todos esses novos “sujeitos”³ que constituiriam a sociedade.

(...) a pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. (SIMIONATO, 2009, p. 95)

Há outro fator que é importante para o crescimento do pensamento pós-moderno é o fim do “socialismo real” ou o “fim da ideologia”, após a Guerra Fria, e a vitória estadunidense, há uma quebra com a teoria socialista, e a falência do modelo do *Welfare State*. Além de já existir um largo processo de fragmentação da classe, a partir da proliferação de múltiplas de identidades, tem-se a chamada inversão de signos, onde não há mais o reconhecimento do outro como seu semelhante, como pertencente à classe trabalhadora. A busca por características que os diferenciem e os tornem dessemelhantes passa a distanciar cada vez mais os sujeitos. Essa ideia de que todos os movimentos passam a ter vozes que são consideradas legítimas e reconhecidas pelos seus “pares” é fundamental para o pluralismo pós-moderno. Wood (1996) irá afirmar que a política em termos abrangentes de classe, Estado, e oposição está diluída, e agora é representada por uma política fragmentada, com alguns movimentos universais que tornam o referencial pós-moderno cada vez mais atrativo.

Essa substituição da política dos interesses universais para movimentos localistas constitui a política pós-moderna. A chamada micro-política simboliza na pós-modernidade as lutas separatistas, nas quais os sindicatos perdem seu poderio de instituição representativa da classe trabalhadora, se tornando instância que representa apenas os interesses individuais, pontuais atendendo, em sua grande maioria, aos interesses do Estado, e corporações burguesas, isto é, se dá maior relevância às demandas do capital do que do próprio proletariado que cada vez mais está se pulverizando. Jameson (apud Simionato 2010, p. 110) diz que “o pertencimento de classe cede lugar ao individualismo reforçando a alienação e reificação do presente”. A autora ainda afirma que esse esfacelamento das lutas sociais é prioridade para a elite burguesa, visto que se perde a capacidade de torná-las impressas na totalidade social, pois elas tornam-se cada vez mais particulares e não mais coletivas.

(...) há poucos fenômenos culturais na história humana cujas fundações materiais sejam mais vivamente óbvias que o próprio pós-modernismo. Não há, com efeito,

³ Na década de 1960, tem-se a emergência de novos “sujeitos da história”, novas “identidades” coletivas que representam lutas isoladas de movimentos políticos específicos, o que leva a uma crise no movimento ampliado da classe trabalhadora. Uma fragmentação da classe trabalhadora em pequenos grupos específicos com lutas isoladas pressupõe o enfraquecimento da luta do proletariado por direitos políticos e sociais.

melhor confirmação do materialismo histórico que o vínculo entre cultura pós-moderna e um capitalismo global segmentado, consumista e móvel. Nem tampouco uma abordagem materialista significa que temos que desvalorizar ou denegrir as dimensões culturais da experiência humana. (WOOD, 1995, p. 125)

A contribuição do capitalismo na cultura possibilitou o encurtamento das distâncias entre os Estados Nacionais, a partir dos meios eletrônicos, a comunicação eliminou barreiras e permitiu conexões regionais, nacionais, globais realizadas em um curto espaço-tempo. Essa globalização acarretou na propagação de conhecimento e novos padrões culturais em diferentes países, possibilitando a manutenção da ordem capitalista, pois as referências culturais passam a ser construídas a partir da cultura do consumismo, da compra e venda de produtos e mercadorias por meio dos meios de comunicação e publicidade.

Todo esse contexto cultural do pós-modernismo conforme Jameson, afirma, “é uma lógica cultural do capitalismo avançado”. Harvey referencia esta ideia, visto que a evolução cultural que se iniciou a partir dos anos 60 e se firmou no início dos anos 70 realizou-se em conjunto com a venda de mercadoria em geral.

As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam, em consequência disso, tornando a produção cultural uma arena de implacável conflito social. Essa mudança envolve uma transformação definida nos hábitos e atitudes de consumo, bem como um novo papel para definições e intervenções estéticas. Enquanto alguns alegam que os movimentos contraculturais dos anos 60 criaram um ambiente de necessidades não atendidas e de desejos reprimidos que a produção cultural popular pós-modernista apenas procurou satisfazer da melhor maneira possível em forma de mercadoria, outros sugerem que o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura. (HARVEY, 1998, p. 65)

As mudanças de ordem econômica decorrentes dos avanços tecnológicos são atravessadas por duas grandes guerras mundiais, crise mundial do capitalismo, além do desenvolvimento da cultura do consumo a partir do progresso econômico nos setores de comunicação e publicidade que influenciaram diretamente no consumo da classe proletária. A globalização econômica concretiza-se com as intervenções neoliberais, privatizações, desregulamentação do mercado e flexibilização de leis trabalhistas, livre mercado, dentre outras características que diluíram as conquistas da classe trabalhadora de direitos sociais e cidadania, caracterizadas no Welfare State. Essa perda da classe trabalhadora e o arremate do capital da regulamentação do mercado tornaram-se padrão na pós-modernidade.

3. CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A OFENSIVA NEOLIBERAL

Na década de 1970 deflagra-se uma crise estrutural do capitalismo que põe fim a onda expansiva do capital, e demarca um processo de reestruturação produtiva embasada pela ofensiva neoliberal. A crise atinge todas as estruturas da sociabilidade, e traz rebatimentos na forma como os homens estão estabelecendo as relações sociais e materiais, a ação coletiva se tornou difícil, o que privilegia o individualismo exacerbado. Isso

se expressa na atualidade com o poder de concentração que as classes dominantes possuem sobre toda a riqueza produzida, e que esta não atende as necessidades básicas da maioria da população, a qual se encontra em situações de carência, extrema pobreza. O capitalismo segue uma lógica de reprodução cada vez mais perversa e desumana. Ele está interessado apenas em produzir, acumular e lucrar, as consequências desse processo para a sociedade e a natureza não são importantes e consideradas no ciclo capitalista.

Coggiola (2000, p. 36) traz considerações sobre a crise da década de 1970, afirmando que:

A crise da fase expansiva do pós-guerra, e da ordem econômica internacional correspondente, foi explicada pelo esgotamento do exército industrial de reserva nos países centrais, o acirramento da concorrência entre eles e os das lutas sociais, combinados às crises do sistema monetário internacional, que levaram à estabilização das taxas de mais-valia e à queda da taxa de lucros.

Jameson (1992, p. 121) afirma que o encerramento dos anos 60, no âmbito econômico, irá se realizar entre 1972-1974, visto que:

Isto porque 1973-1974 é o momento em que se inicia uma crise econômica de âmbito mundial, cuja dinâmica permanece conosco até hoje e que põe um definitivo ponto-final à expansão econômica e à prosperidade características do pós-guerra em geral e dos anos 60 em particular.

A crise econômica mundial na década de 1970 conduziu grandes potências a realizarem uma restauração capitalista submetendo, os países periféricos ao processo de exploração com abertura de mercado renovando o poder repressivo de “impérios” ocidentais.

Os anos 60 foram, nesse sentido, uma imensa e inflacionária emissão de crédito superestrutural, um abandono universal do referencial do padrão-ouro, uma impressão extraordinária de significantes cada vez mais desvalorizados. Com o fim dos anos 60, com a crise econômica mundial, todas as velhas contas infra-estruturais voltam então lentamente a pesar; e os anos 80 se caracterizarão por um esforço, em escala mundial, para proletarianizar todas essas forças sociais liberadas que deram aos anos 60 sua energia, por uma extensão da luta de classes, em outras palavras, aos mais remotos rincões do globo, assim como às mais minúsculas configurações de instituições locais (tais como o sistema universitário). (JAMESON, 1992, p. 126)

Harvey (1998) sinaliza que com o período de recessão em 1973 têm-se a necessidade de entrar em uma época de racionalização e intensificação do controle do trabalho. Com isso, as décadas de 1970 e 1980 acarretaram em um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Conduzidos por novas tecnologias, surge outra era de desenvolvimento capitalista com novos arranjos de organização política, econômica e social. Estruturando um sistema de acumulação, caracterizado por flexibilidade, desregulamentação, precarização, informalidade do mercado de trabalho.

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas

altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1998, p. 140)

O regime de acumulação flexível configura em novos meios de acumulação representados pela globalização, expansão e financeirização dos mercados. Além de uma redefinição da função do Estado tendo como uma de suas principais mudanças a diminuição da sua ação reguladora, passando a atuar como um interventor mínimo, se direcionando principalmente ao mercado, tendo o papel de favorecer as negociações, as reduções fiscais, e atenuar quaisquer movimentos de trabalhadores que pudessem “atrapalhar” as negociações comerciais, tinha-se apenas um compromisso social mínimo com a classe trabalhadora.

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas. (HARVEY, 1998, p. 160)

Quando pensada no âmbito do trabalho, a crise apresenta efeitos no modo de produção, nas relações trabalhistas. Com a introdução de novas tecnologias, houve uma intensificação da exploração do trabalhador com aumento da jornada de trabalho e novas relações de trabalho. Tem-se uma precarização, o aumento do trabalho informal e intermitente, perda de direitos trabalhistas, além de ampliação das taxas desemprego. O trabalhador que está vinculado à produção sofre um processo de expropriação daquilo que produz e não se reconhece naquilo que se transformou no produto de sua atividade, isto é, o mesmo está alheio aquilo que levou horas depositando forças físicas e espirituais, além de se tornar um mero consumidor que na maioria das vezes não usufrui daquela mercadoria, sendo apenas mais uma ferramenta descartável quando não há mais utilidade para o sistema de produção capitalista. O qual amplia cotidianamente a desigualdade social da humanidade.

Para minimizar essa questão da desigualdade social o capital tem realizado algumas ações compensatórias e limitadas, sem ir à raiz da questão social, através de políticas sociais, programas sociais, atividades humanitárias todas com uma atuação focalizada de combate a pobreza e fome, e em parceria com organizações sociais do terceiro setor.

Mesmo com fortes sequelas no âmbito material, a crise afetou também as atividades espirituais. Os setores de arte, comunicação, ciência, filosofia, educação, valores que são ações exprimidadas nas relações sociais são atingidas por essa crise de caráter estrutural.

Os efeitos nas ciências, em especial na filosofia se expressam por correntes que não vêem uma transformação do atual sistema posto, onde a exploração do homem pelo homem deve ter apenas ações que visem melhorar, aperfeiçoá-lo e não transformá-lo. Nenhum outro movimento intelectual exceto o que tem Marx como fundador visa a radicalidade do ethos dominante. Nesse sentido, o conhecimento não apreende a realidade como uma

totalidade social não é capaz de articular os processos que a constituem para chegar às raízes dos fenômenos sociais, tem-se agora um conjunto de fragmentos que são analisados pontualmente. A efemeridade, imediaticidade, superficialidade, modismo são características principais do cotidiano. As relações se tornaram obsoletas, dessa forma tudo é rapidamente consumido e descartado, os novos produtos, as novas soluções e fórmulas surgem e desaparecem instantaneamente.

Os valores tornaram-se banais, se antes eram sólidos e estáveis perderam-se para um jogo de interesses, onde não há mais a noção do que pode ser certo ou errado. Isto é, a sociedade expõe opiniões sem medir os critérios, há uma intolerância, preconceitos em todas as categorias – raça, religião, etnia. Há um predomínio do individualismo, particularismo o que vem gerando a perda do poder coletivo de transformar a realidade social, os protestos, movimentos, revoluções se subdividiram em pequenos grupos com questões específicas, solucionando assuntos de formas isoladas. A perda dos valores que de certa forma remetiam mais as ações comunitárias se respaldam em uma característica do próprio capitalismo – a concorrência. Como afirma Tonet (2009, p. 123):

Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espraia por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, no mais das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder”.

As transformações operadas na vida social pela ofensiva capital ganham legitimidade com o pensamento pós-moderno. O mesmo parte de uma negação de toda perspectiva que pretende apreender a totalidade dos fenômenos e afirmação da efemeridade e da fragmentação. Com isso, a lógica de produção do regime de acumulação flexível que se expressa pelos setores segmentados, com um desmonte dos direitos trabalhistas, acirra uma competição entre os trabalhadores formais e informais, exaltando o individualismo exacerbado, os particularismos, cercado por múltiplas identidades que possuem interesses próprios e não dialogam com o todo.

A lógica cultural do capital tem expressado novos valores e regras de comportamento tanto na produção quanto na reprodução, e a pós-modernidade expressa a hegemonia ideológica desse capitalismo globalizado. Essa era pós-moderna acentua o poder do sistema de produção capitalista, visto que não se realiza questionamentos acerca do mesmo.

4. SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: um destaque ao Projeto Ético-Político

Mediante todos os argumentos já levantados é notável o quanto essa ofensiva neoliberal era uma ameaça à implementação do projeto ético-político do Serviço Social. O qual tem em seu interior o reconhecimento da liberdade como valor central; o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Desta forma, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que está direcionado aos interesses das classes subalternas, em romper com essa ethos dominante de exploração, e propor uma ordem social que supere a lógica do capital. Sendo assim, este projeto vai à contramão do que se defende no neoliberalismo – privatizações; corte de direitos sociais; flexibilização das leis trabalhistas, entre outras características que penalizam o trabalhador, e favorecem uma economia que atende aos interesses do empresariado.

Quando pensamos nos rebatimentos da crise ao Serviço Social é possível visualizar uma forte resistência política, inclusive pra manter o projeto profissional em meio as divergências de ideias. As expressões da questão social começam a ter respostas cada vez mais imediatas, os profissionais não dispõem de condições objetivas pra viabilizá-las. Não há uma postura crítica do profissional para apreender todas as dimensões de suas demandas.

As expressões da crise no exercício profissional são manifestadas em diferentes formas com alterações nas condições de trabalho e nos espaços sócio-ocupacionais, novas exigências do mercado de trabalho, requisitando à profissão soluções rápidas às demandas que surgem. Os corte sociais e o sucateamento da esfera pública estatal, redimensiona a prática profissional e os locais de trabalho. As políticas sociais passam a ter um caráter compensatório e seletivo, o que distancia da concretização de direitos sociais universais e de qualidade que atenda a toda população. A profissão começa a se inserir massivamente no terceiro setor com contratos de trabalho flexibilizados, terceirizados sem respaldo das leis trabalhistas, levando os assistentes sociais a aceitar salários baixos e condições precárias de trabalho, além de exercer multitarefas, inclusive que não pertencem as suas atribuições privativas.

As exigências aos profissionais no mercado de trabalho se expressam em respostas cada vez mais técnicas e imediatas às demandas, configurando uma ação profissional pragmática e empírica, onde não há uma apreensão da totalidade e da essência das questões expostas pelos usuários, resultando em atividades burocráticas e vazias fortalecendo uma visão acrítica, alienada e fetichizada do real, da sociedade e suas respectivas relações. Conforme afirma em seu texto, SIMIONATTO (2008, pp. 105-106), a prática profissional reduzida à mera identificação das demandas aparentes e com atendimento focalizado que não ultrapassa o superficial e esconde o verdadeiro significado dessas expressões no interior das relações capitalistas, necessita de um aperfeiçoamento

teórico e instrumental para intervir para além da realidade exposta e conhecer todas as dimensões das determinações sociais que estão postas nas novas condições históricas, materializadas em problemas sociais específicos ao campo profissional. Dessa forma, cabe ao profissional uma análise da vida cotidiana e dos movimentos e contradições pertencentes a mesma.

Esse contexto da ofensiva neoliberal fortalece o pensamento pós-moderno que se manifesta a partir do neoconservadorismo, pragmatismo, empirismo, ecletismo. O Serviço Social que tem em sua gênese uma aproximação com o conservadorismo consagra a intenção de ruptura com este tradicionalismo através do projeto ético-político, que tem influência da tradição marxista, o qual defende o exercício profissional a partir de uma apreensão da totalidade, com os pressupostos da razão crítica, com uma intervenção que busque garantir os interesses da classe trabalhadora. É importante mencionar que essa (intenção de) ruptura não prevê a superação do conservadorismo no interior da profissão, mas sim a possibilidade de dialogar e expor abertamente posicionamentos ideológicos e políticos que teçam a crítica à ordem burguesa.

Entretanto, na década de 90, com todas as transformações societárias e a ideologia neoliberal dominante no capitalismo contemporâneo tem-se um retorno do discurso profissional alinhado a razão instrumental, fortalecendo o neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas que compreendem a ação profissional restrita a fragmentos, a qual passa atender as demandas do mercado com uma prática empírica, com uma apreensão superficial dos fenômenos sociais. Além disso, há uma despolitização dos movimentos sociais, o que imprime uma fragmentação e desmobilização das lutas democráticas da massa trabalhadora.

O capitalismo contemporâneo transforma a vida cotidiana, os valores, a sociedade em fragmentos, como algo efêmero que se desmancha no ar. Essa cultura contemporânea restringe a ética, e valoriza a moral individualista, o egoísmo, a violência, o indivíduo ao invés do coletivo. Toda essa cultura que caracterizam como pós-moderna, se constrói a partir de uma negação de todas as conquistas da sociedade moderna e tendências progressistas - da emancipação humana, da universalidade dos valores, da liberdade para transformar a sociedade. O que se reproduz são relações excludentes, desiguais, relativas, todos esses comportamentos que condizem com uma ideologia conservadora.

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle e com caráter tecnicista, com finalidade voltada para a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para realizar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. Instituições voltadas para a coerção, como prisões, delegacias,

casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demandam ao assistente social atividades de controle e censura. O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade; as práticas de encaminhamento são seletivas, baseadas, muitas vezes, em critérios que envolvem avaliações morais, de classe e condição social. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo resgatando o conservadorismo profissional. Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária. (BARROCO, 2011, pp: 213-214).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a reflexão realizada ao longo desse texto esteja datada pelas transformações societárias decorrentes do final do século XX, elas expressam de forma magnífica a atual conjuntura econômica presenciada no final da segunda década deste século. As relações estão cada vez mais degradadas, o capital é predatório e assassino, a humanidade beira a barbárie social, destruindo tudo aquilo que a natureza disponibiliza pra transformar e atender suas necessidades básicas.

Temos uma retomada de práticas conservadoras com caráter punitivos e assistencialistas para as classes subalternas. Além de uma sociedade carregada de ódio pelos seus pares, sim, aqueles que deveriam estar no mesmo “barco” da luta contra classe dominante, encontra-se em constante ataque a si mesmo, isolando-se nos seus particularismos.

Não dispomos de um movimento forte de oposição e “combate” à consolidada e unida classe burguesa conservadora. Temos lutas separatistas, e mídias sociais, nutridas de “*fakes news*”, tornando-se a nova fogueira da modernidade. Visto que, a caça as bruxas está à solta, e os tempos medievais estão em nossa porta incorporados por discursos rasos e repulsivos – embasados pela fé e religião - contra as minorias, e os ditos revolucionários.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social. Fundamentos ontológicos*. 8ª - São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.106, pp.205-218.
- _____. “Fundamentos Éticos do Serviço Social”. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília, DF, 2009.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: *CRESS-7ª Região. Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro, 2005.

_____.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília. 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A atual ideologia Conservadora e o Capitalismo Contemporâneo: Uma crítica a teoria pós-moderna neoliberal. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 36. ANAIS... Salvador/ANPEC, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Poder e a Glória: crescimento e crise no capitalismo de pós-guerra (1945-2000)*. São Paulo, mimeo, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8ª ed - São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 3ª ed - São Paulo: Cortez, 1995.

JAMESON, Frederic. "Periodizando os anos 60". In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. pp. 81-126.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie"*. Serpa, 30-31 oct. 1º nov. 2010.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 2010, pp: 87-132.

ROUANET, Sergio P. "Iluminismo ou Barbárie". In: *Mal Estar na Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, pp. 9-45.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. *A Cultura Pós-Moderna no Serviço Social em tempos de crise*. Revista Temporalis, v. 16, n. 31, p. 167-188, fev. 2017.

SIMIONATO, Ivete. As Expressões ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009, pp: 87-106.

TONET, Ivo. *Modernidade, pós-modernidade e razão*. Revista Temporalis. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 10, jul/ dez, pp. 11-28, 2006.

_____. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009, pp: 107-124.

WOOD, Ellen Meiksins. *Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna*. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, pp.118-127.

REALIZAÇÃO



APOIO



ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*, Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

REALIZAÇÃO



APOIO



DIREITO À MORADIA, POLÍTICA DE HABITAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA DO CAPITAL.

Isabel Cristina da Costa Cardoso¹

Resumo: O texto analisa os desafios do tempo presente no campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia, que repercutem sobre o trabalho profissional, e propõe dialogar com a história e a memória do Serviço Social no referido campo sócio-institucional e político para pensar formas de resistência e de proposição à práxis profissional.

Palavras-chave: Política de habitação, direito à moradia, história do Serviço Social, práxis profissional.

Abstract: The text analyzes challenges in present time at the field of housing policy and the defense of housing as a right, which reverberate on professional work, by proposing a dialogue with the history and memory of Social Work referred to socio-institutional and political field, as a way to consider forms of resistance and professional praxis propositions

Keywords: Housing policy, housing rights, Social Work history, professional praxis.

1 – INTRODUÇÃO

O texto parte de resultados de pesquisa de pós-doutorado concluída em 2018. Está estruturado em quatro partes. A presente introdução. A segunda parte que se debruça sobre o contexto e as relações sociais no tempo presente que expressam o processo histórico de radicalização da ofensiva do capital e que convocam a nossa capacidade de luta e resistência como classe trabalhadora, particularmente no campo da política de habitação e do direito à moradia. Na terceira parte o texto dialoga com a memória e a história do Serviço Social na política de habitação e na defesa do direito à moradia no sentido de refletir

¹ Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ (FSS/UERJ), professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FSS/UERJ, coordenadora do UrbanoSS – grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social, membro da Comissão de Direito à Cidade e Serviço Social do Conselho Regional de Serviço Social/7ª região. Pós-doutorado concluído no ano de 2018, no PPGSS da PUC-SP, com a pesquisa intitulada “a dialética da memória e da história do Serviço Social na Política de Habitação e na defesa do direito à moradia”. Eixo de submissão do trabalho: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais/ Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

sobre a relação entre tal legado da profissão, que é apresentado como contribuição fundamental para uma história social crítica da profissão e da sua inserção na política habitacional e no campo da questão urbana no Brasil, e os desafios do tempo presente ao trabalho do assistente social. Ao final são apresentadas as considerações finais.

2- O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DO DIREITO À MORADIA FRENTE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA POR ESPOLIAÇÃO.

Vivemos as determinações históricas de maturação e intensificação do golpe civil e parlamentar, instaurado no Brasil, a partir de março de 2016, que destituiu Dilma Russel do exercício da presidência da República, sob a “blindagem” midiática e do poder judiciário. Cabe destacar que esse é um golpe da burguesia que virou definitivamente às costas para a nossa frágil e ainda recente experiência de democracia. Para os representantes do capital financeiro, produtivo e do rentismo agrário e latifundiário, o golpe de 2016 e o contexto aberto a partir dele expressam que a democracia é um “excesso”, logo não é uma necessidade histórica do desenvolvimento da burguesia enquanto classe dominante e dirigente. Nesses termos a democracia pode ser apenas uma peça formal, mas não factível, e, por isso, flexível o suficiente para se despir de seus conteúdos e formas, e restar apenas uma experiência tão residual, e, ao mesmo tempo, tão instrumental aos interesses do capital, que não institui referência cotidiana para a vida social da classe trabalhadora e para as relações entre Estado e classes sociais. As formas tradicionais de dominação de classe e de opressão de gênero, raça e etnia são potencializadas no tempo presente por práticas fascistas nascidas da intolerância, da incapacidade de conviver com os direitos conquistados à livre manifestação das diferenças e identidades de gênero, de orientação sexual, da diversidade religiosa, que fazem aumentar os indicadores de violência contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e contra ações de luta da sociedade civil, através da criminalização dos movimentos sociais e/ou da invisibilização dos mesmos e de suas lutas cotidianas e históricas.

Como já nos alertou Florestan Fernandes (1987), a nossa particularidade frente a universalidade das relações sociais capitalistas é ser um capitalismo dependente e periférico, subordinado à dinâmica internacional, e que fundou as relações sociais capitalistas sob a forma e o conteúdo da autocracia burguesa. A experiência de sociedade de classes engendrada pelo capitalismo periférico e dependente é baseada na máxima violência do trabalho escravizado durante séculos e do racismo decorrente desse passado violento e colonialista – racismo sempre reatualizado, como atesta a política de Estado de encarceramento da juventude pobre e negra, no Brasil, moradora das periferias e favelas brasileiras -, na expropriação e superexploração do trabalho, na democracia restrita do

Estado autocrático burguês, no não rompimento com as bases do poder latifundiário e na manutenção do chamado “pacto colonial” que permanece sustentando a drenagem da riqueza nacional para o circuito internacional das trocas e da acumulação capitalista, sob a forma da repartição do excedente econômico entre as burguesias nacional e internacional, bem como seu padrão predatório e expropriador da natureza e dos bens comuns como água, ar, terra, sementes, conhecimentos tradicionais, padrão esse praticado historicamente pelo desenvolvimento extrativista e monocultor.

Sob a forma autocrática burguesa da nossa experiência de capitalismo dependente e periférico, o Estado tem papel fundamental, pois opera como vetor de destruturação da sociedade civil, como via prussiana de transformação pelo alto. É por esse motivo que Francisco de Oliveira (1999), sintetizou de forma assustadoramente trágica o sentido autoritário de nossa história. Segundo Oliveira,

“A história brasileira, desde a revolução de 30, mostrou que no espaço de 60 anos, é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança da dominação de classe. Mas, se se contar, além dos golpes que resultaram em ditaduras, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90.”(1999, p. 60).

A partir de 2016, acrescentamos mais um golpe a essa dramática trajetória. Recorro a esses elementos teóricos e históricos sobre a formação brasileira porque interessa pensar o movimento histórico dos desafios atuais e das contradições estruturais do campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia. Entre tais desafios e contradições no tempo presente, destacam-se: 1) a regressão dos recursos públicos investidos nas políticas de habitação de interesse social e de saneamento no campo e na cidade, em prol da produção habitacional de mercado; 2) o não cumprimento dos marcos regulatórios das políticas urbanas e dos instrumentos legais e urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e em diferentes Planos Diretores e Planos Locais de Habitação de Interesse Social; 3) a intensificação das práticas rentistas da cadeia produtiva imobiliária, associada ao capital financeiro e seus mecanismos de financeirização da terra e da moradia; 4) a subordinação do trabalho social, como componente obrigatório da política de habitação e de saneamento, às normatizações burocráticas e centralizadoras de um banco como a Caixa Econômica Federal e sua concepção do trabalho social como “produto” passível de metrificacão e padronização nacional e centralizada²; e 5) a democracia transformada em um “excesso” da

² Sob esse aspecto cabe salientar que, nessa perspectiva bancária, não são respeitadas ou priorizadas as temporalidades e processos do trabalho social que extrapolam tal dinâmica porque exigem uma relação muito mais cotidiana e longitudinal de presença do trabalho social nos diferentes territórios, onde a vida se processa e a moradia é produzida como realidade social e urbana. É dessa relação e presença cotidianas que se torna possível a aproximação do trabalho social aos moradores dos territórios precários da cidade e a construção de formas de legitimidade do trabalho a partir de práticas concretas de compartilhamento de saber e participação popular e a

ordem social burguesa, a ser contido, interrompido e sitiado em seus efeitos práticos e fáticos para a classe trabalhadora. Classe essa que construiu o que existe como nossa experiência de democracia, ao longo do século XX. Então, se trata de conter, interromper e sitiar a ação política e o horizonte utópico da própria classe trabalhadora, ação essa que só pode existir através da instituição de uma esfera pública democrática que sustente a ação e a fala de sujeitos de direitos que denunciam as desigualdades estruturais da sociedade capitalista, na sua universalidade e na particularidade do Brasil, e propõem formas para o seu enfrentamento público. Em tempo de democracia sitiada, vive-se o aprofundamento exponencial da violência como parte estruturadora da sociabilidade capitalista.

Não obstante a demarcação do conjunto de desafios e contradições, a história não se faz linearmente, mas dialeticamente, com conflitos e movida pelas próprias contradições das relações sociais. Portanto, a convocação a um lugar de resistência e organização dos assistentes sociais como classe trabalhadora e integrante do trabalho coletivo no âmbito da política de habitação é parte desse processo de atuação sobre as contradições das relações sociais capitalistas, mas a partir de um lugar coletivo de classe, como trabalhadores e trabalhadoras que também sofrem as determinações do processo de aprofundamento do neoliberalismo e de transformação do mundo do trabalho como manifestação histórica da acumulação por espoliação, enquanto novo estágio de reprodução ampliada do capital, conforme conceituação de Harvey (2004). Enquanto partícipes da classe trabalhadora, solidários e comprometidos, por exemplo, com a defesa e a garantia do direito à terra e o direito à moradia, o que extrapola os limites instituídos das políticas sociais e urbanas, também devemos formular nosso horizonte utópico do direito à cidade, nos termos de Lefebvre (2001), enquanto elemento integrante de um projeto societário e não apenas profissional, o que nos coloca a exigência de pensar formas de integração e participação nas lutas sociais e de classe pela construção dessa utopia e estarmos lado a lado com os movimentos sociais e outras formas coletivas de luta pelo direito à cidade, em tempos tão fortemente antidemocráticos. Tal práxis possibilita construir e forjar formas de aliança estratégicas com a sociedade civil para o fortalecimento de nossos projetos profissionais e alteração da correlação de forças no âmbito institucional do trabalho profissional.

Nos limites deste texto cabe destacar duas expressões particulares do processo de acumulação por espoliação no Brasil que lançam profundas consequências sobre as condições de realização do trabalho dos assistentes sociais na política de

construção do conhecimento profissional de como a vida social se processa nos diferentes territórios da cidade e produz o espaço urbano a partir de formas de uso e ocupação desiguais, mas também a partir de práticas criativas e de resistência.

habitação e na defesa do direito à moradia, e sobre as formas de existência material e simbólica destes profissionais como trabalhadores: 1) o aprofundamento da “sagrada aliança” entre terra e capital, das práticas do rentismo urbano e seus impactos ambientais e sociais sobre as condições de reprodução da natureza e da vida, notadamente sobre a subordinação do direito à moradia aos interesses rentistas dos capitais imobiliário, fundiário e financeiro; e 2) as metamorfoses profundas do mundo do trabalho na direção da maior exploração da força de trabalho e da expropriação das condições de sua reprodução social.

A primeira manifestação particular da acumulação por espoliação no Brasil acentua as contradições históricas que se expressam no choque entre lógicas distintas que buscam determinar as formas e os conteúdos históricos da relação terra/propriedade. Trata-se de um lado da lógica do valor de uso e da função social da terra e da propriedade, e, de outro, da sua subordinação ao valor de troca, ao “rentismo à brasileira” (PRIETO, 2017), e ao processo de acumulação e valorização do capital. É nesse contexto que se insere a história social da política habitacional que atua, contraditoriamente, tanto na esfera da reprodução da força de trabalho quanto na da reprodução do capital, subordinando as lutas e necessidades da primeira esfera aos interesses da segunda e subordinando, concomitantemente, os usos da terra e as formas da moradia à lógica da mercadoria e da propriedade privada.

A segunda manifestação particular da acumulação por espoliação se expressa em profundas transformações das formas de exploração da força de trabalho para a realização do trabalho produtivo e improdutivo. Assim, como afirma Antunes e Druck (2014), “o capitalismo (...) vem apresentando um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica.” (p.13). Da mesma forma, cresce “as formas geradoras de valor (...) ainda que assumindo a aparência de não valor.” (ANTUNES, 2018,p.33) e que se disfarçam, por exemplo, no crescimento das formas de trabalho produtivo sob a modalidade de “serviços” nos diferentes ramos de atividades econômicas.

Vivemos como trabalhadoras e trabalhadores os processos de desestruturação das bases material e simbólica do mundo do trabalho no sentido da flexibilização das formas institucionais e jurídicas de proteção social do trabalho e do direito do trabalho, desencadeadas já nos anos 90, junto com a agenda das políticas neoliberais, como analisada por Raichelis (2018), e aprofundadas a partir da recente reforma trabalhista, de 2017, e da aprovação da condição de constitucionalidade das Organizações Sociais (OS) em todas as políticas sociais, pelo Supremo Tribunal Federal. A manifestação concreta dessa transformação material e simbólica nas condições e relações de trabalho do

assistente social se dá através das formas de precarização do trabalho, com destaque para as práticas de terceirização. De uma forma geral a terceirização do trabalho expõe o profissional a riscos maiores: 1) de fragmentação das atividades que compõem tanto os processos de trabalho do assistente social quanto os processos do trabalho social, notadamente a fragmentação entre quem planeja, executa e avalia e faz as chamadas medições do trabalho social terceirizado; 2) de redução do valor de troca do trabalho do assistente social, na forma da redução salarial, 3) de alta rotatividade da força de trabalho de assistentes sociais e das equipes de trabalho e a consequente perda e/ou fragilização da memória institucional do trabalho do Serviço Social; 4) do aumento dos indicadores de adoecimento de assistentes sociais, como atesta o estudo de Vicente (2018).

Vivemos igualmente a diminuição da base material dos nossos processos de trabalho através da redução drástica dos recursos orçamentários das políticas sociais e das práticas privatistas de gestão da coisa pública, desde o início da agenda neoliberal e as medidas de reforma do Estado, que desmantelam institucionalidades e práticas já estabelecidas na gestão dos serviços públicos e das políticas sociais. Tal redução da base material dos nossos processos de trabalho também pode ser identificada no âmbito da política habitacional através da não obrigatoriedade de realização do componente trabalho social no PMCMV, faixa 1,5 - referente a famílias com renda entre R\$1.8 mil reais e R\$2.6 mil reais. Esse fato indica a perda de centralidade do próprio trabalho social como componente da política de habitação de interesse social e a consequente perda de postos de trabalho do Serviço Social nesse mercado profissional.

Assim, aos elementos acima destacados, que evidenciam a maturação do golpe de 2016, podem também ser acrescentados o violento ataque ao fundo público e a drenagem intensa de seus recursos para o capital, em detrimento da destinação para políticas públicas, com destaque para as políticas sociais. São exemplos desse processo: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/241, popularmente conhecida como a “PEC do fim do mundo”, e aprovada pelo Congresso Nacional e o Senado Federal, no final do ano de 2016; a PEC 287/2016, da reforma da previdência, do governo do ex-presidente Temer, agora substituída pela PEC 06/2019, do governo do presidente Jair Bolsonaro, ainda em tramitação em Brasília, e a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº38/2016, em junho de 2017, que instaurou a reforma trabalhista do capital.

Como consequência da PEC 55/241 a proposta orçamentária de 2018, enviada ao Congresso Nacional em final de agosto de 2017, apresentou importantes reduções orçamentárias no campo das políticas sociais e urbanas. Cabe aqui, por exemplo, o registro referente a previsão de nenhum recurso orçamentário alocado em novas ações do programa “moradia digna”, integrante da proposta orçamentária de 2018, que reúne o conjunto das ações e políticas habitacionais do Ministério das Cidades (MCidades), no âmbito urbano e rural, notadamente as

ações voltadas para a política de habitação de interesse social (provisão de novas moradias e urbanização de assentamentos precários). Tal processo de redução orçamentária se repete na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, que prevê um montante de recursos a ser alocado no programa moradia digna na ordem de R\$ 4.66 bilhões de reais. Se por um lado, tal valor caracteriza um aumento em relação ao ano de 2016, quando vista a série histórica trienal os recursos alocados ainda expressam um movimento de decréscimo em relação ao valor de 7,61 bilhões de reais da PLOA de 2017. A redução orçamentária em programas de habitação social ocorre na contramão dos indicadores de crescimento do déficit habitacional no Brasil, notadamente na faixa de renda até 3 salários mínimos. Pesquisa do ano de 2018 realizada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), evidenciou um crescimento de 7% do déficit, entre 2007 e 2017, alcançando o patamar de 7,77 milhões de moradias.

De forma a corroborar tal redução de recursos pode ser destacada a perda de orçamento do Ministério das Cidades: R\$9,823 bilhões (2018) para R\$7,319 bilhões (2019), representando a terceira maior perda orçamentária de 2019, no conjunto dos ministérios.³ Tal redução foi também observada no Ministério da Integração Regional (R\$6.455 bilhões, em 2018 e R\$4.433 bilhões em 2019), o que representou a quarta maior redução orçamentária ministerial. Esse fato é significativo, pois ,a partir do ano de 2019, os dois referidos ministérios foram extintos e fundidos no novo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que passou a acumular ações no campo de seis secretarias nacionais: desenvolvimento regional e urbano, habitação, mobilidade e serviços urbanos, proteção e defesa civil, saneamento e segurança hídrica. Cabe também destacar que está em curso processo de revisão do PMCMV, por parte do Ministério Nacional de Integração Regional, que não incorpora qualquer forma de participação social da sociedade civil, em especial de órgãos e entidades de categorias profissionais, como as do Serviço Social, que atuam no campo da política habitacional. Da mesma forma a nova proposta desconsiderou qualquer interlocução com o Conselho Nacional das Cidades, esvaziado das suas atribuições, em 2017, pela gestão do então presidente Michel Temer, e extinto, a partir de abril de 2019, por decreto presidencial⁴. Logo, as mudanças que estão por vir, além de expressarem os problemas orçamentários destacados, carregarão a forte marca centralizadora e antidemocrática, fazendo refluir as bases material e simbólica onde se assenta nossa intervenção profissional.

³ Esses e outros dados orçamentários podem ser vistos no endereço: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/proposta-de-orcamento-veja-os-ministerios-que-ganham-e-que-perdem-recursos-em-2019.ghtml>

⁴ O decreto presidencial 9.759, de 11 de abril de 2019, teve seus efeitos suspensos, em caráter liminar, pelo Superior Tribunal de Justiça, em junho de 2019. O STF ainda julgará o pedido de ação direta de inconstitucionalidade do decreto.

Frente a intensificação do processo de reprodução ampliada da lei geral da acumulação capitalista (MARX,2005) estamos diante de um cenário regressivo para os direitos sociais e que também reduz os horizontes da classe trabalhadora à luta pela sobrevivência cotidiana. O aumento do pauperismo e do desemprego estrutural ocorre na exata medida do crescimento da produção social da riqueza e de sua apropriação como propriedade privada transmutada na forma de finança. Basta lembrarmos que no ano de 2017 os quatro maiores bancos com atuação no Brasil, Itau, Bradesco, Banco do Brasil e Santander, tiveram um aumento de 14.6%, nas suas margens de ganhos financeiros, enquanto o número estimado de desempregados, no ano de 2018, foi de 12.8 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)..

3- DIALOGANDO COM NOSSO LEGADO E TRAJETÓRIA

O Serviço Social, desde a sua origem, foi convocado a atuar nas práticas de controle socioespacial da classe trabalhadora, como nas políticas de higienismo social e disciplinamento da vida cotidiana e nas diferentes temporalidades das políticas de habitação. O legado da própria história do Serviço Social, em termos do seu patrimônio teórico-metodológico e ético-político (IAMAMOTO, 1999), possibilitou, através do longo processo de reconceituação do Serviço Social (FALEIROS, 1987), notadamente através da chamada “intenção de ruptura” (NETO,1991), o reconhecimento e a crítica tanto à requisição histórica e institucional do trabalho do assistente social para o exercício de tais funções de controle, quanto aos fundamentos teóricos e ídeo-políticos conservadores da própria profissão que se amalgamaram ao campo das referidas requisições de controle social, particularmente no campo habitacional (AMANN,2013,ABRAMIDES et al,1980, SILVA,1989). Neste sentido, corroboramos com a avaliação de Mota (2014) quando afirma que um dos principais desafios da profissão no século XXI é a articulação entre os avanços advindos desse patrimônio teórico-metodológico e ético-político e sua “relação de unidade com a prática e a formação profissional” (p.700).

Destaco aqui alguns espaços institucionais de políticas locais e/ou nacionais, de atuação do Serviço Social, desde a década de 1930 aos dias atuais, no âmbito da moradia popular, no Rio de Janeiro, em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais. São eles: a Associação Lar Proletário - uma associação privada, presidida por Darcy Vargas, de caráter filantrópico empresarial; a política de criação dos parques proletários, na década de 30/40, desde os processos de remoção até a ocupação das novas moradias; a fundação Leão XIII, com destaque para os Centros de Ação Social localizados em áreas de favela e conjuntos habitacionais; as Secretarias municipais e estaduais, muitas com recortes

setoriais de saúde e assistência ou de obras públicas, onde se desenvolveram projetos e programas de moradias, como o Departamento de Construções Proletárias, posteriormente Departamento de Habitação Popular (DHP) do então Distrito Federal (1946-1960); o Serviço de Vilas e Parques Proletários; o SERFHA – Serviço Especial de Remoção de Favelas e Habitações anti-higiênicas, a partir de 1956 – após a extinção do SERFHA, ainda nos anos sessenta, foi criado o Serviço Social de Favelas, oriundo do antigo departamento de Vilas e Parques Proletários; a Secretaria de Serviços Sociais, no início dos anos 60, no governo de Carlos Lacerda; a COHAB – Companhia de habitação Popular, criada em 1962, no estado da Guanabara, posteriormente transformada em CEHAB; o BNH – Banco Nacional de Habitação; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e suas políticas iniciais de urbanização de favelas do Rio de Janeiro, ainda na transição dos anos 70 e 80, através das experiências de mutirão e também de regularização e urbanização de loteamentos nos anos 80; a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, a partir dos anos 90, notadamente através dos programas Favela Bairro, Habitar Brasil/BID, Morar Carioca e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Partindo do tempo presente do Serviço Social e buscando coloca-lo em diálogo com seu legado histórico crítico, podemos afirmar que, a partir do final da primeira década do século XXI, ocorre um processo de aprofundamento das funções e requisições historicamente conservadoras (IAMAMOTO, 1999), imputadas ao trabalho social na política de habitação, na direção do controle material e simbólico das condições de reprodução social da classe trabalhadora, particularizadas nas formas da moradia popular. As condições históricas de tal processo são aqui flagradas a partir de quatro elementos: 1) a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, a exemplo da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e sua constituição enquanto política de desenvolvimento econômico, ligado a Casa Civil da Presidência da República, para reverter o quadro cíclico de crise capitalista deflagrado, em 2007, em escala mundial; 2) a submissão da política nacional de habitação de interesse social (PNHIS) ao PMCMV tanto no sentido orçamentário/financeiro dos programas executados, quanto no sentido político de programa prioritário de governo; 3) as alterações normativas do componente “trabalho social” da política de habitação, lugar de inserção sócio-institucional do Serviço Social, decorrentes, em larga medida, da criação do PMCMV, que incidiram sobre a base anterior de regulação dos fundamentos políticos e normativos do Trabalho Social, base essa consolidada através da Instrução Normativa nº 8 de 2009, que estabelece uma espécie de fronteira temporal e política das formas de regulação do trabalho social antes e depois do PMCMV; e 4) a instauração da “despolitização da questão social” (YAZBEK, 2014), caudatária e produto das políticas neoliberais desencadeadas no Brasil, a partir dos anos 1990, que subordina as

concepções e práticas fortalecedoras da esfera pública, da política social e dos direitos, aos requisitos e urgências da “cultura da crise” (MOTA,2000), da subordinação da política à gestão das urgências e contingências múltiplas da vida social sob a forma da “gestão da pobreza” (YAZBEK, 2014) e da focalização e hierarquização de públicos segmentados por critérios de elegibilidade/seletividade.

Tal processo de aprofundamento das funções e requisições historicamente conservadoras da profissão redimensiona o trabalho social na política de habitação e se expressa sinteticamente através de um duplo movimento: 1) o excesso de normatização, codificação, homogeneização e centralização do chamado “trabalho social” e da própria política habitacional, para adequar o direito social e a necessidade social por moradia às regras de seletividade, hierarquização, adaptação e controle dos processos de inclusão e permanência da população beneficiária nos programas habitacionais; e 2) a gestão das consequências socioespaciais derivadas da reprodução das formas segregadas e desiguais da produção social da moradia de interesse social no espaço urbano das cidades (PAZ et al, 2015; CARDOSO e PINTO, 2015)

Contudo, não se trata apenas de aprofundamento ou reatualização de antigas funções de controle sobre as condições de reprodução das relações sociais, mas também de submissão do Serviço Social ao Trabalho Social, levando, inclusive à indistinção entre o que é componente de política pública e o que é profissão. Tal tendência choca-se com o acúmulo teórico-metodológico e ético-político produzido pelo Serviço Social, historicamente, no sentido de uma compreensão não reducionista da profissão que supera criticamente a concepção do Serviço Social como equivalente à política social, onde se insere institucionalmente o trabalho do assistente social, ou, de forma ainda mais fragmentada, a um determinado componente ou programa da política de habitação. Da mesma forma tal “indistinção” pode contribuir para a desprofissionalização do Trabalho Social, que passa a ser compreendido não como campo de atribuições profissionais e interdisciplinares de intervenção na política de habitação, mas como um campo técnico genérico de atribuições passíveis de forte codificação e hierarquias de controle do “fazer” que lhe é demandado e normatizado e de separação entre as dimensões do “fazer” e do “pensar”. À essas tendências destacadas, somam-se as profundas transformações no mundo do trabalho no sentido do aprofundamento dos processos de precarização social já analisados.

Defende-se aqui a necessária ampliação dos esforços de investigação de um campo mais preciso da história profissional do Serviço Social, ainda pouco conhecido e investigado, o da sua inserção sócio-institucional e política no campo da Política Pública de Habitação e da luta pelo direito à moradia. A partir do alargamento desse campo

investigativo e de sua incidência sobre os processos de formação profissional, poderemos compreender tanto as condições de controle e subordinação do trabalho do assistente social, inserido na divisão social e técnica do trabalho na política de habitação, quanto “identificar, a partir de ações concretas, as expressões objetivas e o núcleo dos processos sociais que, mediados pela ação profissional, revelam as marcas da dimensão política da atuação profissional cotidiana” (MOTA, 2014, p 695). E o mais importante, através do aprofundamento de tal pesquisa histórica e do ensino dessa história podemos contribuir para a construção de formas de diálogo e compartilhamento teórico-prático e ético-político entre as gerações de assistentes sociais através da transformação dos resultados do processo investigativo em conteúdos curriculares e práticas educativas no âmbito da formação profissional em Serviço Social, enriquecendo os horizontes intelectuais e as habilidades e competências profissionais. Tal prática de formação opera como contratendência aos processos de redução da intervenção aos manuais de normatização e codificação do trabalho profissional, e de apagamento dos rastros da memória do Serviço Social na política de habitação e na defesa do direito à moradia.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto, ao analisar formas de violência e expropriação contidas na dinâmica da reprodução ampliada do capital, através das práticas de acumulação por espoliação, buscou contribuir para a reflexão das expressões contemporâneas de transformação da dinâmica capitalista de produção social do espaço urbano e as conseqüentes inflexões desse processo sobre a política de habitação, a defesa do direito à moradia e as metamorfose das bases objetivas e subjetivas do trabalho do Serviço Social, a partir da consideração da prática profissional como trabalho e dos sujeitos profissionais enquanto integrantes da classe trabalhadora. A partir desse campo mais amplo de problematização e reflexão o texto propôs a consideração da memória e da história do Serviço Social no âmbito da política de habitação e da defesa do direito à moradia como legado de resistência e patrimônio crítico da profissão – necessário de ser maior investigado, conhecido e compartilhado entre as gerações, no âmbito da formação e do exercício profissionais – capaz de possibilitar: 1) a construção e divulgação de uma narrativa da história do Serviço Social na política de habitação e no campo da defesa do direito à moradia, que, sem se confundir com a própria política ou se reduzir a ela, contribua para uma história social crítica da profissão e da sua inserção na política habitacional e no campo da questão urbana no Brasil; 2) não apagar os rastros da memória e da história do Serviço Social frente à pressão e ao vigor do discurso ideológico das crises capitalistas, das formas de desigualdade e das práticas contemporâneas de regulação da questão social subordinadas à gestão da

pobreza; 3) lançar a luz investigativa sobre a capacidade criadora da ação dos sujeitos profissionais, ainda que socialmente determinada, na relação direta com o trabalho, que tensiona a forma burguesa desigual tanto da política habitacional, quanto da produção da moradia como mercadoria e não enquanto direito.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES, M. Beatriz C. , **MAZZEO**, S. C., **FINGERMAN**, T. N. Repesando o trabalho social. A relação entre Estado, instituição e população. São Paulo, Cortez, 1980.

AMANN, Safira B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 2013.

ANTUNES, Ricardo e **DRUCK**, Graça. A epidemia da terceirização. In: **ANTUNES**, Ricardo. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Vol. II. São Paulo, Boitempo, 2014.

CARDOSO, Isabel Cristina da C. e **PINTO**, Marina Barbosa. A produção capitalista do espaço urbano e o trabalho do assistente social na habitação. ANAIS do VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Maranhão, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 25 a 28 de 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, nº24, p. 49-69, 1987.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. *O capital*. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº120, out./dez. 2014

_____. Cultura da Crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo – Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: **OLIVEIRA**, F. e **PAOLI**, Maria Célia. (Org.). Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira, **ARREGUI**, Carola Carbajal, **RODRIGUES**, Maria de Lourdes da Paz R.. **BLANCO**, Marisa A.A. Trabalho social no PMCMV: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: **AMORE**, Caio Santo, **SHIMBO**, Lucia Z. e **RUFINO**, Maria Beatriz C.. Minha casa ... E A Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf Acesso em: maio de 2015.

PRIETO, Gustavo Francisco T.. Sob o império da grilagem. Os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). Terra Brasilis. [on line]. nº8, p1-18, 2017. Disponível em : [file:///C:/Users/Isabel/Downloads/terrabilis-2137%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Isabel/Downloads/terrabilis-2137%20(2).pdf) . Acesso em: 24 de agosto de 2017.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares e ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018.

SILVA Maria Ozanira da. Política habitacional brasileira. Verso e Reverso. São Paulo, Cortez, 1989.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares e ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº120, out./dez. 2014.

REALIZAÇÃO



APOIO



O SERVIÇO SOCIAL NA HABITAÇÃO ONTEM E HOJE: A EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SÃO GONÇALO

Jackeline Sampaio Passos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as requisições apresentadas aos assistentes sociais que compõe a equipe de trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de São Gonçalo. Dessa forma, para problematizar a inserção deste profissional na questão urbana e habitacional brasileira no atual contexto histórico, as reflexões deste trabalho buscaram sistematizar as reflexões da prática profissional do Serviço Social no referido município, através de pesquisa bibliográfica pautada numa perspectiva crítica e histórica da profissão

Palavras-chave: Serviço Social, trabalho social, Programa Minha Casa Minha Vida, São Gonçalo

Abstract: his article aims to reflect on the requisitions presented to the social workers that make up the social work team of the Minha Casa Minha Vida Program in the Municipality of São Gonçalo. Thus, in order to problematize the insertion of this professional in the Brazilian urban and housing issue in the current historical context, the reflections of this work sought to systematize the reflections of the professional practice of Social Service in the mentioned municipality, through bibliographical research based on a critical and historical perspective of the profession

Keywords: Social Work, social work, Program Minha Casa Minha Vida, São Gonçalo.

INTRODUÇÃO

As reflexões tecidas no presente trabalho se desenvolveram através do empenho, ainda que de forma breve, em sistematizar e refletir sobre a experiência do Serviço Social como integrante do trabalho social da Secretaria de Planejamento e Projetos Especiais do

¹Assistente Social da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFF, especialista em Política e Planejamento Urbano- IPPUR-UFRJ e especialista em Gestão Pública Municipal- UFF. E-mail: jackelinesampaio@id.uff.br. Eixo: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

Município de São Gonçalo –RJ. A experiência objetivo dessa reflexão se dá dentro da Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida no referido município componente da Região Metropolitana do RJ.

A pesquisa bibliográfica sobre o Trabalho Social no PMCMV tem apresentado um leque das mais variadas abordagens, olhares e estudos realizados, buscando compreender a partir de uma perspectiva de totalidade, suas fragilidades e potencialidades. Em nosso caso, buscamos contribuir com os estudos sobre o tema, mediante o breve relato de experiência do profissional de Serviço Social inserido no Trabalho Social no PMCMV do Município de São Gonçalo e a problematização de sua prática, à luz da teoria social crítica.

Para tanto, analisamos as especificidades da profissão, as bases que fundamentam o seu percurso histórico na esfera da habitacional formação social brasileira, para assim, buscar elucidar os impasses que permeiam a profissão no atual contexto histórico, no âmbito do PMCMV, para o qual se faz necessário uma análise sob um prisma político e financeiro de seus efeitos que recaem sobre as cidades e sobre a vida das famílias contempladas pelo mesmo.

2 - BREVE TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ESFERA DA HABITAÇÃO

Para compreender as particularidades da profissão de Serviço Social no espaço urbano, se faz necessário considerar suas origens nas relações capitalistas, nas quais ela se “gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77)), dentro do contexto histórico o qual percorre o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. Cenário este, no qual, emergem novas classes sociais, a ampliação do proletariado e da burguesia industrial (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

De acordo com os autores, nesse contexto se solidifica a hegemonia do capital industrial e financeiro e, por sua vez, surgem as novas refrações da questão social e, por conseguinte, constitui-se o sustentáculo que justifica o trabalho de tal profissional especializado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

No início do século XIX, a categoria interferia nas questões às quais o Estado a chamava, de forma acrítica fragmentada, pontual e localizada, longe de ser pautada por uma perspectiva de totalidade e dos direitos de cidadania(GOMES, 2005, p.185, apud SAMPAIO, 2014, p.49).

Embora tal profissional ainda não tivesse sua atuação pautada numa lógica marxista, de acordo com os estudos de Silva (2005, p. 185, apud, SAMPAIO, 2014, p. 49-50) os profissionais de Serviço Social no âmbito das favelas “contribuíam para a sobrevivência das classes populares, com a melhoria das suas condições materiais e espirituais, mediante a participação do assistente social e de outros profissionais no processo de reprodução social”

Segundo Paz e Taboada (2010, p. 45-46) sobre o trabalho social, “associado a programas de habitação de interesse social, como política de governo, está presente no País desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH, no período de 1968 a 1986.”

Assim, pelo conjunto de atribuições que desempenhava, revela-se uma atuação, na qual, podemos delinear de cunho “administrativo”, ou seja, sua prática profissional envolvia-se mais com a “seleção de demanda, o acompanhamento da adimplência dos mutuários e a organização comunitária, especialmente com a constituição de Associações de Moradores nos Conjuntos Habitacionais, para que essas pudessem administrar os espaços comunitários (PAZ E TABOADA, 2010, p. 46).

Portanto, somente a Reconceitualização do Serviço Social presenteou a profissão com inovações no que abrange ao escopo de atribuições para a sua atuação, situando-o como agente idealizador de suas estratégias profissionais, ou seja, recusando-se a “situar-se como um executor terminal de políticas sociais (NETTO, 2005, s/p).

3- O trabalho do Serviço Social no Programa Minha Casa Minha Vida em São Gonçalo: Infraestrutura urbana, impasses e estratégias de atuação.

A literatura demonstra que, através da estratégia de atender a algumas reivindicações da classe trabalhadora e impulsionar a mediação do mercado e do crescimento econômico, lança-se também no governo Lula o Programa Minha Casa Minha Vida, criando em 2009.

Para Amore (2015, p. 17) a disposição de análise do Programa Minha Casa Minha Vida requer um olhar atento sobre o delineamento político e financeiro e os seus efeitos que recaem sobre as cidades e vão além de uma observação superficial do que se vê prontamente em termos de características urbanísticas e arquitetônicas dos empreendimentos. (AMORE, 2015, p. 17).

Esse pacote habitacional, de acordo com Arantes e Fix (2009, p.1) “lançado em abril de 2009, com a meta de construção de um milhão de moradias, tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, e também como uma política social em grande escala.” Apesar disso:(...) o pacote entrega nas mãos da iniciativa privada o protagonismo da provisão habitacional. (ARANTES E FIX,p. 9-10).

É importante compreender que, nessa lógica o modelo delineado do PMCMV acaba por desfazer a concepção anterior adotada pelo Sistema de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e pelo Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), deixando de lado a atuação do Fundo Nacional de Interesse Social (FNHIS) ao garantir um modelo organizacional que combinasse quantidade e agilidade na produção de moradias (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, P. 74).

Amore (2015, p. 20), analisa o PMCMV a partir de diferentes eixos de análise, o primeiro deles analisa a “Arquitetura do Programa - Agentes e operações do PMCMV”, expondo que “a construtora pode apresentar ao órgão financiador a operação completa, com terreno, projetos e licenciamentos, orçamentos e cronogramas.” Ficando o órgão público local – a prefeitura- com a tarefa de providenciar o espaço a ser construído e proceder com os “chamamentos” para que construtoras apresentem o pacote completo da produção: projetos, licenciamentos e obras (AMORE, 2015, p. 20).

Em um segundo eixo de análise “Demanda habitacional e oferta do Programa”, o autor apresenta dados sobre o processo de periferização do PMCMV: “Em agosto de 2012, das cerca de 440.000 unidades contratadas pelo Programa nas regiões metropolitanas em todas as faixas, 57% das unidades estavam localizadas fora das capitais. Para os empreendimentos da Faixa 1, essa tendência é ainda mais forte(AMORE, 2015, p. 60).”

Concordamos com a análise de Amore, que tem sido também a conclusão de outros pesquisadores sobre o PMCMV que o mesmo através da localização dos empreendimentos em municípios mais distantes do núcleo, favorece a lucratividade das empresas que participam na construção do Programa tratado, através apropriação de terras mais baratas e submetendo as famílias de menor renda a morar em regiões mais distantes dos empregos, comércio, serviços, equipamentos públicos e a se deslocarem cotidianamente por longos períodos e longas distâncias (AMORE, 2015, p. 60).

A respeito do terceiro eixo de análise de Amore (2015) “Desenho, projeto e produção”, o autor aborda aspectos a respeito da padronização, o grande porte dos

empreendimentos e a falta de integração dos grandes empreendimentos com o tecido urbano, uma vez que são marcados pelo cercamento de muros, o que alude ao típico padrão construtivo dos condomínios de classe média (AMORE, 2015).

Ainda de acordo Amore (2015), por último ele faz a análise da “Inserção urbana e segregação socioespacial”, no qual aponta que o modelo no qual esses empreendimentos são implantados na cidade, conjugado às suas grandes dimensões físicas e sua rápida produção desarmonicamente com o crescimento do processo de urbanização, por sua vez, impõe novas dinâmicas ao processo histórico de periferização(AMORE, 2015, p. 69).

A partir do acima exposto, é preciso compreender que é nesse cenário e Programa habitacional que o Profissional de Serviço Social tem se inserido na sociedade brasileira e seus impasses refletem diretamente na execução do Trabalho Social nos empreendimentos do referido Programa Habitacional.No entanto, refletiremos, ainda que brevemente, sobre a atuação do Assistente Social no PMCMV no município de São Gonçalo – RJ.

Britto (*et all.*, 2017, p.6) reflete acerca das transformações socioespaciais do referido município pautado na ideia de fragmentação, desigualdade e, logo, a segregação. Para esta, as mudanças ocorridas no referido espaço urbano são marcadas pela heterogeneidade, onde novas construções convivem com áreas precárias na cidade, e assim, “essa combinação aponta o atual perfil de segregação que se configura no município em questão(BRITTO, 2017, p.16)”

Nesse sentido, é nesse contexto socioespacial no município de São Gonçalo que foram realizados diversos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual já inaugurou 14 empreendimentos a partir de 2014, cada um com no mínimo 164 unidades habitacionais e no máximo 1240 unidades habitacionais, como o mais recente inaugurado, chamado Venda da Cruz. A previsão é que ainda em 2019 o município inaugure mais 3 empreendimentos, sendo eles: Cidade Verde I, Cidade Verde III e Cidade Verde IV.Ressalta-se que umempreendimento está em processo de construção, a saber, o empreendimento Marambaia.

A equipe que compõe o trabalho social no Município de São Gonçalo está inserida atualmente na Secretaria de Planejamento e Projetos Especiais (SEMPPE), sendo a Secretaria de Habitação a responsável pela realização da seleção das famílias aptas a serem inseridas do PMCMV, faixa 1 (com famílias que possuem de 0 a 3 salários mínimos).

Tal separação institucional onde, uma secretaria, no caso a de habitação, realiza a seleção de demanda e outra, no caso a SEMPPE, executa o trabalho social, contribui para uma fragmentação do Trabalho Social, especialmente no que diz respeito às etapas que correspondem ao pré - contratual e o pós contratual, a saber, a fase na qual o beneficiário assina o contrato da “aquisição” do imóvel junto à instituição financeira, neste caso, a Caixa Econômica Federal.

A referida equipe é composta atualmente por 5 assistentes sociais, no entanto, já integraram a mesma profissionais de psicologia e pedagogia, sendo todos contratados através de nomeação em cargos comissionados, não possuindo a equipe profissionais concursados, sendo que 3 assistentes sociais permanecem por mais de 4 anos no Trabalho Social na Secretaria mencionada. A equipe, na gestão anterior (a que antecede a 2017) chegou a ser composta por 8 profissionais, sendo boa parte exonerada após a mudança de governo e, destes, alguns foram convocados a retornar a esta à referida secretaria, a qual já atuavam na gestão anterior.

O trabalho social realizado no Município na maioria dos empreendimentos foi prestado de forma indireta, ou seja, realizado por empresas terceirizadas, o que revela “a precarização as condições de trabalho e a tendência à descontinuidade no interior das políticas sociais, além da perda da memória institucional entre os diferentes governos (SILVA, *et all.*, 2018, p. 202).

Assim, a equipe de trabalho social da SEMPPE – SG atua na gestão da implementação do referido trabalho no âmbito do PMCMV no município de São Gonçalo tendo como principais tarefas: a elaboração de projeto de trabalho técnico social (PTS- P, PTS, PDST), elaboração de diagnóstico social e diagnóstico sócio territorial; acompanhamento das atividades realizadas pelas empresas terceirizadas de trabalho social através de análises de relatório e visitas de campo; articulações institucionais com os serviços públicos do município; elaboração de relatórios referentes à execução direta do trabalho social; reuniões pré-contratuais (antes da mudança dos moradores para o empreendimento); atividades de plantão social nos empreendimentos quando este foi realizado de forma direta para acolhimentos das demandas dos moradores; Participação em reuniões com instituições parceiras como a Caixa Econômica Federal, SENAI, SESI e SEBRAE para delineamento dos projetos, reuniões com síndicos e moradores para discussão de diversas questões; apoio no processo de licitação das empresas terceirizadas.

Sobre a elaboração de projetos de trabalho social realizado pela secretaria, é importante ressaltar que o Assistente Social como um profissional capacitado a elaborar projetos no âmbito da atuação do Serviço Social, não atua apenas na execução do Trabalho técnico social, mas participa também de sua elaboração, conforme o artigo 4ª da Lei de regulamentação da profissão, Lei 8662/93: “Constituem competências do Assistente Social: II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;”

Portanto, as atividades realizadas no PMCMV precisam ser planejadas previamente através dos Projetos de Trabalho Social que, embora necessitem ser elaboradas conforme os eixos de terminadas normativas, como a antiga Portaria 168, Portaria 21 e a atual Portaria 164, não significa que estas tenham que pensadas de forma acrítica, pelo contrário, o processo de elaboração das atividades precisam levar em conta o Projeto ético político do Serviço Social.

Segundo Bertollo (2016, p. 335), é evidente a “inexistência de neutralidade quando da realização do planejamento por meio de seus instrumentos”, se sobressaindo assim, o profissional ou os profissionais que se debruçam em sua elaboração, os quais precisam elaborá-los sobre a premissa da diversidade dos interesses coletivos.

A respeito da realização dos diagnósticos socioeconômicos das famílias contempladas pelos empreendimentos, os primeiros empreendimentos entregues, tiveram seu diagnóstico realizado em momento posterior à entrega dos mesmos às famílias beneficiárias, ou seja, foram realizados na fase pós-ocupação das famílias pela empresa de trabalho social licitada.

Assim, compreendendo o diagnóstico socioeconômico como um instrumento investigativo do Serviço Social e o mesmo tendo sido realizado posteriormente à ocupação das famílias beneficiadas pela empresa de trabalho social, percebemos que isso impactou diretamente a execução do trabalho, uma vez que, as atividades realizadas inicialmente pela equipe social foram planejadas sem conhecer o perfil socioeconômico das famílias atendidas.

À época, o trabalho social era orientado pela Portaria nº168/MCIDADES, a qual não exigia a realização do diagnóstico para a elaboração do trabalho social e, assim, o mesmo era licitado sem a empresa realiza-lo previamente.

Assim, os profissionais que passavam a integrar as empresas licitadas para a execução do trabalho técnico social, não dispunham de um diagnóstico prévio para assim, poder analisar as particularidades da realidade das famílias contempladas com o imóvel habitacional e assim, intervir de maneira mais acertada nas expressões da questão social

que permeava a realidade das famílias através da construção das mais variadas estratégias logo no início da ocupação das mesmas.

Posteriormente, com a implementação da Portaria nº21, o diagnóstico socioeconômico passou a ser exigido para pautar a elaboração das atividades integrantes do Projeto de Trabalho Social, principalmente para o planejamento daquelas que integram o PDST.

Sendo assim, a equipe de trabalho social da SEMPPE, buscando não apenas cumprir a nova normativa do Ministério das Cidades/ Portaria 21, mas em uma estratégia de garantir que o diagnóstico socioeconômico fosse elaborado antes da ocupação das famílias no imóvel e, assim, promover maior efetividade às atividades promovidas junto às famílias beneficiadas com um imóvel, a mesma formulou estratégias para que o levantamento ocorresse.

Embora este pudesse ser licitado, devido ao descompasso entre o andamento das obras e o desenvolvimento do processo licitatório, a equipe uniu esforços para que perfil das famílias do empreendimento Galo Branco fosse elaborado, almejando orientar as atividades de trabalho social a serem elaboradas e, posteriormente executadas.

Acordada através de reuniões de equipe, a adotada para captar a maior parte dos dados do perfil socioeconômico das famílias foi utilizar os dados do CadÚnico, os quais abordam informações de renda, idade, nível escolar, gastos com medicamentos, vínculo empregatício, profissão, entre outros.

À parte foi elaborado um questionário buscando captar os interesses das famílias relacionados à atividades de geração de trabalho e renda, questões acerca de seus cuidados com sua saúde, interesses em atividades de lazer, entre outras questões que, proporcionavam a compreensão dos técnicos sobre as reais e múltiplas necessidades dos futuros moradores.

Após sua elaboração, foram aplicadas entrevistas² aos responsáveis pela inscrição familiar no referido Programa Habitacional buscando promover um espaço de participação dos futuros moradores nas atividades a serem implementadas. Nesse sentido, “quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política (NUTE, 2014, p.27).”

Após as entrevistas terem sido feitas em caráter amostral, as mesmas foram compiladas, tabuladas e analisadas juntamente com os dados adquiridos através do CadÚnico das famílias.

² As entrevistas foram realizadas na Secretaria de Habitação em articulação com a equipe da Semppe e a Secretaria de Desenvolvimento Social a qual forneceram profissionais para auxiliar na aplicação das mesmas.

A caracterização da macroárea também foi elaborada pela equipe técnica, a qual contém:

[...] serviços públicos e equipamentos comunitários descritos no relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos, áreas de vulnerabilidade e risco social a serem priorizadas pela ação pública, principalmente através de articulações intersetoriais, considerando características do território, habitações, infraestrutura e serviços; equipamentos, projetos, programas e políticas públicas; entidades sociais e comunitárias atuantes; demandas do mercado do trabalho, potencialidades econômicas e culturais (NUTE, 2014, 242).

Cabe refletir que, tal documento de caracterização da macroárea, como dito, contribui na identificação dos equipamentos públicos e, por conseguinte, nas articulações intersetoriais a serem feitas. No entanto, a identificação da infraestrutura, serviços e equipamentos públicos que na maioria das vezes se mostravam insuficientes no entorno dos empreendimentos construídos, ao nosso ver, se mostrava apenas como o cumprimento de uma exigência burocrática do Ministério das cidades para elaboração e aprovação da Caixa Econômica através de um documento. Tal reflexão se dá, considerando que os apontamentos feitos pela equipe na caracterização da macroárea dos empreendimentos, não eram analisados e, por conseguinte, acatados pela Prefeitura de São Gonçalo.

Ainda sobre a aplicação dos questionários socioeconômicos, tendo em vista qualificar o trabalho das entrevistas a serem realizadas, foram promovidos encontros de capacitação com as assistentes sociais da Secretaria de Habitação. Os encontros tinham como objetivos compartilhar informações sobre o PMCMV e o trabalho social, fornecer esclarecimentos e orientações sobre a aplicação do questionário e refletir sobre a importância do diagnóstico socioeconômico das famílias beneficiadas para potencializar a aderência das famílias beneficiárias às atividades, de acordo o seu perfil e assim, viabilizar o direito à cidade:

Entendemos, também, que o direito à moradia pode e deve ser a porta de entrada para os demais direitos, especialmente o direito à cidade. Isso significa a busca pela cidadania plena, melhoria da qualidade de vida e o combate às desigualdades sociais. (NUTE, 2014, p. 51).

Sobre o acompanhamento da equipe de Trabalho Social da SEMPPE à execução do TS pelas empresas licitadas, os quais são realizadas através de visitas técnicas ao empreendimento nos quais estão sendo realizadas e, majoritariamente através da análise de relatórios. Cabe destacar, a necessidade de impedir que este acompanhamento se torne um trabalho meramente burocrático, pelo contrário, há a necessidade de um olhar atento dos profissionais que realizam tais análises. Deve-se buscar observar se as atividades estão sendo efetivas no sentido de viabilizar uma multiplicidade de direitos das famílias beneficiárias, através dos mais variados instrumentos de trabalho do Serviço Social como,

encaminhamentos, relatório social, visita domiciliar, visita domiciliar, visita institucional, entre outros. Conforme Bertollo (2014, p. 341):

Neste sentido, é importante que o assistente social planejador, executor e avaliador de planos, programas e projetos consiga realizar uma leitura crítica do movimento do real, a fim de não se tornar apenas um técnico que viabiliza ações que por vezes estão na via oposta dos interesses da classe trabalhadora, população usuária dos seus serviços e a quem sua intervenção deve estar voltada.

Salienta-se que, o assistente social como integrante de uma equipe que faz parte da Gestão do Trabalho Social, é importante considerar que, ao acompanhar o trabalho social realizado por empresa terceirizada e ao receber relatórios que lhes são submetidos para análise, aprovação e posterior liberação de recursos da Caixa Econômica, destaca-se o cuidado que o mesmo deve ter em observar a correta aplicação dos gastos públicos para que não haja o predomínio da atividade econômica sobre a política social (VIERA, 2009, p.144, *apud*, Bertollo, 2016, p. 341).

A respeito das ações bem sucedidas sobre o trabalho social, podemos destacar, entre outras, a aplicação de parte dos recursos do mesmo para a contratação de serviços fornecidos pelo Sesi, Senai e Sebrae, os quais atuam no empreendimento Venda da Cruz e o Senai no empreendimento Galo Branco, promovendo oportunidades de: cursos de geração de trabalho e renda, atividades de lazer, esportivas, de empregabilidade entre outras. Tais ações corroboram com as premissas do Trabalho Social em “promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida (NUTE, 2014, p. 26).”

No entanto, apesar dos esforços da equipe técnica social em realizar um bom planejamento da ações a serem realizadas no empreendimento, através do Projeto de Trabalho Técnico Social, os profissionais envolvidos lidam com as complexidades da dinâmica social como um desafio ao seu trabalho, tais como: conflitos territoriais impostos pelos poder paralelo que, tornam o espaço permeado por hostilidade e, por conseguinte, o trabalho social necessitou ser paralisado em alguns momentos, a falta de serviços públicos próximos ao empreendimento, bem como a falta infraestrutura urbana de qualidade no entorno do empreendimento, a burocracia pública municipal nos processos licitatórios de empresas executoras do Trabalho Técnico Social, a parca qualidade de algumas habitações do PMCMV, entre outros. No entanto, compreendemos a necessidade do profissional de Serviço Social traçar estratégias de atuação e, sobre isso, concordamos com Silva (et, all, 2018, p. 198):

Acreditamos no cotidiano profissional como espaço potencial de construção coletiva de trabalho. Nesse momento, interessa dar ênfase mais ao processo de construção das estratégias de intervenção profissional intersetoriais do que para os seus resultados. Entendemos que, para a superação da fragmentação das políticas públicas, é necessário reinventá-las fora do modelo neoliberal de Estado.

Diante de tantos desafios que fogem a elaboração prévia de um projeto, é necessário que os profissionais envolvidos reflitam de forma ampliada a respeito da complexidade das questões envolvidas no PMCMV, fazendo uma análise econômica, política e social e buscando compreendê-lo dentro da Política Nacional de Habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do breve relato de experiência de atuação da equipe de Serviço Social no trabalho social da SEMPPE no Município de São Gonçalo, no âmbito do PMCMV, foi possível perceber que o mesmo foi permeado por diversas limitações de naturezas variadas como, equipe do órgão pública reduzida (a SEMPPE), a qual teve a experiência de acompanhar mais de 5 mil famílias contempladas com empreendimentos no referido município; infraestrutura dos serviços públicos do entorno dos conjuntos precária e insuficiente para receber as famílias que passaram a integrar o espaço de localização destas novas construções, embora as necessidades fossem apontadas nos relatórios de diagnóstico da macroárea; a terceirização do trabalho social por empresas e sua propensão à descontinuidades nas políticas sociais. Tendo em vista que a atuação do Serviço Social em qualquer espaço ocupacional não está imune a contradições, pelo contrário, a natureza de sua atuação se insere dentro do processo contraditório entre capital e trabalho, o mesmo ao intervir das refrações da questão social necessita traçar estratégias, as quais possuam uma direção política clara na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Considerando essa premissa, a equipe de Serviço Social do Município de São Gonçalo, no seu cotidiano profissional esteve empenhada em traçar estratégias que possibilitassem tensionar as vulnerabilidades do Programa, o qual se delineia por uma ótica que é voltada aos interesses do setor da construção, e assim atuar num horizonte pautado na perspectiva do direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA

AMORE, Caio Santo. **Minha Casa Minha Vida para Iniciantes**. 2015. Observatório das Metrópoles- IPPUR-UFRJ. In: Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. Organizadores: Amore, Caio Santos; Shimbo, Lúcia Zarin. 1.ed.- Rio de Janeiro. Letra Capital, 2015.

ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida.** 2009.

BERTOLLO, Kathiúça. **Planejamento em Serviço Social: Tensões e desafios no exercício profissional.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse social.** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – 2. ed. Brasília: MCidades/SNH; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014.

BRITTO, *et all.* **A segregação socioespacial no município de São Gonçalo, RJ: uma análise a partir do acesso ao saneamento básico.** XVII, São Paulo 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio; Mello, Irene de Queiroz e; Jaenisch, Samuel Thomas. **A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições.** 2015. Observatório das Metrôpoles-IPPUR-UFRJ. In: Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. Organizadores: Amore, Caio Santos; Shimbo, Lúcia Zarin. 1.ed.- Rio de Janeiro. Letra Capital, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho.** – 25. Ed.- São Paulo, Cortez; [Lima Peru]: CELATS, 2008.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação. 40 anos depois.** Serviço Social e Sociedade, nº 84, ano XXI, Novembro de 2005.

PAZ, Rosângela D. O.; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Brasília: Ministério das Cidades Primeira impressão: setembro de 2010 127 p.

SAMPAIO, Jackeline de Almeida. **POLÍTICA DE REMOÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO, VELHAS PRÁTICAS, NOVAS ROUPAGENS: Os Mega Eventos Esportivos e os Desafios ao Projeto Ético - Político do Serviço Social.** Monografia de Graduação apresentada na Escola de Serviço Social - UFF, Niterói, 2014.

SILVA, Caroline Rodrigues et al. **A Intersetorialidade do Trabalho Social em Habitação: Apontamentos a Partir da Experiência Profissional do Serviço Social no Município de Duque de Caxias (RJ).** In: Habitação e Serviço Social. Org. Joana Valente Santana. Ed. Papel Social. 2018.

Links consultados

<https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Consultado em 18-07-2018

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-goncalo_rj. Consulta em 19-06-2019.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS
Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-GeraisPAC/portaria21.pdf>

O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL E A INTERVENÇÃO NO “CONGRESSO DA VIRADA”

Juliano Zancanelo Rezende¹

Maria Lúcia Duriguetto²

Resumo: Nestes 40 anos do “Congresso da Virada”, resgatamos as implicações políticas da organização sindical dos assistentes sociais para a ruptura com o conservadorismo na profissão. Para tanto, abordaremos suas ações e relações com o movimento operário e popular e sua decisiva atuação no III CBAS (1979).

Palavras-chave: Movimento Sindical; Serviço Social; Congresso da Virada.

Abstract: This year, “Turn Congress” complete 40 years, so we rescue the political implications from the historic social workers organization. In time, approaching the action and relation with popular and operary movement and your decisive action in III CBAS (1979).

Keyword: Union Movement; Social Work; Turn Congress.

¹ Assistente Social; Mestrando em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF (bolsista CAPES). E-mail: julianozancanelo@gmail.com. Eixo temático: “Serviço Social Internacional e os movimentos sociais - O Serviço Social na História: 40 anos do Congresso da Virada”.

² Assistente Social; Prof.ª. Dra. da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Email: maluduriguetto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1970, a insurgência dos movimentos sociais da classe trabalhadora, principalmente protagonizada pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças na luta de classes no Brasil. Nesse sentido, a conjuntura de efervescência política e social colaborou para o caminho de reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da organização político-sindical de parcela da categoria profissional de assistentes sociais implicou no acirramento da disputa de projetos profissionais no interior do Serviço Social – sendo defendida pelos militantes sindicais e profissionais progressistas uma perspectiva crítica de profissão, que se expressou, posteriormente, na consolidação da vertente de “intenção de ruptura” com o conservadorismo.

Neste ano de comemoração dos 40 anos do “Congresso da Virada”, este artigo busca resgatar o papel político-social do movimento sindical da categoria profissional de assistentes sociais no processo de construção coletiva de ruptura com o conservadorismo na direção social do Serviço Social brasileiro. E, enquanto marco decisivo, destacamos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 1979) como palco político e espaço coletivo da categoria que explicitou a “virada” no Serviço Social brasileiro.

Em uma conjuntura de avanço do conservadorismo como a atual, aprofundar e evidenciar a relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais - neste caso, especificamente com o movimento sindical - é afirmar a necessária sintonia cotidiana da profissão com os processos de resistências e lutas sociais das classes subalternas para o fortalecimento da direção social do projeto profissional.

Não há, portanto, razões históricas que justifiquem ondas de simplificação no debate contemporâneo sobre os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos no Serviço Social. Todo o acúmulo alcançado até o momento, que fundamenta o projeto ético-político profissional, precisa cotidianamente ser ativado e aprofundado (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 231).

Antagonizando com a escassa pesquisa e produção acadêmica no Serviço Social sobre os movimentos sociais³, registramos que a discussão apresentada por esse trabalho

³Segundo Duriguetto e Marro (2016, p.109), “entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados em 1995 e 2008, 3% tematizam os movimentos sociais”. E “[...] com base na categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social a a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos

compõe um dos resultados de um projeto de pesquisa o qual aborda a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. E, também, se apresenta como síntese de parte da análise realizada em um trabalho de conclusão de curso, o qual foi produto do projeto de pesquisa acima mencionado.

2. DESENVOLVIMENTO

A partir dos últimos anos da década de 1970, o processo que alavancou a nossa transição democrática contra o projeto de abertura dos militares teve como móveis o desenvolvimento de grandes mobilizações populares e sindicais, expresso na emergência de diversos movimentos sociais urbanos e estudantis, que foram galvanizados pela reinserção da classe operária no cenário político nacional por meio do chamado “novo sindicalismo”⁴.

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. [...] Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil (NETTO, 2009, p. 26-27).

Como destaca Luiza Erundina de Souza (2009), no bojo da efervescência política e social da autocracia burguesa, juntamente com o agravamento da questão social, as camadas sociais de trabalhadores se apresentaram nas lutas sociais por direitos e condições de vida e, nelas, a presença dos assistentes sociais.

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo

organizativos e mobilização popular.” (IAMAMOTO, 2008, p. 461 apud DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.109).

⁴ Como expõe Mattos (2009, p.121), o período do novo sindicalismo foi caracterizado pelo grande número de greves, de variadas categorias profissionais. O crescimento dos movimentos grevistas tem suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos. Ao mesmo tempo, havia uma mobilização popular nos bairros com grande expressão das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs. “[...] As CEBs articularam muitas dessas lutas de bairro, contribuindo para formar sujeitos políticos na luta por condições de vida na própria comunidade, fazendo a formação política dos seus participantes no processo de reivindicações por creches, postos de saúdes, pronto-socorros e moradias (FALEIROS, 2009, p.45).

ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados (SOUZA, 2009, p.109).

É nesse contexto de efervescência político-social e de florescimento do novo sindicalismo que as entidades sindicais de assistentes sociais se rearticularam enquanto espaço de organização política da categoria. É nessa direção que se realizou o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em agosto de 1978 em Belo Horizonte, sob a coordenação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais.⁵ Este encontro simbolizou a primeira experiência articulada de reorganização político-sindical da categorial em âmbito nacional⁶. O II Encontro Nacional realizou-se em novembro de 1978, e pautou o trabalho intersindical e a intensificação da articulação nacional entre a categoria para troca de experiências de atuação política das entidades sindicais⁷.

Nesse período, enquanto experiência de luta unificada, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APAS-SP) esteve presente ativamente em lutas por direitos juntamente com diversos profissionais de outras categorias, denunciando a política econômica de arrocho salarial da autocracia burguesa e reivindicando demandas sociais no âmbito do serviço público. Lideranças sindicais da categoria de assistentes sociais, como Luiza Erundina, compuseram comandos de mobilização e de greve, constituindo experiências de inserção em lutas sindicais para além da categoria profissional.

⁵A realização do I Encontro Nacional só foi possível por meio do apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS). O Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais estabeleceu um acordo com o CELATS para financiamento dos encontros nacionais sindicais da categoria e, também, para a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho do assistente social. Tal pesquisa foi fundamental para respaldar o processo de luta econômica da categoria por melhores condições de trabalho, como a reivindicação por um piso salarial mínimo profissional. Além das contribuições de investigação acadêmica, o CELATS colaborou diretamente para a organização político-sindical dos assistentes sociais enquanto fortalecimento do ideário progressista e crítico no Serviço Social – contribuições essas que foram centrais para o fortalecimento da organização sindical dos assistentes sociais brasileiros.

⁶ Participaram do evento as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais – que coordenou o encontro. Dentre os objetivos, tem-se o de dar início a um processo de rearticulação da categoria em nível nacional e realizar um mapeamento das entidades sindicais de assistentes sociais existentes no país. As deliberações fundamentais desse evento referem-se à questão salarial, que representou a demanda por melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores da categoria, mostrando estreita relação com as demandas do movimento sindical mais amplo. (HORTA, 2009, p. 159 apud LOURENÇO, 2016, p. 37).

⁷ Neste II Encontro estavam os sindicatos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio grande do Norte, Minas Gerais e Ceará; e as APAS de São Paulo, Bahia e Goiás; ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais – seção Sergipe; ARAS – Associação Regional de Assistentes Sociais de Ribeirão Preto (SP) (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.123).

Após a experiência das greves setoriais em 1978 no serviço público estadual, organizou-se, em São Paulo, a Campanha Salarial Unificada dos Serviços Públicos, que se constituiu em um canal de expressão das reivindicações dessa categoria de trabalhadores, privada de direitos sindicais e sacrificada pela política de contenção salarial imposta pela elite dirigente. Como assistente social da Prefeitura de São Paulo, integrei o Comando Geral da greve dos funcionários municipais e a Comissão de negociação, representando também a categoria dos assistentes sociais como presidenta da APAS-SP. Assumi, naquele momento, a liderança do movimento grevista do funcionalismo municipal, o que me possibilitou uma extraordinária experiência de participação política, e para a APAS-SP, a participação na greve trouxe resultados muito positivos, pois levou à mobilização e participação dos assistentes sociais diretamente interessados nas reivindicações, além de gerar um valioso saldo de consciência política. A APAS-SP integrou também a Comissão Permanente de Mobilização, formada por quarenta entidades, com o objetivo de apoiar os trabalhadores em greve no ABCD, em março de 1979, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos daquela região. (SOUZA, 2009, pgs.111-112)

Sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão, foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional⁸ na perspectiva de elaboração de uma estratégia política unitária e interventiva para o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), pois havia a compreensão do caráter conservador do congresso dado pela sua comissão organizadora. O processo de articulação das entidades sindicais para atuação no III CBAS, além de demarcar clara posição na disputa por um projeto profissional que propunha o rompimento com o conservadorismo e alinhava-se aos interesses populares, também se apresentava como estratégia de aproximação com a base dos assistentes sociais para o revigoramento do movimento sindical. Nesse encontro, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). A articulação sindical da categoria resultou em um documento construído coletivamente pelas entidades presentes sobre o III CBAS, no qual se denunciava sua formatação e concepção:

1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes através de discussões amplas e democráticas; 2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros; 3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso, que, não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira; 4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuiriam para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico; 5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes

⁸As entidades presentes ao III Encontro representavam 14 estados da federação e o Distrito Federal, por intermédio dos Sindicatos de Minas Gerais, Ceará e Porto Alegre; das APAS de São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná; da ABAS de Sergipe; dos Grupos pró-APAS do Maranhão e Piauí; da Oposição Sindical do Rio de Janeiro e das Associações Culturais de Campinas, Jundiaí e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, que totalizavam 18 entidades, entre sindicatos, APASs, ABASs, oposição sindical e associações culturais (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.63).

do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares (ANAIS III CBAS, 1980 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.64).

O documento expunha, assim, o caráter conservador do III CBAS, posto sobretudo pela ausência em sua programação de espaços que propiciassem a reflexão crítica dos profissionais do contexto de efervescência das lutas sociais e de agravamento da questão social. De acordo com Abramides e Cabral (1995), o III CBAS teve uma composição política diversificada, com a presença de setores conservadores da profissão, que até compunham a direção do CBAS por conta do conjunto CFAS/CRAS e, de outro lado, o polo combativo de profissionais progressistas e militantes de dezoito entidades sindicais sob a orientação política da CENEAS. A articulação planejada do campo combativo e crítico se desdobrou em conquistas políticas no que se refere aos rumos do Congresso, tornando-se pública a posição de enfrentamento ao conservadorismo e apoio às diversas lutas sociais de movimentos democráticos e populares⁹.

As intervenções dos assistentes sociais críticos e progressistas foram fundamentais para “a ação ofensiva e organizada que derivaria na virada do Congresso” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.65).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, na capital de São Paulo, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e frustrou as expectativas dos participantes pelo seu caráter autoritário e oficialismo. Se não fosse a presença ativa e organizada das entidades sindicais da categoria, o Congresso teria se esvaziado já no segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembleia da qual participaram aproximadamente 600 congressistas, quando, em um clima tenso e de grande insatisfação, denunciaram a forma autoritária como o Congresso fora organizado e os rumos que tomou, defendendo e fazendo propaganda das políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Foi uma demonstração de subserviência explícita ao regime autoritário, vigente no país naquela época. Por decisão unânime da assembleia paralela, as lideranças sindicais tomaram a direção do Congresso na abertura da

⁹De maneira estratégica, os assistentes sociais se incorporaram criticamente nos diversos grupos de trabalho do congresso, questionando seu caráter antidemocrático e conservador. O episódio de homenagear aqueles que representavam a repressão, a tortura, a perseguição política, o cerceamento de livre expressão e o aprofundamento das desigualdades sociais não foi duramente criticado. No campo progressista, além dos militantes sindicais, profissionais que compunham as fileiras de lutas contra o regime autocrático burguês e que também puderam ter contato com movimentos e lutas sociais a partir do exercício profissional, como é o caso dos profissionais da área da habitação, por exemplo. Também estavam professores universitários que participavam ativamente da articulação política na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em uma perspectiva crítica, e estudantes de Serviço Social, que mesmo com a limitação de participação discente no CBAS, pautavam o revigoramento do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no que tange à participação e representação discente nos espaços da categoria profissional (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

plenária geral do segundo dia e, no início dos trabalhos, a Mesa Diretora propôs e foi aprovada a destituição da Comissão de Honra do Congresso, composta, à revelia da categoria, pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo, pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva), pelo ministro da Previdência, Jair Soares, pelo governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, e pelo prefeito da Capital, Antônio Salim Curiati. Também por decisão soberana da Assembleia, a Comissão de Honra passou a ser integrada por representantes dos dirigentes sindicais cassados: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho (em homenagem aos trabalhadores brasileiros e a todos os que morreram na luta em defesa da democracia) (SOUZA, 2009, p.115)

Também como exemplo da perspectiva classista e de solidariedade de classe, o conjunto de profissionais progressistas no III CBAS, além de planejar e efetivar a “virada” do congresso, também articulou a aprovação da transferência de recursos do congresso para fundos de greves, anunciou posicionamentos em defesa das lutas populares e apresentou propostas de moções de repúdio como a de repúdio “à intervenção nos sindicatos e à prisão de líderes sindicais” (SOUZA, 2009, p.116). Como evidencia Netto (2009, p.35),

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão.

No interior da disputa pela direção social do Serviço Social no Brasil, o campo progressista de profissionais articulados com as entidades sindicais de assistentes sociais conseguiu encaminhar no III CBAS uma série de propostas, dentre as quais destacamos: a composição das entidades sindicais na organização dos posteriores CBAS; a discussão sobre as condições de trabalho profissional; a afirmação da necessária relação da profissão com as lutas da classe trabalhadora a partir da aprovação da inserção de movimentos sociais populares na programação dos eventos.

Durante o encerramento do III CBAS, na fala de Luiz Inácio Lula da Silva, até então sindicalista do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, podemos encontrar elementos que caracterizam o horizonte das lutas populares naquele período e a essência política que possibilitou a mobilização para as alterações nos rumos do congresso que desaguaram na sua “virada”.

Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato de encerramento do Congresso [...] e concluiu com a seguinte aclamação: ‘Haverá um dia em que trabalhadores braçais, assistentes sociais, intelectuais, políticos, todos nós, juntos, nos levantaremos sem um pinga de medo, mas também sem um pinga de ódio, e em praça pública gritaremos alto e em bom som: Povo sofredor, secai vossas lágrimas! Escravos, levantai-vos de vossa prostração!’ (SOUZA, 2009, p.116).

Assim, foi no contexto de mobilização político-social de movimentos operários, sociais e estudantis e de desenvolvimento das ações sindicais de segmentos profissionais dos assistentes sociais que o III CBAS trouxe à cena as “tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (NETTO, 2009, p.27). É importante destacar, que foi somente o conjunto destes elementos, destacadamente a intervenção política das entidades sindicais da categoria na disputa da direção social da profissão possibilitada pela emersão do proletariado na arena política, que possibilitaram a emergência da crítica de segmentos profissionais ao regime autocrático-burguês, como acertadamente explicita Netto¹⁰ (2009, pgs.30-31):

[...] o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político.

Dada à efervescência política do período, surgiram possibilidades para o desencadear de um processo de alterações na direção sócio-política da profissão no sentido de se romper com suas concepções tradicionais e conservadoras nas instâncias e fóruns profissionais.

A ruptura, a “virada”, deixou o terreno da possibilidade para converter-se em realidade graças ao empenho, ao esforço, à pertinácia e à combatividade de umas poucas dezenas de assistentes sociais que jogaram todas as suas energias em duas frentes: na criação de alternativas organizacionais ao conservadorismo e na articulação com colegas que, em outras regiões, movimentavam-se no mesmo sentido. [...] O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional. (NETTO, 2009, p.32-33)

Com o objetivo de melhor articular nacionalmente associações e entidades sindicais, foi criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), em 1983, em Salvador (BA). O Ministério do Trabalho não liberou a concessão da carta sindical para a ANAS, o que a tornaria federação sindical oficial. No entanto, ela se constituiu como organização representativa da categoria no âmbito das relações de trabalho de maneira autônoma ao Estado e legítima perante a categoria profissional. Entre o fim da década de 1970 e início

¹⁰Ao analisar o documento de Araxá (1967), pode-se constatar uma expressiva alienação do Serviço Social em face da realidade da autocracia burguesa e suas manifestas expressões de abortamento das liberdades democráticas e civis e de acentuação das expressões das desigualdades sociais, o que permanece nos documentos posteriores de Teresópolis (1970) e Sumaré (1978).

dos anos de 1980, a direção política da CENEAS e, posteriormente, da ANAS, assumiu um conjunto de lutas no plano econômico, político, social e sindical em articulação e unidade com os diversos movimentos sociais dos trabalhadores, como as lutas contra o regime autocrático burguês e sua política econômica de arrocho salarial, a defesa de condições dignas de vida e de trabalho, a garantia de autonomia sindical frente ao Estado e aos patrões e, nas políticas sociais, um conjunto de reivindicações que advinham dos movimentos sociais:

a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.95).

De acordo com Souza (2009), tradicionalmente, o assistente social era reconhecido por sua atuação em conformidade à manutenção da ordem social servindo aos interesses dominantes. Porém, com a inserção de segmentos profissionais no conjunto de lutas e movimentos populares, operou-se uma ressignificação da imagem social da profissão, agora também identificada como defensora dos movimentos sociais e defensora das liberdades democráticas.

A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade contribuíram para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas, ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas (SOUZA, 2009, p.113).

Conforme Abramides e Cabral (2009, p.70), a ANAS, enquanto aglutinadora e organizadora do movimento sindical da categoria profissional, desempenhou papel central na elaboração de alicerces teórico-políticos para o projeto profissional crítico em construção. Tal processo crítico se expressou no Código de Ética Profissional aprovado em 1986.

Naquele momento a categoria não possuía o acúmulo teórico e filosófico para a definição do Código de Ética, que só foi possível em 1993. O Código de 1986, porém, em que pese suas lacunas e incorreções, significou um ganho político na direção do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, instrumento de luta no processo de amadurecimento dos anos 80, possibilitando a referência desse projeto no interior do trabalho profissional no serviço público. (ABRAMIDES E CABRAL, 2009, p.70)

As experiências advindas da inserção da categoria nas lutas dos movimentos sociais, principalmente no âmbito sindical, se desdobraram na colaboração para a consolidação política de um projeto profissional do Serviço Social alternativo ao

conservadorismo Destaca-se o IV CBAS (1982),o qual teve como tema “Serviço Social na Realidade Brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria” como momento de afirmação coletiva do compromisso de segmentos profissionais com a classe trabalhadora, e também pelo reconhecimento de pertencimento da categoria à própria classe explorada. No V CBAS – “Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativos de políticas sociais”, ocorrido em 1985, um novo projeto profissional da categoria era explicitado em cena com mais intensidade, articulado ao projeto societário da classe trabalhadora. Esse projeto profissional alternativo objetivava:

[...] de um lado, instrumentalizar os assistentes sociais para a análise das políticas sociais, visando a construção de propostas alternativas comprometidas com os movimentos populares em articulação com a organização da categoria; e, de outro, aprovar um documento político que criasse referências concretas para a prática dos assistentes sociais frente às alternativas de políticas sociais propostas pelos movimentos populares [...] (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.178).

O debate que deu a tônica da “virada” do III CBAS e que se expressou no caráter progressista dos dois CBAS seguintes esteve fundamentado a partir das experiências políticas de organização coletiva e contato com as lutas sociais no cenário de aprofundamento da luta de classes no cenário nacional de finais da década de 1970 e na de 1980. As entidades sindicais de assistentes sociais contribuíram tanto para a disputa política no interior da profissão como partícipes da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que naquele contexto representava um movimento amplo de revigoramento do sindicalismo brasileiro.

Majoritariamente, os dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da CENEAS e da ANAS, participaram de todo o processo do novo sindicalismo desde a articulação na ANAMPOS, da 1ª CONCLAT, das comissões Pró- CUT e do Congresso de Fundação em 1983, e todos os congressos da Central até 1992 (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.71).

A experiência classista das entidades sindicais de assistentes sociais esteve sintonizada com a necessidade de construção de uma organização sindical a qual abarcasse as reivindicações das diversas categorias profissionais, compreendendo que a luta política se isolada possui menos força social no embate dos conflitos de classes. A militância sindical da categoria profissional esteve presente nos diversos espaços de construção coletiva da CUT, compondo direções locais, regionais, estaduais e nacional.

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS/ANAS no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: aprofundar a consciência da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes: apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.72).

Nos grifos de Abramides e Cabral (2009), no II Congresso da CUT, em 1986, foi deliberada a discussão pela alteração da estrutura sindical brasileira organizada por categoria profissional para ramo de atividade econômica de modo a contribuir para a maior unidade das lutas dos trabalhadores. Os objetivos eram tanto de potencializar politicamente o poder de reivindicação econômica dos trabalhadores como também colaborar para a unidade classista do polo do trabalho na luta de classes e proporcionar a reflexão coletiva sobre o reconhecimento político das diversificadas categorias profissionais enquanto classe social, mesmo sendo consideradas as especificidades de cada categoria.

A decisão pela adesão à proposta da CUT foi deliberada na IV Assembleia Nacional da ANAS, em 1989. Foi então que, por consequência, a ANAS foi extinta em 1994 para que o processo de reorganização sindical por ramo de atividade se desenvolvesse.

3. CONCLUSÃO

Como destaca Abramides (2009, p.89), no contexto da reabertura democrática, o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionaram a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora, o que teve rebatimentos nas ações políticas das entidades sindicais de assistentes sociais a partir da segunda metade dos anos da década de 1970. O viés sindical classista, combativo e autônomo do novo sindicalismo conformou a atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, tendo rebatimentos tanto na atuação político-sindical dos profissionais quanto na compreensão teórico-metodológica sobre o Serviço Social, em que se questionava seus vínculos com o conservadorismo. Nesse processo, o movimento sindical do Serviço Social pautou suas lutas não somente nas questões específicas da categoria em relação à suas condições de trabalho, mas também nas diversas bandeiras de lutas que a classe trabalhadora construía coletivamente. Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e, posteriormente, da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), foram fundamentais para o desenvolvimento do processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Entoados pela conjuntura de expressividade da luta de classes no Brasil, o campo progressista e combativo da categoria de assistentes sociais atuou no III CBAS de maneira estratégica, e representou um marco fundamental para o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, contribuindo para a construção de um novo direcionamento social, ético, político e teórico para o Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria B. C. “A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

_____, e CABRAL, Maria do Socorro. “A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro”. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p, 55-78.

_____, e CABRAL, Maria do Socorro. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo, Cortez, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MARRO, Kátia. “Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo”. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Cortez, São Paulo, 2016, p. 97-118.

SOUZA, Luiza Erundina de. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 107-119.

MATTOS, Marcelo Badaró de. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.

NETTO, José Paulo. “III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização”. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 15-42.

RAMOS, Sâmya Rodrigues e SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas”. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez. 2016. p, 209-233.

DEMANDAS, REQUISIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL: da gênese à renovação do Serviço Social brasileiro

SILVA, Laira Lúcia dos Santos¹

RESUMO O presente artigo é a síntese do primeiro capítulo do trabalho de conclusão de curso, que prevê uma breve análise da gênese à renovação do Serviço Social brasileiro, apresentando nessa trajetória as demandas, requisições, competências e atribuições privativas do/a assistente social.

Palavras-chave: Serviço Social, competências, atribuição privativa, demandas, requisições.

Abstract The present article is the synthesis of the first chapter of my work on the conclusion of the course, which provides a brief analysis of the genesis of the renewal of the Brazilian Social Service, presenting in this trajectory the demands, requisitions, competencies and privileges of the social worker.

Key words: Social Service, competencies, private assignment, demands, requisitions.

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 expressa para o Serviço Social brasileiro a comemoração das quatro décadas de um marco histórico para a profissão. É em 1979 na cidade de São Paulo, que ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – o “Congresso da Virada” –, que marca a construção de um projeto profissional que expressa a defesa da democracia, dos direitos humanos, da igualdade e da liberdade enquanto valor central.

Assim, a apreensão do Serviço Social na reprodução das relações sociais na sociabilidade capitalista, isto é, na relação capital e trabalho, resulta em situá-lo na contradição entre as demandas e requisições determinadas socialmente nos espaços sócio-ocupacionais e a intencionalidade que o profissional vislumbra nas suas ações no seu cotidiano de trabalho, pois através das políticas sociais, o Estado assume o papel de agente interventor e mediador de conflitos, atendendo às demandas postas pela classe trabalhadora e ao mesmo tempo, modelando a ordem capitalista – sendo funcional ao Estado burguês: conforme nos elucidava Guerra *et al* (2015)

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Juiz de Fora, MG, Brasil.
E-mail: lairalssilva@gmail.com

Daí o entendimento de que o trabalho realizado pelos assistentes sociais visa responder as necessidades das classes sociais criadas no estágio avançado do capitalismo. Trata-se de profissionais chamados para intervir na relação capital e o trabalho, via políticas sociais, considerando que dessa relação marcada pela desigualdade social derivam seqüelas que precisam ser enfrentadas pelas instituições sociais da ordem burguesa, especialmente pelo Estado (GUERRA *et al.*, 2015, p. 2).

Apreender a profissão nessa perspectiva implica compreender as consequências políticas do exercício profissional, isto é, as dimensões objetivas e subjetivas do exercício profissional. Assim, esta perspectiva de análise da profissão concebe que o Serviço Social reproduz interesses contrapostos, participando tanto dos mecanismos de dominação e exploração como atendendo às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2014).

Nesse sentido, o artigo pretende trazer para a reflexão uma análise concisa do Serviço Social brasileiro no século XX, desde o seu surgimento e a institucionalização ao processo de renovação da profissão, colocando em cena as respostas profissionais frente as expressões da questão social – advindas do curso do amadurecimento do capitalismo.

Enquanto conclusão, apontamos alguns desafios para o Serviço Social frente a ofensiva neoliberal e destacamos algumas tendências às requisições a profissão na contemporaneidade.

DESENVOLVIMENTO

Partindo da compreensão de Iamamoto e Carvalho (2014), entende-se a história da sociedade brasileira enquanto fundante da gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Desse modo, as lutas reivindicatórias da classe trabalhadora, situa a questão social na esfera pública, havendo assim, uma junção entre Estado e burguesia para extinguir as mazelas sociais, conforme corrobora os autores:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Assim, o surgimento da profissão decorre da necessidade que o justifica, isto é, da organização dos trabalhadores surge a demanda de respostas do Estado, mas sua legitimidade advém do conjunto das classes dominantes, conforme corrobora Iamamoto e Carvalho (2014) “caracterizar-se-á, assim, como uma imposição.” (p.136). Nesse sentido, um dos elementos que se destacam no referido processo, está na “preocupação” do

empresariado com a falta de instituições que auxiliem os trabalhadores na integração física e psíquica ao trabalho fabril, no sentido em que, fora do ambiente de trabalho, os operários ficam expostos à “indisciplina”, conforme nos elucidam os autores:

É preciso que o operário possa cultivar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo, com seus recursos etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 146).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o surgimento do Serviço Social no Brasil não se baseou, inicialmente, em medidas coercitivas emanadas do Estado, mas essencialmente da iniciativa de grupos e frações de classe, que se manifestaram por intermédio da Igreja Católica² – esta, por sua vez, com a queda da República Velha, visava uma reaproximação com o Estado. Assim, algumas ações, no ano de 1931, são realizadas na cidade do Rio de Janeiro, para que o novo regime compreenda sua influência. Para além, através de seus próprios mecanismos, as atividades que se tornaram mais organizativas – possibilitando a realização de obras sociais –, criam-se duas instituições assistenciais que se destacam na gênese do Serviço Social brasileiro: a Associação das Senhoras Brasileiras e a Liga das Senhoras Católicas.

Com o objetivo de viabilizar uma capacitação de seus membros através da doutrina social da Igreja, instruindo-os no conhecimento dos problemas sociais, a partir de um curso intensivo realizado por um grupo de moças de Santo Agostinho, surge o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que como nos aponta Castro (1989):

O CEAS foi considerado como vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil – e aqui também, como no caso chileno, o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa respaldada por assistentes sociais belgas, que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 1989, p. 98).

Nesse sentido, a criação do CEAS foi o primeiro passo para a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Em 1936, foi criada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo e em 1937, criou-se a segunda escola no Rio de Janeiro. Logo, segundo Castro (1989), a profissão emerge objetivando responder à “questão social”, no sentido de controle ao movimento operário, por forte influência positivista³.

2 “(...) merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social sociedade moderna e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja” (YAZBEK, 2009, p. 146).

3 “a hipótese fundamental da perspectiva positivista é de que a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Seu pressuposto é de que essas leis regulam o funcionamento da vida social, econômica e política. Nesse sentido, os métodos para conhecer a sociedade são os mesmos utilizados para conhecer a natureza (...)” (YAZBEK, 2018, p. 57)

Iamamoto e Carvalho (2014) nos apresenta que, no que concerne à atuação das assistentes sociais em 1940, o objetivo do trabalho pautava-se em “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural (...)” (p. 201). Assim, manifesta-se uma atuação pautada num posicionamento moralizante das expressões da questão social, que culpabiliza o indivíduo pela sua condição e o “adequa”, o “educa”.

O período datado de 1940 à meados de 1960 para o país, fora considerados o momento de crescimento econômico, que – nos países latino-americanos –, aplica-se a ideologia desenvolvimentista, que objetiva a modernização em nome do capital.

Desse movimento, surge o Desenvolvimento de Comunidade⁴, onde os assistentes sociais são requisitados a trabalhar nas comunidades com a população, na concepção de “organização” da mesma. Tal contato propicia alguns questionamentos quanto ao desenvolver e a finalidade de suas atividades, haja vista as particularidades dos países latino americanos (CASTRO, 1989).

No que concerne à normatização da profissão, em 1947 é instituído o primeiro Código de Ética Profissional, com uma sustentação filosófica de caráter humanista-cristão. Isto é, os valores profissionais eram realizar o projeto divino nas ações sociais, respondendo a uma “vocação”, na perspectiva de “fazer o bem”. As atividades desenvolvidas eram de caráter educativo, de cunho moralizador, como destaca Barroco (2010):

A ação profissional tem por objetivo eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizado e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de “disfunções sociais”, julgadas moralmente segundo uma concepção de “normalidade” dada pelos valores cristãos (BARROCO, 2010, p. 94).

Em 1957, houve a primeira Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei nº 3.252 – revogada pela Lei Federal nº 8.662/1993 –, que trata em seu artigo 3º as atribuições dos assistentes sociais, em especial “d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais”. Tal prerrogativa delinea a compreensão da “questão social” e a intencionalidade da ação profissional no referido período histórico, que identifica o assistente social enquanto o agente que atuará “solucionando os problemas sociais”

Os anos de 1960 no continente latino americano fora marcado pelo período ditatorial burguês e, em 1959 com a Revolução cubana, culminou e impulsionou – para o Serviço

4 Modelo que surge no Brasil a partir das articulações organizacionais internacional, bem como da política nacional, que visava a modernização do meio rural e a ampliação do capitalismo. Nesse sentido, a intervenção profissional era baseada nos princípios neotomistas, visando o desenvolvimento da sociabilidade (NETTO, 2015).

Social –, no início de um processo que redimensionará o entendimento de profissão e que elucida o caráter político de sua intervenção, o chamado Movimento de Reconceituação⁵, sendo este, uma referência determinante no que concerne ao declínio do Serviço Social Tradicional, de acordo com Aquino *et al* (2017):

É questionada a intervenção profissional junto às expressões da questão social – objeto de trabalho dos assistentes sociais – disputando sua eficácia, eficiência e legitimidade. Evidencia-se, na primeira metade da década de 1960, uma articulação entre os profissionais da América Latina, que é diluída em torno de 1965. A razão para o desmonte dessa articulação, com vistas à superação de uma lógica conformada com o capitalismo, não é outra que não as ditaduras na América Latina, inauguradas com o Golpe de 1964 no Brasil e, depois, com os demais golpes espalhados pelo Cone Sul (AQUINO *et al*, 2017, p. 154).

Assim, a reconceituação se difunde pela América Latina até 1975, a partir das aproximações com a leitura marxista, exceto no contexto brasileiro do ciclo da autocracia burguesa, como designado por Netto (2015).

Tais transformações sofridas em âmbito nacional, com a instauração do regime ditatorial, o Estado passa a enfrentar a “questão social”, não apenas no caráter repressivo, mas com políticas sociais de caráter neutralizante. Esse universo promoveu significativas alterações no que se refere as novas demandas ao Serviço Social, exigindo uma atuação profissional de cunho técnico, que responda à burocracia do Estado, conforme explana o autor:

A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais. Num plano geral, ela foi compelida a integrar o conjunto de procedimentos administrativos “modernos”; particularmente, ela foi atravessada por uma requisição de organicidade e transparência, de maneira a ser incorporada no sistema de práticas compreendido pela moldura organizacional (NETTO, 2015, p. 163).

Nesse sentido, com a incorporação das ciências humanas e sociais como referência teórico-metodológica da profissão, bem como no contexto do regime militar, os Códigos de Ética Profissionais de 1965 e 1975, demarcam o compromisso central do desempenho profissional com as demandas apresentadas institucionalmente, isto é, são “técnicos” habilitados a atuar sobre os problemas sociais, possuindo uma “vocação” para contribuir com o bem comum, com a coletividade, com uma ação profissional caracterizada pela neutralidade, como corrobora Barroco (2010):

(...) o perfil ético tradicional é reforçado através da orientação de valor quanto ao comportamento profissional; o assistente social deve ser: “imparcial... pontual...

5 A partir da rejeição do paradigma norte-americano utilizado anteriormente, busca-se – através desse movimento –, uma teoria social que subsidiasse a prática do Serviço Social latino-americano (NETTO, 2015).

respeitoso, cortês”. A moral apresenta-se como o “alicerce” da ação profissional que deve ser mantida em todas as dimensões da vida social, como condição de preservação da “dignidade profissional”. Assim, “todo assistente social, mesmo fora de sua profissão, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para o bom conceito da profissão (BARROCO, 2010, p. 128).

O golpe de abril, significou a busca pela implementação do projeto de modernização no país. O período governado pelo presidente Castelo Branco (entre 1964 a 1967) marcou-se pelas medidas criadas para deter as ações democráticas. Em 1968, com a presidência do general Costa e Silva, aprovou-se o Ato Institucional nº 5 que, de acordo com Netto (2015), demonstrou todo o aparato fascista e repressivo do Estado, conduzindo os movimentos sociais à ilegalidade.

Ainda segundo o autor, o governo do presidente Médici (1969 a 1974) – período este, conhecido como o “milagre econômico” -, adequou o Estado à proposta de modernização, onde houve uma abertura considerável para o capital financeiro estrangeiro. Tal contexto de desenvolvimento positivo não rebateu para a população, aumentando assim, as desigualdades e a pobreza, através do arrocho salarial.

No bojo dessa conjuntura, o Serviço Social brasileiro começa a romper com as práticas tradicionais, apresentando em um primeiro momento, sua laicização. Esse processo⁶, que emerge partir de 1964 até meados dos anos de 1980, é demarcado por três vertentes, analisadas por Netto (2015): a perspectiva modernizadora, a atualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora, enquanto uma das expressões da renovação do Serviço Social no país, configura-se como a adequação da profissão – ainda com seus valores e concepções tradicionais –, às exigências do contexto histórico ditatorial. Isto é, propõe-se novas bases técnicas e científicas – com a influência do positivismo –, conforme as formulações dos documentos de Araxá e Teresópolis⁷, como destaca Netto (2015):

Os textos finais desses dois encontros – o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis – possuem (...) características e ênfases diferenciadas, mas podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substancial pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (NETTO, 2015, p. 213).

6 Analisado por Netto (2015) enquanto traços do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, onde o autor aponta “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2015, p. 172).

7 Encontros promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) a partir do “Seminário de Teorização do Serviço Social”, nos anos de 1967 em Araxá (MG) e 1970 em Teresópolis (RJ) (NETTO, 2015).

Com estímulo na fenomenologia⁸, a vertente de reatualização do conservadorismo, advém da resistência às modificações propostas pela vertente modernizadora. Em uma nova roupagem do conservadorismo, considerando os processos sócio históricos, essa expressão propõe uma intervenção profissional por meio da ajuda psicossocial, “ajustando” a subjetividade do sujeito, em um resgate da dimensão filosófica do Serviço Social Tradicional. Em resumo, a partir de um referencial teórico mais “sofisticado”, a perspectiva rejeita as referências do positivismo, bem como as referências críticas de base marxianas, reatualizando assim, o passado profissional (NETTO 2015).

A vertente indicada como “Intenção de Ruptura”, surge no bojo universitário em 1972, expresso pelo “Método BH”⁹, elaborado na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG), mas somente na década de 1980, com o declínio ditatorial, a intenção de ruptura repercute nacionalmente.

Essa perspectiva coloca em cena a ânsia por uma transformação societária, pois consoma à crítica ao Serviço Social Tradicional a partir de análise marxista da proposta de profissão. Netto (2015) remarca tal proposta “(...) enquanto formulação de um projeto profissional que, respondendo à particularidade da conjuntura brasileira, estava sintonizado com as vanguardas renovadoras mais críticas da América Latina (...)” (p. 367).

No que concerne à autocracia burguesa, alguns fatores foram decisivos para o seu declínio no país, como explana Montaño e Duriguetto (2011), o processo de esgotamento do “milagre econômico”, a insatisfação dos trabalhadores com o arrocho salarial, o desemprego, a instabilidade da inflação, entre outros fatores, aglutinaram-se os movimentos sociais na luta pela redemocratização, conforme os autores:

As mobilizações pela redemocratização que confluíram nas “Diretas Já” constituíram o maior movimento de massa que o Brasil já teve. De fevereiro a abril de 1984 milhares de pessoas se mobilizaram e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia no país por meio de eleições diretas para Presidente da República (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 274).

Tal contexto de organização da luta política dos movimentos sociais, influenciou o Serviço Social com a ruptura com o Serviço Social tradicional. Em 1979 ocorre na cidade de

8 “O método fenomenológico consiste na descrição direta de nossa experiência enquanto tal, como ela é, sem nenhuma consideração por sua gênese. O real deve ser descrito, não explicado ou analisado. (...) No Serviço Social, a principal autora que desenvolveu essa abordagem foi Ana Augusta de Almeida que, em 1977, desenvolveu uma proposta metodológica para a profissão apoiada em três grandes conceitos: diálogo, pessoa e transformação social. Entende o diálogo como ajuda, como profunda relação entre profissional e “cliente” face a situação existencial problematizada, frente a qual a se propõe o desenvolvimento da consciência reflexiva sobre a situação humana” (YAZBEK, 2018, p. 74).

9 Aplicado nos anos de 1972 a 1975, o Método Belo Horizonte foi uma experiência realizada na cidade de Itabira, no estado de Minas Gerais. Apesar de suas limitações, destaca-se a essência classista presente na referida abordagem, sendo de extrema relevância a perspectiva de unidade entre as dimensões que constituem a profissão – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (NETTO, 2015).

São Paulo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), que era constituído em sua direção, pela vertente conservadora.

A realização do III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais foi estratégica para definir o posicionamento da oposição política à organização do III CBAS. O contato dos/as assistentes sociais – que buscavam romper com o conservadorismo na profissão –, com os movimentos sociais que se opunham ao regime militar, contribuíram para o posicionamento ético-político da categoria¹⁰. Assim, os embates e deliberações das assembleias, possibilitaram a destituição das mesas que homenageavam os dirigentes da ditadura militar e estiveram presentes os representantes dos movimentos sociais que resistiram aos anos de autocracia burguesa. Dessa maneira, o “Congresso da Virada” demarca os passos para o rompimento com conservadorismo na profissão (CFESS, 2009).

Os anos de 1980, conforme explana Yazbek (2009) determina a interlocução entre a teoria social de Marx e a profissão, havendo enquanto maior expressão a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Yamamoto e Carvalho, de 1982. Na referida obra, os autores – a partir do método histórico dialético –, desvelam o significado social da profissão, revelando o seu papel nas relações sociais, a partir do aprofundamento do capital. Buscam apresentar o fundante da questão social, compreendendo a produção dos bens materiais enquanto determinante na produção e reprodução das relações sociais.

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (...); está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas (YAZBEK, 2009, p. 151).

Com os avanços no que concerne à dimensão política da ética profissional, em 1986 houve a elaboração do Código de Ética que teve avanços significativos em comparação com os anteriores. Barroco (2010) nos elucida o compromisso ético-político do referido documento com a classe trabalhadora, que “(...) visa garantir uma prática voltada às necessidades dos usuários, tratados historicamente, em sua inserção de classe, o que está de acordo com a politização que marca a intervenção da vertente de ruptura da profissão”

10 As entidades estudantis de Serviço Social muito contribuíram com tal processo de ressignificação da profissão no Brasil, através da participação de representantes nos eventos da categoria, igualmente enquanto entidade essencial na formação de quadros políticos, haja vista que os atores partícipes em tal processo possuíram experiências junto ao movimento estudantil e movimentos sociais, como a relação com a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Ação Popular e a Juventude Universitária Católica (JUC). (MORAES, 2014).

(p. 176).

Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho sofre alterações e se redimensiona de acordo com as feições que a questão social assume em determinado contexto histórico, social e econômico. Dessa forma, a ação profissional possui um caráter histórico e enfrenta a necessidade de se renovar em decorrência das transformações que ocorrem nas relações sociais (IAMAMOTO, 2014).

Assim, tal trajetória histórica brasileira nos possibilita analisar a conjuntura atual em curso, com o avanço do neoconservadorismo e o afunilamento das políticas públicas – que reflete diretamente na desregulamentação do trabalho –, qual o neoliberalismo orienta para assegurar os interesses da burguesia, conforme desdobramentos Mota aponta “(...) transformando serviços públicos em negócios, sob o lema do corte de gastos públicos e do livre mercado, para integralizar o processo de capitalização dos serviços (...)” (2017, p. 44).

CONCLUSÃO

Em breve síntese, a década de 1990 foi um marco no amadurecimento das dimensões constitutivas da profissão, haja vista a aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão 8.662 de 1993, bem como a construção do Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, que expressam o projeto ético-político da profissão, que possui valores opostos à sociabilidade burguesa. Nesse sentido, tais normativas profissionais e orientações da formação acadêmica expressam um projeto profissional articulado à um projeto societário, que manifestam em seu horizonte “o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade” (BARROCO, 2010, p. 200).

Em contramão do avanço alcançado no interior da profissão, a década de 1990 foi marcada pelas transformações no modo de produção capitalista. Esse contexto demarca as crises cíclicas do capital – com a queda das taxas de lucro –, devido à expansão do capitalismo monopolista durante décadas. Dessa forma, o Estado reestrutura-se através de medidas neoliberais, atuando de forma mínima, desenvolvendo estratégias que deem suporte ao crescimento econômico, ou seja, refuncionalizando as políticas sociais, que são as maiores empregadoras de assistentes sociais.

Convém destacar que, o campo do projeto profissional é uma “arena de disputas”, conforme caracteriza Netto (1999). Isto é, o autor apresenta com maestria a vertente marxista na renovação do Serviço Social enquanto uma “intenção” de ruptura, haja vista que, frente a cena contemporânea, a intencionalidade de rompimento com o

conservadorismo é uma constante conquista.

No que se refere à questão social, em conformidade com Iamamoto (2007), observa-se na contemporaneidade uma “renovação de uma velha questão social”, que inscrita na natureza das relações do modo de produção capitalista, apresenta novas e diversificadas expressões frente às atuais condições sócio-históricas de sua produção e reprodução. Assim, instalam-se os principais desafios ao Serviço Social, trabalhando com as novas expressões da questão social e vendendo sua força de trabalho em troca do salário, enfrentando as questões comuns a todos os trabalhadores assalariados.

Desse modo, o cotidiano de trabalho do assistente social se encontra atravessado por desafios oriundos das alterações que afetaram sua condição de trabalhador assalariado, como as formas de contratação, os baixos salários e a ausência de condições éticas e técnicas, que garantam a execução de suas atividades (IAMAMOTO, 2007).

Enquanto expressão do projeto profissional hegemônico, a Lei de Regulamentação da profissão aprovada em 1993, exterioriza a concepção de profissão legitimada a partir da ruptura com o conservadorismo, compreendendo a questão social enquanto matéria fundante do exercício profissional. Sendo assim, as sequelas da questão social “(...) não podem ser enfrentadas de forma moralizante e de responsabilidade individual. Seu enfrentamento deve se dar coletivamente” (MATOS, 2015, p. 681).

Portanto, é nas circunstâncias postas no contexto contemporâneo – através do enfrentamento das mazelas da questão social por meio do viés moral –, que encontra-se o Serviço Social, permeado nos distintos interesses das classes sociais, requisitado a atuar sobre as condições objetivas do real.

Esse âmbito contraditório em que se insere o “chão” profissional do assistente social, abre possibilidades para um exercício profissional no horizonte do projeto ético-político, que ultrapasse os limites impostos pelas políticas sociais, bem como pelas requisições institucionais (AMORIM, 2010).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de. **O serviço social e a institucionalização das demandas sociais: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo.** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFAL: Maceió, 2010. Dissertação de Mestrado.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; SILVA, Aline P. R.; VIEIRA, Pedro L. C. **O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise**

crítica da participação e contribuição do CBCISS. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2017 – n. 40, v. 15, p. 151 – 165.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** - 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** - São Paulo: Cortez, 1989.

Conselho Federal de Serviço Social / CFESS. **Congresso da Virada: 30 anos (1979 – 2009).** Brasília, 2009.

GUERRA *et al.* **Atribuições privativas e competências profissionais do/a assistente social: contribuições ao debate.** III Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social. Maceió, AL, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. - São Paulo : Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez.2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social.** - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca básica do serviço social; v. 5)

MORAES, Mays Vieira de. **Diálogos sobre educação popular e Serviço Social no Brasil: a perspectiva crítica no século XX.** PPGSS – Escola de Serviço Social / UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 128, p. 39-53, jan./abr. São Paulo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 17. ed. - São Paulo : Cortez, 2015.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a cena contemporânea.** In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica / organizado por Yolanda Guerra... [et al]. Campinas: Papel Social, 2018.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE

Carla do Nascimento Santos Morani¹

Letícia de Souza Lourenço²

Eixo: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e
trabalho profissional

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as questões que atravessam o ensino superior no Brasil e a formação profissional em Serviço Social. As reflexões sistematizadas que dão forma ao nosso trabalho são resultado de uma pesquisa sistemática baseada em dados estatísticos e bibliografias, buscando contribuir para o debate em torno da temática formação profissional em Serviço Social e educação superior na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Superior, Diretrizes curriculares do Serviço Social e Formação em Serviço Social.

Abstract: This article aims to present the issues that cross higher education in Brazil and the professional training in Social Work. The systematized reflections that shape our work are the result of a systematic research based on statistical data and bibliographies, seeking to contribute to the debate around the theme of professional training in Social Work and higher education in the contemporary world.

Keywords: Higher Education, Curricular Guidelines of Social Service and Training in Social Work.

Introdução

A formação profissional do Serviço Social no cenário contemporâneo vem causando inquietações na categoria profissional e em seus órgãos representativos (CFESS³, CRESS⁴, ABEPSS⁵ e ENESSO⁶), diante das transformações que vem atravessando o ensino superior e que vem exigindo ações inovadoras e eficazes para

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <karlansantos@hotmail.com>

² Assistente Social. Pós-graduanda em Gestão em Saúde Pública pela Universidade Federal Fluminense. <lourenco.assistentesocial@gmail.com>

³ Conselho Federal de Serviço Social

⁴ Conselho Regional de Serviço Social

⁵ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

⁶ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

propiciar respostas compatíveis com os desafios cotidianos, seguida do compromisso político e acadêmico de luta contra o neoliberalismo, contra o desmonte das políticas públicas na área social e contra o atual direcionamento da política de educação superior no Brasil.

A análise da educação superior brasileira aponta algumas tendências presentes e que repercutem na formação de assistentes sociais, considerando o caráter privatista predominante das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam os cursos de Serviço Social, o que se constitui como elementos considerados fundamentais para se pensar a formação profissional e que merecem ser aprofundados pela categoria profissional, particularmente para os sujeitos envolvidos com a formação de assistentes sociais.

Sendo assim, esse artigo será desenvolvido em dois momentos, que embora com particularidades, se articulam entre si: no primeiro será feita uma breve contextualização da Educação Superior no Brasil e, no segundo, serão abordadas as Diretrizes Curriculares (1996) e as questões apresentadas para a formação profissional no contexto da educação superior contemporânea.

A Educação Superior no Brasil na Contemporaneidade.

Ao longo dos anos 1990, em tempos de reação burguesa e neoliberalismo difundiu-se amplamente uma campanha em torno de “reformas” que vêm sendo delineadas pela tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma⁷ neoliberal. Contudo, tratou-se de “reformas” orientadas para o mercado, já que o discurso neoliberal argumentava que os problemas no âmbito do Estado eram considerados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida no Brasil desde o início da década de 1980 (BEHRING, 2003).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas desenham um novo patamar de relacionamento do Estado com a sociedade civil, com novos contornos institucionais em função da descentralização de suas ações e da

⁷ A expressão contrarreforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro “Brasil em contrarreforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos”, no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contrarreforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

articulação de ações e responsabilidades entre os distintos entes governamentais (governos federal, estadual e municipal).

Esses impactos que a mudança da agenda pública trouxe para a organização das políticas públicas, bem como para a organização da ação estatal, se constitui um ponto de partida para a análise da Política de Educação Superior, sobretudo com a adesão do Brasil ao conjunto de propostas orientadas para garantir um programa rigoroso de ajuste econômico, formuladas num acordo global que foi denominado de “Consenso de Washington”, no qual foram propostas reformas de cunho neoliberal. O discurso apresentado relaciona a modernização com a não intervenção do Estado no mercado, além da privatização das empresas estatais por não serem lucrativas (MOTA, 1995)

Lima (2012) destaca que o processo crescente de privatização da educação superior vem acompanhado de um discurso de “democratização” deste nível de ensino, mas, evidencia uma ruptura com o princípio da universalidade ao acesso da educação, defendido historicamente pelos movimentos sindicais e sociais latino-americanos.

Cumprir ressaltar que o crescimento de unidades de ensino superior, sobretudo privadas, aparece articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional, que dentre outras formas, acontece através de iniciativas que ampliam o papel do mercado na comercialização da educação superior no setor de serviços.

Outro aspecto importante sobre o empresariamento da educação diz respeito à privatização interna nas universidades públicas, que se expressam através de cursos pagos, fundações de direito privado e Lei de Inovação Tecnológica. A condução dessa privatização pelo Governo Federal (de Fernando Henrique Cardoso a Lula da Silva) se materializa através da criação de um arcabouço jurídico que se refere ao Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta a ação das fundações de direito privado nas universidades públicas e a Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04 – são importantes referências desta privatização interna) (LIMA, 2012).

Estas ações demonstram, portanto, a configuração de um determinado “perfil” de trabalhador docente: os empreendedores. Um docente que, na condição de *empresário de si mesmo*, capta recursos públicos e privados no lucrativo “mercado educacional” criado no interior da universidade pública (LIMA, 2012, p.16).

No que se refere ao produtivismo que condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação, Lima (2012) faz referência a Bosi (2005, 2007 e 2009) e traz elementos centrais para compreender os rebatimentos da política de pós-graduação e

pesquisa no Brasil na intensificação do trabalho docente e para a expansão da educação superior na primeira década deste século. Dentre eles, destacamos: a questão do produtivismo materializa o padrão mercantil de produção do conhecimento, pois compreende o próprio ato produtivo; a redefinição das atribuições e a privatização dos meios de produção do trabalho docente (livros, laboratórios, computadores) não são mais viabilizados, em sua maioria, pela universidade, mas pelos docentes que concorrem a bolsas de produtividade; a estratégia utilizada para a difusão dessa “cultura de produtividade/desempenho” é a política de avaliação difundida e monitorada pelos órgãos de fomento: na graduação, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); na pós-graduação, pelas notas atribuídas aos programas de pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na produção docente conduzido pelo sistema Qualis da CAPES, o que evidencia a competitividade entre instituições, programas e docentes, representando perda de autonomia e a subsunção do trabalho intelectual à lógica mercantil.

Desta forma, ressaltamos o campo educacional como um espaço de interesses das distintas forças sociais a partir da dimensão estratégica da educação no âmbito cultural e produtivo. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social exatamente por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública.

No Brasil vem aumentando o número de instituições de ensino superior e os dados do Censo da Educação superior de 2017 elaborado pelo Instituto *Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), demonstram que do ano 2007 à 2017 esse crescimento se deu consideravelmente no âmbito privado. Porém, as matrículas nos cursos de ensino superior presenciais estagnaram, mas no ensino a distância cresceu 27% entre 2016 e 2017.

No que se refere ao âmbito municipal do Rio de Janeiro, segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2017, são 2.448 instituições de ensino, sendo 189 Centros Universitários; 2.020 faculdades, 199 universidades e 40 IFS e Cefets.

É importante ressaltar, que as modificações e implicações da organização do ensino superior no Brasil na atual conjuntura, não se restringe particularmente ao setor privado, pois as Universidades públicas também vem atravessando desafios com as novas racionalidades da educação superior, que se expressam nos mecanismos de controle e avaliação dos serviços, sendo as universidades, os professores (as) e pesquisadores (as) pressionados a todo tempo para serem produtivos

quantitativamente e melhorarem os indicadores de eficiência e produtividade, com condições de trabalho precárias. Tal realidade se expressa através da expansão do ensino superior de graduação sem nenhum investimento público, via políticas de cotas, com base na Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste mesmo ano e programas como, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Nesse cenário, percebe-se que vem se constituindo a proposta de privatização de cursos de pós-graduação na universidade, pois a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou no dia 18 de junho de 2015 a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que especifica que o ensino superior na rede pública será gratuito apenas nos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado, o que também pode levar a perda da sua autonomia intelectual diante das agências responsáveis pela avaliação e do próprio mercado, que podem implicar nos rumos dos trabalhos acadêmicos.

Essa realidade significa uma redução expressiva nos recursos destinados ao programa que garante materiais de consumo, a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos para apresentação de trabalhos de pesquisa, bancas de doutorado e mestrado e a realização de doutorado “sanduíche”. Inclusive, torna-se contraditório, na medida em que a própria Capes exige dos alunos (as) e professores (as) da pós-graduação, uma alta produção que é traduzida em trabalhos apresentados em eventos qualificados, publicações em revistas e participação dos professores (as) em bancas de apresentação e avaliação de teses e dissertações.

Encontra-se, portanto, na atual conjuntura, a presença da lógica da expansão universitária, da precarização das formas de contratação de assistentes sociais; na formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, nas dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, seja no âmbito público ou privado, diante das mudanças advindas da LDB/1996, bem como na utilização do fundo público para financiamento da educação superior no âmbito público com a ampliação do acesso via políticas de cotas, das ações afirmativas, que conta com a Lei Estadual nº 6.433 e nº 6.434, de 15/04/2013, no qual é garantida a reserva de cinquenta por cento das vagas em seu processo seletivo a alunos que tenham cursado integralmente a educação básica em rede pública de ensino e, no âmbito privado através de programas de governo para acesso ao ensino superior, como

PROUNI (Programa Universidade para todos)⁸ e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁹, seguido pela lógica da privatização e do ensino superior à distância.

Essas questões apresentadas nos trazem a exigência de olharmos para os desafios da formação profissional, uma vez que a formação dos professores, a avaliação institucional, a definição conceitual em relação a educação para a pesquisa ou para o mero ensinar, são discussões que perpassam tanto o processo de formação quanto o cotidiano profissional dos docentes.

A atual Lei Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) traz como finalidade da Universidade a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações, num mundo em constantes mudanças. No entanto, é importante distinguir ensino de Educação, para que o direcionamento da Educação não seja um mero treinamento, capacitação ou reciclagem, desconsiderando-a enquanto espaço de construção de conhecimento, o saber pensar; o aprender a aprender; a reconstrução constante; a aprendizagem emancipatória e a pesquisa.

Atualmente apresenta-se o aumento nos cortes no investimento nos programas de pós-graduação, sendo anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) em 04 de junho de 2019, que ocorrerá o corte de mais 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Embora, os cortes se

⁸ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem se inscrever no Prouni 2º/2015, os candidatos que não possuam diploma de curso superior que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 e tenham obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. É preciso, ainda, que tenham obtido nota acima de zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda (In: site http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php).

⁹ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Pode se inscrever no processo seletivo do Fies, o estudante que: Não tenha concluído curso superior; Tenha renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até dois e meio salários mínimos; Tenha participado de alguma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação que não seja zero. Podem se inscrever ainda, independentemente de terem participado do Enem: Os estudantes que tenham concluído o ensino médio antes de 2010; Os professores do quadro permanente da rede pública de ensino, em efetivo exercício na educação básica, desde que se inscrevam em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia na sua área de atuação. Nesse caso, podem participar também os professores que já tenham concluído curso superior (In: site <http://fiessselecao.mec.gov.br/>).

apliquem especificamente para cursos com conceito nota 3, esse bloqueio de verbas representa uma redução de R\$ 4 milhões em 2019 e, até 2020, deve representar R\$ 35 milhões.

Em contraposição a essa realidade que vem atravessando a educação superior, no dia 30 de maio e 14 de junho de 2019, docentes de todo o país aderiram à greve nacional dos professores federais, contra os cortes no orçamento da educação pública, em defesa do caráter público da universidade, por melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e pela valorização salarial de ativos e aposentados, bem como para derrubar a PEC 6/2019 sobre a reforma da previdência. Segundo os dados publicados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no dia 14 junho, 45 milhões de trabalhadores participaram ou foram impactados pelos atos e paralisações, com greve aderida em 380 cidades, o que significa um grande avanço de resistência as propostas do governo vigente.

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social e a Formação Profissional no contexto da Educação Superior contemporânea.

A formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, ao fazermos um resgate sobre a sua trajetória, veremos que as mesmas passaram por processos ideológicos e ajustes aos processos sociais, no qual nem sempre possuíram um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter um projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos interesses do sistema capitalista, voltando-se para à efetivação de um trabalho “alienado”, subsidiado por uma análise endógena da profissão, que é possível ser observado em seus códigos de ética até a década de 1980.

Desde a década de 1980, vimos afirmando ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Esta orientação é distinta da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indagamos sobre significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica (IIAMAMOTO E CARVALHO, 2003).

No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a

estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão.

O movimento realizado pela categoria no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, bem como a reforma curricular de 1982 e do Código de ética de 1986, deram origem a atual Lei de regulamentação da profissão de 1993 (8.662), ao Código de Ética de 1993 e as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, que traz consigo conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização (IAMAMOTO, 2005).

A partir da diretriz curricular implementada pela ABEPSS em 1996, consolidou-se no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social uma postura que tem procurado interferir na reprodução do trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve. Esta retraduziu valores ético-políticos que contribuíram para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia. E, além disso, consolida o rompimento com a perspectiva endógena do Serviço Social, reconhecendo-o como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e o assistente social como trabalhador assalariado e, que, portanto, sofre os mesmos rebatimentos que a classe trabalhadora que ele atende (IAMAMOTO, 2005).

O conteúdo das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 apresenta elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas. Considera que o processo de trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um processo, que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central a questão social. Além do entendimento do Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, e da sua necessidade de inovar as respostas profissionais no enfrentamento da questão social, o que exige segundo as diretrizes curriculares, capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, também, da valorização da sistematização e da dimensão investigativa como parte da formação e exercício profissional do assistente social.

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais, sua produção e reprodução ampliada e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade (IAMAMOTO, 2005).

Nesse sentido, entendo que o principal desafio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS) está em superar as dificuldades de implementar as Diretrizes Curriculares de 1996, que ainda não foram consolidadas.

Diante da realidade da educação superior na atual conjuntura, outra ação que vem sendo empreendida pela categoria profissional foi a publicação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) do primeiro volume do documento sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social em 2011 e o segundo volume em 2014, que busca dar visibilidade a dados e informações acerca de irregularidades verificadas pela fiscalização dos CRESS de todo o Brasil nas instituições que oferecem essa modalidade de ensino.

Com base nos princípios da formação profissional do assistente social podemos apontar cinco exigências para a qualidade da formação profissional em Serviço Social: A primeira é sobre a estrutura e lógica da instituição educacional; a segunda é a estrutura do projeto pedagógico do curso; a terceira é o perfil do docente e seu entendimento sobre a profissão, tendo em vista que pela diversificação de conteúdos exigidos na Diretriz curricular da ABEPSS, nem sempre serão ministrados por assistentes sociais; a quarta é sobre a concepção de educação dos docentes e a quinta é referente à linguagem e as didáticas pedagógicas utilizadas por eles.

Considerações finais

Os questionamentos apresentados acerca da organização do ensino superior e dos cursos de Serviço Social, sinalizam aspectos que podem levar a formação profissional a seguir lógicas diferenciadas, tanto no que diz respeito a perspectiva de formação defendida pela ABEPSS e a sua organização nos cursos apresentados nas diversas classificações administrativas e modalidades de ensino superior, como na configuração do estágio supervisionado que é um dos requisitos para a formação de assistentes sociais. Tais distinções se colocam por se configurar em espaços que atravessam interesses antagônicos e lógicas diferenciadas e compreensão distinta

sobre estágio, embora o exercício da supervisão se insira no trabalho do assistente social.

Outra questão é a precarização das condições de trabalho dos docentes e assistentes sociais, sejam eles vinculados a unidade acadêmica ou de campo de estágio, que vem sendo contratados temporariamente ou parcialmente, por tempo determinado ou por programas, sofrendo redução da jornada de trabalho e de salário, possuindo muitas das vezes um duplo vínculo, por conta do baixo salário, o trabalho em regime de plantão dentre outras formas, bem como a lógica produtivista, sob a exigência de metas de atendimento, seguida da operacionalização e administração de políticas sociais setoriais que não tem a demanda do usuário como prioridade e nem muito menos do Projeto Ético-político defendido pelo Serviço Social.

Essa realidade nos leva a refletir sobre os valores e objetivos dessas instituições e em que medida os mesmos podem influenciar na condução na formação em Serviço Social, tendo em vista a sua autonomia administrativa.

É importante compreender que a regulamentação e dinâmica do Serviço Social não se restringem as legislações e processos institucionais exclusivos da profissão, pois tanto a formação como o exercício profissional dependem de um conjunto de relações sociais e das mediações entre elas, como totalidade que precisa ser pensada sem perde de vista a dinâmica do ser social como: sua relação com a dinâmica da educação superior, do mercado de trabalho, assim como das políticas públicas e suas formas particulares de organização da prestação dos serviços sociais (ALMEIDA, 2011).

A consolidação do projeto de formação profissional crítica, demanda compreender a sua articulação com as lutas da sociedade e que no interior da profissão existem diversos projetos, com claras diferenças, divergência éticas, sociopolíticas e profissionais que indicam diferentes formas de interpretação da natureza e do significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, o caráter contraditório da formação profissional do assistente social frente aos interesses de classes e a possibilidade de reafirmação de um projeto profissional, que venha se voltar para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS, nº 07**, São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 637-650)

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 36ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. Censo 2017. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 29 de maio de 2019.

LIMA, K. R. de S. Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo Século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L (Org.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2012, pp. 1-26.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

RESPEITO AO AXÉ:
Reflexões sobre Intolerância Religiosa e Serviço Social

Liandra Lima Carvalho¹

Amanda Silva Pereira²

Eixo Temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e Lutas sociais contemporâneas

O trabalho apresenta reflexões teóricas sobre Intolerância Religiosa e o olhar do Serviço Social. Ele tem como ponto de partida teórico um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética da profissão e perpassa pela história brasileira que impediu e criminalizou os cultos e atividades das religiões de matriz africana, especialmente o candomblé, durante séculos. Através do mesmo questionamos como a nossa profissão está preparada para atuar no combate a toda e qualquer forma de preconceito.

Palavras-Chave: Intolerância Religiosa – Serviço Social – Matriz Africana

The paper presents theoretical reflections on Religious Intolerance and the look of Social Service. It has as theoretical starting point one of the Fundamental Principles of the Code of Ethics of the profession and perpasses through the Brazilian history that prevented and criminalized the cults and activities of religions of African matrix, especially candomblé, for centuries. Through it we question how our profession is prepared to act in the fight against any form of prejudice.

Key Words: Religious Intolerance - Social Work - African Matrix

¹ Assistente Social, Mestre e Doutora em Política Social e Pós Doutora em Humanidades, Culturas e Artes, docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias e da Pós Graduação da Faculdade Unyleya. Contato: liandralimacarvalho@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias. Contato: amandamkpereira@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das reflexões incentivadas ao longo da graduação em Serviço Social, as mesmas serviram como de ponto de partida para a construção do projeto de pesquisa da mesma. Embora um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais, seja o combate a toda e qualquer forma de discriminação. Nos questionamos até que ponto o profissional de serviço social vem desenvolvendo uma prática profissional de modo não somente a não discriminar, como também possibilitar a construção de espaços para a não discriminação, o tratamento igualitário e o acolhimento aos seus usuários, sejam eles de que credo ou religião sejam. Ressaltamos que o projeto de pesquisa construído pela autora, tem como foco: as discriminações sofridas e a percepção das mesmas, pelas mulheres candomblecistas.

1.1. Historia dos Africanos: uma história quase esquecida

De acordo com Hernandez (2005), nas escassas pesquisas realizadas na época da chegada dos europeus à América sobre os povos africanos, os mesmos eram retratados: como folgados, impassíveis, impossibilitados e que não sentiam dor física, também eram taxados como primitivos e inferiores.

No estado de selvageria achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim tem permanecido. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações europeias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo sentimento. Tudo isso está o homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano... (HEGEL, 1928 apud HERNANDEZ, 2005:21)

Hernandez (2005) aponta que os homens eram classificados, com base na pesquisa realizada por Charles Linné em 1778, da seguinte forma:

-Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas, semblante rude, barba rala, obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se pelos costumes
-Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso, cabelo loiro, castanho, ondulado; olhos azuis, delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.

-Asiático. Escuro, melancólico, rígido, cabelos negros, olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.

-Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos, pele acetinada, nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho (HERNANDEZ, 2005:19).

É importante ressaltar que classificação serviu para justificar a escravidão por parte dos europeus, a destruição de grande parte da população da África do Sul liderada pelos bôeres (povos de origem europeia na África) e também violência sofrida pelo colonialismo, na América, quando haviam revoltas por parte dos africanos. (HERNANDEZ, 2005).

Estudos apontam que no século VII tendo seu ápice nos séculos XII e XVI dentro do continente africano existiam arranjos comerciais, entendidos como “reinados”, “supremacia” ou apenas tribos, e a troca de poder era rotativa e com isso cresceu o comércio na África (HERNANDEZ, 2005). “Uma das mercadorias que integram os intercâmbios comerciais nas principais rotas transaarianas é a população negra feita escrava” (HERNANDEZ, 2005:35).

É importante compreender o papel fundamental do trato de escravos na formação de estruturas sociopolíticas complementares na região sahelosudanesa composta por aristocracias guerreiras de formação político-militares como Tek-ru, Gana, Mali e Sylla (as quais cabia apenas a captura e a transformação de homens livres em cativos (HERNANDEZ, 2005:35).

O próprio povo africano se escravizava, os conflitos que geravam a escravidão de pessoas eram variados como por exemplo; algumas mulheres eram roubadas pela tribo oponente, ou lutas pela dominação de um território. Quando o rival era aprisionado ou morto, a integridade de seus filhos era mantida, as crianças eram bem tratadas e viviam junto com a corte (HERNANDEZ, 2005).

Outro fator que contribuía para a escravidão era a pauperização, a miséria fazia com que as pessoas vendessem a si próprios e também seus filhos, era um jeito de sobreviver. Ainda existiu outro motivo onde as pessoas eram escravizadas quando cometiam algum crime ou estavam devendo algo (HERNANDEZ, 2005).

É necessário se fazer entender que a escravidão na África se fez com maior intensidade devido a expansão marítima europeia (HERNANDEZ, 2005).

1.2. Diáspora e Chegada forçada dos Africanos ao Brasil

Silva (2005) aponta que no processo de colonização das terras do novo mundo a produção de cana se expandiu rapidamente, transformando-se em um mercado

próspero. Com o aumento no plantio da cana nas propriedades rurais, a necessidade de mão de obra cresceu e os nativos da terra se tornaram escravos. E com o passar dos anos o negro africano foi substituindo os índios.

Já Stridier sinaliza que uns dos motivos para os portugueses deixarem de escravizar os nativos, foi um grande grupo de missionários que defendiam que os índios eram os verdadeiros donos das terras e que escravizá-los era praticar um ato contra a lei. “Quanto ao negro a situação já era bem diferente, pois como, diziam, já vinha escravo da África” (2000:220).

Silva (2005) nos mostra que Portugal já estava habituado a escravizar os negros africanos e não encontrou nenhuma dificuldade em tal prática na colônia.

Os portugueses expandiram a prática de escravizar em todo o continente africano, não havendo lugar onde eles não houvessem percorrido (RODRIGUES, 2010).

Entre os séculos XVI e XIX, em média 5 milhões de nativos da África foram trazidos para as terras tropicais, sem contar os que foram assassinados, os que morreram decorrente da longa viagem e péssimas condições de alojamento. Os africanos trouxeram uma gama de tradições e uma cultura riquíssima.(LOPES E REIS, 2017).

Esses seres humanos foram arrancados de sua terra, brutalmente, para viverem como escravos. Tiveram suas vidas dilaceradas foram humilhados de todas as formas possíveis.

Campos Filho aponta que o “tráfico atlântico moderno não somente causou o esgarçamento de muitas estruturas sociais no continente africano, como viabilizou o processo colonizador europeu além de funcionar enquanto mola propulsora de intensa acumulação do capital” (2017: 34).

Priore e Venâncio (2010) apontam que os negros eram vistos como objetos, e a igreja mantinha uma imensa quantidade de escravos em suas dependências religiosas. “Os negros africanos eram trazidos em massa para trabalhar nos engenhos como escravos, sem que autoridades religiosas argumentassem contra sua escravidão” (2010: 21).

Pelo que parece não interessava aos senhores de escravos conservá-los por muito tempo, em boas condições de trabalho. Procuravam explorá-los ao máximo, morrendo os substituíam por novos (STRIDER, 2000: 220).

A mão de obra escrava era utilizada em todo tipo de trabalho, na casa, nos engenhos, nas plantações, como escravos reprodutores, o importante para os

européus era obter seu lucro. As negras eram submetidas a estupro a bel prazer dos seus “donos” (PRIORE E VENÂNCIO, 2010). “A esposa branca era a dona de casa, a mãe dos filhos. A indígena, e depois a negra e a mulata, o território do prazer.” (2010: 34).

As negras ou mulatas mais belas eram perseguidas não somente pelos seus donos, como também por suas esposas. Até a beleza das escravas era um fator negativo para as mesmas, pois por inveja as senhoras frequentemente mandavam arranca-lhes os seios e exibi-los durante as refeições, escravas ainda meninas eram vendidas a sorte de senhores de mais idade, com excessivo libido (FREYRE, 1933 apud RICUPERO, 2011).

Os maus-tratos em exagero eram reprovados pela igreja, porém devemos entender que esse “cuidado” se devia ao valor que o negro representava, e se os mesmos morressem seria uma grande prejuízo. O castigo físico exagerado era contudo, condenado (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

Um religioso chamado Antonil avisava aos donos de escravos, que em hipótese alguma, os capatazes chutassem a barriga das escravas grávidas, nem fizessem uso de pedaços de madeira para bater nos negros, pois poderiam invalidá-los de alguma maneira. Melhor seria dar apenas algumas chicotadas nas costas (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

Os escravos para aliviar a dor faziam uso de entorpecentes como fumo de angola (maconha), fumo esse que era trazido às escondidas pelos africanos nos navios negreiros. E também bebiam muita aguardente, o que lhes causava complicações à saúde (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

Os escravos distinguiam-se em boçais – como eram chamados os recém-chegados da África – e ladinos, os já aculturados e que entendiam os portugueses. Ambos os grupos de estrangeiros opunham-se aos crioulos, aqueles nascidos no Brasil. Havia distinções entre as nações africanas e, dada a miscigenação, a cor mais clara da pele era também fator de diferenciação (PRIORE E VENÂNCIO, 2010: 37).

Os boçais ficavam com o trabalho mais árduo, cansativo. Enquanto os crioulos ou e mulatos trabalhos de dentro de casa, administrativos, mais leves. Não raro existiam rixas e brigas entre os grupos, onde algumas vezes os escravos de pele mais clara, solicitavam aos senhores que o trabalho mais pesado ficasse com o grupo oponente. Os autores acima ainda apontam que alguns escravos eram “presenteados” com um pequeno pedaço de chão e nos tempos que tinham livres poderiam plantar, o fruto dessas plantações era vendido. Foi assim que depois de muitos anos a fio de

trabalho, alguns escravos conseguiram comprar sua carta de alforria (PRIORE E VENÂNCIO, 2010).

II. DESENVOLVIMENTO

2.1. Estratégias de Controle Social e Apagamento da Cultura Africana

Dentre os muitos hábitos e costumes que os portugueses trouxeram para o novo mundo, o catolicismo foi um que perdura até a contemporaneidade (SILVA, 2005).

O Brasil nasceu a sombra da cruz. Não apenas da que foi plantada na praia do litoral baiano, para atestar o domínio português ou da que lhe deu o nome de terra de Santa Cruz mas da que unia igreja e o império, religião e poder (PRIORE E VENÂNCIO, 2010: 19).

A necessidade de catequizar veio acompanhada do objetivo de dominar os povos da América descoberta, pois eles haviam perdido grande parte de seus fies para os protestantes. Era vantajoso para a Coroa portuguesa que os índios se batizassem e aceitassem o catolicismo como religião, pois era uma forma de dominação. E quando os negros africanos chegaram, o método português de impor a religião também foi utilizado (SILVA, 2005).

Os portugueses oprimiram e violentaram a cultura e religião do africano, aproveitando da situação onde eles se encontravam como o opressor, obrigaram os africanos a aceitar a nova religião (católica) passivamente (FERRETTI, 1998). “Sabemos que a pregação dos missionários e a catequese encontram-se na raiz desta imposição de uma religião sobre a outra” (FERRETTI, 1998:184).

Strider (2000) explica que existiam irmandades católicas onde somente os negros frequentavam, ainda segundo o autor muitos desses dados são difíceis de acessar pois grande parte da documentação foi devastada por um decreto do dia 14/12/1890 que implicava na aniquilação dos documentos referentes a escravidão no país. “Pensava-se assim poder apagar a mancha da escravidão negra no Brasil” (2000: 220).

Os padres exigiam que os negros não trabalhassem aos domingos (dia santo) para que pudessem participar da santa missa (STRIDER, 2000).

Os senhores separavam os escravos com a mesma etnia temendo possíveis rebeliões e começaram, por volta de 1814, a reprimir qualquer tipo de manifestação negra (MACUL, 2008: 52).

No processo de negação da identidade étnica africana durante a diáspora, toda a sua cultura foi obstaculizada, como por exemplo a capoeira. “Sabe que a capoeira foi muito perseguida pelas autoridades, chegando, em 1890, a ser considerada como crime previsto pelo código penal” (MACUL, 2008: 50). O decreto 847 de 11 de outubro de 1890, disposto de três artigos que ditavam a proibição da capoeira em todo o território brasileiro, as penas variavam em prisão, reclusão e aproveitamento nos exércitos ou até deportação (no caso de estrangeiros). A capoeira como qualquer outra manifestação da cultura africana era uma forma de resistência e a intenção por trás da proibição da capoeira era impedir que a cultura do africano fosse propagada e que os mesmos pudessem se defender de toda violência que sofriam. “Na década de 1930, o então presidente Getúlio Vargas, precisando de apoio popular e objetivando a integração do país retirou a capoeira do Código Penal” (VIEIRA, 1995: 138 apud MACUL, 2008: 55).

Os povos africanos tiveram suas vidas dilaceradas e foram humilhados de todas as formas possíveis e como um ato de obstinação professavam sua fé através de seus rituais, mas sua religiosidade foi logo proibida, assim como a capoeira o candomblé também teve seu culto proibido por décadas no Brasil.

Os donos das terras perceberam que as danças e o som forte dos atabaques e gans não eram apenas uma distração e sim um chamado, aonde os orixás vinham ao encontro de seus filhos (MACUL, 2008).

Para que pudessem continuar com seus rituais os africanos fingiam cultuar os santos católicos, porém por debaixo da imagem católica estava o assentamento do orixá.

Toda forma de expressar a cultura e religiosidade africana foi distorcida, essa neurolinguística teve início quando o colonizador português determinou que a religião católica fosse a única a ser adoadada no Brasil (LOPES e REIS, 2017).

Por conta dessa conjuntura, os chamados “barracões” (locais de práticas religiosas coletivas dos negros africanos e crioulos) eram localizados em lugares afastados, até os dias atuais essa prática persiste.

O cativo aniquilou todo o arranjo familiar do povo oriundo da África. A vida do agora escravo mudou completamente, foram forçados a trabalhar exaustivamente, foram obrigados a aceitar uma nova doutrina religiosa (catolicismo). Dessa maneira quando o candomblé surgiu no Brasil, ficou faltando na sua composição alguns conhecimentos e cultura, que foi perdido com parte da identidade desse povo (PRANDI, 2001).

2.2. O Surgimento do Candomblé

Os Africanos também trouxeram seus credos para a América Portuguesa. Com eles cerimônias religiosas como o *acotundá* e o *calundu*, além de cultos envolvendo os mortos, que eram corriqueiramente praticados (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

De acordo com Priore e Venâncio (2010) em choupanas geralmente a beira de um rio, eles dançavam a tunda e o acotundá. Altares eram erguidos com vários elementos como ferro por exemplo e ornamentadas com contas e búzios, utensílios de barro e imagens determinavam que ali era um local sacro, era oferecido como sacrifício animais, negras com roupas alvas bailavam ao som dos tambores e gans.

A medida em que os negros iam chegando aqui no Brasil, traziam com eles sua cultura e cultos diferenciados, como os povos de Jeje, uns utilizavam ervas no preparo de omieró (água que acalma), outros alimentos nos chamados ebós que são utilizados principalmente para a limpeza do corpo e mente, existia um líder espiritual e os vodúnsis que também faziam parte do culto (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

Com a revolta dos malês (motim organizados por escravos e ex escravos em 1835), muitos africanos foram expulsos do país, retornar a sua terra natal foi como reviver sua cultura e ver nascer novamente a ligação com a sua ancestralidade. Tempos depois por volta do século XIX esse povo regressou ao Brasil, se não eles, seus filhos e netos e essa retornança foi de suma importância para a composição do Candomblé. (MARIA, 2017). “A classe de comerciantes afro-brasileiros contribuiu com a elaboração da cultura e da religião tradicional yorubana” (2017: 29).

O candomblé surgiu na Bahia oriundo de uma mistura de culturas de povos africanos, com um pouco de cada culto, de regiões diferentes, surgiu a religião dos orixás.

O candomblé iorubá ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas originando se aqui diferentes ritos, ou nações de candomblé, predominando em cada nação, tradições das cidades ou regiões (PRANDI, 2001: 44).

O candomblé também acabou aderindo a algumas datas de festas de santos católicos, devido à influência do catolicismo, porém é importante ressaltar que no local de culto quem está sendo festejado e reverenciado é o orixá (PRANDI, 2001).

O processo de iniciação aonde o iniciado fica recolhido durante um tempo no barracão (tempo esse que é determinado pelo orixá), é um dos mais importantes do candomblé, pois é quando o *iao* (iniciado) nasce para a religião, a feitura é o elo entre

o *iao* e seu orixá. “A importância dos ritos de passagem foi enfaticamente preservada nas religiões afro-brasileiras, ritos que são sua marca mais notável” (PRANDI, 2001: 53).

Ainda hoje nos candomblés procura-se ensinar que a experiência é a chave do conhecimento, que tudo se aprende fazendo, vendo, participando. Cada coisa no seu devido tempo (PRANDI, 2001: 53).

O candomblé não tem um manual ou livro que ensine suas práticas, tudo é ensinado no barracão, conforme os anos vão passando é permitido ao iniciado a aprender mais coisas, isso também depende da frequência do mesmo no terreiro. Os mais velhos (ebomis) detêm a sabedoria e são eles que transmitem aos mais novos (iaos) esse conhecimento “À concepção africana de tempo no candomblé e em outras denominações religiosas de origem negro africana estão intimamente associadas as ideias de aprendizado, saber e competência” (PRANDI, 2010: 52).

Assim como o ritual de iniciação é relevante, o candomblé possui outro de igual importância, é o ritual da morte, chamado axexê, quando o espírito se desprende do corpo material (PRANDI, 2010). A cerimônia do axexê só é feita para os ebomis e pessoas que tem um cargo na casa de santo, essa cerimônia tem uma duração que pode variar, no mínimo 3 (três) dias e no máximo 7 (sete), já quando um ião morre é feito um outro ritual, mais simples, porém com a mesma finalidade.

2.3. Formas de resistência Criação dos quilombos

O modo como viviam os escravos foi a cada dia ficando mais insustentável, muitos cometeram suicídio, outros fugiam para o interior das matas, foi assim que nasceram os quilombos, uma cópia fiel dos Kilombos africanos, na África no período de 1568 e 1573 o povo se uniu para lutar e destruir, povoados que fossem comparsas dos europeus, eles estavam lutando para que Africanos não fossem mais escravizados (PRIORE E VENÂNCIO, 2010).

Muitos quilombos foram formados no território brasileiro, uns menores e outros de grande proporção como o quilombo dos palmares, que tem esse nome devido a grande quantidade de palmeiras pindoba dentro de suas mediações. Os quilombos eram organizados, plantavam e negociavam com os mercadores (PRIORE E VENÂNCIO, 2010).

O que se apura, em resumo, das descrições conhecidas é que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivalente

aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta (RODRIGUES, 2010: 84).

De acordo com Rodrigues (2010) os africanos se organizavam em comunidades, onde eram governados por um líder, porém essa liderança era instável, o homem que se provasse ser mais esperto, forte, inteligente assumia a liderança.

Não tinham discriminação com os povos que lá chegavam para se juntar a eles, todos eram bem-aceitos. Todos quilombos sofriam muitos ataques, eram investidos grande quantidade de dinheiro na compra de armas, na intenção de destruir o espaço, resgatar os negros fugitivos e matar os que não aceitassem se render (PRIORE E VENÂNCIO, 2010).

Os quilombolas eram verdadeiros guerreiros e não mediam esforços para manter o quilombo vivo, muitos perderam a vida nas batalhas. “A justa admiração pelo valor e denodo com que Palmares soube defender-se; e ainda o sacrifício de seus chefes, preferindo o suicídio ao cativo ou à punição.” (RODRIGUES, 2010: 85).

É importante ressaltar a importância da mulher quilombola, dependiam delas toda a parte alimentícia e também espiritual, onde as mesmas preparavam banhos de fechamento de corpo para seus guerreiros saíssem ilesos de suas batalhas, elas não temiam a luta e se lançavam nas batalhas juntos aos homens, auxiliando os no que fosse preciso (PRIORE E VENÂNCIO, 2010).

4. Preconceito Etnocentrista

A definição de preconceito, segundo o Dicionário Aurélio é ideia pré concebida. Suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc.

No começo dos tempos, bem nos primórdios, quando uma determinada tribo achava seus costumes corretos, e os da tribo vizinha, estranhos, esse fato já derivava do etnocentrismo. Todavia é bem mais leve e nem de longe parecido, com o etnocentrismo que vem fixado junto com a hegemonia, onde o povo que domina se sente melhor, mais capaz, mais puro, mais digno, até mesmo mais humano, do que o povo que ele julga ser inferior, inútil. Contudo fica claro que essa subjugação é uma desculpa para dominação e supremacia (MENEZES, 2000).

Etnocentrismo é um preconceito que cada sociedade ou cada cultura produz, ao mesmo tempo que procura inculcar em seus membros normas e valores peculiares. Se a sua maneira de ser e de proceder é a certa, então as outras estão erradas, e as sociedades que as adotam constituem “aberrações” (MENEZES, 2000: 245).

Isso deriva do pré conceito, ou seja, de se julgar melhor que o outro, não dando oportunidade desse outro povo ou grupo mostrar sua cultura, seus costumes, seus hábitos, basta não pertencer ao mesmo grupo, para se tornar o anormal, o diferente e essa diferença não é vista com bons olhos.

A língua falada em outro país é estranha e sem nexos; sua alimentação, repugnante; suas vestimentas, fora do contexto; suas divindades, malignas; sua religião, desagradável, insuportável; sua honra, uma depravação. (MENEZES, 2000).

O preconceito que está atrelado ao etnocentrismo não é de cunho inofensivo. Ele é maldoso e ruim pois junto com esse preconceito vem o não reconhecimento e a não aceitação do outro. É como se o diferente estivesse ameaçando a sua vida, então exterminá-lo é melhor saída. Vários homens como por exemplo Hitler em diversos lugares do mundo já utilizaram da violência para eliminar o diferente e pregar sua supremacia. (MENEZES, 2000).

Mas a rejeição do Outro, combinada com a dominação assume também outra forma; não tirar a vida do Outro, mas apenas a diferença, ou seja, extirpar-lhe a alteridade que a constitui como Outro, assimilando-o e reduzindo-o à imagem e semelhança do mesmo (MENEZES, 2000: 246).

Esse procedimento foi utilizado pelos Portugueses durante o período de “colonização” do Brasil, quando arrancaram dos índios e negros escravizados sua sabedoria, rotina, até mesmo, seus nomes, roubando-lhes sua identidade. Incutindo sua cultura para essas pessoas, fazendo com que elas se sentissem inferiores, transformando-os em alienados, logo, seria mais fácil o processo de dominação.

Ainda existe uma outra maneira de tratar o outro, uma forma mais inteligente e flexível, porém tão mal intencionada como as outras, mantendo as diferenças, contudo usando essa diferença para justificar o domínio, o abuso, os maus tratos. Alegando que o outro povo ou grupo é inferior e por isso pode ser discriminado, coisificado. Tendo como exemplo a não garantia de direitos desse povo, maior parte no trabalho e menor parte no recebimento de valores, não dando liberdade de decisão (MENEZES, 2000). “ser considerado como objeto e não como sujeito da história” (2000: 246).

Este esqueleto é o manual básico das várias maneiras de arbitrariedade, tirania ou repressão (MENEZES, 2000). “Para sua elaboração não faltam “intelectuais orgânicos” que tecem teorias e tratados a serviço da dominação” (2000: 246).

O preconceito etnocentrista usa de subterfúgios para justificar o seu interesse, seu ódio pelo diferente, negando o desconhecido. Usando de força bruta para

aniquilar, massacrar, eliminar de vez tudo aquilo ou aquele que não estiver dentro dos padrões estabelecidos por ele próprio.

Menezes (2000) aponta que existem várias vertentes do que ele chama de ideologias etnocentristas. Pois o etnocentrismo precisa mudar seu “motivos” quando a sociedade muda, as motivações etnocentristas mudam também para poder sempre estar pautado em algo, justificando seus atos.

III. CONCLUSÃO

O candomblé é uma religião brasileira que foi criada pelos africanos trazidos para o Brasil por volta de (1525-1851). Esses seres humanos foram arrancados brutalmente para viverem como escravos. Tiveram suas vidas dilaceradas foram humilhados de todas as formas possíveis, e quando chegaram ao Brasil, como um ato de resistência professavam sua fé através de seus rituais, mas sua religiosidade foi logo proibida. Para que pudessem continuar com seus rituais os africanos fingiam cultuar os santos católicos, porém por debaixo da imagem católica estava o assentamento do orixá.

Deste modo é possível compreender por qual razão esse povo precisou praticar seus rituais escondidos, uma vez que se fossem pegos praticando seus ritos religiosos seriam castigados. No processo de negação da identidade étnica africana durante a diáspora, toda a sua cultura foi obstaculizada, como a capoeira, por exemplo, e o candomblé que teve seu culto proibido por décadas no Brasil. Por conta dessa conjuntura, os chamados “barracões” (os locais de práticas religiosas coletivas dos negros africanos e crioulos) eram situados em “lugares ermos e de difícil acesso” (FRAY, 1982 apud RODRIGUES, 1935: 63).

Como apontado anteriormente, o material ora apresentado constitui-se parte do projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da autora e neste momento encontra-se em fase de construção. Pretende-se através do mesmo colaborar no combate a Intolerância Religiosa e contribuir para a construção do aumento do número de pesquisas realizadas por assistentes sociais, sobre tal temática, já que as mesmas ainda são escassas.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS FILHO, Emanuel. Nossa história ninguém pode apagar. In: Revista Mistérios de Orunmilá. Ed. 10. Rio de Janeiro, 2017. p. 34.
- DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo, Planeta do Brasil, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.
- FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo Afro-Brasileiro. Revista Horizontes Antropológicos. Ano 4, nº 8, Porto Alegre 1998. p. 182-198.
- LOPES, Tiago Jorge Souza e REIS, Marcos Vinícius de Freitas. Intolerância Religiosa: Um estudo sobre os casos de intolerância ocorridos no terreiro de candomblé IleAsélbiOlúFonnim e com seus integrantes na vida social. Revista eletrônica Correlatio. V.16. nº 1. São Paulo, 2017. p. 137-166.
- MACUL, Marcus Vinícius Santana. Capoeira: Luta de Resistência à Violência. Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRural. II Seminário. Rio de Janeiro, 2008. p. 50-74.
- MARIA, Mirela. Retornados e seu papel no candomblé. In: Revista Mistérios de Orunmilá. Ed. 10. Rio de Janeiro, 2017. p. 29.
- MENEZES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural. Algumas Reflexões. Revista Síntese. V. 27, nº 8, Belo Horizonte, 2000. p. 245-254.
- PRANDI, Reinaldo. O Candomblé e o Tempo. Concepções de tempo, saber e autoridade da África, para as religiões afro-brasileiras. Revista de Ciências Sociais. V. 16. nº 47. São Paulo, 2001. p. 43-58.
- RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. 2ª edição. São Paulo, Alameda, 2011.
- RODRIGUES, R. N. Os africanos no Brasil (online). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda: Caminhos da Devoção Brasileira. 2 ed. Selo Negro. São Paulo, 2005.
- STRIEDER, Inácio. A igreja e a Escravidão no Brasil. Revista Ciência & Tropic. V. 28. Recife, 2000. p. 219-229.

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU!
sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de
Duque de Caxias

Liandra Lima Carvalho¹

Eixo Temático: **Serviço Social Internacional e os movimentos sociais** - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

O presente trabalho volta-se para as condições de trabalho dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Duque de Caxias, para tal analisamos a historia politica deste município e a implementação da Política Nacional de Assistência Social, junto ao mesmo. Chama nossa atenção a resistência dos profissionais, ao optarem por não participarem da referida pesquisa, provavelmente, por terem medo de ao denunciarem, mesmo anonimamente, às condições de trabalho submetidas , serem demitidos, engrossarem a lista de assistentes sociais desempregados que não para de crescer.

Palavras-Chave: Política Nacional de Assistência Social – Duque de Caxias - condições de trabalho

The present work turns to the working conditions of the social workers of the CRAS and CREAS of Duque de Caxias, for this we analyze the political history of this city and the implementation of the National Policy of Social Assistance, next to it. Our attention is drawn to the resistance of the professionals in choosing not to participate in this research, probably because they are afraid of denouncing, even anonymously, the conditions of work submitted, being dismissed, and increasing the list of unemployed social workers who are constantly growing .

Key words: National Social Assistance Policy - Duque de Caxias - working condition

¹Assistente Social, Mestre e Doutora em Política Social e Pós Doutora em Humanidades, Culturas e Artes, docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias e da Pós Graduação da Faculdade Unyleya. Contato: liandralimacarvalho@gmail.com

I . INTRODUÇÃO

A década de 1990 traz um dilema à categoria profissional dos assistentes sociais, já que ao mesmo tempo que a Política Nacional de Assistência Social possibilita o surgimento de uma nova área de atuação, especialmente junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); muitos municípios, especialmente do interior, como Duque de Caxias, se aproveita das mesmas para moeda de troca de favores políticos e de voto, além disso, não raro, os “critérios” estabelecidos por secretários e outros atores sociais, não se pautam somente na formação acadêmica dos candidatos. No caso de Duque de Caxias, um município que já possui em sua história política a presença do coronelismo e do clientelismo, desde a sua criação, este se torna um espaço propício para “Processos Seletivos Simplificados” duvidosos. Esses profissionais que são contratados não raro se submetem a complexas condições de trabalho e no contexto atual de recordes de taxa de desemprego, em virtude do medo de serem demitidos ao exporem a realidade profissional, preferem se silenciar.

O presente trabalho apresenta os resultados preliminares do Projeto de Iniciação Científica da Faculdade de Duque de Caxias, o mesmo é coordenado pela autora e possui uma equipe composta por dez alunas e alunos. A Faculdade de Duque de Caxias iniciou suas atividades neste território em 1998, somente com o curso de Serviço Social, na época chamava-se Faculdade de Serviço Social Santa Luzia; em 2007 foi adquirida pelo Colégio Flama e passou a ser chamada Faculdade Flama, nesta mesma época passou a ofertar os cursos de Enfermagem, Administração e Sistema de Informação; em 2012, passou a fazer parte do Grupo UNIESP, tornando-se Faculdade de Caxias. Ao longo desses mais de 20 anos, o curso de Serviço Social formou mais de 300 assistentes sociais, que se encontram, hoje, espalhados em todo o país; um dos principais parceiros da Faculdade de Duque de Caxias é a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, sendo o principal campo de estágio, a inserção de nossos alunos nos equipamentos de assistência social, serviu de motivação para a construção do referido Projeto de Iniciação Científica.

II. DESENVOLVIMENTO

2.1. Justificativa

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPSSOUFF



APOIO



CAPEP/Proex



Comitê Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Uma das principais justificativas para a realização do presente estudo é a lacuna que percebemos nos estudos no campo do Serviço Social, sobre os desafios e realidades vivenciadas pelos profissionais de Serviço Social, numa área de atuação, que surge a partir da Constituição de 1988, apontando a Assistência Social como um direito de todos e um dever do Estado, e que se opera a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8742/93), que posteriormente foi implementada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e suas Normas de Operação Básica (NOBs).

Reconhecemos que significativos tem sido os esforços dos profissionais, mestre e doutores, para através de pesquisas verificar a operacionalização e a implementação de direitos que não corporificados em benefícios como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para mapear os diferentes níveis de implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), nos diferentes municípios do Brasil, um país com dimensões continentais; poucas elegeram como sujeitos os profissionais de Serviço Social, representando um ícone nessa área a Tese de Doutorado do (saudoso) Prof. Marcio Brotto (2002), que voltou-se não somente para a implementação da Política de Assistência Social de Duque de Caxias, como também para os processos de contratação vivenciados, na época, por este município e que impactavam a implementação da referida política.

A realidade encontrada pelo autor há 15 anos foi preocupante, já que a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município, instância responsável pela implementação do Plano Municipal de Assistência Social “não possuía trabalho técnico especializado” (2002, p. 219), há toda uma falta de investimento do poder pública na formação desses profissionais, “mantendo uma ausência de recursos humanos para tal” (BROTTO, 2002, p. 220).

Outra questão gravíssima também observada pelo autor no momento de sua pesquisa foi a ausência de funcionários estatutários juntos a tal pasta, todos eram comissionados, mantidos através de convênios e de contatos. Ressaltamos que o único concurso que houve pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Direitos Humanos do município de Duque de Caxias se deu há mais de 15 anos, o número de vagas não foram preenchidas e esse alto índice de contratos ainda é uma permanência.

Somada a escassez de produções acadêmicas, como já salientado, observamos os relatos dos nossos alunos que realizam estágios em CRASS e CREASS, rotineiramente os mesmos apontam sobre as dificuldades presenciadas, no

tocante a falta de espaço físico adequado, falta de material, um baixo número de profissionais.

Embora, a Política Nacional de Assistência Social, seja datada de 2004 e pouco tempo depois, os primeiros CRAS e CREAS tenham sido instalados em todo o país, como na Baixada Fluminense, a novidade foi que assistência social como uma política pública, torna-se algo “estranho”, num território onde a concessão de benefícios como tijolos, cestas básicas, dentaduras, atendimentos médicos, já era uma rotina, concedida por políticos em troca de votos. Contrariando assim, o artigo primeiro da LOAS, que saliente que “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Como pensar proteção básica e proteção especial para uma população, que pelo menos parcialmente, já era protegida, por padrinhos políticos? Esse é desafio, o que reconhecemos denso, mas o qual desejamos enfrentá-lo.

Outra questão que complementa tal a análise prévia sobre tal realidade é o contexto de precarização que vem atingindo a força de trabalho do assistente sociais, em diversas áreas de atuação, inclusive na assistência social, especialmente no SUAS.

realizado por Silva (2005), junto ao município de Itaboraí, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, mostra o quando o cenário enfrentado pelos assistentes sociais, nos equipamentos de assistência social são marcados “políticas compensatórias, emergenciais, de baixo alcance, além das expressões de clientelismo” e que o mesmo afeta diretamente o exercício profissional e as suas condições de trabalho.

O assistente social além de ter suas condições de trabalho submetidas à nova lógica que se estabelece a partir da década de 90, se sente refém de uma cultura política marcada pelo favor e desrespeito aos direitos. Suas condições de trabalho, no espaço da política de assistência social pública, são atingidas em função do corte nos gastos sociais somados ao desprestígio dessa política, que atingem diretamente o salário dos profissionais e a forma de intervir nas expressões da questão social. O fato de a política de assistência social, que por muitas décadas foi considerada uma política secundária, como ocorre ainda em muitos lugares; implica num maior desprestígio dos trabalhadores envolvidos, cujo âmbito de atuação é marginalizado (SILVA, 2005, p. 115 – 116).

Além da falta dos meios de trabalho (Netto e Braz, 2007; lamamoto, 2000) necessários para uma atuação eficaz, esses profissionais enfrentam a oferta de baixos salários, que são incompatível com profissões de nível superior, Outra questão a ser salientada é a precarização dos vínculos trabalhistas, já que grande parte desses

assistentes sociais são contratados, de forma temporária e ainda enfrentam atrasos nos seus pagamentos (Silva, 2005).

Como apontado anteriormente tal problemática não se volta somente ao “mundo do trabalho” dos assistentes sociais.

A precarização do trabalho é, por isso, própria da classe trabalhadora, sendo ao mesmo tempo processo e condição de existência do sistema capitalista. Por isso, à medida que o trabalhador tem sua força de trabalho superexplorada, nem mesmo sua inserção no mercado garante um rompimento com a pobreza.

Rotineiramente, como moradora da região da Baixada Fluminense, a autora vez observando o quanto não somente na área da assistência social, mas também de outras como a saúde, tem havia uma franca expansão da terceirização de assistentes sociais, que promovem a alta rotatividade de mão-de-obra e inexistentes ou frágeis vínculos trabalhistas.

Tal como aponta Antunes:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente (...). (2001, p. 35).

Em todas as profissões e categorias, inclusive, no Serviço Social, uma categoria politizada que possui um Projeto Ético Político, que visa eliminar todas as formas de exploração de uma classe sobre a outra. Mas o que acontece quando o assistente social, que é profissional, que vende a sua força de trabalho ao Estado, que pertence ao proletariado, vê-se com escassas possibilidades de lutar contra tal situação? Esses questionamentos como outros nos movem em direção ao objeto de pesquisa ora apresentado.

2.2. Objetivos

- A) Levantar o número de assistentes sociais em cada CRASS e CREASS;
- B) Mapear os vínculos trabalhistas d@s assistentes sociais dos CRASS e CREAS do município de Duque de Caxias;
- C) Verificar junto aos assistentes sociais dos CRASS e CREAS do município de Duque de Caxias qual é a avaliação que @s mesm@s possuem sobre as condições de trabalho as quais el@s são submetidos;
- D) Perceber junto aos assistentes sociais dos CRASS e CREAS do município de Duque de Caxias se houve mudanças nas condições de trabalho ao longo dos últimos anos.

2.3. Metodologia

Nossa metodologia se dividiu em cinco etapas: Etapa 1 – Estudo sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as NOBs (Normas de Operação Básica) da Assistência Social; Etapa 2 – Construção do instrumento de pesquisa; Etapa 3 – Realização das entrevistas; Etapa 4 – Tabulação e organização dos resultados das entrevistas; e Etapa 5 – Devolução à comunidade científica, bem como aos sujeitos entrevistados, o resultado da referida pesquisa.

2.4. Trajeto percorrido

Ao longo do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica foram realizadas várias reuniões com a equipe de pesquisa, que foram separadas em quatro momentos: A) Apresentação do Projeto de Pesquisa e mapeamento sobre principais dúvidas sobre a Política Nacional de Assistência Social; B) Formação sobre a Política Nacional de Assistência Social e toda a sua estrutura; C) Construção do instrumento de pesquisa; D) Suporte na aplicação do instrumento de pesquisa, que e a fase atual.

Chama atenção os reforços acadêmicos dos estudantes no tocante à análise crítica sobre a Política Nacional de Assistência Social, bem como a relação da mesma com os equipamentos municipais.

Junto à fase de aplicação do instrumento, vivenciamos os primeiros entraves no campo de pesquisa, iniciado pela “burocracia” da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município, para que através do referido órgão tivéssemos acesso aos profissionais. Tal atitude fez com que a equipe de pesquisa reorganizasse a fase de entrevistas, optamos por entrevistar diretamente os assistentes sociais, já que muitos são supervisores de estágio dos estudantes. E novamente fomos surpreendidos com a resistência dos profissionais em admitir perante um questionário as vulnerabilidades vivenciadas em seus locais de trabalho, mesmo com a confidencialidade garantida pela equipe de pesquisa. Pôde ser observada pela equipe de pesquisa a preocupação dos profissionais ao lerem no questionário questões ligadas às formas de contratação e as maiores dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais nos CRAS e CREAS.

2.5. Resultados Preliminares

Com base em nosso mapeamento verificamos que o município de Duque de Caxias possuem onze CRAS e três CREAS, que empregam em media quarenta assistentes sociais, já que cada equipamento possui de dois a três profissionais de serviço social.

A equipe de pesquisadores abordou cerca de vinte profissionais convidando-os para participarem da referida pesquisa, sendo que ate o presente momento, somente quatro profissionais aceitaram. Iremos expor a seguir algumas respostas desses profissionais, o questionário completo, possui 35 perguntas e também buscou traçar o perfil acadêmico e pessoal dos profissionais.

Ao serem indagados há quanto tempo concluíram a graduação, observamos que temos um grupo heterogêneo, já que 1 estava formada há menos de 2 , 1 estava formado entre 5 a 8 anos, 1 estava formado entre 8 a 10 anos; e 1 estava formado há mais de 10 anos. Todos cursaram faculdades privadas, na modalidade presencial. Três dos entrevistadas informaram que somente a graduação não possibilitou conhecimentos suficientes para que pudessem atuar nos CRAS ou CREAS.

No tocante às experiências junto aos equipamentos de assistência social, novamente percebemos a heterogeneidade dos profissionais, dois atuam nessa área há menos de 2 anos, um atua na mesma de 2 a 5 anos e um atua de 5 a 8 anos.

Três dos quatro entrevistados possuem contrato como vínculo profissional, ressaltamos que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias até o presente momento só realizou um único concurso público para a pasta de Assistência Social e não convocou a número de profissionais aprovados com base no número de vagas. O mesmo aconteceu há mais de 15 anos.

Metade dos profissionais possuem outro vínculo profissional, a fim de complementarem sua renda. Três dos quatro profissionais avaliaram como baixa a remuneração recebida pelos mesmos. Todos os entrevistadas avaliavam que os serviços oferecidos pelos CRAS e CREAS precisam de melhoria para que possam atender às demandas trazidas pelos usuários. Três dos quatro entrevistadas avaliaram que a ausência de um rede socioassistencial no município e a falta de capacitações se constituem dificuldades enfrentadas pelos mesmos na atuação profissional. Ao serem questionados sobre as maiores necessidades do equipamento onde atuam, os profissionais apontaram a ausência de capacitações profissionais, as condições físicas e a falta de recursos.

Metades dos entrevistados avaliam que ao longo dos anos as condições de trabalho dos assistentes sociais, nos CRAS e CREAS do município não melhoraram.

Ao serem questionados sobre iniciativas que poderiam melhorar seus ambientes de trabalho nossos entrevistados apontaram: maior união da categoria profissional, presença efetiva do CRESS/RJ, realização de concurso público, maior número de reuniões avaliativas e espaços de troca e realização de capacitações.

III. CONCLUSÃO

Como apontado anteriormente, esses são resultados preliminares da Pesquisa de Iniciação Científica “Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais dos CRAS e CREAS de Duque de Caxias”. Apesar das resistências explicitadas, foi notório a insatisfação dos profissionais com as condições de trabalho às quais necessitam se submeter, para conseguir assim vender a sua força de trabalho, bem como o desconforto e receio dos profissionais que não aceitaram ou se mostram em dúvida em participar da pesquisa.

Acreditamos que já alcançamos alguns objetivos que foram: contribuir na formação dos estudantes, transformando-os em pesquisadores; mostrar o olhar crítica da comunidade acadêmica perante aquela comunidade, visando, assim contribuir para a melhoria da mesma; demonstrar solidariedade e atenção à categoria profissional; e visibilizar as vulnerabilidades e dificuldades enfrentadas pelos profissionais, não somente junto aos espaços acadêmicos, mas também aos espaços garantidores de direitos, como o Conselho Regional de Serviço Social, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, entre outros. Acreditamos que o presente trabalho também pode contribuir para a realização de estudos sobre nossa categoria profissional, como classe trabalhadora, já que ainda hoje, estes são ínfimos.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2015.

_____. **"Adeus ao trabalho." Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Cortez Editora. São Paulo, 1995.

_____. ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001.

BAÍA, P. R. dos S. **A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região**

Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. **Lei nº 8742**, de 06/12/1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2014.

CANTALEJO, M. H. de S. **O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 – 1985.** 2008. Dissertação (Mestrado em História Oral) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

BROTTO, M. E. Assistência Social em Duque de Caxias/RJ: influências da história e da cultura. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 6., 2013, São Luís, *Anais...* São Luís, Maranhão, 2013.

_____. **História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2012.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** Editora Cortez. São Paulo, 2017.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos** 5º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** CFESS/ABEPSS (Orgs) Serviço Social, direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PAULO, M. da S. **Relações de Clientela entre Eleitor e Candidato: Centros Sociais na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu).** Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SILVA, M. R. T. da. **As implicações da nova configuração da assistência social para a intervenção dos assistentes sociais.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2005.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense.** Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO SÓCIOEDUCATIVO

o relato de uma experiência de extensão¹

Camila Reis Pedro de Souza²

Isadora das Graças Freitas³

Luciana Gonçalves Pereira de Paula⁴

Resumo: O artigo apresenta o relato de uma experiência de extensão, desenvolvida com adolescentes de escolas públicas do município de Juiz de Fora/MG. Para isso, traz: uma introdução, que apresenta o projeto; um debate sobre a arte e o Serviço Social; a descrição do relato de experiência; as considerações finais que expressam a importância da utilização da arte como potencializador no trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social em uma perspectiva crítica.

Palavras-chave: Serviço Social; arte; trabalho socioeducativo; projeto de extensão; assistente social.

Abstract: The article presents the report of an extension experience, developed with adolescents of public schools in the city of Juiz de Fora/MG. For this, it brings: an introduction, which presents the project; a debate about art and social work; the description of the experience report; the final consideration that expresses the importance of the use of art as a potentiator in the socio-educational work developed by the social worker in a critical perspective.

Keywords: Social Work; art; socioeducative work; extension project; social worker

¹Eixo Temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e lutas sociais contemporâneas

² Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; bolsista de extensão sob supervisão da prof. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – email: camilareispedro@hotmail.com.

³ Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; bolsista de extensão sob supervisão da prof. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – email: isa.freitas101@outlook.com.

⁴Assistente Social; Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – email: lugppaula@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda uma experiência de extensão, por meio do projeto intitulado “Ocupando os espaços e construindo o amanhã”. Tal projeto vem se desenvolvendo, na Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), desde o ano de 2017. Ele possui o objetivo de realizar um trabalho socioeducativo junto à jovens e adolescentes de escolas públicas do município de Juiz de Fora/MG.

A proposta desse projeto de extensão surgiu a partir da conjuntura do ano de 2016, quando ocorreu um movimento de ocupações em escolas públicas de todo o Brasil. Esse processo foi protagonizado por jovens e adolescentes secundaristas e liderado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – momento que ficou conhecido como a “primavera secundarista”⁵. Essas ocupações também ocorreram em algumas escolas do município de Juiz de Fora/MG. E o referido projeto de extensão se construiu a partir da vontade de contribuir para a formação desses jovens, para que, cada vez mais, eles possam se compreender enquanto sujeitos de direitos e estejam dispostos a lutar pela sua cidadania.

Desse modo, o objetivo principal do projeto é fomentar debates críticos sobre a realidade vivenciada por esses jovens e adolescentes, tendo como ponto de partida o próprio conhecimento e as experiências trazidas pelos participantes. Essas discussões são provocadas e conduzidas por meio da metodologia da problematização e possuem o intuito de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes sobre a sociedade atual.

No primeiro semestre do ano de 2019, o projeto vem se desenvolvendo por meio de oficinas socioeducativas, realizadas quinzenalmente em duas escolas públicas de Juiz de Fora/MG – estando uma localizada no Bairro Industrial e outra no Parque Guarani. No entanto, a experiência que será relatada nesse artigo se refere ao trabalho realizado no segundo semestre do ano de 2018, na Escola Estadual Almirante Barroso, situada no Bairro Benfica.

Na referida escola o projeto de extensão foi realizado através de encontros quinzenais, junto à turma do 9º ano C, cuja faixa etária variava entre 13 e 15 anos. Na semana em que não ocorriam as oficinas, a equipe que desenvolve o projeto (bolsistas de

⁵ “Em outubro de 2016, o movimento de estudantes ocupou escolas públicas de ensino fundamental e médio, a princípio no Paraná e depois por todo o Brasil, incluindo universidades públicas e particulares. O alvo do protesto eram duas grandes reformas propostas pelo novo governo: a medida provisória MP 746, que propunha a reforma do ensino médio; e a PEC 241/PEC-51, que propunha o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, atingindo em cheio os investimentos em educação” (LAPA; GIRARDELLO, 2019, p. 07).

extensão e assistentes sociais), se reunia para realizar a avaliação da atividade anterior e o planejamento do próximo encontro.

Para o desenvolvimento das atividades, a equipe envolvida no projeto se propôs a introduzir a arte como uma ferramenta do trabalho socioeducativo. Para isso, foram realizados alguns estudos sobre a utilização da arte no Serviço Social, e essas reflexões serão brevemente apresentadas nesse artigo.

Dessa forma, o artigo se estrutura através de dois momentos: o primeiro apresenta reflexões teórico-metodológicas acerca da relação entre a arte e o Serviço Social; e a segunda traz, por meio do relato das experiências vivenciadas com a realização do projeto de extensão, a importância do estímulo às atividades artísticas em trabalhos de grupo desenvolvidos no âmbito do Serviço Social.

2. ARTE COMO ESTRATÉGIA NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS

O Serviço Social possui, historicamente, as atividades socioeducativas como uma marca dessa profissão. Na sua gênese, tais atividades eram desenvolvidas com o objetivo de “ajustamento” dos trabalhadores, dentro da lógica da sociedade burguesa, garantindo, assim a manutenção da ordem vigente, a partir de uma perspectiva conservadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

No entanto, ao longo das décadas, diversas transformações ocorreram, no âmbito do Serviço Social brasileiro, especialmente, a partir do processo de renovação, que se inicia nos anos de 1970 (NETTO, 2002). Como resultado desse processo, houve um redimensionamento da profissão, que passa a assumir um compromisso com os interesses e a luta da classe trabalhadora, reconhecendo-se enquanto pertencente a esta classe.

Com isso, o Serviço Social passa a se orientar por uma perspectiva crítica, baseada na teoria marxista. E, nesse cerne, a categoria profissional constrói um novo projeto de profissão, denominado Projeto Ético-Político. Pautados nesse projeto, os assistentes sociais, na década de 1990, reformulam o seu Código de Ética, que aponta para o fortalecimento de princípios fundamentais, como: a liberdade, a autonomia e a emancipação humana (NETTO, 1999).

Dito isso, faz-se necessário ressaltar que, a dimensão socioeducativa da profissão pode se realizar tanto por um viés conservador, quanto por um viés crítico. E que, apesar dos avanços sinalizados, os elementos do conservadorismo continuam presentes, ainda hoje, de diversas maneiras, em meio à nossa categoria profissional.

Desse modo, para fortalecer o Projeto Ético-Político hegemônico na profissão, no enfrentamento dos desafios apresentados pela conjuntura atual, é preciso que o assistente social desenvolva suas capacidades crítica e criativa. Nesse sentido, o uso da arte torna-se uma importante estratégia para o fomento e o fortalecimento do pensamento crítico dos sujeitos e, conseqüentemente, contribui para o processo de organização e luta da classe trabalhadora (PAULA, 2016).

O desenvolvimento de atividades socioeducativas, pautadas numa perspectiva crítica, fortalece princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social, uma vez que orientam-se pela participação dos sujeitos no processo da construção do conhecimento, por meio da problematização de questões que perpassam a realidade social dos mesmos. Além disso, é preciso que a construção e a realização das atividades, aconteça de forma horizontal e democrática, sem hierarquização de saberes. Isso reforça o respeito ao saber popular e a valorização da cultura historicamente construída pela classe trabalhadora.

Dessa forma,

A apropriação da educação popular no processo artístico, dentro da dimensão educativa do serviço social, se dá nas premissas de respeito ao saber popular, construção coletiva, pedagogia horizontal, relações horizontais entre profissional e usuários e no caráter de uma educação que traga sentido e seja coerente com a realidade social de seus participantes (MATTOS; CARMO, 2013, p. 34).

Assim, propiciando aos sujeitos o acesso a um conhecimento construído de maneira horizontal, através de ações democráticas, torna-se possível identificar as reais necessidades destes e melhor compreender as demandas dos mesmos. Além disso, esses espaços podem fomentar a construção de consciência crítica e possibilitar a expressão desse pensamento por parte dos sujeitos que deles participam (MATTOS; CARMO, 2013).

Portanto, quando existe uma relação horizontal nas atividades socioeducativas, esse processo possibilita uma maior aproximação dos assistentes sociais com os usuários/trabalhadores e, conseqüentemente, facilita o processo de reconhecimento das reais demandas postas pelos mesmos.

O trabalho socioeducativo pautado nos princípios da educação popular, procura problematizar questões presentes no próprio cotidiano dos sujeitos, visando potencializar reflexões que descortinem esse cotidiano. O assistente social, nessa perspectiva, deve considerar o sujeito como um ser social coletivo, que está inserido nas relações sociais e que é, portanto, um sujeito histórico e transformador (MATTOS; CARMO, 2013).

Além disso, é necessário compreender que cada sujeito está inserido em diferentes contextos sociais e apresenta uma história de vida particular e, portanto, a educação popular

precisa englobar tanto os aspectos de totalidade, quanto as especificidades de cada sujeito. Assim,

Outro aspecto que nos remete a educação popular quando falamos da apropriação da arte no exercício profissional é o conceito de visão de totalidade, o qual Freire (1983) já sintetizava como essencial no processo educativo, visto que a realidade global e singular dos educandos precisam sempre ser levadas em consideração no processo educativo (MATTOS; CARMO, 2013, p. 34).

É importante dizer que a realidade social, na qual os sujeitos estão inseridos, transforma-se a todo momento. O que faz com que seja necessário que as atividades socioeducativas também acompanhem essas mudanças. Buscando decifrar as especificidades de cada conjuntura, elas devem propiciar reflexões para além do imediato (MATTOS; CARMO, 2013).

Nesse processo de desvelamento do real, a arte pode ser uma importante estratégia. As mais variadas expressões artísticas (como música, pintura, poesia, dança, teatro, fotografia, etc.) podem retratar a realidade dos sujeitos e despertá-los para uma série de questões que perpassam o seu cotidiano. Assim, é possível utilizar a arte como instrumento na atuação profissional do assistente social, já que ela possibilita a problematização de questões que estão presentes no dia-a-dia dos trabalhadores. Por isso,

[...] a arte, enquanto forma de linguagem e potencializadora da expressão, da criatividade, e da reflexão, contribui dentro da educação popular para uma ação que propicie identidade coletiva e incentivo ao pensamento crítico e à participação popular, caminhando assim ao encontro dos objetivos do serviço social, de transformação e emancipação social, na busca por uma sociedade igualitária (MATTOS; CARMO, 2013, p.37).

Dessa forma, pode-se afirmar que tanto a arte, quanto a educação popular são importantes ferramentas a serem utilizados pelos assistentes sociais, pois

[...] entendemos que a apropriação da arte enquanto instrumento do serviço social, trabalhada a partir de uma perspectiva da educação popular, é essencial para uma maior aproximação com a realidade da população atendida, pois a utilização de uma linguagem popular e simples, de fácil entendimento para todos os usuários participantes dos grupos e atividades e que traga sentido à atividade educativa ao se aproximar com as experiências de vida de cada participante, somada ao fruir e ao criar artístico que possibilitam ainda maior participação e envolvimento no processo educativo, podem potencializar a ação profissional do assistente social na dimensão política, esfera essa onde serão discutidos os direitos humanos e sociais, a participação política, o embate capital trabalho dentro da teoria marxiana e marxista e outros temas da realidade social que incentivem o pensamento crítico (MATTOS; CARMO, 2013, p.36).

Tendo em vista a importância da utilização da arte como uma estratégia político-interventiva do assistente social no trabalho socioeducativo, pode-se dizer que,

Segundo Tolstoi (2002), a Arte é a atividade humana que consiste em um homem comunicar conscientemente a outros, por certos sinais exteriores os sentimentos que vivenciou. A arte é vital na história da humanidade, uma vez que ela comunica independente de tempo histórico, de raça e crença religiosa. A arte é um mecanismo de comunicação universal, ela transcende desavenças e perpassa pelo tempo, transmitindo sempre a realidade, a história e os sentimentos de um povo (SANTOS; MENDONÇA, 2015, p. 02).

Dessa forma, a arte também apresenta-se como uma excelente estratégia profissional, pois através da mesma os profissionais, baseados na teoria marxista e pautados na defesa do Projeto Ético-Político, podem realizar com os sujeitos/trabalhadores diálogos e reflexões, que façam com que eles reflitam sobre a sociedade na qual estão inseridos, visualizando assim as expressões da questão social, para que dessa forma seja possível aos sujeitos (pertencentes à classe trabalhadora) “[...] um despertar das consciências coletivas para a realidade na qual estão inseridos, rompendo assim com a alienação (SANTOS; MENDONÇA, 2015, p. 05).

Segundo (SANTOS; MENDONÇA, 2015) a arte possui uma função social que pode ser utilizada tanto em prol da classe trabalhadora, de forma que a mesma possa contestar a ordem que está posta, quanto pode ser utilizada pela burguesia contribuindo para a manutenção da ordem social do Capital. Porém, ela não surgiu com tal função, em sua gênese, a arte servia para dar continuidade a uma cultura, transmitindo elementos de geração em geração. Nos seus primórdios, a arte estava muito atrelada à religião e às crenças, contudo, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, a arte passou a ser utilizada como um meio de retratação da realidade social.

Quando o assistente social se utiliza da arte, no seu exercício profissional, ele possibilita que os sujeitos se expressem, deem suas contribuições sobre determinado assunto, contem suas experiências de vida, etc. Dessa forma,

[...] a Arte é, e sempre será necessária para que o homem se expresse e entre em equilíbrio com seu meio, além de possibilitar um despertar da consciência, pois na medida em que “o artista” imprime a sua história na forma de arte, ele apreende a sua realidade e adquire capacidade de se tornar um ser crítico, entendedor do contexto que o cerca (SANTOS; MENDONÇA, 2015, p. 06).

A arte é uma forte estratégia política-interventiva no que diz respeito a potencialização do fazer profissional do assistente social, pautado na defesa do Projeto Ético-Político, uma vez que a sua utilização serve como elemento de transformação dos sujeitos, para que os mesmos se percebam capazes de modificar a si mesmos e a própria sociedade, tornando-se assim importantes agentes de transformação (SANTOS;

MENDONÇA, 2015). Além disso, a arte vem se constituindo como um importante meio de enfrentamento da questão social no cenário da contemporaneidade, já que

[...] a Arte como mediação no Serviço Social é maneira eficaz de apreensão da realidade, pois possibilita o indivíduo entender-se como um ser social capaz de transformar a sua história e de se integrar ao compromisso social de levar os demais sujeitos a compreender o contexto no qual estão inseridos (SANTOS; MENDONÇA, 2015, p.6).

Portanto, é importante elucidar que a arte e a educação popular são importantes estratégias político interventivas do assistente social, pois possibilitam a organização e o fortalecimento da luta da classe trabalhadora, a partir de reflexões com base na realidade social, na qual os sujeitos estão inseridos, propiciando que os mesmos possam romper com o processo de alienação e fortalecer o seu senso crítico. Dessa forma, os princípios do Projeto Ético-Político da profissão se expressam na atuação profissional do assistente social que busca trilhar esse caminho.

3. A ARTE NO PROJETO DE EXTENSÃO “OCUPANDO OS ESPAÇOS E CONSTRUINDO O AMANHÃ” – RELATO DA EXPERIÊNCIA DO ANO DE 2018

No ano de 2018, o projeto de extensão “Ocupando os espaços e construindo o amanhã” foi realizado junto a adolescentes da escola Estadual Almirante Barroso, situado no bairro Benfica do município de Juiz de Fora/MG. Durante o projeto foram realizadas cinco oficinas, cujos temas foram escolhidos pelos próprios adolescentes.

Para o processo de construção e planejamento das oficinas, foram realizadas reuniões quinzenais, das quais participaram a professora coordenadora do projeto e as discentes/bolsistas de extensão. As oficinas foram realizadas, também, de forma quinzenal, sendo sempre na segunda-feira de 14:30 às 15:20 (horário disponibilizado pela professora de Artes).

A primeira oficina foi desenvolvida com o intuito de apresentar para os alunos os objetivos do projeto de extensão, bem como a sua coordenadora e as bolsistas desse projeto; estabelecer um primeiro contato, propiciando a apresentação desses alunos; e estimulá-los a escolherem as temáticas a serem abordadas nas oficinas seguintes.

Assim, no fim dessa primeira oficina, foi pedido que eles escrevessem em um pedaço de papel, sugestões de temas que eles gostariam que fossem trabalhados nos demais encontros. Essas sugestões foram depositadas em uma urna para garantir o sigilo e o anonimato de suas escolhas – permitindo assim, que ficassem bem à vontade para sugerirem o que desejassem, sem nenhum constrangimento. Foi, ainda, solicitado que eles

trouxessem para a próxima oficina músicas ou trechos de músicas, relacionadas à temáticas dos “problemas sociais”. Essa tarefa possuía o objetivo de estimulá-los a ter contato com uma expressão artística – no caso a música – capaz de captar e expressar as mazelas produzidas por essa sociedade capitalista.

A oficina foi finalizada com uma avaliação que eles realizaram por escrito. Nessa avaliação, a maioria dos participantes considerou a oficina “legal”. Entretanto, foi possível notar que, pelo fato dessa oficina ter sido a primeira aproximação com a turma, alguns alunos mostraram-se desinteressados, enquanto outros ficaram bem empolgados durante a realização das atividades.

Os temas sugeridos pelos alunos foram diversos, dentre eles: tráfico de drogas, racismo, preconceito, desemprego, violência contra a mulher, sexualidade, desigualdade social, desigualdade de gênero, economia, homossexualidade, sexo na adolescência, aborto, depressão, bullying, violência e suicídio.

Realizamos um agrupamento dos temas que se relacionavam de alguma forma para trabalhar com eles nas três oficinas seguintes. Desse modo, a segunda oficina abordou a temática das desigualdades sociais (em articulação com a economia, tráfico de drogas, racismo, preconceito, desemprego, desigualdade de gênero).

Nessa oficina, um dos momentos mais interessantes foi o relato de um aluno negro sobre uma situação de racismo que ele vivenciou, na qual ele foi seguido por um segurança dentro de uma loja de telefonia celular, onde ele tinha entrado para comprar o seu celular. Porém, o segurança considerou a presença dele, dentro daquele espaço, como uma “ameaça”, pensando que ele iria roubar algo. Escutar esse relato foi muito importante para problematizar questões que perpassam o cotidiano desses alunos, e as diversas formas de racismo que muitos deles vivenciam diariamente.

Em seguida, foi feita a dinâmica “da saída” procurando discutir com eles as possíveis saídas para essas questões/situações. No exercício, foi colocado em uma caixa de papelão, cinco papéis contendo informações sobre: movimentos sociais, períodos em que se mostraram mais fortes na história da nossa sociedade e as suas principais conquistas. Os alunos foram passando a caixa um para o outro – no formato “batata quente” – até que uma das bolsistas dizia “para”. O aluno que se encontrava com a caixa nas mãos retirava um desses papéis e fazia a sua leitura. No fundo da caixa havia a palavra “NÓS”, para enfatizar que as possíveis saídas são sempre coletivas e dependem da nossa luta, do nosso envolvimento direto.

Ao final da oficina os alunos foram indagados sobre a “tarefa” que lhes tinha sido delegada, sobre a busca por músicas que trouxessem, em suas letras, reflexões sobre os “problemas sociais”. Poucos alunos se manifestaram, porém, aqueles que realizaram a

busca, nos apresentaram letras de raps que tratam, em um tom de muita crítica, as desigualdades sociais, em meio a realidade atual. Demonstrando como a arte pode nos propiciar uma leitura crítica da realidade social e nos estimular a reflexões sobre elementos presentes no nosso cotidiano.

Para avaliar a oficina foi feito um cartaz com vários emoticons, e os alunos foram marcando um “x” naquele que representasse as suas emoções durante a oficina, e o resultado foi bem positivo. Nesse dia, ficou como tarefa para o próximo encontro trazer uma notícia sobre bullying.

Na terceira oficina, o tema central foi esse: bullying (articulado com violência, depressão, suicídio e preconceito). Inicialmente, foi exibido o vídeo “O garoto que superou o bullying e cantou sobre isso” e, nesse momento, todos os alunos prestaram bastante atenção.

A utilização do vídeo teve a intenção de demonstrar para os adolescentes, participantes do projeto, como é possível, por meio da arte – nesse caso a música –, lidar com o sofrimento e encontrar, não apenas uma forma de expressar a situação, mas também superá-la.

A partir do vídeo foram levantadas questões acerca das temáticas propostas para essa oficina. Os alunos se envolveram no debate e apresentaram depoimentos de suas experiências/vivências em relação ao tema proposto.

Nesse momento da oficina surgiram falas importantes como essas: “O bullying é bem triste”, “O bullying desmerece o outro” e “Quando não tem uma boa convivência em casa ou com os amigos, a pessoa pratica o bullying para superar os seus problemas e se sentir superior”.

Em seguida, realizamos a dinâmica “linha das semelhanças”, na qual foi feita uma linha no chão e os alunos se organizaram em duas colunas paralelas a essa linha. Algumas afirmações foram sendo feitas, relacionadas ao cotidiano dos alunos e eles se aproximavam da linha no caso de uma resposta afirmativa, ou se mantinham no mesmo lugar, no caso de uma resposta negativa. No momento da dinâmica os alunos ficaram bem empolgados com a realização da mesma, prestaram atenção nas afirmações que foram sendo feitas, participando ativamente desse momento. O intuito da dinâmica era promover reflexões, levando em consideração que, embora cada participante tenha suas particularidades, todos nós temos coisas em comum. Apesar de no início os alunos não conseguirem se identificar uns com os outros, no final da dinâmica eles conseguiram entender que embora cada aluno tenha suas particularidades, em algum momento eles irão se aproximar uns dos outros em determinadas questões.

No fim eles fizeram uma avaliação da oficina, resumindo-a em uma palavra. A avaliação da oficina foi bem positiva, pois todos definiram a oficina com palavras boas. Desse modo, a avaliação só serviu para reafirmar que todos gostaram da oficina, pois em muitos momentos foi possível notar a satisfação dos alunos, uma vez que os mesmos se envolveram com as discussões trazendo elementos importantes para a construção do debate e das reflexões feitas. Foi pedido que levassem para a próxima oficina algo relacionado ao sexo na adolescência (alguma pergunta, curiosidade, dúvida, etc.).

Na quarta oficina o tema central foi a sexualidade (articulado às temáticas: homossexualidade, sexo da adolescência, aborto e preconceito). Foram apresentadas as diferenças existentes entre identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual e o que significa cada um dos termos. Foi, também, apresentado um cartaz contendo a sigla “LGBTTTIS” e os alunos foram estimulados a falar sobre o significado de cada letra, ressaltando que os mesmos já sabiam o significado de algumas letras.

Posteriormente foi feita a dinâmica do “autógrafo”, na qual foi entregue um papel para cada aluno e foi pedido para que cada um recolhesse 3 assinaturas distintas dos colegas de turma. Em seguida, foi pedido para que olhassem atrás do papel. O papel que tivesse com uma bolinha vermelha indicaria que a pessoa estaria “infectada com o vírus do HIV” e, conseqüentemente, todos que pegaram o seu autógrafo (supostamente teriam se relacionado sexualmente com ela) estariam, também, infectados. Isso gerou um “efeito cascata”, e diversos alunos constataram que estavam “infectados”. Porém, alguns deles possuíam um “x” marcado nas costas do papel, indicando que ele “teria usado preservativo”, evitando a sua infecção pelo vírus.

Posteriormente, foi feito um diálogo sobre a importância do uso do preservativo e discutiu-se algumas questões sobre sexualidade, além de apresentar um cartaz com dados estatísticos sobre a infecção do vírus HIV entre adolescentes e sobre abortos clandestinos. Nesse momento, os alunos prestaram bastante atenção na exposição que estava sendo feita, o que realça o quanto esse assunto era importante para eles. Eles também puderam levantar suas dúvidas, curiosidades e falar sobre experiências/vivências, em relação à sexualidade, o que possibilitou que os alunos interagissem mais com as questões que foram apresentadas e trouxessem, de fato, suas demandas e contribuições para o projeto.

Na última oficina a proposta era a construção de um “produto final” que permitissem aos adolescentes se expressar, revelando o que foi compreendido por eles ao longo dos encontros anteriores. Desse modo, foram apresentadas para os alunos três telas em branco, onde eles pudessem pintar, desenhar, escrever sobre os elementos abordados no projeto, de forma criativa, livre e artística. Essa oficina foi realizada no laboratório de ciências, com os alunos divididos em pequenos grupos que tinham um tempo definido para trabalhar em

qualquer uma das telas. Cabe ressaltar que cada tela possuía um título: desigualdades sociais; bullying; sexualidade. Enquanto alguns alunos iam para o laboratório de ciências, os demais realizavam a avaliação final do projeto em sala de aula.

No momento da construção das telas, os alunos mostraram-se extremamente empolgados com essa dinâmica, tendo alguns deles pedido para retornar ao laboratório de ciências para contribuírem mais com esse processo. Essa experiência nos mostrou que eles se sentiram, de fato, estimulados ao poderem de expressar, de forma artística, sobre tudo o que havia sido debatido ao longo das oficinas.

As telas produzidas pelos adolescentes demonstraram uma percepção crítica da realidade e aspirações quanto a um futuro melhor para todos. Apareceram, explicitamente, em suas telas: posicionamentos contra o racismo, contra a homofobia, contra as desigualdades entre ricos e pobres; mas também expressões de afeto, de liberdade sexual, de amizade, de tolerância.

Com isso, as responsáveis pelo projeto, e também as bolsistas, conseguiram compreender o potencial da arte no processo de desenvolvimento de atividades socioeducativas no âmbito do Serviço Social. Afinal, as telas, produzidas pelos próprios adolescentes, participantes desse projeto de extensão, fizeram a defesa de pautas que são históricas nas lutas travadas pela classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou, de forma sucinta, realizar um debate sobre a relevância do uso da arte nas atividades socioeducativas desenvolvidas pelos assistentes sociais. Percebemos que as ações coletivas em geral – e aqui, em especial, abordamos o trabalho artístico realizado pelos próprios adolescentes, participantes do projeto de extensão – possuem o potencial de fortalecer a reflexão crítica sobre a realidade.

O nosso intuito, com o desenvolvimento do projeto de extensão, é contribuir com a formação de adolescentes e jovens de escolas públicas de bairros periféricos do município de Juiz de Fora/MG, para que eles se tornem sujeitos mais críticos e compreendam a importância das lutas coletivas. Fortalecendo, assim, uma perspectiva crítica na atuação profissional do assistente social.

Por meio do debate e da reflexão de questões do nosso tempo, que atravessam o cotidiano desses adolescentes, buscamos oferecer a eles informações qualificadas, propiciar troca de experiências, estimular a discussão de temas e ideias. Com isso, acreditamos ter oportunizado para esses adolescentes um espaço de diálogo aberto e

democrático, onde eles puderam se expressar e se perceber enquanto um coletivo, apesar de suas diferenças.

Acreditamos também ter estimulado neles uma aproximação com a arte e com a liberdade de expressão, oferecendo outras oportunidades para que eles pudessem comunicar o que pensam, sem ser por meio da fala.

Na conjuntura atual, defender os valores da liberdade, da autonomia, da democracia, da cidadania e se colocar contra todas as formas de preconceito, opressão e exploração, se fazem mais que necessários. Esse caminho fortalece o nosso Projeto Ético Político e coloca os assistentes sociais na defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAPA, Andrea; GIRARDELLO, Gilka. **Mídia-Educação na “Primavera Secundarista”**: um estudo de caso no ensino de pós-graduação. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT16_1085.pdf. Acesso em: 25/03/2019.

MATTOS, B. N.; CARMO, O. A. **A arte como instrumento da prática profissional do Serviço Social na perspectiva da educação popular**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/3b.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I: *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/ UNB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Considerações finais. In: PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas: Reflexões no campo do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016.

SANTOS, V. N.; MENDONÇA, I. P. **Arte e Serviço Social no Brasil: levantamento de dados em periódicos da área**. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=577420>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

O MÉTODO MARXISTA E AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL¹

Ana Cristina Peixoto Guimarães²

Luciana Gonçalves Pereira de Paula³

Mariana Leite Péres⁴

Nicole Cristina Oliveira Silva⁵

RESUMO: O artigo objetiva refletir sobre a contribuição do método marxista de análise da realidade para o debate sobre as dimensões do Serviço Social, no campo da formação profissional. Para isso, discorremos sobre o método materialista-histórico-dialético. Em seguida, comentamos a respeito das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e suas articulações. Por fim, analisamos entrevistas realizadas com estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em pesquisa, refletindo sobre suas percepções a respeito da relação dialética entre as dimensões do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; dimensões da profissão; materialismo-histórico-dialético.

ABSTRACT: The article aims to reflect on the structure of the method of reality analysis for the debate on the dimensions of Social Work in the field of vocational training. For this, we discuss the materialist-historical-dialectical method. Then, comments on the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operational dimensions and their articulations. Finally, he analyzed the interview with the Faculty of Social Work of the Federal University of Juiz de Fora in research, reflecting on his perceptions about respect for the dialectic between the dimensions of Social Work.

Keywords: Social Work; professional qualification; dimensions of the profession; materialism-historical-dialectic

¹Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anguimas@gmail.com.

³ Assistente Social; Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lugppaula@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marianalperes@hotmail.com.

⁵ Assistente Social; Professora Substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Juiz de Fora; Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: nicolecoliveirasilva@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva refletir sobre a contribuição do método marxista para o debate sobre as dimensões do Serviço Social – teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política –, no campo da formação profissional. Para tal, serão apresentados os resultados parciais da pesquisa denominada “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais: reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social”, realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFFS), da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF).

Por meio dessa pesquisa, de caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas com discentes do último período – formandos/as – da FSS/UFJF, nos anos de 2016 e 2017. Tais entrevistas buscam identificar como o debate sobre a elaboração das estratégias e táticas profissionais, no campo do Serviço Social, vem sendo realizado no processo de formação dos/as futuros assistentes sociais.

Nas entrevistas realizadas com discentes, entendemos que uma das questões de fundo para apreender como o referido debate se realiza no campo da formação profissional, diz respeito às dimensões da profissão. Isto porque compreendemos que entender a indissociabilidade entre os campos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político no momento da formação, é indispensável para a futura construção de estratégias e táticas que possam fortalecer o projeto ético-político crítico no exercício profissional.

Para tal, é preciso que os/as discentes tenham uma apropriação correta sobre o modo como as dimensões da profissão se articulam. Nesse sentido, a segunda questão presente no formulário a eles/as direcionado, e que guiará nossas reflexões no presente artigo, indagava: “Como você percebe a relação entre as três dimensões que compõem o Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa)?”.

Nossa hipótese é de que os/as alunos/as reconhecem a existência de relação entre as dimensões do Serviço Social, mas têm dificuldades em elucidar como ela acontece de fato. Consideramos, ainda, que, talvez, essa dificuldade exista por uma imprecisão na compreensão e na conceituação das próprias dimensões. Por essa razão, pontuamos que o estudo e apropriação do método em Marx podem auxiliar na compreensão desse debate, na formação profissional, pois, na medida em que possibilitamos entendimento de categorias como a totalidade, permitem a percepção de como cada unidade componente das dimensões da profissão, pode se articular compondo um todo – que, nesse caso, é a ação profissional.

Frente a estas disposições, organizamos o artigo da seguinte forma: de início, apresentaremos brevemente aspectos da teoria social de Marx e do método materialista-histórico-dialético, no intuito de discorrer sobre sua contribuição ao Serviço Social, ressaltando a compreensão de algumas de suas categorias centrais; em seguida, discorreremos sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, buscando compreender como se articulam, à luz do pensamento marxista; no decorrer, apresentaremos os resultados da pesquisa; e nas considerações finais, apresentaremos a comprovação ou não de nossa hipótese e sintetizaremos nossas reflexões sobre a contribuição do método marxista de análise da realidade para o debate sobre as dimensões do Serviço Social, no campo da formação profissional.

O MÉTODO MATERIALISTA-HISTÓRICO-DIALÉTICO E AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL

A área das Ciências Humanas e Sociais possui, ou deveria possuir, como ponto fundamental a preocupação do entendimento da história da humanidade, em seus âmbitos culturais, econômicos, políticos, sociais, entre outros. Para compreender tais aspectos da vida dos sujeitos, torna-se necessária a escolha de uma teoria social e um método de análise da realidade. Entretanto, essa escolha nem sempre ocorre de maneira consciente no processo de formação e produção de conhecimento científico, o que se expressa no Serviço Social. Por isso, há quem faça a defesa da neutralidade, no campo científico, e, por vezes, não consiga apreender, de forma qualificada e crítica, a complexa dinâmica da sociedade capitalista. Entretanto, conforme Fernandes (1986) destaca, “não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou os explorados”. Desse modo, percebemos que toda escolha é orientada por um componente teórico-metodológico e por uma direção ético-política.

Marx (2017), para compreender e explicar o modo de produção capitalista, e as suas relações sociais específicas, construiu um método de análise do real denominado no campo científico de materialismo-histórico-dialético⁶. Esse método consiste em considerar a história como um processo em contínua transformação, a depender da atividade humana. Marx (2017) entende, portanto, a sociedade capitalista como um momento específico da história da humanidade, que pode ser alterado ou transformado, a depender da ação e da

⁶Marx constrói seu método dialético partindo da realização de uma crítica à dialética de Hegel. Segundo Netto (2009), em Hegel o pensamento é o criador do real, sendo este a sua manifestação externa. Em oposição a Hegel, Marx defende que o ideal é somente o real pensado e interpretado pelo homem.

organização da classe trabalhadora, visto que “(...) a sociedade do capital, a luta de classes nela implícita, suas próprias contradições como ordem social, oferecem os elementos para sua superação material” (SILVA; SANT’ANA, 2013, p.186).

Assim, n’A *ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) destacam um elemento central de sua teoria social: a concepção revolucionária. Portanto, àqueles que se comprometem, por meio de uma escolha consciente, com o marxismo, enquanto perspectiva teórico-metodológica, cabe o compromisso de analisar a realidade para modificá-la, ou seja, entender as contradições da sociedade capitalista, indicando a sua superação. Desse modo, a revolução nos aparece como possibilidade histórica.

O reconhecimento do ponto de vista da revolução significa, fundamentalmente, e esse é o exato sentido disso, que na análise da realidade concreta temos que reconhecer as contradições insolúveis sobre as quais se assenta esse modo de ser e de pensar da sociedade regida pelo capital e sua impossibilidade de “consertos”, de “remendos” (SILVA; SANT’ANA, 2013, p.191).

No tocante ao Serviço Social brasileiro, a aproximação com a teoria social de Marx foi fundamental para o entendimento da dinâmica das relações sociais de produção e reprodução existentes no modo de produção capitalista, “particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado. Essa interpretação da profissão apontou outro eixo analítico, ao salientar o primado da produção na constituição dos sujeitos sociais” (FAERMANN, 2016, p. 47).

Além disso, as leituras fundamentadas em autores da tradição marxista, propiciaram, ainda: a compreensão das expressões da questão social enquanto matéria-prima do trabalho do/a assistente social; a análise dos impactos das políticas sociais – ou da ausência dessas – na vida dos/as usuários/as; e a leitura mais profunda sobre a relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais, dentre outros elementos.

Assim, o movimento reflexivo ancorado nesta base teórico-metodológica – que vem sendo realizado pela categoria desde a década de 1980 – pode impulsionar os/as assistentes sociais para a busca da alteração dessa realidade, seja pelo caráter interventivo da profissão, seja pelo estímulo à luta coletiva e organizada dos/as trabalhadores/as. Desse modo, a produção teórica de conhecimentos construídos a partir do método materialista-histórico-dialético e sua publicação, configuram-se numa importante estratégia para difundir, junto à categoria profissional, determinada concepção de profissão, bem como os valores por ela defendidos – em sua dimensão ético-política.

Sabemos que o espaço da produção teórica de qualquer profissão é sempre plural – e defendemos que realmente seja. Mas, assegurar, em meio a essa pluralidade de saberes, a hegemonia de um conhecimento pautado em um referencial teórico-metodológico

crítico-marxista é uma importante estratégia na defesa de nosso projeto ético-político profissional – assim as dimensões teórico-metodológica e ético-política se articulam organicamente.

Na construção teórico-metodológica marxiana, três categorias são fundamentais: a totalidade, a contradição e a mediação. “Articulando estas três categorias nucleares (...), Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2009, p. 29).

No campo do Serviço Social, essas categorias muito auxiliam o momento técnico-operativo do trabalho realizado pelo/a assistente social. A intervenção profissional do/a assistente social se dá na realidade social. Por isso, se faz necessária uma compreensão dessa realidade na perspectiva da totalidade. Apenas um entendimento pautado na totalidade permite a percepção das contradições presentes nessa realidade – contradições essas, que atravessam o fazer profissional do/a assistente social. Por fim, em meio a essas contradições, é preciso que o/a assistente social seja capaz de captar as mediações – que se apresentam no real – para a construção das suas estratégias de ação. Essas estratégias sempre estarão impregnadas com os princípios e valores defendidos pelo/a assistente social e irão se construir a partir do seu acúmulo teórico-metodológico – revelando assim, a intrínseca articulação entre as três dimensões.

Dessa forma, não nos resta dúvida do quanto os estudos no campo marxista podem auxiliar os/as assistentes sociais na melhor e mais profunda compreensão das dimensões que compõem o Serviço Social. Assim, como, podem qualificar de maneira diferenciada o próprio trabalho profissional desenvolvido por essa categoria, buscando a construção de ações inspiradas no projeto ético-político de bases marxistas, para somar forças ao processo de superação da ordem do capital.

AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

A princípio, é preciso pontuar que o conhecimento do real oferecido pela teoria marxiana e o entendimento da articulação entre as dimensões da profissão, não são suficientes para a construção de um exercício profissional crítico e pautado em valores progressistas, visto que diversos desafios são impostos aos/às assistentes sociais, especialmente, na atualidade.

Neste ponto, ressaltamos que o exercício profissional dos/das assistentes sociais se realiza em meio a uma constantetensão existente entre a autonomia relativa e o trabalho assalariado (IAMAMOTO, 1998).Desse modo, embora os/as assistentes sociais disponham

de relativa autonomia no exercício da profissão, a condição assalariada lhes impõe limites, haja vista que os/as profissionais são submetidos às condições de trabalho postas pelas instituições empregadoras e pela forma como as políticas sociais se configuram na contemporaneidade

Nestes tempos de aprofundamento das contradições do capital, as condições de trabalho têm sido cada vez mais precarizadas, adensando o processo de alienação e impondo maiores limites à já relativa autonomia profissional. No âmbito do Estado, por exemplo, as instituições têm sido marcadas por processos extremamente burocratizados e por diversas ausências, seja de recursos financeiros, humanos, de insumos, dentre outras consequências advindas da adoção do modelo neoliberal em nosso país, desde os anos de 1990 (LINS, 2015).

Tal realidade impacta diretamente no exercício profissional, visto que os/as assistentes sociais, enquanto assalariados/as, não dispõem das condições necessárias para a consecução de seu trabalho, devendo estas serem ofertadas pelas instituições empregadoras. Contudo, tal condição não impede que os/as profissionais assumam posturas orientadas por princípios e valores contidos no projeto ético-político crítico.

Desse modo, pensar o exercício profissional do/da assistente social requer, também, refletir sobre o processo de formação profissional dessa força de trabalho que, nos últimos anos, tem sido precarizado, em decorrência de mudanças na educação superior brasileira, especialmente, como a expansão dos cursos na modalidade à distância.

Segundo Guerra (2019, p. 17)

(...) a formação profissional estabelece a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho (como referencial ético-político) e um acervo técnico-instrumental que lhes sirva de referências estratégicas para a ação.

Assim, para qualificação da formação profissional, é preciso fortalecer o conteúdo das Diretrizes Curriculares de 1996, buscando a superação de algumas defasagens que subsistem. Aqui, destacamos a importância de aprofundamento dos estudos e debates concernentes às dimensões da profissão, no campo da formação, como uma estratégia para qualificar os/as futuros/as assistentes sociais, não só para atenderem ao que requisita o mercado de trabalho, mas, principalmente, para darem respostas às demandas cotidianas, articuladas à direção social do projeto ético-político crítico.

No que tange às dimensões do Serviço Social, é preciso esclarecer que estas, são indissociáveis, embora cada uma possua características particulares.

A dimensão técnico-operativa vincula-se ao debate sobre os instrumentos e técnicas utilizados pelos/as assistentes sociais no trabalho, mas ela não é sinônimo destes.

Segundo Guerra (2019), a dimensão técnico-operativa conforma o *ethos* profissional, ou seja, o modo como a profissão aparece ou se mostra. Este *ethos* se faz visível, por exemplo, na escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados na intervenção. Escolha esta que não é neutra, pois guarda a presença de intencionalidade ético-política e de uma base teórico-metodológica necessária para leitura do real.

Em alguns momentos da trajetória profissional, tal dimensão teve demasiada ênfase, se comparada às demais. Como exemplo, observa-se que, na década de 1940, os instrumentos, procedimentos e técnicas tinham centralidade no exercício profissional de modo tal que encobriam as demais dimensões e privilegiavam a “aplicação” da técnica como se o fazer profissional a elas se reduzisse (SANTOS, 2003), configurando o que se denomina tecnicismo.

Já na década de 1980, quando se espraia a perspectiva da intenção de ruptura sobre a categoria profissional – uma das vertentes da Renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2002) – o tecnicismo passa a ser criticado pelos profissionais vinculados a esta vertente. Contudo, segundo Santos (2003), este processo levou a uma maior valorização das dimensões ético-política e teórico-metodológica, e à um relativo desprezo da dimensão técnico-operativa.

A dimensão teórico-metodológica diz respeito às teorias sociais que subsidiam a leitura e análise da realidade social. Na história do Serviço Social, diferentes pensadores influenciaram a profissão, em distintos momentos de seu desenvolvimento, como Comte e Durkheim, cujo pensamento caracteriza-se pelo conservadorismo, e Marx, que desde a década de 1980, com a perspectiva da intenção de ruptura, vem tendo grande expressividade na formação profissional.

O aporte teórico-metodológico utilizado para leitura do real oferece diferentes modos de compreender os sujeitos, a realidade social e o modo de produção capitalista. No Serviço Social, uma leitura da realidade social baseada em Durkheim, por exemplo, poderá influenciar ações profissionais que tenham como horizonte a adequação dos sujeitos à realidade e não a superação do capitalismo, conforme posto na teoria social de Marx.

Já a dimensão ético-política se refere à intencionalidade presente em toda e qualquer ação profissional, independente de os profissionais terem consciência disso ou não. O debate da ética se colocou com maior ênfase na categoria profissional nos anos de 1980, momento em que, influenciado pelos movimentos contestatórios que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar, o Serviço Social faz uma opção política em favor da classe trabalhadora.

Assim, desde então, a profissão se afirma, hegemonicamente, em uma clara direção social. Isto não significa, contudo, que não existam projetos de profissão com

direcionamentos ético-políticos distintos daquele que hoje é hegemônico na categoria; pelo contrário: eles não só existem, como estão em constantes disputas. Neste esteio, é fundamental reafirmar que, independente do projeto, não há neutralidade no direcionamento: sempre haverá uma base metodológica e uma intencionalidade presente na direção das ações profissionais realizadas pelos/as assistentes sociais.

Com base no exposto, cabe reafirmar a unidade das três dimensões da profissão, pois somente com base em um referencial teórico-metodológico o/a profissional poderá conhecer a realidade e, a partir dela, criar suas estratégias e táticas de intervenção, comprometidas com um determinado projeto ético-político que se expressa na escolha dos instrumentos e das técnicas de trabalho.

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOB A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Diante das questões até aqui apresentadas, compartilhamos, agora, as reflexões construídas a partir das entrevistas realizadas com discentes formandos/as, feitas por ocasião da pesquisa desenvolvida pelo GEPEFSS. Conforme indicamos anteriormente, buscou-se analisar a percepção dos/das estudantes sobre a relação entre as dimensões do Serviço Social. Para isso, analisamos, no presente artigo, as respostas da segunda pergunta do questionário pré-estabelecido para a pesquisa, que indagava sobre a percepção dos mesmos sobre a relação entre as três dimensões que compõem o Serviço Social.

Foram realizadas, ao longo do segundo semestre letivo, dos anos de 2016 e 2017, 31 (trinta e uma) entrevistas com discentes formandos/as da FSS/UFJF. Nessas entrevistas observamos unanimidade na resposta afirmativa sobre a existência de relação entre as dimensões da profissão. Contudo, isto não representa uma clara compreensão acerca dessas dimensões, nem tão pouco uma apropriação do debate sobre a articulação das mesmas.

Desse modo, 14 (quatorze) respostas buscaram explicar como a articulação entre as três dimensões se processa; 11 (onze) ou não explicaram como se dá essa relação, ou apresentaram respostas equivocadas sobre o significado de cada dimensão; e, por fim, 6 (seis), afirmaram perceber a existência dessa relação somente através da inserção em campo de estágio ou do contato com disciplinas como as Oficinas de Trabalho Profissional.

Dentre as 14 (quatorze) respostas que buscaram explicar como as dimensões se relacionam, destacamos três que demonstram uma boa apropriação da temática:

(...) as três andam juntas, sem um método, sem a sua ética profissional, e sem a operacionalização do serviço, você não consegue fazer um trabalho bem completo, mesmo que a gente estude para fazer um trabalho crítico, observador né? Então, acho que as três, uma complementa a outra (Entrevistado/a 10).

(...) eu percebo, por exemplo, que em qualquer atuação (...) do assistente social, por mais que ele negue a teoria e, às vezes, não concorde com o projeto ético político do Serviço Social, na atuação dele cotidiana, nos instrumentos que ele vai utilizar, sempre haverá um debate teórico metodológico. Talvez não seja o que a gente compreende, mas sempre vai haver um posicionamento ético-político, um caminho a seguir (Entrevistado/a 17).

Assim como a teoria e a prática, as três dimensões que compõe o Serviço Social, são indissociáveis. A dimensão teórico-metodológica vai contribuir para que você possa compreender os processos da realidade, como que se dá a realidade, a totalidade da realidade, para além da esfera do imediatismo, para além da aparência, da forma como os fenômenos se apresentam; a ético-política é uma construção histórica. Se pensar a dimensão ético-política, a gente vai verificar que ela se altera: assim como a realidade é dinâmica, ela tende a um momento especial da profissão, especial no que se refere ao Processo de Renovação do Serviço Social, a partir da década de 80. E a dimensão técnico-operativa ela vai estar condicionada, ela é determinada pelas dimensões teórico-metodológica e ético-política. Não tem como falar em dimensão técnico-operativa, em instrumentos e técnicas, se não tem uma apropriação, uma aproximação mínima com as demais dimensões, a dimensão teórico-metodológica, a ético-política, enquanto compromisso com a profissão e com o projeto de sociedade para além do capital (Entrevistado/da 20).

Dentre as 14 (quatorze) respostas que buscaram demonstrar explicações sobre o debate da articulação das dimensões da profissão, a do/da entrevistado/a 20 (vinte) foi a que apresentou melhor compreensão. Além de citar quais são essas dimensões e apresentar, com certa clareza, o significado de cada uma, pontua a indissociabilidade dessa tríade, assemelhando-a à articulação entre teoria e prática. Ademais, resgata o histórico da profissão ao indicar, por exemplo, como a dimensão ético-política ocupa os debates da categoria profissional, nos anos de 1980, contexto em que a perspectiva de intenção de ruptura se espraia pela categoria profissional (NETTO, 2002). Assim, a resposta em questão demonstra apropriação do conceito de totalidade para explicar a relação entre as dimensões da profissão segundo a teoria marxiana.

No entanto, no universo das 25 (vinte e cinco) respostas que afirmaram perceber a relação entre as dimensões do Serviço Social, 11 (onze) entrevistados/as esboçaram dificuldades para expressar como está se processa, conforme se observa nas seguintes locuções:

Bom, acho que uma não existe sem a outra. Uma vai se aliando a outra para formar a prática profissional. Eu não sei bem explicar, falar, mas... uma se alia a outra para se encaixar. É tipo um quebra cabeça, uma não existe sem a outra (Entrevistado/a 8)

ão dimensões que se complementam. Elas preenchem o currículo de Serviço Social na nossa formação. Elas são de suma importância (Entrevistado/28).

Assim, tais assertivas apenas pontuam a existência de articulação e complementaridade entre as três dimensões sem, contudo, conseguir desenvolver reflexões claras e coerentes sobre esses elementos.

Dentre essas 11 (onze) entrevistas, cabe destacar, ainda, aquelas que, ao tentarem tecer suas explicações, apresentaram uma compreensão confusa acerca de cada dimensão:

Eu vejo elas (...) mais entrosadas uma com a outra: por exemplo, o técnico-operativo, nos campos (de estágio). Aí a gente usa muito as técnicas que a gente aprendeu aqui (na formação). E, assim, no caso do meu estágio, a gente utilizava mais a entrevista com o usuário. E foi um instrumento que me ajudou muitas vezes (Entrevistado/a 4).

A teórico-metodológica, da nossa metodologia de trabalho. A ético-política (...), porque a gente tem um Código de Ética para seguir, tem um Projeto Ético Político profissional que norteia a profissão (...). E a técnico-operativa que está muito ligada com os instrumentos e técnicas que o assistente social precisa para desenvolver o seu trabalho (Entrevistado/a 9).

Especialmente na fala do/da entrevistado/a 9 (nove), dois equívocos, muito comuns, nos chamaram a atenção: o primeiro, diz respeito à vinculação da dimensão teórico-metodológica não com o método, mas sim com a metodologia – ou procedimentos metodológicos; e o segundo, se refere à dimensão técnico-operativa entendida de maneira restrita, apenas como sinônimo de instrumentos e técnicas, utilizados no exercício profissional. Esta última compreensão, também expressa na resposta do/da entrevistado/a 4 (quatro), indica que, no campo da formação em Serviço Social, é preciso não só reconhecer que as dimensões da profissão se articulam, mas também ter clareza do significado correto de cada uma. Por isso, debater a dimensão técnico-operativa não significa abordar, de forma fragmentada, apenas um aspecto da atuação profissional do assistente social, mas discutir o trabalho profissional como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos.

Por fim, trazemos para a reflexão as respostas do menor grupo da amostra, formado por 6 (seis) discentes. Estes/as, afirmaram perceber a relação existente entre as três dimensões, somente no momento da inserção em campo de estágio ou do contato com disciplinas como as Oficinas de Trabalho Profissional.

Elas se dão muito na prática profissional. A gente consegue perceber mais claramente por causa da dimensão técnico-operativa. Na graduação, a gente acaba focando mais na teórico-metodológica e ético-política. E tem uma base em algumas disciplinas, mais no final do curso, para a técnico-operativa e na minha experiência de estágio (Entrevistado/a 5).

Ah, sim. Eu acho que uma matéria que foi fundamental para eu ver a relação entre essas três dimensões, foi a de Oficina I. Foi a partir daí que eu,

particularmente, comecei a ver essas três dimensões (...), o papel de cada uma delas e a importância de cada uma delas (Entrevistado/a 26).

Com isso, se observa uma compreensão pouco clara sobre as três dimensões, na medida em que não se localiza o debate das mesmas em outros momentos da formação, a não ser naqueles em que há maior contato com conteúdos teórico-práticos, como as Oficinas e o Estágio. Tal entendimento requer atenção, pois, se reiterado de modo acrítico, pode levar à compreensão de que só é possível perceber a relação entre as dimensões da profissão “na prática”. Nesta compreensão equivocada, observa-se a não apropriação do conceito de totalidade conforme presente na teoria marxiana. O que pode levar a uma identificação da dimensão teórico-metodológica enquanto os estudos realizados no âmbito acadêmico e da dimensão técnico-operativa como a prática profissional, desenvolvida nos campos de estágio. Essa compreensão pode, por fim, reforçar a defesa de que “na prática a teoria é outra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentadas, confirmamos nossa hipótese em partes, pois constatamos que todos/as alunos/as reconhecem a existência da relação entre as dimensões do Serviço Social. Mas, uma parte significativa – 17 entrevistados/as (55%) –, tem dificuldades para elucidar como ela acontece de fato.

Não obstante, uma quantidade representativa – 14 entrevistados/as (45%) – apresenta respostas que indicam clareza sobre a forma como se processa a articulação entre os aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social. A partir destas locuções, percebemos a presença de um melhor entendimento a respeito da totalidade em Marx, que nos permite explicar tal relação.

Diante do exposto, percebe-se, que a relação dialética entre as dimensões do Serviço Social e a forma como se dá o entendimento desta, devem perpassar o processo de formação dos/as assistentes sociais. Esses debates, quando realizados à luz das contribuições marxistas, podem potencializar um exercício profissional dotado qualitativamente de criticidade, em seu processo de análise da realidade, colaborando para uma atuação profissional que expresse os valores do projeto ético-político, em hegemonia no Serviço Social.

Nesse sentido, a formação em Serviço Social deve oferecer um conjunto de competências que, articuladas entre si e não isoladas, possibilite ao profissional analisar, criticamente, a realidade social e, em convergência com

sua análise, desenvolver uma intervenção qualificada (FAERMANN, 2016, p.46).

Reitera-se, com esse artigo, a importante articulação entre o método materialista-histórico-dialético, as dimensões que compõe o Serviço Social e uma formação de qualidade, para a construção de uma atuação profissional crítica e reflexiva, que responda às demandas impostas à profissão, de forma fortalecer o polo do trabalho no bojo da luta de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAERMANN, L. A. **Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social.** Londrina: Serviço Social em Revista, 2016.

FERNANDES, F. **Para o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.** Leia, São Paulo, v. 7, n. 96, p. 25, 1986.

GUERRA, Y. **No que se sustenta a falácia de que na prática a teoria é outra?** Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf). Acesso em: 22 de abril de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade – trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

LINS, M. A. T. **A flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas repercussões no serviço público brasileiro.** In: LINS, M. A. T.; TRINDADE, R. L. P. (org). *Assistente Social: trabalhador assalariado – fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica.* Maceió: EdUFAL, 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, C. M. dos. **As dimensões da prática profissional do Serviço Social.** Revista Libertas. v. 2. n. 2. jul/dez/2002. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.

SILVA, J. F. S. da; SANT'ANA, R. S. **O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social?** Brasília: Revista Temporalis, 2013.

**AS PARTICULARIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
a educação para o mercado e a assistência estudantil**

Luiz Antonio dos Santos Cabral¹

RESUMO

Os fundamentos ético-políticos que norteiam o saber-fazer profissional são aspectos centrais ao se pensar o serviço social em um dos seus espaços de trabalho que mais aprofundam as contradições da dinâmica da vida contemporânea, no capitalismo. Desde os elementos da prática aos impactos dessa intervenção na realidade concreta, o serviço social atua na educação mediante distintas contradições, especialmente ao considerarmos a leitura que é remetida ao ensino médio e técnico. Formar cidadãos aptos ao exercício de determinada função no interior da divisão técnico-operativa é a base. Afinal, como pensar a prática profissional do assistente social mediante essa conjuntura?

Palavras-chave: política social; serviço social; prática e; metodologia.

ABSTRACT

The ethical-political foundations that guides the professionals specifies are the central elements to think about social work in one of the most profession space work that puts in a deeper contemporary dynamic of live contradictions, in capitalism. Since the elements of practice to the impacto of this kind of intervention in the concrete reality, the social work works in education despite the contradictions, specially when considerate the type of reading that is given to high schools and technice studies. Graduating citizens that are good in their jobs inside of the technice-operative social division is the objetive. After all, how to think the professional practice of the social work in this kind of juncture?

Keywords: social policy; social service; experience and; methodology.

¹Mestrando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Eixo Temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

1 INTRODUÇÃO

A prática profissional dos assistentes sociais, no curso de sua história, incorporou as mais distintas formas de compreensão, apropriação e reação frente a dimensão da vida humana. Seu abraço a teoria social crítica redefiniu as bases, a sua natureza interventiva no tocante a complexidade da questão social e o seu horizonte metodológico. Direcionar o seu exercício profissional para o atendimento as mais variadas demandas que se manifestam junto a classe trabalhadora, nos ditames da contemporaneidade², expressou um compromisso ético-político da categoria frente ao antagonismo de classes. Entender a classe trabalhadora como finalidade do exercício de sua prática dispôs aos assistentes sociais uma complexa teia de elementos. Desde o compromisso profissional com seus empregadores a complexificação das políticas sociais, os profissionais tem, como uma de suas exigências, a necessidade de, cotidianamente, aprofundar o conhecimento histórico e a compreensão acerca das contradições nos mais distintos elementos da totalidade (FORTI e; GUERRA, 2009).

Na educação profissional e tecnológica, onde o serviço social ganhou significativa relevância e protagonismo com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)³ junto as IFEs, os assistentes sociais tem encontrado, no cotidiano de sua prática, diversas tensões e implicações em seu fazer profissional, na tentativa contínua de romper a práticas imediatistas e rasas, que não contemplem uma dada realidade complexa e concreta. Tomando como referência a vivência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus São Gonçalo, na condição de estagiário e, posteriormente, bolsista de pesquisa da instituição, aqui estarão expostas reflexões sobre as mediações entre teoria e prática e as particularidades da ação profissional nos institutos federais.

2 TEORIA E PRÁTICA: UMA AÇÃO PROPOSITIVA, UM ENCONTRO DITO CONTROVERSO

As antinomias que se reverberam no que toca as discussões sobre a relação entre teoria e prática até hoje se manifestam, seja nas instituições de ensino que formam os assistentes sociais, seja nos espaços de trabalho dos profissionais. As tentativas cotidianas

²Empreende-se aqui a reflexão sobre o aprofundamento das desigualdades, a reestruturação produtiva, o emprego maciço de capital constante face ao desemprego estrutural e o desenvolvimento de políticas sociais minimalistas e focalizadas, em um contexto de crise do modo de produção capitalista, pós anos 70. No mais, considerando além as particularidades da implementação do neoliberalismo no Brasil, articulado a recente democracia brasileira (anos 80/90) (HARVEY, 1992 e; NETTO, 2006)

³O PNAES, no marco legal o Decreto N°7.234/2010, estabeleceu os princípios e a finalidade da execução do programa de assistência estudantil junto as Universidades Federais e aos Institutos Federais, na exigência de atender a questões como ampliar as condições de permanência dos estudantes e minimizar indicadores de evasão.

e, porque não, inconsequentes de encaixar, tal como um quebra-cabeça, determinada teoria no fazer profissional, sem estabelecer mediações entre a totalidade concreta, a consciência humana e os tensionamentos sobressalentes evidencia a real necessidade de uma maior reflexão sobre tal questionamento.

O ingresso da teoria social crítica como referencial para se dispor compreensões acerca da realidade e das contradições da produção e reprodução da vida inseridas na sociabilidade burguesa, resultado da superação da leitura de uma realidade atrelada ao conservadorismo e a ruptura com esse arranjo – considerando as décadas de 80 e 90 como momento histórico no qual o serviço social se encontra com a produção intelectual crítica e com o rompimento a formação e atuação compreendidas como tradicionais (NETTO, 2005) – demarcou a cerne da ponderação de diversos estudantes e profissionais. Afinal, teoria e prática são elementos articulados, podem ser compreendidos como processos que dialogam e se realizam nos conformes do exercício profissional?

Compreender as mediações entre teoria e prática nos demanda inicialmente em entender “que a teoria é a apreensão do objeto pelo pensamento, portanto, que não modifica, necessariamente, o real, mas sim o conhecimento sobre o real” (SANTOS, 2012. p.36). Logo, um dos elementos centrais para se entender a relação entre teoria e prática para no conhecimento. Compreendido como movimento racional, nos ditames até então colocados vislumbramos direcionar o processo de ação humana a práxis, cuja função é direcionar a ação humana a determinadas ações. Logo, o primeiro elemento teórico central é entender que o ser humano, ao se diferir do animal por, conscientemente, modificar a natureza, se objetiva, no elo entre pensamento, ação e matéria.

O homem é um ser da práxis, que é o conjunto das objetivações humanas. A práxis supõe o trabalho, este é o fundamento daquela, mas não a esgota. Todavia, é o trabalho que garante a reprodução da sociedade (SANTOS, 2012).

A atividade humana como elemento racional, direcionado a um determinado fim e articulado a distintas formas de práxis, afinal o conhecimento em si é de uma natureza singular, as formas de interpretar e agir no mundo se diferem entre os homens, nos coloca diante de uma das maiores problemáticas que agudizam essa discussão sobre teoria e prática. Conforme Forti e Guerra (2011) salientam, o pensamento hegemônico burguês, no trâmite dos últimos séculos, tem atentado cotidianamente essa discussão. O pragmatismo, uma vertente que utiliza a ação dos homens/profissionais frente a necessidade por resultados evidenciou um distanciamento de uma ação racional, atenta a particularidades e as contradições estruturais de nossa realidade. Esse saber-fazer preocupado com números, subsidiado pela separação, no modo de produção capitalista, entre os que pensam e os que executam, aprofundou a unidade dita contraditória que se dá entre teoria e prática, ao distanciar o homem da busca pela compreensão das contradições e das mediações que se

dão no plano do real.

E, justamente essa necessidade de romper com uma ação irracional, desconectada de princípios atrelados a um movimento automático, pragmático, é o que norteia a busca por incorporar, do campo da Teoria Social crítica e transformadora as mediações que podem ser feitas, para pensarmos a centralidade da relação entre teoria e prática nos processos de formação acadêmica e de exercício profissional dos assistentes sociais, inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, por diversos anos, reconhecidamente atentados ao direcionamento ético e político e quanto a seu compromisso como profissionais.

A prática transformadora, engajada numa apreensão do teórico e das assimilações dispostas no ato de reconhecer a veracidade da realidade no pensamento e vice-versa, reiterou o compromisso dos assistentes sociais quanto a um exercício profissional que ultrapasse os limitados muros dos executores de políticas sociais. O movimento de reconceituação, que trouxe ao plano da formação profissional as vertentes críticas do pensamento social. Ainda que repleto de desencontros e formas messiânicas de se pensar o exercício profissional – entendendo aqui que o serviço social se norteia junto a uma revolução social, mas a revolução não nascerá basicamente de sua prática profissional – o serviço social se redirecionou. A prática vinculada aos interesses da classe trabalhadora, ainda se considerarmos que nossos empregadores são da classe hegemônica. O aceno a grupos e movimentos sociais reforçou a necessidade de compreender a dimensão concreta da realidade sob a luz do pensamento social.

Compreender a relação entre teoria e prática, por fim, nos exige ter a ciência de que os fundamentos teóricos não são uma receita de bolo que devemos seguir, um roteiro ou um manual de instruções. A teoria, embebida por sua construção à partir da realidade concreta, direciona sim o pensamento, a análise e a leitura de uma realidade concreta, múltipla e contraditória, fornecendo as bases para delegarmos nossa ação profissional. O constante movimento do real nos coloca sempre a necessidade de compreender, dialeticamente, os caminhos e descaminhos de nosso pensamento e as formas de apropriação do real.

(...) são imprescindíveis momentos de apropriação teórica para que haja uma inserção qualificada do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, uma inserção que viabilize respostas competentes às demandas sociais, e que seja, portanto, avessa ao falso dilema de que “na prática a teoria é outra” (FORTI, GUERRA, 2011)

3 O SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Antes de mais nada, cabe salientarmos o horizonte que rege os interesses gerais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei nº 11.892/2008, no período em que o Brasil tinha como o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui a Rede

Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A necessidade por ampliar a qualificação profissional de jovens e adultos direcionada a formação técnica, em distintas áreas, manifestara a demanda por uma mão de obra atenta aos interesses de um mercado nacional que se encontrava em pleno desenvolvimento. Aqui, a formação humana tende a ser colocada em um plano secundário, compreendendo que a função mais óbvia da formação profissional é a de instituir uma massa, variável, de sujeitos aptos a exercer um trabalho expansionista de bases tecnológicas.

Com um projeto político de agregar aos seus espaços ensino, pesquisa e extensão, se situar em regiões mais empobrecidas e promover a expansão e valorização cultural desses espaços, os Institutos Federais se tornaram um dos projetos de governo mais exaltados, no âmbito político. Sua forte presença em regiões de indicadores sociais e econômicos baixos, a forte presença de ações de extensão e a promoção contínua de professores mestres e doutores em suas áreas tornou a instituição dos Institutos Federais um marco no processo de expansão da educação profissional.

Se, no passado as escolas profissionais dispunham de um ideário imperativo classicista (KUENZER, GRABOWSKI, 2006), atualmente elas possuem uma diversificada presença de sujeitos e identidades, incorporando nos seus espaços a diversidade étnico-racial e econômica.

Assim, na democratização do acesso a essa modalidade de educação, saltou aos olhos outra questão: e quanto as condições de permanência e conclusão? O decreto nº7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ressignificou as ações de assistência estudantil junto as instituições públicas federais. Um programa que nasce no interesse de equacionar uma questão basilar na educação pública e que interferia, de forma direta, no cotidiano de extensa parcela do alunado, seja do ensino médio, seja do ensino superior. Considerar as especificidades oriundas da desigualdade de classes e seu tensionamento com a dinâmica da vida social, ou seja, compreender que a singularidade dos sujeitos envolve aspectos que interferem diretamente no cotidiano destes, expressa o fundamento da assistência estudantil, que é contribuir para as condições de permanência e conclusão do ensino dos estudantes.

Portanto, considerando a experiência no IFRJ/São Gonçalo, a análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a natureza ético-política dos assistentes sociais, em seu compromisso contínuo por buscar a democratização e universalização de programas e políticas sociais, cabe considerar aqui alguns pontos que, fundamentalmente, concentram os processos interventivos dos assistentes sociais no Institutos Federais. São estes:

- A resposta frente as expressões que se reverberam no espaço de ensino, na tentativa contínua de minimizar os índices de abandono e evasão escolar;
- A inclusão sistêmica de ações que tendam a se universalizar, conforme a demanda

apresentada;

- O diálogo intenso com diversos setores institucionais, além da lisura no processo de prestação de contas e das formas como o orçamento destinado a assistência estudantil se torna ação;
- A necessidade de, continuamente, estar preparado para atender a demandas emergenciais, tendo como um dos exemplos mais claros situações de desemprego e;
- Buscar, continuamente, apreender os movimentos que se dão no plano do real, a partir do reconhecimento da legitimidade da política social e das transformações, no seio de uma sociedade difusa e complexa, atuando, como Santos (1993) levanta, a interação com o povo, ou o público-alvo, para reconhecer as demandas que se manifestam e buscar meios de confrontá-las.

Assim, considerarmos as particularidades que tocam o exercício profissional dos assistentes sociais na educação nos remete a compreensão de que, no trabalho da atuação frente a execução das políticas sociais, os assistentes sociais se inserem em determinações vinculadas ao enfrentamento das expressões da questão social que interfiram no cotidiano de alunos e responsáveis.

4 CONCLUSÃO

As interações entre teoria e prática, com base na experiência de instituições de ensino articuladas a uma necessidade por formar profissionais qualificados com o crescimento de um mercado nacional, até aqui levantadas, apontam para alguns direcionamentos necessários, para compreendermos as maneiras de pensar e agir dos assistentes sociais na política de educação.

Ancorada sob uma perspectiva de educação propositiva, democratizada e que corrobore com princípios tais como emancipação humana e alicerçada sob valores que zelem pelos direitos humanos e pela diversidade⁴, pensar o trabalho dos assistentes social na educação profissional e tecnológica impõe reger uma prática que não limite a sua percepção sobre educação a um movimento conservador, apenas de caráter formador para o trabalho. Entender educação é, pois, emergir sobre um direcionamento ético-político, reconhecendo a mesma como compromisso do Estado e como mecanismo, essencial para o desenvolvimento do homem como sujeito coletivo.

E, com base na compreensão da instrumentalidade do serviço social (GUERRA,

⁴Tais elementos são suscitados ao longo do trabalho “Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação”, documento construído pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), no ano de 2013.

1995), entendida aqui como uma percepção geral de objetos e objetivos, não apenas como instrumentos para o exercício profissional. Entendendo a dimensão e o aporte de uma análise sobre as particularidades da sociabilidade burguesa e as formas de enfrentamento a pobreza, que se materializam como políticas sociais. Compreendendo o papel dos assistentes sociais enquanto executores dessa política e a sua necessidade de direcionar a sua ação as demandas da classe trabalhadora. Reconhecendo o caráter formativo de experiências que se manifestam no cotidiano e as constantes transformações na produção e reprodução da vida material e subjetiva, ao profissional é requisito contínuo aprimorar seu processo de formação, indo além das respostas a demandas da população.

O avanço a uma prática que não se limite a instrumentos técnicos, mas sim a efetiva análise contínua dos processos e das mediações que se dão no plano da materialização da vida, compreendendo as especificidades da dinâmica do modo de produção capitalista e os rebatimentos das mesmas na vida social e no exercício da profissional se torna necessário. Como Netto, 2009 suscita, três elementos centrais coadunam com a assimilação da teoria social marxista e a sua centralidade no enfrentamento ao pensamento hegemônico. Em primeiro lugar, a necessidade de conhecer a dimensão global de determinações das relações entre homem e sociedade, nas suas distintas variações (política, econômica, histórica). Em segundo lugar, a reflexão sobre os fundamentos das expressões da questão social e a forma que se enfrentam as mesmas, cabendo pontuar aqui as políticas sociais. Por fim, a análise crítica dos aspectos que envolvem o exercício da profissão, da dimensão institucional a particularidades dos usuários.

A compreensão racional da dimensão de uma unidade do diverso e os impactos do pensamento e da leitura social frente a práticas interventivas são uma das necessidades mais amplas do serviço social. O avanço frente a uma prática pragmática, limitada a repetições e estatísticas referencia as mediações entre teoria e prática do serviço social. Vivemos tempos difíceis, em que nos confrontamos com os descaminhos de uma conjuntura difícil, em que discursos de ódio e intolerância ganharam vez e voz. As políticas sociais tendem a ser atentadas, a própria intervenção dos assistentes sociais, compreendendo a sua essência crítica e o seu viés contra-hegemônico podem ser confrontados. São tempos que nos exigem análise, prático- reflexiva e direcionamentos sociais e históricos. Sem dúvida, teoria e prática são elementos que se articulam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CFESS. Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação. Setembro de 2013.
- FORTI, Valeria e GUERRA, YOLANDA. Na prática a teoria é outra? In: Forti e Guerra (Org.) Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de

Janeiro: Lumen Júris Editora, 2009.

GUERRA, Yolanda. "A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos". In: Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, n. 10, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. SP, Cortez, 1995.

KUENZER, Acácia e; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: Desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. Perspectiva, Florianópolis, v.24, n.1, p.297-318. Jan-Jun. 2006.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009

_____. "Cinco notas a propósito da "questão social"". *Temporalis*, número 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

SANTOS, Claudia Monica. Na Prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social, Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2010.

SANTOS, Leila L. Metodologismo: Explosão de uma Época IN: SANTOS, L.L. *Textos de Serviço Social*, 5ª edição, Cortez, São Paulo, 1993.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Victoria Sabatine de Paiva Neves¹

Luiz Carlos de Souza Junior²

Resumo: O presente estudo possui como objetivo contribuir ao debate sobre a inserção de assistentes sociais no ensino superior, em especial no que se refere à política de assistência estudantil. Assim, buscaremos, através de uma breve reflexão sobre os impactos do avanço do ideário neoliberal no Brasil nessa política, debater sobre alguns desafios postos ao exercício profissional dos assistentes sociais em resposta ao aumento significativo da requisição destes nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Superior. Assistência Estudantil.

Abstract: The purpose of this study is to contribute to the debate on the inclusion of social workers in higher education, especially with regard to student assistance policy. Thus, we will seek, through a brief reflection on the impacts of the neoliberal ideology in Brazil on this policy, to discuss some challenges to the professional practice of social workers in response to the significant increase in their requisition in the Federal Institutions of Higher Education.

Keywords: Social Work. College education. Student Assistance.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. E-mail: vicsabatine@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Ofensiva do capital e lutas sociais.

² Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente Social lotado na Pró-reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROAE/UFJF). E-mail: souzajr.luz@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão e as lutas sociais: Ofensiva do capital e lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que apesar do campo educacional não representar um espaço ocupacional novo para os profissionais de Serviço Social (CFESS, 2011), o mesmo também não significa para esta categoria um potencial mercado de trabalho, apresentando números bastante inferiores de contratação de assistentes sociais se comparado a outros espaços nos quais esse profissional também se insere (ALMEIDA, 2000a). No entanto, verifica-se na atualidade uma modificação dessa situação, principalmente após as transformações societárias e a necessidade do capital de ampliação do acesso e permanência na educação. Essa constatação nos incitou, nos direcionando a verificar qual a razão para a crescente demanda deste campo por profissionais de Serviço Social na contemporaneidade e qual trabalho tem sido requisitado aos assistentes sociais neste espaço ocupacional.

Nota-se que no âmbito das universidades federais o setor de Assistência Estudantil tem sido um potencial contratante desses profissionais. Isto é, a partir da consolidação de políticas que permitem o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades públicas, observa-se a ampliação também de um novo espaço de trabalho para os assistentes sociais. Parte-se do pressuposto de que a privatização interna das universidades públicas impacta todos os profissionais dessas instituições e, inclusive, o assistente social. A contrarreforma do Estado e a adoção da agenda neoliberal implicam também na redução dos investimentos em políticas sociais, o que incide diretamente sobre esses trabalhadores e em seu exercício profissional. Ademais, é constante desse contexto o próprio enxugamento do número de funcionários públicos, que passam a ser substituídos por “estagiários” e “bolsistas” ou por “terceirizados”.

Destarte, objetiva-se então compreender e analisar qual o trabalho realizado e demandado a esse profissional nestas instituições; se tem ocorrido uma simplificação do seu trabalho, pois, nota-se que em muitas instituições o assistente social tem sido demandado somente para a realização de análises socioeconômicas.

Tal debate possui extrema importância ao considerarmos o panorama político atual brasileiro, tendo em vista que muitos dos valores direcionados à uma perspectiva de educação crítica e emancipatória são alvos de um processo crescente de aviltamento e retrocesso de direitos. Nesse sentido, apontamos que a apropriação crítica de uma concepção de educação, sua representação enquanto política social, mais especificamente acerca do que entendemos sobre assistência estudantil no ensino superior das

universidades federais, é fundamental para que a categoria profissional possa se posicionar de maneira qualificada frente aos desafios postos no âmbito da sociabilidade burguesa, que impõem frequentes condições de precariedade aos espaços institucionais, responsáveis pela execução das políticas sociais.

2. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Conforme Antunes (1999), após um período favorável de acumulação durante a vigência do taylorismo/fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo começará a demonstrar seus primeiros sinais de esgotamento, sinalizando mais uma crise deste modo de produção. No início da década de 1970, emergem os primeiros indícios de um quadro de crise do sistema, sendo um deles a queda tendencial da taxa de lucro, já mencionada por Marx (1980) n'O Capital. Esses períodos de crise, segundo expressa Mandel (1982), são intrínsecos a ordem capitalista e após um período de superprodução, em que uma parte da mercadoria não será vendida ou devido a sua grande oferta terá seu preço rebaixado, haverá uma queda na taxa de lucro. Consequentemente conduzirá a redução da produtividade do capital e, por conseguinte, ao aumento do desemprego. Associado a isso se tem a pressão exercida pelos trabalhadores para o aumento do preço da força de trabalho no período pós-1945 e a emergência de lutas sociais nos anos 1960, considerando que a cooptação dos sindicatos já não conseguia impedir a reorganização dos trabalhadores.

De acordo com Mota (2008), o processo de internacionalização do capital foi executado através das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados de trabalho. Assim as empresas capitalistas produziam mais-valor em diversos países, o que ia além dos limites do próprio Estado nacional. Logo, a partir do viés político, isso representava limites para a intervenção estatal na economia e marcava um descompasso no plano internacional, tendo em vista as diferenças de controles, políticas e instituições financeiras de cada país. Assim, iniciou-se um aceleração da inflação em inúmeros países que tiveram que adotar uma política anti-inflacionária simultaneamente.

Deste modo, ocorre o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo, como a retração do consumo

associada ao desemprego estrutural que já se manifestavam. Da mesma forma, a concentração do capital entre as empresas – que formavam monopólios e oligopólios - e o desfinanciamento do *WelfareState* – perante a necessidade de diminuição dos gastos públicos – direcionando o investimento para o capital privado, compunham esse quadro de crise, segundo afirma Antunes (1999).

Para Montaño e Duriguetto (2011), o rompimento com o pacto keynesiano pressupõe a utilização de uma nova estratégia hegemônica para o enfretamento da crise do capital, pautada em três pilares: ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas, reestruturação produtiva e (contra) reforma do Estado. Acerca da chamada (contra) reforma do Estado, percebemos como a crise do *WelfareState* é posta como uma crise fiscal, o que impõe um ajuste estrutural em busca de cortes em “gastos supérfluos” (leia-se: políticas sociais).

Logo, controlar o “déficit fiscal” torna-se palavra de ordem em busca de combate à crise do Estado e geração de superávit primário através de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, além da restrição de investimentos em gastos públicos voltados para políticas e serviços sociais. O que representa uma minimização do Estado para garantir a liberdade do mercado.

Tratamos aqui, nesse período, de uma saída para crise global do capitalismo onde os programas de governo pautaram-se nas prerrogativas do modelo neoliberal. Que através de “ajustes”, percebemos inúmeras transformações no mundo do trabalho que resultaram em aumento da informalidade, desemprego, flexibilização da proteção de trabalhista, dentre outras. Dessa maneira, concordamos com a afirmação de Soares (2009) de que tal ajuste não é de natureza exclusivamente econômica. O que nos remete ao impacto no que tange aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, que, numa conjuntura de crise posta, restringem de forma ímpar a concepção de cidadania.

Não por acaso, o direcionamento das ações das políticas sociais numa perspectiva cada vez mais focalizada no combate à extrema pobreza, conforme orientações postas pelo Consenso de Washington.³

³ De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), o Consenso de Washington foi uma reunião entre organismos de financiamento internacional de *Bretton Woods*, funcionários do governo americano e economistas e governantes da América Latina, realizada em novembro de 1989. A reunião teve como objetivo orientar os países latino-americanos acerca dos processos inerentes aos ajustes estruturais que compõem a ofensiva neoliberal a partir de “recomendações”, dentre elas: disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, regime cambial de mercado, abertura comercial, eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação de leis trabalhistas e institucionalização da propriedade intelectual.

Especificamente no Brasil, vemos que a expressão mais significativa dessa crise se apresenta a partir dos anos 1980, pondo em cheque o modelo desenvolvimentista adotado pelo Estado durante o regime militar. Logo, tendo como eixo principal o combate à inflação, o país intensifica seu ajuste ao modelo neoliberal, de maneira tardia, no início dos anos 1990.

Basicamente, o modelo neoliberal propõe um processo de “desregulamentação” da economia, que pressupõe a retirada do Estado em diversas áreas, bem como uma consequente diminuição do gasto público. Para tal, acompanha-se um movimento desqualificação do setor público em prol de uma lógica privatista, que compõe esse rearranjo da máquina estatal.

Portanto, observa-se um retrocesso na concepção de cidadania, pois, através da “pauperização das políticas sociais”, os direitos de cidadania e sua previsão de universalidade são substituídos cada vez mais por uma lógica clientelista, que utiliza “atestados de pobreza” para garantias de acesso. Com o esvaziamento orçamentário das políticas sociais, a população mais pobre se encontra numa conjuntura em que o Estado estabelece mecanismos compensatórios que garantem o mínimo para sobrevivência, por vezes nem isso.

Dito isto, podemos compreender o impacto desse ajuste neoliberal no direcionamento posto as políticas sociais voltadas para a educação superior brasileira. Desde o início do século XXI acompanhamos um processo de expansão do ensino superior, contudo, não devemos deixar de considerarmos as múltiplas variáveis inerentes a esse processo e quais interesses tal expansão responde.

Como aponta Harvey (2012), o Estado é crucial para legitimar e assegurar o processo de acumulação capitalista. O desenvolvimento do capitalismo não só dependeu mas depende até a atualidade da esfera estatal que apoia, promove e escora todos esses processos, até aqueles executados de forma mais violenta. Não existe propriedade privada sem o Estado e, desse modo, na sociedade burguesa a esfera estatal sempre que necessária será reconfigurada de forma que atenda aos interesses do capital.

É a partir deste panorama acerca do mundo do trabalho e do Estado capitalista que buscamos compreender como se configura a Política Educacional brasileira visto que essa não escapou ilesa dos processos de reorganização do capital e da contrarreforma do Estado sendo, inclusive, parte integrante do plano capitalista de manutenção de sua hegemonia e recuperação das taxas de lucro.

Portanto, é indispensável compreender que a “reforma” educacional é uma das expressões dos ajustes estruturais realizados pelo capital. Afirmamos a reconfiguração da Política Educacional brasileira, o que caracterizamos com uma verdadeira contrarreforma, como parte do conjunto de “reformas” impostas pela nova ordem, as quais interferem não somente no curso da Política, mas também no trabalho daqueles profissionais que executam a mesma.

Segundo Lima (2013), o sentido e o significado da universidade brasileira estão diretamente relacionados à característica dependente de desenvolvimento capitalista no país. Portanto, até mesmo o processo de expansão do ensino superior está condicionado ao atendimento das necessidades do capital, que, para autora, são pautadas em três eixos principais: subordinação da ciência à lógica mercantil, constituição de novos campos de lucratividade e obtenção de consenso para o projeto burguês de sociabilidade sob a ótica do neoliberalismo.

Retomando o pensamento sobre o impacto da ofensiva neoliberal, podemos citar o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os anos de 1995 e 2002, onde o ensino superior é marcado por uma expansão ainda mais significativa do setor privado e por um processo de privatização interna das universidades públicas, em especial, as federais.

Ações que sem dúvida trouxeram rebatimentos acerca da política de assistência estudantil. Logo, a fim de ofertar subsídios para construção de uma política em âmbito nacional, o Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis)⁴ desenvolveu um trabalho de sistematização de dados através de pesquisas amostrais sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior.

Tais pesquisas demonstraram que um parte significativa dos estudantes pertenciam às categorias econômicas C, D e E. Portanto, para além de demonstrarem a real necessidade de consolidação e legitimação da assistência estudantil para permanência do estudante universitário, os dados apresentados auxiliam também na desconstrução do senso comum que caracteriza a universidade pública como um espaço para as elites (o que até os dias atuais é posto como um dos argumentos de contestação da gratuidade do ensino superior).

Sobre a “democratização” do acesso ao ensino superior que resulta na chamada certificação em larga escala, temos o avanço do ensino à distância (em especial a partir do

⁴ O Fonaprace é composto por pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pela política de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras.

segundo governo Lula, 2007-2010) e o marco da reformulação das universidades federais através do Decreto Presidencial 6096/07, que institui o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Dentre os objetivos de REUNI, cabem destacar: o aumento de discentes nas universidades federais (o que gerou o aumento na quantidade de alunos para cada professor), diversificar as modalidades dos cursos de graduação, incentivo a criação de um novo sistema de títulos (como por exemplo, os bacharelados interdisciplinares), elevar a taxa de conclusão e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino.

Verifica-se que a proposta do REUNI atende às demandas postas pelo Banco Mundial para a chamada educação terciária e qualificação da força de trabalho, posta em larga escala e num prazo menor. Nessa direção, o financiamento para as universidades federais tornou-se condicionado ao cumprimento de metas previamente pactuadas pelo governo.⁵

Em suma, trata-se de uma expansão de acesso ao ensino superior significativa, que carrega em si as contradições inerentes ao modelo societário posto. Ou seja, a ênfase dada à pauta da democratização dos últimos anos carrega consigo o debate acerca da permanência.

Ainda nesse mesmo período, é aprovado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Ministério da Educação através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Sendo este uma atualização do plano elaborado pelo Fonaprace e encaminhado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2001, que dentre algumas de suas solicitações, está presente a necessidade de delimitação de verbas específicas para assistência estudantil na matriz orçamentária anual do MEC.

Assim, a questão da permanência dos estudantes no ensino superior das instituições federais obtém cada vez mais espaço nos debates postos nas lutas travadas pelo movimento estudantil e profissionais da área através de suas entidades representativas, como por exemplo, a UNE (União Nacional dos Estudantes) e o Fonaprace. Logo, ainda que apontemos suas contradições, não podemos desconsiderar que o aprofundamento e ganhos acerca das ações de acesso e permanência nas universidades federais, são, também, resultados de conquistas árduas de movimentos sociais, tais como os citados anteriormente.

⁵ Lima (2013) ressalta que ainda que movimentos sociais ligados à área educacional tenham feito críticas ao REUNI, este contou com o apoio da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/ANDIFES.

Não por acaso, em 2010, ainda no Governo Lula, é publicado o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

3. SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

No tocante ao assistente social, é verídico que estes assim como os demais trabalhadores e profissionais têm vivenciado no contexto de acumulação flexível e de contrarreforma do Estado precárias condições e relações de trabalho, apesar da expansão da profissão e de seu mercado de trabalho nas últimas duas décadas, conforme nos aponta Delgado (2013).

Pode-se destacar, desse modo, o binômio expansão/precarização, o qual vem acompanhando o mercado de trabalho dos assistentes sociais nos últimos anos, considerando que se verifica um aumento no número de postos de trabalho para esse profissional simultaneamente a formas precárias de inserção nesses espaços, com forte tendência ao duplo ou pluriemprego, à falta de condições de trabalho adequadas, de reconhecimento, de autonomia profissional, de incentivo a capacitação, de progressão na carreira, de achatamento dos salários, de estatutos salariais flexíveis e instáveis e de adoecimento no trabalho devido a superexploração da força de trabalho.

Como aponta o CFESS (2013), devido a essa expansão da demanda por assistentes sociais na atualidade, fenômeno destacado por diversos autores, seja para atuar em instituições públicas ou privadas, tem-se observado a crescente inserção desses profissionais também no campo da educação. Para compreender essa tendência, é imprescindível considerar o contexto de crise do capital e a radicalização da questão social a partir da reestruturação da produção e adoção no plano ideo-político das concepções de cunho neoliberal.

Dessa forma, tratar sobre a inserção de assistentes sociais no debate acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil é um desafio deveras complexo. Ainda mais ao considerarmos que, apesar de um grande avanço a partir dos anos 2000, não podemos

afirmar que a assistência estudantil é consolidada enquanto política pública, tendo em vista sua estrutura jurídica ser pautada em forma de decreto (Decreto nº 7234/2010).

Assim como outras políticas sociais, a assistência estudantil é uma modalidade posta ao enfrentamento das expressões da questão social, o que implica afirmar seu caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que responde às questões objeto materiais de manutenção de estudantes nas universidades federais, representa um viés econômico e social que não promove mudanças estruturais significativas.

Ou seja, tal política representa um projeto hegemônico de construção de consenso ao avanço neoliberal, a partir de uma estratégia que busca aliar uma ideia de combate à pobreza ao crescimento econômico. É inegável que nos últimos anos houve um aumento expressivo no acesso à universidade (tanto pública quanto privada), o questionamento necessário é: qual é o projeto educacional vigente?

Nesse sentido, entendemos que a reflexão sobre esse campo de trabalho se torna imperiosa. A assistência estudantil, assim como as demais políticas sociais postas no ideário neoliberal, baseia-se numa lógica de auxílios, compensatórios e focalizados, o que não representa uma garantia efetiva de política pública. Através da assimilação de demandas históricas de movimentos sociais ligados à educação, a política de assistência estudantil tende a utilizar a lógica de uma suposta transferência de renda para apassivamento das classes subalternas.

A atuação do assistente social pode ter um alcance bem mais amplo do que meramente a execução imediata de tais políticas e programas. Em consonância com os princípios ético-políticos que balizam a atuação profissional e a partir de suas competências teórico-metodológica e técnico-operativa, o assistente social pode direcionar suas ações para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação, e de afirmação e ampliação da educação pública enquanto um direito social que deve ser efetivado pelo Estado.

Nessa medida, o exposto por Lessa (2013) é relevante:

Inúmeros, portanto, são os desafios para os profissionais da educação, dentre eles, os assistentes sociais. [...] é fundamental que possamos refletir sobre nosso trabalho, nesta política, sua inserção na sociedade contemporânea, e sobre a população usuária, suas condições de vida e participação política, reconhecendo possibilidades de resistência a este processo de fragilização da educação. Devemos reconhecer, assim, contraditoriamente, que educação é tensão e contradição,

reposição da ordem e possibilidade enfrentá-la. Sua materialização está em permanente disputa na sociedade (LESSA, 2013: 124).

Ou seja, há evidente necessidade de superação de uma perspectiva que reduz a concepção de assistência estudantil ao caráter seletivo e focalizado inerentes às políticas sociais, em especial a de assistência social, pois, concordamos com Nascimento (2013) em sua afirmação que tal tendência pode representar um equívoco e trazer impactos nos que tange ao seu planejamento e operacionalização.

Leite (2012) aponta para a intrínseca relação entre os impactos postos pelo avanço da agenda neoliberal com a dificuldade crescente na permanência dos estudantes no ensino superior. Logo, o processo de pauperização da população em geral direciona a política de assistência estudantil para um contingente de estudantes, inseridos numa situação de vulnerabilidade social, que para sua inserção são utilizados critérios de elegibilidade e condicionalidade.

Um dos exemplos de tal seletividade é a utilização do instrumento da análise socioeconômica para o atendimento ao previsto no Decreto nº 7234/2010, sem seu artigo 5º, onde afirma que serão atendidos prioritariamente “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

Portanto, defendemos aqui uma prática profissional dos assistentes sociais voltada para uma perspectiva universal de assistência estudantil, que contribua para formação ampla dos sujeitos. Concepção esta que, de acordo com Dutra e Santos (2017), não desconsidera as diferenças de condições objetivo materiais, mas que também, atende outras formas de vulnerabilidade social, que não só a financeira. Tal posicionamento aprofunda o debate sobre a definição do que são as condições de permanência e carrega a importância da inserção de todos os atores inerentes ao contexto universitário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteramos, por fim, que mesmo verificando que a presença de assistentes sociais nas instituições de ensino venha aumentando, ainda temos poucas referências e estudos sobre essa área e sua relação com o Serviço Social e também sobre o trabalho desenvolvido por estes profissionais em tais instituições. Por isso, faz-se essencial, corroborando com Almeida (2000b), buscar conhecer e identificar quem são e qual trabalho realizam os

assistentes sociais que estão atuando na educação, seja de forma direta, nos estabelecimentos tradicionais de ensino, nas universidades ou indiretamente, dentro das secretarias de educação.

É necessário, nesse momento, mapear quem são e o que estão fazendo os assistentes sociais que atuam no campo educacional direta e indiretamente. É preciso romper com o isolamento desses profissionais e dessas práticas, constituindo espaços de debate e de afirmação de uma intervenção mais orgânica nessa área (ALMEIDA, 2000b: 23).

Desse modo, afirmamos que é primordial conhecer estes profissionais e quais são as possibilidades e desafios colocados a eles no campo educacional. Também é necessário compreender de que forma as transformações ocasionadas no mundo do trabalho e na esfera estatal têm rebatido no seu exercício profissional, nas suas condições e relações de trabalho, frente ao sucateamento e mercantilização massiva de direitos sociais e desfinanciamento das políticas sociais, como temos visto acontecer, sobretudo, no caso da educação.

É pertinente ressaltar que a reflexão aqui aludida possui como objetivo vir a ser também um contributo aos próprios assistentes sociais que se encontram atuando na educação e particularmente, na Assistência Estudantil, visto que não possuímos ainda uma produção teórica vasta acerca desse campo e da atuação desses profissionais no mesmo, seja pelo caráter de novidade dessa política seja pela inserção ainda crescente desses profissionais nesse espaço. Posto isto, acreditamos ser relevante produzir maiores reflexões e estudos sobre essa temática, visando contribuir também para aquelas pesquisas relacionadas às condições e relações de trabalho do assistente social na contemporaneidade perante às novas requisições postas para esses profissionais bem como para aquelas que dizem respeito ao Serviço Social na educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. T. Educação Pública e Serviço Social. Rev. Serv. Soc. e Soc.. n. 63, p. 62-75. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita. N. 6, p. 19 - 24. Brasília: CFESS, 2000b.

ANTUNES, R. L. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política educacional. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Org.: Ney L. T. de Almeida. Disponível em <www.cfess.org.br>. Acesso em 11 de novembro de 2014. CFESS, 2013.

_____. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Disponível em <www.cfess.org.br>. Acesso em 11 de novembro de 2014. Brasília: CFESS, 2011.

DELGADO, L. B. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan/mar, 2013.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25. n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, D. O novo imperialismo. 6ª ed., p. 115-149. São Paulo, Ed. Loyola, 2012.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? In: SER Social, Brasília, v.14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. Rev. Serv. Soc. e Soc., São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar., 2013.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: Serviço Social e Educação. PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. O capital (crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livros 1 e 3. V. 1, 2, 4 e 5.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lucia. Estado Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da Crise e Seguridade Social - Estudos sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Questões da Nossa Época; v.78).

TEORIA E PRÁTICA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO

Laura Pires Gualberto Marçola¹

Luiza Gonçalves Lovisi Travassos²

Maria Ayumi Antunes Sato³

Raquel Pereira da Silva⁴

Resumo: Este artigo tem como intuito fazer uma reflexão crítica acerca da relação entre teoria e prática no cotidiano do exercício profissional da/o assistente social. A reflexão se dará a partir da experiência de estágio das graduandas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais. Tendo como norteador os debates realizados na disciplina “Oficina de Trabalho Profissional I” e do acúmulo teórico-metodológico da formação acadêmica até o momento atual.

Palavra-chaves: teoria - prática, estágio, Serviço Social.

Abstract: This article intends to make a critical evaluation about the relationship between the theory and the non - daily practice of the professional practice of social assistance. The training is developed at the Federal University of Juiz de Fora - Minas Gerais. The presenter guiding the discussions on discipline at work the office of the doc in the evaluation of the lecturer on the moment.

Keywords: theory - practice, internship, Social Work.

¹ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG. Sétimo Período/ Estágio II. Eixo Teórico - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação profissional. E-mail: lauragmarcola@gmail.com

² Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG. Sexto Período/ Estágio I. Eixo Teórico - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação profissional. E-mail: luizalovisiii@gmail.com

³ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG. Sexto Período/ Estágio I. Eixo Teórico - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação profissional. E-mail: a1umisato@gmail.com

⁴ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG. Sexto Período/ Estágio I. Eixo Teórico - Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação profissional. E-mail: raquel_somic@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato da experiência de estágio, realizado no primeiro semestre de 2019 por graduandas do sexto e sétimo período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais (FSS/UFJF). Estando os campos de estágio situados na área da saúde e da assistência social em instituições da Prefeitura do município de Juiz de Fora - MG. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão crítica da articulação entre teoria e prática no cotidiano⁵ do campo de estágio.

O curso de Serviço Social da FSS/UFJF têm como pré-requisito para o cursar o estágio as matérias de Oficina de Trabalho Profissional I, Oficina de Trabalho Profissional II e Oficina de Trabalho Profissional III, sendo as duas primeiras referente ao Estágio Obrigatório I e a terceira ao Estágio Obrigatório II. No que concerne a Oficina de Trabalho Profissional I, norteadora para a construção do debate aqui proposto, que apresenta em sua ementa: o debate da dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social, os conteúdos dessa dimensão na trajetória da profissão, bem como o instrumento técnico-operativo do Serviço Social. Estando em conformidade com o projeto de formação profissional para o curso, que visa proporcionar a capacidade teórico-metodológica e ético-política enquanto premissas essenciais para a execução das ações técnico-operativa (Iamamoto, 2014).

Deste modo, como salienta (Guerra, 2017), a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são constitutivas da ação profissional do Serviço Social, sendo fundamental compreender a unidade entre as dimensões e discernir que essa unidade não descarta as particularidades de cada uma. Portanto, os debates realizados na disciplina em questão não descarta a importância dessa compreensão, mesmo seu enfoque sendo a dimensão técnico-operativa, a transversalidades das três permeia todo o conteúdo.

Compreendendo a importância da articulação entre teoria e prática no cotidiano do exercício profissional, torna-se necessário ser fomentada e entendida já na experiência de estágio através da dimensão investigativa da profissão. Conforme Guerra (2017, p.66),

A dimensão formativa referenciada nas Diretrizes Básicas da Formação Profissional dos Assistentes Sociais brasileiros tem, dentre seus princípios organizativos, a articulação orgânica entre a dimensão interventiva e a dimensão investigativa.

⁵ “A vida cotidiana, esta vida de todos os dias e de todos os homens, é percebida e apresentada diversamente nas suas múltiplas cores e facetas [...]. A vida cotidiana é também vista como espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada (NETTO: CARVALHO 2012, p. 14).

Logo, o trabalho aqui proposto tem o intuito de refletir criticamente no que tange a relevância da articulação entre teoria e prática a partir da experiência de estágio, pois, como destaca a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, acerca dessa etapa da formação “[...] o princípio da unidade teoria-prática, na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, a evidencia como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis” (ABEPSS 2010, p.13).

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 O estágio curricular no curso de Serviço Social brasileiro

Como determina a Lei de estágio nº 11.788, que traz em seu art. 20 “O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”. O curso de Serviço Social tem um projeto de formação acadêmico-profissional, orientado pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, que expressa o projeto ético-político hegemônico, bem como o Código de Ética profissional do/a Assistente Social e a Lei nº 8.662 de regulamentação da profissão (Netto, 1999), assinalando a obrigatoriedade do estágio e que o mesmo seja supervisionado.

[...]que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, 2008, p. 2).

O curso de Serviço Social na FSS/UFJF, dispõe de um projeto pedagógico condizente com as diretrizes curriculares norteadora para a formação, tendo a supervisão de estágio como premissa fundamental da formação. O trabalho aqui exposto também é resultante desse processo de estágio supervisionado, o que reflete a sua eficácia e importância.

O estágio é um momento rico da formação que possibilita ao aluno ter um contato direto com a prática da intervenção profissional. Esse espaço é um momento de articulação dos conteúdos aprendidos durante a graduação e conseqüentemente da compreensão da relação entre teoria e prática. Entretanto, quando o movimento salientado não acontece, contribui para a falácia de que na prática a teoria é outra (Guerra, 2005).

Dessa forma, coloca-se como estratégia de uma experiência qualificada de estágio a articulação dos seguintes âmbitos da formação, isto é, "as oficinas e/ou laboratórios, o estágio e a supervisão, quando bem articulados na grade curricular, possibilitam

significativas trocas de experiências que compõe de maneira orgânica a formação dos alunos do Serviço Social" (PAULA, 2016, p. 177).

Outro apontamento que merece ser assinalado é a supervisão de campo, sendo um espaço destinado a estudos e momentos de reflexão, entre supervisor de campo e estagiário, oportunizando uma rica troca de experiências, visto que há o contato direto com determinado processo de trabalho onde o profissional está inserido (Iamamoto, 2009), bem como com as questões que os permeiam.

2.2 As dimensões da profissão e o exercício profissional

Para compreender a relação entre teoria e prática no campo de estágio, é necessário entender o papel das dimensões da prática profissional do Serviço Social, qualificando como elas se comportam no cotidiano profissional.

O Serviço Social possui diversas dimensões que se relacionam de forma dialética e constituem o exercício profissional. Uma delas é a técnico-operativa, que dentre várias atribuições, é responsável pelo “modo de aparecer” da profissão, caracterizando-a como profissão interventiva. Esta dimensão não pode ser vista de forma autônoma em relação às dimensões teórico-metodológica e ético-política, porque ela sozinha não é capaz de fornecer respostas qualificadas para a realidade social em que está inserida. Conforme aponta Santos (2013, p.26):

O exercício profissional configura-se pela articulação das dimensões, e se realiza sob condições subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas das sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam os diversos projetos profissionais.

As dimensões da profissão estão submetidas ao processo de totalização, não se correspondem como formas autônomas e só existem em relação umas a outras. A dimensão que dá o caráter da intervenção é a técnico-operativa, que está intimamente interligada a dimensão teórico-metodológica e ético-política. A dimensão técnico-operativa é responsável pela instrumentalidade da profissão, que possui a legitimidade social fornecendo respostas às demandas colocadas na realidade para estes profissionais, Santos (2013, p.26):

Nesta direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadores da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética.

Dessa forma, a conexão dessas dimensões tem como resultado o exercício profissional, portanto, não é possível que a atuação profissional se sustente apenas em uma de suas dimensões. Apesar da dimensão técnico-operativa estar mais próxima da prática

profissional, ela sozinha não é capaz de dar respostas qualificadas às diversas demandas da sociedade postas na realidade.

2.3 Relação entre Teoria e Prática

A formação profissional irá articular essas três dimensões ao longo da trajetória acadêmica de indivíduos com um perfil profissional capaz de fornecer respostas aos dilemas mais latentes de nossa sociedade. Desse modo, é imprescindível que este indivíduo possa articular seu arcabouço teórico desenvolvido na formação com as questões que estão postas na realidade, compreendendo que a teoria nada mais é que uma análise da realidade.

É importante compreender a unidade entre teoria e prática, reconhecendo que a mesma não descarta as particularidades de cada uma. Sendo a teoria o movimento de pensamento de compreensão da realidade, que fornece os subsídios necessários para a prática, ou seja, a fundamentação teórica que norteia a atuação e permite o entendimento dos processos históricos que perpassam as expressões postas à profissão. Como salienta Guerra (2005, p.11):

Teoria e prática, na abordagem marxista, como pólos opostos se confrontam a todo momento: questionam-se negam-se e superam-se, a ponto encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, teoria e prática mantém sua especificidade e autonomia. A teoria, nesta concepção, tem que ser vista como a crítica e a busca dos fundamentos.

Dessa forma, possibilita que o profissional crie estratégias e táticas para a sua atuação profissional, isto é, compreendendo seus limites e possibilidades dentro do espaço sócio-ocupacional que está inserido, usando de sua autonomia relativa para tal.

O assistente social mesmo inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tendo como matéria prima políticas sociais com enfoque distintos e se deparando com formas específicas de expressões da questão social, o trabalho possui os mesmos fundamentos, o que distingue são os diferentes processos de trabalho que os mesmos se inserem. Conforme lamamoto (2009, p. 33) pontua:

Não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhar. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado.

Portanto, os distintos processos de trabalho vão propiciar limites e possibilidades à sua atuação a partir da correlação de forças instituídas, entretanto, através da autonomia relativa existe a possibilidade do mesmo construir estratégias para a efetivação do seu trabalho.

Desse modo, no nosso cotidiano profissional é possível compreender a relação entre teoria e prática. Com os atendimentos aos usuários, é possível perceber as mais diversas expressões da questão social e através da dimensão teórico-metodológica, que é responsável por forjar todo o conhecimento teórico, possibilitando a compreensão da totalidade desses elementos, que irão influenciar na atuação profissional. Sem o conteúdo teórico, não é possível compreender, por exemplo, todos os elementos de opressão imputados às mulheres, como as duplas e triplas jornadas de trabalho, que muitas vezes agravam suas doenças e acidentes de trabalho. A teoria não é um manual para ser aplicado na prática, dessa forma, não chegamos ao campo de estágio esperando aplicar “na prática” o que foi visto na sala de aula. A prática é intrínseca a teoria, as duas não se separam.

A partir do momento que se tem uma clara compreensão da relação teoria e prática no cotidiano do exercício profissional, há possibilidade de uma atuação qualificada, com clara orientação ético-política. Segundo Barroco (2010), o cotidiano é constitutivo das sociedades, não sendo possível de ser eliminado, sendo dentro desse espaço que as ações acontecem, as expressões de nossas singularidades e vontades próprias, marcado pelo imediatismo e pela espontaneidade. Entretanto, encontra-se nesse cotidiano a probabilidade de suspensão, através do exercício da reflexão. Podemos citar como exemplo do exercício de reflexão nos campos de estágio é o grupo de estudos sobre alguns serviços ofertados pela rede socioassistencial e da saúde, proporcionando uma reflexão sobre os mesmos, e para além disso, as supervisões de campo feita periodicamente com as estagiárias, permitindo a troca de conhecimento sobre as leituras realizadas e as questões pontuadas durante as demandas atendidas. Dessa maneira, o cotidiano coloca para o profissional o tempo todo a necessidade de respostas imediatas, entretanto, os momentos de reflexão como apontado, permite a articulação entre teoria e prática, qualificando a atuação do profissional.

3.CONCLUSÕES

Como compreendido o cotidiano é então marcado por demandas e interesses contraditórios, mas se é possível a possibilidade de suspensão dos procedimentos próprios do cotidiano, o que possibilita a construção de uma intervenção profissional crítica. É por meio das dimensões que constituem o exercício profissional do assistente social que isso se efetiva, “essas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional” (SANTOS 2013, p.25), sendo uma delas a investigativa (pesquisa) que nos permite compreender situações concretas da realidade potencializando uma elaboração crítica a realidade posta, “a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional” (GUERRA, s.n, p.13). Sendo então a teoria

uma forma de apropriação do mundo nos permite desvelar as contradições do cotidiano, percebe-se assim então que a suposta hipótese de separação entre teoria e prática é um equívoco, pois elas possuem uma relação dialética entre si (GUERRA, 2006).

No campo de estágio também nos deparamos com os procedimentos próprios do cotidiano que segundo Guerra (2017) tem as seguintes características: heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade extensa. Essas características em muitos momentos cria barreiras para se refletir acerca da realidade posta, tanto no âmbito dos impactos da conjuntura brasileira sobre as políticas públicas - neste caso fala-se da política de saúde e assistência social - tanto no âmbito de reflexão sobre as condições de trabalho impostas aos profissionais como as condições de vida dos usuários atendidos, suscitando concepções equivocadas que levam as ações para o campo da imediaticidade e espontaneidade.

As supervisões de estágio tanto acadêmica como de campo são de extrema importância e precisam ter centralidade, pois são mecanismos de suspensão dos procedimentos próprios do cotidiano uma vez que dão subsídios para o planejamento da ação - a construção do plano de estágio onde se pensa as atividades a serem realizadas tanto em sala de aula como na instituição de campo de estágio - é um exemplo desse movimento de reflexão da realidade que nos proporciona conhecer o território de intervenção, os limites e possibilidades de ação, bem como refletir sobre os instrumentos e técnicas que serão utilizados para melhor responder às demandas postas no cotidiano do campo de estágio. “Os instrumentos e técnicas pertencem ao âmbito da operacionalização da ação. Eles são partes constitutivas do instrumental técnico-operativo” (SANTOS, 2013, p. 27).

Salientamos então que o estágio é um espaço de reflexão do exercício profissional que nos permite pensar sobre a política na qual se está inserido, nos proporciona a articulação com outras profissões por meio da experiência de trabalho em equipe, refletir sobre a relação dialética entre teoria e prática. Desse modo, sendo um rico espaço de troca de conhecimento e saberes entre supervisor de campo e discente que juntos podem refletir sobre as questões que perpassam a intervenção, assim como uma forma de contribuir para a formação continuada do profissional, efetivando a proposta do estágio de ser uma etapa de descobertas e possibilidades que contribui de forma muito relevante para a formação acadêmica.

Portanto os elementos aqui salientados quando acompanhados pela formulação de estratégias e táticas (PAULA, 2016) interligada com as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, permite pensar a ação profissional e a suspensão do cotidiano, mas é necessário compreender a unidade na diversidade (SANTOS, 2013) que as

dimensões trazem e seus desdobramentos no exercício profissional do Serviço Social. Sendo então a realidade campo de complexidades e contradições exige profissionais capazes de responder não apenas demandas postas, “mas que as compreendam nos seus significados sociais e que pela sua intervenção lhes atribua novos e mais críticos significados”(GUERRA, 2005, p.2).

Coloca-se então, fundamentalmente, a responsabilidade de uma formação social crítica que formem profissionais capazes de atuar sobre a realidade com claros compromissos com um projeto de sociedade anti-capitalista, é imprescindível afirmar o papel central da relação entre teoria e prática para nossa profissão, principalmente pelo caráter interventivo do Serviço Social. Sem uma teoria crítica, não é possível compreender a totalidade dos elementos, muito menos ter uma atuação qualificada para as demandas mais urgentes da população usuária dos serviços em consonância com o projeto ético-político da profissão.

“Enquanto unidade do diverso, teoria e prática se complementam. A prática e o conhecimento teórico, só podem ser alcançados a partir da aceitação dessa relação sujeito/objeto, da busca da unidade entre ser e pensar”.

Yolanda Guerra

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* - ABEPSS, 2010. Disponível em < http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf > Acesso em 22 de junho de 2019.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. - 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.
- BRASIL. *Lei de estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm > Acesso em 22 de junho de 2019.
- CFESS. Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Disponível em < <http://cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> > Acesso em 22 de junho de 2019.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Disponível em < <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf> > Acesso em 22 de junho de 2019.
- GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?” . 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas no Brasil, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. *Serv. Soc, Soc.*, São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social e Sociedade - direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. - 3. ed. - São Paulo : Cortez, 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região. Revista Conexão Geraes, nº3 Ano 2, 2º Semestre de 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na formação profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 248 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NETTO, J.P. CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. - 10. ed. - São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I - Brasília: ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Estratégias e Táticas: reflexões no campo do Serviço Social. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.

OFENSIVA DO CAPITAL E NOVAS DETERMINAÇÕES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: precarização, intensificação e proletarização

Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo¹

RESUMO

O texto refere-se aos resultados da pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduados da PUC-SP. O objeto é o processamento da ação profissional nas determinações do capitalismo contemporâneo, explorado a partir da tese da proletarização do trabalho do assistente social. O foco são as condições e as relações de trabalho que estão inseridos os profissionais nos serviços.

Palavras-chave: processamento da ação profissional, crise capitalista, trabalho em serviços, precarização, proletarização do trabalho.

ABSTRATC

The text refers to the results of the doctoral research carried out in the PUC-SP Postgraduate Program. The object is the processing of professional action in the determinations of contemporary capitalism, explored from the thesis of the proletarianization of the social worker's work. The focus is on the conditions and working relationships that professionals are inserted in the services

Palavras-chave: rocessing of professional action, capitalist crisis, work in services, precarization, proletarianization of labor.

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – campus Teófilo Otoni/MG. *E-mail:* mariaangelinacarvalho@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os traços centrais da pesquisa de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-graduados da PUC-SP, no período de agosto de 2014 a março de 2019. A pesquisa tem por objeto o trabalho do assistente social no capitalismo contemporâneo. O foco da análise são as condições e as relações de trabalho nos distintos espaços ocupacionais que formam o mercado de trabalho profissional nas áreas da assistência social, saúde, educação e do sociojurídico na cidade Teófilo Otoni – MG.

Nesses termos, considera-se, a partir de Antunes (2018), a hipótese de que o trabalho do Assistente social assume a forma da proletarização a partir de suas condições e relações de trabalho, sendo objetivado nas modalidades de contratação da força de trabalho com contratos temporários e precários, nas jornadas mais intensas e com exigência de significativo emprego de energias físicas e emocionais, nos salários baixíssimos, quase equivalentes a um salário mínimo, nas novas exigências de controle na gestão por metas. São processos que se movem dinamicamente e historicamente no mundo do capital e nos seus novos mecanismos de submissão e reprodução da força humana de trabalho.

Desse modo, consideramos a categoria *precarização* como determinação central à análise. Por isso, *precarização* é tomada na inter-relação com as categorias *informalidade*, *intensificação* e *proletarização*, como dimensões do mundo do trabalho sob a hegemonia do capital financeiro, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva que atingem todos os trabalhadores

A exposição consta de 1) A tese do processamento e proletarização do trabalho do assistente social. 2) O processamento e as expressões da proletarização do trabalho do assistente social no município de Teófilo Otoni – MG. 3) Considerações finais.

1. A TESE DO PROCESSAMENTO E PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A tese da proletarização do trabalho do Assistente social se apresenta como uma forma de explorar o processamento do trabalho do Assistente social, no âmbito

das condições e das relações de trabalho no contexto das configurações que se abrem com o acirramento da crise capitalista, a partir de 2008, e suas incidências na sociedade brasileira, no mundo do trabalho, nas políticas sociais e nos direitos.

O pressuposto é que o processo da crise capitalista introduz um conjunto de novas mediações à realização do trabalho profissional. Esse pressuposto está posto pela hegemonia do capital financeiro, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva; o que modifica profundamente o mundo do trabalho e a sociabilidade. Esses processos atingem o Serviço Social no acirramento da “*questão social*” e no engendramento de novas demandas sociais das classes, colocando novas e velhas requisições profissionais, modificando as condições em que se realiza esse trabalho nos termos das modalidades de contratação da força de trabalho do Assistente social e na forma de sua realização. O que se expressa no estabelecimento de um contrato de trabalho, na jornada, no salário, no controle e na intensidade do trabalho – caracterizando as funções e as atribuições profissionais no mercado de trabalho.

Entendo por processamento da ação profissional, ancorada em lamamoto (2008a, 2012), a forma com que se efetiva e se expressa o trabalho concreto, útil, realizado pelo Assistente social, determinado pelo reino social do valor de troca por meio do assalariamento. Assim, o trabalho profissional se efetiva por meio de diversas atividades, funções e atribuições institucionais – se efetivando no campo tenso e contraditório das demandas sociais das classes que disputam a direção social estratégica dessa especialização do trabalho coletivo no cotidiano de sua efetivação via prestação de serviços. Mas só se efetiva nas condições e nas relações de trabalho impostas pelo capital enquanto relação social de produção e reprodução. Nesses termos, é a síntese da forma como o Assistente social responde as necessidades sociais e, simultaneamente se reproduz como trabalhador assalariado. Em outros termos, o trabalho incorpora o processamento, ou seja, o trabalho em ação é o processamento.

Partimos da hipótese de que novas condições e relações de trabalho são configuradas, cuja tendência, ao nosso juízo, é de uma intensa precarização (Antunes, 2018), com registro de *mais trabalho* (Dal Rosso, 2008), com ritmos mais intensos de exploração e de alienação do sujeito que trabalha. Ao passo que paulatinamente se efetiva a incorporação das mesmas modalidades de consumo da força de trabalho profissional do mundo produtivo, como condições precárias, e insalubres, de trabalho, rotinas mais extensas, exigência de certa produtividade, baixíssimos salários, instabilidade, subcontratações, ou, em uma palavra, um segmento da classe

trabalhadora que caminha para o mais intenso empobrecimento, percebido amplamente nas condições objetivas e subjetivas de trabalho e de vida. Esse processo é para nós a expressão da proletarização do Serviço Social, colocada em todas as esferas de reprodução dessa força de trabalho, uma vez que se impõem não apenas novas rotinas de trabalho, mas também condições cada vez mais precárias e desumanas de reprodução dessa força de trabalho.

As condições materiais ou, como destaca lamamoto (2008a), os meios necessários à realização do trabalho profissional são precários, insalubres, escassos, insanos – o que pode ser associado a uma condição salarial extremante baixa, quase o equivalente a um salário mínimo, além de processos mais intensos de trabalho, sendo exigidos pela instituição ritmos que demandam maior emprego de força física, psíquica, emocional ou, como define Dal Rosso (2008, p. 23), a exigência de um “grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais”, que sugiro conceber o processo de realização do trabalho do assistente social na atualidade, como proletarização.

O que é impulsionado pelo acirramento da crise capitalista contemporânea e de suas incidências no mundo do trabalho. Para expor teoricamente a pauperização das condições de trabalho do profissional em graus tão acentuados, deve-se diferenciar essa força de trabalho dos proletariados dos primórdios do capitalismo, como lembra Antunes (2018). Para o autor, a proleterização deve ser tomada em seu sentido amplo, como forma de caracterizar os trabalhadores assalariados mais empobrecidos que o capitalismo continuamente produz.

Convém destacar que proletarização, de acordo com o dicionário Houaiss, significa o ato ou efeito de proletarizar-se. Etimologicamente essa expressão vem do latim *proles*, ou seja, cidadão de baixo poder aquisitivo, classe empobrecida. Nessa linha de argumentação, Antunes (2018) elucida que é correto utilizar a expressão proletarização para os trabalhadores de serviços pelas novas modalidades de utilização dessa força de trabalho, marcada pelos processos constantes de estabelecimento de rotinas e controle do trabalho com vistas a uma maior produtividade, com sérias consequências para a subjetividade e para a qualidade de vida dos trabalhadores, produzindo, além da sobrecarga de trabalho, adoecimentos constantes. Para o nosso autor, esse é um modo de proletarização do trabalho, no qual a precarização total tem sido a expressão global do mundo do trabalho. Acrescentamos que não podemos esquecer que a expressão *prole* originalmente diz

respeito a um conjunto de descendentes de um casal, sempre numeroso e em condições precárias de vida. Ou seja, uma família com muitos e com poucas condições para mantê-los. Nessa ótica, Antunes (2018) destaca que apenas uma pequena diferença pode se registrar nessa acepção, o fato de que o trabalhador/a de serviços não tem condições hoje de construir uma prole tão numerosa como nos primórdios do capitalismo. O que é determinada pelas novas modalidades de trabalho a que são submetidos os trabalhadores, como a incerteza permanente se haverá ou não emprego da sua força de trabalho e, se houver, as condições são do trabalho temporário, terceirizado e sem estabilidade e que não permite ao/a trabalhador/a planejar a vida reprodutiva.

Chegar a essas conclusões parciais acerca do processo de realização do trabalho do assistente social na contemporaneidade foi um processo em movimento, tanto que a possibilidade de uma aproximação ao processamento do trabalho do Assistente social foi conduzida tendo em vista os estudos sobre as mudanças do mundo do trabalho. Autores como Antunes (2008, 2018), vêm descortinando tais alterações, a fim de caracterizar o trabalho que domina o tempo presente, cuja tendência é a de um mundo precário em escala global, com o crescimento expressivo do trabalho em serviços como manifestação do movimento da reestruturação produtiva no circuito da hegemonia do neoliberalismo em tempos de crise estrutural do capitalismo e da predominância do capital financeiro. Como partes constitutivas do mundo do trabalho, estão presentes, como destaca Antunes (2018), a informalidade e a imaterialidade. A informalidade enquanto novas mediações processadoras de contratação e regulamentação da força do trabalho, uma das estratégias de condução à precarização, à intensificação e a proletarianização do trabalho. A imaterialidade, enquanto traço de uma das tendências do capitalismo contemporâneo (de uma maior intelectualização do trabalho), engendra um novo segmento do proletariado de serviços. Com esse advento, ou com aquilo que o autor denomina de industrialização dos serviços, a classe trabalhadora se amplia no vasto leque de assalariados improdutivos que vivem em situações de vida e de trabalho com

clara similitude com as aquelas experimentadas pelos trabalhadores produtivas/as.[...] Portanto, a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX. (ANTUNES, 2018, p. 89)

Essa nova morfologia do trabalho reconfigura a classe-que-vive-do-trabalho em trabalhadores precários, parciais, temporários, subempregados, informais e desempregados. É nesse mundo do trabalho, no mundo do trabalho comandado pelo

capital, que a análise do processamento do trabalho do Assistente social se desenvolve, conforme concebe Raichelis (2018), em sua “nova morfologia do trabalho no Serviço Social”. Essa nova morfologia expressa não apenas a condição de trabalhador do Assistente social, como a introdução das novas mediações de reprodução dessa força de trabalho especializada no mercado.

Assim, a categoria precarização assume centralidade na análise do processamento do trabalho na sua inter-relação com as categorias *informalidade*, *intensificação* e *proletarização*. A utilização dessas categorias não é aleatória, pois considera o trabalho na sua materialidade e imaterialidade (Cf. DAL ROSSO, 2008; ANTUNES, 2018) como uma das características fulcrais do capitalismo contemporâneo. O que para Dal Rosso (2008, p. 29) é a expressão de características distintas de outras épocas. “Entre elas, sobressaem os fatos de que o emprego está cada vez mais concentrado em atividades de serviços e que componentes da imaterialidade transforma o trabalho industrial”. Os serviços e a natureza deste trabalho são polêmicos, remetem ao debate do trabalho produtivo e improdutivo em Marx, o que não é consenso inclusive na própria tradição marxista. Para Rubin (1987, p. 277), o debate do trabalho produtivo “está cheio de desacordos e confusão conceitual [...] entre marxistas como entre estes e seus adversários”. No entanto, nos adverte lamamoto:

no âmbito dos serviços, a produção capitalista era reduzida a um grau mínimo na época de Marx, apresentando-se, de modo muito limitado, quando comparada com a produção material, algo distinto do que ocorre na atualidade com o crescimento dos serviços sob a órbita do capital. (IAMAMOTO, 2008a, p. 87)

Contudo, esse debate, como lembra lamamoto (2008a), não pode ser realizado separadamente da existência do seu prestador, ou seja, do trabalhador, pois “a produtividade do capital é a expressão da força produtiva social do trabalho e das condições de seu desenvolvimento, que aparecem como obra do capital contra o trabalhador” (IAMAMOTO, 2008a, p. 72). Acrescenta a autora que, com “o caráter cooperativo do trabalho e o produto comum de um trabalhador coletivo, amplia-se, por um lado, a noção de trabalho produtivo e de seu portador” (IAMAMOTO, 2008a, p. 73).

Nesse sentido, o Serviço Social enquanto profissão de serviços, ou participante do mundo capitalista dos serviços, é concebido como parte do trabalhador coletivo. Os serviços comportam tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivos, independentemente da materialidade do produto -, considerando que o resultado final ou o seu produto é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo. Essa concepção de trabalho cooperado, combinado e coletivo está presente tanto em lamamoto

(2008a), como em Antunes (2008, 2018). Desse modo, o Assistente social, como membro do trabalhador coletivo, é um sujeito profissional que está submetido a todas as mudanças que envolvem o processo de compra e venda da força de trabalho.

A precarização do trabalho como regra (ANTUNES, 2018) é a expressão de um processo que se acentua sob a égide da acumulação flexível, que rompe com a lógica de empregos estáveis e com direitos sociais e trabalhistas. Enquanto processo, a precarização se manifesta em todas as dimensões do mercado de trabalho, assume feições na informalidade, na intensificação, na terceirização, na sonegação dos direitos dos trabalhadores e no aniquilamento de condições mínimas e civilizatórias necessárias à realização do trabalho nesta sociedade.

Raichelis (2018) considera que o Serviço Social, enquanto um trabalho em serviços, é uma expressão do trabalho coletivo social na sociedade do capital, que, por sua vez, tanto nos espaços públicos como privados, “se observa a maior e mais ampla precarização e intensificação do trabalho, cujas atividades são mais desvalorizadas, com valor agregado menor e mais baixos salários” (RAICHELIS, 2018, p. 59). Ao mesmo tempo, e como parte desse processo, os Assistentes sociais presenciam assédio moral, desgaste mental, sofrimentos e adoecimentos oriundos das novas formas de gestão e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. O Assistente social sofre todos os impactos do mundo do trabalho e de suas metamorfoses que degradam a cada dia o trabalho assalariado.

Sobre a questão do assalariamento como núcleo central à análise do trabalho do Serviço Social, no marco do projeto ético-político, é necessário, como elucida Iamamoto (2008a, p. 417), considerar as determinações da dupla dimensão que assume o trabalho na órbita do capital – do trabalho concreto e abstrato, assim como

Romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do Assistente social como vieses ora fatalistas, ora messiânicos tal como se constata no cotidiano profissional [...]. As primeiras superestimam a força e a lógica do comando do capital no processo de (re)produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades. Com sinal trocado, no viés voluntarista, a tendência é salientar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão, deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional, que passa ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *scritto sensu*. (IAMAMOTO, 2008a, p. 417).

Desse modo, o tema do processamento do trabalho do Assistente social, de reconhecida importância para a categoria profissional, tem sido objeto de estudo e de debate no universo do Serviço Social. No entanto, torna-se um desafio permanente avançar em leituras do trabalho do Assistente social no seu cotidiano, nos distintos espaços ocupacionais que tome por objeto o conjunto de atividades, as ações e

tarefas executadas pelos profissionais diariamente como expressão do trabalho concreto e do trabalho abstrato. Elementos que Iamamoto (2008a) vem colocando como necessários à leitura da profissão em tempos de privatização do Estado, do desmonte das políticas públicas, do acirramento da “*questão social*”, da flexibilização da legislação protetora do trabalho – tempos esses em que, como lembra a autora, a sociabilidade sob a hegemonia do capital fetiche conduz de forma acentuada a invisibilidade do trabalho e a radicalização da alienação.

Para compreender as expressões da proletarização como tendência no mercado de trabalho do Assistente social, apoiada em Iamamoto (2009b, 2008a), concebo os espaços ocupacionais de naturezas diversas, formados por diferentes empregadores, e que passam a delinear as funções, as atribuições e as formas de contratação e consumo da força de trabalho profissional interferindo no “processamento do trabalho concreto cotidiano e seu significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregna essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2008a, p. 40). É importante frisar que os espaços ocupacionais têm raízes nos processos sociais da acumulação capitalista e de suas novas exigências e necessidades. Os espaços ocupacionais “refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção [...] que potencializam a produtividade e a intensificação do trabalho”. (IAMAMOTO, 2009b, p. 343).

2. O PROCESSAMENTO E AS EXPRESSÕES DA PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI – MG.

A análise do processamento do trabalho do Assistente social em suas relações e condições de trabalho, teve por base empírica o mercado de trabalho no município de Teófilo Otoni, no nordeste do estado de Minas Gerais. Teófilo Otoni está localizada no Vale do Mucuri, estabelecendo fronteiras com o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Rio Doce. O mercado de trabalho e a geopolítica econômica e cultural da região, onde atuam os Assistentes sociais, estão inseridos na moldura das particularidades que envolvem tanto o mundo do trabalho como as configurações do capitalismo brasileiro. É a partir dessa determinação que os trabalhadores Assistentes sociais se constituem e se posicionam na divisão do trabalho no município, na processualidade que

envolvem tanto aspectos históricos como contemporâneos na ciranda da produção e da reprodução social.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, do estado de Minas Gerais, a taxa de urbanização do município de Teófilo Otoni, até o ano de 2017, era de 84,47%, o que sugere que a população rural pode ser estimada em 15,53%. De acordo com o IBGE, no ano de 2016 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos, e a população ocupada total era de 19,4%, ocupando, entre os municípios de Minas Gerais, a posição de 853º lugar – na microrregião a de 13º, e no país a de 5570º. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa representavam 38,1% do total. Registra-se ainda 77,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, indicando que 22,9% da população ainda não dispõe desse serviço.

O número de empregados no setor formal, considerando a população na faixa etária de 16 a 64 anos é de 26,10%, ou seja, inferior a 30% da população. Os dados da Fundação revelam ainda que o número de empregados formais no setor de atividades primárias, no qual uma pessoa pode ocupar mais de um posto de trabalho, é de 875 pessoas. Nesse contexto registra-se que no setor formal da indústria extrativa mineral os números de trabalhadores são de 45 pessoas; nos serviços industriais de utilidade pública, 458, indústria da construção civil, 1.859 e no comércio, 8.816. Os empregos do setor formal se concentram no trabalho em serviços, atingindo o quantitativo de 12.594 vagas. O rendimento médio per capita no setor formal chega a R\$ 317,22. O percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação é de 5,15%. E o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever é de 2,27%.

Esses dados são alguns dos indicadores que nos ajudam a construir e a reconstruir teoricamente o Vale do Mucuri e o município de Teófilo Otoni em seu processo de constituição e desenvolvimento. O que obviamente não está deslocado da trama das relações sociais capitalistas e de seus processos particulares em cada região globo, especialmente intensificados nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, combinando o forte cariz conservador no plano político cultural das elites locais e, simultaneamente, a incorporação das relações sociais modernas de exploração da força de trabalho em vigor no mundo do trabalho. Percebe-se que Teófilo Otoni não foge à regra, como expressado nos indicadores sociais de disparidade econômica, política e cultural, e que certamente se expressam nas discriminações étnico-raciais e de gênero, na defesa do meio ambiente, nas

expressões culturais etc, reunindo todos os conflitos que as relações sociais baseadas na exploração da força de trabalho são capazes de gerar. É nesse universo que se constitui um mercado de trabalho para os Assistentes sociais, considerado relativamente jovem em sua expansão na região, dada da segunda metade da década de 2000.

Identificou-se que o mercado de trabalho do Assistente social no município de Teófilo Otoni - MG é constituído por 103 profissionais e 44 espaços sócio-ocupacionais, nas áreas da Assistência Social, assessoria e consultoria, educação, Previdência Social, saúde e sociojurídico. Os agentes empregadores na sua maioria são do setor público, o que corresponde 77% do mercado de trabalho, cuja maior concentração dos espaços e vagas de emprego está na Prefeitura Municipal; os outros 23% estão instituições privadas (7,6%) e instituições filantrópicas (15,4%). Dos 103 Assistentes sociais, apenas 47 participam (45,7%), participam da pesquisa, na sua grande maioria trabalhadores da área da Assistência Social – que é também a área com maior número de vagas de emprego no município.

Quando o perfil sociocultural que configura dos assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho destaca-se a predominância do gênero feminino (89,4%), verificou-se que 34% dos participantes concentram na faixa etária que vai de 34 a 38 anos. Com relação à pertença étnico-racial, a maioria, 48,9% declaram ser parda. A modalidade de graduação em Serviço Social 89,4% obtiveram está a presencial e em instituições privadas (76,6%), cujo ano de formação está concentrado na década de 2000 (72,3%). É possível identificar que 83% possuem pós-graduação *lato sensu* com destaque para a área da gestão social. Quanto as condições de trabalho 70,2% são contratos temporários estabelecidos para o período de 12 meses. Nos chama atenção que 78,8% dos profissionais não possuem acesso a linha telefônica nos seus espaços de trabalho. Quanto as instalações físicas 57% divide a sala com outros profissionais.

Nesse universo, nos chamou a atenção a discrepância da questão salarial entre as áreas. Os salários altos estão entre os técnicos do Ministério Público, docentes na Universidade Federal e no INSS, embora, no caso deste último espaço, não represente o salário base, e sim o seu incremento pelas incorporações e lógica de produtividade. Essa disparidade salarial, que pode chegar a quase dez salários mínimos, se mostra relativamente alta se considerarmos que os trabalhadores da política de Assistência Social e saúde recebem praticamente o salário mínimo em vigor. Essas discrepâncias expõem um mercado de trabalho em sua condição salarial heterogênea e complexa, criando uma espécie de “elite” dos trabalhadores no

mercado. Nos parece que a política de Assistência Social se torna o emprego, para usar uma expressão de Sposati², “a prima pobre” do mercado, embora se observe que todos os trabalhos estejam amplamente conectados e, em alguns casos, dependente dessa área setorial; justamente onde estão as piores remunerações e a maior possibilidade de tensionamento da relativa autonomia profissional, com maior pressão e controle do empregador sob o trabalho, dada a sua modalidade de contratação por meio de contratos temporários de trabalho.

No decorrer dos depoimentos colhidos, observou-se que a tendência de contratos temporários e as subcontratações realizadas pelo mesmo empregador – direcionado a atividade para outros serviços sociais, dentro da própria área setorial – tendência latente, também, na política de Assistência Social. Identificou-se ainda a contratação do profissional para ocupar a função de coordenação do serviço e para exercer a função de Assistente social. Formas de burlar a legislação e economizar na contratação de trabalhadores, acentuando o traço da precarização na profissão. O que passa a ser presenciado no cotidiano da sua reprodução no mercado. Além disso, é possível observar o número reduzido de profissionais concursados, com vínculo mais estável e duradouro no mercado.

Frente a esses aspectos, identifico a informalidade do trabalho, mediante a ruptura com laços formais de contratação e regulação da forma de trabalho, conforme concebe Antunes (2018), embora relatem os profissionais receberem o pagamento do décimo terceiro salário e o direito a férias remuneradas, mesmo assim, a informalidade não deixa de ser um lastro presente no mercado de trabalho que emprega os Assistentes sociais, como tendência. O que é determinado pela contratação temporária de 12 meses.

Outro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito ao Ministério Público, com o encerramento de concurso público para a equipe técnica da instituição onde localiza-se o Serviço Social. O que indica, de um lado, uma sobrecarga de trabalho para os trabalhadores que permanecerem até a sua aposentadoria, apontando para uma possível forma de terceirização da força de trabalho num futuro próximo. Processo que sem dúvida envolve muitos desafios; conforme vem revelando Antunes (2018), tal fato se dá como uma espécie de regra para o mundo do trabalho. De outro lado, identificou-se no INSS já um movimento da instituição de “sedução” de seus

² Refiro-me aqui à produção da professora Aldaíza Sposati sobre a política de Assistência Social no âmbito da seguridade pública brasileira, no contexto dos embates e resistências ao reconhecimento da Assistência Social enquanto política de Seguridade Social.

trabalhadores para a adesão ao teletrabalho e/ou *home office*, o que tende a envolver o Serviço Social nesse espaço ocupacional, visto que se destina para todos os servidores. O que está associado a uma utilização mais intensa da tecnologia da informação e à maior fragmentação dos processos de trabalho. Sobre o processo de produção de mercadorias em seu sentido amplo, Antunes (2018) destaca que fica evidente a sua metamorfose a partir da introdução do universo informacional-digital, mostrando mais uma vez que, para tal, é imprescindível o emprego da força humana de trabalho, bem entendido, em escala mais reduzida e precária. Por isso, adverte o autor que, para se pensar a classe trabalhadora hoje, deve-se englobar a totalidade dos assalariados, que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, observou-se que, entre as principais requisições profissionais, está o atendimento emergencial às demandas sociais e o encaminhamento da população usuária para a rede de atendimento. Uma rede que é deficitária e carente de investimento e de financiamento público, expressando a própria precariedade da política social. Ao mesmo tempo em se observa que o atendimento mais pontual às demandas sociais é determinado por um fluxo mais intenso de requisições tanto do usuário quanto da instituição – o que sufoca ainda mais o trabalho e impossibilita que frentes de trabalho direcionado ao processo de reorganização e educação popular se mostre quase inexistente para além daquelas institucionalidades do empregador. Ao mesmo tempo, outras requisições, como as burocráticas, se tornam mais frequentes no cotidiano profissional. O que também é facilitado pela sobrecarga de tarefas e atividades, além do escasso recurso humano para operacionalizar o trabalho.

Vale considerar que as mudanças no mundo do trabalho e suas manifestações no mercado profissional, além de precarizarem e intensificarem os processos de trabalho, interferindo nos resultados, também provocam adoecimentos e estresses nos trabalhadores, atingindo a sua saúde física e psíquica -, processos também identificados na pesquisa.

É possível constatar que a jornada de trabalho, em seus componentes de duração e intensidade, nos termos de Dal Rosso (2008), embora se registre uma carga de 30 e 40 horas de trabalho, tende a ser sobrecarregada de atividade e tarefas a serem cumpridas. Nesse bojo, a questão da presença de mais de um vínculo de

trabalho ou função leva os profissionais a realizarem até 50 horas semanais. São condições objetivas para elevar a renda mensal. É importante destacar que muitos profissionais identificaram a proletarização do trabalho nas suas condições salariais e nas precárias condições de infraestrutura, o que impacta diretamente no processamento do trabalho no tempo presente de “devastação do trabalho” (ANTUNES, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François, O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.) *A finança mundializada: raízes e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. In: Revista Em Pauta. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21. Rio de Janeiro, 2008b.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do Assistente social em questão*. 1ª edição ampliada. Brasília, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; V. ALBUQUERQUE (Orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, 2018.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria do valor*. Editora Polis: São Paulo, 1987.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA - PARADIGMA NA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊSA PARTIR DOS ANOS SESENTA?

Maria Emília Ferreira¹

RESUMO: lamamoto concebe o espaço profissional como *produto histórico* segundo as vertentes endógena e exógena. Na primeira sintetizamos as condições sociais e políticas das décadas em que o desenvolvimento comunitário se torna em Portugal uma estratégia de aceleração do desenvolvimento. Do ponto de vista endógeno confrontamos o estado da formação e o seu estatuto, os condicionalismos legais/institucionais e os espaços profissionais na emergência do trabalho colectivo como expressão da ligação profissional-população. Procuramos indícios do movimento de reconceituação nas mudanças operadas, na expectativa de que os ventos que atravessaram o Atlântico tenham contribuído para corporizar desejos e vontades próprias.

Palavras chave: Serviço Social, Desenvolvimento; Desenvolvimento Comunitário e Intervenção.

ABSTRACT: As a result of participation in the research project in which integrates the present Symposium, this work has as its theme the Community intervention in Portugal considering the status quo of Social Service intervention in the context of the years 60. External influences and internal dynamics have made this decade that where germinated ideas, changes, actions that have changed the face of the profession. We put the particularity of the emergence of community work in the other changes, such as collective expression and influence of reconceituação movements whose winds across the Atlantic came to us, strengthening and helped the embodiment wishes and wills of their own.

Key words: Social Work; Reconceptualisation; Social development; Community intervention.

1. INTRODUÇÃO

“ser o trabalho social tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam” (lamamoto, 2009, 344)

Este trabalho integra-se na participação no projeto *Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Movimentos Contestatórios na Europa e América do Norte*. Tem como objeto o desenvolvimento comunitário enquanto estratégia de intervenções social e a participação do Serviço Social (SS)² no planeamento e implantação de projetos que entre os anos sessenta e o 25 de Abril de 1974 ocorreram em território

¹1 Docente e directora licenciatura em Serviço Social na Universidade Lusófona do Porto, Doutorada em Serviço Social pela PUC-SP, m.emiliaferreira@ulusofona.pt Eixo Serviço Social e movimentos internacionais: Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e movimentos contestatórios na Europa e América do Norte

²Neste trabalho utilizaremos no geral a sigla SS para Serviço Social, exceto em títulos citações e na bibliografia.

continental. Considera-se, como hipótese, que esta experiência faz parte da mudança de paradigma vigente na formação e na prática do SS português. Será esta nova forma de intervenção uma reacção ao *status quo* da intervenção profissional durante as primeiras décadas da sua existência marcada pela perspectiva do SS individual conservador e assistencialista? Até que ponto tal significa a ruptura com o passado? Poder-se-á justificar a mudança como influência do movimento de reconceitualização da América Latina? Quais as dimensões da mudança?

Norteados pela epígrafe, qual mote deste trabalho, e perante os indicadores económicos e sociais de pobreza analfabetismo e desinvestimento no território, numa breve leitura histórica enquadrámos o desenvolvimento comunitário no contexto do Estado Novo e das suas políticas. Através das narrativas da época contextualizamos alguns projetos postos em ação e os diferentes atores neles implicados. Nesta intenção analisamos o livro '*Seminário de estudos sobre desenvolvimento comunitário de 1965*' e outros textos da época, o que permitiu sistematizar elementos produzidos na década de 1960 como ilustração da formação direcionada ao planeamento e prática do desenvolvimento comunitário, e a vivência experiencial dessa realidade. Finalmente através da recolha e análise documental (planos de estudo, programas de disciplinas, e outros documentos da formação da década)³ procuramos entender como se envolveu o SS e o que significou esta nova estratégia para a formação e profissão. Confrontamos assim tanto o tempo histórico da ocorrência quanto o *tempo do discurso* ou seja a forma como os acontecimentos vividos se constituem em narrativas⁴.

2. BREVE ENQUADRAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DA ÉPOCA

Os promissores anos sessenta – continuidade ou ruptura?

A “sensação de imobilismo” (Barreto, 1996, 11) das primeiras décadas do Estado Novo, no período entre as duas Grandes Guerras, deve ser vista como uma questão de ritmo e direção da mudança. Em Portugal essas décadas foram de implantação do sistema político-legal que permitiu a afirmação da linha ideológica, programática e repressiva do Estado Novo, o que, simultaneamente, significou o distanciamento político e social dos países da Europa Ocidental.

Como desígnio europeu, no pós 2ª Guerra Mundial, os países reconstruíam-se, renovam ou afirmam sistemas democráticos privilegiando o desenvolvimento e as condições de vida das

³ Documentos do então Instituto de Serviço Social de Lisboa, primeira Escola da formação em Serviço Social.

⁴ Não sendo o tema inteiramente novo, foi sendo aflorado já em vários estudos, alguns ao nível de mestrado, ele não constituiu em qualquer deles a centralidade enquanto objeto de pesquisa.

populações. No domínio político é a democracia ea afirmação da cidadania e dos direitos humanos, no social a emergência do estado-providência como garante dos direitos e do bem-estar. Enquanto isso Portugal, em contramão, sofre a ditadura cujos efeitos se reflectem na pobreza e precariedade, na ausência de sistemas estatais de referência, no desinvestimento na educação, na repressão como forma de controlo da vida dos cidadãos que permanecem sem garantia de direitos e sem voz. É por esta altura, que timidamente se anuncia uma política de desenvolvimento.

“A explicitação de objectivos de desenvolvimento surge apenas na década de sessenta, com a experiência dos Planos de Fomento. Antes dos Planos de Fomento, os primeiros vinte e cinco anos do Estado Novo tiveram como única preocupação a administração do território, entendida em sentido restrito. Os vinte anos que se lhe seguiram são a projecção, em Portugal, das preocupações de planeamento indicativo que surgiram na Europa, na sequência dos esforços de reconstrução do pós-guerra.” (M. B. A. In Rosas, Brito, 1996, p. 257).

Os anos sessenta significaram a continuidade política, na governação na censura e perseguição por ideias e práticas políticas. Porém, do ponto de vista económico e social a década não pode ser entendida como um tempo monolítico, nem de sentido único. Se “a industrialização e a terciarização conhecem fortes impulsos (...) se o “produto interno cresceu a taxas inéditas” levando a considerar “a década de ouro do crescimento económico” (Barreto, 1996,17), não é menos certo que a desertificação do interior tem aqui a grande marca na fuga do campo para a cidade, nos movimentos migratórios intensos e clandestinos rumo à Europa. É a fuga da miséria do analfabetismo mas igualmente da contestação, e da não adesão à política interna e colonial.

Com efeito, do ponto de vista político a década marca o início da luta pela independência dos povos em regime colonial. Esta situação, que arrasta para a guerra a população masculina jovem, e as alterações do emprego particularmente pela via da terciarização da economia, viria facilitar uma maior integração do trabalho feminino. Deste modo também a mulher em situação de grande subalternidade perante o homem, usufrui nesta década de oportunidades de inserção laboral não verificadas até então.

Portugal à época país católico, como expressão da vontade política e da prática generalizada da população, recebe sem entusiasmo oficial quer as novidades do Concílio Vaticano II na abertura da Igreja ao mundo (na renovação e modernização, na aproximação entre a hierarquia da Igreja e os fiéis) quer a Encíclica *Populorum Progressio*. Publicada nessa sequência de acontecimentos, reconhecendo a universalidade da questão social e a urgência do agir sobre ela, trazendo à luz a questão da colonização, dos desequilíbrios internos dos países, das aspirações dos homens, considerando o desenvolvimento como o novo nome da paz e os povos atores e primeiros responsáveis do desenvolvimento, a Encíclica não agradou a Salazar que fez retardar a sua tradução e publicação em Portugal.

Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida a cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão; que a fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado que a educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento. (Encíclica *Populorum Progressio*, 1967).

Mesmo assim num país amordaçado ela foi fonte de inspiração estudo e debate dos grupos de católicos progressistas, que a Igreja já não conseguia controlar, e de grupos profissionais que a tomaram como um quase manual para a intervenção e desenvolvimento comunitário. E, mesmo sem questionar premissas fundamentais para a Igreja como a família a propriedade privada, o papel dos dirigentes, apesar disso a Encíclica, com todo o peso que nem mesmo a Igreja em Portugal podia ignorar, foi uma lufada de ar fresco⁵.

Os Planos de Fomento – expectativa e frustração

A pobreza e o subdesenvolvimento da sociedade portuguesa não foi uma questão assumida pelo Estado Novo, até que na década de 1950 ela extravasa fronteiras com reflexos negativos. Tão pouco a sociedade a ela reagia

“A ausência de um debate aprofundado sobre este problema pode ser explicado pelo contexto de repressão social existente, mas igualmente por alguma acomodamento da sociedade, habituada desde sempre a conviver com a realidade da pobreza.” (...) “A partir dos anos 50, quando a nível mundial a questão da pobreza ganha uma maior dimensão e visibilidade, verifica-se uma inversão no discurso oficial do regime que passa a incorporar explicitamente preocupações de índole social, ainda que sem referências explícitas à própria existência de situações de pobreza. Estas preocupações são assumidas fundamentalmente ao nível do processo de elaboração e discussão dos Planos de Fomento” (C. F. In Rosas, Brito, 1996, p. 742)

O I Plano de Fomento (PF)⁶(1953-1958), assenta “fundamentalmente na compatibilização de um conjunto de investimentos considerados estratégicos (para) agricultura, indústria, transportes e comunicações e escolas técnicas” (C. F. In Rosas, Brito, 1996, p. 740). O II PF (1959-1964) mantendo no essencial as premissas anteriores apresenta como objetivo pela primeira vez acelerar o crescimento do PIB a melhoria do nível de vida e a resolução dos problemas de emprego. Em 1965 surge o Plano Intercalar (1965-1967) que introduz questões ligadas à guerra colonial e aos movimentos para a integração económica europeia. Como inovação a visão de conjunto da economia e uma maior preocupação social com a repartição mais equilibrada do rendimento, e a inclusão da saúde, habitação e condições de vida da população. No III PF (1968-1973) constata-se o aprofundamento das mudanças já iniciadas a que se acrescenta “a correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento” (C. F. In Rosas, Brito, 1996, p. 740)..

⁵Nos anos sessenta organizações de índole Católica⁵ como a Caritas divulgaram em Seminários e grupos de estudo com profissionais e leigos. Refiro a experiência vivida na Caritas Diocesana de Lisboa sob a direção da sua presidente e orientação da assistente social coordenadora do Serviço Social.

⁶PF – sigla para Planos de Fomento

A história dos PF termina aqui uma vez que no final da década o acidente e morte afasta Salazar do poder. O IV PF (1974-1979) explicitando o desenvolvimento local e o ordenamento do território, já com Marcelo Caetano, não chega a ter expressão pela nova conjuntura da Revolução de Abril de 1974. A partir daí como dirá Barreto a sociedade estava pronta para a mudança.

“Com todo este ambiente económico, social e cultural, com largas aberturas ou brechas, numa sociedade tradicionalmente fechada e controlada; e com três guerras coloniais simultâneas a condicionar as escolhas e todas as políticas, as pressões liberais sobre o sistema político não se fazem esperar. As tentativas de controlar a evolução inevitável e a oposição às transformações de nada servirão: a sociedade já mudou demais.” (Barreto, 1996, 17-18).

A análise atenta de documentos da época torna claro que os PF surgem como resposta do estado ao fraco desenvolvimento da economia, não se traduzindo em medidas concretas de combate à pobreza, pois ainda que o objectivo de ‘melhoria da vida das populações’ aparecesse explicitado em todos os Planos elaborados a partir de 1959, a sua concretização foi sempre relegada para um plano secundário, subordinada ao objectivo de crescimento económico” (C. F. In Rosas, Brito, 1996, p. 742). Em suma, nenhum dos PF tem como intenção o desenvolvimento local ou comunitário. Isso mesmo é reconhecido

Muitas das propostas contidas nos Planos de Fomento diluem-se nas estruturas administrativas de execução” “Existiu um desnível notório entre o Plano (o seu discurso, a sua lógica) tal como foi percebido e prosseguido pela estrutura técnica de planeamento e a realidade política, incluindo os governantes, cada vez mais avessos a aceitar o plano em áreas que interferissem com a sua esfera de intervenção” (Silva, citada por C. F. In Rosas, Brito, 1996, p. 741).

São ospequenos grandes poderesque, adulterando alguns dos princípios constituem entraves na fase de operacionalização dos PF.

3. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – POTENCIALIDADES E CONTRADIÇÕES

O conceito de desenvolvimento e mais ainda o de desenvolvimento comunitário não foram pacíficos. O tema começa a ser sinalizado no final da década de 40.

“1948-1950 é que o D. C, já então designado como tal, passou a ser mais amplamente conhecido entre os economistas, mas sempre encarado com muito cepticismo e tido como técnica útil apenas para os casos particulares das economias tropicais asiáticas e africanas, e julgado mais bem um tema da Sociologia que da Economia (Sousa, 1963, 114)

Nas condições da Europa no pós 2ª Guerra o escasso conhecimento tornou imperioso o seu estudo, assim

Em 1959, com a cooperação do governo inglês, realizou-se em Bristol um ciclo de estudos sobre «Desenvolvimento Comunitário e os serviços sociais nas regiões urbanas» (Sousa, 1963, 117), e na mesma reocupação, “em Junho de 1958 realizou-se, sob os auspícios do governo da Região da Sicília e da Comissão Económica para a Europa, um Ciclo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário nas regiões-problema da Europa (Sousa, 1963, 115)

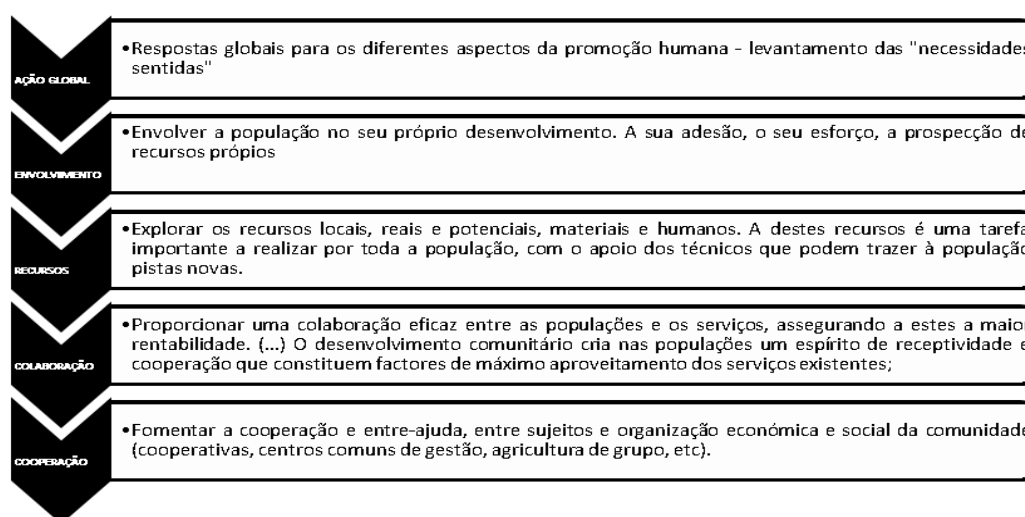
Esta orientação de 1958 e a actividade onde se insere é demonstrativa do interesse que o desenvolvimentolocal (ou comunitário) tinha já despertado em alguns dos países, particularmente na época do Plano Marshall para a reconstrução da Europa. Perante estes estudos em 1965 havia já algum conhecimento, por isso em Portugal os grupos de planeamento e de terrenotomaram como referência a definição proposta pela ONU.

«O desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País. (Seminário Palermo 1958)

Os motivos aduzidos por Silva (no final do ponto anterior), poderão ter sido em Portugal a razão que levou a que os projetos de desenvolvimento comunitário tenham surgido por iniciativas de organismos subalternos na hierarquia do Estado, e de outros não governamentais⁷, como ainda por ação de grupos de intelectuais preocupados com o carácter estrutural da pobreza, conscientes de que os modelos de desenvolvimento que não a têm em conta, criam condições de vulnerabilidade. A Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário (EEEDC) é demonstrativa desta ambiguidade como mais tarde apresentaremos.

Em Portugal o desenvolvimento comunitário, na década de sessenta, numa visão multidisciplinar foi considerado, e estudado, como uma técnica com aplicação a vários contextos, implicando uma síntese de conhecimentos pertinentes a várias disciplinas das ciências sociais, tendo os seguintes princípios:

Diagrama nº 1 – Princípios do Desenvolvimento Comunitário



Elaborado com base em textos da época (Athayde, Silva, 1965)

⁷ Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário do Gabinete de Investigações Sociais e Técnico do Centro de Estudos de Economia Aplicada da Associação Industrial Portuguesa da qual fez parte, entre outros, Manuela Silva, economista, dirigindo ao tempo no Instituto de Assistência à Família, o Serviço de Promoção Social Comunitária.

O Seminário de estudos sobre desenvolvimento comunitário (razão da publicação IAF, 1965) tem como principal objectivo a formação dos técnicos, particularmente das assistentes sociais. E, se trabalha os conceitos fundamentais e estratégias de operacionalização, utiliza também como modelo formativo a bibliografia conhecida e a demonstração filmada de experiências de terreno. Assim: “O vale do Tennessee”, resultado da aprovação em 1933 pelo Congresso Americano de uma lei visando desenvolvimento económico social e tecnológico, centrado em projetos hidroeléctricos como aproveitamento de recursos naturais do Vale do Tennessee; o projeto-piloto da Sardenha por ação da OCDE; a experiência de desenvolvimento agrícola de Borgo-à-Mozanno promovido pela Shell italiana. Há relatos ainda de projetos na Grécia e na Holanda.

Projetos de desenvolvimento comunitário em Portugal: acções, responsabilidades e atores

Nos projetos em análise são várias as entidades e serviços da estrutura oficial de alguns ministérios mas sempre como serviços parcelares dos Ministérios do Interior, da Agricultura; da Educação Nacional; da Saúde), Casas do Povo e dos Pescadores são outras estruturas regionais de que se fala. Os serviços locais têm, pela própria circunscrição dos projetos, a presença através de Camaras Municipais e outros organismos regionais conforme as características de cada projeto. Surgem ainda instituições da sociedade civil ou religiosa Santa Casa da Misericórdia (Lisboa e outras), Fundação Calouste Gulbenkian e empresas (CUF e Shell Portuguesa). Deste modo os projetos de desenvolvimento comunitário não só não tem ligações entre si, como são suportados ou dinamizados por serviços secundarizados face à estrutura organizativa do poder, confirmando a informação de que em nenhum tempo houve “um plano nacional de desenvolvimento comunitário” sendo a tentativa mais visível a do III PF mas em que a proposta não foi incluída no texto final. (Silva, 1965, 44).

Com implicação mais direta salienta-se o Ministério da Saúde e Assistência, pela implicação determinante dos Serviços de Promoção do Instituto de Assistência à Família, como ainda os Institutos de SS de Lisboa, Porto e Coimbra implicados em vários projetos nos quais se inserem tanto profissionais como parte da mão-de-obra técnica indispensável como ainda estagiárias/os. A EEEDC que se tornará responsável pelos projetos descrevia em 1965 a equipa como composta técnicos de diferentes formações: médico, agrónomo, assistente social, engenheiro civil, enfermeira de saúde pública e economista. As freguesias do Bário e Benedita (Alcobaça) são escolhidos para a experiência-piloto de desenvolvimento comunitário, a que seguirão na zona Norte Baião, Barcelos e Vila do Conde, Cacia ainda que não haja confirmação da sua efetivação,

4. O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS NA VIRAGEM DA DÉCADA DE CINQUENTA

“Trabalhar pela fundação e desenvolvimento dum ‘Instituto de Serviço Social’ é trabalhar por que ao serviço da Caridade, na sua acepção mais ampla, se ponham todos os recursos da nossa época.” Se nada mais houvesse que o demonstrasse, este excerto de carta do Cardeal Patriarca de Lisboa, justificaria a caridade/ajuda como dimensão identitária marcante nas primeiras décadas da profissão. O SS é definido como “uma forma de acção social prática, cujo fim é a instauração e a restauração da ordem social pela adaptação dos indivíduos à sociedade; e pela adaptação das condições económicas e sociais às necessidades do indivíduo. Do ponto de vista operativo estimava-se que as futuras assistentes fossem: *“compreensivas; prestáveis e equilibradas”*⁸. Na entrada da década de sessenta o SS mantinha uma perspectiva conservadora da formação alicerçada no estudo da biologia, medicina, economia doméstica e religião. O estudo do SS direccionava-se à acção individual mais tarde assumidamente sob o modelo estudo de caso (proposta metodológica de Mary Richmond). O trabalho final (monografia) dava grande ênfase ao estudo das famílias e localidades na orientação teórica e metodológica de Frédéric Le Play (Ferreira, 2009).

Mas o SS não seria alheio às mudanças sociais e políticas da década de sessenta, e, de uma posição consolidada no padrão original, a década foi, à semelhança da sociedade, de mudança conflituosa mas rápida e sem retorno. As duas escolas mais antigas, Lisboa e Coimbra, ansiavam a mudança em prol de um ensino laico e mais consentâneo com directivas internacionais. Em Lisboa a nomeação de um padre para a direcção -1962;1968- pese embora a sua assumida visão da escola que liderava como *instituto católico de nível universitário*, veio a permitir uma visão mais democrática da gestão e uma formação mais adequada aos contextos do momento. A acção mais determinante foi: o desenvolvimento do ensino das ciências sociais, já presentes no PE 1960/1961, onde pela primeira vez os métodos caso, grupo e comunidades ocupam um lugar de relevo; a reformulação do programa de estágios; a participação em programas de análise sociológica, visando “a integração de conhecimentos; e a integração de objetivos pedagógicos, métodos e formas de avaliação coerentes com a evolução do ensino teórico (Abreu, in ISSS, 1996, p. 276).

Durante toda a década o SS português sofre influxos externos donde salientamos os do movimento de reconceitualização da América Latina que corporizam inquietações e exigências de alguns profissionais

“O movimento de reconceitualização na procura de uma identificação com as classes subalternizadas, a guerra colonial, posteriormente à Primavera Marcelista, e, sobretudo, as mudanças

⁸Documentos da época (ISSL)

no seio do pensamento social da Igreja Católica (João XXIII) possibilitou uma larga caminhada das assistentes sociais portuguesas na reivindicação de melhorias no seu estatuto profissional e no estabelecimento de vínculos com os movimentos sociais anti-facistas que proliferavam na sociedade portuguesa” (Martins e Henriquez, 1997,5)

5. SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

É nesta conjuntura de mudança que o SS de comunidades surge nos PE, ainda que seja na perspectiva do “ajustamento ou reajustamento sociais ou de realizar a sua promoção social” (Athayde, 1965, 190)⁹. Considera ainda a autora que o SS de Comunidades pode, num processo de desenvolvimento comunitário, agir segundo três ângulos—1) como desencadeador do processo; 2) co-atuante nas várias fases do processo; 3) em actividades complementares posteriores como resposta a necessidades perscrutadas através do processo (Athayde, 1965, 193-203).

Para o SS o desenvolvimento comunitária foi oportunidade de resgatar o pensamento de Jane Addams, destacado no movimento dos Settlements-Houses o qual possuía algumas das características mais tarde atribuídas ao desenvolvimento comunitário – a dimensão local e comunitária como espaço da ação, a implicação os próprios no processo e acções para o desenvolvimento, a integração de equipas de técnicos especialistas e voluntários, o trabalho de descoberta e formação de líderes locais.

Na origem dos primeiros escritos sobre esta nova técnica multidisciplinar em Portugal encontra-se Manuela Silva (Silva, 1963, 1964) que aceitando a definição de desenvolvimento comunitário proposto pela da ONU a desenvolve e operacionaliza considerando as dimensões particulares do país e as condições de (não) desenvolvimento da sociedade portuguesa. Silva toma ainda como base a prioridade do tema num Seminário sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário organizado pela U.C.I.S.S. (Union Catholique Internationale de Service Social) em 1961, a que o Sindicato dos Profissionais de SS deu uma estreita colaboração.

Releva-se por isso que tanto na participação com recursos humanos anteriormente assinalada como na ação formativa/informativa o SS português está na linha da frente quanto ao novo método para o desenvolvimento comunitário. Esta posição comprova-se igualmente pela introdução ao nível do estudo académico no PE do ISSL de 1960/1961. No estudo e investigação salienta-se a dinamização do *Grupo de Estudos de Serviço Social* (designação de 1963, como herança do Centro de Estudo de 1948) composto por docentes e profissionais representativas convidadas para o efeito. Propõe-se “o estudo e investigação

⁹Assistente social com responsabilidades na formação no ISSL

na linha de quanto interesse ao Serviço Social (particularmente os seus princípios, métodos, técnicas e aplicações), atento sobretudo às exigências do ensino a ministrar. (E, ainda, a de dar) resposta, na linha da sua competência, a solicitações de estudo de problemas vindas de fora (círculos oficiais e particulares” (Pereira, 1965,199).

O Roteiro do Aluno referente a 1970/1971, apresenta na área do SS, dirigido a todos os estudantes e sobre o qual serão avaliados, os métodos SS de caso, grupo e comunidades com independência de programa, docente e atividades. Em qualquer dos métodos o ensino prevê componentes teóricas, teórico-práticas, grupos de reflexão e debate. Nele é referenciado que o estágio de 3º ano e 4º ano (com maior implicação) “tem como principal objectivo o exercício profissional centrado na aplicação de uma das formas típicas de actuação do Serviço Social, situada na realidade dos Serviços”.

Quanto ao conteúdo o estágio devera permitir:

- “a prática de um processo de Serviço Social possibilitando também a compreensão da sua aplicação no serviço; dos objectivos visados com essa aplicação; - a articulação do(s) método(s) de Serviço Social com as demais prestações do Serviço; - a forma como se organiza o programa de Serviço Social; - a programação e organização do próprio trabalho; - a reflexão sobre o próprio trabalho em termos de avaliação de aprendizagem em Serviço Social. (Roteiro 70/71).

Mais especificamente no que concerne ao SS de comunidades o Roteiro considera-o como um Método de ação do SS; que permite a cooperação social na resolução de problemas colectivos, com apoio técnico-administrativo; e a participação da profissional de SS.

Serviço Social e projetos de desenvolvimento comunitário – a relação teoria/prática

A participação do SS não se limitou aos projetos-piloto, nem aos espaços rurais. Há relatos em Lisboa e no Porto de projetos que, pelos princípios e metodologia bem podemos colocar na categoria de desenvolvimento comunitário. É o caso dos projetos integrados pelo novo Serviço de Promoção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Geada, 1985). Esta experiência de promoção social iniciada em 1958 foi formalizada em em diferentes zonas da cidade com graves problemas sociais - Bairro Padre Cruz (1963-1968), Quinta da Curraleira, Bairro Alto, Casal Ventoso e Ajuda (1964), seleccionados em função de critérios respeitantes ao próprio método, incidindo em áreas da saúde, educação, emprego. Das iniciativas destacamos a criação Creches, Jardins Infantis, ATL, Oficinas da Malha e

Costura, campos de férias, cursos de pais entre outrosem que se empenhou a estrutura camarária em Lisboa¹⁰.

No Porto Negreirosrelata entre 1964-1966 sob a coordenação da Obra Diocesana de Promoção Social, na problemática da habitação –*ilhas*, e bairros de realojamento – projetos de trabalho social que pelos seus princípios e metodologia priorizam o desenvolvimento e condições de vida das populações afectadas e que viriam a prosseguir até 1970,

“ao analisarmos retrospectivamente o processo desenvolvido, constatamos que os *bairros*, pelo facto de serem de implantação recente e por na maior parte deles não terem sido previstas áreas de utilização colectiva, se apresentavam desequipados, sob o ponto de vista de serviços, sem estruturas relacionais e de comunicação, sem lideranças socialmente reconhecidas e sem identidade, como comunidades sociais locais” (Negreiros, 1985, 52-53)

A sociedade portuguesa no geral e o SS em particular entenderam a necessidade de provocar nas regiões periféricas ou geográfico-administrativas retardadas uma aceleração do desenvolvimento económico, humano e social das mesmas. Estas regiões possuem factores ou círculos viciosos que constituem entraves ou mesmo bloqueios ao desenvolvimento, que tanto podem ser recursos materiais diminutos, a falta de meios de comunicação com o exterior, as próprias estruturas sociais existentes, como ainda atitudes e comportamentos (cepticismo, atavismo, conformismo ou passividade), só ultrapassáveis com ações políticas e técnicas .

CONCLUSÃO

A perspectiva de lamamoto de que “o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica de *demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional , apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade*” (lamamoto, 2009, 344) parece-me bem retratada na análise efectuada ao contexto, à dinâmica dos projetos de desenvolvimento comunitário, e à participação e apropriação como campo profissional que o SS fez do desenvolvimento comunitário.

Na apropriação dos novos espaços profissionais, o SS esteve presente e ativocomo igualmente na formação quer considerando a inclusão do método “intervenção de comunidade” nos PE quer na formação menos formal em seminários e debates. Tal se

¹⁰Refere-se também a formação em 1963 do Grupo de Estudos de Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) investigação com o objectivo de elaborar “estudos dos meios e grupos humanos com vista a dar ao Serviço Social o apoio técnico necessário a uma eficiente coordenação e planificação” (Pereira, 1965, 199-200)

comprova pela introdução ao nível do estudo académico no PE do ISSL 1960/1961, reforçado com o de 1971/1072.

No debate científico-técnico, constata-se, o papel das assistentes sociais, quer directamente nas palestras que compõem o Seminário do IAF quer nos diálogos sequentes onde o debate é fortemente alimentado pela presença dialogante de assistentes sociais. Esta presença não é um facto aleatório, em 1965 haveria já assistentes sociais formadas/os na nova técnica de intervenção pelos PE, e o Seminário Desenvolvimento Comunitário assumiu nas intenções a “formação e actualização técnica de trabalhadores de Serviço Social” de Lisboa e Porto (IAF,3). A riqueza dos diálogos dá bem a noção da importância e entusiasmo com que as/os assistentes sociais abraçaram esta nova forma de intervenção como se de uma causa se tratasse. Esta dinâmica entre formação/aplicação/formação parece-nos positiva nas oportunidades profissionais, como configura parte da relação dialéctica entre conhecimento e ação.

Contudo pese embora este reconhecimento a hipótese colocada não foi confirmada, tanto perspectiva do conceito de paradigma - exemplo, modelo – como na aceção de Kuhn - realizações científicas “que os membros de uma comunidade partilham” e “que durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, (Kuhn, 2001, 219, 13).

Na verdade mesmo na formação o SS de comunidades não ocupa um lugar privilegiado, é paralelo aos outros métodos, e na dimensão técnica-operativa apenas alguns estudantes terão podido aceder a esta experiência através dos estágios.

Igualmente não é evidente a influência do movimento de reconceptualização. Os documentos a que tivemos acesso, roteiro do aluno, programas das disciplinas, não apresentam qualquer indicador nesse sentido. Inclusive é reveladora a ausência de Paulo Freire falando de desenvolvimento comunitário. Tal não significa que ele não tivesse sido inspiração da formação e da ação. Sabemos pelo testemunho de alguns docentes o quanto estes tinham que ser “cautelosos” em sala de aula quanto a autores menos alinhados, utilizando-os apenas em contextos restritos de alguma confiança.

O tema tratado não é como se vê um tema novo, mas ele não tem estado suficientemente presente na investigação em SS, justificando a presente incursão temática, na intenção de que os princípios fundamentais e sua operacionalidade possam vir à luz do dia pois constituem parte da memória colectiva da profissão e do seu saber profissional. A consciência, quase certeza, de que haverá outras fontes que trariam maior luz leva-nos a desejar aprofundar esta temática pela actualidade e a desafiar outros a faz-lo no novo quadro de instituições que podem ocupar-se desta dinamização, a nova Sociedade Científica de Serviço Social e a Ordem recém aprovada, nos limites das suas competências.

Bibliografia

- Abreu, Margarida (1996) A acção do Padre Honorato Rosa como director do Instituto, *Honorato Rosa, A Dignidade Humana*, Lisboa, ISSSL, 271-279)
- Athayde, Isabel M^a (1965), A função do Serviço Social num processo de desenvolvimento comunitário, in IAF. *Seminário de estudos sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*, Lisboa, MSA.
- Barreto, António Barreto (1996) Três décadas de mudança social, Indicadores Sociais Portugal 1960/1995, Cadernos do Público nº 8. in Barreto e Preto)
- Ferreira, M, E. (2009) Serviço Social e Sociedade, Cumplicidades e Interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972, *Revista Em Pauta* nº p. 161-190
- Geadá, Isabel (1985) Acções de Promoção Social na Cidade de Lisboa, *Intervenção Social* nº 1, Lisboa, ISSSL.
- IAF, Instituto de Assistência à Família. (1965) *Desenvolvimento Comunitário, Seminário de estudos sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência.
- Iamamoto, Marilda V. (2009), Os espaços socio-ocupacionais do assistente social, in *Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais*, Brasília, CFESS e ABEPSS, 341-375.
- Martins, Alcina M. C. (1997), As Mulheres e as suas Organizações na Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português, *Serviço Social no Feminino*, CPIHTS, Projecto Atlântida, p. 15 a 26.
- Martins, Alcina (2009) 70 Anos da Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia, Da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga, *Interações* nº 17, Coimbra, ISMT, 21-44,
- Negreiros, M^a Augusta Negreiros (1985) Trabalho Social de Comunidades nos Bairros Camarários do Porto, *Intervenção Social* nº 1, Lisboa, ISSSL.
- Pereira, Raúl da Silva (1965) Investigação Social em Portugal : Organismos e instituições, *Análise Social*, Vol. III, 1965 (n.º 9-10), pp. 160-219
- Rosas, Fernando; Brito, J. M. B. (dir.) (1996) *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, II, Venda Nova, Bertrand.
- Silva, M. M. (1963). Fases de um processo de desenvolvimento comunitário, *Análise Social*, Vol.1 (4), 538-558.
- (1964). Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal, *Análise Social*, 2(7-8), 498-510.
- (1965) O desenvolvimento comunitário como técnica de aceleração do desenvolvimento sócio-económico, in IAF. *Seminário de estudos sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*, Lisboa, MSA.
- Sousa, Alfredo (1963) O Desenvolvimento Comunitário um método viável na Europa? *Análise Social* nº 1, Lisboa, ICS, 114-118.

A IMPORTÂNCIA DA ABESS NA RUPTURA COM O CONSERVADORISMO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: influência do CELATS¹

Maria Inês Souza Bravo²
Eugenia Célia Raizer³
Esther Luíza de Souza Lemos⁴
Maria Helena Elpídio⁵

RESUMO

O trabalho vai explicitar o processo que culmina com a virada na formação profissional da e do assistente social no Brasil enfocando os seus antecedentes nos anos setenta e a ruptura com o conservadorismo iniciada, mais efetivamente, na década de 1980. Serão ressaltados os sujeitos políticos significativos neste processo como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e o Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS).

Palavras-chave: Formação profissional do/a assistente social; Ruptura com o conservadorismo; Sujeitos políticos; ABESS; CELATS

ABSTRACT

The paper will explain the process that culminates with the turn in the professional formation of the social worker in Brazil focusing on the antecedents in the seventies and the rupture with the conservatism initiated, more effectively, in the decade of 1980. They will be emphasized the significant political subjects in this process, such as the Brazilian Association of Teaching in Social Work (ABESS) and the Latin American Center for Social Work (CELATS).

¹ Este trabalho pauta-se no artigo das autoras, “O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social”, em fase de publicação na coletânea “Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora”, novas tensões e resistências organizada por Maria Liduína de Oliveira e Silva, pela Cortez Editora.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professora Aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq como Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social. E-mail: mibravo@uol.com.br

³ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Presidente da ABESS (gestão 1985-1987); Diretora Executiva CEDEPSS (gestão 1987-1989, 1989-1991). E-mail: eugeniarazer@uol.com.br

⁴ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Adjunta da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo, membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social (UNIOESTE). Presidente da ABEPSS (gestão 2019-2020). E-mail: estherlemos@gmail.com

⁵ Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Núcleo de Estudos Interfaces (UFES); Presidente da ABEPSS (gestão 2017-2018). E-mail: lenaebreu@gmail.com

Keywords: Professional training of the social worker; Rupture with conservatism; Political subjects; ABESS; CELATS

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se historicizar o processo que permitiu a *virada* na formação profissional da e do assistente social no Brasil, nos marcos que se expressam no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em 1979, em São Paulo, o chamado *Congresso da Virada*, caracterizando o movimento ocorrido na então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) a partir de meados dos anos 1970, no contexto de abertura política e, posteriormente, de redemocratização da sociedade brasileira⁶.

Nos 40 anos do *Congresso da Virada*, é fundamental analisar as articulações dos movimentos organizativos da categoria, em particular no âmbito da formação profissional, que foram determinantes para sedimentar o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro consolidado na década de 1990 e com ameaças a partir dos anos 2000.

Neste trabalho vai-se enfatizar o movimento ocorrido nos anos 1970 e 1980, período de grande influência do CELATS nas entidades da categoria no Brasil. Todo este processo foi fundamental para o adensamento da formação profissional que tem, a partir dos anos oitenta, o protagonismo da ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), adensando este processo a partir da década de 1990.

2. DESENVOLVIMENTO

As origens do Serviço Social no Brasil vinculam-se à Doutrina Social da Igreja Católica e aos movimentos dela decorrentes, situação que se manteve até os anos sessenta não apresentando até este período, no Brasil, debates relevantes de rupturas com o chamado “Serviço Social Tradicional”.

As polêmicas na profissão surgem não de forma isolada, mas com o respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, inicialmente, em torno da temática do “desenvolvimento”.

Não foi um processo restrito ao país, mas um movimento impulsionado pelos acontecimentos econômico-sociais, políticos e culturais da época e que tiveram repercussão na profissão, principalmente na América Latina, a partir de 1965, com o Movimento de Reconceituação.

⁶ Cabe registrar que este texto é parte dos resultados preliminares do trabalho do subgrupo de pesquisa composto pelas autoras e vinculado à pesquisa intitulada “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória,” coordenada pelas professoras Marilda Villela Iamamoto (UERJ/UFJF) e Claudia Monica dos Santos (UFJF).

Ocorreu inicialmente nos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) e expressou um questionamento da profissão: suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, formação profissional. Apesar de ter influência de várias vertentes teóricas, o Movimento de Reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas.

A partir de 1971, houve aproximação com a tradição marxista, sem entretanto, uma apropriação rigorosa com a obra marxiana. A unidade do movimento consistiu na busca de construção de um Serviço Social Latinoamericano com a recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa formação sociohistórica e na afirmação do compromisso com as lutas dos oprimidos.

Na articulação Latinoamericana, destaca-se a criação da Associação Latinoamericana de Escolas de Serviço Social (ALAETS)⁷, criada em 1965, com a finalidade de estimular e coordenar o debate na região, a partir de uma organização político-profissional a ser desenvolvida em cada país, em articulação com a sociedade civil. A ALAETS também articulou, desde a sua criação, a realização de seminários através da participação de assistentes sociais com o objetivo de refletir sobre temas relacionados ao processo de formação profissional.(BRAVO,2009)

O processo de crítica que se iniciou no Brasil, no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, foi interrompido em 1964, com a ditadura civil-militar fomentada pelo grande capital, havendo repressão ao debate do Serviço Social crítico e progressista que havia se iniciado no início da década. Neste contexto desenvolveu-se a modernização conservadora, exigindo a renovação do Serviço Social para atender as novas demandas colocadas e submetidas à racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado a serviço do capital internacional, gerando a necessidade de mecanismos impulsionadores e organizadores da reflexão profissional.

Na instância da formação profissional, não obstante algumas experiências iniciais, esse impulso de reflexão profissional foi marcado principalmente por iniciativas de natureza normativa-legal e monopolizado, no período de 1965 a 1978, por uma instituição extra-universitária, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

A adequação da profissão às exigências postas pelos processos sócio-políticos que emergiram no pós 1964 tiveram como núcleo central a utilização de aportes extraídos do estrutural-funcionalismo norte-americano, sem questionar a ordem sócio-política. Uma

⁷ Após processo de recomposição, a ALAETS foi refundada em 2006, no Chile, passando a denominar-se Associação Latinoamericana de Ensino e Investigação em Trabalho Social – ALAEITS, contando com participação ativa do Brasil através da ABEPSS.

contraposição a essa tendência foi construída no início dos anos 1970, no Brasil, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) que contou com um grupo comprometido de professores tanto da área do Serviço Social como das Ciências Sociais, sob a direção de Leila Lima Santos, todos vinculados à perspectiva da Reconceituação Latinoamericana. A proposta da Escola segundo Santos (2007), era romper com o Serviço Social “Tradicional”, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar ênfase aos novos campos de trabalho e prática profissional que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais da profissão, com ênfase no assistencialismo e no ajustamento.

A repressão do regime militar e a institucionalização do Estado de Segurança Nacional no Brasil não permitiram a difusão de idéias que questionassem a estrutura de poder, o capitalismo e a sociedade de classes inspiradas na Teoria Social de Marx. A bibliografia produzida pelo Movimento de Reconceituação da América Latina editada pela ECRO e HUMANITAS, ambas de Buenos Aires – Argentina, só começou a circular no país a partir de meados da década de 1970 com a distensão política ocorrida no país. Concorreram para esta possibilidade a vinda de representantes do Movimento ao Brasil para participarem de congressos, cursos, palestras como também a ida de profissionais brasileiros aos países do Cone Sul, para atuarem em eventos e realizarem estágios.

Além de docentes da área, os e as estudantes também constituíram-se como sujeitos políticos. Em 1978 foi realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade de Londrina (PR), com a participação de 24 escolas tendo como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”. Foi também a partir desse evento que os estudantes decidiram sobre a necessidade de discutir a formação profissional, demandando a reformulação do currículo do curso de Serviço Social⁸.

Apesar da orientação modernizadora, cabe registrar no período a criação dos Programas de Pós-Graduação, onde a inserção de assistentes sociais nessa instância oportunizou o debate sobre a formação e o trabalho profissional da e do assistente social, o intercâmbio de experiências entre os/as mestrandos/as provenientes de vários estados do Brasil, a difusão de textos da literatura latinoamericana do Movimento de Reconceituação, o relativo acesso à bibliografia da tradição marxista e o debate político entre os/as mestrandos/as das questões emergentes na sociedade brasileira e das elaborações dos

⁸ Desde então, ao longo dos anos, diferentes gestões têm assumido a direção do movimento estudantil em Serviço Social, atuando como sujeito político junto às entidades organizativas da categoria. Em 1988 vinculou-se à União Nacional de Estudantes como Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE – SESSUNE e, a partir de 1993, passou a denominar-se Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, sendo sua gestão eleita em assembleia realizada anualmente no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS (BRAZ; MATOS, 2008).

cientistas sociais, que ofereciam outro marco de referência para a análise da realidade (BRAVO, 1996)

A nova dinâmica que envolveu professores de Serviço Social, a efervescência do movimento estudantil e das Unidades de Ensino impulsionou o debate sobre a revisão curricular, pauta que ganhou espaço nas Convenções da ABESS da década de 1970.

Inicialmente, na XVIII Convenção da ABESS realizada em 1973, na cidade de São Luís (MA)⁹, oportunizou o encontro desses novos sujeitos sociais e divulgação de experiências inovadoras que começavam a ser implementadas pelas Unidades de Ensino de Serviço Social. Parte dos representantes presentes consideraram o projeto da Escola de Minas Gerais como importante para nortear a nova proposta curricular do Serviço Social no Brasil.

Posteriormente, em 1975, a XIX Convenção da ABESS, ocorrida em Piracicaba (SP), teve como debate central as mudanças necessárias na formação profissional. O tema desta convenção foi a Reconceituação e a proposta da Escola de Belo Horizonte foi retomada, havendo grande embate e tensão entre as duas posições existentes no Brasil: a que ressaltava o compromisso político da ação com as classes trabalhadoras, com elementos de ruptura com o Serviço Social “Tradicional” e a que defendia a neutralidade científica e o caráter predominantemente técnico do Serviço Social (SANTOS, 2007).

A XXI Convenção da ABESS¹⁰ realizada em Natal (RN), em setembro de 1979, teve como tema central a discussão e a aprovação do novo currículo mínimo, expressando as diversas tendências do meio profissional numa ênfase pluralista, sendo um grande avanço para a época, correspondendo à correlação de forças existente naquele momento. Para essa solução, houve um embate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas com relação à orientação da formação profissional. Cabe destacar a atuação da professora Nadir Kfoury (PUCSP) nesta Convenção, que antecedeu ao Congresso da Virada, sendo fundamental para o avanço da proposta de mudança na formação profissional defendida por jovens docentes que tinham orientação crítica da profissão e estavam mobilizando mudanças na entidade.

O novo currículo só foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE através do Parecer nº 412/82, de agosto de 1982 e, no seu processo de implantação, alguns

⁹ Nesta Convenção, houve a primeira mudança com relação à denominação da entidade que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social em vez de “Escolas”, garantindo a possibilidade de participação de professores na Convenção, mantendo o direito de voto na Assembleia Geral apenas para a representação da direção das unidades filiadas.

¹⁰ A Convenção de Natal, foi determinante para a construção do novo currículo dos Cursos de Serviço Social aprovado posteriormente pelo Conselho Nacional de Educação em agosto de 1982. O movimento estudantil realizou um encontro para discutir sua participação na Convenção e foi um sujeito político importante para o avanço do movimento.

ganhos foram significativos para o que posteriormente foi denominado por NETTO (1991) de perspectiva de *intenção de ruptura*.

A década de 1980 foi fundamental para a vertente *intenção de ruptura* iniciar seu processo de consolidação acadêmica. Nesse processo, a vinculação efetiva nas universidades e o respaldo da ABESS foram significativos.

Segundo Bravo (1996), os profissionais vinculados à perspectiva *intenção de ruptura*, nesse momento, tiveram que travar um combate árduo nas academias, confrontando-se com os pensadores de diferentes matrizes teórico-metodológicas. Esse espaço só se revelou efetivamente produtivo na década de 1980, em função do processo de redemocratização do país e da articulação das entidades da categoria que evidenciou-se a partir do Congresso da Virada.

No âmbito da ABESS cabe destaque na proposta curricular de 1982, formulada e aprovada na Convenção de Natal, em 1979, os debates sobre inserção da pesquisa no processo de formação profissional, exigida não apenas como matéria mas como um dos princípios e condições da formação profissional, ampliando-se os desafios postos às Unidades de Ensino e aos Programas de Pós-graduação onde a pesquisa é uma prioridade (CARDOSO, 1998).

Ressalta-se como referência para a formação profissional do Serviço Social no Brasil a dinâmica latinoamericana, que se tornou possível principalmente através da ALAETS e do Centro Latinoamericano de Trabalho Social – CELATS¹¹, seu órgão acadêmico criado em 1975 com a finalidade de contribuir com as debilidades identificadas na formação e desenvolvimento de temáticas consideradas centrais para o Serviço Social no subcontinente: investigação, capacitação, comunicação e modelos práticos (LOPES, 1989).

No período, o CELATS era considerado um núcleo irradiador da investigação e da produção teórico-metodológica, responsável pela elaboração do pensamento crítico mais avançado do Serviço Social na América Latina (PINHEIRO, 2012).

Importante ressaltar a existência de uma relação entre o CELATS e a *Virada* ocorrida no III Congresso Brasileiro de Serviço Social – CBAS em 1979. O apoio técnico-organizativo e patrocínio financeiro do CELATS, foi fundamental para a realização de diversos eventos preparatórios, cabendo ressaltar o ocorrido no Rio de Janeiro, em Santa Tereza, seminário com o objetivo de debater propostas de ruptura com o Serviço Social conservador e unificar encaminhamentos para dar suporte a uma ação organizada a ser efetuada no III Congresso

¹¹ O CELATS com sede em Lima - Peru tinha apoio econômico da Fundação Konrad Adenauer com proposta de realização de atividades em toda América Latina. Entretanto, no período, considerava como países prioritários para sua ação: Argentina, Brasil, Peru, Colômbia e México (Entrevista com Eddy Jimenez B. Presidente da ALAETS. Revista Serviço Social e Sociedade n.07, Ano III, dezembro de 1981)

Brasileiro de Serviço Social que iria ocorrer em São Paulo¹². Neste seminário foram convidados além de professores de alguns estados que estavam articulando a *virada* da ABESS, profissionais ligados ao Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Associação pré-sindical de São Paulo (APAS-SP).

O CELATS assumiu, no período, apoio técnico e financeiro bem como assessoria por meio de seus diretores e assessores que buscavam assegurar a articulação brasileira com o que ocorria em outros países da América Latina especialmente sobre a natureza política e experiências de Serviço Social no contexto do Movimento de Reconceitualização. A entidade apoiou e realizou programas de pesquisas¹³; Seminários Latinoamericanos de Escolas de Serviço Social, cursos, programas de estudos, formação, treinamento, “talleres” e debates teóricos, publicações com destaque para a revista *Acción Crítica*, e inúmeras outras publicações elaboradas, com a participação também de profissionais das ciências sociais¹⁴.

Segundo Santos (2012), o CELATS estimulou debates referentes ao contexto político da época, fazendo com que a discussão no âmbito acadêmico e no exercício profissional se aproximassem dos movimentos políticos e populares em diferentes países da região e às mais expressivas entidades das ciências sociais latino-americanas com por exemplo a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA).

No período de 1981-1991, destacamos a realização de cinco Convenções da ABESS que contribuíram para o fortalecimento do debate acadêmico-político na formação profissional. A XXII Convenção de Vitória (ES), ocorrida em 1981, aprovou um novo estatuto, com composição paritária de professores e estudantes, garantindo a participação dos supervisores ou professores de prática¹⁵. A mudança no sistema de deliberação com a

¹² O Seminário que ocorreu no Rio de Janeiro foi precedido por dois encontros em Belo Horizonte com o patrocínio do Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS) que constituem a base para a criação da CENEAS (Comissão Executiva de Entidades Sindicais e Associações Profissionais) Pinheiro (2012).

¹³ Uma das pesquisas mais significativa foi a realizada sob a responsabilidade de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho sobre o Serviço Social no Brasil que deu origem ao livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, inicialmente publicada em espanhol e, em 1982, em português pela Editora Cortez. Até hoje de leitura obrigatória nas Unidades de Ensino de Serviço Social em todo país estando em sua 41ª edição.

¹⁴ Exemplos dessas iniciativas no Brasil são: Assembleia Geral da ALAETS em 1980, em São Paulo, quando foram eleitas a estudante de Serviço Social Rosa Helena Stein como representante Estudantil da ALAETS e a Assistente Social Luiza Erundina para direção do CELATS; Encontro prévio à Assembleia Geral da ALAETS e Curso de Política Social realizado em julho de 1980 em São Paulo; Seminário Taller “Análise da Prática Profissional” em 1983, em Vitória; Acordo da Cortez Editora e da Revista *Acción Crítica* em 1984 para intercâmbio de publicação entre as duas revistas; Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social realizado em Salvador – Bahia, em 1986, para preparar a delegação brasileira à Assembleia Geral da ALAETS; Encontro Prévio e XII Seminário Latinoamericano de Serviço Social, realizado em Medellín - Colômbia, em junho de 1986; Seminário Latinoamericano sobre Projeto Pedagógico em Serviço Social, realizado em Natal em 1988.

¹⁵ Nessa convenção esteve presente, como convidada, pela primeira vez a Presidente da Associação Latinoamericana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS, Eddy Jiménez B e sua vice-presidente e Secretária

nova composição da Assembleia Geral foi decisiva para a garantia do processo de democratização e *virada* da ABESS¹⁶.

Na XXIII Convenção de João Pessoa (PB) em 1983¹⁷, foi aprovada a realização da Pesquisa sobre a Formação Profissional, explicitando de forma mais clara a direção social do currículo e a orientação de privilegiar, na formação, o materialismo histórico e dialético. A XXIV Convenção, realizada em Niterói (RJ), em 1985, teve como eixo da discussão, centrado nas exigências da formação profissional na atual conjuntura e os novos desafios na política de ação da ABESS. A XXV Convenção Nacional ocorreu em 1987, em Fortaleza (CE), com o tema central "A relação teoria-prática na formação profissional. Nesse evento, foi fundado o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) como entidade civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, sendo órgão acadêmico da ABESS, constituindo-se em um espaço de debate, sistematização, produção e difusão de conhecimentos críticos na área das políticas sociais e do Serviço Social¹⁸.

A XXVI Convenção realizada em Florianópolis (SC), em 1989, teve como tema central "A formação profissional do assistente social brasileiro pós-novo currículo: avanços e desafios".

Em relação à implementação de uma política de pesquisa no âmbito nacional, ganha destaque nos anos 1980 além do CEDEPSS, a criação de uma linha própria para financiamento de projetos de pesquisa junto ao CNPQ; o início dos eventos de pesquisa em nível nacional e o apoio da ABESS/CEDEPSS para realização de pesquisas e encontros em níveis local e regional.

A importância da realização de pesquisas nacionais promovidas pela ABESS/CEDEPSS transcendeu aos objetivos a que se propunham visto terem se constituído também enquanto estratégia de mobilização e monitoramento do processo de implantação do Novo Currículo Mínimo de Serviço Social (1982), permitindo a avaliação das experiências implantadas. Nesta direção, a pesquisa "Avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro pós-novo currículo: avanços e desafios", teve vários

Geral do CELATS, Nydia Maria Castello de Züniga. (Entrevista realizada por Maria Lucia Martinelle e Myriam Veras Baptista, in Serviço Social & Sociedade n 7, 1981

¹⁶ Até 1979, professores/delegados das Escolas de Serviço Social podiam participar da Convenção no entanto, na Assembleia Geral da ABESS, só era permitido o voto da Direção da Faculdade ou representante.

¹⁷ Na Convenção os coordenadores de Programas de Mestrado e do Doutorado realizaram uma reunião sobre importância da cooperação técnica nacional, fortalecimento e expansão do doutorado, necessidade de gestões junto a CAPES/MEC e CNPq sobre indicação pela área de assessores para avaliação dos projetos e financiamento de pesquisa em nível da pós-graduação]

¹⁸ A constituição de um grupo de professores para a formulação da proposta do CEDEPSS ocorreu no III Encontro Nacional de Pesquisa realizado em Campinas, em 1986

desdobramentos. cabendo ressaltar as indicações para a revisão do currículo dos cursos de Serviço Social a partir dos anos 1990¹⁹.

Toda densidade dos debates ocorridos nas décadas de setenta e, primordialmente, na década de oitenta indicam o adensamento e a maturidade intelectual e política protagonizada pelas gestões da Entidade para inaugurar, ao longo dos anos 1990, um conjunto de mudanças primordiais nos rumos da formação profissional.

3. CONCLUSÃO

Os rumos assumidos pelo debate profissional, a partir da década de 1970 com ênfase nos anos 1980, como foi apresentado, apontaram para a incorporação da Teoria Social de Marx, desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da “questão social” (IAMAMOTTO, 1998), devendo-se à então ABESS, em grande parte, o reforço da legitimidade da obra marxiana e da tradição marxista no quadro geral da profissão, direcionando esforços no sentido de conquistar e qualificar tal legitimidade ao nível da formação e exercício profissional. A participação do CELATS e sua influência foram fundamentais neste período .

Como foi evidenciado, a partir dos anos 1980 no contexto de redemocratização do país, as e os assistentes sociais iniciaram a construção de um projeto profissional coletivo, com base em uma consciência política acerca do papel que desempenhavam nos processos sociais, dando subsídios para a reformulação da formação profissional.

Desde então, a profissão passa a ser pensada como um fenômeno histórico, sendo condicionada pelo movimento contraditório entre as demandas que são criadas pela sociedade e as respostas elaboradas pela profissão (ABEPSS, 2004).

No processo de construção do Serviço Social crítico e do denominado projeto ético-político da profissão, o projeto de formação iniciado na proposta curricular de 1982 vai ser adensado e a Pesquisa vai ser consolidada. Todo este processo ocorreu a partir de um amplo debate coletivo entre a categoria profissional e visou a consolidação de um projeto profissional vinculado a um projeto societário comprometido com valores radicalmente democráticos e com os interesses da classe trabalhadora.

A conjuntura brasileira e internacional na atual quadra histórica aponta para entrega das riquezas nacionais à voracidade da acumulação capitalista e expressa profunda regressão de conquistas sociais e civilizatórias, colocadas em xeque no Brasil, a partir de 2019.

¹⁹ O Documento ABESS/CEDEPSS “Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional” apresentado pela Gestão 93/95, na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife (PE) (ABESS/CEDEPSS, 1996)

Os desafios postos à formação profissional em Serviço Social na atualidade se expressam concretamente nas relações sociais vivenciadas tanto individualmente, por profissionais e estudantes como parte da classe trabalhadora, quanto coletivamente como categoria representada nas organizações profissionais. Tais desafios projetam a profissão para o futuro, exigindo, no presente, a análise das determinações do passado que permitiram a construção da direção social do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Documento ABESS/CEDEPSS. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 50, p. 143 - 171, abril de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 79, p. 72 – 81, Especial, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e Reforma Sanitária*. Lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo, Rio de Janeiro : Cortez, Ed.UFRJ,1996.

----- O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 100, p. 679 - 709, out/dez, 2009.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 96, p. 174 – 182, novembro, 2008.

CARDOSO, F.G. A pesquisa na formação profissional do Assistente Social: algumas exigências e desafios. *Cadernos Abess*. São Paulo : Cortez Editora, n.8, p. 27 – 32, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Josefa Batista . A formação profissional em Serviço Social na América Latina e Caribe – Processo histórico e perspectivas atuais.: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 30, p. 40 – 62, abril, 1989.

MARTINELLI e BAPTISTA- Entrevista realizada com Eddy Jiménez sobre os Caminhos da ALAESS In : *Serviço Social & Sociedade* 7.São Paulo: Cortez, 1981

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1991.

PINHEIRO, Márcia., Mesa dos depoimentos históricos: *A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...*In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília : CFESS, p. 71 – 76, 2012.

SANTOS, Leila Lima,. Memória. In: *EM PAUTA. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. N. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

----- . *Mesa dos depoimentos históricos: A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...*In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília : CFESS, p. 77 - 86, 2012.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Mariana de Assis Magalhães¹

Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social e Lutas sociais contemporâneas.

RESUMO

A política de educação e o mundo do trabalho, bem como a atuação do assistente social, sofrem constantemente com as ofensivas do capital. Esta relação foi brevemente abordada no presente artigo, além de apresentar pontualmente as reflexões resultantes da pesquisa desenvolvida em um trabalho anterior.

Palavras-chave: Educação; Política de Educação; Serviço Social

ABSTRACT

Education policy and the world of work, as well as the work of the social worker, constantly suffer from the offensives of capital. This relationship was briefly addressed in this article, besides presenting in a timely manner the reflections resulting from the research developed in a previous work.

Keywords: Education; Education policy; Social Work.

¹ Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. marianassismagalhaes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação é uma área riquíssima para a atuação do serviço social, envolta por diversas expressões da questão social. A escola – considerando como é conformado o sistema educacional – não consegue trabalhar tais expressões sozinha e muito menos o educador em seu curto tempo de aula está preparado para lidar com elas. O assistente social inserido nessa realidade traz incontáveis contribuições para o atendimento aos educandos e até mesmo a permanência estudantil, colaborando com a diminuição dos índices de evasão escolar e a maior democratização do espaço da escola.

Em tempos de ofensiva do capital para com as políticas públicas e as lutas sociais, repensar a política de educação (e conseqüentemente seu papel na sociedade) e reafirmar o lugar do assistente social dentro desta política se mostram como algo altamente importante.

O presente artigo se origina, então, a partir de elementos desenvolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso denominado “A produção do Serviço Social na Educação: análise dos anais do ENPESS e CBAS” aprovado em novembro de 2018 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta pesquisa buscou debater a política de educação brasileira e a atuação do serviço social junto a esta política, principalmente no que diz respeito ao trabalho nas escolas da educação básica. Além desta discussão teórica, foi investigada as produções a respeito da atuação profissional do serviço social na educação básica através da análise dos anais dos XIV (2014) e XV (2016) Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e dos 14º (2013) e 15º (2016) Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com o intuito de oferecer um mapeamento dessas produções.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 – Apontamentos sobre a política de educação no Brasil

A discussão sobre a educação está diretamente ligada à discussão sobre mundo do trabalho. No sistema de produção da sociedade capitalista, a capacidade laborativa é reduzida meramente ao emprego e a quem não possui meios de produção resta vender sua força de trabalho, transformando as relações sociais e as produções materiais em mercadoria. E assim,

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também

desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer pensar seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 95).

Assim, na perspectiva do capital, a política de educação é formulada com a função “de reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social.” (SAVIANI, 1988, p. 31). Desta maneira a educação torna-se suscetível a ser conduzida de acordo com os interesses do capital através da hegemonia² burguesa dentro do Estado, despreocupando-se com a qualidade e com a democracia para com a educação da grande maioria da população.

Na esteira das mudanças no modo de produção capitalista a educação também sofre mudanças como forma de melhor moldar a massa trabalhadora para atender às novas demandas deste modo de produção. Tais “adaptações” da educação não resultam em nenhum grau em uma mudança profunda na forma como a educação é configurada dentro do sistema capitalista, pois “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

Desta maneira as mudanças ocorridas no Modo de Produção Capitalista (MPC) a partir da década de 1970 – com a transição do modo de produção em série para o modo de produção da acumulação flexível – configura um novo perfil de trabalhador polivalente e especializado e demanda do Estado e da Sociedade Civil modificações na formação da classe trabalhadora. O que resulta em uma reconfiguração da educação que, no caso do Brasil, dar-se-á a partir da influência do capital internacional e da adoção da teoria do capital humano; teoria esta que influenciou e influencia as políticas públicas de educação brasileira.

A teoria do capital humano foi desenvolvida por Theodore Schultz um economista da Universidade de Chicago que formulou a disciplina de Economia da Educação, buscando “explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção” (MINTO, 2018). E essa teoria é,

A elaboração mais sofisticada em prol da educação capitalista [...], a chamada teoria do capital humano (TCH) atribui à educação um lugar estratégico capaz de produzir ganhos adicionais para o capital, desde que a socialização (em sentido durkheimniano) seja bem orientada e o adestramento profissional seja congruente com as demandas do capital. (LEHER, 2014, p. 1)

² Hegemonia aqui é entendida a partir da perspectiva gramsciana e “retomar a Gramsci [...] é decisivo para que o debate estratégico possa ser adensado na realidade brasileira, em que os aparelhos privados de hegemonia do capital ganharam complexidade jamais vista no país” (LEHER, 2014, p. 9).

No Brasil a década de 1980 (anos finais da ditadura civil-militar brasileira) foi marcada por intensas mobilizações de diversos movimentos sociais e setores da sociedade civil reivindicando a democratização do país e políticas públicas universais, inclusive na área da educação, que culminaram nas eleições de 1986 e na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, resultando na promulgação da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã). Em meio aos resultados deste cenário,

As lutas dos educadores e das entidades representativas ocorrem, por conseguinte, em uma permanente correlação de forças negativas. Os avanços, pontuais, evidenciam, entretanto, que a mobilização social é indispensável para a existência do caráter público. (LEHER, 2010, p. 32)

A partir de 1990 vemos no Brasil a implementação do neoliberalismo, com governos que tratam a educação como mercadoria e a entregam de bandeja para as entidades empresariais. Esse modelo de Estado (neoliberal) pode ser sintetizado em três ações principais: privatização; focalização; e descentralização. Ações estas que levaram a uma contrarreforma³ do Estado e nortearam o trato dado às expressões da questão social e à política social.

Dentro da contrarreforma gestada na sociedade brasileira, no que diz respeito a um projeto de educação diferente do projeto do capital, para Leher (2014, p.2)

A perspectiva universalista de que a escola pública deveria assegurar uma formação geral igualitária a todos os estudantes por meio da garantia, pelo Estado, da educação pública, gratuita e estruturada em sistemas nacionais, foi combatida em prol de políticas focalizadas, referenciadas na pedagogia das competências, atributos utilitaristas que objetivam a adaptação das crianças e jovens ao *ethos* capitalista e, mais precisamente, ao chamado novo espírito do capitalismo flexível, fundamentado no trabalho superexplorado e precário.

Neste cenário, o não alargamento do fundo público “na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal”, de acordo com Frigotto (2010, p. 13), dá “ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências”.

A ideia das competências também é usada para justificar, principalmente por parte do empresariado, o drástico cenário de desemprego instalado na sociedade brasileira nesta época, trazendo a máxima de que há trabalho para todos aqueles que desejarem se qualificar, que buscarem investir na sua competência essencial.

³ A compreensão de contrarreforma aqui presente se encontra em consonância com o debate desenvolvida no livro “Política Social: Fundamentos e História” de Elaine Behring e Ivanete Boschetti.

A pedagogia das competências de acordo com Leher (2014, p.3) é o próprio conhecimento sendo relexicalizado pela noção das competências, “uma expressão importada da administração que nada tem de científica” e que

Na educação básica, este processo vem ocorrendo por meio de uma miríade de iniciativas articuladas que pretende erodir os últimos fundamentos públicos da educação em prol de uma escola em que o que é dado a ensinar está limitado a livros didáticos e, cada vez mais, a apostilas elaboradas por corporações que, no lugar de conhecimentos científicos, veicula os referidos descritores de competências a serem aferidos pelos sistemas centralizados de avaliação que dão suporte ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). (LEHER, 2014, p.3)

Já na primeira década do século XXI, por mais que tenha havido alguns pontuais avanços no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e este tenha sido considerado um governo popular, a educação se desenvolveu mediante a pedagogia das competências, subvertendo predominantemente o Plano Nacional de Educação e as Conferências Nacionais de Educação à concepção mercantil. E isto se expressou através da criação de programas que favorecem o lucro de instituições privadas (a exemplo das bolsas do PROUNI) e de programas que alimentam o abismo da formação voltada para a classe trabalhadora.

O “novo espírito do capitalismo” tem gerado profundas mudanças na formação da classe trabalhadora, como por exemplo, a “nova” modalidade de ensino: a EAD (Educação a Distância). Esta foi definida como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei nº 9394/1996) e aperfeiçoada pelo Decreto nº 6.303/2007. Hoje (2019), mais de 20 anos depois da LDB e mais de 10 anos depois do decreto, vemos claramente os resultados do processo de expansão da educação superior à distância, com formações extremamente precárias resultando em profissionais mal qualificados e esvaziados de pensamento crítico.

Os governos de Dilma Rousseff (2011-2015) seguiram na mesma linha de desenvolvimento dos governos de Lula (2003-2010) sem grandes mudanças no que diz respeito às políticas públicas. Já no primeiro ano do governo interino de Temer (que subiu ao poder após o golpe civil-midiático-parlamentar de 2016 contra Dilma) foram levadas a voto propostas que aprofundaram ainda mais a falta de investimento na educação pública e geraram significativas (mais negativas do que positivas) mudanças na educação – como a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 e a reforma do ensino médio Lei nº 13.415/2017.

A reforma do ensino médio que citamos acima foi promulgada em 2017, mas já em 2013 a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tornou público um documento sobre “Educação para o mundo do trabalho” que muito se assemelha a esta reforma. Nele vemos claramente a nova face da “Teoria do Capital Humano” de se trabalhar com a ideia de

competências na educação, como já vimos mais acima, e a educação ser voltada para o adestramento da classe trabalhadora a conhecimentos técnicos.

O governo Temer (2016-2018) se mostrou como um governo de neoliberalismo tão duro quanto o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) – e o atual parece seguir pelo mesmo caminho. Ambos claramente inspirados nos princípios de privatização, descentralização e focalização das políticas sociais, Estado mínimo e individualismo do neoliberalismo, geraram um grande sucateamento do Estado democrático e das políticas públicas. Estes princípios fortalecem a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, de crescimento do setor privado na oferta de serviços que deveriam ser atendidos pelas políticas públicas, favorece a competitividade desleal, dentre diversos outros impactos.

É “possível constatar que a expansão da oferta da escola pública nos países capitalistas dependentes [...] está sendo acompanhada de drástico esvaziamento de seu conteúdo científico, histórico-cultural, tecnológico e artístico” (LEHER 2014, p. 3). Essa constatação nos remete diretamente às reformas educacionais impostas pelo último governo interino. Tal esvaziamento pode ser relacionado também ao que Mészáros (2008, p. 49) traz como “padrões civilizados”, estes no Brasil se mostram através de um sistema educacional conformado para civilidade, o saber obedecer e seguir regras, e não para a cidadania e o pensar (crítico).

2.2 – O Serviço Social na Educação

Todo cidadão deve poder gozar de pleno acesso e uso de seus direitos fundamentais: Direitos Políticos, Direitos Cívicos e Direitos Sociais. Algo que em nossa formação sócio histórica do Brasil dificilmente foi possível, com tantos períodos em que um dos três direitos foi inviabilizado para a maioria da população. Dentro dos direitos sociais temos uma série de outros direitos que devem ser garantidos aos cidadãos e com base neles é que as políticas sociais são criadas. Compreendo, assim, a educação como um direito social de fundamental importância à toda população.

O assistente social é o profissional que em seu fazer profissional tem como ação fundamental a viabilização de direitos. Por entender isso é que afirmo que a atuação do serviço social nas escolas pode contribuir para garantir o direito à educação a muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos do nosso país. Sendo assim é altamente importante conhecermos esse espaço de atuação da profissão e discutir sobre a atuação do serviço social no que concerne à educação.

A profissão de serviço social é inerente ao desenvolvimento industrial da sociedade capitalista, principalmente a partir da fase monopolista do capitalismo, e esta profissão surge no Brasil a partir da década de 1930. Já em sua origem o serviço social brasileiro tinha uma aproximação com o campo educacional no que dizia respeito à educação popular, porém temos que nos atentar que à época esta educação era voltada para a formação moral e doméstica das famílias operárias.

O serviço social, na sociedade capitalista, está profundamente ligado à contradição entre capital e trabalho. Mesmo estando em meio à mediação de relações sociais conflitantes, o serviço social assume – principalmente a partir da década de 1980 – a perspectiva de defesa dos direitos dos seus usuários, dos trabalhadores.

O assistente social lida diretamente com as expressões da questão social. A “individualização dos problemas sociais” que marca “o enfrentamento das expressões da questão social pelo viés neoliberal” (MOREIRA, 2013, p. 153) dos Estados em tempos de neoliberalismo causa uma série de implicações no campo dos direitos sociais e a política de educação não fica de fora dessas implicações, bem como a atuação do serviço social.

De acordo com Almeida e Rodrigues (2013, p. 96) é importante pensarmos a educação em seu sentido mais amplo, que envolve “os processos socioinstitucionais, as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, [...] constitutiva de novas formas de sociabilidade, nas quais o acesso aos direitos sociais e o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos são cruciais”. Tendo assim a educação um caráter emancipatório, devendo ser compreendida enquanto um direito e não uma mercadoria.

A partir da conjuntura em que se insere a política de educação nas últimas décadas, podemos, então, sintetizar que

É neste contexto que ganha visibilidade a ampliação da requisição pela inserção de assistentes sociais nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, para operarem diretamente com as “políticas”, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das “políticas”, programas e projetos de concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica. (CFESS, 2012, p. 40)

Os estudos socioeconômicos (necessários, dentre outras materializações da assistência estudantil, para concessão de bolsas) fazem parte das atribuições privativas do assistente social, de acordo com a lei nº 8662/1993, e têm sua importância. Apesar disso, entendo como necessária a crítica às diversas instituições educacionais que compreendem como sendo a única ação profissional dentro delas, assim como às condições de trabalho nelas oferecidas, nas quais, muitas vezes não permitem o resguardo do sigilo ao atender um

aluno ou trabalhar com as documentações para a análise (falta de salas privativas, por exemplo) e a sobrecarga de análises socioeconômicas que apresentam todo semestre consumindo, dessa forma, quase todo o tempo de trabalho do assistente social que, em muitas ocasiões, é insuficiente para a lida diária, sendo apenas um em cada instituição. Nesse sentido, vale destacar que a demanda por assistentes sociais em diversos espaços ocupacionais cresceu nos últimos 30 anos, inclusive na política de educação. No entanto, ainda é preciso conquistar espaços nessa área, mesmo naquelas instituições que já possuem o assistente para demonstrar que o seu papel vai para além da mera concessão de bolsas.

Levando essas críticas em consideração, é oportuno apontar que existe uma “histórica demanda da categoria acerca de orientações para o exercício profissional no âmbito da referida política” (CFESS, 2012, p. 8) de educação. Algo que só poderá ser melhor construído a partir de um maior acúmulo de discussões coletivas sobre a área e mais produções “sobre as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social” (CFESS, 2012, p.8).

Além de orientações para atuação na área precisa-se também de mais legislações que garantam verdadeiramente a presença profissional do assistente social na escola. Em Minas Gerais temos a lei 16683, de 10 de janeiro 2007 que “autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado” (BELO HORIZONTE, 2007). No texto da legislação não é dito que o profissional que realizará essas ações seja o assistente social, porém o projeto de lei 1297/2003 que deu origem a esta legislação dizia tratar claramente da implantação do serviço social nas escolas da rede pública de ensino do estado. Mesmo assim essa lei praticamente não foi implementada nas escolas estaduais. Em âmbito nacional tínhamos o Projeto de Lei nº 3688/2000 do deputado José Carlos Elias (PTB/ES) que dispunha “sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola”. Mas de acordo com as informações contidas no site do Senado Federal⁴, tal proposta (que se transformou em PLC 060/2007 no Senado) encontra-se na situação atual de ‘tramitação encerrada’ e em 26 de outubro de 2018 seguiu para Coordenação de Arquivo. Informações como essa gera em nós um profundo sentimento de derrota.

Desse modo, é notório como toda essa realidade tem profunda relação com as transformações do mundo do trabalho, incidindo diretamente no fazer profissional do

⁴ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/82215> Acesso em: 25 Jun. 2019.

assistente social que muitas vezes também sofre com o desemprego estrutural e a falta de ampliação e criação de novos espaços de trabalho.

2.3 Breves reflexões a partir das produções analisadas

A pesquisa de artigos presentes nos anais do XIV e XV ENPESS e 14º e 15º CBAS teve o objetivo de identificar as produções que abordaram sobre a atuação do serviço social na educação básica⁵. Ao todo foram analisados 30 artigos.

A leitura dos artigos buscou se orientar por algumas perguntas que identificariam pontos comuns; por exemplo, diversos artigos trouxeram que o serviço social é necessário no espaço escolar para lidar com as diferentes expressões da questão social que impactam o cotidiano escolar. Uma compreensão de alta importância ser destacada, pois é o surgimento e o desenvolvimento da questão social na sociedade capitalista que torna necessária a existência de uma profissão como o serviço social. A escola, assim, é um espaço recheado das manifestações dessas expressões, tendo em vista que os sujeitos que nela convivem assim como suas relações sociais na sociedade (capitalista) são trespassados pelas diferentes expressões da questão social cotidianamente.

No que diz respeito aos espaços institucionais em que o assistente social se encontra inserido, um ponto interessante identificado foi que mesmo o Ensino Médio também sendo considerado educação básica muitos artigos destacaram a inserção do assistente social na educação infantil e ensino fundamental e pelo menos dois artigos trouxeram leis municipais⁶ de inserção dos assistentes sociais nas escolas. Ademais, um artigo apresentado no 15º CBAS abordou que de acordo com um levantamento feito pelo Grupo de Trabalho de Educação do Conselho Federal de Serviço Social em 2010/2011 está vinculada à modalidade do ensino fundamental a maioria dos profissionais que atuam na educação no Brasil. Diante disso inferi que há um maior reconhecimento dentro da educação básica, em diferentes lugares do país, da atuação dos assistentes sociais por parte dos municípios do que pelos estados.

Ao retomarmos o histórico do serviço social, vemos sua relação com a educação desde os primórdios da profissão. Cerca de 12 artigos abordaram essa relação correlacionando a inserção profissional na educação popular com uma atuação que

⁵ Compreende-se como educação básica, a partir da LDB (Lei nº 9394), a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os Institutos Federais (IF) de ensino médio/técnico também são considerados como educação básica por possuírem integrado à formação técnica profissionalizante o ensino médio, porém dentro do foco escolhido para o trabalho, foi decido por não considerar os IF's por terem uma estrutura de trabalho do assistente social similar à educação superior.

⁶ Destacamos que de acordo com a LDB (lei nº 9394/96) os municípios são incumbidos a ofertar a educação infantil e fundamental prioritariamente.

interpretamos como ajustamento das famílias/crianças às exigências da sociedade capitalista. Como bem sabemos muita coisa mudou desde os primórdios da profissão e hoje temos uma visão diferente do atendimento aos nossos usuários, como a compreensão da inserção do serviço social na escola contribuir para o reconhecimento da educação enquanto um direito social – uma ideia também expressa, vale destacar, em pelo menos 11 artigos.

O assistente social frequentemente é demandado na educação para atuar com a infrequência e evasão escolar dos alunos, em alguns casos até por uma exigência dos programas de transferência de renda do governo federal (como o Bolsa Família) aos profissionais de serviço social localizados na assistência (em prefeituras, CRAS, etc). Pelo menos 7 dos artigos lidos apresentaram esta demanda (evasão escolar) direcionada aos assistentes sociais e também reconheceram a evasão escolar como sendo uma das expressões da questão social presentes nas escolas.

Outro ponto identificado diz respeito à concepção que, em diversas áreas de atuação profissional do serviço social, o trabalho em equipe multi e/ou interdisciplinar é extremamente importante para oferecer aos usuários um atendimento mais completo e qualitativo. Na educação isso não é diferente, tendo sido algo abordado por aproximadamente 20 artigos. Destaco ainda que a atuação interdisciplinar entre o serviço social e a psicologia potencializa o atendimento aos educandos e familiares.

Uma vez inserido na educação, o assistente social também é requisitado para desempenhar o trabalho com as famílias, fazendo a mediação entre as famílias e a educação/escola. Mesmo quando não se dá como uma demanda direta da instituição, o trabalho com as famílias ou o contato mais frequente com estas acaba surgindo no desenvolver da atuação do serviço social dentro da escola. Desse modo é importante ressaltar que este tipo de trabalho do serviço social é uma forma de realizar também uma maior democratização do espaço escolar.

Ademais, vale ainda ressaltar, que os diversos pontos destacados a partir dos artigos, que deram base às breves reflexões aqui apresentadas, me levaram a perceber que em diferentes lugares do país a compreensão e o fazer profissional do serviço social na educação compartilham de percepções e pressupostos comuns.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a política de educação mostra-se como uma temática altamente importante de ser debatida e ser compreendida dentro de uma sociedade de capitalismo

dependente como a sociedade brasileira, em que tal política é atingida constantemente pelos ditames de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Só então será possível construir coletivamente propostas contra hegemônicas de uma educação emancipatória. Um ambiente escolar mais democratizado contribui para uma educação que incentive os educandos a pensarem e refletirem sobre sua realidade e história, uma educação que forme para a cidadania e não somente para o civismo ou o saber obedecer a regras e reproduzir técnicas.

O assistente social não é nenhum agente revolucionário que irá mudar a sociedade capitalista muito menos reformular toda a política de educação. Mas este profissional no dia-a-dia do seu trabalho dentro do ambiente escolar, através de uma atuação coletiva e em consonância com o projeto ético político da profissão poderá colaborar na construção de uma educação democrática. Uma atuação que contribuirá na compreensão do educando como um indivíduo permeado por diferentes expressões da questão social, onde o ambiente escolar deve ser um espaço que acolhe esse indivíduo percebendo e trabalhando suas dificuldades e potencialidades. Todos esses educandos merecem um espaço escolar que fortifique suas relações sociais e pessoais e lhes proporcione uma maior visão de mundo, para além de uma educação voltada para o mundo do trabalho e para um mero investimento em capital humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 93-109.

ANTUNES, Ricardo. A Nova Morfologia do Trabalho, suas Principais Metamorfoses e Significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, Cátia (Org.). **Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 29-72. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BELO HORIZONTE, **Lei nº 16683, de 10 de janeiro 2007**. . Belo Horizonte, 10 jan. 2007. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=16683&ano=2007&aba=js_textoAtualizado> Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 1297, de 5 de novembro de 2003.** . Belo Horizonte, 11 dez. 2003. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2003&n=1297&t=PL&aba=js_tabVisao> Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL, **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** . Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017.** . Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993.** Brasília, 8 Jun. 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em: 25 jun. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para o mundo do trabalho:** sumário executivo. Brasília: CNI, 2013. Disponível em:

<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/educacao-para-o-mundo-do-trabalho/documentos-e-publicacoes/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2012. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 25 jun. 2019

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, jan./abr. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEHER, Roberto. **Organização, estratégia política e o plano nacional de educação.** O texto tem como base a exposição apresentada no curso de especialização do MST, organizado no Coletivo CANDEEIRO e o Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular – CEPAEP, Faculdade de Educação da USP, 27/11/2009. Versão revista e ampliada em: out. 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In:

GUIMARÃES, Cátia (Org.). **Trabalho, Educação e Saúde:** 25 anos de Formação Politécnica no SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 29-72. Disponível em:

<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. **Teoria do capital humano**. Verbete. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teoria_%20do_capital_humano.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 149-165.

MOTA, Vânia C. da. Concepção de educação como motor de desenvolvimento econômico e social: ideologias do capital humano e do capital social. In: MOTTA, Vânia C. da; PEREIRA, Larissa D. (org.) **Educação e Serviço Social Subsídios para uma análise crítica** – 1.ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação/ Curvatura da Vara/ Onze teses sobre educação e política**. 20. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E À ESCALADA DA EXTREMA-DIREITA

Mossicleia Mendes da Silva¹

Resumo: Este trabalho trata do projeto ético-político do Serviço Social, realizando uma reflexão sumária sobre os tensionamentos e desafios enfrentados pela profissão no sentido da sua defesa. Delineiam-se problematizações ainda muito iniciais do contexto de avanço do conservadorismo e sua consagração nas eleições presidenciais, ao passo que se coloca em tela o acirramento dos desafios ao projeto ético-político.

Palavras-chave: Projeto ético-político; conjuntura política; conservadorismo.

Abstract: This work deals with the ethical-political project of the Social Service, carrying out a summary reflection on the tensions and challenges faced by the profession in the sense of its defense.

We outline the very initial problematizations of the context of the advance of conservatism and its consecration in the presidential elections, while the challenge of the ethical-political project is presented.

Keywords: Ethical-political project; political conjuncture; conservatism.

1. INTRODUÇÃO

Este breve ensaio tem por objetivo realizar uma reflexão sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, problematizando as tensões e possibilidades para seu fortalecimento a partir das forças sociais e políticas em presença na dinâmica da luta de classes do capitalismo dependente brasileiro.

O trabalho se organiza a partir de dois eixos de discussão: no primeiro, são sinalizados elementos que engendraram a crise do governo petista e da conjuntura que se consolida no Brasil com a ofensiva ultraconservadora, consagrada nas urnas com a eleição de um candidato de extrema-direita. No segundo, problematizamos os desafios postos, neste novo cenário, para as condições histórico-concretas de defesa do projeto ético-político.

1. Do impeachment à vitória eleitoral da extrema-direita

Assegurados pela mais alta cúpula do grande capital e pelos grupos de mídia massificadora, a investida conservadora, capitaneada pelo PMDB, consolidou

¹ Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Email: mossi_c@yahoo.com.br. Eixo Temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

impeachment que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República. A chegada de Temer ao Planalto Central, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômica, o governo Temer passa a implementar uma série de medidas, cujo impacto social tem se mostrado desastroso.

Esse contexto a ascensão do conservadorismo e a escalada da extrema-direita² ganha ampla envergadura. Mota (2017) assinala que

na segunda década do século XXI, o aprofundamento da crise do capital, a queda tendencial da taxa de lucros e a hipertrofia do capital financeiro fornecem o lastro para emergir, ressignificada, “a cultura da crise” — uma cultura política levada a efeito pela burguesia e seus intelectuais, referenciada nas diretrizes neoliberais, robustecida pela desqualificação genérica da esquerda, pelo fenômeno da corrupção espetacularizado midiaticamente e pelo conservadorismo moral da direita, ampliando as estratégias materiais e ideológicas necessárias à formação do consenso das classes subalternas (MOTA, 2017, p. 41).

Desde as manifestações massificadas contra o governo Dilma já em 2015, ficavam evidentes as bases conservadoras e reacionárias que conseguiam capitalizar a insatisfação de camadas importantes da sociedade brasileira, com destaque para as camadas médias, mas também com impacto importante sobre frações da classe trabalhadora.

O governo de Michel Temer aglutinou uma série de medidas severas para classe trabalhadora ao tempo que as forças políticas mais reacionárias junto a determinados segmentos da elite jurídica do país – com anuência do STF – se consolidava o cerco político-jurídico em torno de Lula para impedir sua candidatura ao pleito presidencial, culminando na sua prisão.³ Por outro lado ganhava envergadura a candidatura de Jair Bolsonaro, expoente exímio do projeto da extrema-esquerda brasileira. A burguesia conservadora do capitalismo dependente brasileiro, historicamente antidemocrática e pouco permeável aos interesses populares, na sanha em acelerar a recomposição do capital nestas latitudes, sem comportar mais nem as tímidas melhorias que os governos petistas ofereciam aos trabalhadores em troca do consenso social democrático, acaba por assimilar a pauta ultraconservadora de Jair

² Na esteira de tendências internacionais que marcam a expansão da extrema-direita nos países europeus desde 2010, desde os abertamente fascistas até os mais “moderados”. Também a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos joga água nesse moinho de ultraconservadorismo de direita e sua consolidação fretneá importantes países capitalistas.

³ A prisão de Lula é parte de um processo de recrudescimento antipopular da democracia blindada brasileira, no qual seus traços bonapartistas, togados e fardados, se intensificam gradativamente. Necessitando de agudas contrarreformas e de uma austeridade sem precedentes, o grande capital, uma vez assestado o Golpe do impeachment, não se dispôs mais a tolerar o pacto, ou melhor, a concertação social que, com relativo êxito – para o capital – vigorara por quase toda a duração dos governos petistas. Partido da concertação social por excelência, o Partido dos Trabalhadores, e seu líder máximo, Lula, tiveram de ser retirados celeremente do jogo político, e todos os meios necessários para isso, legais ou ilegais, foram devidamente usados. Depois do Golpe, as amarras constitucionais foram rompidas, os pudores democráticos foram dispensados e para a burguesia tudo parece então ser possível. O seu desejo anda solto, e seu flerte com o fascismo já não é só virtual (DEMIER, 2018. Não paginado).

Bolsonaro e seus congêneres, posto que seu representante original – o candidato Geraldo Alkimim do PSDB – não deslanchava na campanha presidencial.

Assentado num discurso conservador de extrema-direita, sedimentado sob a estratégia de disseminação de ideias e falas de efeitos nas redes sociais e apoiado pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira – com destaque para as igrejas evangélicas e segmentos da igreja católica –Bolsonaro angariava cada vez mais apoio do eleitorado, sobretudo em função do ódio ao PT sob a falácia do combate à corrupção e à violência. Para completar, o candidato do PSL foi vítima de um ataque violento – talvez um tanto mal explicado – o qual parece ter acalorado e arrebatado ainda mais “mentes e corações” em torno de sua candidatura.

O discurso tosco e violento do candidato saltava à vista o viés ideológico conservador e reacionário da face mais acirrada da extrema-direita no Brasil, paradoxalmente assentado na falácia do candidato de que somente sua eleição oferecia ao país a possibilidade de se libertar da ideologia marxista e do “politicamente correto”. O combate ao chamado “marxismo cultural”, a “ideologia de gênero”, a liberação do porte de armas, a diminuição da maioridade penal, a revisão da demarcação das terras indígenas, o combate aos avanços da “ditadura LGBT”, bem como a constituição de outra via de relações internacionais livre das amarras ideológicas endossavam o discurso político do candidato, majoritariamente disseminado por suas redes sociais, já que não compareceu a maioria dos debates, inclusive no segundo turno, ao tempo que conferia entrevistas exclusivas a algumas emissoras de televisão.

A escalada absurda do ódio e da violência assentaram as bases de uma eleição que teve até mortes por brigas partidárias e sedimentaram os alicerces de uma extrema polarização política.

No rastro de radicalização do conservadorismo, evidenciam-se ações concretas de expressão do ódio e da intolerância a tudo o que se contrapõe aos pilares desse pensamento. São evocadas intransigentemente a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, em nome da família, da tradição e da igreja. Nesse clima, intensificam-se os ataques a direitos conquistados, ameaça-se os pilares da democracia, ataca-se tudo o que é visto e entendido como risco à ordem e harmonia social. Assim, gays, lésbicas, negros/as, transgêneros, religiões de matriz africana, comunistas, socialistas, presos/as, pobres, mulheres, entre outros/as, são vistos/as como ameaças a serem exterminadas com repressão, violência e disciplina. Instaura-se a defesa do justicamento com as próprias mãos, evoca-se a punição e o sofrimento (CARDOSO, 2016, p. 103).

A guerra declarada à esquerda, aos movimentos sociais e a toda pauta minimamente progressista se assenta num total irracionalismo, que aliados ao improviso e ao despreparo do candidato vêm dando as rédeas de uma agenda que promete esmagar toda forma de oposição. A esquerda saiu das eleições com uma duríssima derrota e com profundas

clivagens que se mostram difíceis de serem, senão superadas, ao menos acomodadas⁴ para construção de uma oposição mais sólida e uma agenda antifascista.⁵ Bolsonaro e sua trupe conservadora conseguiram capitular o ódio ao PT como mecanismo de combate a toda esquerda ou quaisquer grupos sociais e políticos que não seja de direita.

Evidentemente, resgatam um velho ressentimento contra o intelectualismo, identificado na classe artística, nos estudantes de universidade pública e, sobretudo, no ativismo LGBT, vistos como vencedores da guerra pelos melhores postos do capitalismo contemporâneo e, portanto, adversários a serem abatidos. Então, o significado político não pode ser minimizado, pois não se trata apenas de uma derrota eleitoral, mas a consagração eleitoral de uma vitória social. A esquerda, nos últimos anos, acreditou que a política se resumia à gestão da precariedade, enquanto a economia permitia. A direita, por sua vez, fez dela novamente guerra social, apelando aos afetos mais recalcados da sociedade brasileira, que reagiu violentamente escolhendo a autodefesa de seus valores conservadores (COSTA, 2018. Não paginado).

Ao chegar à presidência da república, o governo Bolsonaro começa a consolidar sua agenda nefasta para as demandas populares e o caráter ultraconservador de sua plataforma de governo, robustecido na sua explícita vinculação à Igreja,⁶ sobretudo à evangélica, se manifesta nas opções mais bizarras e obscuras para compor o alto escalão do governo federal. As bases desse escalão vão das bases militares, passando por lideranças evangélicas aos ultraneoliberais.

Em poucos dias de governo, já há um saldo perverso e preocupante de assalto a direitos e extinção de pastas de trabalho importantes. O ataque à população indígena e quilombola com a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; a identificação, delimitação e demarcação das terras passa a de responsabilidade do Ministério da Agricultura; a retirada das ações destinadas à garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs, da política de Direitos Humanos a ser comanda pela Ministra Damares, a exoneração de trabalhadores em função de mapeamento de suas opções político-ideológicas contrárias ao governo; na linha da militarização promovida pelo bolsonarismo podem ser citadas 6 nomeações que participaram das tropas brasileiras na invasão do Haiti; reestruturação do Ministério da Justiça, dando novas atribuições a ser comandadas pelo ex-Juiz Federal Sergio Moro, como o extinto Ministério do Trabalho que agora também passa a ser caso de justiça; divulgação do Decreto que facilita a posse de arma de fogo; o avanço

⁴ Pode-se citar, por exemplo, a dificuldade de articulação encontrada pelo deputado Federal Marcelo Freixo para articular sua candidatura para presidência da Câmara.

⁵ Não será aqui tratado do debate – ainda em construção – da compreensão do governo Bolsonaro como um governo fascista. De todo modo, o artigo de ATILIO A. BORON, intitulado: “Caracterizar o governo Bolsonaro como “fascista” é um erro grave” parece, neste momento trazer algumas elucidações importantes. O artigo está disponível no link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/54496/atilio-boron-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>

⁶ O Estado brasileiro que nunca foi efetivamente laico e que sempre flertou com o fundamentalismo cristão, ascende a um novo e perigoso patamar antidemocrático que mesma valores religiosos com militarismo.

para viabilizar a reforma da previdência⁷ e privatização de empresas estatais, entre outras ações.

Uma das grandes frentes do “combate ideológico” do governo Bolsonaro parece se localizar no Ministério da Educação, como reduto das ideias do tacanho ultradireitista Olavo de Carvalho, expresso na alocação de pelo menos três de seus “discípulos”, Ricardo Vélez, titular da Pasta, os seguidores Carlos Nadalim e Murilo Resende ocupam, respectivamente, a Secretaria Especial da Alfabetização e a direção da Avaliação da Educação Básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). De acordo com Jucá (2019), através dos três declarados “olavistas ou olavetes”, as ideias e direção teórico-política do ultradireitista devem influenciar a política educacional da alfabetização à Universidade, que, grosso modo fazem jus à defesa da “escola sem partido”, além do combate a chamada “dogmatização marxista” da Universidade pública, a sua privatização, o cerceamento da liberdade e autonomia pedagógica, bem como a intenção já declarada de mudar os meios de eleição dos reitores.⁸

As medidas são tomadas em meio a “cortina de fumaça” da “batalha ideológica” que é a “ponta de lança da estratégia de Bolsonaro” (ALESSI, 2019. Sem paginação). Enquanto a ministra Damarens dispara a questão da demarcação de cores como padrão para definição de gênero, na provalada frase “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, Bolsonaro enceta medidas e ações de cunho mais profundo e danoso, talvez irreversíveis, que concorrem para a dizimação de direitos e expropriações de toda espécie. Conforme atesta o antropólogo Piero Leirner, em entrevista ao El País, a estratégia simbólica de Bolsonaro também pode estar atrelada a outra, que é mais complexa, sendo mais um prolongamento das táticas de campanha. Trata-se de mais “uma dessas cortinas de fumaça que força uma polarização com setores ‘identitaristas’” e toda uma sorte de agentes, sejam políticos, blogs, imprensa, e ‘famosos’ o que teria dois objetivos principais:

Em primeiro lugar oblitera todas as ações que estão sendo realizadas a toque de caixa na colonização de setores estratégicos, como energia, tecnologia, educação, geopolítica e relações exteriores, meio ambiente e bem estar da população que definem pontos críticos de soberania. Em segundo lugar continua dando combustível para a população que se galvanizou em torno dessas pautas comportamentais (IDEM).

2. Alguns elementos iniciais para pensar os desafios ao projeto ético-político

⁷ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/12/ataques-aos-direitos-recuos-e-confusoes-palacianas-marcam-primeiros-dez-dias-do-governo-bolsonaro/>

⁸ O Ministro da Educação quer mapear ideologia de reitores das Universidades. <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/231235-ministro-da-educacao-quer-mapear-ideologia-de-reitores-de-universidades-diz-coluna.html>

Conforme atesta Barroco (2015), a hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas tanto da categoria quanto da base social que orienta a direção política da nossa intervenção, quais sejam: “as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais” (BARROCO, 2015, p.630).

Não restam dúvidas de que essas condições não estão postas no contexto atual e essa onda ultraconservadora pode insuflar tendências históricas de base conservadora do Serviço Social que são remanescentes e encontram-se latentes num ambiente favorável às suas manifestações mais obscuras. Já durante a campanha eleitoral não foram poucas as manifestações de assistentes sociais e estudantes de graduação em Serviço Social demonstrando apoio e declarando votos no candidato do PSL, bem como surgiram grupos nas redes sociais reclamando a retomada dos valores cristãos para atuação profissional, assim como “a libertação dos cursos de graduação” dos “dogmas do marxismo”.

Ora, o projeto ético-político se não é resultado exclusivo do processo de ruptura com o conservadorismo, sem dúvidas tem suas bases assentadas nele. Contestar a base conservadora significou questionar substancialmente os fundamentos da profissão, processo que não se realizou sem crises, dilemas, equívocos e tampouco ocorreu de forma progressiva/linear e homogênea, passivamente. A afirmação desse projeto crítico perpassa pela correlação de forças que marca uma profissão em sua pluralidade. Sua hegemonia não se consolida de forma imediata; pelo contrário, é mediatizada pelas condições objetivas em que se realiza e pelas subjetivas que determinam a autoimagem da profissão.

A ofensiva ultraconservadora do atual governo e as forças sociopolíticas que lhes dão sustentação concorrem para o espraiamento de tendências conservadoras no âmbito da profissão que colocarão tensões mais densas e desafios ainda mais tangentes ao Serviço Social. Além do que já aludimos, basta retomar rapidamente alguns dos princípios que endossam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expressos no Código de Ética Profissional de 1993, e fica patente a lógica colidente e dramática dos tempos que se consolidam.

No primeiro princípio, por exemplo, tem-se: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas nela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. O reconhecimento da liberdade como valor ético central do projeto ético-político é a expressão evidente de toda base teórica, filosófica e política desta profissão: tem como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe a plena expansão dos indivíduos sociais.

Além de uma concepção mais ampla de indivíduo, este princípio reconhece a liberdade como categoria ontológica do ser social, a qual permite o pleno desenvolvimento

do gênero humano. Ela não se restringe, mas pelo contrário, se diferencia radicalmente da liberdade formal inscrita nos limites da emancipação política, possibilitada pela perspectiva dos direitos na sociedade burguesa. De modo radicalmente oposto àquela liberdade meramente individualista, a liberdade “da propriedade privada”, aquela baseada na premissa de que “o seu direito acaba quando começa o do outro”.

Se a liberdade – pensada sob os fundamentos da ontologia do ser social – já é colidente com lógica da sociabilidade capitalista, é ainda mais cerceada e claramente atacada quando até mesmo a oposição política, a existência da esquerda e dos movimentos sociais que são possíveis de acomodação em regimes democráticos liberais, são colocados como inimigos diretos do governo.

Neste sentido, o projeto ético-político é golpeado no seu núcleo central – não que fosse possível nos governos anteriores, mas o atual contexto dramatiza e dá contornos de uma clara perseguição político-ideológica e, inclusive, criminalizante. Quando o campo social das forças políticas tem um Estado cuja hegemonia e controle está sob um grupo dominante reacionário e conservador, como é este de extrema-direita, as liberdades fundamentais já estão solapadas e, portanto, a liberdade concreta para plena expansão dos sujeitos sociais fica com espaço limitadíssimo até mesmo para a disputa da direção social da sociedade. O Serviço Social precisará mais que nunca, aglutinar forças junto aos movimentos sociais e ganhar – pela pedagogia da emancipação – cada um dos usuários com os quais atua diretamente. Vai se requerer um árduo e profundo trabalho de base – não no sentido da militância exatamente, posto que se trata de intervenção profissional, mas justamente por se tratar de uma intervenção profissional com significado político, mais do que nunca fazer trabalho pedagógico e mobilizador com os indivíduos e grupos que chegam ao atendimento será vital.

Também no princípio :”Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, as questões são nodais. Esse princípio congrega duas séries de questões intimamente articuladas: a recusa ao histórico autoritarismo do Estado brasileiro e das classes dominantes, sobretudo àquelas experiências desencadeadas pelo período ditatorial. Observe-se que esse princípio foi construído na recém democratizada sociedade brasileira, mas hoje ele recebe novos determinantes no cenário em que pairam sobre o Estado brasileiro os mecanismos de um governo que aponta não apenas para o aprofundamento da direção coercitiva/punitiva da ação estatal, mas encaminha ações e estratégias de cunho fascista; e a defesa da efetivação dos direitos inerentes ao ser humano na sua condição de dignidade a contrapelo da intensa degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Outro ponto em que os embates serão ferrenhos para o Serviço Social, visto a implacável luta das atuais forças dominantes em desqualificar os direitos humanos,

banalizar suas questões elementares, bem como aviltar aqueles que se colocam na perspectiva de sua defesa.

O terceiro princípio traz: a “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. Este princípio congrega algumas polêmicas, sobretudo no tocante ao limite da cidadania no marco da sociabilidade burguesa. No cerne do debate, está a questão posta desde a crítica radical de Marx à cidadania democrática moderna: o limitado nível da emancipação política e a necessidade pujante da emancipação humana como única forma de plena expansão dos indivíduos sociais.

No famoso texto “Sobre a questão judaica”, Marx desenvolve essa discussão sobre os fundamentos restritos que embasam a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Neste texto, suas indicações sobre emancipação política e emancipação humana são preciosas para compreendermos os limites da primeira e a necessidade da segunda. Entretanto, assumir a emancipação humana como horizonte deste projeto profissional não pode implicar em abrir mão dos direitos civis, políticos e sociais conquistados por intensas e históricas lutas da classe trabalhadora.

É, pois, no sentido de que é necessário manter e aprofundar os direitos de cidadania, como patamar estratégico de atendimento a demandas materiais imediatas dos trabalhadores e como mediação da luta por outra sociabilidade que este princípio é ratificado no Código de Ética. A cidadania entendida como campo de contradição, espaço de lutas e correlação de forças, estratégia sempre mais necessária na medida em que a busca descontrolada do capital por altas taxas de lucro tem implicado na retração e destruição de direitos.

No atual contexto, a luta pelos valores da chamada emancipação política se torna imperiosa, face ao ataque desferido às liberdades civis e políticas fundamentais, bem como as ações que impactam diretamente na retirada de direitos e na retração das políticas sociais que garantem esses direitos como a Emenda Constitucional Nº 95. Não se trata de perder de vista o horizonte da emancipação humana, mas a compreensão de que, mais do que nunca, os ganhos civilizatórios da tradição liberal burguesa clássica e os ganhos em função das lutas dos trabalhadores pela ampliação de direitos são mediações imprescindíveis para enfrentamento dessa conjuntura. Nunca foi tão vital aprofundar as lutas nessas trincheiras.

Os desafios também passam pela necessidade de qualificar os conselheiros dos conselhos de direitos, adensar a participação da categoria em espaços como Conselhos municipais, estaduais e federais, bem como nas conferências das diversas políticas sociais. Aprofundar estudos sobre o Orçamento das políticas sociais, publicando não somente junto

à categoria, mas aos usuários, movimentos sociais e outras categorias profissionais os seus resultados e a necessidade de pressão para canalização de recursos para as demandas das políticas sociais.

Outro princípio aponta para o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. O enfrentamento ao preconceito e o respeito à diversidade é uma questão totalmente inovadora em uma profissão cuja origem conservadora, inclusive de base confessional, teve como marca decisiva, em seus antigos Códigos de Ética – com exceção do Código de 1986 –, o moralismo cristão e o conservadorismo, afiançado pela formação social brasileira extremamente moralista e assombrosamente intolerante com as formas sociais diversas dos seus padrões societários, assim como o racismo estrutural que marca as relações sociais no país. Esse princípio é fundamental, dentre outros aspectos, pelo fato de o trabalho cotidiano do (a) assistente social ser realizado em larga medida com grupos sociais discriminados.

Barroco (2010, p. 205) assinala que, ao explicitar essa temática em um dos Princípios Fundamentais o Código de Ética, o Serviço Social faz um importante avanço em termos de superação daquele moralismo que referíamos, além de enfrentar o “dogmatismo, ao defender a tolerância, concebida como respeito à diversidade”.

Certamente aqui a empreitada do Serviço Social não será menos ferrenha. A profissão tem grande acúmulo teórico-político nesta direção com importantes produções, pesquisas e campanhas do CEFESS e dos CRESSs que visam combater toda forma de preconceito e discriminação, inclusive com publicação de material informativo e educação. Também a categoria tem se articulado aos grupos que lutam em prol dessas agendas e engrossado os movimentos e ações desses segmentos. Ainda neste campo pode-se elencar o impulso dado ao debate sobre a questão étnico-racial no próprio Serviço Social e na sociedade brasileira de um modo geral.

Parece que nesse contexto, o princípio que defende a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” ganha contornos ainda mais tensionados.

Um Código de Ética de base crítica e progressista não poderia imputar ao corpo profissional a “obrigatoriedade”, o arbítrio no que diz respeito à concepção, base teórico-filosófica e política do projeto profissional. Por isso, a defesa do pluralismo vem plasmar os demais valores emancipatórios defendidos. Aspecto relevante em relação a este princípio é o que tange à identificação de pluralismo com ecletismo. A esse respeito, Forti (2010, p. 151) faz uma importante observação: “pluralismo – expressão destacada no presente

princípio – não significa ‘ecletismo’, ou seja, a aceitação da junção sem critério de diferentes vertentes teórico-filosóficas, ou ‘neutralidade’: a ideia da equivalência de expressões teórico-filosóficas diversas”.

Hoje, porém, não apenas o ecletismo é uma possível “degeneração teórico-política”, visto que expressões abertamente conservadoras despontam sem pudores. É preciso referir aqui as manifestações mais abertas de adesão ao conservadorismo e a direção social impressa pela direita mais conservadora, que vem se processando desde as últimas eleições presidenciais, com claras menções de oposição ao projeto ético-político, citadas anteriormente. Como afirma o princípio, o pluralismo comporta as manifestações democráticas, mas quando estas se afinam a discursos e práticas moralistas, psicologizantes e apelos aos fundamentos da fé cristã para pautar a intervenção profissional e ações de cunho autoritarista, preconceituoso e que atentam contra o direito a diversidade e a autonomia dos sujeitos com que trabalham os (as) assistentes sociais, elas devem e precisam ser combatidas. Isso exigirá a articulação ainda mais afinada dos CRESS com os profissionais no sentido de identificação de discursos e práticas que firmam o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão, de modo a bloquear tais ações. Também as entidades da categoria precisarão desenvolver estratégias para articulação com estudantes e profissionais formados em cursos EaD de modo a angariar mais forças ao projeto ético-político, uma vez que é possível que a crítica – séria e necessária – a expansão dessa modalidade de ensino, venha gerando celeuma com os sujeitos envolvidos nesses espaços e por vezes uma certa estranheza ou recusa ao próprio debate do projeto ético-político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste trabalho não tem nenhuma pretensão de saudosismo ao ciclo petista e, menos ainda, de prospecção dos movimentos que vêm pela frente. Tão somente foram feitas reflexões de situações concretas já analisadas pelo Serviço Social no sentido de encaminhar a análise das tendências que vem se apresentando e de circunstâncias que consolidam.

Assim, a compreensão dos limites desse breve ensaio é tangente, posto que a complexa conjuntura que está posta é atravessada pelas contradições intensificadas da luta de classes e concorre para intensa dinamização dos acontecimentos. Muita água ainda será lançada no moinho da ofensiva conservadora e da construção da resistência.

Diante de tudo que é tão incerto, é muito certo que afirmar o projeto ético-político e se manter firme na sua defesa será mais necessário do que nunca. Se um dia esteve em

questão sua hegemonia, hoje está em pauta a necessidade de enfrentar os ataques frontais de que será objeto.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, G. *Batalha ideológica é a ponta de lança da estratégia de Bolsonaro*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html. Acesso em: 08/01/2019.
- BARROCO, L. Não passarão: Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015. n. 124, p. 623-636, out./dez.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: 2010.
- CARDOSO, P. F. G. O projeto ético-político em tempos de radicalização do conservadorismo: resistência e intransigência na luta por emancipação. *Revista Emancipa: o cotidiano em debate*, São Paulo: Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª região), n. 1, maio 2016.
- COSTA, H. *A extrema direita, antes de ganhar o parlamento, ganhou corações e mentes e espalhou sua mensagem para todos os cantos do país*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584203-a-gestao-da-precariedade-versus-o-apelo-aos-afetos-dos-recalcados-entrevista-especial-com-henrique-costa>. Acesso em: 16/11/2018.
- DEMIER, F. *As eleições do Golpe (ou o Golpe das eleições): da democracia blindada à democracia dos blindados*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/14/as-eleicoes-do-golpe-ou-o-golpe-das-eleicoes/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2018.
- FORTI, V. *Ética, Crime e loucura*: Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In: *Serv. Soc. Soc*[online]. 2017. n. 128, p. 39-53, jan./abr.

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros¹
Gabriellen da Costa Lourenço²
Hegles Pereira do Nascimento³
Nathália de Jesus Januário Nogueira⁴

O presente trabalho é fruto dos desdobramentos da disciplina intitulada Projeto Integrador V, o qual tem por objetivo contribuir para a formação teórica e metodológica dos discentes no que se refere à produção de pesquisas no âmbito do Serviço Social. Diante disso, um dos recortes consistiram na reflexão sobre os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais em Paraíba do Sul e Três Rios, municípios da Região Centro-sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Refletiremos aqui sobre os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, tendo como eixo de análise a legislação profissional do serviço social e trabalho multiprofissional da região.

Palavra-chave: Legislação Profissional, Trabalho Multiprofissional, Espaços sócio ocupacionais.

The present work is a result of the developments of the discipline called Integrator V Project, which aims to contribute to the theoretical and methodological training of students in the production of research in the field of Social Work. In view of this, one of the cuts consisted in the reflection on the socio-occupational spaces of the social workers in Paraíba do Sul and Três Rios, municipalities in the Center-South Fluminense Region of the state of Rio de Janeiro. We will reflect here on the socio-occupational spaces of the social workers, having as axis of analysis the professional legislation of the social service and multiprofessional work of the region.

Keywords: Professional Legislation, Multiprofessional Work, Socio-occupational Spaces.

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUC/RJ. Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Redentor Paraíba do Sul. Email: profa.jaqueline.barros@gmail.com
2 Graduanda em Serviço Social da Faculdade Redentor. gabriellenlourenco@gmail.com
3 Graduanda em Serviço Social da Faculdade Redentor. heglespereira.hp@gmail.com
4 Graduanda em Serviço Social da Faculdade Redentor. nathalianogueiran90@gmail.com

I - A constituição do Projeto Ético-político do Serviço Social: uma análise da legislação profissional para o trabalho multiprofissional

A construção do projeto profissional do Serviço Social no Brasil de acordo com Paulo Netto (2008) é iniciada na transição da década de 70 a 80, sendo um momento importante para o desenvolvimento da profissão no Brasil, já que se consolidava o enfrentamento e a denúncia do conservadorismo. Esta denúncia do conservadorismo no Serviço Social surge na segunda metade dos anos 60, através do Movimento de Reconceituação, como objeto de problematização do exercício profissional.

Já a transição dos 70 aos 80 colocou a problematização do conservadorismo em um patamar diferenciado que combinou com a instauração da ditadura militar brasileira, ocorrida em 1 de abril de 1964, sob a hegemonia de uma tecnoburocracia civil tutelado pelos militares e que estava voltada para o desenvolvimento vinculado aos recursos do grande capital.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, conforme Paulo Netto (2008), reverberou na categoria profissional criando condições de romper com o monopólio do conservadorismo no Serviço Social pela queda da ditadura, bem como, favorecendo as condições da constituição de um novo projeto profissional.

A década de oitenta consolidou, no plano ideo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamos que essa ruptura não significou que o conservadorismo no Serviço Social foi superado no interior da categoria profissional, mas posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto se afirmar que ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia sobre as tendências ideo-políticas que tencionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratiza-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ideo-política. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinamento católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância.

A consolidação da ruptura com o conservadorismo favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão. E no entendimento de Paulo Netto (2008) estava em curso dos anos oitenta amaturização da corrente “intenção de ruptura”, que foi um dos principais suportes para a consolidação da inserção do Serviço Social na academia.

Do ponto de vista dos parâmetros teóricos, o que é saliente, no Serviço Social no Brasil, na entrada dos anos noventa, é o fato de se registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Dada a relevância destas nos desenvolvimentos da década passada, a crítica, todavia, não se apresenta como antimarxista; antes, ela se realiza sob duas formas principais, aliás complementares: 1) uma crítica à ortodoxia (que, para os críticos, é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social; 2) uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos. No primeiro caso, crítica se dirige no sentido de “ampliar”, “abrir”, “flexibilizar” a perspectiva teórica, incorporando os autores que sejam do gosto do crítico (Habermas para uns, Foucault para a maioria) e as tendências mais prestigiadas e mais upto date nos círculos acadêmicos e na indústria cultural (os pós-modernos). No segundo, constatando-se que a elaboração dos anos oitenta não lavrou sobre um amplo rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias etc.), insinua-se que isso se deve a uma espécie de inépcia imanente às correntes marxistas para enfrentá-los. E não é comum, nos dois casos, um tratamento caridoso aos marxistas, tratamento que generosamente se dispensa aos habitantes do Jurassic Park) (NETTO, 2008, p. 148)

Nos anos de 1990, conforme ponderações de Paulo Netto (2008), o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada já no campo da formação (graduação e pós-graduação), nas instituições de representação ABESS/CEDEPSS e na produção científica do corpo profissional nos congressos. O debate sobre o projeto ético-político do Serviço Social ocorre a partir dos meados dos anos de 1990 revelando, neste caso, um debate novo com escassa documentação sobre o tema.

A experiência socioprofissional, nas considerações de Paulo Netto (2008), confirmou que para um projeto profissional se afirmar na sociedade, ganhar solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão, é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado. Para tanto a elaboração e a afirmação de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um ponto fundante da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado.

Podemos assim sintetizar os seguintes componentes do projeto ético-político de acordo com Braz (2001):

1) dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Dessa forma, não cabem no projeto ético político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem. 2) dimensão político-organizativa da profissão: Aqui assentam-se tanto os

fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselhos Federal e regionais de Serviço Social), a ABEPSS (associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de Centros e Diretórios Acadêmicos/ ENESSO. [...]. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior. 3). Temos aqui o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional (Código de Ética, Lei de regulamentação da profissão (8662/93) e as novas diretrizes curriculares 1996; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (Constituição Federal 1988, leis e outros. (BRAZ, 2001, p. 390-394)

Tendo em vista o exposto até aqui, podemos concluir o conflito entre o projeto ético-político hegemônico no Brasil entre os anos 1990 e 2019 e o projeto societário implementado pelos governos que coadunavam e concordam com as ideias neoliberais de destruição dos direitos sociais, a privatização do Estado tendo em conta o sucateamento dos serviços públicos e a implementação da política macroeconômica que prioriza o capital e penaliza os trabalhadores.

Esses apontamentos demonstram o real conflito entre o projeto ético-político do serviço social e o projeto societário ultraneoliberal perpetrado pelos governos com maior rigor, e que coloca em questão a necessidade de os assistentes sociais intensificarem a organização e a reflexão dos novos rumos para a profissão em tempos de conservadorismo e retorno aos modelos religiosos e morais no interior das pautas de comportamento impetrado pelo atual governo

Na linha do fortalecimento do projeto ético político. Teixeira e Braz (2009) nos alerta sobre o papel do Serviço Social na relação entre classe:

Ainda que a prática profissional do (a) assistente social não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais – através das quais, incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens -, balizadas pelo projeto profissional que a norteia. Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 188)

Assim é no campo da disputa da direção social do projeto societário, que o projeto ético-político do Serviço Social precisa ser rearticulado e ser posicionado para a defesa de um dos princípios colocados no Código de Ética 1993 que é “a construção de uma outra ordem social” que abranja os trabalhadores e suas lutas. Desta forma,

Teixeira e Braz (2009) apontam alguns desafios para o projeto ético-político nos anos 2000: o enfrentamento com a ofensiva do capital e no interior desta ofensiva as matrizes teóricas que o subsidia na academia, teoricamente, e que são o pragmatismo, o conservadorismo e a pós modernidade; o processo de transformação do mundo do trabalho com as novas tecnologias configurando, na contramão do avanço tecnológico, as doenças do trabalho e a necessidade de construir resistências e lutas com a articulação com outros projetos profissionais no interior dos projetos societários.

No interior dos projeto ético-político do serviço social encontramos sua base legal que orienta o exercício da profissão fundamentado nas legislações. Estas legislações devem ser consultadas periodicamente e refletidas nos processos de trabalho em que está inserido o assistente social.

Assim a legislação profissional do Serviço Social aponta a necessidade de haver durante a formação e os processos de trabalho o debate e o incentivo do trabalho com interdisciplinaridade nas equipes profissionais (Multidisciplinar). Nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, publicado no Caderno ABESS 7 e na Coletânea de Leis e Resoluções do CRESS/RJ, há a menção de que um dos princípios e diretrizes da formação profissional está o “caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional” (CRESS/RJ, 2008, p. 50).

Já nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (homologada em 04.07.2001 pelo MEC) traz a menção no princípio da formação profissional a necessidade da “presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional” (CRESS/RJ, 2008, p.69. Já a Resolução CNE/CES n 15/2002 que trata das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social advoga que a interdisciplinaridade deve estar na organização do curso de Serviço Social nos seguintes termos: “presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional” (CRESS/RJ, 2008, p.76). Nas análises destes documentos podemos entender que a interdisciplinaridade deve estar no projeto de formação e execução do mesmo no curso de Serviço Social.

Já no Código de Ética de 1993, artigo 10, no que se refere aos deveres dos assistentes social na relação com outros profissionais, há no inciso d, a seguinte menção da interdisciplinaridade: “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar” (CRESS/RJ, 2008, p. 39).

Na resolução 557/2009, que trata da emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, dispõe no seu artigo

3 a seguinte menção: “o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.”

Das análises dos documentos mencionados, presentes na legislação profissional, existem dois apontamentos: o primeiro a necessidade de na formação estarmos na relação interdisciplinar em curso a fim de conseguir estabelecer relação de trocas de saberes a partir da matéria prima do Serviço Social, que é a questão social; o segundo: é a busca de favorecer nos processos de trabalho a interdisciplinaridade, bem como estabelecer normas desta relação a partir do horizonte do projeto ético-político da profissão.

II - A aplicação da legislação do Serviço Social no trabalho interdisciplinarnos espaços ocupacionais nos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios.

Durante os meses de abril e maio de 2019 foi realizada duas pesquisas durante a disciplina Projeto Integrador V, com grupos de discentes diferentes, visando conhecer os espaços sócio-ocupacionais e o debate da interdisciplinaridade no interior dos processos de trabalho do Serviço Social. Aqui buscaremos enfatizar os dados que nos possibilite pensar a legislação profissional com a interdisciplinaridade, onde haja relação multiprofissional.

Os dois grupos envolvidos elaboraram questionários, para cada temática separadamente, com perguntas abertas e fechadas. As questões fechadas foram tabuladas coletivamente, já as questões abertas foram analisadas através da técnica de conteúdo, que possibilitou elaborar sínteses interpretativas sobre a interdisciplinaridade.

Assim buscamos saber se os profissionais enxergam o Código de Ética de 1993 como referência para a profissão, e constatamos que os entrevistados o veem como uma direção da profissão. Os entrevistados das cidades de Paraíba do Sul e Três Rios entendem o Código de Ética como um ponto norteador e base fundamental para o regulamento profissional e desenvolvimento da profissão. Entretanto, os resultados encontrados nos surpreenderam pois, em Paraíba do Sul 80% dos entrevistados leu pela última vez o Código de Ética de 1993 nos últimos dois anos, 10% leu somente na época da graduação e 10% não se recorda da última vez que o

leu. Em Três Rios 90% leu o Código de ética nos últimos dois anos e 10% há de 4 a 8 anos atrás.

Buscamos saber também a respeito de quais modalidades os profissionais trabalham em seu campo de atuação se é de forma multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. No município de Paraíba do Sul 80% dos profissionais responderam que atuam de forma multidisciplinar, 10% não atuam e 10% não responderam essa questão. Já na interdisciplinaridade 90% dos profissionais atuam e 10% dos profissionais não responderam essa questão. E por último de forma transdisciplinar sendo 56% atuam dessa forma, 33% não atuam e 11% não responderam está questão.

Diferentemente do município de Três Rios que 80% dos profissionais atuam de forma multidisciplinar e 20% não atuam. De forma interdisciplinar 80% dos profissionais atuam dessa forma e 20% não atuam. E na de forma transdisciplinar 60% atuam e 40% não atuam.

Em comparação com os dois municípios percebemos que ocorreu um empate em relação a forma de trabalhar no âmbito da multidisciplinaridade, e já de forma interdisciplinar e transdisciplinar não ocorreu empate, porém o índice de trabalho interdisciplinar é maior no município de Paraíba do Sul do que em Três Rios e a porcentagem do trabalho de forma transdisciplinar é maior no município de Três Rios do que o de Paraíba do Sul.

Essa forma de atuação vem preconizada na resolução do CFESS nº 557/2009 onde vai tratar sobre o trabalho em conjunto entre os Assistentes Sociais e outros profissionais e em seu 3º artigo vai expressar a importância desse profissional está inserido em equipe multiprofissionais e em trabalhos na modalidade interdisciplinar. Contudo é um terreno que requer muito cuidado, e exige do profissional que o mesmo esteja atento aos limites das suas atribuições, não realizando ações que não são de sua competência, assim como não permitir que outros profissionais realizem atribuições que são privativas do Serviço Social.

Assim a compreensão da relação legislação profissional com o exercício profissional é o ponto que deve ser evidenciado. Como atuar, sem saber o que a legislação dispõe sobre as normatizações das relações dos assistentes sociais com outros profissionais? Como entender o exercício profissional sem amarras e dificuldades de relação com outros profissionais? Estas questões nos colocamos para buscar alternativas e com isso apresentamos algumas sínteses interpretativas sobre como avaliam os assistentes sociais o próprio trabalho numa relação interdisciplinar.

A primeira questão apontada diz respeito a formação profissional, que de acordo com as Diretrizes Curriculares (1996), propõe um perfil de profissional, no que concerne:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando proposta de intervenção para o seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais no mercado de trabalho. (CRESS/RJ,2008, p. 75)

Entender a atual conjuntura de formação, que vem sofrendo com cortes na política de educação e a ampliação de cursos nas empresas educacionais privadas tanto na modalidade presencial quanto a distância impacta, fortemente, a formação do trabalhador que precisa atender a um perfil de formação e atender a um perfil que é demandado pelo mercado de trabalho.

Uma segunda síntese interpretativa sobre a avaliação da inserção dos assistentes sociais em trabalho de equipe, é a produção de conhecimento e a troca de saberes, pois abre possibilidade da interdisciplinaridade viabilizar o intercâmbio entre os profissionais e com isso a elaboração de conhecimentos sobre a realidade.

Um terceiro ponto foi levantado no que se refere perfil profissional de assistente social para a ação interdisciplinar. Neste aspecto é necessário entender as exigências do perfil profissional colocado nas diretrizes curriculares, com o perfil colocado para o mercado de trabalho e o perfil encontrado nos espaços sócio-ocupacionais. Isso poderá nos fazer compreender as dificuldades e as possibilidades de avanço nas relações interdisciplinares.

Um quarto elemento é buscar entender a ação interdisciplinar na relação com os usuários, pois há um impacto das ações interdisciplinares na vida dos usuários dos serviços, que não é muito evidenciado e estudado. Na avaliação houve a ênfase de haver maior diálogo e troca de saberes entre os profissionais, apesar de apontarem os impactos no cotidiano do processo de trabalho. E, por fim, tem uma síntese que relaciona a intersectorialidade e a interdisciplinaridade, pois as duas andam juntas no interior dos serviços.

Quando tratamos das vantagens do trabalho interdisciplinar passamos por três caminhos sintéticos: a produção de conhecimento nas relações de trabalho; como facilitador para a atuação profissional, o debate do trabalho e dos processos de trabalho em que se inserem o serviço social e, conclui-se com o atendimento das demandas institucionais e dos usuários no cotidiano profissional.

Quanto a eficácia do trabalho interdisciplinar foram analisadas as seguintes sínteses interpretativas: há atingimento das metas no processo de trabalho, há produção de conhecimento, qualidade na relação com os usuários e interação de saberes levando a aproximação entre os profissionais.

Diante das análises interpretativas percebe-se alguns caminhos: a necessidade de maior troca de saberes entre os profissionais, mas com o tempo disponível no interior do processo de trabalho há eficácia e vantagens positivas para os profissionais, a instituição e para os usuários dos serviços, há um elemento relevante, que é a produção de conhecimento que fica restrito as relações cotidianas, e , por fim a necessidade resgatar a legislação que orientam o fazer profissional do assistente social.

Considerações Finais

A legislação profissional precisa estar concomitante sendo articulada com o processo de trabalho, senão poderemos cair no pragmatismo profissional e no racionalismo, que impede uma reflexão pautada na dialética no conhecimento da realidade social dos usuários.

Assim os dados das pesquisas realizadas pelos discentes do curso de Serviço Social, da Faculdade Redentor Paraíba do Sul, inovam na possibilidade de concretizar um olhar sobre as equipes multiprofissionais que realizam um trabalho interdisciplinar. Mostrando, desta forma, a necessidade de qualificar a atuação profissional e investir em uma formação pertinentes, ainda que tenhamos dificuldades e sobrecargas de atividades laborativas no cotidiano.

Aponta, também, a necessidade de sistematizar os conhecimentos produzidos através elementos que fundamentem o exercício profissional, como a prática de relatórios e outros registros importantes para acompanhamento do trabalho.

Assim considera-se importante o investimento em novas investigações que contribua para qualificação, conhecimento e produção do trabalho interdisciplinar que atenda as demandas da legislação, formação e mercado de trabalho de forma crítica e propositiva.

Referências Bibliográficas

TEIXEIRA, Joaquim Barata e BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. CRESS/RJ- 7ª região. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 3ª ed. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2001.

CRESS/RJ-7ª Região. Código de Ética. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 3ª ed. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2001.

NETTO PAULO, José. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. MOTA, Ana Elizabete et al (orgs) Serviço Social e Saúde – Formação e Trabalho Profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Os fundamentos do Serviço Social Latino-Americano e a formação profissional frente a crise do capital

Paula Silva Leão¹

Patrícia da Silva Coutinho²

Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

RESUMO: Neste trabalho fizemos uma reflexão teórica sobre os Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social Latino Americano. Analisamos criticamente, buscando relacionar os fundamentos da profissão, os principais desafios ressaltando a importância do papel pedagógico e a dimensão socioeducativa do Serviço Social para a construção e efetivação de um projeto emancipatório classista.

Palavras-chave: Fundamentos Históricos; Desafios Profissionais; Serviço Social.

ABSTRACT: In this work we made a theoretical reflection on the Historical, Theoretical and Methodological Foundations of the Latin American Social Service. We analyze critically the main challenges, emphasizing the importance of the pedagogical role and the socio-educational dimension of the Social Service for the construction and implementation of a class-based emancipatory project.

Keywords: Historical Foundations; Professional Challenges; Social Service.

¹Possui graduação em Serviço Social - Unesp - Franca (2006) e mestrado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Foi professora substituta no Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto. Tem experiência na área de Política Nacional de Assistência Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: política nacional de assistência social e fundamentos do serviço social. E-mail: paulasleao@gmail.com

²Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (2019-atual). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016-2019). É diretora do CRESS-MG Seccional Juiz de Fora (Gestão 2017-2020). Especialista em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio (2014); e Bacharel em Serviço Social (2010) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi docente da Universidade Federal de Ouro Preto (2017). Atualmente é assistente social da Prefeitura de Juiz de Fora-MG e Preceptora de Serviço Social da Residência Multiprofissional em Saúde Mental (HU/UFJF). E-mail: patriciacoutinhoss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nossa reflexãoteórica trata da compreensão do significado dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos para o Serviço Social, bem como o espaço que ocupa na profissão na atualidade visualizando os possíveis desafios postos a profissão.

Entendemos que a teoria reproduz conceitualmente o real sendo, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supondo uma forma de auto constituição, um padrão de elaboração, que convencionamos chamar de método, uma maneira de abordar o real, a trajetória histórica e teórica. Tendo o trabalho como eixo central do processo de reprodução da vida social, tratado como práxis.

Refletimos também sobre as principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão posicionando o entendimento de que a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista a partir da teoria crítica é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade e suas contradições.

Situamos brevemente os principais movimentos históricos da profissão de 30 a 70 e posteriormente na última parte de 80 até os dias atuais, e ao final, pontuamos os diversos avanços da categoria, incorporando na atualidade questões como feminismo, diversidade sexual, bem como combate ao racismo.

Esse momento de sociabilidade implica contradições básicas: por um lado, à “igualdade” jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio (quem produz não é quem se apropria da totalidade do resultado do trabalho, da riqueza criada coletivamente). Por outro lado, o crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do Trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão social” nessa Sociedade, objeto do Serviço Social.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do Trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Essa é uma noção aberta ao vir a ser histórico, a criação do novo, que captura movimento e atenção das relações sociais entre as classes e sujeitos que as

constituem, as formas mistificadas que se revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação por meio da ação criadora dos homens na construção da história. Portanto, nesse trabalho tivemos a preocupação em afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social procurando compreender como os fundamentos do Serviço Social acompanha os movimentos da profissão, mas da sociedade, considerando, como dissemos no início, possíveis desafios para a profissão.

2. A CONJUNTURA LATINO AMERICANA E A IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para esta reflexão, procuramos contextualizar a História do Serviço Social na América Latina, nos posicionando contra as interpretações da história do Serviço Social que reduzimos “simples prolongamentos dos deslocamentos que a profissão alcançava na Europa”, para salientar a história social e política operante nos países, atribuindo particularidades ao processo social latino-americano e ao Serviço Social nele inscrito.

Parte-se, assim, da análise, ainda que sumária, do processo de incorporação pela produção de ideias de conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil e das principais matrizes teórico-metodológicas acerca do conhecimento do social na sociedade burguesa.

Os referenciais orientadores das reflexões e da ação do Serviço Social da época tinham suas fontes na Doutrina Social da Igreja e, no Brasil, influência do ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII): o tomismo e neotomismo (retomadas em fins do século 19 do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades do nosso tempo).

Em meados de 1930, o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional.

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS que foi fundador e mantenedor da primeira Escola de Serviço Social do país, que era mantido pelas mensalidades das sócias e tinha como objetivo difundir a doutrina e ação social da igreja. Essa orientação ocorre no momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicado a partir das diretrizes da Rerum Novarum (1891) e do Quadragésimo Anno (1931) encíclicas papais que assumiram um posicionamento antiliberal e antissocialista.

O CEAS proporcionava cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas, dentre outros. Em 1932 cria os Centros Operários que posteriormente vieram a se tornar sede da Juventude Operária Católica e adiante serviriam como campo de estágio para estudantes de Serviço Social e envia a Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o curso de Serviço Social, uma vez que Odila Cintra Ferreira Já possui a formação Social pela Escola Normal social de Paris, mesclando as duas influências em 15 de fevereiro de 1936 inaugura-se a primeira Escola de Serviço Social no país que posteriormente a PUC São Paulo tornou-se mantenedora.

Enquanto no Brasil o Serviço Social era orientado por posicionamentos moralistas, humanistas-conservador, contrário aos ideais liberais e marxistas na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social”, na Argentina e no Chile chamava-se ao racionalismo e higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral).

A partir de 1940 o Serviço Social brasileiro avança tecnicamente ao entrar em contato com Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho premiadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Na nossa compreensão, trata-se de avanço, porque nem doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ter uma visão de mundo abrangente fundada na fé e em dogmas.

Assim, é a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Por sua orientação funcionalista, essa perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para intervenção, com as metodologias de ação, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK, 1984, p. 71).

O questionamento dessa perspectiva começa a surgir nos anos 60 no contexto de mudanças impostas à América Latina, quais seja: um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão absorve as inquietações insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos em nível global, influenciado pelas “inquietações revolucionárias” latino-americanas, em especial em Cuba, o aceno do Cone Sul na Argentina, a greve geral do Uruguai e o governo Allende no Chile, movimentos de resistência que instigam o Serviço Social em níveis teórico, metodológico, operativo e

político. Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as classes subalternas, evidenciada sem suas mobilizações. Desta maneira, com as diversas manifestações Latinas, de acordo com cada realidade apresentada a teoria social de Marx se apresenta, nas palavras de Yazbek em um “tortuoso o processo”(YAZBEK, 2009, p. 7).

O movimento de reconceituação passou diante das conjunturas sociais particulares dos países do continente europeu confrontando diversas tendências: a fundamentação do exercício profissional e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social, em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política, tendo como exemplo Araxá e Teresópolis expressões que demonstravam a escolha por um projeto tecnocrático modernizador.

A formação e o exercício profissional no Brasil aos poucos vão se modificando e até o final da década de 70 tinha se alguns desdobramentos das Vertentes de análise que emergiram no bojo do movimento de reconceituação, tinha-se, segundo Yazbek apud Netto, (Yazbek, 2009, p 8 e 9), as seguintes vertentes:

- Modernizadora assinalada pela inclusão de abordagens funcionalistas/estruturalistas e posteriormente sistêmica de matriz positivista, voltadas a modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade;
- Fenomenológica, voltada ao ser humano, as vivências dos sujeitos, tendo o Serviço Social que adaptar o sujeito a sociedade, uma forma de reatualização do conservadorismo inicial da profissão; e
- Marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo de bolso, sem remeter diretamente ao pensamento de Marx;

Tais movimentos, ou tendências de inspiração teórica da profissão, configuraram a fundamentação teórica que conhecemos e estudamos em nossa formação, por fazer parte do movimento real e histórico, percebemos que elas se conservaram presentes, muito embora houvesse todo movimento de reconceituação, trazendo os referenciais emergentes do novo século analisado pela concepção crítica da sociedade.

3. OS CAMINHOS DOS FHTMSS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DOS ANOS 80

As décadas de 80 e 90 no Brasil foram marcadas por crises financeiras, endividamento do Estado e aumento do índice de pobreza na América Latina, assim 80 e 90 foram décadas adversas para as políticas sociais, erodindo as bases dos sistemas de proteção social direcionando as intervenções do Estado a questão social. As políticas sociais são relacionadas e subordinadas às políticas de estabilização da economia, em que a opção da Liberal na área social passa pelo apelo a filantropia e a solidariedade da sociedade civil, por programas focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado, assim, nossas indagações são postas ao Serviço Social, seja do ponto de vista da intervenção, seja do ponto de vista da construção do seu corpo de conhecimentos.

O Serviço Social neste momento enfrenta o desafio de interpretar a lógica do capitalismo contemporâneo sobretudo em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos mal elaborados dos sistemas de proteção social e de política social em geral. Lógicas estas reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social fora do mundo público e dos espaços democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade.

A opção neoliberal por programas focalizadores e seletivos de combate à pobreza, bem como o avanço do ideário da “sociedade solidária” implica na transferência para a sociedade das responsabilidades de enfrentamento à pobreza e exclusão social, exemplos puderam ser observados em diversos países latino-americanos, como Brasil Chile e Argentina.

Para Netto (1999), é fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam essa década, encontravam um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo desta década construiu, com ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas, um projeto ético-político profissional para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interventivas ideológicas, políticas, ética, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigações e, sobretudo interlocução críticas com o momento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão.

Na perspectiva das referências teórico-metodológicas a questão primeira que se coloca para a profissão já no início da década de 80 é o confronto com a denominada “crise”

dos modelos analíticos, explicativos na Ciências Sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim do século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social.

Estes questionamentos se voltam contra os diferentes “modelos” explicativos por suasmacro abordagens apontando que nessas macro narrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu Imaginário, suas crenças, afeições, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, enfim. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentados pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do micro social (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são também dirigidos a ciência que teve mais a serviço da dominação do que da emancipação dos homens. Assim, ao firmar a rejeição a ciência, o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade até então, buscando resgatar valores negados pela modernidade e criando o universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz. Para Harvey (1992), as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de formas mais flexíveis de acumulação do Capital.

A complexidade da temática não está na abordagem de questões micros sociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas, está na recusa da razão e na contextualização, na ausência de referentes históricos estruturais, no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes e que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico.

Todo esse debate que é apresentado no âmbito das Ciências Sociais contemporâneas como crise de paradigmas em termos da capacidade explicativa das teorias recoloca a polêmica Razão/ Intuição que tem repercussões significativas na pesquisa, na construção de explicação sobre a realidade e na definição de caminhos para ação.

Especificamente no Serviço Social estas questões também se colocam, apesar da vitalidade do Marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar do

projeto profissional se posicionar pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país.

Efetivamente, os desdobramentos desta “crise” de referenciais analíticos, permeiam polêmicas profissionais dos dias atuais e se expressam pelo confronto com o conservadorismo que se atualiza em tempos pós-modernos e de financeirização da educação e expansão do ensino a distância.

Assim, coloca-se como desafios ao Serviço Social ao longo de toda a década de 90 e anos 2000 em diante a consolidação do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo que vem construindo particularmente sobre a influência da teoria marxista, “mas incorporando valores válidos em outras fontes e vertentes e, pois, sem vínculos estreitos ou sectários, aquelas matrizes estão diretamente conectadas ao ideal de solidariedade posto pelo programa na modernidade. Do ponto de vista teórico-metodológico, permanecem as tensões e ambiguidades no Serviço Social que apesar da ruptura com o histórico conservadorismo e da legitimidade alcançada pelo pensamento Marxista ampliam-se as preferências de outras correntes teórico-metodológicas, particularmente no âmbito da influência do pensamento pós-moderno e neoconservador e das teorias herdeiras da “perspectiva modernizadora” caracterizada por seu caráter sistêmico e tecnocrático.

4. CONCLUSÃO

Para finalizar, assinalamos que o Serviço Social brasileiro, que se defronta com complexas transformações societárias, não está desprovido de qualificações, trata-se de uma profissão que alcançou maturidade e que vem se constituindo de forma hegemônica e não homogênea, criticando o ecletismo, mas respeitando pluralismo do pensamento social em seus diversos espaços de ação. Mas, que ainda, considerando as crises atuais do capital, seus enfrentamentos postos aqui como desafios, precisa pautar com extrema prioridade a inclusão das temáticas de raça, gênero e etnia com seriedade e não as tratar como temáticas transversais, é preciso um reordenamento da compreensão da formação já compreendendo a dimensão da educação como mercadoria, desprovida de qualidade e criticidade.

Neste contexto, nos cabe ressaltar uma pequena reflexão sobre os desafios da atuação profissional frente a retirada devastadora de direitos da classe trabalhadora. O assistente social atua no cotidiano através da mediação de complexas expressões de desigualdade social diante de uma retração nos investimentos em políticas sociais.

É sabido que todos desafios postos são pontuados e amplamente dialogados com as entidades da profissão, ressaltado no último Encontro Nacional de Pesquisadores em

Serviço Social - ENPESS, escancarando a necessidade de ampliação das ações políticas que somem ao debate étnico-racial, pautando um projeto de Formação alinhado às lutas antirracistas, bem como de uma formação crítica. Cabe destacar que o tema da atual gestão do Conjunto CFESS-CRESS é “Assistentes social contra o racismo”. Consideramos, o maior desafio da profissão, não conseguir chegar, com todas as reflexões, no assistente social da base, que por inúmeras pressões na sua condição de trabalho não consegue fazer o enfrentamento crítico. Se faz necessário a compreensão que na categoria as condições atuais de trabalho do assistente social, extremamente precarizadas, o coloca também na condição de excluído, excluído de uma formação de qualidade, de debates e reflexões da profissão, dadas inclusive, pela condição geográfica das cidades, estados e país. Sem o trabalho com as bases não é possível a consolidação do projeto ético político da profissão.

Entendemos que o Serviço Social é uma profissão que intervém nas expressões da questão social e é preciso considerar que a legitimidade social da profissão é conferida pelas respostas oferecidas às demandas profissionais, estas, em sua maioria, configuradas enquanto demandas imediatas e emergenciais. Consideramos que é preciso ultrapassar a imediaticidade cotidiana para conhecer a realidade em suas múltiplas determinações, principalmente, porque segundo Coelho (2013, p.90) “a essência se oculta cada vez mais na imediaticidade da vida cotidiana”. Nos interrogamos, no entanto, se há uma atual crise de legitimidade e hegemonia do fazer profissional, uma vez que nos diversos espaços socio ocupacionais as precárias condições de trabalho e o corte devastador de recursos e de direitos, interferem e rebatem diretamente no cotidiano de atuação. Frente a ausência do Estado como agente social de garantia de direitos, enfatizando a “desproteção social”, temos vivenciado na atualidade um processo de “exclusão de cidadania”?

Compactuamos com Fávero e Forti (2014) ao referir acerca das possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional,

Exige organização política e resistência por meio de lutas coletivas, aliadas ao investimento na capacidade criativa e propositiva para, no dia a dia do exercício profissional, fazer valer ações que se contraponham a manifestações conservadoras, moralistas e preconceituosas. (FÁVERO; FORTI, 2014, p.41-43)

É preciso compreender que se o Serviço Social crítico não realizar um trabalho de base, ele tende a desaparecer com o tempo, perceber "que a qualidade dentro da quantidade faz a quantidade a ter qualidade". Então, se nós quisermos dar qualidade as nossas bases dispersas que vivem nas periferias, nos cantões do nosso país e tantos e tantas outras dispersas na base dos partidos, nos movimentos sociais populares e sindicais, nós temos que nos inserir no meio delas e com a teoria científica da organização formar

bases sólidas, construir os quadros com capacidade política, participar das organizações e as massas tendo a prática da organização e da mobilização, e, assim nos dirigir em busca de uma transformação societária. Deste modo, ressaltamos que a questão aqui proposta não equipara o Serviço Social, uma profissão socialmente reconhecida, com atividade de militância, mas ressalta a importância do papel pedagógico e a dimensão socioeducativa do Serviço Social para a construção e efetivação de um projeto emancipatório classista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Pluralismo:** dimensões teóricas e políticas. In: Cadernos ABESS n. 4. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, maio 1991.

COELHO, Marilene. **Imediatividade na prática profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FÁVERO, Eunice Teresinha; e FORTI, Valéria Forti. **Serviço Social no campo socio jurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional.** Revista Conexões Geraes/CRESS-MG, v. 3, n.5 – Belo Horizonte, 2014.

HARVEEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo, Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. São Paulo, Cortez Ed., 1992.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1994.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996.

SILVA e SILVA,

M. Ozanira (coord.).

O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São paulo, Cortez, 1995.

YAZBEK, M. C. (Org). **Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço**

Social da PUC/SP. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.

_____. **O significado sócio histórico da profissão** In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

_____. **Fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social.** In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

TEORIA SOCIAL CRÍTICA E O SERVIÇO SOCIAL: notas sobre os seus fundamentos

Raffaella Canini¹

Resumo: O trabalho levanta reflexões sobre a teoria social crítica e sua relação com o Serviço Social. Por ser de tipo bibliográfico, apresenta como historicamente o Serviço Social se utilizou da teoria crítica para fundamentar sua prática, além da simples descrição dos fatos, resgatando a centralidade da ação humana no cotidiano. Percurso que precisa ser retomado pelo Serviço Social perante os desafios atuais. A teoria social crítica continua referência para o Serviço Social, um saber que traz a realidade como prioridade a ser pensada na sua totalidade, levantando questionamentos, viabilizando uma prática que permita mudanças cotidianas na vida dos sujeitos atendidos.

Palavras-chave: Marxismo. Realidade social. Serviço social. Teoria Social crítica.

Abstract: The work raises reflections on critical social theory and its relationship with Social Work. Because it is a bibliographical type, it presents, as historically, Social Service, using critical theory to base its practice, as well as a simple description of the facts, rescuing the centrality of human action in daily life. This course must be taken up by the Social Service in the face of current challenges. Critical social theory remains a reference for Social Service, a knowledge that brings reality as a priority to be thought of in its totality, raising questions, enabling a practice that allows daily changes in the lives of the subjects served.

Key-words: Marxism. Critical social theory. Social reality. Social work.

¹ Assistente Social, doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, raffaella.canini@bol.com.br. Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais – Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, atuando nas diferentes expressões da questão social, intervindo na vida cotidiana dos sujeitos, defendendo seus direitos e viabilizando caminhos para a conquista da autonomia. Dessa forma, o Serviço Social se caracteriza como um saber que na relação teoria e prática ganha intencionalidade e supera a mera aplicação de leis, normas e “receituários”, mas uma profissão que adquire uma capacidade crítica e reflexiva sobre o real, vinculada a um projeto profissional e social. Situação possível a partir de aportes teóricos que permitem um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade social e o cotidiano dos sujeitos. A teoria social crítica acompanhou o Serviço Social a partir da década de oitenta, fazendo com que os assistentes sociais se tornassem profissionais competentes para desconstruir o devir da realidade e como a sociedade se estrutura e se organiza, questionando e problematizando sua positividade em prol das classes mais desfavorecidas.

Nesses termos, o presente trabalho² propõe uma breve reflexão sobre a teoria social crítica e sua relação com o Serviço Social, apresentando os teóricos que mais se destacaram na formação acadêmica, levantando as categorias básicas para a análise da sociedade e como influenciaram a intervenção profissional junto aos sujeitos, principalmente no Brasil e como influenciou outros países como o Portugal.

2. TEORIA SOCIAL CRÍTICA

O Serviço Social é uma profissão que não se direciona pelo senso comum, necessita de um conjunto de saberes capaz de sustentar a intervenção favorecendo o bem-estar da população atendida, acompanhando o desenvolvimento e os novos desafios postos pela sociedade.

Historicamente, o Serviço Social se utiliza de referenciais teóricos oriundos de outros saberes, “as teorias tomadas de empréstimos das Ciências Sociais” (FERREIRA, 2016), mas também da Psicologia, da Economia Política, da Ciência Jurídica, com o objetivo de fundamentar sua prática a partir de teorias que permitem um saber fazer sistematizado, isto é, um agir pensado e refletido. Uma das teorias que o Serviço Social se apoderou na sua formação profissional é a teoria social crítica. Costuma-se associar a teoria crítica à Escola de Frankfurt, no entanto, faz-se necessário conhecer e compreender o “pano de fundo” do pensamento crítico, que tem em Karl Marx um dos seus maiores expoente e no

² Trabalho apresentado como requisito parcial para a disciplina de Teoria em Serviço Social no ISCTE-IUL, Lisboa.

marxismo uma referência que marca o primórdio das teorias sociológicas e do estudo sobre a sociedade enquanto realidade separada da natureza.

Para Ivo Tonet (2012), a teoria social crítica entende cada fenômeno social como possuidor de uma aparência e essência, parte de uma totalidade em constante movimento e transformação, determinada pelas contradições das forças produtivas que impulsionam para algo novo ou, melhor, outra forma de sociabilidade.

A afirmação apresenta logo as ideias de Karl Marx, o qual no século XIX estuda o funcionamento e a estrutura da sociedade moderna, especificamente a sociedade burguesa, que se instaura a partir do modo de produção capitalista, em que as relações de produção supõem uma divisão social de trabalho e, assim, uma relação desigual entre quem detêm os meios de produção e quem dispõe da força trabalho. Situação que mostra o objetivo principal de Marx, ou seja, saber por qual motivo existem pessoas que possuem muito e outras que possuem nada além do próprio esforço físico e do enfrentamento às situações de miséria, sofrimentos e violência, expressões da questão social. Portanto, afirma que a realidade deve ser estudada não na sua aparência, mas no seu movimento interno, procurando conexões entre os fenômenos e como eles se relacionam na sua totalidade. Para ele, o estudo analítico sobre a sociedade deve começar a partir de sua base material.

Marx iniciou o seu percurso intelectual confrontando-se com as ideias da economia política inglesa, do socialismo utópico francês³ e da filosofia alemã, em especial o idealismo de Georg Hegel. Recolhe deste último a percepção dialética e histórica da sociedade, ao contrário do filósofo, afirma que a realidade não é o resultado do pensamento, mas da atividade humana, portanto é o ideal que resulta do concreto e o reproduz. Deste modo, não se parte dos que os homens dizem, mas da ação, das condições reais de vida, dos que os homens vivem, do real enquanto existência objetivada⁴. Nesse sentido, instituições como igreja, escola e padrões de comportamentos morais que existem numa determinada sociedade, são o reflexo da sua organização jurídico e política, que expressa a realidade da estrutura econômica e, portanto, das relações de produção⁵ que se instauram entre os sujeitos.

Para não cair no determinismo econômico e sendo essencialmente um humanista, Marx confiava na capacidade transformadora do homem, resgatando a subjetividade e a

³ Marx discorda do pensamento de Adam Smith, afirmando que a riqueza de cada país é o resultado de um trabalho coletivo e não de interesses individuais; também discorda do posicionamento do socialismo utópico e da distribuição de riquezas por parte da burguesia para a superação dos limites da sociedade capitalista.

⁴ “A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro facto a constatar é, portanto, a organização física destes indivíduos e a relação que por isso existe com o resto da natureza. (...) A produção das ideias, representações da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX apud CRUZ, 2004, p. 18).

⁵ “A minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estados, não podem ser compreendidas a partir de si mesma nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraizam-se, isso sim, nas relações materiais da vida [...]” (MARX apud CRUZ, 2004, p. 73).

capacidade libertadora do ser, ideal iluminista⁶, questionando a modernidade enquanto processo natural sob a égide do pensamento positivista e da economia capitalista. Nesses termos, acreditava que o conhecimento sobre a verdadeira natureza das problemáticas sociais se tornaria instrumento de transformação por parte dos sujeitos envolvidos, especificamente da classe trabalhadora, espoliada dos meios de produção, induzida a refletir sobre a própria condição de existência.

Para Marx, o sujeito é um ser histórico em constante mudança, assim como a natureza e as sociedades estão em constante transformação a partir de um movimento dialético e de superação das contradições a elas inerente. Entende-se, que o homem não é mero reflexo da materialidade, mas através do trabalho o homem transforma a natureza, a si mesmo e a sua relação com os outros, garantindo não somente a reprodução do ser, mas da sociedade como um todo⁷.

A partir dessas reflexões, percebe-se que o conhecimento da realidade parte de determinadas categorias básicas, as quais se integram no método chamado de materialista histórico-dialético: historicidade, totalidade e contradição. Türck (2012) define a historicidade como processualidade dos acontecimentos, dos fenômenos sociais que são provisórios e em constante movimento; a totalidade como articulação entre os fenômenos sociais a partir da mediação do particular entre o singular e o universal. Isto significa afirmar que a totalidade (universal) e a singularidade não se expressam isoladamente, mas constituem a relação dialética de um determinado fenômeno que se concretiza na sua particularidade⁸. Por fim, a contradição como relação antagônica entre situações opostas, a luta dos contrários faz surgir algo novo, este determinado por elementos anteriores que continuam presentes, mas transformados e seguindo o devir da realidade.

Essas categorias e todo o pensamento de Marx vão sendo revistos e aprofundados ao longo do século XX por outros pensadores, como o italiano Antônio Gramsci, e membros da Escola de Frankfurt. Gramsci influenciou significativamente o Serviço Social no Brasil, referência para o pensamento de esquerda no século XX e co-fundador do Partido Comunista Italiano, suas ideias foram traduzidas, teorizadas e praticadas pelo mundo afora.

⁶ O iluminismo (século XVIII) é um movimento social, cultural e político que resgata a centralidade do homem enquanto ser livre e autônomo que possui capacidade crítica para determinar o decurso da história.

⁷ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como bem entendem, segundo as circunstâncias por eles escolhidas, e sim em função de condições pré-existentes, herdadas do passado histórico” (MARX, 2006, p.10). Observa-se a relação entre subjetividade e objetividade, o homem possui capacidade para a transformação, no entanto existem condições objetivadas que fogem ao poder do homem.

⁸ “A constituição do todo só existe a partir da manifestação de particularidades e de singularidades: as primeiras são formas de mediação entre o singular e o universal (o homem e o mundo) e servem como sedimentação racional dessa interação – a arte, por exemplo, dá uma boa medida de como aspectos totais aparecem em indivíduos singulares (a personalidade de um indivíduo como manifestação do sentimento de toda uma época) e também de como indivíduos singulares (o próprio artista, por exemplo) refletem autonomamente o todo. (...). Por outro lado, algo é singular porque condensa elementos do todo que são traduzidos a partir de atitudes e atividades particulares [...]” (RANIERI, 2011, p. 135).

Para Gramsci a tomada de poder por parte da classe trabalhadora precisava ser precedidas por uma mudança de mentalidade que levava o sujeito à conquista da cidadania, “o estabelecimento de uma sociedade sem classe e a construção de uma vontade coletiva têm de ser alcançado através de uma reforma intelectual e moral” (MORROW; TORRES, 1997, p. 1975a), por isso, a formação cultural tinha uma enorme importância para ele. Nesses termos, a necessidade da persuasão da massa, a busca pelo consenso da classe trabalhadora leva Gramsci a ampliar suas reflexões para a esfera da cultura e a compreender o Estado como expressão da luta de classe, caracterizando sua força coercitiva e educativa.

No ocidente a sociedade civil apresentava uma articulação mais complexa e o Estado tornava-se cada vez mais amplo, um Estado reconhecido por Gramsci na sua relação entre sociedade política e sociedade civil⁹. Esta última ganha centralidade no processo de mudança, pois a transformação de uma dada situação poderia ocorrer através de disputas organizadas entre forças divergentes e rupturas que se acumulariam progressivamente, uma vez que o aparato Estatal apresentava-se mais forte e coeso. Assim, para Gramsci passar da passividade à ação consciente significa buscar a articulação de teoria e prática, combater a subalternidade e organizar uma contra hegemonia através de um trabalho organizado pelos intelectuais¹⁰ que elevariam culturalmente a população. É nesse aspecto que o assistente social, no Brasil, se coloca, a partir da década de oitenta, como agente que permite essa possibilidade reconhecendo-se um intelectual orgânico, marcando seu compromisso com as classes subalternas, direcionando politicamente a prática profissional (SIMIONATTO, 2011).

Perry Anderson (1976) afirma que Gramsci e György Lukács, filósofo húngaro, foram os últimos pensadores da teoria crítica que aliaram os estudos com o ativismo políticos, uma vez que o marxismo esteve intimamente ligado à prática política. No período das duas grandes guerras há um divórcio estrutural entre o marxismo e a prática política, uma separação que acontece de forma gradual, mas que sinaliza um afastamento dos pensadores marxistas com as massas populares. Esse processo tem como expressão inicial a Escola de Frankfurt, e dentre os seus primeiros expoentes Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, os quais direcionam os estudos para a filosofia e a estética, acentuando mais a condição acadêmica do marxismo. Também, a Escola recebe influência

⁹ Gramsci nos “Quaderni del Cárcere” (Q 12-29, 1932-1935, p. 2302) sinaliza que “[...] la direzione dello sviluppo storico appartiene alle forze private, alla società civile, che è anch’essa Stato, anzi è lo Stato stesso”.

¹⁰ “[...] gli intellettuali hanno la funzione di organizzare l’egemonia sociale di un gruppo e il suo domínio statale, cioè il consenso dato dal prestigio della funzione nel mondo produttivo [...]” (GRAMSCI, Q 1-5, 1929-1932, p. 476).

de teorias psicanalíticas, passando a realizar estudos sobre a relação entre o homem e a natureza.

Morrow e Torres (1997) enfatizam que é nesse contexto que o marxismo ocidental se divide em duas correntes: uma corrente crítica, humanista e historicista, a qual recupera as questões da ação e do sujeito humano. No entanto, perde o interesse pela análise das determinações estruturais, caindo numa perspectiva mais idealista; outra corrente procura reafirmar a cientificidade do marxismo, enquanto teoria político-econômica explicativa, reduzindo significativamente o papel e a responsabilidade do sujeito, enveredando por um viés determinista e estruturalista.

A partir da década de setenta, teorias explicativas (meta-narrativas) sobre a sociedade começam a serem questionadas, surgindo “novos” aportes teóricos, por exemplo, os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre o saber, o sujeito e o poder, também a teoria da ação comunicativa do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, sucessor da Escola de Frankfurt.

Pensamentos que, na contemporaneidade, influenciam fortemente o Serviço Social no Brasil e em Portugal, mostrando, conforme sinaliza Turner (2002), que a teoria passa por transformações a partir de sua relação com o mundo empírico, num processo de transformação para melhor explicar o funcionamento da sociedade numa perspectiva de mudança. É nesses termos que a teoria torna-se fundamental para o Serviço Social, pois a sua intervenção se fundamenta no saber pensar a realidade social, num processo dialético entre teoria e prática.

No entanto, esse saber refletido deve acontecer de forma crítica, num processo de desvendamento da realidade complexa e da questão social, tomando consciência das causas que determinam a exclusão e a exploração de determinados grupos populacionais, fazendo com que os sujeitos se articulem para melhorar as próprias condições de vida como protagonistas da própria história.

3. TEORIA SOCIAL CRÍTICA E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

A relação entre o Serviço Social e ciência nem sempre foi uma relação pacífica. Por ser uma profissão interventiva, foi e é interpretada de uma forma restrita e subalterna, relegada à prática, deixando a responsabilidade da produção de conhecimento para as áreas consideradas mais eruditas. A definição do Serviço Social Internacional apresentada em julho de 2014 na cidade de Melbourne pela *International Federation of Social Workers* (IFSW) e pela *International Association of Schools of Social Workers* (IASSW) mostra essa contraditoriedade, pois limita a profissão à intervenção, ao campo da prática, mas a define como uma disciplina científica (FERREIRA, 2016).

O Serviço Social é uma profissão de intervenção e disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e melhoria do bem-estar social.

Reconhece-se que a busca por uma prática sistematizada através de estudo, planejamento, execução e avaliação, alicerçada por um conhecimento teórico específico marca o Serviço Social desde os primórdios da profissão, uma necessidade que diz respeito a um agir refletido e comprometido com o sujeito e o seu bem-estar.

A procura por conhecimentos e por teorias no quadro das Ciências Sociais e Humanas que direcionam a prática é constante na história da profissão, acompanhando o contexto histórico de cada país. Não é por acaso que o Serviço Social no Brasil é fortemente influenciado pela teoria social crítica a partir da década de oitenta, um processo inerente ao Serviço Social da América Latina denominado de Movimento de Reconceituação. Momento histórico em que a profissão questiona a realidade social, marcada por profundas desigualdades, colocando-se em favor da classe trabalhadora. Esse processo vai questionar a base teórica do Serviço Social e sua prática, pois a teoria social crítica permite ao assistente social problematizar as condições das classes subalternas, inseri-las para um contexto determinado por relações econômicas que não as beneficiam e não potencializam a capacidade do sujeito de transformar positivamente a própria existência.

Evidente que o momento histórico favoreceu esse processo, lembrando as experiências socialistas, como a Revolução Cubana de 1959 e o governo de Allende no Chile em 1970, incentivando a organização dos assistentes sociais junto a outras categorias profissionais na busca por projetos societários alternativos e uma revisão político, teórico, metodológica e operativa do fazer profissional, recusando a neutralidade da profissão.

No Brasil, as particularidades da polêmica profissional acompanham o processo de mudança da sociedade e a complexificação do Estado, algo que impeliu as diferentes profissões, incluindo o Serviço Social a se redefinir seguindo o processo de transformação da sociedade. Perante essas mudanças econômicas e sociais, o Serviço Social se vê compelido a modificar, não somente sua intervenção profissional, mas sua formação acadêmica. A tradição mais conservadora, que continuava alimentando a formação e intervenção profissional, começa a ser questionada a partir do momento em que há uma primeira aproximação com o referencial teórico pautado por uma dimensão mais crítica e nacional popular oriundo das Ciências Sociais (NETTO, 1998).

A conjuntura do momento e o trabalho em comunidade possibilitaram uma aproximação dos profissionais com a realidade vivida por muitas famílias brasileiras colocadas em situações de extrema necessidade e miséria. Percebe-se que o referencial crítico permitiu aos assistentes sociais ir além do aparente real, ou seja, olhar de forma crítica a realidade, questioná-la, desconstruí-la na perspectiva de dar respostas inovadoras para a população atendida, especificamente as camadas mais desfavorecidas.

O Serviço Social Brasileiro tinha o propósito de romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador, no entanto, conforme sinaliza Netto (1998), houve uma intenção de ruptura. Apesar de abraçar uma perspectiva mais crítica da realidade devido a uma aproximação com a literatura marxista, o contexto da ditadura militar impossibilitou a concretização dessa ruptura e o assistente social enveredou por uma visão heroica e ingênua da prática profissional como possibilidade de transformação societária. Santos (2007), na esteira de Netto, afirma que a aproximação do Serviço Social com o referencial crítico passa por diferentes estágios: num primeiro momento de uma forma equivocada e utilitarista para em seguida aperfeiçoar-se, fixando-se no interior da categoria profissional, num contexto de grande efervescência da sociedade civil contra o regime militar, exigindo mudanças e abertura política.

As primeiras leituras sobre o marxismo eram de revolucionários como o russo Vladimir Lênin, o chinês Mao Tsé-Tung e o argentino Ernesto Guevara, direcionando a intervenção profissional por uma prática messiânica em que o assistente social era portador de uma suposta “salvação” para a classe trabalhadora, ou uma prática fatalista, interpretação que naturaliza a vida social. Foi a partir da década de noventa que o Serviço Social se apropria da teoria social crítica de uma forma mais madura, apropriação da vertente crítico-dialética a partir de leituras da obra de Karl Marx e seus principais estudiosos, como Antônio Gramsci.

O Serviço Social, que já vinha avançando o debate sobre uma nova prática profissional, contextualizando a realidade e a formação da sociedade capitalista, fortalece seu caráter de oposição à ordem vigente, num compromisso maior com os interesses da classe trabalhadora. A teoria social crítica, através da leitura da obra gramsciana, permitiu uma reelaboração do papel das instituições, evidenciando a contradição desses espaços e das condições objetivas em que ocorre a intervenção profissional, pois se tornam expressões da luta de classe. O Serviço Social encontra na teoria social crítica uma possibilidade de transformação num momento em que tentava compreender a contribuição da profissão nas instituições públicas, espaço de maior empregabilidade do assistente social. Dessa forma, a perspectiva de mudança passa pelo plano cultural, pela luta ideológica, pelo fortalecimento dos sujeitos atendidos nos espaços públicos, respondendo à especificidade do Serviço Social e à sua inserção neste processo.

A influência da teoria social crítica perpassa também o Serviço Social Português no momento das lutas populares com a Revolução de Abril de 1974, influenciado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social da América Latina. Um momento histórico em que a categoria profissional resiste à ditadura e ao Serviço Social tradicional, se aliando com as organizações populares em prol de condições de vida melhores. É nesse contexto de opressão que a teoria permite uma aproximação com as classes mais desfavorecidas, objetivando desvendar o processo de opressão do sistema, na perspectiva dos sujeitos retomarem as rédeas da própria vida.

Outro momento de aproximação com a vertente crítica acontece no final dos anos oitenta quando há uma parceria com o Brasil e, especificamente, com a Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP para o aperfeiçoamento de professores e profissionais portugueses em nível de mestrado e doutoramento (FERREIRA, 2014). Atualmente, o Serviço Social Português se internacionalizou, ampliando o seu conhecimento através de relações acadêmicas com os países Anglo-Saxônicos, influência que se tornou hegemônica no seio da categoria profissional.

Esse apanhado histórico mostra como o contexto histórico e as circunstâncias possibilitaram a necessidade de buscar uma teoria de referência para a explicação do real, perceber a ordem que está por trás de uma dada realidade, favorecendo uma aproximação com os sujeitos e resgatando suas capacidades de mudança. Assim, a teoria social crítica permitiu ao Serviço Social “ver como as coisas são diferentes daquilo que á primeira vista parecem se [...]” (TURNER, 2002, p. 439), ou seja, ir além da simples descrição do mundo, questionar situações e fenômenos que parecem estar certos à primeira vista, num processo de naturalização de situações e condições dos sujeitos.

O conhecimento através da teoria social crítica facilita pensar o mundo concreto, desvendando o objeto, evidenciando as reais necessidades dos sujeitos, indo além das demandas imediatas e, portanto, de um fazer meramente tecnicista. Reconhecer e desvendar as relações que determinam a particularidade de uma situação individual aproxima o assistente social da realidade concreta dos sujeitos como, por exemplo, analisar a situação de um adolescente que cumpre medida socioeducativa no Brasil: Como conhecer esse sujeito? Quem é esse adolescente? Pertence a quem? Qual é a sua particularidade e universalidade? Precisa ir além da simples demanda institucional que, neste caso, é a necessidade do adolescente cumprir a medida socioeducativa (TÜRCK, 2012). É imprescindível trabalhar para que essa demanda institucional seja transformada numa necessidade para que o adolescente não retorne à justiça, desenvolvendo ações a partir do seu contexto particular, garantindo direitos num espaço coercitivo e contraditório como o Sistema Judiciário. Não há como perceber situações particulares sem reconhecer como os

sujeitos se relacionam entre si e com a natureza, ou seja, como uma sociedade se organiza enquanto coletividade.

Pensar uma mudança significa também concretizar essa mudança a partir de ações concretas e coletivas, enquanto também somos o resultado de nossa atividade. Apesar de a teoria social crítica privilegiar uma perspectiva macro e objetiva da sociedade, não deixa de lado a capacidade de ação e mudanças dos sujeitos. Cabe ao assistente social construir essa relação dialética entre a Economia Política e os fenômenos que se apresentam diariamente no espaço profissional, apropriando-se de outros aportes teóricos, construindo metodologias que viabilizem a intencionalidade da prática profissional perante os desafios postos por uma sociedade tão complexa e global como a atual.

A teoria não é receituário para a ação, equívoco que o Serviço Social assumiu na sua relação com o marxismo, mas proporciona uma capacidade de reflexão sobre o real, sobre a vida social e como o sujeito se define na relação com os outros indivíduos (TURNER, 2002). Portanto, para o Serviço Social a teoria social crítica é fundamental para a desconstrução do real, percebendo a contradição inerente a determinados processos sociais ou fenômenos numa perspectiva de mudanças, criando questionamentos que estimulam a busca por outros conhecimentos, por isso que ela é construída a partir da prática, retornando para ela renovada.

Mas o facto de as teorias permitirem colocar questões novas não é um mero sinal de que o conhecimento cresce e melhora de forma linear. É pelo contrário, o resultado dos muitos pontos de vista vantajosos que se poderão obter quando se fazem incidir diferentes perspectivas sobre um conjunto único de fenômenos sociais. As teorias permanecem múltiplas, não porque estejamos confusos ou porque ainda não tenhamos atingido uma compreensão cientificamente correta dos problemas que enfrentamos, mas porque todos os problemas – como todas as pessoas – podem ser vistos de diferentes ângulos (TURNER, 2002, p.443).

Assim, é importante construir espaços de diálogo e não considerar uma única teoria como detentora da verdade. Perante uma sociedade globalizada e em constante transformação, a capacidade resolutiva do assistente social é questionada, necessitando fortalecer a pesquisa e aprofundar conhecimentos, dialogando com a realidade e se aproximando do cotidiano vivenciado pelos sujeitos, numa relação dialética entre teoria e prática, sempre tendo como objetivo maior o fortalecimento das classes mais desfavorecidas.

4. CONCLUSÃO

O Serviço Social é uma profissão que intervém na realidade social, trabalha com os sujeitos, principalmente os mais desfavorecidos, defendendo e viabilizando direitos a partir

de ações que exigem conhecimento crítico sobre a realidade. Um saber fazer não espontâneo e imediato, mas uma capacidade intelectual crítica e reflexiva que saiba questionar o real procurando caminhos possíveis para o bem-estar da população atendida. É um saber fazer construído a partir de sua relação com o mundo empírico e um suporte teórico que viabilize o acesso e a reflexão sobre essa realidade, uma relação entre teoria e prática que torna o conhecimento e a intervenção em constante mudança.

A teoria social crítica ao longo da história do Serviço Social ofereceu uma possibilidade de acesso ao mundo social, mostrando o devir da história e da ação dos sujeitos sobre a realidade. Uma forma de perceber a essência dos fenômenos a partir de questionamentos sobre a estrutura material da sociedade capitalista que molda relações sociais e definem os sujeitos nas suas particularidades.

Esse processo de desnaturalização da realidade permitiu ao assistente social se aproximar das classes sociais mais desfavorecidas, se reconhecer nelas enquanto humanidade, resgatando a centralidade da ação humana para possível mudança do cotidiano particular de cada sujeito envolvido. É esse percurso que precisa ser resgatado pelo Serviço Social perante os desafios postos na sociedade contemporânea, uma sociedade altamente complexa e excludente que exige intervenções diferenciadas, multifacetadas e articuladas a diferentes saberes. A teoria social crítica foi e ainda pode ser referência para o Serviço Social, na perspectiva de ser um saber que traz a realidade como prioridade a ser pensada na sua totalidade, mas também na sua particularidade e individualidade, desvendando discursos e ações, possibilitando a construção de caminhos para mudanças cotidianas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

COMPARATO, F.K. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CRUZ, Manuel Braga da Cruz. **Teorias Sociológicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FERREIRA, Jorge Manuel. Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. In: **Trabajo Social Global**. 2011. Disponível em: <http://tsghipatiaeditorial.com/index.php/tsg1/index>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. **A investigação em Serviço Social:** modelos para a compreensão da realidade. Lusíada: Intervenção Social. Lisboa, nº38.

_____. Serviço Social: profissão e ciência. **Contributo para o debate científico nas Ciências Sociais.** Cuadernos de Trabajo Social 27(2).

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere.** Edizione crítica dell Istituto Gramsci.Torino: Einaudi, 2014.

MORROW, Raymond Allen e Torres, Carlos Alberto. **Teoria social e educação:** uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. (2011) **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez.

TONET, Ivo. **Teoria social crítica:** do que se trata? Maceió, 2012. Disponível em: ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer. **Serviço Social:** Metodologia da Prática Dialética. Porto Alegre: Graturck, 2012.

TURNER, Bryan Stanley. **Teoria Social.** Lisboa: Difel, 2006.

COMO NOS TORNAMOS PROFESSORES/AS? REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO DOCENTES DE ASSISTENTES SOCIAIS¹.

Bruno Moreira Rios²
Nayara Alves Moraes³
Ronaldo Alves Duarte⁴
Rodrigo Alves dos Santos⁵

Resumo: Neste artigo, a partir de análise de discursos proferidos por assistentes sociais que atuam como professores em cursos superiores de Serviço Social, discutem as condições de entrada desses profissionais na docência e suas concepções do ser professor. Nota-se, com a análise a não superações de algumas fragilidades que há tempos permeiam a inserção de assistentes sociais no magistério de nível superior, o que demanda uma reflexão mais apurada das instâncias que tratam da formação e do trabalho profissional do assistente social.

Palavras-chave: Inserção no magistério, assistentes sociais, ensino superior.

Abstract: In this article, from an analysis of speeches delivered by social workers who act as teachers in higher courses of Social Work, are discussed the conditions of entry of these professionals in teaching and their conceptions of being a teacher. It is noteworthy that the analysis demonstrates that the Brazilian context no to overcome some weaknesses that have long permeated the insertion of social workers like teachers in higher education, which demands a more accurate reflection of the instances that deal with the training and professional work of the social worker.

Key words: Teacher Condition, social workers, higher education.

¹ Trabalho vinculado ao Eixo Temático Serviço Social Internacional e os movimentos sociais: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional

² Estudante do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis. Bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq / UEMG) - Programa de incentivo à pesquisa destinado aos docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais. brunomoreirarios2323@gmail.com

³ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis. Pesquisadora voluntária. nayaramoraesita2@hotmail.com

⁴ Professor do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis. Doutor em Política Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social do Serviço de Referência em Saúde Mental (SERSAM) de Divinópolis -MG. ronaldosocial1@gmail.com

⁵ Professor em cursos de ensino técnico de nível médio, de graduação e de pós-graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – campus Divinópolis. Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. rodrigo.alves@cefetmg.br

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho busca compreender como veio se dando a construção da condição docente de um grupo de assistentes sociais que exercem o magistério no ensino Superior do curso de Serviço Social oferecido pela Universidade do Estado de Minas Gerais na cidade de Divinópolis e região. Sendo um projeto que trata de um tema de larga envergadura, operou-se, no ano de 2018, com as realidades das unidades Cláudio e Divinópolis, de onde advêm os sujeitos de pesquisa que proferem os discursos analisados neste texto. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os assistentes sociais professores e coordenadores do Curso de Serviço Social de Cláudio e Divinópolis, os quais responderam, em diferentes locais e momentos, às perguntas contidas no Instrumento de Coleta de Dados.

Dentre as várias vertentes de modos de significar discursos disponíveis, optou-se pela perspectiva proposta pelo filósofo francês Michael Foucault, já que o autor “explora a positividade do discurso e sua potencialidade de *criar, produzir, fabricar*” as coisas sobre as quais trata (PARAÍSO, 2007, p. 54). Ancorada nessa perspectiva, a investigação que deu origem a este texto buscou, nos discursos proferidos pelos sujeitos de pesquisa, identificar a produção de verdades e aspectos de suas trajetórias que, por sua vez, são efeitos dos discursos proferidos sobre eles (FOUCAULT, 1996).

Como bem reconhece Demerval Saviani, um dos mais reputados estudiosos da formação de professores no Brasil, o movimento em torno da formalização da formação dos professores realizado no país, a despeito do seu longo percurso, não teve como preocupação central o preparo e a formação dos professores para a atuação no ensino de nível superior, e sim o exercício da docência para atuação no ensino primário e secundário, ou nos termos atuais, para atuação na Educação Básica (SAVIANI, 2009, p.143-4). Isso produziu, em todas as áreas do conhecimento, uma considerável lacuna de estudos que busquem se ater à formação do professor que atua nos níveis universitários no país, quadro que vem se alterado só há pouco tempo no país (MASETTO, 2003, p.13):

Logo, esse cenário permite reconhecer que, se há, no Brasil recente, um denso volume de reflexões sobre a formação do professor da Educação Básica, quase nada se tem escrito sobre a formação do docente que atua(rá) no ensino superior, em particular no que se refere à docência universitária nas carreiras que formam os bacharéis:

sobre a existência de uma política nacional de formação continuada dos docentes de Ensino Superior [...] ainda existe um silêncio, o que me faz perceber ser este um desafio que não se limita aos Institutos e Universidades Federais. Na CAPES, as políticas de formação continuada estão focadas nos cursos de atualização e de especialização dos docentes da educação básica, que se tornaram de sua

1144

REALIZAÇÃO



FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF



APOIO



responsabilidade e são homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (OLIVEIRA, SILVA, 2012, p.202).

Todo esse quadro evidencia, portanto, a necessidade de se realizarem pesquisas que se voltem para o conhecimento das especificidades por meio das quais bacharéis em cursos como os de Serviço Social adentram o exercício da docência no superior, assim como para o processo de constituição desses sujeitos docentes. Trata-se com isso, de uma possibilidade de obter dados e informações que, em última instância, permitam construir alternativas viáveis e adequadas para a preparação de assistentes sociais que lecionam em curso superior no qual

ser bacharel e professor ao mesmo tempo torna-se um elemento essencial na contribuição com a formação dos seus alunos, principalmente, ao compartilhar com eles as experiências vivenciadas em sua área de atuação, pois como profissionais que possuem experiência no mundo do trabalho, podem desenvolver sua ação a partir dos desafios e das exigências que surgem. Eles trazem a realidade para a sala de aula e contribuem na formação dos discentes, mas a formação continuada é imprescindível e deve fazer parte de suas experiências (OLIVEIRA e SILVA, 2012, p. 203).

Assim sendo, apresentam-se, a seguir, resultados de uma pesquisa cujo interesse é contribuir para a ampliação de um debate acerca da construção da condição docente de assistentes sociais que se inscrevem na condição de professores de cursos superiores de Serviço Social, em particular nas realidades do interior do país, caso dos cursos aqui considerados.

2. CONCEPÇÕES DO SER PROFESSOR E CONDIÇÕES DE ENTRADA NO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR: A VISÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS PROFESSORES/RAS

Por causa do recente processo de “estadualização” (oficialmente chamado de *absorção integral* das fundações vinculadas à UEMG) das duas unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais aqui consideradas, ocorrido só no ano de 2014, todo o quadro docente dos cursos de Serviço Social dos *campi* Cláudio e Divinópolis em atividade à época da coleta de dados que deu origem a este artigo era composto por professores temporários, contratados por meio de processo seletivo para exercício da docência por tempo determinado. Totalizando o número de 10 assistentes sociais que lecionavam nos cursos de Serviço Social de ambas as unidades (4 em Cláudio e 6 em Divinópolis), foram coletadas informações junto a 9 desses docentes.

Com relação ao curso de Serviço Social da UEMG/Ciáudio, dos quatro assistentes sociais professores entrevistados, um é do sexo masculino e três do sexo feminino. Já no que diz respeito à titulação acadêmica, dois são especialistas e dois, mestres. No tocante ao tema de pesquisa de interesse dos docentes entrevistados nessa unidade da UEMG, notou-se uma dispersão, apontando para assuntos como meio ambiente, questões de gênero, saúde mental e habitação. Quanto às disciplinas ministradas pelos assistentes sociais professores entrevistados, elas apresentavam uma distribuição relativamente equilibrada entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional definidos pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social aprovadas pelo Ministério da Educação. Assim, eram duas disciplinas ligadas ao Núcleo da Fundamentação Teórico-Metodológico da Vida Social, duas pertencentes ao Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira e, finalmente, três disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Já em relação ao curso de Serviço Social da UEMG/Divinópolis, foram entrevistados cinco dos seis professores lá atuantes. Desses cinco, um é do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Com relação à titulação acadêmica, o grupo era composto por um especialista, três mestres e um doutor. No tocante ao tema de pesquisa de interesse dos entrevistados nessa Unidade da UEMG, observou-se que quatro dos docentes manifestaram interesse por temáticas especificamente ligadas ao Serviço Social, tais como formação profissional e fundamentos dos Serviço Social brasileiro. O outro professor apontou como área de interesse de pesquisa a saúde mental, álcool e outras drogas. Quanto às disciplinas ministradas pelos assistentes sociais professores entrevistados, elas apresentaram uma distribuição predominantemente focada no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, abarcando dezesseis disciplinas; enquanto o Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira era contemplado por três. Já o Núcleo da Fundamentação Teórico-Metodológico da Vida Social não tinha disciplinas sendo lecionadas pelo no momento de realização das entrevistas.

No que se refere às condições de entrada dos assistentes sociais entrevistados no magistério do ensino superior, notou-se, nas respostas fornecidas, uma dispersão de motivações. Nestes termos, houve, primeiro, aqueles assistentes sociais que alegaram, para tanto, o fato de possuírem características, hábitos e atitudes que consideravam fundamentais para o exercício da docência:

“Na verdade, eu... eu gosto da área do magistério, gosto de estudar, de ler, de aprimorar o conhecimento e aí eu sempre pensei que transformar aquilo que você gosta de fazer numa forma de ganhar dinheiro é uma sacada

muito interessante, né? Então, por esse motivo... Um dos motivos que me levaram [a optar pela docência] foi esse". (M.M)⁶

"Eu nunca tive muita dificuldade... Eu sempre tive facilidade em... em... Nessa questão da mobilização, do ler alguma coisa, repassar o conteúdo. Então é umas das coisas que me motivaram [a optar pela docência]". (B.)

"Eu não entendia os limites da profissão, da ação profissional. Então, eu me via realizada enquanto docente porque eu gostava de pesquisar, sempre gostei de ler, de escrever, então, relacionados essencialmente com os fundamentos do Serviço Social. As teorias que dão suporte é... a... profissão". (FIDÉLIS)

A noção de professor como alguém que *gosta* previamente de algumas das ações inerentes ao exercício do magistério é algo bastante recorrente nos depoimentos dos assistentes sociais professores entrevistados para este trabalho. *Gostar de ensinar, gostar de estudar, gostar de ler, gostar de pesquisar, gostar de escrever...* como se nota nos depoimentos acima, são algumas daquelas características prévias de mestre que povoam o imaginário acerca do exercício da docência, compondo aquele quadro de imagens sobre o qual Arroyo (2001) refletiu com incontestável propriedade. Essas concepções terminam por compor, também, um daqueles reducionismos de que fala Gauthier (*et.al*, 1998, p.25) se referindo às imagens do magistério que simplificam de tal modo a complexidade do ensino, que terminam por impedir o desabrochar de um saber desse ofício sobre si mesmo.

Arroyo (2001) aponta que esse lugar-comum de *quem está na docência é porque faz algo de que gosta* é um atributo constantemente presente no imaginário sobre a ação docente, sendo isso acionado pelos assistentes sociais professores quando perguntados pelas motivações que os conduzem ao magistério no ensino superior. Destaque-se o detalhe de uma das falas apontar, ainda, para a possibilidade de converter *aquilo de que se gosta* numa *forma de ganhar dinheiro*, ou seja, em trabalho remunerado ou profissão. Tem-se, assim, um daqueles cenários em que, mesmo que não seja de forma deliberada, anula-se o reconhecimento de que o magistério demanda técnicas e saberes particulares que devem ser formalizados, ensinados, aprendidos (GAUTHIER *et. al*, 1998, p. 21). Todo esse quadro aponta, portanto, não só para a ausência de referência às demandas de formação específica para o exercício da docência, quanto para uma aproximação entre essa concepção e uma outra – que não será discutida aqui, por não ser objeto desta reflexão – que assombra a própria opção de alguns alunos do curso superior pelo Serviço Social. Curso este tantas vezes selecionado por graduandos que, à semelhança do discurso do *gosto pelo magistério*, sustentam a opção pela profissão de assistente social por meio do *gosto de ajudar o próximo*. Essas falas e o que elas constroem sobre a opção pela

⁶ As identificações das falas de cada depoente neste texto foram escolhas pessoais dos sujeitos de pesquisa, completamente respeitadas pelos executores da investigação, admitida a condição de que seus nomes de fato seriam preservados. Outro elemento que se buscou respeitar ao máximo na transcrição dos depoimentos foram os traços estilísticos e as marcas de oralidade característicos da fala de cada sujeito de pesquisa.

docência, portanto, apontam para um dilema que, atravessando constantemente o exercício do magistério, não deixa, também, de gerar questionamentos no campo do Serviço Social:

tentamos superar uma herança social, vocacional, historicamente colocada a nosso ofício: a imagem do mestre divino, evangélico, salvador, tão repetida como imagem em discursos não tão distantes. Discursos esquecidos, talvez, mas traços culturais ainda tão presentes. O ofício de mestre faz parte de um imaginário onde se cruzam traços sociais, afetivos, religiosos, culturais, ainda que secularizados. A identidade de trabalhadores e profissionais não consegue apagar esses traços de uma imagem social, construída historicamente (ARROYO, 2001, p. 33).

Vale, portanto, o registro do questionamento, mesmo que não seja pertinente se ater a ele neste artigo: não estariam as razões de opção de assistentes sociais pelo magistério no ensino superior um tanto próximas das que povoam o imaginário de certos indivíduos que optam, antes, pelo próprio Serviço Social?

Uma outra razão alegada pelos entrevistados para a sua opção pelo exercício do magistério no ensino superior foi a possibilidade de realização de um desejo antigo de “ser professor/a”:

“Então, assim, desde que eu estava na... desde sempre, a vida inteira, eu sempre tive vontade de ser professora”. (L.V)

“Eu, desde muito nova, um dia, é... uma tia me perguntou. Eu era pequena. A minha tia falou, quando cê for crescer, o que cê quer ser? Aí eu disse pra ela: eu quero ser professora. Mas isso, é... é uma coisa que passou... [...]

...então eu nunca tinha pensado em ser professora desde que eu me formei assistente social.

[...]

Até que um dia, é ... a coordenadora do curso de Serviço Social da [...] me perguntou se eu não gostaria de fazer uma seleção lá, para dar aula. Quando ela falou isso, eu não tive dúvida de que eu queria fazer porque é como se tivesse acendido uma luzinha que tinha ficado apagada durante muitos anos”. (V.R.F)

“na verdade, foi e era um desejo de ser professor no magistério superior no Serviço Social”. (R.D)

O sonho, vontade ou *desejo antigo* de ser professor também é um desses dizeres que ocorrem com certa recorrência quando coletados relatos junto a pessoas que optaram pelo exercício do magistério em diferentes segmentos do ensino. Mais recorrente no relato de mulheres (FONTANA, 2000) – dada a forte incursão feminina na docência a partir de certo período da história da profissão –, essa vontade antiga povoa também, obviamente, o universo dos homens, entre os quais o mais famoso desses relatos é o Freire (2001, p. 40) que, mesmo reconhecendo que não se nasce com marcas para ser um professor, relata que não se via encarnando, nos seus sonhos sobre a profissão que exerceria, outra figura que não a de um docente.

Explicações para que esse imaginário povoe as mais diversas mentes de adultos que atuam como docentes advêm de ordens diversas, as quais vão desde a explicação que passa pelo afeto construído pelas crianças com as professoras de primeiras letras até o fato

de se tratar de um dos profissionais com que se tem contato por mais tempo na vida. Com os assistentes sociais professores autores dos discursos desta investigação não ocorreu diferente: a opção pelo magistério passou também pelo resgate das memórias de infância, em particular relacionadas às professoras das primeiras letras, como bem discute Arroyo (2001). São memórias que terminam por compor um importante material na constituição dos docentes que os indivíduos se tornam quando adultos:

as lembranças dos mestres que tivemos podem ter sido nosso primeiro aprendizado como professores. Suas imagens nos acompanham como as primeiras aprendizagens. Outros ofícios como engenheiro, pedreiro, advogado, enfermeiro, médico... ficaram bem mais distantes de nossas vivências e serão aprendidos por poucos, basicamente nos cursos de graduação. A figura da professora, do professor é das mais próximas e permanentes na nossa socialização. (ARROYO, 2001, p.124)

Em parte ligado à razão anterior, mas se constituindo como um terceiro motivo entre os alegados pelos entrevistados como razão para optarem pela docência na graduação em Serviço Social está a influência exercida sobre eles por professores da graduação:

“... durante toda a graduação eu tive... muita influência dos meus professores assim, eu sempre é... gostei muito de ver o que eles faziam. Então, assim, eu já tinha muita vontade. Na graduação eu descobri que eu tinha vontade de ser professora” (L.D)

“...durante o processo de formação, ainda na graduação, é... eu tive uma professora chamada [...]. Ela dava aula, assim, com muito... ela sabia muito... Ela é uma pesquisadora é... há muito tempo. E... a forma como ela transmitia me dava vontade de ir pra aula, me dava vontade de estudar, me dava vontade de querer saber mais. É... e aí eu tava no segundo período ainda, na graduação. E... e ela me deu o estímulo à pesquisa, pra estudar... não necessariamente para o magistério. A medida que eu ia é... com o passar do tempo é ... durante o processo de formação é... eu me via na... eu me via cada vez mais vinculada à pesquisa e à docência.” (FIDELIS).

“E quando eu estava na graduação, eu tive muito incentivo por parte dos professores de fazer um mestrado, de atuar na área e tal. Então partiu disso assim...” (L.V)

É farta e diversificada a literatura que reconhece a importância dos professores da graduação no processo de construção das identidades docentes daqueles que optam, depois de graduados, pelo magistério em diferentes níveis de ensino. Denominados, no contexto dos cursos que almejam como uma de suas metas finais a formação de professores, como *professores formadores*, tais docentes têm

uma significativa responsabilidade, pois a formação inicial é, também, o momento em que se desenvolvem as imagens sobre o que é ser educador, seja pelo contato com os conteúdos das disciplinas ou pelas experiências, interações e práticas às quais os licenciandos são expostos (STAMBERG; NEHRING, 2018, p. 350).

O que ainda se discute pouco é que também nos cursos que formam bacharéis (ou seja, cursos em que uma das suas metas últimas não é formar professores) os docentes do ensino superior terminam por ocupar, para bacharelados e bachareladas que se inserirão na

docência, uma função análoga a dos chamados professores formadores que atuam nas licenciaturas, ocupando uma função como a descrita na citação anterior. No caso do Serviço Social, o estudo realizado por Faustini e posteriormente adaptado para a forma de um clássico sobre a atuação do assistente social no magistério do ensino superior apresenta interessante constatação ao refletir sobre a importância que os professores da graduação têm para os assistentes sociais que se tornam professores:

é interessante lembrar que esses professores lembrados encarnam em seu modo de ser saberes didático-pedagógicos que são transmitidos aos colegas e alunos através da relação. São efetivamente conteúdos de ensino que se mantêm na experiência e não se formalizam. A marca deixada por esses docentes está fincada na raiz que os particulariza no universo do ensino. (FAUSTINI, 2004, p.48)

Nos depoimentos acima, nota-se a confirmação dos dizeres de Faustini, considerando que é algo do *fazer docente* dos professores lembrados que termina por individualizar aquele professor entre os que passaram pela formação do assistente social e o marcaram ao ponto de haver uma conversão do docente da graduação não só em uma motivação para a docência, mas também em um modelo de ação pedagógica a ser incorporado pelo assistente social professor.

As falas anteriores, porém, apresentam, ainda, uma forte alusão ao estímulo à pesquisa por meio dos professores de graduação como componente que contribuiu para motivar o assistente social a se tornar, posteriormente, um professor. Trata-se de uma componente rara, de que não se encontrou registro na literatura sobre o tema das razões que costumam levar bacharéis a optarem pelo magistério no ensino superior. Esse novo elemento motivador talvez se justifique pela mudança no perfil do professor universitários brasileiro desde o final dos anos 1990, quando a pesquisa (e não o ensino) passou se constituir como um índice de *status* e de diferencial do professor universitário. Cabe, assim, o registro de uma outra pergunta sobre a qual este texto não se aterá, mas que merece uma reflexão em outro momento: em que ambiente um assistente social que se interesse pela realização da pesquisa se fixaria na sociedade brasileira que não nas universidades, em particular nas universidades públicas? Afinal, não há como ignorar um aspecto determinante do ensino superior, em particular o que é oferecido pelas universidades públicas: “os professores são contratados para a universidade como docentes, mas seu mérito não vem do bom desenvolvimento das atividades de ensino. Seu prestígio vem da pesquisa que, na verdade, é a atividade que lhes confere maior status acadêmico. (SANTOS, 2005, p. 210-1)”.

As últimas falas dos entrevistados, portanto, para além de apontarem para a importância que o professor universitário exerce na motivação para que seus alunos sejam

futuros professores, dá indicações de um dos grandes enfrentamentos da formação do professor do ensino superior: o fato de que muitos dos que ocupam essa posição o fazem por ser a universidade um (único?) lugar em que os profissionais de determinadas áreas têm condições de ser pesquisadores.

Entre os sujeitos de pesquisa, nem todos conseguiram descrever detalhadamente as condições efetivas em que começaram a lecionar no ensino superior do curso de Serviço Social. Entre aqueles que o fizeram, porém, nota-se que os relatos apontam, também, para condições variadas:

“E aí a diretora que... que ganhou a eleição aqui [...] me chamou para fazer o processo seletivo. Me falou que ia ter um processo seletivo e me convidou. Aí eu vim pelo convite dela e fui chamada para dar aula”. (M. A.)

“É foi bem por acaso... assim: eu tinha feito uma palestra numa escola sobre educação especial e aí, no mês seguinte, a coordenadora me chamou para ser professor. Foi assim e foi por telefone inclusive. Eu estava indo pra um congresso em Santa Catarina e recebi um telefonema no meio da viagem, pra ser professor. [...] Aí eu fiquei assustado, mas eu aceitei porque era um desejo. E... foi bem assim por acaso esse início.” (R.D)

Até que um dia, é ... a coordenadora do curso de Serviço Social da [...] me perguntou se eu não gostaria de fazer uma seleção lá, para dar aula. [...] Aí eu fui, a gente tinha que preparar uma aula, né, tinha uma banca. E aí eu fui, preparei, tinha um tema específico. [...] E aí, enfim, eu consegui e fui selecionada para dar aula [...]. Então foi, foi, foi assim que aconteceu eu começar a dar aula. Eu fui convidada. (V.R.F)

“Foi mais uma provocação... que eu aceitei. Aí não precisei de procurar. A própria [Cita o nome de uma instituição] me procurou. Perguntou se eu tinha interesse, porque na época aqui tinham poucos assistentes sociais. Nós éramos conhecidos, era fácil de nos localizar e a [...] me localizou também pela questão da pós-graduação. O curso exigia ao menos uma pós-graduação. Aí eu aceitei [...]”. (M.E)

Apesar de um estudo como o aqui realizado não permitir qualquer tipo de generalização, dadas as condições específicas de atuação dos sujeitos de pesquisa no magistério superior em Serviço Social, não há como deixar de verificar nas falas acima uma recorrência em relação às condições de ingresso do assistente social na docência do ensino superior: o acaso associado a condições claras de informalidade. Nestes termos, tanto as reflexões de Faustini (2004), quanto as de Rodrigues (2012), assim como vários trabalhos mencionados na revisão das produções científicas acerca da atuação do assistente social como professor reconhecem essa condição. A permanência desses traços de informalidade e acaso no acesso dos assistentes sociais de cidades do interior do país ao magistério do ensino superior não deixa de ser emblemática de um país em que, conforme discute o detalhado estudo de Duarte, R. (2017), assistentes sociais que ocupam diferentes espaços executores das políticas públicas nos rincões do Brasil encontram-se sujeitos às especificidades do *modus operandis* político e social local.

A esse respeito, Mesquita (2016), ao analisar falas de professoras aposentadas no magistério superior de Serviço Social de uma universidade do Estado do Ceará, alude a condições de acesso à docência pelos sujeitos de pesquisa por ela entrevistados muito

parecidas às descritas nas falas acima. A autora, no entanto, inspirada por falas que coleta, termina seu trabalho considerando que as condições de acesso ao magistério superior por assistentes sociais estariam mudando, dada a exigência de titulação e ocorrência dos concursos para docente, em particular nas universidades públicas. No trabalho aqui em causa, as falas há pouco descritas apontam para um hibridismo de práticas “antigas” (por meio das quais assistentes sociais eram convidados a lecionar nos cursos superior) com práticas mais recentes (a realização de concursos ou processos seletivos para docentes), cenário que talvez possa ser justificado pelo fato de o estudo em causa ser realizado no interior do Brasil. Fato é que esse acaso e essa informalidade no acesso ao magistério do ensino superior contribuem, como confirmam as pesquisas sobre o tema, de forma definitiva para que o ensino na universidade siga sendo compreendido como um ofício sem saberes (GAUTHIER *et. al.*, 1998), já que alimenta o imaginário de que não há a formalização dos saberes necessários à execução das tarefas típicas desse exercício profissional.

Se, por um lado, é reconhecido o consenso de que é na graduação em Serviço Social que se deve acessar a uma formação sólida sobre os fundamentos e propósitos da ação profissional do assistente social (IAMAMOTO, 2007, 2015), não menos vastas são as produções que reconhecem não ser esse espaço formal de ensino o espaço responsável pela preparação deste profissional para o exercício do magistério no ensino superior. Do mesmo modo, não são raros os estudos que, se referindo aos professores de cursos que formam bacharéis, apontam que, a exemplo do que relata Faustini (2004), os professores iniciam o exercício do magistério no ensino superior sem qualquer tipo de formação didático-pedagógica para isso.

Tal realidade, no entanto, não ficou no início do século XXI ou no passado dos assistentes sociais professores e se mantém presente nos depoimentos coletados para esta investigação, como demonstram as falas transcritas a seguir:

“Então não tive nada específico do da formação pedagógica para o exercício da docência, sabe?” (B)

*“Não, aí eu não tive nenhuma formação pedagógica [quando começou a lecionar no ensino superior].
[...]
Para especificamente para dar aula não. Porque minha especialização é anterior à docência” (V.R.F.)*

“Então assim, é... eu não tive disciplinas de pedagogia, de práticas pedagógicas não. Então, formação é... é através mesmo do ensino. Essa... essa formação formal para a docência não. Eu acho que minha formação foi muito mais do “ah, vamo lá e vamo fazer”. (L.D)

*“Então é... aí. É assim, aquela coisa né, agora foi literalmente de repente professor”
[...]*

Então... a experiência [didático-pedagógica] mesmo foi muito por minha conta. Essa busca foi muito... eu não fiz nenhum curso formal. Tipo assim, eu não me matriculei num curso de didática. É... ou não fiz uma... eu não fiz sequer uma disciplina de magistério no nível superior. Não, não tive isso. Uma lacuna mesmo, formalmente falando, né? Eu busquei por conta própria.” (R.D)

“Tive não [formação didático-pedagógica].

[...]

Bom.. Eu assustei, quando me chamaram eu assustei, fiquei com medo de não conseguir dar aula”. (M.A)

Apontando fortemente para a presença daquilo que Faustini (2004, p.43) chama de “autoditismo como componente inerente à construção profissional por parte do professor-assistente social”, essas falas permitem identificar, ainda, um cenário de poucos avanços em relação à formação do assistente social professor no Brasil recente. Isso porque mesmo que ainda haja uma pequena quantidade de trabalhos que abordam a questão, já há cerca de duas décadas que algum tipo de produção de ordem acadêmica aponta para as fragilidades dessa formação. Também cabe lembrar que a própria lei que regulamenta a profissão de assistente social – Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 – reconhece, entre as atribuições desse profissional “assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular” (BRASIL, 1993). O tema da formação para o exercício da docência, no entanto, é objeto do mais completo silêncio no Código de Ética da Profissão, mesmo que se reconheçam na prática docente desse profissional a presença dos direcionamentos a esse respeito veiculados nesse código, como já aponta o estudo de Faustini (2004).

No que se refere mais diretamente aos cursos de Serviço Social oferecidos nos *campi* Cláudio e Divinópolis, cabe destacar, ainda, que nem mesmo os Projetos Políticos-Pedagógicos são claros quanto às tarefas relativas ao ensino que devem ser executadas/conduzidas pelos assistentes sociais que assumem o exercício do magistério em tais instituições. Logo, todo esse cenário construído pelas falas há pouco transcritas termina por alimentar, tal qual reflete Gauthier (*et. al.*, 1998, p.20), uma dificuldade de definir os saberes envolvidos no exercício do ensino, de modo a formalizar o mais possível esse ofício, sobretudo para os bacharéis que acessam a docência no curso superior, para quem os cursos de graduação não precisam, *à priori*, que se ater a essa preocupação.

3. CONCLUSÃO

Compilados no ano de 2018, junto a assistentes sociais professores que em maioria possuem entrada recente no magistério, os discursos analisados neste artigo apontam para a mais completa permanência do quadro que Faustini (2004) identificara a cerca de duas décadas. Logo, pelo que se percebe há uma estagnação em relação ao tema aqui debatido

que merece ser objeto de uma discussão mais apurada nas instâncias de discussão da formação e do trabalho profissional do assistente social.

Logo, mesmo que se reconheça que “a prática docente, como prática social no processo de formação profissional em Serviço Social, condiciona a transformação social e pessoal de seus sujeitos (CARVALHO NETO, 2011, p. 14)”, faz necessária uma melhor compreensão das condições em que assistentes sociais se tornam professores e que concepções sobre o ser docente tais profissionais assumem. Isso porque, só compreendidos tais elementos básicos é que se poderá alcançar o objetivo de melhor intervir na formação de inicial e continuada de professores que atuam nos cursos de Serviço Social.

4. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Código de Ética do assistente social e Lei 8662/93 de regulação da profissão**. 3. ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de; BARROS, Jaqueline de Melo; GAZOTTO, Mireille Alves. **A docência em serviço social: espaço de atuação profissional**. **Camine: Ways Educ.**, Franca, SP, Brasil – , v. 3, n. 2, 2011.

DUARTE, Ronaldo Alves. **A Política Nacional de Saúde Mental e sua implementação no contexto loco-regional: um estudo de caso em municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapeçerica/MG**. 2017, 275 f.: il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Como nos tornamos professoras?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAUTHIER, C. et.al. **Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Tradução de Francisco Pereira. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1998.

IAMAMMTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MASETTO, Marcos T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MESQUITA, Paula Fabrícia Brandão Aguiar. Trajetória acadêmica de professoras aposentadas do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 127, p. 496-513, set./dez. 2016.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **Holos**. Ano 28, Vol 2, 2012. p.193-205

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e mídia educativa brasileira**: poder, saber e subjetivação. Chapecó, Argos, 2007.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **Políticas Docentes no Serviço Social**: um Estudo sobre as Dificuldades na Formação de Professores e sobre os Limites do Ensino Superior. 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Juiz de Fora, 2012. (CD-ROM).

SANTOS, Lucíola, L. P. O observável e o imensurável na universidade do desempenho. **Educação em Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação. Belo Horizonte: FaE/UFMG, n. 42. Dez. 2005. p 201-218.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. V. 14 n. 40 jan./abr. 2009

STAMBERG, Cristiane da Silva; NEHRING, Cátia Maria. As influências do professor formador e o saber específico na escolha pela docência em Matemática. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 345-360, maio/ago. 2018.

AS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE ESTADO PARA PESQUISA DESENVOLVIMENTO:

um enfoque na educação superior e o Serviço Social no Brasil e Portugal

Sandra de Faria¹

Alcina Maria de Castro Martins²

RESUMO

O projeto de pesquisa em desenvolvimento enfatiza a exigência de refletir sobre as políticas estratégicas de Estado para a pesquisa e desenvolvimento tendo em vista apontar elementos e aspectos que denotariam o alcance de seus desdobramentos no campo das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e, em especial, nas particularidades que propiciaram, no contexto brasileiro e português, o processo de renovação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento. A pesquisa possui interfaces com investigações de pesquisadores brasileiros e portugueses sobre os processos de mudanças conceptual e estrutural da universidade, na era da acumulação flexível.

Palavras-chaves: Ciência, pesquisa, políticas e Serviço Social no Brasil e Portugal.

ABSTRACT

The research project under development emphasizes the need to reflect on the State's strategic policies for research and development in order to point out elements and aspects that would indicate the scope of its developments in the field of Human, Social and Applied Social Sciences and, in particular, in the particularities that propitiated, in the Brazilian and Portuguese context, the process of renewal of Social Service as a profession and area of knowledge. The research has interfaces with investigations of Brazilian and Portuguese researchers about the processes of conceptual and structural changes of the university, in the era of flexible accumulation.

Keywords: Science, research, politics and Social Service in Brazil and Portugal.

¹Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Doutora em Serviço Social, e-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br. Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais.

² Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga –Coimbra –PT. Doutora em Serviço Social, e-mail: alcina55martins@gmail.com Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

No atual cenário das intervenções do Estado para pesquisa e desenvolvimento (P&D), a incorporação da inovação passa a ter importância nas políticas de ciência e tecnologia, na organização acadêmica e na produção de conhecimento das Universidades e instituições de pesquisa. A valorização da inovação, como central na ligação entre a universidade e o crescimento econômico, possui convergência com outras mudanças decorrentes de profundas alterações nas fronteiras do conhecimento e das profissões, nos temas e debates sobre interdisciplinaridade e flexibilidade, na relação entre a pesquisa básica e aplicada, formação e as novas tecnologias de informação e na avaliação da educação superior e da pós-graduação *stricto sensu*.

No plano analítico dificilmente apreende-se as mudanças e inovações tecnológicas e organizacionais e os seus nexos com as configurações da ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico/industrial e seus impactos no desenvolvimento econômico e social sem considerar que estão associadas ao contexto histórico de crise do capital e suas ofensivas, com a imposição de sérios dilemas para o pensamento social.

A investigação internacional em desenvolvimento possibilita problematizar e produzir uma análise comparativa de aspectos estratégicos relacionados a avaliação, a internacionalização e a incorporação da inovação nos sistemas de pós-graduação, nas Universidades e instituições de pesquisa no Brasil e em Portugal.

A pesquisa tem por objetivo norteador aprofundar os estudos sobre as políticas de Estado para a pesquisa e desenvolvimento e a adoção de estratégias determinantes para assegurar os sistemas de pós-graduação no Brasil e em Portugal, considerando o alinhamento no que se refere o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação, a formação de docentes para todos os níveis de ensino e a formação de quadros para mercados não acadêmicos.

DESENVOLVIMENTO

A investigação internacional recai sobre as políticas estratégicas de Estado para a pesquisa e desenvolvimento tendo em vista apontar elementos e aspectos que denotariam o alcance de seus desdobramentos no campo das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e, em especial, nas particularidades que propiciaram, no contexto brasileiro e

português, o processo de renovação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento. Os fundamentos teórico-metodológicos derivam das análises que incidem sobre o contexto de crise do padrão de acumulação do capital, as políticas neoliberais e as inovações tecnológicas e organizacionais, consideradas como os ajustes, as medidas socioeconômicas e ideopolíticas que, do ponto de vista lógico, demonstram a necessidade constitutiva do capital de controlar o trabalho. Do ponto de vista histórico, são alterações que aprofundam a alienação no processo de trabalho capitalista, alienação do produto e do processo, alienação como indivíduo e como humanidade, vital ao capital em sua reprodução (MARX, 1994).

Nessa perspectiva, as expressões de uma ordem societária que opera com a socialização de um mundo fetichizado por meio da educação, da mídia e do desenvolvimento de um sistema mundial de informações cada vez mais associado e com controle centralizado, com novos padrões de produção cultural, trazem as características essenciais do modo de produção capitalista intrínsecas a negação do potencial prático e reflexivo da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995), como sujeito que, ao emergir, criva as contradições e os antagonismos das relações sociais capitalistas e se potencializa como classe que projeta a superação do capital.

Na pesquisa privilegia-se as abordagens e os esboços teóricos sobre a transição que se opera no padrão de acumulação do capital e investigam os seus desdobramentos, em especial, os seus vínculos com a revolução microeletrônica, a revolução da microbiologia e a revolução energética que mudam qualitativamente a base técnica do processo produtivo e de inovação e afetam as relações sociais no seu conjunto. As transformações e reestruturação do processo produtivo, em sua base científica, tecnológica e social, direcionam a revolução informacional, a flexibilização e a segmentação da produção; globalizada opera com alterações na economia que substituem e intensificam os mecanismos de controle, organização e (des)regulação social do processo de trabalho.

As mutações (conteúdo) e as verdadeiras metamorfoses (composição, organização) no “mundo do trabalho” e no Estado operam-se no contexto histórico em que se movem as políticas de ajuste econômico neoliberal de desregulamentação da economia, crise crescente do modelo fordista de acumulação e do keynesianismo, alteração no poder e organização sindical dos trabalhadores, privatização do Estado e desmonte dos direitos sociais. Apreende-se das crises econômicas estadunidense e europeia, da última década, a sua integração nesse cenário e o aprofundamento dos mecanismos engendrados para o enfrentamento da crise sistêmica que atravessa o capitalismo na atualidade.

Como foi observado no plano analítico dificilmente apreendem-se as mudanças e inovações tecnológicas e organizacionais e os seus nexos com as configurações da

ciência/pesquisa e desenvolvimento tecnológico/industrial e seus impactos no desenvolvimento econômico e social sem considerar que estão associadas ao atual contexto histórico de crise do capital, com a imposição de sérios dilemas para o pensamento social.

Para o exame mais determinado desses nexos e convergências são priorizados, na investigação, três complexos fundamentais extraídos dos esboços de interpretação teórica, condensados por diferentes autores: a compressão espaço – tempo, conforme analisado por Harvey (1993), a relação pesquisa/produção material e serviços, ancorada na reflexão de Lojkine (1995) e a relação urbano e rural e suas mudanças sociais, na perspectiva apreendida por Hobsbawm (1994). A luz desses três complexos fundamentais propõe-se uma aproximação analítica e o exame de tendências nas políticas estratégicas de Estado para pesquisa e desenvolvimento nos dois países.

Compõe os procedimentos metodológicos da pesquisa o exame das políticas estratégicas de Estado para pesquisa e desenvolvimento ratificadas, respectivamente, no último Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg 2011/2020, e no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACT&I 2011-2014) que resultou no Documento: Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. No Brasil, sabe-se que em certa medida essas tendências se evidenciam nas mudanças impressas, na última década, no cenário da pós-graduação e da pesquisa no Brasil, acentuando a intervenção das agências federais - CAPES/MEC e CNPq/FINEP/MCTI, e a inserção das fundações estaduais de apoio a pesquisa (FAPs). No mesmo sentido são analisados os documentos e políticas de ciência e tecnologia em vigor em Portugal, conduzidas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – MCTES e Fundação para a Ciência e a Tecnologia –FCT.

Perspectivas histórico-analíticas do capitalismo contemporâneo

Dos esboços teóricos sobre a transição que se opera no padrão de acumulação do capital, apreende-se que a acumulação flexível ainda é uma forma de produção capitalista e investigar as seus desdobramentos torna-se essencial, pois nesse processo estão caracterizadas, em especial, os seus vínculos com a revolução microeletrônica, a revolução da microbiologia e a revolução energética que mudam qualitativamente a base técnica do processo produtivo e de inovação e afetam as relações sociais no seu conjunto.

As transformações e reestruturação do processo produtivo, em sua base científica, tecnológica e social, direcionam a revolução informacional, a flexibilização e a segmentação

da produção; globalizada opera com alterações na economia que substituem e intensificam os mecanismos de controle, organização e (des) regulação social do processo de trabalho.

As mutações (conteúdo) e as verdadeiras metamorfoses (composição, organização) no “mundo do trabalho” e no Estado operam-se no contexto histórico em que se movem as políticas de ajuste econômico neoliberal de desregulamentação da economia, crise crescente do modelo fordista de acumulação e do keynesianismo, alteração no poder e organização sindical dos trabalhadores, privatização do Estado e desmonte dos direitos sociais.

Apreende-se das crises econômicas estadunidense e europeia, da última década, a sua integração nesse cenário e o aprofundamento dos mecanismos engendrados para o enfrentamento da crise sistêmica que atravessa o capitalismo na atualidade.

No plano analítico dificilmente apreende-se as mudanças e inovações tecnológicas e organizacionais e os seus nexos com as configurações da ciência, da pesquisa e desenvolvimento tecnológico/industrial e seus impactos no desenvolvimento econômico e social sem considerar que estão associadas ao atual contexto histórico de crise do capital, com a imposição de sérios dilemas para o pensamento social.

Harvey na sua análise sobre o contraste entre o padrão de acumulação fordista/rígido e a acumulação flexível, baseada no Just in time, refere-se a relação de produção e espaço e destaca,

No padrão de acumulação rígido predomina a especialização espacial funcional/centralização/descentralização, a divisão espacial do trabalho, a homogeneização dos mercados regionais de trabalho, mercados de trabalho espacialmente segmentados, a distribuição em escala mundial. Na segunda, a acumulação flexível prevalece a agregação e a aglomeração espaciais, a integração espacial, a diversificação de mercado de trabalho – segmentação e integração do mercado de trabalho, a proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas – fusões, a acessibilidade e distanciamento/ apropriação e uso do espaço/ dominação e controle do espaço e produção do espaço (1993, p.168).

Para analisar o sentido histórico do espaço e do tempo na vida social Harvey (1993) indica que as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre experimentam algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. A mudança tecnológica e organizacional tem papel-chave na modificação das relações sociais e no deslocamento tempo espaço. Tanto o tempo, como o espaço, são definidos por intermédio da organização das práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias. A experiência da compressão espaço tempo é um desafio, um estímulo, uma tensão e às vezes uma profunda perturbação, capaz de provocar, por isso mesmo, uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas.

Harvey na reflexão sobre a experiência da compressão espaço tempo oferece um enfoque fundamental para os estudos das lutas sociais e a produção do conhecimento, no trânsito para um padrão de acumulação flexível, marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo:

a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (1993, p.140).

A relação entre pesquisa/produção material e serviços é inquirida por Jean Lojkin (1995), com hipóteses e contribuições ao debate sobre as conexões entre pesquisa – serviço e indústria. Lojkin destaca duas características da era informacional: o tratamento “inteligente” da informação e o modo como afeta a antiga relação homem/máquina /produção material, própria do maquinismo; e a relação homem/meio material/produto é substituída pela relação homem/homem, que coloca em primeiro plano as novas exigências nascidas da relação direta de prestação de serviços. Exigências contraditórias.

Na análise do autor sobre a estandarização da informação – a partir do momento em que não somente o trabalho estandarizado dos empregados, mas ainda que parcialmente alguns elementos do trabalho dos quadros intermediários são objetivados nas redes de computadores, toda a arquitetura organizacional das empresas – e dos serviços – é revolucionada. As suas indagações sobre os desafios postos pelas Novas Tecnologias de Informação – NTI remete a análise sobre as relações de poder que emergirão destas revoluções nas funções envolvidas.

Sem dúvida este é um campo de mudanças e de investigação empírica em que a revolução informacional coloca no centro das atividades humana o problema do controle de massas enormes de informação, liberadas pela conjunção da informática e das telecomunicações, adverte o autor. Uma questão central quando se examina o campo das políticas para pesquisa e desenvolvimento, em um contexto de mudanças nas bases da produção científica e tecnológica.

Hobsbawm (1994) destaca da relação campo cidade, urbano e rural, a industrialização e o fim do campesinato, caracterizada em países desenvolvidos e de forma extraordinária o declínio verificado das populações campestres nos países pobres em desenvolvimento. A partir nos anos de 1980 somente três regiões do globo, permaneceram dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudoeste da Ásia continental e a China. Declínio e queda do campesinato – cidades gigantes e auge para a metrópole e a urbanização até que a fuga para os subúrbios e comunidades satélites fora das cidades se acelerasse e os velhos centros urbanos se tornassem cascas ocas á noite. Hobsbawm (1994) analisa o que considera a mudança social mais impressionante e de mais longo

alcance da segunda metade do século XX, e que nos isola para sempre do mundo do passado, a morte do campesinato. Esse complexo é fundamental para apreender a hegemonia do capital, em escala mundial.

A luz desses três complexos fundamentais propõe-se uma aproximação analítica das políticas estratégicas de Estado, no Brasil e em Portugal, para pesquisa e desenvolvimento. Os estudos sobre as políticas de Estado para a pós-graduação distinguem as alterações produzidas para assegurar o sistema nacional de pós-graduação, promover o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação, a formação de docentes e de quadros para mercados não acadêmicos.

No âmbito do planejamento estatal e do Sistema Nacional de Pós-Graduação, coordenado pela CAPES/MEC, o quinto Plano Nacional de Pós-Graduação, 2011-2020, no vol 1, p.16, sumariamente, avalia que os cinco Planos produzidos nessa área,

Foram protagonistas de cinco importantes etapas na História da pós-graduação brasileira: 1— a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 — a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3— a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4— a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 — a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação. Destaca-se assim um forte componente de continuidade na gestão e na condução das atividades da agência face à sua missão institucional, aí incluída a efetiva participação da comunidade científica.

No PNPG 2011-2020 considera-se com destaque as estratégias indutoras da inovação, um dos fatores centrais para o fortalecimento sustentável da posição do Brasil no cenário internacional. E ratifica-se que o conhecimento científico-tecnológico, bem como a inovação por ele engendrada, são patrimônios sociais que permitem gerar desenvolvimento sustentável, ampliando a produtividade e a competitividade do país, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, através da aceleração da criação e qualificação de empregos, e democratizando oportunidades.

No Plano ressalta-se o conceito de inovação e o desenvolvimento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), contemplando também mudanças incrementais, novas funcionalidade bem como melhorias na gestão ou novos modelos de negócios, associados à conquista ou criação de novos mercados, além das inovações incorporadas pelo processo produtivo.

No cenário das intervenções do Estado para pesquisa e desenvolvimento (P&D), a incorporação da inovação passa a ter importância nas políticas de ciência e tecnologia, na organização acadêmica e na produção de conhecimento das Universidades e instituições de pesquisa.

Nas atividades de pesquisa e produção do conhecimento cresce a requisição para os pesquisadores e os programas de Pós-graduação de desenvolvimento de pesquisas de base tecnológica e aplicada com potencial de inovação, tendo em vista a produção de patentes. O que se pode apreender como uma expressão de novos interesses e ênfase, com implicações para a pesquisa e a pós-graduação nos três segmentos que integram a educação superior – instituições públicas, comunitárias e privadas.

Em Portugal o Ministério de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – MCTES convoca a comunidade científica portuguesa para o momento de debate e reflexão sobre a evolução da organização do sistema de C&T e de ensino superior, sob o mote de “ construir o futuro, acreditar no conhecimento”. Faz parte dos estudos acompanhar o processo de avaliação em preparação para ocorrer em 2017, a partir de dois aspectos que devem ser debatidos e aprofundados, como sugere o MCTES: a organização do sistema de ciência e tecnologia e a diversificação e especialização do ensino superior.

Nesse complexo de elementos estão estratégicas que visam a mudanças conceptual e estrutural da universidade, como instituição social, “são configurações bastante novas e especiais da era da acumulação flexível [...]” (Harvey, 1993, p.151). A incorporação da inovação, no campo da produção do conhecimento e das políticas públicas para pesquisa e desenvolvimento, revela em suas configurações, uma mediação fundamental e estratégica de renovação da lógica dominante no país de sintonia com a reestruturação capitalista, “sem dualismo – antes, numa verdadeira simbiose – traços específicos e determinantes da ordem tardo burguesa estão se incorporando à nossa vida social, e de forma tal que passam a ser crescentemente relevantes” (Netto, 1996, pag.105). Com certeza estas reflexões requerem aprofundamento, tendo em vista que são problemáticas teóricas e sociais candentes.

Os estudos da equipe de pesquisadores, mestrandos, graduandos do Brasil e Portugal evidenciam que é fundamental apreender traços de mudanças que vão além dos processos institucionais, dos marcos regulatórios e das prioridades para C,T e Inovação. As modificações no cenário da pesquisa e da pós-graduação no global e, em especial, nas áreas de Humanidades- Ensino, Educação, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística e Artes, por um lado, incidem nas regras de regulação, avaliação e financiamento, por outro, geram modificações substantivas nas condições de desenvolvimento da ciência, validada pelo rigor e critérios científicos indispensáveis à formação, a pesquisa e a produção do conhecimento, tendo na universidade o seu lócus privilegiado, para além dos critérios práticos, geralmente, aplicados a uma disciplina/programa com enfoque na inovação e no negócio. Entende-se que a universidade e a investigação científica comprometidas com os reais interesses da sociedade, não podem atuar nos limites da transferência de tecnologias e de ligação competitiva com as empresas, os negócios e o mercado.

No Brasil os avanços conquistados pelo Serviço Social, desde o final da década de 1970, propiciaram a maturação do seu processo de renovação teórico-cultural e a consolidação do projeto profissional ético-político em sua direção social estratégica. Em Portugal, as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, universitárias e politécnicas, procederam à reestruturação dos planos de estudo, segundo as novas orientações, submetendo-os à Direção Geral do Ensino Superior para serem autorizados a funcionar a partir do ano letivo 2006/2007 e 2007/2008. Dos vinte e dois cursos de licenciatura, quatro de mestrado e três de doutoramento em Serviço Social existentes em novembro de 2006, apenas o primeiro (20) e segundo ciclo (3) efetuaram o registro de adequação. Com uma duração que variou entre seis e sete semestres no primeiro ciclo e três ou quatro no segundo ciclo, a formação cede às 15 exigências do mercado, torna-se permeável para um perfil profissional mais tecnicista, em detrimento de um mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando, ou mesmo fazendo regredir, os avanços já conquistados (MARTINS, 2008).

Das reflexões empreendidas e da investigação em curso sobre o problema das profundas mudanças nas políticas estratégicas para a pesquisa e desenvolvimento e as suas conexões com os movimentos societários, formula-se as primeiras observações sobre a temática decorrentes do Projeto de Investigação.

CONCLUSÃO

A prevalência de indução da pesquisa com finalidade de desenvolvimento de processos, produtos e serviços inovadores e sua ocorrência, preferencialmente, se opera nas empresas privadas. Há um comprometimento de recursos financeiros de C&T, transferidos para a inovação.

A vinculação entre o papel das instituições de ensino/pesquisa e das empresas, subsumindo as funções educacionais, culturais, estética e pedagógicas da escola/universidade as demandas de mercado.

Manifesta-se uma tendência a fragmentação das políticas de ciência e tecnologia e diferenciação na indução das áreas de conhecimento, com a prevalência, na conjuntura atual, de forte fomento, financiamento e expansão das áreas de biotecnologia e engenharias/ciências exatas.

A prioridade de construção de estruturas laboratoriais multiuso e parques tecnológicos, consumindo parte do orçamento destinado ao ensino, pesquisa e extensão das IES.

Um cenário de intensificação e precarização das condições de trabalho docente e investigadores com a exigência de produção relacionada ao desenvolvimento de pesquisa aplicada com potencial de inovação tendo em vista a produção de patentes. Aqui se observa a ampliação de critérios excludentes das áreas das Ciências Sociais e Humanas na destinação dos financiamento para projeto de pesquisa e bolsas, com prioridades para as áreas de fronteira do conhecimento.

No que se refere a formação de recursos humanos são induzidos os mestrados profissionais (Br) ou mais recente pós-graduação à distancia (Br-PT).

Os estudos e as reflexões apresentadas a partir da investigação em curso estão indissociavelmente relacionadas com as profundas transformações societária em escala mundial. Nesse sentido, as configurações da ciência/pesquisa e desenvolvimento tecnológico/industrial e seus impactos no desenvolvimento econômico e social estão inscritos no contexto histórico de crise do capital com a imposição de sérios dilemas para o pensamento social em geral, para as Ciências Sociais e Humanas e nomeadamente para o Serviço Social e os projetos de ruptura com os conservadorismos.

Compartilha-se aqui da afirmativa de que é cada vez mais necessário o esforço teórico-analítico coletivo para apreender a totalidade que abarca o tempo histórico e a conjuntura contemporânea de crise do capital e suas particularidades no Brasil e em Portugal, as transições em curso no mundo do trabalho e na formação profissional, na educação e na cultura, nas ciências e na produção de conhecimentos científico e tecnológico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg 2011/2020**. Disponível em www.capes.gov.br.
_. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACT&I 2011-2014)**. Disponível em www.mcti.gov.br.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. ***Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – Capital Financeiro Trabalho e Questão Social***. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

KAMEYAMA, Nobuco. ***A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social: avanços e Tendências*** (1975-1997). In: Cadernos ABESS, n. 8, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

LOJKINE, Jean. ***A Revolução Informacional***. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. ***Manuscritos Filosóficos de 1844***. Tradução Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1994. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo).

___. ***Para a Crítica da Economia Política***. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MÉSZAROS, Istvan. ***O Poder da Ideologia***. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL E TENDÊNCIAS DE PESQUISA (1975-1985)¹

Giovane Antonio Scherer²

Thaísa Teixeira Closs³

Graziela Scheffer⁴

Jessica Mizoguchi⁵

RESUMO: O presente artigo analisa o debate profissional no estado do Rio Grande do Sul em 1975-1985, contextualizando o processo de criação do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, o primeiro em Serviço Social do Sul do Brasil. Problematisa, através de uma investigação histórica, as tendências de pesquisa presentes no Serviço Social do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos do Serviço Social. Pesquisa. Pós-Graduação em Serviço Social. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: This article analyzes the professional debate in the state of Rio Grande do Sul in 1975-1985, contextualizing the process of creation of the post-graduation program in Social Work of PUCRS, the first in Social Service of the South of Brazil. Through a historical investigation, he problematizes the research trends present in the Social Service of Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: Fundamentals of Social Service. Research. Post-Graduation in Social Work. Rio Grande do Sul.

1. INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado é resultante da terceira etapa da pesquisa “*Serviço Social, memória e Reconceitualização latino-americana: antecedentes e expressões na escola de Porto Alegre*”. Nesse trabalho analisamos o debate profissional gaúcho na conjuntura de 1975-85, após o esgotamento do movimento de reconceitualização latino-americano, considerando o processo de criação da pós-graduação na PUCRS. Esse período do estudo

¹ Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional.

² Assistente Social, doutor em Serviço Social. Docente da PUCRS. E-mail: giovaneantonioscherer@gmail.com.

³ Assistente Social, doutora em Serviço Social. Docente da UFRGS. E-mail: thaisacloss@hotmail.com.

⁴ Assistente Social, doutora em Serviço Social. Docente da UERJ. E-mail: graziela.uerj@gmail.com.

⁵ Estudante de Serviço Social da UFRGS. E-mail: jemizoguchi@gmail.com.

abrange a crise econômica e política do regime ditatorial que acarretou na distensão política (1974-1978) e posteriormente na reabertura política (1979-1985). A década de 1970 apresenta grandes alterações no capitalismo internacional, especialmente, pelo agravamento da crise do modo de produção capitalista, trazendo sério impacto para a classe trabalhadora, no que diz respeito às formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, que altera profundamente as relações entre estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007). O resultado desse processo foi um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora em termos globais, com particulares impactos para países de desenvolvimento capitalista tardio, dependente e periférico como o Brasil. Entende-se que a criação e consolidação da pós-graduação no Rio Grande do Sul não se dá descolada dessas conjunturas históricas, mas se constitui articulada em um cenário marcado por intensas transformações societárias no capitalismo mundial, com profundas implicações para o Serviço Social. O primeiro curso de mestrado em Serviço Social do Rio Grande do Sul nasce no âmbito da Faculdade⁶ de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS no ano de 1977. O Mestrado em Serviço Social é constituído 32 anos após a criação da graduação, representando um importante espaço para o desenvolvimento de pesquisas e formação docente no nível estadual, regional e nacional.

Em 1975, no continente latino-americano, a profissão vivencia a crise do Movimento Reconceituação, no quadro da expansão das ditaduras no continente. Entretanto, as forças progressistas de articulação profissional no continente se deslocam e se reorganizam nas instâncias organizativas da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e no Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS). Em 1979, o Serviço Social brasileiro, assim como o país, experimenta a crise do regime ditatorial num contexto de greves e de lutas sociais pela redemocratização da sociedade, cuja expressão do processo se consolida no “Congresso da Virada”. No início anos 1980 é lançado o livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” inserindo definitivamente na pauta da profissão a interlocução madura com o marxismo sem “amarras positivistas”. Destaca-se também, nesse período a constituição do Currículo Mínimo de 1982, estabelecendo novas bases para formação dos assistentes sociais. No processo de democratização da sociedade brasileira intensifica-se no interior da profissão o pluralismo teórico e as disputas por uma nova direção social e por hegemonia de projetos profissionais.

Por meio da análise das produções da pós-graduação da PUCRS entre 1975-1985, visamos apreender as tendências de debate do período, dando visibilidade àquela vinculada

⁶ Ressalta-se que no ano de 2016 ocorre uma reformulação no âmbito da PUCRS, onde a Faculdade de Serviço Social passa a compor a Escola de Humanidades da PUCRS, não mais sendo chamada de faculdade.

ao eixo temático “Desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular”, pois o mesmo expressa tanto os antecedentes da Reconceituação na escola, como o legado da corrente do “Reformismo Reconceituador”, juntamente com a renovação dos debates profissionais através das articulações impulsionadas pelo CELATS-ALAETS. Para tanto, nos ancoramos nos achados das obtidos nas etapas anteriores da pesquisa, em que identificamos nos antecedentes da reconceituação na Escola de Porto Alegre duas tendências de renovação profissional nos anos 1955-1965, enraizadas no processo de radicalização do trabalhismo nacionalista de traços anti-imperialistas nos governos municipal e estadual de Brizola. Essas era a tendência estrutural participativa, liderada por Seno Cornely, marcada pela influência do pensamento cepalino, integrando DC, planejamento, política social e técnicas de mobilização e participação social; e a tendência pedagógica-cultural, lideradas pelas professoras Lucia Castillo, Zillah Totta e Notburga Reckziegel, marcada pela incidência do pensamento católico francês, articulando abordagens grupais, DC com ênfase educativa a partir do pensamento de Paulo Freire e Ernani Fiori (MACHADO, CLOSS, ZACARIAS, 2018). Já o “Reformismo reconceituador” teve sua origem na escola a partir do I Seminário Latino-americano (1965), fruto da articulação dos docentes gaúchos com os argentinos e os uruguaios, que constituíram-se na denominada “Geração 65”. Essa tendência representou na escola a fusão das tendências renovadoras pré-1964, unificadas pela ideologia do trabalhismo e do anti-imperialismo. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019).

2. CONSTITUIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

É sobre a égide do regime militar, na década de 1960, que a pós-graduação se institucionaliza no Brasil como um sistema, tendo como marco o parecer da Câmara de Ensino Superior, nº 977/65 aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Sua implantação era parte constitutiva do projeto de modernização conservadora e tinha por objetivo a consagrada integração entre centro e periferia, o que evidencia claramente nosso processo de dependência (GUERRA, 2011). Os anos de chumbo da ditadura militar, de consolidação da revolução burguesa no Brasil, foram marcados pelo poder da burguesia através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias, ocultando as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, de reforço do subdesenvolvimento brasileiro e da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005). Portanto, período de consolidação do que Netto (2011) chama de autocracia burguesa, um projeto de dominação que neutralizou os protagonistas

sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade. Nesse quadro, a educação se construía como um importante pilar no âmbito da ditadura militar, tanto devido a possibilidade de forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa, bem como, para consolidar uma qualificação de força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional.

Nesse sentido, conforme Guerra (2011) a pós-graduação no Brasil foi criada “pelo alto”, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira, cumprindo a perspectiva de configurar à universidade um determinado perfil de neutralidade, assepsia, tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil nasce no seio desse processo, sendo designada a função de auxiliar no desenvolvimento das forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional a dinâmica do capital, com claro perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano (GUERRA, 2011). A pós-graduação em Serviço Social se constitui em meio a esses processos contraditórios instituídos pela ditadura militar na época, em um momento histórico em que o Serviço Social procura rever as suas bases de fundamentação, após o heterogêneo movimento de reconceituação entre os anos de 1965 a 1975, na tentativa da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social. Nesse quadro, destaca-se a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social, sendo que a implantação da pós-graduação em Serviço Social significou a convalidação nos órgãos oficiais do campo do Serviço Social como área de estudo e pesquisa (SPOSATI, 2007).

Os primeiros cursos de pós-graduação implantados no Brasil foram nos cursos implantados nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos em 1972, sendo que no ano de 1977 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul implementa o seu programa de pós-graduação. Segundo o documento de fundação do programa de pós-graduação em Serviço Social, analisado nessa pesquisa, o curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS foi constituído a partir da consolidação do Curso de Especialização em Serviço Social Psiquiátrico fundado no ano de 1967, proveniente de uma parceria com o Centro Psiquiátrico Melanie Klein do Hospital Psiquiátrico São Pedro⁷. A parceria com esse centro possibilitou, na época, um dos primeiros passos para a construção do programa de pós-graduação em Serviço Social na região sul do país. No ano de 1974

⁷O centro foi criado em 1957, nas dependências do hospital, se constituindo como uma referência nacional na formação de psiquiatras por se constituir em um novo modelo de formação psiquiátrica, com forte ênfase psicanalítica, sendo oferecida formação em psicoterapia individual e em grupo. Este Centro assumiu uma posição de liderança nacional na formação de psiquiatras de orientação psicanalítica, e durante muito tempo foi a sede do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS.

inicia-se um processo de reformulações e reestruturação pedagógica integrando o curso de especialização em um plano de pós-graduação de maior amplitude, expandindo, também, o seu espaço para a área de Administração de Programas de Bem-Estar Social. Desta forma, em 1975 o Curso de Pós-Graduação com Especialização em Serviço Social Psiquiátrico e Administração de Programas de Bem-Estar Social é aprovado pelo Conselho Universitário, e em 1977 é aprovado o curso de Mestrado vinculado a esta especialização.

Desta forma, o mestrado estava diretamente articulado ao curso de especialização, tendo diversas disciplinas em comum, porém com exigências distintas, especialmente no que diz respeito ao número de créditos cursados, a proficiência em língua estrangeira e a apresentação de uma dissertação. A exigência imposta era a realização de trinta e cinco créditos teóricos e sete créditos práticos (cinco créditos de estágio e dois de seminários de dissertação), aos candidatos para a obtenção do título de Mestre; e vinte e quatro créditos para a obtenção do Certificado de Especialização.

A análise das disciplinas apontam para duas tendências presentes no âmbito da formação, tanto a presença de uma matriz fenomenológica, mais evidente na ênfase do Serviço Social Psiquiátrico, bem como, a presença da tendência modernizadora (NETTO, 2011), com uma maior ênfase no âmbito da área de Administração de Programas de Bem-Estar Social. Ainda, haviam disciplinas preocupadas com a formação profissional de docentes em Serviço Social, com disciplinas como Didática do Ensino Superior, Metodologias de Ensino I e II, Supervisão de Estágio em Serviço Social e Aprendizagem Centrada no Aluno.

Observa-se na descrição da finalidade do programa o intuito de qualificar um profissional técnico, voltado para a intervenção profissional, atendendo as determinações do Estado na época, isso é, centrado na perspectiva técnica e interventiva. Os argumentos principais para a criação da pós-graduação em Serviço Social no Rio Grande do Sul estavam centrados na ausência de programas na região, bem como, na necessidade de modernização do Serviço Social no âmbito da pós-graduação, a fim de adequar as exigências dos órgãos de regulamentação da educação no Brasil no período da ditadura militar. Evidencia-se com isso, nos argumentos de criação do primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social uma vinculação a perspectiva modernizadora, emergente no âmbito dos debates que estavam ocorrendo no âmbito da profissão na perspectiva da revisão de suas bases teóricas e epistemológicas. A vertente modernizadora, para Netto (2011), se constituía em adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos no pós-64. Nesse sentido, conforme Netto (2011) o auge da formulação da perspectiva modernizadora

se constituía na segunda metade dos anos setenta, exatamente quando o programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS foi criado.

No livro “Metamorfoses do Desenvolvimento de comunidade” (WANDERLEY,1993) identifica-se que o debate do Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) na formação de Serviço Social na década de 1970 a 1982 transformou-se em Serviço Social de Comunidade, passando a ser atrelada à lógica do asséptica do Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo. A proposta de formação “autocrática” rompia com as propostas reconceituadoras em andamento na escola de gaúcha, especialmente a de unificação dos métodos (caso, grupo e comunidade), bem como a perspectiva de multidisciplinar do DOC, ancorada na direção “mobilizadora e politizadora”.

Apesar de a vertente modernizadora estar presente no discurso de criação do primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social do Sul do Brasil, mostra-se fundamental não homogeneizar a análise da consolidação desse programa, unicamente, pela via dessa tendência, sendo necessário compreender as demais concepções em disputas no âmbito da formação e da consolidação desse programa. No item a seguir apresentam-se dados referentes ao estudo documental das produções oriundas do Programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, tendo em vista explicitar as tendências temáticas e dar visibilidade às produções referentes ao eixo temático “Desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular”.

3. TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DAS PESQUISAS NA PÓS-GRADUAÇÃO (1975-1985)

A partir de análise do acervo histórico das produções do programa entre 1975 e 1985, verificam-se 18 produções defendidas nessa primeira década. Destas, 17 são dissertações e uma consiste em tese de livre-docência, de autoria do professor Seno Antonio Cornely – intitulada “A participação como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados”, do ano de 1975. Nos anos iniciais do PPG destacam-se, além da referida tese, a defesa de dois trabalhos, ambos datados de 1976, com temáticas referentes a formação profissional e desenvolvidos por docentes da Faculdade. Registra-se, assim, que a maioria das produções (15 de 18) concentra-se nos anos de 1980 a 1985, sendo que destas, um pequeno universo (2 de 15) são de autoria de docentes da PUCRS, revelando a busca crescente por formação pós-graduada de assistentes sociais vinculados a diferentes espaços de trabalho no RS, registrando-se ainda trabalhos de docentes oriundos de cursos de Serviço Social da região sul, norte e nordeste do país. Quanto às temáticas das produções, verifica-se um predomínio de pesquisas referentes a formação e às escolas de Serviço Social (6 de 18), seguidas pela ênfase para o desenvolvimento de comunidade,

mobilização e educação popular (4 de 18), para estudos sobre segmentos populacionais e realidades locais (3 de 18), para o exercício profissional com ênfase em administração (2 de 18) e a temática do voluntariado (1 de 18).

No que tange à primeira temática preponderante, os primeiros estudos, realizados na década de 1970, abordam temáticas referentes ao processo de supervisão de grupo na formação em Serviço Social – em consonância com os métodos clássicos do Serviço Social tradicional e, ainda a pesquisa sobre o Trabalho de Conclusão de Curso na ótica dos acadêmicos. Dentre as pesquisas desenvolvidas na década de 1980 - abarcando temas como a conscientização na formação profissional, o estudo histórico de escola de Serviço social, o perfil de vestibulandos de Serviço Social e a teoria rogeriana de aprendizagem no Serviço Social – é interessante observar que não se identifica nas mesmas uma tendência de discussão em torno da revisão curricular que marca presença nos fóruns profissionais na virada nos anos 1970 a 1982. Portanto, os estudos desse eixo temático evidenciam a tendência do pluralismo entre as correntes em disputa no Serviço Social no período, com pequena incidência dos debates e produções vinculadas a vertente da intenção de ruptura.

Em direção distinta, o segundo maior eixo temático evidencia os elos de continuidade com o processo de renovação do Serviço Social gaúcho anteriores a ditadura e com a tendência do Reformismo Reconceituador que, na década de 1980, infere-se, amplia a interlocução com o pensamento marxista com ênfase para Gramsci, a partir da interlocução com as entidades ALAETS e CELATS, no período após o Movimento de Reconceituação. Dentre esse eixo consta a tese de livre docência de Seno Cornely e três dissertações orientadas pelo mesmo, que revelam essa processualidade.

A tese de Cornely, apresentada em 1975, “A participação comunitária como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados” faz um estudo comparativo na região sul das experiências de assessoria multidisciplinar do projeto “município – escola” realizado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERHAU) na Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL⁸). Na década de 1970 na SUDESUL, iniciou-se um processo de criação de associações de municípios visando estreitar vínculos entre as administrações municipais, no sentido de fortalecer o poder decisório a nível microrregional e de proporcionar o diálogo entre a instituição e as gestões localizadas. No período de 1971-1975, a superintendência estabeleceu sua política mesorregional e suas estratégias microrregionais por meio de projetos sub-regionais.

O autor gaúcho tem como hipótese da pesquisa que a participação comunitária é um produto que exige indução por meio de equipe técnica a fim de garantir que necessidades

⁸ Instituída a partir do Decreto-Lei 301, de 28 de fevereiro de 1967 e extinta pela Medida Provisória 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência para o Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), atuou durante 23 anos na formulação, coordenação e orientação de planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil.

de desenvolvimento local sejam incorporadas racionalmente aos planos do governo. O autor entende a integração como processo ativo de incorporação dos anseios populares no planejamento estatal. Observa-se ao longo estudo uma tensão e ambigüidade no debate da participação entre povo e governo, a qual busca na representação oficial do “grupo político” (prefeitos e funcionários) uma via de mediação base-cúpula que visava à democratização do processo de planejamento. Apesar de ambígua a elaboração do autor, o que nos chama atenção é que sua proposta rompe com a idéia do planejamento pelo alto, acima dos interesses da comunidade.

Portanto, o autor defende que o planejamento deveria ser participativo, sendo necessário que os técnicos fornecessem uma capacitação “político-pedagógica” para a comunidade, de forma que possibilitasse conhecimentos e diálogos mobilizando os sujeitos para atuarem em todas etapas e na avaliação do planejamento do governo. Entendemos que o pensamento de Cornely se situa no percurso histórico do planejamento no Rio Grande do Sul⁹, lembrando que, de 1956 a 1962, Brizola buscou implantar o *desenvolvimentismo nacionalista* no estado e na cidade Porto Alegre, tendo criado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País — SPVERFSP — criada pela Lei nº 2976 de 1956¹⁰. O *Plano Integrado de Obras* de Leonel Brizola foi pioneiro na idéia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazo, com projetos de estudos de viabilidade não só técnicos como também socioeconômico (FILHO ET AL, 2012).

Parte dessa história é resgatada na dissertação de Jorge Krug, defendida em 1980, intitulada “A mobilização comunitária do Rio Grande do Sul: presença dos Seminário de Desenvolvimento de Comunidade”. Krug destaca em seu estudo a ambiência histórica do trabalhismo e do anti-imperialismo do Rio Grande do Sul. Também aborda os Seminários Internacionais realizados em Porto Alegre e as disputas na Escola de Serviço Social de Porto Alegre acerca das posições da Igreja e do Trabalhismo. A partir dessa contextualização, analisa a realização dos sete Seminários Gaúchos de Comunidade no Departamento de Trabalho e Ação Social da Secretária de Estado, Negócios do Trabalho e Habitação no período de 1961-1966. Frisamos que essa experiência foi interrompida em 1967 a com demissão da maioria dos profissionais e a secretária passou por uma reformulação, no contexto repressivo dos anos iniciais da ditadura civil-militar.

Os dois estudos evidenciam a continuidade do debate do “Reformismo Reconceituador” nas produções do Serviço Social gaúcho. Verifica-se em ambos as

⁹ No estado, no período de 1940-1955, intensificou-se o planejamento setorial voltado a orientação econômica da industrialização gaúcha. Já no 1956-1974 prevaleceu planejamento global, caracterizou-se pelas grandes obras de infraestrutura para a economia gaúcha, articulado ao Governo Federal, que resultou em processos de integração e centralização política para a livre movimentação do capital (MESSIAS, FILHO, 2015).

¹⁰ Sua área de atuação era a região fronteira dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

experiências profissionais com ênfase na ampliação do Estado por meio da participação social, enquanto mecanismo de democratização da gestão e do planejamento das políticas sociais, a fim de induzir as mudanças sociais e atender às reais necessidades do povo. Verifica-se também a preocupação de um perfil profissional com capacidade teórica, técnica e política para a realização do trabalho junto à comunidade. Conforme destaca Krug (1980, p. 69), “cabe ao técnico e ao povo, juntos, manter a vigilância sobre algo que lhes pode abrir o caminho da libertação, da participação e da própria militância política.”

Já a produção de Maria Luiza Lameira da Silva, intitulada “O estudo da disciplina de Comunidade a partir de uma perspectiva de práxis”, defendida 1982, é fruto de pesquisa de realizada junto a discentes, docentes vinculados a disciplina de Serviço Social de Comunidade da UFPA, bem como com assistentes sociais vinculados a instituições que desenvolvem programas comunitários na cidade de Belém. A autora, tecendo críticas a histórica influência da perspectiva funcionalista na profissão, busca problematizar o Serviço Social de Comunidade a partir das concepções de práxis no âmbito do marxismo, apresentando a seguinte questão norteadora para o estudo: “Como transformar o enfoque do ensino, no âmbito educacional do Serviço Social de Comunidade, base na práxis social?” (SILVA, 1982, p. 12). Os pressupostos teóricos da categoria práxis social, central ao estudo, ancoram-se na revisão de literatura das obras de Vázquez, Kosik, Gramsci e Althusser.

A partir desse debate, Silva (1982, p. 23) enfatiza que “a teoria e a metodologia do Serviço Social Reconceituado tem, como fundamento, a práxis do homem em suas relações com os outros homens e com o mundo”, problematizando as concepções sobre este tema nas produções de autores como Maria Angélica Gallardo Clark, Vicente de Paula Faleiros e Mário da Costa Barbosa. Com base nesse construto teórico-metodológico, Silva (1982, p. 29) conclui que “a filosofia da práxis embasa as preocupações do repensar do Serviço Social, no momento em que amplia seu entendimento sobre a totalidade homem-mundo”.

A partir da análise de depoimentos de profissionais, docentes e discentes de Serviço Social, obtidos em sua pesquisa, a autora aponta sugestões para a qualificação do processo de ensino do Serviço Social de Comunidade numa perspectiva de práxis social, quais sejam (SILVA, 1982): o aprofundamento de estudos sobre a práxis transformadora, especialmente no que tange a sua operacionalização; a importância dos profissionais realizarem uma análise reflexiva sobre a história do Serviço Social reconceitualizado; que os cursos de Serviço Social enfatizem os trabalhos extra institucionais em Igrejas, sindicatos, movimentos sociais, tendo em vista que os mesmos propiciam maiores possibilidades de desenvolvimento de metodologias de trabalho com base na práxis transformadora; a necessidade de maior articulação entre associações, sindicatos e conselhos profissionais, com vistas a fomentar debates na categoria de assistentes sociais em torno do ensino.

Na sequência, a dissertação intitulada “Serviço Social e Educação Popular: A questão das suas relações na sociedade brasileira” - datada de 1985 e de autoria Raimunda Santana, sob orientação de Seno Cornely -, é construída a partir dos pressupostos teórico-metodológicos marxistas, com ênfase para o pensamento de Gramsci. Apresenta, como um dos objetivos de investigação, o de problematizar “as particularidades que revestem a ação do Serviço Social numa perspectiva coletiva no que concerne ao sentido pedagógico-político de sua ação e a natureza das suas mediações com o Estado e as classes subalternas e populares (SANTANA, 1985, p. 29). Para tanto, a autora elenca o Estado, a Educação e os intelectuais como categorias básicas do estudo, as discutindo a partir da interlocução direta com a obras de Gramsci (Intelectuais e Organização da Cultura, Cartas do Cárcere) e de Marx (Ideologia Alemã e Contribuição a Crítica da Economia Política).

Seu estudo também engloba a discussão das concepções sobre a educação popular no contexto da prática social e da divisão social do saber, valendo-se especialmente do pensamento de Paulo Freire, a partir das obras Pedagogia do Oprimido e Educação como Prática de Liberdade, juntamente o aporte da obra Educação Popular de Carlos Rodrigues Brandão. Nessa perspectiva a autora define a educação popular, em interface com o Serviço Social como “(...) modalidade de prática político-pedagógica, cujo horizonte situa-se na criação de uma saber popular, mediante a conquista de uma educação de classe reveladora da produção de uma nova hegemonia na sociedade desigual”, destacando sua fecundidade na construção, por parte dos assistentes sociais, “(...) de novas estratégias de ações profissionais e políticas no conjunto das práticas dos ‘intelectuais’ que desejam unidade e acompanham com esperança a trajetória das classes subalternas e populares na sociedade brasileira” (SANTANA, 1985, p. 12).

A partir do construto teórico e histórico desenvolvido pela autora em sua produção, a mesma apresenta uma síntese sobre a educação popular e o Serviço Social, enfatizando “o trabalho do assistente social enquanto intelectual que, mesmo desempenhando suas funções profissionais preponderante nos aparelhos de Estado, busca vincular-se organicamente às classes subalternas e populares” (p. 157). Discute o caráter contraditório do exercício profissional a partir da concepção presente na obra Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, ao passo que recupera as tendências históricas da profissão em seus vínculos com as classes dominantes, bem como seus processos renovação, marcadamente a partir do Movimento de Reconceituação, apoiando-se nas produções de Manrique Castro, Vicente Faleiros e José Paulo Netto¹¹.

¹¹ Destacam-se produções que expressam o debate crítico latino-americano tais como História do Serviço Social na América Latina, “Metodologia e Ideologia do trabalho social”, ambas publicadas pela Cortez, além do artigo “A crítica conservadora a reconceituação”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade em 1981.

Em termos das conclusões de sua pesquisa, destaca-se a realização de síntese sobre as relações entre Educação Popular e Serviço Social, que, para a autora, residem no desenvolvimento de um trabalho profissional com ênfase político-pedagógica que possuam “efeitos assessores de conscientização, organização e mobilização de grupos e movimentos populares” (p. 188) que, realizados a partir de diferentes setores – educação, saúde, lazer, mulheres, jovens -, se constituam em “instrumentos de luta setorial e de reforço comunitário aos movimentos populares de classe que os unificam” (p. 188). Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico dos assistentes sociais deve convergir tanto para a “conquista, ampliação e apropriação de direitos sociais, pelo acesso das classes subalternas às políticas sociais, a partir dos seus interesses” (p. 189), como também para a “progressiva condução popular das práticas que sirvam à realização do projeto político de conquistas, de avanço e de ampliação do poder das classes subalternas e populares” (p. 189).

4. CONCLUSÃO

A consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil ocorre no âmbito do contexto da ditadura militar, sendo que a educação se construía como uma importante estratégia para forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa e qualificar uma força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional. A Faculdade de Serviço Social da PUCRS se constitui no primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social do Sul do país, sendo criado no ano de 1977 com a finalidade de qualificar um profissional técnico, voltado para a intervenção profissional, atendendo as determinações do Estado na época, centrado na perspectiva técnica e interventiva.

O estudo documental das produções oriundas do Programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS revela um predomínio de pesquisas referentes a formação e às escolas de Serviço Social, seguidas pela ênfase para o desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular. As pesquisas desenvolvidas abarcam temas como a conscientização na formação profissional, o estudo histórico de escola de Serviço Social, o perfil de vestibulandos de Serviço Social e a teoria rogeriana de aprendizagem no Serviço Social, demonstrando a tendência do pluralismo entre as correntes em disputa no Serviço Social no período, com pequena incidência dos debates e produções vinculadas a vertente da intenção de ruptura.

Na direção oposta a esse eixo temático, evidencia-se os elos de continuidade com o processo de renovação do Serviço Social gaúcho anteriores a ditadura e com a tendência do Reformismo Reconceituador que, na década de 1980, infere-se, amplia a interlocução com o

pensamento marxista com ênfase para Gramsci, a partir da interlocução com os debates das entidades ALAETS e CELATS, no período após o Movimento de Reconceituação. Essa tendência pode ser observada com maior ênfase na tese de livre docência de Seno Cornely e nas três dissertações orientadas pelo mesmo. Desta forma, observa-se, na análise das produções construídas no âmbito do programa de pós-graduação da PUCRS entre 1975-1985, a presença da tendência do Reformismo Reconceituador, configurado no âmbito na produção do conhecimento científico constituído no Sul do Brasil nesse período histórico.

5. REFERÊNCIAS

CORNELY, Seno Antonio. **A participação comunitária como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

FILHO, Alcides Goularti; ALMEIDA, André Scholl de; CARDOSO, Marlon Acassio Casagrande. Sudesul: suas concepções de desenvolvimento e suas estratégias no processo de planejamento 1956-1989. In: **Anais do VI Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/ Mesa6/SUDESUL-Suas_Concepcoes_de_Developolvimento_e_Suas_Estrategias_no_Processo_de_Planejamento_1956-1989.pdf>. Acesso em junho de 2019.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>> Acesso em junho de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KRUG, Jorge Gilberto. **A mobilização comunitária no Rio Grande do Sul**: presença dos seminários de desenvolvimento de comunidade. Porto Alegre: PUCRS, 1980.

MACHADO, Graziela S; CLOSS, Thaísa, ZACARIAS, Inez. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 67 - 80, jan./jul. 2018. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>>. Acesso em junho de 2019.

MESSIAS, Talita Alves de; FILHO, Alcides Goularti. A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. In: **Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 299-322. Disponível em: <<https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/1619>>. Acesso em: junho de 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

PUCRS. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**: curso de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1977.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Serviço Social e Educação Popular**: a questão de suas relações na sociedade brasileira. Porto Alegre: PUCRS, 1985.

SILVA, Maria Luiza Lameira. **O estudo da disciplina de Serviço Social de Comunidade numa perspectiva de práxis**. Porto Alegre: PUCRS, 1982.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em junho de 2019.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaísa; ZACARIAS, Inez Rocha. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 327-345, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n135/0101-6628-sssoc-135-0327.pdf>>. Acesso em junho de 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 1993.

A INFLUÊNCIA DO HIGIENISMO NA FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS (1945-1954)

Graziela Scheffer¹

Inez Rocha Zacarias²

Tháisa Teixeira Closs³

Jéssica Flores Mizoguchi⁴

Resumo: O trabalho que segue analisa os primeiros anos da Escola de Serviço Social de Porto Alegre (ESSPOA), enfatizando as influências teórico-filosóficas da formação profissional e a aplicação métodos de trabalho a partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso entre os anos de 1945 à 1954. A formação profissional na ESSPOA nesta época se desenvolveu a partir de perspectivas importadas dos modelos franco-belgas, do Serviço Social norte-americano, assim como constatou-se a influência higienista/sanitarista. Conforme a análise dos TCC's da escola neste período, o conteúdo dos mesmos ilustra a forte influência dessas perspectivas na abordagem sobre o trabalho profissional.

Palavras-chave: História do Serviço Social; Fundamentos; Escola de Porto Alegre.

Abstract:

The work that follows analyzes the first years of the School of Social Service of Porto Alegre (ESSPOA), emphasizing the theoretical-philosophical influences of the professional formation and the application of working methods from the analysis of the works of conclusion of course between the years of 1945 in 1954. Professional training at ESSPOA at this time developed from perspectives imported from the Franco-Belgian models of the American Social Service, as well as the hygienist / sanitarian influence. According to the analysis of the CBTs of the school in this period, the content of the same illustrates the strong influence of these perspectives in the approach on professional work..

Keywords: History of Social Work; Fundamentals; School of Porto Alegre.

¹ Assistente social. Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, mestre e doutora em Serviço Social. graziela.uerj@gmail.com

² Assistente social. Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC, mestre e doutora em Serviço Social. inez.zacarias@ufsc.br

³ Assistente social. Professora da Faculdade de Serviço Social da UFRGS, mestre e doutora em Serviço Social. thaisacloss@hotmail.com

⁴ Estudante de Serviço Social pela UFRGS. Bolsista de iniciação científica. jemizoguchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo que segue analisa a história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, com ênfase nos fundamentos teórico–metodológicos e análise dos Trabalhos de Conclusão no período 1945-1954. A pesquisa teve como base o exame dos arquivos históricos da PUCRS, abrangendo a sistematização de documentos como a proposta curricular, planos e relatórios de disciplinas do período histórico em tela, juntamente com a revisão dos Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos entre os anos de 1948⁵ a 1954. Para subsidiar a análise dos dados quanto à formação profissional na ESSPOA, desenvolveu-se uma articulação com a tese de doutorado intitulada “Serviço Social, Formação Brasileira & Questão Social: na cadência do pionerismo carioca” (SCHEFFER, 2015), assim como com os resultados da pesquisa “Serviço Social, memória e Reconceituação latino-americana: antecedentes e expressões na escola de Porto Alegre” (SCHEFFER, CLOSS e ZACARIAS, 2017), onde constatou-se, na constituição da Escola de Porto Alegre, a influência higienista sob a interlocução com Instituto Social. Acredita-se que essa interlocução ocorreu devido ao trabalho desenvolvido pela pioneira Aylda Reis, que foi diretora do Instituto Social no Rio de Janeiro e que teve participação na formação dos assistentes sociais gaúchos na vigência do primeiro currículo.

Entendemos que recuperar a história das bases pioneiras do Serviço Social gaúcho é fundamental para capturar a processualidade da ruptura com conservadorismo, pois foi na Escola de Porto Alegre que se materializou a organização do primeiro Seminário Latino-americano (1965), lançando as bases questionadoras da profissão no continente, impulsionando o Movimento de Reconceituação. Ressalta-se, contudo, que muitos autores reconceituadores criticaram a “presença higienista” a partir da concepção da formação paramédica no Serviço Social, que subordinava o exercício profissional aos problemas de saúde circunscrita no método do caso.

2. O LEGADO ESTRANGEIRO NA FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A INFLUÊNCIA HIGIENISTA

Os legados estrangeiros que marcaram o Serviço Social brasileiro foram os modelos franco–belga e o norte-americano, cadenciados por um processo de sincretismo teórico, ideológico e prático. O sincretismo do Serviço Social, imbricado na gênese das correntes européia e norte-americana, penetrou na profissão no Brasil (NETTO, 2005). No Serviço Social Brasil, a “conjunção” franco-belga esteve sintonizada com o neotomismo da

⁵ Data de conclusão da primeira turma de assistente sociais na Escola de Porto Alegre.

ICAR, acompanhada pelo debate higienista atrelado aos intelectuais da saúde, do direito e da educação. Tal fato reafirma que a profissão se institucionaliza e se legitima, extrapolando a Igreja, quando a esfera estatal centraliza a política assistencial via prestação de serviços sociais por grandes instituições, que emanaram os pilares da legitimação do fazer profissional ligado ao controle social do próprio Estado e à classe dominante (IAMAMOTO, 2000).

Sobre as concepções dos três modelos estrangeiros, estes são apresentados por Maria Esolina Pinheiro em 1939. A princípio, tem-se a concepção da escola belga propagada no Brasil na mesma época, qual seja:

O Serviço Social (belga) é uma forma de atividade que, por meios técnicos apropriados, procura organizar o funcionamento normal dos quadros sociais, necessários ao homem quando este não esteja em condições de fazê-lo por si. Noutros termos, o Serviço Social é conjunto de trabalho social coordenado e metódico, exercido por agentes preparados (PINHEIRO, 1939-1985, p. 18).

Na vertente belga, atenta-se para a ênfase na função do profissional como mecanismo de normalização do indivíduo. Logo, conclui-se que, na vertente apresentada à época, os indivíduos patológicos eram o objeto onde se incidia a prática profissional. Na vertente francesa, como destaque tem-se a intervenção na família como papel dos Assistentes Sociais, conforme se segue:

Armand Delille, presidente de várias associações francesas de Serviço Social, tem sobre o assunto esta feliz interpretação: “Para o empreendimento de todo trabalho de reconstrução, é preciso procurar e revelar os sentimentos de responsabilidade e solidariedade que existem em estado latente na maior parte dos indivíduos, é preciso à família, base fundamental de toda eficiente reconstrução social, coesão, desenvolvendo o amor do lar, o gosto pela vida do lar [...] (PINHEIRO, 1939-1985, p. 18).

Segundo Almeida (1983), o modelo franco-belga se deu no início do século XX, com base na realidade nacional, que expressava reivindicações da classe operária frente às condições subumanas refletidas nos aspectos biológico, afetivo e espiritual. Tal modelo se concentrou na área dos serviços médicos e nas empresas, criando a função de superintendente de fábrica. Foi trazido ao Brasil por Melle de Lonneux (Bélgica) – que influenciou a Escola Paulista – e Melle Marsaud (França) – que inspirou a Escola Carioca, o Instituto Social e Familiar. Conforme a mesma autora, a vertente francesa se pautava no servir e era portadora da mensagem da comunidade cristã de ação social à classe pobre, de modo que o processo de tropicalização à realidade brasileira deu origem, no Brasil, ao denominado Modelo de Ação Social. Portanto, o modelo franco-belga foi sincretizado na formulação da “Ação Social” que se estruturava na lógica “Ver -Julgar – Agir”. Entretanto, a autora também relata que a partir de 1945, o Modelo de Ação Social sofreu modificações oriunda dos modelos norte-americanos.

No Brasil esta tendência apresenta-se de forma contundente na constituição da Escola de enfermagem e Serviço Social da Ana Nery (1937). Vasconcelos (2002), em seu

estudo *O Movimento de Higiene Mental e a Emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro*, demonstra um atravessamento na formação profissional de um conjunto de saberes e práticas na constituição da profissão, oriundos tanto da vertente doutrinária católica quanto do movimento de higiene mental. Para aquele autor, tal combinação gerou uma forte ênfase nos aspectos individuais e psicológicos de problemas cuja natureza referem-se a dimensões políticas, sociais e econômicas. Além disso, gerou uma estratégia de hiperpsicologização e individualização normatizadora e moralizadora da força de trabalho e da população, como estratégia de Estado, das elites empresariais, da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR e da corporação médica.

A partir de 1945 se consolida a americanização do Serviço Social brasileiro, quando se inaugurou a famosa trilogia Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade – período em que se conviveu simultaneamente com debates brasileiros e latino-americanos sobre o subdesenvolvimento e desenvolvimento, que serviram de inspiração para a tropicalização. Segundo Vasconcelos (2002) com advento da Segunda Guerra Mundial promoveu mudanças no Serviço Social norte-americano com a inserção da Psicanálise, alicerçada na Psicologia do Ego, que aprofundou o higienismo mental. Lembrando que após os horrores guerra na Europa e nos EUA surgiram inovações críticas nos debates teóricos e nos modelos de cuidados na saúde mental (Comunidade terapêutica, psiquiatria preventiva, psiquiatria de setor, psiquiatria democrática). Tal desdobramento verifica-se em Porto Alegre na criação em 1957 do Centro Psiquiátrico Melanie Klein do Hospital Psiquiátrico São Pedro, que contou com a forte presença dos Assistentes Sociais gaúchos. O centro foi importante uma referência nacional na formação de psiquiatras e assistentes sociais por se constituir em um novo modelo de formação psiquiátrica, com forte ênfase psicanalítica, sendo oferecida formação em psicoterapia individual e em grupo.

A influência norte-americana na profissão se deu via intensificação dos intercâmbios com bolsas de estudos ligados à Política norte-americana da Boa Vizinhança do período. Grande parte das Assistentes Sociais que participaram dos intercâmbios até 1945, tiveram suas experiências ligadas às práticas humanitárias na Segunda Guerra Mundial. Elas iniciavam cursos nos EUA e seguiam para a Europa para capacitação para a guerra, como parte da equipe de cuidados dos soldados e das vítimas de guerra nas sedes dos serviços de proteção e nos hospitais. No período supramencionado foi introduzido o Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade e Pesquisa.

Conforme o relato das pioneiras é possível observar a dificuldade de “lidar” com o novo referencial psicossocial. Neste sentido, acredita-se que a perspectiva do *Social Work* entrava em “choque” com o lastro franco-belga “tropicalizado” da profissão, cuja intervenção era polivalente, centrada na família, em especial, na criança e na mulher, de cunho

humanista. Conforme Almeida (1983) houve a partir de 1956 uma problematização sobre os modelos (franco-belga e norte-americano), iniciou-se a recusa de operacionalizar o desenvolvimento de comunidade (DOC- Desenvolvimento e Organização de Comunidade) preso a um modelo elaborado pela ONU. Tal tentativa não agradou e provocou reação do grupo que orientava os programas.

É possível verificar, conforme o exposto, dois aspectos nesse momento marco de rebeldia das pioneiras, a saber: 1) Por meio das ações de Desenvolvimento de Comunidade tentou-se “aplicar” os ideais do nacional desenvolvimentismo, acarretando em maior proximidade com as discussões da realidade regional e nacional; e, 2) O trabalho profissional comunitário ampliava as possibilidades do caso individual da saúde higienista para a melhoria global do grupo e da comunidade, vinculada à participação dos grupos e líderes ativos, movidos pelo bem comum. Conseqüentemente, no debate profissional, surgiu a necessidade de criação de estratégias que pudessem instrumentalizar a ação profissional, para o enfrentamento de pautas nacionais, tais como: democracia, eleições, saúde pública, educação, imigração, legislação trabalhista etc.

Após 1945, no Brasil, a leitura da questão social saiu da versão higienista biológica para assumir o discurso do subdesenvolvimento econômico e do analfabetismo do povo, chegando a agregar críticas políticas na perspectiva da transformação social. Portanto, o higienismo na profissão sofre um redimensionamento para a educação “sanitarista”, na qual a concepção de saúde pública e o padrão de vida dependiam diretamente da educação. A intelectualidade brasileira estava ancorada na visão de mudança associada às ideias do nacional-desenvolvimentismo, propugnado pelos integrantes do ISEB⁶. Os ibesianos “privilegiaram a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso, temas como projeto nacional, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental” (ORTIZ, 2006, p. 46). Nesse cenário de transformação política e econômica após segunda guerra mundial, e de seus desdobramentos na profissão, identifica-se uma transição das concepções e dos modelos profissionais, os quais constituíram os pilares da criação da escola de Porto Alegre, o que veremos no item seguinte.

3. A INFLUÊNCIA DO HIGIENISMO E OS MÉTODOS NA ESCOLA DE PORTO ALEGRE

Diferentemente das primeiras escolas do eixo RJ-SP, a Escola de Porto Alegre foi criada em 1945, numa conjuntura de aprofundamento do capitalismo no país e da adequação às mudanças que ocorreram no panorama internacional, em função do término da Segunda Guerra Mundial. Nos antecedentes de sua criação, destaca-se a V Semana de

⁶ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura.

Ação Social realizada em 1944. No evento tem-se a presença de lideranças católicas ilustres, tais como Mario Goulart Reis (engenheiro do SESI), os professores da UFRGS - Ernani Fiori (filósofo), Laudelino Teixeira de Medeiros (economista e sociólogo), bem como do médico e deputado Dr. Carlos de Brito Velho, além da pioneira da profissão Aylida Pereira, representando o Instituto Social do Rio de Janeiro (PUC-RJ). No Rio Grande do Sul, a Doutrina Social da Igreja era fundamentada principalmente pelas Encíclicas Papais e na filosofia do neotomista Jacques Maritain. As concepções de Padre Lebreton no Brasil inserem-se no país em 1947, através da realização do primeiro curso de “Economia Humana”. Mario Reis, membro do movimento de ação social católica na capital gaúcha, foi diretor da Escola do período de 1945 até 1953. Sua gestão esteve direcionada ao incentivo do uso articulado do Grupo com DC pelo Serviço Social. No texto “Discussão em Grupo para Desenvolvimento da Comunidade”, publicado em 1963, Reis destaca a seguinte concepção:

(...) o desenvolvimento, para ser harmônico, autêntico, solidário e democrático, deve se processar á base da discussão em comum dos problemas comuns e da discussão em comum dos problemas correlatos, pelos grupos interessados. (...) despertar a comunidade para querer se desenvolver (dentro para fora) antes de qualquer iniciativa oficial ou particular tende fazê-lo (de cima para baixo), é essencial ao processo de desenvolvimento verdadeiramente democrático. (REIS, 1963, p. 1-2).

Na citação verifica-se a centralidade articuladora democrática entre trabalho de Grupo e DC. O trabalho profissional com o Grupo e Comunidade buscavam o seu respaldo no exercício de uma prática educativa junto às classes populares voltada ao desenvolvimento do país. O Serviço Social de Grupo no período de 1950 é incorporado nos “programas nacionais de SESI, LBA, SESC, em hospitais, favelas, escolas etc., iniciando-se uma nova abordagem – que se generaliza na década de 1960 – e que relaciona estudos psicossociais do participante com os problemas sociais e utilização da dinâmica de grupos” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p 345).

O pensamento católico se renovou após 1945, assumindo a educação enquanto caminho possível de enfrentamento da questão social e de fortalecimento da democracia, principalmente junto aos segmentos da população rural, da Região Nordeste e de favelados do País, que apresentavam índices alarmantes de analfabetismos e pobreza. Portanto, a ignorância do povo e a estrutura dicotômica do Brasil arcaico-moderno era o “verdadeiro problema” da questão social do Brasil. Para o grupo fundador da Escola, que possuía, “uma visão cristã de mundo e uma preocupação especial com as questões sociais.” (BULLA, 1992, p. 236), os problemas sociais enfrentados pela população só poderiam ser resolvidos pela recristianização da sociedade.

Uma concepção de Serviço Social que associava à profissão às ações sociais da Igreja, de cunho missionário, foi herdada do Instituto de Educação Familiar e Social do Rio

de Janeiro, através de Aylda Pereira e de Mlle. Germaine Marsaud, esta última diretora técnica do Instituto. Desta forma, a Escola de Porto Alegre passa a receber influência direta do Serviço Social europeu, mais precisamente da França e da Bélgica. Seguindo o pensamento propagado pela Igreja, o Serviço Social segue uma linha de atuação com fortes traços moralistas e idealistas, onde procurava-se uma restauração moral da sociedade, focalizando a sua ação às famílias tanto no espaço privado, quanto no espaço do trabalho. Buscava-se propagar o ideário cristão, combatendo ao mesmo tempo o avanço das ideias liberais e comunistas. O comprometimento com o ideário da Igreja está evidenciado no próprio processo de seleção dos candidatos a alunos da Escola na época da sua criação. Para o ingresso na escola, os candidatos precisavam passar por uma entrevista, onde deveriam comprovar as suas “qualidades morais” (Escola de Serviço Social de Porto Alegre apud Bulla, 1992, p. 244), podendo estes serem não-católicos, mas que necessariamente compartilhassem dos mesmos ideais dessa religião.

Na escola formavam-se profissionais competentes em “servir” a sociedade, mas de modo engajado e científico, ou seja, através de uma caridade científica (KRUG, BULLA, GAZZOLA, 1983). O método transportado da Ação Social para o Serviço Social era o de “Ver – examinar, estudar a realidade, em todas as suas dimensões; Julgar – avaliar, se era bom ou mau, o que era encontrado na realidade; Agir – adotar o que era bom, afastar o que era mau e trabalhar para modificar a realidade.” (BULLA, 1992, p. 245). Esse era a principal metodologia de trabalho dos assistentes sociais que se revela nos TCC’s defendidos na época. Entretanto, cabe salientar que “no Rio Grande do Sul, as influências franco-belgas foram muito fortes na implantação da escola, mas a inspiração americana se interpôs logo a seguir. Essa nova influência propiciaria, como em todo o Brasil, a passagem de uma postura mais vocacional e apostólica, com bases humanistas e cristãs (...).” (BULLA, 1992, p. 251).

Ressalta-se que a escola gaúcha se constituiu num contexto de transição entre o modelo de Ação Social ao modelo clássico norte-americano. Portanto, a formação gaúcha abarcará essa característica híbrida desses modelos. Segundo os objetivos da formação profissional da escola, conforme documento da época (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PORTO ALEGRE, 1945, p.1), destaca-se a apreensão dos problemas sociais enquanto “deficiências” que deveriam ser sanadas através do trabalho desses novos profissionais:

- a) Levar os que se acham em situação de deficiência social à vida normal;
- b) Agir nas instituições, leis e costumes, ou nos quadros sociais, para que ofereçam aos indivíduos condições favoráveis à real participação de todos no bem comum;
- c) Promover investigações no campo social e ampliar a cultura no domínio das ciências sociais com fins práticos.”

Pode-se afirmar que o primeiro objetivo da formação profissional está atrelado a um elemento particular do processo de constituição da Escola de Porto Alegre. Constatou-se, a

partir de documentos da época, a participação de psiquiatras gaúchos na fundação da escola desde 1944. Foi inclusive através do movimento destes profissionais que se constituiu o Serviço Social dentro do Hospital Psiquiátrico da capital gaúcha, espaço onde muitos estudantes da escola realizaram o seu estágio. Esse envolvimento de profissionais da área psiquiátrica na fundação da escola se desdobrou também em uma influência no processo de formação, com a inclusão de disciplinas pertinentes às áreas de saúde mental e física.

Conforme documentos da escola analisados, a base curricular nesse primeiro período de funcionamento apresentou um predomínio de disciplinas da área médica. A base curricular estava dividida em quatro grandes áreas do conhecimento, sendo duas pertencentes à área da saúde: Vida Física, Vida Mental, Vida Econômica e Vida Jurídico-social. A área da Vida Física comportava conteúdos referentes a problemas de saúde e doença, alimentação e carências, sub-habitação, higiene social, domiciliar e do trabalho. As disciplinas responsáveis pelo ensino desses conteúdos eram: Higiene e Profilaxia, Higiene Social, Dietética, Patologia, Anatomia, Fisiologia, Puericultura e Técnicas de Enfermagem. Já a área da Vida Mental previa a abordagem de conteúdos como a compreensão do que é o ser humano, sua natureza e necessidades; a moral a sua repercussão na vida do indivíduo, no meio familiar e social; os problemas de conduta e desordens psíquicas; e problemas educacionais. Esses conteúdos se desdobravam nas disciplinas de Ética, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Higiene Mental e Noções de Psicopatologia, Religião, Ética Profissional e Doutrina Social da Igreja. O influxo dessa perspectiva na Escola de Porto Alegre pode ser explicado pela atuação de psiquiatras na sua fundação e, conseqüentemente na inserção do Serviço Social no Hospital Psiquiátrico, mas também pela influência da medicina higienista no Serviço Social latino-americano na época, através da perspectiva de um Serviço Social para-médico. (GAZZOLA, BULLA e KRUG, 1977).

Além disso, essa influência também pode ter sido reforçada pela experiência prévia da pioneira Aylda Reis na Escola Ana Nery no Rio de Janeiro que, conforme já destacado anteriormente, foi protagonista na fundação da Escola de Porto Alegre. Conforme entrevista realizada com a professora Reis, a mesma destaca a forte presença de conteúdos da área da saúde na formação da primeira turma de assistentes sociais no Rio de Janeiro, devido principalmente ao que ela definiu como um maior desenvolvimento da área da saúde em detrimento da social, devido a inserção desses profissionais nos hospitais,

“Porque no início, nosso curso incluía matérias ligadas à área social e à área da saúde. Nós tínhamos anatomia, fisiologia, higiene, higiene mental, tudo isso era incluído. E era uma parte muito desenvolvida na Escola, tanto que o nosso professor de anatomia era o doutor Piquet Carneiro.” (GOMES e PANDOLFI, 2002, p. 10).

Em síntese, observa-se que o processo formativo, através da análise do primeiro currículo da escola, expressava uma conciliação entre a doutrina social da Igreja e a perspectiva higienista, sendo esta última introduzida via a influência do modelo de formação desenvolvido pelo Instituto Social do Rio de Janeiro, assim como através do grupo de psiquiatras gaúchos que participaram do processo de constituição da ESSPOA.

4. DO MÉTODO DO SERVIR AO CLÁSSICO NORTE-AMERICANO NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na escola de Porto Alegre, no período entre 1948 a 1953, foram defendidos 94 TCC's, sendo que a maioria destes (59 de 94) concentrava-se na abordagem de caso, e ainda uma pequena parcela em caso-grupo (7 de 94), seguida por grupo (12 de 94), por DC (6 de 94) e pela combinação de grupo-DC (4 de 94), com uma pequena incidência de outros temas (3 de 94) e pela combinação dos três métodos (1 de 94), sendo que dois trabalhos não foram localizados no acervo. Entre os trabalhos de caso e caso-grupo a maioria deles concentra-se na área da infância e família (21 de 66), seguida pela prática em hospital (16 de 66). No âmbito da abordagem de grupo, metade concentra-se na área escolar com ênfase para a infância (6 de 12), seguida pela prática nas grandes instituições assistenciais criadas no período como o SESI e a LBA (3 de 12). No que se refere aos trabalhos de grupo-DC e DC (10 de 94), esses concentram-se no SESI (4 de 10) e no âmbito rural (4 de 10).

Em relação análise qualitativa dos TCCs destacamos três profissionais⁷ que exerceram protagonismo importante na condução da escola nos anos seguinte. Notburga Rosa Reckziegel, que abre o seu TCC com uma citação de Pio XII, apresenta como tema o *Serviço Social de Imigrantes*, a partir de sua experiência de estágio realizado junto a uma Hospedaria de Imigrantes, mantida pela Igreja Católica e localizada na capital gaúcha. Conforme seu próprio relato, essa experiência contou com a participação da Juventude Universitária Católica, organização que se constituía em um importante braço da Ação Social, principal organização leiga católica da época. O trabalho retrata o esforço em atribuir uma cientificidade à profissão, através do uso de técnicas de trabalho que poderiam promover uma desvinculação das atividades realizadas por leigos, sem perder de vista o projeto católico. Para isso, a autora defendia como base de conhecimento para o assistente social a compreensão profunda do seu campo de ação e de todos os aspectos que permeiam o objeto em questão. Associada a técnica, a autora tece uma defesa do que chama de princípios para respaldar a técnica: “A técnica é um método de ação. Toda ação é

⁷ Analisamos os TCC's dos pioneiros: Notburga Rosa Reckziegel (Diretora em 1963); Lucia Castillo (1954-Primeira diretora mulher da escola) e Seno Cornely (presidente do primeiro seminário latino-americano).

informada por princípios; abrindo mão dos mesmos, falhará.” (RECKZIEGEL, 1950, p. 65). Desta forma, faz a defesa da aplicação da técnica “Ver-julgar-agir”, seguindo os princípios da moral cristã.

Informada pelo espírito do humanismo-cristão – espírito do Serviço Social católico - com conhecimento profundo do seu campo de atividade (com todos os seus recursos e deficiências) estará a assistente social de imigrantes capacitada (e tanto melhor, quanto mais souber aproveitar-se das experiências alheias já existentes no mesmo) a aplicar os métodos fundamentais do Serviço Social, cada um àquela situação, exatamente, que o exigir. (RECKZIEGEL, 1950, p. 65).

Ainda no trabalho, a mesma relata seu esforço na aplicação do que chama de método do Caso Individual, que tinha como objetivo resolver os problemas pessoais ou familiares dos imigrantes. No plano apresentado, havia o intuito de também aplicar o Serviço Social de Grupos, o que não ocorreu, conforme o seu próprio depoimento. Por fim, Reckziegel apresenta uma avaliação do serviço onde atuou e uma proposta de criação de um Serviço Social do Imigrante na cidade de Porto Alegre para atender essa demanda. Há uma clara preocupação da autora com a sistematização do trabalho, através da atribuição de uma certa cientificidade e uma intenção em contribuir para uma racionalização da assistência, o que é uma marca das origens da profissão.

No TCC intitulado “*Organização do Serviço Social junto à Escola Pública Primária*”, Lucia Castillo apresenta o resultado da sua experiência junto à Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Assim como Reckziegel, a autora endossa o caráter educativo do trabalho do assistente social. Ao elencar diferentes “problemas sociais” enfrentados pelos “escolares” (“escolar doente, mal alimentado, com frio, desajustado do lar, mal orientado moralmente...”) reconhece que o Estado deve ser o responsável pelo cuidado e prevenção. Observa-se nesse quesito a incidência das ideias sanitaristas, retratadas através dessa experiência de trabalho. As questões de saúde, por esse método de trabalho, eram objeto de intervenção coletiva na comunidade escolar, reforçando uma tendência que apostava na educação para remediar problemas de saúde/doença. A autora também expressa um alinhamento com o projeto curricular do curso, demonstrando preocupação com o caráter metodológico do trabalho, sem se afastar dos preceitos católicos. Essa perspectiva está explícita através de referências diretas às Encíclicas Papais de Pio XII, a qual infere que a família é o ambiente natural e primário da educação, mas imperfeita. Desta forma, a comunidade deve incidir sobre a mesma, tendo em vista o “bem comum”. Por essa perspectiva, Jacques Maritain também é referenciado ao tratar do tema sobre a educação. A educação, por esse autor, é o “despertar do homem” e não treinamento de um animal, necessária para que sujeitos alcancem sua plenitude. O trabalho de Castillo se dedica à defesa do que chama de “Serviço Social Escolar”, onde tece sobre o papel do assistente

social neste campo. Também sistematiza a relevância deste trabalho para o Estado, para a Escola, para a família e o escolar. No que tange às qualificações necessárias a este profissional para atuar nesta área, a autora defende uma formação especializada que dê conta de diferentes aspectos: intelectual, técnica e moral. Para este último aspecto, algumas “qualidades” devem ser adquiridas nessa formação: “compreensão, afabilidade, firmeza, boa vontade e espírito de união”. (IDEM, p. 20).

No TCC de Seno Cornely - *“Experiência de Serviço Social entre as comunidades do Rio Grande do Sul”* (1952) - realizado no SESI, destaca-se o uso da “técnica” de organização comunidade com o objetivo de formação de líderes do meio pesqueiro, além do estabelecimento da confiança, apontando para a importância de evitar “ações verticais estranhas ao povo” (CORNELY, 1952, p.1). O autor define a profissão como método científico que possuidor de “técnicas próprias e baseado em princípios, tende a ajustar ou reajustar o homem integral como particular (SS Caso Individual), como membro de um grupo (SS de Grupo) ou de uma comunidade (SS Organização de Comunidade), em vista de seus fins naturais e sobrenaturais” (CORNELY, 1952, p. 13). Para autor, o “Método Básico do SS”, é a divisão entre três etapas de trabalho: investigação social, diagnóstico social e tratamento ou terapêutica social. Também defende a técnica de organização de comunidade para ajudar os sujeitos que vivem nesses locais a superarem sua condição de pobreza, resignação e desarticulação, através de uma intervenção participativa. O autor apresenta sua experiência no SESI, como visitador social na realização de levantamento das condições de vida de 15 colônias pesqueiras no RS, momento em que observa-se a valorização da “vivência do povo mar” e a denúncia das condições de pobreza absoluta da população pesqueira. Identifica-se no TCC os eixos da formação tanto da “vida física” como também da “vida econômica” numa conotação educadora e sanitária, tendência ilustrada através da experiência de trabalho retratada por Cornely.

Em síntese, destaca-se que o estudo de Reckziegel mostra a “conciliação” entre fé e técnica, manifestada num híbrido e indiscriminado uso do método da ação social no sentido de “valores cristãos” em combinação com base “técnica” Serviço Social de Caso. Já nos trabalhos de Castillo e Cornely se expressam a primeira fase da introdução da disciplina de DC no país no Brasil, que se caracteriza por uma concepção harmônica centrada no tripé indivíduo/família/comunidade, bem como numa concepção de participação com “conotação acrítica, apolítica e aclassista, pois toda sua dinâmica se move dentro dos horizontes apertados da localidade” (AMMANN, 2003, p. 45). Também se expressam a mudança da concepção higienista para uma concepção educativa e sanitária.

5. CONCLUSÃO

Analisando os primeiros anos de funcionamento da ESSPOA, constata-se a presença de diferentes influxos sobre o seu processo de constituição e desenvolvimento, todos estes associados à conjuntura política da época. A Doutrina Social da Igreja exerceu forte protagonismo sobre os pressupostos da formação, principalmente pela vinculação à militância católica dos pioneiros da Escola. Observa-se também a presença da influência higienista no currículo profissional, associando a influência do Serviço Social norte-americano, que no período estudado, possui uma ênfase na metodologia de Casos, como evidenciam as experiências registradas nos trabalhos de conclusão de curso. Na experiência do Serviço Social gaúcho verifica-se a influência das primeiras formulações internacionais e nacionais do desenvolvimentismo nos anos iniciais de criação da escola e a realização de experiências práticas, sistematizadas nos trabalhos de conclusão de curso, antes mesmo da criação da Disciplina de Organização de Comunidade, após a primeira revisão curricular da escola, no ano de 1953.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. A. **Possibilidade e limites da teoria do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: F Alves. 1983.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BULLA, L. C. **Serviço Social, Educação e Práxis: tendências históricas e metodológicas**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- CORNELY, S. Experiência de Serviço Social entre as Comunidades do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, PUCRS, 1952.
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PORTO ALEGRE. 1ª Série. **Documento histórico**. Sala Lúcia Castillo – PUCRS, 1945.
- GAZZOLA, T.; BULLA, J., KRUG, J. G. **O Serviço Social no Rio Grande do Sul: um estudo inicial de tendências**. Porto Alegre: PUCRS, 1977.
- GOMES, A. e PANDOLFI, D. **Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002.
- IAMAMOTO, M. V., & CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MANRIQUE, M.C. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo:Cortez: 1984.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e o Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORTIZ, Roberto. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PINHEIRO, M. E. **Documento Histórico**. Serviço Social: Infância e Juventude desvalida (1939). Rio de Janeiro: Cortez, 1982.

_____. **Serviço Social**: uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições UERJ. 1985.

RECKZIEGEL, N. R. **O Problema dos Deslocados e Refugiados da Guerra em nosso Meio**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social de Porto Alegre. Porto Alegre: 1950.

REIS, M. G. Discurso Pronunciado por Ocasão da Posse do Novo Diretor da Escola de Serviço Social de Porto Alegre. Documento Histórico. Sala Lúcia Castillo – **Faculdade de Serviço Social da PUCRS**. 1963.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. In: **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002, p. 127-180.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: situação ocupacional de egressos em Serviço Social da UFAM-Parintins.

Noely Reis de Oliveira¹

Valmiene Florindo Farias Sousa²

RESUMO

Este artigo trata dos principais reflexos da formação profissional em Serviço Social e os desafios que os profissionais, bacharéis de uma universidade pública em Parintins/Amazonas, encontram no mercado de trabalho. Destaca-se na pesquisa a estrutura de disciplinas, o corpo docente, as atividades complementares e a estrutura física do curso, são pontos que favoreceram a qualidade na formação profissional, porém não é o principal fator que determina na inserção do assistente social no mercado de trabalho, uma vez que a lógica do sistema capitalista se forma sobre a precarização das relações de trabalho, desemprego e desmonte das políticas sociais (objeto fundamental do trabalho do assistente social).

Palavras-chave: Serviço Social, mercado de trabalho, formação profissional.

ABSTRACT

This article addresses with the main reflexes of professional background in Social Work and the challenges that professionals, graduates of a public university in Parintins/Amazonas, find in the job market. It is highlighted in the research that the structure of disciplines, the teaching staff, the complementary activities and the physical structure of the course, are points that favor the quality in the professional formation, but it is not the main factor that determines in the insertion or not of the social worker in the labor market, since the logic of the capitalist system is formed on the precariousness of labor relations, unemployment and dismantling of social policies (fundamental object of the social worker's work).

Keywords: Social work, labor market, professional background.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, Assistente Social do Hospital Jofre Matos Cohen, Email: noelyreisoliveira@gmail.com

² Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, Professora Orientadora, Email: valmienefarias@gmail.com

Eixo temático: Perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de trabalho de conclusão de curso que se propôs a realizar uma análise sobre a relação entre formação profissional e o mercado de trabalho do assistente social em Parintins, sobretudo, no que se refere à situação ocupacional dos egressos da primeira turma do curso de Serviço Social formados no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ.

Objetivou-se problematizar o desenvolvimento da formação dada pelo curso de Serviço Social do ICSEZ e como esta influenciou ou não os egressos da primeira turma para a inserção no mercado de trabalho na cidade de Parintins-AM.

Para alcançar o proposto analisamos os dados particulares da pesquisa de campo a partir tanto das questões singulares que permeiam a realidade local quanto das transformações estruturais no mundo do trabalho, e como estas repercutem na realidade ocupacional dos bacharéis de Serviço Social do ICSEZ. A pesquisa foi de natureza exploratória, de caráter quantitativo e qualitativo. O Lócus da pesquisa foi o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ Estrada do Macurany, nº 1805 – Jacareacanga, na cidade de Parintins. Os sujeitos da pesquisa foram os egressos da primeira turma do curso de Serviço Social do ICSEZ que residem na cidade de Parintins.

Neste artigo abordaremos os seguintes itens: o Serviço Social e mercado de trabalho em tempos de precarização; O ensino superior público no Brasil e a expansão do curso de Serviço Social no Amazonas: uma análise sobre a formação profissional e por fim, a situação ocupacional no mercado de trabalho dos egressos da primeira turma do curso de serviço social do ICSEZ – UFAM.

2. SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da introdução do sistema neoliberal no Brasil, trouxeram rebatimentos à classe trabalhadora em decorrência das medidas tecnológicas e organizacionais na esfera do trabalho marcadas pela reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva no Brasil é marcada pela “redução dos postos de trabalho, desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada [...]”, Mota (2008, p.35).

Esse novo modelo de produção incorporada ao trabalho representou uma onda estruturadora, embasada em valores da qualidade total, competência e eficiência na esfera privada, acentuando a (des) responsabilização por parte do Estado com os direitos sociais e trabalhistas. Tais mudanças no mundo do trabalho refletiram não apenas no âmbito fabril, mas em todas as categorias de trabalho, inclusive a do Serviço social.

A flexibilização, subcontratação, terceirização e a precarização das relações de trabalho, são marcas desse processo de reestruturação, no âmbito do Serviço Social simbolizam o agravamento da questão social, o fortalecimento do setor privado, e a falta de políticas sociais intervencionistas do Estado que geram, conseqüentemente, à exclusão social.

Tal cenário de precarização no trabalho remete ao assistente social um grande campo de contradições e desafios a serem enfrentados, em busca da efetivação do projeto ético-político profissional e a consolidação de direitos sociais. Ademais, tantas mudanças na organização do trabalho, um dos pontos que merecem destaque é a atual conjuntura em que o Brasil se encontra, no que se refere a precarização do trabalho e ao desmonte dos direitos trabalhistas, frutos do projeto neoliberal que visa diminuir o poder do Estado e expandir o setor privado.

O atual quadro que o país se apresenta com o alto índice de desemprego e a exposição de trabalhadores a situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica, sem poder de consumo, sem acesso aos bens e serviços de qualidade, o que agrava e intensifica a questão social. E é sobre este cenário de precarização das relações sociais (campo de atuação dos profissionais de Serviço Social) que tratará o item a seguir.

2.1 Os reflexos da precarização do trabalho no âmbito do serviço social

O Serviço Social no contexto de mudanças históricas ocorridas no mundo do trabalho a partir do início do século XX, inserido no avanço da globalização aos processos tecnológicos e organizativos, lida com as novas expressões da questão social, representada pelo agravamento da desigualdade e exclusão social.

No âmbito do trabalho, esses rebatimentos são vislumbrados nos contratos temporários, no aumento do desemprego com a redução dos postos de trabalho, da precarização das condições de trabalho, da flexibilização, terceirização, subcontração de serviços, dentre outras.

Para Mota (2008) “o primeiro desafio aos profissionais de Serviço Social é romper com a ideia de que a reestruturação produtiva é uma questão que afeta exclusivamente as práticas empresariais [...]” (p. 39). Iamamoto (2007) diz que o trabalho do assistente social é

diretamente afetado com as contrarreformas do Estado burguês, refletidos no desemprego, na precarização do trabalho, na redução dos concursos públicos, salários reduzidos ou congelados, perda de direitos, vínculos empregatícios fragilizados, entre outros.

Para compreender melhor a precarização do trabalho no âmbito do Serviço Social é importante enfatizar as atividades que este profissional desenvolve dentro das instituições. Na esfera pública, o assistente social é responsável por formular, planejar e executar as políticas públicas sociais, nas mais diversas áreas, como: Educação, Saúde, Assistência Social, Previdência, entre outras.

Silva e Vallina (2005, p. 98) explicam que “quando a política social deixa de ser estatal, atinge o próprio conceito de cidadania e de direito e quando o direito público é diminuído, a cidadania também diminui”. Desta forma, verifica-se a “desresponsabilização” do Estado para com o financiamento das políticas sociais.

Tal feito contribui para o retorno do Estado assistencial, paternalista e conservador, no entanto, é nesse cenário desfavorável, que os assistentes sociais devem reformular suas intervenções, rever estratégias para o fortalecimento do projeto profissional, e legitimação de uma atuação comprometida com seus usuários na efetivação de direitos.

3. O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL E A EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Houve avanços significativos no ensino superior do Brasil, destacando um novo contexto de oportunidades e possibilidades às classes mais pobres que não tinham acesso, tendo em vista que a reforma educacional de 1968, estimulada pelos movimentos estudantis, concebeu mudanças no âmbito da educação superior, introduzindo os institutos, organizando os currículos básicos e profissionalizantes, estrutura e departamento, institucionalização do tripé entre ensino, pesquisa e extensão, centralização das decisões em órgãos federais, entre outras.

Segundo Franco (2008, p. 54) o marco da expansão do ensino superior no Brasil foi caracterizado “pela ampliação de vagas, mudança no perfil da população atendida e, conseqüentemente, de construção de alternativas metodológicas e organizativas desta etapa educacional no país [...]”. A expansão do curso de Serviço Social no Brasil se concebe em meados dos anos 90, com o avanço do ensino de caráter público, privado e de modalidade de Ensino à distância (EAD).

Certamente todo o avanço no ensino superior no país, especialmente no curso de Serviço Social, deve mérito às políticas de redemocratização da educação prevista em

programas federais, a exemplo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI, pelo decreto 6.096 de 2007, que possibilitou o acesso à população de baixa renda, indígenas e negros ao ensino superior público no Brasil no governo do então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva.

O REUNI, sob a ótica de Lima (2013) contribuiu para a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e, em especial, no Amazonas, ampliando o número de vagas no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em Parintins, o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM foi a efetivação do projeto de interiorização proposto pelo Governo Federal para levar educação superior as mais longínquas regiões do Brasil. No Estado do Amazonas o programa atendeu as demandas por educação superior da população dos interiores do baixo Amazonas.

Em contrapartida com a democratização da educação, atendendo aos interesses das classes subalternas, o ensino superior levanta o debate quanto à proposta de educação como política pública, como direito de todos e dever do Estado, e os interesses do projeto de acumulação do capital.

Iamamoto (2014) assinala que tanto a classes subalternas como os grandes monopólios desenvolvem interesses distintos pela educação. Um exemplo do contrabalanceio de interesses estão os Programas de Universidade para Todos, PROUNI, e o de Financiamento do Ensino Superior, FIES, que são convênios do Governo Federal com faculdades privadas, dando a facilidades para o aluno ingressar custeando seus estudos de forma parcial ou integral, dependendo das notas adquiridas no Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, ou financiar por completo a graduação e após o término quitar o valor com a faculdade particular concedente.

4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ-UFAM.

No ano de 2007, a partir do Decreto n. 6.096/2007, por meio do programa REUNI, foi criado o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ, campus Parintins. Nestas circunstâncias, Parintins passou a ganhar visibilidade entre os cidadãos, sobretudo entre os jovens que buscavam o acesso ao ensino superior público, em uma perspectiva de melhorar suas condições materiais, econômicas e sociais.

Nesse período à estrutura pedagógica do curso de Serviço Social, na análise dos egressos da primeira turma, apresentaremos inicialmente a questão do formato do Projeto Pedagógico do curso, quanto à qualidade. Com base no Projeto Político Pedagógico do curso, de 2007, compreendemos que, naquele contexto de dificuldades estruturais físicas e

financeiras advindas da recente implantação do campus e do próprio curso de Serviço Social, os egressos avaliam o formato pedagógico proposto pelo curso como um elemento que lhes proporcionou uma formação qualificada.

Quanto ao suporte do acervo bibliotecário, os entrevistados relataram que não supria as necessidades dos alunos, uma vez que tinham que procurar outras fontes para complementar seus trabalhos e pesquisas acadêmicas.

De acordo com a pesquisa feita na biblioteca setorial do ICSEZ em 2017, o curso de Serviço Social possui atualmente 229 (duzentos e vinte nove) títulos disponíveis no acervo bibliotecário que embasam a formação. Se antes egressos apontam que no início do curso o acervo bibliotecário não supria as demandas dos discentes, no ano de 2017, desde a inauguração do curso em Parintins, os títulos disponíveis ao curso de Serviço Social ainda se mantêm em níveis pequenos, o que nos desperta para a reflexão quanto à importância do referencial teórico para a formação qualificada dos alunos de Serviço Social.

Quanto à participação discente nas reuniões de colegiado, a maioria dos entrevistados afirmou que não participava de reuniões no colegiado. No que se refere ao quadro docente do curso no período de graduação dos egressos e a forma como eles avaliam o quadro docente, se correspondia às exigências dos discentes quanto ao domínio teórico e metodológico as respostas foram positivas pela maioria dos entrevistados, apontando que o quadro docente correspondia às exigências dos mesmos.

Quando perguntados se os professores realizavam projetos de pesquisa e extensão no período de graduação a maioria respondeu favorável a questão, afirmando que os professores realizavam projetos de pesquisa e extensão, o que indica a viabilização do acesso a essas atividades no período de formação dos egressos.

A partir das respostas dos egressos percebemos que a maioria desenvolveu projeto de extensão, dentre os quais a opção aponta que estes desenvolveram mais de quatro projetos no período de graduação, sendo uma margem satisfatória quanto ao entrosamento dos alunos às atividades que perpassam o âmbito do ensino.

Outro eixo fundamental para a formação em Serviço Social diz respeito ao estágio supervisionado, e como tal processo influencia na relação ensino-aprendizagem dos alunos. Mediante análise sobre os campos de estágio em Serviço Social em Parintins no período de graduação dos egressos, considera-se que a profissão estava ganhando espaços (de forma tímida) nas instituições, o que implica na baixa oferta de vagas de estágio nesses espaços.

A resposta dos egressos dá o entendimento que havia por parte de alguns a facilidade em encontrar campos de estágio, e para outros havia uma dificuldade maior para encontrar campos de estágio disponíveis para inserir os alunos.

Pensando em analisar o aprendizado dos egressos no que se refere às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que fundamentam a formação em Serviço Social, a pesquisa elaborou questões abertas sobre o que os egressos compreendem sobre essas dimensões. Na fala dos egressos, identificamos a presença de posicionamentos que assinalam os conceitos sobre a referida dimensão.

Quanto a dimensão teórico-metodológico, lamamoto (2008) reporta que é exigida uma atenção específica quanto ao trabalho profissional no cotidiano, no intuito de efetivar as competências e atribuições profissionais, sobretudo no que tange ao aprofundamento dos estudos contemporâneos que ampliam o entendimento sobre as mudanças macrosociedade que implicam na atuação do assistente social. São eles, a exigência por um rigor e profundidade das vertentes teóricas, na perspectiva de convertê-los em instrumentos de explicação dos processos sociais, capazes de orientar o exercício profissional e formular estratégias para intervir nas demandas apresentadas, são nessas perspectivas de que os egressos pontuam em suas falas.

Quanto ao eixo ético-político, discorreremos sobre tal dimensão no intuito de fazer um breve resgate no conceito e a sua importância para o Serviço Social. Fazendo uma análise geral das respostas, compreende-se que a capacitação ético-político se faz presente nas falas dos egressos na medida em que citam pontos-chaves como o posicionamento crítico, a conduta ética, a postura profissional na luta pela igualdade e justiça social, a recusa da neutralidade, os princípios do código de ética e as resoluções que auxiliam o exercício profissional.

No que se refere à dimensão técnico-operativa na compreensão dos egressos vem ser a capacitação sobre instrumentos e técnicas, dotada de teoria social crítica, sobre o movimento do real, da mediação como representação da dialética, refletidas em uma intervenção profissional teleológica, propositiva e concreta. Todos esses elementos compõem a questão da “instrumentalidade no Serviço Social” e deve ser apreendida pela categoria profissional para fugir da ação imediatista e alcançar o mediato, Guerra (2010).

5. A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS DA PRIMEIRA TURMA DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ NO MERCADO DE TRABALHO

lamamoto (2007, p.87) destaca que “o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou re-inserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho

disponível. Deste modo, entendemos que, enquanto uma gama de pessoas conseguem inserir-se no mercado de trabalho, há uma maioria de trabalhadores excluídos desse processo.

Os egressos da primeira turma de Serviço Social que não conseguiram trabalho na função de assistente social são exemplos da questão afirmada pela autora, cuja oferta de vagas no mercado de trabalho é inferior à demanda de mão de obra. Por outro lado, não estar inserido na função de assistente social não os limitou em buscar inserção no mercado de trabalho em outras áreas, pois, o trabalho assalariado no sistema capitalista é necessário para a subsistência dos indivíduos em sociedade.

Dentre os dez entrevistados, cinco atuam em sua área de formação e o tempo que cada egresso levou para se inserir no mercado de trabalho em Parintins varia entre dois meses a três anos. Segundo as respostas, dois egressos conseguiram se inserir com dois meses após a graduação, um conseguiu com seis meses e dois variam entre dois a três anos.

Os cinco egressos trabalham como assistentes sociais, sendo três estatutários e dois contratados. Todos possuem pós-graduação, dois são mestres, um está com mestrado em andamento e dois com especialização. Os campos de atuação profissional são divididos entre educação e saúde, todos de origem governamental, reafirmando o papel do Estado como o que agente que mais emprega assistentes sociais no Brasil, e em Parintins essa realidade não se destoa. Dois egressos trabalham na área da saúde há mais de 05 anos, o vínculo empregatício se dá de forma contratual, ambos possuem especialização em “Saúde pública e da família”.

Três egressos possuem vínculo empregatício estatutário, atuam na área da educação, um possui pós-graduação de mestrado na área de “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia”, um possui especialização em “Docência no Ensino Superior” e um mestrado em andamento, e um egresso possui especialização em “Saúde Pública e da Família” e mestrado no “Programa Sociedade e Cultura na Amazônia”.

A pesquisa buscou identificar os postos de trabalhos e a situação socioeconômica dos quatro egressos que não conseguiram vaga na função de assistente social, mas se encontram inseridos no mercado de trabalho desenvolvendo outras atividades. Foi questionado sobre o tempo que levaram para conseguirem emprego após a graduação em Serviço Social, o primeiro entrevistado respondeu que levou dois anos, exercendo a função como assistente técnica há 03 anos, seu vínculo empregatício é estatutário, não possui nenhuma pós-graduação, recebe entre 3 a 4 salários mínimos.

Os outros três egressos afirmaram estar empregados desde o período de graduação, um trabalha como docente há 10 anos, seu vínculo de emprego é celetista,

possui especialização em “Políticas Públicas - Gestão de serviços sociais” recebe entre 01 a 02 salários mínimos. O outro exerce a função de Técnico em Laboratório na área da educação há 07 anos, possuindo vínculo de emprego estatutário, com especialização em “Saúde pública – Gestão de Serviços Sociais” recebe entre 3 a 4 salários mínimos. O outro egresso trabalha como docente da Educação Básica há 20 anos, seu vínculo de emprego é celetista, possui especialização na área da Educação e na área da “Saúde Pública e da Família” recebe entre 3 a 4 salários mínimos.

Identificamos que entre os dez egressos participantes da pesquisa, apenas um encontra-se desempregado. Nesse caso o mesmo relatou que estava inserido no mercado de trabalho como assistente social, porém, devido à mudança de gestão do Município e pela condição de maternidade que a entrevistada estava passando fez com que perdesse o emprego.

O perfil aponta que os tipos de vínculo empregatício os quais os egressos estão sujeitos dizem respeito à área com maior preponderância na absorção de assistentes sociais: campo da saúde e educação. Este último sendo um espaço sócio-ocupacional com possibilidade de se tornar mais amplo em razão das reivindicações da categoria pela presença do assistente social no âmbito escolar (mesmo que os egressos nessa área estejam ligados ao setor da gestão estadual). Também aponta a questão do aprimoramento profissional, priorizada e maioria dos egressos inseridos como assistentes sociais e participação na renda familiar de forma geral.

5 CONCLUSÃO

Diante da atual conjuntura, o estudo constatou que a reestruturação produtiva alcançou as esferas que envolvem o mercado de trabalho, especialmente o do assistente social, e em Parintins essa lógica não destoia da desenvolvida no cenário nacional, visto que a reestruturação produtiva afetou diretamente os postos de trabalho, as condições materiais e salário dos assistentes sociais.

Na contramão desse cenário, foi criado o programa REUNI ampliando o acesso ao ensino superior aos alunos dos interiores do Amazonas, porém, o avanço na política de ensino superior não foi acompanhado por uma política de pleno emprego.

Quando se trata do cenário do mercado de trabalho em Parintins, percebe-se este não estava preparado para dar conta da extensa mão de obra de profissionais anualmente lançados no mercado de trabalho em virtude da implantação do ICSEZ/UFAM, por se tratar de uma cidade de pequeno porte e ainda com poucos campos no Serviço Social.

Quanto ao papel da UFAM na formação profissional dos egressos, através da análise do currículo pedagógico do curso de Serviço Social de 2007, constatou-se que a formação em Serviço Social seguia a mesma dinâmica do currículo da UFAM Manaus e não condizia com a realidade dos alunos interioranos, porém, com o passar dos anos, disciplinas que vieram abordar a questão social na Amazônia, foi um divisor de águas para uma formação profissional comprometida com as especificidades locais e propositivas para atuar nela.

A amostra da pesquisa resume de forma impar a multiplicidade de condições que os egressos de Serviço Social estão submetidos, haja vista que, uma parcela estará propícia a um futuro promissor, inserido na função de assistente social nas instituições, outra parcela estará submetida a vagas de trabalho que foge a sua área de formação, bem como a condição de desemprego, por não conseguir inserir-se em nenhuma das opções citadas. Para os que conseguiram inserção na área do Serviço Social, percebemos que as condições de precarização de trabalho são muito presentes, reafirmando as discussões feitas no primeiro capítulo do estudo.

Neste sentido conclui-se que a formação profissional, aliada à estrutura de disciplinas, o corpo docente, as atividades complementares e estrutura física do curso são pontos que favoreceram a qualidade na formação profissional, no entanto não é um fator que contribuiu diretamente na inserção do profissional no mercado de trabalho.

REFERENCIAS

FRANCO, A. de P. **Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições**. Jornal de Políticas Educacionais. n°4, p. 53-63, 2008.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.120, p. 609-639, out/dez, 2014.

LIMA, K. R. de S. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **Katálysis**. V. 16, n. 2, p. 258-267, 2013.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES/AS

Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)

MOTA, A. E. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação...4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. P. M.; VALLINA, K. de A. (org). **O Assistente Social e as mudanças no mundo do trabalho**. Manaus: EDUA, 2005.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Tatiana Reidel¹

Vanessa Maria Panozzo²

Resumo: Este artigo resgata o processo histórico de formação em Serviço Social e sua relação com a conjuntura do ensino superior em tempos de mercantilização. Analisa o Movimento de Reconceituação e o marco da intenção de ruptura que orientam a nova direção social consolidadas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estas consolidam bases para um projeto de formação profissional com direção crítica, fundamentada a partir do materialismo histórico dialético. Reflete-se sobre os rebatimentos frente à ofensiva do Estado em sua perspectiva neoliberal, na realidade da educação universitária e os desafios da garantia de uma formação de qualidade sob norte do Projeto Ético-Político.

Palavras chaves: Formação, Ensino Superior, Serviço Social.

Abstract: This article recalls the historical process of training in Social Work and its relationship with the conjuncture of higher education in times of commodification. It analyzes the Reconceptual Movement and the framework of the intention of rupture that guide the new social direction consolidated in the ABEPSS Curricular Guidelines. These consolidate bases for a project of professional formation with a critical direction, based on dialectical historical materialism. It reflects on the refutations of the offensive of the State in its neoliberal perspective, in the reality of university education and the challenges of guaranteeing a quality formation under the Ethical-Political Project.

Keywords: Formation, Higher Education, Social Work.

1. Reflexões introdutórias sobre o projeto de formação profissional em Serviço Social no Brasil a partir do Movimento de Reconceituação e suas reverberações para o atual projeto de formação

Para refletir sobre o serviço social na atualidade, bem como compreender as Diretrizes Curriculares que orientam o processo de formação, entende-se ser necessário resgatar alguns aspectos históricos, com vistas a desvendar dados que evidenciem a indissociabilidade entre a direção social adotada por esta profissão paralelamente à proposta de formação que respondia e responde às necessidades desta trajetória. Tanto a

¹ Assistente Social. Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. tatyreidel@gmail.com

² Assistente Social. Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vanessapanozzob@gmail.com

Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais: perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

identidade profissional (que traz consigo a direção social) como a proposta formativa se constituem a partir da indissociabilidade que possuem no solo sócio-histórico nos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, resgatar a história é mais do que reproduzir dados passados; é considerá-la fundamental para análise; buscando situar as diferentes fases por que passa a profissão, bem como as mudanças nas propostas de formação do Serviço Social articuladas com as transformações da sociedade, que respondem a um processo de disputa e que vai conformando o projeto profissional (REIDEL,2010).

No Brasil, o surgimento da profissão se relaciona com as transformações sociais e econômicas da década de 1930. Assim, a história do Serviço Social é marcada pelo Estado e Igreja Católica, através de seu movimento leigo que, em nome de uma “ordem e harmonia social”, que fizeram repressão direta e indireta aos grupos populares (REIDEL, 2010). O Estado estava presente, no que diz respeito a proteger a burguesia e seu sistema, não intervindo nas relações de capital e trabalho geradoras das desigualdades sociais. Com a impossibilidade de segurar à massa, a classe dominante então receosa pelo risco da ordem social, preocupou-se em criar alternativas que poderiam ajustar os trabalhadores aos interesses do capitalismo. Para a burguesia era relevante esconder o massacre deste sistema para com o trabalhador, por isto tornaram-se necessárias novas estratégias de controle para deter as manifestações e a disseminação da pobreza. (MARTINELLI, 2001).

Sendo assim, a profissão nasce da classe burguesa, se articula através de práticas humanitárias, criando uma falsa consciência no operário, dando a ilusão e a pretensão de servir, mascarando as reais intenções que eram manter o autoritarismo e consolidar o capitalismo, dentro de uma conjuntura histórica grave, onde se gestava a 1ª guerra mundial. Esta influência do Estado e da Igreja baliza o processo de formação profissional dos assistentes sociais desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, sendo que a primeira se origina através de um “curso intensivo de formação de moças” que “tocou profundamente as jovens católicas interessadas em problemas sociais” (AGUIAR, 1985, p.29). Desse curso surgiu o embrião que possibilitou a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), pois diante do grau de intensidade e gravidade que os conflitos sociais geravam, os movimentos leigos foram insuficientes, levando, assim, a burguesia e a Igreja a criarem, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social (MARTINELLI, 2001) que ficou responsável pela realização de eventos que objetivavam a promoção de estudos sociais na perspectiva da ação social.

No CEAS, realizou-se o primeiro curso de preparação para o exercício da ação social que lançou a ideia de como o Serviço Social era visto na Europa naquele período. Neste cenário é criada, em 1936, a primeira escola de Serviço Social onde o profissional era formado a partir de sua “vocação”, opção religiosa e características pessoais, morais e de caridade. Em 1937, surge, no Brasil, a segunda escola de Serviço Social, localizada no Rio de Janeiro através do impulso do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima, que acreditavam que para existir vocação social era preciso formação social. Percebe-se que, na primeira fase do Serviço Social do Brasil, o que importava era a formação doutrinária e moral com a reconstrução da sociedade em bases cristãs.

Desde 1936, já existia um currículo que orientava a formação, mas a profissão passou duas décadas sem regulamentação, sendo que esta acontece somente em 1954. “Em 8 de abril de 1954, a Lei n. 1.889 foi regulamentada pelo decreto n. 35.311 que especificou a finalidade do Serviço Social” (SÁ, 1995, p.96). Esta Lei apresentava também os objetivos do ensino do Serviço Social no Brasil e assim, esta profissão passa a ser normatizada, atribuindo às escolas a promoção da formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social com a finalidade de “II - aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; III- contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada aos problemas sociais” (SÁ, 1995, p.96).

Os questionamentos e indagações que surgiram diante dos conflitos entre seus integrantes e as respostas insuficientes diante das expressões da questão social levaram, em meados de 1960, à proposta de transformação da sociedade, através da busca de um serviço social mais crítico, o que ocasionou certa crise ideológica no interior de muitas escolas na América Latina. O Serviço Social Tripartido, produto de uma formação baseada em princípios norte-americanos, não sustentava mais a intervenção profissional, uma vez que se compreendia que o mesmo não oferecia instrumentos para entender e agir levando-se em conta a realidade social do país. Os questionamentos e indagações advindos da categoria dos assistentes sociais provocaram fragilidades nas bases da formação profissional, que foram sendo permeadas por ideias renovadoras (REIDEL, 2010).

Dentro desse contexto de críticas, emerge o Movimento de Reconceituação latino-americano, em busca de novas respostas, com o objetivo de superar a prática atribuída pelos grupos dominantes. O período que pode ser demarcado, a partir de 1964, encontra a sociedade brasileira imersa em um golpe militar que se caracterizava por criar uma sociedade reprimida e oprimida. Neste cenário, era possível identificar que o assistente

social ainda mantinha uma prática alienante com dificuldades de assumir uma postura de resistência, muito embora houvesse uma insatisfação de estudantes e docentes de Serviço Social que anunciavam a necessidade de rever as práticas que se caracterizavam pelo caráter conservador, subordinado aos interesses da burguesia.

Instaura-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e este movimento tem como objetivo reconceituar a profissão, rompendo com o paradigma único da profissão, a prática voltada somente para a perspectiva terapêutica e funcionalista. Embora houvesse uma crítica internacional ao conservadorismo profissional é, na América Latina, que o processo de reconceituação se efetiva. Este Movimento de Reconceituação compreende-se como “movimento ou processo que emergiu em 1965, constituiu um marco irredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano”. (NETTO, 2005, p. 6). Este também refletia as contradições e confrontos das lutas sociais, quando se confrontavam interesses da “transformação da ordem vigente” e os que visavam apenas “minimizar a dominação”.

Em 1970, o Conselho Federal de Educação aprova o segundo currículo do Serviço Social, com uma carga horária mínima de 2.500 horas, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos incluindo no mesmo a disciplina de Teoria do Serviço Social responsável pela cientificidade profissional. Paralelo a isto, o projeto de ruptura aproxima-se da tradição marxista, primeiramente, pelo viés da militância política e, posteriormente, através do marxismo acadêmico, que passa a analisar as fontes originais, os clássicos que contemplam a historicidade. Num terceiro momento, desdobra-se, com o acúmulo dos anteriores e nas condições pelo adensamento das tendências democráticas, direciona-se para a recuperação de diferenciados substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional, a problemática da formação, os campos de intervenção, espaços e políticas de prática. (NETTO, 1998). Em 1979, mais especificamente dos dias 23 a 27 de setembro deste ano, o então CFAS e o CRAS 9ª Região organizam o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo reunindo cerca de 3000 profissionais que representaram todo território brasileiro cujo tema central foi “Serviço Social e Política Social; assumiu-se uma posição de comprometimento com o homem brasileiro, rejeitando-se finalmente a posição do Serviço Social como intermediário do poder”. (PINTO, 1986, p.32). O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ainda hoje ele é compreendido como marco histórico e político, reconhecido como “o ‘Congresso da Virada’ em face de sua importância na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro”. (BRAVO, 2009, p. 680).

Neste período, ocorre fortemente a articulação dos espaços representativos dos assistentes sociais nos diferentes âmbitos (estudantil, docente, profissional). Como desdobramento deste processo tem-se a rearticulação do movimento sindical e estudantil o que desencadeia um forte debate sobre a formação profissional e como resultado desta discussão e da articulação das diferentes instâncias, tem-se a redefinição do currículo mínimo de Serviço Social. Esta redefinição se materializa com a aprovação do currículo mínimo do Serviço Social em 05/08/1982, terceira proposta curricular, pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 197/80, (Resolução nº 6 do MEC, 1982) com carga horária de 2700 horas. O currículo de 1982 avança no que se refere ao entendimento da direção social que o mesmo ocasiona, através de uma proposta de formação que é contra-hegemônica. Também deve ser destacado que, no processo de construção da proposta curricular, houve uma significativa articulação coletiva da categoria através de um movimento nacional.

Passaram-se seis anos entre a legalização do currículo (1982) até a sua implantação integral (1988), período em que destaca-se na sociedade brasileira, a articulação da sociedade civil através dos diversos movimentos sociais, bem como dos movimentos sociais na luta pelos direitos e pela democracia no país. Este currículo propõe uma formação cujo eixo central é a Teoria e a Metodologia. Destaca-se que, nesta proposta de formação, “o Serviço Social vai expressar um entendimento mais claro do seu objeto de trabalho, uma intenção política para sua ação e uma busca por fundamentos teóricos e metodológicos para sua intervenção” (MACIEL, 2006, p.98). Acompanha-se ainda nesta década, o fortalecimento do que havia se iniciado com o Movimento de Reconceitualização: a intenção de ruptura com o conservadorismo que teve seu marco histórico no Congresso da Virada já referido anteriormente. Pode-se sinalizar aí a gênese de um projeto profissional com claras dimensões: ética e política as quais se filiam à categoria profissional.

1. Breves considerações do ensino superior a partir da contrarreforma do Estado e seus desafios na luta pela garantia de uma formação de qualidade sob norte do Projeto Ético Político

O cenário atual brasileiro vem consolidando um Estado autoritário, repressor e com forte diretriz reacionária, trazendo para a classe trabalhadora grandes perdas no campo dos direitos. Este também irá se referir na reconfiguração da educação superior a partir da década de 1990, com contrarreforma do Estado.

Neste sentido, o projeto neoliberal para a universidade brasileira irá

(...) expressar uma concepção de universidade limitada ao ensino, a partir do desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da submissão da formação profissional às exigências do mundo do capital e **da imposição de uma determinada caracterização precarizada do trabalho docente**(...)(*grifos nossos* DAHMER, 2009: 36).

Percebe-se que a partir da década de 1990, o processo da privatização, na relação entre Estado e sociedade civil constituiu na educação do ensino superior um reordenamento para as instituições públicas e privadas no que diz a oferta de vagas bem como o financiamento. Neste sentido, o processo da contrarreforma irá trazer um alastramento de instituições que, em parceria com o capital, irão responder o mercado com a oferta de cursos em ensino a distância-EAD- sob a justificativa de uma “acesso democrático” na educação. Conforme Dahmer(2009), este fortalecimento do empresariado percebe-se na oferta de “serviços educacionais” pelas IES públicas; na parceria das universidades federais e com as fundações.

Atualmente no Brasil existem 143.198 alunos, em nível de graduação, matriculados. Destes, 33.535 se referem as UFAS Públicas e 109.663 estão vinculados a UFAS privadas. Desta totalidade 56.815 são matrículas em EAD. Dados de 2017- totalizam 3912 Cursos em Serviço Social no país, destes 557 são presenciais e 3.355 na modalidade EAD. O quadro a seguir evidencia esta distribuição no território nacional brasileiro a partir da distribuição quantificada por regiões conforme denomina a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (GTP2012).

No Estado do Rio Grande do Sul onde se localiza o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, existem 19 Cursos presenciais com oferta de 1.385 vagas , sendo 3 cursos em instituições públicas federais e 16 Cursos em instituições Privadas , com oferta de 1.255 vagas, contabilizando 2.640 vagas em ensino presencial. Na modalidade a distância, são 15 Cursos, totalizando 116.040 vagas (GEFESS,2017). Os dados instigam inquietação na medida em que se evidencia a vinculação da política educacional ao mercado, de modo cada vez mais internacionalizado, e não mais como uma política pública de acesso universal garantida pelo Estado. Sabe-se que esta lógica empresarial do ensino superior no Brasil emerge desde os tempos da ditadura militar (1964), em meio ao processo de deslocamento de recursos em outras áreas facilitou que as políticas sociais e dentre elas a educação superior fossem ofertadas aos investidores de capitais privados consolidando a partir de 1990 a mercantilização da educação brasileira.

Verifica-se assim que a atual conjuntura afeta diretamente o processo de formação universitária, e aqui, destaca-se a formação em Serviço Social, trazendo a necessidade

de análise deste cotidiano e seus rebatimentos para as condições concretas em que tem se dado a formação, em nível de graduação, bem como o trabalho das assistentes sociais docentes.

Analisar o projeto educacional em curso, seja no âmbito **público ou no privado**, em que se desenvolve e os impactos vivenciados a partir da ofensiva ditada pelo capital tanto no que se refere a formação profissional dos assistentes sociais como no trabalho docente exercido pelos mesmos neste processo, nos instiga refletir sobre as condições sócio-ocupacionais no ensino superior, evidenciando como se caracteriza as condições de trabalho e estudo no interior das instituições de ensino superior.

Percebe-se que no **setor privado**, há crescimento exponencial do empresariamento educacional e uma submissão às regras do mercado, em que a execução das atividades por quantitativo de horas determina o processo de trabalho e sua relação trabalhista com a instituição, marcada centralmente pelo brutal retrocesso nos direitos do trabalho. Na modalidade à distância, o investimento em laboratórios e insumos tecnológicos são os “preferidos” do empresariado no ensino, devido ao rápido retorno lucrativo (DAHMER, 2009). No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem a formação abstrai qualquer possibilidade de elaboração e aprendizado coletivo, com qualificação e formação de pensamento crítico. Aparece ainda o processo de precarização do trabalho docente, com um aumento do número de alunos em sala de aula e a ausência de condições mínimas de trabalho como salas, equipamentos, bibliotecas.

No setor público, as alterações no trabalho docente se aproximam da lógica empresarial, e ainda que esse espaço reserve uma formação de maior qualidade dentro dos princípios das diretrizes curriculares, as condições do fazer profissional têm repercutido na formação dos novos assistentes sociais. No entanto, nos limites que se impõem, são reservadas as possibilidades de resistência maior, visto sua condição de setor público que ainda garante ações mais coletivas de reafirmação do projeto profissional e de educação pública no cotidiano do trabalho.

Ainda que se tenha grandes diferenças no trabalho docente no **setor público e privado**, pode-se afirmar que ambos, na atualidade, são determinados pela racionalidade do mercado, que o redefine por meio da alteração de suas atribuições, de seu papel e das relações de trabalho que o organizam. Em síntese, “(...) evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e de competição pelas verbas dos órgãos de fomento” (DAHMER, 2009:36).

Marca a formação profissional na contemporaneidade a **precarização do ensino público**, salas lotadas, baixo investimento em pesquisa e extensão, diminuição de bolsas; o empobrecimento dos alunos; a precarização do estágio não obrigatório (o que revela a exploração dos trabalhadores); a diminuição de vagas remuneradas nos campos de estágio; adoecimento mental e físico dos estudantes e professores; corte nos recursos da assistência estudantil e ainda uma sobrecarga do trabalho docente, entre outros.

2. Os desafios do processo de formação e sua relação com o Projeto Ético-Político profissional

O Projeto Ético-Político que inicia na década de 1970 e avança na década seguinte se consolida nos anos de 1990, o que deve ser compreendido como um processo em movimento. Embora represente a hegemonia da categoria profissional, foi gestado em um ambiente sócio-político contraditório, onde a disputa por projetos societários e profissionais se faz na sociedade brasileira com os influxos das ideias neoliberais que ganham espaços importantes e propicia num terreno fértil ao retorno a posturas conservadoras da própria categoria profissional.

Na história de consolidação PEP destaca-se a legitimidade do Serviço Social acadêmico, com o surgimento dos cursos de pós-graduação que consolidam a produção de conhecimentos a partir da área do Serviço Social(...)(NETTO, 2006, p.151). Este período pode ser compreendido como a de maioria acadêmica dos assistentes sociais, marcada também pelo crescimento do mercado editorial e por produções acadêmicas que possibilitam uma interlocução teórica com outras áreas do conhecimento social. A categoria passa a ser reconhecida como pesquisadora e é admitida como tal inclusive pelas agências de fomento. (IAMAMOTO, 2001).

Com a constituição do novo Projeto profissional

[...] ganhou peso também, o debate sobre a formação profissional: a reforma curricular de 1982 foi precedida e sucedida por amplas e produtivas discussões [...]. Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da 'questão social' exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. (NETTO, 2006, p.153)

Os valores assumidos, neste novo projeto profissional, se referem à liberdade como valor central rompendo com o conservadorismo e elegendo como princípios a democracia, Direitos Humanos, cidadania, equidade e justiça social, eliminação ao preconceito, pluralismo e a opção por um projeto profissional vinculado à construção de

uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero articulando-se com os movimentos e categorias profissionais na luta dos trabalhadores.

Este projeto manifesta-se através das ações profissionais cotidianas e dos elementos que as constituem, passam pela dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social e esta dimensão tem como parâmetro “a sintonia com as tendências teórico-críticas do pensamento social [...] não cabem no Projeto Ético-Político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem”, pela dimensão político-organizativa da profissão “que envolve tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão” e compreende-se que através da articulação e organização da categoria destas instâncias que “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde reafirmamos (ou não) compromissos e princípios”, pois o PEP “pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa” e pela dimensão jurídico-política da profissão que se “constitui no arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve o conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.191).

Esse Projeto,

[...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. (NETTO, 2006, p.155).

No que se refere às diretrizes curriculares entende-se que

[...] a revisão curricular dos anos 90 tem sido um espaço privilegiado na reconstrução do projeto de formação profissional do Assistente Social, repensando o processo em curso e formulando novas diretrizes curriculares, onde são configurados: pressupostos e princípios de base da direção social da formação; alguns eixos transversais a todo processo. (CARDOSO, 2000, p.7).

No processo de regulamentação da LDB/1996 se expressam as correlações de forças entre Estado e sociedade e, neste terreno de disputas, acredita-se que a universidade é contributiva no que se refere “à construção do processo histórico na direção da liberdade, da equidade e da democracia para todos os cidadãos e cidadãs”. (NETTO, 2000, p.37). Entendendo esta luta, faz-se necessária uma formação profissional que desvende e possibilite o enfrentamento e resistência frente a estas novas máscaras nas quais se reveste a Questão Social. Assim, no período em que fora promulgada a LDB,

tornou-se oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social no espírito desta nova Lei

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas, [...] Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficiência e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 2006, p.153).

Estas diretrizes possuem como pressuposto central a permanente construção de conteúdos para intervenção profissional nos processos sociais, através de conhecimentos indissociáveis que estão expressos nas diretrizes como núcleos de fundamentação, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

As diretrizes curriculares juntamente com a Lei de regulamentação da profissão e o código de ética (1993) dão sustentação a um novo projeto profissional. A partir destas diretrizes curriculares considera-se a questão social como fundamento básico para intervenção do assistente social e compreende-se também o trabalho como categoria central. Com estes eixos, destaca-se também o rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social e suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O processo de formação do assistente social, nesta perspectiva, possibilita o exercício do pluralismo onde se tornam possíveis reflexões e debates sobre as várias perspectivas teóricas que se confrontam durante o processo de formação.

É preciso assinalar uma das características que tem norteado a construção do PEP do serviço social brasileiro: a constante interlocução entre as entidades da categoria e sua participação efetiva na construção desse projeto, o que torna efetivamente o projeto um produto concreto da indissociabilidade entre formação e exercício profissional. Esse movimento vai gerar os instrumentos efetivos para a disputa do projeto profissional uma vez que não se pensa a profissão descolada da formação e vice-versa, elemento que precisa ser matizado com as condições objetivas, hoje, tanto do mercado de trabalho, como das agências formadoras.

Considerações Finais:

Problematizar o tema da formação profissional em dias de barbárie é entender que o processo de mercantilização vivido atualmente traz sérias repercussões para o âmbito

da formação profissional, deixando de lado diretrizes importantes no âmbito da garantia da qualidade da educação do ensino superior. Há uma minimização dos currículos, que traz diminuição da carga-horária dos Cursos e que rebate diretamente na formulação das competências profissionais; a fragilização do tripé de ensino, pesquisa e extensão no espaço da Universidade e dentre outros, o pouco investimento de recursos humanos no que diz respeito a servidores, técnico administrativo e também docente, que constrói um perfil de trabalhador polivalente para suprir as carências técnicas e de ensino e que, deste modo, vem corroborando com o funcionamento da lógica do mercado e intensificando a precarização vivenciada pelos assistentes sociais docentes.

No que diz respeito à formação em Serviço Social este se encontra ameaçado devido ao intenso processo mercantil que vem assolando a educação superior, como por exemplo, a instalação do Ensino a distância-EAD subvertendo a história no processo coletivo da categoria e suas entidades representativas na consolidação de uma perspectiva de formação laica e de qualidade. Os desdobramentos desta crise, através de seus impactos sociais, permeiam as possibilidades e os desafios postos aos profissionais do Serviço Social e se expressam pelos confrontos com o conservadorismo, que se atualiza em tempos ditos como “pós-modernos”.

No sentido de resistir, mesmo que as duras penas contra o projeto neoliberal é de extrema importância que a formação em serviço social garanta a direção social mediada pela clareza dos seus fundamentos a partir da compreensão e apreensão do Projeto Ético Político profissional. Isto diz respeito a negação do conservadorismo imposto pela ordem capitalista e acima de tudo de um posicionamento a favor da classe trabalhadora na construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Relatório de GTP- Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. Brasília. 2012.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1985.

BRAVO, Maria Inês. O significado político e profissional do congresso da virada para o Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009, n. 100 out./dez. 2009.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 2, p. 7-18.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior e Formação Profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? *Revista Ágora*. Rio de Janeiro, ano 3, v. 6, 2009.

GEFESS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social. Banco de dados. Porto Alegre, 2017.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 1.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em serviço social* [documento impresso e eletrônico]. Porto Alegre, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social; uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, módulo 1.

_____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 1.

_____. O movimento de Reconceituação – 40 anos depois. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005, nº 84.

_____. A construção do projeto ético- político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

REIDEL, Tatiana. A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional: uma materialização em xeque. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre Porto Alegre PUCRS, RS 2010.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: _____. *Assistente Social: ética e direitos.*, Rio Janeiro: CRESS 7ª Região, 2002. Coletânea de Leis e Resoluções.

SÁ, Jeanete L. Martins de. *Conhecimento e currículo em Serviço Social: análise das contradições.(1936-1975)*. São Paulo: Cortez, 1995.

SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRACIA

Victor Martins Lopes de Araujo¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo, a partir da concepção de Democracia expressa no Código de Ética dos Assistentes Sociais, travar algumas polêmicas a respeito da democracia e seu papel na luta de classes. É imperativo que a classe trabalhadora enfrente a problemática da democracia, a fim de construir estratégia para superação da ordem capitalista que não repita erros do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Serviço Social; Luta de Classes

ABSTRACT: The objective of this article, based on the conception of Democracy expressed in the Code of Ethics of Social Workers, is to block some controversies about democracy and its role in the class struggle. It is imperative that the working class face the problem of democracy in order to build a strategy for overcoming the capitalist order that does not repeat past mistakes.

KEY WORDS: Democracy; Social Work; Class Struggle

¹Professor do Curso de Serviço Social UEMG-Carangola; Mestre em Serviço Social - UFJF; doutorando em Serviço Social - UFRJ. victormartins_jf@hotmail.com . Eixo Temático: Ofensiva do Capital e Lutas Sociais.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social Brasileiro na transição da década de 1970 à de 1980, período que marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional, constrói as raízes de um projeto profissional novo, denominando projeto ético-político (Netto, 2006).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009. p.5).

A construção dessa autoimagem da profissão, resultado das transformações operadas no interior do Serviço Social brasileiro e hegemonicamente estabelecida, passa pela elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, este se torna um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil (Netto, 2009).

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da **liberdade** como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a **autonomia**, a **emancipação** e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma **nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero**. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a **defesa intransigente dos direitos humanos** e o repúdio do arbítrio e dos A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona **a favor da equidade e da justiça social**, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; **a ampliação e a consolidação da cidadania** são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara **radicalmente democrático** – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 2009, p.15-16)

Como podemos ver o código de ética assume um compromisso com a democracia, ou a democratização, entendida como a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente construída.

As transformações econômico-políticas que caracterizou a segunda metade do século XX e vem se aprofundada já na segunda década do século XXI, especialmente

na América Latina, com o aprofundamento da violência do Estado, crescimento do sentimento anti-imigração, expansão do pensamento ultraconservador e até mesmo o questionamento da razão moderna, vem colocando desafios constantes a democracia no mundo todo. O fechamento e reversão de espaços democráticos se tornaram frequentes, o Estado passa por cima de avanços democráticos construídos historicamente sem a menor cerimônia, seja em novas normas operacionais para as políticas públicas, seja desmobilização de conselhos populares, seja no aumento da repressão a movimentos sociais, seja quando leis são claramente violadas, o papel da democracia na luta de classes volta ao debate.

1 – O “VALOR” DA DEMOCRACIA

A concepção de democracia presente no código de ética de 1993 passa pela influência de diferentes autores, mas talvez um dos mais influentes nas formulações do Serviço Social Brasileiro seja Carlos Nelson Coutinho, que foi professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro por mais de vinte anos.

O autor é dono de um texto escrito ainda nos anos 1970, chamado “Democracia como Valor Universal”, que despertou e ainda desperta polêmica no campo da esquerda marxista brasileira. O texto representava o fenômeno que tomou conta da esquerda europeia naquele momento, que ficou claramente demonstrado pelas palavras de Enrico Berlinguer, secretário-geral do então Partido Comunista Italiano (PCI), que por ocasião das comemorações dos 60 anos da Revolução de Outubro declarou que “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” (Moraes, 2001,p.9).

A formulação de Coutinho decorre dessa enunciação, temática presente em diversos de seus textos, revela que o professor entende o processo de democratização como estratégia para a construção do socialismo, conceito que o chega a chamar de “reformismo revolucionário” (Coutinho, 1997). No entendimento que esta ampliação de direitos pode levar a uma colisão com a lógica capitalista, abrindo a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a ampliação de direitos civis, políticos e sociais e a construção do socialismo (Coutinho, 1992). Diz o autor,

Através da conquista permanente e cumulativa de novos espaços no interior da esfera pública, tanto na sociedade civil quanto no próprio Estado, tornou-se factível inverter progressivamente a correlação de forças, fazendo com

que, no limite, a classe hegemônica já não seja mais a burguesia e, sim, ao contrário o conjunto dos trabalhadores. (COUTINHO, 1997, p.164)

Coutinho constrói sua argumentação em cima das bases do eurocomunismo enunciadas pela afirmação de Berlinguer. É possível dizer que para Carlos Nelson não há socialismo sem democracia e tampouco, há democracia sem socialismo. Construindo sua posição a respeito da democracia da seguinte maneira,

[...] para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade (COUTINHO, 1979).

É importante dizer que o momento histórico de evocação da democracia como estratégia revolucionária se dá após o fim período stalinista, o conhecimento e divulgação dos crimes cometidos pelo regime e ainda o crescente questionamento do padrão soviético de Estado. Este dado é de fundamental importância para situarmos o contexto histórico e político que levaram a tais formulações teóricas.

Quartim de Moraes, em texto em que critica duramente a formulação de Coutinho, também faz um esforço de situar historicamente a declaração de Berlinguer, diz o autor:

[...] num momento em que o poderio da URSS parecia intacto, que as conquistas democráticas do movimento operário e de seus aliados históricos nos Estados capitalistas europeus (a começar pela própria Itália) configuravam direitos universais, deu um basta à notória incoerência do movimento comunista internacional, que exigia, nos países burgueses, respeito a liberdades negadas aos cidadãos soviéticos e deixou clara sua recusa da ordem política vigente no “socialismo real” de então (MORAES, 2001, p.9).

A crítica de Moraes se levanta especialmente a caracterização da democracia como um valor universal. Questiona o autor se a negação das liberdades democráticas e o caráter burocrático do regime da URSS deveria levar a que os socialistas sugerissem a necessidade de democracia no socialismo, pensando esta como “democracia burguesa” ou na democracia como uma instituição burguesa. E afirma ainda que dizer que a democracia é um valor “universal” não lhe acrescenta nenhum novo predicado (Moraes, 2001).

O autor rejeita absolutamente considerar a democracia como um valor universal,

Para o marxismo, a democracia, como forma do Estado, tampouco é um fim em si (um “valor universal”), e sim um instrumento de dominação política. Os

fins a que se subordina esse meio ou instrumento são determinados principalmente pelos interesses de classe. O princípio da soberania popular não paira, indiferente, acima da base econômica da sociedade, nem, portanto, da alternativa capitalismo ou socialismo. Na demorex, ao predomínio dos interesses burgueses correspondem os fins supremos do liberalismo; a minoria mais protegida é a oligarquia (etimologicamente, o poder de poucos) que comanda a valorização do capital. Já na perspectiva da democracia das Luzes, e mais ainda na do movimento socialista, os valores supremos são a igualdade, não somente entre concidadãos, mas para toda a humanidade, o interesse público e a satisfação das necessidades coletivas. Por isso, mesmo na mais estabilizada democracia liberal, a tensão política entre liberais e democratas é tão irredutível quanto a que opõe o cristianismo que prega a resignação e o conformismo diante das injustiças deste mundo (que seriam corrigidas no outro) e o que não posterga para o além a vigência dos valores evangélicos, notadamente a fraternidade, a igualdade e a justiça (MORAES, 2001, p.20).

A crítica contundente de Quartim de Moraes a tese da democracia como valor universal e a forma com ela se apresenta pelas mãos de Coutinho, nos leva a entender como o conceito de democracia é “adaptado” a realidade burguesa nas mais diversas situações, inclusive quando em prol da “democracia” Estados burgueses realizam as maiores atrocidades dentro de seus limites ou mesmo contra outros Estados. O autor, então, mostra a fragilidade de se considerar a democracia com um a valor universal, sem que se defina de que democracia se está falando e sobre qual processo está se referindo. Contudo, Quartim comete o mesmo equívoco, ao tratar a democracia somente no nível da institucionalidade burguesa, o entendimento que expressa sobre a democracia é extremamente limitado a uma racionalidade tipicamente burguesa. Como se houvesse de fato uma oposição insolúvel entre democracia e socialismo, entre “democratização” e a construção de uma nova sociedade além do capital.

Márcio Bilharino Naves também tenta recuperar o debate a respeito da tese da democracia com o valor universal em Coutinho. E assim como Quartim de Moraes, se esforça na vinculação história entre democracia e sociedade burguesa. Diz o autor,

Em uma síntese extrema, podemos dizer que a democracia, fundamentalmente, é o reconhecimento da igualdade universal dos indivíduos, o que já pressupõe a liberdade, pois somente pessoas livres podem se relacionar e tomar decisões em condições igualitárias, sem que haja subordinação de uns sobre outros. Isso significa, portanto, o reconhecimento da expressão de vontade que emana de cada pessoa e que aparece como o fundamento imediato dos vínculos obrigacionais que dela decorrem. De fato, é por meio da manifestação de vontade que um contrato é firmado fazendo nascer a obrigação jurídica, e é justamente por isso que ele é definido como “acordo de vontades”. Ora, se a democracia é uma forma política fundada na liberdade e na igualdade, é preciso constatar que ela somente pode surgir na modernidade, com a emergência da sociedade burguesa. (NAVES, 2010, p. 67).

Nesse sentido, Naves vai considerar a democracia como uma forma de dominação tipicamente burguesa, que promove interesses burgueses e que serve a o propósito de perpetuação da ordem.

A democracia aparece assim pelo que ela é: uma forma de dominação política historicamente determinada por seu indissociável liame com as esferas da circulação e da produção burguesas, e cujo funcionamento exclui os trabalhadores do poder real, de tal sorte que, quando lutam em defesa da democracia, e independentemente das representações que fazem de sua própria luta, os trabalhadores estarão sempre reforçando as condições de sua própria subordinação ao capital (NAVES,2010, p. 69).

A democracia é assim uma forma de dominação, pois democracia pressupõe a existência do Estado. Tanto para Quartim de Moraes, quanto para Naves a democracia expressa uma vinculação com a sociedade burguesa, com o Estado burguês e, portanto, para ambos esta serve para a reprodução e perpetuação do mesmo.

Posto isto, penso ser necessário destacar alguns pontos acerca do debate da democracia, que me parece passar ao largo da discussão feita pelos autores expostos até agora. A democracia é algo muito mais complexo do que expressa sua lógica formal, ou do que se pensa ser sua forma burguesa pura e simplesmente. É a partir daí que tecerei algumas considerações.

2 –QUAL DEMOCRACRACIA?

O brilhante José Chasin, possui uma interessante discussão a respeito de democracia, emancipação humana e a “ontonegatividade” da política, que eu rapidamente gostaria de recuperar aqui, a fim de enriquecer o debate. Chasin também situa historicamente o problema da evocação da democracia,

Não é num espaço qualquer, nem num tempo indeterminado, nacional e internacionalmente, que se assiste à reenfização da crença na democracia. Ela se opera num mundo estruturalmente demarcado, onde crise e estabilidade, insolubilidades gritantes e pesada inamovibilidade integram toda a enervação dos sistemas existentes:

- é o abafante sucesso do capital em ir estendendo os limites de sua utilidade histórica, e nisto mesmo se pondo em conflito consigo próprio, agora por ação e graça também do que seriam seus melhores atributos;

- é o abafante insucesso do mundo pós-capitalista, na sua persistência já absurda de sustentar uma identidade socialista.

Em suma, trata-se de reconhecer que o re-amor à democracia dá-se no leito de uma longa tragédia: a da derrota, até aqui, mais do que secular da classe operária (CHASIN, 2013, p.22).

A discussão de Chasin parte de uma visão “ontonegativa” da política em Marx, afirma o autor que desde suas expressões mais antigas, a concepção marxiana da política é negativa, e, por maiores que tenham sido as modificações ao longo de seus escritos, a definição negativa da política permaneceu. O autor, recuperando Marx, diz que à política só cabem as tarefas negativas ou preparatórias; a obra de “regeneração”, de que fala Marx, fica a cargo inteiramente da revolução social (Chasin, 2013).

De modo que, abstraídas diferenças de várias ordens, que aqui não importam, há de convir que a concepção fundamental não se altera. De tal maneira que a determinação oferecida, quase no fim da vida, se “alarga e é desdobrada” por textos da juventude, como, por exemplo, por um trecho das “Glosas Críticas”, inicialmente citadas: “Toda revolução dissolve a antiga sociedade; neste sentido, ela é social. Toda revolução subverte o antigo poder; neste sentido, ela é política. /.../ Mas, enquanto uma ‘revolução social com uma alma política’ (propositura de Ruge) é paráfrase ou absurdidade, é razoável uma revolução política com uma alma social. A revolução enquanto tal – a derrubada do poder estabelecido e a dissolução das condições antigas – é um ato político. Ora, sem revolução o socialismo não pode se tornar realidade. Este ato político lhe é necessário na medida em que tem necessidade de destruir e de dissolver. Mas lá onde começa sua atividade organizadora, lá onde se manifesta seu próprio objetivo, sua alma, o socialismo rejeita seu invólucro político” (CHASIN, 2013, p.24).

Ao avançar a discussão sobre o terreno da democracia, Chasin vai claramente entende-la como forma política, modo pelo qual os setores dominantes da sociedade civil reproduzem a formação política segundo sua própria imagem. Portanto, a democracia de uma maneira ou de outra pertence ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e estado (Chasin,2013). Todavia, a democracia e para ele parte de um circuito menos perverso que outros, ainda que não deixe de ser um. O autor então põe a questão: na presença brutal da dominação sobre o trabalho, que fazer em prospectiva com a ideia e a prática da democracia? (Chasin, 2013, p. 25). Eis a resposta:

Em primeiro lugar, é óbvio, retomá-la como política. Ou seja, como mediação, instrumento, e neste sentido pensá-la na sua real estrutura reprodutora de nexos e liames substantivos. E assim compreendê-la para além de uma simples mágica angelical das formas. Se ela só pode ganhar a trama e a lógica de sua matriz, se ela só pode ser política como política da “sociedade civil”, então sua verdade, sob a regência do capital, só pode ser ou a conhecida verdade liberal dos proprietários ou então a verdade possível dos trabalhadores que neguem a placenta do capital. Ou seja, a democracia poderá ser mediação, ferramenta de combate, na medida em que não for tomada como verdade parcial e limitada da emancipação, mas compreendida como tendo na emancipação a sua verdade real e global (CHASIN, 2013, p. 25-26).

Chasin dá uma contribuição importante ao colocar a democracia no circuito perverso da sociabilidade burguesa e ainda assim recuperar a discussão da democracia como mediação, instrumento, ferramenta de combate. Voltaremos a essa questão.

Gostaria de enfatizar agora como o autor vai fazer uma distinção muito simples, sem grandes explicações no texto que estamos analisando, mas se trata de uma distinção, que faz toda a diferença na discussão a respeito da democracia. O Autor vai falar de “democracia de proprietários” e de uma “democracia na perspectiva do trabalho”. A primeira como forma presente nos países tipicamente burgueses, especialmente se referindo aos países europeus, países que passaram por revoluções burguesas e por elas foram conformados. Não seria o caso do Brasil por exemplo, que segundo o autor nunca possui uma democracia de proprietários minimamente coerente e estável.

Nestas condições, diversamente dos países de capital avançado, onde se trataria de substituir a democracia de proprietários por uma democracia do trabalho, aqui a democracia da perspectiva do trabalho é a única factível, e com certeza a única que poderá vir a ser a responsável até mesmo pela implantação, de modo estável, das formas mais elementares da instituição democrática (CHASIN, 2013, p.26).

Nessa perspectiva, ainda que Chasin coloque a democracia como forma política, e tenha dela, por consequência, uma visão *ontonegativa*, o autor a insere numa dinâmica de luta de classes, a saída diz:

[...] implica se pôr imediatamente no terreno do próprio capital, ou seja, praticar desde logo um diapasão político negativo, vale dizer: fundir luta econômica com luta política. A não ser que se queira acreditar que seja possível fazer conviver instituições de tipo democrático com superexploração do trabalho, democracia com arrocho salarial. O que se perspectiva, pois, como passo fundante de uma programática para a construção de uma democracia dos trabalhadores, é o rompimento da atual política econômica. E sua necessária substituição por uma política econômica da perspectiva do trabalho. O que redundará na fratura e desorganização de certos aspectos da organização do capitalismo, sem que implique de imediato a superação do modo de produção do capital. [...] Assinalado, no entanto, desde logo e sem remissão, que a propositura de uma democracia do trabalho, para hoje, só ultrapassa a esfera da pura idealidade quando tem por fundação e virtualidade a soberania dos trabalhadores, reconhecida para a linha de horizonte do amanhã. (CHASIN, 2013, p.26).

Partindo desta distinção feita por Chasin, passo a tratar do problema de tratar a democracia sem adjetivação coerente. O conceito de democracia tem sido utilizado de diversas formas, por diversas correntes teóricas diferentes e divergentes. O apelo a democracia vai desde o indivíduo liberal ou do indivíduo com valores humanistas, cristãos, até mesmo a certos comunistas. Há uma diversidade de discursos a respeito

da democracia e ainda uma “multiplicidade de formas democráticas” (Lukács, p.85). Coutinho, no texto “notas sobre cidadania e modernidade” rechaça a separação entre “democracia burguesa” e “democracia socialista” até entendemos seu argumento, mas nos parece fundamental fazer tal advertência, tal separação, e para isso seguimos com um debate feito através de Lukács, cuja separação, negada por Coutinho, é evidente. E extremamente importante.

Lukács num dos textos escritos mais ao final da vida volta a discutir a questão da democracia, ao mesmo tempo que discorre com maior liberdade sobre o período stalinista. Sobre esse debate a respeito da democracia diz:

busco aqui tratar a democracia (ou melhor, a democratização, dado que, também neste caso segundo uma abordagem ontológica, trata-se sobretudo de um processo e não de uma situação estática) de um ponto de vista histórico, como concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece. (LUKÁCS, 2011, p.85)

Para o velho húngaro a democracia atual, democracia burguesa, é a culminação de um desenvolvimento secular, é democracia de um imperialismo manipulado, cujo domínio se apoia manipulação (LUKÁCS, 2011). Insistir na alternativa democrático-burguesa levaria a liquidação do socialismo e mesmo da própria democracia. Ele recusa a “democracia burguesa” como alternativa a uma “democracia socialista”. Eis aí a separação.

Lukács se debruça então sobre alguns dos dilemas postos por Lênin, a refletir sobre as questões prática da Revolução de 1917 sobre governo, democracia e consciência.

Ao passo que nas formações sociais anteriores ao socialismo a mudança na estrutura econômica ocorre geralmente por necessidade espontânea, ainda que guiados por uma consciência ou falsa consciência, o primeiro grande ato da passagem ao socialismo, a socialização dos meios de produção, sua concentração nas mãos dos trabalhadores, tem como consequência necessária que os atos sociais referidos à totalidade da economia devam se tornar também eles conscientes. (LUKÁCS, 2011, p. 111)

No momento já do socialismo, a estrutura social e suas transformações, devem surgir de modo socialmente consciente, sendo essa a função do socialismo enquanto etapa preparatória ao comunismo, a de criar bases, no ser e na consciência. No momento em que, por razões econômicas objetivas, o crescimento da vida econômica dos homens deve ser agora ser conscientemente governado e regulado por eles mesmos, é importante para Lukacs recuperar a ideia marxiana de que o próprio educador deve ser educado. E diz o autor: “o órgão desta autoeducação é a

democracia socialista” (Lukacs, p.111). Lukacs recupera em Lênin a fala de uma democracia socialista, uma democracia além daquela burguesa, que se refere a maneira como os homens construirão por si mesmo uma nova sociabilidade, através de posições teleológicas de caráter social unitário e direto, voltada para uma práxis vinculada ao “reino da liberdade” (Lukacs, p.112-113).

Falando de Lênin, diz Lukács:

ele negou que a democracia no socialismo seja “uma pura e simples ampliação da democracia” (entendida como a democracia burguesa). Ao contrário, aquela é oposto desta última [...] a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens” (LUKÁCS, 2011, p.117).

Lênin como bom marxista, sublinhou que a extinção do Estado, extingue também a democracia. Mas há para a Lênin algumas questões de continuidade, de transição, dentre essas está a questão da democracia, ou como, nas palavras de Lukács, a democracia socialista pode se afirmar na vida cotidiana dos homens. Lukács recupera no texto em questão algumas reflexões sobre o hábito, e insere nessa reflexão a questão de democracia.

Para Lênin as regras de convivência e da cooperação humanas que caracterizam a democracia socialista não são, de modo algum, princípios radicalmente novos, criados somente no curso da evolução; são ao contrário, forças elementares, que operam a milênios, mas que só no socialismo podem se generalizar para toda a sociedade. (LUKÁCS, 2011, p.121)

A fim de explicitar melhor o seu pensamento, Lukács, tomando Lênin, vai conduzir uma afirmação contra aqueles que podem pensar nesse processo de democratização como uma utopia, dizendo que aquilo que eles chamam de democracia socialista ou proletária é o processo que une ambos os “estados” – processo sociais criados em cada ocasião concreta por homens – de modo real e criador, no interior do desenvolvimento do gênero humano.

[...] o socialismo, como primeira fase do comunismo, aparece como uma formação em si, cuja economia e cuja sociabilidade só podem explicitar adequadamente se, para as pessoas que atuam, as estruturas sociais – que se apresentam diante delas em termos objetivos (e que, por sua própria natureza, são sempre processos que envolvem as demais pessoas) – funcionarem, ainda que sem jamais perder sua objetividade, como resultado de uma atividade humana consciente de si mesma e de seu próprio caráter social. [...] A sociabilidade é um dado acompanha, desde o início, o processo pelo qual o homem se torna homem; mas, nas sociedades de classe, esta sociabilidade se apresenta à crescente interioridade dos homens como uma objetividade alienada. Em sua máxima e mais profunda expressão, a

democracia socialista – que se baseia no homem real ativo tal como ele é efetivamente, tal como é obrigado a se manifestar em sua prática cotidiana – transforma produtos aos quais os homens chegam inconscientemente (ou com falsa consciência) em objetos produzidos conscientemente pelos próprios homens. (LUKÁCS, 2011 143)

Ainda que se possa considerar as formulações de Lukács nesse momento com utópicas e /ou ingênuas (Mészáros, 2011), há algo aqui fundamental, uma tentativa de construção de uma proposta de transição que conte com uma democracia além daquela burguesa, um outra, no sentido de uma radical socialização da política em tempo socialista, em que o trabalho é antagonista estrutural ao capital (Mészáros, 2004). Pensando numa outra sociabilidade, que é contrária a rumos tomados a antiga experiência do socialismo real e mesmo àqueles que ainda hoje consideram pensar a democracia inimiga do socialismo

CONCLUSÃO

O propósito deste artigo consiste em apresentar algumas considerações a respeito da democracia, travando algumas polêmicas em torno do que se pode tratar com a democracia existente, essencialmente burguesa, manipuladora e a serviço de uma determinada ordem.

Os Assistentes Sociais possuem em seu Código de Ética Profissional uma direção claramente expressa em favor da defesa da democracia, ou da democratização, que traz em si o entendimento de processo, de algo em movimento. Esta democratização é entendida quanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. É necessário perceber que são coisas indissociáveis. E posto dessa maneira, não é possível obter tal “radicalização democrática” dentro desta ordem, é preciso pensar em outra.

A conjuntura político-econômica internacional coloca inúmero desafios ao aprofundamento da democracia. Há uma crescente dificuldade de se obter ganhos defensivos nos moldes do passado (Mészáros, 2010, p.1067). É preciso, portanto, buscar alternativas para uma ofensiva contra o capital. Dito isso, é importante considerar que este caminho precisa ser construído através de táticas e estratégias firmadas em análises consistentes do movimento posto pela ordem do capital.

Conforme contribui Boito Jr. (2016), para o enfrentamento da atual conjuntura são necessários dois movimentos distintos, um defensivo, que significa resistência as políticas de ajuste e de desmonte dos direitos sociais; e outro ofensivo, pois o campo socialista e popular precisa apresentar a sua proposta para a situação de instabilidade

que afeta a democracia limitada e o presidencialismo autoritário vigentes no Brasil. É necessário propagandear e agitar uma proposta que aponte para uma ofensiva.

Avaliar o papel da democracia nesse processo se torna um imperativo urgente para a luta de classes no atual momento histórico. Sem cair em reducionismos, nem em falácias que colocam os trabalhadores como incapazes de construir coletivamente seu projeto emancipador. Não se pode repetir erros do passado, seja do reformismo socialdemocrata, seja da burocratização autoritária da experiência soviética. Daí urge repensar a democracia, o seu papel agora e sua contribuição para a construção do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. Democracia Política e Emancipação Humana. Verinotio nº15, revista Online. 2013.

COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal. 1979. <<<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>>> Acesso em: 03/09/2018

COUTINHO, C.N. Democracia e Socialismo: questões de princípio E contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, C.N. Notas Sobre Cidadania e Modernidade. Revista Praia Vermelha do Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, 1997

LUKÁCS, G. Socialismo e Democratização: Escritos Políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, I. Igualdade Substantiva e Democracia Substantiva. Blog da Boitempo, 2017. <<<https://blogdaboitempo.com.br/2017/12/19/meszáros-igualdade-substantiva-e-democracia-substantiva/>>>Acesso em: 18/10/2018

MÉSZÁROS, I. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Q. Contra a Canonização da Democracia. Crítica Marxista nº12. São Paulo: Boitempo.

NAVES, M. B. A Democracia e Seu Não Lugar. Revista Ideias nº1. Campinas, 2010.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional. 2009.

SERVIÇO SOCIAL E FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E HISTÓRICOS: O RECUO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA CONTEMPORANEIDADE

Ednéia Alves de Oliveira¹

Maila de Paula Ferreira²

Victor Salomão Lacerda Brandão³

RESUMO: Esse artigo é resultado de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre a produção acadêmica do Serviço Social nos anos de 1980 a 1990 e 2008 a 2018 nas revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis. Nossa hipótese consiste em considerar que nos anos supracitados houve uma diminuição da produção relativa aos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da profissão. Para viabilizar a pesquisa utilizamos como instrumento de investigação a análise de conteúdo. Embora os resultados apresentados sejam preliminares, podemos considerar que nos anos de 2008 a 2018 houve uma diminuição das publicações referentes ao núcleo teórico-metodológico da vida social.

Palavras-chave: produção do conhecimento, Serviço Social, Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos.

ABSTRACT: This article is the result of a research, still in progress, on the academic production of Social Work in the years 1980 to 1990 and 2008 to 2018 in the magazines Social and Society and Temporalis. Our hypothesis is to consider that in the years mentioned above there was a decrease in production relative to the theoretical, methodological and historical foundations of the profession. To make the research feasible, we use content analysis as a research tool. Although the results presented are preliminary, we can consider that in the years 2008 to 2018 there was a decrease in the publications referring to the theoretical-methodological core of social life.

Keywords: Knowledge production, Social work, Theoretical, methodological and historical foundations.

1) INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado preliminar de uma pesquisa em andamento sobre a produção acadêmica em Serviço Social. Nosso objetivo é identificar, em dois períodos distintos como

¹ Professora orientadora: Assistente Social, Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e da Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós doutora em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br.

² Estudante em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mailadpf@gmail.com.

³ Estudante em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maxsalomao@gmail.com.

se deu a elaboração teórica dos assistentes sociais sobre os fundamentos teórico-metodológicos da vida social em dois periódicos da categoria, Revista Serviço Social e Sociedade e Revista Temporalis. Com relação a esta última, não foi possível identificar os dois períodos sugeridos, por sua publicação ter iniciado nos anos de 1990. Neste sentido, estamos optando por utilizar outro periódico para sustentar nossa hipótese inicial, qual seja: a de que nos últimos anos a categoria tem se debruçado sobre discussões relativas a temas outros que não os fundamentos supracitados. Contudo é importante salientar que, de acordo com Iamamoto (2001) os fundamentos que orientam os currículos dos cursos de Serviço Social se dividem em três núcleos a saber. Os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio-histórica e os fundamentos do trabalho profissional. Na perspectiva posta pelas diretrizes curriculares estes fundamentos não são pensados de forma separada, mas complementares. Nesse sentido, nossa preocupação é verificar se o primeiro núcleo dos fundamentos, o teórico-metodológico da vida social, possui produções proporcionais aos demais núcleos. A escolha por este núcleo específico não elimina a importância dos demais, apenas sugere que para compreender o trabalho profissional e a formação sócio histórica brasileira, faz-se necessário uma compreensão do “domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 72). Ou seja, faz-se necessário compreender a realidade objetiva da sociabilidade burguesa e suas expressões ideológicas. A metodologia utilizada para sustentar nossa hipótese é a análise de conteúdo, o que de acordo com Moraes (1999), permite a interpretação de conteúdos simbólicos, além de possibilitar uma busca teórica e prática no campo das investigações sociais. Como já destacado, as conclusões são preliminares, mas nos permite algumas considerações. A primeira é atestar que de fato há uma diminuição do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos e uma maior preocupação com temáticas voltadas para os outros dois núcleos. Segundo é referente aos poucos editoriais específicos sobre o tema, o que contribui, a nosso juízo para esta diminuição.

2) DESENVOLVIMENTO

A partir de 1980, quando o Brasil vivencia um período de redemocratização, o Serviço Social amplia significativamente sua produção acadêmica. Tal fato pode ser atribuído a uma maior abertura política e também por maior número de escolas de Serviço Social no país. Desta forma, percebe-se um número significativo de pesquisas e projetos de iniciação científica desenvolvidos no interior dos cursos da categoria. É importante salientar

que os anos de 1960 foram de extrema relevância para o Serviço Social. Data deste período o movimento de reconceituação da profissão e sua intencionalidade de romper com aportes conservadores e acríticos. O movimento de renovação buscou a reconceituação dos aportes teóricos que orientavam o fazer profissional, herdado dos países de capitalismo mais desenvolvido. O objetivo fundamental era romper com uma formação alicerçada em premissas distantes da realidade brasileira e que referendavam uma concepção conservadora embasada teoricamente pelo pensamento positivista. Orientada por este pensamento, a formação profissional se apresentava fragmentada, reforçando o caráter tecnicista do fazer profissional, que reafirmava que na prática a teoria é outra. Desta forma, a preocupação era romper com esta dicotomia teoria/prática e consolidar um projeto de formação vinculado a uma perspectiva crítica da realidade e afinada com os processos de formação sócio históricos particularizados pela dinâmica de cada país.

Embora tal movimento tenha sido interrompido pela ditadura civil-militar, ele deixa raízes para sua continuidade quando do período de redemocratização. O debate em torno dos aportes teóricos e metodológicos resultaram em reformulações no Código de Ética profissional, na Lei que regulamenta a profissão e nas diretrizes curriculares implementadas a partir de 1996, enfatizando uma formação profissional embasada numa perspectiva crítica e comprometida com o conhecimento da realidade social. Neste sentido a década de 1980 foi marcada por um intenso esforço de compreender a profissão e os espaços sócio-ocupacionais da mesma. Neste período também ocorre uma ampliação do mercado de trabalho do assistente social no que se refere ao número de assistentes sociais inseridos nas instituições públicas e privadas, quanto da diversificação de demanda imposta ao profissional. Ou seja, sua intervenção deixa de ser campo restrito da assistência social para inserir-se em outros espaços como saúde, criança e adolescente, educação, ong's, penitenciárias, dentre outros.

Se por um lado esta ampliação do mercado de trabalho possibilitou ao Serviço Social uma maior legitimação profissional, ele também segmentou o trabalho do assistente social, o que rebate diretamente na produção realizada pelos alunos e profissionais nos cursos de graduação e pós-graduação Lato e Scripto Sensu.

Acréscimo-se a isso o fato de os anos de 1990 serem marcados por uma crise política e econômica que atingiu o mundo. Esta crise amplia as expressões da questão social, aumenta os índices de pobreza e miséria e incide sobre a vida dos trabalhadores de forma geral, não excluindo o assistente social. As mudanças no mundo do trabalho ampliam a necessidade de mais trabalhadores sociais e exige uma atenção maior sobre as políticas implementadas pelo Estado. No campo teórico assistimos a um recrudescimento de teses

neoconservadoras assentadas no pensamento pós-moderno. Para os defensores da pós modernidade, a realidade não pode ser mais explicada pela luta de classes, o que coloca em xeque a teoria marxiana de interpretação da realidade na sua totalidade. Em seu lugar assistimos a um exacerbado relativismo, sobretudo na forma de interpretar a realidade. Esta agora aparece recortada, fragmentada, permeada por identidades, linguagens e discursos específicos de cada sociedade, numa pluralidade de conexões e inter-relações (WOOD, 1999).

Se a realidade não pode ser mais concebida na sua totalidade, há uma negação do movimento da sociedade capitalista e de suas contradições. O econômico dá lugar ao identitário e a luta de classes dá lugar à luta individual. Não por acaso, a separação teoria/prática se torna lugar comum, haja vista a ênfase nos aspectos práticos e numa formação voltada mais para o fazer do que para o pensar.

Ao se abster de sua análise crítica, o assistente social reproduz a concepção de mundo imposta pela sociabilidade burguesa e suas instituições. Esta ofensiva do capital na contemporaneidade influencia o *ethos* profissional, pois de acordo com o projeto pedagógico do curso, o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social na ordem do capital e também por sua relação com a questão social, fundamento básico da existência da profissão. Estas relações são mediatizadas por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. Estes processos condicionam determinantemente o direcionamento profissional do assistente social para o enfrentamento da questão social, afetando os processos de trabalho nos quais o Serviço Social se insere, em face das configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento (NETTO, 2011).

No bojo destas transformações, a universidade é afetada à medida que se promove um aligeiramento dos currículos e a inclusão de disciplinas direcionadas para temas mais específicos. Destacamos que é de suma importância que cada unidade acadêmica possa desenvolver pesquisas, monografias, teses e dissertações que contribuam para um debate mais amplo, contudo tal debate não pode prescindir de um entendimento do que é a profissão e sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho. Neste sentido a formação profissional busca compreender a sociedade burguesa na sua essência, o que implica numa análise dos problemas econômicos como resultado do modo de produção capitalista e não de problemas individuais e naturais. A ruptura com aportes conservadores resulta numa ação profissional que objetiva compreender as expressões da questão social como fruto da desigualdade social. Isto implica analisar a profissão e seus aportes teóricos, o que só é

possível com pesquisas e publicações sobre o Serviço Social e seus fundamentos teóricos e metodológicos. Temas como estágio, influências teóricas, formação profissional deve ter a mesma relevância que os demais, caso contrário reforçamos o fazer asséptico e tecnicista em detrimento de um debate mais profícuo sobre o saber, numa vinculação estreita entre teoria e prática (IAMAMOTO, 2001).

2.1 - Os fundamentos teóricos e a hegemonia construída

Compreendemos como fundamentos teóricos aqueles que, conforme descreve NETTO (2015), são um dos núcleos que compõe a proposição apresentada pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, formulada pela ABEPSS, em 1996, núcleo este, que trata diretamente dos pressupostos teórico-metodológicos para o conhecimento da vida social. Ao abordamos este núcleo, fazemos referência aos parâmetros basilares, da construção teórico-crítica do Serviço Social, elaborada essencialmente pela perspectiva de ruptura com o conservadorismo e suas derivações na profissão. Entendemos este núcleo como elemento vital na formação profissional, visto que busca compreender a sociedade burguesa na sua essência, o que implica numa análise dos problemas econômicos como resultado de todo o modo de produção capitalista e não de problemas individuais e naturais. Esta gama deriva da tradição de análise “fundada” por Marx e Engels e depois alastrada nas mais diversas correntes do marxismo⁴. É nesta esteira, que os fundamentos do Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993) caminham.

Tais fundamentos, indiferentes dos diversos trajetos que a crítica pode assumir, de acordo obviamente com as possibilidades históricas, fizeram-se consolidados a partir da publicação do código, da construção das diretrizes curriculares, do reordenamento das instituições representativas e das relações estabelecidas pela categoria com os segmentos da classe trabalhadora e demais porções progressistas. A virada⁵ teórica do serviço social, só se deu por conta das causalidades reais e conjunturais que a sustentou, de modo que, tais causalidades não estariam eternas e perenemente dadas, ainda mais se levarmos em conta um país como o Brasil, com papel definido na divisão internacional do trabalho, inserido na crise estrutural deste modo de produzir (MESZÁROS, 2009). Assim, as

⁴ Ver: Anderson, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁵ Em 1979 ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, congresso este marcado pela histórica alteração na direção social da profissão em pleno período de ditadura civil-militar. Ver edição da CFESS manifesta relativa ao tema em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>.

alterações deste cenário histórico teriam influência no futuro caminho tomado pela categoria profissional. O processo de desumanização do homem, imanente ao capitalismo, faria seu estrago inevitável no desenvolvimento dos sujeitos que compõe esta profissão. Além desta, há ainda o surgimento de novas “ideologias da ordem”, mais atrativas e humanizadas, como a pós-modernidade, o capitalismo-sustentável e a sempre em construção democracia⁶.

Por isto, afirmações como, “ao cabo do seu relevante desenvolvimento nos últimos trinta anos, o Serviço Social brasileiro confronta-se hoje não apenas com sérios desafios – confronta-se com verdadeiros dilemas [...]” (NETTO, p.233, 2015), reforçam a percepção construída, isto é, de que há um movimento gradual de afastamento de análise, construção, debate dos aspectos que fundamentam a profissão, de sua teoria crítica, daquilo que garante a direção social da profissão. Tal afastamento dá-se por esta alteração do projeto conjuntural e do aprofundamento das formas de extração de mais-valor.

Dessa forma, coube aproximação com textos publicados na revista “Serviço Social e Sociedade” entre 1980-1990 e 2008-2018, levando em conta a maior abrangência do periódico, já que apresenta variedade de autores e temas ligados a profissão. No caso da revista *Temporalis*, não foi possível fazer a análise por não possuir publicação anterior aos anos de 1990. Em substituição, utilizaremos outro periódico, ainda a ser definido. A abertura de debates ligados aos relatos e experiências profissionais faz-se fato relevante, uma vez que abarcam diversos nichos da categoria profissional, abrangendo sujeitos ligados diretamente ao meio acadêmico e sujeitos situados na “linha de frente” de atuação. A definição destes dois espaços temporais está ligada a esta ideia de captar a gradual alteração dos debates impostos pela categoria, têm-se assim a fase da redemocratização e de efervescência de lutas sociais oposta a uma fase onde as políticas sociais assumem papel ativo sobre a profissão, isto é, captam-se as alterações históricas impostas a profissão. Dito isto, avancemos as percepções iniciais até o momento construídas.

O exame primário das revistas “Serviço Social e Sociedade” publicadas entre 1980-1990, ofereceu-nos um panorama onde, quando há menção a temas como “serviço social”, “fundamentos teórico-metodológicos” e “marxismo”, os artigos majoritariamente tratam dos temas prometidos, havendo ênfase em debate de tais aspectos, que naquele momento se consolidavam. De toda forma, o número de textos que tratam especificamente do tema é reduzido, apenas 12 das cerca de 34 publicações da revista no período trazem textos com esta temática, e excluindo algumas poucas revistas com editorial específico, a maioria das

⁶ Existem diversas interpretações acerca do Estado, Política e Democracia no marxismo, algumas próximas ao positivo jovem Marx, ou o Marx politicista e outras na esteira da noção negativa de política do amadurecido Marx, conforme aponta Paixão (2017). Para este mesmo autor, Carlos Nelson Coutinho estaria próximo à noção positiva da política e filósofos como José Chasin próximos a noção negativa da política.

pré-selecionadas contém entre 1 a 3 textos que debatem diretamente a dimensão teórico-metodológica da profissão, isto é, seus elementos constitutivos básicos e determinantes no direcionamento da categoria.

Percebemos assim, a predominância de outros temas conjunturais que naquela quadra, faziam parte de um debate mais extenso, porém difuso, ou nem sempre ligado aos tais fundamentos do serviço social. São temas como “participação popular”, “democracia”, “direitos”, “política-partidária-parlamentar”, “constituinte” e relatos de experiências em geral. Vale ressaltar que, esses temas compõe o vocabulário do Serviço Social, porém sua interpretação e função social difere-se de acordo com o grau de criticidade e desvelamento dos elementos componentes da realidade.

De todo, mostrou-se translúcido, mesmo que em um momento de construção de grande parte daquilo que firma os fundamentos do serviço social, como as diretrizes curriculares, código de ética e então, a exacerbação prática do projeto ético-político, que há predominância de outros temas e aspectos, em forma que, a discussão da teoria social basilar esteve restrita a baixo número de autores e majoritariamente subordinada a aspectos que compõe o rol de temas do serviço social, mas não em escala de sustentação da direção social da profissão.

Entre 2008 e 2018, há manutenção de um padrão do cenário com adição de novos elementos que caminham em sentido de reafirmar nossa hipótese. Dos 44 periódicos publicados no período, apenas 13 contém textos que fazem referência específica aos fundamentos teórico-metodológicos do serviço social. Novamente excluindo as publicações com editorial específico ao tema, em cada periódico aproveita-se entre um a três textos relativos à temática buscada. A maioria dos temas liga-se a “direitos”, “política social”, “trabalho profissional” e relatos de experiência vinculados a uma diferente página do padrão de acumulação capitalista. Assim, existe predominância completa dos mais variados temas aos fundamentos. Grande parte dos textos que tratam especificamente da temática abordada repetem as discussões já construídas no período anterior, e um número considerável de autores também segue tal tendência, isto é, contável número de sujeitos que debruçaram sobre a temática em 2008-2018 já estava presente 1980-1990. Nota-se uma estagnação do debate e afastamento gradual do assunto se compararmos tais períodos. Há também, notório número de textos que apesar de carregar em seu título, palavras chaves e resumo a promessa de tratarem dos fundamentos, debruçam-se sobre outros aspectos que não os aparentemente enunciados.

Fica-nos claro, a hipervalorização de outros aspectos adjacentes ao serviço social, nos mais variados espectros, evitando assim os fundamentos essenciais para a garantia da

direção social proposta pelo projeto da profissão, vital para o afastamento do conservadorismo e do novo "ideologismo" da ordem, além elementarmente da manutenção do estamento histórico-dialético que moveu aquele período da virada. Deste modo, há clarividente movimento de aproximação com outros temas que não as estruturas de fundamentação teórica.

Para ilustrar, apresentamos, nas tabelas abaixo, o levantamento preliminar que fizemos:

Revista Serviço Social e Sociedade:

Período: 1980-1990

Fundamentos H. T. M.	22	8%
Formação	34	12%
Movimentos Sociais	45	16%
Trabalho Profissional	29	10,5%
Política Social	32	11,5%
Outros	118	42%
	280	

Período: 2008-2018

Fundamentos H. T. M.	19	7%
Formação	29	10%
Movimentos Sociais	7	2,5%
Trabalho Profissional	41	14,5%
Política Social	66	24%
Outros	117	42%
	279	

Revista Temporalis:

Período: 2008-2018

Fundamentos H. T. M.	23	9%
Formação	59	2%
Movimentos Sociais	20	7,5%
Trabalho Profissional	26	10%
Política Social	62	23,5%
Outros	73	28%
	263	

3) CONCLUSÃO

Em nossa perspectiva, faz-se conclusivo, mesma que de forma inicial por conta da prematuridade de nossa análise, que há um sistemático processo de descaminho crítico e sucessivamente teórico do serviço social. Como afirmava Marx (1984, p.23), "não apenas em suas respostas, mas já nas suas próprias questões, havia [há] uma mistificação" com o predomínio evidente de outros campos conceituais as bases fundamentais da profissão, ou seja, sua compreensão concebida da vida social.

Tal constatação permite-nos levantar alguns questionamentos acerca da até então afirmada hegemonia de uma perspectiva crítica e consolidação do caldo teórico, e não é parte de nosso intento neste trabalho respondê-las ou sepultá-las.

Assim, o questionamento primeiro faz referência exatamente a esta hegemonia. Desta forma, se nem em seu princípio e em seu processo de amadurecimento, a teoria social crítica que fundamenta o serviço social é discutida em fôlego, temos como conclusão que tal temática faz-se restrita a um ambiente específico, vinculando-se basicamente aos meios acadêmicos, de forma a não permear intensamente o conjunto da profissão.

Dessa forma, por conta da sua restritividade de debate, há de se questionar secundamente, qual o atual estágio de formação do intenso da categoria, ou de que forma esta categoria enxerga estes princípios teóricos: de forma dogmática? Já que não há

debate. De forma estritamente acadêmica? Já que não está presente constantemente. De forma normativa? Já que compõe os princípios do código profissional.

Como encarar diante de tal cenário o aparecimento de outros “serviços sociais”, como o conservador, reformista, crítico-radical, terapêutico e outros? Netto, (2015, p.242), afirma, “tudo isso significa que o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro não dispõe de nenhuma garantia. É um projeto que, [...] condensa em torno de seus valores um consenso que aposta em algumas convicções e umas poucas certezas”.

Desta forma, obriga-nos, a apontar a essencialidade da recuperação da teoria social marxiana que aportou toda a parametração teórica basilar da profissão, discussão esta livre de antigos erros, como as mistificações, oportunismos e superficialidades. Tais alterações passam pelas diretrizes curriculares e mudanças no perfil educacional⁷, que tem se tornado padrão no serviço social brasileiro. As refrações do processo iminente de alienação atacam-nos cotidianamente, fazendo com que nos afastemos de um horizonte de alteração desta ordem societária desumana e aceitemos viver de pequenos reparos desta ordem, numa tentativa infundada de humanização de uma relação social que se fundamenta na dominação de uma classe sobre outra.

Para resumirmos em uma frase: a concepção democrático-popular típica dos anos de 1970 segundo a qual chegaríamos ao socialismo pelo acúmulo de pequenos avanços cotidianos na organização popular, ao longo da década de 1980 cedeu lugar a uma outra concepção segundo a qual conquistando os postos de comando do Estado chegaríamos a uma sociedade mais justa (já não mais se fala em socialismo) e esta concepção, por fim, ao final dos anos de 1990 é substituída pela concepção ainda mais moderada segundo a qual não há alternativa ao Serviço Social senão ter no Estado um parceiro na implementação das políticas públicas. Caberia aos assistentes sociais apontarem ao Estado suas responsabilidades sociais (LESSA, 2016, p.15 e 16).

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

⁷ A referência ao perfil educacional está ligada ao crescente aumento de escolas de Serviço Social vinculadas a iniciativa privada e ao modelo de ensino a distância, há ainda predominância em estudos de reinterpretções de autores clássicos e simplificações de temas considerados complexos. É notório que o perfil do estudante tem se alterado, fato que clama por novos formatos didáticos, todavia a saída a nosso ver, não passa por reduções pragmáticas e fuga de textos centrais da teoria crítica em troca do ensino de compilados básicos. Sobre o aumento da iniciativa privada e do ensino a distância ver: http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. 3ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MESZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999.

NETTO, J. P. **Introdução do estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Revista Intervenção Social (Online), Lisboa, nº42/45, p. 229-242, 2015.

PAIXAO, B.G. **A política em Marx**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

WOOD.E.M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1999.

www.ufjf.br/seminariointernacionalss

REALIZAÇÃO



APOIO

